



# CONGRESSO DE PREFEITOS

Inovação, sustentabilidade e eficiência na gestão municipal



24 a 26 de Setembro de 2019 · Arena Petry · São José · SC



Conversas de  
Impacto e Inovações



Cidades em Rede  
e Redes de Inovação



Gestão Eficiente

**Cidades para pessoas,  
soluções para municípios**

A exposição, denominada **Cidades para pessoas, soluções para municípios**, ocorre no coração do evento, no centro dos acontecimentos, em um espaço denominado **Arena ÁGORA**.

# Inscrições Gratuitas

[congresso.fecam.org.br](http://congresso.fecam.org.br)

Realização:



Execução:



Patrocínio Ouro:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Patrocínio Bronze:



Apoio:





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2903

Quinta-feira - 15 de Agosto de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	4	Curitibaanos .....	306	Laguna .....	642
Águas de Chapecó.....	12	Descanso.....	309	Lauro Muller .....	644
Águas Frias.....	16	Dionísio Cerqueira .....	311	Lebon Regis.....	645
Alto Bela Vista.....	21	Doutor Pedrinho.....	329	Leoberto Leal.....	646
Anchieta .....	23	Entre Rios.....	334	Lindóia do Sul .....	647
Angelina .....	25	Erval Velho .....	337	Lontras.....	649
Anita Garibaldi .....	26	Faxinal dos Guedes.....	343	Luiz Alves .....	650
Anitápolis.....	27	Flor do Sertão.....	344	Luzerna .....	651
Antônio Carlos .....	34	Formosa do Sul .....	346	Macieira.....	657
Apiuna.....	35	Forquilha.....	347	Maíra .....	665
Arabitã .....	42	Fraiburgo.....	348	Major Vieira .....	666
Arroio Trinta.....	43	Frei Rogério .....	420	Maracajá .....	667
Ascurra.....	44	Garopaba.....	421	Maravilha.....	670
Balneário Arroio do Silva .....	47	Garuva .....	450	Massaranduba.....	682
Balneário Gaivota .....	50	Gaspar .....	454	Matos Costa.....	684
Balneário Piçarras.....	51	Governador Celso Ramos .....	458	Modelo .....	689
Bandeirante .....	53	Grão Pará .....	463	Mondaí .....	691
Barra Bonita.....	59	Gravatal .....	467	Monte Carlo .....	735
Barra Velha.....	61	Guaraciaba .....	472	Monte Castelo .....	736
Bela Vista do Toldo.....	63	Guaramirim.....	476	Morro da Fumaça .....	737
Benedito Novo .....	65	Guarujá do Sul .....	478	Morro Grande.....	739
Biguaçu .....	113	Guatambú .....	479	Navegantes.....	742
Blumenau .....	114	Herval d'Oeste .....	483	Nova Erechim.....	753
Bom Jardim da Serra .....	149	Ibiam .....	486	Nova Itaberaba .....	754
Botuvera.....	150	Ibicaré.....	488	Nova Trento .....	761
Braço do Trombudo .....	151	Ilhota .....	489	Nova Veneza .....	762
Brusque.....	174	Imarui .....	491	Novo Horizonte .....	764
Caçador.....	187	Imbituba .....	494	Orleans .....	765
Camboriú.....	192	Indaial.....	503	Otaclio Costa.....	775
Campo Alegre .....	195	Iomerê .....	511	Ouro .....	776
Campo Erê.....	203	Ipira .....	512	Ouro Verde .....	777
Campos Novos.....	204	Iporã do Oeste.....	513	Palhoça .....	780
Canoinhas.....	212	Ipuacú.....	521	Palma Sola.....	782
Capão Alto.....	215	Iraceminha .....	526	Palmitos .....	783
Capinzal .....	236	Irani.....	528	Papanduva.....	784
Catanduvas.....	250	Iratí.....	529	Paraíso .....	786
Caxambu do Sul.....	251	Irineópolis .....	530	Passo de Torres.....	799
Cerro Negro.....	252	Itá .....	532	Passos Maia .....	800
Chapadão do Lageado .....	253	Itaiópolis .....	533	Paulo Lopes .....	806
Chapecó .....	256	Itapema.....	534	Penha.....	807
Cocal do Sul.....	272	Itapiranga.....	540	Pinheiro Preto .....	835
Concórdia .....	273	Itapoá .....	542	Piratuba.....	846
Cordilheira Alta .....	277	Ituporanga .....	565	Planalto Alegre.....	847
Coronel Freitas.....	286	Jaborá .....	589	Pomerode.....	848
Coronel Martins.....	289	Jacinto Machado .....	590	Ponte Serrada .....	850
Correia Pinto.....	290	Jaraguá do Sul .....	591	Porto Belo.....	852
Corupá .....	291	Joaçaba .....	598	Porto União.....	855
Cunha Porã.....	295	Lacerdópolis.....	601	Pouso Redondo .....	858
Cunhataí.....	305	Lages .....	618	Praia Grande.....	859

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)







# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2903

Quinta-feira - 15 de Agosto de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

Presidente Castello Branco.....	860	São Bernardino .....	956	Sul Brasil .....	1120
Presidente Getúlio .....	862	São Bonifácio .....	992	Tangará .....	1122
Presidente Nereu.....	863	São Carlos .....	995	Tijucas .....	1125
Princesa .....	873	São Domingos.....	996	Timbó .....	1129
Quilombo.....	879	São Francisco do Sul.....	1001	Três Barras .....	1136
Rancho Queimado.....	882	São João Batista.....	1048	Treze Tílias .....	1138
Rio do Campo .....	883	São João do Oeste .....	1062	Trombudo Central.....	1145
Rio do Oeste.....	884	São Joaquim .....	1063	Tunápolis .....	1147
Rio dos Cedros.....	891	São José.....	1067	União do Oeste .....	1148
Rio do Sul.....	886	São José do Cedro.....	1072	Urubici .....	1151
Rio Negrinho.....	902	São Lourenço do Oeste.....	1081	Urussanga .....	1153
Romelândia.....	903	São Miguel da Boa Vista .....	1090	Vidal Ramos.....	1162
Salinho.....	910	São Miguel do Oeste.....	1091	Videira.....	1165
Salto Veloso.....	911	São Pedro de Alcântara.....	1095	Vitor Meireles.....	1174
Santa Cecília.....	912	Saudades.....	1096	Xanxerê.....	1180
Santa Rosa de Lima.....	913	Schroeder.....	1097	Xavantina .....	1181
Santa Rosa do Sul .....	923	Seara .....	1102	Xaxim.....	1182
Santiago do Sul.....	926	Serra Alta .....	1117		
São Bento do Sul.....	933	Sombrio.....	1119		

## Associações

AMAUC.....	1184	AMREC .....	1186
AMMOC .....	1184	FECAM .....	1203

## Consórcios

CIMCATARINA.....	1204
CISNORDESTE .....	1218
Lambari.....	1218
CONDER.....	1219



# Agrônômica

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO 32/2019

Publicação Nº 2124501

Prefeitura Municipal de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2019

PREGAO PRESENCIAL Nº PR32/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES EM EVENTOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CME.

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 27/08/2019 às 08:30h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: [licitacao@agronomica.sc.gov.br](mailto:licitacao@agronomica.sc.gov.br) ou pelo site [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br).

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 15 de agosto de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### Nº 309/2019

Publicação Nº 2123217

PORTARIA Nº 309/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. LUCIANI ELIDIA SCHEWINSKI DA SILVA, matrícula n.º 143 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR que desenvolve as funções de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 15 (quinze) dias remunerada, iniciando-se em 07/08/2019 até 21/08/2019, à servidora municipal Sra. LUCIANI ELIDIA SCHEWINSKI DA SILVA, matrícula n.º 143 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR que desenvolve as funções de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### Nº 310/2019

Publicação Nº 2123367

PORTARIA Nº 310/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,



Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. LUCIANA PROBST CORREIA, matrícula n.º 382 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – TSA 3.04 e lotação no Departamento de Saúde,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 01 (um) dia remunerada, e em 26/06/2019, à servidora municipal Sra. LUCIANA PROBST CORREIA, matrícula n.º 382 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – TSA 3.04 e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 26/06/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

## Nº 311/2019

Publicação Nº 2123368

PORTARIA Nº 311/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. LUCIANA PROBST CORREIA, matrícula n.º 382 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – TSA 3.04 e lotação no Departamento de Saúde,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 02 (DOIS) dias remunerada, iniciando em 07/08/2019 até 08/08/2019, à servidora municipal Sra. LUCIANA PROBST CORREIA, matrícula n.º 382 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – TSA 3.04 e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07/08/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

## Nº 312/2019

Publicação Nº 2123369

PORTARIA Nº 312/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. LUCIANA PROBST CORREIA, matrícula n.º 382 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – TSA 3.04 e lotação no Departamento de Saúde,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 12 (DOZE) dias remunerada, iniciando em 13/08/2019 até 24/08/2019, à servidora municipal Sra. LUCIANA PROBST CORREIA, matrícula n.º 382 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – TSA 3.04 e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/08/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº 313/2019**

Publicação Nº 2123391

PORTARIA Nº 313/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. PATRICIA CELI MARTINS CLAUDINO DOS SANTOS, matrícula n.º 285 ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM – ANM 2.05 e lotação no Departamento de Saúde,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 01 (um) dia remunerada, em 12/08/2019, à servidora municipal Sra. PATRICIA CELI MARTINS CLAUDINO DOS SANTOS, matrícula n.º 285 ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM – ANM 2.05 e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/08/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº 314/2019**

Publicação Nº 2123408

PORTARIA Nº 314/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. GISELE SETTI, matrícula n.º 1018 ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSORA – EDUCAÇÃO INFANTIL e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 02 (dois) dias remunerada, iniciando-se em 17/07/2019 até 18/07/2019, à servidora municipal Sra. GISELE SETTI, matrícula n.º 1018 ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSORA – EDUCAÇÃO INFANTIL e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

**Nº 315/2019**

Publicação Nº 2123474

PORTARIA Nº 315/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. LOURDES ROHLING LONGEN DA SILVA, matrícula n.º 977 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ANM 2.12 e lotação no Departamento de Saúde,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 03 (três) dias remunerada, iniciando-se em 30/07/2019 até 01/08/2019, à servidora municipal Sra. LOURDES ROHLING LONGEN DA SILVA, matrícula n.º 977 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ANM 2.12 e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal



**Nº 316/2019**

Publicação Nº 2123482

PORTARIA Nº 316/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido o servidor municipal Sr. MAICON JAHN, matrícula n.º 662 ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS, POSTURAS E MEIO AMBIENTE MUNICIPAIS - ANM 2.03 e lotação no Departamento de Planejamento,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 01 (um) dia remunerada, em 19/07/2019, ao servidor municipal Sr. MAICON JAHN, matrícula n.º 662 ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS, POSTURAS E MEIO AMBIENTE MUNICIPAIS - ANM 2.03 e lotação no Departamento de Planejamento.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº 317/2019**

Publicação Nº 2123487

PORTARIA Nº 317/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido servidora municipal Sra. JUDITE MARILENE FLORENCIO KUMMROW, matrícula n.º 578 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA – TSA 3.09 e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 2 (dois) dias remunerada, iniciando-se em 22/07/2019 até 23/07/2019, a servidora municipal Sra. JUDITE MARILENE FLORENCIO KUMMROW, matrícula n.º 578 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 22/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº 318/2019**

Publicação Nº 2123490

PORTARIA Nº 318/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido servidor municipal Sr. ADAIR SOUZA, matrícula n.º 363 ocupante do cargo de provimento efetivo de PEDREIRO/CARPINTEIRO TSA – 3.06 e lotação no Departamento de Obras,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 1 (um) dia remunerada, em 06/08/2019, ao servidor municipal Sr. ADAIR SOUZA, matrícula n.º 363 ocupante do cargo de provimento efetivo de PEDREIRO/CARPINTEIRO TSA – 3.06 e lotação no Departamento de Obras.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/08/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº 319/2019**

Publicação Nº 2123492

PORTARIA Nº 319/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. LUCILENE SCOZ, matrícula n.º 385 ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM – ANM 2.05 e lotação no Departamento de Saúde,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 01 (um) dia remunerada, em 18/07/2019, à servidora municipal Sra. LUCILENE SCOZ, matrícula n.º 385 ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM – ANM 2.05 e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº 320/2019**

Publicação Nº 2123540

PORTARIA Nº 320/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. MIRTES SCHLUP, matrículas n.º 227 e 406 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 01 (um) dia remunerada, em 08/07/2019, à servidora municipal Sra. MIRTES SCHLUP, matrículas n.º 227 e 406 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº 321/2019**

Publicação Nº 2123544

PORTARIA Nº 321/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. ANELITA KNAUL, matrícula n.º 681 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 02 (dois) dias remunerada, iniciando-se em 15/07/2019 até 16/07/2019, à servidora municipal Sra. ANELITA KNAUL, matrícula n.º 681 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal



**Nº 322/2019**

Publicação Nº 2123545

PORTARIA Nº 322/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido o servidor municipal Sr. ADRIANO JOSE VANDERLINDE, matrícula n.º 1042 ocupante do cargo de provimento efetivo de CONTADOR – ANS 1.15 e lotação no Departamento de Administração,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 01 (um) dia remunerada, em 11/07/2019, ao servidor municipal Sr. ADRIANO JOSE VANDERLINDE, matrícula n.º 1042 ocupante do cargo de provimento efetivo de CONTADOR – ANS 1.15 e lotação no Departamento de Administração.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº 323/2019**

Publicação Nº 2123549

PORTARIA Nº 323/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. LUCILENE SCOZ, matrícula n.º 385 ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM – ANM 2.05 e lotação no Departamento de Saúde,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 01 (um) dia remunerada, em 01/07/2019, à servidora municipal Sra. LUCILENE SCOZ, matrícula n.º 385 ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM – ANM 2.05 e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº55/2019- PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2019 -REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 2124406

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº55/2019  
Pregão Presencial P/ Registro de Preços nº32/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO;

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até às 08h15min do dia 29 de agosto de 2019.  
Abertura dos Envelopes: a partir das 08h30min – dia 29 de agosto de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00 as 17:00hrs. [www.aguasdechapeco.sc.gov.br](http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br), e-mail [compras@aguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:compras@aguasdechapeco.sc.gov.br) ou INFORMAÇÕES pelo fone (0\*\*49) 3339.0855.

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 14 de agosto de 2019.  
LEONIR ANTONIO HENTGES  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 086 - 2019 - SUPLEMENTAÇÃO FISCAL PM - SUPERAVIT

Publicação Nº 2123214

DECRETO Nº 086/2019 De 13 de agosto de 2019	DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018 DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 1957/2018, Artigo 5º, § 1º Inciso II e demais disposições legais vigentes;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar Especial no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, no valor de R\$- 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	4
Unidade	Departamento de Obras e Serviços Públicos - DOSU	1
Função	Urbanismo	15
Sub-função	Serviços Urbanos	452
Programa	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS COM COMPROMISSO	8
Atividade	Manutenção dos Serviços Públicos Urbanos	2.025
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( 155 )	Aplicação Direta – 3.3.90.00.00	03.000 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		50.000,00

Art. 2º Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2018, conforme Decreto n.º 003/2018, na Destinação de Recurso Superávit Financeiro 03.000 – Recursos Ordinários, no valor total de R\$- 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de  
Águas de Chapecó/SC, em 13 de agosto de 2019.  
LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**DECRETO Nº 087 - 2019 - SUPLEMENTAÇÃO FISCAL PM**

Publicação Nº 2123216

DECRETO Nº087 /2019 De 13 de agosto de 2019	DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 1963/2019, e demais disposições legais vigentes;
------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para suplementar as seguintes contas:

**ITEM I**

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINASNÇAS E PLANEJA- MENTO		3
Unidade	Departamento de Finanças		2
Função	Administração		04
Sub-função	Administração Geral		122
Programa	GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE		3
Atividade	Manutenção da Assessoria Administrativa Superior		2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(14)	3.3.90.00.00 - Aplicação Direta	1.000 – Recursos Ordinários	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00

**ITEM II**

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Setor de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO: O FUTURO SE FAZ NO PRESENTE		4
Atividade	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental		2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(67)	3.3.90.00.00 - Aplicação Direta	1.000 – Recursos Ordinários	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

Art. 2º Para suplementar as contas de que trata o artigo 1º serão deduzidos os valores das contas abaixo:

**PARA O ITEM I**

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINASNÇAS E PLANEJA- MENTO		3
Unidade	Departamento de Finanças		2
Função	Administração		04
Sub-função	Administração Geral		122
Programa	GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE		3
Atividade	Manutenção da Assessoria Administrativa Superior		2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(13)	3.1.90.00.00 - Aplicação Direta	1.000 – Recursos Ordinários	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00

**PARA O ITEM II**

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Setor de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO: O FUTURO SE FAZ NO PRESENTE		4
Atividade	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental		2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor



(65)	3.1.90.00.00 - Aplicação Direta	1.000 – Recursos Ordinários	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de  
Águas de Chapecó/SC, em 13 de agosto de 2019.  
LEONIR ANTONIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

## EXTRATO DE CONTRATO Nº40/2019-ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA

Publicação Nº 2123410

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	40/2019
Contratante:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Contratada :	ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA
Objeto:	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA NOVA ANO/MODELO MÍNIMO 2019, TRAÇÃO 4X4 COM CABINE FECHADA, PARA O MUNICIPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ;
Valor:	R\$202.500,00( duzentos e dois mil e quinhentos reais).
P. Atividade:	Orçamento Anual Vigente
Vigência	Início: 14/08/2019 Término: 31/12/2019
Processo de Licitação nº51/2019 Pregão Presencial nº30/2019.	
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 14 de agosto de 2019	
LEONIR ANTONIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

## PORTARIA Nº 287/2019

Publicação Nº 2124499

PORTARIA Nº 287/2019 De 15 de Agosto de 2019	NOMEIA, NOS TERMOS DA LEI, FERNANDA LUIZA DOS SANTOS, PARA EXERCER O CARGO DE TESOUREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público nº 001/2019, Lei Complementar nº 055/2018 e 058/2018, demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em 15 de Agosto de 2019, a Sra. FERNANDA LUIZA DOS SANTOS para o Cargo de Tesoureira, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 45, grupo TEP, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 058/2018 de 12 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 15 de Agosto de 2019.  
LEONIR ANTÔNIO FOLLMANN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos quinze dias do mês de Agosto de 2019, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora FERNANDA LUIZA DOS SANTOS, a fim de tomar posse no cargo de Tesoureira, nível 45, nomeada pela Portaria nº 287/2019. O cerimonial de posse foi conduzido

pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

FERNANDA LUIZA DOS SANTOS

Nome da Empossada

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

# Águas Frias

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 226/2019

Publicação Nº 2123473

DECRETO Nº 226/2019

REGULAMENTA O PROGRAMA "ÁGUAS FRIAS BEM MAIS AGRICULTURA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA, Prefeita Municipal em Exercício do Município de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 1.255/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentado através do presente Decreto o Programa "ÁGUAS FRIAS BEM MAIS AGRICULTURA", de acordo com o art. 20 da Lei Municipal nº 1.255/2019

Art. 2º - O pagamento do bônus agrícola previsto no artigo 3º e seguintes da Lei Municipal 1.255/2019, quando utilizado para aquisição de sementes de pastagens, insumos agrícolas e ferramentas agrícolas na forma do artigo 4º da mesma legislação, obedecerá as seguintes normas e procedimentos:

I – O beneficiário do programa receberá da Secretaria da Agricultura a certidão de bônus agrícola, com especificação do nome do contemplado pelo programa e o valor do bônus correspondente;

II – De posse da certidão de bônus agrícola, o beneficiário deverá comparecer a uma das empresas credenciadas junto ao Município de Águas Frias e escolher as mercadorias que tiver interesse dentre as listadas no credenciamento, até o limite do seu crédito, entregando a certidão de bônus;

III – A empresa credenciada deverá emitir nota fiscal em nome do próprio beneficiário, com descrição dos produtos adquiridos e seus respectivos valores, apresentando ao Município juntamente com a certidão do bônus agrícola, a fim de que se proceda o pagamento;

IV – A empresa credenciada não poderá incluir nas notas fiscais produtos e materiais não inseridos no credenciamento, tampouco vender produtos com preços superiores aos valores anotados no credenciamento;

V – Fica permitida à empresa credenciada a concessão de descontos, mediante venda de produtos abaixo do preço credenciado, a fim de igualar o valor da venda com o valor do bônus agrícola, sendo que neste caso o Município pagará o valor da nota com desconto;

V – Havendo venda ao beneficiário além do valor do bônus agrícola, a empresa credenciada deverá fazer duas notas/cupons fiscais: uma até o limite do bônus que será pago pelo Município e outra do valor excedente, que será de responsabilidade exclusiva do beneficiário;

Art. 3º - Após a apresentação da nota fiscal pela empresa credenciada, o Município de Águas Frias efetuará o processo de inexigibilidade de licitação em razão do credenciamento, a fim de permitir o pagamento dos valores.

§ 1º – Fica obrigado o Município de Águas Frias de empenhar e pagar as notas emitidas pelas empresas credenciadas desde o início do programa – 01/04/2019, mesmo sendo emitidas em nome da pessoa beneficiada, desde que devidamente acompanhada do bônus agrícola em valor compatível.

§ 2º - Poderá o Município de Águas Frias acumular notas/cupons para inserção em um único processo de inexigibilidade, conforme conveniência da administração.

Art. 4º - Caso o beneficiário não utilize a totalidade do bônus agrícola, deverá comparecer à Secretaria de Agricultura para emissão de novo bônus com o saldo remanescente.

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, 14 de agosto de 2019.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

Prefeita Municipal em Exercício

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CÉZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento



**EXTRATO CONTRATUAL Nº61/2019**

Publicação Nº 2124479

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº ..... :	61/2019
Contratante ..... :	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada ..... :	GENTE SEGURADORA S. A.
Objeto ..... :	Contratação de Empresa para Realização de Seguro de Veículos, Escavadeira Hidráulica e Tratores de Esteira, para suprir as necessidades com seguro da frota de veículos e máquinas do município de Águas Frias
Valor ..... :	R\$ 23.557,00 (vinte e três mil, quinhentos e cinquenta e sete reais)
Vigência ..... :	Início :14/08/2019 Término : 15/08/20
Licitação ..... :	Pregão Nº.: 27/2019
Processo ..... :	60/2019

AGUAS FRIAS, 14 de agosto de 2019

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA  
PREFEITA EM EXERCÍCIO

**EXTRATO CONTRATUAL Nº62/2019**

Publicação Nº 2124480

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº ..... :	62/2019
Contratante ..... :	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada ..... :	GENTE SEGURADORA S. A.
Objeto ..... :	Contratação de Empresa para Realização de Seguro de Veículos, Escavadeira Hidráulica e Tratores de Esteira, para suprir as necessidades com seguro da frota de veículos e máquinas do município de Águas Frias
Valor ..... :	R\$3.639,00 (três mil, seiscentos e trinta e nove reais)
Vigência ..... :	Início :14/08/2019 Término : 15/08/20
Licitação ..... :	Pregão Nº.: 27/2019
Processo ..... :	60/2019

AGUAS FRIAS, 14 de agosto de 2019

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA  
PREFEITA EM EXERCÍCIO

**EXTRATO CONTRATUAL Nº63/2019**

Publicação Nº 2124481

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº ..... :	63/2019
Contratante ..... :	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada ..... :	MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
Objeto ..... :	Contratação de Empresa para Realização de Seguro de Veículos, Escavadeira Hidráulica e Tratores de Esteira, para suprir as necessidades com seguro da frota de veículos e máquinas do município de Águas Frias
Valor ..... :	R\$ 7.694,00 (sete mil, seiscentos e noventa e quatro reais)
Vigência ..... :	Início :14/08/2019 Término : 15/08/20
Licitação ..... :	Pregão Nº.: 27/2019

Processo ..... :	60/2019
AGUAS FRIAS, 14 de agosto de 2019	
JANETE ROLIM DE MOURA DAGA	
PREFEITA EM EXERCÍCIO	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº64/2019**

Publicação Nº 2124482

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº ..... :	64/2019
Contratante ..... :	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada ..... :	MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
Objeto ..... :	Contratação de Empresa para Realização de Seguro de Veículos, Escavadeira Hidráulica e Tratores de Esteira, para suprir as necessidades com seguro da frota de veículos e máquinas do município de Águas Frias
Valor ..... :	R\$ 2.630,00(dois mil, seiscentos e trinta reais)
Vigência ..... :	Início :14/08/2019 Término : 15/08/20
Licitação ..... :	Pregão Nº.: 27/2019
Processo ..... :	60/2019

AGUAS FRIAS, 14 de agosto de 2019	
JANETE ROLIM DE MOURA DAGA	
PREFEITA EM EXERCÍCIO	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº65/2019**

Publicação Nº 2124483

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº ..... :	65/2019
Contratante ..... :	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada ..... :	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
Objeto ..... :	Contratação de Empresa para Realização de Seguro de Veículos, Escavadeira Hidráulica e Tratores de Esteira, para suprir as necessidades com seguro da frota de veículos e máquinas do município de Águas Frias
Valor ..... :	R\$ 9.873,00 (nove mil, oitocentos e setenta e três reais)
Vigência ..... :	Início :14/08/2019 Término : 15/08/20
Licitação ..... :	Pregão Nº.: 27/2019
Processo ..... :	60/2019

AGUAS FRIAS, 14 de agosto de 2019	
JANETE ROLIM DE MOURA DAGA	
PREFEITA EM EXERCÍCIO	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº66/2019**

Publicação Nº 2124484

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº ..... :	66/2019
Contratante ..... :	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada ..... :	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Objeto .....	Contratação de Empresa para Realização de Seguro de Veículos, Escavadeira Hidráulica e Tratores de Esteira, para suprir as necessidades com seguro da frota de veículos e máquinas do município de Águas Frias
Valor .....	R\$ 6.662,00(seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais)
Vigência .....	Início :14/08/2019 Término : 15/08/20
Licitação .....	Pregão Nº.: 27/2019
Processo .....	60/2019

AGUAS FRIAS, 14 de agosto de 2019

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

PREFEITA EM EXERCÍCIO

**EXTRATO CONTRATUAL Nº67/2019**

Publicação Nº 2124502

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº .....	67/2019
Contratante .....	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada .....	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRO. FAMILIAR DE QUILOMBO
Objeto .....	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, para suprir as necessidades da Secretaria da Educação do Município de Águas Frias em conformidade com o Edital de Chamada Pública nº3/2019
Valor .....	R\$ 12.725,90(doze mil setecentos e vinte e cinco reais e noventa centavos)
Vigência .....	Início :15/08/2019 Término : 31/12/19
Licitação .....	Dispensa por Justificativa Nº.: 18/2019
Processo .....	64/2019

AGUAS FRIAS, 15 de agosto de 2019

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

PREFEITA EM EXERCÍCIO

**EXTRATO CONTRATUAL Nº68/2019**

Publicação Nº 2124504

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº .....	68/2019
Contratante .....	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada .....	EUNICE INÊS WIECZYNSKI SANTIN
Objeto .....	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, para suprir as necessidades da Secretaria da Educação do Município de Águas Frias em conformidade com o Edital de Chamada Pública nº3/2019
Valor .....	R\$ 4.244,50(quatro mil duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)
Vigência .....	Início :15/08/2019 Término : 31/12/19
Licitação .....	Dispensa por Justificativa Nº.: 18/2019
Processo .....	64/2019

AGUAS FRIAS, 15 de agosto de 2019

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

PREFEITA EM EXERCÍCIO

**EXTRATO CONTRATUAL Nº69/2019**

Publicação Nº 2124505

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº ..... :	69/2019
Contratante ..... :	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada ..... :	LUIZ FRANCISCO DA SILVA
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, para suprir as necessidades da Secretaria da Educação do Município de Águas Frias em conformidade com o Edital de Chamada Pública nº3/2019
Valor ..... :	R\$ 7.240,05(sete mil duzentos e quarenta reais e cinco centavos)
Vigência ..... :	Início :15/08/2019 Término : 31/12/19
Licitação ..... :	Dispensa por Justificativa Nº.: 18/2019
Processo ..... :	64/2019

AGUAS FRIAS, 15 de agosto de 2019

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

PREFEITA EM EXERCÍCIO



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 192, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2124324

#### CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionado.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
606	VANDA BOURCKHARDT GASTMANN	1/2 dia (tarde)	08/08/2019
748	JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH	01 dia	09/08/2019
614	ILIZANDRA BRITO DAHMER	01 dia	09/08/2019
499	VANDA BOURCKHARDT GASTMANN	01 dia	09/08/2019
746	CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA	1/2 dia (manhã)	12/08/2019

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 12 de agosto de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 193, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2124327

#### CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, JULIANA VALERIA LERMEN STECKLING, matrículas 54 e 385, ocupante de dois cargos de provimento efetivo de PROFESSOR II, no período de 12 a 25 de agosto de 2019, totalizando 14 (quatorze três) dias, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Gilberto Dalmora CRM-SC 5485.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 12 a 23 de agosto de 2019, para a matrícula nº 54 e, de 12 a 21 de agosto de 2019, para a matrícula nº 385, sendo que o restante será reembolsado pela Previdência Social (INSS).

Parágrafo Único: Para efeitos da contagem do período constantes do Art. 2º custeado pelo município consideramos as Portarias nº 188 de 08 de agosto de 2019 com afastamento de três (03) dias, para a matrícula 54 e a portaria nº 159 de 27 de junho de 2019 com afastamento de um (01) dia, a portaria 183 de 05 de agosto de 2019 com afastamento de um (01) dia e a portaria nº 188 de 08 de agosto de 2019 com afastamento de três (03) dias, para a matrícula nº 385.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 12 de agosto de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

## **PORTARIA Nº 194, DE 12 DE AGOSTO DE 2019º**

Publicação Nº 2124330

ESTABELECE ESCALA DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período, conforme segue:

§ 1º Servidores na função de motorista

- a) Das 17:00 horas do dia 02/08 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 09/08 – Servidor Marcos Finger;
- b) Das 17:00 horas do dia 09/08 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 16/08 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- c) Das 17:00 horas do dia 16/08 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 23/08 – Servidor Adilson Schwingel;
- d) Das 17:00 horas do dia 23/08 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 30/08 – Servidor Marco Finger;
- e) Das 17:00 horas do dia 30/08 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 06/09 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- f) Das 17:00 horas do dia 06/09 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 13/09 – Servidor Adilson Schwingel;
- g) Das 17:00 horas do dia 13/09 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 20/09 – Servidor Marco Finger;
- h) Das 17:00 horas do dia 20/09 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 27/09 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- i) Das 17:00 horas do dia 27/09 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 04/10 – Servidor Adilson Schwingel;

§ 2º - Servidora na função de Técnica de Enfermagem;

- a) Das 17:00 horas do dia 02/08 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 09/08 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- b) Das 17:00 horas do dia 09/08 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 16/08 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- c) Das 17:00 horas do dia 16/08 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 23/08 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- d) Das 17:00 horas do dia 23/08 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 30/08 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- e) Das 17:00 horas do dia 30/08 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 06/09 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- f) Das 17:00 horas do dia 06/09 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 13/09 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- g) Das 17:00 horas do dia 13/09 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 20/09 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- h) Das 17:00 horas do dia 20/09 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 27/09 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- i) Das 17:00 horas do dia 27/09 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 04/10 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 978,68 (Novecentos e setenta e oito reais com sessenta e oito centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único – As servidoras relacionadas na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberão o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 12 de agosto de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### AVISO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2019

Publicação Nº 2124493

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2019

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que a Licitação na modalidade Concorrência Pública, Tipo Maior Oferta, para: Alienação de bem imóvel municipal, sendo parte de uma área de terras localizada na Linha Vargem Bonita, interior do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com área superficial de 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) sobre o qual encontra-se edificado prédio escolar desativado com área de 98,00 m<sup>2</sup> (noventa e oito metros quadrados), conforme quantitativos, forma e condições estabelecidos no Edital, com fundamento na Lei 8.666/93 e Lei Municipal 2.444/2019, foi REVOGADA.

Anchieta, 15 de Agosto de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº360/2019

Publicação Nº 2123389

PORTARIA nº. 360/2019  
De, 14 de Agosto de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Complementares 031/2011, 032/2011 e 033/2011 e,

Considerando o Art. 13 § 6º da Lei Complementar 031/2011;

Considerando o Parecer Jurídico 026/2019;

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 299/2019,

Art. 1º - Fica tornada sem efeito a Portaria nº 299/2019 de 15/07/2019, da nomeação de Larissa de Carvalho Hanauer para o cargo de Bioquímica, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde Pública.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 14 de Agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

### PORTARIA Nº361/2019

Publicação Nº 2123392

PORTARIA nº. 361/2019  
De, 14 de Agosto de 2019.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a senhora Deoclesia Brasil, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerias, efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula 2403, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 14 de Agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

# Angelina

## PREFEITURA

### PORTARIA LEGISLATIVA Nº 007/2019

Publicação Nº 2123260

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE ANGELINA

portaria N.º 007 de 06 DE agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DA JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM CONTABILIDADE.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores deste Município de Angelina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 39, inciso XXX, do Regimento Interno, e;

Considerando o teor do art. 246, do Regimento Interno, o qual estabelece que as portarias são o instrumento hábil para determinar instruções aos servidores sobre o desempenho de suas atribuições;

Considerando o requerimento do Servidor Walcione Dias Goes, datado de 06 de agosto de 2019;

Considerando que a carga horária do cargo de Técnico em Contabilidade da Câmara é de 20 (vinte) horas semanais, a teor do Anexo I, da Lei Complementar nº 24, de 23 de dezembro de 2013;

Considerando que a Lei Complementar nº 040/2019 de 07 de maio de 2019 incluiu o §6º do artigo 110 da Lei Complementar nº 21/2013, autoriza a compensação das horas dos servidores do Poder Legislativo respeitando a carga horária máxima de 10 horas diária;

Resolve:

Art. 1º- Autorizar que o servidor Walcione Dias Goes, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade da Câmara de Vereadores, possa desempenhar suas atividades em três dias por semana, às terças-feiras das 14:00h às 19:00h, às quartas-feiras das 07:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h e às quintas-feiras das 07:00h às 12:00h, totalizando 20 (vinte) horas da carga horária semanal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Angelina, 06 de agosto de 2019.

MÁRIO LUIZ PERARDT

Presidente da Câmara Municipal de Angelina

### PORTARIA Nº 078/2019

Publicação Nº 2123558

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

PORTARIA Nº 078/2019

RESOLVE EXONERAR.

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município de Angelina, art. 17 item II, art. 60 item VI,

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a pedido Thiago Roussenq Brehsan, do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina a partir de 14/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Angelina, 14 de Agosto de 2019.

Gilberto Orlando Dorigon

Prefeito Municipal



# Anita Garibaldi

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2019

Publicação Nº 2123720

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS DE BORRACHARIA para conserto de pneus nos veículos da frota municipal, conforme especificações constantes no anexo "e" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13h00 do dia 27/08/2019.

Abertura: às 13:10h do dia 27/08/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.anitagaribaldi.sc.gov.br](http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 14 de Agosto de 2019.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 005/2019

Publicação Nº 2123724

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de Balança de Pesar Gado, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Com recursos Próprios e oriundos do contrato de repasse OGU nº 873785/2018, firmado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Programa Agricultura Sustentável, representada pela Caixa Econômica Federal.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 13h00 do dia 02/09/2019.

Abertura: dia 02/09/2019, às 13h10.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.anitagaribaldi.sc.gov.br](http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações complementares poderão ser obtidas no Dpto. de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49)3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 14 de Agosto de 2019.

João Cidinei da Silva

Prefeito Municipal

# Anitápolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 027/2019 AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2124022

DECRETO Nº. 027/2019

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 982/18 de 11 de dezembro de 2018:

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 56.423,60 (cinquenta e seis quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos) as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

13.01.12.361.0018.2.036.3.3.90.00.01.0040/156 R\$ 25.000,00

13.01.12.365.0018.2.037.3.3.90.00.01.0040/187 R\$ 25.000,00

14.02.17.512.0027.2.029.3.1.71.00.01.0000/242 R\$ 4.739,76

14.02.17.512.0027.2.029.3.3.71.00.01.0000/243 R\$ 1.683,84

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 01 de julho de 2019.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 01 de julho de 2019.

Fernanda Coelho Raimundo

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº. 029/2019 AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2124031

DECRETO Nº. 029/2019

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº. 982/18 de 11 de dezembro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.122.0006.2.003.3.1.90.00.01.0000/9 R\$ 10.000,00

12.01.26.782.0022.2.016.3.3.90.00.01.0000/84 R\$ 30.000,00

13.02.13.392.0020.2.027.3.3.90.00.01.0000/201 R\$ 3.500,00

14.02.17.512.0027.2.028.3.3.90.00.01.0000/240 R\$ 4.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.122.0006.2.003.3.1.91.00.01.0000/10 R\$ 10.000,00  
12.01.26.782.0022.2.016.3.1.90.00.01.0000/79 R\$ 30.000,00  
13.02.13.392.0020.2.027.4.4.90.00.01.0000/202 R\$ 3.500,00  
14.02.17.512.0027.2.028.4.4.90.00.01.0000/241 R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 08 de julho de 2019.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 08 de julho de 2019.

Fernanda Coelho Raimundo

Chefe de Gabinete

## **DECRETO Nº. 030/2019 AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2124040

DECRETO Nº. 030/2019

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 982/18 de 11 de dezembro de 2018:

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 10.000,79 (dez mil reais e setenta e nove centavos), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

09.01.28.123.0000.0.002.3.3.90.00.01.0000/13 R\$ 10.000,00  
13.01.12.361.0017.2.034.3.3.90.00.01.0022/294 R\$ 0,79

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 08 de julho de 2019.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 08 de julho de 2019.

Fernanda Coelho Raimundo

Chefe de Gabinete

## **PROCESSO SELETIVO 03/2019**

Publicação Nº 2124053

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2019

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que serão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para atendimento de necessidade temporária e excepcional de interesse público para os cargos elencados no Anexo I, parte integrante deste edital, em conformidade com as Leis nº 504/2000, 505/2000, Lei Municipal 623/2005 e Lei Municipal 689/2007 e suas alterações e Prejulgado TCE/SC nº 2041:

1. DO CRONOGRAMA DESTA CERTAME

DATA	ATO
14/08/2019	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições

15 e 16/08/2019	Prazo para impugnações do Edital de abertura das inscrições
21/08/2019	Publicação das decisões acerca das impugnações ao edital de abertura de inscrições.
21 à 27/08/2019	Período de Inscrições
28/08/2019	Publicação do Rol dos Inscritos
30/08/2019	Prazo para recursos e impugnação dos inscritos.
05/09/2019	Publicação do Julgamento dos recursos e impugnação de inscritos.
06/09/2019	Prova de conhecimentos específicos para o cargo estabelecido neste edital no horário das 9:00 da manhã. Chegar 10 minutos antes.
09/09/2019	Divulgação do gabarito às 16:00hs
12/09/2019	Publicação do resultado da classificação geral.
13 à 16/09/2019	Prazo para recurso contra Classificação.
17/09/2019	Homologação do Resultado Final

## 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá aos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo, de acordo com a proporcionalidade, necessidade do Município, surgimento das vagas e de acordo com o quadro do funcionário efetivo afastado.

2.2. O candidato que for chamado e não comparecer dentro do prazo estipulado pela administração ou recusar a vaga oferecida perde sua vaga.

2.3. O candidato aprovado no presente processo seletivo deverá acompanhar através dos meios de comunicação da administração municipal, bem como no item 12 deste edital os dias das escolhas de vagas para o qual se inscreveu.

2.4. É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar pela internet, através do site <http://www.anitapolis.sc.gov.br/> ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo Simplificado, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

## 3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

3.1.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais deverão preencher a declaração em anexo a este edital (Anexo II)

3.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos, obedecidos aos procedimentos dos itens 4.12 e 4.13 deste Edital.

## 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá comparecer no Setor Pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, localizada na Rua Gonçalves Junior, 260 – Centro neste município para realizar a inscrição com CPF e Documento de Identidade. A ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 21 à 27 de agosto de 2019, das 13:30 as 17:00 horas.

4.1.1 Os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, deverão obrigatoriamente residir em um dos bairros na micro área do bairro Gaspar, bairro Maracujá ou bairro Rio da Prata.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição, e se necessário entregar os documentos solicitados para classificação.

4.2.1. Não serão aceitas as inscrições ou entrega de documentação fora do prazo estipulado neste edital.

4.3. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas somente através do e-mail [prefeitura@anitapolis.sc.gov.br](mailto:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br)

4.5. A Prefeitura Municipal de Anitápolis não se responsabilizará por inscrições não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão de qualquer documento.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.

4.8. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências, no dia 28 de agosto de 2019 será publicado o rol dos inscritos, na forma disposta no item 12.1 deste Edital.

4.9. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, antes de encerrado o prazo para as inscrições:

4.9.1. Apresentar à comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado:

4.9.1.1 Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID, e a provável causa da mesma, na Secretaria Municipal de Administração.

4.9.1.2. Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;

4.10. A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

4.10.1 O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

4.11. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

## 6. DO VALOR DAS INSCRIÇÕES

6.1. Cargos de ensino Fundamental Completo: R\$ 40,00 ( quarenta reais)

## 7. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. No dia 12 de setembro de 2019, o Município de Anitápolis publicará o resultado da classificação.

7.2. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

- 7.2.1. Que tiver maior idade
- 7.2.2. Que obtiver maior tempo de serviço;
- 7.2.3. Que possuir maior número de dependentes.

7.3. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

7.4. A lista de classificação homologada pelo Prefeito do Município de Anitápolis, será publicada no dia 17 de setembro de 2019, nos locais previstos no item 12.1 deste Edital.

## 8. NORMAS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

### 8.1 DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

8.1.1. O cargo de Agente Comunitário de Saúde terá prova de conhecimentos específicos com 10 questões, sendo que cada questão valerá 01 ponto.

8.1.2. As provas de conhecimentos específicos serão realizadas no dia 06 de setembro de 2019 às 09:00 horas nas dependências da Prefeitura Municipal de Anitápolis e terá a duração de 02 horas. O candidato obrigatoriamente deve chegar com antecedência de 10 minutos, após isso, o candidato não poderá fazer a prova e será desclassificado.



**8.2 DA PROVA DE HABILITAÇÃO:**

8.2.1. Conclusão do Ensino Fundamental e residir em um dos bairros: bairro Gaspar, bairro Maracujá ou Rio da Prata.

**9. DOS RECURSOS**

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

9.1.1. Do presente Edital;

9.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

9.1.3. Da nota da prova de conhecimentos específicos;

9.1.4. Da classificação provisória;

9.1.5. Da prova de conhecimentos específicos e da classificação.

9.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo estabelecido no item 1 deste edital, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado na Prefeitura Municipal de Anitápolis.

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do email [prefeitura@anitapolis.sc.gov.br](mailto:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br), não serão aceitos outras formas de recurso.

**10. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

10.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

10.1.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

10.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

10.1.3. Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, após a apreciação dos exames e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

10.1.4. Comprovar habilitação mínima exigida pelo edital;

10.1.5. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível, acompanhada de original, quando for o caso:

a) Certidão de Casamento ou Nascimento;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

d) Título de Eleitor;

e) Certidão relativa à quitação eleitoral;

f) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

g) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

h) Certidão de Nascimento dos filhos;

i) Carteira de Trabalho – da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;

j) PIS/PASEP (frente e verso);

k) Número da conta-corrente;

l) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;

m) 1 (uma) fotografia 3x4, recente;

n) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.

o) Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei.

p) Apresentar certidão de antecedentes criminais;

**11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (Um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da data da homologação.

11.2. A aprovação neste Processo Seletivo Simplificado não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

11.3. As atribuições do cargo de Agente Comunitário de Saúde consta na Lei Municipal nº 689/2007.

**12. DA ESCOLHA DE VAGAS**

12.1. Os candidatos aprovados terão seus nomes publicados no site da Prefeitura Municipal de Anitápolis, bem como no órgão oficial do Município e serão comunicados conforme a necessidade do município, respeitada a ordem de classificação deste processo seletivo.

**13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. A lista de inscritos, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no órgão oficial do Município e no site <http://www.anitapolis.sc.gov.br/>.

13.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

13.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo, competente também para julgar, em decisão irrecorrível, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

13.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

13.4.1. Anexo I – Quadro de cargos e habilitação mínima exigida;

13.4.2. Anexo II – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

13.4.3. Anexo III – Ficha de Inscrição;

13.4.4. Anexo IV – Conteúdo para prova – conhecimento específico;

Anitápolis, 14 de agosto de 2019.  
LAUDIR PEDRO COELHO  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

## QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	FORMAÇÃO/MÍNIMA	SALÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	VAGAS	
Agente Comunitário de Saúde	40h	Ser maior de 18 anos. Conclusão do Ensino Fundamental. Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares. Residir na área geográfica pleiteada, conforme estabelece o artigo 6º da Lei Federal nº 11.350/2006. Residir em um dos bairros: bairro Gaspar, Maracujá ou bairro do Rio da Prata.	R\$ 1.348,54	ACT	01	

Observar disposto no item 2.1 deste Edital.

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

## DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.1.1 do Edital de Processo Seletivo nº 03/2019, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

, de  
de 2019.

Assinatura do Candidato

## ANEXO III

## FICHA DE INSCRIÇÃO

Número da Inscrição:
----------------------

Cargo:		
Nome do Candidato:		
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: ( ) Masc ( ) Fem
Endereço:		
Município:		Bairro:
Estado:	Fone:	
Local e Data:	Assinatura do Candidato:	

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Anitápolis/SC Processo Seletivo 03/2019
------------------------------------------------------------------------------------------------

Número da Inscrição:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Local e Data:	Assinatura do Candidato:

VIA CANDIDATO

ANEXO IV

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PROVA CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Agente Comunitário de Saúde

Conhecimentos básicos sobre atuação dos Agentes Comunitários de Saúde; ações de saneamento e de prevenção à moléstias; prevenção e correção das condições e riscos à saúde da população; A Saúde o que é? Qual a importância? Conceitos; O Sistema Único de Saúde (SUS); O Agente Comunitário de Saúde: responsabilidades; A vida comunitária: O que é, Qual importância; A visita domiciliar: O que é; O que o Agente Comunitário de Saúde deve fazer? O antes e o depois da visita domiciliar; Mapa da Comunidade: para que serve, como fazê-lo; Informações constantes no Cadastro das Famílias; Passos para uma Reunião Comunitária; Diagnóstico de Saúde da Comunidade; Conhecimento acerca do Programa de Saúde da Família – PSF e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS; Campanhas de vacinação e de imunização e sobre outras ações e serviços de saúde pública; Conhecimentos básicos e elementares relativos à Constituição Federal de 1988, especialmente os artigos 196 a 198 e Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006; Lei Orgânica do Município; normas de saúde pública emanadas por colegiados específicos ou por órgãos governamentais de saúde, quando pertinentes à ação dos Agentes Comunitários de Saúde – PACS e ao Programa de Saúde da Famílias – PSF.

## ROL DE INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002-2019

Publicação Nº 2124066

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O ROL DE INSCRITOS do edital de Processo Seletivo Simplificado 002/2019, conforme segue:

## ROL DE INSCRITOS

## INSCRIÇÕES DEFERIDAS

## NUTRICIONISTA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000001	CAROLINI DE CARVALHO SCHLÖSSER	5.820.868

Anitápolis, 14 de agosto de 2019.

LAUDIR PEDRO COELHO

Prefeito Municipal

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 109/2019

Publicação Nº 2123781

DECRETO Nº 000109/19 de 14 de Agosto de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01.15.452.0009.2.019-3.3.93.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos 60.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 60.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Agosto de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1624/2019

Publicação Nº 2123232

LEI Nº 1624/2019

“ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA IRENEU PAULI PARA EX-COMBATENTE IRINEU PAULI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada o nome da Rua Irineu Pauli para EX- COMBATENTE IRINEU PAULI, a via pública com início no lado par da Rua Leopoldo Freiberg, bairro Louro, subida para o bairro Morro da Glória, tendo gabarito de 10,00m de largura e 1.260,00m de comprimento, até encontrar com a Rua Nossa Senhora da Glória.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente o art. 6º da Lei Municipal n. 1.391/2012.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 13 de agosto de 2019.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

# Apiuna

## PREFEITURA

### ATA REG PREÇO 51/2019 - PP 94/2019

Publicação Nº 2123819

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO BEM COMO MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO, INCLUINDO PEÇAS PARA CONCERTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E FUNDO MUNICIPAIS DE APIÚNA.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna/SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do(a) para Registro de Preço nº 94/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO BEM COMO MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO, INCLUINDO PEÇAS PARA CONCERTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E FUNDO MUNICIPAIS DE APIÚNA, conforme quantitativos e condições a seguir:

Lote: 1 - Lote 01				
183709 - JOCIMAR FIGUEIREDO				
Item	Produto	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	MANUTENÇÃO CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 22.000 ATÉ 32.000 BTUS.	20	R\$150,0000	R\$ 3.000,00
2	MANUTENÇÃO - CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 12.000 ATÉ 18.000 BTUS.	85	R\$150,0000	R\$ 12.750,00
3	MANUTENÇÃO - CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 7.000 BTUS ATÉ 9.000 BTUS	100	R\$150,0000	R\$ 15.000,00
4	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 22000 ATÉ 30000 BTUS	25	R\$120,0000	R\$ 3.000,00
5	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 ATÉ 32.000 INCLUINDO SUPORTE, 02 MTS DE COBRE E ISOLAMENTOS.	35	R\$80,0000	R\$ 2.800,00
6	INSTALAÇÃO E AR CONDICIONADO 12000 ATE 18000 BTUS. INCLUINDO SUPORTE, 02 MTS. DE COBRES E ISOLAMENTOS.	270	R\$70,0000	R\$ 18.900,00
7	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.000 ATÉ 9.000 BTUS. INCLUINDO SUPORTE, 02 MTS DE COBRES E ISOLAMENTOS.	270	R\$63,0000	R\$ 17.010,00
8	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 A 22.000 BTUS.	350	R\$100,0000	R\$ 35.000,00
9	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 7000 ATÉ 9.000 BTUS	350	R\$100,0000	R\$ 35.000,00
10	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 7.000 A 32.000 BTUS.	75	R\$35,0000	R\$ 2.625,00
11	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 22.000 ATÉ 32.000 BTUS.	15	R\$61,0000	R\$ 915,00
Total Fornecedor:		R\$ 146.000,00		
Total Lote:		R\$ 146.000,00		
Total Geral:		R\$ 146.000,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

#### 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES



2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 94/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

### 3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 15/08/2020.

### 4 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A Contratada deverá ATENDER AOS CHAMADOS EM ATÉ 02 (DUAS) HORAS a contar do horário e data da comunicação da necessidade de manutenção, dentro do horário de expediente das 8h às 17h;

4.2 Na hipótese de SERVIÇO DE LIMPEZA o aparelho de ar-condicionado deverá ser devolvido, em condições de utilização, no prazo de 12 (DOZE) HORAS consecutivas, a partir do recebimento do documento;

4.3 O prazo de EXECUÇÃO DOS DEMAIS SERVIÇOS é EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS a contar pelo recebimento da Ordem de Compra/Serviço emitida pela Secretaria Responsável.

4.4 Se a realização dos serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.5 No ato da realização do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias serviços realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.6 A execução do serviço licitado deverá ser efetivada PARCELADAMENTE, conforme a necessidade de suprimento, através de requisição emitida pela Secretaria Responsável.

4.7 O Município não fica obrigado a execução total das quantidades indicadas, sendo os produtos solicitados de acordo com as necessidades da Secretaria Responsável.

4.8 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.9 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.10 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.11 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva executados deverão obedecer às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:

- a. à NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- b. à NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- c. à NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- d. à NR-23: Proteção Contra Incêndios;

4.12 Na execução das rotinas dos serviços de manutenção dos equipamentos de ar condicionado, a CONTRATADA deve:

a) observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos;

4.13 A CONTRATADA deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

### 5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a prestação do serviço, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ 11.195.905./0001-80 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA, sempre que os produtos forem solicitados pela Secretaria de Saúde. Para as demais secretarias a Nota Fiscal deverá ser emitida para o CNPJ 79.373.767/0001-16 – PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA. Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.1.3 O pagamento será feito por depósito na conta de titularidade da licitante cadastrada no banco de dados deste município.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019 e as respectivas para o exercício de 2020.

Dotação
102.9.1.2091.33390391600000000000.1350100
102.9.1.2091.33390392000000000000.1350100
102.9.1.2091.33390397800000000000.1350100
106.4.1.2047.33390391600000000000.1190000
106.4.1.2047.33390392000000000000.1190000
106.4.1.2047.33390397800000000000.1190000
153.3.1.2032.33390391600000000000.1000000
153.3.1.2032.33390392000000000000.1000000
153.3.1.2032.33390397800000000000.1000000
156.2.1.2020.33390391600000000000.1000000
156.2.1.2020.33390392000000000000.1000000

## Dotação

156.2.1.2020.3339039780000000000.1000000
166.6.1.2060.3339039160000000000.1000000
166.6.1.2060.3339039200000000000.1000000
166.6.1.2060.3339039780000000000.1000000
167.4.1.2048.3339039160000000000.1360000
167.4.1.2048.3339039200000000000.1360000
167.4.1.2048.3339039780000000000.1360000
171.7.1.2070.3339039160000000000.1000000
171.7.1.2070.3339039200000000000.1000000
171.7.1.2070.3339039780000000000.1000000
172.4.1.2047.3339039160000000000.1010000
172.4.1.2047.3339039200000000000.1010000
172.4.1.2047.3339039780000000000.1010000
183.9.1.2095.3339039160000000000.1000000
183.9.1.2095.3339039200000000000.1000000
183.9.1.2095.3339039780000000000.1000000
186.10.1.2111.3339039160000000000.1000000
186.10.1.2111.3339039200000000000.1000000
186.10.1.2111.3339039780000000000.1000000
187.6.1.2060.3339039160000000000.1390300
187.6.1.2060.3339039200000000000.1390300
187.6.1.2060.3339039780000000000.1390300
192.3.1.2030.3339039160000000000.1000000
192.3.1.2030.3339039200000000000.1000000
192.3.1.2030.3339039780000000000.1000000
207.3.1.2032.3339039160000000000.1120000
207.3.1.2032.3339039200000000000.1120000
207.3.1.2032.3339039780000000000.1120000
220.4.1.2048.3339039160000000000.1010000
220.4.1.2048.3339039200000000000.1010000
220.4.1.2048.3339039780000000000.1010000
228.4.1.2047.3339039160000000000.1360000
228.4.1.2047.3339039200000000000.1360000
228.4.1.2047.3339039780000000000.1360000
282.5.1.2050.3339039160000000000.1020000
282.5.1.2050.3339039200000000000.1020000
282.5.1.2050.3339039780000000000.1020000
291.5.1.2056.3339039160000000000.1380900
291.5.1.2056.3339039200000000000.1380900
291.5.1.2056.3339039780000000000.1380900
293.5.1.2056.3339039160000000000.1020000
293.5.1.2056.3339039200000000000.1020000
293.5.1.2056.3339039780000000000.1020000
294.5.1.2055.3339039160000000000.1380800
294.5.1.2055.3339039200000000000.1380800
294.5.1.2055.3339039780000000000.1380800
296.5.1.2055.3339039160000000000.1020000
296.5.1.2055.3339039200000000000.1020000
296.5.1.2055.3339039780000000000.1020000
312.5.1.2050.3339039200000000000.3380100
313.5.1.2050.3339039200000000000.3380600
33.2.3.2804.3339039160000000000.1000000
33.2.3.2804.3339039200000000000.1000000
33.2.3.2804.3339039780000000000.1000000
35.2.1.2006.3339039160000000000.1000000
35.2.1.2006.3339039200000000000.1000000
35.2.1.2006.3339039780000000000.1000000
37.8.1.2085.3339039160000000000.1000000
37.8.1.2085.3339039200000000000.1000000
37.8.1.2085.3339039780000000000.1000000
53.9.1.2091.3339039160000000000.1000000
53.9.1.2091.3339039200000000000.1000000
53.9.1.2091.3339039780000000000.1000000

Dotação
57.4.1.2048.33390391600000000000.1190000
57.4.1.2048.33390392000000000000.1190000
57.4.1.2048.33390397800000000000.1190000
68.3.1.2058.33390391600000000000.1000001
68.3.1.2058.33390392000000000000.1000001
68.3.1.2058.33390397800000000000.1000001
72.13.1.2131.33390391600000000000.1000000
72.13.1.2131.33390392000000000000.1000000
72.13.1.2131.33390397800000000000.1000000
80.2.2.2803.33390391600000000000.1000000
80.2.2.2803.33390392000000000000.1000000
80.2.2.2803.33390397800000000000.1000000
9.3.1.2031.33390391600000000000.1000000
9.3.1.2031.33390392000000000000.1000000
9.3.1.2031.33390397800000000000.1000000
99.6.1.2062.33390391600000000000.1000000
99.6.1.2062.33390392000000000000.1000000
99.6.1.2062.33390397800000000000.1000000

## 6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

### 6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

### 6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

### 8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

## 9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

- 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
- 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
- 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
- 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
- 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
- 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.13.
- 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
- 10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
- 10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:
- 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
- 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
- 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
- 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria/prestação do serviço.
- 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.
- 10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- 10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;
- 10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11 DO FORO

- 11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 15 de agosto de 2019.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:		
JOCIMAR FIGUEIREDO		
JONATA COSTA		
Contratada		

**AVISO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - REG. PREÇO Nº 101/2019**

Publicação Nº 2124193

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 101/2019

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LANCHES PARA PARTICIPANTES DE JOGOS ESCOLARES E DESFILE CÍVICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 06, centro, Apiúna/SC, 89135-000. Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 29/08/2019 – Das 14horas às 14h20 minutos.

Data/Hora da Abertura: 29/08/2019 – Após 14h20 minutos.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br)

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

**DECRETO Nº 3289**

Publicação Nº 2123611

DECRETO Nº 3289/2019

De 07/08/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, o valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saude	
001	Fundo Municipal de Saude	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
13.829	Emenda Comissão PAB n º 36000.253207/2019-00	150.000,00
	TOTAL	150.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 07 de Agosto de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO OFICIAL 99/2019**

Publicação N° 2122667

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial com Registro de Preço nº 99/2019

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 06, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 29/08/2019 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 29/08/2019 – Após as 09 horas e 20 minutos

Edital disponível no site [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br) e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna



# Arabutã

## PREFEITURA

### PORTARIA 229/2019

Publicação Nº 2124503

PORTARIA Nº 229/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, a servidora MARCIA ELISA SCHEER, inscrita no CPF sob nº. 949.178.179-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, férias referentes ao período aquisitivo de 05 de junho de 2017 a 04 de junho de 2018, para serem gozadas no período de 19 de agosto a 17 de setembro de 2019.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 15 de agosto de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

### PORTARIA 230/2019

Publicação Nº 2124509

PORTARIA Nº 230/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, ao servidor FELIPE PATZLAFF, inscrito no CPF sob nº. 059.607.139-69, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Contabilidade, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, concedidas pela portaria nº263 de 12 de novembro de 2018 e suspensas pela portaria nº276 de 04 de dezembro de 2018 para serem gozadas no período de 19 de agosto a 02 de setembro de 2019.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 15 de agosto de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2019

Publicação Nº 2123936

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0037/2019 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar serviço de escavadeira hidráulica com rompedor de rochas, para atendimento das necessidades da Secretaria de Infraestrutura.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 27/08/2019.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 27/08/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 13 de agosto de 2019.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 45/2019

Publicação Nº 2124037

Município de Ascurra

Edital de Dispensa de Licitação 58-2019

Extrato de contrato n. 45/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA EPP

CNPJ: 86.857.174/0001-90

Objeto: Constitui objeto deste termo de referência à contratação de empresa para o fornecimento de jogos educativos para Meio Ambiente para a Prefeitura Municipal de Ascurra, conforme informações previstas neste edital e seus anexos.

Validade: até 31/12/2019

Valor: R\$ R\$ 9.482,00

Ascurra, 15 de agosto de 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 6606, de 06/08/2019

Publicação Nº 2124063

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6606 de 06 de Agosto de 2019.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE MÉDICO GERAL COMUNITÁRIO

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o resultado do Concurso Público nº 001/2019, homologado pelo Decreto n.º 3324 de 14/05/2019;

CONSIDERANDO, a vaga em aberto para ocupar o cargo de Médico Geral Comunitário; e

CONSIDERANDO, o sétimo candidato aprovado na ordem de classificação do certame regido pelo Edital nº 001/2019;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear por Concurso Público DOUGLAS AMARAL DA SILVA para o emprego de Médico Geral Comunitário, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, quadro do PSF, carga horária de 40 horas semanais, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 065/2006, de 07/02/2006.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 06 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 06 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 6607, de 07/08/2019**

Publicação Nº 2124067

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6607, de 07 de Agosto de 2019.

PRORROGA PRAZO DO PROCESSO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR Nº 04/2019.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 72, XXVI da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011 de 19.12.2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa; e

CONSIDERANDO, a necessidade da prorrogação do Processo Administrativa Disciplinar conforme solicitado pelo ofício nº 05/2019/PAD,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão de Processo Administrativa Disciplinar nº 04/2019 designada pela Portaria Nº 6413 de 02/04/2019, a contar do dia 31/07/2019 até o dia 28/09/2019.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 07 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Município de Ascurra/SC, em 07 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 6608, de 08/08/2019**

Publicação Nº 2124073

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6608, de 08 de Agosto de 2019.

DEMITE SERVIDOR POR TÉRMINO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO DO CARGO DE TECNICO DE ENFERMAGEM  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1053 de 23 de Março de 2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, e ainda em observância ao artigo 37, inciso IX da Constituição Federal; e  
CONSIDERANDO, o término do contrato de trabalho temporário por prazo determinado em 08/08/2019, em relação à servidora JUÇARA APARECIDA ANTUNES DE MORAES DOS SANTOS.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar JUÇARA APARECIDA ANTUNES DE MORAES DOS SANTOS da função temporária de Técnico de Enfermagem, em virtude do término do contrato temporário de trabalho, contratado pela Portaria n. 5831 de 09/08/2017.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Município de Ascurra em, 08 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.  
Município de Ascurra, em 08 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 1

Publicação Nº 2123972

#### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO

Objeto da Parceria: Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, para a realização de leilão de bens móveis inservíveis, bens automotivos do Município de Balneário Arroio do Silva/SC.

Aos 14 de agosto de 2019, às 14 horas, na se da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pelo Decreto nº 30/2019, para a abertura dos envelopes de documentação referente ao Edital de Credenciamento nº 002/2019.

Foram Protocolados os Envelopes de Documentação dos seguintes Leiloeiros:

DIEGO WOLF DE OLIVEIRA; ENEAS CARRILHO DE VASCONCELOS NETO; ELIZABETE UBIALLI; LÚCIO UBIALLI; SIMONE WENNING; ROGER WENNING; MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR; MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL; JÚLIO RAMOS LUZ; ETLA WEISS DA COSTA; DIÓRGENES VALÉRIO JORGE; ANDERSON LUCHTENBERG; ULISSES DONIZETE RAMOS; ELY DA LUZ RAMOS; SANDRA REGINA KUEHN; DANIEL ELIAS GARCIA; ALEX WILLIAN HOPPE; MARCOS ALESSANDRO ZAMPIERI; JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI; NELSON ZAMPIERI; PAULO PIZZOLATTI NETO;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

Aberta a sessão na presença dos Leiloeiros Eneas Carrilho de Vasconcelos Neto, Ulisses Donizete Ramos, Marcus Rogério Araújo Samoel, abertos os envelopes e na confrontação com as exigências do edital verificou-se que o Leiloeiro Daniel Garcia deixou de apresentar a Certidão Negativa de Cível, descumprindo o item 6.1.9 do Edital, o Leiloeiro Diego Wolf de Oliveira deixou de apresentar a Certidão Negativa Cível, descumprindo o item 6.1.9 do Edital, o Leiloeiro Alex Willian Hoppe deixou de apresentar a Certidão Negativa Cível, descumprindo o item 6.1.9 do Edital, e apresentou a Certidão Negativa Municipal sem autenticação, os Leiloeiros Lúcio Ubialli e Elizabete Ubialli, deixaram de apresentar a Declaração de impedimento Legal para Licitar ou Contratar com a Administração, descumprindo o item 6.1.12 do Edital, O leiloeiro Paulo Pizzolatti Neto deixou de apresentar a Certidão Negativa Cível, descumprindo o item 6.1.9 do Edital, apresentando a Certidão Cível constando distribuições, sendo esses declarados inabilitados por falta de documentação. A vista do prejudicado nº 614 do TCE/SC, o Leiloeiro Ulisses Donizete Ramos retirou o envelope de documentação a vista de pertencer ao mesmo escritório de Leiloeiros; Os Leiloeiros Jefferson Eduardo Zampieri e Nelson Zampieri pertencem ao mesmo escritório de Leiloeiros, Zampieri Leilões; Os leiloeiros Júlio Ramos Luz, Anderson Luchtenberg, Michele Pacheco da Rosa Sandor, Roger Wenning, Diórgenes Valério Jorge, Etila Weiss da Costa, Simone Wenning pertencem ao mesmo escritório de Leiloeiros, Júlio Ramos Leilões, tendo o credenciamento Negado e sendo declarados inabilitados. Os leiloeiros Marcos Alessandro Zampieri, Sandra Regina Kehn, Marcus Rogério Araújo Samoel, Ely da Luz Ramos, Eneas Carrilho de Vasconcelos Neto apresentaram toda a documentação exigida no edital e foram declarados habilitados, considerando que o Leiloeiro Marcus Rogério Araújo Samoel terá sua participação vinculada a o Escritório Júlio Ramos Leilões, a Leiloeira Ely da Luz Ramos terá sua participação vinculada a o Escritório Donizette Leilões, e o Leiloeiro Marcos Alessandro Zampieri terá sua participação vinculada a o Escritório Zampieri Leilões. Abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos. Após o decorrido o prazo ou julgados os recursos, serão convocados os Leiloeiros habilitados para o sorteio que definirá o Leiloeiro no presente processo.

Balneário Arroio do Silva/SC, 14 de agosto de 2019.

MICHEL PEREIRA ALVES

Presidente

LUCAS BORGES FERNANDES

Secretário

ALTEMIR DAROS FONTANELA

Membro

JUNARA PRUDÊNCIO BOBSIN

Membro

LEILOEIROS PRESENTES NA SESSÃO:

ENEAS CARRILHO DE VASCONCELOS NETO

MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL

ULISSES DONIZETE RAMOS



**DECRETO Nº 166/2019**

Publicação Nº 2124414

Decreto nº 166, de 14 de agosto de 2019.

EXONERA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE SAÚDE, O SENHOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto nos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor JOSÉ LUIZ OLIVEIRA, brasileiro, maior, casado, nascido em 19 de março de 1962, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 438.897.519-20, matrícula funcional nº 5.839, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Saúde, do Poder Executivo Municipal, com admissão em 10 de janeiro de 2018, para o qual foi nomeado através do Decreto Municipal nº 012/2018.

Parágrafo único. O ocupante do Cargo de Provimento em Comissão ora exonerado, deverá apresentar Declaração de Bens, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº TC-02/2006.

Art. 2º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 14 de agosto de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 167/2019**

Publicação Nº 2124415

Decreto nº 167, de 14 de agosto de 2019.

EXONERA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, A SENHORA MARISTANE SILVEIRA BARBOSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora MARISTANE SILVEIRA BARBOSA, brasileira, maior, casada, nascida em 20 de abril de 1970, portador do RG nº 1.976.530 – SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 691.667.309-53, matrícula funcional nº 6.382, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Meio Ambiente, vinculado a Secretaria de Planejamento Urbano, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-02, constantes dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 28 de dezembro de 2001, com Jornada de Trabalho de tempo integral, 40 horas semanal e em regime de dedicação exclusiva.

Parágrafo único. A ocupante do Cargo de Provimento em Comissão ora exonerada, deverá apresentar Declaração de Bens, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº TC-02/2006.

Art. 2º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 14 de agosto de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE CONTRATOS

Publicação Nº 2123984

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 159/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Valdelir de Carvalho Leandro.

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 749,67

Vigência: 05/08/2019 a 13/12/2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota  
Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 160/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Carla Roberta da Silva Gonçalves.

Objeto: Desempenho das funções de auxiliar de ensino, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 749,67

Vigência: 05/08/2019 a 13/12/2019.

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ATA PP 021/2019 PMBP

Publicação Nº 2123768

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 033/2019 PMBP  
PREGÃO PRESENCIAL 021/2019 PMBP  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
HOMOLOGADO 07/08/2019

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para ADQUIRIR ARTEFATOS DE CONCRETO, PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDES MUNICIPAIS DE DRENAGENS PLUVIAIS, E REPAROS EM PAVIMENTAÇÕES COM LAJOTAS, PAVERS, E CONFEÇÃO DE BOCAS DE LOBOS DAS VIAS RURAIS E URBANAS, A AQUISIÇÃO DESTES PRODUTOS VEM AO ENCONTRO DE SUPRIR AS NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA AO MUNICÍPIO, E CONTINUIDADE NO AVANÇO COM A PREVENÇÃO DO ESCOAMENTO DE FORTES ENXURRADAS. E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA COM FORNECIMENTO DE C.A.U.Q (CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE) ATRAVÉS DE OPERAÇÕES DE: TAPA BURACO/REMENDO OU RECAPEAMENTO DO PAVIMENTO ASFÁLTICO, COM O PROPÓSITO DE CONSERTAR AS VIAS QUE POR NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL, OU PELO PRÓPRIO DESGASTE OU EM RAZÃO DAS ROTINEIRAS CHUVAS FORTES DE INVERNO E VERÃO, QUE SOMADAS À DEPRECIÇÃO NATURAL COM O TEMPO E AO INTENSO FLUXO DE VEÍCULOS PROVOCAM INÚMERAS E CONSIDERÁVEIS EROSÕES NO PAVIMENTO DAS VIAS PÚBLICAS URBANAS, QUE SE NÃO REPARADAS AS TORNARAM INTRANSITÁVEIS, HAJA VISTA QUE O MUNICÍPIO NÃO POSSUI MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS SUFICIENTES PARA ATENDER TODA A DEMANDA DE OPERAÇÃO TAPA-BURACO EFICIENTE E COM QUALIDADE NO DECORRER DO ANO, EM VIRTUDE DISTO NECESSITA REALIZAR A CONTRATAÇÃO DESTE SERVIÇO PARA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DIÁRIOS DA SECRETARIA DE OBRAS E O BOM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame

PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA – R\$ 65.985,00

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR GASPAR EIRELI EPP – R\$ 29.800,00

AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP – R\$ 17.500,00

J.A. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP – R\$ 84.800,00

TECHNO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS EIRELI – EPP – R\$ 485.000,00

LUCIANA BEATRIZ SCHNEIDER GALVAGNI EIRELI – R\$ 67.190,00

CONCRETA PRODUTOS CIMENTÍCIOS – R\$ 74.350,00

Balneário Piçarras, 07 de agosto de 2019

LEONEL JOSE MARTINS – Prefeito Municipal

**CONTRATO 009/2019 FMS**

Publicação Nº 2124122

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****CONTRATO Nº 009/2019 FMS DE 26/07/2019****PROCESSO LICITATÓRIO 012/2019 FMS****INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO 002/2019 FMS**

O presente contrato tem por objeto a inexigibilidade/credenciamento para credenciamento de profissionais médicos, pessoas físicas ou jurídicas, para fornecimento de serviços de exames e consultas médicas especializadas de média complexidade, de forma complementar ao sistema único de saúde (SUS), destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou não, de urgência ou não e por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal da Saúde não possua em seu quadro de profissionais da saúde, nos termos do Edital de Inexigibilidade/Credenciamento nº 002/2019 - FMS, a serem prestados pela CONTRATADA aos usuários do SUS Município de BALNEÁRIO PIÇARRAS, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UN. /MED.	VALOR	VALOR TOTAL	LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
07	ECODOPLER DE CARÓTIDAS	150	UNIDADE	R\$ 160,00	R\$ 24.000,00	SAE
08	ULTRA-SONOGRAFIA DOPPLER UNILATERAL	120	UNIDADE	R\$ 160,00	R\$ 19.200,00	SAE
09	ULTRASSONOGRAMA DOPPLER BILATERAL	250	UNIDADE	R\$ 160,00	R\$ 40.000,00	SAE
11	ULTRASSONOGRAMA MORFOLOGICA	150	UNIDADE	R\$ 122,00	R\$ 18.300,00	SAE
12	ULTRASSONOGRAMA DE BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER	100	UNIDADE	R\$ 72,00	R\$ 7.200,00	SAE
13	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA COM DOPPLER	100	UNIDADE	R\$ 122,00	R\$ 12.200,00	SAE
15	MONITORAMENTO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL	150	UNIDADE	R\$ 154,00	R\$ 23.100,00	CLINICA
16	TESTE DE ESFORÇO / TESTE ERGOMETRICO	150	UNIDADE	R\$ 122,00	R\$ 18.300,00	CLINICA
18	RETINOGRAMA BINOCULAR COLORIDA	200	UNIDADE	R\$ 24,68	R\$ 4.936,00	CLINICA
20	CONSULTA EM OFTALMOLOGIA COM TONOMETRIA E DOIS MAPEAMENTOS	500	UNIDADE	R\$ 77,61	R\$ 38.805,00	CLINICA
25	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA ADULTO/PEDIATRICA	200	UNIDADE	R\$ 85,00	R\$ 17.000,00	CLINICA
27	MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HORAS (3 CANAIS)	150	UNIDADE	R\$ 120,00	R\$ 18.000,00	CLINICA
<b>TOTAL GERAL R\$ 241.041,00</b>						

**CENTRO DE SAUDE FELIZMED EIRELI**

Balneário Piçarras(SC), 26 de julho de 2019.

**Bruna Emanuela de Araújo Machado** – Secretária Municipal de Saúde

# Bandeirante

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 033/2019

Publicação Nº 2123911

DECRETO Nº 033, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

Designa Leiloeiro Oficial e Equipe de Apoio do Leilão 001/2019, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes;

Considerando o art. 53, da Lei Federal nº 8.666/1993;

#### DECRETA:

Art. 1º Designar o Senhor RODRIGO ANDREI GAIDXINSKI para exercer as funções de Leiloeiro Oficial do Município objetivando deflagrar o procedimento licitatório na modalidade de Leilão nº 001/2019, com o objeto de alienação de Bens Móveis pertencentes ao Patrimônio do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Ficam designados os servidores Senhor EDISON SCARAVONATTO, Senhora GRACIELE LÚCIA BAGNARA, Senhor ALEXANDRO RODRIGO TRAMPUSCH e Senhor JUSSEMIR PERDESSETI para auxiliarem nos trabalhos.

Art. 3º A atuação dos servidores não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 15 de agosto de 2019.

CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO N. 003/2019**

Publicação Nº 2123519

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003-2019****MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BANDEIRANTE – SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua João Bataglin, n. 1116, inscrita no CNPJ sob o n. 07.617.161/0001-78, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Bandeirante/SC, neste ato representada pelo Presidente, Sr. CLAUDINEI ZIMMERMANN, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Pessoa, n. 134, 1º andar, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pela Sra. DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO, advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n. 007.395.609-05, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo e com fundamento na Lei Federal n. 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de aplicativo de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no Anexo I, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.

2. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

- a. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
- b. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.
- c. Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.
- d. Suporte Técnico e Treinamento reforço, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.
- e) Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

3. A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

1. O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

2. Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato “txt” ou “csv”.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

2. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

3. O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

4. Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário, em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

5. O pagamento dos serviços técnicos eventuais de suporte técnico, treinamento de reforço ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

6. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado.

7. Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo a ditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice IGP-M acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecidos.

8. Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até 10 (dez) dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO**

1. As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01 – Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante  
01.01 – Recursos Ordinários  
4 – Aplicações diretas  
3.3.90.40.01.00.00.00 Locação de equipamentos e softwares  
3.3.90.39.08.00.00.00 Manutenção de software

2. O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório n. 001/2019, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

1. A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.
2. A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.
3. Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a de compilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).
4. Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Caberá a CONTRATANTE:
  - a) Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no prazo avençado.
  - b) Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.
  - c) Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.
  - d) Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.
  - e) Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.
  - f) Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.
  - g) Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.
  - h) Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.
  - i) Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.
  - j) Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Caberá a CONTRATADA:
  - a) Quando contratados, conforme valores dispostos no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 30(Trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
  - b) Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.
  - c) Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.
  - d) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
  - e) Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços, caso viável.
  - f) Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até cinco dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.
  - g) Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

1. O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.
2. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.
3. O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.
4. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado

quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

5. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e sim como Treinamento de Reforço deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

1. As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.
2. As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.
3. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.
4. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.
5. As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.
6. As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.
7. As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.
8. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.
9. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO SUPORTE TÉCNICO

1. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:
2. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos.
3. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.
4. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.
5. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.
6. Desenvolver relatórios específicos.
7. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.
8. O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
9. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.
10. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.
2. A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
2. A rescisão contratual poderá ser:
  - a) Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
  - b) Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 10% sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.
2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

3. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 0,5% do total estimado para a contratação por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias.
4. Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
5. Multa de 10% sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
6. A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
8. Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
- a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.
- b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO

1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de São Miguel do Oeste/SC. Para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.
2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Bandeirante/SC, 15 de agosto de 2019.

CONTRATANTE

CLAUDINEI ZIMMERMANN

PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

CONTRATADA

DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

ADVOGADA

Testemunha 1:

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha 2:

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003-2019

MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

#### ANEXO I

##### 1. Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MEN-SAL (R\$)	VALOR TO-TAL (R\$)		
1.	12	Mês	Contabilidade Publica	1	275,00	3.300,00		
2.	12	Mês	Compras e Licitações	1	266,00	3.192,00		
3.	12	Mês	Folha de Pagamento	1	260,00	3.120,00		
4.	12	Mês	Recursos Humanos	1	262,00	3.144,00		
5.	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado	215,00	2.580,00		
6.	12	Mês	Patrimônio	1	260,00	3.120,00		
7.	12	Mês	Esocial	Ilimitado	230,00	2.760,00		
VALOR TOTAL (R\$)				21.216,00				

##### 2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCE-LAS	VALOR UNITÁ-RIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	------	----	----------	-----------	-----------------------	-------------------



1.	1	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	1	703,81	703,81
2.	20	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.		83,42	1.668,40
3.	1.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		0,83	830,00
4.	2	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		126,17	252,34
VALOR TOTAL (R\$)				3.454,55		

Bandeirante/SC, 15 de agosto de 2019.

CONTRATANTE

CLAUDINEI ZIMMERMANN

PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

CONTRATADA

DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

ADVOGADA

Testemunha 1:

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha 2:

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 319, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123921

PORTARIA N.º 319, de 12 de agosto de 2019

"Admite servidor e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 20/2004 e alterações, de 05 de março de 2004, e Processo Seletivo edital nº001/2019

Resolve;

Art. 1º - Admitir em caráter temporário, o Senhor, Ariel Devitte, CPF nº082.984.349-35, para ocupar o Cargo de Orientador Social, Anexo Único, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com jornada de trabalho de 20 horas semanal, pelo período de 12 de agosto de 2019 até 11 de agosto de 2020, sob regime estatutário e Regime Geral da Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 12 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e, Publicada na forma da Lei.

### PORTARIA Nº 314, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123879

PORTARIA Nº 314, de 09 de agosto de 2019

"Concede diária e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Tafarel Boss, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº134/2019 e Roteiro de Viagem nº092/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 100,00 (cem reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando nº135//2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.



**PORTARIA Nº 318, DE 12 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2123882

PORTARIA Nº 318, de 12 de agosto de 2019

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Vanderlei Ferronato, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº136/2019 e Roteiro de Viagem nº93/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 100,00 (cem reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando nº0135//2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 12 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 320, DE 13 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2123885

PORTARIA Nº 320, de 13 de agosto de 2019

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor Davi Zaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, na importância de R\$ 200,00 (duzentos reais), para despesas com estacionamento, quando em viagem a cidade de Curitiba-PR, conforme Memorando nº014//2019, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 13 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATO 001/016/2016 - PRORROGAÇÃO

Publicação Nº 2124109

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Contratada: GTEEF COM DE COMPUTADORES E EQUIP DE  
INFORMÁTICA LTDA ME  
Objeto: Prestação de serviços de manutenção de hardware e software,  
conforme especificações detalhadas do Anexo I - Termo de Referência.  
Prorrogação  
Valor: R\$ 55.464,19 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e  
quatro reais e dezenove centavos)  
Data da assinatura: 05/08/2019  
Data do vencimento: 05/08/2020  
Barra Velha, 05 de agosto de 2019  
CASSIANO GONÇALVES –  
Pela Empresa Contratada  
VALTER MARINO ZIMMERMANN -  
Prefeito

### CREDENCIAMENTO 005/2019 FMS

Publicação Nº 2124412

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 016/2019 FMS  
CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2019 FMS  
O Prefeito de Barra Velha/SC, torna público, o chamamento para Credenciamento de entidades privadas e pessoas físicas para realização  
de radiografias, com expedição de laudo, firmado por médico radiologista, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo.  
O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao  
12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).  
Data de abertura: a partir de 15/08/2019  
Barra Velha 14 de agosto de 2019  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito

### EDITAL Nº 008/2019/CMDCA/BARRA VELHA/ SC

Publicação Nº 2123486

EDITAL Nº 008/2019/CMDCA/BARRA VELHA/ SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas  
atribuições legais, e em conformidade com o Edital 002/2019 para Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, torna público:  
1 - A divulgação da listagem final, em ordem alfabética, dos Candidatos aptos à Eleição de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.

- 01) - Ana Carolina de Oliveira
- 02) - Cintia Claudete Leite
- 03) - Fernanda de Fátima Caldas
- 04) - Flávia Manhães Finkbeiner
- 05) - Geanice Aparecida Corrêa
- 06) - Jair Januário da Silva
- 07) - Joelma Beatriz da Rosa
- 08) - Josemar Adilson Veridiana
- 09) - Juliana de Miranda Martins Leite
- 10) - Lenilson Luiz da Silva
- 11) - Patrícia Banas
- 12) - Patrícia Kawana Moraes
- 13) - Úrsula Fagundes Rolim

2 – A apresentação pública dos candidatos será realizada no dia 16 de agosto de 2019, às 19h, no Centro de Apoio do CRAS, Rua Manoel  
José da Rosa, 197, Bairro São Cristovão, Barra Velha – SC, ao lado do Prédio do Conselho Tutelar.

3 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 14 de agosto 2019.

Antonina Damásio Ramos

Presidente CMDCA

### **ERRATA 001 TOMADA DE PREÇOS 008/2019**

Publicação Nº 2124328

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 066/2019 PMBV

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2019 PMBV

ERRATA 001

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, para contratação de empresa especializada, para construção de quadra coberta na Escola Reunida Municipal Prefeito Bernardo Aguiar, em regime de empreitada global, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em conformidade com o projeto arquitetônico, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, anexos ao processo. Cadastro na Prefeitura: até 21/08/2019. Data/horário recebimento envelopes: 26/08/2019 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 26/08/2019 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 12 de agosto de 2019. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

### **ERRATA 002 PREGÃO PRESENCIAL 038/2019 PMBV**

Publicação Nº 2124399

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 063/2019 – Pregão Presencial nº 038/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ERRATA 002

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço GLOBAL, para aquisição de sacos de lixo visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 26/08/2019 às 16h00min. Data da Sessão Pública: 26/08/2019 às 16h15min, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 14 de agosto de 2019. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

### **PREGÃO PRESENCIAL 043/2019 PMBV**

Publicação Nº 2123934

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 072/2019 PMBV - Pregão Presencial nº 043/2019 PMBV

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Tipo Menor Preço por ITEM, para aquisição de equipamentos de informática (computadores e um retro projetor), para atender as necessidade da Secretaria de Educação e Administração do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 28/08/2019 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 28/08/2019 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 12 de agosto de 2019. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito Municipal.

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 706/2019

Publicação Nº 2123874

DECRETO Nº 706/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Artigo 1º - Fica suspenso o expediente nas repartições públicas municipais no dia 16 de agosto de 2019, retornando normalmente no dia 19 de agosto de 2019.

Artigo 2º - Os serviços de urgência e emergência não se submetem ao presente decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo/ SC, 14 de agosto de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Alfredo Cesar Dreher

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N.19/2019**

Publicação Nº 2123704

PORTARIA Nº 19 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A SUSPENÇÃO DO EXPEDIENTE NA CÂMARA DE VEREADORES NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2019, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

**RESOLVE**

Art. 1º - O horário de expediente do Legislativo Municipal, ficará suspenso:

I- No dia 16 de agosto – sexta - feira, em função do feriado da Padroeira Nossa Senhora da Glória no dia 15 de agosto do corrente, o expediente será cumprido, normalmente no dia 19 de agosto.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 14 de agosto de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SANDRO MIELKE  
Presidente

VALDECIR KRAUSS  
1º secretário

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Legislativa desta Casa, na data supra.

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26 A 30/2019

Publicação Nº 2123741

## PUBLICAÇÕES LEGAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26, 27, 28, 29 e 30/2019

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019

### ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

### OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 26/2019

#### REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
17	BOLA DE FUTSAL, MATRIZADA, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO PRODUZIDO EM BORRACHA DE SILICONE, CÂMARA CONSTRUÍDA COM UMA BLENDA DE BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA COM MICRO RANHURAS (ANÉIS), CONFECCIONADA EM PU 100% COM PROCESSO DE TERMO FUSÃO, SEM COSTURAS, 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA, 8 GOMOS, COM 55 A 59 CM DE CIRCUNFERÊNCIA, 350 A 380 GRAMAS DE PESO. APROVADA PELA CBFS E OU FIFA	PENALTY	153,60

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 27/2019

#### BILHARES E BOCHAS RIO LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
16	BOLA DE BOCHA, 08 (OITO) BOLAS SEPARADAS EM 02 (DUAS) CORES, 12,6 A 12,8 CM DE DIÂMETRO, PESO DE 1350 A 1380 GRAMAS, COM 01 (UM) BOLIM DE 5 CM DE DIÂMETRO EM RESINA POLIÉSTER E 01 (UM) BOLIM DE 5 CM DE DIÂMETRO EM AÇO	BOCHAS RIO	299,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 28/2019

#### COMERCIAL ROPAGI LTDA - ME

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
2	BOLA OFICIAL DE FUTSAL, COM 8 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU ULTRA 100%. BOLA OFICIAL DAS PRINCIPAIS FEDERAÇÕES DE FUTSAL DO BRASIL. TAMANHO: 61 A 64 CM DE DIÂMETRO. PESO: 410 A 440 G	PENALTY	248,00
5	BOLA PROFISSIONAL DE FUTEVÓLEI, COM 8 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU ULTRA 100%. TAMANHO: 61 - 69 CM DE DIÂMETRO. PESO: 485 - 486 G, TERMOTEC.	PENALTY	158,00
7	BOLINHA PARA TÊNIS DE MESA DE COR BRANCA, OFICIAL REGRAS 2016, BOLINHA CONFECCIONADA EM PLÁSTICO ESPECIAL, 1 ESTRELA COM 40+ MM DE DIÂMETRO APROVADAS PELA T.T.A. DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS DA ITTF CAIXA COM 10 UNIDADES.	STAR FLEX	3,50
8	BOMBA DE ENCHER BOLA. MODELO SAC. BOMBA COM TECNOLOGIA DOUBLE ACTION - INFLA NOS DOIS SENTIDOS CONTEM MANGUEIRA E DUAS AGULHAS.	POKER	24,80
12	CRONOMETRO DIGITAL A PROVA D'ÁGUA MODELO SP-01P.	STAR FLEX	79,50
13	PLACAR MARCADOR DE MESA. PLACAR DE PLÁSTICO RESISTENTE COM INDICADOR DE PONTOS E SETS. MARCAÇÃO DE PONTOS DE 00 A 07 DOBRÁVEL (PORTÁTIL). TAMANHO: 38CM X 21CM.	HYPER	178,00
19	REDE PARA TENIS DE MESA OFICIAL COM MEDIADAS 1,83 METRO DE COMPRIMENTO E 15,25 CM DE ALTURA.	PANGUE	35,00
21	BARALHO PROFISSIONAL COUCHÉ 300 G (57X89 MM) 55 CARTAS CADA (52 CARTAS + 2 CURINGAS + CARTA GARANTIA), DISTRIBUÍDAS EM 4 GRUPOS DE NAIPES, OS QUAIS POSSUEM 13 CARTAS DE VALORES NUMÉRICOS DIFERENTES. OS VALORES NUMÉRICOS VÃO DE 2 A 10, ALÉM DE LETRAS 'A', 'J', 'Q' E 'K'.	COPAG	14,90
24	ALVOS EM PAPEL COM MEDIDAS 17X17 CM PARA TIRO ESPORTIVO DE 10 METROS, COM CARABINA AR DE MOLA CALIBRE 4,5(CHUMBO), UTILIZADO EM COMPETIÇÕES OFICIAIS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO.	GRS	0,30

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 29/2019

#### S. SCHNEIDER

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
10	CONJUNTO DE FITAS PARA MARCAÇÃO DE QUADRA DE FUTEVÓLEI FIO DE	NEDEL	163,50



	POLIPROPILENO TRANÇADO COM 6 CM DE LARGURA SENDO 2 FITAS DE 18 METROS, 2 FITAS DE 9 METROS E 4 HASTES DE METAL PARA FIXAR AS FITAS ATRAVÉS DOS ANÉIS DE METAL EM SUAS PONTAS		
11	CONJUNTO DE FITAS PARA MARCAÇÃO DE QUADRA DE VÔLEI DE AREIA, FIO DE POLIPROPILENO TRANÇADO COM 6 CM DE LARGURA SENDO 2 FITAS DE 16 METROS, 2 FITAS DE 8 METROS E 4 HASTES DE METAL PARA FIXAR AS FITAS ATRAVÉS DOS ANÉIS DE METAL EM SUAS PONTAS.	NEDEL	168,00
25	MESA DE TÊNIS DE MESA COM RODIZIO EM MATERIAL MDF 25MM, DOBRÁVEL, MEDIDAS EXTERNAS APROXIMADAS DE 2,74M COMPRIMENTO X 1,52M LARGURA X 0,76M ALTURA, PINTADA NA COR AZUL NÃO REFLEXÍVEL, FITA DE BORDA DE ALTO IMPACTO, PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE NA PARTE INFERIOR, TRAVAS DE SEGURANÇA, CAVALETES DE MADEIRA NOBRE COM RODAS DE 3" NO CAVALETE CENTRAL, ACOMPANHANDO SUPORTE DE REDE, REDE, RAQUETES E BOLINHAS.	KLOPF	2.275,50

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 30/2019**  
**IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	ANTENA DE VOLEI, PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO. COMPOSIÇÃO FIBERGLASS, DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO 3/8 X 1,80M DE ALTURA. LISTRADA DE VERMELHO E BRANCO	STAR FELX	74,50
3	BOLA OFICIAL DE VOLEI DE PRAIA - CONFECCIONADA COM MICROFIBRA. ESTRUTURA EM GOMOS SEM COSTURA, COM 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA. TAMANHO: 65 - 67 CM DE DIÂMETRO. PESO: 260 - 280 G. COM MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	234,00
4	BOLA OFICIAL DE VÔLEI, MATRIZADA, COM 16 GOMOS, CONFECCIONADA COM MICROFIBRA, BOLA 7.0 PRÓ, OFICIAL APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB). TAMANHO: 65-67 CM DE DIÂMETRO. PESO: 260-280 G.	PENALTY	276,50
6	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO, OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF): CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 68,5CM A 69,5CM; PESO ENTRE 410G A 450G; CÂMARA BUTIL, VÁLVULA SUBSTITUÍVEL, MIOLO REMOVÍVEL	PENALTY	238,00
9	CONE DE SINALIZAÇÃO DE 23 CM DE ALTURA. SUA FABRICAÇÃO DE POLIETILENO, COM BASE QUADRADA, O TORNA MAIS RESISTENTE, AUMENTANDO SUA DURABILIDADE.	KATELLI	6,65
14	REDE DE VOLEIBOL OFICIAL, 1,00 X 10,00 REFORÇADA NO FIO 5,0MM DE POLIETILENO 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV. COM 4 FAIXAS EM LONA DE 1,8MM E COSTURA DUPLA, RESISTENTES A SOL, CHUVA E AÇÕES CLIMÁTICAS. FAIXA SUPERIOR COM 7CM, COM PERSONALIZAÇÃO DA LOGOMARCA DA FME TIMBÓ. FAIXA INFERIOR E LATERAIS COM 5CM REVESTIMENTO INTERNO PASSANTE 10X10CM. REDE DE VOLEI CONFECCIONADA DE ACORDO COM A CBV.	REDE SPORT	218,50
15	REDE VÔLEI DE PRAIA MEDIDAS: 8,50 X 1.00 METROS, FIO 2,5MM DE POLIETILENO 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV. COM 4 FAIXAS E COSTURA DUPLA, RESISTENTE AO SOL, CHUVA E AÇÕES CLIMÁTICAS. FAIXA SUPERIOR COM 7 CM, COM PERSONALIZAÇÃO DA LOGOMARCA DA FME TIMBÓ. FAIXA INFERIOR E LATERAIS COM 5CM. REVESTIMENTO INTERNO PASSANTE. MALHAS 10 X 10CM. REDE DE VOLEI DE PRAIA CONFECCIONADA DE ACORDO COM A CBV.	REDE SPORT	230,50
18	COLETE PARA TREINAMENTO 100% POLIÉSTER E LATERAIS COM ELÁSTICO. TAMANHO INFANTIL. DIMENSÕES APROXIMADAS 44CM X 33CM (LARGURA X ALTURA) CORES DIVERSAS.	MAGUSSY	9,50
20	RAQUETES CONFECCIONADA EM MADEIRA, REVESTIDA POR BORRACHA MEDIDAS: 25CM DE ALTURA X 15CM DE LARGURA, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	GOLD	39,00
22	JOGO DE DOMINÓ TRADICIONAL COM 28 PEÇAS BRANCAS DE FORMATO RETANGULAR MEDINDO: 2,5 CM X 4,9 CM X 0,9 CM ELABORADAS EM RESINA COM MARCADORES NUMÉRICOS EM PRETO, ACOMPANHA UM ESTOJO PARA ARMAZENAR AS PEÇAS.	DOUBLE	29,20
23	BOLSA DE MASSAGEM COM REVESTIMENTO INTERNO TÉRMICO COM 38 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO, 25 CM DE ALTURA E 20 CM DE LARGURA COM 6 BOLSOS LATERAIS EXTERNOS PARA ACOMODAR E ISOLAR PRODUTOS SECOS COM ALÇA SUPERIOR PRA TRANSPORTE	HEJO	148,50

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** 24 de abril de 2019 a 24 de abril de 2020.

Benedito Novo (SC), 24 de abril de 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 96/2019**

Publicação Nº 2123462

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

DATA: 14/08/2019 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 96/2019

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 96/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO CONTROLE DE PRAGAS EM GERAL E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, todos nomeados através da Portaria nº 002/2019. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram e entregaram os envelopes até o horário estipulado as empresas MARCOS JOSE REICHERT & CIA LTDA EPP, DEDETIZADORA VETOR CONTROLE DE PRAGAS LTDA, DEDETIZADORA NAVARINI LTDA ME, IMUNIZADORA BELLI LTDA ME e JOBIS RODRIGUES DA SILVA ME. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. A licitante MARCOS JOSE REICHERT & CIA LTDA EPP entregou e protocolou os envelopes, porém seu representante não se fez presente na sessão. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante

As empresas ELEZIER RUBEN THOMSEN ME e ALCEU JUNIOR MACIEL ME apresentaram comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. A empresa GC FORMAÇÕES LTDA ME não apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da sua condição de enquadramento, mas, como não se atingiu mínimo de 3 (três) licitantes enquadrados como MEI, ME ou EPP, estende-se o certame aos demais participantes. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou as propostas para que os representantes presentes fizessem o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. Todas as propostas foram consideradas aceitas e classificadas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances e atingido seus limites máximos de desconto. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e o respectivo vencedor. A seguir, o Pregoeiro procedeu à abertura do envelope de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. O representante da licitante ALCEU JUNIOR MACIEL ME questionou a respeito do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante vencedora, que não atenderia totalmente ao exigido, restando dúvidas. Apenas solicitou que se constasse em ata, mas que não iria usar do direito de interpor recurso. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pela empresa vencedora encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante ELEZIER RUBEN THOMSEN ME está HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU o item do certame a empresa vencedora. Em seguida lavrou-se a presente ATA. O Pregoeiro solicitou a licitante vencedora que reapresente a Proposta de Preços readequada de acordo com o valor global alcançado pela mesma no certame. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

**PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	------------------------------------------

**LICITANTES PRESENTES:**

**DECRETO Nº 072/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2123413

DECRETO Nº 072 de 31 de julho de 2019

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.917, de 21 de novembro de 2018.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 4.249,96 (quatro mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.1401 Constr Ampliar e Melh a Secret. e as Unid de Saúde 34490000000000000000 - Aplicações diretas	03330000	4.249,96
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	----------

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit			03330000	4.249,96
-----------	--	--	----------	----------

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 31 de julho de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 072/2019 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 31 de julho de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativa I

**DECRETO Nº 073/2019 - CANCELA CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Publicação Nº 2123414

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 - BENEDITO NOVO – SC
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETO Nº 73/2019, de 12 de agosto de 2019.

**CANCELA CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e de conformidade com a Lei Complementar nº 25 de 04 de dezembro de 2002, nos artigos 157 – Código Tributário;

**DECRETA:**

Art. 1º - Os créditos tributários dos contribuintes abaixo relacionados ficam cancelados no total de seus valores, por terem sido lançados e inscritos em dívida ativa erroneamente, com amparo no Art. 157 da LC 25/2002.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO	LANÇAMENTO	VALOR EM R\$
Valmir Kroenke	124/2017	8.944/2017	168,15
Valmira Wetzel Mowes	61/2018	13.680/2018	137,18

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 073/2019 foi publicado e registrado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa  
Auxiliar Administrativo I

## **DECRETO Nº 074/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2123415

DECRETO Nº 074 de 12 de agosto de 2019

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.917, de 21 de novembro de 2018.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 32.435,86 (trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 34490000000000000000 - Aplicações diretas	03380501	1.429,00
04.001.0010.0301.0400.2406 Atividades da Farmácia Básica 33393000000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	03670300	3.955,36
04.001.0010.0301.0400.2406 Atividades da Farmácia Básica 33393000000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	03380300	7.051,50
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 33390000000000000000 - Aplicações diretas	03380105	20.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit		03380501	1.429,00
Superávit		03670300	3.955,36
Superávit		03380300	7.051,50
Superávit		03380105	20.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 074/2019 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa  
Auxiliar Administrativa I

**DECRETO Nº 075/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2123416

DECRETO Nº 075, DE 12 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.917, de 21 de novembro de 2018.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 91.900,00 (noventa e um mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2406 Atividades da Farmácia Básica 33393000000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01020000	4.000,00
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 34490000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	87.900,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	87.900,00
04.001.0010.0301.0400.2406 Atividades da Farmácia Básica 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	4.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 075/2019 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativa I

**DECRETO Nº 076/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2123419



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**  
 Rua Celso Ramos, 5070 – FONE/FAX (47) 3385-0487.  
 89.124-000 – Benedito Novo – SC  
 e-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br

**DECRETO Nº 076, DE 12 de agosto de 2019.**

**Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.**

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.939, de 08 de agosto de 2019.

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de **R\$ 1.173.666,75** (um milhão e cento e setenta e três mil e seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

09.001.0004.0122.0900.2901		
Manutenção das Ativ. da Secretaria de Planejamento		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
<hr/>		
09.001.0004.0122.0900.2901		
Manutenção das Ativ. da Secretaria de Planejamento		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
<hr/>		
08.001.0015.0451.0800.2801		
Manutenção das Atividades do Sistema Viário		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
<hr/>		
08.001.0015.0451.0800.2801		
Manutenção das Atividades do Sistema Viário		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	50.000,00
<hr/>		
07.001.0020.0608.0700.2701		
Assistência ao Produtor Rural		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	103.666,75
<hr/>		
06.001.0027.0812.0600.2601		
Manter e Apoiar as Atividades de Esporte		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	80.000,00
<hr/>		
06.001.0027.0812.0600.2601		
Manter e Apoiar as Atividades de Esporte		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	50.000,00
<hr/>		
05.002.0013.0392.0501.2511		
Adequar e Manter o Setor de Cultura		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**  
 Rua Celso Ramos, 5070 – FONE/FAX (47) 3385-0487.  
 89.124-000 – Benedito Novo – SC  
 e-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br

04.002.0008.0241.0401.2412		
Atividades de Atenção à Pessoa Idosa		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
<hr/>		
04.002.0008.0244.0401.2411		
Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
<hr/>		
04.002.0008.0244.0401.2411		
Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	135.000,00
<hr/>		
03.003.0006.0182.0303.2309		
Ações da Defesa Civil		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
<hr/>		
03.001.0014.0422.0302.2308		
Manutenção de Outras Esferas de Governo		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
<hr/>		
03.001.0006.0181.0302.2306		
Manutenção do Corpo de Bombeiros		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
<hr/>		
03.001.0028.0843.0301.2303		
Pagamento da Dívida Interna e Encargos		
34690000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
<hr/>		
02.001.0004.0122.0200.2201		
Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
<hr/>		
<b>Total do Vínculo 01000000</b>		<b>613.666,75</b>
<hr/>		
08.001.0015.0451.0800.1802		
Revitalização Urbana		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01340000	225.000,00
<hr/>		
<b>Total do Vínculo 01340000</b>		<b>225.000,00</b>
<hr/>		
05.001.0012.0361.0500.2504		
Transporte Escolar do Ensino Fundamental		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	140.000,00





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**  
 Rua Celso Ramos, 5070 – FONE/FAX (47) 3385-0487.  
 89.124-000 – Benedito Novo – SC  
 e-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br

---

05.001.0012.0361.0500.2504		
Transporte Escolar do Ensino Fundamental		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	15.000,00

---

05.001.0012.0122.0500.2501		
Manutenção dos Serviços da Secretaria de Educação		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	120.000,00

---



---

<b>Total do Vínculo 01010000</b>	<b>275.000,00</b>
----------------------------------	-------------------

---

05.001.0012.0365.0500.2506		
Merenda Escolar do Ensino Infantil		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01190000	60.000,00

---



---

<b>Total do Vínculo 01190000</b>	<b>60.000,00</b>
----------------------------------	------------------

---



---

<b>Total de Suplementações na Entidade Prefeitura</b>	<b>1.173.666,75</b>
-------------------------------------------------------	---------------------

---

**Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:**

03.001.0004.0122.0300.1301		
Melhoria e Adequação das Instalações		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00

---

03.003.0006.0182.0303.1302		
Preservação de Encostas e Erradicação de Riscos		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00

---

06.001.0027.0812.0600.1601		
Construir Ampliar e Melhorar os Espaços Esportivos		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00

---

06.001.0027.0695.0600.1602		
Construir Ampliar e Melh. os Espaços de Turismo e Lazer		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00

---

07.002.0017.0512.0701.1702		
Ampliação do Tratamento do Esgotamento Sanitário		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	24.000,00

---

08.001.0015.0451.0800.1803		
Constr. Ampliação e Melhorias de Pontes e Pontilhões		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	19.666,75

---



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**  
 Rua Celso Ramos, 5070 – FONE/FAX (47) 3385-0487.  
 89.124-000 – Benedito Novo – SC  
 e-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br

02.001.0004.0122.0200.2202		
Manutenção das Assessorias		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	50.000,00
03.001.0009.0272.0300.2302		
Encargos com Inativos		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	40.000,00
03.001.0028.0061.0301.2305		
Despesas Judiciais		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	90.000,00
03.002.0008.0243.0304.2310		
Manutenção das Atividades da Infância e Adolescência		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	275.000,00
03.001.0008.0243.0304.2311		
Manutenção do Conselho Tutelar		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
06.001.0027.0695.0600.2602		
Manter e Apoiar as Atividades de Turismo e Lazer		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	30.000,00
07.002.0017.0452.0701.2702		
Recolhimento e Destinação Final de Resíduos Sólidos		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
08.001.0015.0452.0800.2802		
Atividades de Limpeza e Conservação de Vias		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
<b>Total do Vínculo 01000000</b>		<b>613.666,75</b>
08.001.0015.0451.0800.1801		
Abertura e Pavimentação de Ruas		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01340000	225.000,00
<b>Total do Vínculo 01340000</b>		<b>225.000,00</b>
05.001.0012.0365.0500.1502	01010000	30.000,00
Const. Ampliação e Melh. das Escolas do Ensino Infantil		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**

Rua Celso Ramos, 5070 – FONE/FAX (47) 3385-0487.

89.124-000 – Benedito Novo – SC

e-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br

34490000000000000000 - Aplicações diretas

05.001.0012.0361.0500.2502

Desenvolvimento do Ensino Fundamental

33190000000000000000 - Aplicações diretas

01010000

35.000,00

05.001.0012.0365.0500.2505

Desenvolvimento do Ensino Infantil

33190000000000000000 - Aplicações diretas

01010000

210.000,00

**Total do Vínculo 01010000****275.000,00**

05.001.0012.0361.0500.2503

Merenda Escolar do Ensino Fundamental

33190000000000000000 - Aplicações diretas

01190000

35.000,00

05.001.0012.0365.0500.2505

Desenvolvimento do Ensino Infantil

33190000000000000000 - Aplicações diretas

01190000

25.000,00

**Total do Vínculo 01190000****60.000,00****Total de Anulações na Entidade Prefeitura****1.173.666,75****Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**

Prefeito de Benedito Novo

O **Decreto nº 076/2019** foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

**Joice Aparecida Costa**

Auxiliar Administrativa I

**DECRETO Nº 077/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2123420

DECRETO Nº 077 DE 12 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.939, de 08 de agosto de 2019.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 155.000,00 (cem e cinquenta e cinco mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0305.0400.2408 Atividades da Vigilância Epidemiológica 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	10.000,00
04.001.0010.0301.0400.2406 Atividades da Farmácia Básica 33393000000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01020000	50.000,00
04.001.0010.0301.0400.2405 Atividades de Saúde Bucal 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	35.000,00
04.001.0010.0301.0400.2404 Atividades dos Agentes Comunitários da Saúde 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	25.000,00
04.001.0010.0301.0400.2404 Atividades dos Agentes Comunitários da Saúde 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	20.000,00
04.001.0010.0122.0400.2401 Manutenção dos Serviços da Secretaria da Saúde 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	15.000,00

Total do Vínculo 01020000	155.000,00
---------------------------	------------

Total de Suplementações na Entidade Fundo de Saúde	155.000,00
----------------------------------------------------	------------

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	155.000,00
------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	------------

Total do Vínculo 01020000	155.000,00
---------------------------	------------

Total de Anulações na Entidade Fundo de Saúde	155.000,00
-----------------------------------------------	------------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 077/2019 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativa I

**DECRETO Nº 078/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2123421

DECRETO Nº 078 DE 12 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.939, de 08 de agosto de 2019.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

07.002.0017.0512.0701.1702 Ampliação do Tratamento do Esgotamento Sani- tário 34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	46.000,00
Total do Vínculo 01020000		46.000,00
Total de Suplementações na Entidade Fundo de Saúde		46.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

01.001.0001.0031.0100.2101 Manutenção das Atividades do Legislativo Muni- cipal 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	16.000,00
01.001.0001.0031.0100.2101 Manutenção das Atividades do Legislativo Muni- cipal 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	30.000,00
Total do Vínculo 01000000		46.000,00
Total de Suplementações na Câmara		46.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 078/2019 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa  
Auxiliar Administrativa I

**LEI 1.938/2019 - AUTORIZA A CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO AO SENHOR EUTON BERNARDO RUTZ**

Publicação Nº 2123423

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Lei nº 1.938, de 08 de agosto de 2019.  
Autoriza a Concessão de Indenização  
ao Senhor Euton Bernardo Rutz.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Município autorizado a conceder indenização financeira no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em parcela única, ao Senhor Euton Bernardo Rutz, CPF nº 007.592.669-56, para ressarcimento de mais despesas em virtude de acidente de trânsito com veículo da Secretaria de Agricultura, em data de 13/08/2018.

Art. 2º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do orçamento-programa 2019.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 08 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 08 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

**LEI 1.939/2019 - AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO**

Publicação Nº 2123425



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**  
 CNPJ: 83.102.780/0001-08  
 Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - 89.124-000  
 Fone/Fax: (47) 3385-0487  
[www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br)

**Lei nº 1.939, de 08 de agosto de 2019**

*Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar por  
 Anulação e Suplementação no Orçamento*

**JEAN MICHEL GRUNDAMNN**, Prefeito de Benedito Novo/SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, na entidade **Prefeitura Municipal de Benedito Novo**, no valor de **R\$ 1.173.666,75** (um milhão, cento e setenta e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme dotação orçamentária abaixo.

09.001.0004.0122.0900.2901		
Manutenção das Ativ. da Secretaria de Planejamento		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
<hr/>		
09.001.0004.0122.0900.2901		
Manutenção das Ativ. da Secretaria de Planejamento		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
<hr/>		
08.001.0015.0451.0800.2801		
Manutenção das Atividades do Sistema Viário		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
<hr/>		
08.001.0015.0451.0800.2801		
Manutenção das Atividades do Sistema Viário		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	50.000,00
<hr/>		
07.001.0020.0608.0700.2701		
Assistência ao Produtor Rural		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	103.666,75
<hr/>		
06.001.0027.0812.0600.2601		
Manter e Apoiar as Atividades de Esporte		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	80.000,00
<hr/>		
06.001.0027.0812.0600.2601		
Manter e Apoiar as Atividades de Esporte		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	50.000,00





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**  
 CNPJ: 83.102.780/0001-08  
 Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - 89.124-000  
 Fone/Fax: (47) 3385-0487  
[www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br)

05.002.0013.0392.0501.2511		
Adequar e Manter o Setor de Cultura		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
<hr/>		
04.002.0008.0241.0401.2412		
Atividades de Atenção à Pessoa Idosa		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
<hr/>		
04.002.0008.0244.0401.2411		
Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
<hr/>		
04.002.0008.0244.0401.2411		
Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	135.000,00
<hr/>		
03.003.0006.0182.0303.2309		
Ações da Defesa Civil		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
<hr/>		
03.001.0014.0422.0302.2308		
Manutenção de Outras Esferas de Governo		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
<hr/>		
03.001.0006.0181.0302.2306		
Manutenção do Corpo de Bombeiros		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
<hr/>		
03.001.0028.0843.0301.2303		
Pagamento da Dívida Interna e Encargos		
34690000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
<hr/>		
02.001.0004.0122.0200.2201		
Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
<hr/>		
<b>Total do Vínculo 01000000</b>		<b>613.666,75</b>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**  
 CNPJ: 83.102.780/0001-08  
 Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - 89.124-000  
 Fone/Fax: (47) 3385-0487  
[www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br)

08.001.0015.0451.0800.1802

Revitalização Urbana

34490000000000000000 - Aplicações diretas 01340000 225.000,00

**Total do Vínculo 01340000 225.000,00**

05.001.0012.0361.0500.2504

Transporte Escolar do Ensino Fundamental

33390000000000000000 - Aplicações diretas 01010000 140.000,00

05.001.0012.0361.0500.2504

Transporte Escolar do Ensino Fundamental

33190000000000000000 - Aplicações diretas 01010000 15.000,00

05.001.0012.0122.0500.2501

Manutenção dos Serviços da Secretaria de Educação

33190000000000000000 - Aplicações diretas 01010000 120.000,00

**Total do Vínculo 01010000 275.000,00**

05.001.0012.0365.0500.2506

Merenda Escolar do Ensino Infantil

33190000000000000000 - Aplicações diretas 01190000 60.000,00

**Total do Vínculo 01190000 60.000,00**

**Total de Suplementações na Entidade Prefeitura 1.173.666,75**

**Art. 2º** - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das seguintes dotações.

03.001.0004.0122.0300.1301

Melhoria e Adequação das Instalações

34490000000000000000 - Aplicações diretas 01000000 10.000,00

03.003.0006.0182.0303.1302

Preservação de Encostas e Erradicação de Riscos

34490000000000000000 - Aplicações diretas 01000000 5.000,00

06.001.0027.0812.0600.1601

Construir Ampliar e Melhorar os Espaços Esportivos

34490000000000000000 - Aplicações diretas 01000000 5.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**  
CNPJ: 83.102.780/0001-08  
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - 89.124-000  
Fone/Fax: (47) 3385-0487  
[www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br)

06.001.0027.0695.0600.1602 Construir Ampliar e Melh. os Espaç. de Turismo e Lazer 3449000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
07.002.0017.0512.0701.1702 Ampliação do Tratamento do Esgotamento Sanitário 3449000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	70.000,00
08.001.0015.0451.0800.1803 Constr. Ampliação e Melhorias de Pontes e Pontilhões 3449000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	19.666,75
02.001.0004.0122.0200.2202 Manutenção das Assessorias 3319000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	50.000,00
03.001.0009.0272.0300.2302 Encargos com Inativos 3319000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	40.000,00
03.001.0028.0061.0301.2305 Despesas Judiciais 3339000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	90.000,00
03.002.0008.0243.0304.2310 Manutenção das Atividades da Infância e Adolescência 3339000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	275.000,00
03.001.0008.0243.0304.2311 Manutenção do Conselho Tutelar 3319000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
06.001.0027.0695.0600.2602 Manter e Apoiar as Atividades de Turismo e Lazer 3339000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	30.000,00
07.002.0017.0452.0701.2702 Recolhimento e Destinação Final de Resíduos Sólidos 3319000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

**MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - 89.124-000

Fone/Fax: (47) 3385-0487

[www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br)

08.001.0015.0452.0800.2802

Atividades de Limpeza e Conservação de Vias

33190000000000000000 - Aplicações diretas

01000000 20.000,00

---

**Total do Vínculo 01000000 659.666,75**


---

08.001.0015.0451.0800.1801

Abertura e Pavimentação de Ruas

34490000000000000000 - Aplicações diretas

01340000 225.000,00

---

**Total do Vínculo 01340000 225.000,00**


---

05.001.0012.0365.0500.1502

Const. Ampliação e Melh. das Escolas do Ensino Infantil

34490000000000000000 - Aplicações diretas

01010000 30.000,00

05.001.0012.0361.0500.2502

Desenvolvimento do Ensino Fundamental

33190000000000000000 - Aplicações diretas

01010000 35.000,00

05.001.0012.0365.0500.2505

Desenvolvimento do Ensino Infantil

33190000000000000000 - Aplicações diretas

01010000 210.000,00

---

**Total do Vínculo 01010000 275.000,00**


---

05.001.0012.0361.0500.2503

Merenda Escolar do Ensino Fundamental

33190000000000000000 - Aplicações diretas

01190000 35.000,00

05.001.0012.0365.0500.2505

Desenvolvimento do Ensino Infantil

33190000000000000000 - Aplicações diretas

01190000 25.000,00

---

**Total do Vínculo 01190000 60.000,00**


---



---

**Total de Anulações na Entidade Prefeitura 1.219.666,75**


---

**Art. 3º** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, na entidade **Fundo Municipal de Saúde**, no valor de **R\$ 155.000,00** (cento e cinquenta e cinco mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo.



ESTADO DE SANTA CATARINA

**MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - 89.124-000

Fone/Fax: (47) 3385-0487

[www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br)

04.001.0010.0305.0400.2408		
Atividades da Vigilância Epidemiológica		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	10.000,00

04.001.0010.0301.0400.2406		
Atividades da Farmácia Básica		
33393000000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	01020000	50.000,00

04.001.0010.0301.0400.2405		
Atividades de Saúde Bucal		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	35.000,00

04.001.0010.0301.0400.2404		
Atividades dos Agentes Comunitários da Saúde		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	25.000,00

04.001.0010.0301.0400.2404		
Atividades dos Agentes Comunitários da Saúde		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	20.000,00

04.001.0010.0122.0400.2401		
Manutenção dos Serviços da Secretaria da Saúde		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	15.000,00

<b>Total do Vínculo 01020000</b>	<b>155.000,00</b>
----------------------------------	-------------------

<b>Total de Suplementações na Entidade Fundo de Saúde</b>	<b>155.000,00</b>
-----------------------------------------------------------	-------------------

**Art. 4º** - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das seguintes dotações:

04.001.0010.0301.0400.2402		
Atividades da Saúde		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01020000	155.000,00

<b>Total do Vínculo 01020000</b>	<b>155.000,00</b>
----------------------------------	-------------------

<b>Total de Anulações na Entidade Fundo de Saúde</b>	<b>155.000,00</b>
------------------------------------------------------	-------------------



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**  
CNPJ: 83.102.780/0001-08  
Rua Celso Ramos, 5070 - Centro - 89.124-000  
Fone/Fax: (47) 3385-0487  
[www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br)

**Art. 5º** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, na entidade **Câmara de Vereadores de Benedito Novo**, no valor de **R\$46.000,00** (quarenta e seis mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo.

01.001.0001.0031.0100.2101

Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal

33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	16.000,00
-------------------------------------------	----------	-----------

01.001.0001.0031.0100.2101

Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal

33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	30.000,00
-------------------------------------------	----------	-----------

<b>Total do Vínculo 01000000</b>	<b>46.000,00</b>
----------------------------------	------------------

<b>Total de Suplementações na Câmara</b>	<b>46.000,00</b>
------------------------------------------	------------------

**Art. 6º** - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, 08 de agosto de 2019.

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 08 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa  
Auxiliar Administrativo I

**LEI 1.940/2019 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO LOTADO NO CARGO DE MOTORISTA COM DESEMPENHO DAS FUNÇÕES JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2123426

Lei nº 1.940, de 08 de agosto de 2019.

Dispõe sobre concessão de diária a servidor público

lotado no cargo de motorista com desempenho das funções junto à Secretaria de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O servidor da administração pública municipal, ocupante do cargo de Motorista, que desempenha suas funções junto à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, que se deslocar da sua sede, por motivo de serviço, fará jus à percepção a uma diária no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia trabalhado, para as despesas com alimentação, para o ano de 2019, e a partir do ano 2020 será o valor correspondente em UFM's (Valor de 2019/UFM de 2019).

§1º - O pagamento da diária a que se refere esta lei, tem por objetivo indenizar o servidor, ocupante do cargo de motorista – transporte de pacientes, na despesa com alimentação - café da manhã, almoço e jantar, ocorridos quando do deslocamento à serviço para fora do Município;

§2º - Quando o Motorista permanecer na sede do Município fará jus somente ao Auxílio Alimentação Suplementar, instituído pela Lei nº 1.776, de 17 de novembro de 2014, alterado pela Lei nº 1.827/2016, alterado pela Lei nº 1.858/2017.

Art. 2º - Para a concessão de diária e o uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem, deverá o serviço ser autorizado pelo superior hierárquico da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

§1º - O requerimento do valor das diárias deverá ser formalizado pelo Motorista, em formulário próprio, conforme Anexo I.

§2º - Para receber os valores das diárias o servidor deverá fornecer o número de conta corrente, específica para a movimentação deste numerário, em instituição bancária oficial.

Art. 3º - O valor da diária instituída por esta lei é devida para um período de 24 (vinte e quatro) horas, devidamente autorizada e comprovada, sendo que nenhum valor de diária poderá ser superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§1º - O roteiro de viagem e o transporte de paciente fora do domicílio serão o meio utilizado para comprovar a despesa da diária realizada;

§2º - Para a prestação de contas dos valores das diárias o servidor deverá comprovar que esteve presente no local de destino, com: carimbo, data e assinatura do local ou nota fiscal de uma despesa, com o roteiro de viagem.

Art. 4º - A viagem que ocorrer no sábado, domingo ou feriado será expressamente justificada e autorizada pelo superior hierárquico, seguindo as mesmas regras expostas na presente Lei.

Art. 5º - Em todos os casos de deslocamento dos motoristas para o serviço previsto nesta Lei, é obrigatório apresentar o relatório de viagens, do período da utilização do valor recebido em adiantamento.

§1º - Para indicar o valor total das diárias para a prestação de contas, deverá ser utilizado o formulário conforme Anexo II, desta Lei, juntamente com a cópia dos roteiros de viagem, que compõem o valor do adiantamento.

§2º - O descumprimento do disposto no "caput" deste artigo sujeitará o servidor ao não recebimento do valor das diárias efetuadas do mês, sendo compensadas com o adiantamento para o período seguinte.

Art. 6º - Cabe à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a responsabilidade pelo controle das viagens e ao Motorista a entrega do formulário do relatório de viagens para a prestação de contas.

§1º - As responsabilidades da utilização do recurso público em finalidade distinta da prevista nesta Lei, serão apuradas em processo próprio, conforme prevê a Lei Complementar nº 004/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§2º - No que couber poderá ser utilizada para a prestação de contas, a Lei nº 1.695, de 05 de dezembro de 2012, que Estabelece critérios para organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Município.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão as contas das dotações orçamentárias próprias no orçamento vigente.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do mês de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 08 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 08 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS





**LEI COMPLEMENTAR Nº 186 - DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2123428



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Lei Complementar nº 186, de 08 de agosto de 2019.**

**Dispõe sobre o Código de Posturas no  
Município de Benedito Novo e dá outras  
providências.**

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

**Capítulo I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Estabelece o Código de Posturas que abrange as medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene, ordem pública, bem estar público, segurança, utilização do espaço público, trânsito de animais, das infrações, penas e demais disposições estatuinte as necessárias relações entre o Poder Público Municipal e os Municípios.

**Art. 2º.** Compete ao Poder Público Municipal cumprir e velar pela obediência dos preceitos deste Código.

**Art. 3º.** Deverão ser observados, conjuntamente a este Código, o Código de Edificações, o Código Tributário, o e outras disposições vigentes.

**Capítulo II**  
**DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO E DA HIGIENE NO MUNICÍPIO**

**SEÇÃO I**  
**DA HIGIENE NO MUNICÍPIO**

**Art. 4º.** A limpeza do passeio fronteiro, pavimentado ou não, às residências, estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviços, ou mesmo terreno baldio, será de responsabilidade de seus proprietários ou ocupantes, devendo ser efetuada, sem prejuízo aos transeuntes, recolhendo-se ao depósito particular de lixo todos os detritos resultantes da limpeza.

**§1º.** No perímetro urbano de Benedito Novo, para manter embelezamento da cidade e evitar a proliferação de animais nocivos à saúde pública, os proprietários de imóveis baldios ou desabitados, devem providenciar a roçada e limpeza, sempre, que necessários com intervalos mínimo entre três meses.

**§2º.** A Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município está autorizada a executar os serviços, à custa dos proprietários, conforme definido em regulamento próprio, quando os mesmos não derem cumprimento ao disposto no §1º deste artigo.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ N° 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**§3º.** Os serviços citados no “caput” deste artigo, não ultrapassarão a profundidade de 30 (trinta) metros na propriedade, a partir do alinhamento da rua.

**Art. 5º.** É proibido despejar quaisquer resíduos sobre:

- I - Vias e logradouros públicos;
- II - Áreas de preservação;
- III - Unidades de conservação;
- IV - Propriedades não licenciadas para o devido fim;
- V - Rios e cursos d’água.

**Art. 6º.** A ninguém será permitido, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas servidas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

**Art. 7º.** Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

- I - Fazer escoar águas servidas das residências, estabelecimentos comerciais, industriais ou de qualquer outra natureza, para as vias ou logradouros públicos;
- II - Transportar sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer a qualidade das vias públicas;
- III - Queimar, mesmo nos quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos capaz de molestar a vizinhança e produzir odor ou fumaça nocivos à saúde;
- IV - Danificar, assorear ou obstruir com lixo, terra, detritos ou quaisquer outros materiais cursos d’água, valetas, sarjetas e canalizações de qualquer espécie;
- V - Fazer a retirada de materiais ou entulhos provenientes de construção ou demolição de prédios sem o uso de instrumentos adequados, como canaletas, carros de mão ou outros meios que evitem a queda dos referidos materiais nas vias e logradouros públicos;
- VI - Fazer escavações nas vias e logradouros públicos sem a devida autorização da Prefeitura Municipal;
- VII - Arrastar pelas vias e logradouros públicos, objeto de qualquer natureza que possa danificar a superfície das mesmas;
- VIII- atirar qualquer detrito ou impureza através de janelas, portas, aberturas e do interior de veículos para as vias e logradouros;
- IX- utilizar peitoris, escadas, saliências, terraços, balcões, etc. com frente para logradouro público, para colocação de objetos que apresentem perigo aos transeuntes.
- X- deitar goteiras provenientes de condicionadores de ar nas passeio, vias e logradouros públicos.
- XI- lavar roupa ou animais e banhar-se em logradouros públicos e em chafarizes, fontes e torneiras, situadas nos mesmos;
- XII- depositar entulhos ou detritos de qualquer natureza nos logradouros públicos;
- XIII- comprometer, por qualquer forma, as águas destinadas ao consumo público ou particular;
- XIV- alterar a coloração e materiais dos passeios dos logradouros públicos, conforme determinado para o local;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 8º.** É proibido comprometer por qualquer forma a qualidade das águas destinadas ao consumo público ou particular.

**Art. 9º.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

## SEÇÃO II DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

**Art. 10.** É proibido dificultar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas vias e logradouros públicos por cercas, barricadas ou similares, bem como deixar vegetação avançando sobre o passeio de modo a incomodar ou impedir a passagem dos pedestres, ou plantar junto ao passeio vegetação com espinhos, folhas cortantes ou que de alguma forma possa causar ferimentos ao pedestre.

**Parágrafo único:** A Municipalidade poderá no uso dos costumes locais fechar vias para festividades e comemorações cívicas promovendo desvios no trânsito.

**Art. 11.** Será permitida, excepcionalmente, a descarga e a permanência de material sobre as vias e logradouros públicos quando:

I - Se destinar a obras que sejam realizadas nas próprias vias e logradouros públicos;

II - Não houver espaço disponível para o depósito do material dentro da propriedade;

§1º. O prazo máximo de permanência do material será de 24 horas.

§2º. Em todos os casos, é obrigatória a obtenção de autorização junto à Prefeitura Municipal, sendo a mesma concedida a título precário e prazo determinado.

§3º. Nos casos previstos neste artigo, é responsabilidade do proprietário realizar a devida sinalização dos prejuízos causados ao livre trânsito e garantir a mobilidade urbana, devendo comunicar a Prefeitura caso necessite de orientação ou auxílio.

§4º. Nos casos previstos neste artigo, o proprietário deverá atender às disposições do Código de Edificações, do Município e do Código Nacional de Trânsito, referentes à matéria.

**Art. 12.** É expressamente proibido danificar de qualquer forma a sinalização viária e o mobiliário urbano.

**Art. 13.** A Prefeitura Municipal poderá impedir o trânsito de veículo de qualquer espécie que possa ocasionar danos às vias e logradouros públicos.

**Parágrafo único.** Ficando a via pública impedida por depósito de materiais ou queda de edificação, muro, cerca, desmoronamento ou árvore localizada em imóvel particular, as ações para o desembaraço da via, no prazo de vinte e quatro horas, serão de responsabilidade do proprietário, mesmo que a causa tenha sido fortuita ou de força maior, sob pena do Município fazê-lo às expensas do proprietário.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 14.** É proibido, nos logradouros públicos:

- I - danificar, pendurar objetos ou retirar placas e outros meios de sinalização;
- II- pintar faixas de sinalização de trânsito, ou qualquer símbolo ou identificação, ainda que junto ao rebaixo do meio-fio, sem prévia autorização do Município;
- III- inserir quebra-molas, redutores de velocidades ou quaisquer objetos afins, no leito das vias públicas, sem autorização prévia do Município;
- IV- lavar veículos ou materiais diversos;
- V- estacionar trailer, reboque ou qualquer outro veículo que caracterize venda ambulante.

**Art. 15.** Para a utilização das vias públicas por caçambas destinadas à remoção de materiais ou entulhos, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- I- somente ocupar área de estacionamento permitido;
- II- ser depositadas, rente ao meio-fio, na sua maior dimensão;
- III- estar pintadas com tinta ou película refletiva;
- IV- observar a distância mínima de dez metros das esquinas;
- V- não permanecer estacionadas por mais de quinze dias.

**Parágrafo único.** Para utilização de caçambas nas vias públicas localizadas na área central, devem ser atendidas as determinações estabelecidas pelo órgão municipal de trânsito.

**Art. 16.** É proibido nos passeios:

- I- conduzir, trafegar ou estacionar veículos de qualquer espécie;
- II- conduzir, trafegar ou estacionar animais de tração ou montaria;
- III- trafegar com bicicletas, *skates*, patins, patinete elétrico ou similares.

**Art. 17.** Excetua-se do disposto no artigo anterior:

- I- do inciso II, quando se tratar de animais da Polícia Montada;
- II- do inciso III, quando se tratar de trecho sobre passeio incluído no projeto cicloviário.

**Art. 18.** O veículo ou carcaça encontrado em estado de abandono em quaisquer vias ou logradouros públicos será apreendido e transportado ao depósito municipal ou da Polícia Militar, respondendo seu proprietário pelas respectivas despesas, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

**Parágrafo único:** O prazo para reclamação e retirada será de 30 dias a contar da data da apreensão, podendo o Município leiloar e destinar tal objeto nos termos da lei.

**Art. 19.** Na infração de qualquer artigo desta Seção, quando não prevista pena no Código de Trânsito Brasileiro, será imposta multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município – UFM's, bem como serão apreendidos, quando for o caso, os materiais, mercadorias e veículos que ocasionaram a infração.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

### SEÇÃO III DAS OBRAS E SERVIÇOS EXECUTADOS NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

**Art. 20.** A recomposição do pavimento de vias e passeios e demais logradouros públicos, sejam urbanas ou rurais, e ações necessárias ao restabelecimento da condição original dos logradouros, deverão ser executadas pelo responsável ou causador do dano.

**Art. 21.** Os responsáveis pela realização das obras, de que trata a presente Seção, nas vias públicas e logradouros, ficarão responsáveis civilmente pelos danos causados.

**Art. 22.** O proprietário do imóvel, edificado ou não, deverá providenciar sarjetas ou drenos para desvio de águas pluviais ou de infiltrações que causem prejuízos ou danos ao logradouro público ou a terceiros.

**Parágrafo único.** Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos proprietários de terrenos lindeiros aos logradouros públicos que disponham de rede para captação de águas pluviais.

**Art. 23.** Na infração de qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's exceto a infração ao Art. 20 que terá multa no valor correspondente a 100 (cem) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

### SEÇÃO IV DA ARMAÇÃO DE BARRACAS, CORETOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS.

**Art. 24.** A armação de barracas, coretos e palanques ou similares nos logradouros públicos, em caráter provisório, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, depende de autorização do Município, de acordo com diretrizes pertinentes.

**Parágrafo único.** Na instalação de barracas deverão ser observados os seguintes requisitos:

- I- contar com a aprovação do tipo de barraca, pelo Município;
- II- funcionar exclusivamente no horário, período e local do evento para a qual foram licenciadas;
- III- apresentar condições de segurança, podendo ser exigido ART de montagem e da estrutura e ainda Licença dos Bombeiros e outros quando for o caso;
- IV- não causar danos a árvores, ao sistema de iluminação, às redes telefônicas e de distribuição de energia elétrica;
- V- quando destinadas a venda de refrigerantes e alimentos, deverão ser obedecidas às disposições da Vigilância Sanitária relativas à higiene dos alimentos e mercadorias expostas à venda.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 25.** Na localização dos coretos e palanques, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- I- não serem armados nos jardins e gramados das praças públicas;
- II- não perturbarem o trânsito de pedestres e acesso de veículos;
- III - recolhimento de Anotação de Responsável Técnico sobre a construção do coreto ou palanque, quando for o caso.

**Art. 26.** Não será concedida licença para localização de barracas para fins comerciais nos passeios e nos leitos dos logradouros públicos, exceto para feira livre.

**Art. 27.** As caixas e cestas de lixo, os bancos, floreiras, cabines e outros tipos de mobiliário urbano nos logradouros públicos só poderão ser instalados depois de aprovados pela Municipalidade, e quando não prejudicarem a estética nem a circulação.

**Art. 28.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

### Capítulo III DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

#### SEÇÃO I DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

**Art. 29.** No interesse do controle da poluição do ar, do solo e água, o Município poderá exigir parecer técnico do órgão competente sempre que forem solicitados Alvará de Construção ou Alvará de Localização e Funcionamento para estabelecimentos geradores de impacto, ou quaisquer outros que se figurem como potenciais modificadores do espaço urbano e do meio ambiente.

**Art. 30.** É vedado o corte, a supressão ou a prática de qualquer ação que possa provocar dano, alteração do desenvolvimento natural ou morte de árvores e matas, em bem público ou propriedade particular, obedecidas às disposições do Código Florestal Brasileiro.

**Parágrafo único.** Em caso de necessidade de poda, corte ou supressão, é necessária a autorização do órgão competente, atendida a legislação municipal, estadual e federal pertinente.

**Art. 31.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

### Capítulo IV DA ORDEM PÚBLICA

#### SEÇÃO I DOS ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 32.** Nenhum estabelecimento, comercial, industrial ou de prestação de serviço poderá funcionar no Município sem prévia licença do Município, concedida a requerimento dos proprietários, e mediante pagamento dos tributos e taxas devidos.

**Art. 33.** A Municipalidade só expedirá o Alvará de Localização e Funcionamento para estabelecimentos que não contrariem as disposições contidas nas Leis Urbanísticas e demais legislações pertinentes.

**Art. 34.** A concessão de Alvará de Localização e Funcionamento de todos os estabelecimentos da área de saúde, açougues, padarias, confeitarias, leiterias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

**Art. 35.** Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o Alvará de Localização e Funcionamento e a Licença Sanitária em lugar visível e o exibirá à autoridade competente sempre que esta o exigir.

**Art. 36.** A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições das Leis Urbanísticas.

**Art. 37.** Os Alvarás de Localização e Funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, serão concedidos sempre a título precário, conforme as informações constantes na solicitação, podendo ser cassados caso a atividade, depois de licenciada, contrarie normas das Leis Urbanísticas ou divirja das informações do referido Alvará

**Art. 38.** A licença será cassada:

- I- quando se tratar de atividade diferente da requerida;
- II- como medida preventiva, a bem da higiene, da moral, do sossego, da segurança pública e da proteção ambiental;
- III- se o licenciado se negar a exibir o alvará de licença à autoridade competente quando solicitado;
- IV- por solicitação fundamentada da autoridade competente.

**Parágrafo único.** Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

**Art. 39.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

## SEÇÃO II DO COMÉRCIO AMBULANTE

**Art. 40.** O exercício do comércio ambulante, por profissionais autônomos, sem vinculação com terceiros, pessoa física ou jurídica, em locais e horários previamente determinados, dependerá de licença expedida pela Prefeitura Municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**§1º.** É proibido o exercício de comércio ambulante fora dos horários, locais ou zonas a serem demarcados.

**§2º.** As atividades a que se refere o caput do presente Artigo deverão estar adequadas às normas sanitárias da Vigilância Sanitária adequada ao tipo de comércio.

**§3º.** O Município deve regulamentar e/ou fiscalizar a forma de apresentação do comércio ambulante, bem como os equipamentos necessários para exercer a atividade.

**§4º.** Os ambulantes deverão recolher o valor definido no Código Tributário, que poderá ser diário, mensal ou anual conforme atividade eventual.

**Art. 41.** Secretaria de Planejamento e Trânsito, juntamente com a Secretaria de Saúde e Assistência Social, deverão cadastrar e fiscalizar de forma intensiva o comércio ambulante no município de Benedito Novo, exigindo de cada interessado a respectiva licença e, em caso de comercialização de produtos alimentícios e de interesse à saúde, de documento emitido pela Secretaria de Saúde, sobre as condições de saúde do titular e quanto à higiene observada.

**§1º.** Para efeitos da aplicação dos presentes artigos consideram-se vendedores ambulantes os agentes econômicos que trabalham nos logradouros públicos, com bancas ou unidades móveis em locais permitidos pelas autoridades municipais, ou que realize vendas a domicílio.

**§2º.** Os Fiscais de Posturas e Obras e Vigilância Sanitária poderão requisitar quando obstados de seu poder de polícia, o auxílio de força policial para o exercício de seus atos vinculados.

**Art. 42.** O ambulante devidamente licenciado deverá afixar, no ponto de venda, barraca, ou carrinho, ou portar as respectivas licenças expedidas pela Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Saúde e Assistência Social.

**Art. 43.** Qualquer tipo de comércio ambulante, sem a devida autorização municipal, terá sua mercadoria apreendida.

**Art. 44.** É proibida a comercialização de qualquer tipo de produto em abrigos de passageiros, nas repartições públicas, bancos, igrejas e escolas, devendo a Secretaria de Planejamento e Trânsito, providenciar a remoção dos ambulantes irregulares.

**Parágrafo único.** Não será permitida a exposição de qualquer tipo de mercadoria, na forma de "varal" ou que causem constrangimento, sobre passeios públicos, praças e similares.

**Art. 45.** O horário permitido para a atividade de ambulante, ficará compreendido das 7:00 horas às 18:00 horas.

**Parágrafo único.** Poderá ser definido horário especial aprovado pela Secretaria de Planejamento e Trânsito, para comercialização dentro de eventos constantes do calendário oficial do município ou situações específicas.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 46.** A fiscalização tomará as medidas necessárias para o fiel cumprimento da presente Lei Complementar, devendo apreender e recolher imediatamente e depositar em local apropriado produtos pirateados ou cuja procedência não possa ser comprovada pelo vendedor no momento da fiscalização.

**Parágrafo único.** Os produtos apreendidos serão devolvidos ao infrator tão logo regularizada a situação e/ou comprovada a origem e licitude dos produtos vendidos. Em casos de apreensão de produtos alimentícios sem procedência, os mesmos serão apreendidos e inutilizados.

**Art. 47.** O comércio ambulante poderá ser:

- I - Localizado - quando o ambulante recebe permissão de uso de uma área definida e ali exerce sua atividade, pelo prazo determinado no Alvará;
- II - Itinerante - quando o ambulante recebe permissão de uso de áreas definidas, mas exerce sua atividade em diferentes locais, a exemplo dos feirantes;
- III - Móvel - quando o ambulante recebe licença para atuar de forma esporádica em locais de aglomeração temporária de pessoas, tais como estádios e parques de exposições.

**Parágrafo Único.** No caso de comércio ambulante a Municipalidade poderá cancelar a licença a qualquer tempo se considerar a atividade não mais apropriada ao local, ou sendo explorada por pessoa distinta da autorizada.

**Art. 48.** O comércio ambulante para a venda de alimentos manipulados só poderá ocorrer na forma do Ar. 47, III da presente Lei Complementar.

**Art. 49.** A venda de alimentos manipulados em trailer fixo deverá se localizar dentro dos lotes, próximo ao alinhamento predial, e se adaptar a legislação vigente e a referente ao comércio em geral.

**Art. 50.** As feiras livres são uma modalidade de comércio ambulante, realizada em conjuntos de bancas que poderão ocupar logradouros públicos, em horários e locais pré-determinados, conforme autorização municipal.

**Art. 51.** Poderão ser comercializados em feiras livres:

- I - Gêneros alimentícios;
- II - Artesanato;
- III - Flores, mudas e plantas ornamentais.
- IV – Demais itens previstos em legislação específica.

**Parágrafo único.** Os produtos e mercadorias a serem comercializadas deverão estar em condições ideais de acordo com a legislação vigente.

**Art. 52.** O comércio praticado em feiras livres somente funcionará após vistoria e concessão da respectiva licença sanitária.

**§1º.** Os produtos comercializados deverão atender às normas sanitárias vigentes.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**§2º.** Todos os alimentos industrializados, a serem comercializados em feiras livres, deverão provir de estabelecimentos devidamente legalizados, com rótulos e embalagens com informações específicas e regulamentares do produto, com registro do órgão competente e/ou inspecionado pelo Serviço de Inspeção Oficial.

**Art. 53.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

### SEÇÃO III DO COMÉRCIO E FABRICAÇÃO E DEPÓSITO DE INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

**Art. 54.** O Município fiscalizará a fabricação, o comércio, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos.

**§1º.** São considerados inflamáveis, entre outros, o fósforo e os materiais fosforados, gasolina e demais derivados de petróleo; éteres, alcoóis, aguardente e óleo em geral; carbonetos, alcatrão e materiais betuminosos líquidos.

**§2º.** Consideram-se explosivos entre outros: fogos de artifícios, "nitroglicerina" e seus compostos e derivados: pólvora, algodão, "espoletas" e estopins, fulminados, cloratos, formatos e congêneres: cartuchos de guerra, caça e minas.

**Art. 55.** É proibido, sujeitando-se os transgressores à multa nos termos do presente Código:

I - Fabricar explosivos sem licença especial em local não determinado pelo Município de Benedito Novo;

II - Manter depósitos de substâncias inflamáveis ou explosivos, sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;

III- Depositar ou conservar nas vias públicas, embora provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

**§1º.** Aos varejistas é permitido conservar em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pelo Município na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável em 20 (vinte) dias.

**§2º.** Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis, não poderão conduzir outras pessoas, além do motorista e ajudante, trazendo sempre avisos que identifiquem a carga.

**Art. 56.** É vedado, sob pena de multa, além da responsabilidade criminal no que couber, soltar balões, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos.

**§1º.** O Município poderá conceder licença às atividades de que trata o caput deste Artigo, por ocasião de eventos em locais apropriados.

**§2º.** O Município poderá negar licença, se reconhecer que a instalação de depósitos ou bombas prejudica, de algum modo, a segurança pública.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 57.** Em todo depósito, armazém a granel ou qualquer outro imóvel onde haja armazenamento de explosivos e inflamáveis, deverá ser obedecida a Lei Estadual do Corpo de Bombeiros, que institui as normas de segurança contra incêndios em edificações, locais de eventos, áreas de risco e estabelece outras providências.

**Art. 58.** É proibido:

- I- queimar fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas voltadas para os mesmos;
- II- soltar balões em todo o território do Município;
- III- vender fogos de artifício a menores de idade.

**Parágrafo único.** As proibições dispostas nos incisos I e II deste artigo poderão ser suspensas temporariamente pelo Município, nos casos específicos regulamentados pelo Poder Executivo, que estabelecerá as exigências necessárias ao interesse da segurança pública.

**Art. 59.** Na infração a qualquer artigo desta Seção será imposta multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's, e a interdição da atividade até a devida regularização. Excepcionalmente a infração ao inciso I, II e III do artigo 55 será imposta multa correspondente ao valor de 100 (cem) Unidades Fiscais do Município - UFM's e a interdição.

#### SEÇÃO IV DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

**Art. 60.** Divertimentos públicos, para os efeitos desta Seção, são as competições esportivas ou festejos de caráter público, como espetáculos, bailes, festas públicas, eventos e outros, de livre acesso ao público, cobrando-se ou não ingresso.

**Art. 61.** Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença do Município, e o requerente deverá ter obrigatoriamente, pessoa jurídica constituída.

**§1º.** O requerimento de licença para as atividades citadas nesta Seção será instruído com:

I- análise e aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto à localização, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;

II- a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes ao zoneamento, à construção, adequação acústica, à higiene do edifício e à segurança dos equipamentos e máquinas, quando for o caso, e às normas de prevenção de incêndios.

**§2º.** As exigências do parágrafo anterior não alcançam as reuniões de qualquer natureza, sem entrada paga, realizadas nas sedes de clubes, entidades profissionais ou beneficentes, bem como as realizadas em residências.

**§3º.** A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento.

**§4º.** As atividades citadas nesta Seção só poderão ser licenciadas depois de vistoriadas todas as suas instalações pelos órgãos competentes.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 62.** Em todas as casas de diversões públicas, parques recreativos, circos, salas de espetáculos, cinema e similares serão reservados dois lugares às autoridades municipais encarregadas da fiscalização e serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Edificações:

I- as instalações físicas e os mobiliários deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação e limpeza;

II- todos os equipamentos deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

**Parágrafo único.** Além das condições estabelecidas neste artigo, o Município poderá exigir, por ocasião do licenciamento, outras que julgar necessárias à segurança dos usuários do espaço.

**Art. 63.** Em todas as casas de diversão, circos ou salas de espetáculos, os programas anunciados deverão ser integralmente executados, não podendo existir modificações no horário e nas programações.

**Art. 64.** Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos em número superior à lotação oficial do recinto ou local da diversão.

**Art. 65.** Os promotores de divertimentos públicos, de efeitos competitivos ou competições esportivas que demandem o uso de veículo ou de qualquer outro meio de transporte pelas vias públicas deverão apresentar, para aprovação do Município, os planos, regulamentos e itinerário, bem como comprovar idoneidade financeira para responder por eventuais danos causados por eles ou por terceiros aos bens públicos ou privados.

**Art. 66.** A armação de circos, barracas e similares só será permitida em áreas particulares e áreas públicas pré-determinadas.

**Art. 67.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 100 (cem) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

## SEÇÃO V DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

**Art. 68.** É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar, abandonar animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

**Art. 69.** Será permitida, na área urbana, a criação de animais, desde que, por sua espécie ou quantidade não sejam causadores de insalubridade, devendo respeitar as normas da Vigilância Sanitária.

**Art. 70.** Os cães considerados como pertencentes a raças violentas, em especial cães de raças *pit bull*, *rottweiler*, *doberman*, fila brasileiro, pastor alemão, *boxer*, *bull terrier*, dogue alemão e mastim napolitano ou demais raças com peso superior a 30 quilos, a critério da Secretaria de Saúde e Assistência Social ou Legislações estaduais, somente poderão sair às vias e logradouros públicos devidamente



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

conduzidos por coleira e corrente, e equipados com focinheira e somente conduzidos por maiores de dezoito anos.

**Art. 71.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 100 (cem) Unidades Fiscais do Município - UFM's, exceto para infrações ao Art. 70 que serão de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

## SEÇÃO VI DOS RUÍDOS

**Art. 72.** É proibido perturbar o sossego e o bem-estar públicos com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados pela NBR 10.151/2001 ou outra que vier a substituí-la.

§1º. É proibida a execução ou realização de propaganda sonora feita com veículos com alto-falantes, megafones, caixas de som, bumbos, tambores, cornetas entre outros.

§2º. Excetuam-se das proibições deste artigo:

I- os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de ambulâncias, corpo de bombeiros e polícia, quando em serviço;

II- as máquinas, equipamentos, motores e aparelhos utilizados em construções ou obras de qualquer natureza, desde que funcionem das sete horas às vinte horas, e respeitem os índices sonoros máximos estabelecidos na NBR 10.151/2001, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou outra que vier a substituí-la;

III- os apitos das rondas e guardas policiais;

IV- as manifestações em festividades religiosas, comemorações oficiais, reuniões desportivas, festejos típicos, carnavalescos e juninos, passeatas, desfiles, fanfarras, banda de música, desde que se realizem em horários e local previamente autorizados pelo Município, ou nas circunstâncias consagradas pela tradição;

V- os sinos de igrejas, templos ou capelas, desde que sirvam exclusivamente para indicar horas ou anunciar atos religiosos.

§3º. Em caso de calamidade pública, emergência, ou qualquer situação anormal, o poder público poderá utilizar qualquer espécie de aparelho sonoro, independentemente de dia e hora.

**Art. 73.** As casas de comércio, prestação de serviços, indústrias, locais de diversão de acesso público como bares, restaurantes, boates, clubes e similares, nos quais haja ruído, execução ou reprodução de música, além das demais atividades com restrições de intensidade sonora autorizadas pelo Município, deverão adotar em suas instalações, materiais, recursos e equipamentos de modo a conter a intensidade sonora no seu interior, para não perturbar o sossego da vizinhança.

**Art. 74.** Todas as questões vinculadas a conforto acústico comunitário terão como referência a NBR 10.151/2001, para áreas habitáveis e a NBR 10.152/1987 para o interior dos recintos.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 75.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's, além da apreensão do equipamento utilizado.

## Capítulo V DA PUBLICIDADE

### SEÇÃO I DOS LETREIROS E ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

**Art.76.** A afixação de anúncios publicitários referentes a estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviços, depende de licença prévia do Município, encaminhada mediante requerimento do interessado.

**Parágrafo único.** São denominados anúncios publicitários: as indicações de referências de produtos, serviços ou atividades por meio de placas, painéis, faixas, *outdoors* ou similares, na sede do estabelecimento ou quando colocados em local estranho àquele em que a atividade é exercida.

**Art. 77.** A licença para instalação de anúncios publicitários deverá ser requerida ao Município, instruído o pedido com as especificações técnicas e mediante apresentação dos seguintes documentos:

- I- requerimento padrão fornecido pelo Município; onde conste:
  - a) nome da pessoa jurídica e seu endereço;
  - b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
  - c) a localização do equipamento;
  - d) número de cadastro imobiliário do imóvel a ser alocado;
  - e) a assinatura do representante legal;
- II- fotocópia do alvará de localização de funcionamento da empresa requerente;
- III- autorização do proprietário do terreno;
- IV- projeto de instalação contendo:
  - a) especificação do material a ser empregado;
  - b) dimensões do anúncio publicitário;
  - c) altura em relação ao nível do passeio e o ponto mais alto do equipamento representado esquematicamente;
  - d) afastamento frontal e lateral demonstrado em croqui;
  - e) comprimento da fachada do estabelecimento;
  - f) sistema de fixação e iluminação;
  - g) tipo de suporte sobre o qual será sustentado;
  - h) distância entre o anúncio mais próximo existente e o a ser instalado;
  - i) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, emitida pelo responsável técnico do projeto e execução.

**§1º.** Em se tratando de painel luminoso, eletrônico ou similar, além dos documentos solicitados no *caput*, deverá ser apresentado o projeto do equipamento composto de planta de situação, vistas frontal e lateral com indicação das dimensões e condições necessárias para sua instalação;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**§2º.** A expedição de licença referida no caput deste Artigo dependerá de pagamento de taxa à Administração Municipal.

**§3º.** No caso de anúncios luminosos, os pedidos de licença deverão indicar o sistema de iluminação a ser adotado e ter uma altura livre igual ou superior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) em relação ao nível do piso ou do passeio.

**§4º.** A retirada das faixas e demais propagandas é de responsabilidade do anunciante e deverá ser efetuado no prazo de até 3 (três) dias após encerrado o evento, sob pena de multa.

**Art. 78.** O Município disporá do prazo de 15 (quinze) dias para emitir licença ou despacho de indeferimento justificando os motivos que embasaram sua decisão, podendo emitir diligências sobre os documentos apresentados suspendendo as data de resposta.

**Art. 79.** Não será permitida a colocação de anúncios, faixas ou cartazes quando:

I - Pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público, bem como à segurança em geral;

II - De alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seu patrimônio natural, monumentos típicos, históricos e tradicionais;

III - Não será permitido o corte de arborização para colocação de propagandas e anúncios.

**Art. 80.** Os anúncios deverão ser conservados em boas condições, sendo que a sua renovação será solicitada pelo Município, sempre que seja necessário o melhoramento de seu aspecto ou segurança.

**Art. 81.** Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito às formalidades deste Capítulo, poderão ser apreendidos pelo Município, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento de multa prevista no presente Código.

**Art. 82.** A propaganda falada em lugares públicos por meio de ampliadores de som, alto-falantes e propagandistas, está igualmente sujeita à prévia licença, que somente será concedida nos seguintes casos:

I - Informações autorizadas conforme regras de propaganda do Tribunal Regional Eleitoral;

II - Informações referentes à saúde pública;

III - Divulgação de festas tradicionais constantes do calendário oficial do município;

IV - Divulgação de festas beneficentes;

V - Divulgação de eventos promovidos por entidades representativas de categorias profissionais.

**§1º.** O horário permitido para a propaganda sonora é o compreendido entre as 9:00(nove) horas e as 19:00 (dezenove) horas.

**§2º.** É proibida a propaganda sonora nos locais próximos a hospitais, clínicas, maternidades, asilos, igrejas, estabelecimentos de ensino, biblioteca, fóruns e outros edifícios públicos a critério da municipalidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 83.** A colocação de anúncios publicitários será permitida apenas em terrenos não edificados, com exceção das placas de comercialização imobiliária cujo tamanho máximo será de até 100 centímetros por 200 centímetros e sua colocação no imóvel não edificado terá o afastamento mínimo de dois metros do alinhamento do muro.

**Art. 84.** A instalação de anúncios publicitários deve observar as seguintes distâncias:

- I- altura máxima de seis metros acima do nível do solo para *outdoors front light*, rodoviário, trifacial ou triedro e similares;
- II- um metro e cinquenta centímetros em relação às divisas do terreno;
- III- no mínimo cento e cinquenta metros entre anúncios publicitários;
- IV- recuo frontal de no mínimo cinco metros para dentro da linha de muro.

**Parágrafo único.** Nas vias de jurisdição federal ou estadual, deverão ser respeitadas as distâncias previstas na regulamentação específica, além das disposições contidas neste Código.

**Art. 85.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

## SEÇÃO II NÃO DEPENDEM DE LICENÇA

**Art. 86.** Para cada estabelecimento, poderá ser executado letreiro em área nunca superior à dois terço do comprimento da fachada do próprio estabelecimento multiplicada por um metro para letreiro e anúncio.

§1º. Havendo mais de um estabelecimento no térreo e primeiro andar de uma mesma edificação, a área destinada ao letreiro deverá ser subdividida proporcionalmente entre todos, e aqueles situados acima do primeiro andar, deverão anunciar no *hall* de entrada ou em totens colocados na frente do prédio, desde que respeite o afastamento exigido na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§2º. Será considerada, para efeito de cálculo da área de letreiro exposto, qualquer inscrição direta em toldos e marquises, os quais deverão, ainda, observar as determinações do Código de Edificações.

§3º. Será permitida a subdivisão do letreiro, desde que a soma das áreas de suas faces não ultrapasse a área total permitida.

§4º. Os letreiros serão permitidos somente no pavimento térreo e no primeiro andar das edificações.

§5º. Não serão permitidos letreiros perpendiculares à fachada, quando sobre o passeio público.

§6º. Os letreiros não poderão distar mais de quarenta centímetros do plano da fachada, quando sobre o passeio público.

**Art. 87.** Os anúncios publicitários efetuados nos interiores dos estabelecimentos e nas vitrines deverão respeitar a legislação no que se refere à decência e aos bons costumes.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 88.** A divulgação através de panfletos ou cartazes deverá ser feita em mãos, deixados em caixas de correspondências, nos comércios com a devida autorização do proprietário ou encartados em revistas ou periódicos, nunca jogados na rua ou colocados em automóveis, nem afixado em fachadas, postes, canteiros e muros.

**Art. 89.** É vedada a publicidade que afete a perspectiva ou deprecie, de qualquer modo, o aspecto do edifício ou paisagem, vias e logradouros, especialmente quando:

I- em áreas de proteção de recursos naturais e de preservação permanente e em zona de preservação ambiental;

II- em bens de uso comum da comunidade, tais como, parques, jardins, pontos de ônibus, túneis, rótulas, pontes, viadutos, passarelas e respectivos acessos;

III- em calçadas, trevos, canteiros e cemitérios, em árvores, postes ou monumentos;

IV- obstruir a visão do imóvel cujo patrimônio é protegido por lei;

V- obstruir porta, janela ou qualquer abertura destinada à passagem, iluminação ou ventilação;

VI- oferecer perigo físico ou risco material;

VII- obstruir ou prejudicar a visibilidade da sinalização, placa de numeração, nomenclatura de ruas e outras informações oficiais;

VIII- empregar luzes ou inscrições que gerem confusão com sinais de trânsito ou dificultem sua identificação;

IX- colada ou pintada diretamente em muros ou paredes frontais ao passeio, vias ou logradouros públicos ou visíveis destes;

X- em faixas, inscrições, plaquetas e similares ou balões de qualquer natureza, sobre as vias públicas;

XI- em volantes, folhetos e similares distribuídos manualmente;

XII- em faixas de domínio de rodovias, ferrovias, redes de energia e dutos em uso.

**Art. 90.** Constitui infração punível:

I- a exibição de publicidade quando:

a) sem licença;

b) em desacordo com as especificações técnicas aprovadas;

c) em estado precário de conservação;

II- a não retirada da publicidade irregular no prazo determinado pelo Município.

§1º. Considera-se infrator o proprietário da publicidade, detentor da licença.

§2º. Findo o prazo de notificação e verificada a persistência da infração, o órgão competente fará a remoção da publicidade às expensas do infrator, sem prejuízo das multas e penalidades cabíveis.

**Art. 91.** A taxa de licença para publicidade será cobrada conforme estabelecido no Código Tributário Municipal.

**Art. 92.** A publicidade atualmente exposta em desacordo com as normas deste Código deverá ser regularizada no prazo máximo de quatro meses da vigência deste Código.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 93.** Na infração de qualquer dispositivo desta Subseção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

Capítulo VI  
**DA NOMENCLATURA DOS LOGRADOUROS  
E DA NUMERAÇÃO DOS PRÉDIOS**

**SEÇÃO I  
DA NOMENCLATURA DAS VIAS E LOGRADOUROS**

**Art. 94.** As vias e logradouros públicos municipais terão sempre uma denominação que deverá ser aprovada pela Câmara de Vereadores.

**Art. 95.** Para a denominação das vias e logradouros públicos deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- I - Não poderão ser demasiado extensas, de modo que prejudiquem a precisão e clareza das indicações;
- II - Não poderão conter nomes de pessoas vivas;
- III - Não poderá haver no Município duas ruas com o mesmo nome;
- IV - A denominação de vias existentes fica condicionado ao parecer da Secretaria de Planejamento e Trânsito e da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, referente a sua legalidade e aos seus gabaritos.

**Art. 96.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

**SEÇÃO II  
DA NUMERAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES**

**Art. 97.** A numeração dos imóveis existentes construídos, reconstruídos far-se-á atendendo-se as seguintes normas:

- I - O número de cada edificação corresponderá à distância em metros, medida sobre o eixo do logradouro público, desde o início até o meio da porta ou acesso principal das edificações;
- II - A numeração será par à direita e ímpar para a esquerda, a partir do início do logradouro público;
- III - Quando a distância em metros, de que trata o Inciso I deste Artigo, não for número inteiro, adotar-se-á o inteiro imediatamente superior;
- IV - O proprietário deverá proceder a colocação de placa de numeração do tipo oficial ou artística com o número designado, não podendo ser colocada em ponto que fique a mais de 2,50 m (dois metros e cinquenta) acima do nível da soleira do alinhamento e à distância maior de 10 (dez) metros, em relação ao alinhamento;
- V - Quando em uma edificação houver mais de um elemento independente (apartamentos, cômodos ou escritórios) e quando em um mesmo terreno houver mais de uma edificação destinada à ocupação independente, cada um destes elementos deverá receber numeração própria, porém sempre com referência à numeração da entrada do logradouro público;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

VI - Nas edificações com mais de um pavimento onde haja elementos independentes, os números serão distribuídos com três e quatro algarismos, devendo o algarismo da classe das centenas e dos milhares, indicar o número do pavimento-considerando sempre o pavimento térreo como o primeiro pavimento; o algarismo das dezenas e das unidades indicará a ordem dos elementos em cada pavimento;

VII - A numeração a ser distribuída nos subterrâneos e nas sobrelojas, será precedida das letras maiúsculas "S" e "SL", respectivamente.

**Art. 98.** Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

## Capítulo VII DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

### SEÇÃO I DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

**Art. 99.** Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos do Poder Público Municipal.

**Art. 100.** Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger, induzir, coagir ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das leis que tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

**Parágrafo Único:** Será considerado infrator aquele que de alguma forma restringir, coagir e ou dificultar a ação dos fiscais em seu exercício, sendo punido com multa de 100 (cem) Unidades Fiscais do Município - UFM's mediante fundamentação do fato e direito ao contraditório.

**Art. 101.** Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis e independentemente das que possam estar previstas no Código Tributário Municipal, as infrações aos dispositivos deste Código serão punidas com a obrigação de fazer ou não fazer, além de, alternada ou cumulativamente, multa, apreensão de material, produto ou mercadoria e ainda interdição de atividades.

**Art. 102.** A multa imposta de forma regular e pelos meios hábeis, será inscrita em dívida ativa e judicialmente executada, se o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

**Parágrafo único.** Os infratores que estiverem inscritos na dívida ativa em razão de multa de que trata o *caput* não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com o Município, participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a Administração Municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

**Art. 103.** Nas reincidências as multas serão aplicadas em dobro progressivamente.

**Parágrafo único.** É considerado reincidente quem violar preceito deste Código, por cuja infração já tiver sido autuado e punido no período de até dois anos.

**Art. 104.** Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos regulamentares serão atualizados, nos seus valores monetários, com base na legislação em vigor na data da liquidação das importâncias devidas, incidindo ainda juros moratórios legais.

## SEÇÃO II DA APREENSÃO

**Art. 105.** Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos aos depósitos do Município.

§1º. Quando os objetos apreendidos não puderem ser recolhidos àquele depósito, ou quando a apreensão se realizar fora da área urbana, poderão ser depositados em mão de terceiros ou do próprio detentor, observadas as formalidades legais.

§2º. Na apreensão lavrar-se-á, inicialmente, auto de apreensão que conterá a descrição dos objetos apreendidos e a indicação do lugar onde ficarão depositados.

§3º. O ambulante que tiver a sua mercadoria apreendida terá prazo de 5 (cinco) dias, a contar da respectiva apreensão, para regularizar a situação; devendo para isso apresentar a multa devidamente quitada e a nota de procedência da mercadoria.

§4º. Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, não havendo manifestação sobre as mercadorias apreendidas, o município, através da Secretaria de Planejamento e Trânsito, dará destino adequado as mesmas.

§5º. Em caso de apreensão de alimentos e/ou produtos de interesse da saúde, os mesmos, serão remetidos à Vigilância Sanitária para devidas providências.

§6º. Em caso de apreensão de produtos perecíveis, decorrido o prazo de 48(quarenta e oito) horas, não havendo manifestação sobre as mercadorias apreendidas, a Vigilância Sanitária dará destino adequado as mesmas.

## SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE

**Art. 106.** Não serão diretamente passíveis de aplicação das penas definidas neste Código:

- I- os incapazes na forma da lei civil;
- II- os que foram coagidos a cometer a infração.

**Art. 107.** Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

- I- sobre os pais, tutores ou pessoas em cuja guarda estiver o incapaz;
- II- sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz;
- III- sobre aquele que der causa à contravenção forçada.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

#### SEÇÃO IV DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

**Art. 108.** Verificando-se infração a este Código será expedida contra o infrator uma notificação preliminar para que regularize sua situação, no prazo de até 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** Nos casos de risco a saúde, segurança, comércio irregular ou perturbação do sossego poderá o fiscal determinar prazo imediato em proteção aos munícipes.

**Art. 109.** A notificação preliminar será feita em formulário, onde ficará cópia, na qual o notificado aporá o seu ciente ao receber a via da mesma, e conterá os seguintes elementos:

- I- nome do notificado ou denominação que o identifique;
- II- dia, mês, ano, hora e local da lavratura da notificação preliminar;
- III- prazo para a regularização da situação;
- IV- descrição do fato que motivou a notificação e a indicação do dispositivo legal infringido;
- V- a multa ou pena a ser aplicada em caso de não regularização no prazo estabelecido;
- VI- nome e assinatura do agente fiscal notificante.

**Parágrafo único.** Recusando-se o notificado a dar seu ciente, será tal recusa declarada na notificação preliminar pela autoridade notificante,

**Art. 110.** No caso de reincidência não caberá notificação preliminar.

**Art. 111.** Esgotado o prazo de que trata o Art. 108 sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, será lavrado auto de infração.

#### SEÇÃO V DO AUTO DE INFRAÇÃO

**Art. 112.** Auto de infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição da infração.

**Parágrafo único.** O auto de infração deverá ser lavrado com precisão e clareza, sem rasuras.

**Art. 113.** Do auto de infração deverá constar:

- I- dia, mês e ano, hora e local de sua lavratura;
- II- o nome do infrator ou denominação que o identifique e, se houver, das testemunhas;
- III- o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, bem como, o dispositivo legal violado e, quando for o caso, referências da notificação preliminar;
- IV- o valor da multa a ser paga pelo infrator;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

V- o prazo de que dispõe o infrator para efetuar o pagamento da multa ou apresentar sua defesa e suas provas;

VI- nome e assinatura do agente fiscal que lavrou o auto de infração.

§1º. As omissões ou incorreções do auto de infração não acarretarão sua nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação do infrator e da infração.

§2º. A assinatura do infrator não constitui formalidade essencial à validade do auto de infração, sua aposição não implicará em confissão e nem tampouco sua recusa agravará a pena.

§3º. Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção de tal circunstância, devendo este ato ser testemunhado por duas pessoas.

**Art. 114.** O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de Apreensão de Bens, de que trata o Art.105 deste Código.

## SEÇÃO VI DA DEFESA

**Art. 115.** O contribuinte terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar a defesa contra a autuação, contados da data do seu recebimento.

**Art. 116.** A defesa far-se-á por requerimento protocolado junto ao órgão municipal, facultada a juntada de documentos.

**Art. 117.** A apresentação de defesa no prazo legal suspenderá a exigibilidade da multa, até decisão da autoridade administrativa competente.

## SEÇÃO VII DO JULGAMENTO DA DEFESA E EXECUÇÃO DAS DECISÕES

**Art. 118.** A defesa de que trata o Art. 116 será decidida pela autoridade competente no prazo máximo de trinta dias.

**Art. 119.** A decisão deverá ser fundamentada por escrito e o autuado será notificado:

I- pessoalmente, mediante entrega de cópia da decisão proferida e contra recibo;

II- por carta, acompanhada de cópia da decisão e com Aviso de Recebimento;

III- por edital publicado em jornal local, se desconhecido o domicílio do infrator ou se este se recusar a recebê-la.

**Art. 120.** Na ausência do oferecimento da defesa no prazo legal, ou de ser ela julgada improcedente, será validada a multa já imposta, que deverá ser recolhida no prazo de trinta dias, além das demais penalidades previstas e prazos para cumpri-las.

**Parágrafo único.** O prazo para cumprimento das penalidades impostas neste artigo será contado a partir da notificação da decisão ao infrator.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ N° 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 – BENEDITO NOVO – SC

### Capítulo VIII **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 121.** Este Código de Posturas entrará em vigor 90 (noventa) dias a partir da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 29, de 03 de dezembro de 1963, alterada pela Lei Complementar nº 81 de 20 de abril de 2011, Lei Complementar nº 82, 01 de junho de 2011, Lei Complementar nº 102, de 17 de outubro de 2013, e demais alterações

Município de Benedito Novo, aos 08 de agosto de 2019.

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**  
Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei Complementar foi publicada pela forma regulamentar.  
Benedito Novo, aos 08 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa  
Auxiliar Administrativo I

**PORTARIA Nº 216/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 122/2019**

Publicação Nº 2123435

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

PORTARIA Nº 216/2019, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

**PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 122/2019**

JEAN MICHEL GRUDMANN, Prefeito de Benedito Novo Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 131/2015; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, até 30 de setembro de 2019, o prazo da Portaria nº 122/2019 de 16-04-2019, que contratou a Servidora HELENA LUISA SCHMIDT, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, símbolo AC, Anexo II, sub anexo I, do quadro de servidores do Município, através do Processo Seletivo 001/2019, no aguardo do resultado do Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 217/2019 - CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA**

Publicação Nº 2123440

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

PORTARIA Nº 217/2019, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

**CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA**

JEAN MICHEL GRUDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, de conformidade com o art. 15 da Lei Complementar nº 08/97, alterada pela Lei Complementar nº 10/1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder Função Gratificada – FG-I, a partir de 01 de agosto de 2019, para servidora MARIZA PASQUALI, ocupante do cargo de Agente Administrativo B, ADB, Anexo I, sub anexo II, do Quadro dos Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, por desempenhar Serviços de alimentação do sistema de SISObraPref.

Art. 2º - Fica revogado, nesta data, os efeitos da Portaria nº 175/2017, de 19 de junho de 2017.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**TERMO DE ANULAÇÃO PP 71/2019**

Publicação Nº 2123457

TERMO DE ANULAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019

FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, PERSONALIZAÇÃO E ATENDIMENTO TÉCNICO EVENTUAL PÓS

**IMPLANTAÇÃO PARA A ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público para conhecimento dos interessados que, fica ANULADO o processo licitatório nº 71/2019 na modalidade de Pregão Presencial.

A anulação se dá devido a necessidade de se readequar o objeto do presente certame, sendo necessárias novas diretrizes o que se torna inviável aproveitar o mesmo processo.

Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina o Art. 109, inciso I, alínea "c" da Lei nº 8666/93.

Retorne aos autos ao Setor de Licitações para as providências de estilo e arquivamento do processo.

Benedito Novo (SC), 14 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

# Biguaçu

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 06/2019

Publicação Nº 2123987

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/BIGUAÇU.

Resolução nº 06/2019 do CMDCA

Dispõe sobre a relação dos números, nomes e codinomes dos candidatos aptos a iniciar a Campanha Eleitoral ao cargo de Conselho Tutelar. O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, torna público a relação dos números, nomes e codinomes dos candidatos aptos pela Comissão Especial Eleitoral, para iniciar a Campanha Eleitoral ao Cargo de Conselho Tutelar no município de Biguaçu.

Nº DO CANDIDATO:	NOME:	CODINOME:
317	Aline Coutinho Juanol	
306	Andréia Costa de Souza	
311	Balbina Cleonice da Rosa Lessa	Cleonice Lessa
307	Bárbara Antônio Inácio Padilha	
308	Claire Simone Feldhaus	
315	Claudete Maria Steil Pereira	
314	Cristiano Silva Rita	
318	Dagmar Pereira	
305	Grace Aparecida Mascarenha	
310	Helen Beatriz Péres	
320	Ivonete Weber	
309	Leda Regina Locks	
312	Priscilla Carminatti da Silva	
301	Saulo César Galliani	

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de agosto de 2019.

Deyse de Souza.

Presidente do CMDCA/Biguaçu

# Blumenau

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2019

Publicação Nº 2124212

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 010/2019

PARTES:  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: Serviços de preparo e de fornecimento de refeições (lanches e doces) para o Programa Pró Idoso da Fundação Pró-Família, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 12 meses - PRÓ-FAMÍLIA.

PROCESSO: Pregão Presencial n. 182/2018.

ALTERAÇÃO: Alterar a CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixa de ser a Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense (PRÓ-FAMÍLIA), inscrita no CNPJ de nº. 07.447.177/0001-80, e passará a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal da Família – PRÓ-FAMÍLIA, novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau).

DATA: 18 de julho de 2019.

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2017

Publicação Nº 2124215

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 096/2017

PARTES:  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ LTDA - CESUMAR.

OBJETO: Estabelecer as condições de realização de Estágio Curricular Obrigatório dos cursos disponibilizados pelo CREDENCIADO com base na Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008, que regulamenta o estágio obrigatório dos alunos do ensino superior - SEDEAD.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-44/2017.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31 de maio de 2019 até 30 de maio de 2020.

DATA: 23 de maio de 2019.

### EXTRATO CONTRATO Nº 173/2019

Publicação Nº 2124218

EXTRATO – CONTRATO Nº. 173/2019

PARTES:  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CERVEJARIA BIERLAND LTDA.

OBJETO: Permissão remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precatório e remunerado, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração comercial de Cerveja e/ou Chope Artesanal e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica nas condições estabelecidas no edital e seus anexos, para as edições da Oktoberfest



2019/2020 e Sommerfest 2020/2021 – PONTO 02 - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 22, Lei 8.666/1993 e alterações.

PROCESSO: Tomada de Preços nº 010/2019.

PRAZO DE VIGÊNCIA: da data da assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2021.

PREÇO: R\$ 43.003,00 (quarenta e três mil e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 08 de agosto de 2019.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 174/2019**

Publicação Nº 2124222

EXTRATO – CONTRATO Nº. 174/2019

PARTES:  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CERVEJARIA HERSING LTDA ME.

OBJETO: Permissão remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precatório e remunerado, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração comercial de Cerveja e/ou Chope Artesanal e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica nas condições estabelecidas no edital e seus anexos, para as edições da Oktoberfest 2019/2020 e Sommerfest 2020/2021 – PONTO 03 - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 22, Lei 8.666/1993 e alterações.

PROCESSO: Tomada de Preços nº 010/2019.

PRAZO DE VIGÊNCIA: da data da assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2021.

PREÇO: R\$ 25.100,00 (vinte e cinco mil e cem reais).

DATA DE ASSINATURA: 08 de agosto de 2019.

### **EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 201/2015**

Publicação Nº 2124223

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 201/2015

PARTES:  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

REUNIDAS TURISMO S/A.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de passagens intermunicipais e interestaduais, para deslocamento de usuários atendidos por esta secretaria e seus programas sociais - FMAS.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 067/2015.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 14 de julho de 2019 até 13 de julho de 2020.

VALOR: Renova-se o valor total pago à contratada já reajustado, para R\$ 68.214,77.

DATA: 19 de julho de 2019.

**ERRATA - INEXIGIBILIDADE Nº 09-2216/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124225

## ERRATA

ONDE SE LÊ: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2216/2019 – SAMAE

LEIA-SE: INEXIGIBILIDADE Nº 09-2216/2019 – SAMAE

OBJETO: Contratação decurso "Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos" para os servidores da Autarquia envolvidos nestes procedimentos, nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2019, em Blumenau.

CONTRATADO: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM

BASE LEGAL: Artigos 25, II e 13, VI da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

DATA HOMOLOGAÇÃO: 09/08/2019

Blumenau (SC) 09/08/2019

André Espezim

**PORTARIA Nº 7452/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124242

## PORTARIA Nº 7452/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 267/17 FIRMADO COM O BANCO BRADESCO S.A.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

## DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de prestação de serviços bancários para processamento da folha de pagamento com exclusividade:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, cadastro 2023-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7453/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124246

## PORTARIA Nº 7453/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2201/16 FIRMADO COM O BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

## DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de prestação de serviços de instituição financeira autorizada a arrecadação de fatura de serviços de água e esgoto:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, cadastro 2023-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7454/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124287

PORTARIA Nº 7454/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2208/16 FIRMADO COM RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de serviços de transbordos, transportes, destinação e disposição final ambientalmente adequada, dos resíduos sólidos domiciliares, bem como dos resíduos gerados pelos entes públicos e entidades comerciais e industriais, com características de domiciliares no município de Blumenau:

ARNOLDO PAHL, cadastro 2129-6, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Gerente de Resíduos Sólidos, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

BENTO MOACIR LANSER, cadastro 1720-5, ocupante de cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

CARLOS ROBERTO DA CRUZ, cadastro 2005-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7455/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124289

PORTARIA Nº 7455/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2213/15 FIRMADO COM O BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de prestação de serviços de instituição financeira autorizada a arrecadação de fatura de serviços de água e esgoto:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, cadastro 2023-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7456/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124293

PORTARIA Nº 7456/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2214/15 FIRMADO COM O BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de prestação de serviços de instituição financeira autorizada a arrecadação de fatura de serviços de água e esgoto:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, cadastro 2023-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7457/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124296

PORTARIA Nº 7457/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2215/15 FIRMADO COM A COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITOS - AILOS

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de prestação de serviços de instituição financeira autorizada a arrecadação de fatura de serviços de água e esgoto:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, cadastro 2023-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7458/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124299

PORTARIA Nº 7458/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2215/18 FIRMADO COM A RACLI LIMPEZA URBANA LTDA

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594,

de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de execução de serviços especializados de coleta de resíduos sólidos:

ARNOLDO PAHL, cadastro 2129-6, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Gerente de Resíduos Sólidos, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

CARLOS ROBERTO DA CRUZ, cadastro 2005-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 7459/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124301

PORTARIA Nº 7459/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2221/15 FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de prestação de serviços de instituição financeira autorizada a arrecadação de fatura de serviços de água e esgoto:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, cadastro 2023-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 7460/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124307

PORTARIA Nº 7460/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2241/15 FIRMADO COM O BANCO COOPERATIVA DO BRASIL S.A

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de prestação de serviços de instituição financeira autorizada a arrecadação de fatura de serviços de água e esgoto:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, cadastro 2023-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de

Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7461/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124311

PORTARIA Nº 7461/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2210/15 FIRMADO COM O BANCO DO BRASIL S.A

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de prestação de serviços de instituição financeira autorizada a arrecadação de fatura de serviços de água e esgoto:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, cadastro 2023-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7462/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124316

PORTARIA Nº 7462/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2211/15 FIRMADO COM O BANCO COOPERATIVA SICREDI S.A

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de prestação de serviços de instituição financeira autorizada a arrecadação de fatura de serviços de água e esgoto:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, cadastro 2023-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7463/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124318

PORTARIA Nº 7463/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2212/15 FIRMADO COM O BANCO BRADESCO S.A

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de prestação de serviços de instituição financeira autorizada a arrecadação de fatura de serviços de água e esgoto:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, cadastro 2023-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7464/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124320

PORTARIA Nº 7464/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2211/19 FIRMADO COM ELEKTRA LTDA-EPP

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição de painéis elétricos com inversores de frequência para uso no sistema de bombeamento do setor R-1 e Cisterna ETA II, aquisição e instalação de painel elétrico tipo armário para acionamento das moto-bombas de reversão, bombas do cloro-gás e demais cargas, fornecimento de materiais e serviços para conserto de transformadores, conforme especificações do edital:

GREGÓRIO DE BORBA, cadastro 1707-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico Mecânico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

MAURICIO CARVALHO LAUS, cadastro 1138-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Eletricista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 7465/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124321

PORTARIA Nº 7465/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2201/19 FIRMADO COM STARTUBO COMERCIAL EIRELI EPP.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7466/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124323

PORTARIA Nº 7466/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2213/19 FIRMADO COM SANEAUT DO BRASIL.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição de painéis elétricos com inversores de frequência para uso no sistema de bombeamento do setor R-1 e Cisterna ETA II, aquisição e instalação de painel elétrico tipo armário para acionamento das moto-bombas de reversão, bombas do cloro-gás e demais cargas, fornecimento de materiais e serviços para conserto de transformadores, conforme especificações do edital:

GREGÓRIO DE BORBA, cadastro 1707-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico Mecânico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

MAURICIO CARVALHO LAUS, cadastro 1138-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Eletricista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7467/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124325

PORTARIA Nº 7467/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2209/19 FIRMADO COM L.M.D.M- CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

**DESIGNAR**

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa especializada para auxiliar a Autarquia nas discussões do reequilíbrio tarifário ordinário e extraordinário do contrato 017/2010 de concessão do serviço de esgotamento sanitário do município e auxiliar na implantação da tarifa binômica dos serviços de água e esgoto:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

LEANDRO HENRIQUE FERNANDES DE SOUSA, cadastro 1976-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7468/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124329

PORTARIA Nº 7468/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2206/16 FIRMADO COM PORTO SEGURO- CIA DE SEGUROS GERAIS

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o seguro da frota de veículos da Autarquia:

RENATO BORGONOVO, cadastro 1923-2, ocupante de cargo de provimento em Comissão de Gerente de Patrimônio, lotado na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

ANDREIA DOS SANTOS, cadastro 1952-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Administrativo-Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7469/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124332

PORTARIA Nº 7469/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2202/19 FIRMADO COM PURI AZUL- SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato:

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7470/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124336

PORTARIA Nº 7470/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2203/19 FIRMADO COM SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7471/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124338

PORTARIA Nº 7471/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2204/19 FIRMADO COM SANEAUT DO BRASIL LTDA EPP.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7472/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124339

PORTARIA Nº 7472/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2207/19 FIRMADO COM LOT METAIS EIRELI-ME

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7473/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124340

PORTARIA Nº 7473/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2235/15 FIRMADO COM META VISION INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa para prestação de serviços de controle de frota e logística com instalação e manutenção de equipamentos eletrônicos sendo 81 veículos iniciais e mais 42 no decorrer do contrato, conforme orçamento do SAMAE, através de locação de todos os materiais e equipamentos necessários com a finalidade de coletar as informações de utilização e condução:

EDISON LUIZ ROSSA, cadastro 227234, ocupante de cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

ANDREIA DOS SANTOS, cadastro 1952-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7474/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124342

PORTARIA N° 7474/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2205/19 FIRMADO COM CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7475/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124345

PORTARIA N° 7475/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2208/19 FIRMADO COM BRÁSIDAS EIRELI

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7476/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124347

PORTARIA Nº 7476/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2206/19 FIRMADO COM BERMAD BREASIL INDUSTRIA DE VÁLVULAS LTDA

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de aquisição dos materiais hidráulicos- Pregão 06-2245/18:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7477/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124348

PORTARIA Nº 7477/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2215/19 FIRMADO COM HIDROMEGA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra, visando a substituição e implementação de melhorias nas tubulações de reversão dos filtros da ETA II:

ADROALDO SILVEIRA E SILVA, cadastro 1107-0, ocupante de cargo de efetivo de Engenheiro Mecânico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

GREGÓRIO DE BORBA, cadastro 1707-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico Mecânico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7478/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124351

PORTARIA Nº 7478/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2215/19 FIRMADO COM UNICORP INFORMÁTICA IND. LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a aquisição de uso de sistema de informações para o controle de rotinas de laboratório e suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva do sistema:

VIVIANE CAVALLI, cadastro 1111-8, ocupante de cargo de efetivo de Técnico Laboratório Análise de Água e Esgoto, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JANOR FERNANDES ANDRÉ, cadastro 1993-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

EMERSON LUIS RAMPELOTI, cadastro 772-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Programador de Computador, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do Contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7479/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124352

PORTARIA Nº 7479/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2209/14 FIRMADO COM DRJ RADIO COMUNICAÇÃO

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa para a manutenção preventiva e corretiva no sistema de automação remota e telemetria, sistema de rádio e comunicação e dos serviços de engenharia para manutenção e atualização do licenciamento ANATEL, com fornecimento de peças:

MAURICIO CARVALHO LAUS, cadastro 1138-0, ocupante de cargo de efetivo de Engenheiro Eletricista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

GREGÓRIO DE BORBA, cadastro 1707-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico Mecânico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 7480/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124353

PORTARIA Nº 7480/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2233/15 FIRMADO COM ADAPSATSUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E COMÉRCIO LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa especializada em consultoria:

JULIMAR VACCARI DE ABREU, cadastro 1960-7, ocupante de cargo de efetivo de Técnico em Informática, lotado na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

NIVALDO AIRTON DA VEIGA, cadastro 709-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Operador de Computador, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7481/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124354

PORTARIA Nº 7481/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2242/15 FIRMADO COM MTG HIDRO E ELETRICA LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa para execução de serviços continuados de pintura interna e externa das unidades do SAMAE, execução de limpeza geral de área externas de alambrados e cerca com mourões de concreto:

PATRICK ALMY BALLAND, cadastro 2149-00, ocupante de cargo provimento em comissão de Gerente de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

ALINE CRISTINA CASAS, cadastro 2031-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

VOLDINEI FURLANETO NEVES, cadastro 1837-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7482/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124356

PORTARIA N° 7482/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 75/14 FIRMADO COM FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem os serviços de manutenção corretiva na rede de sistema rodoviário municipal:

PATRICK ALMY BALLAND, cadastro 2149-00, ocupante de cargo provimento em comissão de Gerente de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

VILSON CORREA, cadastro 1269-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

VOLDINEI FURLANETO NEVES, cadastro 1837-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7483/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124359

PORTARIA N° 7483/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2207/18 FIRMADO COM RAMOS TERRAPLANEGM LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem os serviços na rua Emilio Stein:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7484/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124360

PORTARIA N° 7484/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 238/17 FIRMADO COM ORCALI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem os serviços de limpeza e conservação predial:

RENATO BORGONOV, cadastro 1923-2, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Patrimônio, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7485/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124362

PORTARIA N° 7485/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2220/16 FIRMADO COM ADAPSAT SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E COMÉRCIO LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a aquisição de 250 licenças de Endpoint (software anti-virus) bem como a contratação de suporte técnico Profissional Advanced (24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano), pelo período de 03 anos:

JULIMAR VACCARI DE ABREU, cadastro 1960-7, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

NIVALDO AIRTON DA VEIGA, cadastro 709-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Operador de Computador, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7486/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124363

PORTARIA Nº 7486/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2219/18 FIRMADO COM RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a execução dos serviços de reabilitação do sistema de esgotamento sanitário PAC:

ACHILLES BRAUN, cadastro 1207-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

RAUL SCHRAMM FILHO, cadastro 1963-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7487/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124364

PORTARIA Nº 7487/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2245/15 FIRMADO COM TMS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva e atualização de software em 04 centrais telefônicas do SAMAE/Blumenau:

RENATO BORGONOV, cadastro 1923-2, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Patrimônio, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7488/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124365

PORTARIA Nº 7488/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2221/18 FIRMADO COM CORR PLASTIK INDUSTIAL LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem material hidráulico para execução de rede dos reservatórios da Fortaleza e Caçadores:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA N° 7489/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124366

PORTARIA N° 7489/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2220/18 FIRMADO COM SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3° da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem material hidráulico para execução de rede dos reservatórios da Fortaleza e Caçadores:

FELIPE LEITE, cadastro 2466-4, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE DE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA N° 7490/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124367

PORTARIA N° 7490/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2247/15 FIRMADO COM 5R TONERS E INFORMÁTICA LTDA EPP.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3° da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa para prestação de serviços de impressão fotocopiagem e digitalização por meio de disponibilidade de equipamentos, softwares e suprimentos:

JULIMAR VACCARI DE ABREU, cadastro 1960-7, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

NIVALDO AIRTON DA VEIGA, cadastro 709-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Operador de Computador, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7491/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124368

PORTARIA Nº 7491/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2239/15 FIRMADO COM SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem (LOTE01) execução de calçadas tipo paver, demolição de paredes de alvenaria, demolição de estruturas de concreto armado, execução de blocos de ancoragens, reparos de bocas de lobo, revestimento de calçadas, assentamento de meio fio, reparos em parede de alvenaria:

PATRICK ALMY BALLAND, cadastro 2149-00, ocupante de cargo provimento em comissão de Gerente de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

ALINE CRISTINA CASAS, cadastro 2031-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

VOLDINEI FURLANETO NEVES, cadastro 1837-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7492/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124369

PORTARIA Nº 7492/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2218/18 FIRMADO COM RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a execução das redes de interligação dos reservatórios Caçadores e Fortaleza:

FELIPE LEITE, cadastro 2066-4, ocupante de cargo provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

SAMANTHA BLAETH KEIM MEJIA FERRETTI, cadastro 2002-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Sanitarista, lotada na Diretoria Técnica, atuando como FISCAL do contrato;

JACKSON JACOB DUARTE MEDEIROS JUNIOR, cadastro 2117-2, ocupante de cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7493/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124370

PORTARIA Nº 7493/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2204/17 FIRMADO COM LABORATÓRIO BECKHAUSER.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem prestação de serviços de análises físico-químico e micrológicas de água (Portaria 2.914/2011 MS) e resolução nº 357/2005 do CONAMA; análise de *Cryptosporidium* spp e oocistos de *Girardia* spp, em água bruta nas ETA's (Portaria 2.914/2011 MS), e análise do lado das ETA's (NBR 10.004:2004):

VIVIANE CAVALLI, cadastro 1111-8, ocupante de cargo de provimento efetivo Técnico de Laboratório de Análise de Água e Esgoto, lotada na Diretoria de Operações, atuando como GESTORA do contrato;

JANOR FERNANDES ANDRÉ, cadastro 1993-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7494/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124371

PORTARIA Nº 7494/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2206/115 FIRMADO COM HEXIS CIENTIFICA S.A.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, ajustes e calibração de equipamentos de laboratório, com reposição de peças:

JANOR FERNANDES ANDRÉ, cadastro 1993-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

VIVIANE CAVALLI, cadastro 1111-8, ocupante de cargo de provimento efetivo Técnico de Laboratório de Análise de Água e Esgoto, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7495/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124372

PORTARIA Nº 7495/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2214/19 FIRMADO COM GESTÃO AMBIENTAL LTDA-GTA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR



Os servidores listados para fiscalizarem os serviços de coleta e disposição final de resíduos e serviços de saúde provenientes de unidades laboratoriais, compreendendo em resíduos infectantes e perigosos:

VIVIANE CAVALLI, cadastro 1111-8, ocupante de cargo de provimento efetivo Técnico de Laboratório de Análise de Água e Esgoto, lotada na Diretoria de Operações, atuando como GESTORA do contrato;

JANOR FERNANDES ANDRÉ, cadastro 1993-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7496/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124373

PORTARIA Nº 7496/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2207/17 FIRMADO COM A EMPRESA OI S.A

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem os serviços de telefonia fixa e banda larga de internet:

RENATO BORGONOVO, cadastro 1923-2, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Patrimônio, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7497/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124374

PORTARIA Nº 7497/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2212/16 FIRMADO COM SANDRINI E BOTEGA LTDA ME.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem os serviços de fornecimento de água:

PATRICK ALMY BALLAND, cadastro 2149-0, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

VILSON CORREA, cadastro 1269-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

CÉSAR EDUARDO SINHOKA, cadastro 1135-5, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7498/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124375

PORTARIA N° 7498/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2208/17 FIRMADO COM BALANTEC COMÉRCIO E ASSITÊNCIA TÉCNICA LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem os serviços de manutenção preventiva, ajustes e calibração de equipamentos de laboratório, com reposição de peças:

VIVIANE CAVALLI, cadastro 1111-8, ocupante de cargo de provimento efetivo Técnico de Laboratório de Análise de Água e Esgoto, lotada na Diretoria de Operações, atuando como GESTORA do contrato;

JANOR FERNANDES ANDRÉ, cadastro 1993-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7499/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124376

PORTARIA N° 7499/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2232/15 FIRMADO COM CLUBE DE CAÇA E TIRO CONCÓRDIA

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de locação de terreno para implantação de booster:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7500/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124377

PORTARIA N° 7500/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2216/14 FIRMADO COM VIVIANE CRISTINA SABEL.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de locação de terreno para instalação de elevatória:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7501/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124378

PORTARIA N° 7501/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2221/16 FIRMADO COM ARI PASOLD.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de locação de terreno para implantação de booster:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA N° 7502/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124379

PORTARIA N° 7502/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2207/15 FIRMADO COM NORTE SHOPPING.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de comodato de ponto de atendimento da gestão comercial:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA N° 7503/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124383

PORTARIA N° 7503/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2202/15 FIRMADO COM INGO TRIBESS.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3° da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de locação de imóvel para implantação de reservatório:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA N° 7504/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124384

PORTARIA N° 7504/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2203/17 FIRMADO COM DIOCESE DE BLUMENAU.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3° da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem booster rua Johan Hadlich:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7505/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124385

PORTARIA Nº 7505/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2211/16 FIRMADO COM ALZIRA ROCHA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem locação de imóvel para implantação de booster:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7506/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124386

PORTARIA Nº 7506/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2208/14 FIRMADO COM CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA- ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA- CIEE

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o serviço de integração para executar, selecionar e administrar o programa de estagiários:

FELIPE DE OLIVEIRA, cadastro 2072-9, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Gestão de Pessoas, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

JULIA ESTELA MENEGAZZO, cadastro 2022-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.  
ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7507/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124387

PORTARIA Nº 7507/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2211/17 FIRMADO COM IRIA DA VEIGA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de locação de imóvel para implantação de reservatório:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA N° 7508/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124388

PORTARIA N° 7508/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2215/14 FIRMADO COM ERNESTO JAIME COLZANI.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3° da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de locação de imóvel para implantação de elevatória:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

## **PORTARIA N° 7509/2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124389

PORTARIA N° 7509/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO N° 2218/16 FIRMADO COM HELENA SILVA DALPOSSO.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3° da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem locação de imóvel para implantação de rede de água:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7510/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124391

PORTARIA Nº 7510/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2204/15 FIRMADO COM SANDRINI E BOTEGA LTDA ME.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a contratação de empresa especializada para a gestão comercial do SAMAE de Blumenau, compreendendo os seguintes serviços: leitura informatizada de hidrômetros, emissão e entrega simultânea de faturas de água, esgoto e resíduos sólidos. Atendimento presencial personalizado e atendimento ao público por telefone. Corte e religação do fornecimento de água no cavalete. Suporte técnico, customização, desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento (GSAN), e conversão e/ou importação do banco de dados do Sistema Legado de Gestão Comercial para o GSAN:

ROBSON DUMES, cadastro 2125-3, ocupante de cargo de provimento efetivo de Diretor Administrativo- Financeiro, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como GESTOR do contrato;

EMERSON LUIS RAMPELOTI, cadastro 772-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Programador de Computador, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato;

MARCELO ALEXANDRE LEITE, cadastro 1396-0, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato;

NICOLLE LANA MACHADO, cadastro 2050-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato;

FABIO PEREIRA MATOS, cadastro 1405-2, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, atuando como FISCAL do contrato.

Fica revogada as portarias 5815/15 e 7363/19.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7511/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124392

PORTARIA Nº 7511/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2200/19 FIRMADO COM ECT- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem o contrato de serviços:

MARILÉIA PISA, cadastro 2076-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Secretária Executiva, lotada na Presidência, atuando como GESTORA do contrato;

DENIE TABALDI ZIMMERMANN, cadastro 2146-6, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio ao Gabinete, lotada na Presidência, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 7512/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124393

PORTARIA Nº 7512/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2206/17 FIRMADO COM ADEMAR VARELA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem locação de imóvel para implantação de reservatório:

MARLI TEREZINHA AZEREDO, cadastro 1073-1, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada na Diretoria Administrativo-Financeira, atuando como GESTORA do contrato;

LUZIDETE FERREIRA, cadastro 1083-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7513/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124394

PORTARIA Nº 7513/19

DESIGNA SERVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2216/18 FIRMADO SILVA COM SM7 ENGENHARIA, TECNOLOGIA E IMPORTAÇÃO LTDA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,  
DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a execução e fornecimentos de materiais para implantação do reservatório caçadores (r3):

SAMANTHA BLAUTH KEIM MEJIA FERRETI, cadastro 2002-8, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista, lotada na Diretoria Técnica, atuando como GESTORA do contrato;

GRAZIELE REGINA PEIXER GARCIA, cadastro 1885-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como FISCAL do contrato.

Fica revogada a portaria 7288/19.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 07 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7514/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2124396

PORTARIA Nº 7514/19

DESIGNA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE "PREGÃO", REALIZADOS NO ÂMBITO NA AUTARQUIA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar como Pregoeiros e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir Processos Licitatórios na modalidade Pregão da Autarquia Municipal, os servidores relacionados, a partir de 01/08/2019:

**I – Pregoeiros:**

- a) Karla Kaestner, cadastro 717-0;
- b) Tiago Felipe da Silva, cadastro 2120-2
- c) Marcelo Fileti Merim, cadastro 2102-4

**II – Equipe de Apoio**

- a) Vanderlei Bini, cadastro 1451-6;
- b) Fernando da Cunha Gomes, cadastro 1346-3
- c) Jonathan Ricardo Girardi, cadastro 1824-4

Art. 2º - Os trabalhos dos servidores ora designados, deverão ser executados conforme as disposições constantes do Decreto Municipal Nº 7.106/02 de 18 de junho de 2002, do Decreto Municipal Nº 7.732/04 de 03 de agosto de 2004, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente na Lei Federal Nº 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as portarias 5552/14, 5760/15 e 7408/19.

Samae, 13 de agosto de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

**EXTRATO Nº 370/2019 - FURB**

Publicação Nº 2124397

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 370/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO  
TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº. 228/2018

OBJETO: prestação de serviços de conectividade a rede mundial de computadores (link de internet) para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 219/2018 e Contrato nº. 228/2018, firmado em 29 de agosto de 2018.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 228/2018 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 29 de agosto de 2019 até 28 de agosto de 2020, o que totalizará 24 (vinte e quatro) meses contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:**

Mantem-se a Cláusula Primeira, item 1.2, para a vigência deste Aditivo, conforme abaixo:

“1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
01	38900	12	Mês	Serviços de conectividade a rede mundial de computadores internet), sem roteador incluso.	3.000,00	36.000,00

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETIFICAÇÃO DO NOME DO GESTOR:**

Retifica-se na Cláusula Quarta do referido contrato que a execução do presente será acompanhada e fiscalizada pelos servidores Flaviano José Angeli e Ana Lúcia Anacleto Reis, os quais, serão denominados neste instrumento como Gestor, e Gestora Substituta.

**CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 228/2018, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, firmam o presente Termo Aditivo em três (03) vias de igual teor e forma, para os efeitos de direito e de justiça.

DATA: 05 de agosto de 2019.

## EXTRATO Nº 399/2019 - FURB

Publicação Nº 2124398

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 399/2019

Dispensa de Licitação nº. 296/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 374/2019/PROGEF e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONserto DO VEICULO MONTANA PLACA QIY-7564 LOCADO DA EMPRESA FAST MOTO CENTER LOCADORA DE VEÍCULOS E COM DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA (CONTRATO Nº 005/2017) PARA USO DO LABORATÓRIO DE COMBUSTÍVEIS - LAC. Setor solicitante: LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE COMBUSTÍVEIS-LAC. Contratada(s): MLK ESTACIONAMENTOS LTDA-ME (CNPJ Nº 26.502.043/0001-69). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24 Inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 374/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 10 (dez) dias consecutivos, contados após a entrega do serviço e da NF. Prazo de Entrega: Em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço. Local Entrega: Laboratório de Combustíveis CAMPUS II - Rua São Paulo 3250. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 300,00 (trezentos reais) / 01.09.12.122.0100.2001 (Manutenção das Ativ. Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.30.39 (Material para Manutenção de Veículos).

Blumenau, 14 de agosto de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

## EXTRATO Nº 400/2019 - FURB

Publicação Nº 2124400

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 400/2019

Dispensa de Licitação nº. 302/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 375/2019/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BIOLÓGICOS PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE. Setor solicitante: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS - LAC. Pedido(s) de Compra: 3106/2019. Contratada(s): DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA-ME (CNPJ Nº 14.248.265/0001-18) Valor R\$ 120,00 e LABINGA COM DE ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS LTDA (CNPJ Nº 04.886.103/0001-51) Valor R\$ 1.058,34. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24 Inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 375/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 10 (dez) dias a contar do recebimento do material e NF. Prazo de Entrega: Pronta Entrega. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.178,34 (um mil cento e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos) / 01.33.10.302.0109.2013 (Manutenção de Atividades Hospitalares e Ambulatoriais)/ 3.3.90. (Outros Despesas correntes)/3.3.90.30.40 (Material Biológico).

Blumenau, 14 de agosto de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

**EXTRATO Nº 401/2019 - FURB**

Publicação Nº 2124401

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 401/2019

Dispensa de Licitação nº. 303/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 378/2019/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DA POLICLÍNICA UNIVERSITÁRIA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES INTITULADO ELETRONEUMIOGRAFIA ENMG, EM ATENDIMENTO AOS CONVÊNIOS FIRMADOS COM A SEMUS - SECRETÁRIA DE SAÚDE DE BLUMENAU E CISAMVI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ..

Setor solicitante: POLICLINICA UNIVERSITÁRIA-PU. Pedido(s) de Compra: 3011/2019. Contratada(s): NEURO TECNOLOGIA DA AMÉRICA LAT.IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 19.632.287/0001-09). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24 Inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 378/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: À Combinar.

Prazo de Entrega: Pronta Entrega. Local de Entrega: Almoxarifado DAM, Sala K-004, Bloco K, Campus I da Universidade. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.130,00(um mil cento e trinta reais) / 01.33.10.302.0109.2013 (Manutenção de Atividades Hospitalares e Ambulatoriais))/ 3.3.90. (Outros Despesas correntes)/3.3.90.30.36.02 (Material Hospitalar).

Blumenau, 14 de agosto de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

**EXTRATO Nº 403/2019 - FURB**

Publicação Nº 2124402

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 403/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 306/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF e demais alterações, para o PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO DE DISCENTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPGDR) NO "IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL" A SER REALIZADO DE 11 A 13/09/2019 NA UNISC NA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL-RS. Setor solicitante: PPGDR-PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Pedido de Compra: 3242/2019. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL- UNISC. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25 Caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. Forma de Pagamento: Depósito Bancário até 30/08/2019. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) / 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção de Atividades de Plano de Trabalho - Custeio)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.39.48 (Serviços de Seleção e Treinamento).

Blumenau, 14 de agosto de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

**EXTRATO Nº 404/2019 - FURB**

Publicação Nº 2124403

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 404/2019

**PARTES:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e  
FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

**OBJETO:** Contratação de sociedade empresária ou simples especializada na prestação de serviços de conservação e limpeza predial, compreendendo as áreas internas, nos Campi da FURB.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Concorrência nº 533/2018 e Contrato nº 172/2019, com validade a partir de 14 de agosto de 2019.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará mensalmente o preço de **R\$ 285.482,99 (duzentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos)**, constantes na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**:

Item	Período	Nº de Postos	Preço Mensal Unitário (Por posto, em R\$)	Preço Mensal Total do Item (Quantidade de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$)
01	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)	20	3.486,57	69.731,40
02	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)	01 (encarregada nível 1)	4.510,99	4.510,99
03	Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, das 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus I)	11	3.486,57	38.352,27
04	Domingo à quinta-feira das 21:30h às 01h e das 02h às 05h e sextas-feiras das 21:30h às 01h e das 02h às 04h30min (Campus I)	08	3.762,10	30.096,80
05	Domingo à quinta-feira das 22h às 01h e das 02h às 05h30min e sextas-feiras das 22h às 01h e das 02h às 05h (Campus I)	01 (Líder de Grupo)	4.120,81	4.120,81
06	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus II)	14	3.486,57	48.811,98
07	Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, das 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus II)	03	3.486,57	10.459,71
08	Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, das 12h30min às 16h48min (Campus II)	03	3.450,43	10.351,29
09	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus III)	05	3.486,57	17.432,85
10	Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, das 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus III)	04	3.486,57	13.946,28
11	Segunda à sexta-feira das 05h às 09h, das 10h às 15h (Campus III)	02	3.499,25	6.998,50

12	Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, das 12h30min às 16h48min (Campus V)	04	3.407,79	13.631,16
13	Segunda à quinta-feira das 05h às 09h, das 10h às 15h e sextas-feiras das 05h às 09h e das 10h às 14h (Campus V)	02	3.407,79	6.815,58
14	Segunda à quinta-feira das 08h às 12h30min, das 13h30min às 18h e sextas-feiras das 08h às 12h30min e das 13h30min às 17h (Campus V)	02	3.407,79	6.815,58
15	Segunda à quinta-feira das 05h às 09h, das 10h às 15h e sextas-feiras das 05h às 09h e das 10h às 14h (NPJ)	01	3.407,79	3.407,79
<b>PREÇO GLOBAL (somatório da coluna "Preço Mensal Total" dos itens 01 à 15) (em reais, R\$)</b>		285.482,99		
<b>PREÇO GLOBAL (somatório da coluna "Preço Mensal Total" dos itens 01 à 15), (em reais, por extenso)</b>		Duzentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos		

**PAGAMENTO:** Os pagamentos serão efetuados mensalmente, após a prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor deste contrato, mediante depósitos das respectivas quantias na conta bancária indicada pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que a **CONTRATADA** efetivar a formal entrega à **CONTRATANTE**, de todos os documentos e comprovantes digitalizados (arquivo com extensão.pdf) e cópias a seguir relacionados, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor deste Contrato:

**PRAZO DE VIGÊNCIA** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com duração limitada a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II da Lei nº. 8.666/93.

**DATA:** 14/08/2019

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

**PR 37/2019**

Publicação Nº 2123467

Bom Jardim da Serra/SC

Processo/Ano 53/2019

Pregão presencial 37/2019

Forma de julgamento: menor preço por lote

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA DE CALÇETARIA PARA PAVIMENTAÇÃO E/OU REFORMAS EM PASSEIOS E VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA. O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com a pregoeira participa a todos os interessados que estará recebendo propostas e haverá abertura das mesmas dia 28/08/2019 às 14horas para aquisição/ contratação do(s) objeto(s) em epígrafe. O Edital segue as Leis 10.520/02 , LC 123/06, 147/14 e subsidiariamente a Lei 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 14 de agosto de 2019.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal



# Botuvera

## PREFEITURA

### EDITAL P.L. Nº 389/2019 - P.P. Nº 40/2019-SRP - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL

Publicação Nº 2123956

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 389/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019- SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 389/2019 na Modalidade Pregão Presencial Nº 40/2019 - SRP, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 28/08/2019. Abertura da sessão: dia 28/08/2019 às 14:00 Horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e E-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br). Botuverá, 15 de Agosto de 2019.

Marcio Francisco Colombi  
Secretário de Agricultura

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 075/2019

Publicação Nº 2123466

DECRETO Nº 075/2019

Nomeia os membros da Comissão de Avaliação das fichas de necessidades do programa de incentivo a casa própria do município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, amparado na Lei nº 0110/94 de 08.06.1.994, etc...

#### DECRETA:

Art.1º- Nomeia os membros da Comissão de Avaliação das fichas de necessidades do programa de incentivo a casa própria do município de Braço do Trombudo, com a seguinte composição:

#### Poder Executivo

Cleusa Schmueller Jeremias - Assistente Social  
Juliana do Nascimento – Técnico Administrativo  
Michele Vermoehlen – Agente Administrativo

#### Poder Legislativo

Maristela Aparecida Costa Silva  
Daiana W. Lopes

Art. 2º - Fica revogado o Decreto 055/2015 de 27 de abril de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de agosto de 2019.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 076/2019

Publicação Nº 2123469

DECRETO Nº. 076/2019.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 125.921,46 (Cento e vinte e cinco mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.035 – Manutenção e Reequipamento do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(73) – 3.3.90.00.00.00.00 0019 – Aplicações Diretas ..... R\$ 125.921,46

TOTAL .....R\$ 125.921,46

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2019 do recurso 1.0019 – Transferências do Fundeb.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 08 de Agosto de 2019.

NILDO MELMESTET  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 077/2019**

Publicação Nº 2123470

Decreto nº 077/2019 08/08/2019.

Homologa a Resolução nº 022/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

Decreta:

Art.1º - Fica homologada a Resolução nº 022/2018, de 08/08/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que altera a Resolução nº 021/2019 de 10/04/2019, que dispõe sobre a convocação ára Eleição do Conselho Tutelar unificado 2020/2024, definindo a Coordenação Geral.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Art.3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 08 de agosto de 2019.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 078/2019**

Publicação Nº 2123472

DECRETO Nº. 078/2019.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 92.739,24 (Noventa e dois mil setecentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.01 – Encargos Especiais/Obrig. Trib(PASEP)/Contr/Após.Pensões

(29) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 92.739,24

TOTAL .....R\$ 92.739,24

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2019 do recurso 1.0000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 09 de Agosto de 2019.

NILDO MELMESTET  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 090/2019**

Publicação Nº 2123311

PORTARIA Nº 090/2019  
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear GIOVANI CARNEIRO DA SILVA SANTANA, para exercer o cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, por ter sido aprovado em concurso

público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 13.08.2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 13 de Agosto de 2019.

Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

## **RESOLUÇÃO N° 022/2019 08/08/2019**

Publicação N° 2123476

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DE BRAÇO DO TROMBUDO- SC

RESOLUÇÃO N° 022/2019 08/08/2019

Altera Resolução nº 021/2019, de 10/04/2019, que Dispõe sobre a convocação para Eleição do Conselho Tutelar unificado 2020/2024, definindo a Coordenação Geral.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 121/94, de 25/08/1994 e nos termos da reunião ordinária realizada em 08/08/2019.

RESOLVE:

Art.1º- Alterar a Comissão Coordenadora para os seguintes representantes, conforme escolha realizada em reunião supracitada:

- I- Joice Muniz da Costa Marangoni – Presidente – representante das Associações de Pais e Professores;
- II- Daíse Lúcia Conci - representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.
- III – Beatriz Kulmann Nagel – Representante da Saúde e Assistência Social;
- IV – Haidy Laline Krueger Roeder – Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Braço do Trombudo/SC, em 08 de agosto de 2019.

Joice Muniz da Costa Marangoni  
Presidente do CMDCA

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 14 2019

Publicação Nº 2084756

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019

Número do Registro de Preços: 14/2019      Data do Registro: 15/05/2019      Válido até: 15/05/2020						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção de caminhões da Secretaria de Obras de Braço do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Lona L 224 (21596)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	LONA FLEX	0	196,4220
2	Lona L 223 (21597)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	LONA FLEX	0	190,8157
3	Pino de centro 9/16 x 8 (21599)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	FEY	0	19,0796
4	Pino de centro 12 x 10 (21601)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	FEY	0	16,0675
5	Mola VW 80 x 12 x 250 x 250 (21602)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETI	0	51,8629
6	Mola VW 128,4 (21606)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETI	0	368,7754
7	Mola vw 380,1; (20996)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETI	0	571,3601
8	Mola VW 380,4 (21608)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETI	0	345,0182
9	Mola VW 124,4 (21610)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETI	0	188,2126
10	Mola VW 124,3 (21611)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETI	0	208,8780
11	Mola VW 124,2 (21612)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETI	0	195,8424
12	Mola VW 124,1 (21613)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETI	0	344,0907

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019**

Página: 2/8

**Número do Registro de Preços: 14/2019      Data do Registro: 15/05/2019      Válido até: 15/05/2020**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção de caminhões da Secretaria de Obras de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Mola 124,6 da abraçadeira (21614)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETI	0	375,0090	1
14	Cabo de acionamento (21615)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	CABOVEL	0	192,7406	1
15	Grampo 5/8 x 72 x 300 (21618)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SANTA RITA	0	17,0051	1
16	Grampo 5/8 x 72 x 360 (21619)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SANTA RITA	0	38,5082	1
17	Cuca 30 x 30 (21620)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	F MASTER	0	274,3649	1
18	Diâfragma 8 com reforço... (20583)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	BINS	0	31,0579	1
19	Mola de cuica (24437)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	F MASTER	0	96,4152	1
20	flexível cuica (21625)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	LUCIFLEX	0	52,0026	1
21	Bucha barra do estabilizador do atego (21626)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	IABV	0	66,3048	1
22	Reparo pino de trame IABV 3138 (21627)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	IABV	0	257,6691	1
23	PINO DA MOLA (4086)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SANTA RITA	0	38,9870	1
24	Retentor sabo 2713 (20446)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SABO	0	79,4899	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019**

Página: 3/8

**Número do Registro de Preços: 14/2019      Data do Registro: 15/05/2019      Válido até: 15/05/2020**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção de caminhões da Secretaria de Obras de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Atanha trava (20447)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	F. CORREA	0	13,9831	1
26	Bucha da ponta de estabilizador MB (21629)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	REI	0	15,9877	1
27	Bucha de mola dianteira do MB (21630)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SANTA RITA	0	151,2204	1
28	Bucha mola VW (21632)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SANTA RITA	0	22,5005	1
29	Valvula acionamento resolução 563 (21633)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MN	0	1.281,2740	1
30	Kit sonoro e visual resolução 563 (21634)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	ZFN	0	277,6064	1
31	Manguelinas hidráulicas (21635)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	TAKARADA	0	645,0354	1
32	PARAFUSO RODA (6871)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	ZM	0	20,0869	1
33	Reparo culca (21636)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MASTER	0	56,3112	1
34	Flange culca (21637)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	JF TROKE	0	36,7728	1
35	Junta cubo (21638)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SPICER	0	4,5181	1
36	MOLA PATIM (4117)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETI	0	17,9625	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019**

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 14/2019 Data do Registro: 15/05/2019 Válido até: 15/05/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção de caminhões da Secretaria de Obras de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	ROLETE (3695)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	JORDHANIA	0	17,2743	1
38	Lona L 552 (21594)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	LONA FLEX	0	194,0871	1
39	Lona L 551 (21595)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	LONA FLEX	0	236,2457	1
40	Rebite 10 x 16 (20570)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	AL	0	0,1496	1
41	Pino de centro 12 x 6 (21598)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	FEY	0	18,0024	1
42	Pino de centro 12 x 8 (21600)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	FEY	0	20,3163	1
43	Mola VW 128,1 (21603)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETTI	0	228,9948	1
44	Mola VW 128,2 (21604)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETTI	0	405,8175	1
45	Mola VW 128,3 (21605)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETTI	0	363,8584	1
46	Mola vw 380,2; (20997)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETTI	0	576,2771	1
47	Mola VW 380,3 (21607)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	MARCHETTI	0	370,1418	1
48	Mola VW 380,5 (21609)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	TIGRE	0	290,2330	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019**

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 14/2019      Data do Registro: 15/05/2019      Válido até: 15/05/2020						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção de caminhões da Secretaria de Obras de Braço do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
49	Grampo de Mola 3/4x82x440 (17075)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SANTA RITA	0	50,6262
50	Grampo 3/4 82 x 400 (21616)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SANTA RITA	0	42,1087
51	Grampo 3/4 x 82 x 460 (21617)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SANTA RITA	0	52,5711
52	Bucha mola atego axios 1680 (21621)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	AXIOS	0	134,9833
53	Bucha mola atego DT tras. (21622)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	IABU	0	155,5689
54	Haste Reação ford cargo (21628)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	IABU	0	678,4271
55	Bucha estabilizador W (21631)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	REI	0	28,6742
56	tampa de culca (24438)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	EOMV	0	91,7974
57	PORCA RODA (1884)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	GM	0	12,5668
58	cj comando pystick (24439)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	DNG	0	565,1365
59	TAMBOR DE FREIO (3658)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	FREMAX	0	664,6635
60	retentor sabo 1549 ou arca 5178 (24440)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SABO	0	25,6223

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019**

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 14/2019		Data do Registro: 15/05/2019		Válido até: 15/05/2020		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção de caminhões da Secretaria de Obras de Braço do Trombudo, SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
61	Graxa. (24445)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	TINKEIM	0	22,2113	1			
62	barica agua (24441)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	BEPO	0	64,0906	1			
63	retentor sabo 1735 ou arca 5036 (24442)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SABO	0	43,2158	1			
64	Porca 9/16 (7070)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	ZM	0	2,1244	1			
65	Porca 12 (13205)	PC	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	ZM	0	1,1170	1			
66	retentor sabo 2484 ou arca 5177 (24443)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SABO	0	47,0856	1			

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019**

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 14/2019		Data do Registro: 15/05/2019		Válido até: 15/05/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção de caminhões da Secretaria de Obras de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	grampo 3/4 x 480 (24444)	UND	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI (9833)	SANTA RITA	0	78,2133	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019**

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

(9833) - CP MAGARINOS MECANICA EIRELI

Braço do Trombudo, 15 de Maio de 2019.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 15 2019

Publicação Nº 2084752

Página: 1/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019**

Número do Registro de Preços: 15/2019		Data do Registro: 15/05/2019		Válido até: 15/05/2020		Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braco do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADA OU RELÉ FOTOELÉTRICO - EM POSTES ATÉ 9M (24388)	Serv	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ENERGIA	0	16,6266	1
2	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE REATOR OU BASE RELÉ OU CHAVE DE IP - EM POSTES ATÉ 9M (24389)	Serv	CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	CERVALE	0	17,7210	2
3	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE REATOR OU BASE RELÉ OU CHAVE DE IP - EM POSTES ATÉ 9M (24390)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	18,5801	3
4	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA OU BRAÇO - EM POSTES ATÉ 9M (24391)	Serv	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ENERGIA	0	20,8424	1
5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA OU BRAÇO - EM POSTES ATÉ 9M (24392)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	22,4487	2
6	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA OU BRAÇO - EM POSTES ATÉ 9M (24393)	Serv	CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	CERVALE	0	43,6877	3
7	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA OU BRAÇO - EM POSTES ATÉ 9M (24394)	Serv	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ENERGIA	0	34,1056	1
8	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA OU BRAÇO - EM POSTES ATÉ 9M (24395)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	32,7398	2
9	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA OU BRAÇO - EM POSTES ATÉ 9M (24396)	Serv	CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	CERVALE	0	63,6717	3
10	SERVIÇO DE CONserto ou limpeza de luminária ou substituição ou conserto de emenda ou conector - em postes até 9m (24397)	Serv	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ENERGIA	0	21,3160	1
11	SERVIÇO DE CONserto ou limpeza de luminária ou substituição ou conserto de emenda ou conector - em postes até 9m (24398)	Serv	CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	CERVALE	0	23,6903	2
12	SERVIÇO DE CONserto ou limpeza de luminária ou substituição ou conserto de emenda ou conector - em postes até 9m (24399)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	24,8250	3
13	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADA OU RELÉ FOTOELÉTRICO - EM POSTES ACIMA DE 9M (24392)	Serv	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ENERGIA	0	17,0528	1
14	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADA OU RELÉ FOTOELÉTRICO - EM POSTES ACIMA DE 9M (24393)	Serv	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	10,9179	2
15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADA OU RELÉ FOTOELÉTRICO - EM POSTES ACIMA DE 9M (24394)	Serv	CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	CERVALE	0	28,6975	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019**

Página: 2/12

Número do Registro de Preços: 15/2019		Data do Registro: 15/05/2019		Válido até: 15/05/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE REATOR OU BASE RELÉ OU CHAVE DE IP - EM POSTES ACIMA DE 9M (24393)	Serv	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ENERGIA	0	36,2372	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	32,6415	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	CERVALE	0	64,8745	3
7	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIA OU BRAÇO - EM POSTES ACIMA DE 9M (24394)	Serv	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ENERGIA	0	36,2372	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	40,9446	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	CERVALE	0	77,4413	3
8	SERVIÇO DE CONserto ou LIMPEZA DE LUMINÁRIA OU SUBSTITUIÇÃO OU CONserto DE EMENDA OU CONECTOR - EM POSTES ACIMA DE 9M (24395)	Serv	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ENERGIA	0	19,1844	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	QUARK	0	24,5677	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	CERVALE	0	28,9469	3
9	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO 10A, TIPO BAQUELITE OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEVENDO OPERAR À TEMPERATURA DE -5°C A +70°C, CONTATOS DE ENCAIXE EM LATÃO OU MATERIAL EQUIVALENTE, QUE SUPORTE NO MÍNIMO A CORRENTE DE 10A. (24396)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	DREIK	0	3,4106	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DREIK	0	2,7833	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DREIK	0	5,1720	3
10	SOQUETE BOCAL E-27 PORCELANA VITRIFICADA; CONTATOS EM LATÃO OU COBRE NIQUELADO COM DOIS APERTOS DE FIXAÇÃO PRÓPRIO PARA LUMINÁRIAS TENSÃO MÍNIMA 250 V CORRENTE MÁXIMA 10A; DE ACORDO COM AS NBR5033/NBR5112. (24397)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	DERCOR	0	1,2790	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019

Página: 3/12

Número do Registro de Preços: 15/2019		Data do Registro: 15/05/2019		Válido até: 15/05/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	SOQUETE BOCAL E-40 PORCELANA VITRIFICADA; CONTATOS EM LATÃO OU COBRE NIQUELADO COM DOIS APERTOS DE FIXAÇÃO PRÓPRIO PARA LUMINÁRIAS TENSÃO MÍNIMA 250 V CORRENTE MÁXIMA 15A; DE ACORDO COM AS NBR5033/NBR5112. (24398)	PC	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DECORLUX	0	1,2115	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DERCOLUX	0	1,6750	3
			ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	DECORLI	0	2,9842	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DECORLUX	0	1,8992	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DERCOLUX	0	3,8667	3
12	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - 1METRO - RETO GALVANIZADO POR IMERSÃO A QUENTE COM CAMADA DE 100 MICRAS DE MÊDIA E 86 NO PONTO MÍNIMO COM SAPATA ESTAMPADA DIÂMETRO TUBO Ø 25,4MM ESPESSURA DA CHAPA # 1,90MM. (24399)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	OLIVO	0	10,6580	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	OLIVO	0	9,5109	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	RODOTAC	0	15,6659	3
13	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, GALVANIZADO POR IMERSÃO A QUENTE COM CAMADA DE 100 MICRAS DE MÊDIA E 86 NO PONTO MÍNIMO, COM 3.000 MM DE COMPRIMENTO, CURVO E ESPESSURA DA CHAPA # 3,00MM, DIÂMETRO Ø EXTERNO TUBO DE 46 A 49,0MM, SEM SAPATA DE FIXAÇÃO POSSUIR FURO PARA DOIS PARAFUSOS 16, MM. (24400)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	OLIVO	0	38,3688	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	RODOTAC	0	62,3127	2
14	CABO DE COBRE FLÉXIVEL, TÊMPERA MOLE, ENCORDAMENTO CLASSES 5, BITOLA (2,50MM²), COBERTURA PVC, ISOLAMENTO 750V. (24401)	PC	CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	OLIVO	0	65,6452	3
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	RODOTAC	0	62,3127	2
			ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	SC CABLE	0	0,5542	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	CONDUSPAR	0	0,3742	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 15/2019 Data do Registro: 15/05/2019 Válido até: 15/05/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	CONDUSPAR	0	0,6415	3
15	CHAVE AUTOMÁTICA PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INVÓLUCRO EM ALUMÍNIO COM TOMADA EMBUTIDA PARA INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOELÉTRICO, BASE GIRATÓRIA 360°, CONTATOS DE CARGA NF (NORMALMENTE FECHADO) PARA UTILIZAÇÃO DE RELÉ FOTOELÉTRICO COM SAÍDA LIGADA DURANTE A NOITE. SUPORTE DE FIXAÇÃO EM AÇO CARBONO GALVANIZADO A FOGO POR IMERSÃO A QUENTE. PROTEÇÃO ATRAVÉS DE DISJUNTOR DE 1X50 AMPÈRES, TENSÃO NOMINAL DE 250 VOLTS, GARANTIA DE 12 MESES. (24402)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	EXATRON	0	85,2641	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EXATRON	0	86,8196	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DREIK	0	92,7567	3
16	CINTA METÁLICA PARA POSTE CIRCULAR Ø150MM A Ø200MM COM DOIS PARAFUSOS CABEÇA FRANCESA 16XØ70MM AÇO ZINCADO A FOGO. (24403)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ROMAGNC	0	8,5264	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	ROMAGNOLE	0	6,7222	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	12,6721	3
17	CINTA METÁLICA PARA POSTE CIRCULAR Ø210MM A Ø300MM COM DOIS PARAFUSOS CABEÇA FRANCESA 16XØ70MM AÇO ZINCADO A FOGO. COMPROVAR HOMOLOGAÇÃO NA CELESC. (24404)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ROMAGNC	0	12,7696	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	ROMAGNOLE	0	11,0121	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	15,1981	3
18	CINTA METÁLICA PARA POSTE CIRCULAR Ø310MM A Ø400MM COM DOIS PARAFUSOS CABEÇA FRANCESA 16XØ70MM AÇO ZINCADO A FOGO. (24405)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ROMAGNC	0	14,9212	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	ROMAGNOLE	0	15,3421	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	19,0620	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019**

Página: 5/12

**Número do Registro de Preços: 15/2019      Data do Registro: 15/05/2019      Válido até: 15/05/2020**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braco do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	CONECTOR DE PEREIRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO EM REDES SECUNDÁRIAS MULTIPLEXADAS ATÉ 1KV, EM MATERIAL POLIMÉRICO, CONEXÃO PRINCIPAL: 10-70MM², CONEXÃO SECUNDÁRIA: 1,5-10 MM², CONTATOS EM COBRE ESTANHADO. (24406)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	INTELLI	0	2.5579	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTELLI	0	2.0395	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	INTELLI	0	2.0604	3
20	CONECTOR CUNHA, LIGA DE COBRE ESTANHADO PARA CONEXÃO DE CABO CA-CAA-CU, TIPO A, VIOLETA. (24407)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	INTELLI	0	1.8588	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	INCESA	0	1.9645	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTELLI	0	1.9647	3
21	CONECTOR CUNHA, LIGA DE COBRE ESTANHADO PARA CONEXÃO DE CABO CA-CAA-CU, TIPO B, LARANJA. (24408)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	INTELLI	0	2.0591	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	JOARP	0	1.8443	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	INTELLI	0	2.0723	3
22	CONECTOR CUNHA, LIGA DE COBRE ESTANHADO PARA CONEXÃO DE CABO CA-CAA-CU, TIPO I, CINZA. (24409)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	INTELLI	0	1.4921	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	JOARP	0	1.8443	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	JOARP	0	1.8758	3
23	CONECTOR CUNHA, LIGA DE COBRE ESTANHADO PARA CONEXÃO DE CABO CA-CAA-CU, TIPO II, VERDE. (24410)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	INTELLI	0	1.1894	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	JOARP	0	1.1271	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019**

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 15/2019		Data do Registro: 15/05/2019		Válido até: 15/05/2020			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	JOARP	0	1,1601	3
24	CONECTOR CUNHA, LIGA DE COBRE ESTANHADO PARA CONEXÃO DE CABO CA-CAA-CU, TIPO III, VERMELHO. (24411)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	INTELLI	0	0,7077	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	JOARP	0	0,6549	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	JOARP	0	0,9756	3
25	FITA ISOLANTE AUTO-FUSÃO; 19 MM X 10M; ESPESSURA 0,76MM. (24412)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	3M	0	6,3948	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	3M	0	5,0517	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	PRYSMIAN	0	7,5125	3
26	FITA ISOLANTE, 19 MM X 20 M, CONFORME NBR5037 (24413)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	3M	0	2,1316	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	3M	0	1,6037	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	STECK	0	1,8571	3
27	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70 W, BULBO OVOIDE, DIFUSA, BASE E-27, FLUXO LUMINOSO 5700 LUMENS OU MAIOR, IRC MÍNIMO > 20, POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL, VIDA MEDIANA 28000 H OU MAIOR, TEMPERATURA DE COR 2000K EFICIÊNCIA LUMINOSA (86LMW) OU MAIOR, SELO PROCEL GARANTIA: 12 MESES. (24414)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	EMPALU	0	12,7896	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DEMAPE	0	14,5715	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EMPALUX	0	15,2683	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 15/2019 Data do Registro: 15/05/2019 Válido até: 15/05/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250 W, BULBO TUBULAR, CLARA, BASE E-40, FLUXO LUMINOSO 33000 LUMENS OU MAIOR, IRC MÍNIMO > 20, POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL, VIDA MÉDIA 32000 H OU MAIOR, TEMPERATURA DE COR 2000K EFICIÊNCIA LUMINOSA (132LM/W) OU MAIOR, SELO PROCEL GARANTIA: 12 MESES. (24415)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (8826)	EMPALU	0	19.6107	1
29	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400 W, BULBO TUBULAR, CLARA, BASE E-40, FLUXO LUMINOSO 55800 LUMENS OU MAIOR, IRC MÍNIMO > 20, POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL, VIDA MÉDIA 32000 H OU MAIOR, TEMPERATURA DE COR 2000K EFICIÊNCIA LUMINOSA (138LM/W) OU MAIOR, SELO PROCEL GARANTIA: 12 MESES. (24416)	PC	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EMPALUX	0	12.1295	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DEMAPE	0	20.8660	3
			ANDRESSA PAULA DE SOUZA (8826)	EMPALI	0	13.6423	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EMPALUX	0	12.5037	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DEMAPE	0	22.2381	3
30	LAMPADA VAPOR METALICO 400W, BUBO TUBOLAR, BASE E-40 (24417)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (8826)	EMPALU	0	17.0528	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	G-LIGHT	0	14.1630	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DEMAPE	0	29.1296	3
31	LUMINÁRIA PÚBLICA EM ALUMÍNIO ANODIZADO INTERIOR E EXTERIOR, PARA USO EXTERNO, POTÊNCIA 070/150W FECHADA COM POLICARBONATO, COM SOQUETE E-27, FECHO EM AÇO INOXIDÁVEL QUE PERMITE O FECHAMENTO DA PARTE SUPERIOR E INFERIOR COM ALTA PRESSÃO PARA BRAÇO 1000MM X Ø25,4MM. (24418)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (8826)	OLIVO	0	36.2372	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	EMPALUX	0	27.7252	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	OLIVO	0	46.2648	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019**

Página: 8/12

**Número do Registro de Preços: 15/2019 Data do Registro: 15/05/2019 Válido até: 15/05/2020**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braco do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	LUMINÁRIA PÚBLICA EM ALUMÍNIO ANODIZADO INTERIOR E EXTERIOR, PARA USO EXTERNO, POTÊNCIA 250/400 W, FECHADA COM POLICARBONATO, COM SOQUETE E-40, FECHO EM AÇO INOXIDÁVEL QUE PERMITE O FECHAMENTO DA PARTE SUPERIOR E INFERIOR COM ALTA PRESSÃO PARA BRAÇO 3000 MM X Ø48, 0 MM. (24419)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	OLIVO	0	40,5004	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	44,0179	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	OLIVO	0	63,6450	3
33	PARAFUSO CABEÇA FRANCESA 16X045MM AÇO ZINCADO A FOGO. (24420)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ROMAGNI	0	1,7053	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	1,1320	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	ROMAGNOLE	0	1,1404	3
34	PARAFUSO CABEÇA FRANCESA 16X070MM AÇO ZINCADO A FOGO. (24421)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ROMAGNI	0	1,7053	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	ROMAGNOLE	0	1,3498	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	1,3566	3
35	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X200MM AÇO ZINCADO A FOGO. (24422)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ROMAGNI	0	2,5579	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	ROMAGNOLE	0	2,0403	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	2,1518	3
36	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X250MM AÇO ZINCADO A FOGO. (24423)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	ROMAGNI	0	2,7711	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	ROMAGNOLE	0	2,3922	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019**

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 15/2019		Data do Registro: 15/05/2019		Válido até: 15/05/2020		Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X300MM AÇO ZINCADO A FOGO. (24424)	PC	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	2.7739	3
			ANDRESSA PAULA DE SOUZA (8926)	ROMAGNI	0	2.9842	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	ROMAGNOLE	0	2.7753	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	OLIVO	0	3.4241	3
38	REATOR VAPOR DE SÓDIO 70 W - 220 V - BAIXA PERDA, USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,93 - GARANTIA MÍNIMA EXIGIDA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGÍVEL E INDELEVEI NO CORPO DO REATOR, CABOS CONFORME E-313. 0047 DE 02/05/2011 - SELO PROCEL PORTARIA 454 INMETRO (24425)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (8926)	ALMIRANT	0	29.8424	1
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	IDEAL	0	18.6737	2
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DEMAPE	0	32.1098	3
39	REATOR VAPOR DE SÓDIO 250 W - 220 V - BAIXA PERDA, USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,94 - GARANTIA MÍNIMA EXIGIDA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGÍVEL E INDELEVEI NO CORPO DO REATOR, CABOS CONFORME E-313. 0047 DE 02/05/2011 - SELO PROCEL PORTARIA 454 INMETRO. (24426)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (8926)	ALMIRANT	0	36.2372	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DEMAPE	0	46.9441	2
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DEMAPE	0	48.8968	3
40	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W - 220 V - BAIXA PERDA, USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,94 - GARANTIA MÍNIMA EXIGIDA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGÍVEL E INDELEVEI NO CORPO DO REATOR, CABOS CONFORME E-313. 0047 DE 02/05/2011 - SELO PROCEL PORTARIA 454 INMETRO. (24427)	PC	ANDRESSA PAULA DE SOUZA (8926)	ALMIRANT	0	25.5792	1
			CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DEMAPE	0	55.5997	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 15/2019		Data do Registro: 15/05/2019		Válido até: 15/05/2020			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	RELÉ FOTO ELETRÔNICO NF BIVOLT - (TENSÃO DE OPERAÇÃO 105 V A 305 V) - COM CAPACIDADE DE CUMULAÇÃO DE CARGA RESISTIVA DE 1000 W, E 1800VA, IP64. ACIONAMENTO NA PASSAGEM POR ZERO. A DURABILIDADE DO CONTATO DO RELÉ DEVE SER MAIOR QUE 15000 CICLOS. A PEÇA DEVE TER GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS. (24428)	PC	QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DEMAPE	0	58,2384	3
			ANDRESSA PAULA DE SOUZA (9826)	DREIK	0	8,9527	1
					CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA (9185)	DREIK	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019

Página: 11/12

Número do Registro de Preços: 15/2019		Data do Registro: 15/05/2019		Válido até: 15/05/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			QUARK ENGENHARIA EIRELI (8956)	DREIK	0	9,7625	3

Página: 12/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2019**

Número do Registro de Preços: 15/2019      Data do Registro: 15/05/2019      Válido até: 15/05/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de serviços técnicos especializados para manutenção do sistema de iluminação pública no município de Braço do Trombudo, SC, com fornecimento de materiais, de acordo com edital e anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2019**

**PROCESSO Nº 19/2019**

(8956) - QUARK ENGENHARIA EIRELI

(9185) - CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA

(9826) - ANDRESSA PAULA DE SOUZA

Braço do Trombudo, 15 de Maio de 2019.

# Brusque

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 8424-2019**

Publicação Nº 2124463

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

**DECRETO Nº. 8.424, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE**, usando da competência que lhe confere o art. 21º da Lei nº 4.186 de 19/12/2018, a Lei nº 4.153 de 04/09/2018, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 29.077,50 (vinte e nove mil, setenta e sete reais e cinquenta centavos), para atender a programação abaixo especificada:

<b>13.00</b>	<b>Secretaria de Obras e Serviços Públicos</b>
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2038	Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equipamentos
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 28.077,50
<b>21.00</b>	<b>Secretaria de Trânsito e Mobilidade</b>
21.001	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0004.0452.0135.2318	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

<b>13.00</b>	<b>Secretaria de Obras e Serviços Públicos</b>
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2038	Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equipamentos
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 28.077,50
<b>21.00</b>	<b>Secretaria de Trânsito e Mobilidade</b>
21.001	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0004.0452.0135.2318	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 14/08/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de agosto de 2019.

**JONAS OSCAR PAEGLE**  
Prefeito Municipal

**Dr. EDSON RISTOW**  
Procurador Geral do Município

**EDENA BEATRIS CENSI**  
Secretária da Fazenda

**AURINHO SILVEIRA DE SOUZA**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**EXTRATO CONTRATO Nº 022-2019-FMS**

Publicação Nº 2124142

**EXTRATO CONTRATO Nº 022-2019-FMS**

ESPÉCIE: Contrato nº 022/2019, entre o Município de Brusque e a empresa RENATO JOSÉ DA SILVA Objeto: Locação de imóvel com área de 745m² para instalação da UBS Maluche. Valor: R\$ 132.000,00- ORIGEM: dispensa de licitação nº 005/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Humberto Martins Fornari e Renato José da Silva

**EXTRATO CONTRATO Nº 102-2019**

Publicação Nº 2124144

**EXTRATO CONTRATO Nº 102-2019**

ESPÉCIE: Contrato nº 102/2019, entre o Município de Brusque e a empresa TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA Objeto: contratação de empresa para execução de obra de drenagem, pavimentação, sinalização e passeios da Rua José Rudolf, na cidade de Brusque Valor: R\$ 239.030,97 - ORIGEM: Tomada de Preço nº 002/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Augusto Benaci Filho.

**EXTRATO CONTRATO Nº 103-2019**

Publicação Nº 2124147

**EXTRATO CONTRATO Nº 103-2019**

ESPÉCIE: Contrato nº 103/2019, entre o Município de Brusque e a empresa MN TECNOLOGIA E TREINAMENTOS LTDA EPP Objeto: aquisição de softwares de engenharia e computadores, para atender a diretoria geral de infraestrutura – dgi Valor: R\$ 26.280,00 - ORIGEM: Pregão Nº 074/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Stella Maris Maciel Sebastião

**EXTRATO CONTRATO Nº 104-2019**

Publicação Nº 2124148

**EXTRATO CONTRATO Nº 104-2019**

ESPÉCIE: Contrato nº 104/2019, entre o Município de Brusque e a empresa SCHINATO & SILVA TECNOLOGIA LTDA Objeto: aquisição de softwares de engenharia e computadores, para atender a diretoria geral de infraestrutura – dgi Valor: R\$ 62.950,00 - ORIGEM: Pregão Nº 074/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Felipe Schinato

**EXTRATO CONTRATO Nº 105-2019**

Publicação Nº 2124150

**EXTRATO CONTRATO Nº 105-2019**

ESPÉCIE: Contrato nº 105/2019, entre o Município de Brusque e a empresa VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA Objeto: aquisição de softwares de engenharia e computadores, para atender a diretoria geral de infraestrutura – dgi Valor: R\$ 314.636,00 - ORIGEM: Pregão Nº 074/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Saul Stelmar Netto.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 078-2019 -SAMAE**

Publicação Nº 2124151

**EXTRATO DO CONTRATO 078/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de materiais elétricos; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência; PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.3339302600000000.006000000 e 80.002.0017.0512.0301.2292.3449523000000000.006000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 14/08/2019; VALOR: R\$ 38.749,76; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATA: Elétrica Santa Fé Ltda.; Diretor do SAMAE.

Brusque, 14 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO DO CONTRATO N° 079-2019 -SAMAE**

Publicação N° 2124153

**EXTRATO DO CONTRATO 079/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de materiais elétricos; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência; PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.333930260000000.006000000 e 80.002.0017.0512.0301.2292.344952300000000.006000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 14/08/2019; VALOR: R\$ 100.253,00; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATADA: AG Tech Sistemas Eireli; Diretor do SAMAE.

Brusque, 14 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO DO CONTRATO N° 080-2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124156

**EXTRATO DO CONTRATO 080/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de materiais elétricos; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência; PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.333930260000000.006000000 e 80.002.0017.0512.0301.2292.344952300000000.006000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 14/08/2019; VALOR: R\$ 10.524,00; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATADA: SCS Comércio de Suprimentos de Informática e Serviços Ltda.; Diretor do SAMAE.

Brusque, 14 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO DO CONTRATO N° 081-2019 - SAMAE**

Publicação N° 2124158

**EXTRATO DO CONTRATO 081/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de materiais elétricos; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência; PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.333930260000000.006000000 e 80.002.0017.0512.0301.2292.344952300000000.006000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 14/08/2019; VALOR: R\$ 203.475,40; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATADA: MKS Desenvolvimento de Sistemas Ltda.; Diretor do SAMAE.

Brusque, 14 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO DO CONTRATO N° 082-2019 -SAMAE**

Publicação N° 2124159

**EXTRATO DO CONTRATO 082/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de materiais elétricos; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência; PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.333930260000000.006000000 e 80.002.0017.0512.0301.2292.344952300000000.006000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 14/08/2019; VALOR: R\$ 4.380,00; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATADA: SK Fernandes Automação Industrial Eireli ME; Diretor do SAMAE.

Brusque, 14 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 083-2019 -SAMAE

Publicação Nº 2124161

EXTRATO DO CONTRATO 083/2019

ESPÉCIE: Aquisição de materiais elétricos; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência; PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.3339302600000000.006000000 e 80.002.0017.0512.0301.2292.3449523000000000.006000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 14/08/2019; VALOR: R\$ 151.118,09; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATADA: G&E Automação e Controles Industriais Ltda.; Diretor do SAMAE.

Brusque, 14 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 084-2019 -SAMAE

Publicação Nº 2124163

EXTRATO DO CONTRATO 084/2019

ESPÉCIE: Aquisição de materiais elétricos; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência; PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.3339302600000000.006000000 e 80.002.0017.0512.0301.2292.3449523000000000.006000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 14/08/2019; VALOR: R\$ 34.437,00; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATADA: Disbracon Distribuidora Brasileira de Materiais Elétricos Eireli; Diretor do SAMAE.

Brusque, 14 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 085-2019 - SAMAE

Publicação Nº 2124165

EXTRATO DO CONTRATO 085/2019

ESPÉCIE: Aquisição de materiais elétricos; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência; PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.3339302600000000.006000000 e 80.002.0017.0512.0301.2292.3449523000000000.006000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 14/08/2019; VALOR: R\$ 19.859,58; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATADA: Claudio Ferreira Rodrigues 11744488819; Diretor do SAMAE.

Brusque, 14 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 065-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2124168

PROCESSO LICITATÓRIO 065/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 065/2019, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para Registro de Preços, para aquisição de tintas e materiais para pintura. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 30 de agosto de 2019, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

**PORTARIA 1696 2019**

Publicação Nº 2124172

PORTARIA Nº 1696/2019, de 05 de agosto de 2019.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/2017, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009, c/c dispositivos da Lei Complementar nº 3.913/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor G. G. (matrícula nº 673587-04), lotado na Secretaria de Educação desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Memorando nº 50270/2019/RH, de 04/06/2019; c/c comunicado eletrônico de 31/05/2019; c/c Ata de Reunião E.E.B. João Hassmann, de 30/05/2019; c/c Ata de Registro E.E.B. João Hassmann, de 30/05/2019; c/c Ata de Registro E.E.B. João Hassmann, de 30/05/2019 - 01; c/c Ata de Registro E.E.B. João Hassmann, de 30/05/2019 - 02; c/c Anexo IV – Formulário de Avisos e Recomendações de 30/05/2019; envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, onde relata-se as condutas, sendo: - “trazer uma arma de brinquedo, em data de 29/05/2019), (...) e mostrar aos alunos de todas as turmas que leciona”, sendo que “alguns alunos pediram para ver (...) e o professor autorizou”; objetivando apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: Art. 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); V (incontinência pública e conduta escandalosa em serviço); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro); para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Guilherme Boeing Ouriques (matrícula nº 1018140-00); Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 5878-0); e Keila Taise Kuhn (matrícula nº 313670-08) – representante sindical;

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de agosto de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

**PORTARIA 1735 2019**

Publicação Nº 2124174

PORTARIA Nº 1735/2019, de 09 de agosto de 2019.

“Instaura Processo Administrativo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado mediante Memorando nº 040/2019/CGM, de 26/06/2019; c/c Memorando nº 095/2019/CGM, de 16/07/2019; c/c Memorando nº 021/2019/CPFC, de 16/07/2019; e anexos; para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; objetivando apurar autoria e materialidade; efetivar providências determinadas; bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: art. 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); e art. 188, I (crime contra a Administração Pública); IV (improbidade administrativa); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade.

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo: Fabiana Demetrio (matrícula nº 944181-00); Janaine Buschirolli (matrícula nº 4166230-01); e Cristiano Bittencourt (matrícula nº 447544-00);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

**PORTARIA 1736 2019**

Publicação Nº 2124175

PORTARIA Nº 1736/2019, de 09 de agosto de 2019.

“Instaura Processo Administrativo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado mediante ocorrência / denúncia constante junto ao Memorando nº 0491/2019/SASH, de 30/07/2019; e anexos para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; objetivando apurar autoria e materialidade de tais fatos / condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: Art. 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); XIII (guardar sigilo sobre assuntos relacionados ao trabalho); Art. 175 (Ao servidor público é proibido:); II (retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição); XI (utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares); XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu



bom desempenho); e Art. 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); VI (insubordinação grave em serviço); todos previstos na Lei Complementar nº 147/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque); com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade.

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo: Fabiana Demetrio (matrícula nº 944181-00); Maritza Sartori Bohn (matrícula nº 221856-00); e Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 5878-0);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## PORTARIA 1737 2019

Publicação Nº 2124176

PORTARIA Nº 1737/2019, de 09 de agosto de 2019.

“Instaura Processo Administrativo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

### RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado mediante ocorrência / denúncia constante junto ao Memorando nº 0493/2019/SASH, de 30/07/2019; e anexos para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; objetivando apurar autoria e materialidade de tais fatos / condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: Art. 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); XIII (guardar sigilo sobre assuntos relacionados ao trabalho); Art. 175 (Ao servidor público é proibido:); II (retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição); XI (utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares); XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho); e Art. 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); VI (insubordinação grave em serviço); todos previstos na Lei Complementar nº 147/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque); com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade.

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo: Fabiana Demetrio (matrícula nº 944181-00); Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 5878-0); e Rafael Scheibel de Andrade (matrícula nº 681091-01);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a

pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## PORTARIA 1738 2019

Publicação Nº 2124178

PORTARIA Nº 1738/2019, de 09 de agosto de 2019.

“Instaura Processo Administrativo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

### RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado mediante ocorrência / denúncia constante junto ao Memorando nº 0494/2019/SASH, de 30/07/2019; e anexos para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; objetivando apurar autoria e materialidade de tais fatos / condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: Art. 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); VI (observar as normas legais e regulamentares); VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais); VIII (representar à autoridade superior sobre irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo); IX (zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público); Art. 175 (Ao servidor público é proibido:); IV (opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço); todos previstos na Lei Complementar nº 147/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque); com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade.

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo: Fabiana Demetrio (matrícula nº 944181-00); Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 5878-0); e Maritza Sartori Bohn (matrícula nº 221856-00);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

**PORTARIA 1739 2019**

Publicação Nº 2124179

PORTARIA Nº 1739/2019, de 09 de agosto de 2019.

“Instaura Processo Administrativo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado mediante ocorrência / denúncia constante junto ao Memorando nº 555/2019/RH, de 25/06/2019; c/c Memorando nº 323/2019/SEME, de 13/06/2019; c/c Anexo IV – Formulário de Avisos e Recomendações de 06/06/2019 - 1; c/c Anexo IV – Formulário de Avisos e Recomendações de 06/06/2019 - 2; c/c Relato de Ações da EEF Prof. José Vieira Corte, de 06/06/2019; e anexos para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; objetivando apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: Art. 174 (São deveres do servidor:); IV (discriminação); V (tratar com cortesia as pessoas); Art. 175 (Ao servidor público é proibido:); V (referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, no recinto da repartição); e Art. 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); V (incontinência pública e conduta escandalosa em serviço); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro) com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo: Ademir Maurício Brehm (matrícula nº 2461-0); Monique Ferreira Valadares (matrícula nº 4176057-01); e Alexandre Ivan Mafra (matrícula nº 1325-0);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

**PORTARIA 1740 2019**

Publicação Nº 2124180

PORTARIA Nº 1740/2019, de 09 de agosto de 2019.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/2017, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009, c/c dispositivos da Lei Complementar nº 3.913/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor R. P. S. (matrícula nº 19313-00); lotado na Secretaria de Educação desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao expediente encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação / Diretoria de Recursos Humanos mediante Memorando nº 555/2019/RH, de 25/06/2019; c/c Memorando nº 323/2019/SEME, de 13/06/2019; c/c Anexo IV – Formulário de Avisos e Recomendações de 06/06/2019 - 1; c/c Anexo IV – Formulário

de Avisos e Recomendações de 06/06/2019 - 2; c/c Relato de Ações da EEF Prof. José Vieira Corte, de 06/06/2019; e anexos; envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, onde relata-se as condutas, sendo: - "discussões com a colega N. M. O. em horário e ambiente de trabalho; conforme Relato de Ações da EEF Prof. José Vieira Corte, de 06/06/2019"; - "tratar de forma grosseira, fazer ofensas e se alterar com colegas, alunos e professores; conforme Relato de Ações da EEF Prof. José Vieira Corte, de 06/06/2019"; objetivando apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos: Art. 174 (São deveres do servidor:); IV (discriminação); V (tratar com cortesia as pessoas); Art. 175 (Ao servidor público é proibido:); V (referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, no recinto da repartição); e Art. 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); V (incontinência pública e conduta escandalosa em serviço); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro);

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Alexandre Ivan Mafra (matrícula nº 1325-0); Monique Ferreira Valadares (matrícula nº 4176057-01), e Orlando Soares Filho (matrícula nº 8095-0) – representante sindical;

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## PORTARIA 1741 2019

Publicação Nº 2124181

PORTARIA Nº 1741/2019, de 09 de agosto de 2019.

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências."

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/2017, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009, c/c Lei Federal nº 11.350/2006 c/c Lei Complementar 223/2014;

### RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base e na forma do 8º da Lei Complementar nº 223, de 19 de setembro de 2014, c/c art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, c/c Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, c/c arts. 4º, 6º da Lei Complementar nº 223, de 19 de setembro de 2014; em desfavor do servidor L. C. R. (matrícula nº 890812-02); lotado na Secretaria de Saúde desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao expediente encaminhado mediante Memorando nº 555/2019/RH, de 25/06/2019; c/c Memorando nº 567/2019/SMS, de 03/06/2019, e anexos; envolvendo o(a) servidor(a) supramencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, onde relata-se as condutas, sendo: - "deixar de residir na área de abrangência de sua atuação, na qual está lotado, conforme Ficha de Registro de Emprego / Admissão de 11/05/2016 (fls. 09 – Assentos Funcionais) e Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel de 29/03/2019 c/c Requerimento RH de 29/05/2019; antes, sendo Rua Ervino Niebuhr, nº 271, Bairro Nova Brasília, nesta Cidade e Comarca de Brusque – Estado de Santa Catarina (conforme Ficha de Registro de Emprego / Admissão de 11/05/2016 - fls. 09 – Assentos Funcionais); para, agora, Rua da Paz, nº 80, Bairro São Pedro, nesta Cidade e Comarca de Brusque – Estado de Santa Catarina Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel de 29/03/2019 c/c Requerimento RH de 29/05/2019)", objetivando apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: Art. 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); e Art. 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); I (crime contra a Administração Pública); bem como aos dispositivos da Lei Complementar 223/2014: Art. 6º - Será aplicada a penalidade de demissão do cargo de Agente Comunitário de Saúde e

de Agente de Combate às Endemias, nas seguintes hipóteses: I - na ocorrência de prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 188, da Lei Complementar nº147/09; Parágrafo Único. No caso específico do Agente Comunitário de Saúde, este também poderá ser demitido, nas seguintes hipóteses: I - não atendimento ao disposto no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 11.350/06, em razão da apresentação de declaração falsa de residência; II - deixar de residir, a qualquer tempo, na Área de Abrangência de sua atuação, na qual está lotado. c/c previsões do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque; c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro); para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Carmen Sylvia Schnaider Pedrini (matrícula nº 451665-02); Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 5878-0), e Ivone Gonçalves Zucco (matrícula nº 3417-11) – representante sindical;

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## PORTARIA 1742 2019

Publicação Nº 2124183

PORTARIA Nº 1742/2019, de 09 de agosto de 2019.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/2017, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009, c/c dispositivos da Lei Complementar nº 3.913/2015;

### RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor L. J. N. N. (matrícula nº 4124626-01); lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao expediente encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, mediante Anexo IV – Formulário de Avisos e Recomendações / Data do Ocorrido: 24/07/2019; e anexos (mídias / gravações da câmara de segurança instalada na parte interna e externa do equipamento Albergue – da data de 24/07/2019-25/07/2019); envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, onde relata-se as condutas, sendo: - “ausentar-se do seu local de trabalho, sendo sair do equipamento Albergue em horário / expediente de trabalho, às 06:06 hs e dirigir-se até seu veículo próprio que estava na parte externa, saindo do mesmo veículo às 06:58 hs, em data de 25/07/2019, ficando ausente das funções / atribuições de seu cargo no mesmo período; conforme Anexo IV – Formulário de Avisos e Recomendações / Data do Ocorrido: 24/07/2019; e anexos (mídias / gravações da câmara de segurança instalada na parte interna e externa do equipamento Albergue – da data de 24/07/2019-25/07/2019)”; - “dormir durante seu horário / expediente de trabalho em seu local de trabalho, dentro do equipamento Albergue, das 23:28 hs às 06:01 hs, em data de 24/07/2019-25/07/2019; ficando ausente das funções / atribuições de seu cargo no mesmo período; Anexo IV – Formulário de Avisos e Recomendações / Data do Ocorrido: 24/07/2019; e anexos (mídias / gravações da câmara de segurança instalada na parte interna e externa do equipamento Albergue – da data de 24/07/2019-25/07/2019)”; objetivando apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos: Art. 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); VI (observar as normas legais e regulamentares); Art. 175 (Ao servidor público é proibido:); I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato); XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho); XIX (proceder de forma desidiosa); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e



legalidade; c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro);

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Fábio Caetano Pereira (matrícula nº 14753-0); Fabiana Demetrio (matrícula nº 944181-00); e Elisabetha Soares Clerice (matrícula nº 17833-00) – representante sindical;

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## PORTARIA 1743 2019

Publicação Nº 2124184

PORTARIA Nº 1743/2019, de 09 de agosto de 2019.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/2017, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009, c/c dispositivos da Lei Complementar nº 3.913/2015;

### RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor L. J. N. N. (matrícula nº 4124626-01); lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao expediente encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, mediante Anexo IV – Formulário de Avisos e Recomendações / Data do Ocorrido: 22/07/2019; e anexos; envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, onde relata-se as condutas, sendo: - “atrasos / chegadas tardias e ausentar-se do seu local de trabalho, de modo rotineiro e habitual, apresentando freqüentes horas faltas; no período de 11/03/2019 até 10/07/2019, junto à sua lotação no equipamento Albergue; conforme Anexo IV – Formulário de Avisos e Recomendações - Data do Ocorrido em 22/07/2019”; objetivando apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos: Art. 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); III (pontualidade); VI (observar as normas legais e regulamentares); Art. 175 (Ao servidor público é proibido:); I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato); XIX (proceder de forma desidiosa); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro);

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Fábio Caetano Pereira (matrícula nº 14753-0); Fabiana Demetrio (matrícula nº 944181-00); e Elisabetha Soares Clerice (matrícula nº 17833-00) – representante sindical;

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

## **PORTARIA N. 13.044 - A - 2019**

Publicação Nº 2124201

PORTARIA N. 13.044-A, DE 07 DE AGOSTO DE 2019.  
Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de função de confiança ao servidor efetivo, que desempenha atividades de especial responsabilidade, além daquelas atribuídas ao seu cargo,

Considerando o Memorando n. 106/2019, emitido pela Secretaria de Saúde, e o Memorando n. 192/2019, do Gabinete do Prefeito,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Natália de Andrade Cabral Marchi, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, matrícula 419788-3, lotada na Secretaria de Saúde, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo de origem, conforme previsto no art. 97 da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, a partir do mês de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de agosto de 2019.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

# Caçador

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019

Publicação Nº 2123866

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019 - REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAL REFERENTE AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA FOODTRUCKS E SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DA PISTA DE SKATE E ARREDORES DA PRAÇA DA CONCÓRDIA. CONTRATADA: THOMAS THIAGO ROMARIO TALASKA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.786.679/0001-82, com sede na cidade de Xanxerê, SC, neste ato representada pelo Sr. **THOMAS THIAGO ROMÁRIO TALASKA**, brasileiro, proprietário, inscrito no CPF sob nº 090.554.969-44, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê, SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 126.123,40 (cento e vinte e seis mil cento e vinte e três reais e quarenta centavos), ou seja, pelo valor unitário constantes nos orçamentos analíticos apresentadas na proposta de preços. O presente Contrato tem o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, sendo que o prazo de execução da obra é de 15 (quinze) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o Art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. Somente serão admitidas prorrogações na execução da obra a pedido da Administração ou por fatores relevantes devidamente registrados no Diário de Obra. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Alan Francis Amanthá.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. Med.	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
07/08/2019	1	69816 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA, PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL REFERENTE AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA FOODTRUCKS E SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DA PISTA DE SKATE E ARREDORES DA PRAÇA DA CONCÓRDIA	UN	1	126.123,40	126.123,40
<b>TOTAL</b>						<b>126.123,40</b>



**DECRETO Nº 8.252**

Publicação Nº 2124344

DECRETO Nº 8.252, de 8 de julho de 2019.

Dispõe sobre o deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária - CRF do Município de Caçador, através da Lei nº 13.465/2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o Deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária — CRF, do Município de Caçador/SC através da Lei nº 13.465/2017, através da Transcrição nº 5.315, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, conforme Mapa em anexo sendo que as ruas e servidões este município receberá em doação para a sua efetiva manutenção.

Parágrafo único. O loteamento encontra-se apto para fins de regularização fundiária e conseqüentemente para emissão das matrículas individualizadas para cada morador, na modalidade de REURB-S e REURB-E, por tratar-se de um Loteamento de Interesse Social e de Moradores predominantemente de Baixa Renda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 8 de julho de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 8.304**

Publicação Nº 2124449

DECRETO Nº 8.304, de 14 de agosto de 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.451.17.2.46 – Manutenção de Vias Urbanas

3.3.90.00.01.12 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso no exercício da Fonte de Recurso TCE – 0.1.12 – Convênio de Trânsito – Prefeitura, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 14 de agosto de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**PORTARIA Nº 31.147**

Publicação Nº 2124447

PORTARIA Nº 31.147, de 28 de junho de 2019.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com a Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, e Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, mais o previsto no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º a 30 de junho de 2019,

RESOLVEM:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de saúde ao Servidor lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
645	Klaiton Strey	Motorista Utilitário	90	02/06/2019 a 30/08/2019

Art. 2º. CONCEDER licença para tratamento de saúde ao Servidor lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
15740	Jilvan Rodrigo De Oliveira	Assessor De Secretário	1	14/06/2019 a 14/06/2019
15740	Jilvan Rodrigo De Oliveira	Assessor De Secretário	3	26/06/2019 a 28/06/2019

Art. 3º. CONCEDER licença para tratamento de saúde ao Servidor lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
15716	Olimpio Carlos Simões De Oliveira	Assessor Técnico Esportivo Educacional	15	10/06/2019 a 24/06/2019

Art. 4º. CONCEDER licença para tratamento de saúde ao Servidor lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
17775	João Basilio Cordeiro	Operador Fábrica Tubos e Artefatos	3	03/06/2019 a 05/06/2019
17775	João Basilio Cordeiro	Operador Fábrica Tubos e Artefatos	2	27/06/2019 a 28/06/2019

Art. 5º. CONCEDER licença para tratamento de saúde à Servidora lotada na PROCURADORIA-GERAL, especificando código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procurador Municipal	1	07/06/2019 a 07/06/2019
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procurador Municipal	1	10/06/2019 a 10/06/2019
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procurador Municipal	1	12/06/2019 a 12/06/2019
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procurador Municipal	1	13/06/2019 a 13/06/2019
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procurador Municipal	1	14/06/2019 a 14/06/2019

Art. 6º. CONCEDER licença para tratamento de saúde aos Servidores lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
13373	Carla Siqueira De Santana	Psicóloga	4	02/06/2019 a 05/06/2019
13373	Carla Siqueira De Santana	Psicóloga	2	06/06/2019 a 07/06/2019
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitário De Saúde	15	06/06/2019 a 20/06/2019
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico Em Enfermagem	1	04/06/2019 a 04/06/2019
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico Em Enfermagem	1	07/06/2019 a 07/06/2019
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico Em Enfermagem	1	13/06/2019 a 13/06/2019
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico Em Enfermagem	1	28/06/2019 a 28/06/2019
13986	Erica Brustolin	Agente Comunitário De Saúde	2	10/06/2019 a 11/06/2019

13986	Erica Brustolin	Agente Comunitário De Saúde	15	25/06/2019 a 09/07/2019
141	Fernando Antonio Barbosa De Oliveira	Médico	3	17/06/2019 a 19/06/2019
141	Fernando Antonio Barbosa De Oliveira	Médico	1	28/06/2019 a 28/06/2019
10509	Graciele Favero Martarello	Odontólogo	1	04/06/2019 a 04/06/2019
10509	Graciele Favero Martarello	Odontólogo	1	11/06/2019 a 11/06/2019
10509	Graciele Favero Martarello	Odontólogo	2	13/06/2019 a 14/06/2019
2609	Marcia Elaine Bonfanti	Odontólogo	1	07/06/2019 a 07/06/2019
2609	Marcia Elaine Bonfanti	Odontólogo	1	10/06/2019 a 10/06/2019
2609	Marcia Elaine Bonfanti	Odontólogo	2	18/06/2019 a 19/06/2019
3273	Maria Estela Cavichioli	Auxiliar De Enfermagem	90	11/06/2019 a 08/09/2019
14604	Patricia Dal Moro	Auxiliar Em Saúde Bucal - ESF	3	17/06/2019 a 19/06/2019
11164	Salete Agusti	Auxiliar Serviços Gerais	2	26/06/2019 a 27/06/2019
11164	Salete Agusti	Auxiliar Serviços Gerais	7	28/06/2019 a 04/07/2019

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete dos Secretários Municipais de Caçador, em 28 de junho de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

## PORTARIA Nº 31.346

Publicação Nº 2124448

PORTARIA Nº 31.346, de 1º de agosto de 2019.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com a Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, e Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, mais o previsto no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º a 31 de julho de 2019,

RESOLVEM:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de saúde aos Servidores lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
357	Ana Maria Constantini	Merendeira Escolar	180	19/07/2019 a 14/01/2020
7736	Ivanir Correia De Jesus	Auxiliar Serviços Gerais	15	08/07/2019 a 22/07/2019
7736	Ivanir Correia De Jesus	Auxiliar Serviços Gerais	180	24/07/2019 a 19/01/2020
1467	Ivone Pagotto	Servente Educação	39	22/07/2019 a 29/08/2019
7669	Patricia Aparecida Rodrigues de Miranda	Auxiliar Serviços Gerais	30	17/07/2019 a 15/08/2019

Art. 2º. CONCEDER licença para tratamento de saúde à Servidora lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
7827	Sandra Aparecida Sicka Rodrigues	Técnico Em Contabilidade	5	01/07/2019 a 05/07/2019

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete dos Secretários Municipais de Caçador, em 1º de agosto de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PORTARIA Nº 57, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2124419

PORTARIA Nº 57, de 12 de agosto de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 26, 28 e 29 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional, por cursos de formação e/ou capacitação, à Servidora DANIELA MARQUES DE OLIVEIRA ROSS, ocupante do cargo de Controladora Interna, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, nível CPES 1040, conforme art. 33, inciso II, da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, com ascensão da Classe/Referência III-E para IV-B, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 12 de agosto de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

# Camboriú

## PREFEITURA

### DL 001/19 - FMAS

Publicação Nº 2124269

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 001/2019 – FMAS

Data: 14/08/2019

Objeto: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA O SENHOR L.A DA SILVA DE LONGA PERMANÊNCIA, VISANDO O CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONFORME CONSTA NOS AUTOS Nº0900074-45.2017.8.24.0113.

Valor total: R\$ 71.400,00 (setenta e um mil e quatrocentos reais).

Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Contratada: CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 14 de Agosto de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

## CAMBORIÚ PREV

### PORTARIA N 26/2019 - JULIA VENTURA

Publicação Nº 2124114

PORTARIA Nº 26/2019

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade à Servidora Pública Municipal JULIA VENTURA.

Elcio Rogério Kuhnén, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município. Processo nº 16/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, no importe de R\$ 998,00 mensais, à servidora JULIA VENTURA, matrícula nº 11.755-02, ocupante do cargo de Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência a partir de 02/09/2019, com fundamento nos termos do que dispõe o art. 40, § 1º, III, "b" da CF; art. 30, I, II e III e do art. 55, § 1º, ambos da Lei Complementar Municipal 07/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Em 12 de agosto de 2019.

Publicado no Mural Público Municipal  
na data supraLuana Rodrigues Luciano  
Presidente do CAMBORIUPREVElcio Rogério Kuhnén  
Prefeito MunicipalLuana Rodrigues Luciano  
Presidente

### PORTARIA N 27/2019 - JOSÉ CAVALHEIRO CARNEIRO

Publicação Nº 2124117

PORTARIA Nº 27/2019

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade ao Servidor Público Municipal JOSÉ CAVALHEIRO CARNEIRO.

Elcio Rogério Kuhnén, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município. Processo nº 18/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, no importe de R\$ 998,00 mensais, ao servidor JOSÉ CAVALHEIRO CARNEIRO, matrícula nº 12.102, ocupante do cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência a partir de 02/09/2019, com fundamento nos termos do que dispõe o art. 40, § 1º, III, "b" da CF; art. 30, I, II e III e do art. 55, § 1º, ambos da Lei Complementar Municipal 07/2006.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

Em 12 de agosto de 2019.

Publicado no Mural Público Municipal  
na data supra

Luana Rodrigues Luciano  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen  
Prefeito Municipal

Luana Rodrigues Luciano  
Presidente

**PORTARIA N 28/2019 - MARIA CONCEIÇÃO GARDINI DE SOUZA**

Publicação N° 2124123

**PORTARIA N° 28/2019**

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade à Servidora Pública Municipal MARIA CONCEIÇÃO GARDINI DE SOUZA.

Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município. Processo nº 19/2019.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, no importe de R\$ 998,00 mensais, à servidora MARIA CONCEIÇÃO GARDINI DE SOUZA, matrícula nº 11.782-5, ocupante do cargo de Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência a partir de 02/09/2019, com fundamento nos termos do que dispõe o art. 40, § 1º, III, "b" da CF; art. 30, I, II e III e do art. 55, § 1º, ambos da Lei Complementar Municipal 07/2006.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

Em 12 de agosto de 2019.

Publicado no Mural Público Municipal  
na data supra

Luana Rodrigues Luciano  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen  
Prefeito Municipal

Luana Rodrigues Luciano  
Presidente

**PORTARIA N 29/2019 - AQUILAR MARQUES**

Publicação N° 2124130

**PORTARIA N° 29/2019**

Concede Aposentadoria por Invalidez ao Servidor Público Municipal AGUILAR MARQUES.

Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município. Processo nº 20/2019.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, no importe de R\$ 998,00 mensais, ao servidor AGUILAR MARQUES, matrícula nº 12.633-01, ocupante do cargo de motorista, lotado na Secretaria da Educação e Cultura, com vigência a partir de 02/09/2019, com fundamento nos termos do art. 40, § 1º, I, da CF; art. 27, §§ 1º, 2º e 7º e o art. 55 ambos da Lei Complementar Municipal nº 07/2006

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

Em 12 de agosto de 2019.

Publicado no Mural Público Municipal  
na data supra

Luana Rodrigues Luciano  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen  
Prefeito Municipal

Luana Rodrigues Luciano  
Presidente

**PORTARIA N 30/2019 - ZORAIDE BOAVENTURA GANANCINI**

Publicação Nº 2124134

**PORTARIA Nº 30/2019**

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal ZORAIDE BOAVENTURA GANANCINI.

Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município. Processo nº 21/2019.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade e por tempo de contribuição, com proventos integrais, no importe de R\$ 1.986,21 mensais, à servidora ZORAIDE BOAVENTURA GANANCINI, matrícula nº 772, ocupante do cargo de Monitora, lotada na Secretaria de Educação, com vigência a partir de 02/09/2019, com fundamento nos termos do art. 6º da EC 41/2003 e do art. 50, I, II, III e IV da Lei Complementar Municipal nº 07/2006.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

Em 12 de agosto de 2019.

Publicado no Mural Público Municipal  
na data supra

Luana Rodrigues Luciano  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen  
Prefeito Municipal

Luana Rodrigues Luciano  
Presidente



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### 1ª ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2019

Publicação Nº 2123306

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO  
Nº 62/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO

Considerando evento interno da Prefeitura do Município de Campo Alegre, PRORROGA-SE a data de abertura do Pregão 62/2019 devido à ausência da pregoeira na data previamente marcada, conforme segue:

ALTERAM-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 05/08/2019 até as 09h45min do dia 20/08/2019;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 20/08/2019 no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) horário de Brasília - DF.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM), no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) e no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre, 13 de agosto de 2019.

CAMILA BRAUN MACHADO  
Secretária Municipal de Administração Interina

### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 056/2019

Publicação Nº 2123890

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 056/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: JUSSARA ANTUNES TIBES, no Cargo Público de Professor I na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 021.322.969-28, residente domiciliada na Rua Monte Castelo, nº 594, Bairro Cruzeiro, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no inciso VII do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Contratação em caráter Temporário para atender a implantação do Projeto de Atendimento para reforço pedagógico escolar para alunos no contra turno das aulas regulares na rede Municipal de Ensino. O Projeto auxilia no cumprimento dos incisos IV, VII, IX, X e XI do artigo 300 da Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Para tornar eficiente a prestação de serviço pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre, é necessário no segundo semestre do corrente ano letivo tal contratação para atuar com turmas diversas para substituir Professores que se afastam por atestados médicos de até 15 dias ou daqueles que aguardam perícia médica, conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Educação nº 161/SEDUC/2019.

PRAZO: Início: 15 de agosto de 2019;  
Término: 19 de dezembro de 2019.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 2.677,64 (dois mil seiscentos e setenta e sete reais, sessenta e quatro centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.



**HORÁRIO DE TRABALHO:** O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas aula/semanais.

**SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

**EXTINÇÃO:** Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

**RESCISÃO DE CONTRATO:** A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

**FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 15 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	JUSSARA ANTUNES TIBES Contratada
------------------------------------------	-------------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

## **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 057/2019**

Publicação Nº 2123893

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 057/2019**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

**CONTRATADA:** JESSICA MAIARA DANNA ALVES, no Cargo Público de Professor I na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 086.880.269-71, residente domiciliada na Rua Rod. SC 110, nº 34, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.

**OBJETO:** Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no inciso VII do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

**JUSTIFICATIVA:** Contratação em caráter Temporário para atender a implantação do Projeto de Atendimento para reforço pedagógico escolar para alunos no contra turno das aulas regulares na rede Municipal de Ensino. O Projeto auxilia no cumprimento dos incisos IV, VII, IX, X e XI do artigo 300 da Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Para tornar eficiente a prestação de serviço pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre, é necessário no segundo semestre do corrente ano letivo tal contratação para atuar com turmas diversas para substituir Professores que se afastam por atestados médicos de até 15 dias ou daqueles que aguardam perícia médica, conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Educação nº 161/SEDUC/2019.

**PRAZO:** Início: 15 de agosto de 2019;

Término: 19 de dezembro de 2019.

**REGIME JURÍDICO:** Especial Administrativo, previsto no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

**REMUNERAÇÃO:** R\$ 2.677,64 (dois mil seiscentos e setenta e sete reais, sessenta e quatro centavos).

**LOCAL DE TRABALHO:** No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

**HORÁRIO DE TRABALHO:** O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas aula/semanais.

**SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

**EXTINÇÃO:** Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

**RESCISÃO DE CONTRATO:** A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 15 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal		JESSICA MAIARA DANNA ALVES Contratada
------------------------------------------	--	------------------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

## DECRETO Nº 12.159 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123301

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.159 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE LIMITE DE NÍVEIS MÁXIMO DE RUÍDO PERMITIDO POR OCASIÃO DO 27º FESTIVAL MUNICIPAL DE DANÇA DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especial o Inciso VII do Artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Os níveis máximo de ruído ou pressão sonora em ambientes externos permitidos no Município, excepcionalmente por ocasião do evento do 27º FESTIVAL MUNICIPAL DE DANÇA DE CAMPO ALEGRE/SC.

Parágrafo único. A pressão sonora medida em decibéis, não poderá ultrapassar a máxima permitida de 100 (cem) decibéis no Evento citado no caput deste artigo.

Art. 2º As Polícias Militar e Civil deverão ser informadas do contido deste Decreto, a fim de promoverem a segurança pública dos Eventos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

14 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/08/2019.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito Interino

## DECRETO Nº 12.160 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123986

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.037 DE 1º DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial o inciso VII do art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º Contratar LUCIANE FERREIRA BUENO NOVAK, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, registro no sistema sob nº 955927, Regime Jurídico, Especial Administrativo, (Contrato Trabalho Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.677,64 (dois mil, seiscentos e setenta e sete reais, sessenta e quatro centavos) mensais, pelo período de 1º de julho de 2019 a 19 de dezembro de 2019, em

substituição a Servidora Pública Municipal Eva Sandra Uhlig Fuckner, a qual solicitou exoneração.

Art. 2º A presente contratação, dá-se em razão da classificação de LUCIANE FERREIRA BUENO NOVAK, ter sido aprovada em 43º lugar, no Processo Seletivo nº 02/2018, Homologado pelo Decreto nº 11.714 de 14 de janeiro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
1º de julho de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 1º/07/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 12.161 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123989

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.161 DE 15 DE AGOSTO DE 2019  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial o inciso VII do art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações;

#### DECRETA:

Art. 1º Contratar JESSICA MAIARA DANNA ALVES, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, registro no sistema sob nº 955939, Regime Jurídico, Especial Administrativo, (Contrato Trabalho Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.677,64 (dois mil, seiscentos e setenta e sete reais, sessenta e quatro centavos) mensais, pelo período de 15 de agosto de 2019 a 19 de dezembro de 2019, para atender a implantação do Projeto de reforço Pedagógico escolar para os alunos de contra turno das aulas regulares na rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A presente contratação, dá-se em razão da classificação de JUSSARA ANTUNES TIBES, ter sido aprovada em 60º lugar, no Processo Seletivo nº 02/2018, Homologado pelo Decreto nº 11.714 de 14 de janeiro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/08/2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito Interino

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2019

Publicação Nº 2123895

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: JUSSARA ANTUNES TIBES  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de agosto de 2019 á 19 de dezembro de 2019;  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.  
CARGO PÚBLICO: Professor I  
FUNÇÃO: Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.677,64 (dois mil seiscentos e setenta e sete reais, sessenta e quatro centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 15 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2019

Publicação Nº 2123897

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADA: JESSICA MAIARA DANNA ALVES  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 15 de agosto de 2019 á 19 de dezembro de 2019;  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.  
CARGO PÚBLICO: Professor I  
FUNÇÃO: Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.677,64 (dois mil seiscentos e setenta e sete reais, sessenta e quatro centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 15 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 4.806 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123870

LEI Nº 4.806 DE 14 DE AGOSTO DE 2019  
AUTORIZA O RECEBIMENTO DE BEM MÓVEL EM DOAÇÃO E DETERMINA INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, sem encargos, o seguinte Bem Móvel:  
"01 (um) CAR/CAMINHÃO/C. ABERTA, DIESEL, MARCA FORD, MODELO F4000, ANO DE FABRICAÇÃO 1982, CAPACIDADE 9.00T/98CV, COR PREDOMINANTE VERDE", PLACA LXH7200.

§1º O equipamento de que trata o caput deste artigo deverá integrar o Patrimônio Público do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

§2º A doação efetuada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração, Despacho nº 002/2019 do Processo nº ADR243584/2019, representado por sua Diretora de Gestão Patrimonial Junia Rosa Soares, conforme Ato nº 10, de 03 de janeiro de 2019, atos publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.926 pág. 2 e 3; Edição nº 21.042, pág. 7 respectivamente.

Art. 2º Fica o Município de Campo Alegre/SC, autorizado a efetuar despesas com manutenção e consertos do equipamento descrito no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação do Orçamento vigente e futuros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal](http://www.diariomunicipal).

sc.gov.br em data de: 15/08/2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito Interino

## **LEI Nº 4.807 DE 14 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2123872

LEI Nº 4.807 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA O RECEBIMENTO DE BEM MÓVEL EM DOAÇÃO E DETERMINA INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, sem encargos, o seguinte Bem Móvel:  
"01 (um) TRATOR/TR. NÃO APLIC., DIESEL, MARCA M.A./CASE, ANO DE FABRICAÇÃO 1984, CAPACIDADE 1.00T/118CV/1P, COR AMARELA", PLACA LXE0068.

§1º O equipamento de que trata o caput deste artigo deverá integrar o Patrimônio Público do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

§2º A doação efetuada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração, Despacho nº 002/2019 do Processo nº ADR243584/2019, representado por sua Diretora de Gestão Patrimonial Junia Rosa Soares, conforme Ato nº 10, de 03 de janeiro de 2019, atos publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.926 pág. 2 e 3; Edição nº 21.042, pág. 7 respectivamente.

Art. 2º Fica o Município de Campo Alegre/SC, autorizado a efetuar despesas com manutenção e consertos do equipamento descrito no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação do Orçamento vigente e futuros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/08/2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito Interino

## **PORTARIA Nº 17.058 DE 14 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2123316

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.058 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA PORTARIA Nº 17.021 DE 25 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Artigo 2º da Portaria nº 17.021 de 25 de julho de 2019, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Secretária Municipal de Finanças gozará as férias no período de 23 de setembro de 2019 a 02 de outubro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 22 de julho de 2019 sob nº 005689".

ART. 2º A alteração prevista nesta portaria, se dá em razão de alteração da data de gozo das férias da Secretária Municipal de Finanças.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 17.021 de 25 de julho de 2019, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de julho de 2019.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 17.056 de 12 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 14 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/08/2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito Interino

## PORTARIA Nº 17.059 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2124262

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.059 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, GABRIELE QUOST TABERT, matrícula funcional nº 000520, registro no sistema sob nº 954618, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 21 de agosto de 2019 a 20 de setembro de 2019.

Parágrafo único. A Licença prorrogada que trata o caput do artigo 1º desta Portaria será custeada pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de agosto de 2019.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 14 de agosto de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/08/2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito Interino

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2019

Publicação Nº 2123862

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2019  
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de larvicida biológico para aplicação em rios e córregos para combate ao inseto borrachudo, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	50	Galão	Larvicida biológico feito a partir dos cristais protéicos produzidos pela bactéria BTI bacillus thuringiensis variedade israelensis, concentração de 1,2%, potência 1200 Bt UTI/MG, suspensão aquosa concentrada. CEPA SA3A ou CEPA AM65-52, Galão com 10 litros. Validade mínima de 18 meses. Com registro na ANVISA.		
VALOR TOTAL					R\$

Critério de julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM).

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 15/08/2019 até as 13h 45min do dia 28/08/2019;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 28/08/2019 no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade	13.01	Serviço de Saneamento Ambiental
Função	17	Gestão Ambiental
Subfunção	512	Prevenção e Conservação Ambiental
Programa	77	Controle do Borrachudo (Simulium Pertinax)
Projeto	2.124	Manutenção do Programa de Combate ao Borrachudo
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo (dot. 391)

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 15 de agosto de 2019.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração



# Campo Erê

## PREFEITURA

**TP 06/2019**

Publicação Nº 2123689

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1051/2019  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019  
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 30 de AGOSTO DE 2019, o Presidente da Comissão de licitação do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1051/2019 na modalidade de Tomada de Preços Nº 06/2019, do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, objetivando a "PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE O LEITO NATURAL DO TRECHO I, DA RUA LUIZ CALDATO COM AREA TOTAL DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE 1.494,35 M² E CALÇADA PÚBLICA COM ARÉA TOTAL DE 434,45 M². CONVÊNIO Nº 869522/2018. Conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, suas alterações, LC 123/2016, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30h às 11:30h e as 13h:15min a 17h:15 min. no e-mail [licitacao@campoere.sc.gov.br](mailto:licitacao@campoere.sc.gov.br) - Campo Erê - SC, 12 de junho de 2019. ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.



# Campos Novos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS 07/2019 - ASSISTENCIA SOCIAL

Publicação Nº 2123943

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 01.850.671/0001-04  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:

Julho/2019.

### Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

**Contratado:** CONCRETIZA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

**CNPJ:** 07.932.250/0001-09

**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

**Número da Licitação:** 1/2019

**Número do Processo:** 5/2019

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 12/2019

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA FACHADA E ACESSO DO PRÉDIO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

**Data da Assinatura:** 04/07/2019

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/07/2019

**Vigência:** 04/07/2019 a 31/12/2019

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 28.051,54

**Forma de Pagamento:** CONFORME ANDAMENTO DA OBRA

**Contratado:** MAI COMERCIO E PREST.DE SERV.ELETRÔNICO LT-ME

**CNPJ:** 07.936.711/0001-11

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 39/2017

**Número do Processo:** 70/2017

**Outra Entidade:** Sim

**Número do Contrato ou Aditivo:** 13/2019

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante solicitação do Fundo Municipal de Assistência Social, é necessário incluir o serviço de monitoramento no Centro de Apoio Comunitário do Município, localizado no bairro Nossa Senhora Aparecida, no período de julho a dezembro de 2019.

**Data da Assinatura:** 15/07/2019

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/07/2019

**Vigência:** 15/07/2019 a 31/12/2019

**Programa de Trabalho:** 35.01 08.244.0006 2.048.3.3.90.00.00.00.00

**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 1.080,00

**Forma de Pagamento:** MENSAL

**EXTRATO DE CONTRATOS 07/2019 - FIA**

Publicação Nº 2123949

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 10.269.609/0001-14

Rua J.B. Batista

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Julho/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** APP ESCOLA DE EDUCACAO BASICA PAULO BLASI**CNPJ:** 83.516.534/0001-00**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 2/2019**Número do Processo:** 2/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** TERMO DE FOMENTO COM AAPP DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAULO BLASI**Data da Assinatura:** 24/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/07/2019**Vigência:** 24/07/2019 a 24/10/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.000,00**Forma de Pagamento:** COTA ÚNICA

**EXTRATO DE CONTRATOS 07/2019 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Publicação Nº 2123953

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 08.595.042/0001-24  
RUA NEREU RAMOS, 333  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2019.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GUSTAVO FALCAO CRISTOFOLI - ME**CNPJ:** 26.988.690/0001-22**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 3/2019**Número do Processo:** 26/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 31/2019**Fundamento Legal:**

**Objeto:** INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALISTAS DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ORTOPEDIA, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE TRAUMA A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC, CONFORME PROCESSO 18/2019, EDITAL DE CREDENCIAMENTO 05/2019 - SAÚDE.

**Data da Assinatura:** 31/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/07/2019**Vigência:** 31/07/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.400,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** INTERCLINICAS CAMPOS NOVOS LTDA**CNPJ:** 27.077.009/0001-57**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 4/2019**Número do Processo:** 27/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 32/2019**Fundamento Legal:**

**Objeto:** INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALISTAS DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ORTOPEDIA, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE TRAUMA A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC, CONFORME PROCESSO 18/2019, EDITAL DE CREDENCIAMENTO 05/2019 - SAÚDE.

**Data da Assinatura:** 31/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/07/2019**Vigência:** 31/07/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.400,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**EXTRATO DE CONTRATOS 07/2019 - PREFEITURA**

Publicação Nº 2123932

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/5

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2019.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** AZ CONSTRUCOES LTDA**CNPJ:** 73.461.170/0001-47**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 11/2018**Número do Processo:** 131/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 141/2019**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e justificativa do Departamento de Engenharia em anexo, o Município resolve prorrogar o prazo do contrato original nº 216/2018, por mais 30 dias, o prazo final para encerramento deste contrato será 09/08/2019, referente a Execução De Obra De Ampliação Da Creche Jubileu De Prata.

**Data da Assinatura:** 09/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/07/2019**Vigência:** 09/07/2019 a 09/08/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** AZ CONSTRUCOES LTDA**CNPJ:** 73.461.170/0001-47**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 11/2018**Número do Processo:** 131/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 142/2019**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA CRECHE JUBILEU DE PRATA

**Data da Assinatura:** 09/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/07/2019 a 09/08/2019**Programa de Trabalho:** 04.10 12.365.0005 1.014.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 28.150,36**Forma de Pagamento:** CONFORME ANDAMENTO DA OBRA

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/5

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2019.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC**CNPJ:** 03.603.739/0032-82**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 13/2019**Número do Processo:** 93/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 144/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE CURSOS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SENAC**Data da Assinatura:** 11/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/07/2019**Vigência:** 11/07/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 16.362,00**Forma de Pagamento:** CONFORME EDITAL**Contratado:** CONSTRUTORA BRANGER LTDA**CNPJ:** 09.146.893/0001-52**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 14/2018**Número do Processo:** 146/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 143/2019**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e justificativa do Departamento de Engenharia em anexo, o Município resolve prorrogar o prazo do contrato original nº 229/2018, por mais 120 dias, o prazo final para encerramento deste contrato será 17/11/2019, referente a Obra de Pavimentação Asfáltica das Ruas Padre Armando De Costa, Santa Efigênia e Waldomiro Scapini.

**Data da Assinatura:** 11/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/07/2019**Vigência:** 11/07/2019 a 17/11/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/5

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2019.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** AMA - ASSOCIACAO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE**CNPJ:** 11.408.672/0001-57**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 15/2019**Número do Processo:** 94/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 145/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ADAPTADOS PARA A SALA DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE DA ASSOCIAÇÃO**Data da Assinatura:** 17/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/07/2019**Vigência:** 17/07/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.166,66**Forma de Pagamento:** COTA ÚNICA**Contratado:** PERTILLE TRANSPORTES EIRELI**CNPJ:** 04.066.282/0001-80**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 7/2018**Número do Processo:** 10/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 146/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação da Secretaria de Educação e Cultura, através do Departamento de Transportes, o município resolve aditar o contrato original nº 46/2018, na LINHA nº 46, em 1,59 (um vírgula cinquenta e nove) quilômetros diários, passando de 119 km para 120,59 km diários, devido a inclusão da aluna Maria Luiza de Matos, a qual matriculou-se na pré escola Pato Donald no distrito de Dal Pai.**Data da Assinatura:** 17/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/07/2019**Vigência:** 17/07/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:** 04.13 12.361.0005 2.014.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 43.694,30**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/5

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2019.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SOMPO SEGUROS S.A.**CNPJ:** 61.383.493/0001-80**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2015**Número do Processo:** 72/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 147/2019**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante solicitação do Departamento de Frotas, o Município resolve aditar o contrato original nº 160/2015, incluindo no seguro os Equipamentos abaixo com os respectivos valores: ESCAVADEIRA Classe Taxa: 1.3 Modelo: PL160LC Ano: 2019 Chassi: KMTPC214JKB30373 Número de Série: B30373 Fabricante: KOMATSU Valor do Prêmio: R\$ 310,53 (trezentos e dez reais e cinquenta e três centavos) CARREGADEIRA Classe Taxa: 1.3 Modelo: WA200-5 Ano: 2005 Chassi: KMTWA002E510B2292 Número de Série: 12567 Fabricant

**Data da Assinatura:** 19/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 19/07/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:** 06.19 20.606.0008 2.028.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 472,50**Forma de Pagamento:** 30 dias**Contratado:** CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS TIO DUDA**CNPJ:** 02.636.479/0001-82**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 10/2019**Número do Processo:** 83/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 148/2019**Fundamento Legal:**

**Objeto:** A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE E DE CURTA DURAÇÃO, DE FORTALECIMENTO DE CULTURAS E TRADIÇÕES LOCAIS QUE RESULTAM EM FLUXO TURÍSTICO.

**Data da Assinatura:** 24/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/07/2019**Vigência:** 24/07/2019 a 01/09/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.999,88**Forma de Pagamento:** COTA ÚNICA

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/5

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2019.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** VILSON ZATERA E IRMAOS LTDA - ME**CNPJ:** 26.928.683/0001-35**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 14/2019**Número do Processo:** 89/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 149/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA ACOMPANHAMENTO DAS APRESENTAÇÕES NO 3º FEMAC PROMOVIDO PELO COMAD.**Data da Assinatura:** 29/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/07/2019**Vigência:** 29/07/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 24.800,00**Forma de Pagamento:** EM PARCELA ÚNICA, ANTES DO EVENTO**Contratado:** TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI**CNPJ:** 12.816.075/0001-24**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 5/2019**Número do Processo:** 67/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 150/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação do Setor de Engenharia, o Município resolve aditar o valor do contrato original 231/2019, em 22,24% do valor do contrato inicial, representando R\$ 77.699,13 (setenta e sete mil seiscentos e noventa e nove reais e treze centavos), ficando o valor do contrato reprogramado em R\$ 427.066,65 (quatrocentos e vinte e sete mil sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), cujo objeto é o Recapeamento asfáltico da rua Marechal Deodoro.**Data da Assinatura:** 30/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/08/2019**Vigência:** 30/07/2019 a 12/09/2019**Programa de Trabalho:** 08.25 15.451.0010 1.010.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 77.699,13**Forma de Pagamento:** conforme andamento da obra



# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 19/2019**

Publicação Nº 2123909

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 19/2019  
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 30/08/2019, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 14h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 16/2019**

Publicação Nº 2123651

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 16/2019

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/09/2019, às 09h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO FINISA, DAS RUAS JOÃO WATZKO, PORFÍRIO ALVES, VER. JOÃO ALEXANDRINA, FERES JOÃO SFAIR, DEODATO DE LIMA II, PAULO WEISE, ALVINO VOIGT, HENRIQUE ZUGMANN, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até às 08h45min do dia 19/09/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 17/2019**

Publicação Nº 2123654

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 17/2019

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/09/2019, às 09h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO FINISA, DAS RUAS HENRIQUE SORG - T4, JOSÉ SAMUEL SCHMIDT, CEL. JANUÁRIO DE A. CORTE, CURITIBANOS, ALFREDO MAIER E JOÃO SABATKE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até às 08h45min do dia 16/09/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 94/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2123388

 <b>Prefeitura Municipal de Canoinhas</b> Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 <a href="https://www.pmc.sc.gov.br">https://www.pmc.sc.gov.br</a>	<b>Usuário:</b> Adilson Fernando	<b>Chave de Autenticação Digital</b> 1658-5772-840	<b>Página</b> 1 / 2

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PR94/2019

Modalidade: Pregão


Julgamento: Por item

Registro de preço: Sim

Controla quantidade: Sim

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMÓVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor: 11580 - BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI		CPF/CNPJ: 17.450.564/0001-29		Valor total (R\$):		337.166,00
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
12/08/2019	1	16726 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1000XR20 BORRA CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1000XR20 BORRACHUDO. <b>Marca:</b> CENTELLA/BBW/SBN	CONJUNTO	36,00000	970,00000	34.920,00
12/08/2019	3	16727 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1100X22 LISO CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1100X22 LISO, NOVO <b>Marca:</b> GOODRIDE/BBW/SBN	CONJUNTO	20,00000	1.120,00000	22.400,00
12/08/2019	6	16745 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 900X20 BORRACH CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 900X20 BORRACHUDO, NOVO <b>Marca:</b> CENTELLA/BBW/SBN	CONJUNTO	4,00000	800,00000	3.200,00
12/08/2019	7	16733 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1400X24, 16 L CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1400X24, 16 LONAS, G2, NOVO. <b>Marca:</b> SWT SPEEDWAYS/BBWSBN	CONJUNTO	20,00000	1.700,00000	34.000,00
12/08/2019	8	16748 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA, 01 PROTETOR 17.5XR25, 16 <b>Marca:</b> WESTLAKE/BBW/SBN	CONJUNTO	12,00000	4.775,00000	57.300,00
12/08/2019	10	16736 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 19 .5-24 CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 19 .5-24, 12 LONAS,NOVO. <b>Marca:</b> SWT SPEDWAYS/BBW/ABC	CONJUNTO	10,00000	1.948,00000	19.480,00
12/08/2019	11	45999 - PNEU 225/75/R15, GARRA ALTA, NOVO <b>Marca:</b> LINGLONG CROSSWIND	UNIDADE	6,00000	296,00000	1.776,00
12/08/2019	12	45986 - PNEU 215/75/R16, NOVO <b>Marca:</b> OVATION 02	UNIDADE	18,00000	287,00000	5.166,00
12/08/2019	14	46074 - PNEU RADIAL 175/70R14, NOVO <b>Marca:</b> APOLLO AMAZER	UNIDADE	54,00000	165,00000	8.910,00
12/08/2019	15	45969 - PNEU 205/60/16 NOVO <b>Marca:</b> XBRI ECOLOGY	UNIDADE	6,00000	214,00000	1.284,00
12/08/2019	17	45984 - PNEU 215/75/17,5, RADIAL, LISO, NOVO. <b>Marca:</b> LINGLONG LLF86	UNIDADE	30,00000	470,00000	14.100,00
12/08/2019	19	45983 - PNEU 215/75/17,5, RADIAL, BORRACHUDO. <b>Marca:</b> GOODRIDE CM986	UNIDADE	16,00000	470,00000	7.520,00
12/08/2019	20	45924 - PNEU 175/65/R14 RADIAL, NOVO <b>Marca:</b> APOLLO AMAZER	UNIDADE	18,00000	162,00000	2.916,00
12/08/2019	21	45937 - PNEU 185 70/14 <b>Marca:</b> JK VECTRA	UNIDADE	6,00000	178,00000	1.068,00
12/08/2019	22	45959 - PNEU 195/65 R 15 <b>Marca:</b> GOODRIDE RP28	UNIDADE	18,00000	185,00000	3.330,00
12/08/2019	23	45989 - PNEU 215/75/R17,5 BORRACHUDO (FORA DE ESTRADA) <b>Marca:</b> LINGLONG KTD303	UNIDADE	18,00000	470,00000	8.460,00
12/08/2019	24	45942 - PNEU 185/60 R-14, RADIAL, NOVO <b>Marca:</b> GOODRIDE RP28	UNIDADE	8,00000	160,00000	1.280,00
12/08/2019	25	45943 - PNEU 185/60 R15 <b>Marca:</b> GOODRIDE RP28	UNIDADE	16,00000	162,00000	2.592,00
12/08/2019	26	45939 - PNEU 185 R14 102/100 R NOVO <b>Marca:</b> LINGLONG R666	UNIDADE	8,00000	218,00000	1.744,00
12/08/2019	27	45947 - PNEU 185/65 R15, NOVO <b>Marca:</b> XBRI ECOLOGY	UNIDADE	12,00000	167,00000	2.004,00
12/08/2019	30	46038 - PNEU 7.50/16 NOVO <b>Marca:</b> GOODRIDE CR832	UNIDADE	6,00000	355,00000	2.130,00
12/08/2019	34	45913 - PNEU 165/70/R13, RADIAL, NOVO <b>Marca:</b> TRISTAR TS810	UNIDADE	8,00000	149,00000	1.192,00
12/08/2019	35	45995 - PNEU 225/65/R16 NOVO <b>Marca:</b> DURATURN TRAVIA VAN	UNIDADE	12,00000	415,00000	4.980,00
12/08/2019	37	45916 - PNEU 17,5R25 ESTRUTURA 4S OU SIMILAR, DIAGONAL, DESENHO L-2, PNEU 17,5R25 ESTRUTURA 4S OU SIMILAR, DIAGONAL, DESENHO L-2, PROFUNDIDADE DO DESENHO DE NO MÍNIMO 24 MM, DESENHO AGRÍCOLA COM BARRAS CONICAS QUE PROPORCIONEM BOA TRAÇÃO, 10 KM/H, NO MÍNIMO 12 LONAS, SÍMBOLO DO INMETRO. <b>Marca:</b> SUPERGUIDER G2/L2	UNIDADE	12,00000	1.730,00000	20.760,00
12/08/2019	38	46018 - PNEU 275/80/R/22.5, RADIAL, LISO, 16 LONAS, NOVO PNEU 275/80/R/22.5, RADIAL, LISO, 16 LONAS, NOVO, COM PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE NO MÍNIMO 14 MM <b>Marca:</b> SPEEDMAX S3	UNIDADE	24,00000	1.010,00000	24.240,00
12/08/2019	39	46017 - PNEU 275/80/R/22.5, RADIAL, BORRACHUDO, 16 LONAS, NOVO PNEU 275/80/R/22.5, RADIAL, BORRACHUDO, 16 LONAS, NOVO, COM PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE NO MÍNIMO 18 MM <b>Marca:</b> SPEEDMAX D1	UNIDADE	24,00000	1.100,00000	26.400,00
12/08/2019	40	46009 - PNEU 265/70 R16 <b>Marca:</b> ECOVISION V1286	UNIDADE	12,00000	380,00000	4.560,00
12/08/2019	41	46008 - PNEU 265/65/R17 NOVO <b>Marca:</b> LINGLONG CROSSWIND	UNIDADE	12,00000	445,00000	5.340,00
12/08/2019	42	46023 - PNEU 295/80R22.5, BORRACHUDO, PNEU PARA USO SEM CAMARA, NOVO PNEU 295/80R22.5, BORRACHUDO, PNEU PARA USO SEM CAMARA, NOVO. <b>Marca:</b> TRISTAR QHF88	UNIDADE	10,00000	1.220,00000	12.200,00
12/08/2019	44	63003 - PNEU 215/50 R17 <b>Marca:</b> LINGLONG GREENMAX	UNIDADE	6,00000	319,00000	1.914,00
Fornecedor: 11698 - DO SUL PNEUS JOINVILL EIRELI		CPF/CNPJ: 26.723.181/0001-78		Valor total (R\$):		62.002,00
12/08/2019	4	46024 - PNEU 295/80R22.5, LISO, PNEU PARA USO SEM CAMARA, NOVO <b>Marca:</b> STEELMARK-AGS	UNIDADE	22,00000	1.145,00000	25.190,00
12/08/2019	5	16746 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 900X20 LISO <b>Marca:</b> GOODYEAR-PAPALÉGUASG	CONJUNTO	4,00000	815,00000	3.260,00
12/08/2019	13	46100 - PNEUS 205/75/R16, NOVO DE <b>Marca:</b> DURABLE-CARGO 4	UNIDADE	16,00000	272,00000	4.352,00
12/08/2019	16	45972 - PNEU 205/70 R 15 <b>Marca:</b> GOODRIDE-H188	UNIDADE	12,00000	260,00000	3.120,00
12/08/2019	18	45975 - PNEU 205/70/R15, BORRACHUDO, USO MISTO,NOVO <b>Marca:</b> GOODRIDE-H188	UNIDADE	50,00000	260,00000	13.000,00
12/08/2019	28	46007 - PNEU 265/60/R16 NOVO <b>Marca:</b> GOODRIDE-SUJ18	UNIDADE	12,00000	463,00000	5.556,00
12/08/2019	29	45981 - PNEU 215/65 R16, NOVO <b>Marca:</b> GOODRIDE-RP28	UNIDADE	8,00000	260,00000	2.080,00
12/08/2019	31	45900 - PNEU 120/80 18 NOVO <b>Marca:</b> TECHNIC-T&C	UNIDADE	6,00000	149,00000	894,00



**Prefeitura Municipal de Canoinhas**  
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC  
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700  
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital  
1658-5772-840


Página  
2 / 2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

12/08/2019	32	46051 - PNEU 90/90 21 NOVO	UNIDADE	4,00000	140,00000	560,00
<b>Marca:</b> TECHNIC-T8C						
12/08/2019	43	46041 - PNEU 7.50X16, BORRACHUDOS, NOVO	CONJUNTO	10,00000	399,00000	3.990,00
<b>Marca:</b> GOODRIDE-CL830						
<b>Fornecedor:</b> 4945 - I. BORDIGNON PNEUS EIRELI						
<b>Data</b>	<b>Item</b>	<b>Material/Serviço/Denominação</b>	<b>Un. Medida</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor total (R\$):</b>	<b>Valor total (R\$)</b>
12/08/2019	2	16729 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 12 .5/80-18 CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 12 .5/80-18, 10 LONAS.	CONJUNTO	10,00000	1.240,00000	12.400,00
<b>Marca:</b> Superguider+RS+ABC						
12/08/2019	45	46022 - PNEU 295/80R22.5, BORRACHUDO, FORA DE ESTRADA	UNIDADE	40,00000	1.950,00000	78.000,00
<b>Marca:</b> GOODYEAR						
<b>Fornecedor:</b> 8589 - PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA						
12/08/2019	9	46073 - PNEU RADIAL 175/70R13, NOVO	UNIDADE	134,00000	146,00000	20.144,00
<b>Marca:</b> FIRESTONE						
12/08/2019	33	46050 - PNEU 80/90 R21	UNIDADE	4,00000	145,00000	580,00
<b>Marca:</b> MAGGION						
<b>Total Adjudicado (R\$):</b>					509.712,00	
<b>Total de licitações adjudicadas: 1</b>					<b>Total Geral Adjudicado (R\$): 509.712,00</b>	

**Gilberto dos Passos**  
Prefeito

**Winston Beyersdorff Lucchiari**  
Assessor Jurídico



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Capão Alto

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA021/2019 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL.

Publicação Nº 2123400



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA021/2019 REGISTRO DE PREÇO

#### 1. Preâmbulo

**1.1 TITO PEREIRA FREITAS**, Prefeito Municipal de Capão Alto, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial – Registro de Preço**, do tipo **Menor preço**, cujo processamento e julgamento serão em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações prevista da Lei Complementar nº 147/2014, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

**1.2** O recebimento dos Envelopes **n.º 01 – PROPOSTA COMERCIAL** e **n.º 02 – DOCUMENTAÇÃO**, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até O DIA **27/08/2019** do às **hs 09:30**, no Setor de Licitações desta entidade, situada na **Rua João Vieira de Oliveira, 500, cidade e Município de Capão Alto**.

**1.3** O início da abertura do **Envelope 01 – PROPOSTA COMERCIAL** dar-se-á a partir das **09:35hs** do dia **27/08/2019**, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações desta Entidade, situada no endereço citado no **item 1.2**.

**1.4 DO OBJETO:** Aquisição de Materiais para Manutenção da Malha Viária Municipal, conforme descrição em Anexo deste edital.

**1.5 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO** Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

- 1.5.1** com falência decretada;
- 1.5.2** em consórcio.

**1.6** Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

#### 2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

##### 2.1 Da apresentação dos envelopes

**2.1.1** No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, **desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2**, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC**  
**PREGÃO N.º PMCA021/2019**  
**ENVELOPE N.º. 01 – PROPOSTA COMERCIAL**  
**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC**  
**PREGÃO N.º PMCA021/2019**  
**ENVELOPE N.º. 02 – DOCUMENTAÇÃO**  
**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**2.1.2** Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, assim considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega, comprovado por meio de protocolo, junto à recepção da prefeitura.

**2.1.3** Caso sejam remetidas as propostas por via postal, será apenas tomado conhecimento se forem entregues ao pregoeiro até o horário aprazado.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

## 2.2 Do credenciamento

2.2.1 Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

2.2.1.1 O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de *procuração*, ou *termo de credenciamento*, nos termos do modelo constante do **Anexo "I"**, juntamente com um documento de identificação com foto.

2.2.1.2 A procuração ou termo de credenciamento deverá conter a indicação do signatário com firma reconhecida e ser apresentado no original ou em cópia autenticada.

2.2.1.3 Nesta fase, o representante da licitante deverá apresentar, conforme o caso, o documento de constituição da empresa ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação, cujo documento, após análise pelo pregoeiro, será devolvido ao licitante.

2.2.1.4 A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais, bem como de oferecer impugnação a outros licitantes**, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.2.2 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

2.3 As empresas que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, deverão apresentar Declaração de Enquadramento ou Certidão de Registro na respectiva Junta comercial, para fins de comprovação da condição de EPP ou ME. Caso contrário, não poderá beneficiar-se das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06.

2.3.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações prevista da Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar o descrito no subitem anterior, sob pena de, não o fazendo no ato de credenciamento, anuir que se considere que renunciou ao seu direito

2.4 A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Entidade Municipal e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no subitem 1.2, no Setor de Protocolo Geral desta Entidade. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

## 2.5 Da declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.

2.5.1 Depois de credenciadas, as licitantes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no **Anexo III** ou **através de declaração verbal que constará em ata da sessão**.

2.5.2 A licitante que não se fizer representar na sessão pública deverá entregar, sob pena de não aceitação da proposta, o documento solicitado no subitem anterior em um terceiro envelope, contendo no anverso os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC**  
**PREGÃO Nº PMCA021/2019**  
**ENVELOPE Nº. 03 – Declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação.**  
**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

## 2.6 OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS E ENTREGUES EM SEPARADO, FORA DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO.

## 3. DA PROPOSTA COMERCIAL

3.1 O Envelope nº. 01 – **PROPOSTA COMERCIAL** deverá conter a proposta propriamente dita redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que dificultem o julgamento, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

3.1.1 Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;

3.1.2 Número deste Pregão;

3.1.3 Número do item, descrição dos serviços nos termos do **item "1.4"** deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total por item, preferencialmente no modelo abaixo:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Preço Unit.	Preço Total

3.1.4 Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

3.2 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

3.3 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre o fornecimento dos bens, objeto da presente Licitação.

3.4 No caso de a proponente apresentar mais de uma proposta escrita, considerar-se-á a de menor valor.

3.5 Não serão aceitas nem levadas em consideração às propostas encaminhadas por telegramas, radiogramas, aerogramas, correio eletrônico ou fac-símile.

3.6 Quando solicitada à apresentação de outros documentos que comporão a proposta, estes deverão ser apresentados na forma do subitem 5.9.

3.7 Fica estabelecido em **60(sessenta) dias** o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01.

#### 4. DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

##### 4.1 Habilitação Jurídica (Art. 28 Inc. I a IV e Art. 97):

4.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

4.1.2 Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa **não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade**, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

4.1.3 Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do **Anexo "II"**, nos termos do Inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

4.1.4 Cédula de Identidade do Representante Legal da Empresa;

##### 4.2 Regularidade Jurídica

4.2.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

##### 4.3 Regularidade Fiscal (Art. 29 Inc. III):

4.3.1 Prova de Regularidade Conjunta dos tributos federais e a dívida ativa da União através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria Receita Federal;

4.3.2 Prova de Regularidade com os tributos estaduais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio do licitante;

4.3.3 Prova de Regularidade com os tributos municipais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Fazenda Municipal do domicílio do licitante;

##### 4.4 Regularidade Social (Art. 29 Inc. IV):

4.4.1 Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

##### 4.5 Qualificação Econômico-Financeira (Art. 31, Inc. II):



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

- 4.5.1** Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante;
- 4.6** As licitantes poderão substituir os documentos referidos nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Capão Alto;
- 4.7** A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Capão Alto, **inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência e ou não constar toda a documentação solicitada no CRC.**
- 4.8** Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3, e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencida, e documentos que não estejam contemplados no Certificado de Registro Cadastral, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – **DOCUMENTAÇÃO.**
- 4.9** Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.
- 4.9.1** A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **subitem 1.2** deste Edital.
- 4.10** Os documentos exigidos nesta Licitação necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- 4.10.1** As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.
- 4.10.1.1** Caso não disponha de acesso à internet para a verificação da veracidade das certidões, poderá o pregoeiro paralisar os trabalhos até que seja possível a certificação da veracidade dos documentos.
- 4.11** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:
- 4.11.1** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 4.11.2** se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.
- 4.12** Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 4.13** A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no **subitem 4.3**, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

## 5. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

- 5.1** Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas, **item a item**, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.
- 5.1.1** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:
- 5.1.1.1** Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;
- 5.1.1.2** A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão de Pregão, excetuando-se o disposto neste subitem para aqueles licitantes que não se fizerem presentes.
- 5.1.1.3** A falta de dados como CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal ou Endereço, poderão ser preenchidas pelos dados constantes nos documentos apresentados para a habilitação.
- 5.1.1.4** Havendo divergência entre os preços unitários e totais, considerar-se-ão os preços unitários.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

- 5.1.2** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 5.1.3** Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos subitens 3.1 e 3.2 deste Edital, ressalvado o disposto no subitem 5.1.1
- 5.2** No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores será convidado individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.
- 5.2.1** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 5.2.2** A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.
- 5.2.3** A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário **do item** do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.
- 5.2.3.1** Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.
- 5.2.3.2** O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.
- 5.2.4** Será automaticamente desconsiderado o lance com vista ao empate.
- 5.2.5** Dos lances ofertados não caberá retratação posterior que vise empate.
- 5.2.6** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 5.3** Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 5.4** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 5.5** Encerrada as etapas competitivas e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, a sua exequibilidade, comparando-o com os valores consignados no respectivo **Orçamento Prévio**, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 5.5.1** *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.*
- 5.5.2** *Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, injustificados, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração*
- 5.6** Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu **Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 4** e subitens, deste Edital.
- 5.7** Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro **inabilitará** as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no **item 4 e seus subitens**, deste Edital.
- 5.8** Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

- 5.8.1** Ocorrendo a situação referida no **subitem 5.8**, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 5.9** Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.
- 5.10** Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).
- 5.11** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 5.11.1** A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 5.11.2** A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.
- 5.12** Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.
- 5.12.1** A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.
- 5.13** Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.
- 5.13.1** Os motivos dos adiamentos serão lavrados em ata circunstanciada.
- 5.14** O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, **pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s)**, devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

## 6 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 6.1** No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o menor preço **Por item** desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.
- 6.2** No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, **por sorteio, que será realizado na própria Sessão**.
- 6.3** A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pela Autoridade Competente, **Por item**, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).
- 6.4** O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

## 7. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

- 7.1** A aquisição acontecerá de forma fracionada.
- 7.2** O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser feita conforme necessidade da administração, nos locais onde os produtos serão usados, no Município de Capão Alto/SC
- 7.3** Os materiais serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante requisição assinada pelo responsável no prazo de até 48hs da emissão da autorização de compra.
- 7.4** Fretes traslados e quaisquer despesas oriundas da entrega e fornecimento dos objetos deste edital, bem como encargos fiscais e trabalhistas, correm as custas do fornecedor.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

#### **8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

**8.1** A Prefeitura Municipal de Capão Alto efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal de serviço. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

**8.2** A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) **Dotação(ões) Orçamentária(s)**, da Lei Orçamentária do Exercício Vigente.

#### **8.3 EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**8.3.1** O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

**8.3.2** A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

**8.3.3** Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar a Entidade do Município de Capão Alto a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido(s) pelo (s) fornecedor(es);

**8.3.4** Caso a Entidade já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

**8.3.5** A Entidade municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

**8.3.6** Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Entidade Municipal de Capão Alto;

**8.3.7** A Empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

**8.3.8** Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

#### **9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**9.1** Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

**9.1.1** A impugnação será dirigida ao Pregoeiro, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

**9.2** Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

**9.3** O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

**9.4** As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

**9.5** A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

**9.6** Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

#### **10. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1** A descrição e quantidades constantes no anexo IV contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando a Entidade do Município de Capão Alto a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

**10.2** A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

**10.3** Homologado o resultado do certame, a Entidade do Município de Capão Alto convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

**10.4** A contratação dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada através de Autorização de Execução de Serviço;

**10.5** Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

**10.6** A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

**10.7** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

**10.8** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Ente público promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

**10.9** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, A Entidade Pública deverá:

**10.9.1** Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**10.9.2** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**10.10** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Ente Público do Município de Capão Alto poderá:

**10.10.1** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

**10.1.2** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**10.11** Não havendo êxito nas negociações, o Ente público do Município de Capão Alto deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

**10.12** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**10.12.1** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**10.12.2** Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**10.12.3** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**10.12.4** Tiver presentes razões de interesse público;

**10.13** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

**10.14** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias

## **11. DO DIREITO DE RESERVA:**

**11.1** Esta Entidade Pública do Município de Capão Alto, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

- 11.2** Receber o(s) materiais(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação do(s) serviço(s);
- 11.3** O(s) serviço(s) / materiais(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, deverá(ão) ser refeito(s), sem atribuição de qualquer ônus ao Órgão Gestor, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações;
- 11.4** O Município de Capão Alto não se obriga a contratar o(s) serviço(s)/material(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO IV, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais itens/lotes, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares

**12. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:**

- 12.1** Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;
- 12.2.** Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;
- 12.3** No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 13.1** Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados no Departamento de Compras e Licitações e/ou no Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Capão Alto, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0\*\*49) 3237-2002, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00.
- 13.2** O município reserva-se o direito de revogar, por interesse da administração, o presente certame licitatório, sem que caiba direito a indenização aos proponentes.
- 13.3** Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.
- 13.4** Recomenda-se às licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.
- 13.5** É fundamental a presença da licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.
- 13.6** Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação **endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.**
- 13.7** Esta Entidade Pública Municipal de Capão Alto reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.
- 13.8 Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Capão Alto não serão consideradas como motivos para impugnações.**
- 13.9** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, somente iniciando e vencendo nos dias de expediente.
- 13.10** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

(Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

**13.11** No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

**13.11.1** adiada a abertura da licitação;

**13.11.2** alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

**13.11.3** filmadas e/ou gravadas as sessões e este meio ser utilizado como prova;

**13.12** O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Campo Belo do Sul – SC, excluído qualquer outro.

#### **14. DOS ANEXOS DO EDITAL**

**14.1** Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

**Anexo “I”** - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

**Anexo “II”** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;

**Anexo “III”** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;

**Anexo “IV”** - RELAÇÃO DE ITENS;

**Anexo “V”** - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Capão Alto, SC, 14/08/2019

**TITO PEREIRA FREITAS**  
Prefeito Municipal de Capão Alto



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

**PREGÃO Nº PMCA021/2019****ANEXO I****MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

**À Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC**

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC, na modalidade **PREGÃO Nº PMCA021/2019**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

**PREGÃO Nº PMCA021/2019****ANEXO II****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

**DECLARAÇÃO**Ref.: **PREGÃO Nº PMCA021/2019**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

**PREGÃO Nº PMCA021/2019****ANEXO “III”****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (\*)**

(\*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (**pelo lado externo**) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **PREGÃO Nº PMCA021/2019** instaurado pela Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

**PREGÃO Nº PMCA021/2019****ANEXO “IV”****RELAÇÃO DE ITENS**  
**Termo de Referência**

Planilha de Itens

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	8267 - AQUISIÇÃO DE ASFALTO	TON	2.000	413,33	826.660,00
2	8269 - AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA Nº1	TON	1.000	39,93	39.930,00
3	8270 - AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA Nº2	TON	1.000	37,86	37.860,00
4	8271 - AQUISIÇÃO PÓ DE BRITA	TON	500	41,93	20.965,00
5	8272 - AQUISIÇÃO DE MEIO FIO PADRÃO URBANO	M³	2.000	21,00	42.000,00
6	8273 - AQUISIÇÃO DE LAJOTAS DE ACESSIBILIDADE VERMELHA	M²	200	48,86	9.772,00
7	8274 - AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO	M³	150	336,66	50.499,00
8	8275 - AQUISIÇÃO DE PAVER NAS MEDIDAS 20X10X6CM	M²	5.000	33,11	165.550,00
				<b>Total Geral</b>	<b>1.193.236,00</b>

2. A estimativa fixada neste Anexo representa mera informação para formação de preços, não constituindo obrigação do Órgão Gestor de contratação ou pagamento das referidas quantidades;

**3. DO FORNECIMENTO DO OBJETO LICITADO**

3.1 Os serviços/materiais fornecidos deverão atender aos parâmetros definidos pelas normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas ou, na falta dessas, de acordo com normas plenamente reconhecidas pela fabricante, devendo a Empresa Registrada zelar e assumir inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução/fornecimento dos serviços/materiais objeto da licitação;

3.2 Os serviços/materiais serão fornecidos pela Empresa Registrada, não se admitindo recusa em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;

3.3 A Empresa Registrada deverá sanar/substituir/refazer os materiais/serviços em que forem constatados erros ou correções, no prazo máximo de 24 horas após o comunicado realizado pelo Órgão Gestor, ou de acordo com o prazo estipulado pelo mesmo;

3.4 O Órgão Gestor encaminhará requisição de compra/serviço para a Empresa Registrada, esta deverá disponibilizar o deslocamento até o local da prestação dos serviços ou, em caso de emergência, a Empresa Registrada deverá realizar o fornecimento do serviço/material no local onde se encontrar o requisitante;

3.4.1 Logo, a Empresa Registrada deverá ter condições de atender às solicitações do Órgão Gestor, às suas expensas, fornecendo serviço/materiais de qualidade.

3.5 A aprovação de aquisição de materiais/serviços deverá ser efetuada de forma expressa pelo Órgão Gestor, através de Autorização de fornecimento.

3.6 O prazo para fornecimento dos materiais/serviços, será contado a partir da entrega da Autorização de fornecimento nunca excedendo o prazo máximo previsto no edital de licitação que originou a aquisição.

**4. DOS MATERIAIS FORNECIDOS**

4.1 A Empresa Registrada deve utilizar fornecer somente materiais originais ou similares, desde que atendidas as recomendações estabelecidas pelos órgãos competentes, não podendo valer-se, em hipótese alguma, de itens recondicionados.

4.2 A Empresa Registrada deverá fornecer garantia dos materiais/serviços fornecidos;

4.3 O pagamento poderá ser sustado pelo Órgão Gestor, quando os materiais/serviços não estiverem de acordo com as especificações técnicas ou forem rejeitados pela fiscalização, ou ainda, por inadimplemento de qualquer cláusula do Edital ou deste Anexo.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

#### 5. AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO E NOTAS FISCAIS

5.1 Deverão ser apresentados ao Órgão Gestor, a discriminação em notas separadas, os serviços e/ou materiais fornecidos;

5.2 Não serão aceitos nas notas, serviços/matérias que não façam parte do objeto da presente licitação;

5.3 Faz-se necessário a apresentação da Autorização de fornecimento emitida pelo Órgão Gestor;

5.4 O Órgão Gestor não se responsabilizará pelo pagamento de materiais/serviços fornecidos pela Empresa Registrada, sem a devida autorização;

5.5 A Empresa Registrada efetuará a emissão da Nota Fiscal / Fatura, sendo que a mesma deverá ser acompanhada do relatório pormenorizado dos serviços / materiais efetivamente fornecidos;

**PREGÃO Nº PMCA021/2019**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

**ANEXO “V”****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº ...../20.....**

**ÓRGÃO GESTOR: MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, inscrito no CNPJ sob n.º 01.599.409/0001-39, com sede na Rua João Vieira de Oliveira, 500, Centro, Capão Alto, SC. EMPRESA: ....., inscrita no CNPJ sob n.º ....., estabelecida na Rua ....., Bairro ....., em .....**

O Município de Capão Alto, pessoa jurídica de direito público, neste ato, por delegação, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. TITO PEREIRA FREITAS, portador do CPF nº 148.794.689/91, doravante denominado ÓRGÃO GESTOR e a Empresa ....., neste ato representada pelo Sr. ...., portador do CPF nº ..... de ora em diante denominada EMPRESA REGISTRADA, resolvem celebrar esta Ata de Registro de Preços, em decorrência do Processo Licitatório nº \_\_\_\_/20....., correlato à Pregão Presencial nº \_\_\_\_/20....., aberta em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20..... e homologada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Aquisição de Materiais para Manutenção da Malha Viária Municipal, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo IV – Termo de Referência Relação de Itens , que passa a fazer parte integrante do Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:**

2.1 A aquisição acontecerá de forma fracionada.

2.2 O fornecimento do objeto do presente processo licitatório deverá ser feita conforme necessidade da administração, nos locais onde os produtos serão usados, no Município de Capão Alto/SC

2.3 Os materiais serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante requisição assinada pelo responsável no prazo de até 48hs da emissão da autorização de compra.

2.4 Fretes trasladados e quaisquer despesas oriundas da entrega e fornecimento dos objetos deste edital, bem como encargos fiscais e trabalhistas, correm as custas do fornecedor.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

3.1 Os preços certos e ajustados pelas partes conforme proposta da Empresa Registrada, de R\$ .....

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)**

4. 1 A Entidade Pública supracitada, efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal ou de serviço. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

5.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

5.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

5.3 Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar a Entidade do Município de



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

Capão Alto a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido(s) pelo (s) fornecedor(es);

5.4 Caso a Entidade já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

5.5 A Entidade municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

5.6 Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Entidade Municipal de Capão Alto;

5.7 A Empresa obrigar-se-á realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

5.8 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

#### CLAUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**6.1** A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) **Dotação(ões) Orçamentária(s)**, da Lei Orçamentária do Exercício vigente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e da presente Ata de Registro de Preços;

7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.4 Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;

7.5 Dispor à época do atendimento ao objeto, de todas as máquinas, instrumentos, equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários e imprescindíveis à sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição;

7.6 Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes de consumo, conservação, reparos, avarias e perdas, inclusive custos de reposição e manutenção, máquinas, equipamentos e materiais necessários à execução do objeto;

7.7 Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qual quer ônus adicional ao Órgão Gestor;

7.8 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução do objeto deste Registro de Preços;

7.9 Não subcontratar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma, transferir ou ceder a terceiros a execução do objeto, sem consentimento prévio e expresso do Órgão Gestor, não implicando tal consentimento, se ocorrer, em qualquer vínculo entre esta Administração e eventuais subcontratadas, permanecendo a Empresa Registrada, com total responsabilidade pela subcontratação, inclusive por danos causados a terceiros;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
**Processo Administrativo n.º 746/2019**  
**Pregão Presencial n.º PMCA021/2019**

página:.....

7.10 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, e ainda por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.11 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.12 Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.13 Assumir a responsabilidade por qualquer dano causado ao Órgão Gestor, inerentes a execução ineficaz do objeto deste Registro de Preço;

7.14 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior que o original, os materiais ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Órgão Gestor, decorrentes de culpa da Empresa Registrada, inclusive por emprego de mão-de-obra ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança, a qualquer título, responsabilizando-se por danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a corrigir, às suas expensas, defeitos verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto da contratação;

7.15 Manter quadro de pessoal suficiente para o fornecimento dos materiais/serviços, objeto deste Edital, sem interrupções, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

7.16 Dispor de todos os equipamentos e ferramentas necessárias à plena execução do objeto deste edital serviços;

7.17 Permitir ao representante do Órgão Gestor fiscalizar os materiais/serviços, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as normas e especificações técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;

7.18 Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Órgão Gestor sobre os serviços/materiais fornecidos.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR**

8.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

8.2 Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Edital;

8.5 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto deste Registro de Preço;

8.6 Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;

**CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 A descrição e quantidades constantes no ANEXO IV RELAÇÃO DE ITENS - Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando a Entidade Pública a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

9.2 A existência de Registro de Preço não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade e de condições;

9.3 Homologado o resultado do certame, o Ente Público do Município de Capão Alto convocará os interessados



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**  
**Processo Administrativo n.º 746/2019**  
**Pregão Presencial n.º PMCA021/2019**

página:.....

para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade;

9.4 A contratação dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo ente Público do Município de Capão Alto, através de Autorização de fornecimento;

9.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

9.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

9.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

9.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Ente Público do Município de Capão Alto promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

9.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Ente Público Município de Capão Alto deverá:

9.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

9.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de Capão Alto poderá:

9.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

9.10.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.11 Não havendo êxito nas negociações, o Ente Público do Município de Capão Alto deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO**

1012 O(s) serviço(s) / material(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, deverá(ão) ser reexecutados sem atribuição de qualquer ônus ao Órgão Gestor, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
Processo Administrativo n.º 746/2019  
Pregão Presencial n.º PMCA021/2019

página:.....

solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, a Entidade Pública se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

13.1 A Entidade Pública do Município de Capão Alto, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

13.2 A Entidade supra citada do Município de Capão Alto não se obriga a contratar o(s) serviço(s) / material(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO II, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais lotes, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 7.892/2013 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO Fica eleito o foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Empresa Registrada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Capão Alto (SC), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

\_\_\_\_\_  
**TITO PEREIRA FREITAS**  
**Prefeito Municipal de Capão Alto**

\_\_\_\_\_  
**Empresa Registrada**

#### TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_  
Nome;  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome;  
CPF:



**MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA021/2019 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL.**

Publicação N° 2123394

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços, do tipo Menor preço, julgamento Por item, cujo processamento se dará na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demais legislações inerentes e nas condições do edital de numero PMCA021/2019

**Objeto:**

Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Malha Viária Municipal.

**Data da Entrega dos envelopes e abertura:**

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 09:30 horas de 27/08/2019, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09:35 horas do mesmo dia.

**Informações complementares:**

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2002, ou pelo site [www.capaoalto.sc.gov.br](http://www.capaoalto.sc.gov.br).

Município de CAPÃO ALTO – SC 14/08/2019

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal



# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC CONTRATO 0225/2019

Publicação N° 2123929

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato N°.: 0225/2019		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME		
Valor ..... : 18.840,00 (dezoito mil oitocentos e quarenta reais)		
Vigência ..... : Início: 14/08/2019 Término: 14/08/2020		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 0066/2019 Processo_Licitatório.....: 000125 / 2019		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.		
Capinzal, 14 de Agosto de 2019		

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0135/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0016/2019

Publicação N° 2123697

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPINZAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0135/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 0016/2019  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

OBJETO: Contratação da empresa SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PLINIO EDUARDO LTDA, via Inexigibilidade de Licitação, nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, em consonância com o Edital de Credenciamento n° 001/2019, itens 1 e 2 (Veiculação de matérias em jornal de circulação regional e rádio de abrangência regional), conforme documentação anexa, para o exercício de 2019. Com Recursos Próprios.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

PREVISÃO LEGAL: Inciso II, do art. 25, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A empresa apresentou regularmente os documentos, nos termos do Edital de Credenciamento n° 001/2019. Os preços unitários foram fixados no edital de Credenciamento n° 001/2019, e o valor total foi estimado até 31/12/2019.

Capinzal-SC, 15 de Agosto de 2019.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário de Administração e Finanças

**PMC TERMO ADITIVO 002/2019 C33**

Publicação Nº 2123481

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA 002/2019 C33 - Contrato Nº: 0033/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: RIQUETI VITALE CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIREL

Vigência ..... : Início: 14/08/2019 Término: 14/10/2019

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0009/2018 Processo\_Licitatório.....: 0193 / 2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original para 60 dias, findando em 14/10/2019, conforme solicitação, documentos, e parecer Jurídico, anexos ao Processo Licitatório.

Capinzal, 14 de Agosto de 2019

**PORTARIA 0536/2019**

Publicação Nº 2123856

PORTARIA Nº 0536, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

Altera o artigo 1º da portaria nº 0493/2019, passando a vigorar com a seguinte redação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 1º da portaria nº 0493/2019, que contratou a servidora Tracy Mary Betinardi, matrícula nº 407472/06, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Tracy Mary Betinardi, matrícula nº 407472/06, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Unidade Sanitária Central.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 28 de fevereiro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde

**PORTARIA 0572/2018**

Publicação Nº 2123964

PORTARIA Nº 0572, DE 09 DE ABRIL DE 2018

Cessa efeito de portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 0038/2017, que designou o servidor Ivan Luis Surdi, matrícula nº 329428/01, para responder para responder pelo Departamento de Transportes e concedeu FC - 3.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de abril de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde

**PORTARIA 0917/2019**

Publicação Nº 2123974

PORTARIA Nº 0917, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Altera disposto na portaria 0615/2019, passando a vigorar com a seguinte redação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Alterar o disposto na portaria nº 0615/2019, que dispõe sobre a Licença Prêmio da servidora Marli Terezinha Andreoni, matrícula nº 315818/01, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento, à servidora Marli Terezinha Andreoni, matrícula nº 315818/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 01 de setembro de 2005 a 10 de março de 2017, pelo período de 02 de janeiro a 31 de março de 2019.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde

**PORTARIA 0950/2019**

Publicação Nº 2123979

PORTARIA Nº 0950, DE 27 DE JUNHO DE 2019

Readapta servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Readaptar, conforme laudo médico, pelo período de 27 de junho a 17 de julho de 2019, a servidora Elisiani Fatima de Oliveira, matrícula nº 410425/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, no ESF São Cristóvão.

Parágrafo único: A servidora não deve realizar esforço físico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 27 de junho de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde

**PORTARIA 0951/2019**

Publicação Nº 2123985

PORTARIA Nº 0951, DE 28 DE JUNHO DE 2019

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 16243/2019, a contar de 30 de junho de 2019, Rita Fuertes Jannuzzi, matrícula nº 410303/02, ocupante do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de junho de 2019.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária da Saúde

## **PORTARIA 0957/2019**

Publicação N° 2123663

PORTARIA N° 0957, DE 01 DE JULHO DE 2019  
Concede Função de Chefia

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Função de Chefia (FC – 1), à servidora Rosane Scopel, matrícula nº 318060/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência J, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2019.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

CLEBERSON CARLOS CORDEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Infraestrutura

## **RESOLUÇÃO CMAS 03/2019**

Publicação N° 2123703

RESOLUÇÃO N° 03/2019.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho referente ao Cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para a Proteção Social Básica do município de Capinzal, exercício de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal – CMAS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 187/2015, tendo em vista a deliberação do Conselho, em Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2019; e

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 2004, que dispõe sobre objetivos, diretrizes, princípios e usuários para a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, por meio da execução dos serviços e programas no âmbito da Proteção Social;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do SUAS- NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social, aprovada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que em seu art. 23 entende por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei;

CONSIDERANDO a Resolução CIB nº 02 de 16/07/2019 que pactuou os prazos e procedimentos de repasse de recursos estaduais para cofinanciamento da Proteção Social Básica;

CONSIDERANDO a Resolução CEAS nº 08 de 23/07/2019 que aprovou valores, critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina- FEAS/SC, para cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica no exercício de 2019.

CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho trata do aceite ao Cofinanciamento, bem como define a aplicação do recurso e as responsabilidades a serem cumpridas pelo Gestor municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Deliberar pela aprovação do Plano de Trabalho do Cofinanciamento Estadual da Proteção Social Básica, para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, exercício de 2019;

Art. 2º. O recurso advindo do Cofinanciamento Estadual para a Proteção Social Básica será aplicado 100% para custeio, no valor de R\$ 28.819,12 (Vinte e oito mil oitocentos e dezenove reais e doze centavos);

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal /SC, 13 de agosto de 2019.

Miriam Golin Fagundes  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO CMAS 04/2019**

Publicação Nº 2123705

**RESOLUÇÃO Nº 04/2019**

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação 2019 para Cofinanciamento do Governo Federal para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal – CMAS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 187/2015, tendo em vista a deliberação do Conselho, em Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2019; e

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 2004, que dispõe sobre objetivos, diretrizes, princípios e usuários para a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, por meio da execução dos serviços e programas no âmbito da Proteção Social;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do SUAS- NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social, aprovada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que em seu art. 23 entende por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei;

CONSIDERANDO que o Plano de Ação é um instrumento utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS para lançamento de dados e validação anual das informações relativas às transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo, do cofinanciamento federal da Assistência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Deliberar pela aprovação do Plano de Ação para o cofinanciamento do Governo Federal, para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, exercício de 2019;

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 13 de agosto de 2019.

Miriam Golin Fagundes

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**CÂMARA MUNICIPAL****COMISSÃO DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E OUTROS - PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 6/2019**

Publicação Nº 2123353

COMISSÃO DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E OUTROS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N

º 6/2019

(Do Executivo)

Ementa: Reinstitui o Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal (REFISCAP) na forma que especifica.

**RELATÓRIO**

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 22 de julho do corrente ano e lido na sessão plenária do dia seguinte, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

Após parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação Final e de Orçamento, Finanças e Tributação, o projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 12 de agosto, oportunidade em que fora designado o relator.

**VOTO**

O projeto não encontra qualquer óbice de ordem técnica ou material, estando adequado às políticas públicas municipais, motivo pelo qual nada obsta o seu prosseguimento.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Gilmar Junior da Silveira

Relator

**PARECER**

Os Vereadores que compõem a Comissão de Agricultura, Serviços Públicos, Obras e outros, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Lucas Antonio Dorini

Presidente

Gilmar Junior da Silveira

Membro

Valmor de Vargas

Membro

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E OUTROS - PARECER PROJETO DE LEI Nº 14/2019**

Publicação Nº 2123344

COMISSÃO DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E OUTROS

PROJETO DE LEI N

º 14/2019

(Do Executivo)

Ementa: Altera a Lei nº 3.320, de 2 de maio de 2019, na forma que especifica.

**RELATÓRIO**

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 22 de julho do corrente ano e lido na sessão plenária do dia seguinte, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

Após parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação Final e de Orçamento, Finanças e Tributação, o projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 12 de agosto, oportunidade em que fora designado o relator.

**VOTO**

O projeto não encontra qualquer óbice de ordem técnica ou material, estando adequado às políticas públicas municipais, motivo pelo qual nada obsta o seu prosseguimento.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Lucas Antonio Dorini  
Relator

**PARECER**

Os Vereadores que compõem a Comissão de Agricultura, Serviços Públicos, Obras e outros, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Lucas Antonio Dorini  
Presidente

Gilmar Junior da Silveira  
Membro  
Valmor de Vargas  
Membro

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 6/2019**

Publicação Nº 2123357

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL**

O Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2019, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre a reinstituição do Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal - Refiscap.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2019.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR No 6, DE 18 DE JULHO DE 2019.**

Reinstitui o Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal – Refiscap, na forma que especifica.

Art. 1º Fica reinstituído o Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal – Refiscap, destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município de Capinzal cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2018, constituídos, inscritos em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, parcelados administrativa ou judicialmente ou a parcelar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado.

Parágrafo único. A administração do Refiscap será exercida pela Secretaria Municipal da Administração e Finanças, a quem compete o gerenciamento e a implementação dos procedimentos necessários à execução do Programa, notadamente:

- I - expedir atos normativos necessários à execução do Refiscap;
- II - homologar as opções pelo Programa; e
- III - excluir do Refiscap os optantes que descumprirem suas condições.

Art. 2º A extinção de créditos tributários se dará por:

- I - Cancelamento: serão extintos os créditos tributários cujo valor atualizado, por contribuinte, vencido até a data estipulada no art. 1º, seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais);
- II - Prescrição: serão extintos os créditos tributários vencidos há mais de 5 (cinco) anos, contados a partir da publicação da presente lei, e não inscritos em dívida ativa do Município, e os créditos tributários inscritos em dívida ativa há mais de 5 (cinco) anos e ainda não ajuizados;
- III - Pagamento: serão extintos os créditos tributários cujo montante seja pago à vista, com as reduções previstas na presente lei.
- IV - Parcelamento: serão extintos os créditos tributários cujo montante seja parcelado com as reduções previstas na presente lei, na proporção em que os pagamentos forem efetuados.

Art. 3º A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

- I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele; e
- II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 4º O ingresso no Refiscap dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, até a data improrrogável de 20 de dezembro de 2019.

§ 1º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação desta Lei Complementar, podendo notificar os contribuintes em situação de débito.

§ 2º A opção estabelecida no caput deste artigo implica a inclusão da totalidade dos débitos referidos no art. 1º, em nome da pessoa física ou jurídica, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no Programa mediante confissão.

Art. 5º O Refiscap abrangerá todos os débitos lançados e/ou sujeitos à homologação, denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive



os acréscimos legais relativos à multa, juros e atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso e os débitos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 1º Fica autorizado à inclusão no Refiscap o contribuinte inadimplente de parcelamentos efetuados até a data de início da vigência desta Lei Complementar.

§ 2º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses dos arts. 132 e 133 do Código Tributário Nacional (CTN) e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 3º Quando tratar-se de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 4º Este programa não gera crédito para contribuintes que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§ 5º Para os débitos que estejam em fase de execução fiscal, o contribuinte deverá efetuar o pagamento das custas e despesas processuais decorrentes, calculadas pelo Poder Judiciário, ou despesas cartorárias, nos casos de cobranças bancárias, se houverem.

§ 6º Fica o Município de Capinzal autorizado a conceder remissão de 100% dos honorários advocatícios fixados judicialmente aos contribuintes que aderirem ao Refiscap, nos moldes do art. 9º, I, desta Lei Complementar.

Art. 6º O débito consolidado na forma desta Lei Complementar poderá ser parcelado desde que o valor mínimo de cada parcela seja de 2 (duas) Unidades Fiscais de Referência Municipal – UFRM – para pessoa Jurídica e 1 (uma) UFRM para pessoa física.

Art. 7º Nos casos em que o contribuinte possuir débito de mais de um tributo, será emitido parcelamento único, ficando o mesmo sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal – DAM – sobre cada parcela arrecadada.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia e/ou remissão sobre os encargos previstos no art. 6º desta Lei Complementar, observadas as seguintes condições:

I - anistia de 100% (cem por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o Refiscap e optar pelo pagamento à vista;  
II - anistia de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o Refiscap e optar pelo pagamento em até 6 (seis) parcelas, sendo a primeira à vista, no ato do requerimento/deferimento e as demais a cada 30 (trinta) dias dos meses subsequentes;  
III - anistia de 70% (setenta por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o Refiscap e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas, sendo a primeira à vista, no ato do requerimento/deferimento, e as demais a cada 30 (trinta) dias dos meses subsequentes;  
VI - anistia de 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o Refiscap e pagar o débito em até 18 (dezoito) parcelas, sendo a primeira à vista, no ato do requerimento/deferimento, e as demais a cada 30 (trinta) dias dos meses subsequentes.  
§ 1º Os contribuintes que tenham se utilizado de Programas de Recuperação Fiscal de Capinzal – Refiscap – anteriores e não cumpriram integralmente o acordado poderão participar do programa instituído por esta Lei, fazendo jus à anistia de 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas, desde que efetue o pagamento mínimo à vista de 50% (cinquenta por cento) do valor da dívida, e o saldo parcelado em até 18 (dezoito) parcelas mensais.

§ 2º As parcelas serão atualizadas e convertidas em Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM.

Art. 9º A opção pelo Refiscap sujeita o contribuinte à:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º desta Lei Complementar;  
II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar; e  
III - manutenção integral dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.  
Parágrafo único. A confissão estabelecida no inciso I deste artigo implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

Art. 10. O contribuinte que deixar de pagar 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, será excluído de ofício do Refiscap, e serão restabelecidas as condições originais dos débitos anteriormente à adesão, dos quais serão descontados os valores pagos durante sua permanência no Programa.

Art. 11. Os prazos de vencimento para recolhimento das parcelas objeto do Refiscap somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária credenciada, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 12. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordo judicial concedendo a presente anistia no âmbito do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal, promovido pelo Poder Judiciário, em Processos Judiciais de Execução Fiscal, destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município, relativos a impostos, taxas e contribuições de melhoria, ajuizados até a data de 20 de dezembro de 2019, nos termos definidos nesta Lei Complementar.

Art. 13. Fica facultado ao Município de Capinzal desistir de processos de execução fiscal, sem a renúncia do crédito, e a requerer a respectiva extinção nas ações para cobrança de créditos tributários de valor inferior a 2 (duas) UFRMs, quando não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora e desde que a responsabilização dos sucessores ou de terceiros seja juridicamente inviável ou tenha se revelado ineficaz, por não terem sido, igualmente, encontrados bens ou rendas penhoráveis.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no que couber.

Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar serão consignadas no orçamento vigente.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 13 de agosto de 2019.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Bruno Michel Fávero-SD

Presidente

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB

Membro/Relator Vereador Kelvis Borges-PP

Membro



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 14/2019**

Publicação Nº 2123346

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei nº 14, de 2019, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre alteração da Lei nº 3.320, de 2019.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 14, de 2019.

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Altera a Lei nº 3.320, de 2 de maio de 2019, na forma que especifica.

Art. 1º A carga horária a que se refere o art. 23 da Lei nº 3.320, de 2 de maio de 2019, terá sua vigência a partir de 10 de janeiro de 2020, quando da posse dos Conselheiros Tutelares eleitos em outubro de 2019.

Art. 2º Fica alterado o subsídio estabelecido no Anexo Único da presente Lei, o qual passa a vigorar a partir de 10 de janeiro de 2020, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 13 de agosto de 2019.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final  
Os membros desta Comissão acompanham o voto do Relator

Vereador Bruno Michel Fávero-SD  
Presidente/Relator

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB  
Membro Vereador Kelvis Borges-PP  
Membro

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4/2019 COM EMENDA MODIFICATIVA Nº 1/2019**

Publicação Nº 2123387

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº  
º 4/2019  
(Do Poder Executivo)

Ementa: Altera dispositivos da Lei Complementar nº 211, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Capinzal.

**RELATÓRIO**

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 1º de julho do corrente ano e lido no expediente da sessão plenária do dia 9 do mesmo mês, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

O projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 30 de julho, vindo a ser designado relator na reunião extraordinária do dia 8 de agosto.

**VOTO**

A viabilidade jurídica do projeto está evidenciada em orientação técnico-jurídica, uma vez que o projeto respeita as normas atinentes à competência e iniciativa, bem como não apresenta qualquer vício de ordem material ou formal.

Todavia, foi protocolada nesta Casa sugestão do Conselho da Cidade, constante de ata de reunião e também discutida em audiência pública promovida pelo Poder Executivo, no sentido de incluir alterações no Anexo VII da Lei Complementar nº 211. Tal alteração não possui vícios formais ou materiais e atende a reivindicações apresentadas em audiência pública.

Ante o exposto, este relator vota pela apresentação de emenda modificativa ao projeto, nos termos da fundamentação acima, bem como pela aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Bruno Michel Favero

Relator

## PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator, com apresentação da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2019.

Bruno Michel Favero

Presidente

Carlos Adriano Zocoli

Membro

Kelvis Borges

Membro

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

## PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 1/2019

AO

PROJETO DE LEI N

º 4/2019

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, na forma do art. 121, §§ 5º e 6º do Regimento Interno, vem propor esta Emenda Modificativa, a qual altera a redação do texto do art. 28 do Projeto em epígrafe, bem como torna parte do Projeto a nova redação do Anexo VII, conforme segue:

Art. 28. Ficam alterados os Anexos V, VI e VII constantes no art. 125 da Lei Complementar nº 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com nova redação conforme anexos.

## ANEXO VII

## TABELA II

## DAS GARAGENS E ESTACIONAMENTOS

PADRÕES PARA GARAGENS RESIDENCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
1*	Unifamiliar	1 vaga p/ unidade
2*	Multifamiliar até 120m² de área constr. p/ apto.	1 vaga p/ unidade habitacional, considerando para efeito de cálculo da vaga de garagem, apenas a área privativa principal do apartamento
-	Multifamiliar acima de 120m² de área constr. p/ apto.	2 vagas p/ unidade habitacional, podendo ser encravada quando for da mesma unidade habitacional

PADRÕES P/ GARAGENS COMERCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Comércio Varejista até de 150m²	1 vaga p/ 150m² ou fração de área adicionada
-	Centro Comercial, Loja de Departamento.	Até 750m², 1 vaga a cada 150m²; acima de 750m², 1 vaga a cada 50m²
-	Supermercados acima de 150m²	Até 750m², 1 vaga a cada 150m²; acima de 750m², 1 vaga a cada 50m². 1 vaga p/ caminhões p/ área constr. acima de 750m²
-	Comércio de Materiais de Construção	1 vaga p/ 150m² de área construção, vaga para carga e descarga acima de 750m²
-	Depósitos acima de 250m²	1 vaga p/ 250m² de área construção; 1 vaga p/ caminhões 250m²
-	Comércio Atacadista acima de 750m²	1 vaga p/ 250m² ou fração de área adicionada; 1 vaga p/ caminho/750m² área construção; vaga para carga e descarga acima de 750m²

1\* Para unidades habitacionais unifamiliares populares/ZEIS não será exigido vaga de estacionamento.

2\* Para os conjuntos habitacionais populares multifamiliares será reduzido em 50%.

PADRÕES PARA GARAGENS SERVIÇOS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Consultórios e Escritórios em geral	1 vaga p/ 150m² de área construção
-	Oficinas de reparos e Serviços de manutenção em veículos	1 vaga p/ 150m² de área construção
-	Oficina de Reparos em geral	1 vaga p/ 150m² de área construção

-	Laboratórios, Casas de Repouso, Ambulatórios, Clínica, Policlínica, Hospital, Maternidade e Similares	1 vaga p/ 150m <sup>2</sup> de área construção
-	Hotéis e demais meios de hospedagem	Com até 16 unidades de alojamento, 1 vaga para cada 4 unidades; Com mais de 16 unidades, 1 vaga para cada 4 unidades para as primeiras 16 unidades, após, 1 vaga para cada 3 unidades, não sendo necessário acesso e circulação exclusivos; 1 vaga p/ ônibus/ 40 unid. alojamento.
-	Transportadoras com coleta e distribuição de mercadorias	1 vaga p/ caminhão 250m <sup>2</sup> de área construção
-	Motéis	1 vaga p/ cada unid. Alojamento
-	Quadras para Esporte, Estádios, Ginásios Cobertos e Similares	1 vaga p/ cada 10m <sup>2</sup> de arquibancada
-	Bancos e demais serviços de crédito	1 vaga p/ 150m <sup>2</sup> de área construção
*	Ensino de 3º Grau, 2º Grau, Particular e Cursinhos	1 vaga p/ 150m <sup>2</sup> de área construção
-	Cemitérios	1 vaga p/ 500m <sup>2</sup> de terreno com o mínimo de 10 vagas
**	Templos Religiosos e Casas de Eventos/Shows	Até 750m <sup>2</sup> , 1 vaga a cada 150m <sup>2</sup> ; Acima de 750m <sup>2</sup> , 1 vaga a cada 50m <sup>2</sup> .

\* Para os estabelecimentos públicos será reduzido em 30%.

PADRÕES PARA GARAGENS INDÚSTRIAS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Atividades industriais acima de 250m <sup>2</sup>	1 vaga p/ 250m <sup>2</sup> de área construção; 1 vaga p/ caminhão/750m <sup>2</sup> de área construção

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Bruno Michel Favero  
Presidente

Carlos Adriano Zocoli  
Membro  
Kelvis Borges  
Membro

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 6/2019

Publicação Nº 2123348

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N  
º 6/2019  
(Do Executivo)

Ementa: Reinstituí o Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal (REFISCAP) na forma que especifica.

#### RELATÓRIO

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 22 de julho do corrente ano e lido na sessão plenária do dia seguinte, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.  
O Projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 6 de agosto, oportunidade em que fora designado o relator.

#### VOTO

A viabilidade jurídica do projeto está evidenciada em orientação técnico-jurídica, uma vez que o projeto respeita as normas atinentes à competência e iniciativa, bem como não apresenta qualquer vício de ordem material ou formal.  
Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Carlos Adriano Zocoli  
Relator

#### PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2019.  
Bruno Michel Favero  
Presidente

Carlos Adriano Zocoli  
Membro  
Kelvis Borges  
Membro

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER PROJETO DE LEI Nº 14/2019**

Publicação Nº 2123330

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

PROJETO DE LEI N  
º 14/2019  
(Do Executivo)

Ementa: Altera a Lei nº 3.320, de 2 de maio de 2019, na forma que especifica.

**RELATÓRIO**

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 22 de julho do corrente ano e lido na sessão plenária do dia seguinte, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

O Projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 6 de agosto, oportunidade em que fora designado o relator.

**VOTO**

A viabilidade jurídica do projeto está evidenciada em orientação técnico-jurídica, uma vez que o projeto respeita as normas atinentes à competência e iniciativa, bem como não apresenta qualquer vício de ordem material ou formal.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Bruno Michel Favero  
Relator

**PARECER**

Os Vereadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2019.  
Bruno Michel Favero  
Presidente

Carlos Adriano Zocoli  
Membro  
Kelvis Borges  
Membro

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 12/2019**

Publicação Nº 2123395

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

VETO AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N  
º 12/2019

**RELATÓRIO**

Trata-se de veto total aposto ao Projeto de Lei Legislativo nº 12, de 8 de abril de 2019.

Recebido pela Câmara Municipal e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 30 de julho, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, para análise e parecer.

É o breve relatório.

**VOTO**

Inicialmente, cumpre registrar que o veto foi apostado tempestivamente, não havendo que se falar em sanção tácita.

As razões do veto são de cunho político e não jurídico, motivo pelo qual não há medida distinta a ser tomada, que não o encaminhamento do veto para deliberação em Plenário.

Bruno Michel Favero  
Relator

**PARECER**

Os Vereadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, por unanimidade de votos, decidiram pelo encaminhamento do veto para deliberação em Plenário, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2019.  
Bruno Michel Favero  
Presidente

Carlos Adriano Zocoli  
Membro  
Kelvis Borges  
Membro

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 6/2019**

Publicação Nº 2123350

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N  
º 6/2019  
(Do Executivo)

Ementa: Reinstitui o Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal (REFISCAP) na forma que especifica.

**RELATÓRIO**

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 22 de julho do corrente ano e lido na sessão plenária do dia seguinte, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 12 de agosto, oportunidade em que fora designado o relator.

**VOTO**

O projeto em análise respeita às normas e diretrizes orçamentárias vigentes, não havendo, portanto, qualquer óbice à sua aprovação.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Alcidir Afonso Coronetti  
Relator

**PARECER**

Os Vereadores que compõem a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Rafael Edgar Tonial  
Presidente

Alcidir Afonso Coronetti  
Membro  
Valmor de Vargas  
Membro

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - PARECER PROJETO DE LEI Nº 14/2019**

Publicação Nº 2123334

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI N  
º 14/2019  
(Do Executivo)

Ementa: Altera a Lei nº 3.320, de 2 de maio de 2019, na forma que especifica.

**RELATÓRIO**

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 22 de julho do corrente ano e lido na sessão plenária do dia seguinte, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 12 de agosto, oportunidade em que fora designado o relator.

**VOTO**

O projeto em análise respeita às normas e diretrizes orçamentárias vigentes, não havendo, portanto, qualquer óbice à sua aprovação.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Rafael Edgar Tonial  
Relator

**PARECER**

Os Vereadores que compõem a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.  
Rafael Edgar Tonial  
Presidente

Alcidir Afonso Coronetti  
Membro  
Valmor de Vargas  
Membro

## PROJETO DE LEI Nº 15/2019

Publicação Nº 2123399

PROJETO DE LEI N o 015 DE 9 DE AGOSNTO DE 2019

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais).

Art. 1o Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0302.06.181.0190.2021	MANUT CONV TRANSI-TO COM SESP	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-037	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	80.000,00
1701.04.122.0055.2091	MANUT. DA SECRET DE DES ECONÔM	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-228	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	60.000,00
33900000-229	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	60.500,00
	Total			R\$	200.500,00

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1o desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais), na forma do quadro a seguir.

0301.04.122.0015.2010	MODERNIZAÇÃO DA ADM TRIB G. S. S.	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-019	Aplicações Diretas	1083	00	R\$	40.000,00
44900000-021	Aplicações Diretas	1083	00	R\$	40.000,00
1701.23.695.0055.1046	CONST DE PORTAIS TURIST. COM G. I.	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-240	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	120.500,00
	Total			R\$	200.500,00

Art. 3 o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 9 de agosto de 2019  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

## Catanduvás

## PREFEITURA

## BALANCETE FINANCEIRO CONSOLIDADO JULHO-2019

Publicação Nº 2123698

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.646.193,35</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.120.449,62</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	424.639,49	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.120.449,62</b>
Contribuições	72.495,49	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.081.084,53
Receita Patrimonial	40.737,98	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.236,93
Receita de Serviços	18.369,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	901.040,10
Transferências Correntes	3.129.392,34	INVESTIMENTOS	111.168,60
Outras Receitas Correntes	1.796,93	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	23.919,46
Amortização de Empréstimos	5.370,24		
Transferências de Capital	300.000,00		
Outras Receitas de Capital	40.074,00		
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE M	-54,44		
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA COR	-386.604,09		
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-1,34		
Ded Amortização de Empréstimos	-23,24		
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>976.782,08</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>976.782,08</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	976.782,08	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	976.782,08
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>7.412.985,43</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>7.979.351,71</b>
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	15.846,88	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	17.626,67
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	319.910,43	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	370.723,44
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	3.396.558,15	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	3.901.356,00
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	44.837,56	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	53.759,56
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	3.635.832,41	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	3.623.376,11
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	12.509,93
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>11.540.163,96</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>11.499.541,41</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.456.738,57	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	267.672,40
BANCO C/ MOVIMENTO	466.742,32	BANCO C/ MOVIMENTO	8.672.699,24
BANCOS C/ VINCULADAS	1.616.683,07	BANCOS C/ VINCULADAS	2.559.169,77
<b>TOTAL</b>	<b>23.576.124,82</b>	<b>TOTAL</b>	<b>23.576.124,82</b>

Catanduvás, 12/08/2019

ITAMAR LONGHINI

Contador CRC/SC 021.753/O-1

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

12/08/2019 10:23:55



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### Lei nº 1.437/2019

Publicação Nº 2123378

Lei nº 1.437, de 14 de agosto de 2019.

“Autoriza cessão de uso de bens móveis – equipamentos agrícolas (ensiladeira, distribuidor de adubo líquido, roçadeira acoplada, distribuidor de ureia, kit área total e carretão basculante) a grupo de agricultores que especifica, e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, pelo prazo de 5 (cinco) anos, renovável por igual período, os bens móveis (equipamentos agrícolas) abaixo descritos, respectivamente aos grupos de agricultores definidos nesta lei.

I- Ensiladeira e distribuidora de adubo líquido – Grupo:

II- Roçadeira Acoplada:

III- Distribuidor de ureia:

IV- Distribuidor de ureia:

V- Ensiladeira:

VI- Kit área total:

VII- Carretão Basculante:

Art. 2.º O instrumento de Cessão de Uso a ser lavrado com o grupo de agricultores deverá prever expressamente a responsabilidade solidária de seus membros, tanto em relação ao pagamento das despesas de manutenção do referido equipamento, quanto, por eventuais acidentes e ou prejuízos causados a terceiros em decorrência de seu uso.

Art. 3.º O uso do equipamento de que trata a presente lei, será regulamentado por convenção dos integrantes do grupo beneficiário, aprovada/homologada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições e contrário.

Caxambu do Sul/SC, 14 de agosto de 2019.

Glauber Burtet

Prefeito Municipal

### Lei nº 1.438/2019

Publicação Nº 2123386

Lei nº 1.438, de 14 de agosto de 2019.

"AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DA XII FESTA ESTADUAL DA MELANCIA DO MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL E DA OUTRAS PREVIDENCIAS."

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com a realização da "XII Festa Estadual da Melancia do Município de Caxambu do Sul", no período de 13 a 15 de dezembro de 2019, até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação da presente lei, serão utilizados recursos do orçamento vigente, no Projeto Atividade: 2.014 - Realização de Eventos e Promoção de Valores Locais – Modalidade de Despesa 3.3.90.0000.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, em 14 de agosto de 2019.

GLAUBER BURTET

Prefeito



# Cerro Negro

## PREFEITURA

### AVISO ADENDO PP 028-2019

Publicação Nº 2123982

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO – SC  
ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

O Município de Cerro Negro, SC, através do Prefeito Municipal em Exercício, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é Registro de preços para possível aquisição de pneus novos para veículo(s), máquina(s) e equipamento(s) agrícola(s) e rodoviário(s) para manutenção das atividades da Prefeitura Municipal (PM) e dos Fundos Municipais (FM) deste município, sofreu alteração na descrição nos itens 13, 15, 20, 26, 32, 38 e 40. Em virtude disto, o prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação fica alterado para o dia 28 de agosto de 2019, às 09h45, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 10h.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras do Município de Cerro Negro, situado à Rua Orides Delfes Furtado, 739, Centro, Cerro Negro, SC, em horário comercial, ou pelo telefone (49) 3258-0000. Cerro Negro, SC, 14 de agosto de 2019.

ADELAR JOSÉ DE MORAES  
Prefeito Municipal em Exercício

### TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019 - EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Publicação Nº 2124197

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para execução de obra de Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD.

#### EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento das propostas da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante NATIELI OLIVEIRA ANTUNES EIRELI sagrou-se vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 283.815,84 (duzentos e oitenta e três mil oitocentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos) e a licitante CONSTRUÇÕES CONSTRUCASA LINS LTDA ME ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 324.194,63 (trezentos e vinte e quatro mil cento e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos). Já licitante SERVIÇOS DUARTE & FERREIRA LTDA apresentou a proposta em desacordo com o subitem 6.1 do Edital, sendo julgada desclassificada. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Cerro Negro, SC, 14 de agosto de 2019.

RODRIGO DE BORBA MACHADO  
Presidente da CPL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019

Publicação Nº 2123233

estado de santa catarina  
município de chapadão do lageado

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019

MARLI GORETTI KAMMERS, Prefeita Municipal de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Complementar Municipal nº 040/2009 e Decreto nº 075/2009 e,

CONSIDERANDO que no processo Seletivo Edital nº 001/2018, para formação de cadastro de reserva visando a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO e de excepcional interesse público para o exercício de letivo de 2019, não houveram inscritos para a função de Psicopedagogo;

CONSIDERANDO que as ações e serviços públicos na área da Educação, são essenciais para a vida e aprendizado de nossas crianças;

CONSIDERANDO que a realização de novo processo seletivo, demanda tempo para elaboração de todos os procedimentos administrativos pertinentes, bem como, custos ao erário;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público, em caráter emergencial, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme art.2º, XI, da Lei Complementar nº 040/2009;

CONSIDERANDO que não há processo seletivo ou concurso público vigente para o cargo;

Torna público os procedimentos para a chamada pública destinada ao provimento de vaga temporária para a função constante do item 1.2 deste edital.

#### 1. DA DATA, DA VAGA E DO VALOR

1.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 20 de agosto de 2019 (terça-feira), às 9:00h, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

#### 1.2 Da vaga e do valor:

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

(01)Psicopedagogo(a)

Carga Horária: 20 horas (período matutino e vespertino)

Remuneração: R\$ 1.302,50 + R\$ 100,00 (vale alimentação)

Período de Contratação: 01.09.2019 à 20.12.2019.

#### 2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) RG e CPF;
- b) Diploma ou Certificado do curso de Especialização em Psicopedagogia ;
- c) Documentos necessários para o desempate, se for o caso.

#### 3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos habilitados, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior idade;
- b) Maior tempo de serviço na área de atuação, mediante apresentação do respectivo comprovante.

3.2 A análise da classificação será realizada pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, conjuntamente com a Assessoria Jurídica do Município.

Maiores esclarecimentos serão fornecidos pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Chapadão do Lageado, 14 de agosto de 2019.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2019**

Publicação Nº 2123211

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2019

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Adilson Chiquio;

Vigência: 15/08/2019 a 31/12/2019.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) mensais;

Objeto: Locação de 01 (um) imóvel com área de 30.000 m<sup>2</sup> (treze mil metros quadrados), para exploração e depósito de material de revestimento primário, situado na Estrada Geral, Alto Rio Saltinho, Município de Chapadão do Lageado – SC (NIRF 1.647.692-1 Matrícula sob nº 5.726 – Cartório de Registro de Imóveis de Ituporanga/SC).

Chapadão do Lageado/SC, 15 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2019**

Publicação Nº 2123272

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2019  
INEXIGIBILIDADE Nº 06/2019

O Município de Chapadão do Lageado, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO, no período de 15 de agosto de 2019 à 31 de dezembro de 2019, a título precário e sem vínculo empregatício, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. Objetos: Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro, Servente de Pedreiro e Eletricista, para manutenção predial, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas (pontes, pontilhões, muros, bem como todo e qualquer trabalho relacionado às profissões), localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência – Anexo I. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 15 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**P O R T A R I A N º 246 / 2019**

Publicação Nº 2123589

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIAN º246 /2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, do art. 50 e inciso II do art. 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 2º da Portaria nº 242/2019, de 09.08.2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 12.08.2019 à 10.09.2019, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

## **PORTARIA Nº 247/2019**

Publicação Nº 2123576

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 247/2019

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo de Operário - 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor Público, ACIR MELLO, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operário - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 15.08.2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal.

## **PORTARIA Nº 250/2019**

Publicação Nº 2123292

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 250/2019

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico, de 15 (quinze) dias, datado de 13.08.2019.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença para tratamento de saúde, em favor do servidor público Jean Carlos Aires, ocupante do cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico, de 13.08.2019 à 27.08.2019, remunerados pelo município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 37.437, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2123983

DECRETO Nº. 37.437, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 35.541, de 06 de junho de 2018, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Os subitens 1.1 e 1.2 do item 1 da alínea "a" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 35.541, de 06 de junho de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

I - ....

a) ....

1. ....

1.1 - Titular - Daiane Cavalli.

1.2 - Suplente - Daiane Grasiela Nadaletti Nardon."

Art. 2º. Os subitens 3.1 e 3.2 do item 3 da alínea "a" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 35.541, de 06 de junho de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

I - ....

a) ....

[...]

3. ....

3.1 - Titular - Emanuelle Borsoi;

3.2 - Suplente - Liceia Tozzo Tenedini."

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 37.438, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2124015

DECRETO Nº. 37.438, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação nº 058/2019;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 24 de julho de 2019, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: ELAINE RODRIGUES DA SILVA

CARGO: TECNICO EM MUSEU

GRUPO: IV – TECNICO PROFISSIONAL -TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 04.9.12- TECNICO EM MUSEU

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 009– CULTURA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.439, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124018

**DECRETO Nº. 37.439, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;

**DECRETA :**

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 24 de julho de 2019, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: MARIA CATARINA TESTON

CARGO: COORDENADOR DE EVENTOS E PROJETOS

GRUPO: V – TECNICO CIENTIFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.9.17- COORDENADOR DE EVENTOS E PROJETOS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 009– CULTURA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.440, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124019

**DECRETO Nº. 37.440, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;

**DECRETA :**

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 24 de julho de 2019, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: FERNANDA SALVI

CARGO: PRODUTOR PROGRAMADOR

GRUPO: V – TECNICO CIENTIFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.9.14- PRODUTOR PROGRAMADOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 009– CULTURA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.441, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124021

DECRETO Nº. 37.441, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 24 de julho de 2019, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: CRISTIANE CECCHIN

CARGO: TECNICO EM MUSEU

GRUPO: IV – TECNICO PROFISSIONAL - TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 04.9.12- TECNICO EM MUSEU

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 009– CULTURA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.442, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124023

DECRETO Nº. 37.442, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 24 de julho de 2019, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: MARIANA HAMMERSCHMITT ECCO

CARGO: ENGENHEIRO SANITARISTA

GRUPO: V – TECNICO CIENTIFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.6.12- ENGENHEIRO SANITARISTA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 006– PLANEJAMENTO URBANO E ENGENHARIA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.443, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124026

DECRETO Nº. 37.443, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;



**DECRETA :**

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 24 de julho de 2019, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: GREICE BERGAMO

CARGO: TECNICO EM ALIMENTOS

GRUPO: IV – TECNICO PROFISSIONAL - TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 04.2.13- TECNICO EM ALIMENTOS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002– SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.444, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124028

DECRETO Nº. 37.444, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;

**DECRETA :**

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 24 de julho de 2019, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: JARDEL HEITOR SANTINI

CARGO: ASSISTENTE DE PRODUÇÃO - PROGRAMAÇÃO

GRUPO: IV – TECNICO PROFISSIONAL - TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 04.9.13- ASSISTENTE DE PRODUÇÃO - PROGRAMAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 009– CULTURA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.445, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124030

DECRETO Nº. 37.445, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;

**DECRETA :**

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 24 de julho de 2019, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: AUGUSTO ZEISER

CARGO: TECNICO EM CINEMA (AUDIOVISUAL)

GRUPO: V – TECNICO CIENTIFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.9.15- TECNICO EM CINEMA (AUDIOVISUAL)

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 009– CULTURA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de



convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.  
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.446, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124034

DECRETO Nº. 37.446, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 24 de julho de 2019, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: DANIEL DALLA ZEN

CARGO: TECNICO EM MUSEU

GRUPO: IV – TECNICO PROFISSIONAL - TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 04.9.12- TECNICO EM MUSEU

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 009– CULTURA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.447, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124039

DECRETO Nº. 37.447, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 24 de julho de 2019, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: RONI REDISS BRANDT

CARGO: TECNICO EM EDIFICAÇÕES

GRUPO: IV – TECNICO PROFISSIONAL - TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 04.6.13- TECNICO EM EDIFICAÇÕES

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 006– PLANEJAMENTO URBANO E ENGENHARIA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.448, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124041

DECRETO Nº. 37.448, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 24 de julho de 2019, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: DANIEL FUMAGALLI SCHAF

CARGO: OPERADOR DE MAQUINAS - CARREGADEIRA

GRUPO: II – SERVIÇOS OPERACIONAIS - SOP

CÓDIGO FUNCIONAL: 02.1.13- OPERADOR DE MAQUINAS - CARREGADEIRA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001– GERAL

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.449, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124043

DECRETO Nº. 37.449, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 058/2019;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 24 de julho de 2019, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: ANDERSON LUIZ ROHDEN

CARGO: OPERADOR DE MAQUINAS - CARREGADEIRA

GRUPO: II – SERVIÇOS OPERACIONAIS - SOP

CÓDIGO FUNCIONAL: 02.1.13- OPERADOR DE MAQUINAS - CARREGADEIRA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001– GERAL

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.450, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124046

DECRETO Nº. 37.450, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidora pública municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,  
CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação

do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo."

CONSIDERANDO que o Edital nº. 049/2019, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 24 de junho de 2019.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 37. 322, de 24 de junho de 2019, que nomeou MARINEIVA MORO CAMPOS DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Monitor Social Pedagogo, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.451, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124064

DECRETO Nº. 37.451, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidor público municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo."

CONSIDERANDO que o Edital nº. 049/2019, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 24 de junho de 2019.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 37. 326, de 24 de junho de 2019, que nomeou ADRIANO SANTOS MICHELON, para ocupar o cargo de Monitor Social de Artes, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.452, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124075

DECRETO Nº. 37.452, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidor público municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo."

CONSIDERANDO que o Edital nº.048/2019, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 24 de junho de 2019.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 37. 327, de 24 de junho de 2019, que nomeou VITOR ARGENTA, para ocupar o cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.453, DE 30 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124079

DECRETO Nº. 37.453, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidor público municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo."

CONSIDERANDO que o Edital nº.048/2019, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 24 de junho de 2019.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 37. 328, de 24 de junho de 2019, que nomeou SEDINEI LOPES COPATTI, para ocupar o cargo de Monitor Social Desportivo, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de julho de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.454, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124089

DECRETO Nº. 37.454, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 37.392, de 17 de julho de 2019, que constitui e nomeia Comissão Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O inciso III do artigo 2º do Decreto nº. 37.392, de 17 de julho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. ....:

[...]

III - LAUREN SAGAVE - Médico Veterinário - Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - membro;"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.455, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124091

DECRETO Nº. 37.455, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2019, a servidora pública municipal FABIANE MARIA HACKMANN, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Equipe.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.456, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124093

DECRETO Nº. 37.456, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir de 10 de julho de 2019, o servidor público municipal ALEXANDRE ALMEIDA DE MEDEIROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.457, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124097

DECRETO Nº. 37.457, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre nomeação de servidora pública municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 05 de agosto de 2019, a servidora pública municipal EDUARDA ANTUNES LINS DE LIMA, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Equipe.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.458, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124102

DECRETO Nº. 37.458, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre prorrogação de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, a pedido, no período de 31 de julho de 2019 a 30 de julho de 2020, o Decreto nº. 33.909, de 27 de março de 2017, que concedeu Licença Especial, à servidora pública municipal GLICERIA SULZBACH MAI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor com Magistério.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.459, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124103

DECRETO Nº. 37.459, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 19 de agosto de 2019, a servidora pública municipal CRISTIANE CECCHIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Administração.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.460, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124107

DECRETO Nº. 37.460, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2016 e no Edital de Convocação n.º 060/2019;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 31 de julho de 2019, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: ANGELICA BARILI

CARGO: MONITOR SOCIAL DESPORTIVO

GRUPO: V – TÉCNICO CIENTIFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.1.12- MONITOR SOCIAL DESPORTIVO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001- GERAL

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.461, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124110

DECRETO Nº. 37.461, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 059/2019;



**DECRETA :**

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 31 de julho de 2019, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: LUCIANA MARIA LUVISETTO

CARGO: MONITOR SOCIAL DE ARTES

GRUPO: V – TÉCNICO CIENTIFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.1.13- MONITOR SOCIAL DE ARTES

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001– GERAL

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.462, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124112

DECRETO Nº. 37.462, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 059/2019;

**DECRETA :**

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 31 de julho de 2019, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: BRUNA OTTILIA HARRES

CARGO: MONITOR SOCIAL PEDAGOGO

GRUPO: V – TÉCNICO CIENTIFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.1.11- MONITOR SOCIAL PEDAGOGO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001– GERAL

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.463, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124118

DECRETO Nº. 37.463, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2016 e no Edital de Convocação n.º 060/2019;

**DECRETA :**

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 31 de julho de 2019, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: EDSON NYMANN DOS SANTOS

CARGO: TECNICO EM SEGURANÇA TRABALHO

GRUPO: IV – TÉCNICO PROFISSIONAL - TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 04.5.14- TECNICO EM SEGURANÇA TRABALHO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005– ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.464, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124121

DECRETO Nº. 37.464, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Altera Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O caput do artigo 1º do Decreto nº. 35.772, de 24 de julho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica concedido, a partir de 12 de junho de 2018, Pensão por Morte pelo falecimento do servidor público municipal ativa Senhora MARA LALANA, Certidão de Óbito matrícula 104257 01 55 2018 4 00091 204 0035708 40, ocupante do cargo de Assistente Social, efetiva, matrícula 44414, lotada junto a Secretaria de Assistência Social, CPF nº 023.586.009-38, RG nº 3.606.929, em cota vitalícia de 33,34% da totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo que se deu o falecimento, a seu companheiro Sr. ANDRE FERNANDO GENEVRO, nascido em 04/04/1979, CPF 022.892.879-62 e RG 3.127.408, cota temporária de 33,33% da totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo que se deu o falecimento ao filho DAVI LALANA GENEVRO, nascido em 08/01/2010, CPF 132.455.819-98, RG 7.948.293 e cota temporária de 33,33% da totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo que se deu o falecimento a filha LAVÍNIA LALANA GENEVRO, nascida em 31/07/2014, CPF 132.455.659-50, RG 7.948.305."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.465, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124124

DECRETO Nº. 37.465, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Altera Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O preâmbulo do Decreto nº. 37.125, de 06 de maio de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, bem como o disposto no art. 40, §4º, inciso I da Constituição Federal, Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013 (Regime Geral da Previdência Social) e Instrução Normativa nº 02, de 13 de fevereiro de 2014 da Secretaria de Políticas de Previdência Social, Processo nº @CON 17/00633489."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 37.466, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124127

DECRETO Nº. 37.466, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Altera Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE nos Autos nº. @APE 18/00674780.



**DECRETA :**

Art. 1º. O caput do artigo 1º do Decreto nº. 35.235, de 26 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal SONIA BEATRIZ KERPPERS CARON, ocupante do cargo de Professor com Magistério, matrícula 816, efetiva, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 526.425.699-34, RG nº 1.832.718, a partir de 1º de Março de 2018, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargos."

Art. 2º. O caput do art 2º do Decreto nº. 35.235, de 26 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Professor com Magistério, em face da aposentadoria de sua titular SONIA BEATRIZ KERPPERS CARON."

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.467, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124128

DECRETO Nº. 37.467, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Altera Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

**DECRETA :**

Art. 1º. O preâmbulo do Decreto nº. 37.112, de 02 de maio de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece o art. 40, §7º, I e §8º da Constituição Federal e art. 10, inciso I, art. 22 e art. 23, §1º, II, "c" da Lei Complementar nº 131/01."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.468, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124131

DECRETO Nº. 37.468, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Altera Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

**DECRETA :**

Art. 1º. O preâmbulo do Decreto nº. 37.132, de 06 de maio de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece o art. 40, §7º, II e §8º da Constituição Federal e art. 10, inciso I, art. 22 e art. 23, §1º, I, "a" II, "a" da Lei Complementar nº 131/01."

Art. 2º. O caput do artigo 1º do Decreto nº. 37.132, de 06 de maio de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica concedido, a partir de 19 de março de 2019, Pensão por Morte pelo falecimento do servidor público municipal ativo Senhor SERGIO LUIS DOS SANTOS BERBEN, Certidão de Óbito matrícula 104257 01 55 2019 4 00094 115 0036519 63 ocupante do cargo de Fiscal de Tributação II, efetivo, matrícula 63671, lotada junto a Secretaria da Fazenda, CPF nº 019.148.099-12, RG nº 2783205, em cota vitalícia de 33,33% da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo que se deu o falecimento, a sua esposa Sra. AMABILE BARBAROTTI BERBEN, nascida em 19/12/1981, CPF 037.087.079-40 e RG 390281 e em cota temporária de 33,33% da totalidade dos proventos no cargo efetivo a seu filho PEDRO BARBAROTTI BERBEN, nascido em 04/12/2004, CPF 131.592.989-90, RG 6.637.537, conforme Certidão de Nascimento número 48072 e em cota temporária de 33,33% ao filho IGOR BARBAROTTI BERBEN, nascido em 27/12/2009, CPF 127.511.969-77, RG 8.283.106, conforme Certidão de Nascimento número 106583 01 55 2010 1 00100 198 0035415-76."

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.469, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124133

DECRETO Nº. 37.469, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Orçamentário pelo Superávit Financeiro, no Orçamento programa de 2019.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 7.206/18 de 10 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para as seguintes dotações orçamentárias:

8000 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SEDEMA			
	8008 - Secretaria de Des. Rural e Meio Amb. - SEDEMA		65.000,00
	Despesa 383 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		3801 - 80 Sup. Finan. Exer. Ant. - Outras Especificações	20.000,00
	Despesa 399 - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Priv sem Fins Lucrat		
		3801 - 80 Sup. Finan. Exer. Ant. - Outras Especificações	45.000,00
31000 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS			
	31031 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS		5.150.000,00
	Despesa 402 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		3030 - Sup. Fin. Exer. Ant. - Contrib. p/ Reg. Próprio de Previdência - 0.3.03	150.000,00
	Despesa 387 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		3030 - Sup. Fin. Exer. Ant. - Contrib. p/ Reg. Próprio de Previdência - 0.3.03	5.000.000,00

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro produzido nas fontes de recursos acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 08 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.470, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124136

DECRETO Nº. 37.470, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2019.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 7.206/18 de 10 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

1000 - Gabinete do Prefeito - GP			
	1001 - Gabinete do Prefeito - GP		2.000,00
	Despesa 30 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	2.000,00
21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS			
	21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS		100.000,00
	Despesa 280 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		1381 - 38 Transferências do SUS - Atenção Básica - 0.1.38	5.000,00
	Despesa 398 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		1020 - 02 Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde - 0.1.02	69.000,00
	Despesa 298 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		1383 - 38 Transferências do SUS - Vigilância - 0.1.38	140.000,00
	Despesa 299 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		1383 - 38 Transferências do SUS - Vigilância - 0.1.38	19.600,00

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da

seguinte dotação:

1000 - Gabinete do Prefeito - GP				
	1001 - Gabinete do Prefeito - GP			2.000,00
		Despesa 339 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
			1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	2.000,00
21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS				
	21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS			233.600,00
		Despesa 274 - 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos		
			1020 - 02 Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde - 0.1.02	69.000,00
		Despesa 276 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
			1381 - 38 Transferências do SUS - Atenção Básica - 0.1.38	5.000,00
		Despesa 296 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		
			1383 - 38 Transferências do SUS - Vigilância - 0.1.38	159.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de agosto de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 37.471, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124154

DECRETO Nº. 37.471, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Declara emergência em saúde pública.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto no § 4º do artigo 2º da Lei Federal nº. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no § 4º do artigo 2º da Lei Complementar nº 433, de 28 de fevereiro de 2011 e observando o disposto no artigo 3º do Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acesso a serviços de saúde para toda a população chapecoense;

CONSIDERANDO o OFÍCIO GGP/SESAU 097/2019, anexo;

CONSIDERANDO o Memorando nº. 14.718/2019, anexo

DECRETA :

Art. 1º. Fica declarada emergência em saúde pública, caracterizada como a necessidade de repor com urgência a força de trabalho de unidades de saúde municipais.

Art. 2º. Ficam autorizadas as Secretarias de Coordenação de Governo e Gestão e de Saúde a efetuar a contratação de servidores públicos municipais para ocupar cargos de Médico, Auxiliar de Enfermagem e Farmacêutico, de forma temporária, prescindindo de processo seletivo e por prazo não superior de 06 (seis) meses, nos termos do Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011.

Art. 3º. As contratações deverão obedecer ao disposto no Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011 e a Lei Complementar nº. 433/11.

Art. 4º. Este Decreto terá vigência de 06 (seis) meses, a contar de 16 de agosto de 2019.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 37.472, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124177

DECRETO Nº. 37.472, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre declaração de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa sem supressão de propriedade pelo Município, com mera restrição ao direito de construir, sem direito à indenização e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,  
CONSIDERANDO o Despacho 2: 9.414/2019 da Procuradoria Geral do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa sem supressão de propriedade pelo Município, com mera restrição ao direito de construir, sem direito à indenização, uma área de 80,00m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados), com as demais descrições constantes dos Mapas e Memorial Descritivo anexos ao presente Decreto, no Lote 09 da Quadra 4838, constante da Matricula Imobiliária nº. 107.330 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó-SC, que consta pertencer a Vila Real Empreendimentos SPE Ltda.

§ 1º. A servidão administrativa dar-se-á à título gratuito ao Município de Chapecó.

§ 2º. A servidão administrativa será utilizada para direcionamento e escoamento da rede de drenagem pluvial do Loteamento Desbravador.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de agosto de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 127/PMCS/2019

Publicação Nº 2123818

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 127/2019.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: CONTROLE AMBIENTAL TROMBIN LTDA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/PMCS/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/PMCS/2019

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza das caixas d'água com fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos necessários a serem executados nos prédios do município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 18/07/2019

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO CONTRATO 54/PMCS/2019

Publicação Nº 2123825

CONTRATO Nº: 54/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: RENATA DA ROSA VITCHE EIRELI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 102/PMCS/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 68/PMCS/2019

Objeto: Contratação de pessoa física ou jurídica do ramo pertinente na prestação de serviços de assessoria em licitações, para auxílio ao setor administrativo do município de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 07/08/2019

Vigência: Início: 07/08/2019 Término: 06/08/2020

Valor: R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais)

Dotação Orçamentária: 05.001.04.122.1100.2006.3.3.90.00.00

### EXTRATO TERMO ADITIVO 08/FMS/2019

Publicação Nº 2123798

ADITIVO Nº: 08/2019.  
CONTRATO Nº: 23/2017.  
TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. – PRORROGAÇÃO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: ROLBR CLÍNICA MÉDICA LTDA - ME  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 09/FMS/2017  
PREGÃO PRESENCIAL: 08/FMS/2017

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos de urgência e emergência (plantões), para atender os pacientes na unidade de referência em saúde de Cocal do Sul/SC.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do contrato firmado entre as partes em 24/07/2017.

Assinatura: 29/07/2019

Vigência: Início: 01/08/2019 Término: 31/07/2020

Valor: R\$: 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE ANULAÇÃO - CONTRATO Nº 12/2019 - FMEC

Publicação Nº 2123499

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FMEC  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

AVISO DE ANULAÇÃO  
CONTRATO Nº 12/2019 – FMEC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 – FMEC

Fica ANULADO o Contrato nº 12/2019 - FMEC, referente ao Pregão Presencial nº 07/2019 – FMEC, cujo objeto tratava-se da contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de colchões, materiais esportivos, de cozinha e alimentação das delegações esportivas da FMEC quando da participação em competições, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

MOTIVO: O Contrato, datado de 17 de julho de 2019, não possui assinatura de uma das partes. Assim, a falta de assinatura torna o documento apócrifo, sem condições de atestar sua autenticidade, pois a ausência da assinatura de uma das partes – in casu da contratada – em contrato de obrigação de fazer, desnuda o documento da necessária e imprescindível formalidade legal. Desta forma e, diante da invalidade do ato, resolve-se ANULAR o Contrato nº 12/2019 - FMEC. Em razão do exposto, cancela-se também a publicação do extrato do mesmo, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - SC na data de 26 de julho de 2019, sob edição nº 2886, página 301, publicação nº 2102112.

Concórdia, SC, 14 de agosto de 2019.  
GIL ARTIFON  
Diretor-Superintendente da FMEC

### COMUNICAÇÃO DE DEFERIMENTO DE RECURSO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2019 – PMC

Publicação Nº 2123459

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2019 – PMC

Objeto: Aquisição e instalação de servidor e câmeras de videomonitoramento conforme projeto do 20º Batalhão de Polícia Militar, com recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

#### COMUNICADO DE DEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Pregoeira torna público que na data de 13/08/2019 o recurso administrativo interposto pela licitante ATI – COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA foi julgado PROCEDENTE. Isto posto, deverá ser dado prosseguimento a este processo efetuando-se a adjudicação e posterior homologação do presente certame. Para fins de assinatura do Contrato, fica convocada a empresa ATI – COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA, a apresentar garantia correspondente a 1% (um por cento) do valor contratual no prazo de 5 (cinco) dias úteis, devendo optar por uma das seguintes modalidades, conforme previsto artigo 56, caput da Lei Federal 8.666/1993:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à Diretoria de Compras.

Concórdia, SC, 14 de agosto de 2019.  
CRISTIANE SILVEIRA CASADO  
Pregoeira  
Decreto nº 22/2018

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 23/2019

Publicação Nº 2123715

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Rua Leonel Mosele, 62, Centro – CEP 89700-176 Concórdia – SC

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 23/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal – CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê



o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

TIAGO VINICIUS NEGRETTI CPF: 062.134.959-32, Rua Silvino Ciarini, 257, Apto 101, Bairro dos Industriários, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 20705/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 844098 01.05.014.0578.001, Rua Luiz Delfino, 188, Bairro Centro, Concórdia/SC Valor R\$ 436,61.

TATIANE ZOLET CPF: 054.609.469-48, Rua Leonido Jose Moretto, Bairro Vila Jacob Biezu, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 22139/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 7538669 16.03.009.0232.001, Rua Leonido Jose Moretto, 209, Bairro Vila Jacob Biezu, Concórdia/SC Valor R\$ 999,78.

SUELI TEREZINHA ROBERT CPF: 469.227.849-87, Rua Não Denominado, Favor Atualizar, s/n, Lot Sunti, Bairro Sunti, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 20757/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 925098 01.05.050.0012.002, Rua Nelson Domingos Maito, 221, Fundos, Bairro Sunti, Concórdia/SC Valor R\$ 2.990,39.

SUELI LORENZETTI MARCON CPF: 220.071.569-20, Rua Carlos Reieschbieter, 1156, Bairro Boa Vista, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 20448/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 400610 01.02.047.0548, Rua Adolpho Alves da Rocha, s/n, Lot Bela Vista, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC Valor R\$ 182,16.

SIMONE PIOLA CPF: 686.572.349-04, Rua Vitorio Celant, 200, Bairro Centro, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 21949/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 7508549 16.08.001.0500.001, Rodovia BR 153, KM-97, Bairro Vila Jacob Biezu, Concórdia/SC Valor R\$ 387,22.

SIDNEI SUBTIL BORGES CPF: 992.607.000-00, Rua Marechal Deodoro, 2040, casa, Bairro Nazaré, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 22065/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 7530510 01.06.148.0549.003, Rua Nossa Senhora de Lourdes, 1367, Residência 03, Bairro da Gruta, Concórdia/SC Valor R\$ 1.947,51.

SIDINEI PIZZATTO CPF: 005.297.519-33, Rua Yanomanis, 11, Bairro Itaíba, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 21733/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 7487320 01.05.182.0240, Rua Tupinambas, s/n, Bairro Itaíba, Concórdia/SC Valor R\$ 421,83.

SIDINEI SEMBRANEL CPF: 933.439.579-68, Rua 29 de julho, 444, Box 16, Bairro Centro, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 22067/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 7530994 01.05.015.0419.012, Rua 29 de julho, 444, Box 16, Bairro Centro, Concórdia/SC Valor R\$ 417,73.

SANDRA MONICA BIRG MANTHEI CPF: 061.111.719-33, Rua Nossa Senhora de Lourdes, Loteamento Jardim Angela, Bairro da Gruta, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 22651/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 7728298 01.06.148.0564.001, Rua Nossa Senhora de Lourdes, 1351, Bairro da Gruta, Concórdia/SC Valor R\$ 1.549,85.

VANIA MARIA BROCH CPF: 020.240.769-12, Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 655, Ap 505, Bairro Centro, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 22433/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 7564651 01.06.181.0330.001, Rua Fátima Cadorin, 330, Bairro da Gruta, Concórdia/SC Valor R\$ 1.154,02.

VILDOMAR COLOMBO CPF: 492.339.399-87, Travessa Nicolau João Camilotto, 77, Bairro Nazaré, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 21868/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 7500246 01.08.002.2700, Rua Pico da Neblina, s/n, Bairro Colinas, Concórdia/SC Valor R\$ 673,83.

VALDECIR JOSE MACHADO CPF: 800.512.359-00, Rua Guilherme Perotti, 144, Bairro Nazaré, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 20915/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 1132806 01.05.154.0063.001, Rua Guilherme Perotti, 150, Lot Gheno, Bairro Nazaré, Concórdia/SC Valor R\$ 1.216,61.

WILMA WANLAR CPF: 730.350.769-87, Rua Adolfo Orlandini, 54, Bairro Jardim, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 20213/2019, IPTU e Taxas, referente imóvel 100650 01.01.026.0407.001, Rua Adolfo Orlandini, 54, Bairro Jardim, Concórdia/SC Valor R\$ 888,41.

Concórdia, 14 de Agosto de 2019.

Eliza Tebaldi Borsatti Secretária Municipal de Finanças em Exercício	William Ampese Fiscal de Tributos
-------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------

## EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 316/2019

Publicação Nº 2121968

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA		
EXTRATO DE CONTRATO Nº 316/2019		
	ESPÉCIE:	Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) EVA LUCIANA DE MOURA GUIMARAES, inscrito(a) no CPF sob nº 040.186.409-00, no cargo de PROFESSOR - ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais.
	VALOR:	O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3215,32 (três mil, duzentos e quinze reais e trinta e dois centavos).
	PRAZO:	15/08/2019 a 31/12/2019
	DATA DA ASSINATURA: 15 de agosto de 2019	

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 317/2019**

Publicação Nº 2124126

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA		
EXTRATO DE CONTRATO Nº 317/2019		
	ESPÉCIE:	Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) SUZANA ELVIRA ZAMBONI, inscrito(a) no CPF sob nº 068.989.509-75, no cargo de PROFESSOR - ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais.
	VALOR:	O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3215,32 (três mil, duzentos e quinze reais e trinta e dois centavos).
	PRAZO:	15/08/2019 a 17/12/2019
	DATA DA ASSINATURA: 15 de agosto de 2019	

**EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 11/2019**

Publicação Nº 2123381

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

**EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 11/2019**

O Prefeito Municipal de Concórdia, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, c/c as Leis nºs. 5.025, de 13 de dezembro de 2017 e 5.233, de 12 de agosto de 2019, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia torna pública a execução da obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Victor Sopelsa e Estrada Municipal, Bairro Parque de Exposições, apresentando-se a estimativa de custo e avaliação dos imóveis antes da execução da obra, para fins de cobrança de Contribuição de Melhoria.

Os custos totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas na rodovia e projetos respectivos, estão expressos na tabela abaixo:

RUA VICTOR SOPELSA E ESTRADA MUNICIPAL	CUSTO TOTAL (R\$)
Valor pós licitação	1.134.966,77
TOTAL DA OBRA	1.134.966,77
Recursos Federais	365.714,29
Subsídio Município	384.626,24
Valor limite total para cobrança da Contribuição de Melhoria	384.626,24

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 13 dias do mês de agosto de 2019.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 4/2018 – PMC**

Publicação Nº 2124007

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
CONCORRÊNCIA Nº 4/2018-PMC

Objeto: Seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de concessão onerosa do direito à exploração do serviço público de estacionamento rotativo de veículos automotores, nas áreas localizadas em vias e logradouros públicos do município de Concórdia e que compõem a chamada "Área Azul", incluindo a prestação dos serviços técnicos de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso das vagas, na forma das legislações pertinentes, demais normas estabelecidas no Edital e Anexos que o compõe.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO**



Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe. A licitante É SÓ PARAR TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTOS EIRELI utilizando-se do seu direito de preferência, conforme publicação veiculada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, edição nº 2897, protocolou nova proposta de preços, conforme protocolo número 19480/2019. No dia treze de agosto, aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, foi verificada que a licitante É SÓ PARAR TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTOS EIRELI atendeu aos requisitos constantes no subitem 5.1 do Instrumento Convocatório, ofertando em sua nova proposta o maior percentual do lucro líquido de 78% (setenta e oito por cento). Ressalva-se que o preço cotado pela licitante vencedora ficou acima do preço mínimo estipulado no item 9.1 do Edital e superior ao preço orçado pela licitante SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA EPP. A sessão foi suspensa para análise da planilha de composição de custos. Da análise a equipe técnica, composta pelos servidores da Secretaria Municipal de Finanças, representada pela Secretária Municipal de Finanças, em exercício, Senhora ELIZA TEBALDI BORSATTI e da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, representada pelo Agente Administrativo, VANDERLEI FERRI, constatou que as planilhas atenderam às exigências do edital, apresentando-se exequível. Destaca-se, porém, que a empresa apresentou em sua planilha “Fluxo de Caixa – Anual” o valor para “reinvestimento” somente no 6º de Concessão, respeitada a tabela da Receita Federal, porém, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em sua análise do processo, os reinvestimentos deverão ser considerados nos anos 4, 6, 7 e 10. Por este fato, a equipe recalculou a planilha, considerando o reinvestimento nos anos indicados, não havendo prejuízo na viabilidade do negócio, mantendo-se a TIR acima de 20% (vinte por cento) e o VPL positivo, condições para garantia da exequibilidade da proposta. Após serem repassadas as informações pertinentes à análise da Planilha de Composição de Custos pela equipe técnica para Comissão Permanente de Licitações, concluiu-se pela CLASSIFICAÇÃO da empresa É SÓ PARAR TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTOS EIRELI, sendo a mesma declarada vencedora do certame. Por essa razão, a nova classificação do processo fica da seguinte forma: É SÓ PARAR TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTOS EIRELI sagrou-se vencedora com o maior percentual do lucro líquido de 78% (setenta e oito por cento); a licitante SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA EPP ficou em segundo lugar com o maior percentual do lucro líquido de 77,25% (setenta e sete vírgula vinte e cinco por cento); a licitante G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA – ME ficou em terceiro lugar com o maior percentual do lucro líquido de 70% (setenta por cento) e a licitante ZONA AZUL BRASIL SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ficou em quarto lugar com o maior percentual do lucro líquido de 66,22% (sessenta e seis vírgula vinte e dois por cento). Tendo em vista manifestação da equipe técnica, em relação ao reinvestimento, a Comissão Permanente de Licitação informa que, para homologação do processo, será exigido da licitante vencedora a apresentação de nova planilha de “Fluxo de Caixa Anual”, considerando o reinvestimento nos anos 4, 6, 7 e 10, conforme prevê o item 5.7.1 do edital. Garante-se às licitantes o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previsto no artigo 109, inciso I, alínea “a”, do citado diploma legal, contado da data de veiculação desta publicação. Por fim, ressalta-se que se não houver interposição de recursos, as proponentes classificadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 15h00min do próximo dia 26 de agosto de 2019, conforme determina o item 7.8.2 do edital, para participar da sessão de abertura e julgamento da documentação de habilitação da licitante vencedora, conforme determina o item 7.12 do edital.

Concórdia, SC, 14 de agosto de 2019.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da CPL

## **PORTARIA N º 32/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123372

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA N º 32/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 633/2019, de 08 de agosto de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora KAREN JÚLIA COLDEBELLA FERREIRA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, a partir de 13 de AGOSTO de 2019.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DARIVA  
Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura, em exercício.

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 13 de agosto de 2019  
BRUNO DARIVA  
Diretor Geral da FMC, em exercício.

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2019

Publicação Nº 2123916

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº29/2019

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº41/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº97/2019

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ n. 11.427.163/0001-71, situado na Rua Maria Ranzan, n. 619, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por seu gestor Sr. Almir Valandro e a(s) empresa(s) PEGASUS ATACADISTA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.797.430/0001-90, com sede na Rua Guaranis, 327D, Esplanada, Chapecó - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) Everton Luiz Buss, inscrito(a) no CPF sob nº077.600.299-69, empresa(s) DISTRIBUIDORA LIMA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº32.241.030/0001-86, com sede na Rua Pará, 246 - Fundos, Centro, Xanxerê, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) Volmir Antonio Lanzarin de Lima, inscrito(a) no CPF sob nº 669.444.659-49, empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº82. 708.660/0001-96 com sede na Rua Rui Barbosa, 219, centro, Cunha Porã, SC, representada neste ato, pelo seu Administrador, Senhor Jackson Neimar Pedrassani, inscrito no CPF sob nº 041.562.419-39, JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº85.230.852/0001-28 com sede na Av. São João, 466, centro, Faxinal dos Guedes/SC representada neste ato, pelo seu Administrador, Senhor(a) Jandira Cappellaro Rodrigues, inscrita no CPF sob nº552.249.709-20, empresa(s) TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº04.303.600/0001-80, com sede na Rua 1º de maio, 645-sala 101, Padre Antonio, Maravilha-SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Andre Luiz Lansing Schorrenberger, inscrito(a) no CPF sob nº 029.962.159-66, empresa(s) MIXCONTOL ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 15.147.512/0001-52, com sede na Rua Borges de Medeiros, 1950-Letra E, sala 01, Passos dos Fortes, Chapecó SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Joel Aldo Chittolina, inscrito(a) no CPF sob nº 053.632.949-40, empresa(s) REAL BOBINAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 01.149.562/0001-64, com sede na Rua Almeirindo Marafon, 50, loteamento Jardim, Ponte Serrada, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Cesar Lorenzi, inscrito(a) no CPF sob nº 907.358.629-15, empresa(s) EM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.710.029/000167, com sede na AV. Brasília, 2910, centro, Pinhalzinho, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Darci Antonio Schneider, inscrito(a) no CPF sob nº 586.054.529-00, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os materiais, objeto desta ata, serão solicitados conforme necessidade das Secretarias solicitantes, e deverão ser entregues em até 10 dias após o recebimento da autorização de fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo "A" do edital e de acordo com as ordens de compra emitidas pela Secretaria solicitante.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à cargo das dotações: (1.001, 1.040, 1.030, 2.020, 2.013, 2.005, 2.009, 2.011, 2.033, 2.084, 2.019– Elemento 3.3.90 e 4.4.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2019.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1 A garantia dos itens nº 184, 191 e 195 deverá ter duração mínima de 01 (um) ano, contra defeito de fabricação, contados da data de entrega do produto. Deverão ser observadas, durante a garantia, as seguintes questões:

a) Em caso de defeito de fabricação de algum componente a troca deverá ser por peças e/ou equipamentos novos e originais.

b) Os custos relativos a garantia deverão estar inclusos no preço cotado pela licitante, sem ônus adicional para a Administração.

7.2 Os demais itens não haverá prestação de garantia.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.1.8 Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

- 9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;  
9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;  
9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 41/2019 e a proposta da empresa acima relacionada.  
10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 14 de Agosto de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

ALMIR VALANDRO

Gestor do FMS

Detentores da Ata:

PEGASUS ATACADISTA LTDA ME,

DISTRIBUIDORA LIMA LTDA,

JP EQUIPAMENTOS LTDA ME,

JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME,

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA,

MIXCONTOL ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME,

REAL BOBINAS EIRELI,

EM INFORMATICA LTDA

Testemunhas:

1) Gustavo Andre Foppa 2)Patricia Strada Machado  
CPF030.792.789-09 CPF083.745.419-03

FISCAIS DE CONTRATO:

Adriana D.C. Moresco

Secretaria M. de Adm. Fazenda e Planejamento

Nilvete AP. Sartor Atuatti

Secretaria de Agricultura

Marcia Dallagasperina Boff

Fundo Municipal de Assistência Social

Maike E. Tecchio

Secretaria de Educação

Arduino Nardino

Secretaria Da Agua e Saneamento Básico

Socrates Perin

Fundo Municipal de Saúde

Mauro Altair Berta

Secretaria de Infraestrutura

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2018**

Publicação Nº 2123919

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº30/2018**

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 34/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº89/2018

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, situado na Rua Maria Ranzan, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por sua Gestora do Fundo Municipal de Saúde Sra. Rafaela R. P. Dezen, e a(s) empresa(s) REUNIDAS TURISMO S.A inscrita no CNPJ sob nº04.176.082/0001-80, com sede na Rua Herculano Coelho de Souza, nº555, Bairro Reunidas, Caçador – SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) Vinícius Marins, inscrito(a) no CPF sob nº022.094.279-08, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma: A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS EM TRANSPORTE COLETIVO TERRESTRE, PARA OS PACIENTES ATENDIDOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO FORA DO DOMÍLIO (TFD), INCLUINDO SERVIÇOS DE TRANSLADO DO TERMINAL RODOVIÁRIO ATÉ O ESTABELECIMENTO DE SAÚDE PRESTADOR DE SERVIÇO (IDA E VOLTA), conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA**

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS**

- 3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.
- 3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível contratação do objeto.
- 3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 4.1 A execução do objeto ocorrerá da seguinte forma:
- 4.1.1 A empresa contratada deverá emitir a passagem de ida e/ou um bilhete de passagem de volta após a emissão da autorização de fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 4.1.2 A autorização será enviada por e-mail e será entregue no momento da retirada da passagem pelo paciente ou por servidor desta administração.
- 4.2. Em casos especiais, devidamente registrados junto à autorização de fornecimento, mediante expresso encaminhamento do médico que requisitou o tratamento fora domicílio, o paciente deverá ser acompanhado de outra pessoa, sendo necessária, nesses casos, a emissão de passagem para o acompanhante.
- 4.3 A empresa contratada se obriga a fornecer os bilhetes de passagem aos pacientes/servidor desta administração, no ato da apresentação da autorização de fornecimento, para o dia e horário solicitado.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

- 5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.
- 5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.049 e 2.019– Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2018.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES**

- 6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA**

- 7.1. Não haverá prestação de garantia.



**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

- 8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.
- 8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
- 8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
- 8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.
- 8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
- 8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- 8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.
- 8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.
- 8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.
- 8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
- 8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.
- 8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES****9.1. São obrigações da CONTRATADA:**

- 9.1.1 Transportar os passageiros de acordo com a legislação vigente;
- 9.1.2. Efetuar o traslado do paciente do terminal rodoviário até o ponto de atendimento médico e o retorno até o terminal, sem custo adicional.
- 9.1.3. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 9.1.4. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.
- 9.1.5. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 9.1.6. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.
- 9.1.8. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 9.1.9. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 9.1.10. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 9.1.11. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

**9.2. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.
- 9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

- 10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 34/2018 e a proposta da empresa acima relacionada.
- 10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.
- 10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 07 de novembro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

RAFAELA R. P. DEZEN  
Gestora do FMS e Ass. Social

Detentores da Ata:

REUNIDAS TURISMO S.A

Testemunhas:  
Adriana de Cezaro Moresco  
CPF 004.723.779-14

Nilvete Ap. Sartor Atuatti  
CPF: 892.897.659-68

FISCAL DE CONTRATO  
Socrates Perin  
Gerente de Saúde

## **AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. 108/2019 PREGÃO PRESENCIAL RP 45/2019**

Publicação Nº 2123275

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, e o Fundo Municipal de Saúde representado pelo seu Gestor, tornam público a todos os interessados, que estarão realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, exclusivo para ME/EPP, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 108/2019  
Pregão Presencial RP n. 45/2019  
Tipo: Menor preço item

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO, POR HORA TRABALHADA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 30/08/2019.  
Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 30/08/2019.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 14 de agosto de 2019.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 265/2019**

Publicação Nº 2123234

DECRETO Nº 265/2019  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.265/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2019 no valor de R\$ 186.318,73 (cento e oitenta e seis mil, trezentos e dezoito reais e setenta e três centavos), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.051 – Manutenção do Nasf e Co-Financiamento - Estado.  
Modalidade de Aplicação: 339000 – 79  
Fonte de Recursos: 32764 – Vinculados R\$ 92.318,73

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.078 – Participação em Consórcios.  
Modalidade de Aplicação: 339300 – 48

Fonte de Recursos: 1002 – Ordinários R\$ 94.000,00

Art. 2º Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado recurso do superávit financeiro de 2018 da fonte 32764 R\$ 92.318,73 e da fonte 3000 R\$ 94.000,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 12 de agosto de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### **EXTRATO CONTRATO ADM 48/2019**

Publicação Nº 2123375

Extrato DO CONTRATO ADM N. 48/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N. 95/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: PATUSSI – PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES GEOGRAFICAS EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PARA GEOREFERENCIAMENTO E LEVANTAMENTO/MAPEAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS, COMUNIDADES E VIAS DO MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.

DO VALOR: Pela execução dos serviços descritos no objeto, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: A vigência do contrato é até 31/12/2019, a contar da assinatura do presente contrato.

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrão a cargo do Projeto/Atividade n. 2.062, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2019.

DATA DE ASSINATURA: 12 de agosto de 2019.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Vadenilson Patussi

Cordilheira Alta/SC, 14/08/2019.

### **EXTRATO CONTRATO ADM 49/2019**

Publicação Nº 2123376

Extrato DO CONTRATO ADM N. 49/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N. 82/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica nas ruas Alberto Tressoldi, Ortenila Bortolanza José Felini e Atílio Bee, incluindo o fornecimento de materiais e de serviços de mão de obra, conforme projetos e demais itens da Tomada de Preços n. 09/2019.

DO VALOR: Pela execução dos serviços descritos na cláusula primeira do instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 219.560,82 (duzentos e dezenove mil quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos).

DOTAÇÃO: A dotação orçamentária correrá por conta do Projeto atividade: 1.018, prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2019.

DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: A vigência do contrato é até 31/12/2019, a contar da assinatura do presente contrato.

DATA DE ASSINATURA: 12 de agosto de 2019.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Alcyone Cesar de Oliveira

Cordilheira Alta/SC, 14/08/2019.

### **EXTRATO CONTRATO ADM 50/2019**

Publicação Nº 2123377

Extrato DO CONTRATO ADM N. 50/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2019

PREGÃO PRESENCIAL 40/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: PATUSSI - PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES GEOGRAFICAS EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE CADASTRAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS, COMUNIDADES E VIAS DO MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2019, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, inciso IV, da Lei 8.666/93, por meio de aditivos contratuais.



VALOR: Pela execução do objeto, o LOCATÁRIO pagará à LOCADORA o valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Considerando a vigência deste instrumento (até 31/12/2019) o valor global estimado do presente contrato é de R\$ 1.853,33 (um mil oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato correrão a cargo do Projeto/Atividade n. 2.062, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2019.

DATA DE ASSINATURA: 12 de agosto de 2019.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Vadenilson Patussi.

Cordilheira Alta/SC, 14/08/2019.

## **PORTARIA Nº 19/2019 - CÂMARA DE VEREADORES**

Publicação Nº 2124061

PORTARIA Nº 19/2019

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evandro Pederssetti, Presidente da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta SC, no uso das atribuições, que lhe confere a lei orgânica municipal e o Estatuto Lei complementar nº 18/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde a servidora Sra. Cleidiane de Mattos Trucolo de Rodrigues, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Registra-se, publique-se e comunique-se.

Cordilheira Alta SC, 14 de Agosto de 2019

Evandro Pederssetti

Presidente da Câmara municipal

## **PORTARIA Nº 429/2019**

Publicação Nº 2123257

PORTARIA Nº 429/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal VANDERLEI DO ROSÁRIO matrícula nº1349304, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerias, lotado na Secretaria de Água e Saneamento Básica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 13 de Agosto de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

## **PORTARIA Nº 430/2019**

Publicação Nº 2123258

PORTARIA Nº 430/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal OLIVIO BATISTA DE MATTOS, matrícula n.630901, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12/08/2019 á 11/08/2019, que serão gozadas a partir do dia 02/09/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Agosto de 2019.  
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 14 de Agosto de 2019.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

OLIVIO BATISTA DE MATTOS  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

### **PORTARIA Nº 431/2019**

Publicação Nº 2123259

PORTARIA Nº 431/2019  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam concedidos à servidora municipal TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA, matrícula n. 630602, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/03/2017 à 14/03/2018, que serão gozadas a partir do dia 02/09/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Agosto de 2019.  
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 14 de Agosto de 2019.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

### **PORTARIA Nº 432/2019**

Publicação Nº 2123793

PORTARIA Nº 432/2019  
"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Concede 02(dois) dias de licença para tratamento de saúde, a servidora municipal SIDYANE MARIA DEBASTIANI ZAMIANI, matrícula nº204101, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, 40 horas semanais, lotada na Secretaria De Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para dia 12/08/2019.

Cordilheira Alta/SC, 14 de Agosto de 2019.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO RP Nº 47/2019

Publicação Nº 2123286

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2019

PROCESSO DE COMPRA Nº 70/2019  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 47/2019

#### DECISÃO DE RECURSO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa participante CHAPECÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS EIRELI EPP, tendo em vista não concordar com a habilitação da empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME no processo administrativo nº 70/2019, edital de Pregão Presencial RP nº 47/2019, o qual tem por objetivo o registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção mecânica da frota de veículos leves, utilitários, vans, minivans, micro ônibus, ônibus, caminhões, máquinas pesadas do município e todos os adquiridos, cedidos, emprestados e conveniados.

No dia determinado para abertura dos envelopes de habilitação dos interessados, os envelopes de habilitação foram abertos para conferência da documentação de habilitação das empresas participantes, devendo os mesmos atenderem as condições exigidas para o edital.

Em suma, alega a recorrente, em suas razões, que a empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME, a qual foi vencedora do lote 5 do edital de licitação, o qual tinha por objeto a manutenção mecânica da frota de máquinas pesadas, não possui em seu objeto social, assim como no comprovante de inscrição e de situação cadastral da Receita Federal do Brasil a atividade de prestação de serviço de manutenção mecânica da frota de máquinas pesadas.

As contrarrazões foram apresentadas pela empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME, alegando que em seu cartão CNPJ emitido pela Receita Federal do Brasil consta a atividades de serviço de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, assim sendo apta para realização do serviço.

É o relatório.

Decido.

A recorrente busca a inabilitação da empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME, pois não há no seu objeto social e comprovante de inscrição e situação cadastral da Receita Federal do Brasil a atividade de prestação de serviço de manutenção mecânica da frota de máquinas pesadas.

A presente licitação na modalidade Pregão Presencial é regida pela Lei nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, bem como seus princípios norteadores e demais legislações aplicáveis.

Inicialmente cabe destacar que esta administração municipal trabalha dentro dos ditames legais e adota procedimentos que buscam a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência. Tendo como objetivo trabalhar de acordo com as necessidades dos municípios e de maneira proba.

Alega a recorrente que a habilitação da empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME é equivocada, tendo em vista que não há no seu objeto social e comprovante de inscrição e situação cadastral da Receita Federal do Brasil a atividade de prestação de serviço de manutenção mecânica da frota de máquinas pesadas.

Não assiste razão o recorrente.

O objeto social e atividade do comprovante de inscrição e situação cadastral da empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME é compatível com o objeto licitado, tendo em vista que sua atividade principal, inscrita no cartão CNPJ é "serviço de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores".

Entende-se por automotor, segundo o dicionário brasileiro, "veículo com motor próprio, ou seja, capaz de produzir propulsão para que o mesmo se desloque". Isso quer dizer que em seu cartão CNPJ a empresa está apta a prestar o serviço de manutenção e reparação de veículos.

Ainda, como veículos automotores, define a Lei nº 6.729/79, alterada pela Lei nº 8.132/90, em seu art. 2º que:

"Art. 2º Consideram-se: (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

[...]

III - veículo automotor, de via terrestre, o automóvel, caminhão, ônibus, trator, motocicleta e similares; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

IV - implemento, a máquina ou petrecho que se acopla o veículo automotor, na interação de suas finalidades; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

V - componente, a peça ou conjunto integrante do veículo automotor ou implemento de série; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

VI - máquina agrícola, a colheitadeira, a debulhadora, a trilhadeira e demais aparelhos similares destinados à agricultura, automotriz ou acionados por trator ou outra fonte externa; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

VII - implemento agrícola, o arado, a grade, a roçadeira e demais petrechos destinados à agricultura; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

VIII - serviço autorizado, a empresa comercial que presta serviços de assistência a proprietários de veículos automotores, assim como a empresa que comercializa peças e componentes. (Incluído pela Lei nº 8.132, de 1990)

§ 1º Para os fins desta lei: (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

a) intitula-se também o produtor de concedente e o distribuidor de concessionário; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

b) entende-se por trator aquele destinado a uso agrícola, capaz também de servir a outros fins, excluídos os tratores de esteira, as motoniveladoras e as máquinas rodoviárias para outras destinações; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990) [...]" (grifei)

A lei considera que veículos automotores são automóveis, caminhões, ônibus, trator, motocicletas e similares, portanto, juntando-se com a definição dada pelo dicionário de português que veículos são aqueles capazes de dar propulsão a si próprios para deslocamento, a descrição da atividade da empresa, sendo "serviço de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores", engloba todos os veículos, independente de tamanho.

Para corroborar, o Tribunal de Justiça do Paraná entende:

"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO.DPVAT. MORTE. ACIDENTE OCORRIDO COM TRATOR AGRÍCOLA. TRATOR CONSIDERADO COMO VEÍCULO AUTOMOTOR QUE SE SUBMETE À LEGISLAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO.APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

(TJPR - 10ª C.Cível - AC - 1622866-5 - Arapoti - Rel.: Desembargador Albino Jacomel Guérios - Unânime - J. 22.06.2017)". (grifei)

Ainda, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, entende no mesmo sentido:

"E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. FALECIMENTO DA VÍTIMA. ATROPELAMENTO POR MÁQUINA AGRÍCOLA – COBERTURA. DESNECESSIDADE DE O ACIDENTE TER OCORRIDO NO TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O seguro DPVAT é destinado ao ressarcimento de danos causados por veículos automotores terrestres, no que se enquadram os equipamentos agrícolas passíveis de transitar em vias terrestres, conforme entendimento no Superior Tribunal de Justiça. Para que a indenização seja devida, basta a comprovação dos danos pessoais, não se exigindo que tenham sido causados no trânsito. Na hipótese, o atropelamento da vítima em um terreno baldio, com seu posterior falecimento, enseja o pagamento da indenização do seguro obrigatório. (TJMS. Apelação Cível n. 0807738-71.2015.8.12.0001, Campo Grande, 4ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Odemilson Roberto Castro Fassa, j: 14/12/2016, p: 15/12/2016)". (grifei).

Diante disso, não resta dúvida de que a atividade descrita no cartão CNPJ da empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME como sendo "serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores" demonstra que ela atende à solicitação do edital para prestar o serviço elencado no lote 5 do edital de licitação.

Diante do exposto, recebo o recurso, por ser tempestivo, no entanto considerando a possibilidade apenas de reconsideração, DECIDO POR MANTER A HABILITAÇÃO da empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME, por atender os requisitos do edital de licitação. De outro norte, ao encaminhamento à autoridade competente: OPINO À AUTORIDADE SUPERIOR/COMPETENTE PARA QUE ADOTE O INDEFERIMENTO DO RECURSO, E, POR CONSEQUINTE manter a habilitação da empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME, por atender os requisitos do edital de licitação, conforme fundamentação desta pregoeira.

Coronel Freitas, SC, 02 de agosto de 2019.

CAROLINA ROSALEN PIVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES (DEC. 8.320/2019)

DIRETORA DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº 70/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 47/2019

DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Adoto fundamentos relatados pela Pregoeira, decido por receber o recurso, vez que apresentado de forma tempestiva.

Com relação o mérito, vislumbra-se que a empresa recorrente não tem razão, pois não comprova que a empresa habilitada não atende os requisitos do edital de licitação, portanto a habilitação da empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME é a medida que se impõe.

Dessa forma, DECIDO por adotar a opinião da Pregoeira, pelos fundamentos expostos, dando improvido ao recurso interposto e, consequentemente, HABILITANDO a empresa GAUCHINHO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME.

Encaminhe-se ao setor competente para dar prosseguimento nos trâmites licitatórios.

Coronel Freitas – SC, 05 de agosto de 2019.

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal.

## **EDITAL DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2124146

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2019

EDITAL DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2019

O Município de Coronel Freitas, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Avenida Santa Catarina nº1022, Centro, Coronel Freitas, SC, através do Prefeito, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE, através do Leiloeiro, ODICLESIO JAISON STORCHIO, JUCESC AARC 319, às 09h30 horas, do dia 28 de Agosto de 2019, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Santa Catarina, nº1022, neste município de Coronel Freitas, para a alienação de bens móveis inservíveis, regendo-se o presente processo licitatório pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, atualizada pela Lei 8.883 de 08/06/94, bem como pelo contido no presente edital:

Cláusula 1ª – Fica alterada a cláusula 1.1 do Edital de Leilão Nº1 dos lotes nºs: 05 e 14:

Lote	Descrição dos Bens	Lance Inicial R\$
05	01 MERCEDES BENZ LA 1318, ANO 87/87, BRANCO, TANQUE, PLACA LZS-0501 SEM MOTOR	5.000,00
14	01 TRATOR DE PNEUS MARCA VALTRA 785 4 X 4 ANO 2006 COM CONCHA DIANTEIRA	8.000,00

Cláusula 2ª – Fica retirado o Lote Nº 15 do Edital Nº 01/2019:

Lote	Descrição dos Bens	Lance Inicial R\$
15	01 AMBULÂNCIA CITROEN, MODELO JUMPER VETRATO 35LH ANO FAB 2015, ANO MOD 2015	25.000,00

Cláusula 3ª – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital Nº 01/2019.

Coronel Freitas 14 de Agosto de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### LEI Nº 739/2019

Publicação Nº 2124171

LEI Nº 739, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA NO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito deste município, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Parágrafo Único – Considera-se Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NF-E o documento emitido e armazenado eletronicamente por intermédio de sistema informatizado do Município, conforme definido em Decreto do Poder Executivo, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços de interesse fazendário em meio exclusivamente digital, com validade jurídica plena garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 2º – No prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente lei o Poder Executivo regulamentará mediante Decreto as normas relativas ao uso e emissão da NF-E em todos os aspectos pertinentes, fixando cronograma para inicialização do seu uso, podendo estipular prazos diversos em face da natureza dos serviços e das circunstâncias locais que envolvem o exercício da respectiva atividade econômica.

Parágrafo Primeiro – No prazo máximo de um ano a contar da publicação da regulamentação tratada no caput estará vedado o controle físico de notas fiscais no âmbito deste município, cabendo ao Poder Executivo adotar as providências necessárias ao cumprimento desta lei.

Parágrafo Segundo – Caso expressamente previsto em regulamento do Poder Executivo, os contribuintes não obrigados que optarem espontaneamente pela emissão da NF-E, nos termos de eventual regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo, ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 13 de agosto de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças

**Correia Pinto****PREFEITURA****DECRETO Nº 1469/2019**

Publicação Nº 2123877

DECRETO Nº 1469/2019

DE 14 DE AGOSTO DE 2019

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO."

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2261/2019, DECRETA:

Art. 1º- Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no montante de R\$ 818.142,34 (Oitocentos e dezoito mil e cento e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos), a saber:

10.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CORREIA PINTO:

2.015 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB – Creches e Pré-Escolas:

78 3.1.90.00.00.1019 – Aplicações Diretas R\$ 818.142,34

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 818.142,34

Art. 2º- Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação, na fonte de recurso 1019 – Transferências do FUNDEB 40%.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

**LEI MUNICIPAL Nº 2261/2019**

Publicação Nº 2123878

LEI MUNICIPAL Nº 2261/2019

DE 14 DE AGOSTO DE 2019

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO".

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no montante de R\$ 818.142,34 (Oitocentos e dezoito mil e cento e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos), a saber:

10.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CORREIA PINTO:

2.015 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB – Creches e Pré-Escolas:

78 3.1.90.00.00.1019 – Aplicações Diretas R\$ 818.142,34

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 818.142,34

Art. 2º- Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação, na fonte de recurso 1019 – Transferências do FUNDEB 40%.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se



# Corupá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 5336/19

Publicação Nº 2123526

PORTARIA Nº 5336/19

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE INVENTÁRIO E ALMOXARIFADO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia os Membros da Comissão Municipal de inventário e almoxarifado.

I – DANIELA NEVES DE SOUZA;

II – GABRIELA ELIS STRINGARI;

III – ISRAEL RAMON PEREZ MORALES;

IV – WALDILEIA LIGIA SCHULTZ KLITZKE;

V – WALDIR KRISANSKI JUNIOR

Art. 2º - Caberá ao senhor Waldir Krisanski Júnior Junior presidir a Comissão e a senhora Gabriela Elis Stringari secretariá-la.

Art. 3º - Os membros da Comissão ficarão responsáveis pela contagem, conferência e lançamentos no sistema.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 15 de agosto de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

**DECRETO Nº 1714/19**

Publicação Nº 2123531

**MUNICÍPIO DE CORUPÁ**

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Endereço: Avenida GETULIO VARGAS - 443

Telefone: (47) 3375-6500

E-mail: adm@corupa.sc.gov.br

CEP: 89278000

Cidade: Corupá

**DECRETO Nº 1714/19****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOAO CARLOS GOTTARDI**, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2359/2019 de 14 de agosto de 2019,

**DECRETA:**

**Art. 1** - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 161.700,00 (cento e sessenta e um mil e setecentos reais)

<b>Código</b>	<b>Classificação</b>	<b>Valor</b>
<b>08</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2018	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 161.700,00
134	Referência Dotação	
	<b>TOTAL R\$</b>	<b>161.700,00</b>

**Art. 2** - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

<b>Código</b>	<b>Classificação</b>	<b>Valor</b>
<b>02</b>	<b>GABINETE DO PREFEITO</b>	
001	GABINETE DO PREFEITO	
0004.0122.0006.2002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 14.000,00
3	Referência Dotação	
<b>09</b>	<b>SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO</b>	
001	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL	
0008.0244.0064.2011	MANUT. DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33350000000000000000	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	R\$ 9.000,00
187	Referência Dotação	
<b>06</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
01020029	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 80.000,00
57	Referência Dotação	
<b>06</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1005.2044	SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	
01020029	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 14.000,00
30	Referência Dotação	

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**

**MUNICÍPIO DE CORUPÁ**

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Endereço: Avenida GETULIO VARGAS - 443

Telefone: (47) 3375-6500

E-mail: adm@corupa.sc.gov.br

CEP: 89278000

Cidade: Corupá

**Art. 2** - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

<b>Código</b>	<b>Classificação</b>	<b>Valor</b>
<b>06</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0303.0081.1009	BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	
01020029	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 40.000,00
68	Referência Dotação	
<b>09</b>	<b>SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO</b>	
003	DIVISÃO DE TRABALHO E HABITAÇÃO	
0011.0333.0065.2033	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRABALHO	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 4.700,00
201	Referência Dotação	
<b>TOTAL R\$</b>		<b>161.700,00</b>

**Art. 3** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 15 de agosto de 2019.

**JOAO CARLOS GOTTARDI**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO 0419**

Publicação Nº 2123320

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 4/2019**

Autoriza a realização de Sessão Solene em Homenagem aos 20 Anos de Fundação do Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA e, dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele decreta:

Art.1º - Fica a Câmara de Vereadores de Corupá autorizada a realizar sessão solene em Homenagem aos 20 Anos de Fundação do Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA, a ser realizada em 23 de Setembro de 2019, às 19 horas, no Salão Paroquial da Igreja Matriz São José, neste município de Corupá.

Art.2º - As despesas com a realização do evento constante no art.1º deste Decreto Legislativo correrão por conta do orçamento vigente.

Art.3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 13 de Agosto de 2019.

LAIRTON HARTMANN MULLER
-------------------------

Presidente
------------

**DECRETO LEGISLATIVO 0519**

Publicação Nº 2123322

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 5/2019**

Autoriza a realização de Sessão Solene em Homenagem aos 90 Anos de existência da Escola Municipal de Ensino Fundamental "São José" e, dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele decreta:

Art.1º - Fica a Câmara de Vereadores de Corupá autorizada a realizar sessão solene em Homenagem aos 90 Anos de existência da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, a ser realizada em 23 de Setembro de 2019, às 19 horas, no Salão Paroquial da Igreja Matriz São José, neste Município de Corupá.

Art.2º - As despesas com a realização do evento constante no art.1º deste Decreto Legislativo correrão por conta do orçamento vigente.

Art.3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 13 de Agosto de 2019.

LAIRTON HARTMANN MULLER
-------------------------

Presidente
------------

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 075, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124009

DECRETO Nº 075, de 14 de agosto de 2019.

“DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NO QUADRO EFETIVO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96, VII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 1.521/90 alterada pela Lei nº 2.753, de 25 de setembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA a COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO, para as finalidades dos procedimentos previstos no presente Decreto.

Parágrafo único. À Comissão Municipal de Processo de Concurso cabe acompanhar a divulgação do Edital do Concurso Público, verificar a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

Art. 2º. DESIGNA, sem ônus adicionais para o Município, os servidores do Poder Executivo: VELSONI ENGLER, ANDREIA KRUGER SCHERNER e ROGEMEI SIEGFRIED BRIXNER, e os servidores indicados pelo Poder Legislativo: FLÁVIA CRISTINA STEIN e RICARDO BAUMBACH, para compor, a Comissão Municipal de Acompanhamento de Processo de Concurso Público.

Parágrafo único. Ficam designadas, como Presidente a servidora Velsoni Engler, e como Secretária a servidora Andreia Kruger Scherner, nos termos do Art. 3º da Lei nº 1.521/1990 alterada pela Lei nº 2.753/2017.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 074, de 5 de agosto de 2019.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2019.

JAIRO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

MARCIA REJANE MARKENDORF  
Gerente de Gestão Financeira

### DECRETO Nº 076, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124052

DECRETO Nº 076, de 14 de agosto de 2019.

APROVA DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO Nº (23), QUADRA (01), LOTEAMENTO I – PROGRAMA LAR LEGAL, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE CUNHA PORÃ.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Decreto nº 064 de 21 de junho de 2018 que regulamenta o § 2º do Art. nº 38 da Lei 1.059, de 23 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei 2.558, de 12 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o DESDOBRAMENTO de Lote Urbano nº (23), quadra nº (01), Loteamento I – Programa Lar Legal, com área superficial de (1.207,41m²), localizado na Avenida do Comércio, esquina com a Rua Balduino Dreher, Bairro Augusto Kempfer, perímetro urbano do Município de Cunha Porã de Propriedade: Gilmar Echelmeier – CPF: 018.606.609-08 e Marcia Adriani Reips Echelmeier – CPF: 032.044.099-02, objeto da matrícula 7.429 do Cartório de Registro da Comarca de Cunha Porã, em três partes: O primeiro denominado Lote Urbano nº (23-A), quadra nº (01), com área superficial de (396,76m²); O segundo denominado Lote Urbano nº (23-B), quadra nº (01), com área superficial de (411,85m²); O terceiro denominado Lote Urbano nº (23-C), quadra nº (01), com área superficial de (398,80m²), cuja descrição passa a ser:

I - LOTE URBANO Nº 23-A, do "Loteamento I - Programa Lar Legal", com a área de 396,76 m<sup>2</sup> (Trezentos e Noventa e seis metros e setenta e seis décimos quadrados), situado neste Município e Comarca de Cunha Porã – SC, sem edificações, CONFRONTANDO:- ao Norte, com a Rua Balduino Dreher, na extensão de 22,65 metros;- ao Sul, com o lote urbano nº 23-B, matrícula nº 7.429 na extensão de 29,07 metros;- ao Leste, com a Avenida do Comércio, na extensão de 17,06 metros;- ao Oeste, com o lote urbano nº 23-C, matrícula nº 7.429, na extensão de 15,31 metros. Dito imóvel está localizado no lado ímpar da Avenida do Comércio, esquina formada com a Rua Balduino Dreher, neste Município e Comarca de Cunha Porã – SC, cadastro municipal – 9021673-0.

II - LOTE URBANO Nº 23-B, do "Loteamento I - Programa Lar Legal", com a área de 411,85 m<sup>2</sup> (Quatrocentos e onze metros e oitenta e cinco décimos quadrados), situado neste Município e Comarca de Cunha Porã – SC, sem edificações, CONFRONTANDO:- ao Norte, com o lote urbano nº 23-A, matrícula nº 7.429, na extensão de 29,07 metros;- ao Sul, com a Matrícula 7.433, correspondente ao lote urbano nº 27, da Igreja Evangélica Congregacional do Brasil, na extensão de 34,47 metros;- ao Leste, com a Avenida do Comércio, na extensão de 14,37 metros;- ao Oeste, com o lote urbano nº 23-C, matrícula nº 7.429 na extensão de 12,99 metros.

Dito imóvel está localizado no lado ímpar da Avenida do Comércio, distando 17,06 metros da esquina formada com a Rua Balduino Dreher, neste Município e Comarca de Cunha Porã – SC, cadastro municipal – 90216731-0.

III - LOTE URBANO Nº 23-C, do "Loteamento I - Programa Lar Legal", com a área de 398,80 m<sup>2</sup> (Trezentos e noventa e oito metros e oitenta décimos quadrados), situado neste Município e Comarca de Cunha Porã – SC, sem edificações, CONFRONTANDO:- ao Norte, com a Rua Balduino Dreher, na extensão de 14,13 metros;- ao Sul, por duas linhas, a primeira com a Matrícula nº 7.434, correspondente a Área Verde 01, do Município de Cunha Porã, na extensão 9,53 metros; a segunda com a Matrícula 7.433, correspondente ao lote urbano nº 27, da Igreja Evangélica Congregacional do Brasil, na extensão de 4,60 metros;- ao Leste, por duas linhas, a primeira com o lote urbano nº 23-A, matrícula nº 7.429 na extensão de 15,31 metros; a segunda com o lote urbano nº 23-B, matrícula nº 7.429 na extensão de 12,99 metros;- ao Oeste, com a matrícula nº 7.428, correspondente ao lote urbano nº 22, de Dircéia Kölln, na extensão de 28,24 metros. Dito imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Balduino Dreher, distando 22,65 metros da esquina formada com a Avenida do Comércio, neste Município e Comarca de Cunha Porã – SC, cadastro municipal – 90216732-0.

Art. 2º. . Fica revogado o Decreto nº 058, de 18 de junho de 2019.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2019.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

## DECRETO Nº 077, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124203

DECRETO Nº 077, de 14 de agosto de 2019.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito de Cunha Porã (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e com o disposto na Lei nº 2.784/2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o REGIMENTO INTERNO do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS do MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ (SC), nos termos do Anexo I.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2019.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

MARCIA REJANE MARKENDORF

Gerente de Gestão Financeira

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DA NATUREZA, COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO

Art. 1º. O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / CMAS do Município



de Cunha Porã -SC.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Assistência Social, órgão superior de deliberação colegiada, instituído pela lei nº 2.784, de 1º de outubro de 2018, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, reger-se-á por este Regimento Interno, por suas Resoluções e pelas Leis que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Assistência Social, neste Regimento Interno, será designado por CMAS.

Art. 3º. A Assembleia Geral do CMAS, entre outras atribuições, tem competência para:

I – elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação e, demais normas e legislações definidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

III – convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas;

IV – encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS e de Recursos Humanos (NOB RH/SUAS));

VIII - zelar pela implementação do SUAS, conforme especificidades/ responsabilidades no âmbito das três esferas de governo, bem como a efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - informar ao CEAS (Conselho Estadual de Assistência social) e CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV – encaminhar a documentação das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município ao gestor municipal de Assistência Social para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XVII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto em lei que regulamenta a matéria;

XVIII – estabelecer de forma conjunta com o conselho municipal do idoso a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

XIX - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XX – publicar todas suas deliberações em Mural público.

Art. 4º. O CMAS é composto pelos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões; e

IV - Secretaria Executiva.

## TÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

#### CAPÍTULO I

##### COMPOSIÇÃO

Art. 5º. O Colegiado do CMAS é composto de doze membros efetivos e igual número de suplentes, representando entidades governamentais e representantes da sociedade civil paritariamente, conforme estabelecido no artigo 20 da Lei nº 2.784/2018, sendo:

I - seis representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) um da Secretaria Municipal de Educação;

c) um da Secretaria Municipal da Saúde;

d) um da Secretaria Municipal da Agricultura;

e) um da Secretaria de Administração e Fazenda;

f) um Representante da Segurança Pública;

II - seis representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:



- a) dois representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;
- b) dois representantes de entidades e/ou organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS; e
- c) dois representantes de trabalhadores do SUAS.

§ 1º. Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 5º devem ser indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º. No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos.

§ 3º. Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social.

§ 4º. Serão consideradas entidades de assistência social aquelas devidamente inscritas no CMAS que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento e/ou defesa e garantias de direitos aos beneficiários abrangidos pela LOAS, conforme estabelecido na resolução do CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010 e decreto presidencial 6.308 de 14 de dezembro 2007.

§ 5º. Serão considerados trabalhadores do SUAS: todas as formas de organização de trabalhadores do setor como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas, fórum nacional, e fóruns regionais, estaduais e municipais de trabalhadores, que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, na Política Nacional de Assistência Social- PNAS e no Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Os critérios para definir se uma organização é representativa dos trabalhadores do SUAS estão previstos no artigo 2º da Resolução do CNAS nº 06 de 21 de maio de 2015.

Art. 6º. O processo de escolha dos conselheiros representantes da sociedade civil será coordenado por uma Comissão Eleitoral, composta por três membros do CMAS, sendo um representante governamental e dois representantes da sociedade civil, escolhidos por maioria simples dos conselheiros e nomeada pelo Presidente do CMAS.

I - compete a Comissão Eleitoral:

- a) estabelecer a rotina do processo eleitoral;
- b) coordenar e fiscalizar todas as atividades relativas ao processo eleitoral;
- c) analisar e decidir sobre o deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição no processo eleitoral;
- d) coordenar a assembleia eleitoral;
- e) decidir os recursos e impugnações sobre o processo eleitoral;
- f) apoiar as entidades na convocação e divulgação da eleição;
- g) enviar o resultado da eleição para homologação.

§ 1º. É condição para compor a comissão eleitoral, os membros não serem candidatos a conselheiro.

§ 2º. Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 3º. Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

Art. 7º. Os membros do CMAS terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 8º. Na primeira reunião após a eleição da sociedade civil, o CMAS elegerá a Mesa Diretora pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de dois anos, permitida uma única recondução, os seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) 1º Secretário; e
- d) 2º Secretário.

Parágrafo único. A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil, respeitadas as seguintes condições:

- a) Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o/a vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição por maior simples para finalizar o mandato, através de voto secreto, pelos membros titulares ou no exercício da titularidade presentes na Assembleia Geral;
- b) Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante governamental ou da sociedade civil, não poderá ser interrompida a alternância entre governo e sociedade civil, cabendo ao Plenário do Conselho realizar nova eleição por maioria simples para finalizar o mandato, através de voto secreto ou por aclamação, pelos membros titulares ou no exercício da titularidade presentes na Assembleia Geral;

Art. 9º. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos (as) os(as) Conselheiros(as), titulares e suplentes, e os(as) técnicos(as) do Conselho.

Art. 10. Compete aos Conselheiros do CMAS:

- I - Participar de todas as reuniões do Conselho, devendo manifestar-se a respeito de matérias em discussão e participar das comissões ou grupos de trabalho para o qual for designado;
- II - Solicitar a convocação de reuniões extraordinárias na forma estabelecida pelo presente Regimento;
- III - Desempenhar, com qualidade e responsabilidade, o cargo para o qual foi eleito ou designado;
- IV - Sugerir alterações no regimento interno;
- V- Apresentar proposições sobre assuntos de interesse da Assistência Social, fiscalizando sua execução;
- VI - Votar e ser votado para os cargos do Conselho;
- VII - Exercer atribuições no âmbito de sua competência ou outras designadas pela Plenária;

## CAPÍTULO II FUNCIONAMENTO

Art. 11. O CMAS compor-se-á dos seguintes órgãos:

- I - Assembleia Geral;
- II - Mesa Diretora;
- III - Comissões; e
- IV - Secretaria Executiva.

Parágrafo único. A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

### SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

#### SUBSEÇÃO I DAS REUNIÕES E SEUS PARTICIPANTES

Art. 12. O CMAS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente ou, extraordinariamente, por convocação da Presidência ou de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros, observado o prazo preferencial de 05 (cinco) dias úteis para a convocação de reunião.

Parágrafo Único. A realização de reunião ordinária no mês de janeiro fica facultada à deliberação do Colegiado, quando da aprovação do calendário anual de reuniões ordinárias.

Art. 13. Serão convocados para comparecer às reuniões os Conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, devendo justificar quando de sua ausência.

Art. 14. A assembleia geral instalar-se-á e deliberará em primeira chamada com a presença de, no mínimo, de 2/3 e em segunda chamada, metade mais um dos conselheiros titulares ou suplentes no exercício da titularidade, realizada, no máximo, em 30 minutos após a primeira chamada.

Parágrafo Único. Quando se tratar de matérias relacionadas à aprovação de plano Plurianual, alteração do Regimento Interno, à eleição da Presidência, às relativas ao Orçamento da Assistência Social e ao Fundo Municipal de Assistência Social, a aprovação dar-se-á com votos favoráveis de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros do CMAS em primeira chamada e de metade mais um em segunda chamada, realizada, no máximo, em uma hora após a primeira chamada.

Art. 15. Será substituído o Conselheiro representante do governo ou da sociedade civil que renunciar ou não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas na vigência do mandato, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificada por escrito à Presidência.

Art. 16. Nas ausências do Presidente e do Vice-presidente, a Presidência será exercida pelo (a) 1º secretário (a), ou pelo (a) 2º secretário, ou ainda por um dos membros titulares presentes, escolhido pela Assembleia para o exercício da função.

#### SUBSEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES E PROCEDIMENTOS

Art. 17. As reuniões do CMAS obedecerão aos seguintes procedimentos:

- I - verificação de "quórum" para o início das atividades da reunião;
- II - qualificação e habilitação dos Conselheiros para votar;
- III - aprovação da ata da reunião anterior;
- IV - aprovação da pauta da reunião;
- V - informes da Secretaria Executiva, da Presidência, dos Conselheiros, da Secretaria Municipal de Assistência Social e das Comissões Interadoras;
- VI - relatos dos conselheiros que representaram o CMAS em eventos;
- VII - relatos das Comissões Especiais;
- VIII - apresentação, discussão e votação de matérias constantes em pauta;
- IX - breves comunicados; e
- X - encerramento.

#### SUBSEÇÃO III DA PAUTA

Art. 18. A pauta da reunião, elaborada pela Mesa diretora, será comunicada previamente a todos os Conselheiros Titulares e Suplentes.

§ 1º. Em casos de emergência ou relevância, a Plenária do CMAS poderá alterar a pauta da reunião.

§ 2º. Os assuntos não apreciados na reunião do Colegiado, a critério da Plenária, deverão ser incluídos na ordem do dia da reunião subsequente.

§ 3º. A matéria que entrar na pauta de reunião deverá ser apreciada e votada, quando for o caso, no máximo em duas sessões subsequentes.

§ 4º. Por solicitação do Presidente, mediante aprovação da Plenária, poderá ser incluída na pauta do dia, matéria relevante que necessite de decisão urgente do CMAS.

Art. 19. Todas as reuniões serão abertas à comunidade, que poderá manifestar-se, mediante inscrição, apenas com direito a voz

#### SUBSEÇÃO IV DO RELATO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Art. 20. Os Conselheiros que tem participado em eventos representando o CMAS deverão, por meio de breves comunicados, relatarem sua participação ao Colegiado.

#### SUBSEÇÃO V DAS DELIBERAÇÕES

Art. 21. A matéria sujeita à deliberação do CMAS deverão ser encaminhadas a Mesa Diretora, por intermédio do Conselheiro interessado.

Art. 22. A deliberação da matéria sujeita à votação obedecerá a seguinte ordem:

I - o Presidente concederá a palavra ao Conselheiro, que apresentará a matéria;

II - terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão;

III - encerrada a discussão, realizar-se-á a votação.

Art. 23. Terão direito a voto os Conselheiros titulares, e suplentes no exercício da titularidade.

§ 1º. Os Conselheiros suplentes terão direito a voz e serão chamados a votar nos casos de vacância, impedimento, suspensão ou ausência do respectivo titular.

§ 2º. Os votos serão registrados em ata da reunião.

Art. 24. As resoluções do CMAS, aprovadas em Plenária, serão publicadas em diário oficial.

#### SUBSEÇÃO VI DA ATA

Art. 25. Em todas as reuniões será lavrada ata, pela Secretaria, com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, devendo constar pelo menos:

I - resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do Conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;

II - relação dos temas abordados, com indicação do responsável pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro;

III- as deliberações, inclusive quanto à aprovação da ata de reunião anterior, aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte, com registro do número de votos contra, votos a favor e abstenções, incluindo votação nominal solicitada.

§ 1º. O teor das matérias tratadas nas reuniões do CMAS estará disponível na Secretaria Executiva.

§ 2º. As emendas e correções à ata serão realizadas no início da reunião, que a apreciará.

#### SESSÃO II DAS COMISSÕES TEMÁTICAS E GRUPOS DE TRABALHO

Art. 26. As Comissões Temáticas, de natureza permanente e os Grupos de trabalho, de natureza temporária, tem por finalidade subsidiar o Colegiado no cumprimento de sua competência.

Parágrafo único. As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros (as) titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores (as), os (as) representantes de outras entidades, outros representantes dos(as) usuários(as) ou de organizações de usuários(as), ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;

b) de Financiamento e Orçamento;

c) de Políticas, Divulgação e Comunicação;

Art. 27. As Comissões Temáticas e os Grupos de Trabalho serão constituídos preferencialmente de forma paritária, compostas, segundo suas afinidades com os temas das respectivas Comissões.

Parágrafo Único. As Comissões Temáticas contarão com o apoio técnico e operacional da Secretaria Executiva, por meio das respectivas Coordenações.

Art. 28. As Comissões Temáticas apresentarão o relato das discussões realizadas referente as questões encaminhadas pela Presidência ou pela Plenária.

Art. 29. O documento final do trabalho realizado pelas Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho será relatado na Plenária, para discussão e deliberação.

#### CAPÍTULO III ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO COLEGIADO

##### SEÇÃO I DO PRESIDENTE

Art. 30. Compete ao Presidente do CMAS:

I - cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado;

II - representar judicial e extrajudicialmente o CMAS;

- III - representar o CMAS nas atividades de caráter permanente;
- IV - convocar, presidir, coordenar e manter a boa ordem nas reuniões do Colegiado;
- V - tomar parte das discussões e votar;
- VI - exercer o voto de qualidade, no caso de persistência de empate;
- VII - baixar atos decorrentes de deliberações do CMAS;
- VIII - delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação do Colegiado;
- IX - decidir sobre as questões de ordem;
- X - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Secretaria executiva;
- XI - decidir, ad referendum, acerca de assuntos emergenciais quando houver impossibilidade de consulta a Plenária;
- XII - dar encaminhamentos às denúncias recebidas ao CMAS.

## SEÇÃO II DO VICE-PRESIDENTE

Art. 31. Compete ao Vice-Presidente do CMAS:

- I - substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências;
- II - auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Colegiado.

## SEÇÃO III DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

Art. 32. Cabe ao Primeiro Secretário:

- I - Acompanhar, coordenar e revisar as atas elaboradas pela equipe de Assessoria do CMAS;
- II – inscrever as pessoas presentes à reunião que quiserem manifestar-se;
- III – substituir o Vice-Presidente nas ausências e impedimentos deste;
- IV – Adotar medidas destinadas ao bom funcionamento das plenária.

## SEÇÃO IV DO SEGUNDO SECRETÁRIO

Art. 33. Cabe ao Segundo Secretário:

- I - Substituir o 1º Secretário em suas faltas e ausências;
- II - Acompanhar e manter-se atualizado sobre todas as atividades do Conselho;
- III - Auxiliar o 1º Secretário no cumprimento de suas atribuições.

## TÍTULO III DA SECRETARIA EXECUTIVA

### CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPETÊNCIAS

Art. 34. O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, diretamente subordinada a Mesa Diretora, para dar suporte ao cumprimento de suas competências.

Art. 35. A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de, no mínimo, por um Secretário Executivo de nível superior, sendo graduado preferencialmente em serviço social, designado para o assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno.

Art. 36. São competências da Secretaria Executiva:

- I – ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.
- II - promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CMAS;
- III - dar suporte técnico-operacional para o CMAS, com vistas a subsidiar as realizações das reuniões do Colegiado;
- IV - dar suporte técnico-operacional às Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;
- V - acompanhar as atividades de capacitação para os Conselheiros Municipais de Assistência Social, em conformidade com as diretrizes definidas pelo Colegiado;
- VI - dar cumprimento aos procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas pelo CMAS.

Art. 37. A secretaria Executiva deverá ter um Secretário Executivo, com as seguintes atribuições:

- I - coordenar, supervisionar, dirigir e estabelecer o plano de trabalho da secretaria executiva;
- II - propor a Presidência e ao Colegiado a forma de organização e funcionamento da Secretaria Executiva;
- III - levantar e sistematizar as informações que permitam ao CMAS tomar as decisões previstas em Lei;
- IV - coordenar as atividades técnico-operacional de apoio ao CMAS;
- V - assessorar o Presidente, as Comissões e Grupos de Trabalho na articulação com os Conselhos Setoriais e outros órgãos que tratam das demais políticas públicas;
- VI - assessorar a Presidência na preparação das pautas das reuniões;
- VII - delegar competências de sua responsabilidade;
- VIII - secretariar as reuniões da Plenária;
- IX - promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do CMAS;

- X - coordenar a sistematização do relatório anual do CMAS;
- XI - elaborar relatório anual das atividades da Secretaria executiva;
- XII - zelar pelo cumprimento das competências atribuídas no Regimento Interno;
- XIII - assinar certidões sobre a situação dos processos que tramitam no CMAS;
- XIV - assessorar o CMAS na articulação com os órgãos de controle interno e externo;
- XV - expedir atos internos que regulem as atividades administrativas.
- XVI - Manter organizado e atualizado o serviço de informação de dados processuais do CMAS referente as entidades e organizações que foram registradas e certificadas no CMAS.
- XVII - Prestar assessoria técnica de publicação das informações do CMAS.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Os Conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no Colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social, será emitido Certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados.

Parágrafo único. É permitido o pagamento de despesas quando os conselheiros estiverem no de sua função.

Art. 39. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão dirimidos pela Assembleia Geral do CMAS.

Parágrafo Único - Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS em reunião ordinária realizada em 5 de agosto de 2019 e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Cunha Porã (SC), 14 de agosto de 2019.

Presidente do CMAS

#### DECRETO Nº 078, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124236

DECRETO Nº 078, de 14 de agosto de 2019.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AS COMEMORAÇÕES DO NATAL 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 42 § 2º da Lei Complementar nº 40;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros da COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AS COMEMORAÇÕES DO NATAL 2019 DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, a saber:

Governo Municipal:

- Dayan Bonfanti;
- Viviane Seben;
- Bruna Dreyer;
- Eliane Maria Duranti Becker;
- Ilhana Aguiar Piazzollo;
- Lovanor Fiorese;
- Nestor Grando;
- Derlaine Wommer;
- Sedenir César Kipper;
- Simone Drehmer;
- Tatiana Henicka;
- Terezinha Inês Rampi;
- Valdo Artmann.

Da Comunidade/voluntários:

- Bruna Ebeling;
- Adriane Possa;

CDL/ACISACP:

- Taciane Oesterreich

Art. 2º. A Comissão nomeada no Art. 1º é encarregada de organizar os eventos e atividades em comemoração ao Natal 2019.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2019.

JAIRO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

MARCIA REJANE MARKENDORF  
Gerente de Gestão Financeira

#### **PORTARIA Nº 410, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123900

PORTARIANº 410, de 13 de agosto de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL LILIAN WIDECK E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias de 30 (trinta) dias, a partir de 08 de agosto de 2019 até 06 de setembro de 2019, à servidora municipal LILIAN WIDECK, matrícula 3109-7, DIRETORA DE COMPRAS, referente ao período aquisitivo de 16.01.2018 a 15.01.2019.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria retroagem ao dia 08.08.2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de agosto de 2019.

JAIRO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

#### **PORTARIA Nº 412, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123944

PORTARIANº 412, de 13 de Agosto de 2019.

NOMEIA KELIN CORREA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO as disposições do art. 53 da Lei Municipal 2797/18.

CONSIDERANDO o resultado da escolha suplementar do Conselho Tutelar em 28 de junho de 2019;

CONSIDERANDO a Ata de Escolha Suplementar nº 003 mandatos 2016/2019 de 25 de junho de 2019;

CONSIDERANDO o período de férias regulamentares da conselheira titular da vaga;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, em 14 de Agosto de 2019, KELIN CORREA, para as funções de Conselheira Tutelar, com carga horária e vencimentos conforme o art. 53 da Lei Municipal 2797/18.

Art. 2º - As atribuições do Conselho Tutelar estão definidas na Lei Federal 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de Agosto de 2019.

JAIRO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA Nº 411, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123917

PORTARIANº 411 de 13 de agosto de 2019.

EXONERA KARINA SIGNOR CONTRATADA TEMPORARIAMENTE PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 70/18 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o retorno da titular da vaga Danielli Becker.

RESOLVE:

Art. 1º.EXONERAR, a partir de 13 de agosto de 2019, KARINA SIGNOR contratada temporariamente para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação no C.E.I Pequenos Brilhantes, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 070/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação;

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de agosto de 2019.

JAIRO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.



# Cunhataí

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 155/2019

Publicação Nº 2123838

PORTARIA Nº. 155/2019, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

Designa Servidora Pública Municipal para assinar cheques, efetuar pagamentos e transferências on-line conjuntamente com o Vice Prefeito, referente as despesas do Município de Cunhataí – SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 793/2014, de 23/04/2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor Público Municipal DIRCEU HOSS, para movimentação das contas correntes do Banco do Brasil do Município de Cunhataí – SC, FMAS e Fundo Municipal da Saúde, emitindo e assinando os cheques, abrir e encerrar contas de depósito, consultar saldos, extratos e comprovantes on-line, requisitar talonário de cheques, endossar cheques, retirar cheques devolvidos, baixar cheques, efetuar movimentação Auto atendimento Setor Público, efetuar pagamentos e transferências de títulos e convênios on-line (via ASP), efetuar resgates e aplicações financeiras, efetuar saques, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, alterar limites de movimentação, emitir e liberar ordens bancárias, autorizar cobrança e autorizar outros débitos, conjuntamente com o SANDRA KERBES PERSCH, referente às despesas do Município de Cunhataí – SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 09 de agosto de 2019.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### PORTARIA Nº 156/2019

Publicação Nº 2123839

PORTARIA Nº. 156/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre Contratação Temporária de Servidores Municipais por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 211, V, da lei complementar nº. 002/2007, lei complementar nº. 003/2007, chamada pública / edital nº. 007/2019 de 08 de agosto de 2019.

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação e a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação da chamada pública / edital nº. 007/2019, para o cargo de Professores/Recreador/Educador Social para atuar junto ao CRAS, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade; E considerando a ausência de profissionais efetivos na referida disciplina, e para não prejudicar o andamento das oficinas oferecidas pelo CRAS no ano de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, pelo período de 19/08/2019 a 20/12/2019, a servidora municipal abaixo relacionada:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO
Gean Gustavo Koop	Ed. Fisica - Recreação	CRAS - SOCIAL

§1º. O servidor ficara lotado na Secretaria Municipal Ação Social e Habitação, com carga horária de 20hs00 semanais, e percebendo os vencimentos conforme respectiva função,

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Cunhataí - SC, 14 de agosto de 2019.

DIRCEU HOSS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

AUGUSTO DIEL MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2019

Publicação Nº 2123690

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2019

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE DOSES DE VACINA ANTIRRABICA PARA CÃES E GATOS, PARA USO NA CAMPANHA DE VACINAÇÃO COORDENADA PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 27/08/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas. A partir das 14:00 horas do dia 27/08/2019, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 13 de Agosto de 2019.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2019

Publicação Nº 2124420

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2019

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA AMPLIAÇÃO DO PARQUE DA CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 28/08/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas. A partir das 18:00 horas do dia 28/08/2019, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 14 de Agosto de 2019.

José Greison da Silva Rocha  
Presidente do Fundo

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2019

Publicação Nº 2124421

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2019

O Fundo de Cultura de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA UTILIZAÇÃO DURANTE AS COMEMORAÇÕES DA SEMANA FARROUPILHA. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 28/08/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas. A partir das 16:00 horas do dia 28/08/2019, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 14 de Agosto de 2019.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 44/2018**

Publicação Nº 2123692

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

O Município de Curitiba, através de sua autoridade competente decide RESCINDIR o contrato nº 44/2018 e termo aditivo nº 176/2019 firmado a partir do Pregão Presencial nº 233/2017, entre o Município de Curitiba, inscrito no CNPJ nº 83.754.044/0001-34, e a empresa LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI EPP, inscrito no CNPJ nº 00.521.103/0001-05, situada na Rua 29 DE Julho, 224, Sala 01, Centro, Concórdia – SC, , que tem como objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para, em regime de execução indireta, prestar serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e compactáveis gerados dentro dos limites do perímetro urbano de Curitiba e nas localidades: Reassentamento Novo Amanhecer (32 Km), Reassentamento Santo Expedito (40 Km), Reassentamento Madre Paulina (09 Km), Assentamento 1º de Maio (18 km), Assentam. Irmã Jandira (17 km), Assentamento Neri Fabris (14 km), Assentamento Herdeiros, nos termos que seguem:

**RELATÓRIO**

A empresa Lider Materiais Elétricos Eireli EPP, através de ofício, solicita a rescisão amigável, pois a empresa encontra-se em dificuldades financeiras/fiscal, mas que em momento algum deixou de prestar o serviço, zelando e cumprindo com o contrato, sem prejuízo ao município. É o relato necessário! Passo a decidir:

**FUNDAMENTAÇÃO**

. A hipótese objeto de análise, constitui motivo para a rescisão do contrato, na forma prevista no art. 78, inciso XVII, da Lei 8.666/93, e também descumprimento contratual quanto à regularidade fiscal, a seguir transcritos:

“Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

XVII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução contrato

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;”

“Cláusula Décima: O presente contrato está vinculado ao processo licitatório, obrigando-se a CONTRATADA em manter durante a vigência do mesmo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.”

De todos os documentos que acompanham o presente procedimento, não sobejam dúvidas acerca do motivo apresentado pela empresa, nas exatas hipóteses destacadas do art. 78 da Lei de Licitações.

Nestes termos, RESCINDO o contrato nº 44/2018 e termo aditivo nº 176/2019, na forma prevista na Cláusula Sétima alínea “c” do Termo de Contrato, e ainda em conformidade com o art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, tudo conforme fundamentação acima exposta.

Considerando que a empresa não deixou de prestar o serviço conforme contratado inicialmente, sendo que, desta forma não causou prejuízo à Administração Pública, o município deixa de aplicar as sanções previstas na lei 8.666/93.

Os efeitos desta rescisão passam a valer a partir do dia 19/08/2019.

Publique-se, registre-se e intimem-se os interessados.

Curitiba/SC, 05 de Agosto de 2019.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Lider Materiais Elétricos Eireli EPP  
Empresa Contratada

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 293/2019**

Publicação Nº 2123991

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 139/2019 - CC</b>
<b>CNPJ:</b> 83.754.044/0001-34 <b>Rua Coronel Vidal Ramos, 860</b> <b>C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> 139/2019 <b>Processo de Licitação:</b> 139/2019 <b>Data do Processo:</b> 11/07/2019

Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CBUQ - DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA /PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS SOB Nº 0526.862, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 293/2019 (Sequência: 1)**

Ao(s) 14 de Agosto de 2019, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 225/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 139/2019, Licitação nº 139/2019 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** FOI REALIZADA A ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO DAS EMPRESAS HABILITADAS, SENDO QUE, VERIFICOU-SE QUE: A EMPRESA VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA APRESENTOU PROPOSTA EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, COM VALOR DE: ITEM 1 R\$ 406.893,32 ITEM 2 R\$ 531.002,72 ITEM 3 R\$ 710.244,37 ITEM 4 R\$ 287.502,45 ITEM 5 R\$ 704.132,86 ITEM 6 R\$ 1.183.377,72 ITEM 7 R\$ 116.298,72 ITEM 8 R\$ 156.258,04 ITEM 9 R\$ 443.979,42 ITEM 10 R\$ 473.901,45 ITEM 11 R\$ 276.682,95 ITEM 12 R\$ 181.673,74 ITEM 13 R\$ 934.702,15 ITEM 14 R\$ 101.231,54. A EMPRESA CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA APRESENTOU PROPOSTA EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, COM VALOR DE: ITEM 1 R\$ 408.579,35 ITEM 2 R\$ 533.070,31 ITEM 3 R\$ 713.991,43 ITEM 4 R\$ 289.900,48 ITEM 5 R\$ 707.224,13 ITEM 6 R\$ 1.195.706,32 ITEM 7 R\$ 117.537,20 ITEM 8 R\$ 158.025,32 ITEM 9 R\$ 448.203,91 ITEM 10 R\$ 476.135,58 ITEM 11 R\$ 278.169,32 ITEM 12 R\$ 182.721,22 ITEM 13 R\$ 939.624,37 ITEM 14 R\$ 101.122,71. CONSIDERANDO QUE REFERENTE AOS ITENS 01 A 13, FICOU DENTRO DA MARGEM DE 10% ENTRE OS VALORES DAS EMPRESAS PARTICIPANTES, E QUE, A EMPRESA CONSBRITA CONSTRUTORA LTDA POSSUI O DIREITO DE GOZAR OS BENEFÍCIOS DA LC 123 E 147, FICA ABERTO O PRAZO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS PARA APRESENTAÇÃO DE NOVA PROPOSTA DE PREÇO, SE ASSIM A EMPRESA DESEJAR. FICA AINDA, A EMPRESA CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, CONSIDERADA VENCEDORA DO ITEM Nº 14 POR APRESENTAR MENOR VALOR. FICA ABERTO O PRAZO PARA PROTOCOLO DE RECURSO.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 14 de Agosto de 2019

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- ..... - SECRETARIA
CRISTIANE JAQUELINE PEREIRA SANDRI	- ..... - 1º MEMBRO
ROBERTO CARLOS DA SILVA	- ..... - 2º MEMBRO
CRISTIANO FRANÇA PEREIRA	- ..... - 3º MEMBRO
PAULO AUGUSTO COSTA GRANEMANN	- ..... - 4º MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

GEOVANA SUCHARA DO NASCIMENTO	- ..... - Representante
ISAAC JEFERSON APPELT	- ..... - Representante Sociedade

# Descanso

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 04/2019 - PMD

Publicação Nº 2123383

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2019  
CONCORRENCIA PÚBLICA 04/2019

O MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica retirado o lote 05, localizado na Linha Pratinha, matrícula nº 258, dentre os relacionados para venda, permanecendo sem alteração os demais lotes e data de abertura e julgamento das propostas. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3623-0161 ou pelo e-mail: [compras@descanso.sc.gov.br](mailto:compras@descanso.sc.gov.br).

Descanso (SC), 14 de Agosto de 2019.  
SADI INACIO BONAMIGO  
Prefeito Municipal

### DECRETO 983/2019 - SF, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 14.229,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2123922

DECRETO Nº 983/2019-SF, de 13 de agosto de 2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 14.229,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1668/2018, de 27 de novembro de 2018.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.229,00 (quatorze mil, duzentos e vinte e nove reais), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade:	06.09	FUNDO MUNIC.DE EDUCAÇÃO DE DESCANSO-FME
Proj./Ativ.	12.361.0030.2.017	Manut.Modernização e Func.Dpto.de Educação
4.4.90.00.00.00.00.0501		Aplicações Diretas (38) 4.229,00
Órgão:	13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade:	13.23	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Proj./Ativ.	28.846.0027.0.002	Pgto de Despesas Diversas ao Encargo do Município
3.3.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (156) 10.000,00
		T O T A L 14.229,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior a redução em igual valor das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade:	06.09	FUNDO MUNIC.DE EDUCAÇÃO DE DESCANSO-FME
Proj./Ativ.	12.361.0030.2.017	Manut.Modernização e Func.Dpto.de Educação
3.3.90.00.00.00.00.0501		Aplicações Diretas (37) 4.229,00
Órgão:	13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade:	13.23	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Proj./Ativ.	28.846.0027.0.002	Pgto de Despesas Diversas ao Encargo do Município
3.1.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (154) 10.000,00
		T O T A L 14.229,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2019, da LDO 2019 - Lei Municipal nº 1655/2018 e da LOA 2019 - Lei Municipal nº 1668/2018, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 14.229,00 (quatorze mil, duzentos e vinte e nove reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 13 de agosto de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello

Chefe da Divisão de Pessoal - RH

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019 RETIFICAÇÃO - PMD**

Publicação Nº 2124255

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019

RETIFICAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção, reparação de paredes, pintura predial de paredes internas e externas, portas, portões, grades, esquadrias de madeira e esquadrias metálicas, corrimões, pisos, instalação de guarda-corpos e outros, com fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra, conforme planilha orçamentária e memorial descritivo, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

O Município de Descanso torna público aos interessados que a data correta de recebimento dos envelopes de documentação e propostas é até às 08h30min horas do dia 22/08/2019, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08h30min horas do mesmo dia e não dia 23/08/2019.

A integra do Edital Retificado encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 14 de Agosto de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATO 28 E 29-2019 - TOMADA DE PREÇOS 72-2019 - PMDC

Publicação Nº 2123230

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 28/2019 - PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS EIRELI

Valor ..... : 35.757,20 (trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos)

Vigência ..... : Início: 14/08/2019 Término: 13/08/2020

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 72/2019

Recursos ..... : Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (105),

1.099.4.4.90.00.00.00.00 (141)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO TERMINAL RODOVIARIO INTERESTADUAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CONFORME ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO. CONTRATO DE REPASSE Nº

1.059.059-09/2018 - CONVENIO Nº 872.020/2018

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 14 de Agosto de 2019

Contrato Nº.: 29/2019 - PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA

Valor ..... : 114.744,42 (cento e quatorze mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 14/08/2019 Término: 13/08/2020

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 72/2019

Recursos ..... : Dotação: 1.099.4.4.90.00.00.00.00 (141),

1.099.4.4.90.00.00.00.00 (142)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO TERMINAL RODOVIARIO INTERESTADUAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CONFORME ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO. CONTRATO DE REPASSE Nº

1.059.059-09/2018 - CONVENIO Nº 872.020/2018

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 14 de Agosto de 2019

### HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 78-2019 - PMDC

Publicação Nº 2123341

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/19

HOMOLOGAÇÃO: 14/08/19

CONTRATADO: QUARK ENGENHARIA LTDA - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA e HABILITADA PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DAS RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 138.004,32 (cento e oito mil e quatro reais e trinta e dois centavos)

DATA: 14/08/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

### HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 38-2019 - FMS

Publicação Nº 2123509

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/19

HOMOLOGAÇÃO: 14/08/19

CONTRATADO: ARLEI RIZZOTTO - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E



CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, UTILIZADOS NOS 06 (SEIS) (ESF's) ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, E NO (CEO) CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.999,79 (vinte e nove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos)

DATA: 14/08/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

## **HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 72-2019 - PMDC**

Publicação Nº 2123213

TOMADA DE PREÇO Nº 72/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/19

HOMOLOGAÇÃO: 14/08/19

CONTRATADO: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CONFORME ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO.

CONTRATO DE REPASSE Nº 1.059.059-09/2018 - CONVENIO Nº 872.020/2018

VALOR DA DESPESA: R\$ 114.744,42 (cento e quatorze mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)

DATA: 14/08/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO Nº 72/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/19

HOMOLOGAÇÃO: 14/08/19

CONTRATADO: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS EIRELI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CONFORME ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO.

CONTRATO DE REPASSE Nº 1.059.059-09/2018 - CONVENIO Nº 872.020/2018

VALOR DA DESPESA: R\$ 35.757,20 (trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos)

DATA: 14/08/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2019 - PREGÃO 38-2019 - FMS**

Publicação Nº 2123506

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/8

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 38/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2019**

No dia 14 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.265.919/0001-23, com sede administrativa localizada na RUA DOM PEDRO II, Nº 969, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 38/2019, Processo Licitatório nº. 38/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, UTILIZADOS NOS 06 (SEIS) (ESF's) ESTRATÉGIA SAUDE DA FAMILIA, E NO (CEO) CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8432	ARLEI RIZZOTTO - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28
6033	DISTRIBUIDORA ODONTO HOSPITALAR SAO MIGUEL LTDA -	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ARLEI RIZZOTTO - ME	09.400.372/0001-80	ARLEI RIZZOTTO	905.261.049-53
DISTRIBUIDORA ODONTO HOSPITALAR SAO MIGUEL LTDA -	79.007.241/0001-12	JEAN ROBERTO GROTH BORGHETI	075.022.749-44

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS para FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, UTILIZADOS NOS 06 (SEIS) (ESF's) ESTRATÉGIA SAUDE DA FAMILIA, E NO (CEO) CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8432 - ARLEI RIZZOTTO - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Filtro de ar ¼ c/ regulador de pressão e dreno automático.	UN	A.F.R	4,000	114,5100	458,04
2	Circuito eletrônico p/ autoclave 21lt, bivolt	UN	Cristofoli/ terr	3,000	552,4700	1.657,41
3	Kit p/ autoclave 21 l, 127/220 V.	UN	Cristofoli /Ster	5,000	220,9900	1.104,95
4	Moto redutor 24v de elevação do encosto e assento p/ cadeira odontológica das marcas Olsen e kavo.	UN	Kavo/Olsen/Di	2,000	688,0800	1.376,16
5	Espelho multifacetado p/ refletor de luz 25 mil lux.	UN	Kavo/Olsen/Di	2,000	215,9700	431,94
6	Turbina de alta rotação c/ spray triplo sistema push button	UN	Calu	2,000	429,4200	858,84

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 2/8

Processo Nº.: 38/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

**Fornecedor: 8432 - ARLEI RIZZOTTO - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Contra ângulo sistema intra c/ trava brocas lateral.	UN	Calu	1,000	311,3900	311,39
8	Seringa triplíce, toda em metal cromado c/2 ponteiros removível p/ esterilização c/ encaixe universal em todas as marcas.	UN	Kavo/Olsen/ C	4,000	115,5200	462,08
9	Suporte de pontas c/ ligueta de acionamento, c/ encaixe universal.	UN	Kavo/Olsen/Di	8,000	45,2000	361,60
10	Filtro de sugador de detritos em PVC injetado dividido em três partes c/ encaixe universal.	UN	Kavo/Olsen/Di	8,000	42,1900	337,52
11	Terminal triplo borden c/ registro giratório verso e reverso com encaixe universal	UN	Kavo/Olsen/Di	8,000	66,3000	530,40
12	Mangueira tripla lisa para seringa triplíce, alta e baixa rotação com encaixe universal	MT	Universal	30,000	10,5500	316,50
13	Mangueira 8mm p/ sugador de saliva e sangue c/ encaixe universal para todas as marcas.	MT	Universal	25,000	6,7800	169,50
14	CPU universal, placa eletrônica cadeira automática de comandos.	UN	Kavo/Olsen/Di	3,000	524,8500	1.574,55
15	Controlador digital p/ autoclave cristófoli, cercon e Sterma, bivolt e automático.	UN	Cristófoli/Setr	3,000	481,1500	1.443,45
16	Terminal c/ ponteira de borracha 8mm, p/ sugador saliva, com encaixe universal em todas as marcas.	UN	Unieversal	8,000	44,7000	357,60
17	Rolamento p/ alta rotação kavo, Dabi, e Schuster.	UN	Kavo/Dabi/Shi	30,000	39,1800	1.175,40
18	Kit termostato p/ autoclave 21 lt, 127/220 V.	UN	Cristófoli/Sterr	4,000	107,9800	431,92
19	Resistência p/ autoclave 21 lt, 127/220V.	UN	Cristófoli/Sterr	4,000	77,8500	311,40
20	Registro de agua de cuspideira em encaixe universal.	UN	Kavo/Dabi/Ols	8,000	55,2500	442,00
21	Mangueira conrugada ½ polegada para equipo com encaixe universal em todas as marcas.	MT	Universal	20,000	9,6900	193,80
22	Mangueira conrugada 40mm p/ unidade de agua com encaixe universal.	MT	Universal	20,000	9,6900	193,80
23	Borracha de vedação da porta em silicone p/ autoclave.	UN	Cristófoli/Sterr	7,000	99,4500	696,15
24	Cabeça montada p/ contra ângulo intra Kavo.	UN	Kavo	6,000	253,6400	1.521,84
25	Lâmpada halogena 12V 55w refletor de luz.	UN	Philips	15,000	24,6100	369,15
26	Ponteira fibra optica para fotopolemerizador c/ encaixe universal.	UN	Kavo/Dabi/Shi	5,000	179,8000	899,00
27	Rotor completo p/ turbina c/ rolamentos de cerâmica de alta rotação.	UN	Kavo/Dabi/ Ca	10,000	206,9300	2.069,30
28	Serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos Odontológico.	HRS	OdontoMed	90,000	110,4900	9.944,10

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 3/8

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 38/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

Página: 4/8  
Processo Nº.: 38/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 5/8

**Processo Nº.: 38/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 6/8

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 38/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019**

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 7/8  
Processo Nº.: 38/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 8/8

Processo N°.: 38/2019

PREGÃO PRESENCIAL N°. 38/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 14 de Agosto de 2019.

**THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

ARLEI RIZZOTTO - ME

CNPJ: 09.400.372/0001-80

DISTRIBUIDORA ODONTO HOSPITALAR SAO MIGUEL LTDA -

CNPJ: 79.007.241/0001-12

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39/2019 - PREGÃO 78-2019 - PMDC**

Publicação Nº 2123338

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 1/8  
 Processo Nº.: 78/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/2019**

No dia 14 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA SANTOS DUMONT 413, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 78/2019, Processo Licitatório nº. 78/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA e HABILITADA PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DAS RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11105	QUARK ENGENHARIA LTDA - EPP	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
QUARK ENGENHARIA LTDA - EPP	12.496.490/0001-48	CARLOS MIGUEL HENN	078.234.919-66

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA e HABILITADA PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DAS RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11105 - QUARK ENGENHARIA LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Base p/ rele fotoelétrico	PC	DREIK	77,000	5,5700	428,89
2	BRAÇO IP ESPECIAL CURVO D49X3000MM	UN	LUXFORT	50,000	108,7100	5.435,50
3	Braço IP comum reto D25x1000MM	PC	RODOTAC	20,000	29,2300	584,60
4	BRAÇO IP ESPECIAL CURVO D48X1500MM	UN	RODOTAC	200,000	42,9500	8.590,00
5	CHAVE IP 1X50A 198/242V N/A C/DISJUNTOR	UN	EXATRON	40,000	235,2900	9.411,60
6	CONECTOR CUNHA TIPO 3 CU + SN CB CA-CAA-CU	PC	JOARP	165,000	1,4700	242,55
7	Conector cunha tipo 7 CU+SN CB CA-CAA-CU	PC	JOARP	30,000	4,2000	126,00
8	CONECTOR CUNHA TIPO A CU+SN CB CA-CAA-CU	PC	INCESA	120,000	4,2200	506,40
9	CONECTOR CUNHA TIPO B CU+SN CB CA-CAA-CU	PC	INCESA	30,000	4,0300	120,90

**Fornecedor: 11105 - QUARK ENGENHARIA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	Conector perf. 16 – 70mm – 6mm – 35mm	PC	INCESA	10,000	5,3100	53,10
11	FIO DE COBRE ISOLADO 1,5 MM2 750V PRETO	M	CONDUSPAR	400,000	0,6400	256,00
12	FITA ISOLANTE ADESIVA 0,18 X 19MM X 20 M	RL	STECK	33,000	3,5600	117,48
13	LAMPADA VAPOR SÓDIO 70W 220V	UN	EMPALUX	300,000	12,8500	3.855,00
14	Lâmpada vapor sódio 150w	PC	EMPALUX	200,000	17,4300	3.486,00
15	Lâmpada vapor sódio 250w	PC	EMPALUX	150,000	20,6600	3.099,00
16	Luminária fech. Ip lamp 80-150w (estampada)	PC	EMPALUX	15,000	61,1400	917,10
17	Reator lâmpada v. sódio 70w ext. 220v AFP	UN	IDEAL	300,000	37,9100	11.373,00
18	Reator lâmpada v. sódio 150w ext. 220v AFP	UN	IDEAL	80,000	42,8000	3.424,00
19	Reator lâmpada v. sódio 250w ext. 220v AFP	UN	IDEAL	100,000	50,5800	5.058,00
20	Rele fotoeletronico ip 220v s/ base 10-A 1000W	UN	DREIK	400,000	10,8600	4.344,00
21	Suporte para lâmpada porcelana E-27 (Pequeno)	PC	DECORLUX	50,000	3,8400	192,00
22	Suporte para lâmpada porcelana E-40 (Grande)	PC	DECORLUX	20,000	3,8100	76,20
23	Mão de obra para instalação de lâmpadas e demais instalações elétricas.	DIA	QUARK	50,000	1.526,1400	76.307,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 3/8

**Processo N°: 78/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 78/2019**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 4/8  
Processo Nº.: 78/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2019

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 5/8  
Processo Nº.: 78/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2019

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 6/8

**Processo Nº.: 78/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2019**

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 7/8  
Processo Nº.: 78/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2019

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

Página: 8/8  
Processo Nº.: 78/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 14 de Agosto de 2019.

\_\_\_\_\_  
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**  
QUARK ENGENHARIA LTDA - EPP

CNPJ: 12.496.490/0001-48

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2019

Publicação Nº 2123902

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2019

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, Doutor Pedrinho - SC, através do Fundo Municipal de Saúde - CNPJ nº 11.257.200/0001-40, neste ato representados pela Prefeita SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominados simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.505.263/0001-40, situado à Rua Colibri, nº 425, Bairro Salto Weissbach, cidade de Blumenau - SC, CEP: 89.032-235, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) MARILEUSA STINGHEN, CPF sob nº 633.595.539-34, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital do Pregão Presencial nº 23/2019, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, conforme características e quantidades assim especificadas:

Item	Unid.	Quant.	Descrição do Produto	Marca / Modelo	VALOR PROPOSTO	
					UNITÁRIO	TOTAL
3	UNID	15.000	AGULHA DESC 13X4,5	LABOR IMPORT / SOLIDOR	R\$ 0,055	R\$ 825,00
8	LITRO	100	ALCOOL 70% 1000ML	PARECIS / SULMAR	R\$ 4,28	R\$ 428,00
26	CAIXA	15	ENVELOPE P/ AUTOCLAVE 150 X 250MM C/ 100 UNID.	RAQUEL NOGUEIRA / HOSPFLEX	R\$ 26,40	R\$ 396,00
29	UNID	600	EQUIPO MULTIVIAS COM 2 VIAS COM CLAMP	DESCARPACK	R\$ 0,59	R\$ 354,00
35	FRASCO	10	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY COM 30 ML	ADLIN	R\$ 3,43	R\$ 34,30
37	UNID	200	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL Nº 7,5	DESCARPACK	R\$ 0,97	R\$ 194,00
38	PARES	50	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL Nº 8,5	DESCARPACK	R\$ 0,97	R\$ 48,50
41	CAIXA	200	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX TAM M C/ 100	DESCARPACK	R\$ 16,78	R\$ 3.356,00
44	ROLO	100	LENÇOL HOSPITALAR 70 X 50 BRANCO PLUS	VIVA BOX / DESCARBOX	R\$ 9,10	R\$ 910,00
50	UNID	300	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA Nº 23	LABOR IMPORT / SOLIDOR	R\$ 0,20	R\$ 60,00
51	UNID	600	DISPOSITIVO P/ INFUSÃO INTRAVENOSA Nº 25	LABOR IMPORT / SOLIDOR	R\$ 0,199	R\$ 119,40
55	UNID	20	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 12	LABOR IMPORT / SOLIDOR	R\$ 2,78	R\$ 55,60
56	UNID	20	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 14	LABOR IMPORT / SOLIDOR	R\$ 2,78	R\$ 55,60
57	UNID	60	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 18	LABOR IMPORT / SOLIDOR	R\$ 2,78	R\$ 166,80
60	UNID	100	CATETER P/ OXIGENIO TIPO ÓCULOS	MEDSONDA	R\$ 0,74	R\$ 74,00
67	PACOTE	30	ABAIXADOR DE LÍNGUA MADEIRA C/ 100	ESTILO	R\$ 2,50	R\$ 75,00
68	UNID	2.500	AGULHA DESC 20 X 5,5	LABOR IMPORT / SOLIDOR	R\$ 0,054	R\$ 135,00
70	UNID	1.000	ELETRODOS PARA ECG ADULTO	DESCARPACK	R\$ 0,249	R\$ 249,00
72	UNID	50	ESPÉCULO DESC. LUBRIFICADO GRANDE ESTERIL	ADLIN	R\$ 0,86	R\$ 43,00
73	UNID	250	ESPÉCULO DESC. LUBRIFICADO MEDIO ESTERIL	ADLIN	R\$ 0,77	R\$ 192,50
74	UNID	200	ESPÉCULO DESC. LUBRIFICADO PEQUENO ESTERIL	ADLIN	R\$ 0,68	R\$ 136,00
81	UNID	15.000	SERINGA DESC P/ INSULINA 1ML COM AGULHA 08X03	LABOR IMPORT / SOLIDOR	R\$ 0,257	R\$ 3.855,00
93	CAIXA	5	ENVELOPE P/ AUTOCLAVE 200 X 330MM C/ 100 UNID>	RAQUEL NOGUEIRA / HOSPFLEX	R\$ 44,20	R\$ 221,00
97	UNID	1.500	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL C/ INJETOR LATERAL	DESCARPACK	R\$ 0,879	R\$ 1.318,50
105	UNID	100	FIO DE SUTURA NYLON 2.0 AG 2 CM 45 CM	LABOR IMPORT / PROCARE	R\$ 1,13	R\$ 113,00
106	UNID	100	FIO DE SUTURA NYLON 3.0 AG 2 CM 45 CM	LABOR IMPORT / PROCARE	R\$ 1,13	R\$ 113,00
107	UNID	100	FIO DE SUTURA NYLON 4.0 AG 2 CM 45 CM	LABOR IMPORT / PROCARE	R\$ 1,13	R\$ 113,00
108	UNID	100	FIO DE SUTURA NYLON 5.0 AG 2 CM 45 CM	LABOR IMPORT / PROCARE	R\$ 1,13	R\$ 113,00
110	UNID	50	COLETOR MATERIAIS PERFUROCORANTES 3LTS.	VIVA BOX / DESCARBOX	R\$ 1,84	R\$ 92,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 13.846,20	



1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 23/2019 e anexos, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2019 do Município de Doutor Pedrinho, como segue:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

2024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

33903036 - MATERIAL HOSPITALAR

10200000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

13801000 - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO

33801000 - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO

33804000 - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – INCREMENTO INDIVIDUAL

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.2 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95, porém o preço do objeto contratado poderá sofrer “revisão de preços” para mais ou para menos (conforme art. 37, XXI, da CF e art. 65, II, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93), mediante termo aditivo ao contrato, sempre que for demonstrada a ocorrência extraordinária e imprevisível de aumento dos insumos ou preços dos fabricantes que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O pedido de revisão deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após análise dos elementos apresentados e da comparação do preço base de mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

3.3 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.4 - PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados pelo Fundo Municipal de Saúde, ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

3.4.1 - As descrições dos materiais nas notas fiscais deverão ser idênticas às descrições constantes no Anexo I deste edital.

3.4.2 - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.4.3 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da proponente vencedora.

3.4.4 - Considerando que a vigência do contrato não ultrapassará 12 meses, não será concedido reajuste de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - A Licitante vencedora disporá do prazo de 10 (dez) dias corridos para entrega integral dos itens contidos em cada ordem de compra, contados da data da respectiva solicitação, sendo que a entrega se dará na UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL, situada a Rua Santa Catarina, nº 93, Centro, na cidade de Doutor Pedrinho/SC, ou parceladamente, conforme necessidade da municipalidade, por um período de 12 meses, ou até que termine a quantidade licitada.

4.1.1 - Fica estabelecido que os produtos serão recebidos:

- Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

4.1.2 - Além das entregas no local designado, deverá a licitante vencedora também descarregar, armazenar os materiais no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

4.1.3 - Os materiais deverão ser entregues em embalagens originais, contendo rótulo onde conste marca, data de fabricação, prazo de validade, código de barras, composição química, químico responsável, registro no Ministério da Saúde e demais especificações técnicas, quando aplicável, necessárias exigidas por lei.

4.1.4 - Será avaliado o acondicionamento dos materiais, no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, com vazamento, materiais manchados, sujos e/ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

4.1.5 - Os materiais deverão estar embalados em caixas de papelão ou papel resistente, fardos plásticos ou similar, que possibilitem o empilhamento, devendo ser rotuladas com a capacidade de empilhamento, a quantidade de pacotes, e a razão social da licitante vencedora.

4.1.6 - Os materiais líquidos com embalagem plástica, com ou sem lacre, deverão ser resistentes, com tampa eficiente e lacre (quando solicitado), não permitindo violação e vazamento.

4.1.7 - Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município.

4.1.8 - O Município reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos produtos e serviços, e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições ou reparos imediatamente.

4.1.9 - Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido neste edital obriga a licitante vencedora a substituir o produto imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus.

4.1.10 - O item recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município.

4.1.11 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital, no Contrato e na Lei.

4.1.12 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de execução e vigência do presente contrato se inicia na data de sua assinatura, estendendo-se por 12 meses.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 - O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo contratado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 23/2019, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, até o quinto dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual.

II - 1,0% (um por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, por cada dia subsequente ao quinto.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.5 - Os pagamentos referentes a fornecimentos que estejam sob discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designada a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, Ticiane Eugênia Lenzi.

11.2 - Fica nomeado como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o(a) Sr.(a) Marileusa Stinghen, (Comerciante) da contratada, o qual poderá ser contatado(a) através do telefone (47) 3323-5244 e e-mail produvale@produvale.com.br.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 13 de junho de 2019.

MUNICÍPIO  
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES – Prefeita

CONTRATADA  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
MARILEUSA STINGHEN, CPF: 633.595.539-34

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 52.912

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO  
TICIANE EUGÊNIA LENZI

Testemunhas:

ELAINE REGINA DE ESPINDOLA WOLLERT

ALLISON DA LUZ

#### PORTARIA Nº 135/2019

Publicação Nº 2124199

PORTARIA no 135, de 12 de Agosto de 2019.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social no emprego público de Professor.

A Prefeita de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por



vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se o afastamento por motivo de doença em pessoa da família da servidora titular (Lúcia Fátima Kisner Moser);

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2018, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, resolve:

#### AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Da servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego público de Professor, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 2.898,50 (Dois mil oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) mensais, a contar desta data:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Izabel Cristina Saldanha (DN. 19/09/1966)	573.352.229-15 1.632.740	Substituição de Pessoal em face do afastamento temporário da servidora titular.	12/08/2019 a 30/08/2019

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 12 de agosto de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

#### PORTARIA Nº 136/2019

Publicação Nº 2124202

PORTARIA no 136, de 14 de agosto de 2019.

Concede Promoção por Qualificação Profissional a Servidora Pública Municipal.

A Prefeita de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e Considerando o requerimento formulado pela servidora com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados; resolve:

#### CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A servidora do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Tassiana Ouriques Becker	Agente Administrativo II	02/07/2019	12.2 - H	12.2 - I

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de agosto de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

#### PORTARIA Nº 137/2019

Publicação Nº 2124204

PORTARIA no 137, de 14 de Agosto de 2019.

Nomeia servidora para exercício de cargo em comissão na Administração Direta.

A Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve:

#### NOMEAR

A servidora abaixo relacionada, para exercício de cargo em comissão na Administração Direta, a contar de 15/08/2019:

SECRETARIA DE DESPORTO E CULTURA			
NOME/NASC.	RG/CPF	CARGO / NÍVEL	SUBSÍDIO
Ana Carolina Mazzi (DN. 12/10/1995)	6.094.396 101.123.129-85	Assessor de Desporto e Cultura (DAS-02)	R\$ 1.929,57

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de agosto de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

# Entre Rios

## PREFEITURA

### PARECER JURÍDICO

Publicação Nº 2123285

#### PARECER JURÍDICO

À Secretária de Saúde

Solicitante: Sônia R. Lentz Belém

Interessado: Município de Entre Rios/SC

Assunto: Compra de equipamentos/Secretaria responsável

#### I- DO RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico relativo a solicitação de parecer jurídico pela Secretária de Saúde, onde busca orientação para compra de equipamentos para cadeiras de rodas motorizadas para a paciente Vitalina Tomas, e ainda, solicitando direcionamento de responsabilidade, se da Secretaria de Saúde, ou da Secretaria da Assistência Social.

A solicitação, veio acompanhada de Parecer Social, este emitido pela Assistente Social, a Sr.ª. Pamila Sueli Zancheti, CRESS – 6666, onde relatou em breve síntese que a Sr.ª. Vitalina Tomas reside neste município, em casa alugada, habitação considerada regular, relatou ainda, que a Sr.ª. Vitalina sofreu Paralisia Cerebral, o que impede de se locomover sem auxílio de cadeira de rodas, que seu companheiro possui 99 anos de idade, com vários problemas de saúde e necessita de cuidados.

O referido Parecer, informou ainda, que a Sr.ª. Vitalina faz uso de cadeira de rodas para se locomover em todos os lugares de sua necessidade, mas devidos os desgastes dessa cadeira, isso nos pneus traseiros e nas baterias, não conseguiria mais sair de sua casa, devido à má qualidade dos pneus e das baterias, o que colocaria sua vida em risco, e que esta cadeira seria seu único meio de transporte.

Para melhor apreciação do caso, e para fins de interpretação e avaliação das disposições dos artigos 1.696, do Código Civil e 229, da Constituição Federal, pelo Assessor Jurídico II, foi solicitado Parecer Social Complementar.

Atendido tal solicitação, foi encaminhado Parecer Social, este emitido pela Assistente Social Rejane Aparecida Bertoglio Hammerich, 5443/CRESS12ªR, onde informou a idade da Sr.ª. Vitalina, sendo que possui 68 anos de idade, que é aposentada por invalidez, e por ter financiamento, possui uma renda mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, paga aluguel no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), sua fatura de energia elétrica chega ao valor de 120,00 (cento e vinte reais), a composição familiar é de seu esposo, o Sr. Nicacio Ricardo, com 99 anos de idade, com renda mensal de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), oriunda de aposentadoria, e de sua sobrinha, a Sr.ª. Maira de Quadros, com 55 anos de idade, com renda mensal de R\$ 90,00 (noventa reais), oriunda da Bolsa Família, que possui dois enteados, o Sr. Vilson Tomas de 42 anos de idade, reside em Chapecó/SC, com renda mensal de um salário mínimo, e o Sr. Dirceu Tomas, com 31 anos de idade, que está detido a quatro anos, e os filhos destes, são menores, e não recebem auxílio reclusão por ausência de contribuição daquele.

Além de demais informações, o Parecer, consta que a Sr.ª Vitalina frequenta a Escola Especial Robson Cristiano Boldi - APAE de Entre Rios/SC, se desloca pela cidade com a cadeira, e que foi identificado que a família é baixa renda, e que com os recursos financeiros que recebem, apenas garantem a sua subsistência, e que além disso, a família está em situação de vulnerabilidade de saúde, que a Sr.ª. Vitalina é dependente da cadeira, pois é essencial para garantir seus deslocamento, sendo finalizado o Parecer, favorável para que o Município realize melhorias necessárias na cadeira.

Também veio acompanhada a solicitação de orçamento.

Esse era o relatório, dispensei demais fatos de relatório, uma vez que somente foi noticiado os fatos acima descritos, assim, passo apreciação ao mérito, isso de forma explicativa em consonância a fundamentos jurídicos.

#### II- DO FUNDAMENTO:

Diante do estado que se encontra a Sr.ª. Vitalina Tomas, bem como, os amparos legais a si direcionam, indubitável que faz jus as melhorias solicitadas/indicadas, o que passo explicar de forma detalhada.

Para que seja prestado o auxílio solicitado, cabe-nos efetuar algumas avaliações, como a responsabilidade civil dos filhos com pais, e a do Município com os seus munícipes que vivem em estado de vulnerabilidade, responsabilidades estas, que levaram o Assessor Jurídico infra-assinado, solicitar Parecer Social Completar, para verificar/avaliar melhor o estado e composição familiar da Sr.ª. Vitalina, antes de apreciar o mérito e emitir o parecer jurídico solicitado.

Sobre o direito de amparo a Sr.ª. Vitalina Tomas:

De início vale enfatizar, de que no Parecer Social, restou devidamente comprovado que a Sr.ª. Vitalina Tomas, se encontra em situação de vulnerabilidade, uma vez que além de suas enfermidades/deficiências, auferir uma renda mensal de aproximadamente R\$ 700,00 (setecentos reais), paga aluguel no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), e energia elétrica no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), que seu cônjuge percebe uma renda de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), tal renda é de aposentadoria, e sua sobrinha, uma renda mensal de R\$ 90,00 (noventa reais), rendas pelas quais serve tão somente para garantir a sobrevivência.

Por tais considerações, e pelo valor que se constata no orçamento em anexo para melhorias na cadeira de rodas da Sr.ª. Vitalina Tomas, resta sem dúvidas, caracterizada a hipossuficiência de recursos, e de que não há condições de adquirir os equipamentos necessários para efetuar as melhorias.

Não se pode deixar de lado, que cabe aos filhos prestar alimentos ao seus pais, e aqueles, possuem o dever de ajudar e amparar os pais de quando da velhice, ou na carência ou até mesmo na enfermidade, tais obrigações/deveres, se extraem dos artigos 1.696, do Código Civil, e o 229, da Constituição Federal:

"Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros." (Grifei).

"Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade." (Grifei).

Pois bem, em que pese que os dispositivos acima descritos, levem a compreensão de que as necessidades da Sr.<sup>a</sup> Vitalina Tomas deveriam ser suportadas por seus filhos, restou verificado em Parecer Social, que somente possui dois enteados, um que possui um renda mensal de um salário mínimo, e outro encontra-se detido, e por falta de contribuição previdenciária, nem seus filhos recebem auxílio-reclusão, e restou verificado ainda, de que a composição familiar é de seu cônjuge e de sua sobrinha, os quais possui baixa renda, renda que serve para a sobrevivência da família.

Cabe ressaltar, que mesmo que há responsabilidade dos filhos para com os pais, a responsabilidade deve ser cumprida desde que não haja desfalque em seu sustento necessário, nesse sentido:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. FILHA ESTUDANTE DE DOUTORADO QUE COMPLETOU TRINTA E UM ANOS DE IDADE E POSSUI CONDIÇÕES DE EXERCER ATIVIDADE REMUNERADA. EXONERAÇÃO DO DEVER ALIMENTAR QUE SE IMPÕE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. [...] Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Os alimentos são devidos quando quem os pretende não pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento. (TJSC, Apelação Cível n. 2012.053515-3, de Balneário Camboriú, rel. Des. João Batista Góes Ulysséa, Segunda Câmara de Direito Civil, j. 06-12-2012)." (Grifei e abreviei).

Assim, diante da hipossuficiência de recursos da Sr.<sup>a</sup> Vitalina Tomas, de seus enteados e da sua composição familiar, não há como atribuir a execução dos dispositivos acima descritos, aos ali obrigados.

Estando caracterizada a vulnerabilidade, e pelo fato de a Sr.<sup>a</sup> Vitalina Tomas residir no município de Entre Rio/SC, cabe a este presta auxílio devido, para que aquela possa exercer seus direitos e garantias fundamentais e direitos sociais, não podendo esquecer, neste caso, o dever de o Município presta assistência social aos necessitados, o que é o caso da Sr.<sup>a</sup> Vitalina Tomas.

Como o Município se trata de um ente que deve obedecer ao princípio da legalidade, caput do artigo 37, da Constituição Federal, vale destacar, as normas que amparam a necessidade da Sr.<sup>a</sup> Vitalina Tomas.

Conforme se denota nos Pareceres Sociais, a Sr.<sup>a</sup> Vitalina Tomas, consta com 68 anos de idade, assim, é considerada idosa, isso nos termos do artigo 1º, da Lei Federal nº. 10.741/03:

"Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos."

O aludido diploma, elenca direitos do idoso, e o dever de quem deve garantir estes direitos, isso em seus artigos 2º, 3º, II, VIII, 9º, 10, §3º, 14 e 46:

"Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

Art. 46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." (Grifei).

Pelos Pareceres Sociais, ainda se evidência, que a Sr.<sup>a</sup> Vitalina Tomas, é portadora de necessidade especiais, sendo que é até aposentada por invalidez, assim, também está assegurada, pelos direitos previstos na Lei Federal nº. 13.146/15, podendo ser citado como amparo, os artigos 4º, caput, 5º, caput, 8º, 9º, I-III, 10, 18, §4º, XI:

"Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das

leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 9º A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

I - proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II - atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público;

III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;

Art. 10. Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.

Parágrafo único. Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

Art. 18. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.

§ 4º As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar:

XI - oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.”. (Grifei).

Ainda não se pode perder de vista, que a nossa Constituição Federal, também prevê uma seção específica sobre a assistência social, elencando os meios de atuação, de prestação, e de seus obrigados, isso nos artigos 203, I e IV, 204, I:

“Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;” (Grifo nosso).

“Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;” (Grifo nosso).

Por tais normas, indubitável de que a Sr.<sup>a</sup>. Vitalina Tomas possui o direito de ser amparada pelo município de Entre Rios/SC, devendo ser acatado os Pareceres Sociais apresentados, e ser realizadas as melhorias necessárias na cadeira de rodas.

Sobre o direcionamento/responsabilidade de qual Secretaria deve prestar assistência/auxílio a Sr.<sup>a</sup>. Vitalina Tomas:

A Solicitante ainda almeja que seja esclarecido de quem seria a responsabilidade de prestar auxílio a Sr.<sup>a</sup>. Vitalina Tomas, ou seja, de qual Secretaria deveria custear os gastos para a realizar as melhorias na cadeira de rodas.

Data vênua, vejo que não há outra Secretaria, a não ser a da Assistência Social, no município de Entre Rios/SC, denominada como Secretaria de Desenvolvimento Comunitário, tal responsabilidade/direcionamento, pode se extrair do até do artigo 14, da Lei Federal nº. 10.741/03:

“Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.”.

Ainda prevê a Constituição Federal, em seu artigo 203, caput:

“Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

Assim, sugiro que seja adquirido os equipamentos para as melhorias na cadeira de rodas da Sr.<sup>a</sup>. Vitalina Tomas, pelas dotações orçamentárias/fundos de custeios pertencentes a Secretaria de Desenvolvimento Comunitário.

Da forma de compra/aquisição dos equipamentos:

Por fim, atentem-se todos que tenham acesso este parecer, que a forma de aquisição dos equipamentos para as melhorias na cadeira de rodas da Sr.<sup>a</sup>. Vitalina, seja por meio de licitação, conforme determina o artigo 2º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

### III- DA CONCLUSÃO:

Pelo exposto, sugere-se: a) seja acatado os Pareceres Sociais apresentados, e seja fornecido a Sr.<sup>a</sup>. Vitalina Tomas, os equipamentos necessários para realizar as melhorias em sua cadeira de rodas; b) que a compra/aquisição dos equipamentos seja por meio da Secretaria de Desenvolvimento Comunitário; e c) que a compra/aquisição dos equipamentos, seja por meio de licitação, conforme determina o artigo 2º, da Lei Federal nº. 8.666/93. É o parecer, salvo entendimento diverso da Solicitante, da Secretaria de Desenvolvimento Comunitário, e do Chefe do Poder Executivo.

Entre Rios/SC, 13 de agosto de 2019.

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO  
(Assessor Jurídico II)

OBSERVAÇÃO: O presente parecer não tem caráter decisório, tendo em vista que se trata de parecer jurídico sobre assunto submetido a consideração do Setor Jurídico, tem caráter meramente opinativo, e não vincula a decisão do administrador.

# Erval Velho

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO TEMPORÁRIA CONCURSO 002/2017 ELIETE

Publicação Nº 2123523

#### CONVOCAÇÃO

Fica o Senhor(a) abaixo mencionado(a) CONVOCADO(A) para comparecer no Departamento Pessoal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, para fins de Contratação Temporária no respectivo cargo, para o qual foi classificado por meio do Concurso Público nº 002/2017 aberto pelo Edital n. 002, de 24 de novembro de 2017, sendo que terá preservada a sua classificação para futura chamada em caráter efetivo.

Cargo: Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil

Classificado(a): 54ª Eliete Terezinha de Oliveira Hugen

Erval Velho, SC, 13 de agosto de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

### DECRETO 2488/ 2019

Publicação Nº 2123636

DECRETO 2488, de 29 de julho de 2019.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso I da Lei Municipal n. 1492, de 30 de novembro de 2018 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 18.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.009 – Manutenção da Segurança Pública

188 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Paragrafo Único: Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do provável excesso de arrecadação na fonte 80 – Outras especificações.

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.009 – Manutenção da Segurança Pública

213 – 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0010 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

Paragrafo Único: Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 29 de julho de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**DECRETO 2489 /2019**

Publicação Nº 2123639

DECRETO 2489, de 30 de julho de 2019.

Abre Vaga de Cargo Público de Provimento Efetivo e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no cargo de provimento efetivo classificado no Concurso Público nº 002/2017, as seguintes vagas:

Cargo: Motorista

Nível: 04

Classe: A

Carga horária: 40 horas semanais

03 vagas

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 30 de julho de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 30 de julho de 2019.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.

**DECRETO 2490/2019**

Publicação Nº 2123649

DECRETO 2490, de 31 de julho de 2019.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal n. 1492, de 30 de novembro de 2018 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho, no valor de R\$ 100.000,00, para suplementar a seguinte dotação orçamentária;

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.060 – Manutenção do Bloco Atenção Básica

55 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0038-0029 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.060 – Manutenção do Bloco Atenção Básica

19 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0038-0008 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 31 de julho de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO 2491 /2019**

Publicação Nº 2123655

DECRETO 2491, de 05 de agosto de 2019.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1492, de 30 de novembro de 2018 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 559.459,75 para suplementar a seguinte dotação orçamentária;

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 02 – DIRETORIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJ/ATIV – 1.026 – Saneamento Básico

211 – 4.4.90.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 559.459,75

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 05 de agosto de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO 2492 /2019**

Publicação Nº 2123660

DECRETO 2492, de 05 de agosto de 2019.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso I da Lei Municipal n. 1492, de 30 de novembro de 2018 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 78.962,49 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV – 1.013 – Pavimentação

212 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0083 – Aplicações Diretas ..... R\$ 78.962,49

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do provável excesso de arrecadação na fonte 83 – Operações de Crédito Interna – Outros Programas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 05 de agosto de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**LEI 1505/ 2019**

Publicação Nº 2123675

Lei nº 1505, de 30 de julho de 2019.

Autoriza o Transporte Gratuito a Eleitores e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Erval Velho autorizado a disponibilizar transporte gratuito de eleitores deste Município para efetuarem o cadastramento biométrico no Cartório Eleitoral da 85ª Zona em Joaçaba no período de agosto a outubro de 2019, período este destinado ao cadastramento obrigatório para os eleitores de Erval Velho.

Art. 2º- O Transporte de trata o artigo 1º será coletivo e executado com veículos de propriedade do Município ou terceirizado.

Art. 3º- O cronograma do transporte será definido pelo Município de acordo com a disponibilidade.

Art. 4º- As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei correram por conta do Orçamento Vigente do Município para o exercício de 2019.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 30 de julho de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 30 de julho de 2019.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3700/ 2019**

Publicação Nº 2123498

PORTARIA 3700, de 05 de agosto de 2019.

Nomeia por Concurso Servidor que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009 e em especial o disposto no Edital n. 002, de 24 de novembro de 2017 do Concurso Público Municipal n. 002/2017,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso ESEQUIEL FERREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, nascido em 22 de março de 1979, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 04 – A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 1.740,91 (Um mil e setecentos e quarenta reais e noventa um centavos).

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 05 de agosto de 2019.

Walter Kleber kucher Junior

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3701/ 2019**

Publicação Nº 2123500

PORTARIA 3701, de 05 de agosto de 2019.

Concede Adicional de Insalubridade a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 25, da Lei Complementar n. 020, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, ao servidor Esequiel Ferreira da Silva, ocupante do cargo efetivo de Motorista, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT emitido pela empresa PORTALMED – Segurança e Saúde no Trabalho, exercendo suas atividades junto a Unidade de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 05 de agosto de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA 3702/ 2019**

Publicação Nº 2123501

PORTARIA 3702, de 05 de agosto de 2019.

Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro por cento) sobre o salário base ao servidor Osmar José Stortti, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais I, passando do nível 01-C para 01-D.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 05 de agosto de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de administração e Finanças

## **PORTARIA 3703/ 2019**

Publicação Nº 2123503

PORTARIA 3703, de 13 de agosto de 2019.

Altera Membros da Comissão Permanente para Avaliação Técnica de Processos de Pedidos de Incentivos Fiscais, Econômicos e Estruturais e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, combinados com o artigo 11, da Lei Complementar n. 030, de 19/08/2011 e Decreto n.1292, de 11 de fevereiro de 2009,

### **RESOLVE:**

Art.1º. A Comissão Permanente para Avaliação Técnica de Processos de Pedidos de Incentivos Fiscais, Econômicos e Estruturais, passa a ser integrada pelos seguintes membros:

- Alduir Antonio Mocelin, Secretário de Administração e Finanças - Presidente;
- Neodir Fagundes, Representante da Secretaria de Transportes e Obras – Membro;
- José Primo, Representante da Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental – Membro;
- Patrick Bordin, Representante de Planejamento – Membro;
- Gisele Heckler, Representante do Setor de Tributação – Membro.

Art.2º. Após ter recebido os Processos de solicitação de Incentivos encaminhados pelo Chefe do Executivo ou quem de direito, compete a comissão analisá-los e no prazo mínimo de 03 (três) dias e máximo 15 (quinze) dias, devolvê-los acompanhado de parecer conclusivo, positivo ou negativo com as devidas justificativas.

Parágrafo único - Quando se tratar de incentivos para implantações ou instalações de empresas que envolvam investimentos de grande monta, a comissão poderá requerer prorrogação desse prazo para melhor análise.

Art.3º. Todas as decisões da comissão, deverão ser registradas em ata e os documentos arquivados juntamente com o pedido original para

quaisquer consultas ou esclarecimentos futuros.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 13 de agosto de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA 3704 /2019**

Publicação N° 2123507

PORTARIA 3704, de 13 de agosto de 2019.

Nomeia Comissão de Análise e Avaliação de Amostras de Uniformes Esportivos e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

Art.1º- Fica nomeada a Comissão para análise e avaliação das amostras dos uniformes a ser fornecidos pela empresa "Supera Uniforme, Ind. e Com. Têxtil EIRELI EPP", vencedora do Processo Licitatório nº 066/2019, Modalidade Pregão nº 027/2019, tendo como objeto a Aquisição de Uniformes para Atletas da CME deste Município de Erval Velho, a qual fica integrada pelos seguintes membros:

I – Acyr da Silva;

II – Paulo Roberto de Mattos;

III – Jackson Luiz Nunes.

Art. 2º- Após a avaliação a comissão deverá emitir parecer circunstanciado e conclusivo sobre a aceitação ou não dos produtos conforme a amostra.

Art. 3º- A comissão terá o prazo de 24 (horas) a contar do recebimento das amostras para efetuar a análise e emitir o parecer.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 13 de agosto de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 0046/2019

Publicação Nº 2123417

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0046/2019  
Contratante: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
Contratado: EBC CONSTRUTORA LTDA

Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS REGULARES, COM ÁREA APROXIMADA DE 4.591,46 M², LOCALIZADA NA RUA BOA ESPERANÇA, BAIRRO ANTONIOLLI, CONFORME PROJETOS TÉCNICO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENGENHARIA, EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO DE POSTURA MUNICIPAL

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços, o preço global proposto que é da ordem de R\$ 219.567,45 (duzentos e dezenove mil quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), sendo R\$ 153.697,21 (cento e cinquenta e três mil seiscentos e noventa e sete reais com vinte e um centavos) de material e R\$ 65.870,24 (sessenta e cinco mil oitocentos e setenta reais e vinte e quatro centavos) de serviços de mão de obra.

O prazo de execução da obra será de TRÊS MESES, e sua vigência dar-se-á da data da assinatura do presente instrumento contratual, até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93, suas posteriores alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 14 de Agosto de 2019.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1415/2019

Publicação Nº 2123918

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1415/2019  
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 18/2019  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 15 de agosto de 2019, no site [www.flordosertao.sc.gov.br](http://www.flordosertao.sc.gov.br), e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 08:30 horas do dia 28 de agosto de 2019. A abertura da sessão para a realização do certame será às 08:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 14 dias do mês de agosto de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO

### PORTARIA Nº 187/2019

Publicação Nº 2123314

PORTARIA Nº 187/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal CRISTIANE CARNIEL, ocupante do Cargo de Educador Físico para Academia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 14/08/2019 a 28/08/2019, conforme Decreto nº 002/2017 relativo ao período aquisitivo 07/18 a 07/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 14 dias do mês de Agosto de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 188/2019**

Publicação Nº 2123315

	PORTARIA Nº 188/2019
CONVERTE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONVERTIDO em pecúnia relativo a 30 dias de licença prêmio ao Servidor Municipal NILSON SCHUH, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo 02/2009 a 02/2014, conforme Lei Municipal nº 497/2011 art. 112 parágrafo 3º.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 14 dias do mês de Agosto de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 294, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação N° 2123265

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA N.º 294, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 71, XXVI, da Lei Orgânica do Município e no art. 125 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo de Sindicância em desfavor do servidor público municipal CRISTIANO LUIZ DE AZEREDO, então ocupante do cargo em comissão de Diretor de Departamento, lotado junto à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, para apurar possíveis infrações ao art. 97 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 17/2006, ficando sujeito, por esse fato, em caso de responsabilidade, a uma das penalidades previstas no art. 102 do próprio Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 4463, 17 de abril de 2018, para conduzir os trabalhos do Processo Administrativo de que trata o artigo anterior.

Art. 3º A Comissão Processante deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo se as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à investigação e instrução processual.

Art. 5º Os serviços da Comissão são considerados de caráter relevante, não cabendo aos seus membros nenhuma espécie de remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 14 de agosto de 2019.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.



# Forquilha

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO PMF 78/2019

Publicação Nº 2123887

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 78/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – CIENTEC CIÊNCIA E TECNOLOGIA EIRELI

DO OBJETO – contratação de empresa especializada para aquisição de Plataforma Digital para atender as necessidades da secretaria de educação do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 76.590,00 (setenta e seis mil quinhentos e noventa e reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2019

DOTAÇÃO – 0501.2017.4490 (91)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal nº. 8.666/93, Pregão Presencial nº. 114/PMF/2019.

DATA DA ASSINATURA – 02 de agosto de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0081\_2019 RP 0074 - PMF-DOM

Publicação Nº 2123843

Aviso do Pregão Presencial nº 0081/2019 – PMF  
Registro de Preços nº 0074/2019  
Processo Administrativo Licitatório nº 0152/2019  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisição de ferramentas para a confecção de materiais para festividades do Município, para atender às necessidades do DEPARTAMENTO DE CULTURA durante o período de 12 (doze) meses. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 29.08.2019, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 14 de agosto de 2019.  
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 102-2019 ( AUXILIAR EDUCAÇÃO INFANTIL)

Publicação Nº 2124326

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 0102/2019  
FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2019, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 007/2018.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

#### FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 007/2018, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

#### 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 007/2018 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2019:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
3	Auxiliar Educacional Educação Infantil	102º a 107º	15-08-2019 às 08:00

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2019.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 003/2018 deverão ser observadas.

#### 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 007/2018, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;

- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 007/2018.

2.4 – De acordo com o item 1.8 do Edital de Contratação nº 007/2018 “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – De acordo com o item 9.4 do Edital de Contratação nº 007/2018 “O candidato que não comparecer à convocação ou não aceitar a vaga ofertada na primeira convocação, voltará a compor o quadro de classificados para uma eventual segunda chamada de candidatos”

2.6 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO - VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA1419

Publicação Nº 2123844

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0134/2019 – PMF

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0071/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0064/2019

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GRAMA SINTÉTICA INSTALADA COM TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS, PARA USO NOS PARQUES INFANTIL DO MUNICÍPIO, OUTRAS ÁREAS ESCOLARES E ÓRGÃO GERENCIADOR DO MUNICÍPIO, DURANTE 12 (DOZE) MESES.

NOTIFICADA: VW COMÉRCIO ATACADISTA

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa VW COMÉRCIO ATACADISTA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia Victorino Poletto KM 1,2, Rancho Fundo – Chacara Israel, Caçador - SC (89509-368), inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, neste ato representado pelo Sócio-Proprietário, Sr. Vanderlei Blaskowsk, a tomar ciência acerca da Decisão constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da decisão foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: [licita@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:licita@fraiburgo.sc.gov.br). O envio fraudulento será penalizado.

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 14 de agosto de 2019.

Roalves Jorge Polese  
Pregoeiro

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CEI 002/2019**

Publicação Nº 2123901

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Instrução normativa 002/2019

Orientação para a alimentação de crianças menores de 01 ano de idade e orientações preventivas para engasgo com alimentos nos Centros de Educação Infantil

A alimentação, principalmente no 1º ano de vida, é fator determinante na saúde da criança. Por isso, é importante conhecimento correto acerca do assunto. As fases iniciais do desenvolvimento humano são influenciadas por fatores nutricionais e metabólicos levando a efeitos de longo prazo na programação metabólica da saúde na vida adulta.

1. O Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde 10 passos para alimentação saudável:

1. Dar somente leite materno até os seis meses de idade, sem oferecer água, chás ou quaisquer outros alimentos.
2. A partir de seis meses, introduzir de forma lenta e gradual outros alimentos, mantendo o leite materno até os dois anos de idade ou mais.
3. Após os seis meses, oferecer alimentação complementar (cereais, tubérculos, carnes, leguminosas, frutas e legumes), três vezes ao dia, se a criança receber leite materno, e cinco vezes ao dia, se estiver desmamada.
4. A alimentação complementar deverá ser oferecida sem rigidez de horários, respeitando-se sempre a vontade da criança.
5. A alimentação complementar deve ser espessa desde o início e oferecida com colher; começar com consistência pastosa (papas, purês) e, gradativamente, aumentar a consistência até chegar à alimentação da família.
6. Oferecer à criança, diferentes alimentos ao dia. Uma alimentação variada é, também, uma alimentação colorida.
7. Estimular o consumo diário de frutas, verduras e legumes nas refeições.
8. Evitar açúcar, café, enlatados, frituras, refrigerantes, balas, salgadinhos e outras guloseimas nos primeiros anos de vida. Usar sal com moderação.
9. Cuidar da higiene no preparo e manuseio dos alimentos; garantir o seu armazenamento e conservação adequados.
10. Estimular a criança doente e convalescente a se alimentar, oferecendo a sua alimentação habitual e seus alimentos preferidos, respeitando a sua aceitação.

A OMS e o Ministério da Saúde recomendam o aleitamento materno exclusivo por seis meses e complementar até os 2 anos ou mais. Os benefícios e as vantagens da amamentação devem estimular profissionais da educação e da saúde a utilizarem seus conhecimentos no sentido de promover e apoiar esta prática. Nos CEIs, visando contribuir para a manutenção do aleitamento materno pelo maior tempo possível, os líquidos deverão ser oferecidos às crianças em copos ou colheres. Deve-se lembrar que a mãe poderá continuar a amamentar a criança em casa, de manhã e à noite; e no próprio Cei por determinado tempo, devendo buscar facilitar esta prática, evitando-se o desmame da criança.

## 2. Alimentação complementar

A alimentação complementar, tanto para criança amamentada ao seio quanto para aquela que utiliza fórmula infantil, deve ser introduzida a partir dos seis meses de idade, no caso de crianças não amamentadas e que fazem uso do leite de vaca podemos iniciar alimentação complementar a partir de 04 meses, gradualmente, para suprir novas necessidades da criança. Deve-se observar a maturidade neurológica da criança para introduzir outros alimentos, como sustentação do tronco e deglutição adequada.

Em geral, as crianças tendem a rejeitar alimentos novos e esse tipo de comportamento manifesta-se precocemente. Porém, com exposições frequentes, os alimentos novos passam a ser aceitos, podendo ser incorporados à dieta da criança. Em média são necessárias de oito a dez exposições a um novo alimento para que ele seja aceito pela criança.

A papa deve ser amassada, sem peneirar ou liquidificar, para que sejam aproveitadas as fibras dos alimentos e fique na consistência de purê. Tal refeição deve conter alimentos de todos os grupos: cereais ou tubérculos, leguminosas, carnes ou ovos e hortaliças (verduras e legumes).

Deve-se cozinhar todos os alimentos, principalmente as carnes, somente em água. Após tudo cozido e amassado (utilizar garfo), colocar no prato e acrescentar uma colher (de chá) de óleo e oferecer para a criança. A carne, na quantidade de 50 a 70 g/dia (para duas papas), deve ser oferecida da seguinte forma: picada (em pedaços bem pequenos), tamisada (amassada com as mãos) ou desfiada, e é fundamental que seja oferecida à criança (procedimento fundamental para garantir a oferta adequada de ferro e zinco). Não utilizar sal; pode-se utilizar cebola de cabeça, salsa, alho e cebolinha para temperar a refeição.

As frutas devem ser oferecidas amassadas ou raspadas, sempre às colheradas. E após o aparecimento da dentição, em pedaços pequenos ou inteira, conforme a idade e o desenvolvimento da criança. Os sucos naturais podem ser usados após as refeições principais, porém em uma dose pequena e sem açúcar. Nos intervalos é preciso oferecer água tratada, filtrada ou fervida para a criança.

## 3. Características de consistência das refeições:

\*Alimentação complementar deve ser espessa desde o início e oferecida de colher; iniciar com a consistência pastosa (papas/purês) e, gradativamente, aumentar a consistência até chegar à alimentação da família.

\*As refeições, quanto mais espessas e consistentes, apresentam maior densidade energética (caloria/grama de alimento), comparadas com as dietas diluídas, do tipo sucos e sopas ralas.

\*Como a criança tem capacidade gástrica pequena e consome poucas colheradas no início da introdução dos alimentos complementares, é necessário garantir o aporte calórico com papas de alta densidade energética.

\*Aos 6 meses, a trituração complementar dos alimentos é realizada com as gengivas que já se encontram suficientemente endurecidas (devido a aproximação dos dentes da superfície da gengiva). A introdução da alimentação complementar espessa vai estimular a criança nas funções de lateralização da língua, jogando os alimentos para os dentes trituradores e no reflexo de mastigação.

\*Com 8 meses, a criança que for estimulada a receber papas com consistência espessa, vai desenvolver melhor a musculatura facial e a capacidade de mastigação. Assim, ela aceitará, gradativamente, com mais facilidade a comida da família a partir dessa idade.

\*É importante que reforce junto à mãe ou responsável o uso dos termos como papa ou comida. Procure não utilizar o termo sopa de legumes, pois esse dá a ideia de consistência líquida e semilíquida, sendo contraindicada para crianças, pois não fornecem energia e nutrientes em quantidade suficiente.

\*Respeitar o intervalo entre as refeições (2 a 3 horas).

#### 4. Momento das refeições

O momento da refeição é importante para a criação de hábitos saudáveis, entre eles o de comer sentado à mesinha ou à cadeirinha. Durante a refeição, cada criança deve comer somente de seu prato, utilizando talheres e copos individuais e previamente higienizados.

Os utensílios da cozinha e do lactário (garfos, facas, colheres, pratos, panelas, canecas, copos, bandejas, etc.) entram em contato direto com os alimentos, portanto a limpeza cuidadosa evitará que veiculem doenças. Manejar os talheres pelo cabo; Segurar os pratos pela parte de baixo ou pelas bordas; Pegar xícaras ou canecas pela parte de baixo ou pelas alças. Cada criança deve ter o seu próprio copo para o consumo de água e outras bebidas.

#### 5. Temperatura dos alimentos

Os alimentos devem ser servidos em temperatura adequada para a criança. A prática de o adulto soprar o alimento deve ser abolida, por conta da vasta disseminação de microrganismos. Caso seja necessário, incentive a própria criança a soprar sua comida. O ideal é ensinar à criança a esperar um pouquinho até que o alimento esteja na temperatura ideal para ser ingerida.

#### 6. Importância de oferecer água regularmente

Além de se preocupar com a alimentação saudável para proporcionar boa nutrição à criança, o professor/ auxiliar de sala não pode se esquecer de oferecer a ela líquidos regularmente, de modo a garantir sua hidratação.

As crianças têm maior necessidade de beber água que o adulto, uma vez que têm maior percentual de água corporal. Portanto, devemos sempre oferecer água para elas. Devemos também criar recursos para que as maiores se sirvam com autonomia, incentivando-as sempre, pois no meio das brincadeiras, dificilmente elas se lembram de parar para beber água.

#### 7. Alimentos que não devem ser ofertados no CEI para menores de 01 ano

Na alimentação complementar não devem ser oferecidas preparações contendo sal, açúcar e gordura em excesso ou utilizar como parâmetro o paladar do adulto. Não deve ser oferecido às crianças refrigerantes, sucos industrializados, doces em geral, balas, chocolate, sorvetes, biscoitos recheados, biscoitos do tipo "maria", salgadinhos, enlatados, embutidos (salsicha, linguiça, mortadela e presunto), frituras, café, chá mate, chá preto ou mel. Estes alimentos possuem excesso de gordura, açúcar, conservantes ou corantes e podem comprometer o crescimento e desenvolvimento, promover a carências de vitaminas e minerais, além de aumentarem o risco de doenças como alergias e obesidade.

#### 8. Alimentos proibidos para menores de 01 ano (inclusive em datas festivas)

Mel: Esse alimento pode estar contaminado pela bactéria *Clostridium botulinum* que causa o botulismo intestinal, no primeiro ano de vida a flora intestinal ainda está em desenvolvimento, e não consegue combater a bactéria.

Açúcar refinado: proibido colocar potes com açúcar nos berçários e adicionar aos chás, sucos, mamadeiras,... Ou produtos que contenham esse nutriente como achocolatados, farinhas lácteas. Ele tem alto teor calórico e é pobre em nutrientes, e o consumo pode gerar doenças. A ingestão pode causar excesso de adrenalina, e assim causar irritação, ansiedade, excitação e dificuldade de concentração.

Bolos com recheio e cobertura, biscoito recheados, gelatinas, chocolate e guloseimas em geral.

Refrigerantes/ Sucos artificiais: Os refrigerantes e sucos possuem o açúcar refinado, causando assim mudança na capacidade de concentração. Além de conter cafeína, no caso dos refrigerantes, que aumenta a inquietude. E ainda são ricos em conservantes, sódio e outros químicos.

Café/ Chá-mate/ Chá preto: A cafeína é excitante do sistema nervoso central, pode desencadear estresse, liberação de adrenalina, e outros hormônios suprarrenais. Pode apresentar também taninos, substância que inibe a absorção dos outros nutrientes da alimentação como ferro e mineral, que os bebês tanto precisam

Industrializados e com conservantes: Devido aos produtos químicos, como corantes, conservantes, aromatizantes e estabilizantes, o que causam inúmeros problemas de saúde, além de acarretar alergias. Tem altos teores de gordura, açúcar e sal.

Salgadinhos de pacote em geral.

Qualquer fritura (doce e salgada).

Maionese, catchup, mostarda e outros condimentos.

Produtos embutidos (salame, salsicha,...) e enlatados.

Alimentos muito doces ou muito salgados.

Comidas com excesso de tempero.

Alimentos que podem causar engasgo: Comidas em geral que seja em pedaços grandes e que sejam muito duros, ou que sejam grudentos pois pode ser difícil de engolir ou de retirar da garganta do bebê. Exemplos: balas de qualquer tipo, pirulito, pipoca, amendoim,...

#### 9. Orientações preventivas para engasgo com alimentos

##### Engasgo/ Alimentação

Estas situações ocorrem mais frequentemente na faixa etária de um a três anos de idade. É preciso ter atenção especial na oferta de alimentos. A criança pequena ainda não controla adequadamente a mastigação e a deglutição, tornando o engasgo mais frequente. Por esta razão, a oferta de alguns alimentos como amendoim, milho, pipoca, apresentam maior risco para a aspiração.

Algumas recomendações são importantes para evitar aspiração de corpo estranho na alimentação:

\*Ofereça alimentos em pedaços pequenos (atenção especial para as carnes e alimentos mais duros) de acordo com cada faixa etária.

\*Ensine as crianças a mastigar bem os alimentos.

\*Evite alimentos como sementes, amendoim, balas duras e outros que possam favorecer o engasgo.

\*A criança deve alimentar-se sempre sentada. Não ofereça alimentos enquanto elas correm, andam ou brincam.

#### Como reconhecer o engasgo?

Tosse persistente, chiado no peito, falta de ar súbito, rouquidão, lábio e unhas arroxeadas, são sinais sugestivos de que pode ter ocorrido aspiração de corpo estranho.

#### O que fazer?

Técnica de desobstrução das vias aéreas;

#### Crianças menores de um ano:

Segure a criança com a cabeça mais baixa, apoiada em um dos braços, sobre a perna. Mantenha as vias aéreas livres. Dê cinco percussões com a mão nas costas (entre as escápulas). Após, vire a criança de barriga para cima e dê cinco compressões no tórax. Repita estas manobras até que a criança consiga expelir o corpo estranho.

Se você conseguir visualizar o corpo estranho na boca da criança, retire-o com cuidado. Não coloque o dedo na boca às cegas, pois pode empurrar o corpo estranho para regiões mais baixas das vias aéreas e piorar o quadro de obstrução.

#### FONTES:

\*Cadernos de Atenção Básica n23. Saúde da Criança: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. Ministério da Saúde 2015.

\*Manual de orientação para a alimentação escolar infantil, ensino fundamental, ensino médio e na educação, de jovens e adultos/ PNAE: CECANE-SC, 2012.

\*Guia alimentar para crianças menores de 02 anos. Ministério da Saúde. 2013.

\*Sociedade Brasileira de Pediatria. Manual de orientação para alimentação do lactente, do pré -escolar, do adolescente e na escola. São Paulo: SBP 2012.

ELABORAÇÃO: NUTRICIONISTA: CECÍLIA FRANCO DE OLIVEIRA REGERT CRN 10 2534 APROVAÇÃO: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES: TÂNIA FERREIRA DA SILVA

## Lei nº 2446 - 2019

Publicação Nº 2124333

LEI Nº 2446, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1848/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei municipal nº 1848/2005 passa a vigorar com a seguinte estrutura e redação:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, a requerimento da parte interessada e mediante análise de viabilidade econômica, estímulos econômicos e incentivos fiscais à pessoa jurídica ou pessoa física, que vier a se estabelecer, iniciar suas atividades no Município ou, ainda, mesmo já estabelecida, ampliar de forma expressiva sua capacidade de faturamento e/ou absorção de mão-de-obra no Município de Fraiburgo.

Parágrafo único. Não terá direito aos benefícios desta Lei quem, a qualquer tempo, foi beneficiado com estímulos econômicos e/ou incentivos fiscais do Município e não atendeu aos propósitos que justificaram a concessão dos mesmos.

Art. 2º. O artigo 2º da Lei municipal nº 1848/2005 passa a vigorar com a seguinte estrutura e redação:

Art. 2º. Os estímulos e incentivos a que se refere o artigo anterior poderão se constituir, isolada ou cumulativamente de:

I - execução, no todo ou em parte, dos serviços de terraplanagem e infraestrutura necessários à implantação ou ampliação pretendida;

II - doação com encargo, na forma prevista no § 4º, do artigo 17 da Lei federal nº 8.666/93, dispensada a licitação para os casos de instalação de empresas ou cooperativas em áreas destinadas pelo Município, como de uso industrial.

III - permuta de áreas em atendimento à solicitação de pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física que explorar atividade industrial, comercial, turística ou agropecuária, já existentes, desde que enquadradas nas demais exigências desta Lei;

IV - isenção de tributos;



V - cessão real de uso ou cessão provisória de áreas de terra ou de prédios públicos;

VI – locação e cessão gratuita de espaço para fins industriais, comerciais, turísticos ou agropecuários, por período de até 36 (trinta e seis) meses, em condomínios, incubadoras ou em unidades individuais;

VII - elaboração de projeto e/ou serviços de consultoria;

VIII - outros benefícios quando o empreendimento for considerado de relevante interesse para o Município.

§ 1º. A doação com encargo, prevista no inciso II deste artigo, será realizada mediante a disponibilidade de imóvel por parte do Município.

§ 2º. Para efeito da doação com encargo fica desde já dispensada a licitação, quando o pedido de estímulo econômico for enquadrado dentro do Programa "Fraiburgo Empreendedor", a critério do Secretário de Desenvolvimento Econômico e com sanção do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º. A doação com encargo será operada mediante autorização legislativa específica, cujo projeto de lei será instruído com cópia integral do processo administrativo de concessão de estímulo econômico.

§ 4º. No caso de doação com encargo e havendo necessidade de oferta do bem como garantia de financiamento para edificação de sede própria ou estrutura industrial da beneficiária, observar-se-á o disposto no § 5º, do artigo 17 da Lei federal nº 8.666/93.

§ 5º. Para efeitos desta Lei e para deliberação de preferência dos projetos habilitados junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, os empreendimentos serão classificados da seguinte forma:

a) Projeto de Interesse I – faturamento anual mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou geração mínima de 10 (dez) postos de trabalho;

b) Projeto de Interesse II – faturamento anual mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou geração mínima de 20 (vinte) postos de trabalho;

c) Projeto de Interesse III – faturamento anual mínimo de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ou geração mínima de 30 (trinta) postos de trabalho;

d) Projeto de Interesse IV – faturamento anual superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ou geração mínima de 50 (cinquenta) postos de trabalho.

§ 6º. A cada trimestre, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico verificará os projetos em andamento, enquadrando-os pelos critérios indicados no § 5º e dará preferência, em despacho fundamentado, da concessão do benefício pretendido, especialmente no caso de doação com encargo ao projeto que obtiver a maior classificação e, em caso de empate, àquele que obtiver maior prospecção dos objetivos constantes no § 2º, do artigo 5º desta Lei.

Art. 3º. O artigo 6º da Lei municipal nº 1848/2005 passa a vigorar com a seguinte estrutura e redação:

Art. 6º. À pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física beneficiada com os estímulos econômicos e incentivos fiscais é vedado:

I - alienar os terrenos recebidos do Poder Público Municipal, antes de decorridos 10 (dez) anos do início das atividades do empreendimento beneficiado pela presente Lei.

II - dar utilização diversa da prevista no projeto ao empreendimento enquadrado nos benefícios desta Lei, antes de decorridos 05 (cinco) anos do início ou ampliação das atividades.

§ 1º. Compete ao Chefe do Poder Executivo, através de decisão, julgar sobre pedidos justificados de alteração de atividade dos empreendimentos beneficiados pela presente Lei, antes de decorrido o prazo previsto no inciso II deste artigo.

§ 2º. Não se considera para os efeitos desta Lei, violação da proibição constante nos incisos I e II deste artigo, a oferta do bem como garantia à instituição financeira, desde que os recursos sejam aplicados na construção da sede da beneficiária ou de infraestrutura industrial necessária ao desenvolvimento da atividade, desde que no mesmo imóvel objeto da doação com encargo.

Art. 4º. O artigo 9º da Lei municipal nº 1848/2005 passa a vigorar com a seguinte estrutura e redação:

Art. 9º. No caso de incentivos relativos à exploração de atividades agropecuárias e industriais, ficará o proponente isento da apresentação dos projetos e documentos previstos no artigo 5º, seus parágrafos e incisos desta Lei, quando a realização dos serviços não exceder o limite de 08 (oito) horas/máquina, por ano.

Parágrafo único. No caso do previsto no caput deste artigo, bastará o preenchimento de Termo de Adesão ao Programa "Fraiburgo Empreendedor", que será mantido em cadastro próprio pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO (SC), 14 DE AGOSTO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2903 e 15/08/2019, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.



**Portaria 15582019**

Publicação Nº 2123903

PORTARIA Nº 1558, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 01628/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir a pedido de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora BRUNA LARISSA TURKOT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.076.219-31, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 01 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15592019**

Publicação Nº 2123904

PORTARIA Nº 1559, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 01635/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade de professor para preenchimento de vaga para a disciplina de Geografia nas Unidades Escolares Municipais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar a carga horária de 37 (trinta e sete) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora DENISE CORREIA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 041.072.459-93, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – GEOGRAFIA, no período de 05 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de agosto de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15602019**

Publicação Nº 2123905

PORTARIA Nº 1560, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 01657/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que abrirá uma turma de Berçário no CEI Antonio Porto Burda;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora SALETE IVANIR MAITELI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 460.878.429-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 15 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 15612019**

Publicação Nº 2123908

PORTARIA Nº 1561, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 01658/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que abrirá uma turma de Berçário no CEI Estrelinha;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora NOEMI APARECIDA SOLIMAN, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 590.329.289-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 15 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 15622019**

Publicação Nº 2123910

PORTARIA Nº 1562, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01365/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais a servidora Marilene Rodrigues de Lima, que se encontra em Auxílio Doença;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.319.699-62, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15632019**

Publicação Nº 2123913

PORTARIA Nº 1563, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 07 de fevereiro de 2019 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01366/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 043.905.359-51, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15642019**

Publicação Nº 2123915

PORTARIA Nº 1564, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01367/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a demanda de alunos da Educação Especial varia de um ano para o outro;

Considerando a necessidade de Auxiliar de Ensino Fundamental para auxiliar aluno com necessidade educativa especial;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALESSANDRA COSTA DA VEIGA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 113.046.149-13, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15652019**

Publicação Nº 2123923

PORTARIA Nº 1565, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 07 de fevereiro de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01368/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a contratação temporária de Professor de Filosofia visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALESSANDRA MARIA DORNELLES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.238.349-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - FILOSOFIA, com carga horária de 22 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15662019**

Publicação Nº 2123926

PORTARIA Nº 1566, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01369/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais a servidora Maria Silva Lazaroto, que se afastou por aposentadoria;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALICE REGINA VENTZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 893.430.269-00, contrata em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15672019**

Publicação Nº 2123928

PORTARIA Nº 1567, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01370/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALICE TAISE BARBOSA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 093.732.869-35, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15682019**

Publicação Nº 2123930

PORTARIA Nº 1568, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01372/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a prorrogação temporária de Professor de História visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 990.610.159-87, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - HISTÓRIA, com carga horária de 27 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15692019**

Publicação Nº 2123933

PORTARIA Nº 1569, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 07 de fevereiro de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01371/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a prorrogação temporária de Professor de Língua Inglesa visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 990.610.159-87, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 13 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15702019**

Publicação Nº 2123937

PORTARIA Nº 1570, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01373/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em concurso público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALINE APARECIDA MARQUES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 032.425.819-46, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15712019**

Publicação Nº 2123942

PORTARIA Nº 1571, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01374/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALMERÍ APARECIDA KADES MORSOLETTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 479.984.909-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria 15722019

Publicação Nº 2123946

PORTARIA Nº 1572, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01375/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a prorrogação temporária de Professor de Artes visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais e Anos Iniciais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALVINA ALVES DE SOUZA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 960.843.329-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria 15732019

Publicação Nº 2123954

PORTARIA Nº 1573, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01376/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de AMANDA GHELLER PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 117.641.519-09, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria 15742019**

Publicação Nº 2123957

PORTARIA Nº 1574, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01377/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de AMANDA MAITELLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.044.179-51, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15752019**

Publicação Nº 2123958

PORTARIA Nº 1575, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01378/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA AMÉLIA SEGALA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 110.071.579-76, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15762019**

Publicação Nº 2123960

PORTARIA Nº 1576, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01379/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA CAROLINA SCHADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.100.699-51, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15772019**

Publicação Nº 2123962

PORTARIA Nº 1577, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01380/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA CATARINA MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.563.289-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15782019**

Publicação Nº 2123963

PORTARIA Nº 1578, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01381/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a professora de Educação Infantil visa atender a demanda de matrículas da Educação Infantil, a qual compreende crianças de 0 a 5 anos, em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 073.109.339-90, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15792019**

Publicação Nº 2123966

PORTARIA Nº 1579, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01382/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a prorrogação temporária de Professor de Artes visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais e Anos Iniciais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA MARIA ALVES DE CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 846.248.259-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ARTES, com carga horária de 15 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15802019**

Publicação Nº 2123968

PORTARIA Nº 1580, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01383/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.803.979-44, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15812019**

Publicação Nº 2123973

PORTARIA Nº 1581, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01384/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA SOFIA KOLLER RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 960.495.539-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15822019**

Publicação Nº 2123975

PORTARIA Nº 1582, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01385/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANACI APARECIDA RIBEIRO ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 802.521.419-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15832019**

Publicação Nº 2123978

PORTARIA Nº 1583, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01386/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRÉA VICENTE RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 035.160.819-29, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15842019**

Publicação Nº 2123981

PORTARIA Nº 1584, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01387/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREIA ANTUNES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.590.079-39, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15852019**

Publicação Nº 2123990

PORTARIA Nº 1585, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01388/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESA BARBOSA VELOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.659.189-79, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15862019**

Publicação Nº 2123994

PORTARIA Nº 1586, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01389/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a professora de Educação Infantil visa atender a demanda de matrículas da Educação Infantil, a qual compreende crianças de 0 a 5 anos, em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.310.749-52, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15872019**

Publicação Nº 2123996

PORTARIA Nº 1587, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01390/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRIELLI APARECIDA PEREIRA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.282.379-86, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria 15882019**

Publicação Nº 2123997

PORTARIA Nº 1588, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 07 de fevereiro de 2019 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01391/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a contratação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELA MARIA DEMORI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 572.250.529-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15892019**

Publicação Nº 2123999

PORTARIA Nº 1589, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01392/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ARIANE ANGOLERI COELHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 098.913.549-70, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15902019**

Publicação Nº 2124001

PORTARIA Nº 1590, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01393/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ARIELE MACHADO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.561.619-05, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15912019**

Publicação Nº 2124002

PORTARIA Nº 1591, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01394/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade de Auxiliar de Ensino Fundamental para auxiliar aluno com necessidade educativa especial;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ATAIR PIRES DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 625.455.319-87, contratado em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15922019**

Publicação Nº 2124004

PORTARIA Nº 1592, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01395/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de BIANCA SCOLARO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.074.929-95, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15932019**

Publicação Nº 2124006

PORTARIA Nº 1593, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01396/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de BRUNA CORDEIRO MOREIRA PIMENTEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.773.089-06, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15942019**

Publicação Nº 2124008

PORTARIA Nº 1594, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01397/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de BRUNA DE OLIVEIRA MUELER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 109.402.649-27, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 15952019**

Publicação Nº 2124012

PORTARIA Nº 1595, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01398/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a demanda de alunos da Educação Especial varia de um ano para o outro;  
Considerando a necessidade de Auxiliar de Ensino Fundamental para auxiliar aluno com necessidade educativa especial;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de BRUNA FABIANE GERLACH SCHULZE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 097.254.569-71, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 15962019**

Publicação Nº 2124016

PORTARIA Nº 1596, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01629/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a lei nº 2294, de 17 de junho de 2015, que estabelece o Plano Municipal de Educação, o qual tem como meta 06 – Ampliar com apoio da União e do Estado a oferta de educação em tempo integral;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de BRUNA LARISSA TURKOT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.076.219-31, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15972019**

Publicação Nº 2124020

PORTARIA Nº 1597, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01399/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de BRUNA LETÍCIA MARCONDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.276.709-47, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15982019**

Publicação Nº 2124027

PORTARIA Nº 1598, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01400/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas; Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA RODRIGUES NATALIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.995.289-47, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 15992019**

Publicação Nº 2124038

PORTARIA Nº 1599, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01401/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a demanda de alunos da Educação Especial varia de um ano para o outro;

Considerando a necessidade de Auxiliar de Ensino Fundamental para auxiliar aluno com necessidade educativa especial;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARINE ALVES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 084.282.889-33, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16002019**

Publicação Nº 2124044

PORTARIA Nº 1600, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01402/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Ensino Fundamental para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARLA VIVIANE PACHECO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 946.593.389-91, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16012019**

Publicação Nº 2124050

PORTARIA Nº 1601, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01403/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a demanda de alunos da Educação Especial varia de um ano para o outro;

Considerando a necessidade de Auxiliar de Ensino Fundamental para auxiliar aluno com necessidade educativa especial;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAROLINA CORSO DE ANDRADES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.084.089-64, contratada



em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

## Portaria 16022019

Publicação Nº 2124057

PORTARIA Nº 1602, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01404/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; considerando a necessidade de Auxiliar Educacional da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores neste cargo;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional – Educação Infantil, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.770.439-30, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

## Portaria 16032019

Publicação Nº 2124060

PORTARIA Nº 1603, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01405/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CHEILA KELEN SCHULZE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 068.301.519-29, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria 16042019

Publicação Nº 2124062

PORTARIA Nº 1604, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01406/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CILEINI KELEM VELOSO MORAIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.797.519-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria 16052019

Publicação Nº 2124068

PORTARIA Nº 1605, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01669/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CINTIA ROBERTO DUARTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.350.019-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16062019**

Publicação Nº 2124071

PORTARIA Nº 1606, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01407/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a demanda de alunos da Educação Especial varia de um ano para o outro;

Considerando a necessidade de Auxiliar de Ensino Fundamental para auxiliar aluno com necessidade educativa especial;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDIA ALINE DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 092.533.739-03, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16072019**

Publicação Nº 2124078

PORTARIA Nº 1607, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01408/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a professora de Educação Infantil visa atender a demanda de matrículas da Educação Infantil, a qual compreende crianças de 0 a 5 anos, em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEIDE APARECIDA THIBES RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.102.109-99, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16082019**

Publicação Nº 2124082

PORTARIA Nº 1608, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01409/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a prorrogação temporária de Professor de Artes visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais e Anos Iniciais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEONICE DE OLIVEIRA GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.534.489-07, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ARTES, com carga horária de 19 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16092019**

Publicação Nº 2124087

PORTARIA Nº 1609, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01410/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE APARECIDA ROSA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 036.317.569-50, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16102019**

Publicação Nº 2124090

PORTARIA Nº 1610, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em

conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01411/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTINA MÜLLER BIANCHIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 076.122.339-83, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16112019**

Publicação Nº 2124095

PORTARIA Nº 1611, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01412/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DAIANE DE OLIVEIRA COUTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 069.495.049-18, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16122019**

Publicação Nº 2124099

PORTARIA Nº 1612, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01413/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 074.450.109-12, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16132019**

Publicação Nº 2124104

PORTARIA Nº 1613, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01668/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELLE THAYNARA STÜPP, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.246.349-31, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16142019**

Publicação Nº 2124106

PORTARIA Nº 1614, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01414/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELE FIGUEIREDO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.137.349-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 16152019**

Publicação Nº 2124111

PORTARIA Nº 1615, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01415/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.905.139-37, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 16162019**

Publicação Nº 2124113

PORTARIA Nº 1616, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01416/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DEISEMARA BARBOSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.109.359-31, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16172019**

Publicação Nº 2124125

PORTARIA Nº 1617, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 07 de fevereiro de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01417/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a prorrogação temporária de Professor de Filosofia visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DEISY CAROLINE MARTINS SANTANA RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.466.149-20, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- FILOSOFIA, com carga horária de 26 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16182019**

Publicação Nº 2124129

PORTARIA Nº 1618, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01419/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais o professor Luiz Juliano de Almeida, que foi transferido para o Departamento de Cultura;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DEJANDIR OLIVIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 636.886.709-49, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR- GEOGRAFIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria 16192019**

Publicação Nº 2124135

PORTARIA Nº 1619, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01420/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a prorrogação temporária de Professor de Geografia visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENISE CORREIA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 041.072.459-93, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - GEOGRAFIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16202019**

Publicação Nº 2124139

PORTARIA Nº 1620, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01421/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei Municipal nº 2294, de 17 de junho de 2015, que viabiliza transporte escolar para os alunos, e a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que incumbe os municípios de assumirem o transporte escolar dos alunos da rede municipal;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DIEISON DE LIMA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 065.980.129-96, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16212019**

Publicação Nº 2124141

PORTARIA Nº 1621, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01422/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a prorrogação temporária de Professor de Ciências visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDIANE ALMEIDA MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.704.169-58, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - CIÊNCIAS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16222019**

Publicação Nº 2124145

PORTARIA Nº 1622, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01423/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a professora de Educação Infantil visa atender a demanda de matrículas da Educação Infantil, a qual compreende crianças de 0 a 5 anos, em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDIANE MOLIM BITENCOURT, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 074.214.099-71, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16232019**

Publicação Nº 2124149

PORTARIA Nº 1623, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01424/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDILAINI APARECIDA ROSA GHELLER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 060.818.139-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16242019**

Publicação Nº 2124152

PORTARIA Nº 1624, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01425/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDINEIA TEODORO GONÇALVES DE ARAUJO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.641.129-54, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16252019**

Publicação Nº 2124157

PORTARIA Nº 1625, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0005 de 01 de março de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01426/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por estar gestante que estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELAINE ALMEIDA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 081.666.869-88, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16262019**

Publicação Nº 2124162

PORTARIA Nº 1626, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01427/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELAINE CAMPOLIN GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 093.317.769-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16272019**

Publicação Nº 2124164

PORTARIA Nº 1627, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01428/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por estar gestante que estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELAÍNE DOMINGUES GRANEMANN, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 071.065.959-85, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16282019**

Publicação Nº 2124167

PORTARIA Nº 1628, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01429/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.758.019-82, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 16292019**

Publicação Nº 2124170

PORTARIA Nº 1629, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01430/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELENICE MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 040.712.079-30, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16302019**

Publicação N° 2124226

PORTARIA N° 1630, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital n° 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna n° 01431/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a professora de Educação Infantil visa atender a demanda de matrículas da Educação Infantil, a qual compreende crianças de 0 a 5 anos, em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELENICE MELLO PHILIPPUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 006.565.609-16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16312019**

Publicação N° 2124227

PORTARIA N° 1631, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital n° 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n° 01432/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIANE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.064.859-11, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16322019**

Publicação N° 2124228

PORTARIA N° 1632, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital n° 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna n° 01434/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELOISA FORTES DE CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.589.049-96, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16332019**

Publicação N° 2124229

PORTARIA N° 1633, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital n° 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n° 01435/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei 2294/2015, que estabelece o Plano Municipal de Educação, o qual tem como meta 13, estratégia 13.8: Garantir que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão, coordenação e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área da educação;

Considerando a necessidade dos serviços de Coordenador Pedagógico para atender excepcional interesse público;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 974.220.299-00, contratada em caráter temporário na função de COORDENADOR PEDAGÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal



GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16342019**

Publicação Nº 2124230

PORTARIA Nº 1634, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01433/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em concurso público e não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELITA RIBEIRO FULGUERI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 055.401.159-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16352019**

Publicação Nº 2124231

PORTARIA Nº 1635, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01436/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EVA MARISTELA TELES REZENDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 946.517.529-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16362019**

Publicação Nº 2124232

PORTARIA Nº 1636, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01437/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a professora de Educação Infantil visa atender a demanda de matrículas da Educação Infantil, a qual compreende crianças de 0 a 5 anos, em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EVA SIMONE THOMAZ DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 000.119.629-41, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16372019**

Publicação Nº 2124233

PORTARIA Nº 1637, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01439/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a demanda de alunos da Educação Especial varia de um ano para o outro;

Considerando a necessidade de Auxiliar de Ensino Fundamental para auxiliar aluno com necessidade educativa especial;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EVELYN CRISTINA MORESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.580.989-67, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16382019**

Publicação Nº 2124234

PORTARIA Nº 1638, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01438/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EVELIZE MANFRON GERLACH, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 087.755.859-01, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16392019**

Publicação Nº 2124235

PORTARIA Nº 1639, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 07 de fevereiro de 2019 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01441/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FABIANA TELLE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.954.499-06, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16402019**

Publicação Nº 2124237

PORTARIA Nº 1640, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01442/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a prorrogação temporária de Professor de Educação Física visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais e Anos Iniciais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FABIO SCHÜLER PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 099.651.039-76, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 27 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16412019**

Publicação Nº 2124238

PORTARIA Nº 1641, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01443/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em concurso público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FERNANDA SOUZA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.843.519-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16422019**

Publicação Nº 2124239

PORTARIA Nº 1642, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01444/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em concurso público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FLÁVIA DOS SANTOS LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.374.159-10, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16432019**

Publicação Nº 2124240

PORTARIA Nº 1643, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01445/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIELE RODRIGUES FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 090.401.859-80, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16442019**

Publicação Nº 2124241

PORTARIA Nº 1644, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01446/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas; Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIÉLI TAVARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 042.245.479-61, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16452019**

Publicação Nº 2124243

PORTARIA Nº 1645, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de LUANA GREICY BÖTTCHER, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº 087.378.379-40, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16462019**

Publicação Nº 2124245

PORTARIA Nº 1646, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01447/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GABRIELE KONFLANZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.470.849-46, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16472019**

Publicação Nº 2124248

PORTARIA Nº 1647, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01448/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a demanda de alunos da Educação Especial varia de um ano para o outro;  
Considerando a necessidade de Auxiliar de Ensino Fundamental para auxiliar aluno com necessidade educativa especial;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GABRIELLY LELLO ORLANDO RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 008.092.902-86, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 36 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16482019**

Publicação Nº 2124251

PORTARIA Nº 1648, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01449/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;  
Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GENIR DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 770.903.229-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal



GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16492019**

Publicação Nº 2124252

PORTARIA Nº 1649, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01450/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GÉSSICA BARBOSA OLIVO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 075.414.649-96, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16502019**

Publicação Nº 2124254

PORTARIA Nº 1650, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01453/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei Municipal nº 2294, de 17 de junho de 2015, que viabiliza transporte escolar para os alunos, e a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que incumbe os municípios de assumirem o transporte escolar dos alunos da rede municipal;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GILMAR GRIBLER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 044.764.389-46, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16512019**

Publicação Nº 2124256

PORTARIA Nº 1651, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01454/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a demanda de alunos da Educação Especial varia de um ano para o outro;  
Considerando a necessidade de Auxiliar de Ensino Fundamental para auxiliar aluno com necessidade educativa especial;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GIOVANA DE FÁTIMA DIAS DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 120.521.889-08, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16522019**

Publicação Nº 2124258

PORTARIA Nº 1652, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01455/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;  
Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISELE BELON DE MORAIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 088.966.529-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16532019**

Publicação Nº 2124259

PORTARIA Nº 1653, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna

nº 01456/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;  
Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISELE RODRIGUES LEMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.108.079-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16542019**

Publicação Nº 2124261

PORTARIA Nº 1654, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01457/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.902.349-78, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16552019**

Publicação Nº 2124263

PORTARIA Nº 1655, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01458/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a professora de Educação Infantil visa atender a demanda de matrículas da Educação Infantil, a qual compreende crianças de 0 a 5 anos, em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GLEICIMER DOMINGUES DE ABREU, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 001.085.049-05, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16562019**

Publicação Nº 2124264

PORTARIA Nº 1656, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01459/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHÄBERLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 480.050.109-15, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16572019**

Publicação Nº 2124266

PORTARIA Nº 1657, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01460/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GRAZIELA OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 039.808.690-75, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16582019**

Publicação Nº 2124268

PORTARIA Nº 1658, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01461/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a prorrogação temporária de Professor de Artes visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais e Anos Iniciais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GRAZIELI APARECIDA ANTON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.782.439-93, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16592019**

Publicação Nº 2124270

PORTARIA Nº 1659, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01462/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;  
Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de HELLEN SIQUEIRA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 110.858.859-09, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16602019**

Publicação Nº 2124272

PORTARIA Nº 1660, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 07 de fevereiro de 2019 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01464/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a contratação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de INÊS SOBIERANSKI RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 613.502.229-68, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16612019**

Publicação Nº 2124273

PORTARIA Nº 1661, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01465/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais a servidora Margarete Rodrigues Mumberger, que está em Auxílio Doença;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de IONE SUBTIL RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 096.278.189-41, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16622019**

Publicação Nº 2124275

PORTARIA Nº 1662, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01466/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRENE LEVANDOSKI DE LARA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 001.084.449-02, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16632019**

Publicação Nº 2124277

PORTARIA Nº 1663, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01468/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a professora de Educação Infantil visa atender a demanda de matrículas da Educação Infantil, a qual compreende crianças de 0 a 5 anos, em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVETE FATIMA SEGALA PUHL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.766.899-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA 16642019**

Publicação Nº 2124279

PORTARIA Nº 1664, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01469/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a professora de Educação Infantil visa atender a demanda de matrículas da Educação Infantil, a qual compreende crianças de 0 a 5 anos, em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONETE APARECIDA XAVIER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 760.958.279-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16652019**

Publicação Nº 2124280

PORTARIA Nº 1665, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01470/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental, conforme laudo em anexo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JAHINE FERREIRA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 098.610.629-12, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16662019**

Publicação Nº 2124281

PORTARIA Nº 1666, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01471/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANETE ESQUINCA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 918.670.969-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16672019**

Publicação Nº 2124282

PORTARIA Nº 1667, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01472/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANICE HAMMES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 649.916.959-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16682019**

Publicação Nº 2124283

PORTARIA Nº 1668, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0023 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01473/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JENIFFER THAÍS ULLIRSCH VELOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 122.937.579-19, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16692019**

Publicação N° 2124286

PORTARIA N° 1669, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital n° 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna n° 01474/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA CRISTIANE SEMAM PALMERA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 071.073.729-71, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16692019**

Publicação N° 2124284

PORTARIA N° 1669, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital n° 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna n° 01474/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA CRISTIANE SEMAM PALMERA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 071.073.729-71, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16702019**

Publicação Nº 2124288

PORTARIA Nº 1670, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01475/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;  
Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA PRATES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 109.143.019-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16712019**

Publicação Nº 2124291

PORTARIA Nº 1671, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01477/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Concurso Público e que não houve preenchimento das vagas;  
Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOLSEANE APARECIDA BONETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 039.993.629-79, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16722019**

Publicação Nº 2124292

PORTARIA Nº 1672, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 22 de janeiro de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01478/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei Municipal 2294/2015, que estabelece o Plano Municipal de Educação o qual possui como meta 2.15: Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão de diferentes etnias;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSE VALDECIR SCHMIDT, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 743.449.359-34, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16732019**

Publicação Nº 2124295

PORTARIA Nº 1673, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0005 de 01 de março de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01479/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo a professora Taise Gugiel que se encontra em Licença Maternidade;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSEANE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 094.705.949-08, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 24 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16742019**

Publicação Nº 2124297

PORTARIA Nº 1674, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01480/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSEANE TELES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 109.976.069-08, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16752019**

Publicação Nº 2124298

PORTARIA Nº 1675, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 07 de fevereiro de 2019 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01481/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que prorrogação temporária de professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições de Ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCENI MELLO CAREGNATO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 656.714.579-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16762019**

Publicação Nº 2124300

PORTARIA Nº 1676, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01482/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCIMARA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.823.539-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16772019**

Publicação Nº 2124302

PORTARIA Nº 1677, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 07 de fevereiro de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01483/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a contratação temporária de professor da Ensino Fundamental Anos Iniciais visa atender a demanda temporária nas instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a professora Sirlene Aparecida Strapazon de Mello, que se aposentou;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.490.049-09, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA 16782019**

Publicação Nº 2124303

PORTARIA Nº 1678, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 15 de abril de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01663/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que abrirá uma turma de Berçário no CEI Estrelinha;  
Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA SILVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.041.069-26, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16792019**

Publicação Nº 2124304

PORTARIA Nº 1679, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 15 de abril de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01653/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que abrirá uma turma de Berçário no CEI Antonio Porto Burda;  
Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TÂNIA DIAS DE ALMEIDA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 055.322.069-72, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16802019**

Publicação Nº 2124305

PORTARIA Nº 1680, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação

interna nº 01655/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que abrirá uma turma de Berçário no CEI Antonio Porto Burda;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional – Educação Infantil, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.800.529-92, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16812019**

Publicação Nº 2124306

PORTARIA Nº 1681, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01659/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que abrirá uma turma de Berçário no CEI Estrelinha;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educação – Educação Infantil, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CRISTIANE SIRLEI DUTRA GUIMARÃES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 077.027.439-05, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16822019**

Publicação Nº 2124308

PORTARIA Nº 1682, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01659/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que abrirá uma turma de Berçário no CEI Antonio Porto Burda;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional – Educação Infantil, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MILENA PAGANINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 103.734.279-80, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de agosto de 2019 até 13

de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16832019**

Publicação Nº 2124309

PORTARIA Nº 1683, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01665/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que abrirá uma turma de Maternal no CEI Bela Vista;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional – Educação Infantil, para atender excepcional interesse público;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALANA PONTES RIBEIRO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.391.629-94, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

## **PORTARIA 16842019**

Publicação Nº 2124312

PORTARIA Nº 1684, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01665/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que abrirá uma turma de Berçário no CEI Antonio Porto Burda;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional – Educação Infantil, para atender excepcional interesse público;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LILIAN OLIVEIRA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.327.429-85, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16852019**

Publicação Nº 2124313

PORTARIA Nº 1685, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 476/2019, da Secretaria de Saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar o servidor LUCAS DALAGNOLI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 063.285.679-36, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16862019**

Publicação Nº 2124315

PORTARIA Nº 1686, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Determina Abertura de Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Especial Processante

A Prefeita Municipal de Fraiburgo no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2010; e em conformidade com o Despacho contido no Processo Administrativo 3114/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos à servidora pública VALÉRIA LUDCKE DOS SANTOS, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, para integrarem a Comissão Especial Processante, os servidores públicos abaixo relacionados:

- I - SIMARA CRISTINA FERREIRA DE DEUS SARTURI – Presidente;
- II – AYDIR FÁTIMA BALVEDI – Secretária;
- III – ANGELA MARIA RIBEIRO SERAFINI – Membro;

Parágrafo Único: Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16872019**

Publicação Nº 2124317

PORTARIA Nº 1687, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Dispõe sobre o Afastamento Preventivo de Servidor

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; considerando especialmente o artigo 140 da Lei Complementar nº 109/2010; considerando a decisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 3114/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º Afastar preventivamente do efetivo exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a servidora VALÉRIA LUDCKE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 098.891.579-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, sem prejuízo da remuneração, a partir de 15 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 16882019**

Publicação Nº 2124319

PORTARIA Nº 1688, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de TEREZINHA SALETE BIERHALS, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o nº 941.986.599-15, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 14 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**EDITAL DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA**

Publicação Nº 2124322



MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

**EDITAL PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA 001/2019**

A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições legais, e amparada pela Lei Complementar nº 109 de 03 de março de 2010, torna público, pelo presente Edital Interno as normas AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, respeitando o interesse público, para os membros do magistério público municipal com atuação na rede municipal de ensino **para o ano letivo de 2020**.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O processo Seletivo de Ampliação de Carga Horária será executado por intermédio de Comissão composta por três servidores efetivos, designados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo/SC.

1.2. O edital para ampliação de carga horária, as decisões e demais atos inerentes ao processo de Ampliação de Carga Horária serão publicados integralmente no diário oficial dos municípios do Município de Fraiburgo/SC, veiculado eletronicamente no endereço da internet [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

1.2.1. Caberá ao diretor a divulgação deste Edital na respectiva unidade escolar, devendo, para tanto, afixá-lo em local que assegure acesso a todos os professores e secretários de escola.

1.3. A simples participação neste processo não garante ao professor o direito a ampliação de carga horária.

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições serão recebidas exclusivamente pela Secretaria Municipal de Educação, situada à Avenida Arnaldo Frey, nº 179, Centro de Fraiburgo/SC, no período de 16 de agosto de 2019 a 22 de agosto de 2019, das 14:00h às 17h30min.

2.2. Para inscrever-se no Processo de Ampliação de Carga Horária, o candidato deverá comparecer ao endereço e nos horários e prazos indicados no item 2.1 e ser efetivo na Rede Municipal de Ensino do Município de Fraiburgo/SC.

2.3. A solicitação de ampliação de carga horária deverá ser feita pelo próprio candidato à Comissão designada pela Secretaria de Educação, por meio de requerimento próprio, conforme Anexo I, respectivamente, acompanhadas dos documentos descritos no **item 5**.

2.4. Os professores que desejarem não participar deste processo de Ampliação de Carga horária poderão inscrever-se no processo seletivo anual.

**2.5. Os professores que ficam impedidos de realizar o processo de ampliação de carga horária, conforme estabelece o item 3 poderão inscrever-se no processo seletivo anual.**

**3. DOS IMPEDIMENTOS**

3.1. Ficam impedidos os professores efetivos a participar do Processo de Ampliação de carga horária que:

1. Tenha sofrido penalidade disciplinar nos últimos 2 (dois) anos;
2. Tiver apresentado falta injustificada no ano letivo de 2019;

2.1 Considerar-se-á falta injustificada aquela lançada no cartão ponto do servidor (hora e/ou horas, dia e/ou dias) e assinada pelo mesmo o que comprova estar ciente da situação registrada;

3. Apresentado mais de **20** dias de atestado durante o ano letivo de 2019 contados do início do ano letivo até a data de 31 de Julho de 2019;

**4. DOS CRITÉRIOS**

4.1 O docente efetivo poderá ampliar sua carga horária até o limite de 40 horas semanais, de acordo com as vagas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes em Edital de Notificação.

4.1.1 Caso não tenha vaga para ampliação de carga horária na Unidade Escolar de lotação do professor, o mesmo poderá optar pela Unidade Escolar mais próxima desde que haja vaga e seja de seu interesse.

4.2 Respeitado o interesse público, a carga horária do servidor efetivo poderá ser ampliada ou reduzida, com a consequente alteração da remuneração na mesma proporção.

**4.3 Os professores efetivos que não realizarem o requerimento de ampliação de carga horária, permanecem com a carga horária fixada em lei, no edital de concurso público e ato de nomeação.**

## 5. DOS DOCUMENTOS

5.1. Para ampliação de carga horária o servidor deverá apresentar os seguintes documentos no ato de inscrição:

1. Declaração de tempo de serviço efetivo no Município de Fraiburgo/SC;
2. Requerimento devidamente preenchido e assinado;
3. Xerox do Diploma de maior grau de formação na área de atuação;
4. Certificados de cursos de atualização na área de educação, oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação ou outros, pelo período de 01/02/2017 a 31/07/2019, computando-se no máximo 200 (duzentas) horas

Parágrafo único: Os certificados referentes ao ano letivo de 2019 de capacitação não serão gerados nesse momento, pois ainda tem encontros previstos para o segundo semestre de 2019.

## 6. DO QUADRO DE PONTUAÇÃO

DESCRIÇÃO		PONTUAÇÃO
<b>Maior grau de formação</b>  *Computar-se-á somente o certificado de maior grau	• Mestrado na área da Educação	20 PONTOS
	• Especialização na área da Educação	10 PONTOS
	• Diploma de formação em Ensino Superior	5 PONTOS *
	• Curso, Seminário, Jornada, Simpósio na área da Educação. No período de 01/02/2017 a 31/07/2019*	20 PONTOS A CADA 20 HORAS

\*Serão Pontuados no máximo 200 horas de cursos.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Da classificação preliminar dos candidatos, é cabível recurso (ANEXO II) endereçado à comissão, uma única vez, no prazo comum de 02 (dois) dias.

7.1.2. Os recursos deverão ser impressos em 2 vias, sendo que 1 deverá estar em envelope lacrado entregue na Secretaria de Educação A/C da comissão de análise Edital 001/2019 e a segunda será protocolada e devolvida ao candidato.

7.2. O recurso deverá conter a identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.

7.3. Nenhum documento poderá ser anexado ao Requerimento de Recurso. Serão analisados somente os documentos entregues pelo candidato no ato da inscrição.

## 8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Verificando-se a ocorrência de empate por dois ou mais candidatos, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na ordem:

- a) Maior tempo efetivo no magistério público municipal;
- b) Maior número de horas de cursos de aperfeiçoamento na área da Educação, comprovadas no ato da inscrição;
- c) Idade;



d) Maior número de filhos menores.

#### **9. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

9.1. A divulgação será exposta no Blog da Secretaria Municipal de Educação no dia 26 de agosto de 2019 e publicada no Diário Oficial dos Municípios, veiculado eletronicamente no endereço da internet [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

9.2. A listagem final será divulgada e homologada no dia 30 de agosto de 2019 após análise dos recursos.

#### **10. DA CONFIRMAÇÃO DAS VAGAS**

10.1. A data e horário para ampliação de carga horária será definida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a qual se responsabilizará divulgar o Edital de Notificação.

10.2. Após assinatura do termo de aceite, será expedida uma Portaria por ato do Poder Executivo oficializando a ampliação de carga horária para o ano letivo seguinte.

10.2.1. Após o termo de aceite de ampliação de carga horária ser assinado o professor não poderá solicitar a desistência do ato.

#### **11. DO CANCELAMENTO**

11.1 Será cancelada a ampliação de carga horária a qualquer tempo do professor que:

- I. Comprovadamente obtiver rendimento insatisfatório durante o ano letivo, causando prejuízo à rede escolar e ao desenvolvimento dos alunos;
- II. Apresentar 3 (três) faltas injustificadas.

#### **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. A ampliação de carga horária dar-se-á a partir de 03 de fevereiro de 2020 estendendo-se até o fim do ano letivo, determinado pelo Calendário Escolar e não gera direito adquirido na sua manutenção.

12.2. Na forma da legislação vigente, o presente edital poderá ser alterado a qualquer momento.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e a Comissão composta por servidores efetivos, de acordo com a constituição federal, com base nos princípios administrativos e demais normas de direito visando sempre atingir o interesse público.

Fraiburgo, 14 de agosto de 2019

Tania da Silva Ferreira

Secretária de Educação, Cultura e Esportes



MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

ANEXO I - DO REQUERIMENTO DE AMPLIAÇÃO– EDITAL N° 001/2019

NOME DO (A) SERVIDOR (A) : \_\_\_\_\_

TELEFONE FIXO : \_\_\_\_\_ CELULAR: \_\_\_\_\_

MATRICULA N° : \_\_\_\_\_ DATA NOMEAÇÃO CARGO EFETIVO: \_\_\_\_\_

CARGO/DISCIPLINA: \_\_\_\_\_

LOTAÇÃO ATUAL: \_\_\_\_\_

CARGA HORÁRIA EFETIVA: 20 HORAS

DOCUMENTOS ENTREGUES:

( ) CÓPIA RG – OBRIGATÓRIO

( ) CÓPIA CPF – OBRIGATÓRIO

( ) CÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR E COMPROVANTE DA ÚLTIMA VOTAÇÃO – OBRIGATÓRIO

( ) DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO EM CARGO EFETIVO – OBRIGATÓRIO

( ) DIPLOMA DE MAIOR GRAU DE FORMAÇÃO NA ÁREA - OBRIGATÓRIO

( ) CURSO, SEMINÁRIO, JORNADA, SIMPÓSIO E CONGRESSO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (OFERECIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO). NO PERÍODO DE 01/02/2017 a 14/12/2018 - Prova de Títulos

( ) CURSO, SEMINÁRIO, JORNADA, SIMPÓSIO E CONGRESSO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (OUTROS). NO PERÍODO DE 01/02/2017 a 14/12/2018 . MÁXIMO 200 HORAS –

TOTAL DE  
FOLHAS ENTREGUES

Fraiburgo,.....de.....de 2019.

---

Assinatura do Servidor



MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

## ANEXO II

## REQUERIMENTO PARA RECURSO

EDITAL Nº 001/2019

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO EDITAL DE AMPLIAÇÃO Nº.001/2019, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo/SC.

Eu, ....., portador do documento de identidade nº....., professor efetivo da rede municipal de Fraiburgo, participei do Edital Simplificado para pleitear ampliação de carga horária.

Após análise da divulgação dos resultados classificatórios, venho por meio deste contestar:

---

---

---

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

---

---

---

---

---

Fraiburgo,.....de.....de 2019.

.....

Assinatura do candidato

RECEBIDO em...../...../2019

por.....

(Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### EXTRATO - 2º TERMO AO CONTRATO Nº 054-2017 - ECOLOGICA AMBIENTAL - COLETA DE LIXO

Publicação Nº 2124088

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato administrativo nº 054/2017

Partes: Município de Frei Rogério e a empresa ECOLOGICA AMBIENTAL LTDA ME

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo de execução do contrato nº 54/2017, passando a vigorar, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 06 de junho de 2020.

Reajuste de valor aplicando-lhe correção inflacionária representada pelo IGP-DI correspondente a 6,04%

O presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo licitatório nº 12/2017 - PR 09/2017.

Item	Und	Descrição	Valor Unitário (Atualizado*)	Valor Unitário (Corrigido)
01	Ton	Prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares	721,13	764,68

\*Valor atualizado no Primeiro Termo Aditivo.

Vigência: 06/06/2019 à 06/06/2020.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU Nº 004/2019

Publicação Nº 2124119

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 04/2019

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU

A Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Fiscalização Tributária, em conformidade com o que dispõe o artigo 112, §2º, da Lei nº 471/1993 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA, pelo presente edital, os contribuintes abaixo relacionados, do lançamento em seu desfavor do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, nos termos artigos 3º ao 19º, todos do CTM.

Os créditos lançados estão acrescidos:

Atualização monetária prevista nos arts.125 do CTM.

I – O principal será atualizado mediante a aplicação do coeficiente obtido pela divisão do valor nominal reajustado de uma Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFIR) no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma unidade no mês fixado para o pagamento; (Redação dada pela Lei n.º 521/1994) (Expressão dada pela Lei Complementar nº 1.685, de 28/12/2012)

II – Sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

a) multa a razão de 2% (dois por cento), devida a partir do mês seguinte ao vencimento. (Redação dada pela Lei n.º 785/2003)

b) Multa a razão de 2% (dois por cento), devida a partir do mês seguinte ao vencimento. (Redação dada pela Lei n.º 788/2003)

c) Juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

Ficam também os contribuintes cientes de que dispõem de 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste edital, para recolher à Secretaria da Fazenda a quantia descrita ou, no mesmo prazo, apresentar Reclamação, perante o Secretário Municipal da Fazenda, conforme dispõem os arts. 09º ao 23 da LC 1.688/2012. Nada sendo alegado e não paga a citada quantia, dentro do prazo assinalado, será feita a inscrição do débito tributário em dívida ativa para efeito de cobrança amigável ou judicial, nos termos da lei em vigor.

Os contribuintes poderão comparecer ao Setor de Tributos deste Poder Público, localizado no Paço Municipal, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000, para receber o documento de arrecadação, ou acessando o sítio da Prefeitura Municipal: "https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03112-014/contribuinte/rel\_guiaunificada.faces".

Notificação: 859/2019

Contribuinte: YURI ROBLEDO REFFEL DORNELES BRITO

CPF/CNPJ: 008.263.070-43

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25910

Endereço Imóvel: Rua PMG 283, s/nº, Areias de Palhocinha, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 28.599,30	0,0025	R\$ 169,84
COSIP			0,00

Notificação: 860/2019

Contribuinte: YURI ROBLEDO REFFEL DORNELES BRITO

CPF/CNPJ: 008.263.070-43

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25910

Endereço Imóvel: Rua PMG 283, s/nº, Areias de Palhocinha, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 30.410,46	0,0025	R\$ 253,65
COSIP			R\$ 62,93

Notificação: 861/2019

Contribuinte: YURI ROBLEDO REFFEL DORNELES BRITO

CPF/CNPJ: 008.263.070-43

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25910

Endereço Imóvel: Rua PMG 283, s/nº, Areias de Palhocinha, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 32.457,69	0,0025	R\$ 238,49
COSIP			R\$ 62,89

Notificação: 862/2019

Contribuinte: YURI ROBLEDO REFFEL DORNELES BRITO  
CPF/CNPJ: 008.263.070-43  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25910  
Endereço Imóvel: Rua PMG 283, s/nº, Areias de Palhocinha, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 54.729,54	0,0025	R\$ 305,16
COSIP			R\$ 125,25

Notificação: 863/2019  
Contribuinte: YURI ROBLEDO REFFEL DORNELES BRITO  
CPF/CNPJ: 008.263.070-43  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25910  
Endereço Imóvel: Rua PMG 283, s/nº, Areias de Palhocinha, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 54.729,54	0,0025	R\$ 332,90
COSIP			R\$ 125,26

Notificação: 886/2019  
Contribuinte: JOSÉ MARCELO BUCHAIM JUCA  
CPF/CNPJ: 383.452.770-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26239  
Endereço Imóvel: Servidão PMG 241, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 36.970,35	0,0025	R\$ 212,08
COSIP			0,00

Notificação: 887/2019  
Contribuinte: JOSÉ MARCELO BUCHAIM JUCA  
CPF/CNPJ: 383.452.770-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26239  
Endereço Imóvel: Servidão PMG 241, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 39.316,01	0,0025	R\$ 348,71
COSIP			R\$ 100,68

Notificação: 888/2019  
Contribuinte: JOSÉ MARCELO BUCHAIM JUCA  
CPF/CNPJ: 383.452.770-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26239  
Endereço Imóvel: Servidão PMG 241, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 43.622,21	0,0025	R\$ 334,79
COSIP			R\$ 100,62

Notificação: 889/2019  
Contribuinte: JOSÉ MARCELO BUCHAIM JUCA  
CPF/CNPJ: 383.452.770-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26239  
Endereço Imóvel: Servidão PMG 241, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 43.622,21	0,0025	R\$ 509,62
COSIP			R\$ 250,50

Notificação: 890/2019  
Contribuinte: JOSÉ MARCELO BUCHAIM JUCA

CPF/CNPJ: 383.452.770-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26239  
Endereço Imóvel: Servidão PMG 241, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 43.622,21	0,0025	R\$ 466,60
COSIP			R\$ 250,50

Notificação: 891/2019  
Contribuinte: JOSÉ MARCELO BUCHAIM JUCA  
CPF/CNPJ: 383.452.770-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26239  
Endereço Imóvel: Servidão PMG 241, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba - SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2019	R\$ 49.451,39	0,0025	R\$ 422,35
COSIP			R\$ 250,50

Notificação: 569/2019  
Contribuinte: ALMIR ALVES NETO  
CPF/CNPJ: 379.322.760-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25444  
Endereço Imóvel: Servidão Casan 685, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 259.513,00	0,0025	R\$ 1.328,30
COSIP			0,00

Notificação: 570/2019  
Contribuinte: ALMIR ALVES NETO  
CPF/CNPJ: 379.322.760-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25444  
Endereço Imóvel: Servidão Casan 685, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 275.942,11	0,0025	R\$ 1.362,37
COSIP			R\$ 62,93

Notificação: 571/2019  
Contribuinte: ALMIR ALVES NETO  
CPF/CNPJ: 379.322.760-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25444  
Endereço Imóvel: Servidão Casan 685, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 306.204,69	0,0025	R\$ 1.306,93
COSIP			R\$ 62,89

Notificação: 572/2019  
Contribuinte: ALMIR ALVES NETO  
CPF/CNPJ: 379.322.760-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25444  
Endereço Imóvel: Servidão Casan 685, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 306.204,69	0,0025	R\$ 1.339,02
COSIP			R\$ 150,29

Notificação: 573/2019  
Contribuinte: ALMIR ALVES NETO  
CPF/CNPJ: 379.322.760-04



Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25444

Endereço Imóvel: Servidão Casan 685, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 335.208,80	0,0025	R\$ 1.225,00
COSIP			R\$ 150,31

Notificação: 3173/2018

Contribuinte: VALDECI BERNARDO

CPF/CNPJ: 289.765.760-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 11360

Endereço Imóvel: Rua José Agostinho Bernardo, s/nº, Praia da Barra, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 567.877,76	0,0025	R\$ 4.746,19
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 401/2019

Contribuinte: CRISTIANO PINHEIRO RIBEIRO

CPF/CNPJ: 963.494.330-68

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25904

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 285 – Rua Ana Marcolina Cardoso, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 16.129,33	0,0025	R\$ 105,87
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 402/2019

Contribuinte: CRISTIANO PINHEIRO RIBEIRO

CPF/CNPJ: 963.494.330-68

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25904

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 285 – Rua Ana Marcolina Cardoso, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 17.149,11	0,0025	R\$ 191,24
COSIP			R\$ 62,93

Notificação: 403/2019

Contribuinte: CRISTIANO PINHEIRO RIBEIRO

CPF/CNPJ: 963.494.330-68

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25904

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 285 – Rua Ana Marcolina Cardoso, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 19.028,25	0,0025	R\$ 183,32
COSIP			R\$ 62,89

Notificação: 404/2019

Contribuinte: CRISTIANO PINHEIRO RIBEIRO

CPF/CNPJ: 963.494.330-68

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25904

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 285 – Rua Ana Marcolina Cardoso, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 19.028,25	0,0025	R\$ 251,84
COSIP			R\$ 125,25

Notificação: 405/2019

Contribuinte: CRISTIANO PINHEIRO RIBEIRO

CPF/CNPJ: 963.494.330-68

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25904

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 285 – Rua Ana Marcolina Cardoso, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 35.065,91	0,0025	R\$ 273,48
COSIP			R\$ 125,26

Notificação: 1208/2019

Contribuinte: MARIA ESTACIO ANDRE

CPF/CNPJ: 028.554.349-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25502

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 105.362,58	0,0025	R\$ 557,14
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1209/2019

Contribuinte: MARIA ESTACIO ANDRE

CPF/CNPJ: 028.554.349-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25502

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 112.024,15	0,0025	R\$ 679,25
COSIP			R\$ 100,68

Notificação: 1210/2019

Contribuinte: MARIA ESTACIO ANDRE

CPF/CNPJ: 028.554.349-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25502

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 124.299,41	0,0025	R\$ 652,13
COSIP			R\$ 100,62

Notificação: 1211/2019

Contribuinte: MARIA ESTACIO ANDRE

CPF/CNPJ: 028.554.349-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25502

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 124.299,41	0,0025	R\$ 872,86
COSIP			R\$ 300,59

Notificação: 1212/2019

Contribuinte: MARIA ESTACIO ANDRE

CPF/CNPJ: 028.554.349-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25502

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 340.713,10	0,0025	R\$ 1.431,34
COSIP			R\$ 300,61

Notificação: 3210/2018

Contribuinte: SILVIA LACAU MARTHA

CPF/CNPJ:

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 11298

Endereço Imóvel: Servidão PMG 27, s/nº, Ibiraguera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 172.694,32	0,0025	R\$ 773,52
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 3211/2018

Contribuinte: SILVIA LACAU MARTHA

CPF/CNPJ:

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 11298

Endereço Imóvel: Servidão PMG 27, s/nº, Ibiraguera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 172.694,32	0,0025	R\$ 752,81
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 2144/2018

Contribuinte: ELIZETE ROSA MACHADO

CPF/CNPJ: 767.580.879-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 17375

Endereço Imóvel: Rua Clemente Bernardino Machado, nº 458, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 84.460,00	0,0025	R\$ 309,05
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 2145/2018

Contribuinte: ELIZETE ROSA MACHADO

CPF/CNPJ: 767.580.879-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 17375

Endereço Imóvel: Rua Clemente Bernardino Machado, nº 458, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 89.800,00	0,0025	R\$ 346,25
COSIP			R\$ 36,46

Notificação: 2146/2018

Contribuinte: ELIZETE ROSA MACHADO

CPF/CNPJ: 767.580.879-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 17375

Endereço Imóvel: Rua Clemente Bernardino Machado, nº 458, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 99.640,00	0,0025	R\$ 322,41
COSIP			R\$ 36,43

Notificação: 2147/2018

Contribuinte: ELIZETE ROSA MACHADO

CPF/CNPJ: 767.580.879-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 17375

Endereço Imóvel: Rua Clemente Bernardino Machado, nº 458, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 24.073,52	0,0025	R\$ 295,83
COSIP			R\$ 33,94

Notificação: 2148/2018

Contribuinte: ELIZETE ROSA MACHADO

CPF/CNPJ: 767.580.879-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 17375

Endereço Imóvel: Rua Clemente Bernardino Machado, nº 458, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 183.620,00	0,0025	R\$ 307,38
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1197/2018

Contribuinte: FLORISVALDO MACHADO

CPF/CNPJ: 415.853.649-91

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24500

Endereço Imóvel: Rua PMG 19, s/n, Ibiraguera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 394.535,04	0,0025	R\$ 2.287,61
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1198/2018

Contribuinte: FLORISVALDO MACHADO

CPF/CNPJ: 415.853.649-91

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24500

Endereço Imóvel: Rua PMG 19, s/n, Ibiraguera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 419.479,60	0,0025	R\$ 2.335,45
COSIP			R\$ 157,96

Notificação: 1199/2018

Contribuinte: FLORISVALDO MACHADO

CPF/CNPJ: 415.853.649-91

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24500

Endereço Imóvel: Rua PMG 19, s/n, Ibiraguera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 465.444,84	0,0025	R\$ 2.053,45
COSIP			R\$ 142,31

Notificação: 1200/2018

Contribuinte: FLORISVALDO MACHADO

CPF/CNPJ: 415.853.649-91

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24500

Endereço Imóvel: Rua PMG 19, s/n, Ibiraguera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 419.479,60	0,0025	R\$ 1.734,29
COSIP			R\$ 126,60

Notificação: 1201/2018

Contribuinte: FLORISVALDO MACHADO

CPF/CNPJ: 415.853.649-91

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24500

Endereço Imóvel: Rua PMG 19, s/n, Ibiraguera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 857.737,68	0,0025	R\$ 2.829,62
COSIP			R\$ 483,79

Notificação: 3222/2018

Contribuinte: ROGERIO LUIZ PACHECO JUNIOR

CPF/CNPJ: 692.604.439-20

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 3377

Endereço Imóvel: Rua PMG 19, s/n, Ibiraguera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 146.704,68	0,0025	R\$ 785,44
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 3223/2018

Contribuinte: ROGERIO LUIZ PACHECO JUNIOR

CPF/CNPJ: 692.604.439-20

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 3377

Endereço Imóvel: Rua PMG 19, s/n, Ibiraguera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 234.937,82	0,0025	R\$ 840,41
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 426/2019

Contribuinte: DEBORA DE FREITAS SANTOS

CPF/CNPJ: 017.022.589-55

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25914

Endereço Imóvel: Servidão Casan 287, s/nº, Palhocinha, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 26.604,00	0,0025	R\$ 158,21
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 427/2019

Contribuinte: DEBORA DE FREITAS SANTOS

CPF/CNPJ: 017.022.589-55

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25914

Endereço Imóvel: Servidão Casan 287, s/nº, Palhocinha, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 28.288,80	0,0025	R\$ 216,14
COSIP			R\$ 45,31

Notificação: 428/2019

Contribuinte: DEBORA DE FREITAS SANTOS

CPF/CNPJ: 017.022.589-55

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25914

Endereço Imóvel: Servidão Casan 287, s/nº, Palhocinha, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 30.193,20	0,0025	R\$ 202,53
COSIP			R\$ 45,28

Notificação: 429/2019

Contribuinte: DEBORA DE FREITAS SANTOS

CPF/CNPJ: 017.022.589-55

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25914

Endereço Imóvel: Servidão Casan 287, s/nº, Palhocinha, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 30.193,20	0,0025	R\$ 260,27
COSIP			R\$ 100,17

Notificação: 430/2019

Contribuinte: DEBORA DE FREITAS SANTOS

CPF/CNPJ: 017.022.589-55

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25914

Endereço Imóvel: Servidão Casan 287, s/nº, Palhocinha, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
------------------------	------------------	-----------	--------

IPTU/2018	R\$ 30.193,20	0,0025	R\$ 237,94
COSIP			R\$ 100,19

Notificação: 1029/2019

Contribuinte: BENTA AGUIAR DA SILVA

CPF/CNPJ: 899.513.959-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26484

Endereço Imóvel: Rua PMG 672, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 110.252,82	0,0025	R\$ 581,83
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1030/2019

Contribuinte: BENTA AGUIAR DA SILVA

CPF/CNPJ: 899.513.959-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26484

Endereço Imóvel: Rua PMG 672, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 117.223,57	0,0025	R\$ 702,87
COSIP			R\$ 100,68

Notificação: 1031/2019

Contribuinte: BENTA AGUIAR DA SILVA

CPF/CNPJ: 899.513.959-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26484

Endereço Imóvel: Rua PMG 672, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 130.068,56	0,0025	R\$ 674,83
COSIP			R\$ 100,62

Notificação: 1032/2019

Contribuinte: BENTA AGUIAR DA SILVA

CPF/CNPJ: 899.513.959-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26484

Endereço Imóvel: Rua PMG 672, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 130.068,56	0,0025	R\$ 894,17
COSIP			R\$ 300,59

Notificação: 1033/2019

Contribuinte: BENTA AGUIAR DA SILVA

CPF/CNPJ: 899.513.959-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26484

Endereço Imóvel: Rua PMG 672, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 130.068,56	0,0025	R\$ 3.128,45
COSIP			R\$ 300,61

Notificação: 1034/2019

Contribuinte: BENTA AGUIAR DA SILVA

CPF/CNPJ: 899.513.959-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26484

Endereço Imóvel: Rua PMG 672, s/nº, Praia do Silveira, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2019	R\$ 921.811,49	0,0025	R\$ 2.831,82

COSIP			R\$ 300,59
-------	--	--	------------

Notificação: 898/2019

Contribuinte: ZILDA RIBEIRO MACEDO

CPF/CNPJ: 522.950.529-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26363

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 395.216,21	0,0025	R\$ 2.019,59
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 899/2019

Contribuinte: ZILDA RIBEIRO MACEDO

CPF/CNPJ: 522.950.529-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26363

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 420.203,83	0,0025	R\$ 2.116,67
COSIP			R\$ 125,85

Notificação: 900/2019

Contribuinte: ZILDA RIBEIRO MACEDO

CPF/CNPJ: 522.950.529-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26363

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 466.248,44	0,0025	R\$ 2.032,12
COSIP			R\$ 125,77

Notificação: 901/2019

Contribuinte: ZILDA RIBEIRO MACEDO

CPF/CNPJ: 522.950.529-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26363

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 466.248,44	0,0025	R\$ 2.396,98
COSIP			R\$ 501,01

Notificação: 902/2019

Contribuinte: ZILDA RIBEIRO MACEDO

CPF/CNPJ: 522.950.529-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26363

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 466.248,44	0,0025	R\$ 2.372,75
COSIP			R\$ 501,01

Notificação: 903/2019

Contribuinte: ZILDA RIBEIRO MACEDO

CPF/CNPJ: 522.950.529-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26363

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2019	R\$ 588.291,32	0,0025	R\$ 2.147,76
COSIP			R\$ 501,01



Notificação: 695/2019  
Contribuinte: AGENOR LINO RAIMUNDO  
CPF/CNPJ: 570.310.968-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25610  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 384.794,61	0,0025	R\$ 2.381,29
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 696/2019  
Contribuinte: AGENOR LINO RAIMUNDO  
CPF/CNPJ: 570.310.968-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25610  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 498.923,32	0,0025	R\$ 2.460,94
COSIP			R\$ 125,85

Notificação: 697/2019  
Contribuinte: AGENOR LINO RAIMUNDO  
CPF/CNPJ: 570.310.968-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25610  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 553.593,76	0,0025	R\$ 2.360,59
COSIP			R\$ 125,77

Notificação: 698/2019  
Contribuinte: AGENOR LINO RAIMUNDO  
CPF/CNPJ: 570.310.968-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25610  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 553.593,76	0,0025	R\$ 2.699,79
COSIP			R\$ 501,01

Notificação: 699/2019  
Contribuinte: AGENOR LINO RAIMUNDO  
CPF/CNPJ: 570.310.968-04  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25610  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 1.210.603,77	0,0025	R\$ 5.249,73
COSIP			R\$ 501,01

Notificação: 815/2019  
Contribuinte: PAMELA ALEJANDRA LANCELOTTE  
CPF/CNPJ: 859.004.780-68  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26053  
Endereço Imóvel: Rua PMG 237, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 12.672,00	0,0025	R\$ 89,05
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 816/2019

Contribuinte: PAMELA ALEJANDRA LANCELOTTE  
CPF/CNPJ: 859.004.780-68  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26053  
Endereço Imóvel: Rua PMG 237, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 13.476,00	0,0025	R\$ 175,70
COSIP			R\$ 62,93

Notificação: 817/2019  
Contribuinte: PAMELA ALEJANDRA LANCELOTTE  
CPF/CNPJ: 859.004.780-68  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26053  
Endereço Imóvel: Rua PMG 237, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 14.952,00	0,0025	R\$ 168,57
COSIP			R\$ 62,89

Notificação: 818/2019  
Contribuinte: PAMELA ALEJANDRA LANCELOTTE  
CPF/CNPJ: 859.004.780-68  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26053  
Endereço Imóvel: Rua PMG 237, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 14.952,00	0,0025	R\$ 271,15
COSIP			R\$ 150,29

Notificação: 819/2019  
Contribuinte: PAMELA ALEJANDRA LANCELOTTE  
CPF/CNPJ: 859.004.780-68  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26053  
Endereço Imóvel: Rua PMG 237, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 14.952,00	0,0025	R\$ 248,09
COSIP			R\$ 150,31

Notificação: 820/2019  
Contribuinte: PAMELA ALEJANDRA LANCELOTTE  
CPF/CNPJ: 859.004.780-68  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26053  
Endereço Imóvel: Rua PMG 237, s/nº, Morro da Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2019	R\$ 16.950,02	0,0025	R\$ 224,28
COSIP			R\$ 150,29

Notificação: 335/2018  
Contribuinte: RENATO VON MUHLEN  
CPF/CNPJ: 215.185.480-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 23561  
Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 51.877,80	0,0025	R\$ 320,29
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 336/2018  
Contribuinte: RENATO VON MUHLEN

CPF/CNPJ: 215.185.480-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 23561  
Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 55.163,16	0,0025	R\$ 396,60
COSIP			R\$ 78,98

Notificação: 337/2018  
Contribuinte: RENATO VON MUHLEN  
CPF/CNPJ: 215.185.480-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 23561  
Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 55.163,16	0,0025	R\$ 323,43
COSIP			R\$ 71,16

Notificação: 338/2018  
Contribuinte: RENATO VON MUHLEN  
CPF/CNPJ: 215.185.480-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 23561  
Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 63.222,12	0,0025	R\$ 283,33
COSIP			R\$ 63,31

Notificação: 340/2018  
Contribuinte: RENATO VON MUHLEN  
CPF/CNPJ: 215.185.480-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 23562  
Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 51.877,80	0,0025	R\$ 320,29
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 341/2018  
Contribuinte: RENATO VON MUHLEN  
CPF/CNPJ: 215.185.480-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 23562  
Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 55.163,16	0,0025	R\$ 396,60
COSIP			R\$ 78,98

Notificação: 342/2018  
Contribuinte: RENATO VON MUHLEN  
CPF/CNPJ: 215.185.480-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 23562  
Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 55.163,16	0,0025	R\$ 323,43
COSIP			R\$ 71,16

Notificação: 343/2018  
Contribuinte: RENATO VON MUHLEN  
CPF/CNPJ: 215.185.480-91

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 23562

Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 63.222,12	0,0025	R\$ 283,33
COSIP			R\$ 63,31

Notificação: 345/2018

Contribuinte: RENATO VON MUHLEN

CPF/CNPJ: 215.185.480-91

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 23563

Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 51.877,80	0,0025	R\$ 320,29
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 346/2018

Contribuinte: RENATO VON MUHLEN

CPF/CNPJ: 215.185.480-91

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 23563

Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 55.163,16	0,0025	R\$ 396,60
COSIP			R\$ 78,98

Notificação: 347/2018

Contribuinte: RENATO VON MUHLEN

CPF/CNPJ: 215.185.480-91

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 23563

Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 55.163,16	0,0025	R\$ 323,43
COSIP			R\$ 71,16

Notificação: 348/2018

Contribuinte: RENATO VON MUHLEN

CPF/CNPJ: 215.185.480-91

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 23563

Endereço Imóvel: Rua Zumarina Raquel, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 63.222,12	0,0025	R\$ 283,33
COSIP			R\$ 63,31

Notificação: 3438/2018

Contribuinte: VERONICA MICHELS DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 139.322.840-20

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 10731

Endereço Imóvel: Rua Claudete Alcides Soares, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 48.632,19	0,0025	R\$ 184,74
COSIP			R\$ 60,75

Notificação: 3439/2018

Contribuinte: VERONICA MICHELS DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 139.322.840-20

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 10731

Endereço Imóvel: Rua Claudete Alcides Soares, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 49.577,40	0,0025	R\$ 316,83
COSIP			R\$ 145,14

Notificação: 631/2019

Contribuinte: MARIA MADALENA REIS

CPF/CNPJ: 910.671.899-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24745

Endereço Imóvel: Servidão PMG 17, s/nº, Ibiraquera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 20.573,19	0,0025	R\$ 128,72
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 632/2019

Contribuinte: MARIA MADALENA REIS

CPF/CNPJ: 910.671.899-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24745

Endereço Imóvel: Servidão PMG 17, s/nº, Ibiraquera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 21.873,93	0,0025	R\$ 213,65
COSIP			R\$ 62,93

Notificação: 633/2019

Contribuinte: MARIA MADALENA REIS

CPF/CNPJ: 910.671.899-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24745

Endereço Imóvel: Servidão PMG 17, s/nº, Ibiraquera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 24.270,81	0,0025	R\$ 204,96
COSIP			R\$ 62,89

Notificação: 634/2019

Contribuinte: MARIA MADALENA REIS

CPF/CNPJ: 910.671.899-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24745

Endereço Imóvel: Servidão PMG 17, s/nº, Ibiraquera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 24.270,81	0,0025	R\$ 272,93
COSIP			R\$ 125,25

Notificação: 635/2019

Contribuinte: MARIA MADALENA REIS

CPF/CNPJ: 910.671.899-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24745

Endereço Imóvel: Servidão PMG 17, s/nº, Ibiraquera, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 44.727,08	0,0025	R\$ 305,33
COSIP			R\$ 125,26

Notificação: 869/2019

Contribuinte: JOANA DA SILVA VIEIRA

CPF/CNPJ: 666.014.879-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25982

Endereço Imóvel: Servidão Casan 310, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 52.064,60	0,0025	R\$ 655,97
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 870/2019

Contribuinte: JOANA DA SILVA VIEIRA

CPF/CNPJ: 666.014.879-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25982

Endereço Imóvel: Servidão Casan 310, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 56.254,10	0,0025	R\$ 559,20
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 871/2019

Contribuinte: JOANA DA SILVA VIEIRA

CPF/CNPJ: 666.014.879-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25982

Endereço Imóvel: Servidão Casan 310, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 61.502,08	0,0025	R\$ 506,84
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 872/2019

Contribuinte: JOANA DA SILVA VIEIRA

CPF/CNPJ: 666.014.879-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25982

Endereço Imóvel: Servidão Casan 310, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 61.502,08	0,0025	R\$ 454,19
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 873/2019

Contribuinte: JOANA DA SILVA VIEIRA

CPF/CNPJ: 666.014.879-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25982

Endereço Imóvel: Servidão Casan 310, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 15.532,38	0,0025	R\$ 457,96
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 655/2019

Contribuinte: MARCIO LEANDRO DELOR

CPF/CNPJ: 035.237.879-47

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25733

Endereço Imóvel: Servidão Casan 419, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 113.238,97	0,0025	R\$ 959,85
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 656/2019

Contribuinte: MARCIO LEANDRO DELOR

CPF/CNPJ: 035.237.879-47

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25733

Endereço Imóvel: Servidão Casan 419, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 121.836,88	0,0025	R\$ 852,66
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 657/2019

Contribuinte: MARCIO LEANDRO DELOR

CPF/CNPJ: 035.237.879-47

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25733

Endereço Imóvel: Servidão Casan 419, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 133.787,00	0,0025	R\$ 786,12
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 658/2019

Contribuinte: MARCIO LEANDRO DELOR

CPF/CNPJ: 035.237.879-47

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25733

Endereço Imóvel: Servidão Casan 419, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 133.787,00	0,0025	R\$ 920,28
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 659/2019

Contribuinte: MARCIO LEANDRO DELOR

CPF/CNPJ: 035.237.879-47

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25733

Endereço Imóvel: Servidão Casan 419, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 162.393,87	0,0025	R\$ 705,66
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 844/2019

Contribuinte: LUCAS RIGO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 008.692.500-86

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25427

Endereço Imóvel: Rua PMG 224, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 77.534,40	0,0025	R\$ 416,75
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 845/2019

Contribuinte: LUCAS RIGO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 008.692.500-86

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25427

Endereço Imóvel: Rua PMG 224, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 82.444,56	0,0025	R\$ 544,77
COSIP			R\$ 100,68

Notificação: 846/2019

Contribuinte: LUCAS RIGO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 008.692.500-86

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25427

Endereço Imóvel: Rua PMG 224, s/nº, Encantada, Garopaba – SC



Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 87.994,73	0,0025	R\$ 509,33
COSIP			R\$ 100,62

Notificação: 847/2019

Contribuinte: LUCAS RIGO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 008.692.500-86

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25427

Endereço Imóvel: Rua PMG 224, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 0,00	0,0025	R\$ 673,48
COSIP			R\$ 250,50

Notificação: 848/2019

Contribuinte: LUCAS RIGO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 008.692.500-86

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25427

Endereço Imóvel: Rua PMG 224, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 96.325,22	0,0025	R\$ 616,64
COSIP			R\$ 250,50

Notificação: 431/2019

Contribuinte: CARLOS GUILHERME GOULART OETINGER

CPF/CNPJ: 578.981.200-78

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25945

Endereço Imóvel: Rua Ilha Terceira, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 14.253,30	0,0025	R\$ 96,50
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 432/2019

Contribuinte: CARLOS GUILHERME GOULART OETINGER

CPF/CNPJ: 578.981.200-78

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25945

Endereço Imóvel: Rua Ilha Terceira, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 15.155,10	0,0025	R\$ 157,09
COSIP			R\$ 45,31

Notificação: 433/2019

Contribuinte: CARLOS GUILHERME GOULART OETINGER

CPF/CNPJ: 578.981.200-78

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25945

Endereço Imóvel: Rua Ilha Terceira, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 16.839,90	0,0025	R\$ 150,67
COSIP			R\$ 45,28

Notificação: 434/2019

Contribuinte: CARLOS GUILHERME GOULART OETINGER

CPF/CNPJ: 578.981.200-78

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25945

Endereço Imóvel: Rua Ilha Terceira, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
------------------------	------------------	-----------	--------

IPTU/2017	R\$ 16.839,90	0,0025	R\$ 211,68
COSIP			R\$ 100,17

Notificação: 435/2019

Contribuinte: CARLOS GUILHERME GOULART OETINGER

CPF/CNPJ: 578.981.200-78

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 25945

Endereço Imóvel: Rua Ilha Terceira, s/nº, Ambrosio, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 16.839,90	0,0025	R\$ 193,52
COSIP			R\$ 100,19

Notificação: 892/2019

Contribuinte: JAISSON MARQUES PEREIRA

CPF/CNPJ: 037.448.739-19

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26334

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 26.977,75	0,0025	R\$ 161,67
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 893/2019

Contribuinte: JAISSON MARQUES PEREIRA

CPF/CNPJ: 037.448.739-19

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26334

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 28.686,24	0,0025	R\$ 245,81
COSIP			R\$ 62,93

Notificação: 894/2019

Contribuinte: JAISSON MARQUES PEREIRA

CPF/CNPJ: 037.448.739-19

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26334

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 30.692,71	0,0025	R\$ 231,56
COSIP			R\$ 62,89

Notificação: 895/2019

Contribuinte: JAISSON MARQUES PEREIRA

CPF/CNPJ: 037.448.739-19

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26334

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 30.692,71	0,0025	R\$ 298,64
COSIP			R\$ 125,25

Notificação: 896/2019

Contribuinte: JAISSON MARQUES PEREIRA

CPF/CNPJ: 037.448.739-19

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26334

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 30.692,71	0,0025	R\$ 330,82

COSIP			R\$ 125,26
-------	--	--	------------

Notificação: 897/2019

Contribuinte: JAISSON MARQUES PEREIRA

CPF/CNPJ: 037.448.739-19

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26334

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 396 – Manoel Balbino Silveira, s/nº, Ressacada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2019	R\$ 53.997,86	0,0025	R\$ 299,37
COSIP			R\$ 125,25

Notificação: 1041/2019

Contribuinte: GLADEMIR LUIZ FRANCO

CPF/CNPJ: 386.202.009-68

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26481

Endereço Imóvel: Servidão PMG 28, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 25.549,15	0,0025	R\$ 154,46
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1042/2019

Contribuinte: GLADEMIR LUIZ FRANCO

CPF/CNPJ: 386.202.009-68

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26481

Endereço Imóvel: Servidão PMG 28, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 27.164,50	0,0025	R\$ 238,90
COSIP			R\$ 62,93

Notificação: 1043/2019

Contribuinte: GLADEMIR LUIZ FRANCO

CPF/CNPJ: 386.202.009-68

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26481

Endereço Imóvel: Servidão PMG 28, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 30.141,10	0,0025	R\$ 229,39
COSIP			R\$ 62,89

Notificação: 1044/2019

Contribuinte: GLADEMIR LUIZ FRANCO

CPF/CNPJ: 386.202.009-68

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26481

Endereço Imóvel: Servidão PMG 28, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 30.141,10	0,0025	R\$ 329,26
COSIP			R\$ 150,29

Notificação: 1045/2019

Contribuinte: GLADEMIR LUIZ FRANCO

CPF/CNPJ: 386.202.009-68

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26481

Endereço Imóvel: Servidão PMG 28, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 30.141,10	0,0025	R\$ 371,12
COSIP			R\$ 150,31

Notificação: 1046/2019  
Contribuinte: GLADEMIR LUIZ FRANCO  
CPF/CNPJ: 386.202.009-68  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26481  
Endereço Imóvel: Servidão PMG 28, s/nº, Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2019	R\$ 57.523,45	0,0025	R\$ 335,93
COSIP			R\$ 150,29

Notificação: 1140/2019  
Contribuinte: NILTON TORRES SOARES  
CPF/CNPJ: 398.375.489-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25772  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 119.674,33	0,0025	R\$ 629,35
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1141/2019  
Contribuinte: NILTON TORRES SOARES  
CPF/CNPJ: 398.375.489-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25772  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 127.240,76	0,0025	R\$ 748,42
COSIP			R\$ 100,68

Notificação: 1142/2019  
Contribuinte: NILTON TORRES SOARES  
CPF/CNPJ: 398.375.489-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25772  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 141.183,40	0,0025	R\$ 718,55
COSIP			R\$ 100,62

Notificação: 1143/2019  
Contribuinte: NILTON TORRES SOARES  
CPF/CNPJ: 398.375.489-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25772  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 141.183,40	0,0025	R\$ 935,22
COSIP			R\$ 300,59

Notificação: 1144/2019  
Contribuinte: NILTON TORRES SOARES  
CPF/CNPJ: 398.375.489-91  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 25772  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 277.893,76	0,0025	R\$ 1.237,28
COSIP			R\$ 300,61

Notificação: 321/2019

Contribuinte: MICHELE CAROLINA DE MELO CARDOSO  
CPF/CNPJ: 005.618.379-88  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26261  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 85.741,68	0,0025	R\$ 451,35
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 322/2019  
Contribuinte: MICHELE CAROLINA DE MELO CARDOSO  
CPF/CNPJ: 005.618.379-88  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26261  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 91.162,72	0,0025	R\$ 574,75
COSIP			R\$ 100,68

Notificação: 323/2019  
Contribuinte: MICHELE CAROLINA DE MELO CARDOSO  
CPF/CNPJ: 005.618.379-88  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26261  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 101.152,04	0,0025	R\$ 550,39
COSIP			R\$ 100,62

Notificação: 324/2019  
Contribuinte: MICHELE CAROLINA DE MELO CARDOSO  
CPF/CNPJ: 005.618.379-88  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26261  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 101.152,04	0,0025	R\$ 515,32
COSIP			R\$ 100,64

Notificação: 325/2019  
Contribuinte: MICHELE CAROLINA DE MELO CARDOSO  
CPF/CNPJ: 005.618.379-88  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26261  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 101.152,04	0,0025	R\$ 931,51
COSIP			R\$ 300,61

Notificação: 316/2019  
Contribuinte: MARCIO DAVID DE MELO CARDOSO  
CPF/CNPJ: 637.095.709-72  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 26260  
Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 85.737,04	0,0025	R\$ 451,32
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 317/2019  
Contribuinte: MARCIO DAVID DE MELO CARDOSO

CPF/CNPJ: 637.095.709-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26260

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 91.157,78	0,0025	R\$ 574,73
COSIP			R\$ 100,68

Notificação: 318/2019

Contribuinte: MARCIO DAVID DE MELO CARDOSO

CPF/CNPJ: 637.095.709-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26260

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 101.146,56	0,0025	R\$ 550,36
COSIP			R\$ 100,62

Notificação: 319/2019

Contribuinte: MARCIO DAVID DE MELO CARDOSO

CPF/CNPJ: 637.095.709-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26260

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 101.146,56	0,0025	R\$ 515,30
COSIP			R\$ 100,64

Notificação: 320/2019

Contribuinte: MARCIO DAVID DE MELO CARDOSO

CPF/CNPJ: 637.095.709-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26260

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 101.146,56	0,0025	R\$ 931,48
COSIP			R\$ 300,61

Notificação: 288/2019

Contribuinte: MARCELO RICARDO DE MELO CARDOSO

CPF/CNPJ: 654.984.459-20

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26259

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 85.752,24	0,0025	R\$ 451,41
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 289/2019

Contribuinte: MARCELO RICARDO DE MELO CARDOSO

CPF/CNPJ: 654.984.459-20

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26259

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 91.173,94	0,0025	R\$ 574,80
COSIP			R\$ 100,68

Notificação: 290/2019

Contribuinte: MARCELO RICARDO DE MELO CARDOSO

CPF/CNPJ: 654.984.459-20

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26259

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 101.164,49	0,0025	R\$ 550,43
COSIP			R\$ 100,62

Notificação: 291/2019

Contribuinte: MARCELO RICARDO DE MELO CARDOSO

CPF/CNPJ: 654.984.459-20

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26259

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 101.164,49	0,0025	R\$ 515,37
COSIP			R\$ 100,64

Notificação: 292/2019

Contribuinte: MARCELO RICARDO DE MELO CARDOSO

CPF/CNPJ: 654.984.459-20

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 26259

Endereço Imóvel: Rodovia GRP 010 – Garopaba/Paulo Lopes, s/nº, Siriu, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 101.164,49	0,0025	R\$ 931,57
COSIP			R\$ 300,61

Notificação: 1805/2018

Contribuinte: IRANY ACACIO PACHECO

CPF/CNPJ: 343.905.029-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24838

Endereço Imóvel: Rua Ida Rodrigues Lopes, s/nº, Gamboa, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 837.502,51	0,0025	R\$ 5.451,57
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1806/2018

Contribuinte: IRANY ACACIO PACHECO

CPF/CNPJ: 343.905.029-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24838

Endereço Imóvel: Rua Ida Rodrigues Lopes, s/nº, Gamboa, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 1.002.703,77	0,0025	R\$ 5.291,78
COSIP			R\$ 157,96

Notificação: 1807/2018

Contribuinte: IRANY ACACIO PACHECO

CPF/CNPJ: 343.905.029-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24838

Endereço Imóvel: Rua Ida Rodrigues Lopes, s/nº, Gamboa, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 1.112.576,88	0,0025	R\$ 4.658,76
COSIP			R\$ 142,31

Notificação: 1808/2018

Contribuinte: IRANY ACACIO PACHECO

CPF/CNPJ: 343.905.029-72

Domicílio Tributário: Garopaba/SC



Imovel: nº 24838  
Endereço Imóvel: Rua Ida Rodrigues Lopes, s/nº, Gamboa, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 1.112.576,88	0,0025	R\$ 3.941,35
COSIP			R\$ 126,60

Notificação: 1809/2018  
Contribuinte: IRANY ACACIO PACHECO  
CPF/CNPJ: 343.905.029-72  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 24838  
Endereço Imóvel: Rua Ida Rodrigues Lopes, s/nº, Gamboa, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 2.442.525,30	0,0025	R\$ 20.178,66
COSIP			R\$ 483,79

Notificação: 2790/2018  
Contribuinte: JANETE MARIA COELHO DE SOUZA  
CPF/CNPJ: 812.285.629-20  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 13783  
Endereço Imóvel: Rua PMG 203 – km 07 fundos, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 132.444,87	0,0025	R\$ 275,91
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 2789/2018  
Contribuinte: JANETE MARIA COELHO DE SOUZA  
CPF/CNPJ: 812.285.629-20  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 5879  
Endereço Imóvel: Rua PMG 203, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 166.816,69	0,0025	R\$ 357,78
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1787/2018  
Contribuinte: PEDRO PAULO BERNARDO  
CPF/CNPJ: 507.253.279-87  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 24827  
Endereço Imóvel: Rua GRP 280 – João Joaquim da Silva, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 815.408,16	0,0025	R\$ 5.749,57
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1788/2018  
Contribuinte: PEDRO PAULO BERNARDO  
CPF/CNPJ: 507.253.279-87  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 24827  
Endereço Imóvel: Rua GRP 280 – João Joaquim da Silva, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 1.057.835,11	0,0025	R\$ 5.570,13
COSIP			R\$ 157,96

Notificação: 1789/2018  
Contribuinte: PEDRO PAULO BERNARDO  
CPF/CNPJ: 507.253.279-87  
Domicílio Tributário: Garopaba/SC  
Imovel: nº 24827

Endereço Imóvel: Rua GRP 280 – João Joaquim da Silva, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 1.174.895,35	0,0025	R\$ 4.908,39
COSIP			R\$ 142,31

Notificação: 1790/2018

Contribuinte: PEDRO PAULO BERNARDO

CPF/CNPJ: 507.253.279-87

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24827

Endereço Imóvel: Rua GRP 280 – João Joaquim da Silva, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 1.722.118,77	0,0025	R\$ 4.152,48
COSIP			R\$ 126,60

Notificação: 1791/2018

Contribuinte: PEDRO PAULO BERNARDO

CPF/CNPJ: 507.253.279-87

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24827

Endereço Imóvel: Rua GRP 280 – João Joaquim da Silva, s/nº, Encantada, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 1.722.118,77	0,0025	R\$ 5.189,89
COSIP			R\$ 483,79

Notificação: 1656/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24764

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 236.210,34	0,0025	R\$ 1.381,25
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1657/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24764

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 251.144,78	0,0025	R\$ 1.489,76
COSIP			R\$ 157,96

Notificação: 1658/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24764

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 278.664,43	0,0025	R\$ 1.309,88
COSIP			R\$ 142,31

Notificação: 1659/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24764

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 278.664,43	0,0025	R\$ 1.106,28
COSIP			R\$ 126,60

Notificação: 1660/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24764

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 541.422,87	0,0025	R\$ 1.983,47
COSIP			R\$ 483,79

Notificação: 1002/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24395

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 374.587,70	0,0025	R\$ 2.163,92
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1003/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24395

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 398.271,08	0,0025	R\$ 2.217,81
COSIP			R\$ 157,96

Notificação: 1004/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24395

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 441.912,37	0,0025	R\$ 1.947,47
COSIP			R\$ 142,31

Notificação: 1005/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24395

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 441.912,37	0,0025	R\$ 2.525,15
COSIP			R\$ 126,60

Notificação: 1006/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24395

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 872.412,13	0,0025	R\$ 2.713,34
COSIP			R\$ 483,79

Notificação: 1648/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24763

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2014	R\$ 712.696,60	0,0025	R\$ 4.713,41
COSIP			R\$ 0,00

Notificação: 1649/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24763

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2015	R\$ 870.006,98	0,0025	R\$ 4.598,91
COSIP			R\$ 157,96

Notificação: 1650/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24763

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2016	R\$ 965.339,60	0,0025	R\$ 4.043,53
COSIP			R\$ 142,31

Notificação: 1651/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24763

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2017	R\$ 965.339,60	0,0025	R\$ 3.415,07
COSIP			R\$ 126,60

Notificação: 1652/2018

Contribuinte: ANTONIO DA ROSA

CPF/CNPJ: 416.426.199-49

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 24763

Endereço Imóvel: Rua GRP 394 – Rua da Limpa, s/nº, Limpa – Campo Duna, Garopaba – SC

Natureza da Obrigação:	Base de Cálculo:	Alíquota:	Valor:
IPTU/2018	R\$ 1.789.539,45	0,0025	R\$ 6.099,36
COSIP			R\$ 483,79

Garopaba, 09 de Agosto de 2019.

LUIZ PAULO KNISS JUNIOR  
AUDITOR FISCAL DA FAZENDA  
MAT. Nº 5055

LUIZ OSÓRIO P. DE ALBUQUERQUE NETO  
AUDITOR FISCAL DA FAZENDA  
MAT. Nº 7170

CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA  
AUDITOR FISCAL DA FAZENDA  
MAT. Nº 7186

SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA  
AUDITORA FISCAL DA FAZENDA  
MAT. Nº 7445

**PORTARIA N.º 1029/2019.**

Publicação Nº 2123734

PORTARIA N.º 1029, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILTON BATISTA RAUPP, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, IVANDRO TEIXEIRA ROMAGNA, CPF n.º 014.832.179-81, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR TÉCNICO MÉDICO, da Secretaria Municipal Saúde, em 15/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de agosto de 2019.

NILTON BATISTA RAUPP

Prefeito Municipal em Exercício.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 15/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### LISTA FINAL DOS CLASSIFICADOS 14-2019

Publicação Nº 2123533

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA									
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
TESTE SELETIVO ACT 2019 – EDITAL 014/2019									
LISTA FINAL DOS CLASSIFICADOS									
EDUCAÇÃO INFANTIL									
NÍVEL II									
Nº INS-CRICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NIVEL	PROVA OBJETIVA	PÓS/MES-TRADO (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SERVIÇO	MÉDIA	
026	SATIRA MARIA DO VALES ZAVODINI	II	6,50	6,00	3,000	9,000	2,200	5,960	
005	SHENIA SIQUEIRA DE JESUS OLEARI	II	8,00	6,00	3,000	9,000	0,200	5,960	
027	MARI ESTELLA JARECKI	II	7,00	6,00	3,000	9,000	1,000	5,800	
002	CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL	II	5,50	6,00	2,500	8,500	2,600	5,530	
041	ANDRESSA BOEGERSHAUSEN MIRANDA	II	5,50	6,00	0,500	6,500	2,800	4,990	
004	MARLENE WESTPHAL	II	5,00	6,00	2,500	8,500	1,200	4,910	
044	ERICA REGINA DA COSTA DE SOUZA	II	5,00	6,00	-	6,000	1,800	4,340	
023	GISELE MACHADO DE SÁ	II	6,00	6,00	-	6,000	0,200	4,260	
039	JULIANA CLARINDA DA SILVA BRUSQUE	II	6,00	-	1,750	1,750	1,200	3,285	
013	JOSIANE GONÇALVES MAES FREITAS	II	7,00	-	1,000	1,000	-	3,100	
051	GRACIELA GONÇALVES	II	5,00	-	1,500	1,500	2,000	3,050	
015	PÂMELA CAROLINA SEPP VAUDAN	II	6,50	-	-	-	-	2,600	
019	LUCIANA KULKAMP CRISTOFOLINI	II	5,50	-	-	-	0,400	2,320	
014	ALEXANDRA JULIO PIMENTEL	II	5,50	-	-	-	0,200	2,260	
035	ANDRESIA DA SILVA SANTOS	II	5,00	-	-	-	-	2,000	
EDUCAÇÃO INFANTIL									
NÍVEL I									
Nº INS-CRICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NIVEL	PROVA OBJETIVA	MAGIS-TÉRIO+ PERÍODO/ FASE (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SERVIÇO	MÉDIA	
049	ELIANA DO ROCIO GUSSO	I	6,00	5,00	-	5,000	3,400	4,920	
006	JULIANA PEREIRA	I	7,00	4,00	-	4,000	-	4,000	
021	GLAUCIA ALBERTON VIEIRA	I	5,50	4,00	1,500	5,500	-	3,850	
029	ANA CAROLINA BATISTA	I	5,00	5,00	-	5,000	-	3,500	
020	SUELLEN CRISTINE PEREIRA TRANCOSO	I	5,00	5,00	-	5,000	-	3,500	
031	TAMIRES LOPES DOS SANTOS	I	5,50	4,00	-	4,000	-	3,400	
032	LARYSSA THAMIREZ SOUZA LARA DE LIMA	I	5,00	4,00	-	4,000	0,400	3,320	
012	LAIS EDUARDA DOMINGOS	I	5,00	4,00	0,250	4,250	-	3,275	
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA									
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
TESTE SELETIVO ACT 2019 – EDITAL 014/2019									

LISTA FINAL DOS CLASSIFICADOS								
ANOS INICIAIS								
NÍVEL II								
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PÓS (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SERVIÇO	MÉDIA
041	ANDRESSA BOEGERSHAUSEN MIRANDA	II	5,50	6,00	0,500	6,500	2,800	4,990
004	MARLENE WESTPHAL	II	5,00	6,00	2,500	8,500	1,200	4,910
044	ERICA REGINA DA COSTA DE SOUZA	II	5,00	6,00	-	6,000	1,800	4,340
023	GISELE MACHADO DE SÁ	II	6,00	6,00	-	6,000	0,200	4,260
013	JOSIANE GONÇALVES MAES FREITAS	II	7,00	-	1,000	1,000	-	3,100
051	GRACIELA GONÇALVES	II	5,00	-	1,500	1,500	2,000	3,050
019	LUCIANA KULKAMP CRISTOFOLINI	II	5,50	-	-	-	0,400	2,320
014	ALEXANDRA JULIO PIMENTEL	II	5,50	-	-	-	0,200	2,260
NÍVEL I								
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	MAGISTÉRIO+ PERÍODO/FASE (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SERVIÇO	MÉDIA
045	MARINILDA DA SILVA MARIAN	I	5,50	5,00	3,000	8,000	2,200	5,260
032	LARYSSA THAMIRES SOUZA LARA DE LIMA	I	5,00	4,00	-	4,000	0,400	3,320
031	TAMIRES LOPES DOS SANTOS	I	5,50	4,00	-	4,000	-	3,400
030	CAMILA DO AMARAL RODRIGUES	I	6,50	4,00	-	4,000	-	3,800
029	ANA CAROLINA BATISTA	I	5,00	5,00	-	5,000	-	3,500
020	SUELLEN CRISTINE PEREIRA TRANCOSO	I	5,00	5,00	-	5,000	-	3,500
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA								
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO								
TESTE SELETIVO ACT 2019 – EDITAL 014/2019								
LISTA FINAL DOS CLASSIFICADOS								
2º PROFESSOR								
NÍVEL II								
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÍVEL	PROVA OBJETIVA	PÓS (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SERVIÇO	MÉDIA
026	SATIRA MARIA DO VALES ZAVODINI	II	6,50	6,00	3,000	9,000	2,200	5,960
005	SHENIA SIQUEIRA DE JESUS OLEARI	II	8,00	6,00	3,000	9,000	0,200	5,960
027	MARI ESTELLA JARECKI	II	7,00	6,00	3,000	9,000	1,000	5,800
002	CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL	II	5,50	6,00	2,500	8,500	2,600	5,530
039	JULIANA CLARINDA DA SILVA BRUSQUE	II	6,00	-	1,750	1,750	1,200	3,285
015	PÂMELA CAROLINA SEPP VAUDAN	II	6,50	-	-	-	-	2,600
035	ANDRESIA DA SILVA SANTOS	II	5,00	-	-	-	-	2,000



NÍVEL I									
Nº INSCRI- ÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NIVEL	PROVA OBJETIVA	MAGISTÉRIO+ PERÍODO/FASE (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SERVIÇO	MÉDIA	
045	MARINILDA DA SILVA MARIAN	I	5,50	5,00	3,000	8,000	2,200	5,260	
049	ELIANA DO ROCIO GUSSO	I	6,00	5,00	-	5,000	3,400	4,920	
006	JULIANA PEREIRA	I	7,00	4,00	-	4,000	-	4,000	
021	GLAUCIA ALBERTON VIEIRA	I	5,50	4,00	1,500	5,500	-	3,850	
030	CAMILA DO AMARAL RODRIGUES	I	6,50	4,00	-	4,000	-	3,800	
012	LAIS EDUARDA DOMINGOS	I	5,00	4,00	0,250	4,250	-	3,275	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA									
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									

TESTE SELETIVO ACT 2019 – EDITAL 014/2019									
LISTA FINAL DOS CLASSIFICADOS									
ARTES									

NÍVEL II									
Nº INSCRI- ÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NIVEL	PROVA OBJETIVA	PÓS (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SERVIÇO	MÉDIA	
055	REGINA ARTALE BACHIN	II	6,50	6,00	-	6,000	1,400	4,820	
052	NISLAINE THAISE DUFECK	II	5,50	-	2,250	2,250	0,600	3,055	
053	RUTH PAVANELLO BIANCHINI	II	5,00	-	-	-	-	2,000	

EDUCAÇÃO FÍSICA									
NÍVEL II									
Nº INSCRI- ÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NIVEL	PROVA OBJETIVA	PÓS (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SERVIÇO	MÉDIA	
001	LUCIA MARILCI LAUFER	II	6,00	6,00	3,000	9,000	0,600	5,280	
040	PRICILA DE MIRANDA SALES	II	6,50	-	1,250	1,250	0,600	3,155	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA									
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
TESTE SELETIVO ACT 2019 – EDITAL 014/2019									
LISTA FINAL DOS CLASSIFICADOS									
GEOGRAFIA									

NÍVEL II									
Nº INSCRI- ÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NIVEL	PROVA OBJE- TIVA	PÓS (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SER- VIÇO	MÉDIA	
048	SILVIO APARECIDO FARIAS CORRÊA	II	5,50	6,00	-	6,000	-	4,000	

NÍVEL I									
Nº INSCRI- ÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NIVEL	PROVA OBJE- TIVA	MAGISTÉ- RIO+ PERÍO- DO/FASE (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SER- VIÇO	MÉDIA	
022	EVANDRO MOREIRA LEI- THOLD	I	6,50	4,00	-	4,000	0,200	3,860	

MATEMÁTICA									
NÍVEL II									
Nº INS- CRIAÇÃO	NOME DO CANDI- DATO	NIVEL	PROVA OBJE- TIVA	PÓS (1)	CURSO (2)	TÍTULOS (1+2)	TEMPO SER- VIÇO	MÉ- DIA	
017	GUIOMAR LEITE	II	6,50	6,00	-	6,000	2,600	5,180	

**TERMO DE ANULAÇÃO - EDITAL 013/2019**

Publicação Nº 2124200

TERMO DE ANULAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 013/2019

Trata-se de recurso administrativo contra decisão da comissão de processo seletivo proferida no dia 13/08/2019, através da qual restou homologada a classificação final dos candidatos ao cargo temporário de odontólogo do município.

Aduz a recorrente que determinada candidata teria sido "beneficiada" por ato praticado por fiscal de prova, que permitiu a substituição de folha de respostas rasurada por outra em branco, possibilitando que a candidata corrigisse o erro praticado durante a prova.

É a breve síntese. Passa-se a análise.

Analisando o contido no referido recurso administrativo, tem-se que o mesmo merece deferimento.

Ainda que o fato não esteja descrito na ata redigida ao final da realização das provas, os agentes públicos nomeados como fiscais de prova confirmaram o alegado, informando que a substituição teria sido consentida pelos demais candidatos, que manifestaram naquele momento não haver qualquer prejuízo na disponibilização de nova folha de provas.

Assim, a folha de respostas anterior foi rasgada ao meio, e nova folha foi entregue à candidata. Este ato, muito embora não tenha causado resultado prático na correção das provas, eis que o número de acertos da candidata tenha sido o mesmo nas duas folhas de resposta, pode sim causar prejuízos aos demais candidatos, tendo em vista que a oportunidade de substituição de folha de resposta foi concedida apenas a uma candidata, e não a todos os concorrentes.

Por outro lado, a simples desclassificação da candidata "beneficiada" não se mostra razoável, pois o ato de substituição da folha de resposta foi decidido pelo fiscal da prova, após solicitação da candidata. Deveria aquele ter negado a substituição e informado que a folha de resposta era única e insubstituível. Talvez se esta decisão tivesse sido tomada, a candidata poderia ter mantido a folha de resposta rasurada intacta, tornando possível a sua correção.

Por fim, considerando que uma única vaga era objeto de concorrência, e que a primeira colocada foi justamente a candidata que teve possibilitada a substituição da folha de respostas, não havendo outros prejudicados, a Comissão decide anular o presente processo seletivo.

Com a decisão, sugere-se que a abertura de novo processo seletivo seja imediatamente autorizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, visando o preenchimento do cargo de forma temporária até a realização de concurso público.

Garuva, 14 de agosto de 2019.

Presidente da Comissão  
Isabela Aragao Pereira

Membros da Comissão

Priscila Radwanski Peixe

Thalía de Miranda

Nelise Dias Vieira da Silva

Renan Marcus de Santana

Adryel Pabst

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8.914, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2124253

DECRETO Nº 8.914, DE 29 DE JULHO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 6º, inciso XVI, e no art. 51 da Lei 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Comissão Especial para julgamento das propostas técnicas da Tomada de Preços nº 08/2019, que tem por objeto a contratação de empresa para elaboração de projetos para a construção da UBS Sete de Setembro - Plataforma BIM.

Art. 2º Integrarão a Comissão, os servidores abaixo especificados:

I. Allan Belafonte Betoni- Engenheiro Civil, matrícula 15.764;

II. Cleverton João Batista – Secretário de Planejamento Territorial, matrícula 15.965;

III. Luis Carlos Soares Val - Engenheiro Civil, matrícula 13.829.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de julho de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 8.946, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124260

DECRETO Nº 8.946, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

DISPENSA O SERVIDOR JAIR ROBERTO DE SOUZA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensado, a partir de 1º de agosto de 2019, o servidor efetivo JAIR ROBERTO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 798.642.529-68, do exercício de Função Gratificada de Encarregado-Geral de Instrução e Planejamento, nível II, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, designado pelo Decreto nº 7.897, de 06 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de agosto de 2019.

Gaspar, 13 de agosto de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 8.947, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124265

DECRETO Nº 8.947, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 1º de agosto de 2019, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo PEDRO PAULO DOMINGOS, inscrito no CPF sob o nº 505.522.369-34, para o exercício de Função Gratificada de Encarregado-Geral de Instrução e Planejamento, nível II, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de agosto de 2019.

Gaspar, 13 de agosto de 2019.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

### **DECRETO Nº 8.948, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124271

DECRETO Nº 8.948, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.  
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA SIMONE CHIMINELLI.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 31 de julho de 2019, a servidora SIMONE CHIMINELLI, inscrita no CPF sob o nº 785.171.259-91, do cargo em comissão de Auxiliar de Direção da E.E.B. Luiz Franzói, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 8.787, de 27 de maio de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31 de julho de 2019.

Gaspar, 13 de agosto de 2019.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

### **DECRETO Nº 8.949, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124274

DECRETO Nº 8.949, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.  
EXONERA, A PEDIDO, LUANA BIANCHET DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR-GERAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 06 de agosto de 2019, LUANA BIANCHET, inscrita no CPF sob o nº 048.432.169-25, do cargo em comissão de Diretor-Geral de Gestão de Convênios, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, ref. 64, nomeado pelo Decreto nº 8.841, de 13 de junho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 06 de agosto de 2019.

Gaspar, 13 de agosto de 2019.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

### **DECRETO Nº 8.950, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124278

DECRETO Nº 8.950, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.  
NOMEIA MARCOS ROBERTO DA CRUZ PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR-GERAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 07 de agosto de 2019, MARCOS ROBERTO DA CRUZ, inscrito no CPF sob o nº 038.676.309.76, para o exercício de cargo em comissão de Diretor-Geral de Gestão de Convênios, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, ref. 64, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de agosto de 2019.

Gaspar, 13 de agosto de 2019.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 CONTRATO Nº SAF-177/2018**

Publicação Nº 2123896

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 CONTRATO Nº SAF-177/2018

Concorrência nº.: 220/2015. OBJETO: supressão (R\$ 231.858,26) e acréscimo (R\$ 39.150,04) ao contrato para qualificação e pavimentação asfáltica com drenagem pluvial da Rua Madre Paulina. CONTRATADA: PACOPEDRA PAV E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. (79.485.892/0001-18). CLEVERTON JOÃO BATISTA | Secretário de Planejamento Territorial

**CÂMARA MUNICIPAL****EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 11/2019**

Publicação Nº 2121623

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 11/2019

Altera, revoga e acrescenta dispositivos na Lei Orgânica do Município de Gaspar.

A Mesa Diretora faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto e ela promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Gaspar:

Art. 1º O § 3º do artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Gaspar passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23. [...]

[...]

§ 3º O suplente poderá formalmente abdicar do direito ao exercício do cargo, no prazo de até cinco dias úteis contados da convocação, situação em que não perderá a qualidade de suplente e a condição de exercício do cargo em futuras convocações, assegurando-lhe, neste último caso, a precedência sobre os suplentes subsequentes. (NR)"

Art. 2º Fica acrescentado § 4º no artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Gaspar, com a seguinte redação:

"Art. 23. [...]

[...]

§ 4º Considerar-se-á renunciado o mandato se o suplente deixar de tomar posse no prazo de cinco dias úteis contados da sua convocação, salvo motivo de doença ou ausência do país, devidamente comprovados, ou não providenciar a abdicação de que trata o § 3º deste artigo. (NR)"

Art. 3º O caput do artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Gaspar passa a ter a seguinte redação:

"Art. 32. No primeiro ano de cada Legislatura, no dia 1º de janeiro, às 19 horas, em sessão de instalação, independentemente de número, sob a presidência do mais idoso entre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse. (NR)"

Art. 4º Fica incluído o parágrafo único no artigo 34 da Lei Orgânica do Município de Gaspar, com a seguinte redação:

"Art. 34. [...]

Parágrafo único. Considerar-se-á renunciado o mandato do Vereador que, salvo motivo de doença, devidamente comprovado, deixar de tomar posse no prazo previsto neste artigo. (NR)"

Art. 5º O caput do artigo 35 da Lei Orgânica do Município de Gaspar passa a ter a seguinte redação:

"Art. 35. No dia da sessão de instalação, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos seus membros, elegerão os componentes da Mesa, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal, considerando-se automaticamente empossados os eleitos. (NR)"

Art. 6º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do artigo 35 da Lei Orgânica do Município de Gaspar.

Art. 7º Fica incluído o § 4º no artigo 35 da Lei Orgânica do Município de Gaspar, com a seguinte redação:

"Art. 35. [...]

[...]

§ 4º A eleição de renovação da Mesa Diretora realizar-se-á na forma do Regimento Interno da Câmara Municipal, dando-se a posse dos eleitos automaticamente em 1º de janeiro do ano subsequente. (NR)"

Art. 8º O inciso VIII do artigo 39 da Lei Orgânica do Município de Gaspar passa a ter a seguinte redação:

"Art. 39. [...]

VIII - promulgar emendas à Lei Orgânica. (NR)"

Art. 9º Fica revogado o inciso IX do artigo 39 da Lei Orgânica do Município de Gaspar.

Art. 10. Ficam incluídos os incisos V a VIII no artigo 41 da Lei Orgânica do Município de Gaspar, com a seguinte redação:

“Art. 41. [...]

[...]

V - expedir normas ou medidas administrativas;

VI - ordenar a despesa da Câmara Municipal;

VII - devolver ao Executivo Municipal o saldo de caixa existente na Câmara Municipal, no final do exercício;

VIII - prestar, anualmente, contas da gestão financeira da Câmara Municipal. (NR)”

Art. 11. O § 1º do artigo 50 da Lei Orgânica do Município de Gaspar passa a ter a seguinte redação:

“Art. 50. [...]

§ 1º A proposição deverá ser protocolada em até cinquenta horas antes do início da sessão para figurar na respectiva pauta, contado esse prazo minuto a minuto e observados os dias úteis de expediente da Câmara Municipal. (NR)”

Art. 12. Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Gaspar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar (SC), em 14 de agosto de 2019.

#### MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Dionísio Luis Bertoldi
Presidente	Vice-Presidente
Silvio Cleffi	Wilson Luís Lenfers
Primeiro Secretário	Segundo Secretário

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 122/2019 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Publicação Nº 2123770

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2019

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 12 dias do mês de agosto do ano de 2019, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, estabelecida à Rodovia, SC281, nº 7205 km 7 GALPÃO 2, COLONIA SANTANA, SÃO JOSÉ/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 14.990.312/0001-02, neste ato representado pelo(a) LEONARDO CAMILO INÁCIO, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 728.436.409-20 portador(a) do RG nº 2006298 SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 56/2019, objeto do Processo 56/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	Açúcar Refinado - amorfo de primeira, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de micro-organismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias a obtenções de dados adicionais sobre o estado higiênico – sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxiinfecções alimentares. Deverá estar isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação açúcar refinado, embalagem plástica, pacotes de 01 Kg, conforme C.N.N.P. A.12/78 – Resolução Normativa 112/34/78.	3.500	KG	2,98	10.430,00
20	Biscoito diet - biscoito integral sem açúcar com adoçantes naturais (sorbitol, isomalte e esteviosídeo), sem conservantes, farinha de trigo integral, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, óleos vegetais (palma, milho ou soja), farinha de milho, maltodextrina, fibra solúvel, amido de milho, coco desidratado. Sabores sortidos. Embalagens de 150g.	300	PACOTE	9,99	2.997,00
24	Biscoito Salgado - tipo Cream Cracker, contendo farinha de trigo, açúcar, sal, malte ou extrato de malte. Deverá conter glúten, não sortidos. O produto deverá ser fabricado a partir de matérias primas, sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Sendo rejeitados os biscoitos malcozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais. Embalagem com dupla proteção 400g.	2.000	PACOTE	3,80	7.600,00
31	Farinha de Trigo – enriquecida com ferro e ácido fólico, deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo, sãos e limpos, isentos de matéria terrosa e parasitos em perfeito estado de conservação, não podendo estar úmida fermentada, nem rançosa, com informação nutricional. Embalagem primária deverá ser plástica de 01 Kg.	2.000	KG	2,65	5.300,00
32	Farinha de trigo integral – fina, de 1ª qualidade, deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo, sãos e limpos, isentos de matéria terrosa e parasitos em perfeito estado de conservação, não podendo estar úmida fermentada, nem rançosa, com informação nutricional. Embalagem primária: sacos de papel de 1kg.	1.500	KG	3,87	5.805,00
33	Farinha Láctea - sabor natural, ingrediente: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas, minerais, sal e aromatizantes, contendo glúten - embalagem 400g.	700	LATA	21,05	14.735,00
52	Macarrão letrinha - Macarrão tipo letrinhas (alfabeto), embalagem com 500g, com massa de ovos pasteurizados. Informação nutricional: massa enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural, com prazo de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	1.000	PACOTE	3,40	3.400,00
53	Macarrão Parafuso - massa tipo parafuso sêmola, fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos. Embalagem primária deverá ser de 500g.	3.000	PACOTE	2,45	7.350,00



66	Hambúrguer de peixe - Hambúrguer de filé de cação e/ou emplasto empanado, com no mínimo 50% de peixe. Ingredientes: filé de cação e/ou emplasto, farinha de trigo, flocos de batata, óleo de soja, temperos naturais. Isento de espinha de peixe. Peso médio 50g cada unidade. Apresentar registro no SIF/SIE.	15.000	UNID	3,00	45.000,00
70	Creme de leite pasteurizado – com 45% de gordura. Embalagem de 400g.	2.000	UNID	12,68	25.360,00

Governador Celso Ramos/SC, 12 de agosto de 2019.

ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 123/2019 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Publicação Nº 2123775

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2019

#### AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 12 dias do mês de agosto do ano de 2019, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, estabelecida à Rua, GILBERTO JOÃO DEUCHER, Nº 182, CENTRO, SANTO AMARADO DA IMPERATRIZ/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 14.546.646/0001-83, neste ato representado pelo (a) JULIANO JAIRO MELO, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 008.612.319-02 portador(a) do RG nº 3844393 SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 56/2019, objeto do Processo 56/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

#### Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Carne moída: carne bovina de músculo moída congelada, sem osso, limpa, sem tendões, sem pele e sem gordura. Cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. Produto deve seguir a legislação vigente, embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, embalagens plásticas, transparentes, resistentes ao transporte, devidamente identificadas com etiquetas de acordo com a Legislação Vigente e especificação de prazo de validade de no mínimo 3 meses a partir da entrega. Apresentar na Proposta certificado de inspeção estadual ou federal, registro de rótulo do corte e laudo Bromatológico credenciado pela Anvisa, ou ministério da agricultura.	4.125	KG	22,20	91.575,00
02	Corte congelado bovino em cubos – carne bovina músculo em cubos, congelada, sem osso, limpa, sem tendões, sem pele e sem gordura. Embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, embalagens plásticas, transparentes, resistentes ao transporte, devidamente identificadas com etiquetas de acordo com a Legislação Vigente e especificação de prazo de validade de no mínimo 3 meses a partir da entrega. Apresentar na Proposta certificado de inspeção estadual ou federal, registro de rótulo do corte e laudo Bromatológico credenciado pela Anvisa, ou ministério da agricultura.	2.625	KG	22,20	58.275,00
05	Carne moída: carne bovina de músculo moída congelada, sem osso, limpa, sem tendões, sem pele e sem gordura. Cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. Produto deve seguir a legislação vigente, embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, embalagens plásticas, transparentes, resistentes ao transporte, devidamente identificadas com etiquetas de acordo com a Legislação Vigente e especificação de prazo de validade de no mínimo 3 meses a partir da entrega. Apresentar na Proposta certificado de inspeção estadual ou federal, registro de rótulo do corte e laudo Bromatológico credenciado pela Anvisa, ou ministério da agricultura.	1.375	KG	22,20	30.525,00

06	Corte congelado bovino em cubos – carne bovina músculo em cubos, congelada, sem osso, limpa, sem tendões, sem pele e sem gordura. Embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, embalagens plásticas, transparentes, resistentes ao transporte, devidamente identificadas com etiquetas de acordo com a Legislação Vigente e especificação de prazo de validade de no mínimo 3 meses a partir da entrega. Apresentar na Proposta certificado de inspeção estadual ou federal, registro de rótulo do corte e laudo Bromatológico credenciado pela Anvisa, ou ministério da agricultura.	875	KG	22,20	19.425,00
09	Achocolatado com malte e ovos: Ingredientes: Açúcar orgânico, fibra solúvel, cacau em pó, extrato de malte, albumina desidratada, sal, vitaminas (C, B3, B2, B6, B1 e A) e minerais (Cálcio, Ferro e Zinco). Deve conter no mínimo 600mg de cálcio e 6g de fibra alimentar em 20g do pó de achocolatado. Embalagem aluminizada contendo 1kg do produto com rotulagem completa de acordo com a legislação vigente.	1.300	KG	20,50	26.650,00
16	Arroz Amarelo Parboilizado - longo, fino, tipo 1. O produto não deve apresentar mofo ou substâncias nocivas. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóxico. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	2.500	KG	2,90	7.250,00
17	Arroz integral – características técnicas: classe: longo, fino, tipo I integral. O produto não deve apresentar mofo ou substâncias nocivas. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóxico. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	1.000	KG	3,50	3.500,00
18	Aveia em flocos - flocos finos, 100% natural, sem aditivos ou conservantes, lacre de segurança, dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Pacote de 200g.	1.200	CAIXA	3,60	4.320,00
21	Biscoito Doce tipo leite - à base de farinha de trigo, açúcar e gordura vegetal, amido de milho, malte ou extrato de malte, leite (pasteurizado ou em pó) ou soro de leite, sal, embalagem plástica, não sortida. O produto deverá ser fabricado a partir de matérias primas, sãs e limpa, isentas de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Sendo rejeitados os biscoitos malcozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, conforme Resolução 12/78 da C.N.N.P. A. / NTE 12/30, de 24/07/78, embalagem com dupla proteção de 400g.	2.000	PACOTE	4,00	8.000,00
22	Biscoito integral - Biscoito salgado integral 0% de gordura trans à base de: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, fibra de trigo, extrato de malte, sal, soro de leite, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e fosfato monocalcico, estabilizante lecitina de soja, isento de açúcar em embalagem com aproximadamente 450 gramas.	1.500	PACOTE	6,10	9.150,00
29	Cominho em pó – acondicionado em embalagem plástica de 100g.	500	UNIDADE	2,35	1.175,00
38	Fermento - em pó químico (para bolo). Embalagem plástica de 100g. Formato de substâncias ou mistura de substâncias químicas que pela influência do calor e/ou umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, fosfato mono calcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio aumentando-lhes o volume e a porosidade. Deverá conter aspecto, cor, odor e sabor próprios e que não contenha ácido fumárico nem fosfato tricálcico. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	1.500	LATA	2,70	4.050,00
40	Fubá de milho fino - produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos. Não poderão estar úmidos ou rançosos, embalagem de 1 kg. O produto deverá ter validade mínima de 08 meses. O produto não poderá ter a data de fabricação anterior a 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega.	500	KG	2,10	1.050,00
43	Leite em pó integral – Leite em pó integral. Vitaminas A, C, D, minerais cálcio e ferro. ASPECTO: pó uniforme sem grumos, cor branco amarelado, não conter substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis. Características físico-químicas: O leite em pó deverá conter apenas proteínas, açúcares, gorduras e outras substâncias minerais do leite e nas mesmas proporções relativas, salvo quando ocorrer originada por processo tecnologicamente adequado. Embalagem: com peso líquido de 400 gramas, embalagem individual do produto deverá ser recipiente de um único uso, hermético, adequado para as condições previstas de armazenamento e que confira uma proteção apropriada contra a contaminação.	1.500	LATA	18,68	28.020,00
48	Margarina vegetal - Com sal. Embalagem primária deverá ser com lacre de proteção em potes de 500 g. Com no mínimo, 40% de gordura.	1.800	POTE	5,30	9.540,00
50	Macarrão espaguete, massa tipo espaguete sêmola, fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpo, isenta de matéria terrosa e parasitos. Embalagem primária deverá ser de 500g.	2.000	PCT	2,40	4.800,00
51	Macarrão espaguete integral, com Farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes. Fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpo, isenta de matéria terrosa e parasitos. Embalagem primária deverá ser de 500g.	1.000	PCT	5,08	5.080,00

56	Óleo de Soja Refinado – embalagem plástica de 900 ml, conforme Resolução nº 22/77 da C.N.N.P. A. O produto deverá ser obtido de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, e estar isento de substâncias estranhas à sua composição e de componentes indicativos de alteração do produto ou de emprego de tecnologia adequada, características organolépticas: o produto deverá apresentar aparência, cor, odor e sabor característicos e isento de ranço e outras peculiaridades indesejáveis.	1.200	UND	4,50	5.400,00
57	Orégano - Embalagem plástica contendo 100 gramas do produto.	500	UNIDADE	10,00	5.000,00
62	Sal refinado - iodado, pacotes de 01 Kg, conforme decreto nº 75967/75, portaria 03/84: lei 6.150/54 – C.N.N.P.A.18/70 – portaria 1.806/94.	350	KG	1,40	490,00
63	Carne bovina corte em bife – resfriada, tipo paleta, cortado em bife com aproximadamente 150 g, proveniente de machos da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, sem osso, contendo no máximo 6% de gordura. A carne deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter obrigatoriamente registro de inspeção sanitária. A embalagem deve ser plástica, atóxica, resistente, transparente, contendo no máximo 2kg, etiquetada com o tipo de carne, peso, validade. Apresentar na Proposta certificado de inspeção estadual ou federal, registro de rótulo do corte e laudo Bromatológico credenciado pela Anvisa, ou ministério da agricultura.	2.000	KG	27,00	54.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 12 de agosto de 2019.

IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 128/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECUPERAÇÃO/REPARO EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA A MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**

Publicação Nº 2123848

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECUPERAÇÃO/REPARO EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA A MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Aos 12 dias do mês de agosto do ano de 2019, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano duarte campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) ruhmo engenharia ltda, estabelecida à RUA JAIR HAMMS, Nº 38, CIDADE UNIVERSITÁRIO PEDRA BRANCA, PALHOÇA/SC, inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº 22.349.255/0001-05, neste ato representado pelo (a) DOUGLAS COSTA, brasileiro (a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 024.543.929-33 portador(a) do RG nº 3.248.139, para contratação de empresa especializada em recuperação/reparo em pavimentação asfáltica para a manutenção das rodovias do município de Governador Celso Ramos/SC em conformidade com as especificações contidas no edital e seus anexos, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do pregão presencial n.º 62/2019, objeto do processo 62/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Recomposição de capa asfáltica CBUQ 6% incluindo corte, pintura de ligação, espessura média de 05 centímetros.	m²	3.200	124,80	399.360,00
02	Fresagem da capa asfáltica com remoção e transporte dos materiais com espessura média de 05 centímetros.	m³	80	349,45	27.956,00
03	Aplicação de CBUQ espessura média de 06 centímetros considerando: -Corte do pavimento; -Base com brita graduada espessura média de 15 centímetros; -Imprimação e pintura de ligação (imprimação e camada de CBUQ espessura média de 06 centímetros).	m²	100	154,75	15.475,00
04	Recomposição de capa asfáltica CBUQ 6% incluindo corte, pintura de ligação, espessura média de 05 centímetros.	m²	400	124,80	49.920,00
05	Fresagem da capa asfáltica com remoção e transporte dos materiais com espessura média de 05 centímetros.	m³	10	349,45	3.494,50

06	Aplicação de CBUQ espessura média de 06 centímetros considerando: -Corte do pavimento; -Base com brita graduada espessura média de 15 centímetros; -Imprimação e pintura de ligação (imprimação e camada de CBUQ espessura média de 06 centímetros).	m <sup>2</sup>	20	154,75	3.095,00
----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------	----	--------	----------

Governador Celso Ramos/SC, 12 de agosto de 2019.

RUHMO ENGENHARIA LTDA

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

### CONTRATO N 91-2019 CLEITON MERENDA

Publicação Nº 2123714

CONTRATO N. 91/2019  
(02 de agosto de 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, empresa estabelecida na Rua José de Anchieta, n. 229, Centro Alfredo Wagner/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 18.531.205/0001-69, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu administrador, Senhor CLEITON DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CNPF n. 072.051.509-22, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA MERENDA ESCOLAR E PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 07/2019 - Edital de Pregão Presencial n. 01/2019-PR, de 10 de janeiro de 2019, no valor total de R\$ 32.540,00 (trinta e dois mil, quinhentos e quarenta reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2019, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

#### CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

#### CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 02 de agosto de 2019 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2019.

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- V. Emitir a nota fiscal, de acordo com a entidade que solicitou a mercadoria

#### CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

- 03.01.2.003.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido:8);
- 06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 101);
- 06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 102);
- 06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 104);
- 06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 105);
- 06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 106);
- 06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 107);
- 06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 109);
- 15.01.2.032.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 162);
- 15.01.2.032.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 167);

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

#### CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 07/2019 - Edital de Pregão Presencial n. 01/2019-PR, de 10 de janeiro de 2019.



**CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não manter a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará, 02 de agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

CLEITON DE SOUZA

Administrador da Vendedora

TESTEMUNHAS

**DECRETO DF 029/2019 - ORÇAMENTO**

Publicação Nº 2124047

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000029/19 de 14 de Agosto de 2019

O PREFEITO DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002125/18 de 14 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.01 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(252)3.3.90.00.00.00.00.2.034-3202 - Aplicacoes Diretas	5.167,93
Total Suplementação:	5.167,93

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.01 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(240)4.4.90.00.00.00.00.2.034-3202 - Aplicacoes Diretas	5.167,93
Total Anulação:	5.167,93

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIU  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 14 de Agosto de 2019.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda



**PORTARIA N. 257-2019 ARTEDANIO**

Publicação Nº 2124198

PORTARIA Nº 257/2019  
de 09 de agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando a contratação da empresa ARTEDÂNIO SILVA VIEIRA EPP, por intermédio da Licitação nº 15/2019, na modalidade de Pregão Presencial nº 06/2019, tendo sido firmado o Contrato Administrativo nº 25/2019 para aquisição de produtos para merenda escolar;

Considerando que referida empresa firmou contrato 25/2019, em 11 de fevereiro de 2019, no valor de R\$ 26.397,55 (vinte e seis mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos);

Considerando que houve a notificação da empresa para a entrega dos produtos e que a mesma não cumpriu o contrato;

Considerando que a situação elencada caracteriza, em tese, a inexecução contratual, passível de aplicação das penalidades legais previstas no art. 7º da Lei nº 10.502/2003 (Lei do Pregão), em virtude dos prejuízos e transtornos causados à Administração Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Licitação a abertura de procedimento administrativo em face da empresa ARTEDÂNIO SILVA VIEIRA EPP, para apurar a inexecução do Contrato Administrativo nº 25/2019, garantindo à mesma o direito à ampla defesa, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão Pará, 09 de agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

DIONE HEINZEN

Secretário de Administração e Fazenda

# Gravatal

## PREFEITURA

### DECRETO 45/2019

Publicação Nº 2123308

DECRETO N.º 45, 14 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2019 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Nº 1.973/2019 de 31 de julho de 2019:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 19.357,62 (Dezenove mil e trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA	
Projeto/Atividade:	2.003 – MANUT. DA SECRET. DE ADMINIST. PLANEJAMENTO E FAZENDA	
Despesa:	(9) 3.3.50.00.00.00.00.0000 -	R\$ 19.357,62
Total do Projeto/atividade: R\$ 19.357,62		

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 19.357,62 (Dezenove mil e trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Projeto/Atividade:	2.060 – MANUT. DAS ATIV. DO CONSELHO TUTELAR E CIACA - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	
Despesa:	(153) 3.1.71.00.00.00.00.0000 -	R\$ 18.122,89
Despesa:	(154) 3.3.71.00.00.00.00.0000 -	R\$ 1.234,73
Total do Projeto/atividade: R\$ 19.357,62		

Total do Projeto/atividade: R\$ 1.729,00 Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 14 de agosto de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial do Município em 14/08/2019.

### EDITAL 03/2019 - (PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR E EMERGENCIAL DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE GRAVATAL/SC)

Publicação Nº 2124173

EDITAL 03/2019/CMDCA

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR E EMERGENCIAL DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE GRAVATAL/SC

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GRAVATAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014, na Lei Municipal n. 184/2015, Lei Complementar n. 22/2003 e Lei Complementar nº 181/2015,

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar constitui-se em órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos (Resolução nº 113 do CONANDA), concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990;

CONSIDERANDO os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, em especial a prevalência dos direitos humanos, o respeito à diversidade e à dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO a atribuição do CONANDA de estabelecer diretrizes e normas gerais quanto à política de atendimento à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO a renúncia de 04 (quatro) membros titulares e não possuindo suplentes que poderiam suprir a ausência temporária dos titulares;

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento de vagas imediatas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Gravatal, para cumprimento de mandato suplementar e emergencial até o período de 14 (quatorze) de outubro de 2019.

CONSIDERANDO o tempo exíguo para completar o processo de tal sorte que não haja rompimento de continuidade do atendimento do Conselho Tutelar à população;

CONSIDERANDO o disposto no §2º do art.16 da RESOLUÇÃO Nº 170, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014 que alterou a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar, o qual estabelece que em caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas,

RESOLVE: Abrir as inscrições para a escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Gravatal, conforme o presente edital:

#### 1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1 Ficam abertas 02 (duas) vagas imediatas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Gravatal, para cumprimento de mandato suplementar e emergencial até o período de 14 (quatorze) de outubro de 2019.

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Gravatal, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os candidatos escolhidos através de processo de escolha indireto, em conformidade com o disposto neste edital e nas leis Lei Municipal n. 184/2015, Lei Complementar n. 22/2003, Lei Complementar nº 181/2015 e RESOLUÇÃO nº RESOLUÇÃO Nº 170/2014 assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de escolha.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	02 (duas) + CR	30h + sobreaviso	R\$1.618,00

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é de segunda a sexta-feira, das 8 (oito) horas às 12 (doze) horas e das 13 (treze) horas às 17 (dezessete) horas, respeitado o intervalo de almoço, conforme inciso I do art.24 da LC 184/2015, ficando sujeito a alterações em caso de alteração legislativa posterior.

1.6.1 Nos demais horários e aos sábados, domingos e feriados, em regime de atendimento de sobreaviso, mantendo no mínimo um Conselheiro no exercício de suas atividades, conforme inciso II do art.24 da LC 184/2015.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso não é remunerada, conforme art. 30 da LC nº 184/2015,

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 184/2015.

1.10 Os servidores públicos, que vierem a ocupar o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público, conforme art. 44 da LC 184/2015.

#### 2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Homologação dos inscritos;

III. Escolha indireta pelo CMDCA.

#### 3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei Municipal Complementar n. 184/2015 a saber:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. residência no Município;

IV. comprovação de conclusão de ensino superior ou cursando no mínimo quarto semestre, nas áreas de ciências humanas ou sociais.

V. Não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VI. Não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII. Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. Documento de identidade com foto;

III. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste edital.

IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

VI. Certidão negativa da Justiça Federal;

VII. Certidão da Justiça Militar da União;

VIII. Diploma ou Certificado de Conclusão do ensino médio;

IX. Carteira nacional de habilitação ou permissão para conduzir veículos automotores, no mínimo categoria "B";

X. Currículo Vitae contendo formação, cursos realizados, experiências profissionais (opcional).

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

#### 4. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

4.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

4.2 Conforme Estatuto da Criança e do Adolescente, estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

**5. DAS INSCRIÇÕES**

5.1 As inscrições ficarão abertas do dia 15 de agosto de 2019 ao dia 16 de agosto de 2019, em horário de atendimento ao público, das 08h00min às 13h30min, na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

5.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

5.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

5.4 No ato da inscrição, para registro da candidatura, os candidatos deverão apresentar os documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

5.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

5.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

5.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante a correta apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

5.8 A inscrição será gratuita.

5.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal a correta entrega da documentação exigida.

**6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS**

6.1 As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

6.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

6.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

6.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital bem como na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014, na Lei Municipal n. 184/2015 e Lei Complementar n. 22/2003.

6.5 A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 16 de agosto de 2019 após o final das inscrições, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

6.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período 19 de agosto de 2019, no horário de atendimento ao público, na Sala da Secretaria Executiva dos Conselhos, na Secretaria de Assistência Social e Habitação, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

6.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos e a homologação dos inscritos até o dia 20 de agosto de 2019.

**7. DA ESCOLHA, NOMEAÇÃO E POSSE**

7.1 A Comissão Especial Eleitoral será a responsável por realizar o processo de escolha indireta, através de eleição pelos membros titulares do CMDCA, a qual será realizada na data de 20 de agosto de 2019.

7.2 Os membros titulares do CMDCA terão direito a voto secreto no candidato que considerarem mais habilitado para o desempenho da função.

7.3 Após a contagem dos votos, o resultado será publicado no dia 20 de agosto de 2019 nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos escolhidos (titulares e suplentes).

7.4 Os candidatos escolhidos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.5 A posse dos 2 (dois) candidatos escolhidos como titulares será em 21 de agosto de 2019.

7.6 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o primeiro suplente.

**8. DO CALENDÁRIO**

8.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha complementar emergencial dos membros do Conselho Tutelar:

Data	Etapa
14/08/2019	Publicação do edital
15/08/2019 à 16/08/2019	Prazo para registro das candidaturas
16/08/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CE e Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
19/08/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE
20/08/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos e homologação dos inscritos
20/08/2019	Eleição indireta dos candidatos pelo CMDCA
20/08/2019	Publicação do resultado final (titulares e suplentes)
21/08/2019	Posse dos Candidatos

8.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

**9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

9.2 A aprovação e a classificação final geram para o candidato escolhido na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

9.3 As datas relativas ao presente processo de escolha poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

9.4 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente.

9.5 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

9.6 É responsabilidade do CANDIDATO acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo de escolha que serão publicados no site oficial do Município de Gravatal e Diário Oficial do Município.

9.7 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

9.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Armazém para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

LUIZ VOLNEI DA SILVA CAETANO  
Presidente do CMDCA

#### ANEXO I

Nº de Inscrição:		Foto
Nome:		
RG:	CPF:	
Data de Nascimento: / /	Estado Civil:	
Nome do cônjuge:		
Endereço:		Nº:
Bairro:	Distrito:	
Cidade:	UF:	
Telefone:	Celular:	
Email:		
Telefone para recados:	Falar com:	

#### PROCESSO DE ESCOLHA PARA MANDATO SUPLEMENTAR DE MEMBROS DO CONSELHO FICHA DE INSCRIÇÃO

Declaro estar ciente e aceito todos os termos fixados no presente Edital nº 03/2019 de processo de escolha suplementar de conselheiro tutelar de Gravatal/SC emergencial até o período de 14 (quatorze) de outubro de 2019 e do que estabelece a Lei Federal no 8.069/1990 e alterações, e Lei Municipal nº 184/2015 e alterações, bem como a Resolução no 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014. E que todas as informações prestadas na inscrição são verdadeiras, assumindo total responsabilidade.

Gravatal, de de 2019.

Assinatura do Candidato (a)

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, DECLARO para fins de participação de processo de escolha suplementar de conselheiro tutelar de Gravatal/SC emergencial (edital nº 03/2019) sob as penas da lei, e em acordo com o artigo 133 da Lei Federal 8.069/1990 que sou pessoa de reconhecida idoneidade moral perante a sociedade e órgãos públicos representativos dos poderes competentes, nada havendo que desabone minha conduta.

Gravatal, de \_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Candidato (a)

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu, , portador do RG n° , CPF n° Concorrente à função de CONSELHEIRO TUTELAR (Edital n° 03/2019 - processo de escolha suplementar de conselheiro tutelar de Gravatal/SC emergencial até o período de 14 (quatorze) de outubro de 2019, DECLARO que ASSUMO O COMPROMISSO DE DESIMPEDIR-ME DE OUTRA ATIVIDADE PÚBLICAS OU PRIVADAS, para caso seja eleito e empossado, DEDICAR-ME EXCLUSIVAMENTE ÀS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR, sob pena de PERDA DE MANDATO, em atendimento aos termos da Lei Municipal 184/2015.

Gravatal, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

Assinatura do Candidato (a)

## ANEXO IV

## FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA DE PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DE CONSELHEIRO TUTELAR DE GRAVATAL/SC EMERGENCIAL - EDITAL N° 02/2019.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do  
CPF n° \_\_\_\_\_, requerimento da inscrição n° \_\_\_\_\_,  
para concorrer a uma vaga no Conselho Tutelar de Gravatal/SC, Edital suplementar emergencial do CMDCA n° 03/2019, apresento o presente recurso:

## I. Do objeto de recurso:

.....  
.....

## II. Dos argumentos de recurso:

.....  
.....

## III. Dos anexos de suporte para recurso(opcional):

.....  
..... Gravatal, SC, ..... de ..... de 2019.

Assinatura do candidato

## ANEXO V

## FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA - RELATIVA DE PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DE CONSELHEIRO TUTELAR DE GRAVATAL/SC EMERGENCIAL - EDITAL N° 03/2019.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do  
documento de identidade n° \_\_\_\_\_, CPF n° \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, venho apresentar IMPUGNAÇÃO nos seguintes termos:

## I. Do objeto da impugnação (nome do candidato que terá a candidatura impugnada e n° da inscrição):

.....  
.....

## II. Dos argumentos da impugnação

.....  
.....

## III. Dos anexos de suporte para a impugnação:

.....  
.....

Gravatal/SC, ..... de ..... de 2019.

Assinatura do Impugnante

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### DECRETO 1034/2019 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Publicação Nº 2123403

DECRETO Nº 1034/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA CONVOCAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO, REFERENTE AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2019 DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS PARCELA 01/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROQUE LUIZ MENECHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocados os beneficiados do Programa Bolsa de Estudo para realização dos trabalhos voluntários a que se inscreveram conforme Edital de Convocação nº 05/2019.

a) Período 05 – Confecção de artigos para ornamentação da FACIG Edição 2019- 19/08/2019 às 07:30 horas.

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	Élison Francisco Pappis
2.	Nathana Geiza Romio Funez
3.	João Paulo Gabe Rossini
4.	Bruna Dalpiaz
5.	Vanessa Spinelli

b) Período 06 – Confecção de artigos para ornamentação da FACIG Edição 2019- 19/08/2019 às 13:15 horas

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	Élison Franciso Pappis
2.	Stéfani Bourscheidt
3.	Willian Dias Stuani
4.	Henrique Schneider

c) Período 07 – Confecção de artigos para ornamentação da FACIG Edição 2019- 26/08/2019 às 07:30 horas.

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	Samanta Vitória Pelle Gonçalves
2.	Jenifer Turani
3.	Eduardo Henrique Kroth
4.	Gabriela Oliveira de Mercedes Ascoli
5.	Maxuel Hernades Techio

d) Período 08 – Confecção de artigos para ornamentação da FACIG Edição 2019- 26/08/2019 às 13:15 horas.

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	Camila Lolatto

e) Período 10 – Confecção de artigos para ornamentação da FACIG Edição 2019- 02/09/2019 às 13:15 horas.

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	Endiara Bauer
2.	Guilherme José Pizetta Baptistella

f) Período 11 – Confecção de artigos para ornamentação da FACIG Edição 2019- 09/09/2019 às 07:30 horas.

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	Patricia Terci

g) Período 15 – Confecção de artigos para ornamentação da FACIG Edição 2019- 23/09/2019 às 07:30 horas.

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	Lauanda Carolina Aretz



h) Período 16 – Confecção de artigos para ornamentação da FACIG Edição 2019- 23/09/2019 às 13:15 horas.

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	Lucas Luan Junges
2.	Luana Lucia Junges

Art. 2º. O horário de início das atividades deve ser observado com rigor.

Parágrafo único: Nos casos em que a duração das atividades for inferior ao período programado, menos que 4h (quatro horas), os certificados serão emitidos conforme a convocação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba/SC, aos 14 de agosto de 2019.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

### EXTRATO CONTRATO 06.2019 FMAS.DOCX

Publicação Nº 2123227

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 06/2019

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

Contratada.: GENTE SEGURADORA SA

Valor ..... : 1.280,00 (um mil duzentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 14/08/2019 Término: 14/08/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2019

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SEGURO DESTINADO PARA O VEÍCULO VOLKSWAGEN GOL 2014/2015, PLACAS MKH 1356, CHASSI 9BWAA45U2FP044804, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARACIABA/SC.

### EXTRATOS CONTRATOS 85 E 86.2019.DOCX

Publicação Nº 2123224

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 85/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: GENTE SEGURADORA SA

Valor ..... : 9.430,00 (nove mil quatrocentos e trinta reais)

Vigência ..... : Início: 14/08/2019 Término: 14/08/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SEGURO DESTINADO PARA O VEÍCULO ÔNIBUS PLACA MMA 4625, UTILIZADO NO TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEÍCULO NOVO 0KM, FIAT DUCATTO, ANO/MOD. 2019/2019, CHASSI 3C7WVAK6KE525065, DESTINADA AO USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE GUARACIABA/SC.

Contrato Nº.: 86/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: BEBIDAS GUARACIABA LTDA

Valor ..... : 2.938,32 (dois mil novecentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 14/08/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXPLORAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS/NÃO ALCOÓLICAS E LANCHES PARA PESSOAS PARTICIPANTES DO EVENTO DO TROFÉU DESTAQUE 2018, COM O SHOW HUMORISTICO BADIN, O COLONO, QUE SERÁ NO DIA 30 DE SETEMBRO 2019, NO SALÃO PAROQUIAL, NA RUA 13 DE OUTUBRO, GUARACIABA/SC, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 117.2019 PMGBA SEQUENCIA 2.DOCX**

Publicação Nº 2123468

LEILÃO Nº 2/2019

PROCESSO Nº 117/2019 HOMOLOGAÇÃO: 14/08/2019 Sequencia 2

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, SENDO: ENSILADEIRA

TRATORIZADA; GRADES, PORTAS E JANELAS DE FERRO;

COMPRESSOR ODONTOLÓGICO; CAIXAS DE ÁGUA EM

FIBROCIMENTO; PORTAS E JANELAS EM VIDRO TEMPERADO;

DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO E DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO CONFORME LEIS MUNICIPAIS 3170/2018 E 3195/2019.

CONTRATADO: ANDRECIO RODRIGUES DO NASCIMENTOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 118.2019 PMGBA.DOCX**

Publicação Nº 2123220

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2019

PROCESSO Nº 118/2019 HOMOLOGAÇÃO: 14/08/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO DESTINADO PARA O VEÍCULO ÔNIBUS PLACA MMA 4625, UTILIZADO NO

TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEÍCULO

NOVO 0KM, FIAT DUCATTO, ANO/MOD. 2019/2019, CHASSI 3C7WVAK6KE525065, DESTINADA AO USO NA SECRETARIA

MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO VOLKSWAGEN GOL

2014/2015, PLACAS MKH 1356, CHASSI 9BWAA45U2FP044804, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DE GUARACIABA/SC.

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.710,00 (dez mil setecentos e dez reais)

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 120.2019 PMGBA.DOCX**

Publicação Nº 2123221

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2019

PROCESSO Nº 120/2019 HOMOLOGAÇÃO: 14/08/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXPLORAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS/NÃO

ALCOÓLICAS E LANCHES PARA PESSOAS PARTICIPANTES DO EVENTO DO TROFÉU DESTAQUE 2018, COM O SHOW

HUMORISTICO BADIN, O COLONO, QUE SERÁ NO DIA 30 DE SETEMBRO 2019, NO SALÃO PAROQUIAL, NA RUA 13 DE

OUTUBRO, GUARACIABA/SC, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

CONTRATADO: BEBIDAS GUARACIABA LTDA

VALOR ESTIMADO: R\$ 2.938,32 (dois mil novecentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos)

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 122.2019 PMGBA.DOCX**

Publicação Nº 2123222

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2019

PROCESSO Nº 122/2019 HOMOLOGAÇÃO: 14/08/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROUPAS (BLAZER, SAIA, VESTIDO,...)

PARA AS SOBERANAS ELEITAS DA FACIG (FEIRA

AGROPECUÁRIA COMERCIALEINDUSTRIAL DE GUARACIABA)

EDIÇÃO 2019, NAS CATEGORIAS INFANTIL, ADULTO E MELHOR IDADE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

CONTRATADO: ILENI MARIA ROYER

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais)

CONTRATADO: SANTISSIMA COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.470,00 (um mil quatrocentos e setenta reais)

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 109.19 SERVIÇOS ENERGIA ALTA TENSÃO FACIG.DOC**

Publicação Nº 2124120

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº109/2019.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 130/19, Edital de Pregão Presencial Nº 109/19, Tipo Menor Preço. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE TRANSFORMADORES, VERIFICAÇÃO E REVISÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES E LOCAL DO SHOW, COM FORNECIMENTO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA; INSTALAÇÃO DE QUADRO EM POSTE PARA DERIVAÇÃO DE ENERGIA DOS TRANSFORMADORES EM BAIXA TENSÃO, COM PLANTÃO TÉCNICO, COM DOIS ELETRICISTAS E CAMINHÃO CESTO ÁEREO ISOLADO NR-12, PARA OS TRÊS DIAS DE EVENTO DA FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARACIABA - FACIG EDIÇÃO 2019; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 27/08/19; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 27/08/19, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 14 de AGOSTO de 2019.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 165/2019 PMG

Publicação Nº 2123343

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
Edital Pregão Presencial: 165/2019 PMG  
Processo Licitatório: 165/2019 PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA DE ÁGUA, CONTROLE INTEGRADO E PRAGAS URBANAS (DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO) PARA OS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

COMUNICAMOS que está suspensa a abertura do Pregão Presencial nº 165/2019 PMG, para análise de impugnação. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 14 de agosto de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº. 394/2019

Publicação Nº 2123461

PORTARIA Nº. 394/2019  
Contrata Dineia Cristiane Marquesi Pimenta por meio do Concurso Público nº. 001/2019.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Dineia Cristiane Marquesi Pimenta, por meio do Concurso Público nº. 001/2019, no cargo de Assistente Social, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de agosto de 2019.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº. 395/2019

Publicação Nº 2123463

PORTARIA Nº. 395/2019  
Contrata Eduarda Marques Rodrigues por meio do Concurso Público nº. 001/2019.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Eduarda Marques Rodrigues, por meio do Concurso Público nº. 001/2019, no cargo de Assistente Social, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 09 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de agosto de 2019.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 396/2019**

Publicação Nº 2123464

PORTARIA Nº. 396/2019

Contrata Taisa Venturi por meio do Concurso Público nº. 001/2018.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Taisa Venturi, por meio do Concurso Público nº. 001/2018, no cargo de Professora de Música (20 horas semanais), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 07 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de agosto de 2019.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 397/2019**

Publicação Nº 2123465

PORTARIA Nº. 397/2019

Concede licença maternidade para Clarice Caldini Lemos.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Clarice Caldini Lemos, Professora de História (40 horas semanais), vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 14 de agosto de 2019, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de agosto de 2019.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CT 24/2019 TA 01

Publicação Nº 2123789

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 24/2019  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 33/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº.26/2019  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONTRATADO: MAURO ALBRECHT EIRELI

OBJETO: Fica acrescida a quantidade, conforme tabela abaixo de Material e Serviço (Aquisição de material e serviço para retirada de telhado existente e instalação de novo telhado, instalação de forro e calhas no Centro Municipal Poliesportivo, Recreativo e Cultural ( Rua São Paulo ) do município de Guarujá do Sul )

Item	Qtidade	Unid	Especificação	Marca	Prec Unit	Preco Total
6	200	M	Guia de madeira para forro 7,5 cm x 2,5 mm plainada 1 lado, em pinheiro	Mauro	5,25	1.050,00

Guarujá do Sul, SC, 14 de agosto de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 22/2019 TA 02

Publicação Nº 2123295

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 22/2019  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 31/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2019  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONTRATADO: METALURGICA E VIDRAÇARIA LDR LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência de execução constante na Clausula Primeira do Primeiro Termo Aditivo por mais 30 dias, fica alterado o objeto e os itens do Contrato passando a:

OBJETO: Aquisição de material e serviço para instalação de telhado com estrutura de metal, calhas de aluzinco, cerca em tubo, tela soldável e portão de elevação e abrir na Creche Municipal Fofura de Gente, Pré Escolar Balduino Antônio Heck, Núcleo Municipal de Ensino Arco Íris e Núcleo Municipal de Ensino Arco Íris Extensão Pessegueiro do município de Guarujá do Sul.

Item 14 - PORTÃO DE ELEVAÇÃO DE 3,20X6,00 METROS COM TUBOS 2" NA ESPESSURA 1,5MM, TUBOS INTERNOS 1" NA ESPESSURA 1,20, PINTURA EM ESMALTE SINTETICO NA COR AREIA / NUCLEO MUNICIPAL DE ENSINO ARCO IRIS

Item 16 - SERVIÇO PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS PORTÕES (01 PORTÃO DE ELEVAÇÃO DE 3,20X6,00 E 02 PORTÃO DE ABRIR DE 1,5X3,00 METROS ) NUCLEO MUNICIPAL DE ENSINO ARCO IRIS e também fica acrescida a quantidade, conforme tabela abaixo de Material e Serviço, além daquela prevista no Contrato nº. 22/2019 / Autorização de Fornecimento nº. 466/2019 e 468/2019.

Item	Unid	Especificação	Marca	Prec Unit	Valor ate 25%
14	Unid	PORTÃO DE ELEVAÇÃO DE 3,20X6,00 METROS COM TUBOS 2" NA ESPESSURA 1,5MM, TUBOS INTERNOS 1" NA ESPESSURA 1,20, PINTURA EM ESMALTE SINTETICO NA COR AREIA / NUCLEO MUNICIPAL DE ENSINO ARCO IRIS	LDR	1.877,64	469,41
16	Unid	SERVIÇO PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS PORTÕES (01 PORTÃO DE ELEVAÇÃO DE 3,20X6,00 E 02 PORTÃO DE ABRIR DE 1,5X3,00 METROS ) NUCLEO MUNICIPAL DE ENSINO ARCO IRIS	LDR	1.142,91	169,88

VALOR TOTAL R\$ 639,29

Guarujá do Sul, SC, 14 de agosto de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

# Guatambú

## PREFEITURA

### DECRETO 185 / 2019

Publicação Nº 2123405

DECRETO N. 185/2019 DO MÊS DE AGOSTO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal do Município de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 72, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº. 113/2018, e,

Considerando o resultado do processo Seletivo Público Simplificado n. 05/2018, de 11 de dezembro de 2018;

Considerando licença maternidade da Professora Eliamara Cansi;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente a senhora, Rosangela Schmidt, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade sob n. 3.978.827, inscrita no CPF sob n.022.934.599-93, residente e domiciliada junto ao Distrito Fazenda Zandavalli, SC 283, Loteamento Schmidt, na cidade Guatambu -SC, para ocupar o cargo de Professora 20 horas semanais junto a Escola Municipal Francisco Corá na Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, com vencimento de acordo com o Plano Municipal de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 12 de agosto de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

### DECRETO 185 / 2019

Publicação Nº 2123393

DECRETO N. 185/2019 DO MÊS DE AGOSTO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal do Município de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 72, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº. 113/2018, e,

Considerando o resultado do processo Seletivo Público Simplificado n. 05/2018, de 11 de dezembro de 2018;

Considerando licença maternidade da Professora Eliamara Cansi;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente a senhora, Rosangela Schmidt, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade sob n. 3.978.827, inscrita no CPF sob n.022.934.599-93, residente e domiciliada junto ao Distrito Fazenda Zandavalli, SC 283, Loteamento Schmidt, na cidade Guatambu -SC, para ocupar o cargo de Professora 20 horas semanais junto a Escola Municipal Francisco Corá na Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, com vencimento de acordo com o Plano Municipal de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 12 de agosto de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal



**PORTARIA 092 / 2019**

Publicação Nº 2123398

PORTARIA N. 092/2019 DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Frederico Dirceu Schwartz, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Públicos e Desenvolvimento Econômico, por um período de 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 03/04/2018 a 02/04/2019.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 07/08/2019 a 21/08/2019, com retorno em 22/08/2019.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 07 de agosto de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 094 / 2019**

Publicação Nº 2123401

PORTARIA N. 094/2019 DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

"Concede licença maternidade a servidora que menciona e dá outras providências".

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com os incisos IV e XXIV do artigo 72, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 12 de Fevereiro de 2001.

Considerando, atestado médico em anexo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Concede Licença Maternidade à servidora ELIAMARA CANSI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretária Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, iniciando em 09 de agosto de 2019, com término em 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu, 09 de agosto de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 095 / 2019**

Publicação Nº 2123402

PORTARIA N. 095/2019 DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Fábio Zottis, ocupante do cargo de Gerente de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 23/03/2017 a 22/03/2018.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 12/08/2019 a 26/08/2019, com retorno em 27/08/2019.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 12 de agosto de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 096 / 2019**

Publicação Nº 2123404

PORTARIA N. 096/2019 DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Eliane Machado de Paula, ocupante do cargo de Técnico em Higiene Bucal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 1 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 15/05/2018 a 14/05/2019.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 13/08/2019 a 22/08/2019, com retorno em 23/08/2019.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 13 de agosto de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 91 / 2019**

Publicação Nº 2123397

PORTARIA N. 91/2019 DO MÊS DE AGOSTO DE 2019

“Concede retorno de servidor que menciona e dá outras providências”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu - SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o artigo 72, da Lei Orgânica do Município e com o Art.76 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

### **RESOLVE:**

Art. 1º A servidora CAITANY APARECIDA SCHNEIDER, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, retorna de licença não remunerada.

Art. 2º O retorno ao trabalho se deu conforme solicitação da servidora, considerando que o prazo máximo da licença não remunerada findou na data de 01 de agosto de 2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu - Santa Catarina, 05 de agosto de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

## **PORTARIA N. 76/2019**

Publicação Nº 2124422

PORTARIA Nº 76/2019 de 14 de agosto de 2019.

Concede diárias a Vereador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei 1016 de 6 de abril de 2017;

Considerando que será realizado o 7º Congresso Nacional de Legislativos Municipais da UVB, de 20 a 23 de agosto de 2019;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. FIXAR, ao Vereador NORTON SOLOMÃO SCHNEIDER, a percepção de 3 (três) diárias, com o objetivo de participar do evento, tendo partida dia 20 de agosto às 07h30min., com retorno previsto para dia 22 de agosto, às 22h:15min., tendo como meio de transporte:

- Ida: de Chapecó a São Paulo e de São Paulo a Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; e:

- Retorno: de Brasília a São Paulo e de São Paulo a Chapecó – avião custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Conforme previsto, o valor da diária fica definido em R\$913,33 (novecentos e treze reais com trinta e três centavos), perfazendo o total de R\$2.739,99 (dois mil setecentos e trinta e nove reais com noventa e nove centavos) para participar do evento que trata o caput do art.1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 14 de agosto de 2019.  
Norton Solomão Schneider  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Carlos Henrique Marchiori  
1º Secretário do Poder Legislativo Municipal

## **PORTARIA N. 77/2019**

Publicação Nº 2124423

PORTARIA Nº 77/2019 de 14 de agosto de 2019.  
Concede diárias a Vereador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei 1016 de 6 de abril de 2017;  
Considerando que será realizado o 7º Congresso Nacional de Legislativos Municipais da UVB, de 20 a 23 de agosto de 2019;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. FIXAR, ao Vereador CARLOS HENRIQUE MARCHIORI, a percepção de 3 (três) diárias, com o objetivo de participar do evento, tendo partida dia 20 de agosto às 07h30min., com retorno previsto para dia 22 de agosto, às 22h:15min., tendo como meio de transporte:

- Ida: de Chapecó a São Paulo e de São Paulo a Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; e:
- Retorno: de Brasília a São Paulo e de São Paulo a Chapecó – avião custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Conforme previsto, o valor da diária fica definido em R\$913,33 (novecentos e treze reais com trinta e três centavos), perfazendo o total de R\$2.739,99 (dois mil setecentos e trinta e nove reais com noventa e nove centavos) para participar do evento que trata o caput do art.1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 14 de agosto de 2019.  
Norton Solomão Schneider  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Carlos Henrique Marchiori  
1º Secretário do Poder Legislativo Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 042/2019

Publicação Nº 2123516

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2019  
EXTRATO CONTRATO Nº 042/2019  
CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:  
VIAPAVI OBRAS E SERVIÇOS LTDA. ME

OBJETO: Execução de faixas de travessia elevada, em diversas ruas do município, com fornecimento de material e mão de obra

VALOR: R\$ 182.610,43 (cento e oitenta e dois mil, seiscentos de dez reais e quarenta e três centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.313/2018 de 28/12/2018.

Herval d'Oeste (SC), 02 de agosto de 2019.  
Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

Sigmundo Gomig  
Pela contratada

### LEI Nº 3353/2019

Publicação Nº 2123742

LEI Nº 3.353/2019  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE HERVAL D'OESTE-SC A PROCEDER A ANULAÇÃO DE LANÇAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTANTE NO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 031/2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste-SC, no USO de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Herval d'Oeste-SC, autorizado a anular os débitos fiscais lançados em desfavor do senhor João Pechelin Alves, que tenham origem no Auto de Infração nº 031/2018.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste-SC, 13 de agosto de 2019  
Mauro Sérgio Martini  
Prefeito Municipal em Exercício

### LEI Nº 3354/2019

Publicação Nº 2123753

LEI Nº 3.354/2019  
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-SC, DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEL QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a dar baixa do patrimônio público municipal dos seguintes bens móveis:

I - 01 (um) circulador marca Arno- inservível, patrimônio público nº 12448;

II- 01 (um) circulador marca Arno- inservível, patrimônio público nº 12449;

III-01 (um) circulador marca Arno- inservível, patrimônio público nº 12035;

IV- 01 (um) Nobreake, marca SMS- inservível, patrimônio público nº 8153;

V- 01(uma) cadeira fixa em ferro preto, assento estofado em tecido preto-inservível, patrimônio público nº 4909;

VI-01 (uma) cadeira giratória em ferro preto, estofado azul, inservível, patrimônio público nº 5189.

Parágrafo Único: Referidos bens serão leiloados em praça pública, juntamente com os demais bens já declarados inservíveis ao patrimônio público municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 13 de agosto de 2019.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito municipal em Exercício

## LEI Nº 3355/2019

Publicação Nº 2123771

LEI Nº 3.355/2019

“Autoriza o Município de Herval d' Oeste-SC e firmar Termo de Parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas –CDL, de Herval d' Oeste-SC para o evento que especifica.”

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d' Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas- CDL de Herval d' Oeste-SC, para conceder isenção de pagamento das taxas e emolumentos referente ao alvará de funcionamento para a realização do evento denominado BAZAR DO COMÉRCIO VAREJISTA DE HERVAL D' OESTE-SC que se realizará nos dias 06 e 07 de setembro de 2019, junto ao Centro de Eventos Senhor Bom Jesus, da cidade de Herval d' Oeste-SC.

Art. 2º A isenção constante no artigo 1º, estende-se a todas as empresas participantes do referido evento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 13 de agosto de 2019.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito municipal em Exercício

## TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 003/2019

Publicação Nº 2123513

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

Município de Otacílio Costa

B&P CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ/MF nº 07.052.006/0001-51

Rua Índio Pereira Ramos, 85 – Bairro Pinheiros.

CONTRATADA

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 003/2019 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Pelo presente instrumento a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 713.164.509-53, resolve retificar o termo aditivo Nº 045/2019, em especial a, cláusula primeira, retificando-se conforme segue abaixo:

...

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em 30 dias dos lotes 2,4 e 5 em conformidade com o parecer técnico, a contar da data de 02/08/2019,

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do contrato, que não conflitem com o presente, permanecendo em plena vigência, sendo o presente assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 14 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

CPF: 713.164.509-53

**TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 004/2019**

Publicação Nº 2123515

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d' Oeste  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE  
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
Município de Joinville  
AZ CONSTRUÇÕES LTDA. EPP.  
CNPJ/MF nº 73.461.170/0001-47  
Endereço: Rua General Câmara, nº 134 – Bairro Bom Retiro.  
CONTRATADA

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 004/2019 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Pelo presente instrumento a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 713.164.509-53, resolve retificar o termo aditivo nº 049/2019, em especial a, cláusula primeira, retificando-se especificamente, o item 2.4, conforme planilha abaixo:

...

Este termo aditivo tem por objeto a supressão de serviços e valores da planilha orçamentária contratual, devido a alterações nos projetos, em conformidade com o parecer técnico, conforme planilha abaixo:

AZ. Construções		Contratado			Supressão	
Item	Serviço	Unid.	Quant.	Total	Quant..%	Valor em R\$
2.0	Paisagismo					
2.4	Muda Acalifa	Unid.	450,00	535,50	100%	R\$ 535,50

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do contrato, que não conflitem com o presente, permanecendo em plena vigência, sendo o presente assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 14 de agosto de 2019.  
MAURO SÉRGIO MARTINI  
Prefeito em Exercício  
CPF: 713.164.509-53

# Ibiam

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 275/2019

Publicação Nº 2123799

PORTARIA Nº 275, DE 13 DE AGOSTO DE 2019  
"RETIFICA A PORTARIA Nº 263, DE 09 DE AGOSTO DE 2019"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que, houve equívocos no artigo 6º, da Portaria nº 263/2019;  
Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial; RESOLVE:

Art. 1º. No artigo 6º, da Portaria nº 263, de 09 de agosto de 2019,  
Onde lê-se: "Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 226, de 05 de julho de 2019."

Leia-se: "Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 080, de 20 de fevereiro de 2019 e na Portaria nº 226, de 05 de julho de 2019."

Art. 2º. Os demais dispositivos da Portaria nº 263/2019 permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE AGOSTO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

### PORTARIA Nº 276/2019

Publicação Nº 2123800

PORTARIA Nº 276, DE 13 DE AGOSTO DE 2019  
"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o disposto no Decreto nº 1636, de 31.07.2007, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeadas as servidoras Leila Aparecida Ramos Araldi, Giseli Seffer Alves de Anhaia e Letícia Branger Ferri, para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

Art. 2º - A Comissão terá a incumbência de efetuar aferição do Estágio Probatório dos servidores que ingressaram através de concurso público e estão exercendo suas atividades junto a Secretaria da Assistência Social.

Art. 3º - Para desempenhar suas funções, a Comissão poderá requisitar o apoio dos vários setores da Administração.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE AGOSTO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda



**PORTARIA Nº 277/2019**

Publicação Nº 2123803

PORTARIA Nº 277, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

Considerando o Contrato Administrativo nº 005/2019, celebrado com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA;

Considerando o Processo Licitatório nº 0024/2019 – Pregão Eletrônico nº 0018/2019 - Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e SALETE MARIA BALBINOTE, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	PROPONENTE VENCEDORA
Ata de Registro de Preços nº AT19CIM12457, referente fornecimento parcelado de materiais para fisioterapia e correlatos	METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Ata de Registro de Preços nº AT19CIM12545, referente fornecimento parcelado de materiais para fisioterapia e correlatos	PROMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

Art. 2º. Fica designada e nomeada substituta do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora JANETE TERRES.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE AGOSTO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

**Publicação e Registro:**

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____  Salette Maria Balbinote Fiscal	Ciente em: ____/____/____  Janete Terres Substituto do Fiscal
--------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------

**REUNIÃO COMUNITÁRIA 11.09.2019**

Publicação Nº 2124249

**MATERIAL PADRÃO PARA PUBLICAÇÕES**

Edital de convocação para Reunião Comunitária – Revisão do Plano Diretor

A Prefeitura Municipal de Ibiã, através deste edital, CONVIDA a população em geral para a participação popular na reunião comunitária de revisão do Plano Diretor de Ibiã, conforme descrito abaixo.

Reunião Comunitária

Data: 11 de setembro de 2019

Horário: 19h (dezenove horas)

Local: Centro de Múltiplo Uso - Endereço: Travessa Lido Tragancin (próximo a Unidade Básica de Saúde)

# Ibicaré

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035/2019 PM

Publicação Nº 2124137

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 035/2019

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 049/2019, Pregão Presencial nº 027/2019.

OBJETO: Contratação eventual e futura de empresa especializada no fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos para os veículos categorizados como leves, vans/camionetas, pesados, máquinas, conforme fabricantes e modelos pertencentes à frota de veículos.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC

FORNECEDOR: CESAR MURILO FLORES ME

VIGÊNCIA: 01 de agosto de 2020.

Ibicaré, SC, em 02 de agosto de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

### LEI COMPLEMENTAR Nº 050-2019

Publicação Nº 2123861

LEI COMPLEMENTAR Nº 050, de 14 de agosto de 2019

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 1.230, DE 15 DE MARÇO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de Ibicaré-SC:

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera a redação do art. 53 da Lei Complementar 1.230/00, o qual passará a ter a seguinte redação:

"Art. 53 – O servidor fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que podem ser gozadas, até o máximo de 3 (três) períodos decenais, no caso de necessidade do serviço.

§ 1º – Para o primeiro período aquisitivo completo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º – Decorrido, no mínimo, seis (06) meses da nomeação, o servidor fará jus a férias proporcionais".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 14 de agosto de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito Municipal

# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO 449/2019

Publicação Nº 2123884

DECRETO Nº 449 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17º, inciso II, da Lei Municipal 1.931 de 05/12/2018 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 25–Secretaria de Obras Transporte e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 002 - Departamentode Obras, Limpeza Urbana e Drenagem

Funcional-programática: 15.451.0010

Projeto: 1.005–Pavimentação e Drenagem de Ruas, Reurbaniz. e Revitalização

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/169

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior, será coberto com recurso proveniente da anulação parcial da dotação abaixo descrita, na mesma importância:

Órgão: 25 – Secretaria de Obras Transporte e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 002 - Departamento de Obras, Limpeza Urbana e Drenagem

Funcional-programática: 15.451.0010

Projeto: 1.005 – Pavimentação e Drenagem de Ruas, Reurbaniz. e Revitalização

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/165

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 14 de Agosto de 2019.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal de Ilhota

### LEI ORDINÁRIA 1963/2019

Publicação Nº 2124187

Lei Ordinária nº 1963/2019

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido reajuste, a título de revisão geral anual, no percentual de 3,31% (Três vírgula trinta e um por cento), ao subsídio dos Vereadores e à remuneração dos Servidores do Poder Legislativo, incluindo os inativos.

Parágrafo único. O reajuste será aplicado a partir da folha de pagamento de julho de 2019.

Art. 2º. O percentual aplicado tem por base a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no período compreendido entre julho de 2018 a junho de 2019.

Art. 3º. Fica reajustado em 3,31% (Três vírgula trinta e um por cento) o valor do vale-alimentação dos servidores ativos do Poder Legislativo, concedido com suporte na Lei Municipal nº 1745/2013.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei são oriundas de determinação constitucional e correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Ilhota.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2019.

Ilhota, 14 de agosto de 2019.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 126/2019**

Publicação Nº 2123323

PORTARIA Nº 126/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

**RESOLVE**

EXONERAR, a Sra. Daniela Chitz Chaves Miranda, do cargo de COORDENADOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de agosto de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 14 de agosto de 2019.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 127/2019**

Publicação Nº 2123325

PORTARIA Nº 127/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

**RESOLVE**

NOMEAR, a Sra. Valéria da Costa da Silva, no cargo de COORDENADORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VÓ VARDÁ, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de agosto de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 14 de agosto de 2019.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 058, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2123567

DECRETO Nº. 058, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a Abrir Crédito Suplementar de Remanejamento ao Orçamento do Poder Executivo, exercício 2019, na importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	21	1.000	Aplicações Diretas	130.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	119	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	122	1.000	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	131	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
Total				210.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.010	CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÕES, CONSORCIOS E FEDERAÇÕES DE MUNICIPIOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	28	1.000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	30.000,00
PROJ/ATIV. – 2.040	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	29	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	30	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	31	1.000	Aplicações Diretas	50.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	32	1.000	Aplicações Diretas	55.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO - GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	126	1.000	Aplicações Diretas	30.000,00
Total				210.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 14 de agosto de 2019.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.



**DECRETO Nº. 059, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123568

DECRETO Nº. 059, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ADICIONAL ESPECIAL, EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar adicional/especial, ao orçamento do Poder Executivo, exercício 2019, na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. –	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00		1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00		1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
Total do Órgão				60.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.010	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA A FROTA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	138	1.000	Aplicações Diretas	60.000,00
Total do Órgão				60.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 14 de agosto de 2019.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

**DECRETO Nº. 060, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123569

DECRETO Nº. 060, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a Abrir Crédito Suplementar de Remanejamento ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2019, na importância de R\$ 691.000,00 (seiscentos e noventa e um mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
PROJ/ATIV. – 2.1000	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.002	Aplicações Diretas	591.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.104	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA – ESF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	68	1.002	Aplicações Diretas	100.000,00
				691.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			

PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	47	1.002	Aplicações Diretas	691.000,00
				691.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 15 de agosto de 2019.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

## LEI Nº. 2.082, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2123565

LEI Nº. 2.082, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a Abrir Crédito Suplementar de Remanejamento ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2019, na importância de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
PROJ/ATIV. – 2.1000	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.002	Aplicações Diretas	600.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.104	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA – ESF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	68	1.002	Aplicações Diretas	100.000,00
				700.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	47	1.002	Aplicações Diretas	700.000,00
				700.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2019.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 14 de agosto de 2019.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.



# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA PROCESSO Nº 70/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019 (PMI-SEAD)

Publicação Nº 2124438

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD.  
COMUNICADO.

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através de sua Pregoeira Oficial torna público, o fim da suspensão e a Retificação do Processo Licitatório nº 70/2019 Pregão Presencial nº 50/2019, tendo como sua nova forma de julgamento do tipo Menor preço, aferido a partir da menor taxa de comissão a ser paga pelo Comitente (Administração) ao Leiloeiro Público Oficial, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO, SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, LOGÍSTICO E JURÍDICO PRESENCIAL E NA FORMA ELETRÔNICA NO QUE SE REFERE À VENDA DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INSERVÍVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA/SC".

A nova data da sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 28 de AGOSTO de 2019, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência

Imbituba, 15 de agosto de 2019.  
Emanuele Martins Ávila  
Pregoeira Oficial  
(Suplente)

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 88/2019 DISPENSA Nº 15/2019 (PMI-SEDETUR)

Publicação Nº 2124452

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 88/2019  
DISPENSA Nº 15/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DA DECORAÇÃO E SERVIÇOS CORRELATOS, PARA ATENDER OS EVENTOS PROMOVIDOS E APOIADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO.

Contratado: Lair Schotten Schuelter.

CNPJ: 00.109.792/0001-37

Valor: R\$ 20.890,00 (Vinte mil, oitocentos e noventa reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, inciso V da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 15 de agosto de 2019.  
Carina Genovez Ferreira  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico.

### LEI COMPLEMENTAR N.º 5.050, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124468

LEI COMPLEMENTAR N.º 5.050, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Cria vaga no Anexo I da Lei Complementar nº 3.135, de 25 de julho de 2007, que autoriza o Poder Executivo Municipal a criar empregos públicos objetivando operacionalizar a execução de programas descentralizados na área da saúde pública e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada 01 (uma) vaga de emprego público de "Técnico de Saúde Bucal", no Anexo I da Lei Complementar nº 3.135, de 25 de julho de 2007, conforme especificado no Anexo A, desta Lei:

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini  
Administrador

#### ANEXO A

#### Quadro Suplementar de Empregos Públicos

(Art.1º da LC nº 3.135, de 25-07-2007)

(Redação Alterada pela Lei Complementar nº 5.050/2019)

Programas	Empregos Públicos	Vagas	Jornada (h)	Requisitos	Salário (R\$)
Estratégia Saúde da Família - ESF	Médico – ESF	16	40	Curso superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC	6.824,68
	Fisioterapeuta – ESF	2	40		2.154,87
	Psicólogo - ESF	2	40		2.154,87
	Assistente Social – ESF	1	40		2.154,87
	Fonoaudiólogo – ESF	1	40		2.154,87
	Auxiliar de Enfermagem – ESF	18	40	Curso de ensino médio, com curso específico de formação e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC	998,00
	Enfermeiro – ESF	4	40	Curso superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	2.778,44
	Técnico de Enfermagem – ESF	8	40	Curso de ensino médio, com curso específico de formação e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	1.444,10
	Motorista – ESF	5	40	Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e CNH "D" ou superior.	998,00
Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS	Agente Comunitário de Saúde – PACS	100	40	I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; II - haver concluído o ensino fundamental.	1.250,00
	Enfermeiro – PACS	13	40	Curso superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC	2.788,44
Programa Saúde da Família/Bucal – ESF/ Bucal	Odontólogo – PSFB	9	40	Curso superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	3.384,10
	Técnico em Higiene Bucal – PSFB	2	40	Curso técnico de ensino médio, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	1.218,51
	Atendente de Consultório Odontológico – PSFB	9	40	Curso de ensino médio, com curso específico de formação e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	998,00
Programa Brasil Sorridente (Centro de Especialidades Odontológicas – CEO)	Odontólogo (Periodontia) – CEO	1	40	Curso superior e da especialidade exigida, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	3.384,10
	Odontólogo(Endodontia) – CEO	2	40		3.384,10
	Odontólogo (Cirurgia) – CEO	1	40		3.384,10
	Técnico em Higiene Bucal – CEO	2	40	Curso técnico de ensino médio, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	1.218,51
	Atendente de Consultório Odontológico – CEO	3	40	Curso de ensino médio e curso específico de formação	998,00
Programa de Saúde Mental (Centro de Atenção Psico-Social – CAPS)	Médico (Psiquiatra) e ou formação em Saúde Mental – CAPS	1	20	Curso superior e da especialidade exigida, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC	3.412,34
	Assistente Social – CAPS	1	40	Curso superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	2.154,87
	Enfermeiro – CAPS	1	40		2.154,87
	Farmacêutico – CAPS	1	40		2.154,87
	Psicólogo – CAPS	1	40		2.154,87
	Pedagogo – CAPS	2	40	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.	2.154,87
	Auxiliar de Enfermagem – CAPS	2	40	Curso de ensino médio, com curso específico de formação e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	998,00
	Agente Administrativo – CAPS	1	40	Curso de ensino médio	1241,38
	Servente Merendeira – CAPS	1	40	Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental.	998,00

Programa de DST e AIDS	Médico (Clínico Geral) – DST	1	20	Curso superior e da especialidade exigida, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	3.412,34
	Médico (Psiquiatra) – DST	1	20		3.412,34
	Assistente Social – DST	1	40	Curso superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	2.154,87
	Psicólogo – DST	1	40		2.154,87
	Auxiliar de Enfermagem - DST	1	40	Curso de ensino médio, com curso específico de formação e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC	998,00
	Digitador – DST	1	40	Curso de ensino médio e conhecimentos de informática.	998,00
	Auxiliar de Laboratório -DST	1	40	Conclusão do ensino médio e curso específico de formação	998,00
Programa de Combate ao Aedes Aegypti (Dengue)	Agente de Combate às Endemias - PCAA	10	40	Haver concluído o ensino fundamental.	1.250,00
	Digitador – PCAA	1	40	Curso de ensino médio e conhecimento de informática	998,00
	Técnico em Vigilância Sanitária - PCCA	3	40	Curso de ensino médio e curso específico de formação	1.218,51
Núcleo de Apoio a Saúde – NASF	Pediatra – NASF	1	20	Curso superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	3.412,34
	Psiquiatra – NASF	1	20		3.412,34
	Professor Ed.Física – NASF	1	40	Curso Superior com licenciatura plena na área de atuação.	2.154,87

**LEI N.º 5.046, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124010

LEI N.º 5.046, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Altera o caput do Art. 1º e a Ementa da Lei n.º 5.033, de 18 de junho de 2019, que Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Associação Beneditina da Divina Providência, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 5.033, de 18 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Sociedade Beneficente São Camilo – Hospital São Camilo, e dá outras providências.”

Art. 2º O caput do Art.1º da Lei Ordinária nº Lei n.º 5.033, de 18 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro e firmar convênio com a Sociedade Beneficente São Camilo – Hospital São Camilo, inscrita no CNPJ sob nº 60.975.737/0092-99, conforme segue abaixo:”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

**LEI N.º 5.047, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124065

LEI N.º 5.047, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a receber em doação os bens móveis que especifica, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação sem encargos, da empresa Manuchar Comércio Exterior Ltda, sediada na Via Marginal BR 101, KM 277 - Alto Arroio, Imbituba - SC, 88780-000, inscrita no CNPJ nº 86.907.235/0003-49, material relativo à construção de Tubulação para adutora de água bruta.

Art. 2º Os bens de que trata a presente Lei estão assim discriminados:

I - 01 Curva 22º com bolsas JGTI DN500 sem Colarete para travamentos externos (CÓD-C22JGSTI 500);

II - 03 Curva 45º com bolsas JGTI DN500 sem Colarete para travamentos externos (CÓD- C45JGSTI 500);

III - 02 Luva de Correr junta Mecânica 03 (CÓD-LCRJM 500 354);

IV - 564 Tubo Ponta e Bolsa K9 (CÓD-TK9JGS 500 6000); e

V - 156 Tubo Ponta e Bolsa K9 com travamento interno (CÓD-TK9JGSTI 500 6000).

Art. 3º Fica proibida a venda ou troca com terceiros dos bens recebidos, devendo estes serem utilizados de forma exclusiva conforme estabelecido nesta Lei.

Art. 4º Em atendimento ao Ordenamento Tributário, o recebimento das doações que esta Lei autoriza deve constar de declaração específica de Impostos sobre Doação e Causa Mortis-ITCMD.

Art.5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações pertencentes ao orçamento municipal vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

## **LEI N.º 5.048, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124077

LEI N.º 5.048, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contratos ou convênios com instituições financeiras e operadoras de meios eletrônicos para viabilizar os recebimentos de créditos municipais por cartão de crédito e débito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio ou contrato com instituições financeiras e operadoras de meios eletrônicos de pagamento com a finalidade de viabilizar o recebimento de créditos municipais da Administração Direta e Indireta, inscritos ou não em dívida ativa, tratando-se de impostos, taxas, contribuição de melhoria, todo e qualquer tributo, por cartão de crédito ou débito. Parágrafo único. Nos pagamentos via cartão de crédito ou débito, o Poder Executivo fica autorizado a pagar a taxa de administração da operadora e mensalidade do equipamento se houver.

Art. 2º Os parcelamentos efetivados com a opção de quitação por cartão de crédito serão homologados na aprovação de crédito pela operadora de acordo com o seu limite, nos termos da contratação.

Art. 3º Fica autorizado o recebimento pelo Município dos valores descritos no art. 1º, de forma parcelada, em até 10 (Dez) vezes no cartão de crédito, com acréscimos que a Legislação Tributária Municipal vigente fizer incidir no caso de pagamento parcelado de acordo com o mínimo de parcelas instituído na Lei de cobrança.

Parágrafo único. A parcela única do Imposto Territorial Urbano (IPTU), assim como qualquer tributo, taxa ou imposto que incidir desconto, não poderá ser parcelado, somente debitado.

Art. 4º A Secretaria da Fazenda poderá expedir Instruções Normativas, objetivando disciplinar a aplicação da legislação relativa ao pagamento de tributos municipais por cartão de crédito ou débito.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

**LEI N.º 5.049, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124083

LEI N.º 5.049, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$293.809,51 (duzentos e noventa e três mil, oitocentos e nove reais e cinquenta e um centavos) para reforço de dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0011-2.029		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0121)	Aplicações Diretas	293.809,51
Total		293.809,51

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA		
Pavimentação de Vias Públicas		
15.451.0011-1.011		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0109)	Aplicações Diretas	263.809,51
Humanização de Praças e Vias Públicas		
15.451.0011-1.012		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0117)	Aplicações Diretas	30.000,00
Total		293.809,51

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

**LEI N.º 5.051, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124475

LEI N.º 5.051, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dá nova redação aos arts. 15 e 18 da Lei nº 4.685, de 11 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a concessão de recursos para a realização de despesas no regime de Adiantamento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do caput do Art. 15. da Lei nº 4.685, de 11 de fevereiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. As prestações de contas de recursos concedidos a título de adiantamento serão examinadas e apreciadas por servidor da Secretaria da Fazenda, designado por portaria, que deverá elaborar parecer e posteriormente, remeter ao Órgão responsável pela Contabilidade Pública para contabilização e arquivamento daquelas consideradas regulares.”

Art. 2º Fica alterada a redação do Art. 18 da Lei nº 4.685, de 11 de fevereiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. No exame e apreciação das prestações de contas, a Secretaria da Fazenda, por meio do servidor designado por portaria, solicitará quando necessário, o responsável para esclarecer dúvidas surgidas.

§ 1º Se o interessado não atender ao pedido de esclarecimento no prazo de 10 (dez) dias úteis, a Secretaria da Fazenda, por meio do servidor designado por portaria, determinará que lhe seja susinado o novo adiantamento, além de outras medidas que julgar necessárias à regularização do assunto.

§ 2º Se os esclarecimentos prestados não forem julgados suficientes, ou se o interessado não atender ao pedido de esclarecimento, poderá a Secretaria da Fazenda, por meio do servidor designado por portaria, glosar as despesas impugnadas, determinando que o responsável promova o recolhimento de importância igual à soma dos comprovantes glosados, de imediato.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini  
Administrador

## LEI N.º 5.052, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124485

LEI N.º 5.052, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dá nova redação à Ementa e aos Arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 4.869, de 07 de dezembro de 2017, que Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 4.869, de 07 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, e dá outras providências."

Art. 2º O Art.1º Lei nº 4.869, de 07 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal, no âmbito do programa 'Avançar Cidades'."

Art. 3º O Art.3º da Lei nº 4.869, de 07 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, com recursos do Programa Avançar Cidades, até o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)."

Art. 4º O Art.4º da Lei nº 4.869, de 07 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Para dar continuidade ao Programa Avançar Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de Lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados."

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini  
Administrador

## PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 226/2019

Publicação Nº 2123693

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PMI/SEAD Nº 226/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 515/2019, para exercer a função temporária de MÉDICO ORTOPEDISTA, habilitado pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 06/2019.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
SÉRGIO VALÉRIO ESCOBAR	MÉDICO ORTOPEDISTA	461.066.509-34

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, o servidor entra em exercício em 14/08/2019.



Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 227/2019

Publicação Nº 2123708

### PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 227/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 647, de 24 de julho de 2019, para exercer o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVA, habilitado (a) pelo Concurso Público Edital nº 01/2016,

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
FERNANDA DA COSTA FERRAZ	AGENTE ADMINISTRATIVA	064.456.009-64

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 19/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 735/2019

Publicação Nº 2123836

PORTARIA PMI/SEAD Nº 735, de 14 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD nº 429, de 10 de julho de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 13.737/2019 e na legislação em vigor;

### RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD nº 429, de 10 de julho de 2018, da servidora, Sra. MARIA JOSÉ MATOS DE LIMA, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 801.460.589-68, admitida em 04 de julho de 2008, contrato nº 4521, referente ao quinquênio devido, com período remodelado em virtude de afastamentos e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2015 (período remodelado)	04.07.2018 a 02.08.2018
	02.01.2019 a 31.01.2019
	01.08.2019 a 30.08.2019 (nova fruição)



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 736/2019

Publicação Nº 2124418

PORTARIA PMI/SEAD Nº 736, de 14 de agosto de 2019.

Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, admitida em 22 de abril de 2019 através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 328/2019, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Andreza de Sá de Souza Figueredo	Professora II - 40h	041.456.399-95	14/08/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 14 de agosto de 2019.

Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 001/2019

Publicação Nº 2124425

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 001, de 13 de agosto de 2019.

Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Implantação de Pavimentação Asfáltica da Rua Antônio Manoel de Oliveira, Vila Nova, Imbituba/SC, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução da obra de Implantação de Pavimentação Asfáltica da Rua Antônio Manoel de Oliveira, Vila Nova, Imbituba/SC, por meio do processo Licitatório nº 69/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Engº. Civil LUIZ LUAN DA COSTA, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante, e que, será substituído em suas ausências e em seus impedimentos, pelo servidor Engº. Civil HECTOR PACHECO SIDURO.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado, ou na ausência deste, o fiscal substituto, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba-SC, 13 de agosto de 2019.  
ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO  
Secretária da SEDURB

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1296/19

Publicação Nº 2123491

. DECRETO Nº 1296/19  
. De 14 de agosto de 2019  
INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, demais dispositivos legais em vigor e considerando Parecer Final da Sindicância instaurada pela Portaria nº 32/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto da Lei Complementar 105/10, para apuração da conduta do Coordenador do Abrigo Institucional Dr. Ademar Keunecke, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Barbara Roedel Berri
- Jucinara Leila Machado Kobashikawa
- Rodolfo Schirmer

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto, para a conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 300,00 (trezentos reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea "d" e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### DECRETO Nº 1297/19

Publicação Nº 2123763

. DECRETO Nº 1297/19  
. De 14 de agosto de 2019  
Dispõe sobre a Nomeação de Comissão de Regularização Fundiária Urbana – (REURB) do Município de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor e,

Considerando a Lei Complementar nº 225/2019 que estabelece procedimentos para tramitação e análise de processos de Regularização Fundiária Urbana e o Decreto nº 1263/19 que regulamenta a LC nº 225/19:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a comissão objetivando conduzir o procedimento administrativo de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) no âmbito municipal, composta pelos Membros abaixo:

- I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, responsável pela análise urbanística dos processos de Reurb – EDUARDO HENRIQUE DALLABONA KRUCZINSKI;
- II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Urbanização e Meio Ambiente, responsável pela análise ambiental dos processos de Reurb - SERGIO FEUSER;
- III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, responsável pela análise social dos processos de Reurb - SIMONE FOURLAN NANDI;
- IV – 01 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município, responsável pela análise jurídica dos processos de Reurb – RICARDO JOSÉ ANDRIETTI;

Parágrafo único. Ficará a cargo do servidor indicado no inciso I a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## DECRETO Nº 1298/19

Publicação Nº 2123779

. DECRETO Nº 1298/19

. De 14 de agosto de 2019

Altera Decreto nº 1263/19 / Dispõe sobre a Nomeação de Comissão para Processo de Escolha para Direção das Escolas Básicas e Unidades Infantil da Rede Pública do Município de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a nomeação da comissão para estudo do processo de escolha para o cargo de diretor das Escolas e Unidades, a comissão irá estudar como proceder com o processo de acordo com a legislação vigente e realidade da rede municipal de ensino:

- Ana Paula de Oliveira Iten – Diretora de Unidade de Educação Infantil
- Clarice Pasqualina Ferrari – Diretora de Escola Básica Municipal
- Jairo Gebien – Secretário de Educação
- Joice Bachmann Busnardo – Diretora Administrativa
- Manoel Felipe Boaventura – Chefe de Gabinete
- Priscila Elaine Ehrat Cardozo – Coordenação Geral Administrativa
- Shirlei Cavilia Camilotti – Coordenação Departamento de Recursos Humanos

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 14 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## DECRETO Nº 1299/19

Publicação Nº 2123860

. DECRETO Nº 1299/19

. De 14 de agosto de 2019

Nomeia Comissão de Estudos do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Lei Complementar nº 113/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Estudos da Lei Complementar nº 113 de 2011 do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação de Indaial, os servidores abaixo relacionados:

- Camila do Amaral – Coordenação de Materiais e Orçamentos
- Camila Klug de Oliveira – Coordenação Pedagógica Educação Infantil
- Elke Petters Dallabrida – Diretora de Ensino
- Jairo Gebien – Secretário de Educação
- Joice Bachmann Busnardo – Diretora Administrativa
- Leila Daiana Martina - Psicopedagoga
- Luciane Daniele Packer – Coordenação Pedagógica Anos Iniciais
- Patricia Blunck – Professora Anos Iniciais
- Priscila Elaine Ehrat Cardozo – Coordenação Geral Administrativa
- Shirlei Cavilia Camilotti – Coordenação Departamento de Recursos Humanos

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 1300/19**

Publicação Nº 2124219

. DECRETO Nº 1300/19  
. De 14 de agosto de 2019  
ANULA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.620/18,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS) da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
10.003.0018.0541.0010.1420.33390000000000000000	01645502	400.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
10.003.0018.0541.0010.1420.34490000000000000000	01645502	400.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 146-2019**

Publicação Nº 2123407

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 146/2019

CONTRATADA: HEKO CIENTÍFICA – PRODUTOS E EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS EIRELI.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de testes para bioquímica, imunologia e marcador tumoral, incluindo o comodato do equipamento para realização dos testes.

VALOR: R\$ 349.000,00 (trezentos e quarenta e nove mil reais).

PRAZO: 17 de julho de 2019 até 17 de julho de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 17/07/2019.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 150-2019**

Publicação Nº 2123508

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 150/2019

CONTRATADA: ROBERTO HUBNER

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação de oficina Master Class de violino e viola, ministrada pelo profissional Roberto Hubner.

VALOR: R\$ 1.750,00

PRAZO: 19 de julho de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 19/07/2019.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 154-2019**

Publicação Nº 2123504

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 154/2019

CONTRATADA: AGNOLO & MADALOZZO FORMAÇÃO MUSICAL LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação da empresa Agnolo e Madalozzo Formação Musical Ltda para ministrar oficina de musicalização para educadores, ministrada pela profissional Vivian Dell Agnolo Barbosa.

VALOR: R\$ 1.884,00

PRAZO: 30 de julho de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 30/07/2019.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 155-2019**

Publicação Nº 2123502

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 155/2019

CONTRATADA: CORPORAÇÃO MUSICAL AMIGOS DO VALE.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação da Corporação Musical Amigos do Vale para apresentações culturais a se realizar no Município de Indaial.

VALOR: R\$ 8.100,00

PRAZO: 31 de julho de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2019.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 164-2019**

Publicação Nº 2124033

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 164/2019

CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de pavimentação e reurbanização da Praça do Pavilhão Municipal de Eventos, conforme Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos, constantes nos anexos III, IV e V, respectivamente, do edital mencionado na Cláusula Primeira.

VALOR: R\$ 1.628.215,62 (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil, duzentos e quinze reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 06 de agosto de 2019 até 06 de dezembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 06/08/2019.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 166-2019**

Publicação Nº 2123945

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 166/2019

CONTRATADA: JOÃO EDUARDO TRISKA DOS SANTOS.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação do guitarrista e produtor musical Rafa Schuller para ministrar workshops no formato de palestra, para a população interessada no seguimento.

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

PRAZO: 07 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2019.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 167-2019**

Publicação Nº 2124042

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 167/2019

CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação de empresa para a realização da elaboração, aplicação/ execução e julgamento de processo seletivo para a seleção de profissionais, com previsão de 1.400 (um mil e quatrocentos) candidatos, dos cargos mencionados a seguir: Prof. de Ciências, Prof. de Geografia, Prof. de Matemática, Prof. de Artes, Prof. de Ed. Física, Prof. de Ed. Infantil, Prof. de Ens. Fundamental, Prof. de Ensino Religioso, Prof. de História, Prof. de Inglês, Prof. de Português, Prof. de Educação Especial I e II, Auxiliar de Creche, Monitor de Transporte Escolar, Auxiliar de Sala.

VALOR: R\$ 67.340,00 (sessenta e sete mil, trezentos e quarenta reais).

PRAZO: 07 de agosto de 2019 até 07 de agosto de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2019.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 169-2019**

Publicação Nº 2124049

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 169/2019

CONTRATADA: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de serviços de telefonia fixa.

VALOR: R\$ 21.650,00 (vinte e um mil, seiscentos e cinquenta reais).

PRAZO: 07 de agosto de 2019 até 07 de agosto de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2019.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 170-2019**

Publicação Nº 2124331

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 170/2019

CONTRATADA: IMPÉRIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de computadores para a Polícia Civil do Município de Indaial.

VALOR: R\$ 11.760,00 (onze mil, setecentos e sessenta reais).

PRAZO: 08 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2019.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 171-2019**

Publicação Nº 2124346

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 171/2019

CONTRATADA: RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de computadores para os Bombeiros Militares do Município de Indaial.

VALOR: R\$ 13.623,00 (treze mil, seiscentos e vinte e três reais).

PRAZO: 08 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2019.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 172-2019**

Publicação Nº 2124350

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 172/2019

CONTRATADA: FRANCIELE CRISTINE LAMIN.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de nobreaks para a Polícia Civil do Município de Indaial.

VALOR: R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).

PRAZO: 08 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2019.

**PORTARIA Nº 1534/19**

Publicação Nº 2123809

PORTARIA Nº 1534/19

De 12 de agosto de 2019

Torna sem Efeito a Portaria nº 1236/19

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando que a candidata não Tomou Posse no prazo legalmente previsto, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 1236/19, que nomeou para o provimento do cargo efetivo de Fisioterapeuta 30 h/s, Flávia Letícia dos Santos.

Prefeitura de Indaial, em 12 de agosto de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1535/19**

Publicação Nº 2123814

PORTARIA Nº 1535/19

De 12 de agosto de 2019

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 3670 de 18 de dezembro de 2007 que criou o cargo de Fisioterapeuta e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:



Nomear para o provimento do cargo efetivo de Fisioterapeuta, 30 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Larissa Oliveira Fredrich, aprovada em 6º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 12 de agosto de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

## PORTARIA Nº 1543/19

Publicação Nº 2123815

PORTARIA Nº 1543/19

De 12 de agosto de 2019

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4530 de 18 de novembro de 2011 que criou o cargo de Engenheiro Civil e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Engenheiro Civil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Vitor Hoffmann Passero, aprovado em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 12 de agosto de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

## PORTARIA Nº 1544/19

Publicação Nº 2123817

PORTARIA Nº 1544/19

De 12 de agosto de 2019

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4530 de 18 de novembro de 2011 que criou o cargo de Motorista e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Motorista, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Paulo Cesar Rubio, aprovado em 5º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 12 de agosto de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1545/19**

Publicação Nº 2123820

PORTARIA Nº 1545/19  
De 12 de agosto de 2019  
Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4267 de 21 de dezembro de 2010 que criou o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, José Carlos Mandel, aprovado em 59º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 12 de agosto de 2019.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

JOSILENE DARUGNA  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 48/19**

Publicação Nº 2124355

. PORTARIA Nº 48/19  
. De 14 de agosto de 2019  
Coloca a disposição o Servidor Claudio Fernando de Souza / Secretaria de Educação.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,  
RESOLVE:

Art. 1º - Colocar a disposição da Secretaria de Educação, o Servidor Claudio Fernando de Souza, ocupante do cargo de Motorista, que desempenhará suas funções junto a Secretaria de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 19 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2019.  
André Luiz Moser  
Prefeito  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 49/19**

Publicação Nº 2124357

. PORTARIA Nº 49/19  
. De 14 de agosto de 2019  
Coloca a disposição o Servidor Maykel Cardozo Lopes / Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,  
RESOLVE:

Art. 1º - Colocar a disposição da Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente, o Servidor Maykel Cardozo Lopes, ocupante do cargo de Motorista de Microônibus, que desempenhará suas funções junto a Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 19 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2019.  
André Luiz Moser  
Prefeito  
Cumpra-se

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2019**

Publicação Nº 2123262

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 179/2019  
Edital de Tomada de Preços nº 002/2019-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Construção de arquibancada para o ginásio poliesportivo do PAME, condicionada ao convênio com o Estado de Santa Catarina, conforme Programa nº 2019008002 e Proposta de Convênio nº 21598/2019.

Entrega dos envelopes: 02/09/2019 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 02/09/2019 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic4@indaial.sc.gov.br, e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/2019**

Publicação Nº 2123264

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 180/2019  
Edital de Tomada de Preços nº 003/2019-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Reforma piso da quadra poliesportiva e conclusão do piso da quadra multiuso dos Ginásios do PAME, condicionada ao convênio com o Estado de Santa Catarina, conforme Programa nº 2019008002 e Proposta de Convênio nº 21598/2019.

Entrega dos envelopes: 02/09/2019 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 02/09/2019 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic4@indaial.sc.gov.br, e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2019**

Publicação Nº 2123266

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 181/2019  
Edital de Tomada de Preços nº 004/2019-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Reforma do piso da quadra esportiva do Ginásio Sérgio Luiz Petters, condicionada ao convênio com o Estado de Santa Catarina, conforme Programa nº 2019008002 e Proposta de Convênio nº 21598/2019.

Entrega dos envelopes: 03/09/2019 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 03/09/2019 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic4@indaial.sc.gov.br, e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

# Iomerê

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE Nº 07/2019

Publicação Nº 2123831

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Inexigibilidade de Licitação nº 07/2019

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de pessoa física para acompanhamento de execução de obra.

Fornecedor: ELISANDRA MARA BARETTA.

Valor: R\$ 6.294,00 (seis mil duzentos e noventa e quatro reais).

Iomerê, 14 de agosto de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019

Publicação Nº 2123445

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 36/2019

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 36/2019 para aquisição de gêneros alimentícios. A abertura das propostas se dará no dia 28/08/2019 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 14 de agosto de 2019.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### CONTRATO 126/2019-PMI

Publicação Nº 2124196

14/08/2019 31/10/2019 14/08/2019 2544 126/2019 0 1 "REF: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO ELÉTRICO NA PRAÇA GERALDO CLEMENTE DIECKMANN.

CONFORME CONTRATO Nº 126/2019-PMI" 2900,00 101969 AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME J 1 0 0 1103 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATOS 123 A 125/2019-PMI

Publicação Nº 2124188

12/08/2019 12/08/2020 12/08/2019 2019 49 2540 122/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a prestação de serviços de mão de obra de pavimentação de lajotas sextavadas em concreto e paver em concreto para pavimentação de áreas publicas, conforme especificações constantes no ANEXO "D" deste Edital. 45000,00 101530 VALMOR CORREA DRUM - ME J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 28 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

12/08/2019 12/08/2020 12/08/2019 2019 47 2541 123/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para a locação e instalação de estruturas em tendas, camarins, equipes de segurança e banheiros químicos para a FEIRA CULTURAL DE IPIRA - EXPO IPIRA a realizar-se de 04 a 06 de outubro de 2019, e equipes de segurança e banheiros químicos para o MATE SHOW dia 15 de agosto de 2.019 e equipes de segurança e banheiros químicos para o EVENTO DA NOITE DAS LANTERNAS dia 30 de novembro de 2.019, (conforme detalhamento nos anexos des 5832,00 8157 BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA -ME J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 7 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

12/08/2019 12/08/2020 12/08/2019 2019 47 2542 124/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para a locação e instalação de estruturas em tendas, camarins, equipes de segurança e banheiros químicos para a FEIRA CULTURAL DE IPIRA - EXPO IPIRA a realizar-se de 04 a 06 de outubro de 2019, e equipes de segurança e banheiros químicos para o MATE SHOW dia 15 de agosto de 2.019 e equipes de segurança e banheiros químicos para o EVENTO DA NOITE DAS LANTERNAS dia 30 de novembro de 2.019, (conforme detalhamento nos anexos des 12900,00 102086 SOFEC SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 7 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

12/08/2019 12/08/2020 12/08/2019 2019 47 2543 125/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para a locação e instalação de estruturas em tendas, camarins, equipes de segurança e banheiros químicos para a FEIRA CULTURAL DE IPIRA - EXPO IPIRA a realizar-se de 04 a 06 de outubro de 2019, e equipes de segurança e banheiros químicos para o MATE SHOW dia 15 de agosto de 2.019 e equipes de segurança e banheiros químicos para o EVENTO DA NOITE DAS LANTERNAS dia 30 de novembro de 2.019, (conforme detalhamento nos anexos des 132906,00 102886 CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 7 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### Decreto nº 112/2019

Publicação Nº 2123219

DECRETO Nº 112 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS (APÓS OS RECURSOS) DOS CANDIDATOS INSCRITOS, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado da Prova de Títulos (após os recursos) dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Edital nº 005/2019 do Município de Iporã do Oeste – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	223	Alexandra Bernardy De Souza	-
2	3	Aline Theobald Klunck	1,00
3	5	Camila Anschau	1,00
4	34	Caroline Reis	-
5	116	Cátia Schmitz	1,00
6	13	Cristiana Schröder	1,00
7	69	Daiana Melz Link	1,00
8	19	Débora Arcari	-
9	94	Elaine Goulart	-
10	222	Elaine Paula Luft	-
11	115	Eliane Marta Degenhart	1,00
12	55	Fernanda Paparella Viapiana	1,00
13	18	Graciely Kuhn	1,00
14	186	Greissi Marcia Flach	-
15	153	Inês Cassol	1,00
16	129	Janaína Letícia Vargas De Araújo Brasil	-
17	118	Janete Beilke	1,00
18	7	Janice Bassorici Philippsen	1,00
19	52	Jaqueline Bettio	1,00
20	217	Karla Cunha De Souza Thomas	-
21	167	Lais Gessica Pavan	-
22	110	Leane Flach Kuhn	1,00
23	100	Leoni Scheren Mombach	1,00
24	191	Liane Wolter Lutz	1,00
25	194	Márcia Ruscheinsky	1,00
26	188	Marilene Oswald	1,00
27	32	Marinês Schneider	1,00
28	183	Marlete Madalena Bourscheidt	-
29	154	Marli Renate Muller Lauschner	1,00
30	225	Marli Terezinha Putrick	-
31	49	Michele Gebert	-
32	221	Miria Dallagnol Barella	1,00

33	58	Odete Hammes	1,00
34	208	Patricia De Lourdes Vieira Coelho Gomes	-
35	38	Patrícia Maldaner	1,00
36	88	Roque Francisco Ribeiro	1,00
37	77	Roselei Teresinha Schneider	1,00
38	29	Rosines Orth Carminatti	1,00
39	112	Sirleni Dill Bazzo	1,00
40	95	Solange Teresinha Link De Souza	1,00
41	220	Sueli Junges	-
42	130	Suelyn Caroline Reis	1,00
43	135	Vanessa Dos Santos Weschenfelder	-
44	192	Vanessa Royer	-

## PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	230	Elisabete Thaís Böhne	-
2	175	Elizandra Schaefer	-
3	66	Ivânia Baumgratz	-
4	133	Leonardo Christian Sturm	-

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	51	Carolina Thomas	-
2	108	Elonir Biondo	1,00
3	37	Franciele Carla De Valle	1,00
4	97	Janaíne Iappe	-
5	28	Marciane Danhaia	1,00

## PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	170	Júlia Eich	-
2	14	Kertlin Buttenbender	-

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	103	Adilson Balbinot	1,00
2	27	Jaqueline Ferraz	1,00
3	147	Jeferson Junges	-
4	124	Luís Eduardo Fritsch	-
5	26	Maisa Dill	1,00
6	102	Manueli Blatt Spezia	1,00
7	169	Roberta Mara Royer D-ngersleber	2,00
8	65	Valter Muller	-

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	46	Amanda Schneider	-



2	156	Cristiano Gruetzmann Witfel	-
3	98	Eliara Bonamigo	-
4	143	Fábio Schuster	-
5	204	Kéli Bender	-
6	22	Lovani Inês Klunck	1,00
7	126	Tiago Rigoni	-

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	35	Benhur Giacobbo De Araujo	-
2	236	Stéfany Sehn	-

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	168	Aline Elisa Schneider Weber	1,00
2	63	Aline Griebeler	-
3	180	Aline Rossi Cichelero	-
4	2	Aline Theobald Klunck	1,00
5	211	Andréia Neiss Heck	-
6	106	Aurea Kaufmann Werlang	1,00
7	6	Camila Anschau	1,00
8	72	Carolina Hofer	1,00
9	117	Cátia Schmitz	1,00
10	196	Claudia Schmitz	1,00
11	15	Cleusa Kaufmann	1,00
12	122	Cristiane Pradella	-
13	205	Cristiane Welchen	1,00
14	68	Daiana Melz Link	1,00
15	71	Débora Alana Flach	1,00
16	20	Débora Arcari	-
17	10	Eduarda Carolina Hammes	-
18	93	Elaine Goulart	-
19	114	Eliane Marta Degenhart	1,00
20	56	Fernanda Paparella Viapiana	1,00
21	87	Flaviani Claudia Carboni	1,00
22	59	Franciele Cristina Bracht Reichert	1,00
23	21	Graciely Kuhn	1,00
24	48	Greicy Arosi	-
25	187	Greissi Marcia Flach	-
26	12	Ivana Margarete Melz Da Silva	1,00
27	134	Ivania Ott	1,00
28	128	Janaína Letícia Vargas De Araújo Brasil	-
29	119	Janete Beilke	1,00
30	8	Janice Bassorici Philippsen	1,00
31	75	Jéssica Sima Ramos	1,00
32	171	Júlia Eich	-
33	36	Karine Klement Feyh	1,00

34	216	Karla Cunha De Souza Thomas	-
35	25	Kryslen Tainara Gass Soares	1,00
36	111	Leane Flach Kuhn	1,00
37	202	Liane Jacinta Finger Heck	1,00
38	148	Lisete Frey Steffen	1,00
39	74	Luana Mueller	1,00
40	62	Luciane Dresch Hendges	1,00
41	193	Márcia Ruscheinsky	1,00
42	33	Marinês Schneider	1,00
43	226	Marli Terezinha Putrick	-
44	50	Michele Gebert	-
45	136	Michele Kaufmann Gonzalez	1,00
46	138	Núbia Naue	1,00
47	39	Patrícia Maldaner	1,00
48	179	Rosane Bernadete Schwertz	1,00
49	163	Roselaine Miotto	-
50	78	Roselei Teresinha Schneider	1,00
51	109	Rosenilda Bertol	-
52	184	Rosilene Gabriel Schneider	-
53	30	Rosines Orth Carminatti	1,00
54	80	Rúbia Mara Weber Eidt	1,00
55	227	Sidione Vargas Schwabe	1,00
56	113	Sirleni Dill Bazzo	1,00
57	96	Solange Teresinha Link De Souza	1,00
58	131	Suelyn Caroline Reis	1,00
59	181	Tatiana Melz Link Bisolo	1,00
60	82	Verenice Rafaela Feyh	-

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	182	Daiana Schaefer Heck	-
2	240	Daniela Paula Foletto	-
3	215	Edilaine Gawski Previde	-
4	176	Elizandra Schaefer	-
5	219	Fabiola Cichelero	-
6	158	Giovana Andressa Feistler	-
7	214	Gisele Dos Santos Ramos	-
8	67	Ivânia Baumgratz	-
9	70	Jenifer Caroline Hermes	-
10	162	Luciane Ribeiro Nunes	-
11	9	Patricia Bohnenberger	-

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	177	Fernanda Tacca	1,00
2	212	Márcia De Oliveira Loredó	-
3	17	Marco Aurelio Hirsch	1,00
4	76	Marcos Fiorentin	3,00

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	125	Luís Eduardo Fritsch	-
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	40	Camila Rigo	-
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	145	Ligia Schmidt Da Rosa	-
2	206	Tailine Winkelmann	-
PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	137	Daiane Mariéli Renz	-
2	44	Dalvana Schaefer	-
3	84	Elisandra Manfroi	1,00
4	91	Elói Beilke	1,00
5	189	Leandro Welter	-
6	172	Maciele Mees Follmann	-
7	149	Rejane De Moura	1,00
8	120	Thiago André Winter	1,00
9	64	Thiago Terhorst Rauber	1,00
PROFESSOR DE INFORMÁTICA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	199	Michele Miqueloto Hermes	-
PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	47	Beatriz Orth Klein	-
2	165	Carolina Philippsen Machado	-
3	11	Gerlinde Spies Leite	-
4	105	Marcia Jussara Griebler	-
5	238	Sabrina Philippsen Machado	-
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	121	Dainara Wolfart	-
2	85	Elisandra Manfroi	1,00
3	90	Elói Beilke	1,00
4	81	Francisco Rother	-
5	140	Letícia Halmenschlager	1,00
6	203	Lianete Liziane Webler	1,00
7	42	Marciane Lucia Bracht	1,00
8	79	Tânia Marise Specht	-

9	16	Wagner Roberto Degaraes	-
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	209	Claudiney Das Neves Gomes	-
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	197	Aline Andressa Soares Veiga	-
2	152	Andressa Maria Fraportti	-
3	107	Daiane Disegna Muller	1,00
4	89	Roque Francisco Ribeiro	1,00
5	210	Silvana Nyland Stuelp	-
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	173	Maciele Mees Follmann	-

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iporã do Oeste - SC, 13 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## Decreto nº 113/2019

Publicação Nº 2123215

DECRETO Nº 113 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS (APÓS OS RECURSOS) DOS CANDIDATOS INSCRITOS, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2019.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado da Prova de Títulos (após os recursos) dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Edital Nº 006/2019 do Município de Iporã do Oeste – SC, conforme segue:

ENGENHEIRO CIVIL			
Nº	Insc.	Candidato	Títulos
1	123	Alessandra Maria Tiburski	-
2	162	Aline Hofer	-
3	129	Bruna Daniela Bruggemann Borck	-
4	73	Caroline Scheffer	-
5	167	Daniel Wilk Junior	-
6	116	Danielli Piovesan Ceolin	0,25
7	105	Diogo Lauschner Niedermeyer	-
8	153	Douglas Schenatto	-

9	10	Eduardo Battaglin	1,00
10	58	Ezykiel Bussolotto Nardi	-
11	113	Patrik Krzyzaniak	-
12	127	Tiago Roberto Berwanger	2,00
13	81	Vinicius Dalla Lana	-
14	164	Wesley Alessandro Kovaleski	-

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iporã do Oeste - SC, 13 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## Decreto nº 114/2019

Publicação Nº 2123510

DECRETO Nº 114 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

REGULAMENTA AS PROVAS PRÁTICAS DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 006/2019 PARA AS FUNÇÕES DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do Art. 109, XXXI e XLI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º As provas práticas do PROCESSO SELETIVO para as funções de Motorista e Operador de Máquinas, referente o Edital nº 006/2019, a serem realizadas pelo Poder Executivo Municipal, no dia 17 de Agosto de 2019, serão aplicadas respeitadas as seguintes etapas:

I - MOTORISTA – A prova prática para o cargo de Motorista será constituída das seguintes etapas: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, entre outros critérios pertinentes ao conhecimento do veículo e dos trabalhos a serem realizados com o mesmo. Sendo a mesma realizada em um Caminhão Caçamba, Placa MKL 5803.

II - OPERADOR DE MÁQUINAS – A prova prática para o cargo de Operador de Maquinas será constituída das seguintes etapas: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, entre outros critérios pertinentes ao conhecimento e da máquina e dos trabalhos a serem realizados com os mesmos. A prova será realizada por todos os candidatos com a máquina: Retroescavadeira 416 E.

Art. 2º Em caso de mau tempo que inviabilize a realização das provas práticas para Motorista e Operador de Máquinas, as mesmas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada com antecedência aos candidatos através de ampla divulgação na imprensa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER  
Secretário de Administração e Finanças

**PR 050-2019**

Publicação Nº 2123332

**MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2019**

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09h00min do dia 28 de Agosto de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.**

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <iporadooeste.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 14 de Agosto de 2019.

LUCIO MALLMANN

PREFEITO MUNICIPAL.

# Ipuaçu

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 134 DE 08 DE AGOSTO DE 2019. DISPÕE SOBRE O GOZO DE LICENÇA PRÊMIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO QUE ATUAM NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

Publicação Nº 2123422

DECRETO Nº 134

DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O GOZO DE LICENÇA PRÊMIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO QUE ATUAM NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes na Lei Orgânica e Lei Complementar Municipal nº 028/2011;

Art. 1º. A direção das escolas da rede municipal de ensino, de forma colegiada, deverá elaborar escala dos professores que atuam em sala de aula e têm interesse em usufruir Licença Prêmio, no início de cada semestre.

§ 1º A escala de que trata o caput deste artigo não poderá exceder a 2 (dois) professores por escola para cada semestre letivo.

§ 2º. Se houver servidores interessados em usufruir Licença Prêmio em quantidade maior do que o limite estabelecido no artigo anterior, serão observados os seguintes critérios para desempate:

- I- maior número de licenças adquiridas e não usufruídas;
- II - maior tempo de serviço no magistério público municipal;
- II - maior idade.

Art. 2º. O disposto no § 2º, do art. 1º, não se aplica nos casos de Servidores que, comprovadamente estiverem:

- I- completando o período aposentatório;
- II- cujo período de gozo da Licença-Prêmio se inicie imediatamente após o término da Licença Maternidade.

Parágrafo único. O servidor que se enquadra no inciso I deste artigo deverá, obrigatoriamente, usufruir de todas as Licenças Prêmio antes de findado o processo de aposentadoria.

Art. 3º. O gozo da Licença Prêmio deverá se iniciar sempre a partir do primeiro dia letivo de cada semestre.

Art. 4º. Os assistentes de educação, orientadores educacionais e os professores readaptados poderão usufruir da Licença Prêmio no período de 1º de abril a 30 de novembro de cada ano letivo, de acordo com a conveniência da unidade escolar e de modo a não comprometer o andamento das atividades e atribuições inerentes aos respectivos cargos.

Art. 5º. Os profissionais de que trata este Decreto somente poderão usufruir um período de concessão a cada ano civil.

Art. 6º. No ano de 2019 somente será concedida Licença Prêmio em casos excepcionais, após análise e aprovação do Secretário Municipal de Educação.

Art. 7º. Em ano eleitoral as licenças somente serão concedidas no 1º semestre do ano letivo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuaçu/SC, em 08 de agosto de 2019.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).



**DECRETO Nº 135 DE 12 DE AGOSTO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2123427

DECRETO Nº 135

DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do art. 91 da Lei Orgânica, art. 9º, da Lei 888, de 30 de novembro de 2018 – Lei Orçamentária para o exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da programação de despesa:

05.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 0100 – Recursos Ordinários - FUNREBOM

Despesa: 72 – R\$ 2.117,17

05.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1300 – Superávit Recursos Ordinários - FUNREBOM

Despesa: 135 – R\$ 3.995,00

Para a programação de despesa:

05.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 0100 – Recursos Ordinários - FUNREBOM

Despesa: 71 – R\$ 2.117,17

05.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1300 – Superávit Recursos Ordinários - FUNREBOM

Despesa: 134 – R\$ 3.995,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuacu/SC, em 12 de agosto de 2019.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br.

**DECRETO Nº 136 DE 12 DE AGOSTO DE 2019. PROMOVE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARATER TEMPORÁRIO.**

Publicação Nº 2123431

DECRETO Nº 136

DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARATER TEMPORÁRIO.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo artigo 91, inciso IX, da Lei Orgânica e Lei Complementar Municipal nº 012, de 14 de junho de 2005; e Considerando que incumbe ao administrador público à observância do princípio da economicidade dos recursos financeiros do erário, além dos demais princípios que regem a administração pública, esculpidos no art. 37 da Constituição Federal; Considerando que os atos administrativos que promoveram as contratações de professores em caráter temporário previram expressamente a possibilidade de rescisão antecipada dos respectivos contratos a critério exclusivo da Administração Municipal; Considerando Decreto 214, de 14 de dezembro de 2018 e Decreto 222, de 20 de dezembro de 2018, que promoveram rompimentos dos

contratos de trabalho de Professores admitidos em caráter temporário não incluíram a Servidora abaixo relacionada tendo em vista seu estado gestacional;

Considerando Portaria nº 048, de 15 de fevereiro de 2019, concedendo licença maternidade a Servidora que cita;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica encerrado, a partir desta data, o contrato de trabalho da Servidora abaixo relacionada, admitida em caráter temporário através do Processo Seletivo 001/2017, conforme segue:

Servidora:	Cargo:	CH:	Ato de Admissão:
ANGÉLICA VUELMA	Professor II	20hs	Decreto nº 104/2018

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuacu/SC, em 12 de agosto de 2019.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 137 DE 12 DE AGOSTO DE 2019. PROMOVE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORAS ADMITIDAS EM CARATER TEMPORÁRIO.**

Publicação Nº 2123432

DECRETO Nº 137

DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORAS ADMITIDAS EM CARATER TEMPORÁRIO.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo artigo 91, inciso IX, da Lei Orgânica e Lei Complementar Municipal nº 012, de 14 de junho de 2005; e

Considerando que incumbe ao administrador público à observância do princípio da economicidade dos recursos financeiros do erário, além dos demais princípios que regem a administração pública, esculpidos no art. 37 da Constituição Federal;

Considerando que os atos administrativos que promoveram as contratações de professores em caráter temporário previram expressamente a possibilidade de rescisão antecipada dos respectivos contratos a critério exclusivo da Administração Municipal;

Considerando que as contratações das Servidoras abaixo relacionadas ocorreram em caráter temporário, perdurando durante o período de licença maternidade da Servidora Angélica Vuelma;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam encerrados, a partir desta data, os contratos de trabalho das Servidoras abaixo relacionadas, admitidas temporariamente através do Processo Seletivo 001/2017, conforme segue:

Servidora:	Cargo:	CH:	Ato de Admissão:
MARINIZE FIORIN DA ROSA POGGÊ-RE	Professor II	10hs	Decreto nº 036/2019
PATRÍCIA TONELLO DEBIASI	Professor II	20hs	Decreto nº 036/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuacu/SC, em 12 de agosto de 2019.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 138 DE 13 DE AGOSTO DE 2019. DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017.**

Publicação Nº 2123855

DECRETO Nº 138

DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constantes no inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica; Lei Complementar Municipal nº 012, de 14 de junho de 2005; e

Considerando o Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias no Município de Ipuacu, conforme Edital nº 001/2017;

Considerando, a previsão da Lei Federal nº 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo ao edital de teste seletivo 001/2017;

Considerando escolha de aula realizada no dia 30 de janeiro de 2019;

Considerando que na data de realização das escolhas a Servidora encontrava-se gestante, entrando em gozo de Licença Maternidade logo após, conforme Portaria no Executivo Municipal nº 048/2019, tendo no ato de escolha garantido a vaga para depois de findado o período de Licença; Considerando requerimento formalizado pela Servidora e acostado em sua ficha funcional com a renúncia de 10hs aula;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente, através de edital de teste seletivo 001/2017, a servidora abaixo relacionada, iniciando em 13/08/2019 e estendendo-se até a posse de servidores para os mesmos cargos nomeados por concurso público, podendo ocorrer rescisão antecipada a critério da Administração, por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

Servidora:	Cargo:	C/h:	Início:
ANGÉLICA VUELMA	Professor II	20hs	13/08/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuacu/SC, em 12 de agosto de 2019.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**PL PREF 73.2019 PP PREF 35.2019**

Publicação Nº 2123830

**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE IPUACU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n. 73/2019, Tipo Pregão Presencial PREF n. 35/2019, (menor preço por lote).

Entrega de envelopes: Até às 08h15min de 29 de agosto de 2019.

Data de abertura: A partir das 08h45min de 29 de agosto de 2019.

Objeto: Consiste na Contratação de empresa para prestação de serviço de seguro para veículos da frota do município e fundo municipal de saúde e bens imóveis patrimônios deste município, de acordo com Anexo I- termo de referência. Fundamento legal é a Lei Federal 10.520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuacu - SC, em 14 de agosto de 2019.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal, em exercício

**PORTARIA Nº 145 DE 12 DE AGOSTO DE 2019. REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS.**

Publicação Nº 2123437

PORTARIA Nº 145

DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente artigo 78 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos de Município; e

Considerando Portaria nº 129, de 22 de julho de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. REQUISITAR, a partir do dia 12 de agosto de 2019, o retorno ao serviço público da Servidora RAQUELI BIASOTTO, ocupante do cargo em provimento comissionado de Secretária de Administração, tendo em vista a necessidade urgente de continuidade de suas atividades atinentes.

Parágrafo Único. Anote-se em sua ficha funcional o saldo de férias em haver, as quais poderão ser usufruídas em período posterior.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuacu/SC, em 12 de agosto de 2019.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 146 DE 12 DE AGOSTO DE 2019. CONCEDE LICENÇA PRÊMIO Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

Publicação Nº 2123444

PORTARIA Nº 146

DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, principalmente as contidas na Lei Complementar Municipal nº 028, de 18 de abril de 2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

Servidora:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
SILVANA INÊS GIROTTTO	Professor II	19/04/2011 à 18/04/2014	15/08/2019 à 13/09/2019

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 15 de agosto de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuacu/SC, em 12 de agosto de 2019.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Iraceminha

## PREFEITURA

### TERMO HOMOLOGAÇÃO DP 09/2019

Publicação Nº 2123881

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</b>  CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 9/2019 - DL</b>  Processo Administrativo: 50/2019 Processo de Licitação: 50/2019 Data do Processo: 13/08/2019
Folha: 1/1	

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 50/2019  
b ) Licitação Nr.: 9/2019-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 14/08/2019  
e ) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE IRACEMINHA/SC, PARA AFERIR O GRAU DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO EM TODAS AS ESFERAS, PELOS SERVIÇOS QUE O PODER PÚBLICO PRESTA AOS MUNICÍPIOS EM CADA ÁREA DE AÇÃO. O NÚMERO DE PESSOAS OUVIDAS SERÁ DE 320 A 400 MAIORES DE 16 ANOS NO CENTRO, BAIRROS, DISTRITO E COMUNIDADES DO INTERIOR, CONFORME QUESTIONÁRIO ELABORADO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, com fulcro no Art. 24, II da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

#### TULIPA PESQUISAS DE MERCADO E OPINIAO PUBLICA LTDA (3797)

1	SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	UN	1,00	0,0000	12.500,00	12.500,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>12.500,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>12.500,00</b>

Iraceminha, 14 de Agosto de 2019.

-----  
JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO HOMOLOGAÇÃO IL 03/2019 - FMS**

Publicação Nº 2123271

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA</b>  CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 2/2019 - IL</b>  Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 31/07/2019  Folha: 1/1
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2019  
b) Licitação Nr.: 2/2019-IL  
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d) Data Homologação: 14/08/2019  
e) Objeto da Licitação O presente destina-se credenciar pessoas jurídicas para fornecimento de gêneros alimentícios (refeições - café da manhã, almoço e janta) para os motoristas do Fundo Municipal de Saúde, quando comprovadamente a serviço do Município na cidade de Chapecó, nas proximidades do Hospital Regional do Oeste.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**DOCTOR LANCHES BISTRO LTDA (5035)**

1	Fornecimento de refeições contendo Buffet com pratos quentes e carnes, saladas diversas, sobremesas, com direito de uma bebida não alcoólica podendo ser refrigerante médio 300 ml, ou um copo de suco ou água. (cidade de Chapecó - localizado próximo ao Hospital Regional do Oeste)	UN	150,00	0,0000	25,00	3.750,00
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------	--------	-------	----------

**Total do Fornecedor: 3.750,00**

**Total Geral: 3.750,00**

Iraceminha, 14 de Agosto de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irani

## PREFEITURA

### ADENDO AO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019

Publicação N° 2124169

AVISO DE ALTERAÇÃO ADENDO 01 EDITAL DE pregão Presencial 090/2019

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 090/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um Adendo ao Edital referente ao Processo Licitatório nº 090/2019 - Pregão Presencial nº 041/2019 que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de substrato para manutenção das atividades das Secretarias, conforme especificações constantes no Termo de Referência. Devido à necessidade de maior prazo para apuração junto à secretaria para manifestação quanto à impugnação recebida. Desta forma os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados na seguinte forma: O recebimento dos Envelopes 01 – PROPOSTA e 02 –DOCUMENTAÇÃO será efetuado até às 13h30min do dia 28/08/2019, sendo a Abertura às 14h00min do dia 28/08/2019.

Informações complementares: Edital e a alteração em questão, em inteiro teor estão à disposição dos interessados na home page [www.irani.sc.gov.br](http://www.irani.sc.gov.br), link "Licitações". e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 14 de agosto de 2019.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal



# Irati

## PREFEITURA

### **PREGÃO Nº 041/2019-PMI - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (APARELHOS) E UTENSÍLIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRATI) DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC**

Publicação Nº 2123327

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 078/2019

Processo Licitatório Nº 078/2019

Edital: Pregão Presencial Nº 041/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (APARELHOS) E UTENSÍLIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRATI) DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 27.08.2019

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 27.08.2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de do e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 13 de agosto de 2019.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº3616 E 3620/2019

Publicação Nº 2123821

#### D E C R E T O Nº 3.620 /19

“Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 13.785, com a área de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), localizado na Rua Perdigão esquina com a Rua Rodolfo Brand, quadra nº 02, Centro, de propriedade de FLORINDA HALABURA E CÉLIA SAMPAIO, ficando com as seguintes características: Fração A, com área de 400,00 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.02.0.0288.0.001: FRENTE: Medindo 20,00 metros com a Rua Perdigão; LADO DIREITO: Medindo 20,00 metros com o Lote 02; LADO ESQUERDO: Medindo 20,00 metros com a Rua Rodolfo Brand; FUNDOS: Medindo 20,00 metros com a Fração “B”. Fração “B”, com área de 400,00 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.02.0.0248.0.001: FRENTE: Medindo 20,00 metros com a Rua Rodolfo Brand; LADO DIREITO: Medindo 20,00 metros com a fração “A”; LADO ESQUERDO: Medindo 20,00 metros com os Lotes 16 e 17; FUNDOS: Medindo 20,00 metros com o Lote 02.

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 360 (trezentos e sessenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 12 de agosto de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

#### D E C R E T O Nº 3.616 /19

“Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

#### DECRETA

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 22.739, com a área de 5.134,35 m² (cinco mil, cento e trinta e quatro metros, trinta e cinco decímetros quadrados), localizado na Rua Santa Catarina esquina com a Rua Pará, quadra nº 100, Centro, de propriedade de OSIRES FRONCZAK, ficando com as seguintes características: LOTE 01 com área de 470,70 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0235.0.000: Frente: 17,00 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,65 metros confrontando com a Rua Santa Catarina; Lado Direito: 27,66 metros confrontando com o Lote 2. Fundos: 17,00 metros confrontando com Mario Paulo Fronczak. LOTE 02, com área de 331,65 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0167.0.000: Frente: 12,00 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,66 metros confrontando com o Lote 1; Lado Direito: 27,62 metros confrontando com o Lote 3; Fundos: 12,00 metros confrontando com Mario Paulo Fronczak. LOTE 3 com área de 331,05 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0155.0.000 : Frente: 12,00 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,62 metros confrontando com o Lote 2; Lado Direito: 27,57 metros confrontando com o Lote 4; Fundos: 12,00 metros confrontando com Mario Paulo Fronczak. LOTE 4 com área de 330,75 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0143.0.000: Frente: 12,00 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,57 metros confrontando com o Lote 3; Lado Direito: 27,53 metros confrontando com o Lote 5. Fundos: 12,00 metros confrontando com Mario Paulo Fronczak. LOTE 5 com área de 330,14 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0131.0.000: Frente: 12,00 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,53 metros com o Lote 4; Lado Direito: 27,51 metros confrontando com o Lote 6. Fundos: 12,00 metros confrontando com Mario Paulo Fronczak; LOTE 6 com área de 329,63 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0119.0.000: Frente: 12,00 metros com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,51 metros confrontando com o Lote 5; Lado Direito: 27,45 metros confrontando com o Lote 7. Fundos: 12,00 metros - Confrontando com Mario Paulo Fronczak; LOTE 7 com área de 329,00 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0107.0.000: Frente: 12,00 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,45 metros confrontando com o Lote 6; Lado Direito: 27,42 metros com o Lote. Fundos: 12,00 metros confrontando com Mario Paulo Fronczak. LOTE 8 com área de 328,73 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0095.0.000: Frente: 12,00 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,42 metros confrontando com o Lote 7; Lado Direito: 27,37 metros confrontando com o Lote 9. Fundos: 12,00 metros confrontando com Mario Paulo Fronczak; LOTE 9 com área de 328,13 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0083.0.000: Frente: 27,37 metros com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,37 metros com o Lote 8; Lado Direito: 27,32 metros com o Lote 10. Fundos: 12,00 metros com Mario Paulo Fronczak; LOTE 10 com área de 327,62 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0071.0.000: Frente: 12,00 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,32 metros confrontando com o Lote 9; Lado Direito: 27,28 metros confrontando com o Lote 11. Fundos: 12,00 metros confrontando com Mario Paulo Fronczak; LOTE 11 com área de 327,12 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0059.0.000: Frente: 12,00 metros com

a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,28 metros confrontando com o Lote 10; Lado Direito: 27,24 metros com o Lote 12; Fundos: 12,00 metros confrontando com Mario Paulo Fronczak; LOTE 12 com área de 326,61 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0047.0.000: Frente: 12,00 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,24 metros confrontando com o Lote 11; Lado Direito: 27,20 metros confrontando com o Lote 13; Fundos: 12,00 metros confrontando com Mario Paulo Fronczak; LOTE 13 com área de 326,12 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0035.0.000: Frente: 12,00 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,20 metros confrontando com o Lote 12; Lado Direito: 27,16 metros confrontando com a Lote 14; Fundos: 12,00 metros com Mario Paulo Fronczak; LOTE 14 com área de 717,10 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.100.0.0023.0.000: Frente: 23,60 metros confrontando com a Rua Pará; Lado Esquerdo: 27,16 metros com o Lote 13; Lado Direito: 27,77 metros confrontando com Romeu Rocha; Fundos: 29,77 metros com Mario Paulo Fronczak;

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 360 (trezentos e sessenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 02 de agosto de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

## RESOLUÇÃO Nº 21/2019

Publicação Nº 2124140

RESOLUÇÃO N º 021/2019.

SUSPENDE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, cidadã DULCE MARA DOLINSKI BEDRETSCHUK, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15/10/2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art 1st - SUSPENDER por 60 (sessenta) dias o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo instaurado através da Resolução nº 17/2019 de 26/06/2019, tendo como indiciada a servidora Rosane Aparecida de Oliveira, considerando a concessão de auxílio-doença a servidora pelo Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS.

Art 2nd - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis-SC, em 14 de Agosto de 2019.

DULCE MARA DOLINSKI BEDRETSCHUK

Presidente do HMBJ.

## Itá

## PREFEITURA

## AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2019, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

Publicação Nº 2123920

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

O Prefeito Municipal em Exercício de Itá – SC, Torna Público a Dispensa de Licitação nº. 007/2019, em prol do CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHOS CAUDILHOS DO OESTE, CNPJ nº. 78.479.441/0001-05, objetivando a Locação do imóvel que será destinado ao funcionamento do Projeto Equitação Lúdica e Pré – Esportiva 2019, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Fundamentação legal: Art. 24, inciso X da Lei nº. 8.666/93. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá - SC, 14 de agosto de 2019.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO 014 - CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 2123424

EDITAL 014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Itá em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, Torna Público que tendo em vista a classificação no Concurso Público nº001/2019, homologado pelo Decreto nº033 de 26 de abril de 2019, Convoca os abaixo relacionados para comparecerem ao setor de pessoal, no prazo de até 30 dias da publicação deste edital para a contratação, munidos dos seguintes documentos: CÓPIA CARTÃO DO PIS/PASEP; CÓPIA C.P.F; CÓPIA CARTEIRA DE IDENTIDADE; CÓPIA REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO; CÓPIA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS; COMPROVANTE DE VACINAÇÃO DOS FILHOS ATÉ OS 7 ANOS; ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS; 01 FOTO 3X4; CÓPIA CERTIFICADO MILITAR (Sexo Masculino); CÓPIA TÍTULO ELEITORAL; CÓPIA COMPROVANTE DE ÚLTIMA VOTAÇÃO; ATESTADO MÉDICO (ORIGINAL); CARTEIRA PROFISSIONAL: nº SÉRIE E DATA EMISSÃO; CONTA BANCÁRIA (conta corrente), Nº DA AGÊNCIA E NOME DO BANCO; CÓPIA CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO); CÓPIA CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL; CÓPIA COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO e RUBEOLA PARA AMBOS OS SEXOS; DECLARAÇÃO DE BENS OU CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA; FOLHA CORRIDA JUDICIAL (www.tjsc.jus.br / certidões on line/ criminal); DECLARAÇÃO PENALIDADES (ORIGINAL); DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ORIGINAL); DECLARAÇÃO DE IRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

CARGO: Técnico em Higiene Bucal	
CONVOCADOS	N.º DE INSCRIÇÃO
Francieli Cristina Cantele	1426910

Itá, 14 de agosto de 2019.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

NOME	DATA DO CIENTE	ASSINATURA
	____/____/____	

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

Publicação Nº 2124056

Extrato de Dispensa de Licitação

Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio

Extrato do Termo de Dispensa de Licitação nº 01/2019. Objeto: Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos que atendam às necessidades da Contratante. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Valor mensal: R\$ 250,00. Vigência: 60 meses. Fundamentação Legal: Art. 24, VIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Itaiópolis, 14/08/2019. Felipe Tavares – Administrador Hospitalar - Interino.

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

Publicação Nº 2124005

Extrato de Dispensa de Licitação

Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Termo de Dispensa de Licitação nº 05/2019. Objeto: Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos que atendam às necessidades da Contratante. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Valor mensal: R\$ 250,00. Vigência: 60 meses. Fundamentação Legal: Art. 24, VIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Itaiópolis, 14/08/2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal de Saúde.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 7232047

Publicação Nº 2123880

Extrato do contrato nº 7232047. Dispensa de Licitação nº 05/2019. Objeto: Prestação, pelos correios, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da Contratante. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Valor R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensal. Vigência: 60 meses. Itaiópolis, 14/08/2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 7233016

Publicação Nº 2123898

Extrato do contrato nº 7233016. Dispensa de Licitação nº 01/2019. Objeto: Prestação, pelos correios, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da Contratante. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC. Contratada: ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Valor R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensal. Vigência: 60 meses. Itaiópolis, 14/08/2019. Felipe Tavares – Administrador Hospitalar - Interino.

# Itapema

## PREFEITURA

### ERRATA DO EXTRATO E DO OBJETO - 04.0105.2019

Publicação Nº 2124405

Pregão Presencial nº. 04.105.2019

#### ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO E DO OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO

##### ONDE SE LÊ:

Objeto: Contratação de empresa especializada para a coleta e análises laboratoriais de qualidade da água, para atender as necessidades da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema – FAACI, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.105.2019.

##### LEIA-SE:

Objeto: Contratação de empresa especializada para a coleta e análises laboratoriais de qualidade da água e análise do esgoto, para atender as necessidades da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema – FAACI, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.105.2019.

A data e hora de entrega dos envelopes e abertura do Pregão Presencial 04.105.2019 permanece inalterada.

Itapema, 14 de agosto de 2019.

RONALDO PAULINO  
Secretário Municipal de Administração

### EXTRATO 04.087.2019

Publicação Nº 2124343

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:  
Pregão Presencial nº. 04.087.2019

Objeto: Registro de Preços – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação de áreas e patrimônio público, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.087.2019.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00(quatorze horas) do dia 28(vinte e oito) de agosto de 2019.

Abertura do Pregão: 28(vinte e oito) de agosto de 2019, às 14:01(quatorze horas e um minuto)

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações – pregão – pasta 04.087.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 14 de agosto de 2019.

Ronaldo Paulino  
Secretário de Administração

### PUBLICAÇÃO 331 - PROCESSO 153.2019 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 101.2019

Publicação Nº 2124416

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO 153/2019 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 101/2019

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 153/2019, Pregão nº 04.101.2019.

DO OBJETO: Registro de Preços – Aquisição de instrumentos musicais de sopro para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Econômico de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.101.2019.

CONTRATADO: GS COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 24.260,00 (vinte e quatro mil, duzentos e sessenta reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 14/08/2019

Itapema, 14 de agosto de 2019.  
NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### LEI N. 3.876, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2124205

Lei n. 3.876, de 14 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a Vacinação contra a Hepatite "A", Hepatite "B" e Antitetânica, a todos os funcionários que trabalham diretamente na coleta seletiva, reciclagem e destinação final destes resíduos sólidos e dos seus rejeitos, no Município de Itapema, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas constitucionais e regimentais atribuições, em especial o artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Itapema, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas públicas e privadas que atuam e exercem atividades de coleta de resíduos sólidos, e que prestam serviços no âmbito do Município de Itapema, deverão exigir vacinas contra a Hepatite "A", Hepatite "B" e Antitetânica aos seus funcionários que trabalham diretamente na coleta seletiva, reciclagem e destinação final destes resíduos sólidos e dos seus rejeitos.

Parágrafo único. As vacinas, quando não encontradas gratuitamente na rede pública de saúde, deverão ser fornecidas e custeadas aos funcionários, pela empresa contratante.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

II - destinação final: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

III - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

IV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

V - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

Art. 3º O empregador deverá fazer o controle da eficácia da vacinação sempre que for recomendado pelo Ministério da Saúde e seus Órgãos, e providenciar, se necessário, seu reforço.

Art. 4º A vacinação que trata esta Lei deverá constar da documentação pertinente do funcionário, sem ônus para o mesmo.

Art. 5º Os trabalhadores deverão ser informados das vantagens e dos efeitos colaterais, assim como dos riscos a que estarão expostos por falta ou recusa de vacinação, devendo, nestes casos, guardar documento comprobatório e mantê-lo disponível à inspeção do trabalho.

Art. 6º Em caso de recusa do trabalhador em ser vacinado, deverá ser confeccionado um termo de responsabilidade para cada vacina recusada, contendo nome do funcionário, local de trabalho, função, número de documento (CTPS ou RG ou CPF), bem como a especificação do tipo de vacina.

Art. 7º A infração às disposições desta Lei, acarretará as seguintes penalidades:

I - Em primeira autuação, advertência e intimação para cessar a irregularidade em até 48:00 horas;

II - Em segunda autuação, multa no valor de 10 (UFMR'S) e nova intimação para cessar irregularidade instantaneamente;

III - Em terceira autuação, multa no dobro do valor da anterior e assim sucessivamente;

Parágrafo único. O prazo entre a primeira e a segunda autuação deverá ser de 30 (trinta dias) dias, e este prazo deverá ser respeitado para as demais autuações.



Art. 8º Compete a Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da legislação municipal vigente, participar como Órgão coordenador ou de representação em campanhas de vacinação, e ainda promover:

I - Campanhas de esclarecimento, divulgação e orientação sobre vacinações.

II - Coordenar a execução de ações inerentes à orientação e fiscalização de substâncias químicas em geral, e definir as instâncias e mecanismos de controle de fiscalização, inerentes ao poder de polícia sanitária.

III - Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos objetivos instituídos por esta Lei, propondo as modificações e as melhorias necessárias.

IV - Divulgar os endereços das unidades de atendimento, nos meios de comunicação disponíveis e na rede mundial de computadores – Internet, para a ampla difusão e circulação.

Art. 9º A Secretaria Municipal da Saúde poderá estabelecer parcerias, intercâmbios e convênios com organizações não governamentais, empresas, universidades e órgãos governamentais estaduais ou federais, observadas as disposições legais pertinentes a cada instituto, com o intuito de aprimorar as disposições descritas nesta Lei.

Art. 10. As despesas decorrentes para a execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 11. Demais atos necessários ao cumprimento desta Lei, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na 180 (cento e oitenta dias) após a data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Itapema, em 14 de agosto de 2019.

Sidinei Moacir Florencio  
Presidente

## **LEI N. 3.877, DE 14 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2124207

Lei n. 3.877, de 14 de agosto de 2019.

Institui no Município de Itapema o "Programa Municipal de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família", e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas constitucionais e regimentais atribuições, em especial o artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Itapema, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Programa Municipal de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família", voltado a proteção de mulheres em situação de violência, por meio da atuação preventiva dos Agentes Comunitários de Saúde, como uma das ações vinculadas a Campanha Permanente de Combate aos crimes de violência praticados contra a mulher, criança e adolescente instituída pela Lei Municipal n.º 3758, de 19 de julho de 2018.

Parágrafo único. A implementação das ações do "Programa Municipal de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família", será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, e por demais de órgãos vinculados diretamente com o Programa, sendo sempre convidadas para participarem, representantes da Delegacia da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Promotoria de Justiça da Comarca, com atuação na área que dispõe está Lei.

Art. 2º São diretrizes do "Programa Municipal de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família":

I - Prevenir as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial contra as mulheres, conforme legislação vigente;

II - Divulgar e promover os serviços que garantem a proteção e a responsabilização dos agressores/autores de violência contra as mulheres;

III - Promover o acolhimento humanizado e a orientação de mulheres em situação de violência por Agentes Comunitários de Saúde especialmente capacitados, bem como o seu encaminhamento aos serviços da rede de atendimento especializado, quando necessário;

IV - Encaminhar às mulheres vítimas de violência identificadas à Rede de atendimento, para que estas tenham acesso ao acompanhamento psicossocial, jurídico e de saúde.

Art. 3º O "Programa Municipal de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família", será gerido pela Secretaria Municipal de Saúde, e demais Órgãos Municipais nomeados pelo Poder Executivo, se necessário.

I - Caberá ao Poder Executivo definir os órgãos públicos que assumirão as funções voltadas à coordenação, planejamento, implementação e monitoramento do Projeto.

II - A participação nas instâncias de gestão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

Art. 4º O "Programa Municipal de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família", será executado através das seguintes ações:

I - Capacitação permanente dos Agentes Comunitários de Saúde envolvidos nas ações;

II - Impressão e distribuição de Cartilha a ser elaborada e/ou outros materiais relacionados ao enfrentamento da violência doméstica com acompanhamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, em todos os domicílios abrangidos pelas equipes do Programa;

III - Visitas domiciliares periódicas pelos Agentes Comunitários de Saúde de Itapema, nos domicílios abrangidos pelo Programa, visando à difusão de informações sobre a Lei Maria da Penha e os direitos por ela assegurados;

IV - Orientação sobre o funcionamento da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica no Município de Itapema;

V - Realização de estudos e diagnóstico para o acúmulo de informações destinadas ao aperfeiçoamento das políticas de segurança que busquem a prevenção e o combate à violência contra as mulheres.

§1º O Programa poderá promover, ainda, a articulação das ações definidas neste artigo com outras políticas desenvolvidas em âmbitos federal, estadual e municipal.

§2º É de competência do Poder Executivo Municipal estabelecer a rede de atendimento as mulheres vítimas de violência, bem como mantê-la em permanente atualização.

Art. 5º As despesas decorrentes para a execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 6º Demais atos necessários ao cumprimento desta Lei, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Itapema, em 14 de agosto de 2019.

Sidinei Moacir Florencio

Presidente

## **LEI N. 3.878, DE 14 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2124211

Lei n. 3.878, de 14 de agosto de 2019.

Proíbe a prática de esportes náuticos e limita a navegação de embarcações de lazer e industrial de pesca de tainha no município de Itapema, como forma de incentivo a pesca artesanal local, e da outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas constitucionais e regimentais atribuições, em especial o artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Itapema, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido em toda a orla marítima do Município, numa distância de 1500 (mil e quinhentos) metros da costa, no período compreendido entre 15 de maio e 15 de julho, a prática de esportes náuticos que utilizam:

I - Pranchas de "surf" e "windsurf", o caíque, o caiaque, a canoa, o pedalinho, a moto aquática (Jet Sky), lanchas voadoras, os meios flutuantes, rígidos ou infláveis, o esqui-aquático, os ultraleves motorizados, os para-quedas rebocados, as regatas e competições ou exibições públicas aquáticas, e equipamentos de lazer rebocados.

Art. 2º Fica também proibido, no mesmo período, a navegação de qualquer tipo de embarcação de lazer, a menos de 1500 (mil e quinhentos) metros da arrebentação das praias e 80 (oitenta) metros, nos costões.

I - Somente as embarcações de pesca artesanal de tainha poderão navegar e consequentemente exercer suas atividades, aquém dos limites estipulados no "caput" deste artigo.

II - As embarcações de pesca industrial de tainha, obedecerão aos mesmos limites impostos no "caput" deste artigo, e somente além deste limite poderão exercer suas atividades normais.

III - As embarcações de pesca artesanal com propulsão motora poderão exercer atividades de pesca de tainha nos moldes estabelecidos em Instruções Normativas do IBAMA.

Art. 3º A desobediência aos dispositivos desta Lei, acarretará para o infrator a imposição de multa no valor de:

I - 100 UFRM e apreensão do equipamento utilizado para a prática do esporte e ou atividade econômica ou lazer, cuja devolução se dará somente após pagamento da multa.

II - 200 UFRM e apreensão do equipamento utilizado para a prática do esporte e ou atividade econômica ou de lazer, com devolução somente no termino do período da PESCA DE TAINHA e após o pagamento da multa, na reincidência.

§1º As penalidades descritas nos incisos "I" e "II" deste artigo, só serão efetuadas após comunicação verbal ao infrator, ao qual terá o prazo máximo de 30 minutos para retirar os equipamentos do local.

§2º Considera-se reincidência as infrações realizadas após o intervalo de 24 horas.

§3º As penalidades só poderão ser impostas pelo setor de fiscalização competente do Município, e se o local estiver devidamente sinalizado com placas informativas.

§4º Os equipamentos e objetos apreendidos ficarão sob a guarda do Município, que será seu fiel depositário, ficando à disposição dos interessados pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da apreensão, findos os quais, serão vendidos em hasta pública.

§5º A liberação dos equipamentos apreendidos estará sujeita ao pagamento das despesas da remoção, estadia e multa, sem prejuízo das demais penalidades de ordem legal.

Art. 4º O Município de Itapema providenciará a colocação de placas informando sobre as limitações e proibições de pratica de esportes náuticos, pesca de costão, pesca esportiva e de navegação de lazer, durante o período descrito nesta Lei e em toda a orla.

Art. 5º As disposições desta Lei, não impede a realização de acordos formais entre as Associações de praticantes de esportes náuticos e dos pescadores, desde que devidamente registradas neste Município.

Parágrafo único. Os acordos formais, descritos neste artigo, deverão ser enviados ao Poder Executivo, para surtirem os efeitos legais.

Art. 6º O Poder Executivo terá o prazo de 12 (doze) meses, após a publicação desta Lei, para realizar audiência pública, com o objetivo de definir e demarcar, possíveis áreas ou praias, para a pratica dos esportes náuticos descritos no art. 1.º desta Lei, no período compreendido entre 15 de maio e 15 de julho.

Art. 7º As despesas decorrentes para a execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentarias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 8º Demais atos necessários ao cumprimento desta Lei, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis de n.º 2.479/2007 e 3.184/2013.

Itapema, em 14 de agosto de 2019.

Sidinei Moacir Florencio

Presidente

## LEI N. 3.879, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2124216

Lei n. 3.879, de 14 de agosto de 2019.

Altera o Art. 54 da Lei no 3000, de 05 de dezembro de 2011, que institui as Taxas no Município de Itapema.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas constitucionais e regimentais atribuições, em especial o artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Itapema, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o Art. 54 da Lei no 3000, de 05 de dezembro de 2011, que institui as Taxas no Município de Itapema, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54. Os sujeitos passivos serão notificados para sua regularização num prazo máximo de (5) dias úteis, sendo que, não o fazendo, ficará o Município autorizado a fazê-lo, às expensas do contribuinte". (NR).

§1º Em casos excepcionais de calamidades, emergências ou de relevância a fim de assegurar a saúde pública da municipalidade, o prazo citado no caput deste artigo será reduzido para 72 (setenta e duas) horas, casos em que a notificação se dará mediante publicação em Diário Oficial do Município."

§2º Para todos os fins de direitos e obrigações, será considerado notificado o sujeito passivo na data da confirmação do recebimento da Notificação, que poderá ser realizada através de diferentes formas, conforme rol exemplificativo:

- Pessoal, com recibo;
- Pelos correios, com aviso de recebimento (AR), podendo ser por Carta ou mesmo por Telegrama;
- Por meio eletrônico (e-mail e até mesmo por ferramentas/aplicativos de troca de mensagens instantâneas), desde que comprovado o

recebimento da Notificação pelo seu destinatário;

d) Por Cartório de Títulos e Documentos. (NR).

§3º Frustrada a tentativa de Notificação do sujeito passivo, por qualquer das formas admitidas como válidas, a mesma poderá ser realizada por Edital, mediante publicação em Diário Oficial do Município. (NR).

§4º Independentemente da forma utilizada para Notificação, deverá esta, obrigatoriamente, ser juntada ao Processo Notificatório, para fins desta comprovação. (NR).

§5º Para todos os efeitos de direito, o início da contagem do prazo máximo fixado no Art. 54, dar-se-á excluindo-se o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, conforme orientação do Art. 224, do Código de Processo Civil. (NR).

§6º O poder executivo deverá promover a inclusão no Carnê de IPTU, de forma clara e objetiva, das informações descritas na Lei no 3000/2011, especialmente em relação ao Caput do Art. 52 (Incidência), Art. 53. (Fato gerador), Art. 54. (Prazo) e Art. 57 (Custos) da TLTB. (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições contrárias.

Itapema, em 14 de agosto de 2019.

Sidinei Moacir Florencio

Presidente

### **LEI N. 3.880, DE 14 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2124220

Lei n. 3.880, de 14 de agosto de 2019.

Adita parágrafo único ao art. 8º, da Lei Ordinária n.º 3672, de 22 de setembro de 2017, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas constitucionais e regimentais atribuições, em especial o artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Itapema, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Adita parágrafo único ao art. 8º, da Lei Ordinária n.º 3672, de 22 de setembro de 2017, com a seguinte redação:

“Art. 8º (...)

Parágrafo único. O Decreto Municipal deverá obrigatoriamente fazer constar de forma discriminada todas as Ruas e Avenidas através de seus números e/ou seus nomes, e o percurso destas, de acordo com as áreas inseridas na Lei n.º 3685, de 06 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Itapema, em 14 de agosto de 2019.

Sidinei Moacir Florencio

Presidente

### **LEI N. 3.881, DE 14 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2124224

Lei n. 3.881, de 14 de agosto de 2019.

Denomina de Servidão José Manoel da Silva a servidão que especifica e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas constitucionais e regimentais atribuições, em especial o artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Itapema, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de “Servidão José Manoel da Silva” a servidão situada no bairro Ilhota, Município de Itapema/SC, na rua 1202, com área de 123m².

Parágrafo único. É parte integrante desta Lei o Memorial Descritivo (Anexo I), Anotação de Responsabilidade Técnica (Anexo II) e o Levantamento Planimétrico (Anexo III).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, em 14 de agosto de 2019.

Sidinei Moacir Florencio

Presidente

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2019 - FMS

Publicação Nº 2123891

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE RETIFICAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 14/2019 - FMS

Objeto: Execução, em regime de empreitada global, da construção da Academia da Saúde, de acordo com o memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos e especificações constantes no edital convocatório e seus anexos, conforme convênio firmado com o Ministério da Saúde, Proposta nº 11356.6760001/18-008 do Fundo Nacional de Saúde.

O Município de Itapiranga, TORNA PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame que, de acordo com o disposto no item 19.1, fica PRORROGADA a abertura do dia 27 de agosto de 2019 para o dia 30 de agosto de 2019 as 08h30. Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.atende.net](http://www.itapiranga.atende.net) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7714. Itapiranga, SC, 14 de agosto de 2019.  
DAVINO RAUBER  
Secretário Municipal de Saúde

### DECRETO Nº 119, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123791

DECRETO Nº 119, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso: 31000 –Rec. Tes. Exerc. Anterior – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 4.953,31 (quatro mil novecentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos):

006.0009 – Fundo Municipal de Incentivo ao Esporte – FUNDESPORTE  
0027.0812.0033.2036 – Manutenção das Atividades do Fundo de Esporte - Fundesporte  
33.50.00.00.00.00.31000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 4.953,31

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2019.

Itapiranga, 14 de agosto de 2019.  
JORGE WELTER  
Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios  
José Gilvane Lauer  
Secretaria de Administração.

### DECRETO Nº 120, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123792

DECRETO Nº 120, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL COMO ADMINISTRADORA INTERINA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS, DELEGA ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto designada a Sra. KATIA SCHOSLER GRISOTTI, matrícula nº 10350/01, ASSESSORA DO GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE, com delegação de atribuições para exercer cumulativamente no dia 16 de agosto de 2019, as funções de ADMINISTRADORA INTERINA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS, por motivo de licença saúde do Secretário e Administrador do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Sr. Davino Rauber, matrícula nº 7806/01.

Parágrafo único. Esta delegação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapiranga, 14 de agosto de 2019.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
José Gilvane Lauer  
Secretário de Administração.

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 14 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2123795

LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 14 DE AGOSTO DE 2019  
ALTERA NÚMERO DE VAGAS DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 002, DE 20 DE ABRIL DE 2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 008, DE 15 DE MAIO DE 2007; LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o número de vagas do seguinte cargo de provimento efetivo:  
I – Psicólogo: passa de três para quatro vagas de quarenta horas semanais;

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 127, de 16 de julho de 2019.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga, em 14 de agosto de 2019.  
JORGE WELTER  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.



# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA CMAS 007/2019

Publicação Nº 2123290

Ata: 007/2019,  
Reunião: ORDINÁRIA,  
Data: 04/06/2019,  
Horário: 09h00  
Local: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Aos quatro dias do mês de junho de 2019, no prédio do SCFV, às 09h00 foi efetuada a contagem dos presentes, não houve quórum. Em nova contagem realizada às 09h21 houve quórum, estando presentes os conselheiros: Neusa Maria Gomes Lopes (SMTc), Saara Regina Demeu Andrade (Entidades – APAE), Scheila Aparecida Kziozek Pastuchak (SMS), Ana Luiza Valente de Oliveira (Trabalhadores), Caroline Michely da Silva (Trabalhadores), Claudia da Silva Barboza, Irene Demarchi (Usuários) e Francisco de Assis Silva (Usuários). Justificativas de ausência: Roseli Itner (SMA), Simone de Oliveira (SME), Silmara Speck dos Santos (Entidades – APAE). Ausentes os conselheiros: Roseli Itner (SMA), Roseli Gonçalves Pinheiro (SMA), Claudio Roberson Lemonie (SMTc), Simone de Oliveira (SME), Silmara Speck dos Santos (Entidades – APAE), Eliana Frigo da Silva (SMS), Vania Cleusa Pinto da Silva (SME), Luciana da Cruz Malaquias. Relata-se que a Secretária de Assistência Social, Célia Maria Konell nesta manhã justificou ausência em função de reunião no Gabinete. Relata-se a presença dos Srs(as). Elcio Wille Vidal, representando o segmento de usuários, Castorina de Jesus Evangelista Representado a APAE e Mara Fantim representando a ILPI Reviver. Estes convidados são oriundos do convite de participação ao Conselho Municipal de Assistência Social, Of. 011.2019. Inicialmente a presidente Ana explanou aos presentes o motivo do convite, de forma básica o funcionamento do conselho, a perda da cadeira das entidades Rosamar e OAB decorrentes de faltas conforme previsão regimental. Foi disponibilizado a oportunidade de esclarecimento de dúvidas aos convidados. Os três presentes manifestaram interesse na participação no conselho. Na sequência, cada representante efetuou a defesa de sua candidatura. Na sequência, esclareceu-se que em função da Lei Municipal 070/2018, membros da sociedade civil (pessoas físicas) não podem participar de dois ou mais conselhos (A entidade pode, mas não a mesma pessoa). A conselheira Claudia questionou a utilização do critério de isonomia entre os segmentos mas que ouviu como resposta que a lei, de autoria do executivo e aprovada pelos vereadores não considerou esta previsão legal dos Princípios Administrativos, portanto, Constitucionais, e que este conselho buscou a intervenção do Ministério Público que relatou seu impedimento de agir. Segundo a Promotora o Ministério Público somente se manifestaria se houvesse vício da norma. Assim, restou como única opção, o Sr. Elcio Wille Vidal que hoje não perfaz parte de nenhum outro conselho. Por maioria dos votos o usuário teve o aceite da plenária do conselho sendo que houve a abstenção da representante da SMAS. Em novo ponto o Item g) (Outros Assuntos): g) Resolução CMAS no tocante ao processo do INSS. Esclareceu-se ao Sr. Elcio sobre o que é um Benefício de Prestação Continuada – BPC e, nesta reunião, especificamente sobre a modalidade Alimentação, que foi detectado três grupos de usuários desassistidos, sendo: idosos, portadores de deficiência e portadores de doenças incapacitantes. A proposição do conselho é que, enquanto haja a tramitação do processo do INSS o usuário seja assistido, desde que detenha laudo médico e durará até que o benefício do INSS seja deferido. A conselheira Claudia posicionou-se que este assunto não deveria ser tratado como Benefício Eventual. A presidente Ana relatou que a única condição que não pode ser aceita é a penalização do usuário. A conselheira Caroline, diante das divergências sugeriu o estabelecimento de limite temporal para a concessão do benefício. O Secretário Marcos relatou a necessidade de alteração do Plano Plurianual de Assistência Social e que este programa/benefício não encontra-se na LDO/LOA do município. Posto em votação, o conselho DELIBEROU de forma unânime pelo estabelecimento do benefício por seis meses, prorrogáveis por mais seis meses. Em continuidade, Expediente: Item 01. Of. CRAS 143/2019 - Programa de Segurança Alimentar - “Programa Novos Mares”. A técnica Caroline efetuou a apresentação do projeto aos presentes, tratando-se também de apresentação de diagnóstico, como devolução à comunidade referente pesquisa realizada em Itapoá, decorrente de dissertação do mestrado. O Secretário Marcos apresentou três questões aos autores do projeto, sendo 1- Considerando que, conforme explanação, haverá acompanhamento do PAIF, se as condicionalidades/atividades ofertadas farão parte de um Rol a ser utilizado por toda a equipe, evitando-se o critério discricionário; Resposta não finalizada face a intervenção da presidência para o término da reunião. 2- Se as condicionalidades poderiam ser previamente acordadas com o Conselho Resposta não finalizada. 3- Se os grupos de Idosos, Excepcionais e Portadores de doenças incapacitantes (mesmo grupo tratado na discussão do item “g”) poderiam ser atendidos por este programa, em vez de Benefício Eventual, face que, acredita o secretário, seria mais efetivo devido ao estabelecimento de condicionalidades mesmo que aos familiares, condicionalidades estas vedadas quando do fornecimento de benefício eventual. Para esta questão a Assistente Social Claudia disse que não pois os valores do Projeto Novos Mares eram inferiores aos praticados pelo Benefício Eventual – Alimentação. Que são projetos complementares. Considerou a presidente que a pessoa com deficiência poderá participar deste projeto. Considerou a conselheira Claudia, que, acha, frisou, que excetuando a SM Educação, o município não tem condições de atendimento aos excepcionais. A deliberação ocorrerá na próxima ordinária com o cronograma e custos envolvidos, rubrica a ser utilizada e parecer de utilização do projeto. I) Edital Educador Social. A presidente relatou o trâmite das leis, inclusive junto ao Ministério Público. Relatou também que o Edital publicado na última sexta-feira possui erros gravíssimos quanto às documentações necessárias obrigatórias e as opcionais que são considerados como critério de desempate. Relatou as inexistências das atribuições da função de Educador, limitação etária, percentual de composição entre Educadores masculinos e femininos. Bem como a inexistência de entrevista ou teste de conhecimento do ECA, avaliação de grupo, e que a equipe técnica não fará parte do processo seletivo. Consultado o conselho, este DELIBEROU de forma unânime por oficiar o gestor/comissão e em cópia o conselho CMDCA e Ministério Público requerendo a correção do Edital seguindo as Orientações elaboradas pelo CONANDA – Guia de Orientações para Serviço de Acolhimento. Item 02. Of. CRAS 145/2019 - Agendamento de Benefícios Eventuais. Os conselheiros tem resposta formal encaminhada pelo CRAS. Pauta Deliberativa: Nada apresentado até o fechamento da pauta. Outros Assuntos: a) Prestação de Contas ao Estado. Conforme e-mail de 15/03 encaminhado pela gestão, é necessário o preenchimento pelo Conselho de Parecer em modelo específico fornecido (encaminhado em 19/03/2019) - Prazo findou em 30/04. Será considerado na próxima reunião. b) Plano de Ação 2019 CMAS – Inerte. Será considerado na próxima reunião. c) Regimento Interno do CMAS continua sem homologação. Explicou o Secretário Executivo que, inicialmente encaminhado em 31/07/2019, portanto, 308 dias



desta data e, após ajustadas as sugestões encaminhadas pelo jurídico em dezembro de 2018, foi Protocolado em 22/02/2019 nova versão. Em 04/05/2019 computa-se 102 dias de espera do segundo encaminhamento conforme o Art. 80 da LM 761/2018 de redação do próprio Chefe do Executivo (que não define prazo para ação). Proposta de Campanha em face para mobilizar os atores. Relata o secretário ainda que o Art. 80 não foi propositura do CMAS e sim do executivo que, à ocasião, passou despercebido pelo conselho. Continuou que o Ministério Público se pronunciou que não compete ao órgão manifestação política e que somente haveria competência/mérito se houvesse vício legal (erro no processo legal de tramitação ou aprovação ou conflito com a Constituição). Esclareceu o secretário que há ações na Administração Pública que estabelecem ações vinculadas ou discricionárias. Discricionárias são tomadas a critério do Administrador. Vinculadas são as obrigatórias ao Administrador. Que a proposta é que, já que havia se conversado com o Gestor, com o Ministério Público, representantes do Legislativo, tentou-se o estabelecimento de contato com o executivo e sem sucesso, que a proposta é fazer campanha no facebook ou forma digital contando os dias (de espera) aguardando a homologação do Regimento Interno, dando publicidade ao problema. A presidente expôs uma alternativa mais drástica que seria o trancamento de pauta, não saindo/resultando prestação de contas, e demais ações, travando os recursos da Assistência. A conselheira Claudia perguntou se o Regimento Interno pode nortear as ações do conselho mesmo sem a homologação. A presidente expôs que não, até que haja a homologação do mesmo o Regimento é nulo. Que propõe de imediato o encaminhamento de ofício informando o trancamento de pauta. Ponderou a conselheira Claudia... Não tem Regimento Interno, ....não tem conselho... Para tudo.... A presidente enfatizou a sugestão de trancamento de pauta, inexistindo a prestação de contas, que o prefeito sabe as consequências disso. Continuou a presidente: Talvez isso... (sic). A conselheira Caroline consultou se já havia sido consultado o Conselho Estadual. A presidente responde que o conselho respondeu que "Pode trancar a pauta, que o conselho tem autonomia para trancar a pauta a hora que o conselho quiser, justificadamente é claro". Que ela, Ana, se propõe em enviar um áudio ao Marlon informando o trancamento de pauta. Que, continuou a presidente, "Vamos ver o que ele responde", que tem duas opções, que aguardam o teu (Marlon) posicionamento. Ou vai para uma campanha para o facebook ou vai para trancamento de pauta. A conselheira Irene ponderou que "É bom mesmo decidir isso de uma vez". Continuou a presidente que acredita que o motivo é o conselho ter vedado a participação dos comissionados. Desta forma, perguntou o secretário a todos se a realização da próxima reunião ficaria vinculada à resposta do prefeito ao que a presidente expôs que a próxima reunião ocorrerá (normalmente) e que, será trazida a Prestação de Contas (para a pauta deliberativa). Em não havendo resposta, encerra-se a reunião "do jeito que abriu e pronto." (com o trancamento da pauta). A presidente consultou o posicionamento do conselho, proposta aceita por unanimidade. d) Reconsideração sobre a Inscrição da APAE no CNEAS, conforme ofício CMAS 009/2019 protocolado em 20/05/2019 e comprometimento da Gestora da SMAS. Segundo a representante da SMAS, não houve formalização por parte do gestor. Caso não seja estabelecida prazo de resolução até a próxima reunião. e) Condição de Trabalho da Secretaria Executiva - conforme ofício CMAS 010/2019. Fica para a próxima reunião. h) Participação da presidência e Secretaria executiva na Câmara de Vereadores sobre o PL 053/2018. Fica para a próxima reunião. i) Atualização dos avanços do Plano Plurianual de Assistência Social - Palavra da Gestora. Questionada a representante da SMAS, a conselheira Claudia diz não ter sido empoderada das informações do Gestor. A secretaria relatou que a gestora Célia justificou sua ausência em função de reunião no gabinete. Nesta reunião se acordou com a representante da SMAS que na próxima reunião será o último prazo para a apresentação dos avanços. Em caso de ausência de informação, será compulsório a apresentação de Notícia de Fato para o Ministério Público. j) Correição Ordinária em 12/06/2019 – 09h00. O conselho não se posicionou formalmente, mesmo com o alerta da secretaria. k) Término do mandato da atual gestão 31/10/2019 - Preparativos, fórum da Sociedade Civil, Prestação de Contas, etc.: Preparativos do conselho. Faltam 149 dias. Verificar previsão do Regimento Interno e lei Municipal. O Art. 56 da LM 761/2018 estabelece: "I - caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do fórum de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal, com antecedência de 90 (noventa) dias antes do término do mandato vigente. Antes dessa ação, edital e planejamento devem estar prontos. Será considerado na próxima reunião. Em outro pronto, tratou-se solicitação de errata da reunião anterior onde a presidente presenciou o agendamento de Benefícios Eventuais e não que tenha recebido duas denúncias. Posteriormente a Secretaria Executiva ouviu a gravação da reunião 004/2019 iniciando em 1h e 22 minutos e transcreveu o seguinte: Disse a presidente Ana: " Eu tive, como seu tô dentro da Assistência, eu tive duas reclamações, assim, não reclamações formais. A pessoa pegou lá sua senha e saiu falando... que estão sendo agendados, daí eu falei com a Claudia, né, a Claudia vai explicar, depois fiz um questionamento na AMUNESC, daí já trago a resposta também...(sic)". Desta forma, a solicitação de retificação da ata não é pertinente, estado disponível aos conselheiros a gravação. Relata a Secretaria Executiva que o termo utilizado à Ata 004/2019 apresenta os seguintes termos: "g) Agendamentos para Benefício Eventual. A presidente expôs aos presentes que recebeu duas reclamações de atendimento, que os usuários foram orientados a agendar os atendimentos. Continuou a presidente que consultou a AMUNESC que não é viável a realização de agendamento para a modalidade "alimentação" e que o atendimento deve ser imediato. Desconhece a Secretaria Executiva qual ata a Assistente Social e conselheira Claudia leu e, inclusive, mostrou para a presidente Ana pois, a alegação da conselheira é equivocada. Em nenhum momento foi dito, ou redigido que a presidente recebeu denúncia. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião às 11h06. Assinam esta ata os presentes:

Saara Regina Demeu Andrade (Entidades - APAE)
-----------------------------------------------

Ana Luiza Valente de Oliveira (Trabalhadores)
-----------------------------------------------

Irene Demarchi (Usuários)
---------------------------

Neusa Maria Gomes Lopes (SMTC)
--------------------------------

Francisco de Assis Silva (Usuários)
-------------------------------------

Claudia da Silva Barboza (SMAS)
---------------------------------

Scheila Aparecida Kziozek Pastuchak (SMS)
-------------------------------------------

## ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 43/2019

Publicação Nº 2123366

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2019 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo quarto dia do mês de agosto de 2019, a partir das 09:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(A) FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de

Apoio composta pelos membros, MARIZA APARECIDA FILLA e KARINA JUSSARA DOS SANTOS nomeados pelo (a) Decreto nº 4065/2019, para conduzirem a AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS PARA USO NO CENTRO DE PREPARO DE ALIMENTAÇÃO E UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participante	
Empresa	Representante
NEWS COMÉRCIO DE GÁS E CONVENIÊNCIA LTDA EPP	NÃO CREDENCIADO
MGI MASSARANDUBA COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	ELIANE RISCHBECK TODESCAT

Nesta fase, o representante da empresa NEWS COMÉRCIO DE GÁS E CONVENIÊNCIA LTDA EPP informou que seu credenciamento estava dentro do envelope, e conforme o item 5.2.4. do Edital "Será considerado o documento de credenciamento remetido dentro dos envelopes de "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação", desta forma a empresa não foi credenciada e o representante retirou seus documentos. Analisados os documentos da empresa MGI MASSARANDUBA COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos, porém a mesma manifestou-se que não poderia baixar a sua proposta. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
MGI MASSARANDUBA COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	1 e 2	R\$ 45.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de prestação de serviço conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte do representante da licitante de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata, encerrando às 09h:30m.

Itapoá, 14 de agosto de 2019.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	
MARIZA APARECIDA FILLA Membro	KARINA JUSSARA DOS SANTOS Membro

Licitantes:

MGI MASSARANDUBA COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA  
ELIANE RISCHBECK TODESCAT

## JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 002/2017

Publicação Nº 2123605

JULGAMENTO DO PROCESSO  
ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 002/2017

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração de Itapoá –SC., no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 203 caput, da Lei Complementar 044/2014:

Resolve:

ACATAR o relatório final da Comissão instituída e nomeada através da Portaria nº. 1.855/2017 referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 002/2017, e DETERMINA:

1. Arquivar o Processo.

Itapoá (SC), 14 de agosto de 2019.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA  
Secretária de Administração

## **JULGAMENTO DO PROCESSO SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA PSI Nº. 007/2019**

Publicação Nº 2124506

JULGAMENTO DO PROCESSO SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA PSI Nº. 007/2019

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração de Itapoá –SC., no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 181 parágrafo segundo, inciso I e II da Lei Complementar 044/2014:

Resolve:

ACATAR o relatório final da Comissão instituída e nomeada através da Portaria nº. 4.464/2019 referente ao Processo de Sindicância Investigatória nº. 007/2019, e DETERMINA:

1. Arquivamento do Processo em relação aos servidores: C.J.C e A.P.S.
2. Abertura de Processo Administrativo Disciplinar em relação a servidora: J.M.S.L;
3. Encaminha-se cópia do Relatório Final ao Conselho Municipal de Saúde.

Itapoá (SC), 14 de Agosto de 2019.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA  
Secretária de Administração

## **OFÍCIO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Publicação Nº 2123548

Ofício nº 002/2019/PA004/2019  
Itapoá, 23 de julho de 2019.

DE: Presidente da Comissão do Processo Administrativo.  
PARA: Modello Construtora Ltda EPP (BMG Construtora e Incorporadora Eirele EPP)  
A/C: Jerson Trautwein Di Credito  
Rua Ewaldo Quandt, nº 68 – Saguazu  
Joinville/SC  
CEP: 89221-470

Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo nº 004/2019, instituído pelo Sr. Marlon Roberto Neuber, Prefeito de Itapoá, conforme Decreto Municipal nº 4042, de 03/07/2019, publicado no DOM/SC, Edição nº 2870 em 08/07/2019, informa que foi aberto Processo Administrativo com a finalidade de apurar o fato relatado pela Secretaria Municipal de Educação na Tomada de Preço 0085/2017 – Pregão Presencial 37/2017 – Processo nº 55/2017, onde consta a seguinte contratação pública: "contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção do Centro Educacional para sediar a Escola Municipal Alberto Speck, conforme especificações constantes no edital e seus Anexos."  
Objeto da Denúncia: o não cumprimento das cláusulas contratuais (prazos).

Prazo para resposta: conforme consta do Decreto Municipal nº 2598/2015, Art. 12, IV. Manifestação escrita sobre as provas produzidas, assegurando o prazo de 5 (cinco) dias corridos para apresentação de contrarrazões pelo acusado, a fim de garantir o exercício do contraditório e ampla defesa, quanto aos fatos ora relatados no objeto da denúncia (relatório anexo).

Mônica Siqueira Frizzo  
Presidente do PA 004/2019

Flávio Elias Gélamio Custódio  
Membro

Eliana Nehring Silveira Belo  
Secretária

**RESOLUÇÃO CMAS 007/2019**

Publicação N° 2123288

**RESOLUÇÃO nº 007/2019**

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2018 da SMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8742/1993 (LOAS) e pela Lei Municipal nº 761 de 05 de janeiro de 2018 alterada pela Lei Municipal 800 de 30 de agosto de 2018 as quais que dispõem sobre a Política de Assistência Social no Município e,

- CONSIDERANDO O relatório da Comissão de Prestação de Contas, lido, analisado e discutido com o pleno do CMAS,

- CONSIDERANDO os apontamentos contidos na Ata 009.2019 de 13/08/2019.

DECIDE .

Aprovar, sem ressalvas, a Prestação de Contas do Exercício 2018 conforme aprovação unânime ocorrida por ocasião da reunião extraordinária de 13/08/2019.

Itapoá, 13 de agosto de 2019

Ana Luiza Valente de Oliveira

Presidente do CMAS

**RESOLUÇÃO CMAS 009/2019**

Publicação N° 2123291

**RESOLUÇÃO nº 009/2019**

Dispõe sobre a aprovação do Plano e Ação 2019 do MDS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8742/1993 (LOAS) e pela Lei Municipal nº 761 de 05 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município e,

- CONSIDERANDO que o Plano de Ação é o instrumento eletrônico de planejamento/previsão utilizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social/SNAS para ordenar e garantir o lançamento e validação anual das informações necessárias ao início ou à continuidade da transferência regular automática de recursos do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais;

- CONSIDERANDO que as informações contidas no Plano de Ação deverão estar em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social, conforme previsto no inciso III do artigo 30 da Lei nº 8.742, de 1993;

- CONSIDERANDO que o Plano de Ação possibilita que o Fundo de Assistência Social do Município receba continuamente as parcelas referentes ao cofinanciamento federal destinados à gestão, aos serviços, aos programas e aos projetos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

- CONSIDERANDO que a NOB/SUAS estabelece procedimentos de pactuação entre as esferas de governo, por meio dos quais são firmadas as competências, atribuições e responsabilidades sobre a destinação dos aportes financeiros;

- CONSIDERANDO que é de responsabilidade do Conselho de Assistência Social aprovar ou reprová-lo o Plano de Ação, emitindo o Parecer lavrado em ata e/ou resolução publicada em meio oficial de divulgação manifestando sua aprovação ou reprovação ao planejamento do município;

- CONSIDERANDO a deliberação e aprovação unânime ocorrida em assembleia extraordinária ocorrida em 13/08/2019, Ata 009, especificamente às linhas 45 a 56.

RESOLVE:

Tornar público a aprovação do PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – ANO 2019.

Autenticação de envio:

R:10.222.10.134 X1:45.238.252.73 87582503953 201908131408 263734

Itapoá, 13 de agosto de 2019

Ana Luiza Valente de Oliveira

Presidente do CMAS

**TERMO ADITIVO Nº 81/2019 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2019 (3º ADITIVO)**

Publicação Nº 2123546

TERMO ADITIVO Nº 81/2019 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2019. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Adalcino José Rosa, nº 396, Bairro Jardim Pérola do Atlântico, neste Município, e de outro lado a Empresa PREVENTI ENGENHARIA CONTRA INCENDIO LTDA ME, com sede à Rua Padre Anchieta, nº 70, Bairro: Centro, na cidade de Porto União/SC, CEP: 89.400-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.644.721/0001-00 e Inscrição Estadual nº 258.384.301, representada neste ato pela procuradora, a Sra. MAIRY WALTER TRAMONTIN, portadora do CNPF/MF nº 087.182.569-45 e do CI.RG nº 6.110.599-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar o PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO para a adequação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ayrton Senna, localizada no Balneário Cambijú, Itapoá/SC, conforme projetos das plantas dos locais a serem regularizados, cálculos dos sistemas envolvidos (rede de hidrante, sprinklers, saídas de emergências etc.), memoriais construtivos, laudos, atestado de aprovação de projeto pelo Corpo de Bombeiros Militar, e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019 - PROCESSO Nº 01/2019, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1. O presente Termo Aditivo visa aditar o respectivo Contrato Administrativo conforme cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITIVO**

2.1. O presente Termo Aditivo visa promover adequações no projeto inicial em conformidade com justificativa, projetos complementares, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, anexos ao processo.

2.2. Por força destas adequações, altera a cláusula quinta "do preço" aditando o respectivo contrato em um percentual de 3,611%, totalizando o valor de R\$ 2.050,86 (dois mil e cinquenta reais e oitenta e seis centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 17/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

3.2. E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 17/2019, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 14 de agosto de 2019.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC ELÁSIO FRISANCO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO FISCAL DO CONTRATO	CONTRATADA PREVENTI ENGENHARIA CONTRA INCENDIO LTDA ME MAIRY WALTER TRAMONTIN
CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC CARLOS RAMOS JUNIOR ENGENHEIRO CIVIL FISCAL DO CONTRATO	
Testemunhas:  NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 040/2019 ALUNOS ESTAGIÁRIOS**

Publicação Nº 2123480

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019  
PROCESSO SELETIVO Nº 040/2019  
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato relacionado abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;



- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente no Banco do Brasil.

CANDIDATO	NÍVEL
Renan Augusto Monteiro Caldeira	Superior – Tec. de Informática

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ DAS 07:30H ÀS 13:30H.

Itapoá, 14 de agosto de 2019.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha  
Secretária de Administração

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 040/2019 ALUNOS ESTAGIÁRIOS**

Publicação Nº 2123566

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019  
PROCESSO SELETIVO Nº 040/2019  
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato relacionado abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente no Banco do Brasil.

CANDIDATO	NÍVEL
Rafael do Carmo Janeiro Rodriguez	Superior – Tec. de Informática

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ DAS 07:30H ÀS 13:30H.

Itapoá, 14 de agosto de 2019.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha  
Secretária de Administração

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 040/2019 ALUNOS ESTAGIÁRIOS**

Publicação Nº 2123555

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019  
PROCESSO SELETIVO Nº 040/2019  
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato relacionado abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente no Banco do Brasil.

CANDIDATO	NÍVEL
Rafael do Carmo Janeiro Rodriguez	Superior – Tec. de Informática

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ DAS 07:30H ÀS 13:30H.

Itapoá, 14 de agosto de 2019.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha  
Secretária de Administração

**EDITAL 009/2019 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO TERMO DE CIÊNCIA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA**

Publicação Nº 2123251

Edital 009  
SEMAI**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ****Secretaria de Meio Ambiente**

Setor de Fiscalização Ambiental

**EDITAL 009/2019 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO  
TERMO DE CIÊNCIA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA**

A Autoridade Ambiental Fiscalizadora da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Setor de Fiscalização, vem por meio deste Edital **INTIMAR/NOTIFICAR** os autuados citados nos Processos Administrativos decorrentes dos Autos de Infrações Ambientais abaixo listados nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 021/2008, Art 39:

§ 2º. Não tendo sido encontrado, o infrator, nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a comunicação da decisão será feita via edital oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá, por um período de dez dias, após o que, as providências legais serão tomadas.

Caso queira, o autuado, apresentar as alegações finais, deverá protocolá-las no prazo de 10 (dez) dias, conforme edital, no setor de protocolos da Secretaria de Meio Ambiente, localizados na Avenida Beira Mar 3, nº 1412, Jardim Perola do Atlântico, Itapoá, SC, no seu horário de atendimento, 13:00 as 18:30 de segunda a sexta-feira, endereçando para a Autoridade Ambiental Fiscalizadora do Secretaria de Meio Ambiente.

A presente relação também estará disponível na página da Prefeitura Municipal de Itapoá, em: <http://www.itapoa.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaltem/106786>, e será fixada no mural da sede da Secretaria de Meio Ambiente no endereço acima informado. Os processos administrativos encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, no mesmo endereço.



Av. Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Pérola do Atlântico – Itapoá/SC – CEP 89249-000  
E-mail: [controleambiental@itapoa.sc.gov.br](mailto:controleambiental@itapoa.sc.gov.br) – Fone/Fax: (47) 3443-2780

1/3



Edital 009  
SEMAI



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**  
**Secretaria de Meio Ambiente**  
Setor de Fiscalização Ambiental

**RELAÇÃO DOS AUTUADOS:**

<b>Autuado</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Auto de Infração</b>	<b>Local</b>
Chale Empreendimentos Imobiliários LTDA	79.035.382/0001-49	0512/2019	Balneário: Santa Clara Quadra: 022 Lote: 0013
Erondi Machado Fafundes	111.558.509-63	0495/2018	Balneário: Paese Quadra: 017 Lote: 0025
Espolio Uirassu Alves De Carvalho	121.878.109-25	0535/2019	Balneário: Rainha Do Mar Quadra: 013 Lote: 0013
Espolio Sebastião F. Do Nascimento Filho	639.406.63-00	0444/2018	Balneário: Nascimento Quadra: 009 Lote: 0011
Espolio Sebastião F. Do Nascimento Filho	639.406.63-00	0445/2018	Balneário: Nascimento Quadra: 009 Lote: 0006
Espolio Sebastião F. Do Nascimento Filho	639.406.63-00	0442/2018	Balneário: Nascimento Quadra: 009 Lote: 0008
Enoque Rangel Freire	-	0500/2018	Balneário: JD Verdes Mares Quadra: 019 Lote: 0009
Euvino Waldo Hutt	-	0536/2019	Balneário: Rainha Do Mar Quadra: 023 Lote: 0014
Geni Fogaca Bittencourt	-	0526/2019	Balneário: Praia Dos Veleiros Quadra: 014 Lote: 0276



Av. Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Pérola do Atlântico – Itapoá/SC – CEP 89249-000  
E-mail: [controleambiental@itapoa.sc.gov.br](mailto:controleambiental@itapoa.sc.gov.br) – Fone/Fax: (47) 3443-2780

2/3

Edital 009  
SEMAI



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**  
**Secretaria de Meio Ambiente**  
Setor de Fiscalização Ambiental

Gilce Nagorsli	462.402.849-04	0697/2019	Balneário: Itapoá Anexo B-1 Quadra: 004 Lote: 0010
Ida Vital Soccol	000.691.759-34	0528/2019	Balneário: Sai Mirim Quadra: 040 Lote: 0006
Imobitec Incorporações De Imóveis	77.500.858/0001-40	0527/2019	Balneário: Londrina II Quadra: 022 Lote: 0010
Momiye Abe	097.198.739-49	0523/2019	Balneário: Praia Dos Veleiros Quadra: 014 Lote: 0281

Itapoá 07 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_  
Telma M<sup>a</sup> Teixeira Bauer  
Diretora do departamento  
de controle ambiental



Av. Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Pérola do Atlântico – Itapoá/SC – CEP 89249-000  
E-mail: [controleambiental@itapoa.sc.gov.br](mailto:controleambiental@itapoa.sc.gov.br) – Fone/Fax: (47) 3443-2780

3/3

**EDITAL 010/2019 DE NOTIFICAÇÃO DE LIMPEZA DE IMÓVEIS**

Publicação Nº 2123384

Edital 010  
SEMAI**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ****Secretaria de Meio Ambiente**

Setor de Fiscalização Ambiental

**EDITAL 010/2019 DE NOTIFICAÇÃO DE LIMPEZA DE IMÓVEIS.**

A Autoridade Ambiental Fiscalizadora da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Setor de Fiscalização, vem por meio deste Edital **NOTIFICAR** os **proprietários dos imóveis** abaixo listados nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 738/2017, Art 5:

Art.5º O proprietário do terreno será considerado notificado mediante:

- I – via postal com recebimento de AR ou no ato, em mãos próprias, com a assinatura do proprietário ou responsável, na notificação/auto de infração;
- II - por edital, publicado uma única vez no mural e no Diário Oficial dos Municípios;
- III – a colocação da placa de notificação.

O proprietário ou possuidor terá o prazo de 60 dias contados da publicação do edital para efetuar a limpeza do terreno.

Depois de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, caso o proprietário do imóvel não tenha regularizado a situação, será efetuado o auto de infração e multa, e o Município de Itapoá poderá executar os serviços de limpeza e roçada.

Caso queira, o proprietário, apresentar as alegações, deverá protocolá-las no prazo de 10 (dez) dias, conforme edital, no setor de protocolos da Secretaria de Meio Ambiente, localizados na Avenida Beira Mar 3, nº 1412, Jardim Perola do Atlântico, Itapoá, SC, no seu horário de atendimento, 13:00 as 18:30 de segunda a sexta-feira, endereçando para a Autoridade Ambiental Fiscalizadora do Secretaria de Meio Ambiente.

A presente relação também estará disponível na página da Prefeitura Municipal de Itapoá, em: <http://www.itapoa.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/106786>, e será fixada no mural da sede da Secretaria de Meio Ambiente no endereço acima informado.



Av. Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Pérola do Atlântico – Itapoá/SC – CEP 89249-000  
E-mail: [controleambiental@itapoa.sc.gov.br](mailto:controleambiental@itapoa.sc.gov.br) – Fone/Fax: (47) 3443-2780

1/2

Edital 010  
SEMAI



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**  
**Secretaria de Meio Ambiente**  
Setor de Fiscalização Ambiental

**RELAÇÃO DOS AUTUADOS:**

<b>Autuado</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Notificação</b>	<b>Local</b>
Deuclecio De Souza Maciel	-	724/2019	Balneário: JD Perola Do Atlântico Quadra: 014 Lote: 0015
Eugenio Lopes Prata	-	732/2019	Balneário: Paese Quadra: 033 Lote: 0016
Iede Maria Fabiane De Maraes	-	715/2019	Balneário: São José Quadra: 042 Lote: 0021
Francisco Chlad	-	749/2019	Balneário: Paese Quadra: 051 Lote: 0008
Gilce Nagorski	-	697/2019	Balneário: B-1 Quadra: 004 Lote: 0010
Targine Deise Altmann	-	723/2019	Balneário: Paese Quadra: 020 Lote: 0003
Sergio Luiz Ratti	-	739/2019	Balneário: Paese Quadra: 046 Lote: 0003
Sergio Luiz Ratti	-	753/2019	Balneário: Paese Quadra: 046 Lote: 0017

Itapoá 03 de Julho de 2019.

**Telma M<sup>a</sup> Teixeira Bauer**  
Diretora do departamento  
de controle ambiental



Av. Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Pérola do Atlântico – Itapoá/SC – CEP 89249-000  
E-mail: [controleambiental@itapoa.sc.gov.br](mailto:controleambiental@itapoa.sc.gov.br) – Fone/Fax: (47) 3443-2780

2/2

**EDITAL 011/2019 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO TERMO DE CIÊNCIA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA**

Publicação Nº 2123385

Edital 011  
SEMAI**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ****Secretaria de Meio Ambiente**

Setor de Fiscalização Ambiental

**EDITAL 011/2019 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO  
TERMO DE CIÊNCIA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA**

A Autoridade Ambiental Fiscalizadora da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Setor de Fiscalização, vem por meio deste Edital **INTIMAR/NOTIFICAR** os autuados citados nos Processos Administrativos decorrentes dos Autos de Infrações Ambientais abaixo listados nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 021/2008, Art 39:

§ 2º. Não tendo sido encontrado, o infrator, nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a comunicação da decisão será feita via edital oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá, por um período de dez dias, após o que, as providências legais serão tomadas.

Caso queira, o autuado, apresentar as alegações finais, deverá protocolá-las no prazo de 10 (dez) dias, conforme edital, no setor de protocolos da Secretaria de Meio Ambiente, localizados na Avenida Beira Mar 3, nº 1412, Jardim Perola do Atlântico, Itapoá, SC, no seu horário de atendimento, 13:00 as 18:30 de segunda a sexta-feira, endereçando para a Autoridade Ambiental Fiscalizadora do Secretaria de Meio Ambiente.

A presente relação também estará disponível na página da Prefeitura Municipal de Itapoá, em: <http://www.itapoa.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaltem/106786>, e será fixada no mural da sede da Secretaria de Meio Ambiente no endereço acima informado. Os processos administrativos encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, no mesmo endereço.



Av. Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Pérola do Atlântico – Itapoá/SC – CEP 89249-000  
E-mail: [controleambiental@itapoa.sc.gov.br](mailto:controleambiental@itapoa.sc.gov.br) – Fone/Fax: (47) 3443-2780

1/3

Edital 011  
SEMAI



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**  
**Secretaria de Meio Ambiente**  
Setor de Fiscalização Ambiental

**RELAÇÃO DOS AUTUADOS:**

<b>Autuado</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Auto de Infração</b>	<b>Local</b>
Emprendimentos Imobiliarios Verdes Mares de Itapoá LTDA-ME	75/77.592/0001-10	496/2018	Balneário: JD Verdes Mares Quadra: 019 Lote: 0010
Erondi Machado Fafundes	111.558.509-63	530/2019	Balneário: Paese Quadra: 017 Lote: 0025
Ida Vitalina Soccol	000.691.759-34	544/2019	Balneário: Sai Mirim Quadra: 040 Lote: 0017
Silmara Aparecida Sell de Freirtas	028.367.239-04	508/2019	Balneário: São José Quadra: 023 Lote: 0009
Valerin Pacheco	799.895.439-68	281/2018	Balneário: São José II, N.º 2360 – Chacara 03

Itapoá 03 de julho de 2019.

**Telma M<sup>a</sup> Teixeira Bauer**  
Diretora do departamento  
de controle ambiental



Av. Beira Mar 3, nº 1412 – Jardim Pérola do Atlântico – Itapoá/SC – CEP 89249-000  
E-mail: [controleambiental@itapoa.sc.gov.br](mailto:controleambiental@itapoa.sc.gov.br) – Fone/Fax: (47) 3443-2780

2/3

**EDITAL 012/2019 PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS**

Publicação Nº 2123390



Edital 012/2019  
SEMAI

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**  
**Secretaria de Meio Ambiente**

EDITAL 012/2019

PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Autorizações de Corte (AuC) referente ao período de Março a Junho de 2019:

TABELA 01 – Autorizações de Corte referente ao ano de 2019.

Requerente	CPF/CNPJ	AuC	Balneário	Quadra	Lote
Isolete Carmen Pinto de Oliveira	213.686.199-91	028/2019	Brasília	054	0025
Dirceu de Souza	677.411.939-53	029/2019	Praia das Palmeiras	050	0002
Léo Felipe Petry	688.507.279-68	030/2019	Jardim Pérola do Atlântico	037	0018
Caroline Simara Schuler Villa	032.605.359-00	031/2019	Sai-Mirim	034	0007
Joel Martins de Oliveira	610.190.979-49	032/2019	Rosa dos Ventos	016	0045
Ana Maria Pedroso Mora Osiecki	892.215.918-91	033/2019	Jardim Pérola do Atlântico	047	0004
Liane Carla Ribeiro dos Reis	875.082.309-49	034/2019	Itapema do Sai	065	0005
Liane Carla Ribeiro dos Reis	875.082.309-49	035/2019	Itapema do Sai	065	0007
Diuliane Siqueira de Oliveira	064.478.579-97	036/2019	Rio Gracioso	017	0002
Eliane Cristina Coelho de Alencar	121.449.388-22	037/2019	Mariluz	035	0001
José Joaquim dos Santos	706.808.259-91	038/2019	Sai Mirim	059	0003
Joelcio Flaviano Niels	525.569.139-91	039/2019	Brandalize	050	0015
José Eduardo Assunção	552.480.559-20	040/2019	Volta ao Mundo I	010	0009/0009-1



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 - Jardim Perola do Atlântico - Itapoa/SC - CEP 89249-000 -  
E-mail: [semai@itapoa.sc.gov.br](mailto:semai@itapoa.sc.gov.br) - Fone/Fax: (47) 3443-2780  
1/4





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

### Secretaria de Meio Ambiente

Edital 012/2019  
SEMAI

Rosângela Gonçalves Ferreira	035.422.879-03	041/2019	Itapoa Planta B-1	128	0009
Luis Gilberto Muñoz Rojas	321.187.839-49	042/2019	Princesa do Mar	068	0003
Alceu Schroeder	380.890.689-87	043/2019	Mariluz	039	0018
Gislene Gomes dos Santos	809.451.391-87	044/2019	Itapoa	128	0007
Beatriz de Fátima Ferreira	374.059.349-00	045/2019	Brasília	064	0024
Hélio Campanini	101.239.119-15	046/2019	Mariluz	038	0009
Edelci Maria Noveli	283.709.109-04	047/2019	Uirapuru I	017	0002
Nicholas James Obad	012.006.859-11	048/2019	Rosa dos Ventos	007	0006
Gustavo Henrique Manika	087.184.419-20	049/2019	Praia das Palmeiras	052	0006
André Fonseca Zappellini e Cia Ltda - Me	11.905.702/0001-30	050/2019	Rio Gracioso	002	0001/0002
Mauro Roberto Bulik	620.810.719-91	051/2019	Cambiju	045	0001
Mayckon Alexandre de Borba	052.537.689-55	052/2019	Rosa dos Ventos	011	0014
Ivete Simonara Stodolne	661.662.689-04	053/2019	Itapema do Sai	050	0018
Jerry Luis Sperandio	020.294.889-76	054/2019	Jardim Pérola do Atlântico	038	0021
Jordel Manfron	664.223.709-97	055/2019	Paese	024	0002
Jordel Manfron	664.223.709-97	056/2019	Paese	024	0001
Ervin Imóveis Ltda	10.543.157/0001-17	057/2019	Itapoa Planta B-1	128	0010
Ervin Imóveis Ltda	10.543.157/0001-17	058/2019	Mariluz	018	0003
Ervin Imóveis Ltda	10.543.157/0001-17	059/2019	Mariluz	012	0017
J.P Empreendimentos Imobiliários Ltda	18.380.448/0001-43	060/2019	Parque	007	0002
J.P Empreendimentos Imobiliários Ltda	18.380.448/0001-43	061/2019	Volta ao Mundo I	031	0001



Avenida Beira Mar 3, n° 1412 - Jardim Perola do Atlântico - Itapoa/SC - CEP 89249-000 -  
E-mail: [semai@itapoa.sc.gov.br](mailto:semai@itapoa.sc.gov.br) - Fone/Fax: (47) 3443-2780

2/4



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

### Secretaria de Meio Ambiente

Edital 012/2019  
SEMAI

João Gabriel Gonzatto Araldi	059.735.519-38	062/2019	Uirapuru	098	0008
Daniele Cristina Pereira Holz	061.930.549-52	063/2019	Cambiju	041	0023
Reginaldo Gnoinsky	003.627.099-71	064/2019	Jardim Pérola do Atlântico	066	0001
Alex Sandro Adonis Zanellato	019.214.989-00	065/2019	Rosa dos Ventos	008	0041
Osvaldo Carneiro Júnior	019.847.589-69	066/2019	Mariluz	056	0013
Kelly de Oliveira Carvalho Pesenti	514.950.319-34	067/2019	Rainha do Mar	025	0012
Vinicius Graeser Teixeira	082.841.789-07	068/2019	Farol do Itapoá II	022	0001
Cicero Fernando Pomim Valentim	223.082.459-72	069/2019	Estrelas	008	0005
Ezequiel Romão Pereira	032.947.359-01	070/2019	Sai Mirim	020	0097
Marlos Stiegler dos Santos	029.245.199-77	071/2019	São José	002	0003
Alcides Vieira	312.296.709-04	072/2019	Paese	008	0020
Marco Aurélio Kreuz Weber	123.023.048-37	073/2019	Brandalize	070	0015
Jovino Hlenka	842.369.309-00	074/2019	Diamantina	014	0007
Larri Keiler Silvestrin	376.166.170-34	075/2019	Rainha do Mar	039	0008
Jonas Biela	663.203.219-20	076/2019	Princesa do Mar	062	0019A
Luane Martins Pazine	081.473.569-00	077/2019	Princesa do Mar	062	0019B
Hélcio Luiz Henk	359.715.339-91	078/2019	Sem Balneário	-	-
Jonas Eduardo Lins	077.802.399-00	079/2019	Praia das Palmeiras	006	0026
Tuco Empreendimentos LTDA	19.169.435/0001-92	080/2019	Mariluz	038	0017
Adriano Alves Gouveia Pavan	019.639.121-01	081/2019	Princesa do Mar	084	0004
Ketty Prado de Souza Duarte	069.172.727-95	082/2019	Volta ao Mundo I	009	0007



Avenida Beira Mar 3, n° 1412 - Jardim Perola do Atlântico - Itapoa/SC - CEP 89249-000 -  
E-mail: [semai@itapoa.sc.gov.br](mailto:semai@itapoa.sc.gov.br) - Fone/Fax: (47) 3443-2780

3/4

Edital 012/2019  
SEMAI



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

### **Secretaria de Meio Ambiente**

Lotario dos Santos Hortiz	602.665.899-87	083/2019	Praia das Palmeiras	037	0006
Tuco Empreendimentos LTDA	19.169.435/0001-92	084/2019	Itapoa	113	0012
Jorge Lalico	938.456.509-15	085/2019	Itamar	024	0004

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoa e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Itapoa, 19 de Julho de 2019.

**Rodrigo Cechin**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 - Jardim Perola do Atlântico - Itapoa/SC - CEP 89249-000 -  
E-mail: [semai@itapoa.sc.gov.br](mailto:semai@itapoa.sc.gov.br) - Fone/Fax: (47) 3443-2780  
4/4

**EDITAL 013/2019 PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS**

Publicação Nº 2123396



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**  
Secretaria de Meio Ambiente

Edital 013/2019  
SEMAI

EDITAL 013/2019  
PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Licenças Ambientais (LAP, LAO) referentes ao período de Março de 2019, até a presente data:

Tabela 01 – LAPs emitidas em 2019.

<b>Empreendimento</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Código da Atividade</b>	<b>N.º da Licença</b>	<b>Validade</b>
Terminal Retroportuário Sérgio Ferreira de Aguiar	230.944.279-87	47.86.00 – Terminal retroportuário	024/2019	48 meses
Edifício Residencial The Gardens	83.200.980/0001-01	71.11.07 – Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços)	051/2019	30 meses



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 - Jardim Perla do Atlântico - Itapoá/SC – CEP 89249-000 -  
E-mail: [semai@itapoa.sc.gov.br](mailto:semai@itapoa.sc.gov.br) - Fone/Fax: (47) 3443-2780

1/2

Edital 013/2019  
SEMAI



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

### Secretaria de Meio Ambiente

Tabela 03 – LAOs emitidas em 2019.

Empreendimento	CPF/CNPJ	Código da Atividade	N.º da Licença	Validade
Condomínio Arpoador Residencial	01.907.305/0001-44	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	033/2019	48 meses
Condomínio Residencial Maria Cristina	16.865.251/0001-79	71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	052/2019	48 meses
Aliança Transporte Multimodal Ltda. - ATM	31.447.188/0008-10	47.86.00 – Terminal retroportuário	062/2019	48 meses

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Itapoá, 13 de agosto de 2019.

Rodrigo Cechin  
Secretário Municipal de Meio Ambiente



Avenida Beira Mar 3, nº 1412 - Jardim Perla do Atlântico - Itapoá/SC – CEP 89249-000 -  
E-mail: [semai@itapoa.sc.gov.br](mailto:semai@itapoa.sc.gov.br) - Fone/Fax: (47) 3443-2780  
2/2

**CÂMARA MUNICIPAL****TERMO ADITIVO Nº 01 NO ANO DE 2019 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018**

Publicação Nº 2123620

TERMO ADITIVO Nº 01 NO ANO DE 2019 AO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 00.484.829/0001-07, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, o Sr. Sr. GERALDO RENE BEHLAU WEBER, portador da RG nº 1.450.930-5 SSP/SC, e do CPF nº 254.840.609-15, residente e domiciliado na Avenida André Rodrigues de Freitas, nº 508, bairro Itapema do Norte, município de Itapoá/SC, CEP 89.249-000, e de outro lado a Empresa IPM INFORMÁTICA LTDA., com sede à Rua Avenida Trompowsky, nº 354, 7º andar, Bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.258.027/0001-41 e Inscrição Estadual nº 253.419.417, representada neste ato pelo sócio-administrador Sr. ALDO LUIZ MEES, portador do CNPJ/MF nº 292.867.519-15 e do CI. RG nº 7R/865.793, aqui denominada CONTRATADA, de acordo com a Lei Federal no 10.520/2002, da Lei Federal no 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal no 8.078/90 e pelas especificações e condições, têm justo e contratado o que segue:

**I - DO OBJETO**

1.1 - O objeto deste contrato é a contratação de empresa para provimento de software de Gestão Pública e Serviços, desenvolvido em ambiente Web, abrangendo os serviços de instalação, migração de dados, parametrização, implantação, treinamento, provimento de datacenter, manutenção legal e corretiva, atualização tecnológica e suporte técnico, para atender aos requisitos da Câmara Municipal de Itapoá-SC, conforme especificações e demais condições constantes na Proposta de Preço e Termo de Referência, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018, nos mesmos termos do Contrato Administrativo nº 03/2018.

PARÁGRAFO ÚNICO – Integra e completa o presente Contrato e Termo Aditivo, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Pregão Presencial nº 01/2018 e seus Anexos.

**II - DA PRORROGAÇÃO**

2.1 – Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado do Contrato Administrativo nº 03/2018, pelo prazo de 12 (doze) meses, com término previsto para o dia 30/07/2020 (trinta de julho de dois mil e vinte), podendo ser prorrogado nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, com alteração na Cláusula Segunda, do Contrato Administrativo nº 03/2018.

**III - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE.**

3.1 Conforme o valor da correção monetária pelo índice inflacionário INPC percebido nos últimos 12 (doze) meses, apurado em 3,31% (três com trinta e um por cento), conforme demonstrativo do ANEXO II do presente Termo Aditivo, e nos termos do Item 7.7.1, da Cláusula Sétima, do Contrato Administrativo nº 03/2018, ficam os valores revisados, conforme as seguintes disposições:

3.1.1 Pelos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor revisado de R\$ 20.827,32 (vinte mil oitocentos e vinte e sete reais com trinta e dois centavos) do valor total do contrato para 12 (doze) meses, referente à Locação dos Sistemas de Informação, com alteração do Total II, do ANEXO I (Demonstrativo de Quantidade e Preços), do Contrato Administrativo nº 03/2018.

3.1.2 Pelos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor revisado de R\$ 13.946,80 (treze mil novecentos e quarenta e seis reais com oitenta centavos) do valor total do contrato para 12 (doze) meses, referente à Serviços Técnicos de Demanda Variável, com alteração do Total III, do ANEXO I (Demonstrativo de Quantidade e Preços), do Contrato Administrativo nº 03/2018.

3.1.3 O serviço de Implantação, Total I, do ANEXO I (Demonstrativo de Quantidade e Preços), do Contrato Administrativo nº 03/2018, não possui mais saldo a ser pago pela CONTRATANTE, pois esse serviço é executado apenas uma vez, na migração e implantação dos Sistemas de Informação da CONTRATADA.

3.1.4 Os valores de Locação dos Sistemas de Informação serão pagos mensalmente, até 05 (cinco) dias úteis do mês seguinte ao da execução dos serviços, e os Serviços Técnicos de Demanda Variável serão pagos a partir da necessidade verificada pela CONTRATANTE e CONTRATADA, ao longo da execução do serviço contratado.

3.1.5 O preço do objeto deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 34.774,12 (trinta e quatro mil setecentos e setenta e quatro reais com doze centavos), que corresponde ao valor de 12 meses.

**DISPOSIÇÕES FINAIS.**

Permanecem inalteradas, no que não colidirem as demais cláusulas e condições pactuadas no termo primitivo. E por estarem assim certas e ajustadas, e de pleno acordo com as cláusulas aditivas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta os efeitos legais desejados.

Itapoá/SC, 30 de julho de 2019.

GERALDO RENE BEHLAU WEBER PRESIDENTE DA MESA DIRETORA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ CONTRATANTE	ALDO LUIZ MEES ADMINISTRADOR IPM INFORMÁTICA LTDA. CONTRATADO
Testemunha FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO CPF Nº 059.357.459-17	Testemunha SYBELLE LEICHSENRING CPF Nº 035.895.599-85

**ANEXO I - DEMOSTRATIVO DE QUANTIDADE E PREÇOS**

Detalhamento da Proposta Vencedora da empresa IPM Sistemas Ltda.

I – Implantação dos Sistemas de Informação					
Item	Descrição				Valor Total Máx.
1	<p>Diagnóstico (Levantamento de normas/leis, em especial as relacionadas ao acesso de informações e fluxos internos, objetivando a adoção de melhores práticas de gestão pública);</p> <p>Migração (Migração de informações disponíveis nos servidores e computadores da Câmara, no que for necessário ao normal funcionamento do sistema);</p> <p>Configuração (Configuração de tabelas, cadastros e rotinas; e configuração e adequação de relatórios, telas, layouts/logotipos e roteiros de processos;</p> <p>Habilitação e Treinamento (Instalação dos aplicativos web e definição de permissões e acessos - individuais para cada usuário, explicações sobre as funcionalidades dos sistemas para os usuários da Câmara);</p> <p>Acompanhamento (acompanhamento inicial de operação necessário ao esclarecimento de dúvidas aos usuários na utilização do software); e</p> <p>Datacenter (Provisionamento de servidor web para hospedagem dos sistemas de informação, com estrutura para funcionamento ininterrupto, inclusive com links de comunicação alternados, grupo gerador de energia, hardwares redundantes, virtualização, SGBDs, softwares básicos e de segurança, robot de backup, administração 24x7, em todos os dias do ano).</p>				R\$ 0,0
II - Locação dos sistemas de informação					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor Máximo Mensal	Valor Máx. Total 12 meses
2	CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ				
2.1	Gestão Contábil e Execução Financeira	Mês	12	R\$ 444,23	R\$ 5.330,76
2.2	Gestão de Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	R\$ 330,59	R\$ 3.967,08
2.3	Gestão de Pessoas (RH e Folha de Pagamento)	Mês	12	R\$ 382,25	R\$ 4.587,00
2.4	Gestão de Patrimônio	Mês	12	R\$ 196,29	R\$ 2.355,48
2.5	Portal da Transparência	Mês	12	R\$ 165,30	R\$ 1.983,60
2.6	Controle Interno	Mês	12	R\$ 216,95	R\$ 2.603,40
III - Serviços Técnicos de Demanda Variável					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor Máximo por Hora	Valor Máx. Total 12 meses
3	SERVIÇOS TÉCNICOS DE DEMANDA VARIÁVEL				
3.1	Serviços de treinamento, capacitação e atendimento técnico local eventual, pós implantação.	Hora	20	R\$ 129,14	R\$ 2.582,80
3.2	Serviços técnicos especializados de consultoria, customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do contratante.	Hora	50	R\$ 227,28	R\$ 11.364,00
Total I - Implantação					R\$ 0,0
Total II - Locação dos Sistemas de Informação					R\$ 20.827,32
Total III - Serviços Técnicos de Demanda Variável					R\$ 13.946,80
Total Geral					R\$ 34.774,12

## ANEXO II – Serie histórica do INPC Brasil

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)
Jun/2019	0,01	2,4524	3,3100
Mai/2019	0,15	2,4424	4,7818
Abr/2019	0,60	2,2890	5,0747
Mar/2019	0,77	1,6789	4,6674
Fev/2019	0,54	0,9019	3,9403



Jan/2019	0,36	0,3600	3,5681
Dez/2018	0,14	3,4340	3,4340
Nov/2018	-0,25	3,2893	3,5579
Out/2018	0,40	3,5482	4,0043
Set/2018	0,30	3,1357	3,9732
Ago/2018	0,00	2,8272	3,6415
Jul/2018	0,25	2,8272	3,6104

# Ituporanga

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 06/2019/FMS

Publicação Nº 2123430

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b> CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
		Processo Administrativo: 8/2019 Processo de Licitação: 6/2019 Data do Processo: 17/06/2019	1 / 22

### ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO E NAS UNIDADES ESTRATEGIAS SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA - SC

Ao(s) 24 de julho de 2019, às 09:00 no(a) Sala de Reuniões da Prefeitura sito à Rua Joaquim Boeing, 40 Centro - Ituporanga-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto Nº 39/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilidades para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no processo licitatório Nº 8 / 2019, Licitação Nº 6 / 2019 , na modalidade Pregão Presencial.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise do preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

#### PARECER DA COMISSÃO:

Conforme ata anterior a empresa Dental Med. Equip. Mat apresentou certidão de FGTS vencida, por se tratar de micro-empresa utilizou o benefício da lei para apresentar certidão atualizada em 5 dias. A comissão de pregão informa que a empresa apresentou certidão atualizada e está devidamente habilitada conforme as exigências do edital.

#### 936324 - MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA. ME

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
16	35429 - AGULHAS PARA PONTA DE SERINGA CENTRIZ EM METAL CAIXA COM 20 UNIDADES	10	CAIXA	48,0000	480,0000
22	40799 - ALICATE PERFURADOR AINSWORTH, PARA PERFURAR LENÇOL DE BORRACHA AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	1	UNIDADE	64,0000	64,0000
24	40846 - ALVEOLOTOMO FRIEDMAN 12 CM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	355,0000	1.065,0000
43	40818 - BROCA ENDO Z PARA ALTA ROTAÇÃO	80	UNIDADE	16,1400	1.291,2000
56	46446 - CÂMARA ESCURA PORTÁTIL SEM ILUMINAÇÃO, INDICADA PARA REVELAÇÃO DE FILMES ODONTOLÓGICOS PERIAPICAIS.	3	UNIDADE	138,0000	414,0000
57	18113 - CÁPSULA DE AMALGAMA DE 2 PORÇÕES CAIXA COM 50 CÁPSULAS	3	CAIXA	87,3300	261,9900
69	18665 - COLGADURA INDIVIDUAL EM INOX EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	5	PACOTE	23,8500	119,2500
75	29953 - CONE GUTA PERCHA Nº 15-40 CAIXA COM 120 UNIDADES	5	CAIXA	10,4500	52,2500
76	40979 - CINZEL MEIA CANA AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	19,4600	97,3000
97	19036 - EDTA LÍQUIDO FRASCO COM 20 ML	35	UNIDADE	3,8800	135,8000
108	40917 - ESCOVA PARA LIMPEZA DE BROCA ESCOVAS COM CERDAS DE LATÃO	10	UNIDADE	3,6000	36,0000
126	40920 - FILME RADIOGRAFICO INTRA ORAL INFANTIL	25	CAIXA	142,0000	3.550,0000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b>  CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telephone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000    - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>		
		Processo Administrativo:	8/2019	
		Processo de Licitação:	6/2019	
		Data do Processo:	17/06/2019	
		2	/	22

	COM 100 PELICULAS				
140	46494 - FOICES PONTA MORSE 0-00 AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	3	UNIDADE	9,4000	28,2000
149	35270 - FORMOCRESOL 10 ML	10	UNIDADE	3,6000	36,0000
173	41413 - Hipoclorito de Sódio 2,5%. Frasco com 1000 ml.	40	UNIDADE	2,4000	96,0000
177	35562 - INSERTO ODONTOLÓGICO G1- PARA APARELHO DE ULTRASSOM JET SONIC BP GNATUS	2	UNIDADE	145,3900	290,7800
178	35565 - INSERTO ODONTOLÓGICO G10P- PARA APARELHO DE ULTRASSOM JET SONIC BP GNATUS	2	UNIDADE	48,7800	97,5600
179	35563 - INSERTO ODONTOLÓGICO G2- PARA APARELHO DE ULTRASSOM JET SONIC BP GNATUS	2	UNIDADE	48,7800	97,5600
182	40921 - KIT ACABAMENTO E POLIMENTO AMALGAMA- CONTEM 06 UNIDADES (VIKING 8089)	5	KIT	24,9000	124,5000
185	34213 - KIT CIRÚRGICO ESTÉRIL - É indicado para cirurgias na área odontológica. Kit com 9 peças: * 2 aventais manga longa.* 1 campo fenestrado 1,2 x 0,7m.* 1 campo 0,7 x 0,7m.* 1 protetor de refletor.* 2 protetores de cabos.* 2 toalhas absorventes.	50	KIT	14,2500	712,5000
213	19122 - LUPA DE MÃO	2	UNIDADE	8,6900	17,3800
247	46515 - PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTERIL 1190 F	120	UNIDADE	2,8000	336,0000
249	19014 - PONTA DIAMANTADA CONE INVERTIDA 1033 EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM ESTÉRIL.	50	UNIDADE	2,9800	149,0000
251	19025 - PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO 2135 F EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM ESTÉRIL	120	UNIDADE	2,9800	357,6000
253	40928 - PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO 2200 EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM ESTÉRIL	100	UNIDADE	2,9800	298,0000
257	19023 - PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO 3195 F EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM ESTÉRIL	120	UNIDADE	2,9800	357,6000
284	19121 - RÉGUA PLÁSTICA FLEXÍVEL MILIMETRADAS	2	UNIDADE	1,3800	2,7600
				<b>Total Fornecedor:</b>	10.568,2300

**942111 - DENTAL CENTER COMERCIO DE MAT. ODONT.MED. E CIRURG**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
4	46400 - ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL - RENDIMENTO DO FRASCO 5,6ML (6G), RENDE ATÉ 280 RESTAURAÇÕES SOLVENTE A BASE DE AGUA E ETANOL	90	UNIDADE	72,5000	6.525,0000
60	40984 - CIMENTO CIRÚRGICO, 90 GRAMAS BASE + 90 GRAMAS DE CATALISADOR.	2	KIT	48,0000	96,0000
95	46468 - DISCO DE LIXA POP ON G SOFT - LEX CAIXA COM 30 UNIDADES	80	CAIXA	68,0000	5.440,0000
288	46523 - RESINA COMPOSTA COR A2 - RESTAURADOR UNIVERSAL RESINA COMPOSTA MICRO-HÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS, RADIOPACA E FOTOPOLIMERIZÁVEL. COMPOSIÇÃO : COMBINAÇÃO DE ZIRCÔNIA/SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA E PARTÍCULAS DE SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA DE 20NM. A CARGA INORGÂNICA CONSISTE EM 81,8% EM PESO (67,8% EM VOLUME), COM UM TAMANHO DE PARTÍCULA DE 20NM DE SÍLICA E APROXIMADAMENTE 0.1 - 10M DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. O RESTAURADOR UNIVERSAL MICRO-HÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS CONTÉM OS MONÔMEROS BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA.. INDICAÇÕES : É INDICADO PARA O USO EM: RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES DIRETAS (INCLUINDO AS SUPERFÍCIES OCLUSAIS) NÚCLEO DE PREENCHIMENTO ESPLINTAGEM RESTAURAÇÕES INDIRETAS (INCLUINDO INLAYS,	40	UNIDADE	40,9000	1.636,0000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b> CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
		Processo Administrativo: 8/2019 Processo de Licitação: 6/2019 Data do Processo: 17/06/2019	3 / 22

	ONLAYS E FACETAS) .				
290	46525 - RESINA COMPOSTA COR B2 - RESTAURADOR UNIVERSAL RESINA COMPOSTA MICRO-HÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS, RADIOPACA E FOTOPOLIMERIZÁVEL. COMPOSIÇÃO : COMBINAÇÃO DE ZIRCÔNIA/SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA E PARTÍCULAS DE SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA DE 20NM. A CARGA INORGÂNICA CONSISTE EM 81,8% EM PESO (67,8% EM VOLUME), COM UM TAMANHO DE PARTÍCULA DE 20NM DE SÍLICA E APROXIMADAMENTE 0.1 - 10M DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. O RESTAURADOR UNIVERSAL MICRO-HÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS CONTÉM OS MONÔMEROS BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA.. INDICAÇÕES :É INDICADO PARA O USO EM: RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES DIRETAS (INCLUINDO AS SUPERFÍCIES OCLUSAIS) NÚCLEO DE PREENCHIMENTO ESPLINTAGEM RESTAURAÇÕES INDIRETAS (INCLUINDO INLAYS, ONLAYS E FACETAS) .	20	UNIDADE	41,6000	832,0000
291	46526 - RESINA COMPOSTA COR OA2 - RESTAURADOR UNIVERSAL RESINA COMPOSTA MICRO-HÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS, RADIOPACA E FOTOPOLIMERIZÁVEL. COMPOSIÇÃO : COMBINAÇÃO DE ZIRCÔNIA/SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA E PARTÍCULAS DE SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA DE 20NM. A CARGA INORGÂNICA CONSISTE EM 81,8% EM PESO (67,8% EM VOLUME), COM UM TAMANHO DE PARTÍCULA DE 20NM DE SÍLICA E APROXIMADAMENTE 0.1 - 10M DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. O RESTAURADOR UNIVERSAL MICRO-HÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS CONTÉM OS MONÔMEROS BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA.. INDICAÇÕES :É INDICADO PARA O USO EM: RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES DIRETAS (INCLUINDO AS SUPERFÍCIES OCLUSAIS) NÚCLEO DE PREENCHIMENTO ESPLINTAGEM RESTAURAÇÕES INDIRETAS (INCLUINDO INLAYS, ONLAYS E FACETAS) .	30	UNIDADE	49,9000	1.497,0000
<b>Total Fornecedor:</b>					16.026,0000

**943169 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
2	46398 - ABRIDOR DE BOCA INFANTIL ADULTO E INFANTIL	10	UNIDADE	5,4000	54,0000
27	18086 - ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:1000.000 SENDO TUBETE DE VIDRO - CAIXA COM 50 UNIDADES.	150	CAIXA	70,0000	10.500,0000
35	40796 - ARCO DE OSTBY (ARCO REDONDO DE PLÁSTICO AZUL) AUTOCLAVÁVEL ADULTO	2	UNIDADE	7,5000	15,0000
37	40797 - BARREIRA GENGIVAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, 1 SERINGA DE 2G (TOPDAM OU GENGIGAM)	30	UNIDADE	10,1500	304,5000
64	40848 - CINZEL BIBIZEL AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	11,6000	34,8000
65	40849 - CINZEL BIZEL AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	11,6000	34,8000
70	40779 - COMPRESSA GAZE HIDRÓFILA, MEDINDO 7,5CM X 7,5CM DOBRADA, 13 FIOS CM², 15X3, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO TELA OU CROUCHE , PCT COM 500 UNIDADES ,ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, MANCHAS, FALHAS, SEM FILAMENTO RADIOPACO, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL A 15	400	PACOTE	17,8000	7.120,0000


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA**

CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878  
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING -  
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 6/2019**

Processo Administrativo: 8/2019  
Processo de Licitação: 6/2019  
Data do Processo: 17/06/2019

4 / 22

SEGUNDOS, TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 13.843 E NBR 14.108, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 UNIDADES, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO, VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA CÓPIA IMPRESSA DO REGISTRO NA ANVISA, PACOTE COM 500 UNIDADES.				
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

**943169 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
78	40957 - CONES DE PAPEL ABSORVENTE #30- CAIXA COM 120 CONES	30	CAIXA	15,0000	450,0000
79	40958 - CONES DE PAPEL ABSORVENTE #35 - CAIXA COM 120 CONES	30	CAIXA	15,5000	465,0000
80	40959 - CONES DE PAPEL ABSORVENTE #40 - CAIXA COM 120 CONES	5	CAIXA	15,5000	77,5000
82	35426 - CONES DE PAPEL ABSORVENTES Nº 45-80 CAIXA SORTIDA COM 120 CONES	2	CAIXA	13,0000	26,0000
84	40897 - CORTANTE DE BLACK DUPLO Nº 26 (recortador de margem gengival) AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	7,1000	21,3000
85	8747 - CREME DENTAL 30 GRAMAS	3000	UNIDADE	0,7500	2.250,0000
88	40753 - CURETA DE GOLDMAN-FOX Nº 04 AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	3	UNIDADE	8,5300	25,5900
91	40754 - CURETA McCall Nº 13-14 AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	3	UNIDADE	6,5000	19,5000
115	19027 - ESPÁTULA DE RESINA NÍQUEL TITÂNIO Nº1 (ESPÁTULA DE UM LADO E DO OUTRO LADO BOLINHA)	20	UNIDADE	41,0000	820,0000
116	19028 - ESPÁTULA DE RESINA NÍQUEL TITÂNIO Nº3	20	UNIDADE	37,0000	740,0000
128	40741 - FIO DE SUTURA AGULHADO 3-0 SEDA TRANÇADA PRETA ODONTOLÓGICA 45 CM , , CAIXA COM 24 ENVELOPES	120	CAIXA	23,0000	2.760,0000
129	40740 - FIO DE SUTURA AGULHADO 4-0 SEDA TRANÇADA PRETA ODONTOLÓGICA 45 CM , CAIXA COM 24 ENVELOPES	80	CAIXA	23,0000	1.840,0000
130	40985 - FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON 4.0 - CAIXA COM 24 ENVELOPES	10	CAIXA	23,0000	230,0000
131	40743 - FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON 5.0. MONOFILAMENTO PRETO 45CM (NÃO ABSORVÍVEL) CAIXA COM 24 ENVELOPES	5	CAIXA	23,0000	115,0000
188	40937 - LÂMINAS DE BISTURI Nº 15C. (AÇO CARBONO) DESCARTÁVEL E ESTERILIZADA (CAIXA COM 100 UNIDADES)	5	CAIXA	22,8000	114,0000
189	19123 - LAMPARINA DE INOX A ÁLCOOL	1	UNIDADE	17,0000	17,0000
212	35268 - LIMITADORES DE SILICONE (STOP'S/ CURSORES) PACOTE COM 100 UNIDADES	2	PACOTE	12,1000	24,2000
215	18351 - LUVAS DE LÁTEX P/ PROCEDIMENTOS M - C/ 100	150	CAIXA	14,9000	2.235,0000
216	18951 - LUVA LÁTEX PARA PROCEDIMENTO M, SEM TALCO COM 100 UNIDADES	100	CAIXA	17,0000	1.700,0000
223	40925 - MANDRIL ADAPTADOR PARA/ DISCO SOFLEX POP ON	30	UNIDADE	13,0000	390,0000
227	18955 - ÓCULOS DE PROTEÇÃO, COM LENTES ANTIEMBAÇANTES E ANTIRRISCO, PARTE INTERNA	10	UNIDADE	4,3500	43,5000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA**

CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878  
 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING -  
 CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 6/2019**

Processo Administrativo: 8/2019  
 Processo de Licitação: 6/2019  
 Data do Processo: 17/06/2019

5 / 22

	DA ARMAÇÃO COM PROTEÇÃO EMBORRACHADA, APOIO NASAL EM SILICONE MACIO, COM ELÁSTICO PARA FIXAÇÃO NAS HASTES				
239	40977 - PERIOTÔMO AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	40,6000	203,0000
260	18958 - PONTA PARA ULTRASSOM PARA UTILIZAÇÃO EM APARELHO KONDORTECK	15	UNIDADE	99,0000	1.485,0000
263	30015 - PONTAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO 3083	100	UNIDADE	1,4900	149,0000
272	40778 - PORTA AGULHA MAYO HEGAR AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	21,0000	210,0000
277	35254 - POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL ADULTO -KIT COM 06 PEÇAS + POTE DE ARMAZENAMENTO	8	KIT	45,0000	360,0000
278	40940 - POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL INFANTIL, KIT COM 06 PEÇAS + POTE PARA ARMAZENAMENTO.	5	KIT	45,0000	225,0000
280	40901 - PRENDEDOR DE BABADOR (JACARE)	20	UNIDADE	4,2000	84,0000
282	40905 - PROTETOR DE TIREOIDE ADULTO PARA USO EM RX COM PROTEÇÃO, 0,25 MM Pb	2	UNIDADE	79,0000	158,0000
286	46521 - RESINA COMPOSTA COR A 3.5 - RESTAURADOR UNIVERSAL RESINA COMPOSTA MICRO-HÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS, RADIOPACA E FOTOPOLIMERIZÁVEL. COMPOSIÇÃO : COMBINAÇÃO DE ZIRCÔNIA/SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA E PARTÍCULAS DE SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA DE 20NM. A CARGA INORGÂNICA CONSISTE EM 81,8% EM PESO (67,8% EM VOLUME), COM UM TAMANHO DE PARTÍCULA DE 20NM DE SÍLICA E APROXIMADAMENTE 0.1 - 10M DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. O RESTAURADOR UNIVERSAL MICRO-HÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS CONTÉM OS MONÔMEROS BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA.. INDICAÇÕES :É INDICADO PARA O USO EM: RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES DIRETAS (INCLUINDO AS SUPERFÍCIES OCLUSAIS) NÚCLEO DE PREENCHIMENTO ESPLINTAGEM RESTAURAÇÕES INDIRETAS (INCLUINDO INLAYS, ONLAYS E FACETAS) .	30	UNIDADE	41,0000	1.230,0000
287	46522 - RESINA COMPOSTA COR A1 - RESTAURADOR UNIVERSAL RESINA COMPOSTA MICRO-HÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS, RADIOPACA E FOTOPOLIMERIZÁVEL. COMPOSIÇÃO : COMBINAÇÃO DE ZIRCÔNIA/SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA E PARTÍCULAS DE SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA DE 20NM. A CARGA INORGÂNICA CONSISTE EM 81,8% EM PESO (67,8% EM VOLUME), COM UM TAMANHO DE PARTÍCULA DE 20NM DE SÍLICA E APROXIMADAMENTE 0.1 - 10M DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. O RESTAURADOR UNIVERSAL MICRO-HÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS CONTÉM OS MONÔMEROS BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA.. INDICAÇÕES :É INDICADO PARA O USO EM: RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES DIRETAS (INCLUINDO AS SUPERFÍCIES OCLUSAIS) NÚCLEO DE PREENCHIMENTO ESPLINTAGEM RESTAURAÇÕES INDIRETAS (INCLUINDO INLAYS, ONLAYS E FACETAS) .	30	UNIDADE	41,0000	1.230,0000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b>  CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
		Processo Administrativo:	8/2019
		Processo de Licitação:	6/2019
		Data do Processo:	17/06/2019
		6	/ 22

289	46524 - RESINA COMPOSTA COR A3 - RESTAURADOR UNIVERSAL RESINA COMPOSTA MICRO-HÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS, RADIOPACA E FOTOPOLIMERIZÁVEL. COMPOSIÇÃO : COMBINAÇÃO DE ZIRCÔNIA/SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA E PARTÍCULAS DE SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA DE 20NM. A CARGA INORGÂNICA CONSISTE EM 81,8% EM PESO (67,8% EM VOLUME), COM UM TAMANHO DE PARTÍCULA DE 20NM DE SÍLICA E APROXIMADAMENTE 0.1 - 10M DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. O RESTAURADOR UNIVERSAL MICRO-HÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS CONTÉM OS MONÔMEROS BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA.. INDICAÇÕES :É INDICADO PARA O USO EM: RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES DIRETAS (INCLUINDO AS SUPERFÍCIES OCLUSAIS) NÚCLEO DE PREENCHIMENTO ESPLINTAGEM RESTAURAÇÕES INDIRETAS (INCLUINDO INLAYS, ONLAYS E FACETAS) .	30	UNIDADE	41,5000	1.245,0000
303	19034 - RESTAURADOR PROVISÓRIO COM 25 GRAMAS	30	UNIDADE	6,1000	183,0000
315	40750 - SONDA NABERS N2NB AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	5	UNIDADE	9,4300	47,1500
348	29940 - EDTA TRISSODICO GEL - EMBALAGEM C/02 SERINGA DE 3 GR CADA E 06 PONTEIRAS	3	PACOTE	12,0000	36,0000
363	46504 - KIT ACADEMICO CONTENDO UMA CANETA DE ALTA ROTAÇÃO EXTRA TORQUE, UM MICROMOTOR, UM CONTRA ÂNGULO E UMA PEÇA RETA	2	KIT	1.150,0000	2.300,0000
383	46541 - SONDA MILIMETRADA ACO INOX AUTOCLAVAVEL	50	UNIDADE	8,5000	425,0000
384	46542 - SUGADOR CIRÚRGICO METÁLICO ACO INOX INOXIDAVEL AUTOCLAVAVEL	20	UNIDADE	13,5000	270,0000
390	46547 - TESOURA CIRURGICA ACO INOX AUTOCLAVAVEL	10	UNIDADE	18,0000	180,0000
393	46549 - DESCOLADOR DE PERIÓSTEO, MOLT AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	11,0000	110,0000

**943169 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
396	29922 - GLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12% 1 LITRO	100	LITRO	13,0000	1.300,0000
<b>Total Fornecedor:</b>					43.856,8400

**944726 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
3	35318 - ÁCIDO FOSFÓRICO 37% PACOTE COM 3 SERINGAS DE 2,5ML CADA.	180	PACOTE	2,9800	536,4000
6	19173 - Água deionizada frasco com 5000ml	50	UNIDADE	6,1300	306,5000
7	29933 - ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE (FRASCO COM 5 LITROS)	400	UNIDADE	5,7800	2.312,0000
14	30004 - AGULHAS PARA IRRIGAÇÃO E ASPIRAÇÃO NAVITIPS ULTRADENT 25MM - CAIXA COM 05 UNIDADES	5	CAIXA	34,0000	170,0000
15	30003 - AGULHAS PARA IRRIGAÇÃO E ASPIRAÇÃO NAVITIPS ULTRADENT 21 MM - CAIXA COM 05 UNIDADES	10	CAIXA	34,0000	340,0000




**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA**

CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878  
 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING -  
 CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 6/2019**

Processo Administrativo: 8/2019  
 Processo de Licitação: 6/2019  
 Data do Processo: 17/06/2019

7 / 22

19	18774 - ALCOOL HOSPITALAR 70 % 1.000 ML	500	UNIDADE	3,5500	1.775,0000
20	40784 - ÁLCOOL 93% 1 LITRO	5	UNIDADE	4,2100	21,0500
23	46403 - ALVEOLITEN 10GR	15	UNIDADE	17,6800	265,2000
30	17258 - ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA (BENZOTOP) GEL 12GR	180	UNIDADE	5,9900	1.078,2000
34	46407 - APLICADOR PARA ADESIVO TIPO MICROBRUSH REGULAR 2,00MM - EMBALAGEM C/100 UNIDADES	120	CAIXA	6,5000	780,0000
36	40906 - AVENTAL DE BORRACHA PLUMBÍFERA COM 3 PROTETOR DE TIREÓIDE- USO EM PACIENTE ADULTO PERIAPICAL- TAMANHO 100X60CM- COM 0,25MM PB- ACABAMENTO EM POLIKROY	3	UNIDADE	399,0000	1.197,0000
40	40952 - BROCA CIRURGICA ZECRYA LONGA	150	UNIDADE	15,0000	2.250,0000
58	40791 - CARBONO PARA AJUSTE OCLUSAL C/12 UNIDADES	150	UNIDADE	1,3500	202,5000
59	18114 - CARIOSTÁTICO COM 10 ML	40	UNIDADE	12,8400	513,6000
61	35269 - CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PASTA/PASTA (HIDRO C) KIT 1 PASTA BASE 13G, 1 TUBO PASTA CATALISADORA C/11G, 1 BLOCO MISTURA	40	KIT	22,0000	880,0000
62	40838 - CIMENTO ENDODONTICO A BASE OXIDO DE ZINCO E EUGENOL (ENDOFILL), PÓ 12G E LÍQUIDO 10ML.(KIT) MATERIAL OBTURADOR DE CANAL RADICULAR	30	KIT	42,3000	1.269,0000
63	40815 - CIMENTO PÓ 38G E LÍQUIDO 15ML, IRM (MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO	10	KIT	70,9000	709,0000
67	35580 - CLORHEXIDINA ENDOGEL 2%, EMBALAGEM COM 02 SERINGAS	20	CAIXA	10,1100	202,2000
77	35575 - CONE GUTA PERCHA SECUNDÁRIO R7, CAIXA COM 120 CONES	10	CAIXA	17,3800	173,8000
100	46476 - ENVELOPE AUTO SELANTE 90X260 MM CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	14,4400	288,8000
101	31887 - ENVELOPE AUTO SELANTE 90X160MM, CAIXA COM 100	20	CAIXA	16,3100	326,2000
111	46477 - ESPAÇADOR DIGITAL A-D 25 MM COM 4 UNIDADES (AMARELO,AZUL,VERMELHO E BRANCO) INSTRUMENTO DE NIQUEL TITÂNIO	3	CAIXA	69,5000	208,5000
112	40833 - ESPAÇADOR DIGITAL A-D 21 MM / 1-4 COM 4 UNIDADES ( AMARELO,AZUL,VERMELHO E BRANCO) INSTRUMENTO DE NIQUEL TITÂNIO	5	CAIXA	69,5000	347,5000
113	40919 - ESPÁTULA 36 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	6,7100	33,5500
122	19160 - EUCALIPTOL 10 ML	3	UNIDADE	6,7500	20,2500
165	46496 - GUTA PERCHA PROTAPER F1 28MM CAIXA COM 60 UNIDADES	60	CAIXA	50,7500	3.045,0000
167	46498 - GUTA PERCHA PROTAPER F3 28MM CAIXA COM 60 UNIDADES	30	CAIXA	50,7500	1.522,5000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b> CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
		Processo Administrativo: 8/2019 Processo de Licitação: 6/2019 Data do Processo: 17/06/2019	8 / 22

169	46500 - GUTA PERCHA PROTAPER F5 28MM CAIXA COM 60 UNIDADES	5	CAIXA	50,6500	253,2500
171	18692 - HIDROXIDO DE CALCIO P.A 10G	50	FRASCO	3,5000	175,0000
172	35393 - HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% SOLUÇÃO DE MILTON 1 LITRO	80	LITRO	3,1800	254,4000
175	33070 - INDICADOR BIOLOGICO PARA AUTOCLAVE COM 10 UNIDADES	80	CAIXA	25,0000	2.000,0000
190	40800 - LENÇOL DE BORRACHA ODONTO CX C/26 UNIDADES, TAM.13,5 X 13,5 CM, COR AZUL, AROMA TUTIFRUTI, USO UNICO.	80	UNIDADE	18,8900	1.511,2000
195	40964 - LIMA K 21 MM #15 - CAIXA COM 06 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	12,6300	63,1500
196	40965 - LIMA K 25 MM #15 - CAIXA COM 06 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	10	CAIXA	12,6300	126,3000
197	40966 - LIMA K 31 MM #15 - CAIXA COM 06 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	12,6300	63,1500
198	40967 - LIMA K Nº 6 DE 21 MM - CAIXA COM 06 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	12,6300	63,1500
199	40879 - LIMA PARA OSSO Nº 11 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	27,8800	139,4000
222	18952 - MACROMODELO PARA ESCOVAÇÃO	1	UNIDADE	126,9000	126,9000
224	46359 - MASCARA DESCARTÁVEL TRIPLA COM ELÁSTICO, CAIXA COM 50 UNIDADES.	300	CAIXA	4,6000	1.380,0000

**944726 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
225	18982 - MOLDEIRA DUPLA P/ FLUOR SORTIDA PACOTE COM 50 UNIDADES	5	PACOTE	17,9000	89,5000
230	40839 - ÓXIDO DE ZINCO PÓ 50g	80	UNIDADE	3,2000	256,0000
231	35561 - PAPEL CREPADO 20X20 CAIXA COM 500 UNIDADES	20	CAIXA	29,9500	599,0000
232	18854 - PAPEL GRAU CIRURGICO 12 CM X 100MT	120	ROLO	42,8000	5.136,0000
233	40927 - PAPEL GRAU CIRURGICO 20 CM X 100 MT	100	ROLO	68,0000	6.800,0000
234	18115 - PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO FRASCO 20 ML	5	UNIDADE	4,7000	23,5000
237	19092 - PEDRA DE AFIAÇÃO ARKANSAS OU ÍNDIA	10	UNIDADE	7,6800	76,8000
242	40811 - PINÇA MULLER AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	16,1300	80,6500
243	40798 - PINÇA PORTA GRAMPO - PALMER AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	1	UNIDADE	51,5000	51,5000
259	40914 - PONTA ENHANCE KIT COM 7 PONTAS	50	KIT	63,3100	3.165,5000
266	30011 - PONTAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO KG - EMBALAGEM ESTÉRIL: 1014	150	UNIDADE	7,0500	1.057,5000
269	30013 - PONTAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO KG - EMBALAGEM ESTÉRIL: 1014HL	150	UNIDADE	7,0300	1.054,5000
274	40903 - PORTA AMALGAMA PLÁSTICO ESTERELIZÁVEL	2	UNIDADE	9,0400	18,0800
275	40900 - PORTA MATRIZ TOFFLEMEIRE AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	30	UNIDADE	16,3100	489,3000
304	46530 - REVELADOR DE PLACA LÍQUIDO EMBALAGEM COM 10 ML	40	UNIDADE	5,5400	221,6000


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA**

CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878  
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING -  
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 6/2019**

Processo Administrativo: 8/2019  
Processo de Licitação: 6/2019  
Data do Processo: 17/06/2019

9 / 22

309	35346 - SELANTE PARA SULCOS E FISSURAS 5ML+ 10ML DE ÁCIDO+ 10 BANDEJAS DE MISTURA + 20 PONTAS DE PINCÊIS.	50	KIT	15,1900	759,5000
314	18094 - SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA FRASCO COM 10 ML	50	UNIDADE	11,5900	579,5000
320	35291 - SUGADOR ENDODÔNTICO DESCARTÁVEL PACOTE COM 20 UNIDADES	120	PACOTE	9,7300	1.167,6000
323	40773 - TESOURA PEQUENA PARA REMOÇÃO DE SUTURA AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	20	UNIDADE	12,6400	252,8000
324	35349 - TIRA DE LIXA 4MM X 170MM, CAIXA COM 150 UNIDADES	80	CAIXA	5,6600	452,8000
325	40790 - TIRAS DE LIXA ABRASIVA DE AÇO (4MM) EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	80	PACOTE	4,0900	327,2000
327	18735 - TOUCA DESC. C/ ELÁSTICO PACOTE COM 100 UNIDADES	120	PACOTE	5,0000	600,0000
329	18639 - VASELINA SÓLIDA PASTA 30 GRAMAS	20	UNIDADE	3,7400	74,8000
334	46410 - BROCA DE AÇO CA Nº 6 HASTE LONGA (AÇO INOXIDÁVEL)CAIXA COM 06 UNIDADES	50	CAIXA	16,2000	810,0000
335	46411 - BROCA DE AÇO CA Nº 8 HASTE LONGA 28MM (AÇO INOXIDÁVEL) CAIXA COM 06 UNIDADES	50	CAIXA	16,2000	810,0000
336	46412 - BROCA DE AÇO CA Nº 2 HASTE LONGA 28MM (AÇO INOXIDÁVEL), CAIXA COM 06 UNIDADES	50	CAIXA	16,2000	810,0000
337	46413 - BROCA DE AÇO CA Nº 4 HASTE LONGA 28MM (AÇO INOXIDÁVEL) CAIXA COM 6 UNIDADES	50	CAIXA	16,2000	810,0000
340	46436 - BROCA DE AÇO CA Nº 6 (22,5MM) AÇO INOX CX COM 06 UNIDADES	50	CAIXA	16,2000	810,0000
364	46505 - KIT CURETAS PARA LEVANTAMENTO DE SEIO Nº 1, 2, 3, 4, 5, 6 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	1	KIT	356,2500	356,2500
366	46507 - KIT LIMA PROTOPER UNIVERSAL STARTER 25 MM BLISTER CAIXA COM 06 UNIDADES TAMANHO SX - S1, S2, F1, F2, F3 (NIQUEL TITANIO)	70	CAIXA	158,6300	11.104,1000
368	46509 - KIT PÓ E LÍQUIDO CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO R (A2)- Cimento de Ionômero de vidro autopolimerizável indicado para restauração. Capacidade de liberação de fluoreto. APRESENTAÇÃO: Kit com: 1 frasco de cimento em pó com 10 g - 1 frasco líquido com 8g - 1 dosador em pó.	220	KIT	14,1400	3.110,8000
371	46539 - LIMA PROTAPER UNIVERSAL F4 25MM CAIXA COM 6 UNIDADES NIQUEL TITANIO	2	CAIXA	158,6300	317,2600
374	30055 - LIMA PROTOPER UNIVERSAL S1 21 MM COM 06 UNIDADES NIQUEL TITANIO	1	CAIXA	158,6300	158,6300
375	30056 - LIMA PROTOPER UNIVERSAL S1 25 MM COM 06 UNIDADES NIQUEL TITANIO	1	CAIXA	158,6300	158,6300
381	46519 - REFIL P/ TAMBORÉL PACOTE COM 50 UNIDADES	10	PACOTE	11,7500	117,5000
387	46535 - TIRA DE LIXA ABRASIVA DE AÇO PARA ACABAMENTO 6MM EMBALAGEM COM 12	80	PACOTE	4,9500	396,0000
389	18125 - CÁPSULA DE AMALGAMA DE 1 PORÇÃO CAIXA COM 50 CÁPSULAS	3	CAIXA	56,8800	170,6400
<b>Total Fornecedor:</b>					70.203,0900

**967475 - ODONTOMED - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
21	18968 - ALGODÃO ROLETE PACOTE COM 100 UNIDADES	500	PACOTE	1,5000	750,0000
25	46404 - ANESTÉSICO PRILOCAÍNA 3% COM FELIPRESSINA (TUBETE DE VIDRO) - CAIXA COM 50 UNIDADES	100	CAIXA	104,9000	10.490,0000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA**

CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878  
 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING -  
 CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 6/2019**

Processo Administrativo: 8/2019  
 Processo de Licitação: 6/2019  
 Data do Processo: 17/06/2019

10 / 22

26	18084 - ANESTÉSICO ARTICAINA 4% COM EPINEFRINA 1:100.000 SENDO TUBETE DE VIDRO - CAIXA COM 50 UNIDADES	120	CAIXA	116,9000	14.028,0000
----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	-------	----------	-------------

**967475 - ODONTOMED - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
28	18085 - ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000 SENDO TUBETE DE VIDRO - CAIXA COM 50 UNIDADES.	150	CAIXA	99,9000	14.985,0000
29	46405 - ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3% SEM VASOCONSTRICTOR - TUBETE DE VIDRO - CAIXA COM 50 UNIDADES	30	CAIXA	104,0000	3.120,0000
38	46408 - BICARBONATO DE SÓDIO CAIXA COM NO MÍNIMO 15 SACHES COM 40 GRAMAS CADA	80	CAIXA	27,5000	2.200,0000
42	40988 - BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 8 (AÇO INOXIDÁVEL CAIXA COM 06 UNIDADES	50	CAIXA	16,7600	838,0000
44	46438 - BROCA CARBIDE FG NUMERO 5 CURTA	50	UNIDADE	4,1200	206,0000
45	46439 - BROCA CARBIDE FG NUMERO 5 HASTE LONGA	50	UNIDADE	6,1200	306,0000
46	46440 - BROCA CARBIDE FG NUMERO 6 CURTA	50	UNIDADE	4,1200	206,0000
71	30051 - CONDENSADOR DE GUTA PERCHA MC SPADDEN DE 21 MM #35	2	UNIDADE	32,1500	64,3000
72	40837 - CONDENSADOR DE GUTTA MC SPADDEN MAILLEFER Nº 25 DE 21MM (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	1	UNIDADE	32,1500	32,1500
99	40792 - ENDO ICE - 50% SPRAY 200ML PARA TESTE DE VITALIDADE	20	UNIDADE	25,0000	500,0000
103	40915 - ENXAGUANTE BUCAL SEM ÁCOOL , COM 1000ML	15	LITRO	28,2500	423,7500
104	40808 - ESCAVADOR DE DENTINA Nº 17 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	80	UNIDADE	2,1300	170,4000
123	18074 - EUGENOL FRASCO COM 20ML	80	UNIDADE	8,8500	708,0000
127	35331 - FILME SPEED AZUL ADULTO CAIXA COM 150 PELÍCULAS	80	CAIXA	119,7000	9.576,0000
132	46492 - FIO DE SUTURA AGULHADO ABSORVIVEL DE VICRYL 5.0, AGULHA 1,5CM CAIXA COM 12 ENVELOPES	7	CAIXA	91,6000	641,2000
139	18092 - FLUOR PARA BOCHECHO SEMANAL 0,2% COM 1000ML	150	LITRO	8,9000	1.335,0000
166	46497 - GUTA PERCHA PROTAPER F2 28MM CAIXA COM 60 UNIDADES	50	CAIXA	50,7000	2.535,0000
168	46499 - GUTA PERCHA PROTAPER F4 28MM CAIXA COM 60 UNIDADES	5	CAIXA	50,7000	253,5000
170	18680 - HEMOSPON , CAIXA COM 10 UNIDADES	80	CAIXA	23,9000	1.912,0000
214	18950 - LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO G CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	15,8000	316,0000
217	18948 - LUVA LÁTEX PARA PROCEDIMENTO P CAIXA COM 100 UNIDADES	250	CAIXA	14,9500	3.737,5000
218	40735 - LUVAS CIRÚRGICAS DE LATEX, ESTERIL LUBRIFICADA COM PÓ. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA E ANTIDERRAPANTE. FORMATO ANATÔMICO (TAM. 6.5) PAR	250	PAR	0,9800	245,0000
220	40736 - LUVAS CIRÚRGICAS DE LATEX, ESTERIL LUBRIFICADA COM PÓ. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA E ANTIDERRAPANTE. FORMATO ANATÔMICO (TAM.7) PAR	250	PAR	0,9600	240,0000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b>  CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
		Processo Administrativo:	8/2019
		Processo de Licitação:	6/2019
		Data do Processo:	17/06/2019
		11	/ 22

221	18913 - LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS PP C/ 100 UNID	900	CAIXA	15,0000	13.500,0000
226	40795 - NEGATOSCÓPIO PARA USO ODONTOLÓGICO	3	UNIDADE	172,9000	518,7000
228	18097 - ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO COM 100ML	70	UNIDADE	11,2800	789,6000
229	18707 - OTOSPORIN 10ML	50	UNIDADE	11,7800	589,0000
245	40772 - PLACA DE VIDRO(14,5 x 9,5 x 7mm)	20	UNIDADE	4,7000	94,0000
246	46514 - PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO 80 EMBALAGEM ESTÉRIL 1015	280	UNIDADE	2,8000	224,0000
248	19013 - PONTA DIAMANTADA CONE INVERTIDA EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM ESTÉRIL	1031 50	UNIDADE	2,9700	148,5000
250	19015 - PONTA DIAMANTADA CONE INVERTIDA EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM ESTÉRIL	1034 50	UNIDADE	2,9900	149,5000
252	19007 - PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO 2200 F EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM ESTÉRIL	100	UNIDADE	2,9900	299,0000
254	19008 - PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO 3118 F EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM ESTÉRIL	120	UNIDADE	2,9900	358,8000
258	19024 - PONTA DIMANTADA ALTA ROTAÇÃO 3168 F 120 EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM ESTÉRIL	120	UNIDADE	2,7000	324,0000
264	30009 - PONTAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO KG - EMBALAGEM ESTÉRIL: 1011	120	UNIDADE	7,0000	840,0000
267	30012 - PONTAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO KG - EMBALAGEM ESTÉRIL: 1016	150	UNIDADE	7,0300	1.054,5000
270	30014 - PONTAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO KG - EMBALAGEM ESTÉRIL: 1016HL	150	UNIDADE	7,0300	1.054,5000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b>  CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
		Processo Administrativo:	8/2019
		Processo de Licitação:	6/2019
		Data do Processo:	17/06/2019
		12	/ 22

273	40786 - PORTA ALGODAO AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	UNIDADE	34,7500	69,5000
276	16975 - PORTA RESIDUO DE INOX	2	UNIDADE	33,8400	67,6800
310	40956 - SERINGA HIPODERMICA ESTERIL DE 5ML DE USO ÚNICO PARA USO MANUA SEM AGUHA E COM ROSCA	200	UNIDADE	0,1700	34,0000

**967475 - ODONTOMED - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
328	17121 - TRICRESOL FORMALINA 10 ML	45	UNIDADE	4,1300	185,8500
330	18648 - ALGODÃO HIDROFILO HOSPITALAR 500G ROLO	60	UNIDADE	9,4900	569,4000
333	18970 - BABADOR DESCARTÁVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	200	PACOTE	9,7400	1.948,0000
338	46414 - BROCA DE AÇO CA Nº 2 (22,5MM) AÇO INOX 50 CX COM 06 UNIDADES	50	CAIXA	16,1500	807,5000
339	46435 - BROCA DE AÇO CA Nº 4 (22,5MM) AÇO INOX 50 CX COM 06 UNIDADES	50	CAIXA	16,1500	807,5000
341	46437 - BROCA DE AÇO CA Nº10 (22,5MM) AÇO INOXIDÁVEL/CAIXA COM 6 UNIDADES	35	CAIXA	16,1500	565,2500
349	35332 - FLUOR GEL ACIDULADO 1,23%, FRASCO DE 90 200ML	90	FRASCO	3,7200	334,8000
365	46506 - KIT LIMA PROTAPER STARTER 21 MM BLISTER CAIXA COM 06 UNIDADES, TAMANHO SX, S1, S2, F1, F2, F3 (NIQUEL TITANIO)	120	CAIXA	156,0000	18.720,0000
367	46508 - KIT LIMA PROTOPEL UNIVERSAL STARTER 31 MM BLISTER CAIXA COM 06 UNIDADES TAMANHO SX, S1, S2, F1, F2, F3 (NIQUEL TITANIO)	5	CAIXA	158,0000	790,0000
372	46540 - LIMA PROTAPER UNIVERSAL F5 25MM CAIXA COM 6 UNIDADES NIQUEL TITANIO	2	CAIXA	158,0000	316,0000
373	40973 - LIMA PROTOPEL UNIVERSAL RETRATAMENTO SORTIDA BLISTER COM 06 UNIDADES D1, D2, D3 NIQUEL TITANIO	10	CAIXA	158,6200	1.586,2000
385	30020 - SUGADOR CIRURGICO - DESCARTÁVEL CAIXA COM 20 UNIDADES ESTERIL	50	CAIXA	16,2900	814,5000
<b>Total Fornecedor:</b>					117.379,0800

**1139878 - MAYCON WILL EIRELI EPP**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
66	18126 - CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE FRASCO COM 1000ML	30	LITRO	17,0500	511,5000
94	19029 - DETERGENTE ENZIMÁTICO 3 ENZIMAS 1000 ML	150	LITRO	16,2000	2.430,0000
318	35411 - SORO FISIOLÓGICO , SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, FRASCO DE 250 ML	400	FRASCO	1,8000	720,0000
<b>Total Fornecedor:</b>					3.661,5000

**1193317 - DENTAL MED EQUIP. MAT. ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
17	46402 - KIT ALAVANCA SELDIN COM 3 UNIDADES EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	KIT	42,2900	211,4500
53	40889 - CABO PARA ESPELHO AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	100	UNIDADE	2,1000	210,0000
83	40954 - CONJUNTO DE ASPIRAÇÃO ENDODONTICO EM METAL KIT CONTENDO 1 CÁNULA DE ASPIRAÇÃO E 03 PONTEIRAS NOS DIAMETROS 1MM, 1,5MM E 2MM.	10	KIT	18,5700	185,7000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b> CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
		Processo Administrativo: 8/2019 Processo de Licitação: 6/2019 Data do Processo: 17/06/2019	<b>13 / 22</b>

92	40763 - DESCOLADOR DE PERIÓSTEO, TIPO GOLDAMAN/FREER DUPLO AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	19,2000	192,0000
93	46464 - DESCOLADOR DE PERIÓSTEO, TIPO GOLDAMAN/FOX Nº 14 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	19,2000	192,0000
106	17099 - ESCOVA DENTAL ADULTO	3000	UNIDADE	0,3900	1.170,0000
107	29920 - ESCOVA DENTAL INFANTIL	3000	UNIDADE	0,3800	1.140,0000
141	40876 - FÓRCEPS INFANTIL Nº 150 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	44,5000	222,5000
142	40877 - FÓRCEPS INFANTIL Nº 151 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	44,5000	133,5000
143	40870 - FÓRCEPS INFANTIL Nº 18 D AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	1	UNIDADE	44,5000	44,5000
144	40873 - FÓRCEPS INFANTIL Nº 27 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	UNIDADE	44,5000	89,0000
145	40864 - FÓRCEPS Nº 101 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	UNIDADE	44,5000	89,0000
146	40865 - FÓRCEPS Nº 150 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	4	UNIDADE	44,5000	178,0000
147	40856 - FÓRCEPS Nº 17 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	44,5000	222,5000
148	40862 - FÓRCEPS Nº 62 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	UNIDADE	44,5000	89,0000
180	35564 - INSERTO ODONTOLÓGICO G3- PARA APARELHO DE ULTRASSOM JET SONIC BP GNATUS	2	UNIDADE	52,0000	104,0000
183	40844 - KIT ALAVANCA HEINDERBRINK ADULTO Nº 1, 2, 3 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	KIT	42,3200	126,9600
184	40843 - KIT ALAVANCA SELDIN ADULTO Nº 1 L, 1 R, 2 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	KIT	42,3200	211,6000
193	40829 - LIMA GOLDEN MEDIUNS DE 21 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	16,8000	84,0000
194	40830 - LIMA GOLDEN MEDIUNS DE 25 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	16,8000	84,0000
236	18720 - PASTILHA EVIDENCIADORA DE PLACA - CAIXA COM 120 UNIDADES	60	CAIXA	9,5000	570,0000
271	40812 - PORTA AGULHA DE MATHIEU PEQUENO DE PONTA FINA AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	26,8000	80,4000
305	19135 - REVELADOR P/ RAO X, 475 ML	220	UNIDADE	8,8000	1.936,0000
308	46531 - SACO PLASTICO 5X23 PACOTE COM 100 UNIDADES (SACOLÉ)	20	PACOTE	1,5200	30,4000
316	40802 - SONDAS EXPLORADORAS Nº 5 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	100	UNIDADE	4,4800	448,0000




**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA**

CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878  
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING -  
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 6/2019**

Processo Administrativo: 8/2019  
Processo de Licitação: 6/2019  
Data do Processo: 17/06/2019

14 / 22

**1193317 - DENTAL MED EQUIP. MAT. ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
331	40845 - ALVEOLO TOMO BIARTICULADO 18 CM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	252,0000	756,0000
343	40941 - CURETA McCall Nº 17-18 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	6,7000	20,1000
344	40943 - CURETAS GRACEY, Nº 11-12 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	UNIDADE	6,7000	13,4000
345	40942 - CURETAS GRACEY, Nº 7-8, AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	UNIDADE	6,7000	13,4000
346	40944 - CURETAS GRACEY, Nº 13-14 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	UNIDADE	6,7000	13,4000
347	46538 - CURETAS GRACEY, Nº 5-6 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	UNIDADE	6,7000	13,4000
350	40868 - FÓRCEPS INFANTIL Nº 01 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	44,5000	133,5000
351	40869 - FÓRCEPS INFANTIL Nº 16 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	44,5000	222,5000
352	40871 - FÓRCEPS INFANTIL Nº 18 L AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	44,5000	133,5000
353	40872 - FÓRCEPS INFANTIL Nº 18 R AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	UNIDADE	44,5000	89,0000
354	40874 - FÓRCEPS INFANTIL Nº 69 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	44,5000	222,5000
355	40854 - FÓRCEPS Nº 01 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	1	UNIDADE	44,5000	44,5000
356	40866 - FÓRCEPS Nº 151 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	44,5000	222,5000
357	40855 - FÓRCEPS Nº 16 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	44,5000	222,5000
358	40857 - FÓRCEPS Nº 18 L AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	44,5000	222,5000
359	40858 - FÓRCEPS Nº 18 R AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	3	UNIDADE	44,5000	133,5000
360	40863 - FÓRCEPS Nº 69 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	44,5000	222,5000
361	41573 - HIPOCLORITO DE SÓDIO 5%, COM 1000 ML	5	LITRO	15,2000	76,0000
362	46503 - KIT ALAVANCA SELDIN INFANTIL 3 PEÇAS 1R, 1L, 2 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	KIT	42,2400	211,2000
382	40806 - SERINGAS CARPULE COM REFLUXO AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	20	UNIDADE	16,1100	322,2000
388	18082 - VERNIZ (FLUORNIZ) VERNIZ COM FLUOR CONTENDO 5% DE FLUORETO DE SÓDIO (EQUIVALENTE A 2,26% DE FLUOR) EM UMA BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS	80	KIT	14,5800	1.166,4000
<b>Total Fornecedor:</b>					12.519,0100

**1194003 - ODONTOSUL LTDA**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
5	40758 - AFASTADOR MINNESOTA AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	7,4000	74,0000
18	40980 - ALAVANCA SERRILHADA ANGULADA AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	21,0000	105,0000
31	40981 - ANESTÉSICO TÓPICO SPRAY - 100 ML	3	UNIDADE	77,0000	231,0000
32	40887 - APLICADOR DYCAL ANGULADO AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	4,4700	44,7000
33	40888 - APLICADOR DYCAL RETO AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	4,4700	44,7000
39	18745 - BROCA CIRURGICA ZECRYA CURTA	150	UNIDADE	14,3500	2.152,5000
41	46409 - BROCA CARBIDE CA 8 BAIXA ROTAÇÃO	50	UNIDADE	4,3000	215,0000
47	46441 - BROCA CARBIDE FG NUMERO 6 HASTE LONGA	50	UNIDADE	4,3000	215,0000
48	46442 - BROCA CARBIDE CA NUMERO 4 CURTA	50	UNIDADE	4,2500	212,5000
49	46444 - BROCA CARBIDE CA 6 CURTA	50	UNIDADE	4,3000	215,0000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b> CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
		Processo Administrativo: 8/2019 Processo de Licitação: 6/2019 Data do Processo: 17/06/2019	15 / 22

50	46445 - BROCA CARBIDE CA 2 CURTA	50	UNIDADE	4,3000	215,0000
51	35582 - BROQUEIRO DE ALUMÍNIO COM 60 FUROS MISTO - PARA ARMAZENAR BROCAS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO.	6	UNIDADE	35,0000	210,0000
52	40847 - CABO PARA BISTURI Nº 4 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	7,5000	75,0000
54	40893 - CALCADOR 6332 Nº 04 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	20	UNIDADE	4,4700	89,4000
55	40894 - CALCADOR 6335 Nº 02 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	20	UNIDADE	4,4700	89,4000
73	40836 - CONE SECUNDÁRIO B7 CX COM 120 CONES	10	CAIXA	17,3600	173,6000
74	17216 - CONE DE GUTA PERCHA Nº 45-80 CAIXA COM 120 UNIDADES	2	CAIXA	13,5000	27,0000
81	35425 - CONES DE PAPEL ABSORVENTES Nº 15-40 CAIXA SORTIDA COM 120 CONES	10	CAIXA	12,8500	128,5000
86	46454 - CUBA INOX REDONDA(M) AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL (160ML)	10	UNIDADE	9,7000	97,0000

**1194003 - ODONTOSUL LTDA**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
87	40912 - CUNHA ANATONMICA DE MADEIRA COLORIDA SORTIDA, PACOTE COM 100 UND	20	PACOTE	4,5000	90,0000
89	40852 - CURETA DE LUCAS Nº 85 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	5,7500	57,5000
90	40853 - CURETA DE LUCAS Nº 86 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	5,7500	57,5000
105	40916 - ESCAVADOR DE DENTINA 11,5 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	50	UNIDADE	4,6300	231,5000
109	40918 - ESCOVA ROBINSON CERDAS DE MÉDIA DUREZA PARA USO EM CONTRA ÂNGULO	180	UNIDADE	0,8900	160,2000
110	40898 - ESCULPIDOR WARD Nº 02 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	UNIDADE	4,6300	9,2600
114	40777 - ESPATULA CALCADOR WARD Nº3 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	20	UNIDADE	4,5000	90,0000
117	40899 - ESPÁTULA Nº 72 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	6,7100	33,5500
118	40809 - ESPÁTULAS SIMPLES Nº 24 F AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	30	UNIDADE	6,7100	201,3000
119	17192 - ESPELHO CLÍNICO Nº 03	50	UNIDADE	1,7000	85,0000
120	17193 - ESPELHO CLÍNICO Nº 05	150	UNIDADE	1,4900	223,5000
121	40948 - ESPIRAIS DE LENTULO Nº 1, 2, 3 E 4, 25MM CAIXA COM 4 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	31,1100	155,5500
124	35329 - EXTIRPA NERVO CARTELA C/10 UNIDADES	20	CARTELA	19,4500	389,0000
125	18940 - FICHA PARA RAO X 2 FUROS (100 UNIDADES)	80	UNIDADE	7,4500	596,0000
135	19030 - FIO RETRATOR Nº000	20	UNIDADE	10,0000	200,0000
136	40929 - FITA BANDA MATRIZ 0,5 MM	250	UNIDADE	1,0000	250,0000
137	40953 - FITA BANDA MATRIZ METÁLICA 0,7 MM	150	UNIDADE	1,0500	157,5000
152	40747 - GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DE AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL Nº 207	1	UNIDADE	10,0000	10,0000
153	46495 - GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DE AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL Nº 208	3	UNIDADE	11,5900	34,7700
154	40745 - GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DE AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL Nº 205	1	UNIDADE	10,0000	10,0000
155	40746 - GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DE AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL Nº 206	1	UNIDADE	10,0000	10,0000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b> CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
		Processo Administrativo: 8/2019 Processo de Licitação: 6/2019 Data do Processo: 17/06/2019	<b>16 / 22</b>

156	40945 - GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO ESPECIAL YVORY OU SIMILARDE AÇO INOXIDAVÉL, AUTOCLAVÁVEL Nº 8ª	1	UNIDADE	10,0000	10,0000
157	40947 - GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO ESPECIAL YVORY OU SIMILARDE AÇO INOXIDAVÉL, AUTOCLAVÁVEL Nº 8ª	3	UNIDADE	10,0000	30,0000
158	40946 - GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO ESPECIAL YVORY OU SIMILARDE AÇO INOXIDAVÉL, AUTOCLAVÁVEL Nº 14ª	1	UNIDADE	10,0000	10,0000
159	40756 - GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DE AÇO INOXIDAVÉL, AUTOCLAVÁVEL Nº 210	3	UNIDADE	10,0000	30,0000
160	40788 - GRAMOS PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DE AÇO INOXIDAVÉL, AUTOCLAVÁVEL Nº 26	3	UNIDADE	11,5900	34,7700
161	40737 - GRAMOS PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DE AÇO INOXIDAVÉL, AUTOCLAVÁVEL Nº 201	3	UNIDADE	10,0000	30,0000
162	40771 - GRAMOS PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DE AÇO INOXIDAVÉL, AUTOCLAVÁVEL Nº 209	3	UNIDADE	10,0000	30,0000
163	40781 - GRAMOS PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DE AÇO INOXIDAVÉL, AUTOCLAVÁVEL Nº 211	3	UNIDADE	10,0000	30,0000
164	40782 - GRAMOS PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DE AÇO INOXIDAVÉL, AUTOCLAVÁVEL Nº 212	3	UNIDADE	10,0000	30,0000
174	33076 - INCUBADORA PARA INDICADOR BIOLOGICO PARA 04 UNIDADES 220W	1	UNIDADE	114,5000	114,5000
176	33071 - INDICADOR QUIMICO PARA AUTOCLAVE CAIXA COM 250 UNIDADES	5	CAIXA	45,0000	225,0000
181	19159 - IODOFORMIO 10 GR	3	UNIDADE	21,0000	63,0000
191	40831 - LIMA FLEXOFIIDE 15-40 DE 21 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	10	CAIXA	14,0000	140,0000
192	40832 - LIMA FLEXOFIIDE 15-40 DE 25 MM BLISTER CAIXA CO 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	10	CAIXA	14,0000	140,0000
200	40880 - LIMA PARA OSSO Nº 12 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	27,8700	139,3500
201	40828 - LIMA TIPO HEDSTROEM Nº 15-40 DE 21 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	12,6200	63,1000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
	CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	Processo Administrativo: 8/2019 Processo de Licitação: 6/2019 Data do Processo: 17/06/2019	
			17 / 22

202	40827 - LIMA TIPO HEDSTROEM Nº 15-40 DE 25 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	12,6200	63,1000
203	40949 - LIMA TIPO KERR Nº 10 DE 25MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	10	CAIXA	14,0000	140,0000
204	40821 - LIMA TIPO KERR Nº 10 DE 21 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	14,0000	70,0000

**1194003 - ODONTOSUL LTDA**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
205	40822 - LIMA TIPO KERR Nº 15-40 DE 21 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	10	CAIXA	14,0000	140,0000
206	40824 - LIMA TIPO KERR Nº 15-40 DE 25 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	10	CAIXA	14,0000	140,0000
207	40825 - LIMA TIPO KERR Nº 15-40 DE 31 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	14,0000	70,0000
208	40823 - LIMA TIPO KERR Nº 45-80 DE 21 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	3	CAIXA	14,0000	42,0000
209	40826 - LIMA TIPO KERR Nº 45-80 DE 25 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	3	CAIXA	14,0000	42,0000
210	40820 - LIMA TIPO KERR Nº 8 DE 21 MM BLISTER CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	14,0000	70,0000
211	40835 - LIMAS C+ Nº 10 25 MM - CAIXA COM 6 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	10	CAIXA	49,0000	490,0000
235	18098 - PASTA PROFILÁTICA C/FLUÓR 90 GRAMAS	80	UNIDADE	3,7200	297,6000
238	18597 - PEDRA POMES, COM 100 GRAMAS	30	UNIDADE	3,2000	96,0000
240	40976 - PINÇA ALLIS AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	22,0000	110,0000
241	40759 - PINÇA ATRAUMÁTICA DIETHRICH AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	60,0000	300,0000
244	40805 - PINÇAS CLÍNICAS (PONTA SERRILHADA) AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	100	UNIDADE	5,5100	551,0000
255	19082 - BROCAS DIAMANTADAS ESFÉRICAS 1015 HL COM HASTE LONGA	150	UNIDADE	1,5000	225,0000
256	19083 - BROCAS DIAMANTADAS TRONCO-CRÔNICAS 1046 COM HASTE LONGA	60	UNIDADE	1,5000	90,0000
261	30016 - PONTAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO 2082	100	UNIDADE	1,5000	150,0000
262	29945 - PONTAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO 3082	100	UNIDADE	1,5000	150,0000
265	30010 - PONTAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO KG - EMBALAGEM ESTÉRIL: 1012	150	UNIDADE	7,0400	1.056,0000
268	29944 - PONTAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO KG - EMBALAGEM ESTÉRIL: 1012HL	150	UNIDADE	7,0300	1.054,5000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b> CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
		Processo Administrativo: 8/2019 Processo de Licitação: 6/2019 Data do Processo: 17/06/2019	18 / 22

279	19124 - POTES DAPPEN (VIDRO)	10	UNIDADE	1,6000	16,0000
281	46518 - PROPILENOGLICOL EMBALAGEM COM 20ML OU MAIS	8	UNIDADE	4,0000	32,0000
283	40807 - RÉGUA DE ALUMINIO MILIMETRADA ENDODONTICA AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	5,9300	29,6500
285	46520 - RESINA COMPOSTA COR B1- RESTAURADOR UNIVERSAL RESINA COMPOSTA MICRO-HÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS, RADIOPACA E FOTOPOLIMERIZÁVEL. COMPOSIÇÃO : COMBINAÇÃO DE ZIRCÔNIA/SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA E PARTÍCULAS DE SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA DE 20NM. A CARGA INORGÂNICA CONSISTE EM 81,8% EM PESO (67,8% EM VOLUME), COM UM TAMANHO DE PARTÍCULA DE 20NM DE SÍLICA E APROXIMADAMENTE 0.1 - 10M DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. O RESTAURADOR UNIVERSAL MICRO-HÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS CONTÉM OS MONÔMEROS BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA.. INDICAÇÕES :É INDICADO PARA O USO EM: RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES DIRETAS (INCLUINDO AS SUPERFÍCIES OCLUSAIS) NÚCLEO DE PREENCHIMENTO ESPLINTAGEM RESTAURAÇÕES INDIRETAS (INCLUINDO INLAYS, ONLAYS E FACETAS) .	30	UNIDADE	41,7000	1.251,0000
292	46527 - RESINA COMPOSTA COR OA3 - RESTAURADOR UNIVERSAL RESINA COMPOSTA MICRO-HÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS, RADIOPACA E FOTOPOLIMERIZÁVEL. COMPOSIÇÃO : COMBINAÇÃO DE ZIRCÔNIA/SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA E PARTÍCULAS DE SÍLICA DE SUPERFÍCIE MODI-CADA DE 20NM. A CARGA INORGÂNICA CONSISTE EM 81,8% EM PESO (67,8% EM VOLUME), COM UM TAMANHO DE PARTÍCULA DE 20NM DE SÍLICA E APROXIMADAMENTE 0.1 - 10M DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. O RESTAURADOR UNIVERSAL MICRO-HÍBRIDO COM NANOPARTÍCULAS CONTÉM OS MONÔMEROS BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA.. INDICAÇÕES :É INDICADO PARA O USO EM: RESTAURAÇÕES ANTERIORES E POSTERIORES DIRETAS (INCLUINDO AS SUPERFÍCIES OCLUSAIS) NÚCLEO DE PREENCHIMENTO ESPLINTAGEM RESTAURAÇÕES INDIRETAS (INCLUINDO INLAYS, ONLAYS E FACETAS) .	20	UNIDADE	45,0000	900,0000
293	18102 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM MICROGLASS A3 COM 4 GRAMAS	40	UNIDADE	34,7500	1.390,0000
294	18100 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM MICROGLASS A1 COM 4 GRAMAS	30	UNIDADE	34,6000	1.038,0000
295	18101 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM MICROGLASS A2 COM 4 GRAMAS	50	UNIDADE	34,5000	1.725,0000

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2019</b>	
	CNPJ: 11.407.443/0001-18    Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	Processo Administrativo: 8/2019 Processo de Licitação: 6/2019 Data do Processo: 17/06/2019	
			19 / 22

296	18105 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM MICROGLASS A3,5 COM 4 GRAMAS	30	UNIDADE	34,5000	1.035,0000
297	46528 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM MICROGLASS A4 COM 4 GRAMAS	10	UNIDADE	34,7500	347,5000
298	18103 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM MICROGLASS B1 COM 4 GRAMAS	20	UNIDADE	34,2000	684,0000
299	18104 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM MICROGLASS B2 COM 4 GRAMAS	20	UNIDADE	34,3000	686,0000
300	46529 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM MICROGLASS OA3 COM 4 GRAMAS	20	UNIDADE	34,3000	686,0000
301	18109 - RESINA NATURAL FLOW A3	50	UNIDADE	10,0600	503,0000
302	18106 - RESINA NATURAL FLOW A2	50	UNIDADE	10,0600	503,0000
313	40902 - SINDESMOTOMO AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	6,7100	67,1000
317	40804 - SONDAS EXPLORADORES Nº 6 MODIFICADA COM A PONTA RETA (SONDA ENDODÔNTICA) AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	5,5000	27,5000
319	40780 - SUGADOR DESCARTAVEL PACOTE COM 40 UNIDADES	750	PACOTE	4,1900	3.142,5000
321	18731 - TAÇA PROFILAXIA	150	UNIDADE	0,8900	133,5000
322	17242 - TAMBORÉU PARA LIMAS	1	UNIDADE	12,7900	12,7900
326	35347 - TIRAS DE POLIÉSTER PACOTE 50 UNIDADES.	50	PACOTE	1,0000	50,0000
332	40776 - BANDEJA INOX SER. 22X12X1,5 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	15,5000	77,5000

1194003 - ODONTOSUL LTDA


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA**

CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878  
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING -  
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 6/2019**

Processo Administrativo: 8/2019  
Processo de Licitação: 6/2019  
Data do Processo: 17/06/2019

20 / 22

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
342	40810 - CALCADORES DE GUTA PERCHA TIPO PAIVA Nº 1,2,3,4 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	2	KIT	17,9100	35,8200
369	40968 - LIMA K Nº 6 DE 25 MM - CAIXA COM 06 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	10	CAIXA	12,6000	126,0000
370	40969 - LIMA K (45-80) DE 31 MM - CAIXA COM 06 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	12,6000	63,0000
376	40834 - LIMAS C+ Nº 08 25 MM - CAIXA COM 06 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	10	CAIXA	49,0000	490,0000
377	46513 - PINÇA MOSQUITO CURVA 12 CM ACO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	16,0000	160,0000
378	46516 - PONTA DIAMANTADA 1013 UNIDADE PARA ALTA ROTAÇÃO	80	UNIDADE	1,5000	120,0000
379	19009 - PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO 3070 EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM EMBALAGEM INDIVIDUAL	100	UNIDADE	1,5000	150,0000
380	46517 - PORTA AGULHA CASTROVIEJO ACO INOX AUTOCLAVÁVEL	5	UNIDADE	83,0000	415,0000
386	40885 - TESOURARIA ÍRIS RETA AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	12,7400	127,4000
391	46548 - RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL COM MICROGLASS OA2 COM 4 GRAMAS	40	UNIDADE	34,7900	1.391,6000
392	40813 - CABO DE BISTURI Nº 3 AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	10	UNIDADE	7,1500	71,5000
394	40816 - ESPIRAIS DE LENTULO Nº 1, 2, 3 E 4 / 21MM CAIXA COM 4 UNIDADES (INSTRUMENTO DE AÇO INOXIDÁVEL)	5	CAIXA	31,1900	155,9500
<b>Total Fornecedor:</b>					31.776,6600

**1194372 - MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP**

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
1	46397 - ABAIXADOR DE LÍNGUA - PACOTE COM 100 UNIDADES.	50	PACOTE	2,9500	147,5000
8	19152 - ÁGUA OXIGENADA 10% 1 LT	100	UNIDADE	3,7000	370,0000
9	19074 - AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA 30 X 8, CAIXA C/100 UNIDADES	60	CAIXA	6,0600	363,6000
10	17254 - AGULHA EXTRA CURTA 30G CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	27,9400	558,8000
11	46401 - AGULHA GENGIVAL 27 G LONGA - (INJECTA OU SIMILAR) CAIXA COM 100 UNIDADES.	60	CAIXA	27,9800	1.678,8000
12	18966 - AGULHA GENGIVAL CURTA 30 G CAIXA COM 100 UNIDADES	150	CAIXA	27,2000	4.080,0000
13	40987 - AGULHA HIPODÉRMICA 13X4,5 DESCARTÁVEL - CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	5,8800	117,6000





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA**

CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878  
 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING -  
 CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 6/2019**

Processo Administrativo: 8/2019  
 Processo de Licitação: 6/2019  
 Data do Processo: 17/06/2019

21 / 22

68	46449 - COLETOR PARA MATERIAL PÉRFURO CORTANTE CONTAMINADO COM CAPACIDADE TOTAL PARA 7 LITROS, CONFECCIONADO EM MATERIAL APROPRIADO, RÍGIDO, IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A PERFURAÇÃO EM CONDIÇÕES DE USO E DESCARTE, COM FUNDO RÍGIDO E REFORÇADO, SEM QUE OCORRA TRANSFIXAÇÃO E RESISTENTE AQUEÇA, MANTENDO A INTEGRIDADE COM RELAÇÃO A MONTAGEM E FECHAMENTO, ISENTO DE RUPTURA, DEFORMAÇÃO OU PERFURAÇÃO, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO E SEGURO AO MANUSEIO, COM ORIENTAÇÕES DE USO DO FABRICANTE, COLOCADAS DE FORMA QUE PERMITA FÁCIL VISUALIZAÇÃO E COMPREENSÃO EM CADA COLETOR. ABERTURA QUE FACILITE A COLOCAÇÃO DOS OBJETOS, ALÇAS RESISTENTES PARA TRANSPORTE, FIXAS AO COLETOR, POSICIONADAS DE FORMA FUNCIONAL, TAMPA AFIXADA AO COLETOR COM DISPOSITIVO QUE ASSEGURE A INVIOLAÇÃO DO MESMO APÓS O USO.	40	UNIDADE	2,3900	95,6000
102	40983 - ENVELOPE AUTO SELANTE TAMANHO 150X300 - CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	27,3000	546,0000
133	16895 - FIO DENTAL 500MTS - UNIDADE	50	UNIDADE	8,1200	406,0000
138	18686 - FIXADOR P/ RAO X 475ML	220	UNIDADE	8,2900	1.823,8000
186	40938 - LÂMINAS DE BISTURI Nº 12 DESCARTÁVEL ESTERILIZADA (AÇO CARBONO) COM 100 UNIDADES	5	CAIXA	21,9900	109,9500
187	40739 - LÂMINAS DE BISTURI Nº 15 DE AÇO CARBONO DESCARTÁVEL ESTÉRIL- CAIXA COM 100 UNIDADES	5	CAIXA	22,8900	114,4500
219	40738 - LUVAS CIRURGICAS DE LATEX, ESTÉRIL LUBRIFICADA COM PÓ. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA E ANTIDERRAPANTE. FORMATO ANATÔMICO .(TAM. 7,5) PAR	250	PAR	0,9700	242,5000
306	18431 - SACO DE LIXO BRANCO HOSP 100 LTS PCT C/ 100	5	PACOTE	23,9700	119,8500
307	40817 - SACO DE LIXO BRANCO HOSPITALAR 30L.PACOTE COM 100 UNIDADES	5	PACOTE	6,7600	33,8000
311	40955 - SERINGA HIPODERMICA ESTÉRIL DE 10ML DE USO ÚNICO PARA USO MANUA SEM AGUHA E COM ROSCA	800	UNIDADE	0,3180	254,4000
312	40744 - SERINGA HIPODERMICA ÉSTERIL DE 20ML DE USO ÚNICO PARA USO MANUAL SEM AGULHA E COM ROSCA.	350	UNIDADE	0,5120	179,2000
395	18782 - FITA ADESIVA AUTOCLAVE 19 MMX 30 MTS	40	UNIDADE	3,0000	120,0000
				<b>Total Fornecedor:</b>	<b>11.361,8500</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>317.352,2600</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação pelos representantes das proponentes.

Ituporanga, 24 de julho de 2019



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA**

CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878  
 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING -  
 CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 6/2019**

Processo Administrativo: 8/2019  
 Processo de Licitação: 6/2019  
 Data do Processo: 17/06/2019

22 / 22

**COMISSÃO**

TIAGO JESSER MARQUES VIEIRA	- _____	- Pregoeiro
ANTONIO CESAR GRAHL	- _____	- Membro
TANIA MARIA BELING DE CARVALHO	- _____	- Membro
ELIANE APARECIDA RODRIGUES EING	- _____	- Membro
MARIA FERNANDA NIENKOTTER MULLER	- _____	- Membro

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MARCIO FREITAS DE ALMEIDA	- _____	- Representante
MARCELO EDUARDO DOS SANTOS	- _____	- Representante
LUIZ CARLOS DOS SANTOS	- _____	- Representante
DIOGO BRASIL XAVIER	- _____	- Representante
GEISSON LUIS DE PAULA GOLÇAVES GUIMARAES	- _____	- Representante
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA	- _____	- Representante
SERGIO CARLOS ZIPF	- _____	- Representante
ALEXANDRE PEDRON	- _____	- Representante

**EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE AGOSTO DE 2019 COM O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC**

Publicação Nº 2123453

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO CONTRATO PROCESSO 43/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: LUCIANO DOS SANTOS ESPORTES - ME, CNPJ 19.322.161/0001-20, R\$ 54.020,00 (cinq-enta e quatro mil e vinte reais).

OBJETO: SOLICITAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE REFEIÇÕES PRONTAS PARA AS GUARNIÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITUPORANGA. Data da assinatura: 09 de agosto de 2019 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

**EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE AGOSTO DE 2019 COM O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC**

Publicação Nº 2123449

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO CONTRATO PROCESSO 40/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: AGRONATURAL BASSO LTDA, CNPJ 05.075.004/0001-52, R\$ 53.000,00 (cinq-enta e três mil reais). OBJETO: AQUISIÇÃO DE BTI LARVICIDA BIOLOGICO, PARA USAR NO INTERIOR DO MUNICÍPIO PARA COMBATE DE BORRACHUDOS. Data da assinatura: 12 de agosto de 2019 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

**EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE AGOSTO DE 2019 COM O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC**

Publicação Nº 2123527

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO CONTRATO PROCESSO 45/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: IMPREGRAF INDÚSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL GRAFICO MTD ME, CNPJ 02.754.888/0001-83, R\$ 9.980,00 (nove mil, novecentos e oitenta reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO DAS SECRETARIAS DESTES MUNICÍPIO. Data da assinatura: 06 de agosto de 2019 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1.025, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123834

PORTARIA Nº 1.025, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito Municipal em exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e a Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora LUMARA DA CRUZ SANTOS, ocupante do cargo Efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 14 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1.029, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123832

PORTARIA Nº 1.029, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito Municipal em exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e a Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora JANETE MEES JUTTEL ocupante do cargo em comissão de SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 0004/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 14 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

### **PORTARIA Nº 1.030, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124094

PORTARIA Nº 1.030, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, RESOLVE:

Art. 1º. REVOGA a portaria nº 905, de 22 de julho de 2019, que NOMEIA HUGO TEIXEIRA DA SILVA para exercer cargo em comissão de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, Grupo Profissional - Direção e Assessoramento Superior - DAS, no Gabinete do Prefeito, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, cessando seus efeitos a partir de 22 de julho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 14 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

### **PORTARIA Nº 1.031, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124098

PORTARIA Nº 1.031, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 20 da Lei Complementar 11, de 06 de setembro de 2006 e conforme o disposto na Lei Nº 2.189, de 27 de setembro de 2007; RESOLVE:

Art. 1º. Nomear HUGO TEIXEIRA DA SILVA para exercer o cargo em comissão de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, Grupo Profissional - Direção e Assessoramento Superior - DAS, no Gabinete do Prefeito, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 14 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

# Jaborá

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 17\_2019 PROCESSO LICITATÓRIO 55/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019

Publicação Nº 2124285

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 31/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 55/2019.

Registro de Preço Nº: 18/2019.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, FORNECIMENTO DE ELEMENTOS DE SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA PARA UTILIZAÇÃO EM OBRAS MUNICIPAIS E, FORNECIMENTO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL, CONFORME AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 9.105,00 (nove mil e cento e cinco reais).

Vigência: 31/12/2019

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 26.979.673/0001-29.

Jaborá (SC), 14 de agosto de 2019.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 17\_2019 PROCESSO LICITATÓRIO 55/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019

Publicação Nº 2124290

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 31/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 55/2019.

Registro de Preço Nº: 18/2019.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, FORNECIMENTO DE ELEMENTOS DE SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA PARA UTILIZAÇÃO EM OBRAS MUNICIPAIS E, FORNECIMENTO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL, CONFORME AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 101.060,33 (cento e um mil e sessenta reais e trinta e três centavos).

Vigência: 31/12/2019

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.150.434/0001-17.

Jaborá (SC), 14 de agosto de 2019.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 61/2019

Publicação Nº 2124492

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 61/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado.

Contratado: Vanio Pizzolotto e Cia Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a ampliação do quantitativo do Contrato nº 61/2019, conforme previsto na Cláusula Décima Quarta, item (VII), com valor total estimado de R\$ 13.683,00 (Treze mil seiscentos e oitenta e três reais).

Vigência: 14/08/2019 e se estende até 31/12/2019.

Jacinto Machado/SC, 14/08/2019.

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 13.088/2019

Publicação Nº 2124457

D E C R E T O Nº 13.088/2019

Oficializa a JGS 587.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Municipais Nº 1.765/1993, de 09/12/1993, e Nº 8.031/2019, de 06/08/2019; e

CONSIDERANDO a aprovação da Lei Municipal Nº 8.031/2019, de 06/08/2019, que alterou a denominação da JGS 481 - Gerhard Gumz entre a interseção da JGS 483 até a divisa do Município de Rio dos Cedros;

CONSIDERANDO que a nova denominação no trecho citado passou a ser Estrada Vendelin Schmidt, ocasionando a necessidade de atribuir nova numeração de via pública;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0302/2019/Semplu, de 09/08/2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

DECRETA :

Art.1º Fica oficialmente reconhecida a nova numeração da via de circulação existente situada entre a interseção da JGS 483 até a divisa do Município de Rio dos Cedros, anteriormente numerada como JGS 481, passando a receber o número JGS 587.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

### DECRETO Nº 13.089/2019

Publicação Nº 2124458

D E C R E T O Nº 13.089/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, Mediante Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.001 - GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.03012.023 - Pagamento dos Servidores do Gabinete

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.001.7 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.001 - GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.03012.023 - Pagamento dos Servidores do Gabinete

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

02.001.5 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito



**DECRETO Nº 13.090/2019**

Publicação Nº 2124459

**D E C R E T O Nº 13.090/2019**

Autoriza Cessão de Uso Gratuita de Bem Público Municipal à UNIÃO, por Intermédio do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Através da SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento na Lei Federal Nº 8.666/1993; no artigo 102, da Lei Orgânica Municipal; e no artigo 17, da Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 571/2019/9ºSIPOA/DINSP/ CSI/CGI/DIPOA/SDA/MAPA - MAPA, de 21/06/2019, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária, Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Coordenação Geral de Inspeção, Coordenação de Suporte à Inspeção, Divisão de Inspeção, 9º Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa Nº 23, de 26 de julho de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária;

**DECRETA :**

Art.1º Fica autorizada cessão de uso gratuita, pelo Município de Jaraguá do Sul, de 01 (uma) sala, contendo a área de 20,00m² (vinte metros quadrados), situada nas dependências do prédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, situado à Rua Ângelo Rubini, Nº 600, bairro Barra do Rio Cerro, perímetro urbano, neste Município, integrante do patrimônio público municipal, à UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), através da SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA/MAPA), CNPJ/MF Nº 00.396.895/0001-25.

Parágrafo único. Para a execução do Termo de Cessão de Uso, o Município de Jaraguá do Sul disponibilizará, ainda, a título gratuito, os seguintes móveis, equipamentos e recursos:

I - 03 (três) escrivaninhas;

II - 05 (cinco) cadeiras;

III - 03 (três) computadores completos (CPUs, monitores, mouses, teclados, estabilizadores);

IV - 01 (uma) impressora, podendo a mesma ser compartilhada com os demais órgãos e unidades da municipalidade instalados no mesmo local;

V - 01 (um) aparelho de telefone;

VI - 03 (três) vagas para estacionamento para veículos oficiais;

VII - acesso à rede mundial de computadores;

VIII - serviço de telefonia fixa;

IX - fornecimento de energia elétrica, água e esgoto e climatização do ambiente;

X - banheiro masculino e feminino.

Art.2º A cessão de uso tem por finalidade disponibilizar à UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), através da SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA/MAPA), um espaço destinado à instalação e ao funcionamento da Central de Certificação Sanitária de Jaraguá do Sul/SC, do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da 9ª Região, abrigando as atividades de Certificação Sanitária de Produtos de Origem Animal, respaldando o trânsito nacional e internacional de produtos dessa natureza.

Art.3º A cessão de uso terá vigência por 03 (três) anos, contada da data de assinatura do Termo de Cessão de Uso, podendo ser prorrogada, a critério das partes, por igual período ou inferior, através de Termo Aditivo.

Art.4º O Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes, desde que a natureza do objeto não seja alterada.

Art.5º O Termo de Cessão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou, ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverão ser restituídos os bens públicos municipais cedidos.

§1º Finda a cessão de uso, a UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), através da SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA/MAPA), deverá proceder à devolução da sala, dos móveis, dos equipamentos e dos recursos cedidos no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação em meio oficial do ato de desativação da Central de Certificação Sanitária,

podendo este prazo ser prorrogado mediante prévia justificativa, aceita pelo Município de Jaraguá do Sul.

§2º Os bens públicos a serem devolvidos ao Município de Jaraguá do Sul deverão estar de acordo com o Termo de Vistoria assinado conjuntamente e previamente à ocupação, com possíveis adaptações acordadas entre as partes.

Art.6º As construções ou benfeitorias que forem lançadas no bem público municipal incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, tornando-se propriedade pública, sem direito à retenção ou indenização.

Art.7º A conservação, zelo e segurança da sala, dos móveis, equipamentos e recursos cedidos constituem obrigação indeclinável e permanente da UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), através da SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA/MAPA), respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da Cessão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art.8º Será firmado Termo de Cessão de Uso subsidiário a este Decreto.

Art.9º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento do Município, suplementadas, se necessário.

Art.10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 13.091/2019

Publicação Nº 2124460

D E C R E T O Nº 13.091/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo (Semdeicst), a saber:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO

11.002 - TURISMO

11.002.23.695.10604.069 - Decoração Natalina

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.002.316 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 13.092/2019

Publicação Nº 2124461

D E C R E T O Nº 13.092/2019

Retifica a Classificação da Despesa Orçamentária do Decreto Municipal Nº 13.029/2019, de 22/07/2019, que Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, Mediante Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art.1º Fica retificada a classificação da despesa orçamentária constante nos artigos 1º e 2º, do Decreto Municipal Nº 13.029/2019, de 22/07/2019, conforme abaixo:

“98.001.04.122.0301.2.085 - Pagamento dos Servidores Cedidos a Outros Órgãos”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/07/2019.

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 13.093/2019

Publicação Nº 2124462

D E C R E T O Nº 13.093/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo (Semdeicst), a saber:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO

11.001 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

11.001.19.572.1260.4.205 - Gestão do Centro de Inovação

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

11.001.294 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do “Superavit Financeiro” apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2019-FMS

Publicação Nº 2124011

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2019-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

### COMUNICADO DE EXCLUSÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração e o Gestor do FMS, tornam público para conhecimento dos interessados na licitação acima, que visto o Edital não se tratar de medicamentos de ordem judicial, fica excluído o item 1.2 e a observação do item 11.3 do Edital. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista a exclusão não modificar a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados que mantém a mesma data para o recebimento e abertura dos envelopes, conforme segue.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 08:45 horas do dia 23 de agosto de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

ABERTURA DOS ENVELOPES 01-PROPOSTA - às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Após, a sessão será suspensa para análise das PROPOSTAS e documentos exigidos, pela equipe Técnica da Secretaria de Saúde (obs: Para esta fase não há necessidade da presença dos representantes).

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO serão às 08:30 horas do dia 04 de setembro de 2019, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

As demais informações e exigências permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul (SC), 14 de agosto de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## ORDEM DE REINÍCIO – Nº 02/2019 CONTRATO Nº 375/2018

Publicação Nº 2124014

ORDEM DE REINÍCIO – nº 02/2019  
Contrato nº 375/2018

Pela presente, fica determinada a contratada, a empresa CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, a reiniciar os serviços referentes a prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, calçada e sinalização da rua 1193 - Pedro Chiodini, no Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 420,00 m (quatrocentos e vinte metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 164/2018, e formalizada pelo Contrato nº 375/2018, conforme solicitação da fiscalização, por não mais existirem os motivos que ocasionaram a paralisação da obra

Salientamos que o prazo de execução original foi suspenso em 19/07/2019 através da Ordem de Paralisação – Contrato nº 375/2018, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, que o prazo de execução não havia encerrado, havendo prazo remanescente de obra de mais 34 (trinta e quatro) dias para execução, a contar do dia 01 de agosto de 2019.

Jaraguá do Sul, 01 de agosto de 2019.

MARCUS ALESSI  
Engenheiro Civil

Recebi em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA  
CNPJ/MF 82.130.170/0001-55

OBS:- Será lavrada em 6 (seis) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria; e) Arquivo no Setor responsável pelas obras; f) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;

- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

### RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, em face da presente Ordem de Reinicio, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 01 de agosto de 2019.

ONÉSIMO JOSÉ SELL  
Secretário Municipal de Obras  
e Serviços Públicos

## PORTARIA Nº 214/2019/COGEM

Publicação Nº 2123223

PORTARIANº 214/2019/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 224/2019/1ª CPAD, de 13/08/2019, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

### RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 15/08/2019, por mais 20 (vinte) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 003/2019, instaurado pela Portaria Nº 188/2019, de 18/03/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2019.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

## RESOLUÇÃO Nº 010/2019/COMTUR

Publicação Nº 2123560

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – Comtur LEI Nº 6.906/2014	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

### RESOLUÇÃO Nº 010/2019/Comtur

Dispõe sobre a Aprovação da minuta do Decreto de Regulamentação dos Programas previstos no PlaMTur – Plano Municipal de Turismo.

O Vice Presidente do Conselho Municipal de Turismo – Comtur, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.906/2014 e em conformidade com a deliberação realizada na Sessão Plenária Ordinária do dia 8 de agosto do corrente ano,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 6.906/2014 de 20/08/2014, Art. 2º inciso II – “aprovar o Plano Municipal de Turismo, definindo ações prioritárias a serem estimuladas e desenvolvidas no Município;”,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 7.899/2019 de 12/04/2019, Art. 6º parágrafo único – “As ações estratégicas de cada programa serão detalhadas, discutidas, elaboradas e aprovadas em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo.”, e,

CONSIDERANDO o Ofício nº 100/2019/Semdeicst de 02/08/2019, solicitando a análise e aprovação da minuta do Decreto de Regulamentação do PlaMTur.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a minuta do Decreto de Regulamentação dos Programas previstos no PlaMTur – Plano Municipal de Turismo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 8 de agosto de 2019.

Adriano Luiz Roik  
Vice Presidente do Comtur

## RESOLUÇÃO Nº 41/2019/CMDI/JS

Publicação Nº 2124029

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDI LEI MUNICIPAL Nº7.292/2016	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

### RESOLUÇÃO Nº 41/2019/CMDI/JS

Dispõe sobre participação da secretaria executiva do CMDI no Curso: Elaboração de Editais de Chamamento Público da Lei 13.019/2014 Marco Regulatório em Curitiba – PR.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 14 de agosto de 2019.

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016 que dispõe sobre a política de atendimento ao idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), especialmente o seu art. Art. 30, que versa:

Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento ao idoso, através do financiamento de ações relativas a:

V - apoio e promoção de programas e projetos de capacitação continuada voltada aos profissionais que atuam na rede de promoção, proteção e garantia dos direitos do idoso;

VI - pagamento de inscrição em eventos voltados à Política de Atendimento ao Idoso, assim como concessão de diárias e adiantamentos para:

[...] b) membros da Secretaria-Executiva do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

Considerando que os objetivos do Curso que são:

- 1- Apresentar o conceito e o objetivo do procedimento de chamamento público.
- 2- Discutir e apontar as diferenças entre o chamamento público da Lei 13.019/14 e o processo de licitação da Lei 8.666/93.
- 3- Esclarecer aspectos práticos relacionados à elaboração dos editais de chamamento público.
- 4- Apresentar o fluxo do processo de seleção.
- 5- Apontar para as discussões necessárias na fase de preparação dos editais.
- 6- Apontar para a importância do planejamento prévio à publicação dos editais.
- 7- Esclarecer de forma prática os atos de designação da comissão de seleção, os critérios de julgamento das propostas, os atos de publicidade do julgamento preliminar, a fase recursal, a homologação e a publicação do resultado final.
- 8- Discutir e avaliar as possibilidades de desburocratização no procedimento do chamamento público;
- 9- Apresentar e refletir sobre a importância da adoção de boas práticas nas fases de planejamento e seleção.
- 10- Discutir as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade do chamamento público.

Considerando a necessidade de elaboração mais atualizada dos próximos editais de chamamento público das Organização da Sociedade Civil para Termo de Fomento;

**RESOLVE:**

Art 1º – Aprovar o financiamento, através dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), para as despesas referentes a inscrição, alimentação, diárias e traslado, visando a participação de Graciane Macedo (Secretária-Executiva do CMDI) e Caroline Bitencourt Goularte (assessora técnica do CMDI, membro da Secretaria Executiva) no curso: “ Elaboração de Editais de Chamamento Público da Lei 13.019/2014 Marco Regulatório em Curitiba – PR.”, que acontecerá no dia 27 de agosto de 2019, com carga horária de 8 (oito) horas.

Art 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2019.



# Joaçaba

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 05/2017/FMS - TA 03 - ADITIVO DE PRAZO

Publicação Nº 2123706

CONTRATO Nº 05/2017/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, Centro, Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e CARDIOLIFE – CLÍNICA CARDIOLÓGICA S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.032.431/0001-07, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, Centro, Joaçaba/SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Pablo Vinicius De Luca Dias, portador da Cédula de Identidade nº 3646446 e inscrito no CPF sob o nº 041.189.659-84, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2017/FMS, firmado em 18/08/2017, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS e Anexos, lançado no dia 16 de setembro de 2014, cujo objeto é a realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, mediante as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por doze meses, a contar do dia 17 de agosto de 2019, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 17 de agosto de 2019.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
CELSO VILMAR BRANCHER

CARDIOLIFE – CLÍNICA CARDIOLÓGICA S/S LTDA  
CREDENCIADA  
PABLO VINICIUS DE LUCA DIAS

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### CONTRATO Nº 44/2018/FMS - TA 01 - ADITIVO DE PRAZO E VALOR

Publicação Nº 2123701

CONTRATO Nº 44/2018/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pelo Secretário, CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 223, centro, 89600-000, no Município de Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, estabelecida na Av. Alcides Antônio D'Agostini, nº 80, sala 01, Industrial, no Município de Maravilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por JULEIDE INÊS D'AGOSTINI, portadora do documento de identidade nº 2.030.718, inscrita no CPF/MF sob o nº 589.785.859-49, residente e domiciliada na Rua Walter Edvino Graeff, nº 15, Bairro Girassol, cidade de Maravilha/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 44/2018/FMS, firmado em 24/08/2019, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2018/FMS – Edital TP nº 1/2018/FMS, homologado em 24/08/2018, cujo objeto é a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A e E (infectantes) e os do grupo B (químicos e medicamentos), provenientes dos ESF's e demais programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba/SC, mediante as cláusulas e condições a seguir:



**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 24 de agosto de 2019, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

A execução do contrato passará a ser acompanhada e fiscalizada pela servidora Karla Vanessa Simas, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor do contrato fica reajustado em 3,160250% relativos à variação do INPC/IBGE no período de agosto de 2018 a julho de 2019, passando para R\$ 129.981,84 (cento e vinte nove mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos) anuais, equivalente a R\$ 10.831,82 (dez mil novecentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos) mensais, sendo R\$ 6.244,07 (seis mil duzentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) correspondentes ao material e meio mecânico e R\$ 4.587,75 (quatro mil quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos) correspondentes aos serviços.

O pagamento será realizado de forma mensal, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do serviço prestado.

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao Contrato o valor de R\$ 129.981,84 (cento e vinte nove mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos), passando esta contratação a totalizar o montante de R\$ 255.981,84 (duzentos e cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 14 de agosto de 2019.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CELSON VILMAR BRANCHER

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA  
JULEIDE INÊS D'AGOSTINI

Testemunhas: 1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO COMUNITÁRIA – ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA**

Publicação Nº 2123603

Edital de convocação para Reunião Comunitária – Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana

O Município de Joaçaba, através deste edital, CONVIDA a população em geral para a participação popular na reunião comunitária de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Joaçaba, conforme descrito abaixo.

Reunião Comunitária

Data: 29 de agosto de 2019

Horário: 19h (dezenove horas)

Local: Auditório Jurídico da UNOESC - Rua Getúlio Vargas, 2125 - Flor da Serra, Campus I

Joaçaba-SC, 14 de agosto de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito do Município de Joaçaba

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ERRATA CONTRATO JHL 0066/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2123988

**ERRATA:**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA – SANTA CATARINA

Na publicação do SIMAE, de 27 de junho de 2019, DOM/SC, Edição nº 2861, pág 616

RESUMO CONTRATO JHL 0066/2019 - SIMAE

Onde lê-se:

Contratado: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA

Leia-se:

Contratado: DR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP

**PREGÃO PRESENCIAL JHL 0042/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2123171

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0052/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0042/2019

PROTOCOLO JHL 2080/2019

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0042/2019 – Licitação 0052/2019, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ASFALTO USINADO A AQUENTE (CBUQ) EM EMBALAGENS DE 25 QUILOS PARA REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS REMOVIDOS EM FUNÇÃO DE CONserto DE REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 28/08/2019 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 28/08/2019 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 15/08/2019 a 28/08/2019.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 13 de agosto de 2019.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### DECRETO 42 19 BENS INSERVÍVEIS

Publicação Nº 2123965

DECRETO MUNICIPAL Nº 42 DE 13 DE AGOSTO DE 2019

"Declara como sendo inservíveis os bens que especifica"

SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam declarados como inservíveis ao uso do município e determina a desafetação do patrimônio municipal, bem como sua alienação, por meio de Leilão Público, os seguintes bens:

I – Um AUTOMÓVEL VW GOL, ano 2009 modelo 2009, placas MGY 2843, Flex, RENAVAN nº 132482690, CHASSI nº 9BWAA05U49P059334 ;

II – Uma CAMINHONETE AMBULÂNCIA marca RENAULT/MASTER TCA, ano 2010, modelo 2011, Placas nº MHN 3777, RENAVAN nº 227173724, diesel, CHASSI nº 93YADCUH6BJ534158;

III – Um Caminhão Prancha, marca MERCEDES BENZ/L 1513 diesel, ano 1977 modelo 1997, Placas MGP 8559, RENAVAN nº 144547538 CHASSI nº 34500512335907DBREM;

IV – Uma ENSILADEIRA DE FORRAGEM com 12 facas, plataforma articulada marca Cremasco, Um DISTRIBUIDOR DE ADUBO SECO marca IPACOL;

V – Equipo odontológico, cadeira, mocho, fichário, esterilizador, armário, amalgamador

VI – Uma mesa para computador, duas cadeiras giratórias e duas cadeiras fixas

Art. 2º - Fica designado o Senhor JULIO RAMOS, Leiloeiro Oficial, -\*Leiloeiro para o ato, o qual deverá vender os bens pelo melhor preço, observando como preço mínimo de venda aquele a ser indicado por avaliação, da comissão especialmente designada.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lacerdópolis/SC, 13 agosto de 2019

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito de Lacerdópolis

### DECRETO 43 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Publicação Nº 2123976

DECRETO MUNICIPAL Nº 43 DE 24 AGOSTO DE 2019

"Nomeia Comissão para avaliação de bens declarados inservíveis e dá outras providências"

SÉRGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**NOMEIA:**

Art. 1º - Os servidores Claudio Dacas, Diego Casanova e Romário Gehm para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Avaliação dos bens declarados inservíveis pelo Decreto Municipal nº 42 de 13 de agosto de 2019, observando o valor de mercado dos bens e seu estado de conservação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Lacerdópolis/SC, 13 de agosto de 2019

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito de Lacerdópolis

**PROCESSO LICITATORIO 30-2019**

Publicação Nº 2123886

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 30/2019  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 14/2019  
DATA DE EMISSÃO: 13/08/2019

**OBJETO:** registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual contratação futura e parcelada, com recursos próprios e/ou vinculados, de pessoa(s) jurídica(s) interessada(s) na prestação de serviços e/ou no fornecimento de materiais (placas, tachões, tachinha, tintas, fitas, etc.) para sinalização vertical e horizontal, os quais também poderão ser utilizados pelo Município de Lacerdópolis/SC para pintura em edificações públicas, cuja descrição, quantidades, valores máximos e condições estão no tópico 02 (OBJETO) e no ANEXO I deste Edital.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min de 28/08/2019, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

**TIPO:** pregão presencial para registro do menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: [licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br) ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 13 de agosto de 2019.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI  
Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 30/2019  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 14/2019  
DATA DE EMISSÃO: 13/08/2019

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DO MENOR PREÇO POR ITEM, conforme condições do tópico 02 (OBJETO) deste edital.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 14h00min de 28 de agosto de 2019.

**01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

**02 - OBJETO**

2.1 - Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual contratação futura e parcelada, com recursos próprios e/ou vinculados, de pessoa(s) jurídica(s) interessada(s) na prestação de serviços e/ou no fornecimento de materiais (placas, tachões, tachinha, tintas, fitas, etc.) para sinalização vertical e horizontal, os quais também poderão ser utilizados pelo Município de Lacerdópolis/SC para pintura em edificações públicas, cuja descrição, quantidades e valores máximos estão no ANEXO I deste Edital.

2.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

2.3 - O licitante deverá cotar o valor unitário de cada item e indicar a marca (quando existente e exclusivamente para fins de fiscalização), ficando obrigado a entregar a marca cotada, sob pena de não ser aceito.

2.4 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

2.5 – PRAZO DE ENTREGA: 03 (três) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo incidir multa para o caso de atraso.

2.6 – LOCAL DE ENTREGA: onde for informado na Autorização de Fornecimento.

2.7 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, demais despesas, etc.

2.8 – Os itens deverão ser entregues livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição.

### 03 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega da mesma, sem rasuras.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

### 04 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no ANEXO I deste edital.

### 05 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

5.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

5.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

5.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

### 06 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 6.2 e 6.3.

6.2 – Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO II como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

6.3 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

6.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

6.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

6.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

#### 07 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14h00min do dia 28/08/2019, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis/SC.

7.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

7.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL N.14/2019  
ENVELOPE N. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

7.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

7.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

7.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

7.7 – Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

7.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

#### 08 – HABILITAÇÃO

8.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL N. 14/2019  
ENVELOPE N. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

8.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de



sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).

e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);

j) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), conforme ANEXO IV.

k) Certidão de Distribuição de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;

l) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria – Geral da União na ala "Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS" <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=link-Detalhamento%2CcpfCnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao>.

m) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala "Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)" <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

**8.3 – PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, APRESENTAR (TODOS DEVERÃO ESTAR VIGENTES ATÉ A DATA DA SESSÃO, NO MÍNIMO):**

a) Laudo Técnico das Placas de Sinalização comprovando o atendimento a norma ABNT NBR 11904/2015, ABNT NBR 11862 e ABNT NBR 14644/2013 fornecido por órgão especializado em pesquisas e ensaios.

b) Laudo Técnico de Tachões comprovando o atendimento a norma ABNT NBR 15576/2015 fornecido por órgão especializado em pesquisas e ensaios.

c) Laudo Técnico de Tachas comprovando o atendimento a norma ABNT NBR 14636 fornecido por órgão especializado em pesquisas e ensaios.

d) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC ou, no caso de licitantes sediados em outros Estados e que não possuam registro junto ao CREA-SC, Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante com visto do CREA-SC para participar em licitações neste Estado, ou Certidão de Registro Pessoa Jurídica junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Importante frisar no caso do CREA a licitante vencedora deverá converter o visto de participação em licitações em visto para a execução de obra e apresentá-lo à Prefeitura de Lindóia do Sul no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

e) Certidão de Registro de Pessoa Física do responsável técnico da proponente, emitido pelo CAU ou CREA da jurisdição do profissional;

f) Atestado de capacidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao serviço objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, expedido em nome do responsável técnico do licitante (o qual deverá constar da Certidão de Pessoa Jurídica citada na letra "h" acima), devendo estar acompanhado ainda da respectiva Certidão de Acervo Técnico, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia - CREA; ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo;

**8.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

**8.4.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal,** a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

**8.4.2 - A não-regularização da documentação,** no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**8.5 - Os documentos de habilitação** deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

**8.5.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada,** quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

**8.5.2 - A documentação de habilitação** deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

**8.6 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação** deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

**8.7 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.**

## **09 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

**9.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM do(s) item(s) descrito(s)**



no ANEXO I deste edital.

9.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

#### 10 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 06 (CREDENCIAMENTO).

10.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

10.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

10.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

10.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

10.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

10.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

10.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

10.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 10.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 10.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

10.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

10.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

10.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

10.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

10.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

10.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

## 11 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

11.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

11.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

11.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

11.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 12 – ASSINATURA DA ATA E SUA RESPECTIVA VIGÊNCIA

12.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) a ata (minuta constante do ANEXO V), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.2 - No ato de formalização da ata, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

12.3 – A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis

(art. 61, § único da Lei 8.666/93).

12.4 - Caso a ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

### 13 - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

13.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

13.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

13.3 - Não serão aceitos valores superiores à média dos preços conforme valores constantes no ANEXO I deste edital.

13.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

13.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

### 14 - UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A ata a ser lavrada, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

### 15 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

15.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 (OBJETO) e ANEXO I deste edital.

15.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

### 16 - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos e pelos serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

### 17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

17.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

17.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: [www.lacerdopolis.sc.gov.br](http://www.lacerdopolis.sc.gov.br) e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) de eventuais alterações no presente edital.

17.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Descrição dos itens, quantidades e valores máximos;
- b) ANEXO II – Procuração;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Declaração de que não emprega menor de idade, salvo se aprendiz;
- e) ANEXO V – Ata de Registro de Preços.

Lacerdópolis/SC, 13 de agosto de 2019.  
Sérgio Luiz Calegari  
Prefeito

## ANEXO I

## DESCRIÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	50	Fornecimento e implantação de placas de regulamentação, com dimensão de d=60cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte, de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suporte em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,20m de comprimento com chumbadores para fixação.	R\$ 279,10	R\$ 13.955,00
02	50	Fornecimento e implantação de placas de advertência com dimensão de 60x60cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suporte em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,20m de comprimento com chumbadores para fixação.	R\$ 258,10	R\$ 12.905,00
03	30	Fornecimento e implantação de placas de Logradouros, conjunto com duas placas em chapa de aço galvanizado 25x50cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suporte em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,0m de comprimento com chumbadores para fixação.	R\$ 240,37	R\$ 7.211,10
04	10	Fornecimento e implantação de placas de regulamentação R1 L=25 CM com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suporte em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,2m de comprimento com chumbadores para fixação.	R\$ 291,53	R\$ 2.915,30
05	10	Fornecimento e implantação de placas com dimensão 60x100, película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015 Suporte em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,2m de comprimento com chumbadores para fixação.	R\$ 324,87	R\$ 3.248,70

06	20	Cone rodovia 75cm com faixas refletivas podem ser utilizados sinalização de trânsito, estacionamentos, obras e sinalização de práticas esportivas. Material flexível, base com sapatas (pés de apoio), corpo cor laranja, duas faixas refletivas brancas, altura 75cm, possui encaixe para fitas.	R\$ 73,42	R\$ 1.468,40
07	100	Fornecimento e implantação de tachões refletivos: Tronco prismático, dimensões aproximadas 250x150x50mm, dimensões do elemento refletivo. Conforme ABNT NBR 15.576/2015.	R\$ 25,67	R\$ 2.567,00
08	200	Fornecimento e implantação de tachas refletivas com corpo em resina de poliéster, com dimensões 100x80x20mm de acordo com a ABNT NBR 14636.	R\$ 11,20	R\$ 2.240,00
09	200	Mão de obra e material para pintura manual de faixa de pedestre, lombadas, setas e dizeres na pista, com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro. Solicitar Atestado de NR13;	R\$ 16,43	R\$ 3.286,00
10	7000	Mão de obra e material para pintura mecanizada de eixo e bordas, com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro, Solicitar Atestado de NR13;	R\$ 15,83	R\$ 110.810,00
11	15	Fornecimento e implantação de placa de 200x100cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte, de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suportes em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,0m de comprimento com chumbadores para fixação.	R\$ 701,73	R\$ 10.525,95
12	20	Fornecimento e implantação de Placa de 200x50cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suportes em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,0m de comprimento com chumbadores para fixação.	R\$ 401,97	R\$ 8.039,40
13	10	Fornecimento e implantação de Placa de 50x66cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suportes em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,0m de comprimento com chumbadores para fixação. IDOSO, CADEIRANTE	R\$ 277,43	R\$ 2.774,30
14	02	Fornecimento e implantação de semi-pórtico tipo bandeira simples, com coluna 114,30mm Galvanizado com 6 metros, parede de 4,75mm braço projetado 101,60mm galvanizado, 6 metros parede 4,75mm, com estrutura para sustentação da placa aérea com tubo quadrado de 20x20cm zincado, placa de 200x100cm (chapa de aço galvanizado nº 18 parede de 1,25mm película totalmente refletiva Gt/GT pelo sistema de recorte, garantia de 5 anos.	R\$ 4.730,13	R\$ 9.460,26

15	10	Fornecimento de micro esfera de vidro drop-on, embalagem de 25kg..	R\$ 175,18	R\$ 1.751,80
16	30	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para demarcação viária embalagem de 18 litros na cor amarela de acordo com a NBR ABNT 11862.	R\$ 270,73	R\$ 8.121,90
17	50	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para demarcação viária embalagem de 18 litros na cor Branca de acordo com a NBR ABNT 11862.	R\$ 266,53	R\$ 13.326,50
18	05	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para demarcação viária embalagem de 18 litros na cor Azul Munsell de acordo com a NBR ABNT 11862.	R\$ 273,20	R\$ 1.366,00
19	05	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para demarcação viária embalagem de 18 litros na cor preta de acordo com a NBR ABNT 11862.	R\$ 275,17	R\$ 1.375,85
20	25	Fornecimento de solvente para demarcação viária embalagem de 18 litros.	R\$ 196,73	R\$ 4.918,25
21	25	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para pintura de muros e postes embalagem de 18 litros na cor Azul padrão município.	R\$ 152,10	R\$ 3.802,50
22	25	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para pintura de meio fio embalagem de 18 litros na cor branca padrão município.	R\$ 156,43	R\$ 3.910,75
23	40	Fornecimento de Rolo com cabo, para pintura 09cm de lã de carneiro.	R\$ 20,90	R\$ 836,00
24	15	Fornecimento de Rolo, para pintura 23cm de lã de carneiro, com cabo.	R\$ 55,77	R\$ 836,55
25	50	Fornecimento de Rolo, para pintura 23cm de lã de carneiro, sem cabo.	R\$ 57,40	R\$ 2.870,00
26	30	Fornecimento de fita Zebrada amarela com preto, rolo com 200 metros largura de 7 cm.	R\$ 23,45	R\$ 703,50
27	150	Fornecimento de fita crepe, na cor branca, rolo com 50 metros largura de 5cm.	R\$ 12,51	R\$ 1.876,50
28	01	Fornecimento de Placa 60x40cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015, sem suporte.	R\$ 96,40	R\$ 96,40
29	01	Fornecimento de Placa 60x30cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015, sem suporte.	R\$ 154,97	R\$ 154,97



30	70	TINTA ESMALTE SINTETICO IMOBILI- ÁRIO PREMIUM, LATA DE 3,6L, CORES DIVERSAS - 1ª LINHA- para construção civil, indicada para superfícies externas e internas (madeira e metais) previamente preparadas. Excelente cobertura, e resis- tente a fungos. Rendimento 7 a 9m² por demão por litro, de fácil aplicação com rolos de lã ou pincéis. Secagem Primeira demão: ao toque 3hrs, entre demãos 6hrs e 24hrs para secagem completa. Diluição 10 a 15% com solvente aguar- ráz. Obs: Apresentar CERTIFICADO DE CONFORMIDADE da ABNT pela NBR 15494 atualizado. Deverá estar litografa- do na embalagem que o produto atende a NBR 15494 e classificado conforme a norma da ABNT NBR 11702 tipo 4.2.1.1.	R\$ 65,40	R\$ 4.578,00
31	50	TINTA ACRILICA LINHA PREMIUM, LATA DE 18L, SEMI-BRILHO, CORES DIVER- SAS – A BASE DE RESINA ACRILICA, 1ª LINHA - de alta qualidade, super lavável, indicada para pinturas internas e externa de alvenaria, massa pva ou acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e gesso. Ter boa cobertura (à seco). Diluição em água limpa, de 10 a 15%, Rendimento: Rebôco 7 a 9m² por demão por litro; massa corrida: 10 a 14m² por demão por litro. Secagem: ao toque 01hora, en- tre demãos 04horas e 24h para secagem completa, 120 horas para cura completa.	R\$ 277,50	R\$ 13.875,00
32	50	TINTA ACRILICA LINHA PREMIUM, LATA DE 3,6L, SEMI-BRILHO, CORES DIVER- SAS – A BASE DE RESINA ACRILICA, 1ª LINHA - de alta qualidade,super lavável, indicada para pinturas internas e externa de alvenaria, massa pva ou acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e gesso. Ter boa cobertura (à seco). Diluição em água limpa, de 10 a 15%, Rendimento: Rebôco 7 a 9m² por demão por litro; massa corrida: 10 a 14m² por demão por litro. Secagem: ao toque 01hora, en- tre demãos 04horas e 24h para secagem completa, 120 horas para cura completa.	R\$ 62,50	R\$ 3.125,00
33	50	TINTA ACRILICA LINHA PREMIUM, LATA DE 18L, FOSCA PREMIUM, CORES DI- VERSAS – A BASE DE RESINA ACRILICA, 1ª LINHA - de alta qualidade, lavável, indicada para pinturas internas e externa de alvenaria, massa pva ou acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e gesso. Ter boa cobertura (à seco). Diluição em água limpa, de 10 a 15%, Rendimento: Rebôco 7 a 9m² por demão por litro; massa corrida: 10 a 14m² por demão por litro. Secagem: ao toque 01hora, en- tre demãos 04horas e 24h para secagem completa, 120 horas para cura completa. Obs: Apresentar CERTIFICADO DE CON- FORMIDADE da ABNT pela NBR 15079 atualizado. Deverá estar litografado na embalagem que o produto atende a NBR 15079 e classificado conforme a norma da ABNT NBR 11702 tipo 4.5.1.	R\$ 220,00	R\$ 11.000,00



34	50	TINTA ACRILICA LINHA PREMIUM, LATA DE 3,6L, FOSCA PREMIUM, CORES DIVERSAS – A BASE DE RESINA ACRILICA, 1ª LINHA - de alta qualidade, lavável, indicada para pinturas internas e externa de alvenaria, massa pva ou acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e gesso. Ter boa cobertura (à seco). Diluição em água limpa, de 10 a 15%, Rendimento: Rebôco 7 a 9m² por demão por litro; massa corrida: 10 a 14m² por demão por litro. Secagem: ao toque 01hora, entre demãos 04horas e 24h para secagem completa, 120 horas para cura completa. Obs: Apresentar CERTIFICADO DE CONFORMIDADE da ABNT pela NBR 15079 atualizado. Deverá estar litografado na embalagem que o produto atende a NBR 15079 e classificado conforme a norma da ABNT NBR 11702 tipo 4.5.1.	R\$ 50,70	R\$ 2.535,00
35	50	TINTA ACRILICA LINHA STANDARD, LATA DE 18L, FOSCA STANDARD, CORES DIVERSAS – A BASE DE RESINA ACRILICA, 1ª LINHA - de alta qualidade, lavável, indicada para pinturas internas e externa de alvenaria, massa pva ou acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e gesso. Ter boa cobertura (à seco). Diluição em água limpa, de 10 a 15%, Rendimento: Rebôco 7 a 9m² por demão por litro; massa corrida: 10 a 14m² por demão por litro. Secagem: ao toque 01hora, entre demãos 04horas e 24h para secagem completa, 120 horas para cura completa. Obs: Apresentar CERTIFICADO DE CONFORMIDADE da ABNT pela NBR 15079 atualizado. Deverá estar litografado na embalagem que o produto atende a NBR 15079 e classificado conforme a norma da ABNT NBR 11702 tipo 4.5.2.	R\$ 147,50	R\$ 7.375,00
TOTAL: R\$ 279.841,88				

## ANEXO II

## PROCURAÇÃO

\_\_\_\_<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>\_\_\_\_, por meio de \_\_\_\_<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>\_\_\_\_, constitui como PROCURADOR o Sr. \_\_\_\_<NOME COMPLETO, RG, CPF>\_\_\_\_, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO>,

<DATA>\_\_\_\_\_

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL  
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>  
ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_ CNPJ n. \_\_\_\_ (xxxxxxxxxx)\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL)\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), \_\_\_\_ (DATA) \_\_\_\_\_



Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa  
ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ n. \_\_\_\_ (xxxxxxxxxx), sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), \_\_\_\_ (DATA) \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa  
ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. \_\_\_\_/2019

PROCESSO LICITATÓRIO n. 30/2019  
PREGÃO PRESENCIAL n. 14/2019

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Sérgio Luiz Calegari, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011, e, as demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, RESOLVE registrar o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s), na ordem de classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(s), observadas as condições do edital e anexos que integram este instrumento e as cláusulas que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 – Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual contratação futura e parcelada, com recursos próprios e/ou vinculados, de pessoa(s) jurídica(s) interessada(s) na prestação de serviços e/ou no fornecimento de materiais (placas, tachões, tachinha, tintas, fitas, etc.) para sinalização vertical e horizontal, os quais também poderão ser utilizados pelo Município de Lacerdópolis/SC para pintura em edificações públicas, cuja descrição, quantidades e valores máximos é(são):

...

1.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

1.3 – PRAZO DE ENTREGA: até 03 (três) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).

1.4 – LOCAL DE ENTREGA: onde for indicado na Autorização de Fornecimento..

1.5 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

1.6 – Os itens deverão ser entregues livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição.

1.7 - Integram a presente ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial n. 14/2016, Processo Licitatório n. 30/2019 e a proposta apresentada pelo fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, conforme normas estabelecidas no edital e seus anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for

imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 – Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico “7.5” do edital.

3.6 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.7 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.8 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.9 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados no tópico anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

#### CLÁUSULA QUARTA – UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A presente ata, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

#### CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DA ATA

5.1 - A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

5.2 - Durante o prazo de validade da presente ata as empresas, a critério do Município de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

5.3 - Se a empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DA ATA

A presente ata de registro de preços está vinculada ao processo licitatório que a originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93, a Lei n. 10.520/02, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

7.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

7.2 - O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

7.3 - Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores constantes no tópico 02 (OBJETO) desta ata.

7.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

7.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES

8.1 - A presente ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

8.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente ata;

b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de contrato no prazo estabelecido pela Administração

sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

São obrigações do órgão gerenciador:

a) Gerenciar esta ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

d) consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente ata;

e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ata;

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

a) Tomar conhecimento da presente ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;

d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

e) informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente ata, particular.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ata;

b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no edital e tópico 01 (OBJETO) desta ata;

c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente ata;

d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente ata;

e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

13.1 - À contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

13.2 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

13.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença,

podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos e os serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas desta ata, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... de... 2019.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA	DETENTOR DA ATA
----------------------------------------------------------------------------------	-----------------

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO ARP 100/2019 - ABC - SMS

Publicação Nº 2123587

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 9.007,50 (nove mil sete reais e cinquenta centavos), sendo:

ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ nº 12.014.370/0001-67 – Rua Marechal Deodoro, nº 177, bairro Cristo Rei, CEP 85501-250, Pato Branco/PR.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 101/2019 - BLUMEDICA - SMS

Publicação Nº 2123590

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 33.289,40 (trinta e três mil duzentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), sendo:

BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA – CNPJ nº 01.470.743/0001-98 – Rua Colibri, nº 425, bloco 02, bairro Salto Weisbach, CEP 89032-235, Blumenau/SC.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 102/2019 - CIRURGICA FLORIANÓPOLIS- SMS**

Publicação Nº 2123591

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 82.110,00 (oitenta e dois mil cento e dez reais), sendo:

CIRÚRGICA FLORIANÓPOLIS COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 11.754.622/0001-21 – Rua Laje de Pedra, nº 73, loja 9, bairro Itacorubi, CEP 88034-605, Florianópolis/SC.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 103/2019 - CSE - SMS**

Publicação Nº 2123593

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 12.780,00 (doze mil setecentos e oitenta reais), sendo:

CSE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA – CNPJ nº 02.994.122/0001-76 – Rua Frei Estanislau Schaette, nº 239, sala 01, bairro Água Verde, CEP 89037-001, Blumenau/SC.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 104/2019 - DENTAL SHOW - SMS**

Publicação Nº 2123596

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 15.746,10 (quinze mil setecentos e quarenta e seis reais e dez centavos), sendo:

DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI – EPP – CNPJ nº 11.776.334/0001-78 – Av. Luiz Antonio Faedo, nº 1810, bairro Centro, CEP 85601-275, Francisco Beltrão/PR.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 105/2019 - FUFA-SC - SMS**

Publicação Nº 2123597

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 131.160,00 (cento e trinta e um mil cento e sessenta reais), sendo:

FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA – CNPJ nº 07.164.711/0001-40 – Rua Joaquim Nabuco, nº 1595, bairro Capoeiras, CEP 88090-060, Florianópolis/SC.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 106/2019 - LA DALLA - SMS**

Publicação Nº 2123598

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;  
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;  
2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;  
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;  
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 6.788,00 (seis mil setecentos e oitenta oito reais), sendo:

LA DALLA PORTA JUNIOR – CNPJ nº 11.145.401/0001-56 – Rua Pascoal Gomes Librelotto, nº 20, 1º andar, bairro Parque Dom Antonio Reis, CEP 97065-290, Santa Maria/RS.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 107/2019 - MEDEFE - SMS**

Publicação Nº 2123601

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;  
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;  
2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;  
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;  
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 82.589,70 (oitenta e dois mil quinhentos e oitenta e nove reais e setenta centavos), sendo:

MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 25.463.374/0001-74 – Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, Cidade Industrial, CEP 81460-140, Curitiba/PR.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 108/2019 - METROMED - SMS**

Publicação Nº 2123602

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 54.671,50 (cinquenta e quatro mil seiscentos e setenta e um reais e cinquenta centavos), sendo:

METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 83.157.032/0001-22 – Estrada Boa Esperança, nº 1918, bairro Fundo Canoas, CEP 89160-000, Rio do Sul/SC.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 109/2019 - MF - SMS**

Publicação Nº 2123604

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 9.557,10 (nove mil quinhentos e cinquenta e sete reais e dez centavos), sendo:

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA – ME – CNPJ nº 05.021.932/0001-34 – Rua Sebastião Furtado, nº 101, bairro Centro, CEP 88501-140, Lages/SC.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 110/2019 - OLIMED - SMS**

Publicação Nº 2123606

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 16.380,00 (dezesesseis mil trezentos e oitenta reais), sendo:

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 03.033.589/0001-12 – Rua Ricardo Georg, nº 1115, bairro Itoupava Central, CEP 89069-100, CEP 89069-100, Blumenau/SC.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 111/2019 - SANIMED - SMS**

Publicação Nº 2123608

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 9.047,50 (nove mil quarenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo:

SANIMED INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – CNPJ nº 24.537.945/0001-05 – Rua Ricardo Georg, nº 1115, bairro Itoupava Central, CEP 89069-100, Blumenau/SC.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 112/2019 - TRADE - SMS**

Publicação Nº 2123610

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 7.895,90 (sete mil oitocentos e noventa e cinco reais e noventa centavos), sendo:

TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 06.555.143/0001-46 – Rua Pedro Thisen Junior, nº 478, bairro Ariú, CEP 88135-420, Palhoça/SC.

Lages, 15 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 113/2019 - SOMA-SC - SMS**

Publicação Nº 2123612

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019  
PROCESSO Nº 26/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), sendo:

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 05.531.725/0001-20 – Av. Gentil Reinaldo Cordioli, nº 391, bairro Jardim Eldorado, CEP 88133-500, Palhoça/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 114/2019 - ABC DIST - SMS**

Publicação Nº 2123614

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019



PROCESSO Nº 26/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 73.436,00 (setenta e três mil, quatrocentos e trinta e seis reais), sendo:

ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ nº 12.014.370/0001-67 – Rua Marechal Deodoro, nº 177, bairro Cristo Rei, CEP 85501-250, Pato Branco/PR.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 115/2019 BLUMEDICA - SMS**

Publicação Nº 2123625

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 19.552,00 (dezenove mil, quinhentos e cinquenta e dois reais), sendo:

BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA – CNPJ nº 01.470.743/0001-98 – Rua Colibri, nº 425, bloco 02, bairro Salto Weisbach, CEP 89032-235, Blumenau/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 116/2019 CIRURGICA FLORIANÓPOLIS - SMS**

Publicação Nº 2123627

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 310.530,00 (trezentos e dez mil, quinhentos e trinta reais), sendo:

CIRÚRGICA FLORIANÓPOLIS COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 11.754.622/0001-21 – Rua Laje de Pedra, nº 73, loja 9, bairro Itacorubi, CEP 88034-605, Florianópolis/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 117/2019 CIRURGICA SANTA CRUZ- SMS**

Publicação Nº 2123630

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais), sendo:

CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 94.516.671/0002-34 – Rua Luiz Fagundes, nº 1486, bairro Picadas do Sul, CEP 88196-000, São José/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 118/2019 CIRURGICA CERON - SMS**

Publicação Nº 2123631

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares,



para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;  
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 49.860,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta reais), sendo:

CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA ME – CNPJ SOB Nº 18.258.209/0001-15 – Rua Alberto Laureano Heinrich, 50 – Passa Vinte – CEP 88132-230 – Palhoça/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 119/2019 COINTER - SMS**

Publicação Nº 2123632

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 22.173,75 (vinte e dois mil, cento e setenta e três reais e setenta e cinco centavos), sendo:

COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 03.800.317/0001-09 – Rua Tupy, nº 1723, bairro Nova Brasília, CEP 89214-505, Joinville/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 120/2019 DENTAL SHOW - SMS**

Publicação Nº 2123633

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 40.569,00 (quarenta mil, quinhentos e sessenta e nove reais), sendo:

DENTAL SHOW - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI – EPP – CNPJ nº 11.776.334/0001-78 – Av. Luiz Antonio Faedo, nº 1810, bairro Centro, CEP 85601-275, Francisco Beltrão/PR.

Lages, 19 de julho de 2019.  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 121/2019 UFUA - SMS

Publicação Nº 2123635

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019  
PROCESSO Nº 26/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 8.016,00 (oito mil, dezesseis reais), sendo:

UFUA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA – CNPJ nº 07.164.711/0001-40 – Rua Joaquim Nabuco, nº 1595, bairro Capoeiras, CEP 88090-060, Florianópolis/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 122/2019 JOAOMED - SMS

Publicação Nº 2123637

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019  
PROCESSO Nº 26/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 177.289,00 (cento e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e nove reais), sendo:

JOAOMED COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS S/A – CNPJ nº 78.742.491/0001-33 – Rua Wilson Lois Koehler Junior, nº 406, bairro Xaxim, CEP 81.630-280, Curitiba/PR.

Lages, 19 de julho de 2019.  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 123/2019 LA DALLA - SMS**

Publicação Nº 2123638

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019  
PROCESSO Nº 26/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais), sendo:

LA DALLA PORTA JUNIOR – CNPJ nº 11.145.401/0001-56 – Rua Pascoal Gomes Librelotto, nº 20, 1º andar, bairro Parque Dom Antonio Reis, CEP 97065-290, Santa Maria/RS.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 124/2019 MAYCON - SMS**

Publicação Nº 2123640

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019  
PROCESSO Nº 26/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais), sendo:

MAYCON WILL EIRELI – CNPJ nº 18.712.730/0001-80 – Rua Treze de Junho, nº 769, bairro Flor de Nápolis, CEP 88106-470, São José/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 125/2019 MEDEFE - SMS**

Publicação Nº 2123642

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019  
PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 176.522,68 (cento e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos), sendo: MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 25.463.374/0001-74 – Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, Cidade Industrial, CEP 81460-140, Curitiba/PR.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 126/2019 METROMED - SMS**

Publicação Nº 2123646

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 119.096,70 (cento e dezenove mil, noventa e seis reais e setenta centavos), sendo:

METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 83.157.032/0001-22 – Estrada Boa Esperança, nº 1918, bairro Fundo Canoas, CEP 89160-000, Rio do Sul/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 127/2019 MF DE ALMEIDA - SMS**

Publicação Nº 2123650

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

- 2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
- 2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;
- 2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
- 2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 15.711,20 (quinze mil, setecentos e onze reais e vinte centavos), sendo:

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA – ME – CNPJ nº 05.021.932/0001-34 – Rua Sebastião Furtado, nº 101, bairro Centro, CEP 88501-140, Lages/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 128/2019 OLIMED - SMS**

Publicação Nº 2123652

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 294.622,00 (duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais), sendo:

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 03.033.589/0001-12 – Rua Ricardo Georg, nº 1115, bairro Itoupava Central, CEP 89069-100, CEP 89069-100, Blumenau/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 129/2019 SANIMED - SMS**

Publicação Nº 2123656

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;



2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 9.383,00 (nove mil, trezentos e oitenta e três reais), sendo:

SANIMED INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – CNPJ nº 24.537.945/0001-05 – Rua Ricardo Georg, nº 1115, bairro Itoupava Central, CEP 89069-100, Blumenau/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 130/2019 TRADE - SMS

Publicação Nº 2123657

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO Nº 26/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição de Materiais de Enfermagem, Óculos de Proteção e Protetores Solares para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 54.710,50 (cinquenta e quatro mil, setecentos e dez reais e cinquenta centavos), sendo:

TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 06.555.143/0001-46 – Rua Pedro Thisen Junior, nº 478, bairro Aririú, CEP 88135-420, Palhoça/SC.

Lages, 19 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 132/2019 TRADE - SMS

Publicação Nº 2123662

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

PROCESSO Nº 27/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 25/07/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 63.800,00 (sessenta e três mil, oitocentos reais), sendo:

TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 06.555.143/0001-46 – Rua Pedro Thisen Junior, nº 478, bairro

Aririú, CEP 88135-420, Palhoça/SC.

Lages, 25 de julho de 2019.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 133/2019 MEDEFE - SMS

Publicação Nº 2123668

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 25/07/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), sendo:

MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 25.463.374/0001-74 – Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, Cidade Industrial, CEP 81460-140, Curitiba/PR.

Lages, 25 de julho de 2019.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 135/2019 BLUMÉDICA - SMS

Publicação Nº 2123671

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019  
PROCESSO Nº 27/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado Aquisição de Materiais de Enfermagem, para uso no Serviço de Atenção Domiciliar, nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 25/07/2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 18/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), sendo:

BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA – CNPJ nº 01.470.743/0001-98 – Rua Colibri, nº 425, bloco 02, bairro Salto Weisbach, CEP 89032-235, Blumenau/SC.

Lages, 25 de julho de 2019.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 138/2019 - ADL - SMS**

Publicação Nº 2123676

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019  
PROCESSO Nº 25/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

**CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 11.705,60 (onze mil, setecentos e cinco reais e sessenta centavos), sendo:

ADL COMERCIAL EIRELI – EPP – CNPJ nº 15.267.298/0001-78 – Rua Albert Einstein, nº 807, térreo, bairro Fortaleza, CEP 89056-130, Blumenau/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 139/2019 - ALTERMED - SMS**

Publicação Nº 2123678

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019  
PROCESSO Nº 25/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

**CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ nº 00.802.002/0001-02 – Estrada Boa Esperança, nº 2320, bairro Fundo Canoas, CEP 89163-554, Rio do Sul/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 140/2019 - BAGATOLI - SMS**

Publicação Nº 2123679

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO Nº 25/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 19.996,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e seis reais), sendo:

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – EPP – CNPJ nº 09.053.748/0001-27 – Rua Marcos Hosang, n 18, sala 01, bairro Seminário, CEP 89190-000, Taió/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 141/2019 - BLUMÉDICA - SMS**

Publicação Nº 2123680

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO Nº 25/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 4.030,00 (quatro mil, trinta reais), sendo:

BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA – CNPJ nº 01.470.743/0001-98 – Rua Colibri, nº 425, bloco 02, bairro Salto Weisbach, CEP 89032-235, Blumenau/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 142/2019 - CIRURGICA SANTA CRUZ - SMS**

Publicação Nº 2123681

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO Nº 25/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 3.525,00 (três mil, quinhentos e vinte e cinco reais), sendo:

CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 94.516.671/0002-34 – Rua Luiz Fagundes, nº 1486, bairro Picadas do Sul, CEP 88196-000, São José/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 143/2019 - CIRURGICA CERON - SMS**

Publicação Nº 2123682

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO Nº 25/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços destinado à Aquisição Materiais de Enfermagem, Equipamentos, Material de Higiene Pessoal e Caixas Organizadoras para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da presente assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05(cinco) dias, a contar da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura até 29/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 62.988,00 (sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais), sendo:

CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA ME – CNPJ SOB Nº 18.258.209/0001-15 – Rua Alberto Laureano Heinrich, 50 – Passa Vinte – CEP 88132-230 – Palhoça/SC.

Lages, 29 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 89/2019 - ALCENIR - SMS**

Publicação Nº 2123573

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019

PROCESSO Nº 12/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Vidros e Películas com Mão de Obra inclusa para as Unidades Básicas e Setores da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05 dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) subscrita(s) pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde, nos local(is) por ela indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares,

para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;  
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 03/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), sendo:

ALCENIR ALZERINO ROCHA – CNPJ nº 24.707.329/0001-55 – Rua Alvaro Catao, nº 931, bairro Operaria Nova, CEP 88809-050, Criciúma/SC.

Lages, 03 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 91/2019 - COMERCIAL AGRÍCOLA - SMS**

Publicação Nº 2123574

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

PROCESSO Nº 32/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para o CAPSi, CAPS II, CAPS AD e Residencial Terapêutico.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 04/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 20/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 16.604,21 (dezesesseis mil seiscentos e quatro reais e vinte e um centavos), sendo:

COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA – ME – CNPJ nº 75.779.223/0001-06 – Av. Colombo Machado Salles, nº 1371, bairro Vila Nova, CEP 89170-000, Laurentino/SC.

Lages, 04 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 92/2019 - COMERCIAL MILENIO - SMS**

Publicação Nº 2123575

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

PROCESSO Nº 32/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para o CAPSi, CAPS II, CAPS AD e Residencial Terapêutico.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 04/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 20/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 7.517,96 (sete mil quinhentos e dezessete reais e noventa e seis centavos), sendo:

COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA – CNPJ nº 07.773.491/0001-52 – Av. Caldas Junior, nº 550, sala 01, bairro Santa Helena, CEP 88504-420, Lages/SC.

Lages, 04 de julho de 2019.  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 93/2019 - JULIO CESAR - SMS**

Publicação Nº 2123578

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019  
PROCESSO Nº 32/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para o CAPSi, CAPS II, CAPS AD e Residencial Terapêutico.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 04/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 20/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 112.684,52 (cento e doze mil seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), sendo:

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES – EPP – CNPJ nº 82.894.718/0001-33 – Rua Mario Ribeiro Ramos, nº 248, Bairro Universitário – CEP 88509-340 – Lages/SC.

Lages, 04 de julho de 2019.  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 94/2019 - NUTRI - SMS**

Publicação Nº 2123579

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019  
PROCESSO Nº 32/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para o CAPSi, CAPS II, CAPS AD e Residencial Terapêutico.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 04/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 20/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 69.222,71 (sessenta e nove mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos), sendo:

NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME – CNPJ nº 07.814.016/0001-87 – Acesso Florenal Ribeiro, nº 1331, letra D, bairro Santos Dumont, CEP 89815-290, Chapecó/SC.

Lages, 04 de julho de 2019.  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 95/2019 - PLANALTO - SMS**

Publicação Nº 2123580

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019  
PROCESSO Nº 32/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para o CAPSi, CAPS II, CAPS AD e Residencial Terapêutico.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 04/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela

abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 20/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 23.079,16 (vinte e três mil setenta e nove reais e dezesseis centavos), sendo:

PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA – ME – CNPJ nº 19.633.424/0001-11 – Rua do Comércio, s/nº, sala 03, margens da rodovia SC-283, bairro Centro, CEP 89882-000, Planalto Alegre/SC.

Lages, 04 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 96/2019 - SOMA ALIMENTOS - SMS**

Publicação Nº 2123581

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019  
PROCESSO Nº 32/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para o CAPSi, CAPS II, CAPS AD e Residencial Terapêutico.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 04/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 20/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 45.578,73 (quarenta e cinco mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos), sendo:

SOMA COMÉRCIO DE ALIMENTOS – ME – CNPJ nº 26.621.024/0001-51 – Rua Plácido Damiani, nº 1200, sala 05, bairro Frei Rogério, CEP 88508-070, Lages/SC.

Lages, 04 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 97/2019 - VICTÓRIA - SMS**

Publicação Nº 2123584

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2019  
PROCESSO Nº 35/2019  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Injetáveis para uso no Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Local: em até 10(dez) dias, a contar da(s) data(s) da solicitação(ões) da Secretaria Municipal de Saúde, no Almoxarifado da SMS, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro Brusque – Lages/SC - (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 04/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 23/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 101.149,50 (cento e um mil cento e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), sendo:

VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 00.088.317/0001-21 – Rua São Paulo, nº 862, bairro São Geraldo, Porto Alegre/RS.

Lages, 05 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 99/2019 - NUTRIPORT - SMS**

Publicação Nº 2123586

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2019

PROCESSO Nº 29/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Leites Especiais para atender Demandas Judiciais e os Programas da Saúde do Idoso, Saúde da Criança e Aids da Secretaria Municipal da Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) almoxarifado da Secretaria da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368, Bairro Brusque, nesta cidade de Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 05/07/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 30/2019.

O valor a ser registrado é de R\$ 178.290,00 (cento e setenta e oito mil e duzentos e noventa reais), sendo:

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA – CNPJ nº 03.612.312/0004-97 – Rua Judite Melo dos Santos, nº 131, Distrito Industrial, CEP 88104-765, São José/SC.

Lages, 05 de julho de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**PP 36/2019 PML, PP 26/2019 SMS**

Publicação Nº 2123673

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial 36/2019 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Serviços SCM, para prover serviço dedicado de conectividade à internet, link banda larga e interconexões via fibra óptica para a Prefeitura de Lages.

Abertura: 30/08/2019 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 229.698,99

Modalidade: Pregão Presencial 26/2019 SMS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Rações, Equipamentos, Medicamentos Veterinários, Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual para uso no Centro de Controle de Zoonoses e no Setor de Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

Abertura: 03/09/2019 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 179.612,87

Da retirada dos Editais: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)



Lages, 15 de agosto de 2019  
Antônio César Alves de Arruda  
Secretário da Administração e Fazenda

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**016/2019**

Publicação Nº 2123888

DECRETO LEGISLATIVO Nº 0016/2019  
AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 018/2019

APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES/SC, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2017.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

- Art. 1º. Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Lages/SC, relativas ao exercício de 2017.  
Art. 2º. Fica o senhor Presidente da Mesa Diretora, autorizado a expedir o competente Decreto Legislativo de aprovação.  
Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2019.  
JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN  
PRESIDENTE

# Laguna

## PREFEITURA

### **DECRETO N.º 6.088/2019 - DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – REURB, REVOGANDO OS DECRETOS Nº 6.043/2019 E Nº 6.069/2019.**

Publicação Nº 2124408

DECRETO Nº 6.088/2019, de 26 de julho de 2019.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – REURB, REVOGANDO OS DECRETOS Nº 6.043/2019 E Nº 6.069/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, CONSIDERANDO a necessidade de realização do Programa Regularização Fundiária no Município; CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer áreas prioritárias para a regularização fundiária; CONSIDERANDO a necessidade de propor a abertura de processos de REURB de iniciativa do Município, bem como conduzir os processos no âmbito da administração municipal, produzir atos administrativos concernentes e mediar eventuais conflitos que surgirem; CONSIDERANDO a necessidade de emitir parecer único conclusivo multidisciplinar a fim de subsidiar a emissão de Certidão de Regularização Fundiária – CRF; CONSIDERANDO a necessidade de solicitar junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do processo de REURB, quando de interesse social (REURB-S); CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar o recebimento das obras de infraestrutura essencial e das compensações urbanísticas e ambientais previstas no projeto urbanístico e no termo de compromisso; CONSIDERANDO a necessidade de assessorar o Prefeito naquilo que disser respeito à REURB; CONSIDERANDO a necessidade de elaborar seu Regimento Interno e dar publicidade aos trabalhos e decisões da Comissão;

#### DECRETA:

Art. 1º A Comissão para a realização de atividades ligadas ao Programa de Regularização Fundiária nas modalidades de REURB-S (REURB de Interesse Social) e REURB-E (REURB de Interesse Específico) fica constituída pelos seguintes membros:

I - Procuradoria Geral:

a) Gabriela Novaes Linhares;

II - Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos:

b) Antônio da Silveira Filho;

III - Fundação Lagunense do Meio Ambiente:

c) Ilmara Aparecida Fretta;

d) Rafael Marchezam Adriano;

IV - Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social:

e) Engenheiro Civil – Walmecir Jorge Rampinelli;

f) Arquiteto – Flávio Luiz Alipio;

Art. 2º Este Decreto revoga os Decretos nº 6.043/2019 e nº 6.069/2019;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito

### **DECRETO N.º 6.090/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2124411

DECRETO Nº 6.090/2019, de 09 de agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pela Lei Municipal nº. 2.094/2019,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 112.625,28 (cento e doze mil e seiscentos e vinte e cinco reais e vinte oito centavos), na seguinte classificação:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 – Manutenção do Poder Legislativo

Elemento da Despesa:

01 - 319000000000000100 – Aplicações Diretas ..... R\$108.788,39

Total Projeto/Atividade ..... R\$108.788,39

P/A: 2070 – Pagamento mensal dos inativos

Elemento da Despesa:

04 - 319000000000000100 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.836,89

Total Projeto/Atividade ..... R\$ 3.836,89

Total ..... R\$112.625,28

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizado o uso em igual valor de recursos do orçamento vigente, das seguintes dotações:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 09 – Encargos Gerais do Município

P/A: 0.003 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada

82 – 4.6.90.00.00.00.00.01 – Aplicações diretas ..... R\$ 112.625,28

Total Projeto/Atividade ..... R\$ 112.625,28

Total ..... R\$112.625,28

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

## **EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE RECURSOS RECEBIDOS - 002/2019**

Publicação Nº 2124450

### **EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE RECURSOS RECEBIDOS**

O Gestor da Prefeitura Municipal de Laguna-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a determinação contida no artigo 7º, inciso XI da Portaria Interministerial nº 424/2016 de 30 de dezembro de 2016, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais, com sede neste Município, da liberação dos recursos no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), na data de 06/08/2019, recebidos a título de Crédito de Recursos Financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, para execução do objeto consignado no Contrato de Repasse emitido sob o nº 832141/2016/MTUR/CAIXA – Operação 1030838-99 para execução de "Pavimentação asfáltica de trecho da Avenida Professora Júlia Nascimento- localizada no município de Laguna - SC"no âmbito do Programa Turismo do Ministério do Turismo, firmado em 02 de dezembro de 2016.

Laguna, 13 de agosto de 2019.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/FMS/2019

Publicação Nº 2124013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/FMS/2019

Data e horário da sessão de abertura: 29/08/2019 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo contratação de empresas do ramo pertinente para serviços de transformação veicular de ônibus em uma unidade móvel de saúde para o Município de Lauro Muller/SC, conforme especificações previstas no Termo de Referencia e na minuta contratual em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller/SC, 14 de Agosto de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### **MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº PR15/2019**

Publicação Nº 2124382

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº PR15/2019.

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do pregoeiro designado através do Decreto nº 016/2019, torna pública a nova data designada para procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO: Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de Limpeza e Higienização, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e produtos necessários para execução, a serem realizados nas edificações públicas de responsabilidade do Município de Lebon Régis/SC, conforme Termo de Referência (Anexo I) do Edital. Maiores informações e Edital disponível no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00h do dia 19 de agosto de 2019. O processamento do Pregão será no mesmo dia (19/08/2019) às 09:10min. Maiores informações pelo e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 14 de agosto de 2019.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro

### **MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº 31/2019. PROCESSO DE COMPRA DIRETA Nº 110/2019**

Publicação Nº 2123521

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº 31/2019. Processo de Compra Direta nº 110/2019. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de captação de imagens dos todos os eventos alusivos a V Semana do Contestado 2019, e cobertura do Desfile do Dia 7 de Setembro, com captação de imagens compacta e edição de vídeo compacto, a serem realizados no Município de Lebon Régis – SC. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratada: Empresa Airton Cevey Júnior – CNPJ nº 10.615.415/0001-23. Valor R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Vigência: 08/08/2019 - Término: 31/12/2019. Lebon Régis, 08 de Agosto de 2019. Douglas Fernando de Mello

### **MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº 32/2019. PROCESSO DE COMPRA DIRETA Nº 112/2019**

Publicação Nº 2123489

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº 32/2019. Processo de Compra Direta nº 112/2019. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de sonorização nos eventos alusivos a V Semana do Contestado 2019 e Desfile do Dia 7 de Setembro, a serem realizados no Município de Lebon Régis. Contratante: Município de Lebon Régis – SC. Contratada: Empresa Adriana do Prado Tonchak – CNPJ nº 30.960.923/0001-56. Valor total: R\$ 4.130,00 (quatro mil, cento e trinta reais). Vigência: 08/08/2019 - Término: 31/12/2019. Lebon Régis, 08 de Agosto de 2019. Douglas Fernando de Mello

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 088/2019

Publicação Nº 2123873

Portaria n.º 088, de 31 de julho de 2019.

“Exonera Servidora Municipal e dá outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a Senhorita CLEONICE LEAL, servidora inscrita sob a matrícula nº 1465, ocupante do cargo de Agente Comunitário da Estratégia de Saúde da Família, com lotação na Secretaria Municipal de saúde, a partir de 31 de julho de 2019, a pedido da mesma.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 31 de julho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.205, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124080

DECRETO Nº 3.205, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

Convoca a VII Conferência Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso da atribuição que lhes confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto no art. 2º da Lei nº 252 de 15 de dezembro de 1995,

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 12 de agosto de 2019, tendo como tema central: "Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social".

Parágrafo único: a VII Conferência Municipal de Assistência Social será realizada nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, com início às 13h00min e término às 16h30min.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 09 de Agosto de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.206, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124081

DECRETO Nº 3.206, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei nº 1.414, de 6 de Dezembro de 2018,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade – PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 07.002 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.030 – Apoio Administrativo - FUNDERURAL

90 – 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

0.1.00.0104 – Recursos Ordinários ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do Superávit Financeiro do exercício de 2018 da fonte Recursos Ordinários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 09 de Agosto de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 3.207, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124209

DECRETO Nº 3.207, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

Nomeia Secretario Municipal de Saúde e Ação Social, em Exercício.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,  
Considerando o Comunicado Interno 67/2019, do Senhor Flávio Luiz Benini, Secretário de Saúde e Ação Social,

DECRETA

Art. 1º. Em virtude do afastamento temporário do titular por motivo de licença saúde, fica designada a servidora Sra.Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Saúde e Ação Social, em exercício, pelo período em que o titular permanecer afastado.

Art. 2º. Pelo desempenho das funções atribuídas por este Decreto, a designada perceberá a diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o comissionado, em forma de subsídios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de Agosto de 2019.

Lindóia do Sul, 09 de Agosto de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 127/2019

Publicação Nº 2124132

DECRETO Nº 127/2019  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial nº 85/2019 em 14 de agosto de 2019, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 85/2019, na modalidade de Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA, ENCANADOR E PINTOR PREDIAL. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 14 de agosto de 2019.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
PREFEITO

### RESOLUÇÃO Nº 05/2019 CMDCA

Publicação Nº 2123218

RESOLUÇÃO N.º 05, DE 29 DE JULHO DE 2019 | CMDCA LONTRAS

Relator: Conselheira Presidente  
Interessado: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

“Dispõe sobre a divulgação dos resultados dos candidatos à eleição do Conselho Tutelar”.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais e por deliberação do CMDCA conforme Assembleia Ordinária aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes.

Considerando a Lei Municipal 2.434/2019;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando o Estatuto da Criança e do adolescente.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Publica a divulgação dos resultados:

Classificação	Nome	Situação	Nota
01	JOSÉ BERTOLDO DE SOUZA	APROVADO	9.0
02	ANA LUCIA LOPES	APROVADA	9.0
03	MARLUCI CRISTINA SILVA	APROVADA	8.5
04	HANALU LENE DA SILVA BATISTA	APROVADA	8.5
05	MARCIA EGÍDIO	APROVADA	8.0
06	ELENIR CUNHA	APROVADA	6.5
07	ISOLDE BARON	APROVADA	6.0
08	LUCI IZABEL HEIDERSCHIEDT	APROVADA	6.0

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maria Aparecida Cristovam de Souza  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Lontras – SC

**Luiz Alves****PREFEITURA****EXTRATO DE RESCISÃO - CONTRATO N° 04/2019 (FMAS)**

Publicação N° 2123950

**EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO N.º 04/2019**

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: ACAJE – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE JESUS, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.119.273/0002-05.

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE VAGA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇA (10 ANOS) COM TODAS AS DESPESAS INCLUSAS (GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, DIÁRIAS, GASTOS MÉDICOS, MEDICAMENTOS, AULAS ENTRE OUTROS), SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DA ALTA COMPLEXIDADE.

DO DISTRATO: Por força da presente rescisão, as partes dão por encerrado o Contrato n.º 04/2019, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

Luiz Alves, 29 de julho de 2019.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### CONTRATO PML Nº 127.19

Publicação Nº 2123231

CONTRATO PML Nº 127/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 076/2019  
DISPENSA PML Nº 016/2019

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC e a SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, representada neste ato por seu Secretário Municipal, Sr. ALCIR JOÃO DENARDI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 194.688.499-53 e portador da cédula de identidade nº 340.688, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa FÁBIO GONÇALVES MAGALHÃES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.656.710/0001-16, com sede na Rua Humberto Knolseisen, nº 37, Bairro Vila Alemanha, Luzerna/SC, CEP 89609-000, neste ato representado por FÁBIO GONÇALVES MAGALHÃES, brasileiro, casado, diretor executivo, portador de documento de identidade RG nº 4.145.087 e inscrito no CPF sob o nº 050.733.929-06, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 - Esta contratação tem por objeto é a prestação de serviços destinada a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA REFERENTE À ELABORAÇÃO DE VÍDEO ANIMAÇÃO AÉREA EM 3D CONTEMPLANDO O PROJETO FINAL DA PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL – ANEL VIÁRIO DE LUZERNA/SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DOS VALORES

2.1 - O valor total para a prestação dos serviços corresponde a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), contemplando os seguintes serviços:

Item	Quantidade	Descrição	Valor unitário	Valor Total
1	1,00	Vídeo animação aérea em 3D, com duração mínima de 2 minutos, incluso dublagem, legenda e trilha sonora, contemplando o projeto de pavimentação da Estrada Municipal – Anel Viário, com extensão de 2,4km, a qual liga as Rodovias SC 453 e SC 150, em resolução "full HD" (1920x1080 pixels) ou superior, com imagens foto realistas. Entrega do trabalho em mídia digital.	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue bem como mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por servidor competente;

3.2 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3 - A CONTRATADA deverá enviar o documento fiscal por e-mail para [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br) -imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (49) 3551-4700);

3.4 - A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Executar o objeto do presente Contrato nos termos da proposta apresentada;

4.2 - Iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias contados da data de emissão da Solicitação de Fornecimento, entregando o objeto contratado em até 6 (seis) semanas;

4.3 - Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas na proposta e na justificativa de contratação e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelo atendimento presencial quando necessário qualquer que seja a sua natureza ou origem, ficando a sua cargo todas as despesas de transportes, alimentação, hospedagem e outras despesas decorrentes do descolamento da CONTRATADA;

4.5 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.6 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato;

4.7 - Facilitar todas as atividades de fiscalização do Fiscal da contratação;

4.8 - A CONTRATADA, resta ciente que em caso da recusa do serviço ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

#### CLÁUSULA QUINTA DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor André Diesel, ao qual anotar-se-á em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s): 04.007.15.782.0400.2407 – Manutenção dos serviços da área rural  
Modalidade de Aplicação (s): 3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas  
Fonte (s): 012 – Convênio de Trânsito - Prefeitura

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

7.1 - A presente contratação vigorará a partir de 09 de agosto de 2019, pelo prazo de até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO

8.1 - A presente contratação poderá ser rescindida por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.
- d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

#### CLÁUSULA NONA DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

9.1 - O Presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 076/2019 - Dispensa de Licitação nº 016/2019.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

- a) Advertência;
  - b) Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do Contrato dele proveniente;
  - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 10.2 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 10.3 - Os serviços em atraso sujeitarão a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), por dia que exceder aos prazos estabelecidos, exceto quando justificados e aceitos pelo Município.
- 10.4. A multa a que alude o subitem 10.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 10.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato.
- 10.6. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES

11.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 09 de agosto de 2019.

ALCIR JOÃO DENARDI  
SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGRO-  
PECUÁRIA CONTRATANTE

FÁBIO GONÇALVES MAGALHÃES  
FÁBIO GONÇALVES MAGALHÃES - ME  
CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

**PORTARIA 113/2019**

Publicação Nº 2123952

PORTARIA Nº 113/19 de 13 de agosto de 2019.

"RECONHECE A APROVAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO COM A CONSEQUENTE ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO E PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que desde a posse dos servidores relacionados até o presente momento já são decorridos 03 (três) anos de efetivo exercício;

CONSIDERANDO que os servidores foram avaliados em estágio probatório durante o período disposto no art.207 e na forma do art.18, ambos da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 e Decreto nº 2442 de 20 de setembro de 2017, posteriormente substituído pelo Decreto nº 2652 de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto nº 2760 de 14 de maio de 2019,

CONSIDERANDO que na avaliação realizada os servidores obtiveram os conceitos necessários para a aprovação;

## RESOLVE:

Art.1º - APROVAR, nos termos do art.s 18 e 207 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 e do Decreto nº 2652 de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto nº 2760 de 14 de maio de 2019, os Pareceres Conclusivos Individualizados dos Servidores Avaliados emitidos pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, que opinaram pela aprovação e conseq-entemente reconhecer a estabilidade no serviço público em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal estipulado no art. 207 e parágrafos da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 dos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo Público	Data da estabilidade
Angela Hericks Antunes	Professora - 40 horas	10/08/2019
Joviane Colombelli	Assistente Social	11/03/2019
Juliana Corbani	Engenheira Civil	22/04/2018
Marcos Heckler Hoffelder	Motorista	20/02/2018
Renata Parenti	Professora 20h	10/02/2019
Tainá Tessari	Nutricionista	08/03/2019

Art.2º- Em conformidade com o art. 25 da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019, concluído o estágio probatório e satisfeitos os requisitos dos incisos II e III do art.20, obtendo a estabilidade no serviço público, os servidores fazem jus aos efeitos financeiros previstos no art.19 da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019, progredindo de seu padrão de vencimento para outro, imediatamente seguinte:

Servidor	Cargo Público	Padrão de vencimento atual	Padrão de vencimento novo
Angela Hericks Antunes	Professora - 40 horas	"B"	"C"
Joviane Colombelli	Assistente Social	"A"	"B"
Juliana Corbani	Engenheira Civil	"A"	"B"
Marcos Heckler Hoffelder	Motorista	"A"	"B"
Renata Parenti	Professora 20h	"B"	"C"
Tainá Tessari	Nutricionista	"A"	"B"

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros retroativos a data da estabilidade de cada servidor, revogadas as disposições em contrário, em especial, as Portarias nºs 082/19 de 18 de junho de 2019 e 091/19 de 10 de julho de 2019.

Luzerna(SC), 13 de agosto de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 114/2019**

Publicação N° 2123955

PORTARIA N° 114/19 de 13 de agosto de 2019.

“RECONHECE A APROVAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO COM A CONSEQUENTE ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que desde a posse da servidora relacionada até o presente momento já são decorridos 03 (três) anos de efetivo exercício;

CONSIDERANDO que a servidora foi avaliada em estágio probatório durante o período disposto no art.207 e na forma do art.18, ambos da Lei Complementar n° 164 de 25 de abril de 2017 e Decreto n° 2442 de 20 de setembro de 2017, posteriormente substituído pelo Decreto n° 2652 de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto n° 2760 de 14 de maio de 2019,

CONSIDERANDO que na avaliação realizada a servidora obteve o conceito necessário para a aprovação;

**RESOLVE:**

Art.1º - APROVAR, nos termos do art.s 18 e 207 da Lei Complementar n° 164 de 25 de abril de 2017 e do Decreto n° 2652 de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto n° 2760 de 14 de maio de 2019, o Parecer Conclusivo Individualizado da Servidora Avaliada emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, que opinou pela aprovação e conseq-entemente reconhecer a estabilidade no serviço público em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal estipulado no art. 207 e parágrafos da Lei Complementar n° 164 de 25 de abril de 2017 da servidora abaixo relacionada:

Servidora	Cargo Público	Data da estabilidade
Valadir Terezinha de Vargas	Professora - 30 horas	01/07/2018

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria n° 082/19 de 18 de junho de 2019.

Luzerna(SC), 13 de agosto de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 115/2019**

Publicação N° 2123959

PORTARIA N° 115/19 de 13 de agosto de 2019.

“REENQUADRA SERVIDORES QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO, a edição da Lei Complementar n° 209 de 21 de maio de 2019 que “DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGO, CARREIRA E VENCIMENTOS - PCCV DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), ESTABELECE NORMAS GERAIS DE REENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” publicada em 21/05/2019 e com efeitos a partir em 01/05/2019;

CONSIDERANDO, que com a vigência da Lei Complementar n° 209 de 21 de maio de 2019 alterada pela Lei Complementar n° 215 de 06 de agosto de 2019, houve a promulgação do novo quadro de cargo, carreira e vencimentos do Magistério Público Municipal, reenquadrando-se os ocupantes desses cargos conforme o art.1º desta Portaria,

CONSIDERANDO, que com a vigência da Lei Complementar n° 209 de 21 de maio de 2019 houve a promulgação do novo quadro de cargo, carreira e vencimentos do Magistério Público Municipal, enquadrando-se os designados para responder pelas funções de suporte pedagógico conforme o art.2º desta Portaria,

CONSIDERANDO, que os servidores contratados em caráter temporário passaram a exercer os cargos públicos temporários cuja denominação segue a denominação dos cargos públicos efetivos, os ocupantes desses cargos passam a receber a denominação constante no art.3º desta Portaria,

**RESOLVE:**

Art.1º- REENQUADRAR em razão da promulgação da Lei Complementar n° 209 de 21 de maio de 2019, alterada pela Lei Complementar n° 215 de 06 de agosto de 2019, a partir de 1º de maio de 2019, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo a seguir nominados:



CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL				
Servidor	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível e Padrão Anterior	Nível e Padrão Atual
Evaine Célia Desidério	Professor III	Professora - 40 horas	III - O	III - O
Viviane Cristina Dellai Piaia	Professor III	Professora - 40 horas	III - I	III - J
Maristela Gomes	Professor III	Professora - 40 horas	III - I	III - J
Andrea Dalla Lana Vieira	Professor III	Professora - 20 horas	III - G	III - J
Adriana Elisabeth Bier	Professor III	Professora - 40 horas	III - I	III - J
Valadir Terezinha de Vargas	Professor III	Professora - 30 horas	III - F	III - F
Leoberto Ricardo Grigollo	Professor IV	Professor - 30 horas	IV - F	IV - F
Elisângela Brandini	Professor III	Professora - 40 horas	III - F	III - I
Claudete Bressan	Professor III	Professora - 40 horas	III - D	III - D
Renan Clodoaldo Tesser	Professor III	Professor - 40 horas	III - G	III - G
Silvana Trevisol Gab	Professor III	Professora - 20 horas	III - H	III - H
Roseli Otto Meisterlin	Professor III	Professora - 40 horas	III - G	III - H
Clair Terezinha Bender Machado	Professor III	Professora - 40 horas	III - H	III - H
Eliane Noeli Spier Vanin	Professor III	Professora - 20 horas	III - F	III - F
Camila Hardt Trevisol	Professor III	Professora - 30 horas	III - E	III - E
Franciele Iara Diesel	Professor III	Professora - 40 horas	III - E	III - G
Alexander Rover	Professor III	Professora - 40 horas	III - F	III - F
Claudiana Fatima Santini	Professor III	Professora - 20 horas	III - F	III - G
Luciana Proner Canale	Professor III	Professora - 40 horas	III - G	III - G
Dirlei Maria Schneider Boesing	Professor III	Professora - 40 horas	III - G	III - G
Everton Krug	Professor III - Judô	Professor - 40 horas	III - E	III - E
Sabrina Rover	Professora III - Dança	Professora - 20 horas	III - C	III - C
Everton Martini	Professor III	Professor - 40 horas	III - D	III - D
Edilene Regina Kochhann Medeiros	Professor III	Professora - 20 horas	III - C	III - C
Marcos Antonio Pastori	Professor III	Professor - 30 horas	III - C	III - C
Nilzi Terezinha Schmitz	Professor III	Professora - 20 horas	III - C	III - C
Eliete Adriana Casanova Tedesco	Professor III	Professora - 20 horas	III - C	III - C
Leonice Maria Graef de Souza	Professor III	Professora - 20 horas	III - C	III - C
Soeli Aparecida da Costa de Oliveira	Professor III	Professora - 20 horas	III - C	III - C
Jaqueline Bressan da Silva	Professor III	Professora - 20 horas	III - C	III - C
Vanderlei de Oliveira Alves	Professor III	Professor - 20 horas	III - C	III - C
Fatima Aparecida Pinheiro	Professor III	Professora - 20 horas	III - C	III - C
Maria Gilda Marquetti Cavallieri	Professor III	Professora - 20 horas	III - C	III - C
Rafaela Dartora dos Santos	Professor III	Professora - 20 horas	III - C	III - C
Renata Parenti	Professor III	Professora - 20 horas	III - B	III - C
Angela Hericks Antunes	Professor III	Professora - 40 horas	III - B	III - B
Edivani Bizognin	Professor III	Professora - 20 horas	III - B	III - B
Monica Regina de Matos	Professor II	Professora - 20 horas	II - A	II - A
Neusa Vastres Arenhart	Professor II	Professora - 20 horas	II - A	II - A
Vivian Emilli Fallgatter Silva	Professor II	Professora - 40 horas	II - A	II - A
Francieli Carabolante Pinto	Professor II	Professora - 20 horas	II - A	II - A
Keity Mara Gazolla	Professor II	Professora - 20 horas	II - A	II - A
Márcia Valmórbida Bogoni	Professor II	Professora - 20 horas	II - A	II - A
Daniela Aparecida Simioni	Professor II	Professora - 20 horas	II - A	II - A

Art.2º- REENQUADRAR em razão da promulgação da Lei Complementar nº 209 de 21 de maio de 2019, a partir de 1º de maio de 2019, os servidores designados para responder pelas funções de suporte pedagógico, em conformidade com o art.61 da Lei Complementar nº 209 de 21 de maio de 2019:

FUNÇÕES DE SUPORTE PEDAGÓGICO				
Servidor	Função de Suporte Pedagógico Anterior	Função de Suporte Pedagógico Atual	Nível F.S.P. Anterior	Nível F.S.P. Atual
Adriana Elisabeth Bier	Diretora da Escola Municipal São Francisco	Diretora da Escola Municipal São Francisco	F.S.P - 01	F.S.P - 01
Maristela Gomes	Diretora de Unidade Educacional	Diretor de Unidade Educacional	F.S.P - 02	F.S.P - 02

Evaine Célia Desidério	Diretora de Unidade Educa- cional	Diretor de Unidade Educa- cional	F.S.P - 02	F.S.P - 02
Viviane Cristina Dellai Piaia	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Iniciais	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Iniciais	F.S.P - 03	F.S.P - 03
Roseli Otto Meisterlin	Coordenador Pedagógico da Educação Infantil	Coordenador Pedagógico da Educação Infantil - Pré-Es- cola	F.S.P - 03	F.S.P - 03
Elisangela Brandini	Coordenador Pedagógico do Espaço da Primeira Infância	Coordenador Pedagógico do Espaço para a Primeira Infância	F.S.P - 03	F.S.P - 03
Andrea Dalla Lana Vieira	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Finais	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Finais	F.S.P - 03	F.S.P - 03

Art.3º- REENQUADRAR em razão da edição da Lei Complementar nº 209 de 21 de maio de 2019, a partir de 1º de maio de 2019, os servi-  
dores exercendo cargo público admitidos em caráter temporário, em razão da nova denominação de cargos, a seguir nominados:

CARGO PÚBLICO TEMPORÁRIO				
Servidor	Cargo Público Anterior	Cargo Público Atual	Nível e Padrão Anterior	Nível e Classe Atual
Keli Franciscatto Dalla Lana	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Paula Meisterlin	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Karina Alberti da Fonseca	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Fabiola Goetze Teixeira	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Roselei Bauermann Meisterlin	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Sidiane da Silva Ramos	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Graciele Sandra Ploss Fuhr	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Andrea Riepe Pires	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Pamela Terencio da Silva	Professor II	Professora - 40 horas	ACT-II	II - A
Andrea Lange	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Maria Regina Falchetti	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Denise Detofeno Antes	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Tami Rafaela Pascotto Dahmer	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Nadia Regina Perochini	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Gisele Carla Paz	Professor Não Habilitado	Professora - 40 horas	NH	NH
Vanessa Eliza Maziero	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Patricia de Freitas	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Joselia Zambiazzi	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Jessica Talyta Ribeiro	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Tayla Regina de Bairo	Professor II	Professora - 40 horas	ACT-II	II - A
Arlene Triques Hoffelder	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Karen Aline de Freitas Tho- maz Savaris	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Mari Sirene de Matos da Luz	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Tayna Andolfatto	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Andressa Strey	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Gustavo Valmórbida	Professor Não Habilitado	Professor - 10 horas	NH	NH
Claudia Terezinha Zampieri	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A
Vitor Humberto de Mello	Professor Não Habilitado	Professora - 20 horas	NH	NH
Andrea de Andrade	Professor Não Habilitado	Professora - 40 horas	NH	NH
Allan Mott	Professor Não Habilitado	Professor - 10 horas	NH	NH
Ítalo Vicente Vivan	Professor II	Professor - 40 horas	ACT-II	II - A
Fabio Junior Wentz Aguiar	Professor Não Habilitado	Professor - 20 horas	NH	NH
Cloci Odete Dalla Vechia Baggio	Professor II	Professora - 20 horas	ACT-II	II - A

Art.4º- As atribuições de carga horária suplementar para o ano letivo de 2019 permanecem inalteradas.

Art.5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2019, revogadas as disposições  
em contrário, em especial a Portaria nº 065/19 de 24 de maio de 2019.

Luzerna(SC), 13 de agosto de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1842

Publicação Nº 2123371

DECRETO Nº 1842, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Institui a Comissão Municipal Gestora do Programa eSocial e sistemas auxiliares no âmbito interno da Prefeitura Municipal de Macieira e dá outras providências.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, que o Decreto Federal n. 8.373, de 11 de dezembro de 2014, instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, como instrumento de unificação e padronização transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional;

CONSIDERANDO, que a prestação das informações ao eSocial substituirá, na forma disciplinada pelos órgãos ou entidades partícipes, a obrigação de entrega das mesmas informações em outros formulários e declarações a que estão sujeitos;

CONSIDERANDO que as informações prestadas por meio do eSocial substituirão as constantes na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias Social – GFIP, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, e outras, na forma disciplinada no Manual de Orientação do eSocial;

CONSIDERANDO que a entidade que deixar de prestar as informações no prazo fixado ou que as apresentar com incorreções ou omissões ficará sujeita às penalidades previstas na Lei;

CONSIDERANDO que o Município de Macieira necessita de ajustes preliminares para adequação á nova forma de envio das informações trabalhistas e previdenciárias através do eSocial e programas complementares;

#### DECRETA:

Art. 1º -Fica instituída a Comissão Municipal Gestora do Programa eSocial, com os seguintes objetivos:

- I. Propor medidas e recursos necessários à implementação do eSocial no âmbito da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Macieira
- II. Implementar rotinas e instrumentos próprios para compilação de informações de acordo com o que prevê os manuais e diretrizes do Programa;
- III. Coordenar todas as atividades relativas ao Programa;
- IV. Promover melhorias que permitam atender as necessidades do Programa;

Art. 2º - A Comissão Municipal Gestora do Programa eSocial será composta pelos seguintes membros:

1. Eduardo Miguel Zilio – Coordenador - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
2. Adriano Lazzarotti –Membro - Setor de Recursos Humanos;
3. Romaiane Aparecida Dal Ponte –Membro - Setor de Contabilidade;
4. Rejane Spanhlo Abraão –Membro – Controlador Geral do Município;
5. Willian Cardoso – Membro - Setor Jurídico;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira-SC,  
13 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 1843

Publicação Nº 2123374

DECRETO Nº 1843, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Determina a cessão de veículo do Fundo Municipal de Saúde para utilização da Secretaria da Agricultura

Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, transparência, licitude e eficiência dos atos;

CONSIDERANDO que a Secretaria da Saúde recompôs sua frota adquirindo veículo novo, maior e melhor equipado para o serviço público que estava destinado, não há qualquer prejuízo da prestação do serviço público junto à Secretaria de Saúde;

CONSIDERANDO que o veículo Fiat/Doblo não seria mais utilizado no transporte de passageiros;

CONSIDERANDO que a Secretaria da Agricultura encerrou o convênio com a Cidasc, a qual destinava veículo para a implementação dos trabalhos técnicos locais, tornando carente dificultando o deslocamento para a prestação do serviço público;

CONSIDERANDO que há necessidade de deslocamento para o atendimento e realização dos trabalhos do profissional veterinário junto aos municípios agricultores;

CONSIDERANDO que a cessão não gerará oneração e prejuízo ao erário, pelo contrário, trará economia financeira evitando a aquisição de outro veículo;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica cedido o veículo Fiat/Doblo Cargo, placas MJN4966, renavam 482202670, para utilização da Secretária destinada ao atendimento de suas prerrogativas junto à Municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira-SC,

13 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**portaria 4198**

Publicação Nº 2123324

PORTARIA N.º 4198/2019

Prorroga o prazo de conclusão para conclusão do prazo de Processo Administrativo Disciplinar

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o memorando da Comissão de Processo Administrativo nº 01/2019 solicitando a dilação do prazo para conclusão dos trabalhos;

CONSIDERANDO o art. 204 da Lei Complementar nº 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira, o qual estabelece que "o prazo para a realização do processo administrativo será de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta), mediante autorização do Prefeito, e nos casos de força maior";

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 4158 de 11 de junho de 2019, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2019, ante as razões apresentadas no Memorando nº 03 de 09 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,

12 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**portaria 4199**

Publicação Nº 2123326

PORTARIA N.º 4199/2019

Contrata aprovado em Processo Seletivo

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar Municipal n.º 786/2015,

Considerando a classificação do processo seletivo nº 02/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR em caráter temporário Daniel Carlos Frezza, para ocupar o cargo de Professor de História não habilitado, com carga horária de 15 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de 01/08/2019 à 13/12/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4200**

Publicação N° 2123331

PORTARIA N.º 4200/2019

Nomeia servidores que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 068/2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira, e na e Lei Complementar nº 87/19, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR Cristina Lazzarotti, em virtude de classificação em concurso público, conforme Edital nº 001/19, para tomar posse no cargo de Professora de Pedagogia, com carga horária de 20 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar de 01 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4201**

Publicação N° 2123342

PORTARIA N.º 4201/2019

Rescinde o contrato de Servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 12, inciso II, da Lei nº 786/2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário do Servidor Erivelton Firmo de Camargo, ocupante do cargo de Educador Físico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4202**

Publicação Nº 2123345

PORTARIA N.º 4202/2019

Rescinde o contrato de Servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 12, inciso II, da Lei nº 786/2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário do Servidor Erivelton Firmo de Camargo, ocupante do cargo de Professor com carga horária de 10 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4203**

Publicação Nº 2123347

PORTARIA N.º 4203/2019

Nomeia servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 036/09, que dispõe sobre a organização, cria órgãos, cargos e define atribuições na estrutura administrativa, e ainda em conformidade com a Lei Complementar nº 068/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR Erivelton Firmo de Camargo para ocupar o cargo em comissão de Diretor de Esportes, com carga horária de 40 horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4204**

Publicação Nº 2123349

PORTARIA N.º 4204/2019

Nomeia servidores que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 068/2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira, e na Lei Complementar nº 80/17, que dispõe sobre a consolidação do plano de cargos, carreiras e remuneração dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR Joel Luiz Guarnieri, em virtude de classificação em concurso público, conforme Edital nº 001/19, para tomar posse no cargo de Operador de Máquinas Pesadas, com carga horária de 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a contar de 01 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## portaria 4205

Publicação N° 2123488

PORTARIA N.º 4205/2019

Rescinde o contrato de Servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 12, inciso II, da Lei nº 786/2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário da Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, especificando nome, cargo e carga horária, conforme segue:

Nome	Cargo	Carga horária
Valéria Lamonato	Auxiliar Educacional	20 horas semanais
Valéria Lamonato	Professora Ensino Médio	10 horas semanais

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## portaria 4206

Publicação N° 2123358

PORTARIA N.º 4206/2019

Designar função gratificada a servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar Municipal n.º 036/2009, que dispõe sobre a organização, cria órgãos, e define atribuições na estrutura administrativa do Município de Macieira,

Considerando, a necessidade de servidor público municipal para atuar como Secretário da Junta de Serviço Militar;

Considerando os serviços indispensáveis de alistamento militar;

Considerando o aproveitamento de servidor efetivo para realizar tal função, visando o princípio da economicidade;

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços, sendo que estes não interferem na função do cargo efetivo ocupado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Patrick do Nascimento, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, lotado na Secretaria de Administração Finanças e Planejamento, para exercer as funções de Secretário da Junta de Serviço Militar.

Parágrafo único. Para o desempenho da atribuição designada, o servidor fará jus, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 71, de 24 de dezembro de 2014, a um adicional de gratificação de função (Função Gratificada), equivalente ao nível de ensino médio FG-1, com valor previsto em Lei, sem direito a incorporação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4207**

Publicação Nº 2123360

PORTARIA N.º 4207/2019

Substituir membro e suplente nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, e art. 71, inciso II, alínea c, ambos da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 51 da Lei nº 8666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1º SUBSTITUIR a Servidora Larini Grahl, ocupante do cargo de Recepcionista, como membro da Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, nomeada pela Portaria nº 4189, de 31 de julho de 2019, pela Servidora Lucila Carmem Serighelli, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º SUBSTITUIR a Servidora Iana Salete Spanholo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, como suplente da Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, nomeada pela Portaria nº 4041, de 03 de janeiro 2019, pelo Servidor Sebastião Vidal Júnior, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo em Compras e Licitações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4208**

Publicação Nº 2123361

PORTARIA N.º 4208/2019

Conceder férias a servidores que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de acordo com o art. 91 da Lei Complementar nº 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando nome, lotação, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Fruição
Valdir Moraes	Operador de Máquinas Médias e Pesadas	21/11/2017 a 20/11/2018	12/08/2019 a 21/08/2019
Nelson de Queiros	Assessor de Secretaria da Infraestrutura	01/02/2018 a 31/01/2019	12/08/2019 a 31/08/2019
Daiane Aparecida Geraldo Cousseau	Auxiliar em Odontologia	02/04/2018 a 01/04/2019	12/08/2019 a 21/08/2019
Severino de Oliveira	Tesoureiro	01/12/2017 a 30/11/2018	14/08/2019 a 23/08/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 4209**

Publicação Nº 2123365

PORTARIA N.º 4209/2019

Concede licença para tratamento de saúde a servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 68/2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme segue:

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS
Amanda Levinski	Professora	15/07/2019	01
Adriana K da Rosa	Serviços Gerais II	23/07/2019	1/2
Bruna C B de Andrade	Odontologa	02/07/2019	01
Bruna C B de Andrade	Odontologa	12/07/2019	01
Bruna dos Santos	Serviços Gerais I	09/07/2019	01
Cezar A Pedroso	Motorista I	07/07/2019	20
Carla M Cerry	Fisioterapeuta	23/07/2019	01
Carmen S M Lidani	Assessora	15/07/2019	01
Cristina Lazzarotti	Professora	10/07/2019	01
Cristina Lazzarotti	Professora	14/07/2019	02
Daiane G Cousseau	Aux Odontologia	31/07/2019	01
Edson L Maurina	Motorista II	10/07/2019	01
Edson L Maurina	Motorista II	30/07/2019	15
Elaine Vicentin	Professora	16/07/2019	1/2
Elaine Vicentin	Professora	01/08/2019	90
Elaine Vicentin	Professora	26/07/2019	07
Glaucia Betinelli	Professora	15/07/2019	02
Glaucia Betinelli	Professora	08/07/2019	01
Ivan Carlos Carneiro	Professor	09/07/2019	01
Janete Pereira	Professora	16/07/2019	1/2
Jossemara Z Camuzatto	Serviços Gerais II	25/07/2019	02
Kenilli Bassani	Diretora	08/07/2019	01
Lucimar Moraes	Serviços Gerais II	28/07/2019	1/2
Letícia R Verona	Professora	10/07/2019	1/2
Larini Grahl	Recepcionista	03/07/2019	01
Liliane Cordeiro	Enfermeira	19/07/2019	1/2
Romaiane Ap Dal Ponte	Contadora	10/07/2019	1/2
Rosangela Tasca	Professora	15/07/2019	07
Rafael Balbisan	Medico	11/07/2019	01
Silvana de J dos Santos	Professora	02/07/2019	01
Solange dos Santos	Professora	04/07/2019	1/2
Simone Lazzarotti	Ag combate a endemias	01/07/2019	01
Simone Lazzarotti	Ag combate a endemias	08/07/2019	03
Saete de F Pereira	Serv Gerais II	25/07/2019	01
Severino de Oliveira	Tesoureiro	31/07/2019	01
Thaís Bueno da Silva	Serv Gerais II	10/07/2019	1/2
Verônica de Almeida	Farmacêutica	25/07/2019	02

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
13 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0031/2019**

Publicação N° 2123307

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0020/2019

Tomada de Preços n° 0002/2019

Objeto: Contratação de empresa prestação de serviços de consultoria e treinamento para implantação gradativa e execução das novas regras do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, compreendendo o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – E-SOCIAL e o Sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e outras informações Fiscais – EFD-REINF, e demais sistemas complementares, de acordo com a legislação específica vigente e especificações deste Anexo I do Edital.

Contrato Administrativo n° 0031/2019

Contratada: PATRIMONIAL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

Valor do Contrato: O valor global de R\$ 23.280,00 (vinte e três mil duzentos e oitenta reais).

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subseq-ente após a prestação dos serviços e emissão de Nota Fiscal

Vigência: 31/12/2019.

Macieira, 07 de agosto de 2019.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 086/2019 (NOVA DATA DE ABERTURA)

Publicação Nº 2124444

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 086/2019  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sondagem, laudos e monitoramento, destinados ao licenciamento ambiental do Cemitério Municipal de Mafra, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 02/09/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47) 3641-4060.

Mafra (SC), 14 de agosto de 2019.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2019 (NOVA DATA DE ABERTURA)

Publicação Nº 2124443

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2019  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa para a Digitalização de documentos do arquivo público municipal, indexação em plataforma GED a ser disponibilizada pelo Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 30/08/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 14 de agosto de 2019.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

# Major Vieira

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 039.2019

Publicação N° 2123297

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2019 - SRP

Objeto "AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRAÚLICA COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N° 22/00001-1. QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E O MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC", conforme especificações constantes do Anexo I a este edital. Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 28/08/2019 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC. Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Vilson Marcos Fernandes – Pregoeiro, Major Vieira/SC 14/08/2019.

# Maracajá

## PREFEITURA

### ATA Nº 02/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2019

Publicação Nº 2123412

ATA 02  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ  
PODER EXECUTIVO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 032/2019  
Processo administrativo nº 00410/2019

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇO ACIMA EPIGRAFADO.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários a pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rodovia Angelino Acordi, localidade de Espigão da Toca, no Município de Maracajá/SC.

Às nove horas e trinta minutos, do dia quatorze, do mês de agosto, do ano de dois mil e dezenove, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto nº 13/2019, para os procedimentos inerentes abertura, processamento e julgamento do edital acima epigrafo. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sra. GISELE DA SILVA GARCIA DAL PONT, a mesma informou que a única empresa participante, SETEP CONSTRUÇÕES S.A, protocolou tempestivamente seus envelopes 1 e 2, lacrados na forma do Edital, bem como o Termo de Renúncia dos respectivos envelopes (documentos de habilitação e proposta de preços), não credenciando representante. Estava presente para acompanhando da parte técnica a Engenheira Civil Chefe de Divisão de Planejamento e Membro da Comissão Permanente de Licitação, Srta. Vanessa Jeronimo. As publicações editalícias respeitaram os prazos legais. Houve, tempestivamente, impugnação ao edital com relação os preços apresentados na Planilha Orçamentária oficial, sendo este julgado improcedente. Deu-se em sequência, a abertura do envelope de nº 1 - "Documentação de Habilitação", para exame e rubrica de todos os documentos pelos Membros da Comissão, ficando a documentação disponível para consulta de interessados. A empresa participante cumpriu rigorosamente com as exigências editalícias. Desta forma, pelos fatos e razões acima expostos, a Comissão, por unanimidade, decidiu HABILITAR a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A. Tendo em vista o Termo de Renúncia apresentado, passou-se à abertura dos envelopes de nº 02, com a proposta de preço da licitante habilitada. Foi a mesma analisada e rubricada por todos os presentes. Entretanto, constatou-se que a Planilha Orçamentária apresentada pela licitante não atende as exigências do edital, vez que nos itens 1.2.3, 1.2.6, 1.3.4, 1.3.16, 1.3.18, 1.3.21, 1.4.1, 1.4.2, 1.4.3, 1.4.4, 1.4.5, 1.4.6, 1.4.7, 1.4.9, 1.4.12, 1.4.13, 1.4.14, 1.4.15, 1.4.16 e 1.5.3, ofertou preço acima da Planilha Orçamentária oficial, descumprindo assim, o Item 4.1.1, g.1 do edital. Assim, a Comissão de Licitação decidiu, por unanimidade, DESCLASSIFICAR a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A. A empresa será comunicada através de publicação da presente ata no Diário Oficial do Município (DOM). A Comissão abre vista de todo o processo licitatório aos interessados, tudo isto conforme Edital, anexos, documentos e proposta. Desta forma, sugere ao Senhor Prefeito Municipal que analise o presente processo licitatório e homologue o parecer desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião e ordenou que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, segue assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejem. Maracajá, 14 de agosto de 2019.

GISELE DA S.GARCIA DAL PONT	VANESSA APARECIDA JERÔNIMO	ODÉCIA A. DE SOUZA DA SILVA
Presidente	Secretária	Membro TATIANE

### DECRETO 059/2019

Publicação Nº 2123511

DECRETO Nº 59 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1146 de 06 de Dezembro de 2018 - LOA 2019 e nos termos do inciso IV, do § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;  
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação de recursos vinculados, no valor de R\$ 82.440,22 (oitenta e dois mil quatrocentos e quarenta reais e vinte e dois centavos) para suplementar no Orçamento Geral do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde	
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde	
PROJETO/ATIVIDADE	2.063	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	26	Recurso	0217
VALOR: R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais)			

TOTAL .....	R\$ 37.200,00
-------------	---------------

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde	
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde	
PROJETO/ATIVIDADE	2.064	Assistência Farmacêutica	
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	31	Recurso	0230
VALOR: R\$ 45.240,22 (quarenta e cinco mil duzentos e quarenta reais e vinte e dois centavos)			

TOTAL .....	R\$ 45.240,22
-------------	---------------

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados, no valor de R\$ 82.440,22 (oitenta e dois mil quatrocentos e quarenta reais e vinte e dois centavos), conforme o artigo 5º, da Lei nº 1146 de 06 de dezembro de 2018 - Lei Orçamentária Anual 2019 (LOA) e de acordo com o inciso IV, do § 3º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 13 de Agosto de 2019.

	Arlindo Rocha Prefeito Municipal
	Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 13 de Agosto de 2019.
	Marluci Freitas Bitencourt Vitali Secretária de Administração

## DECRETO 060/2019

Publicação Nº 2123512

DECRETO Nº 60 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1146 de 06 de Dezembro de 2018 - LOA 2019 e nos termos do inciso IV, do § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;  
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação de recursos vinculados, no valor de R\$ 17.510,59 (dezessete mil quinhentos e dez reais e cinquenta e nove centavos) para suplementar no Orçamento Geral do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	03	Secretária de Administração e Finanças	
UNIDADE	01	Secretária de Administração e Finanças	
PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção da Secretária de Administração e Finanças	
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	12	Recurso	0123
VALOR: R\$ 17.510,59 (dezessete mil quinhentos e dez reais e cinquenta e nove centavos)			



TOTAL .....	R\$ 17.510,59
-------------	---------------

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados, no valor de R\$ 17.510,59 (dezessete mil quinhentos e dez reais e cinquenta e nove centavos), conforme o artigo 5º, da Lei nº 1146 de 06 de dezembro de 2018 - Lei Orçamentária Anual 2019 (LOA) e de acordo com o inciso IV, do § 3º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 13 de Agosto de 2019.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 13 de Agosto de 2019.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali  
Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 555/2019

Publicação Nº 2123894

DECRETO Nº 555, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 177/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

O atestado médico da servidora Claudete Hermes,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 13 de agosto a 11 de setembro de 2019, INEZ VENDRAME, brasileira, inscrita no CPF sob nº 524.735.119-34, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I Pequeno Príncipe, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2019.

Maravilha – SC, 14 de agosto de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### Decreto nº 556/2019

Publicação Nº 2123912

DECRETO Nº 556, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Aprova loteamento denominado "MIRANTE DO SOL" e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o Loteamento denominado "MIRANTE DO SOL", de propriedade de Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.925.185/0001-21, com sede na Avenida Sul Brasil, nº 382, Centro, no Município de Maravilha/SC.

Art. 2º O imóvel onde está implantado o Loteamento "MIRANTE DO SOL" é o seguinte: Parte da parte das Chácaras Rurais nºs (4 e 5), do Bloco "E", situadas nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área total de "Vinte e três mil, quinhentos e noventa metros quadrados" (23.590,00 m²), sem edificações, com as confrontações constantes da Matrícula nº 20.268, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento "MIRANTE DO SOL", o imóvel objeto da Matrícula nº 20.268, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com a área de 23.590,00 m², será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

A área de (23.590,00 m²) que constitui o Loteamento denominado "MIRANTE DO SOL", será composta de 7 (sete) quadras, estas divididas em 43 (quarenta e três) Lotes Urbanos, assim constituídos:

	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m²	Total em m²
	1	4	1.993,25	
	2	8	2.528,63	
	3	8	3.523,67	
	4	6	2.540,30	
	5	8	2.997,41	
	6	8	2.842,50	
	7	1	317,12	
Total	7	43	16.742,88	16.742,88
	Área das vias de circulação 6.847,12			
	Total da área loteada (área de matrícula 20.268) 23.590,00			

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "MIRANTE DO SOL", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Rua da Alegria, com 14,00 metros de largura.

Rua da Paz, com 14,00 metros de largura.

Projetadas: Rua da Prosperidade, com 12,00 metros de largura.

Rua da Bondade, com 12,00 metros de largura.

Rua Olivio Weirich, com 12,00 metros de largura.

Direcionamento das Vias de Circulação:

- Norte - Sul: Rua da Prosperidade, Rua da Bondade e Rua Olivio Weirich.
- Leste - Oeste: Rua da Alegria e Rua da Paz.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal a área de "Nove mil, quatrocentos e quarenta e seis metros e trinta e dois centímetros quadrados" (9.446,32 m²), correspondente a 40,043747% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento, sendo:

Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	6.847,12	29,025519
Área Verde	1.720,14	7,291819
-Lote Urbano nº 7, Quadra nº 3	851,64	
-Lote Urbano nº 4, Quadra nº 5	868,50	
Área Institucional	879,06	3,726409
-Lote Urbano nº 4, Quadra nº 1	879,06	
Totais	9.446,32	40,043747%
Percentual Total da Área Loteada = 39,741076%		

Art. 6º A área loteada destina-se a uma Zona Predominantemente Residencial, devendo ser, nas edificações, observada a legislação municipal que disciplina o assunto.

Art. 7º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário,

Maravilha – SC, 14 de agosto de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Lei Complementar nº 137/2019**

Publicação Nº 2123328

LEI COMPLEMENTAR Nº 137, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 93/2016, que dispõe sobre normas relativas às edificações do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica revogado o art. 94.

Art. 2º Fica alterado o art. 95, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 95. Quando a iluminação e/ou ventilação de um ou mais compartimentos forem feitas através de outro, o dimensionamento da abertura voltada para o exterior será proporcional ao somatório das áreas dos compartimentos.

Parágrafo único. Quando o ambiente a ser ventilado através de outro não for integrado ao mesmo, o seu vão de ventilação deverá possuir a dimensão mínima estabelecida para ele, e a abertura para o exterior será dimensionada conforme descrito neste artigo.”

Art. 3º No art. 110, o parágrafo único passa a ser parágrafo 1º e ficam criados os parágrafos 2º, 3º e 4º, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 110. [...]

§ 1º Será exigido pela municipalidade a apresentação de projeto acompanhado de memorial de cálculo e ART/RRT de profissional habilitado, referentes ao sistema de tratamento de efluentes das edificações.

§ 2º O sistema de tratamento de esgoto deverá ser dimensionado para uma contribuição mínima de 6 pessoas ou 1000 L.

§ 3º A destinação final (sumidouro ou vala de infiltração), deverá ser dimensionado para uma contribuição mínima de 6 pessoas.

§ 4º Deverá ainda observar as seguintes especificações:

- a) fica proibida a execução de paredes do sistema de tratamento de esgoto em alvenaria executadas com blocos cerâmicos ou de tijolos assentados a cutelo ou 1/4 (um quarto) de vez;
- b) a espessura mínima da parede do sistema, quando executada com blocos cerâmicos (tijolos furados), é de 15 (quinze) centímetros de espessura devendo ainda ser revestida por emboço de argamassa de no mínimo 1,5 (um e meio) centímetro de espessura em ambas as faces, inclusive as faces em contato com o solo;
- c) a espessura mínima da parede do sistema, quando executada com tijolo maciço, é da espessura da parede com o tijolo assentado a 1/2 vez (meia vez) devendo ainda ser revestida por emboço de argamassa de no mínimo 1,5 (um e meio) centímetro de espessura em ambas as faces, inclusive as faces em contato com o solo;
- d) a espessura mínima da parede do sistema, quando executada em concreto simples ou armado, é de 10 (dez) centímetros devendo ainda respeitar as imposições da NBR 6118;
- e) as caixas de gordura poderão ser executadas em alvenaria com blocos cerâmicos ou tijolos assentados a cutelo devendo possuir emboço interno com espessura mínima de 1,5cm (um centímetro e meio).”

Art. 4º Fica alterado o § 2º do art. 112, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 112. [...]

[...]

§ 2º As águas provenientes de pias de cozinha e de copa deverão passar por uma caixa de gordura antes de serem lançadas no sistema de tratamento de esgoto.”

Art. 5º Fica criado o art. 115-A com a seguinte redação:

“Art. 115-A. Em projetos de regularização de edificação comercial e industrial, admite-se para áreas destinadas a depósitos, sendo estas anexas ou em edificação isolada, a dispensa do cálculo de dimensionamento da população nestes ambientes para contribuição no sistema de tratamento de esgoto.”

Art. 6º Fica alterado o art. 120, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 120. As instalações contra incêndio e descargas atmosféricas devem atender as normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros.”

Art. 7º Ficam revogados os artigos 121, 122 e 123.

Art. 8º Ficam criados os artigos 124-A e 124-B com as seguintes redações:

#### SUBSEÇÃO VII CERCAS ELETRIFICADAS

“Art. 124-A. A instalação de cercas eletrificadas para proteção de imóveis fica regulamentada por lei específica, não contrariando o que segue:

I - fica proibida a instalação de cercas eletrificadas de corrente contínua no município de Maravilha;

II - toda a instalação de cerca eletrificada no município de Maravilha deverá ser executada por profissional habilitado e equipamentos certificados.”

#### SEÇÃO VIII ROTA ACESSÍVEL

Art. 124-B. As áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo devem ser servidas de uma ou mais rotas acessíveis. As edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais necessitam ser acessíveis em suas áreas de uso comum.

§ 1º A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas.

§ 2º Admitir-se-á que a rota acessível não possua acesso universal em todo o seu trajeto, desde que as soluções adotadas se complementem, de modo a atender a todas as pessoas.

§ 3º Não sendo possível fazer a interligação entre o passeio e a edificação por meio de rampas, poderá ser prevista uma vaga de estacionamento adaptada que permita o acesso por meio de rota acessível com distância a ser percorrida, não superior a 50 m até a edificação.

§ 4º Um trajeto seguro, mesmo que não acessível em sua plenitude, deverá ser demarcado, interligando, de forma contínua, a via à edificação.

§ 5º Quando a edificação possuir recuo frontal superior a 50 metros será necessária apenas uma rota acessível a partir da vaga de estacionamento adaptada.”

Art. 9º A Tabela III – Habitações Unifamiliares do art. 125 passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA III – HABITAÇÕES UNIFAMILIARES

PARÂMETROS MÍNIMOS								
COMPARTI- MENTO	ÁREA (M²)	CÍRCULO INSCRITO (M)	PÉ DIREITO (M)	PORTAS H=2,10m (M)	VÃO DE ILUMINA- ÇÃO E VEN- TILAÇÃO (ÁREA)	REVEST. PISOS E PAREDES	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS	
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO PROLONGADA								
DORMITÓ- RIO (1º OU ÚNICO)	11,00	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO		
DORMITÓ- RIO (2º)	9,00	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO		
DORMITÓ- RIO (DEMAIS)	7,00	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO	EMPREGADA	
ESTAR OU JANTAR	12,00	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO		
ESTAR E JANTAR (CONJUL- GADOS)	18,00	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO		
LAZER E TRABALHO	7,50	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO		
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO TRANSITÓRIA								
COZINHA	5,00	1,80	2,40	0,80	1/8	L.R.I.L	2- 4 – 5	
COPA	5,00	2,20	2,40	0,80	1/8	IDEAL AO USO	2 – 4 – 5	

SANITÁRIO (1º OU ÚNICO)	3,00	1,30	2,20	0,80	1/10	L.R.I.L	1 - 4 - 6 - 7	
SANITÁRIO (DEMAIS)	3,00	1,20	2,20	0,70	1/10	L.R.I.L	1 - 4 - 6 - 7	
LAVABO	1,70	1,00	2,20	0,60	1/10	L.R.I.L	3 - 4 - 6	
LAVANDE- RIA ÁREA DE SERVIÇO	3,00	1,20	2,40	0,80	1/10	L.R.I.L	2 - 4	
GARAGEM	13,00	2,50	2,40	2,50	1/10	IDEAL AO USO	5 - 8	
ABRIGO DE VEÍCULOS	12,50	2,50	2,40	2,50	ABERTO EM DUAS FACES ou 1/2	IDEAL AO USO	8	
ESCADAS E RAMPAS	-	0,90	2,10	0,80		IDEAL AO USO		
CIRCU- LAÇÕES INTERNAS	-	1,00	2,40	0,80		IDEAL AO USO		
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO ESPECIAL								
ADEGA, DE- PÓSITO OU DES- PENSA	1,00	1,00	2,40	0,60	-	IDEAL AO USO	5	
CLOSET / VESTIR	2,50	1,50	2,40	0,80	-	IDEAL AO USO	-	
SAUNAS	1,00	1,00	2,20	0,60	-	L.R.I.L	1	
OBSERVAÇÕES: - L.R.I.L = Lavável, Resistente, Impermeável e Liso. - Só se caracterizarão como dormitório de empregada aqueles situados no setor de serviço da residência. - São considerados compartimentos de lazer e estudos: salas de música, televisão, jogos, costura, sala íntima, estudo, leitura, escritório e bibliotecas.								
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: 1- Altura mínima de revestimento igual a 1,50m. 2- Altura mínima de revestimento nas paredes hidráulicas igual a 1,50m. 3- Admitida ventilação mecânica ou através de dutos. 4- Admitida ventilação através de outro ambiente. 5- Vedada a comunicação direta com dormitórios. 6- Vedada a comunicação direta com copa e cozinha. 7- Box com diâmetro mínimo de 0,80m. 8- Comprimento mínimo de 5,00m.								

Art. 10. A Tabela IV – Habitações Populares do art. 129 passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA IV – HABITAÇÕES POPULARES

PARÂMETROS MÍNIMOS							
COMPARTIMEN- TO	ÁREA (M²)	CÍRCULO INS- CRITO (M)	PÉ DIREITO (M)	PORTAS H=2,10m (M)	VÃO DE ILUMI- NAÇÃO E VENTI- LAÇÃO (ÁREA)	REVEST. PISOS E PARE- DES	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO PROLONGADA							
DORMITÓRIO	7,00	2,40	2,50	0,80	1/6	IDEAL AO USO	5
ESTAR / JANTAR	9,00	2,40	2,50	0,80	1/6	IDEAL AO USO	4
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO TRANSITÓRIA							
COZINHA	5,00	1,80	2,40	0,80	1/8	L.R.I.L	1 - 2 - 4 - 7
SANITÁRIO	3,00	1,50	2,30	0,80	1/10	L.R.I.L	1 - 3 - 4 - 6 - 7
ÁREA DE SER- VIÇO	2,00	1,20	2,40	0,80	1/10	L.R.I.L	1 - 7
OBSERVAÇÕES: - L.R.I.L = Lavável, Resistente, Impermeável e Liso. - A área de serviço poderá ser externa desde comporte, no mínimo, um tanque e uma máquina de lavar roupas.							

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: 1- Altura mínima de revestimento igual a 1,50m.  
 2- Vedada a comunicação direta com dormitórios.  
 3- Vedada a comunicação direta com copa e cozinha.  
 4- [Revogado]  
 5- Circulação mínima entre as camas igual a 0,80m; demais circulações (entre móveis e/ou paredes) de 0,50m.  
 6 - Admitida ventilação mecânica ou através de dutos.  
 7- Admitida ventilação através de outro ambiente.

Art. 11. A Tabela V – Habitações Multifamiliares do art. 132 passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA V – HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES

PARÂMETROS MÍNIMOS							
COMPARTIMEN- TO	ÁREA (M²)	CÍRCULO INS- CRITO (M)	PÉ DIREITO (M)	PORTAS H=2,10m (M)	VÃO DE ILUMI- NAÇÃO E VENTI- LAÇÃO (ÁREA)	REVEST. PISOS E PARE- DES	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO PROLONGADA							
DORMITÓRIO (1º OU ÚNICO)	11,00	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO	
DORMITÓRIO (2º)	9,00	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO	
DORMITÓRIO (DEMAIS)	7,00	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO	EMPREGADA
ESTAR OU JAN- TAR	12,00	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO	
ESTAR E JANTAR (CONJUGADOS)	18,00	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO	
LAZER E TRABALHO	7,50	2,50	2,60	0,80	1/6	IDEAL AO USO	
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO TRANSITÓRIA							
COZINHA	5,00	1,80	2,40	0,80	1/8	L.R.I.L	2 – 5 – 11
COPA	5,00	2,20	2,40	0,80	1/8	L.R.I.L	2 – 5 – 11
SANITÁRIO (1º OU ÚNICO)	3,00	1,30	2,20	0,80	1/10	L.R.I.L	3 - 1 - 6 - 7- 11
SANITÁRIO (DEMAIS)	3,00	1,20	2,20	0,70	1/10	L.R.I.L	3 - 1 - 6 - 7- 11
LAVABO	1,70	1,00	2,20	0,60	1/10	L.R.I.L	2- 3 - 6 - 7- 11
LAVANDERIA ÁREA DE SER- VIÇO	3,00	1,20	2,40	0,80	1/10	L.R.I.L	2 – 11
GARAGEM	13,00	2,50	2,40	2,50	1/10	IDEAL AO USO	5 - 8
ABRIGO DE VEÍCULOS	12,50	2,50	2,40	2,50	ABERTO EM DUAS FACES	IDEAL AO USO	5 - 8
ESCADAS E RAMPAS	-	0,90	2,10	0,80	1/10	IDEAL AO USO	3
HALL E CIRCULAÇÕES INTERNAS	-	1,00	2,40	0,80	1/10	IDEAL AO USO	3 – 4
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO ESPECIAL							
ADEGA, DEPÓ- SITO OU DESPENSA	1,00	1,00	2,40	0,60	-	IDEAL AO USO	5
CLOSET / VESTIR	2,50	1,50	2,40	0,80	-	IDEAL AO USO	-
SAUNAS	1,00	1,00	2,20	0,60	-	L.R.I.L	1
COMPARTIMENTOS DE USO COMUM COM UTILIZAÇÃO PROLONGADA							
SALÃO DE FESTAS RECREAÇÃO	50,00	2,50	2,60	1,00	1/6	IDEAL AO USO	9
COMPARTIMENTOS DE USO COMUM COM UTILIZAÇÃO TRANSITÓRIA							
CORREDORES E CIRCULAÇÕES	-	1,20	2,40	0,80	1/10	IDEAL AO USO	10



HALL DE ELEVADORES	-	1,50	2,40	0,80	1/10	IDEAL AO USO	10
HALL DE ENTRADA	-	2,00	2,40	1,00	1/10	IDEAL AO USO	10
ESCADAS E RAMPAS PEDESTRES	-	1,20	2,10	0,80	1/10	ANTIDER-RAPANTE	10
RAMPAS VEÍCULOS	-	2,80	2,10	2,50	1/10	ANTIDER-RAPANTE	
DEPÓSITOS	1,00	1,00	2,40	0,60	1/10	IDEAL AO USO	3 - 5

OBSERVAÇÕES: - L.R.I.L = Lavável, Resistente, Impermeável e Liso.

- Só se caracterizarão como dormitório de empregada aqueles situados no setor de serviço da residência.

- São considerados compartimentos de lazer e estudos: salas de música, televisão, jogos, costura, sala íntima, estudo, leitura, escritório e bibliotecas.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: 1- Altura mínima de revestimento igual a 1,50m.

2- Altura mínima de revestimento nas paredes hidráulicas igual a 1,50m.

3- Admitida ventilação mecânica ou através de dutos.

4- Iluminação e ventilação dispensável até 10,00m².

5- Vedada a comunicação direta com dormitórios.

6- Vedada a comunicação direta com copa e cozinha.

7- Box com diâmetro mínimo de 0,80m.

8- Comprimento mínimo de 5,00m.

9- Prever no mínimo um conjunto sanitário.

10- Prevalerão as normas fixadas pelo Corpo de Bombeiros.

11 - Admitida ventilação através de outro ambiente.

Art. 12. No art. 145, fica alterado o inciso IV e fica criado o inciso V, com as seguintes redações:

“Art. 145. [...]

[...]

IV- ter instalações elétricas, hidrossanitárias e complementares independentes, sendo que o sistema de tratamento de esgoto poderá ser coletivo, desde que locado em área de uso comum.

V- a parede divisória entre unidades autônomas deverá se projetar 75 centímetros à frente das fachadas e com altura igual ou superior ao pé direito da edificação.”

Art. 13. No art. 147, fica criado o parágrafo único no inciso IV e alterado o inciso V, com as seguintes redações:

“Art. 147. [...]

[...]

IV- [...]

Parágrafo único. Quando houver moradias em ambos os lados do corredor de acesso, deverão ser previstas faixas de travessia de pedestres locadas de modo a garantir um caminamento máximo de 50m. Preferencialmente deverá haver uma faixa de travessia nos primeiros 15m do acesso.

V - Quando houver cinco ou menos moradias no mesmo alinhamento, o corredor de acesso de veículos e pedestres, poderá ser compartilhado, desde que demarcada a faixa do trajeto seguro respeitando as seguintes dimensões mínimas:

a) 3,00m, quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso, sendo que a faixa de trajeto seguro com 1,20m de largura será compartilhada com a via;

b) 4,20 m, quando as edificações estejam dispostas em ambos os lados do corredor; sendo 3,00m de pista de rolamento e 1,20m de passeio em um dos lados, sendo que o trajeto seguro do outro lado, poderá ser compartilhado com a via.

Parágrafo único. Quando houver moradias em ambos os lados do corredor de acesso, deverão ser previstas faixas de travessia de pedestres locadas de modo a garantir um caminamento máximo de 50m. Preferencialmente deverá haver uma faixa de travessia nos primeiros 15m do acesso.”

Art. 14. Fica alterado o inciso III do art. 149, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 149. [...]

[...]

III- Será permitido um acesso de veículos exclusivo para cada unidade habitacional, sendo este limitado a 4,00m (quatro metros).”

Art. 15. A Tabela VI – Edificações Comerciais e de Serviço do art. 155, passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA VI – EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

PARÂMETROS MÍNIMOS					
COMPARTIMENTO	CÍRCULO INSCRITO (M)	PÉ DIREITO (M)	VÃO DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO (ÁREA)	REVEST. PISOS E PAREDES	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO PROLONGADA					
SALAS E ESCRITÓRIOS	3,00	3,00 3,20 3,60	1/10	IDEAL AO USO	2 - 4
LOJAS E AMBIENTES COMERCIAIS	3,00	3,00 3,20 3,60	1/10	IDEAL AO USO	2 - 4
SOBRELOJAS / MEZANINOS	2,50	2,60	1/10	IDEAL AO USO	
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO TRANSITÓRIA					
DEPÓSITOS / ARQUIVOS	1,50	2,40	1/10	IDEAL AO USO	2
SANITÁRIOS	1,20	2,40	1/10	L.R.I.L	1 – 2 – 6 – 7
COPAS / COZINHAS	1,50	2,40	1/10	L.R.I.L	2 – 7
HALL DE ENTRADA	2,00	2,40	1/10	IDEAL AO USO	
HALL DE ELEVADOR	2,00	2,40	1/10	IDEAL AO USO	
CIRCULAÇÕES	1,20	2,40	1/10	IDEAL AO USO	
RAMPAS E ESCADAS	1,20	2,10	1/10	IDEAL AO USO	
GARAGENS / BOX / ABRIGOS	2,50	2,40	1/10	IDEAL AO USO	3
GALERIAS	2,50 3,50	3,00 3,20 3,60	1/20	IDEAL AO USO	4 - 5
OBSERVAÇÕES: - L.R.I.L = Lavável, Resistente, Impermeável e Liso. - Para escadas, circulações e acessos, prevalecerão as normas fixadas pelo Corpo de Bombeiros.					
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: 1- Permitida a ventilação e iluminação natural através de dutos 2- Admitida ventilação mecânica ou através de dutos. 3- Comprimento mínimo de 5 metros. 4- Pé direito mínimo de 3,00m, até 30 m² de área do compartimento Pé direito mínimo de 3,20m, de 30 m² a 80 m² de área do compartimento Pé direito mínimo de 3,60m, acima de 80 m² de área do compartimento. 5- Largura mínima 2,50m, quando as unidades comerciais se localizarem em um só lado Largura mínima 3,50m, quando as unidades comerciais se localizarem em dois ou mais lados. 6- Box - diâmetro mínimo de 0,80m; Lavatório e vaso – área mínima de 0,65m² para cada equipamento. 7- Admitida ventilação através de outro ambiente.					

Art. 16. Fica criado o art. 195-A com a seguinte redação:

“Art. 195-A. Poderão ser construídas edificações comerciais e residenciais com a utilização de contêineres navais, desde que atendam as seguintes disposições:

I - garantia dos requisitos mínimos de conforto e higiene estabelecidos nesta Lei, bem como, laudo técnico elaborado por profissional legalmente habilitado, relativo a ausência de riscos químicos, biológicos e físicos (especificamente para radiações) acompanhado de ART/RRT de responsabilidade técnica.

II - a utilização do material em questão deverá ser acompanhada de laudo e/ou projeto estrutural, com ART/RRT, fornecido por profissional habilitado, que garanta a estabilidade da estrutura.

III - possuir proteção contra riscos de choque elétrico por contatos indiretos, além do aterramento elétrico.

IV - no caso de edificações construídas com esse tipo de material, seu pé-direito poderá ser de, no mínimo, 2,40m, devido à estrutura do próprio contêiner.

V - os dormitórios dos empreendimentos habitacionais executados com contêineres devem permitir a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 2,15 metros.

VI - edificações construídas com esse tipo de material, não serão isentas de observar os demais itens existentes no Plano Diretor vigente.”

Art. 17. Fica alterado o art. 202, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 202. Para a infração de qualquer dispositivo desta Lei Complementar, após notificação preliminar não atendida no prazo de 20 (vinte) dias ou conforme anexo II, será lavrado o auto de infração conforme tabela de multas e penalidades (anexo II), dependendo do tipo da infração e dos critérios a serem definidos através de Decreto Municipal, seguindo-se o previsto na tabela de multas e penalidades desta Lei Complementar.”

Art. 18. Fica alterado o art. 205, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 205. O auto de infração será lavrado em duas vias, assinadas pelo autuado, sendo que a primeira ficará com o notificado, e a segunda com o agente fiscalizador.”

Art. 19. Fica alterado o art. 207, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 207. Lavrado o Auto de Infração, será dado conhecimento do mesmo ao infrator no local da infração, em seu escritório ou residência, mediante entrega de uma via do auto de infração, no qual deverá constar o despacho da autoridade competente que a aplicou.

§ 1º Da data da entrega do Auto de Infração, terá o infrator o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar recurso.

§ 2º Decorrido o prazo, sem interposição de recurso, será aplicada a multa com vencimento para trinta dias.

§ 3º Apresentado o recurso do Auto de Infração, os tramites deverão seguir conforme prescreve a Lei Complementar 91/2016 ou a lei que vier a substituí-la.

§ 4º Poderá o Auto de Infração ser enviado via correspondência registrada a critério da municipalidade.

§ 5º Não sendo localizado o infrator ou este se recusando a assinar o Auto de Infração será o mesmo publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no Mural Público do Município e publicado em jornal de circulação local.”

Art. 20. Fica alterado o art. 211, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 211. Cientificado o proprietário e não cumpridas as decisões do laudo, o Prefeito ordenará a demolição ou a interdição, mediante requerimento da comissão definida no Art. 209 desta Lei.”

Art. 21. No Anexo I, Glossário, ficam incluídas as seguintes definições:

“Alinhamento Predial: Linha legal que serve de limite entre o lote e o logradouro público.

Como Executado (As Built): Projeto representativo das alterações realizadas ao longo da execução da obra.

Regularização de Edificação ou Estágio de Obra: são consideradas edificações ou estágio de obras passíveis de regularização, aquelas que foram construídas sem projeto aprovado, desde que apresentem condições de salubridade, segurança e acessibilidade, nos termos da legislação em vigor.”

Art. 22. No Anexo III, a Tabela de Instalações Sanitárias passa a vigorar conforme redação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 23. No Anexo IV, Padronização de Passeios Públicos, ficam alterados os Padrões I, II, III, IV, V e IV, que passam a vigorar conforme pranchas anexas, partes integrantes da presente Lei.

Art. 24. Ficam alteradas as distâncias para o plantio de árvores no passeio do Anexo IX – Código de Arborização Urbana, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Deverão ser observadas algumas distâncias para o plantio de árvores no passeio:

- No mínimo, cinco metros das esquinas. Sempre a partir do alinhamento predial;
- No mínimo, três metros de postes de iluminação pública;
- No mínimo, cinco metros de placas de trânsito;
- No mínimo, dois metros de bueiros e caixas de inspeção;
- No mínimo, três metros de hidrantes;
- No mínimo, doze metros de semáforos e sinalizas eletrônicas.

Em casos em que não há a possibilidade de atendimento dessas distâncias mínimas, o plantio da árvore fica dispensado neste lote.”

Art. 25. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de agosto de 2019.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

ANEXO I

## ANEXO III – TABELA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

PARÂMETROS MÍNIMOS						
TIPO DE EDIFÍCIO OU OCUPAÇÃO	LAVATÓRIOS	CHUVEIROS	VASOS SANITÁRIOS	BEBEDOUROS	OBSERVAÇÕES	
RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	1 para cada residência	1 para cada residência	1 para cada residência			
RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	1 para cada unidade autônoma	1 para cada unidade autônoma	1 para cada unidade autônoma			
HOTÉIS, MOTÉIS E PENSÕES	Além das disposições da presente Lei Complementar que lhe forem aplicáveis, deve-se ainda: a) Ter em cada pavimento com leitos, sanitários separados por sexo, com acessos independentes, que contenham, no mínimo, um vaso sanitário, um lavatório e um chuveiro em box, para cada grupo de dez hóspedes ou fração, que não possuam sanitários privativos. b) Ter nos pavimentos sem leitos, no mínimo um vaso sanitário e um lavatório para cada sexo e um sanitário adaptado conforme NBR 9050. c) Ter um banheiro com lavatório, vaso e chuveiro para funcionários.				2	
ASILOS, ORFANATOS E INTERNATOS	Masculino: 1 para cada 80m <sup>2</sup> ou fração	Masculino: 1 para cada 80m <sup>2</sup> ou fração	Masculino: 1 para cada 80m <sup>2</sup> ou fração	1 para cada 300m <sup>2</sup> ou fração (fora dos compartimentos sanitários)	2	
	Feminino: 1 para cada 80m <sup>2</sup> ou fração	Feminino: 1 para cada 80m <sup>2</sup> ou fração	Feminino: 1 para cada 80m <sup>2</sup> ou fração			
SALAS E ESCRITÓRIOS	1 por unidade autônoma a cada 100m <sup>2</sup> ou fração		1 por unidade autônoma a cada 100m <sup>2</sup> ou fração		1 - 2	
LOJAS E AMBIENTES COMERCIAIS	1 por unidade autônoma até 120m <sup>2</sup> ; adicionar 1 aparelho para cada 200m <sup>2</sup> ou fração		1 por unidade autônoma até 120m <sup>2</sup> ; adicionar 1 aparelho para cada 200m <sup>2</sup> ou fração	1 para cada 300m <sup>2</sup> ou fração (fora dos compartimentos sanitários)	1 - 2 - 4	
BARES, CAFÉS, RESTAURANTES, LANCHONETES E SIMILARES	Masculino: 1 até 120m <sup>2</sup> ; adicionar 1 aparelho para cada 200m <sup>2</sup> ou fração		Masculino: 1 até 120m <sup>2</sup> ; adicionar 1 aparelho para cada 200m <sup>2</sup> ou fração		2 - 4	
	Feminino: 1 até 120m <sup>2</sup> ; adicionar 1 aparelho para cada 200m <sup>2</sup> ou fração		Feminino: 1 até 120m <sup>2</sup> ; adicionar 1 aparelho para cada 200m <sup>2</sup> ou fração			
PEIXARIAS, AÇUGUES E SIMILARES	1 para cada 200m <sup>2</sup> ou fração		1 para cada 200m <sup>2</sup> ou fração			
ARMAZÉNS E DEPÓSITOS	1 para cada 500m <sup>2</sup> ou fração		1 para cada 500m <sup>2</sup> ou fração			
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, OFICINAS E DEPÓSITOS	Mínimo 1 PNE ou conforme necessidade, observando o com caminhamento máximo de 50m.			Mínimo 1	4 - 5	
EDIFÍCIOS DE ESTACIONAMENTOS OU GUARDA DE VEÍCULOS	Mínimo 1 PNE, abrangendo um raio de 75m ou com caminhamento máximo de 50m de vagas adaptadas.				4	
ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	Observar rigorosamente os padrões do Ministério da Saúde					
ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS	Masculino: 1 para cada 80m <sup>2</sup> ou fração		Masculino: 1 para cada 80m <sup>2</sup> ou fração	1 para cada 300m <sup>2</sup> ou fração (fora dos compartimentos sanitários)	2 - 3 - 4	
	Feminino: 1 para cada 80m <sup>2</sup> ou fração		Feminino: 1 para cada 80m <sup>2</sup> ou fração			
CINEMAS, TEATROS, AUDITÓRIOS E LOCAIS DE REUNIÃO	Masculino: 1 para cada 100 pessoas		Masculino: 1 para cada 100 pessoas	Mínimo 1	2 - 4 - 6	
	Feminino: 1 para cada 75 pessoas		Feminino: 1 para cada 75 pessoas			

**OBSERVAÇÕES:**

- 1 - Sanitário de uso comum: Edificações que disponham de 40 ou mais unidades deverão prever sanitário de uso comum e público separado por sexo, adaptado para pessoas com deficiência.
- 2 - Sanitários acessíveis: No caso de construção, uma cabine para cada sexo por pavimento da edificação, com entrada independente dos sanitários coletivos. No caso de reforma, pelo menos uma cabine acessível em cada pavimento da edificação, com entrada independente dos sanitários coletivos, com equipamentos e sinalização obedecendo às normas técnicas da ABNT.
- 3- Quando houver sanitários exclusivos para áreas esportivas com vestiários, será obrigatório, no mínimo, 01vestiário adequado conforme a Normas Técnicas de Acessibilidade.
- 4 – Quando há mictórios, diminuir 1 vaso sanitário para cada mictório, sendo possível apenas a substituição de 2/3 das unidades sanitárias.
- 5 – Atender à NR 24 - Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
- 6 – Para o cálculo da população considera-se uma pessoa por acento fixo ou a cada dois metros quadrados de área útil. Em casos de ginásios poliesportivos deverá ser considerado uma pessoa a cada 60cm de arquibancada.

**Lei nº 4.123/2019**

Publicação Nº 2123572

LEI Nº 4.123, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Autoriza a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica a mutuária designada no art. 2º autorizada a escriturar em seu nome, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o art. 1º está matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com sua respectiva mutuária:

I- ROSELI APARECIDA HAMMERSCHMITT MEIRELES: Lote urbano nº (4-D), da quadra nº (76), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com área de 420,00 m², objeto da Matrícula nº 9.979.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 14 de agosto de 2019.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Lei nº 4.124/2019**

Publicação Nº 2123609

LEI Nº 4.124, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a Política de Controle de Natalidade de Cães e Gatos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O controle de natalidade de cães e gatos em todo o Município de Maravilha, será regido de acordo com o estabelecido nesta Lei, mediante esterilização permanente por cirurgia ou outro procedimento que garanta a eficiência, segurança e bem-estar ao animal.

Art. 2º A esterilização de animais de que trata o art. 1º desta Lei será executada mediante programa em que seja levado em conta:

- I- o estudo das localidades que apontem para a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial, em face da superpopulação, ou quadro epidemiológico;
- II- o quantitativo de animais a serem esterilizados, por localidade, necessário à redução da taxa populacional em níveis satisfatórios, inclusive os não domiciliados; e
- III- o tratamento prioritário aos animais pertencentes ou localizados nas comunidades de baixa renda.

Art. 3º O programa desencadeará campanhas educativas pelos meios de comunicação adequados, que propiciam assimilação pelo público

de noções de ética sobre a posse responsável de animais domésticos.

Art. 4º Para a execução dos programas poderá ser celebrado convênios com associações protetoras de animais, sem fins lucrativos, associações, universidades, com repasse de valores para custeio de ações e/ou através de credenciamento de clínicas veterinárias para realização dos procedimentos.

Art. 5º O Poder Executivo, regulamentará esta Lei dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 14 de agosto de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda Registrado e publicado na data supra.

# Massaranduba

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 3966 DE 12 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2123206



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSGAB – Assessoria de Gabinete**

**DECRETO Nº 3966 DE 12 DE AGOSTO DE 2019****Abre créditos adicionais suplementares**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

**Art. 1º** Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2019 no valor de R\$ 15.947,00 (quinze mil e novecentos e quarenta e sete reais) nos programas discriminados do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, é oriundo do superávit financeiro do Município verificado no exercício anterior, conforme Artigo 43, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 12 de agosto de 2019.

**ARMINDO SESAR TASSI**  
**Prefeito Municipal**

Publicado no expediente na data supra

**VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI**  
**Gerente de Gabinete**

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62





# MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento  
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos

Pág 1/1

Entidade(s): 77

## ANEXO I

Entidade: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA									
Lei: 1961/2018									
Data Lei: 12/11/2018									
Decreto: 3966/2019									
Data Decreto: 12/08/2019									
Data Lançamento: 12/08/2019									
Código da Suplementação: 95									
Lote	Tipo	Ref.	Crédito Adicional		Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Origem de Recursos
			Dotação						
1	Suplementar	391	08.001.0012.0306.0022.2035.3339.00000000000000000000		03000000	7.457,79	Superávit		Total 0,00 0,00
1	Suplementar	390	08.001.0012.0306.0035.2034.3339.00000000000000000000		03000000	1.279,47			
1	Suplementar	389	08.001.0012.0306.0020.2033.3339.00000000000000000000		03000000	7.209,74	Anulação:	0,00	
Total do Lote						15.947,00	Superávit:	15.947,00	
Total						15.947,00	Convênio:	0,00	Op. de Crédito:
Total Geral									
Anulação :			0,00	Excesso:	0,00	Transposição	0,00	Convênio:	0,00
Superávit:			15.947,00	Op. de Crédito:	0,00	Transposição	0,00		
						Decremento:			
Resumo por Vínculos									
Tipo: Ordinário									
Vínculo	Descrição		Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento
3000000	Recursos Ordinários								
Total Tipo: Ordinário			0,00	0,00	15.947,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral			0,00	0,00	15.947,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

- Emitido por: ALEXANDRO HENRIQUE MARTINS

.00

# Matos Costa

## PREFEITURA

### DECRETO 75/2019

Publicação Nº 2123745

DECRETO N.º 075/2019 – de 13 de agosto de 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2243/2019 de 13 de agosto de 2019:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 611.000,00 (Seiscentos e onze mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Município de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	
PROJETO	2.003	Manut. das Atividades do Gab do Prefeito e Vice-Pref	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 1	158.000,00

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	2.016	Manutenção da Iluminação e Limpeza Pública	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 98	236.000,00
PROJETO	2.015	Manutenção da Sec. de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Dietas - 89	100.000,00

ORGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
PROJETO	2.017	Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 153	20.000,00

ORGÃO	12.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
UNIDADE	12.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
PROJETO	2.037	Amortização da Dívida e Encargos	
DOTAÇÃO	3.2.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 127	49.000,00
DOTAÇÃO	4.6.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 129	48.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 611.000,00 (Seiscentos e onze mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJETO	2.007	Manut. Das Atividades Administrativas	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 18	38.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 21	106.846,00
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 24	40.000,00

ORGÃO	04.00	SECRETARIA DE FINANÇAS	
UNIDADE	04.01	SECRETARIA DE FINANÇAS	
PROJETO	2.008	Manutenção das Atividades Financeiras	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 25	18.000,00

ORGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
PROJETO	2.011	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	

DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1101	Aplicações Diretas – 44	150.000,00
PROJETO	2.014	Manutenção da Educação Infantil	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1101	Aplicações Diretas – 58	100.000,00
ORGÃO	05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
UNIDADE	05.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
PROJETO	2.009	Manutenção das Ativ da Sec de Agric e Abastecimento	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 30	26.000,00
PROJETO	1.051	Ampliação da Patrulha Agrícola	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 27	10.500,00
ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	2.015	Manutenção da Sec de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 88	70.000,00
ORGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
PROJETO	2.017	Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 105	7.000,00
PROJETO	2.040	Promoção das Festividades Municipais	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 107	22.654,00
PROJETO	1.065	Ampliação de Áreas Esportivas	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 108	5.000,00
DOTAÇÃO	4.5.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 111	5.000,00
PROJETO	2.018	Manutenção das Atividades Esportivas	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas - 112	8.000,00
ORGÃO	09.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
UNIDADE	09.01	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
PROJETO	1.061	Promoção da Indústria e Comércio	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas – 113	4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 13 de agosto de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

## EXTRATOS ATA 11/2019

Publicação Nº 2123842

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

OBJETO: Aquisição de graxa, fluído de freio, óleo lubrificante e outros, destinados à manutenção dos veículos e máquinas a Prefeitura, incluindo Fundos de Saúde e Assistência Social do Município, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses do município de Matos Costa.

CONTRATADA: A.J. ZORNITTA COMERCIO DE FILTROS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.553.143/0001-72.

VALOR R\$ 5.394,40 (cinco mil trezentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: INICIO: 13/08/2019 TÉRMINO: 13/08/2020.

Matos Costa, 13 de agosto de 2019. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal

CONTRATADA: A K LUBRIFICANTES EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.346.634/0001-42.  
VALOR R\$ 3.546,00 (três mil quinhentos e quarenta e seis reais).  
VIGÊNCIA: INICIO: 13/08/2019 TÉRMINO: 13/08/2020.

Matos Costa, 13 de agosto de 2019. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal

CONTRATADA: CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.869.829/0001-30.

VALOR R\$ 7.636,00 (sete mil seiscentos e trinta e seis reais).

VIGÊNCIA: INICIO: 13/08/2019 TÉRMINO: 13/08/2020.

Matos Costa, 13 de agosto de 2019. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.572.270/0001-38.

VALOR R\$ 17.625,00 (dezesete mil seiscentos e vinte e cinco reais).

VIGÊNCIA: INICIO: 13/08/2019 TÉRMINO: 13/08/2020.

Matos Costa, 13 de agosto de 2019. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal

CONTRATADA: MARLI SALETE HUBLER EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.225.410/0001-91.

VALOR R\$ 9.168,50 (nove mil cento e sessenta e oito reais e cinq-enta centavos).

VIGÊNCIA: INICIO: 13/08/2019 TÉRMINO: 13/08/2020.

Matos Costa, 13 de agosto de 2019. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal

CONTRATADA: P A MUNHOZ EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.494.712/0001-68.

VALOR R\$ 4.219,80 (quatro mil duzentos e dezenove reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: INICIO: 13/08/2019 TÉRMINO: 13/08/2020.

Matos Costa, 13 de agosto de 2019. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL 2.243/2019

Publicação Nº 2123733

Lei Municipal Nº 2.243/2019 – de 13 de agosto de 2019.

Abre Crédito Adicional suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 611.000,00 (seiscentos e onze mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Município de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO		
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO		
PROJETO	2.003	Manut.das Atividades do Gab do Prefeito e Vice Pref		
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 1		158.000,00
ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO		
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO		
PROJETO	2.016	Manutenção da Iluminação e Limpeza Pública		
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 98		236.000,00
PROJETO	2.015	Manutenção da Sec. de Viação, Obras e Urbanismo		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 89		100.000,00
ORGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
PROJETO	2.017	Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas		
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 153		20.000,00
ORGÃO	12.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
UNIDADE	07.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
PROJETO	2.037	Amortização da Dívida e Encargos		
DOTAÇÃO	3.2.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 127		49.000,00
DOTAÇÃO	4.6.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 129		48.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 611.000,00 (seiscentos e onze mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJETO	2.007	Manutenção das Atividades Administrativas	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 18	38.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 21	106.846,00
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 24	40.000,00
ORGÃO	04.00	SECRETARIA DE FINANÇAS	
UNIDADE	04.01	SECRETARIA DE FINANÇAS	
PROJETO	2.008	Manutenção das Atividades Financeiras	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 25	18.000,00
ORGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
PROJETO	2.011	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1101	Aplicações Diretas 44	150.000,00
PROJETO	2.014	Manutenção da Educação Infantil	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1101	Aplicações Diretas 58	100.000,00
ORGÃO	05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
UNIDADE	05.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
PROJETO	2.009	Manut das Ativ da Sec de Agric e Abastecimento	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 30	26.000,00
PROJETO	1.051	Ampliação da Patrulha Agrícola	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 27	10.500,00
ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	2.015	Manutenção da Sec de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 88	70.000,00
ORGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E SERVIÇOS	
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E SERVIÇOS	
PROJETO	2.017	Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 105	7.000,00
PROJETO	2.040	PROMOÇÃO DAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 107	22.654,00
PROJETO	1.065	AMPLIAÇÃO DE ÁREAS ESPORTIVAS	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 108	5.000,00
DOTAÇÃO	4.5.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 111	5.000,00
PROJETO	2.018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.110	Aplicações Diretas 112	8.000,00
ORGÃO	09.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
UNIDADE	09.01	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
PROJETO	1.061	Promoção da Indústria e Comércio	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 113	4.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 13 de agosto de 2019.

RAUL RIBAS NETO  
Prefeito Municipal



A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas  
Assistente Administrativo I

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Oderlaine N S Moraes  
Assistente Administrativo II

## LEI MUNICIPAL 2.244/2019

Publicação Nº 2123737

Lei Municipal Nº 2.244/2019 – de 13 de agosto de 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder Subvenção Social à Cáritas Solidariedade de Matos Costa, e contém outras providencias.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Financeira à Cáritas Solidariedade de Matos Costa, inscrita no CNPJ 06.314.072/0001-90.

Art. 2º - O valor a ser repassado será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em parcela única.

Art. 3º - A Cáritas Solidariedade de Matos Costa, deverá prestar contas no prazo de trinta dias a contar da execução do objeto.

Art. 4º - A subvenção obedecera o estabelecido na Lei 13.019/2014.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 13 de agosto de 2019.

RAUL RIBAS NETO  
Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas  
Assistente Administrativo I

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Oderlaine N S Moraes  
Assistente Administrativo II

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 189/2019

Publicação Nº 2123837

Decreto nº 189/2019 de 14/08/19

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1531/2019, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório nº 1531/2019, Modalidade Pregão nº 040/2019, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES BOVINOS DE TUBERCULOSE E BRUCELOSE PARA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MODELO/SC, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
JSG REPRESENTAÇÕES LTDA	88.200,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 14 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060-2019 MAT DE CONSTRUÇÃO - OSNI KAMMLER

Publicação Nº 2123857

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 060/2019

Processo Licitatório nº 1505/2019

Pregão SRP nº 039/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: OSNI KAMMLER, CNPJ 05.799.829/0001-10

Valor: R\$ 17.554,50

Assinado em: 14/08/2019

Vigente até: 13/08/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FRACIONADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO A SEREM UTILIZADOS NAS OBRAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE

MODELO/SC

Modelo/SC, 14 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061-2019 MAT DE CONSTRUÇÃO - MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 2123864

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 061/2019

Processo Licitatório nº 1505/2019

Pregão SRP nº 039/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 09.344.389/0001-67

Valor: R\$ 50.840,00

Assinado em: 14/08/2019





Vigente até: 13/08/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FRACIONADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO A SEREM UTILIZADOS NAS OBRAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE

MODELO/SC

Modelo/SC, 14 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito

## **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062-2019 MAT DE CONSTRUÇÃO - ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO**

Publicação Nº 2123865

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 062/2019

Processo Licitatório nº 1505/2019

Pregão SRP nº 039/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA, CNPJ 13.079.750/0001-42

Valor: R\$ 155.499,00

Assinado em: 14/08/2019

Vigente até: 13/08/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FRACIONADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO A SEREM UTILIZADOS NAS OBRAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 14 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito

## **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063-2019 MAT DE CONSTRUÇÃO - BORILLE**

Publicação Nº 2123867

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 063/2019

Processo Licitatório nº 1505/2019

Pregão SRP nº 039/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: ESPAÇO BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ 32.177.092/0001-76

Valor: R\$ 3.390,00

Assinado em: 14/08/2019

Vigente até: 13/08/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FRACIONADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO A SEREM UTILIZADOS NAS OBRAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 14 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito

# Mondaí

## PREFEITURA

### EDITAL CONCURSO PUBLICO 001/2019

Publicação Nº 2123313

#### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO À ADMISSÃO DE SERVIDOR PARA O QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito de Mondaí, Estado de Santa Catarina Sr. VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2006, Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, e Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público destinado ao provimento de vagas no Quadro de Servidores do Município de Mondaí, a seguir relacionada, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

##### 1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2006, Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006 e Lei Orgânica do Município e demais legislações vigentes.

1.1.2. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Mondaí - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, Fone-Fax (49) 3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Concurso Público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Mondaí – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

1.1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital, sendo de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no edital e demais determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.4.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

1.1.5. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.6. São condições para participação no presente Concurso Público:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º);

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo.

1.1.7. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Concurso Público.

1.1.8. As provas serão realizadas nas modalidades Objetiva e Prática.

#### 1.2. Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Função	Nº Vagas	Vencimento	Carga Horária semanal	Escolaridade	Tipo de Prova
Advogado	CR*	4.691,87	30 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino superior + Registro na Ordem dos Advogados do Brasil.	Objetiva
Assistente Social	CR*	4.691,87	40 horas	Profissional com nível superior completo, com habilitação em Serviço Social, e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	Objetiva

Contador	CR*	4.691,87	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino superior + Registro no Conselho Regional de Contabilidade.	Objetiva
Dentista	CR*	6.208,55	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino superior + Registro no Conselho Regional de Odontologia.	Objetiva
Nutricionista	CR*	4.691,87	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino superior + Registro no Conselho Regional de Nutricionistas.	Objetiva
Psicólogo	CR*	4.691,87	40 horas	Profissional com nível superior completo, com habilitação em Psicologia, e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	Objetiva
Agente Fiscal	CR*	4.691,87	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino superior nas áreas de Engenharia, Administração, Contabilidade, Direito e Economia, devidamente registrado no órgão competente e nos órgãos fiscalizadores da profissão respectiva.	Objetiva
Fiscal da Fazenda	CR*	2.386,21	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino médio.	Objetiva
Assistente Administrativo	04 + CR*	1.745,47	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino médio.	Objetiva
Técnico em Enfermagem	CR*	1.745,47	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino médio + Curso Técnico na área.	Objetiva
Operador de Máquinas (CNH Categoria AC)	02 + CR*	1.745,47	40 horas	Ser alfabetizado e possuir Carteira Nacional de Habilitação para o cargo de Motorista – Categoria AC.	Objetiva e Prática

\*CR: Cadastro de Reserva.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Concurso Público poderão ser efetuadas pela Internet ou Presencial – on-line, no período das 08h00min do dia 15/08/2019 às 23h59min do dia 13/09/2019.

2.1.1. Das inscrições pela internet:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos Públicos;

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 16/09/2019; pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor.

2.1.2. Das inscrições presencial – on-line:

2.1.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição presencial - on-line sendo que para tanto deverão se dirigir à Prefeitura Municipal de Mondai – SC, sito à Avenida Lajú, nº 420, Centro, Mondai – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da prefeitura.

2.1.2.2. Para a efetivação das inscrições presencial - on-line o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições presencial - on-line apenas transmitirá ao sistema de inscrição

os dados e informações que lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.2.3. Na oportunidade de realização da inscrição presencial - on-line será entregue ao candidato o Comprovante de sua Inscrição, bem como o Boleto Bancário referente a sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 16/09/2019.

2.1.2.4. Só serão efetivadas as inscrições presencial - on-line dos candidatos que se dirigirem a Prefeitura Municipal de Mondaí - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da prefeitura.

2.2. As inscrições somente serão deferidas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição que se dará pela baixa dos boletos, após o envio dos respectivos arquivos bancários ao sistema de gestão, pelo órgão executor do certame, sendo que este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no Cronograma do edital (Anexo I); ou pelo deferimento de solicitação de isenção da taxa de inscrição, nos termos do item 2.6 e seguintes deste edital.

2.3. O Município de Mondaí - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado, assim como não se responsabilizarão por inscrições indeferidas que não acusarem pagamento de boleto por vírus "malware" ou outros vírus que alterem o código de barras do boleto bancário, encaminhando o pagamento da inscrição para outras contas ou até mesmo impedindo a leitura do código de barra pela instituição bancária.

2.4. O candidato poderá inscrever-se para apenas um (01) cargo que trata o edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada válida apenas a inscrição mais recente.

2.5. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, no seguinte valor:

Escolaridade	Valor R\$
Nível Superior	R\$ 100,00
Nível Médio	R\$ 80,00
Nível Fundamental	R\$ 80,00

2.5.1. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Concurso Público.

2.5.2. Não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.

2.5.3. O pagamento da taxa de inscrição após o período determinado neste edital, à realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja a quitação do boleto gerado e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste edital implicam o cancelamento da inscrição.

2.6. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE E/OU DE MEDULA:

2.6.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 de 07 de novembro de 1997 com as alterações trazidas pela Lei Estadual nº 17.457 de 10 de janeiro de 2018 e pela Lei Federal nº 13.656 de 30 de abril de 2018 poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

2.6.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para Doadores de Sangue e/ou de Medula (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Mondaí - SC, sito à Avenida Lajú, nº 420, Centro, Mondaí/SC, sendo que a entrega deverá ocorrer nos dias 15/08/2019 a 03/09/2019, período este designado para estas inscrições, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do documento de identidade;

b) Cópia do requerimento de inscrição;

c) No caso de candidato doador de sangue: documento comprobatório da condição de doador regular, em papel timbrado, com data, assinatura e carimbo da entidade coletora, expedido por banco de sangue público ou privado (autorizado pelo Poder Público) em que o candidato realizou a doação, constando, pelo menos, 03 (três) doações nos últimos 12 (doze) meses anteriores a data de publicação deste Edital. A declaração com a comprovação da condição de doador deverá ser expedida por entidade coletora oficial ou credenciada, discriminando a quantidade de doações e as datas em que foram realizadas. O candidato de outra unidade da federação, além de apresentar a declaração acima referida, deverá apresentar declaração e/ou certidão que comprove o credenciamento da entidade coletora como órgão oficial do estado de origem.

d) No caso de candidato doador de medula: comprovante específico expedido por entidade coletora reconhecida pelo Ministério da Saúde, declarando que o mesmo se enquadra como beneficiário da Lei Estadual nº 10.567/97 com as alterações previstas na Lei Estadual nº 17.457/18 e na Lei Federal nº 13.656 de 30 de abril de 2018, informando a data em que a doação foi realizada, sendo que o candidato deverá ter realizado pelo menos 01 (uma) doação.

2.6.3. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal (SEDEX), com cópia autenticada em cartório a ser encaminhado para a Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Mondaí, sito à Avenida Lajú, nº 420, Centro, CEP: 89.893-000, Mondaí - SC, devendo estar entregues no endereço citado até o dia 04/09/2019.

2.6.4. O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição e seu encaminhamento não garante o benefício ao interessado, o qual estará sujeito à apreciação da Comissão Organizadora.

2.6.5. A Comissão Organizadora do Concurso Público avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br) no dia 05/09/2019, não sendo encaminhada resposta individual ao candidato.

2.6.6. O candidato cujo requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a serem contados do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, por meio do endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br).

2.6.7. A relação dos pedidos de isenção deferidos, após recurso, será divulgada no dia 11/09/2019, a partir das 17h00min, no endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

2.6.8. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 16/09/2019 às 23h59min, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br).

2.6.9. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior estará automaticamente excluído do certame.

2.6.10. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do certame, independentemente da fase em que se encontrar, aplicando-se ainda o disposto no Decreto Federal nº 83.936/79, art. 10, parágrafo único.

### 3. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

3.1. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários, bem como comprovar a necessidade de atendimento diferenciado, juntando documentos que atestem a necessidade do atendimento solicitado.

3.1.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para fazer as provas deverá:

- a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente aos recursos especiais necessários;
- b) enviar, via upload, imagem legível do Documento de Identificação original;
- c) enviar, via upload, a imagem legível do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, que ateste a espécie e grau ou o nível de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), que justifique o atendimento especial solicitado. O laudo deve conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

3.1.2. A solicitação de atendimento diferenciado será analisada pela Comissão Organizadora do certame e deferida desde que requerida no momento oportuno e devidamente comprovada, observando os critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo os candidatos comunicados da decisão através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br) conforme cronograma.

3.1.3. Para utilização de aparelho auditivo durante a realização da prova o candidato deverá, ao ingressar na sala, entregar ao fiscal atestado médico comprovando a necessidade de seu uso.

3.1.4. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá informar tal situação no momento de sua inscrição e, no dia de aplicação das provas deverá providenciar acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

### 4. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever no presente Concurso Público, concorrendo em igualdade de condições com os demais, sendo reservado 5% das vagas a serem contratadas por cargo/função.

4.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de deficiência.

4.2.1. Durante o prazo de inscrição, o candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência, deverá encaminhar à Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Mondaí - SC, sito a Avenida Lajú, nº 420, Centro, em horário de expediente da Prefeitura, juntamente com os documentos originais para conferência, laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência. Ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência.

4.2.2. Se aprovado no presente Concurso Público, o candidato deverá submeter-se à perícia do Médico do Trabalho designado pelo Município de Mondaí - SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

4.2.3. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Mondaí - SC, sito a Avenida Lajú, nº 420, Centro do Município de Mondaí - SC, contendo apenas cópias autenticadas em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

4.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

4.4. No momento da homologação do resultado do Concurso Público será publicada lista específica dos candidatos aprovados como pessoa com deficiência, e figurarão também na lista de classificação geral do cargo/função.

4.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitá-lo por escrito no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

4.6. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

### 5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas, sendo expedido documento constando a relação das inscrições deferidas e daquelas indeferidas, o qual será publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

5.2. Da divulgação das inscrições indeferidas, os candidatos poderão interpor recursos no prazo estabelecido no cronograma do edital, via on-line, através do site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) expondo as razões da discordância do indeferimento de sua inscrição, bem como comprovando a inexistência da razão apontada para o indeferimento.

### 6. DAS PROVAS

#### 6.1. Da Prova Objetiva

6.1.1. A prova objetiva é obrigatória para todos os cargos previstos neste certame e será aplicada no dia 19/10/2019, nas dependências da Escola de Ensino Fundamental e Infantil Professora Gessy Spier Averbeck, na Avenida do Engenho, nº 1285, no Bairro Floresta, Mondaí - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Mondaí - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

6.1.1.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h00min.

6.1.1.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

6.1.1.3. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

6.1.1.4. Após o fechamento dos portões, os candidatos terão 10 (dez) minutos para ingressar na sala de aplicação das provas, sendo que após as 08h50min não mais será permitida a entrada de candidatos nas salas de prova.

6.1.1.5. A prova objetiva terá início às 09h00min e término às 12h00min.

6.1.1.6. Não será permitido o uso do banheiro após o encerramento e entrega da prova.



- 6.1.2. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)
- 6.1.3. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, e terá a duração de 3h00min incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta, e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser preenchida conforme instruções que constarão no Cartão Resposta e na 1ª página do Caderno de Provas.
- 6.1.3.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.
- 6.1.3.2. A prova objetiva será composta de 35 (trinta e cinco) questões.
- 6.1.3.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.
- 6.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) - Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais para os cargos de Assistente Administrativo, Fiscal da Fazenda, Advogado, Contador, Agente Fiscal, Assistente Social, Dentista, Técnico em Enfermagem, Psicólogo e Nutricionista, especificados no item 1.2.1 deste edital, conforme quadro abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota mínima do conjunto provas 1, 2 e 3.
1► Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	5,00
2► Língua Portuguesa	10	0,20	2,00	
3► Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	10,00	-

- 6.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme tabela acima.

- 6.3. DA PROVA OBJETIVA E PRÁTICA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais para o cargo de Operador de Máquinas (CNH Categoria AC), conforme tabela abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota mínima do conjunto provas 1, 2 e 3.
1► Conhecimentos Específicos	20	0,10	2,00	1,00
2► Língua Portuguesa	10	0,07	0,70	
3► Conhecimentos Gerais	05	0,06	0,30	
TOTAL	35	-	3,00	-

- 6.3.1. Somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um) ponto no conjunto/soma das provas 1, 2 e 3 (Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais).

- 6.3.2. Da Prova Prática:

- 6.3.2.1. Será aplicada Prova Prática para o cargo de Operador de Máquinas (CNH Categoria AC), conforme tabela abaixo:

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	7,00	3,00
TOTAL	7,00	3,00

- 6.3.2.2. À nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala 0 (zero) a 7,00 (sete).

- 6.3.2.3. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo 3,00 (três) pontos no total da prova prática e também o que não atingir a nota mínima de 1,00 (um) ponto na prova objetiva.

- 6.3.2.4. A média final será: Nota da Prova Objetiva somada com a Nota da Prova Prática.

- 6.4. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

- 6.4.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), sob pena de não ser permitida sua entrada à sala de aplicação das provas.

- 6.4.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 6.1.1.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

- 6.4.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

- 6.4.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Concurso Público.

- 6.4.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

- 6.4.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um Cartão Resposta.

- 6.4.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à alternativa que julgar correta, de acordo com as instruções constantes no próprio Cartão Resposta e na primeira folha do Caderno de Provas.

- 6.4.4.2. No Cartão Resposta de todos os candidatos constarão as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

- 6.4.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo para que se inscreveu, se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova e se esta corretamente numerado.

6.4.6. O candidato deverá conferir no seu Cartão Resposta se o tipo de prova destacado, correspondente ao mesmo tipo de prova constante no caderno de prova que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a conferência do tipo de prova constante no cartão resposta e no caderno de prova.

6.4.6.1. Forma correta de preencher o Cartão Resposta:

6.4.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica com a tinta nas cores azul ou preta.

6.4.8. O Cartão Resposta é insubstituível.

6.4.9. O preenchimento do Cartão Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão Organizadora do Concurso Público.

6.4.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.

6.4.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o Cartão Resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver preenchida no Cartão Resposta.

6.4.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no Cartão Resposta, através de leitura digital, e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

6.4.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o Cartão Resposta.

6.4.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

6.4.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

6.4.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas.

6.4.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala deverão apor suas assinaturas no local indicado nos Cartões Resposta de todos os candidatos da sala.

6.4.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão Organizadora da AMEOSC deverão invalidar o Cartão Resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

6.4.17.2. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, Cartões Resposta com questões deixadas em branco, Cartões Resposta deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

6.4.17.3. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão Organizadora da AMEOSC, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os Cartões Resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

6.4.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

6.4.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

6.4.20. O Município de Mondai - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

#### 6.5. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

6.5.1. Para a realização da prova o candidato deverá ter consigo:

a) Documento de identificação;

b) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, feita de material transparente.

6.5.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

6.5.3. O Município de Mondai - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

#### 6.6. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água que deverá estar acondicionada em embalagem de material transparente, sem qualquer etiqueta ou rótulo;

b) Fumar;

c) Comunicação entre os candidatos;

d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);

e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

#### 6.7. SERÁ EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido;

b) Apresentar-se em local diferente;

c) Não comparecer às provas;

d) Não apresentar documento de identificação;

e) Ausentar-se da sala de provas sem o Fiscal da Comissão Organizadora;

f) Ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;

g) Ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;

h) Estiver portando armas;

i) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

j) For surpreendido em comunicação com outras pessoas, utilizando-se de livro, anotação e impressos ou fazendo uso de qualquer tipo de aparelho (calculadora, bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

l) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.7.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.



**6.8. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA:**

6.8.1. A prova prática será realizada no dia 19/10/2019, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito à Rua Carlos Emilio Marquardt, nº 47, Centro, Mondaí – SC.

6.8.2. O candidato que não estiver presente no dia e horário determinado para a realização da prova prática será considerado desistente e, conseqüentemente, eliminado do Concurso Público, sendo que a partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação.

6.8.3. Na prova prática, para a função de Operador de Máquinas (CNH Categoria AC), o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina ou veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,70 pontos), Muito Bom (0,60 pontos); Bom (0,50 pontos); Satisfatório (0,40 pontos), Regular (0,30 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).

6.8.4. Para a função que se exigir o emprego de veículos, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Mondaí – SC, poderá ser excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.

6.8.5. Para a realização da Prova Prática o candidato deve apresentar, obrigatoriamente, a Carteira Nacional de Habilitação para o cargo de Operador de Máquinas (CNH Categoria AC).

6.8.6. A Comissão Organizadora do Concurso Público reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas, comunicando essas alterações aos candidatos.

6.8.7. Em caso de impossibilidade de realização de todas as provas praticas na data prevista, a continuidade das mesmas fica automaticamente definida para o dia seguinte, a partir das 08h00min até o horário necessário para finalização das mesmas.

**7. DA SESSÃO PÚBLICA**

7.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em Sessão Pública a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 09h00min do dia 12/11/2019, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

7.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares e poderão sofrer alterações.

7.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme cronograma do edital, na qual já constarão os critérios de desempate.

7.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de Mondaí - SC e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

**8. DO EMPATE NA NOTA FINAL**

8.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

8.1.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Concurso Público na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10. 741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

8.1.2. Maior nota na Prova Prática (Operador de Máquinas);

8.1.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

8.1.4. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

8.1.5. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

8.1.6. O candidato de maior idade;

8.1.7. Sorteio Público.

**9. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS**

9.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondaí.sc.gov.br](http://www.mondaí.sc.gov.br), enquanto o gabarito definitivo será publicado, conforme cronograma do edital, nos mesmos endereços.

9.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

**10. DOS RECURSOS**

10.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) No indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição (Doadores de sangue e/ou medula) (No período de 06 a 09/09/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição (Doadores de sangue e/ou medula);

b) Na não homologação ou indeferimento da inscrição (No período de 21 a 24/09/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face do Indeferimento de inscrição);

c) No resultado da Prova Prática (No período de 22 e 23/10/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face do resultado da Prova Prática);

d) Na formulação das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar divulgado (No período de 22 e 23/10/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar);

e) Da correção dos Cartões Resposta/Resultado Preliminar (No período de 14 a 18/11/2019 - Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da correção dos Cartões Resposta/Resultado Preliminar).

10.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

10.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

10.4. Os recursos deverão ser interpostos via on-line – pelo sistema.

10.4.1. Para a interposição de recurso via on-line o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos Públicos;

b) Acessar a “Área do Candidato”;

c) Clicar em “Recursos”;

d) Preencher on-line o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário o mesmo NÃO será apreciado;

f) Não serão apreciados recursos referentes às questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar fora do prazo estipulado por esse edital, qual seja, 22 e 23/10/2019.

10.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão

providos.

10.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independentemente de terem recorrido.

10.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Concurso Público.

10.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

10.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

10.5.3. Se houver alteração do gabarito preliminar, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

10.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independentemente de vigência de prazo.

10.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

10.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo edital de resultado final será publicado.

#### 11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação dar-se-á, por meio de contrato com prazo indeterminado, segundo interesse, necessidade e conveniência da Administração Municipal.

11.2. A contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos e a contratação dar-se-á sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da legislação vigente.

11.3. O candidato classificado que for chamado e optar por não assumir a vaga poderá ir para o final da lista.

11.3.1 Ao chegar ao final da lista dos candidatos habilitados, será efetivada nova chamada dos candidatos que optaram por ficar no final da lista.

11.4. Para ser contratado por prazo indeterminado para o cargo, o candidato deverá atender às seguintes exigências:

a) Ter sido classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;

b) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do art. 12, § 1º, da Constituição Federal;

c) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

e) Conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;

f) Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da admissão;

g) Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão, transitado em julgado, em qualquer esfera governamental;

h) Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10, do art. 37, da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 bem como receba benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público;

i) Não estar em exercício de cargo público, de acordo com previsto no inciso XVI e XVII, do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;

j) Comprovar os requisitos (escolaridade, formação, habilitação e outros), exigidos para o exercício do cargo na data da posse;

k) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada por meio dos exames médicos;

l) Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador, bem como a certidão de quitação de suas obrigações perante o referido órgão;

m) Certidão de antecedentes criminais, estadual e federal, emitida pelo Juiz da Comarca e pela Justiça Federal com circunscrição onde reside o candidato;

n) Comprovar a habilitação mínima exigida para o cargo;

o) Outros documentos necessários exigidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência do Poder Executivo Municipal.

11.5. A não apresentação dos documentos no prazo estabelecido no Estatuto do Servidor, bem como quaisquer dos requisitos de que trata o presente Edital e/ou a prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na exclusão do candidato do Concurso Público.

11.5.1. A inexistência das informações ou irregularidades nos documentos, ainda que se verifique posteriormente à contratação, ocasionará a exoneração do candidato.

11.6. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Mondaí – SC.

#### 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As publicações sobre o Concurso Público serão feitas por Edital e veiculadas na imprensa.

12.2. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Concurso Público em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público e pelo Município de Mondaí – SC.

12.3. O Prefeito do Município de Mondaí – SC, poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Concurso Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

12.4. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Concurso Público é o da Comarca de Mondaí – SC.

12.5. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento isenção taxa de inscrição Doadores de Sangue e/ou de Medula;

ANEXO V – Requerimento Pessoas com Deficiência;

ANEXO VI – Portaria que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VII – Resolução Comissão Organizadora da AMEOSC.

12.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí - SC, 15 de agosto de 2019.  
 VALDIR RUBERT  
 Prefeito Municipal  
 Vistado na Forma de Lei  
 Luiz Carlos Stang - OAB/SC 18906  
 Procurador Jurídico do Município de Mondaí

ANEXO I  
 EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019  
 CRONOGRAMA

OBS: O presente cronograma é provisório, estando sujeito a alterações que, se ocorrerem, serão publicadas nos sites do município e da Ameosc.

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	15/08/2019	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Mondaí – SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Mondaí – SC, até o dia 03/09/2019.
Inscrições	15/08/2019 a 13/09/2019	Pela internet, no site:  <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Apresentação dos documentos para candidatos considerados Pessoa com Deficiência	15/08/2019 a 13/09/2019	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Mondaí – SC, sito à Avenida Lajú, nº 420, Centro, Mondaí - SC, em horário de expediente da Prefeitura.
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue e/ou de Medula)	15/08/2019 a 03/09/2019	Pela internet, no site:  <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue e/ou de Medula) – Antes dos recursos	05/09/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos em face do indeferimento do pedido de isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue e/ou de Medula)	06 a 09/09/2019	Pela internet, no site:  <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue e/ou de Medula) – Após os recursos	11/09/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa indeferida (Doador de Sangue e/ou de Medula)	12 a 16/09/2019	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Último prazo para pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos.	16/09/2019	O boleto para impressão e pagamento deverá ser acessado junto ao site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	20/09/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	21 a 24/09/2019	Pela internet, no site:  <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação dos pareceres dos recursos das inscrições indeferidas e publicação da Homologação das inscrições	26/09/2019	A partir das 17h, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do deferimento ou indeferimento dos pedidos de condição especial para realização da prova objetiva	27/09/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Publicação do Ensalamento	10/10/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Publicação do Decreto que regulamenta a Prova Prática	17/10/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>

Prova Objetiva	19/10/2019	A prova objetiva será realizada nas dependências da Escola de Ensino Fundamental e Infantil Professora Gessy Spier Averbek, sito à Avenida do Engenho, nº 1285, Bairro Floresta, Mondai – SC.
Prova Prática	19/10/2019	A prova prática será realizada nas dependências do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito à Rua Carlos Emilio Marquardt, nº 47, Centro, Mondai – SC.
Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva	21/10/2019	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Publicação do Resultado Preliminar das notas da Prova Prática	21/10/2019	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Prazo destinado a interposição de recursos em face das questões da Prova Objetiva, Prova Prática e do Gabarito Preliminar	22 e 23/10/2019	Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do julgamento dos recursos interpostos em face das questões da Prova Objetiva, Prova Prática e do Gabarito Preliminar	07/11/2019	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a> e também no Mural Público da Prefeitura de Mondai – SC. A partir das 17h.
Divulgação do Gabarito Final	08/11/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Publicação do Resultado Final das notas da Prova Prática	08/11/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Sessão Pública para correção dos cartões resposta e identificação dos candidatos por cargo	12/11/2019	Às 09h00min, na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de Mondai – SC.
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva	13/11/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Prazo de interposição de recurso, somente em face da correção dos cartões de resposta/Resultado Preliminar	14 a 18/11/2019	Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos interpostos em face da correção dos cartões de resposta/Resultado Preliminar	22/11/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Publicação do Resultado Final	21/11/2019	O Resultado Final por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a> e também no Mural Público da Prefeitura de Mondai – SC.

## ANEXO II

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL SUPERIOR

## I - LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

## II - CONHECIMENTOS GERAIS:

Fundamentos e aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Município, de Santa Catarina e do Brasil. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais,



desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais. Lei Orgânica do Município. Regras de comportamento no ambiente de trabalho: regras de hierarquias no serviço público. - Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público. Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade.

### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

#### ADVOGADO:

Direito Administrativo: Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Constitucionais. Poderes da Administração. Deveres. O uso e o abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Da Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia. Processo administrativo disciplinar. Do ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécie. Sanções penais. Peculiaridades e interpretação dos Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Serviços delegados (concessões, permissões e autorizações), convênios e consórcios. Direitos e deveres. Responsabilidades. Direitos dos Usuários. Controle da administração pública: Controle interno. Controle externo, inclusive a cargo do Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Sistema de Contencioso administrativo e Sistema de jurisdição una. Instrumentos do controle jurisdicional. Investidura. Domínio Público: Bens públicos. Administração, utilização e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração de bens públicos. Aquisição de bens pela administração. Responsabilidade Civil da Administração. Poder de polícia. Desapropriação. Lei de Improbidade Administrativa.

Direito Constitucional: Constituição: Conceito. Classificação das Constituições. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição. Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Da nacionalidade. Dos direitos políticos. Dos partidos políticos. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Mandado de Segurança. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Da Organização do Estado. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. Servidores Públicos. Da Organização dos Poderes. Poder Legislativo. Poder Judiciário. Poder Executivo. Funções Essenciais à Justiça.

Direito Tributário: Conceito. Conteúdo. Natureza. Autonomia. Fontes. Relação com o Direito Financeiro. Sistema Constitucional Tributário: Princípios constitucionais do Direito Tributário. Limitações do Poder de Tributar. Competência tributária. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Capacidade tributária. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Interpretação e integração de legislação tributária no Código Tributário Nacional. Norma Tributária: Incidência. Vigência. Aplicação. Interpretação. Tributos: Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies.

Direito Processual: Código de Processo Civil - LEI Nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Direito Previdenciário: Seguridade Social. Conceituação e Princípios Constitucionais. - Saúde, Previdência Social e Assistência Social. - Da organização da Seguridade Social. - Do financiamento da Seguridade Social. - Planos de Benefícios da Previdência Social: a) Dos Benefícios; b) Prestações devidas pela Previdência Social; c) Do Cálculo do Valor do Benefício. - Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Instituição do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP: Decreto no 3.788, de 11 de abril de 2001, Implementação do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP: Portaria MPS no 204, de 10 de julho de 2008, Aplicações dos Recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social: Resolução CMN no 3.922, de 25 de novembro de 2010, Portaria MPS no 519, de 24 de agosto de 2011, Plano de Contas e Procedimentos Contábeis para os Regimes Próprios de Previdência Social: Portaria MPS no 509, de 12 de dezembro de 2013, Normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social: Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, Portaria MPS nº 746, de 27 de dezembro de 2011, Instruções e Orientações Normativas Referentes a Regime Próprio de Previdência Social: Instrução Normativa SPS/MPS nº 01, de 22 de julho de 2010, Instrução Normativa SPPS/MPS nº 02, de 13 de fevereiro de 2014, Orientação Normativa SPS/MPS no 01, de 06 de janeiro de 2004, Orientação Normativa SPS/MPS no 02, de 31 de março de 2009, Orientação Normativa SPPS/MPS no 01, de 30 de maio de 2012, Processo Administrativo Previdenciário - PAP: Portaria MPS no 64, de 24 de fevereiro de 2006, Lei sobre a Aposentadoria do Policial: Lei Complementar no 51, de 20 de dezembro de 1985, Lei da Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais: Lei no 12.618, de 30 de abril de 2012, Compensação Previdenciária: Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999, Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999, Portaria MPAS no 6.209, de 16 de dezembro de 1999, Portaria Interministerial MPS/MF nº 410, de 29 de julho de 2009, Instrução Normativa INSS/PRES nº 50, de 4 de janeiro de 2011, Emissão de Certidão de Tempo de Contribuição pelos Regimes Próprios de Previdência Social: Portaria MPS no 154, de 15 de maio de 2008.

#### AGENTE FISCAL:

Código de Obras do Município. Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado e dos Poderes. Da Administração Pública. Conhecimentos Específicos: Elaboração de relatórios, croquis, cálculos de áreas e tabelas; leitura de projetos e croquis; noções de área de construção civil; conhecimento e aplicação das leis de uso e ocupação de solo. Instrumentos de política e gestão urbana. Infraestrutura e serviços urbanos. Assuntos relativos à arquitetura e construção civil. Bens Municipais. Conceito, classificação, uso e alienação. Conhecimento de materiais diversos utilizados em serviços de construções, ampliações e reformas em imóveis. Conhecimentos gerais sobre: Fiscalização de obras para a liberação de alvarás, licenças e de habite-se; Fiscalização do cumprimento da Legislação sobre obras e edificações em toda área do Município, fazendo vistorias, leitura de projetos, conferência de medidas, cálculos de área, autuações, notificações, embargos e aplicando multas.

#### ASSISTENTE SOCIAL:

Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha; Política Nacional de Assistência Social; Projetos Sociais do Governo Federal em vigor. O Serviço Social e o enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social; O marco legal e institucional das políticas de Saúde e de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988; Atuação profissional e o instrumento técnico-operativo do serviço Social nas áreas de saúde e de Assistência Social; Os segmentos de atenção e os programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social; Instrumentos e Técnicas de Intervenção: estudo social, perícia social, laudo social e parecer social. Trabalho com grupos. Atuação do Serviço Social na Equipe multidisciplinar, interdisciplinar e inter-profissional. As novas modalidades de família. Metodologias de abordagem familiar. Abordagem individual. Técnicas de entrevista. As Políticas de Seguridade Social no Brasil. Saúde: o SUS- Organização e direitos. Assistência Social: organização e

direitos. Previdência Social: organização e direitos. A organização, gestão e funcionamento do Sistema Único de saúde/SUS; Organização, princípios e diretrizes do Programa Saúde da Família/PSF, segundo o Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso. Estatuto das Pessoas com Deficiência, Ações voltadas para a qualidade de vida; Política de benefícios sociais; Objetivos do Serviço Social; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Constituição Federal; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), NOB SUAS e NOB RH, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei 8.080.

#### CONTADOR:

Legislação Básica: Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo CFC (NBCT 16), Lei Federal nº 4.320/64. Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil editadas pelo CFC. 2. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) editado pela STN, 6ª edição. Portaria Conjunta STN/SOF nº1, de 20 de junho 2011. 3. Procedimentos contábeis orçamentários: 3.1. Princípios Orçamentários; 3.2. Receita Orçamentária: conceito, classificações da receita orçamentária, reconhecimento da receita orçamentária, relacionamento do regime contábil com o orçamentário, procedimentos contábeis referentes à receita orçamentária. 3.3. Despesa Orçamentária: conceito, classificações da despesa orçamentária, créditos orçamentários iniciais e adicionais, reconhecimento da despesa orçamentária, relacionamento do regime contábil com o orçamentário, procedimentos contábeis referentes à despesa orçamentária, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, suprimento de fundos. 3.4. Fonte/Destinação de recursos: conceito, mecanismo de utilização da fonte/destinação de recursos. 4. Procedimentos contábeis patrimoniais: 4.1. Princípios de Contabilidade; 4.2. Composição do patrimônio público: Patrimônio Público, ativo, passivo (relação entre passivo exigível e as etapas da execução orçamentária), patrimônio líquido; 4.3. Variações Patrimoniais: Qualitativas, Quantitativas, realização da variação patrimonial, resultado patrimonial; 4.4. Mensuração de ativos e passivos: Conceitos, avaliação e mensuração, investimentos permanentes, imobilizado, intangível; 4.5. Ativo imobilizado; 4.6. Ativo Intangível; 4.7. Ajuste de Valor Patrimonial, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão; 4.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; 4.9. Sistema de custos. 5. Procedimentos contábeis específicos: 5.1. Fundeb; 5.2. Parcerias Público-Privadas; 5.3. Regime próprio de previdência social; 5.4. Dívida ativa. 6. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): 6.1. Conceito, objetivo, conta contábil, teoria das contas; 6.2 Aspectos gerais do PCASP; 6.3. Sistema Contábil; 6.4. Registro Contábil; 6.5 Composição do patrimônio público; 6.6. Estrutura do PCASP; 6.7. Lançamentos contábeis típicos; 7. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: 7.1. Balanço orçamentário; 7.2. Balanço financeiro; 7.3. Demonstração das variações patrimoniais; 7.4. Balanço patrimonial; 7.5 Demonstração do fluxo de caixa; 7.6. Demonstração do resultado econômico; 7.7. Demonstração das mutações do patrimônio líquido; 7.7. Notas explicativas; 6.8. Consolidação das demonstrações contábeis. 8. Consórcios Públicos. Portaria nº72, de 01 de fevereiro de 2012. Manuseio do Sistema AUDESP – Auditoria Eletrônica do Estado de São Paulo. II - RESPONSABILIDADE FISCAL: 1. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009: principais conceitos, princípios e objetivos - equilíbrio fiscal intertemporal e transparência. 2. Origens nacionais e internacionais. 3. Variáveis-chave: metas fiscais, riscos fiscais, renúncia de receita, despesa obrigatória de caráter continuado, despesa com pessoal, dívida e endividamento, restos a pagar e disponibilidade de caixa. 4. Abrangência de aplicação e o conceito de empresa estatal dependente. 5. Planejamento e Gestão Fiscal Responsável. 6. Receita Corrente Líquida. 7. Regras para a Receita e a Despesa. 8. Limites para Despesas com Pessoal, Regra de ouro, Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Garantias, Antecipação de Receita Orçamentária – ARO (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e Resoluções do Senado Federal nº 40, de 20 de dezembro de 2001, nº 43, de 21 de dezembro de 2001, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007. 9. Limites constitucionais e legais de gastos com a Educação e Saúde. Lei Complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012. 9. Transferências voluntárias. 10. Destinação de recursos públicos ao setor privado. 11. Gestão patrimonial. 12. Transparência, Controle e Fiscalização. 13. Restrições institucionais (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000) e Sanções Pessoais (Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000). 14. Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF (Portaria n.º 407, de 20 de junho de 2011, que aprova a 4.ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF): Parte I - Anexo de Riscos Fiscais; Parte II - Anexo de Metas Fiscais; PARTE III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Parte VI - Relatório de Gestão Fiscal. 15. Normas de padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle (Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010 e Portaria MF nº 548, de 22 de novembro de 2010). III - ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: 1. Orçamento Público: conceitos, princípios orçamentários e características do orçamento tradicional, do orçamento de base zero, do orçamento de desempenho e do orçamento-programa. Regra de ouro. 2. Instrumentos de Planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. 3. Classificação da receita e da despesa orçamentária brasileira. 4. Execução da receita e da despesa orçamentária. 5. Estágios da Receita e da Despesa Orçamentária. 6. Estrutura programática adotada no setor público brasileiro. 7. Ciclo Orçamentário. 8. Créditos Adicionais. 10. Programação Orçamentária e Financeira. Elaboração da Programação Financeira. Contingenciamento. Limite de Empenho e de Movimentação Financeira. 11. Restos a Pagar. Pagamento de Restos a Pagar. Despesas de Exercícios Anteriores. 12. Noções de Licitações e Contratos na Administração Pública – Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Licitações, Modalidades, Dispensa, Inexigibilidade. 13. Sistema Tributário Nacional. Orçamento Na Constituição de 1988. 14. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. IV - CONTABILIDADE GERAL: 1. Princípios de Contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade pela Resolução CFC n.º 750/1993 e alterações). O processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais de contabilidade. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2. Patrimônio: Componentes Patrimoniais: Ativo, Passivo e Situação Líquida (ou Patrimônio Líquido). Equação Fundamental do Patrimônio. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Apuração de resultados. Sistema de contas; Plano de contas, sistema de partidas dobradas. Origens e aplicações dos recursos. 3. Balanço patrimonial: conceito, forma de apresentação, elaboração e análise. 4. Demonstração do Resultado do Exercício: conceito, forma de apresentação e elaboração e análise. 5. Demonstração do Fluxo de Caixa: métodos e forma de apresentação. Elaboração e análise. 6. Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido: conceito, forma de apresentação e elaboração e análise. 7. Demonstração do Valor Adicionado - DVA: conceito, forma de apresentação e elaboração e análise. 8. Legislação Societária: Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e legislação complementar.

#### NUTRICIONISTA:

Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros; saneamento e segurança na produção de alimentos; aspectos físicos; métodos de conservação; técnica de higienização da área física; equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais. Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil: crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da

criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição protéico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição protéico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Ética profissional. Legislação do Sistema Único de Saúde – SUS. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social. Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento. Planejamento e programação local de saúde. Distritos sanitários e enfoque estratégico. Conhecimentos Gerais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Políticas Públicas de Saúde: Bases de Estratégia da Saúde da Família (ESF); Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Controle Social em Saúde. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Educação Alimentar e Nutricional: Objetivos e possibilidades de ação; Guias alimentares; Promoção e educação em saúde; Alimentação saudável; Hábitos e práticas alimentares. Avaliação Nutricional de coletividades: Vigilância Nutricional - SISVAN; Métodos e técnicas de avaliação do estado nutricional e consumo alimentar de populações; Determinantes sócio-culturais do estado nutricional do consumo de alimentos. Nutrição básica: Conceitos e propriedades; Nutrientes (definição, função, digestão, absorção, metabolismo, interação, biodisponibilidade e fontes alimentares). Nutrição humana nos ciclos de vida: Avaliação Nutricional (critérios e métodos); DRI's - Recomendações nutricionais; Crianças (Pré-escolar e escolar); Adolescentes; Distúrbios do metabolismo (diabetes mellitus e obesidade); Distúrbios do trato digestório; Doenças cardiovasculares; Câncer; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS); Doenças hepáticas.

#### DENTISTA:

Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Cariologia. Doenças da polpa e dos tecidos periapicais. Distúrbios do desenvolvimento das estruturas bucais e parabucais. Tumores benignos e malignos da cavidade bucal. Tumores das glândulas salivares. Cistos e tumores de origem odontogênica. Alterações regressivas dos dentes. Infecções bacterianas, virais e micóticas. Disseminação das infecções bucais. Lesões físicas e químicas da cavidade bucal. Manifestações bucais das doenças metabólicas. Doenças do periodonto. Doenças dos nervos e músculos. Anestesiologia local e controle da dor. Técnicas de anestesia regional e local. Anatomia das regiões da cabeça e pescoço. Soluções anestésicas. Emergências no consultório. Flúor. Adesão aos tecidos dentários. Radiologia. Oclusão. Periodontia aplicada à dentística. Restaurações diretas e indiretas em dentes posteriores com resinas compostas. Restaurações diretas em dentes anteriores com resinas compostas. Lesões não-cariosas. Restaurações adesivas diretas. Facetas diretas com resinas compostas. Restaurações cerâmicas do tipo Inlay/Onlay. Facetas de porcelana. Restaurações de dentes tratados endodonticamente. Restaurações em dentes fraturados. Materiais odontológicos. Biocompatibilidade dos materiais dentários. Materiais de moldagem. Gesso. Resinas para restauração. Amálgama dental. Cimentos odontológicos. Cerâmicas odontológicas. Materiais de acabamento e polimento. Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil. Dor em Odontopediatria. Tratamento nas lesões cariosas em dentes decíduos. Terapia endodôntica em dentes decíduos. Desenvolvimento da oclusão. Cirurgia bucal pediátrica. Traumatismo em dentes anteriores. Selantes de fôssulas e fissuras. Doenças infecciosas de preocupação especial na Odontologia. Avaliação do paciente e proteção pessoal. Princípios de esterilização e desinfecção. AIDS e a prática odontológica. Controle da infecção cruzada na prática odontológica. Odontologia preventiva e social. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.

#### PSICÓLOGO:

Conhecimentos específicos na área de atuação: Atendimento de idosos, alcoólatras e drogados; Desenvolvimento psicológico da Criança (infância e Adolescência), considerando os Pressupostos básicos dados pelas abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade - Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público - Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnóstico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica. Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivos inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não-diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola: acompanhamento Escolar, dificuldades na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente e o processo de psicodiagnóstico; Aprendizagem – fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superlotados). Psicologia social e organizacional - Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. O desenvolvimento humano - Determinantes biopsico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. desenvolvimento cognitivo. Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Legislação: Constituição Federal, em seus Artigos: 196, 197, 198, 199 e 200. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 em seus artigos: 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1.993, todo o teor. Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1.994, todo o teor. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003, em seus artigos: 15, 16, 17, 18 e 19. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 em seus Artigos: 6, 7 e 8.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL MÉDIO



**I - LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto. Ortografia. Sinais de pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal, crase. Colocação dos pronomes oblíquos átonos. Homônimos e parônimos.

**II - CONHECIMENTOS GERAIS:**

Aspectos socioeconômicos, geográficos, históricos e político do mundo e do Brasil, de Santa Catarina e de Mondaí. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural. Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil. Cidadania, direitos humanos, meio-ambiente e saúde. Lei Orgânica do Município de Mondaí.

**III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:****ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:**

Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art. 6º a 11º. Rotinas de secretaria/escritório/setor administrativo: Arquivamento documental físico e eletrônico, técnicas de arquivamento documental; Protocolo de documentos. Agenda, organização de reuniões. Comunicação empresarial. Manuseio de tecnologias de escritório. Redação de comunicações internas, ofícios, atas, cartas, memorandos, certidões, declarações, sinopses. Noções de Informática.

**FISCAL DA FAZENDA:**

Código Tributário Municipal, Constituição Federal. Código Tributário Nacional. LC 123/2006. Lei nº 9.430/96. Direito Tributário: Conceito de tributo. Dever fundamental de pagar tributo e dever de colaboração com a tributação. Fiscalidade e extrafiscalidade. Espécies tributárias. Competência tributária: critérios de outorga, distribuição da competência. Imunidades tributárias: natureza, classificação, imunidades genéricas a impostos. Outras limitações ao poder de tributar. Princípios tributários: segurança jurídica, capacidade contributiva, igualdade tributária, praticabilidade da tributação. Garantias da legalidade tributária, da irretroatividade e das anterioridades, vedação do confisco. Limitações específicas à União: uniformidade geográfica, vedação da isenção heterônoma. Critérios de tributação: seletividade, progressividade, não cumulatividade, tributação monofásica. Legislação tributária: o papel dos diversos instrumentos legislativos; a lei complementar em matéria tributária. Vigência, interpretação e aplicação da legislação tributária. Capacidade, cadastro e domicílio tributários. Obrigações tributárias principais e acessórias. As diversas relações contributivas, de colaboração e punitivas. Sujeito ativo. Sujeito passivo: contribuintes, substitutos e responsáveis tributários. Responsabilidade tributária do diretor, gerente ou representante das pessoas jurídicas de direito privado. Ilícito tributário: penalidades, multas, responsabilidade por infrações e denúncia espontânea. Constituição do crédito tributário: declarações do contribuinte e espécies de lançamento. Existência, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e seus efeitos. Exclusão do crédito tributário: isenção e anistia. Extinção do crédito tributário: modalidades, pagamento, compensação, decadência e prescrição. Indébito tributário e sua repetição. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária: órgãos da administração tributária federal, fiscalização, inscrição em dívida ativa, certidões negativas de débito. Impostos federais: II, IE, IPI, IR, IOF, ITR. Impostos estaduais e municipais: ICMS e ISS, IPTU. Contribuições federais para a seguridade social sobre a receita, sobre a remuneração, sobre a folha de salários, sobre o lucro, contribuições substitutivas. Simples Nacional. Processo administrativo fiscal federal: autuação, notificações, fase litigiosa, recursos, nulidades. Processo judicial tributário: medida cautelar fiscal, execução fiscal, exceção de préexecutividade, embargos à execução, mandado de segurança, ação declaratória, ação anulatória, ação cautelar de caução, ação consignatória, ação de repetição de indébito, conexão entre ações tributárias. Princípios de Direito Administrativo. Administração direta e indireta. Órgãos públicos. Agentes Públicos. Ato administrativo: requisitos, atributos, classificação, ato administrativo em espécie, revogação e invalidação do ato administrativo. Poderes e deveres dos administradores públicos: uso e abuso do poder, poderes administrativos, deveres dos administradores públicos. Responsabilidade Civil do Estado: aplicação da responsabilidade objetiva. Intervenção do Estado na propriedade: modalidades. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM:**

Fundamentos de Enfermagem: Noções básicas de saúde e doença, ações de enfermagem com relação à aferição de sinais vitais, realização de curativo, cuidado com a higiene, conforto e segurança ao paciente, preparo do paciente para exames, organização da unidade do paciente, administração de medicamentos por via oral, venosa, intramuscular, sub cutânea, ocular, nasal, retal, otológica. Biossegurança. Enfermagem Médico-Cirúrgica: Assistência de enfermagem a pacientes portadores de afecção cardiovascular, respiratória, digestiva, endócrina, renal, neurológica e hematológica. Assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico no pré e pós-operatório. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Assistência de enfermagem a pacientes em situação de urgência. Enfermagem Materno- Infantil: Assistência de enfermagem à mulher no ciclo vital (gestante, parturiente e puerpério), no parto normal e de risco e ao recém-nascido normal e de risco. Assistência à criança nas fases de lactente, pré-escolar, escolar e adolescente no seu desenvolvimento. Enfermagem em Saúde Pública: Noções de epidemiologia, cadeia epidemiológica, vigilância epidemiológica, indicadores de saúde, atenção primária em saúde. Assistência de enfermagem na prevenção e controle de doenças infecto-parasitárias, crônico-degenerativas e processo de reabilitação. Programa Nacional de Imunização. Programa de Assistência à Saúde da Mulher, Criança e do Trabalhador. Enfermagem em Saúde Mental: Integração da assistência de enfermagem às novas políticas públicas de atenção à saúde mental da criança e adultos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL FUNDAMENTAL****I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

**II – CONHECIMENTOS GERAIS:**

Aspectos socioeconômicos, geográficos, históricos e político do mundo e do Brasil, de Santa Catarina e de Mondaí. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural. Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil. Cidadania, direitos humanos, meio-ambiente e saúde. Lei Orgânica do Município de Mondaí.

### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

#### OPERADOR DE MÁQUINAS (CNH CATEGORIA AC):

Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Normas gerais de circulação e conduta. Conceitos e definições sobre segurança no trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica. Princípios de manutenção de veículos. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público. Transporte de escolares.

#### ANEXO III

#### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

#### ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:

Organizar e/ou executar os trabalhos de almoxarifado, como recebimento, estocagem, distribuição, registro e inventário de matérias-primas e mercadorias compradas ou fabricadas, observando normas e instruções ou dando orientações a respeito do desenvolvimento desses trabalhos, para manter o estoque em condições de atender às unidades de produção ou à demanda. Verificar a posição do estoque, examinando periodicamente o volume de mercadorias e calculando as necessidades futuras, para preparar pedidos de reposição; Controlar o recebimento do material comprado ou produzido, confrontando as notas de pedidos e as especificações com o material entregue, para assegurar sua perfeita correspondência aos dados anotados; Organizar o armazenamento de material e produtos, identificando-os e determinando sua acomodação de forma adequada, para garantir uma estocagem racional e ordenada; Zelar pela conservação do material estocado, providenciando as condições necessárias, para evitar deterioração e perda; Efetuar o registro dos materiais em guarda no depósito e das atividades realizadas, lançando os dados em livros, fichas e mapas apropriados, para facilitar consultas e elaboração dos inventários; Fazer o arrolamento dos materiais estocados ou em movimento, verificando periodicamente os registros e outros dados pertinentes para obter informações exatas sobre a situação real do almoxarifado; Executar serviços de digitação em geral; atender usuários de Biblioteca; Transcrever atos oficiais; Preencher formulários, fichas, cartões e outros; Codificar dados e documentos; Preparar índices e fichários, mantendo-os atualizados; Providenciar material de expediente; confeccionar relatório de serviços diversos; Selecionar e arquivar documentos; Executar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos; Receber e registrar materiais destinados a exames de laboratório; Efetuar a entrega de resultados de exames e manter organizado seu arquivo de cópias; Atender e transferir ligações telefônicas; Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação; Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral; Controlar e arquivar publicações oficiais; orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade; Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas; organizar e manter atualizados, arquivos e cadastro; Auxiliar na elaboração de prestação de contas; Efetuar registros referentes ao do patrimônio da Prefeitura; Operar aparelhos de processamento de dados; redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas; fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral; Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão; secretariar autoridades de hierarquia superior, digitando e redigindo expedientes relacionados as suas atividades; Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão; Zelar pela conservação de documentos, processos e papéis, arquivando-os e mantendo-os atualizados;

Manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis; organizar e manter atualizados arquivos, fichas referentes ao cadastro imobiliário e de contribuintes do Município; Efetuar lançamentos nas fichas cadastrais; Prestar informações aos contribuintes municipais; receber, informar e encaminhar o público aos órgãos competentes, solucionando pequenos problemas; Atender chamadas telefônicas prestando informações e anotando recados; Registrar as visitas e os telefonemas atendidos, anotando dados pessoais para possibilitar o controle dos atendimentos diários; Afixar avisos, editais e outros informes de interesse público; Receber e encaminhar sugestões e reclamações de pessoas que atender; Datilografar ou digitar expedientes; Eventualmente operar mesas telefônicas; Executar outras tarefas afins.

#### FISCAL DA FAZENDA:

Manter atualizado o cadastro de contribuintes do Município; Zelar pelo cumprimento do Código Tributário Municipal e legislação complementar; Efetuar o lançamento da receita orçamentária; Expedir documentos de lançamento da receita; Processar os documentos de controle da receita orçamentária; Propor medidas visando alteração da legislação tributária; Participar na elaboração da planta genérica de valores; Operar aparelhos de processamento de dados; Conferir relatórios de controle da receita; Atuar junto ao setor de tributação e cadastro; Atuar na fiscalização dos tributos municipais; Realizar as demais tarefas atinentes a função; Fiscalizar pedidos de inscrições em cadastro de contribuintes municipais e licenças de localização e funcionamento de acordo com a legislação e especificações técnicas; Fiscalizar e manter atualizados cadastros de contribuintes e de licenças; Fiscalizar utilizações de documentos fiscais e outras obrigações acessórias, conforme legislação; Executar inscrições no Cadastro de Contribuintes; Realizar levantamentos de informações junto a órgãos públicos e privados de acordo com as especificações solicitadas; Atender, orientar e informar outros servidores e contribuintes sobre a legislação e outros procedimentos legais; Efetuar cálculos específicos, croquis e levantamentos de campo para determinação e enquadramentos de áreas e obras, para fins fazendários; Comunicar aos departamentos ou setores competentes, mesmo que de outras Secretarias, as irregularidades observadas durante as atividades de fiscalização; Vistoriar obras para concessão de licenças, levantamentos, desmembramentos e outras atividades inerentes; Realizar análises comparativas das atividades dos contribuintes visando sua adequada caracterização fiscal; Realizar levantamento sócio-econômico do contribuinte, visando apurar dados para composição da base de cálculo do ISS estimado; Realizar levantamento no cadastro mobiliário do contribuinte ou em outras fontes disponíveis, de acordo com regulamento, visando apurar dados e informações para amparo técnico em análise de processos de comunicação de encerramento e baixa de ofício; Prestar informações em processo da

área; Emitir pareceres em processos e consultas, interpretando e aplicando a Legislação Tributária quando houver tal delegação; Expedir notificações de apresentação de informações e documentos, autos de infrações e realizar apreensões; Verificar atividades, horários de funcionamento, localização e outras especificações de atividades comerciais e industriais, segundo normatização e especificações técnicas em vigor; Prestar auxílio na execução das atividades de Auditoria Tributária, como coleta e digitação de dados e outras atividades de suporte; Prestar suporte técnico-administrativo nas unidades ligadas às diretorias da área tributária da Secretaria de Fazenda; Realizar treinamento na área de atuação, quando solicitado; Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior; Operar equipamentos e sistemas de informática e outros quando autorizado e se necessário ao exercício das demais atividades; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; Desempenhar outras tarefas afins.

**ADVOGADO:**

Realizar minutas de Projetos de Lei, Decretos, Editais e Portarias; Defender o Município em Ações de qualquer origem em todas as esferas do Poder Judiciário; Pesquisar sobre questões jurídico-legais, incluindo doutrina, jurisprudência e direito aplicado à realidade administrativa local; Analisar e emitir pareceres sobre questões de natureza jurídico-legal; Prestar assessoria jurídica ao Procurador Geral e às Secretarias Municipais; Assessorar na análise e elaboração de legislações em geral; Emitir pareceres em expedientes administrativos; Analisar e aprovar minutas de editais de licitação, contratos, acordos e convênios; Efetuar o preparo de ações judiciais; Efetuar levantamento de processos judiciais; Controlar e acompanhar ações em andamento; Acompanhar publicações do Judiciário; Controlar os prazos judiciais a serem cumpridos; Elaborar peças processuais; Participar e atuar em audiências, comissões e conselhos; Representar o Município judicial e extrajudicialmente; Representar o município em qualquer instância judicial, atuando em qualquer pólo; Participar em inquéritos administrativos e dar orientação para realização dos mesmos; Estudar e dar parecer sobre contratos e outros documentos que envolvam conhecimento e interpretação jurídica; Atuar de forma preventiva para situações que potencialmente impliquem em possíveis demandas contra o município; Prestar informações para subsidiar a defesa dos interesses do município, em juízo ou fora dele; Responsabilizar-se por equipes de auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

**CONTADOR:**

Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade; Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiros e patrimonial com os respectivos demonstrativos; Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos; Elaborar registros de operações contábeis; Organizar dados para a proposta orçamentária; Elaborar certificados de exatidão de balanço e outras peças contábeis; Fazer acompanhar a legislação sobre execução orçamentária; Controlar empenhos e anulação de empenhos; Orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas; Assinar balanços e balancetes; Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira; Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições; Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídica - contábil financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese; Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários; Fornecer dados estatísticos de sua atividade; Apresentar relatório de suas atividades; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

**AGENTE FISCAL:**

Proceder à verificação e orientação do cumprimento da regulamentação urbanística concernente a edificações particulares; Orientar, inspecionar e exercer a fiscalização de construções irregulares e clandestinas, fazendo comunicações, notificações e embargos; Verificar imóveis recém construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de "habite-se"; Verificar o licenciamento de obras de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado; Intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar providências relativas aos violadores da legislação urbanística; Efetuar a fiscalização de terrenos baldios, verificando a necessidade de limpeza, capinação, construção de muro e calçadas, bem como fiscalizar o depósito de lixo em local não permitido; Efetuar a fiscalização em construções, verificando o cumprimento das normas gerais estabelecidas pelo Código de Obras do Município; Acompanhar os arquitetos e engenheiros da prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas no município; Efetuar levantamento de terrenos e loteamentos para execução de serviços, bem como efetuar levantamentos dos serviços executados; Fiscalizar os serviços executados por empreiteiras e pelo município; Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Expedir notificações preliminares e autos de infração referente ao cumprimento da legislação do Código Tributário do Município; Verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, face aos artigos que expõem, vendem ou manipulam, e os serviços que prestam; Verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida; Verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observância das escalas de plantão das farmácias; Realizar vistorias para fins de acompanhamento e manutenção do sistema tributário e para fins de renovação do licenciamento; Verificar e orientar o cumprimento das posturas municipais; Intimar, notificar, autuar, estabelecer prazos e tomar providências relativas aos violadores das posturas municipais fiscalizar o horário de funcionamento das feiras e suas instalação em locais permitidos; Verificar a instalação de bancas e barracas em logradouros públicos quanto a permissão para cada tipo de comércio, bem como quanto a observância de aspectos estéticos; Verificar a regularidade da exibição e utilização dos anúncios, alto-falantes e outros meios de publicidade em via pública, bem como propaganda comercial fixa, em muros, tapumes vitrines e outros; Aprender, por infração, veículos, mercadorias, animais e objetos expostos, negociados ou abandonados em ruas e logradouros públicos; Receber as mercadorias apreendidas e guardá-las em local determinado, devolvendo-as mediante o cumprimento as formalidades legais; Verificar o licenciamento de placas comerciais nas fachadas dos estabelecimentos respectivos ou em outros locais; Verificar o licenciamento para realização de festas populares em vias e logradouros públicos; Verificar o licenciamento para instalação de circos e outros tipos de espetáculos públicos promovidos por particulares, inclusive exigindo a apresentação de documento de responsabilidade de engenheiro devidamente habilitado; Verificar as violações às normas sobre poluição sonoras, uso de buzinas, casas de disco, clubes, boates, discotecas, auto falantes, bandas de música, entre outras; Efetuar levantamento sócio econômico em processos de licença ambulante; Emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas; Efetuar plantões noturnos, finais de semanas e feriados para fiscalização da regularidade do licenciamento, bem como o cumprimento

das normas gerais de fiscalização; Efetuar interdição temporária ou definitiva, quando o exercício de atividades comerciais, industriais, diversões públicas e outros, causam incômodo e/ou perigo, contrariando a legislação vigente; Realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações; Entregar quando solicitadas notificações e correspondências diversas; Executar outras tarefas correlatas.

#### ASSISTENTE SOCIAL:

Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família; Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnósticos médicos e periciais; Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde; Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais; Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população; Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividades na área do Serviço Social; Participar de programas de treinamento de pessoal técnico a auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde; Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição; Realizar ou orientar estudos e pesquisas no campo de serviço social; Preparar programas de trabalho referentes ao serviço social; Realizar e interpretar pesquisas sociais; Orientar e executar trabalhos nos casos de reabilitação profissional; Encaminhar clientes a dispensários e hospitais, acompanhando o tratamento e a recuperação dos mesmos e assistindo familiares; Planejar, promover inquéritos sobre a situação social de escolares e suas famílias; Fazer triagem dos casos apresentados para estudo, prestando orientação com vistas a solução do problema; Estudar os antecedentes da família; Orientar a solução sócio econômico para a concessão de bolsas de estudo e outros auxílios do Município; Selecionar candidatos a amparos pelos serviços de assistência à velhice, à infância abandonada, aos cegos, etc; Fazer levantamentos sócio-econômicos com vistas ao planejamento habitacional das comunidades; Pesquisar problemas relacionados com o trabalho; Supervisionar e manter registros dos casos investigados prestar serviços em creches, centros de cuidados diurnos, de oportunidades e sociais; Prestar assessoramento e participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar, junto ao médico, a situação social do doente e de sua família; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução de atividades próprias do cargo; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

#### DENTISTA:

Participar da elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários; Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço; Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas; Examinar as condições buço-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado; Fazer o encaminhamento a serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especializado; Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados; Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à população métodos eficazes para evita-las; Requisitar ao órgão competente todo o material técnico administrativo; Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil; Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental; Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidades; Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle; Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos; Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública; Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação; Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária. Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

#### TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

executar procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas da instituição; participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade; participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade; fazer notificação de doenças transmissíveis; participar das atividades de vigilância epidemiológica; fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado; administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada; lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem; participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência; efetuar visita domiciliar; solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades; realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios; promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente; fazer curativos, aplicar vacinas, injeções e outros medicamentos; observar prescrições médicas relativas aos doentes; ministrar remédios e cuidados a doentes; atender a solicitação de pacientes internados; verificar temperaturas, pulso, respiração e anotar nos gráficos respectivos; pesar e medir pacientes; coletar material para exames de laboratório; registrar as ocorrências relativas a doentes; participar de trabalhos de isolamento de doentes; esterilizar o material da sala de operações; auxiliar os médicos nas intervenções cirúrgicas; promover a higiene dos doentes; requisitar material de enfermagem; executar outras tarefas afins.

#### PSICÓLOGO:

Políticas de Saúde e saúde mental; atenção integral a saúde mental; desenvolvimento psicopatologia; clínica ampliada: atendimento grupal, psicoterapia, acompanhamento terapêutico e reabilitação psicossocial; educação em saúde, organização da atenção e da assistência em saúde mental, atenção integral a família, criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade, psicossocial. Desenvolvimento social na infância. O psicólogo escolar e a orientação sexual. A ação do psicólogo escolar diante da educação inclusiva. As dificuldades de aprendizagem e seus diversos determinantes. Processos psicológicos básicos do comportamento: percepção, motivação, emoção. Teorias da personalidade. A relação entre desenvolvimento e aprendizagem humanos. Categorias da Psicologia Social (linguagem, pensamento, consciência e identidade). O psicólogo e sua práxis: na escola, nas organizações e na comunidade. Psicologia e processo grupal. Psicologia e ética. Ética profissional. Educação em Saúde. SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde.



**NUTRICIONISTA:**

Orientar sobre o preparo e cocção dos gêneros alimentícios; proceder ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas especiais; supervisionar o preparo e distribuição das refeições; zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas; supervisionar o trabalho de recebimento e armazenamento dos gêneros alimentícios; verificar a aceitação dos cardápios; requisitar o material necessário para o preparo das refeições; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldades. planejar serviços e programas de nutrição nas escolas; organizar cardápios e elaborar dietas; controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, a fim de contribuir para a melhoria proteica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares; planejar e ministrar cursos de educação alimentar; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

**OPERADOR DE MÁQUINAS:**

providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; dirigir máquinas como: rolo compactador, perfuratriz, moto niveladoras, tratores pês, carregadeiras, trator de pneus e similares; zelar pelas boas condições da máquina, vistoriando-a e realizando pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, lubrificando-a, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança da máquina; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento dos serviços executados; executar a recuperação, conservação e readequação de estradas; retirar entulhos e terra, zelando pela limpeza e conservação da cidade; pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes; zelar pelas condições de segurança dos demais e de si mesmo e evitar acidentes, atentando para normas e procedimentos preestabelecidos, bem como utilizando equipamentos de proteção e/ou segurança quando necessário;

Prestar socorro e/ou remover veículos, caminhões, máquinas, equipamentos, ou outros, quando necessário, operando comandos e/ou mecanismos da máquina, possibilitando a execução da tarefa necessária; Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação categoria C, e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins.

**ANEXO IV****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019****REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE E/OU DE MEDULA**

Para:

Comissão Organizadora do Concurso Público

Eu \_\_\_\_\_ portador(a) do documento de identidade sob nº \_\_\_\_\_, inscrição nº \_\_\_\_\_, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Concurso Público, Edital nº 001/2019.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 de 07 de novembro de 1997 com as alterações trazidas pela Lei Estadual nº 17.457 de 10 de janeiro de 2018 e pela Lei Federal nº 13.656 de 30 de abril de 2018.

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

Mondaí – SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: \_\_\_\_\_  
2: \_\_\_\_\_  
3: \_\_\_\_\_

**ANEXO V****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019****REQUERIMENTO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ expedido pelo \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2019, do Poder Executivo Municipal de Mondaí - SC, inscrição sob nº \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_, requeiro a Vossa Senhoria:

1 – ( ) Vaga para portadores de deficiência: \_\_\_\_\_ CID nº \_\_\_\_\_  
Nome do Médico \_\_\_\_\_

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura Candidato(a)

**ANEXO VI**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019  
PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE MONDAÍ

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0262 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.  
Nomeia Comissão de Concurso Público

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí, Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica, resolve;

Designar: REJANE ALBERTI MARKOSKI, VANIA SACKMANN MIOTTO e VANICE FETZNER BARBOSA, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital nº. 001/2019.

Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificarem quanto á publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a prestação das provas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Mondaí, em 13 de agosto de 2019.  
VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal de Mondaí

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019  
RESOLUÇÃO Nº 001/2019 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para Acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

WILSON TREVISAN, Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os funcionários UDINARA VANUSA ZANCHETTIN, DIEGO RODRIGO CANEI E MAYTE INDIANARA BONORA para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigerá até 31 de dezembro de 2019.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2019.

WILSON TREVISAN  
Presidente da AMEOSC

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N 001/2019**

Publicação Nº 2123317

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019**

**ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROFESSORES PARA COMPOR CADASTRO DE RESERVA E ATUAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2020.**

O Prefeito de Mondaí, Estado de Santa Catarina Sr. VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2006, Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, e Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas para funções temporárias, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na classe inicial das categorias funcionais do Quadro do Magistério do Município de Mondaí, constantes do quadro a abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS****1.1. Disposições preliminares:**

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2006, Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006 e Lei Orgânica do Município e demais legislações vigentes.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo do Município de Mondaí - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, Fone-Fax (49) 3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Mondaí - SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital, sendo de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.4.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

1.1.5. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2020.

1.1.6. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º);

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo.

1.1.7. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.8. As provas serão realizadas nas modalidades Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço.

**1.2. Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:**

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSOR HABILITADO					
Função	Nº Vagas	Venc 40h/ semanais	Carga Horária semanal	Escolaridade	Tipo de Prova
Professor de Educação Física – Licenciatura em Educação Física**	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Educação Física.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Educação Física – Bacharelado em Educação Física***	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Educação Física.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de História	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em História.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Geografia	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Geografia.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Matemática	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Matemática	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Ciências	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Ciências.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço



Professor de Artes	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Artes.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Inglês	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Inglês.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Português	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Português.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de Curso Superior em Pedagogia.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Educação Infantil	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de Curso Superior em Pedagogia.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Informática	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior em Informática.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Alemão	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior em Informática.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço

\*CR: Cadastro de Reserva.

\*\*Para exercer funções no Magistério da Educação Básica, na disciplina Educação Física, obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física deverá possuir: Curso de Licenciatura em Educação Física: (Resoluções nº 1 e 2/2002/CNE) ou (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

\*\*\*Para exercer funções nas atividades físicas e/ou desportivas, que não estejam vinculadas a disciplina Educação Física, como componente curricular da Educação Básica, deverá obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física possuir: Curso de Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

QUADRO II - PROFESSOR NÃO HABILITADO					
Função	Nº Vagas	Vencto 40h/ semanais	Carga Horária semanal	Escolaridade	Tipo de Prova
Professor de Educação Física	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Educação Física. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de História	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em História. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Geografia	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Geografia. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Matemática	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Matemática. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Ciências	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Ciências. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Artes	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Artes. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Inglês	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Inglês. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Português	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Português.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço

Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Pedagogia. (Fre-quentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Educação Infantil	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Pedagogia. (Fre-quentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Informática	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Informática. (Fre-quentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Alemão	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Informática. (Fre-quentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço

\*CR: Cadastro de Reserva.

QUADRO III - INSTRUTORES, MONITOR E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS					
Função	Nº Vagas	Vencto 40h/ semanais	Carga Horária semanal	Escolaridade	Tipo de Prova
Instrutor de Flauta Doce	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Violão	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Teclado	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Dança - Jazz/Patinagem/ Balé Clássico	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Dança Germânica	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Esportes	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Informática	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Percussão	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Monitor para Educação Infantil	*CR	R\$ 1.214,00	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
	*CR	R\$ 1.232,55	20 ou 40h/sem	Ensino Superior Incompleto.	Objetiva
	*CR	R\$ 1.360,70	20 ou 40h/sem	Ensino Superior Completo.	Objetiva
Agente de Serviços Gerais	*CR	R\$ 1.248,84	20 ou 40h/sem	Ensino Fundamental (4º série).	Objetiva

\*CR: Cadastro de Reserva.

1.2.2. Os vencimentos acima mencionados referem-se à 40 horas semanais, poderão ser contratados em regime de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, recebendo vencimento proporcional ao valor constante da tabela acima.

1.2.3. A escolha de vagas dos candidatos não habilitados somente ocorrerá após a chamada dos candidatos habilitados classificados.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo poderão ser efetuadas pela Internet ou Presencial – on-line, no período das 08h00min do dia 15/08/2019 às 23h59min do dia 13/09/2019.

2.1.1. Das inscrições pela internet:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos Públicos;
- b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;
- c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- d) Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 16/09/2019; pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor.

#### 2.1.2. Das inscrições presencial – on-line:

2.1.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição presencial - on-line sendo que para tanto deverão se dirigir à Prefeitura Municipal de Mondaí – SC, sito à Avenida Lajú, nº 420, Centro, Mondaí – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da prefeitura.

2.1.2.2. Para a efetivação das inscrições presencial - on-line o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições presencial - on-line apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.2.3. Na oportunidade de realização da inscrição presencial - on-line será entregue ao candidato o Comprovante de sua Inscrição, bem como o Boleto Bancário referente a sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 16/09/2019.

2.1.2.4. Só serão efetivadas as inscrições presencial - on-line dos candidatos que se dirigirem a Prefeitura Municipal de Mondaí - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da prefeitura.

2.2. As inscrições somente serão deferidas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição que se dará pela baixa dos boletos, após o envio dos respectivos arquivos bancários ao sistema de gestão, pelo órgão executor do certame, sendo que este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no Cronograma do edital (Anexo I); ou pelo deferimento de solicitação de isenção da taxa de inscrição, nos termos do item 2.6 e seguintes deste edital.

2.3. O Município de Mondaí – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado, assim como não se responsabilizarão por inscrições indeferidas que não acusarem pagamento de boleto por vírus “malware” ou outros vírus que alterem o código de barras do boleto bancário, encaminhando o pagamento da inscrição para outras contas ou até mesmo impedindo a leitura do código de barra pela instituição bancária.

#### 2.4. Da forma de inscrições

2.4.1. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (um) cargo de que trata o Quadro III do presente Edital.

2.4.2. Em caso de pluralidade de inscrições do mesmo candidato para os cargos previstos no Quadro III será considerada válida apenas a inscrição mais recente.

2.4.3. Fica vedado ao candidato que se inscrever para qualquer dos cargos previstos no Quadro III realizar outra inscrição para os cargos previstos nos demais quadros.

2.4.4. O candidato poderá inscrever-se para até 02 (dois) cargos de que tratam os Quadros I e II do presente edital.

2.4.5. Verificando-se mais de duas inscrições do mesmo candidato, para os cargos previstos nos Quadros I e II, serão consideradas válidas apenas as duas inscrições mais recentes.

2.4.6. É permitido ao candidato realizar 02 (duas) inscrições para os cargos constantes do Quadro I, ou 02 (duas) inscrições para os cargos constantes do Quadro II ou ainda 01 (uma) inscrição para cargo constante do Quadro I e 01 (uma) inscrição para cargo constante do Quadro II.

2.4.7. Fica vedado ao candidato que se inscrever para qualquer dos cargos previstos nos Quadros I e II realizar outra inscrição para qualquer cargo previsto no Quadro III. Em caso de inscrições realizadas nos Quadros I e II e posteriormente realizada a inscrição para o Quadro III, será considerada válida apenas a inscrição mais recente.

2.4.8. Em caso de inscrição para dois cargos, o candidato deverá efetuar o recolhimento das taxas de inscrições para os 02 (dois) cargos a que se inscrever.

2.4.9. Em caso de inscrições erradas e pagamento das mesmas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é responsabilidade do candidato efetuar a sua inscrição para o cargo a qual pretende concorrer corretamente.

2.4.10. Em caso de realização de 02 (duas) provas, o candidato deverá responder as duas simultaneamente, no horário estabelecido por este edital.

#### 2.5. O valor da taxa de inscrição é fixado nos seguintes valores:

Escolaridade	Valor Taxa de inscrição
Professor Habilitado	R\$ 60,00
Professor Não Habilitado, Instrutor e Monitor	R\$ 40,00
Agente de Serviços Gerais	R\$ 40,00

2.5.1. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo.

2.5.2. Não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.

2.5.3. O pagamento da taxa de inscrição após o período determinado neste edital, à realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja a quitação do boleto gerado e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste edital implicam o cancelamento da inscrição.

#### 2.6. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE E/OU DE MEDULA:

2.6.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 de 07 de novembro de 1997 com as alterações trazidas pela Lei Estadual nº 17.457 de 10 de janeiro de 2018 e pela Lei Federal nº 13.656 de 30 de abril de 2018 poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

2.6.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para Doadores de Sangue e/ou de Medula (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão Organizadora do Processo Seletivo do Município de Mondaí - SC, sito à Avenida Lajú, nº 420, Centro, Mondaí/SC,

sendo que a entrega deverá ocorrer nos dias 15/08/2019 a 03/09/2019, período este designado para estas inscrições, juntamente com os seguintes documentos:

- a) Cópia do documento de identidade;
- b) Cópia do requerimento de inscrição;
- c) No caso de candidato doador de sangue: documento comprobatório da condição de doador regular, em papel timbrado, com data, assinatura e carimbo da entidade coletora, expedido por banco de sangue público ou privado (autorizado pelo Poder Público) em que o candidato realizou a doação, constando, pelo menos, 03 (três) doações nos últimos 12 (doze) meses anteriores a data de publicação deste Edital. A declaração com a comprovação da condição de doador deverá ser expedida por entidade coletora oficial ou credenciada, discriminando a quantidade de doações e as datas em que foram realizadas. O candidato de outra unidade da federação, além de apresentar a declaração acima referida, deverá apresentar declaração e/ou certidão que comprove o credenciamento da entidade coletora como órgão oficial do estado de origem.
- d) No caso de candidato doador de medula: comprovante específico expedido por entidade coletora reconhecida pelo Ministério da Saúde, declarando que o mesmo se enquadra como beneficiário da Lei Estadual nº 10.567/97 com as alterações previstas na Lei Estadual nº 17.457/18 e na Lei Federal nº 13.656 de 30 de abril de 2018, informando a data em que a doação foi realizada, sendo que o candidato deverá ter realizado pelo menos 01 (uma) doação.

2.6.3. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal (SEDEX), com cópia autenticada em cartório a ser encaminhado para a Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Mondaí, sito à Avenida Lajú, nº 420, Centro, CEP: 89.893-000, Mondaí - SC, devendo estar entregues no endereço citado até o dia 04/09/2019.

2.6.4. O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição e seu encaminhamento não garante o benefício ao interessado, o qual estará sujeito à apreciação da Comissão Organizadora.

2.6.5. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br) no dia 05/09/2019, não sendo encaminhada resposta individual ao candidato.

2.6.6. O candidato cujo requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a serem contados do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, por meio do endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br).

2.6.7. A relação dos pedidos de isenção deferidos, após recurso, será divulgada no dia 11/09/2019, a partir das 17h00min, no endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

2.6.8. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 16/09/2019 às 23h59min, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br).

2.6.9. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior estará automaticamente excluído do certame.

2.6.10. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do certame, independentemente da fase em que se encontrar, aplicando-se ainda o disposto no Decreto Federal nº 83.936/79, art. 10, parágrafo único.

### 3. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

3.1. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários, bem como comprovar a necessidade de atendimento diferenciado, juntando documentos que atestem a necessidade do atendimento solicitado.

3.1.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para fazer as provas deverá:

- a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente ao recursos especiais necessários;
- b) enviar, via upload, imagem legível do Documento de Identificação original;
- c) enviar, via upload, a imagem legível do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, que ateste a espécie e grau ou o nível de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), que justifique o atendimento especial solicitado. O laudo deve conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

3.1.2. A solicitação de atendimento diferenciado será analisada pela Comissão Organizadora do certame e deferida desde que requerida no momento oportuno e devidamente comprovada, observando os critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo os candidatos comunicados da decisão através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br) conforme cronograma.

3.1.3. Para utilização de aparelho auditivo durante a realização da prova o candidato deverá, ao ingressar na sala, entregar ao fiscal atestado médico comprovando a necessidade de seu uso.

3.1.4. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá informar tal situação no momento de sua inscrição e, no dia de aplicação das provas deverá providenciar acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

### 4. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever no presente Processo Seletivo, concorrendo em igualdade de condições com os demais, sendo reservado 5% das vagas a serem contratadas por cargo/função.

4.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de deficiência.

4.2.1. Durante o prazo de inscrição, o candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência, deverá encaminhar à Comissão Organizadora do Processo Seletivo do Município de Mondaí - SC, sito a Avenida Lajú nº 420, Centro, em horário de expediente da Prefeitura, juntamente com os documentos originais para conferência, laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência. Ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência.

4.2.2. Se aprovado no presente Processo Seletivo, o candidato deverá submeter-se à perícia do Médico do Trabalho designado pelo Município de Mondaí - SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

4.2.3. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Mondaí - SC, sito a Avenida Lajú, nº 420, Centro do Município de Mondaí - SC, contendo apenas cópias autenticadas em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

4.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

4.4. No momento da homologação do resultado do Processo Seletivo será publicada lista específica dos candidatos aprovados como pessoa com deficiência, e figurarão também na lista de classificação geral do cargo/função.

4.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

## 5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas, sendo expedido documento constando a relação das inscrições deferidas e daquelas indeferidas, o qual será publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

5.2. Da divulgação das inscrições indeferidas, os candidatos poderão interpor recursos no prazo estabelecido no cronograma do edital, via on-line, através do site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) expondo as razões da discordância do indeferimento de sua inscrição, bem como comprovando a inexistência da razão apontada para o indeferimento.

## 6. DAS PROVAS

### 6.1. Da Prova Objetiva

6.1.1. A prova objetiva é obrigatória para todos os cargos previstos neste certame e será aplicada no dia 19/10/2019, nas dependências da Escola de Ensino Fundamental e Infantil Professora Gessy Spier Averbek, na Avenida do Engenho, nº 1285, no Bairro Floresta, Mondaí - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Mondaí - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

6.1.1.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

6.1.1.2. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

6.1.1.3. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 14h20min.

6.1.1.4. Após o fechamento dos portões, os candidatos terão 10 (dez) minutos para ingressar na sala de aplicação das provas, sendo que após as 14h20min não mais será permitida a entrada de candidatos nas salas de prova.

6.1.1.5. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17h00min.

6.1.1.6. Não será permitido o uso do banheiro após o encerramento e entrega da prova.

6.1.2. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

6.1.3. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, e terá a duração de 2h30min incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta, e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser preenchida conforme instruções que constarão no Cartão Resposta e na 1ª página do Caderno de Provas.

6.1.3.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.

6.1.3.2. A prova objetiva será composta de 20 (vinte) questões.

6.1.3.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

6.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) - Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais para os cargos de Instrutor, Monitor e Agente de Serviços Gerais especificados no Quadros III, item 1.2.1 deste edital, conforme quadro abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina
1► Conhecimentos Específicos	12	0,50	6,00
2► Língua Portuguesa	05	0,50	2,50
3► Conhecimentos Gerais	03	0,50	1,50
TOTAL	20	-	10,00

6.2.1. Serão considerados classificados todos os candidatos que não tenham zerado na prova objetiva.

6.3. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais para os cargos de Professor Habilitado e Professor Não Habilitado, especificados nos Quadros I e II, item 1.2.1 deste edital, conforme quadro abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina
1► Conhecimentos Específicos	12	0,35	4,20
2► Língua Portuguesa	05	0,35	1,75
3► Conhecimentos Gerais	03	0,35	1,05
TOTAL	20	-	7,00

6.3.1. Serão considerados classificados todos os candidatos que não tenham zerado na prova objetiva.

6.4. DA PROVA DE TÍTULOS – Para todos os cargos de Professor Habilitado e Professor Não Habilitado (Quadros I e II) especificados no item 1.2.1 deste edital. Valendo 2,50 (dois vírgula cinquenta pontos), sendo considerado título:

Títulos	Nº máx. de Títulos/horas	Valor do Título	Total



Curso completo de Mestrado na área de Educação.	1,00	1,00 ponto	1,00
Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação.	1,00	0,70 ponto	0,70
Curso de atualização na área de Educação, presencial ou semi presencial.	80 horas	0,01 pontos para cada 01(uma) hora, limitando-se a 80 (oitenta) horas.	0,80
<b>TOTAL ►</b>			2,50

6.4.1 A prova de títulos e tempo de serviço somente será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva.

6.4.2. Os pontos destinados as especializações Mestrado e Pós-Graduação, somente serão válidos com apresentação de diploma de Conclusão da Instituição de Ensino, por tanto, não serão aceitos atestados, certificados ou declarações de conclusão.

6.4.3 Cursos de atualização/aperfeiçoamento, válidos para todos os cargos de Professor Habilitado e Não Habilitado, somente serão considerados se realizados no período de 2017 até 31 de dezembro de 2018.

6.4.4. Os cursos de Pós-graduação incompletos não terão validade como curso de aperfeiçoamento, para este processo seletivo.

6.4.5. Os Títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento.

6.4.6. As cópias dos documentos para a Prova de Títulos juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado (Anexo V), deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mondaí - SC, sito a Avenida Lajú, nº 420, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, juntamente com os documentos originais para conferência, sendo que ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência.

6.4.7. A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado (Anexo V) também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mondaí - SC, sito à Avenida Lajú, nº 420, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

6.4.8. O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

6.5. DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO: – Para todos os cargos de Professor Habilitado e Professor Não Habilitado (Quadros I e II) especificados no item 1.2.1 deste edital. Valendo 0,50 (zero vírgula cinquenta pontos), sendo considerado tempo de serviço:

Títulos	Nº máx. de Títulos/mês	Valor do Título	Total
Cômputo do tempo de serviço no magistério, será considerado o tempo de experiência na área pública, privada ou filantrópica.	50 meses	0,01 ponto	0,50
<b>TOTAL ►</b>			0,50

6.5.1 A prova de títulos e tempo de serviço somente será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva.

6.5.2. A comprovação de Tempo de Serviço em anos, meses e dias será avaliada mediante apresentação de Certidão específica ou Carteira de trabalho, preenchida pelo órgão correspondente, com data limite 30 de junho de 2019. A mesma deverá conter a totalização do tempo em anos, meses e dias.

6.5.3. O valor de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos é atribuído para cada mês de efetivo exercício de docência no magistério, seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.

6.5.4. Entende-se por Tempo de Serviço o tempo que o candidato exerceu atribuições em função que tenha relação direta com a função de magistério.

6.5.5. Havendo apresentação de mais de uma certidão específica, que tenha tempo de serviço na função concomitante em um determinado período, será totalizado o tempo de serviço de apenas uma certidão.

6.5.6. A certidão não poderá conter rasuras.

6.5.7. Não será computado para efeito de pontuação de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

6.5.9. Para efeitos de cômputo de tempo de serviço, na somatória total dos pontos, computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 01 (um) mês de efetivo exercício na função.

6.5.10. O cômputo para tempo de serviço será de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos por mês de efetivo exercício na função.

a) Os comprovantes serão relacionados em formulário próprio conforme anexo deste edital;

b) O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário;

c) As cópias dos documentos para a Prova de Tempo de Serviço juntamente com o formulário de tempo de serviço preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mondaí - SC, sito a Avenida Lajú, nº 420, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, juntamente com os documentos originais para conferência, sendo que ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência;

c.1) A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário de tempo de serviço preenchido e assinado também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mondaí - SC, sito a Avenida Lajú, nº 420, Centro, Mondaí/SC, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

6.6. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

6.6.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), sob pena de não ser permitida sua entrada à sala de aplicação das provas.

6.6.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item

6.1.2.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

6.6.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

6.6.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

6.6.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

6.6.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um Cartão Resposta.

6.6.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à alternativa que julgar correta, de acordo com as instruções constantes no próprio Cartão Resposta e na primeira folha do Caderno de Provas.

6.6.4.2. No Cartão Resposta de todos os candidatos constarão as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

6.6.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo para que se inscreveu, se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova e se esta corretamente numerado.

6.6.6. O candidato deverá conferir no seu Cartão Resposta se o tipo de prova destacado, correspondente ao mesmo tipo de prova constante no caderno de prova que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a conferência do tipo de prova constante no cartão resposta e no caderno de prova.

6.6.6.1. Forma correta de preencher o Cartão Resposta:

6.6.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica com a tinta nas cores azul ou preta.

6.6.8. O Cartão Resposta é insubstituível.

6.6.9. O preenchimento do Cartão Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

6.6.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.

6.6.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o Cartão Resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver preenchida no Cartão Resposta.

6.6.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no Cartão Resposta, através de leitura digital, e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

6.6.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o Cartão Resposta.

6.6.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

6.6.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

6.6.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas.

6.6.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala deverão apor suas assinaturas no local indicado nos Cartões Resposta de todos os candidatos da sala.

6.6.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão Organizadora da AMEOSC deverão invalidar o Cartão Resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

6.6.17.2. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, Cartões Resposta com questões deixadas em branco, Cartões Resposta deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

6.6.17.3. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão Organizadora da AMEOSC, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os Cartões Resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

6.6.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

6.6.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

6.6.20. O Município de Mondai - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

## 6.7. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

6.7.1. Para a realização da prova o candidato deverá ter consigo:

a) Documento de identificação;

b) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, feita de material transparente.

6.7.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

6.7.3. O Município de Mondai - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

## 6.8. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água que deverá estar acondicionada em embalagem de material transparente, sem qualquer etiqueta ou rótulo;

b) Fumar;

c) Comunicação entre os candidatos;

d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);

e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre



outros.

#### 6.9. SERÁ EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) Apresentar-se após o horário estabelecido;
- b) Apresentar-se em local diferente;
- c) Não comparecer às provas;
- d) Não apresentar documento de identificação;
- e) Ausentar-se da sala de provas sem o Fiscal da Comissão Organizadora;
- f) Ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) Ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;
- h) Estiver portando armas;
- i) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) For surpreendido em comunicação com outras pessoas, utilizando-se de livro, anotação e impressos ou fazendo uso de qualquer tipo de aparelho (calculadora, bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.9.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

#### 7. DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em Sessão Pública a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 10h30min do dia 12/11/2019, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

7.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares e poderão sofrer alterações.

7.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme cronograma do edital, na qual já constarão os critérios de desempate.

7.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de Mondaí - SC e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

#### 8. DO EMPATE NA NOTA FINAL

8.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

8.1.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

8.1.2. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

8.1.3. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

8.1.4. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

8.1.5. O candidato de maior idade;

8.1.6. Sorteio Público.

#### 9. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

9.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br), enquanto o gabarito definitivo será publicado, conforme cronograma do edital, nos mesmos endereços.

9.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

#### 10. DOS RECURSOS

10.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) No indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição (Doadores de sangue e/ou medula) (No período de 06 a 09/09/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face do indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição (Doadores de sangue e/ou medula);

b) Na não homologação ou indeferimento da inscrição (No período de 21 a 24/09/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face do Indeferimento de inscrição);

c) Na pontuação da Prova de Títulos e Tempo de Serviço (No período de 03 e 04/10/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face da pontuação da Prova de Títulos e Tempo de Serviço);

d) Na formulação das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar divulgado (No período de 22 e 23/10/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar);

e) Da correção dos Cartões Resposta/Resultado Preliminar (No período de 14 a 18/11/2019 - Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da correção dos Cartões Resposta/Resultado Preliminar).

10.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

10.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

10.4. Os recursos deverão ser interpostos via on-line – pelo sistema.

10.4.1. Para a interposição de recurso via on-line o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos Públicos;

b) Acessar a “Área do Candidato”;

c) Clicar em “Recursos”;

d) Preencher on-line o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário o mesmo NÃO será apreciado;

f) Não serão apreciados recursos referentes às questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar fora do prazo estipulado por esse edital, qual seja, 22 e 23/10/2019.

10.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

10.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independentemente de terem recorrido.

10.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais

responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

10.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

10.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

10.5.3. Se houver alteração do gabarito preliminar, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

10.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independentemente de vigência de prazo.

10.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecurável na esfera administrativa.

10.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo edital de resultado final será publicado.

#### 11. DA ESCOLHA DAS VAGAS

11.1. A escolha de vagas será realizada, conforme definição e divulgação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, obedecendo à ordem de classificação por área de inscrição para a chamada de escolha, envolvendo todas as unidades escolares municipais.

11.2. A carga horária da vaga será determinada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

11.3. O candidato no momento da escolha da vaga está optando em assumir o compromisso de corresponder com todas as atividades pedagógicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, independente da carga horária escolhida, sob pena da aplicação das leis cabíveis.

11.4. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por procuração.

11.5. O candidato que escolher a vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga.

11.6. O candidato que escolher a vaga e no decorrer do ano letivo necessitar de redução de carga horária deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura justificativa e aguardar a manifestação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público.

11.7. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

11.8. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

11.9. Após cada chamada será reprocessada a classificação retornando ao início da listagem. Ou seja, a cada chamada encerrada, voltar-se-á ao início da listagem de classificação, oferecendo, primeiramente, as novas vagas para aqueles candidatos que já foram chamados e não escolheram ou não compareceram.

11.10. As escolhas serão divulgadas na rádio local ou no site da Prefeitura Municipal de Mondai [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br) com 24 (vinte quatro) horas de antecedência, e oferecidas aos candidatos aprovados respeitando a listagem de classificação.

11.11. O candidato terá 02 (dois) dias, considerando-se os dias úteis, para se apresentar na unidade escolar para assumir as aulas da vaga escolhida. Passado o prazo, fica a Secretaria de Educação e Cultura autorizada a dar continuidade a chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

11.12. O candidato que já tiver um cargo público como inativo, poderá escolher aulas até que o somatório da carga horária semanal atinja o limite de 60 horas (inativo + ativo = 60 (sessenta) horas).

11.13. As vagas disponibilizadas no Processo Seletivo ACT/2019 serão aquelas remanescentes da distribuição aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao professor ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo professor efetivo.

11.14. Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo e não houver candidato excedente do processo seletivo, as admissões serão feitas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio de chamada pública com processo simplificado.

#### 12. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

12.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

12.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

a) Cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

b) Atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, serem solicitados exames complementares às expensas do candidato, a serem determinadas pelo Médico do Trabalho contratado pelo Município;

c) Certidão de antecedentes criminais (folha corrida), fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

f) Demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

12.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

12.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mondai – SC.

12.5. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2020.

#### 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Mondai - SC.

13.2. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Mondai – SC e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

13.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

13.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste, e pela Prefeitura Municipal de Mondai – SC, conforme a legislação vigente.

13.5. O Prefeito do Município de Mondaí – SC, poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

13.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Mondaí – SC.

13.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento isenção taxa de inscrição Doadores de Sangue e/ou de Medula;

ANEXO V – Formulário de Prova de Títulos - Professores;

ANEXO VI – Formulário de Tempo de Serviço - Professores;

ANEXO VII – Portaria que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VIII – Resolução Comissão Organizadora da AMEOSC.

13.8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí – SC, 15 de Agosto de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Luiz Carlos Stang - OAB/SC 18906

Procurador Jurídico do Município de Mondaí

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2019

CRONOGRAMA

OBS: O presente cronograma é provisório, estando sujeito a alterações que, se ocorrerem, serão publicadas nos sites do município e da Ameosc.

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	15/08/2019	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Mondaí – SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Mondaí – SC, até o dia 03/09/2019.
Inscrições 15/08/2019 a 13/09/2019 Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>		
Apresentação dos documentos para candidatos considerados Pessoa com Deficiência	15/08/2019 a 13/09/2019	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Mondaí – SC, sito à Avenida Lajú, nº 420, Centro, Mondaí - SC, em horário de expediente da Prefeitura.
Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos e Tempo de Serviço	15/08/2019 a 13/09/2019	Junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mondaí, sito à Avenida Lajú, nº 420, Centro, Mondaí - SC, em horário de expediente da prefeitura.
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue e/ou de Medula)	15/08/2019 a 03/09/2019	Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue e/ou de Medula) – Antes dos recursos	05/09/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos em face do indeferimento do pedido de isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue e/ou de Medula)	06 a 09/09/2019	Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue e/ou de Medula) – Após os recursos	11/09/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa indeferida (Doador de Sangue e/ou de Medula)	12 a 16/09/2019	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Último prazo para pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos.	16/09/2019	O boleto para impressão e pagamento deverá ser acessado junto ao site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>

Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	20/09/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	24 a 24/09/2019	Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação dos pareceres dos recursos das inscrições indeferidas e publicação da Homologação das inscrições	26/09/2019	A partir das 17h, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do deferimento ou indeferimento dos pedidos de condição especial para realização da prova objetiva	27/09/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Publicação da pontuação da Prova de Títulos e Tempo de Serviço – Antes do recursos	02/10/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Prazo de recurso em face da pontuação da Prova de Títulos e Tempo de Serviço	03 e 04/10/2019	Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação dos pareceres dos recursos interpostos em face da pontuação da prova de títulos e publicação da pontuação da Prova de Títulos e Tempo de Serviço – Após os recursos	09/10/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Publicação do Ensalamento	10/10/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Prova Objetiva	19/10/2019	A prova objetiva será realizada nas dependências da Escola de Ensino Fundamental e Infantil Professora Gessy Spier Averbek, sito à Avenida do Engenho, nº 1285, Bairro Floresta, Mondai – SC.
Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva	21/10/2019	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Prazo destinado a interposição de recursos em face das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar	22 e 23/10/2019	Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do julgamento dos recursos interpostos em face das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar	07/11/2019	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a> e também no Mural Público da Prefeitura de Mondai – SC. A partir das 17h.
Divulgação do Gabarito Final	08/11/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Sessão Pública para correção dos cartões resposta e identificação dos candidatos por cargo	12/11/2019	Às 10h30min, na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de Mondai – SC.
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva	13/11/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Prazo de interposição de recurso, somente em face da correção dos cartões de resposta/Resultado Preliminar	14 a 18/11/2019	Pela internet, no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos interpostos em face da correção dos cartões de resposta/Resultado Preliminar	22/11/2019	A partir das 17h, nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a>
Publicação do Resultado Final	21/11/2019	O Resultado Final por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.mondai.sc.gov.br">www.mondai.sc.gov.br</a> e também no Mural Público da Prefeitura de Mondai – SC.

**ANEXO II**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2019**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PROFESSORES HABILITADOS E NÃO HABILITADOS**  
**I – LÍNGUA PORTUGUESA:**



Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

## II – CONHECIMENTOS GERAIS:

Lei Orgânica do Município; Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

## III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA:

Educação em âmbito global. Atualidades. Relacionamento: Professor x Aluno. Princípios, Finalidades e Objetivos da Educação Física. Fundamentos, Regras Equipamentos e Instalações Utilizadas nos Esportes: Atletismo, Basquetebol, Handebol, Futebol e Voleibol. Conceitos: Anatomia, Biometria, Biomecânica. Fisiologia do Esforço e Socorros de Urgência. Efeitos Fisiológicos dos Exercícios, Recreação, Ginástica e Dança. Jogos e Técnicas de Jogos Infantis Organizados. Desenvolvimento Infantil. Práticas Desportivas, Modalidades e Regrimentos. Habilidades para Trabalhar as Diferenças Individuais. Interdisciplinaridade, Estratégias para Elaborar um Planejamento, Afetividade/Valores em Sala de Aula. A importância da educação física escolar para o desenvolvimento motor. A importância das valências físicas e seu desenvolvimento. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação.

### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO:

Educação em âmbito global. Atualidades. Relacionamento: Professor x Aluno. Princípios, Finalidades e Objetivos da Educação Física. Fundamentos, Regras Equipamentos e Instalações Utilizadas nos Esportes: Atletismo, Basquetebol, Handebol, Futebol e Voleibol. Os esportes coletivos e individuais. A importância da iniciação esportiva e os cuidados com a especialização precoce. A iniciação esportiva e o desenvolvimento motor, agilidade, flexibilidade e lateralidade. O papel do professor na iniciação esportiva. As fases da divisão da iniciação esportiva. Desenvolvimento da criatividade tática nos esportes. Desenvolvimento das noções táticas e técnicas no esporte. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação.

### PROFESSOR DE HISTÓRIA:

Fundamentos teóricos do Pensamento Histórico; Didática e prática dos procedimentos de produção do conhecimento histórico; Linguagem e ensino de História; Transversalidade, novas formas de abordagem e renovação do ensino de História; O ofício do historiador e a construção da História; Natureza, Cultura e História; Passagens da Antiguidade para o Feudalismo; Mundo Medieval; Expansão Européia do século XV; Formação do Mundo Contemporâneo; Brasil - Sistema Colonial; Brasil - Império; Brasil - República; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Parâmetros Curriculares Nacionais de História; Aspectos da História da África e dos povos afro-americanos e ameríndios; História da América. Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

### PROFESSOR DE GEOGRAFIA:

Geografia: a história do pensamento geográfico. Conceitos, temas e teorias da Geografia. Espaço da natureza: as inter-relações entre os diferentes componentes do quadro natural; principais formas e estruturas do relevo terrestre (gênese e evolução); grandes conjuntos climatobotânicos; águas oceânicas e continentais: importância econômica; usos e problemas. Quadro natural: recursos e aproveitamento econômico; sensibilidade do meio-ambiente à ação do homem e estratégias para seu uso e conservação. A questão da energia no mundo: as diversas fontes de energia, seus usos e conseqüências. As mudanças ambientais globais. A organização do espaço mundial: a produção e a organização do espaço mundial; da Guerra Fria à nova ordem mundial; as transformações políticas do mundo contemporâneo; as alianças e disputas entre as grandes potências; a independência e a desigualdade nas relações entre as grandes potências e os demais países; os conflitos étnicos atuais e a questão das nacionalidades; os blocos econômicos. A geopolítica da globalização: os fluxos da economia global. Cidades e urbanização nos mundos desenvolvido e subdesenvolvido: metrópoles, cidades globais e redes urbanas. A população mundial: distribuição; as diferenças no crescimento das populações; teorias demográficas e desenvolvimento socioeconômico; a distribuição social e espacial da riqueza e as condições de vida; conflitos étnico-nacionalistas, movimentos separatistas e terrorismo; movimentos populacionais e globalização. As atividades econômicas: o processo industrial e a organização e produção do espaço; localização das indústrias; a industrialização nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos; as atividades agropecuárias e extrativas nos países centrais e periféricos. O espaço brasileiro: Processo de ocupação e valorização territorial do Brasil: apropriação e produção do espaço. O Brasil na economia mundial. As formas do espaço brasileiro. As regionalizações e as grandes unidades regionais. A estruturação do Espaço Geográfico Brasileiro: a atuação do capital privado e o papel do Estado nas políticas territoriais; a dinâmica sócio espacial: Metropolização e urbanização. Cidades e urbanização no Brasil: metrópoles, redes urbanas e meio ambiente urbano. O processo de industrialização e a redefinição da atividade industrial na dinâmica sócio espacial; as atividades agropecuárias e extrativas. A questão da terra e do trabalho no campo. Infraestrutura e desenvolvimento das atividades de telecomunicação e de transporte no Brasil. A população brasileira: formação étnica, crescimento e políticas demográficas, estrutura etária e movimentos populacionais. População e atividades econômicas. Sociedade e natureza no Espaço Brasileiro: os grandes domínios morfoclimáticos; os recursos naturais, distribuição e aproveitamento; os resultados das intervenções da sociedade na natureza. Fontes alternativas e energia no Brasil. A dinâmica dos elementos da natureza: atmosférica, hidrológica e litosfera. Os Parâmetros Curriculares de Geografia: ensino fundamental e médio. O ensino da geografia e a diversidade cultural. Questões éticas, ambientais e cidadãs envolvidas no ensino da geografia. Cartografia e sua importância para o Ensino da Geografia. Cartografia Básica. Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). LDB - Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

#### PROFESSOR DE MATEMÁTICA:

Teoria dos Conjuntos. Conjuntos Numéricos. Elementos Básicos de Teoria dos Números: Múltiplos e Divisores, MDC e MMC. Polinômios. Equações do primeiro e segundo graus. Razões, Proporções e Grandezas Proporcionais. Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Juros Compostos. Progressões Aritméticas. Progressões Geométricas. Relações e Funções. Funções polinomiais do primeiro e do segundo grau. Função Exponencial. Logaritmos, Funções Trigonométricas. Matrizes, Determinantes e Sistemas lineares. Análise Combinatória Simples. Cálculo de Probabilidades. Elementos de Estatística: Tabelas, Gráficos, Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, semelhança de triângulos, relações métricas nos triângulos retângulos e nos círculos, áreas de superfícies planas. Geometria Espacial: Poliedros, Prismas e Cilindros, Pirâmides e Cones, Esfera e Suas partes. Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência. Questões de Raciocínio Lógico Matemático. A Matemática no contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino de Matemática na perspectiva da Educação Matemática. História da Matemática; O ensino de Matemática através da resolução de problemas. O ensino de Matemática e as questões de cidadania e de diversidade cultural. Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

#### PROFESSOR DE CIÊNCIAS:

O conhecimento científico: evolução histórica. Ensino de Ciências: evolução e contextualização na sociedade brasileira; o ensino de Ciências e as questões sociais: ambiente, saúde, orientação sexual, ética e pluralidade cultural. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente; princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos; relação entre estruturas e funções dos sistemas e suas adaptações ao meio; caracterização dos grandes grupos animais e vegetais. O corpo humano como um todo em equilíbrio: saúde e orientação sexual, desequilíbrios: endemias, drogas, desnutrição. Continuidade das espécies: evolução; reprodução, hereditariedade. Fundamentos teóricos da Química: conceitos, leis, relações e princípios básicos; interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos, leis, relações e princípios básicos. Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

#### PROFESSOR DE ARTES:

História do ensino da arte no Brasil: Pressupostos Filosóficos: - o significado da arte no processo de transformação do homem com os outros homens e com a natureza através do trabalho; Arte-educação como representação e organização do real; Educação Artística na formação da percepção e da sensibilidade do aluno. Teatro: O teatro na Educação. Elementos formais da representação cênica, texto, corpo e espaço cênico. História da Arte: Arte Primitiva, Arte na Idade Média, Arte na Idade Moderna, Arte na Idade Contemporânea, Arte Brasileira. Planejamento Educacional. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem. Concepção de Ensino. Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

#### PROFESSOR DE INGLÊS:

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. Língua estrangeira: relação com outras culturas; Compreensão e interpretação de frase, palavra, verbos ou texto em inglês. Palavras com sons assemelhados nas várias situações de uso; Contextualização das palavras com vários significados; Produção textual a partir de situações do cotidiano. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

#### PROFESSOR DE PORTUGUÊS:

Noções de cultura, arte e literatura. O texto literário e o não-literário. Aspectos básicos do texto literário: denotação e conotação; principais recursos expressivos. Gêneros literários: lírico, narrativo/épico, dramático. Principais aspectos da versificação. Elementos estruturais da narrativa. Formas narrativas: crônica, conto e romance. Texto: condições de leitura e produção textual: a enunciação. Coesão e coerência textuais. Intertextualidade. Tipologia textual. Gêneros Textuais. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia. Sistema fonológico do português. Sistema ortográfico vigente. Morfossintaxe: classes de palavras. Formação de palavras. Morfologia nominal. Morfologia verbal. Morfologia pronominal. Processos sintáticos: subordinação e Coordenação. Constituintes da oração e orações no período. Frase e discurso. Valores semântico-sintáticos dos conectivos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Colocação dos termos na frase. Emprego do acento da crase. Normas de pontuação. Abordagem ling-ístico/discursiva da teoria gramatical. A diversidade ling-ística e cultural e suas contribuições para a sociedade. Questões Éticas, Culturais e Cidadãs no ensino da língua portuguesa. Novas regras ortográficas. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Constituição Federal: Capítulos da Educação. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

#### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS:

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Alfabetização. Metodologia de Ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Educação em âmbito global. Psicomotricidade. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Constituição Federal: Capítulos da Educação. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Estrutura da Educação Infantil, fundamentação e importância. Currículo da Pré-Escola. Alfabetização na Pré-Escola. Avaliação na Pré-Escola. Recreação. Prática e atividades pedagógicas. Métodos e técnicas na Educação Infantil. Tendências pedagógicas. Psicomotricidade. Papel do professor na alfabetização. Educação Infantil no mundo atual. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Constituição Federal: Capítulos da Educação. Literatura: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

#### PROFESSOR DE INFORMÁTICA:

Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). LDB nº 9.394/96. Estatuto da Criança e do Adolescente. Alfabetização; Ensino e Aprendizagem; Planejamento e Avaliação Escolar; Metodologia de Ensino; Sistema Operacional Windows 98, ME, 2000/XP e GNU/LINUX. Conhecimento sobre o pacote Microsoft Office 97/2000, XP, 2003 e 2007 (Word, Excel, PowerPoint), Internet; Antivírus. Componentes de microcomputadores. Dispositivos de armazenamento de dados. Gerenciamento de Memória. Memória principal e Cache. Tipos de Memórias. Dispositivos de entrada e saída. Placa Mãe Interfaces paralela, serial, USB, IDE e SCSI. Configuração de microcomputadores. Microprocessadores. Operação de computadores. Impressoras DeskJet/Laser, Scanners, CD-ROM, DVD, Zip Drives, Multimídia e Modems. Redes Locais, Auto CAD, Corel Draw Pesquisa e Produção de Hipertexto; Utilização das TICs para fins Pedagógicos e Sociais; Informática Instrumental; Softwares Educacionais e Aplicativos; Internet; Sistema Operacional; Componentes de microcomputadores. Dispositivos de armazenamento de dados. Literatura sugerida: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

#### PROFESSOR DE ALEMÃO:

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. Língua estrangeira: relação com outras culturas; Compreensão e interpretação de frase, palavra, verbos ou texto em alemão. Palavras com sons semelhantes nas várias situações de uso; Contextualização das palavras com vários significados; Produção textual a partir de situações do cotidiano. Cultura e História Alemã. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Literatura sugerida: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - INSTRUTORES E MONITOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

##### I – LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

##### II – CONHECIMENTOS GERAIS:

Lei Orgânica do Município; Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

##### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

##### INSTRUTOR DE TECLADO:

Interpretação musical. Compositores. Notas musicais e questões específicas da modalidade escolhida. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Elementos rítmicos: fórmulas rítmicas, métricas, figuras e valores de notas e pausas. Tendência atual da Música Popular Brasileira.

##### INSTRUTOR DE VIOLÃO:

Interpretação musical. Compositores. Notas musicais e questões específicas da modalidade escolhida. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Elementos rítmicos: fórmulas rítmicas, métricas, figuras e valores de notas e pausas. Tendência atual da Música Popular Brasileira.

##### INSTRUTOR DE PERCUSSÃO:

Interpretação musical. Compositores. Notas musicais e questões específicas da modalidade escolhida. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Elementos rítmicos: fórmulas rítmicas, métricas, figuras e valores de notas e pausas. Tendência atual da Música Popular Brasileira.

##### INSTRUTOR DE DANÇA GERMÂNICA:

Ética e cidadania; relações humanas no trabalho; noções gerais de higiene; noções gerais de organização e disciplina; atividades e conhecimentos básicos sobre a rotina do trabalho, compatível com a função. Origem da Dança Germânica e seu contexto cultural, Conhecimentos das diversas propostas de danças e suas características e significados (pessoais, culturais e políticos), Produtos da dança (instruções diretas, descobertas guiadas, respostas selecionadas, jogos, etc.), composição coreográfica a partir das diversas fontes culturais. Elementos de tecnologia que apoiam o fazer da dança. Estilos, escolas, tendências da dança relacionadas com seu momento cultural e com a produção. Conhecimentos de simetria, espaço, movimento, harmonia. Noções de anatomia e primeiros socorros. Estrutura do corpo, seu funcionamento e cuidados na prevenção de lesões. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação.



**INSTRUTOR DE ESPORTES:**

Desporto: técnicas fundamentais e regras oficiais, princípios didáticos pedagógicos para o processo de ensino e aprendizagem, fisiologia do exercício, métodos de treinamento desportivo, aplicação de testes para diferentes capacidades físicas, primeiros socorros, atividade esportiva na infância e adolescência, aprendizagem e psicomotricidade. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação.

**INSTRUTOR DE INFORMÁTICA:**

História da Computação, Noções gerais de informática, Memória RAM, Word, Excel, Internet, sistema operacional Windows, Vírus, Noções de operações com arquivos em ambiente Windows, Conhecimentos básicos de arquivos e pastas (diretórios). Utilização do Windows Explorer: cópias, mover arquivos, criar diretórios, Conhecimentos básicos de editor de textos (ambiente Windows) criação de um novo documento, formatação e impressão, Conhecimentos básicos de planilha eletrônica (ambiente Windows) cálculo, formatação e impressão. Organização e Métodos de Processamento dos Dados. Fundamentos de Processamento de Dados Hardware. Aplicativos e Utilitários de Software. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação.

**INSTRUTOR DE FLAUTA DOCE:**

Interpretação musical. Compositores. Notas musicais e questões específicas da modalidade escolhida. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação.

**INSTRUTOR DE DANÇA – JAZZ/ PATINAÇÃO/BALÉ CLÁSSICO:**

Ética e cidadania; relações humanas no trabalho; noções gerais de higiene; noções gerais de organização e disciplina; atividades e conhecimentos básicos sobre a rotina do trabalho, compatível com a função. Conhecimentos das diversas propostas de danças, principalmente Dança de Salão, Jazz, Balé e patinação e suas características e significados (pessoais, culturais e políticos) Produtos da dança (instruções diretas, descobertas guiadas, respostas selecionadas, jogos, etc.), composição coreográfica a partir das diversas fontes culturais. Elementos de tecnologia que apoiam o fazer da dança. Estilos, escolas, tendências da dança relacionadas com seu momento cultural e com a produção. Conhecimentos de simetria, espaço, movimento, harmonia. Noções de anatomia e primeiros socorros. Estrutura do corpo, seu funcionamento e cuidados na prevenção de lesões. Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação.

**MONITOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL:**

Recreação. Prática e atividades pedagógicas. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Conhecimentos inerentes à função. Higiene e limpeza de crianças em creches. Segurança alimentar e noções de valor nutricional da alimentação para crianças. Desenvolvimento da Criança. Importância da Arte e brincadeiras na Educação Infantil. Constituição Federal, artigos referentes à Educação. Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96).

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS****I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

**II – CONHECIMENTOS GERAIS:**

Lei Orgânica do Município; Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

**III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:****AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS:**

Serviços auxiliares de limpeza. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Normas de segurança no trabalho. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Cuidados com a saúde. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Os alimentos. Proteção dos alimentos. Preparação dos alimentos. Conservação e validade dos alimentos. Noções de limpeza e higiene; Aproveitamento de nutrientes e alimentos de baixo custo. Alimentação de escolar e pré-escolar. Pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Meio ambiente. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

**ANEXO III****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****PROFESSORES:**

- a) – possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas-didáticas;
- b) – demonstrar idoneidade moral e social, além maturidade no trabalho com os alunos;

- c) – seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- d) – ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar;
- e) – executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- f) – elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da Escola e com a legislação pertinente;
- g) – avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- h) – manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficiência da obra educativa;
- i) – cooperar com os Serviços de Orientação Educacional e Supervisão Escolar, no que lhe competir;
- j) – promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;
- k) – promover recuperações preventivas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme exigências dos diagnósticos de avaliações;
- l) – colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselho de classe, atividades extraclasse, treinamentos, palestras e outras promoções, desde que convocado pela Direção da Escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;
- m) – cumprir e fazer cumprir fielmente os horários e calendário escolar;
- n) – zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;
- o) – realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- p) – dar condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- q) – zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da Escola, bem como a conservação dos bens materiais;
- r) – advertir, repreender e encaminhar aos serviços competentes, casos de indisciplina ocorridos;
- s) – participar e/ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;
- t) – acompanhar o desenvolvimento dos alunos e comunicar as ocorrências à Direção ou ao Serviço de Orientação Educacional;
- u) – executar as normas estabelecidas no Regimento Escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- v) – desempenhar outras tarefas relativas à docência;
- w) – executar outras tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

#### INSTRUTOR DE TECLADO, PERCUSSÃO E VIOLÃO:

O instrutor de música deve desenvolver e despertar habilidades conforme os interesses e aptidões da clientela através do uso de instrumentos; atender alunos do ensino fundamental; ministrar aulas teóricas de música; transmitir conhecimentos específicos sobre o violão e ensinar métodos adequados para a prática do instrumento; orientar, atender e acompanhar corais; executar atividades de recreação; proporcionar animação em eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Mondaí; vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; apurar a frequência dos menores; realizar avaliação com os alunos, e executar tarefas afins.

#### INSTRUTORES DE DANÇA:

O propósito desse profissional deve ser de propiciar momentos de socialização, convívio, interação e lazer em grupos através de aulas de danças com os mais diferentes ritmos e desenvolver a coordenação corporal; executar atividades de danças de acordo com o som, ritmo e movimento da música; ensinar os alunos a terem o gosto pela poesia, a dramatizar, terem postura, concentração, ouvir ordens e executá-las; comportarem-se em público nas apresentações artísticas; fazer um trabalho de sociabilidade, integração do grupo, despertando a amizade, o espírito de companheirismo, cooperação e competição entre os participantes.

#### INSTRUTOR DE ESPORTES:

Este profissional deve desenvolver atividades esportivas, organizadas em forma de treinos semanais, em diversas modalidades esportivas para os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental; orientar na preparação física e esportiva de modo equilibrado, de acordo com a idade, sexo e habilidade de cada um; explicar as regras simplificadas de jogo, ensinar os fundamentos dos jogos; oportunizar situações de jogos para os integrantes; organizar o material par o bom andamento das Escolinhas; acompanhar as Escolinhas em amistosos ou campeonatos; despertar o gosto pelos desportos; contribuir para a socialização e respeito mútuo entre os participantes da Escolinha; incentivar os alunos a terem responsabilidades tanto no Esporte quanto na Escola; atuar nos Jogos Escolares municipais como árbitro; integrar a equipe do CMD em suas organizações esportivas; motivar os alunos há preencher o tempo livre com hábitos saudáveis; atuar no combate ao uso indevido de drogas; mostrar o esporte como forma de manutenção da saúde; estar constantemente em disponibilidade para atender aos que dele necessitarem, demonstrando empatia, carinho, segurança e receptividade; agir em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e as demais pertinentes da função.

#### INSTRUTOR DE INFORMÁTICA:

O Instrutor de Informática deve possibilitar ao aluno das séries iniciais a iniciação no mundo da tecnologia, acompanhando a evolução das informações e dos conhecimentos, oferecendo-lhes um programa com aulas de informática.

#### INSTRUTOR DE FLAUTA DOCE:

O instrutor de música deve desenvolver e despertar habilidades conforme os interesses e aptidões da clientela através do uso de instrumentos; atender alunos do ensino fundamental; ministrar aulas teóricas de música; transmitir conhecimentos específicos sobre o violão e ensinar métodos adequados para a prática do instrumento; orientar, atender e acompanhar corais; executar atividades de recreação; proporcionar animação em eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Mondaí; vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; apurar a frequência dos menores; realizar avaliação com os alunos, e executar tarefas afins.

#### MONITOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- a) – executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas, acompanhar as crianças em passeios,

- visitas e festividades sociais, proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal;
- b) – auxiliar as crianças na alimentação;
  - c) – servir refeições e auxiliar as crianças menores a se alimentarem, auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora;
  - d) – observar a saúde e o bem-estar das crianças levando-as quando necessário para atendimento médico-ambulatorial;
  - e) – ministrar medicamentos conforme prescrição médica;
  - f) – prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediatamente da ocorrência;
  - g) – orientar os pais quanto à higiene infantil, vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seus substituto ou responsável quando afastar-se ou no final do período de atendimento;
  - h) – apurar a freq-ência diária e mensal dos menores, bem como manter boletim de evolução das crianças;
  - i) – fornecer dados para estatísticas;
  - j) – executar outras tarefas correlatas.

**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS:**

- a) – preparar a terra, rebaixando, se necessário, adubando e corrigindo suas deficiências, para receber mudas e plantas;
- b) – auxiliar na poda das plantas na época certa, utilizando ferramentas destinadas a este fim, para manter o ambiente harmônico, limpo e agradável;
- c) – combater as pragas e controlar as doenças, utilizando produtos químicos e/ou naturais, para evitar a propagação e o desequilíbrio da natureza;
- d) – separar os entulhos em tipos, empilhando-os para processar o reaproveitamento ou sucateamento, a fim de proteger o ambiente;
- e) – amontoar fragmentos e detritos espalhados pelo pátio, que causem incomodo ou ofereçam perigo aos servidores, empregando instrumentos apropriados para recolhê-lo;
- f) – efetuar a poda e a capinação de ervas daninhas que prejudiquem o aspecto e asseio do município;
- g) – zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e máquinas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter melhor aproveitamento;
- h) – receber orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;
- i) – zelar pela conservação e limpeza do pátio e locais públicos;
- j) – executar trabalhos braçais;
- k) – zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão;
- l) – executar trabalhos braçais;
- m) – executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos;
- n) – manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança dos órgãos;
- o) – executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e educandos;
- p) – requisitar material necessário aos serviços;
- q) – receber e transmitir mensagens;
- r) – encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão;
- s) – administrar o plantio de árvores no perímetro urbano, em próprios municipais;
- t) – conservar os gramados e plantas em jardins de próprios municipais;
- u) – conservar as plantas e gramados existentes;
- v) – plantar flores em locais próprios e em partes internas dos prédios públicos;
- w) – opinar sobre a melhor qualidade de árvores ou flores na ornamentação de prédios públicos ou áreas de uso comum;
- x) – realizar pequenos consertos em prédios públicos de propriedade do município;
- y) – relatar as anormalidades verificadas;
- z) – executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

**ANEXO IV****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019****REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE E/OU DE MEDULA**

Para:

Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Eu \_\_\_\_\_ portador(a) do documento de identidade sob nº \_\_\_\_\_, inscrição nº \_\_\_\_\_, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 001/2019.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 de 07 de novembro de 1997 com as alterações trazidas pela Lei Estadual nº 17.457 de 10 de janeiro de 2018 e pela Lei Federal nº 13.656 de 30 de abril de 2018.

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

Mondaí – SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: \_\_\_\_\_
- 2: \_\_\_\_\_
- 3: \_\_\_\_\_

**ANEXO V**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019  
FORMULÁRIO PROVA DE TÍTULOS - PROFESSORES

Nome: \_\_\_\_\_  
Inscrição: \_\_\_\_\_  
Função: \_\_\_\_\_

Declaro que recebi de \_\_\_\_\_, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de Prova de Títulos, de acordo com o Edital nº 001/2019.

## FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS ENTREGUES:

Títulos	Nº máx. de Títulos/horas	Valor do Título	Total
Curso completo de Mestrado na área de Educação.		1,00 ponto	
Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação.		0,70 ponto	
Curso de atualização na área de Educação, presencial ou semi presencial.	_____ horas	0,01 pontos para cada 01(uma) hora, limitando-se a 80 (oitenta) horas.	
TOTAL ►			

## AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, somaram a quantia de \_\_\_\_\_ cópias entregues e foram avaliados e totalizado em \_\_\_\_\_ pontos.

Mondáí - SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura responsável recebimento Assinatura do candidato

ANEXO VI  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019  
FORMULÁRIO TEMPO DE SERVIÇO - PROFESSORES

Nome: \_\_\_\_\_  
Inscrição: \_\_\_\_\_  
Função: \_\_\_\_\_

Declaro que recebi de \_\_\_\_\_, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de Tempo de Serviço, de acordo com o Edital nº 001/2019.

## FORMULÁRIO DE TÍTULOS ENTREGUES PARA TEMPO DE SERVIÇO:

Títulos	Nº máx. de Títulos/mês	Valor do Título	Total
Cômputo do tempo de serviço no magistério, será considerado o tempo de experiência na área pública, privada ou filantrópica.	_____ meses	0,01	
TOTAL ►			

## AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de tempo de serviço em referência, somaram a quantia de \_\_\_\_\_ cópias entregues e foram avaliados e totalizado em \_\_\_\_\_ pontos.

Mondáí - SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura responsável recebimento Assinatura do candidato

ANEXO VII  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019  
PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE MONDAÍ

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 0262 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.  
Nomeia Comissão de Concurso Público

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí, Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica, resolve;

Designar: REJANE ALBERTI MARKOSKI, VANIA SACKMANN MIOTTO e VANICE FETZNER BARBOSA, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital nº. 001/2019.

Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificarem quanto á publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a prestação das provas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Mondaí, em 13 de agosto de 2019.  
VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal de Mondaí

**ANEXO VIII**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019**  
**RESOLUÇÃO Nº 001/2019 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC**

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para Acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

WILSON TREVISAN, Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os funcionários UDINARA VANUSA ZANCHETTIN, DIEGO RODRIGO CANEI E MAYTE INDIANARA BONORA para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2019.  
WILSON TREVISAN  
Presidente da AMEOSC

**EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PUBLICO N 001/2019**

Publicação Nº 2123319

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO À ADMISSÃO DE SERVIDOR PARA O QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito de Mondaí, Estado de Santa Catarina Sr. VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2006, Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, e Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público destinado ao



provimento de vagas no Quadro de Servidores do Município de Mondaí, a seguir relacionada, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Edital de Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2006, Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006 e Lei Orgânica do Município e demais legislações vigentes.

1.2. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Mondaí - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, Fone-Fax (49) 3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.3. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Função	Nº Vagas	Vencimento	Carga Horária semanal	Escolaridade	Tipo de Prova
Advogado	CR*	4.691,87	30 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino superior + Registro na Ordem dos Advogados do Brasil.	Objetiva
Assistente Social	CR*	4.691,87	40 horas	Profissional com nível superior completo, com habilitação em Serviço Social, e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	Objetiva
Contador	CR*	4.691,87	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino superior + Registro no Conselho Regional de Contabilidade.	Objetiva
Dentista	CR*	6.208,55	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino superior + Registro no Conselho Regional de Odontologia.	Objetiva
Nutricionista	CR*	4.691,87	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino superior + Registro no Conselho Regional de Nutricionistas.	Objetiva
Psicólogo	CR*	4.691,87	40 horas	Profissional com nível superior completo, com habilitação em Psicologia, e registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.	Objetiva
Agente Fiscal	CR*	4.691,87	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino superior nas áreas de Engenharia, Administração, Contabilidade, Direito e Economia, devidamente registrado no órgão competente e nos órgãos fiscalizadores da profissão respectiva.	Objetiva
Fiscal da Fazenda	CR*	2.386,21	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino médio.	Objetiva
Assistente Administrativo	04 + CR*	1.745,47	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino médio.	Objetiva

Técnico em Enfermagem	CR*	1.745,47	40 horas	Possuir certificado de conclusão do ensino médio + Curso Técnico na área.	Objetiva
Operador de Máquinas (CNH Categoria AC)	02 + CR*	1.745,47	40 horas	Ser alfabetizado e possuir Carteira Nacional de Habilitação para o cargo de Motorista – Categoria AC.	Objetiva e Prática

\*CR: Cadastro de Reserva.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Concurso Público poderão ser efetuadas pela Internet ou Presencial – on-line, no período das 08h00min do dia 14/08/2019 às 23h59min do dia 12/09/2019.

2.2. Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 13/09/2019; pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor.

## 3. DAS PROVAS

3.1. A prova objetiva é obrigatória para todos os cargos previstos neste certame e será aplicada no dia 19/10/2019, nas dependências da Escola de Ensino Fundamental e Infantil Professora Gessy Spier Averbeck, na Avenida do Engenho, nº 1285, no Bairro Floresta, Mondaí – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Mondaí - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

3.1.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h00min.

3.1.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.1.3. A prova objetiva terá início às 09h00min e término às 12h00min.

3.1.4. A prova prática será realizada no dia 19/10/2019, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito à Rua Carlos Emilio Marquardt, nº 47, Centro, Mondaí – SC.

## 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Mondaí – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

Mondaí - SC, 15 de agosto de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N 001/2019

Publicação Nº 2123318

### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROFESSORES PARA COMPOR CADASTRO DE RESERVA E ATUAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2020.

O Prefeito de Mondaí, Estado de Santa Catarina Sr. VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2006, Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, e Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas para funções temporárias, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na classe inicial das categorias funcionais do Quadro do Magistério do Município de Mondaí, constantes do quadro a abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2006, Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006 e Lei Orgânica do Município e demais legislações vigentes.

1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo do Município de Mondaí - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, Fone-Fax (49) 3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.3. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2020.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSOR HABILITADO					
Função	Nº Vagas	Venc 40h/ semanais	Carga Horária semanal	Escolaridade	Tipo de Prova
Professor de Educação Física – Licenciatura em Educação Física**	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Educação Física.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço



Professor de Educação Física – Bacharelado em Educação Física***	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Educação Física.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de História	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em História.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Geografia	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Geografia.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Matemática	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Matemática	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Ciências	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Ciências.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Artes	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Artes.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Inglês	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Inglês.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Português	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de curso superior em Português.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de Curso Superior em Pedagogia.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Educação Infantil	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Diploma de conclusão de Curso Superior em Pedagogia.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Informática	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior em Informática.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Alemão	*CR	R\$ 2.908,30	10, 20, 30, 40h/sem	Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior em Informática.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço

\*CR: Cadastro de Reserva.

\*\*Para exercer funções no Magistério da Educação Básica, na disciplina Educação Física, obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física deverá possuir: Curso de Licenciatura em Educação Física: (Resoluções nº 1 e 2/2002/CNE) ou (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

\*\*\*Para exercer funções nas atividades físicas e/ou desportivas, que não estejam vinculadas a disciplina Educação Física, como componente curricular da Educação Básica, deverá obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física possuir: Curso de Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

QUADRO II - PROFESSOR NÃO HABILITADO					
Função	Nº Vagas	Vencto 40h/ semanais	Carga Horária semanal	Escolaridade	Tipo de Prova
Professor de Educação Física	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Educação Física. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de História	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em História. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Geografia	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Geografia. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço

Professor de Matemática	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Matemática. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Ciências	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Ciências. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Artes	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Artes. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Inglês	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Inglês. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Português	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Português.	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Pedagogia. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Educação Infantil	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Pedagogia. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Informática	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Informática. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço
Professor de Alemão	*CR	R\$ 2.712,40	10, 20, 30, 40h/sem	Cursando Nível superior em Informática. (Frequentando no mínimo o 5º Período)	Objetiva, Títulos e Tempo Serviço

\*CR: Cadastro de Reserva.

QUADRO III - INSTRUTORES, MONITOR E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS					
Função	Nº Vagas	Venc 40h/ semanais	Carga Horária semanal	Escolaridade	Tipo de Prova
Instrutor de Flauta Doce	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Violão	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Teclado	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Dança - Jazz/Patinção/ Balé Clássico	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Dança Germânica	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Esportes	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Informática	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Instrutor de Percussão	*CR	R\$ 1.777,30	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo com certificado de curso específico na área.	Objetiva
Monitor para Educação Infantil	*CR	R\$ 1.214,00	20 ou 40h/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
	*CR	R\$ 1.232,55	20 ou 40h/sem	Ensino Superior Incompleto.	Objetiva
	*CR	R\$ 1.360,70	20 ou 40h/sem	Ensino Superior Completo.	Objetiva
Agente de Serviços Gerais	*CR	R\$ 1.248,84	20 ou 40h/sem	Ensino Fundamental (4º série).	Objetiva

\*CR: Cadastro de Reserva.

1.5. Os vencimentos acima mencionados referem-se à 40 horas semanais, poderão ser contratados em regime de 10, 20, 30 ou 40 horas

semanais, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, recebendo vencimento proporcional ao valor constante da tabela acima.

1.6. A escolha de vagas dos candidatos não habilitados somente ocorrerá após a chamada dos candidatos habilitados classificados.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo poderão ser efetuadas pela Internet ou Presencial – on-line, no período das 08h00min do dia 15/08/2019 às 23h59min do dia 13/09/2019.

2.2. Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 16/09/2019; pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor.

## 3. DAS PROVAS

3.1. A prova objetiva é obrigatória para todos os cargos previstos neste certame e será aplicada no dia 19/10/2019, nas dependências da Escola de Ensino Fundamental e Infantil Professora Gessy Spier Averbek, na Avenida do Engenho, nº 1285, no Bairro Floresta, Mondaí – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Mondaí - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

3.1.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

3.1.2. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.1.3. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17h00min.

## 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A integral do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Mondaí – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

Mondaí - SC, 15 de agosto de 2019.

VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal

## RESOLUÇÃO Nº 06 DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2123695

Resolução Nº 06 de 08 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a convocação da XII Conferência Municipal de Assistência Social do Município de MONDAÍ/SC, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Mondaí, em reunião ordinária realizada no dia 08 de agosto de 2019, no uso de suas atribuições legais que lhes confere os incisos VII e XIV do Artigo 18 da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 3.606 de 22 de dezembro de 2015 em seu Art. 3º e incisos III e IV que convoca, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprova as normas de funcionamento das mesmas e constitui a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

### RESOLVE:

Artigo 1º - Artigo 1º - Convocar a XII Conferência Municipal de Assistência Social com a finalidade de realizar a avaliação da Política de Assistência Social e a definir novas diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Artigo 2º - A Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no município de Mondaí/SC no dia 16 de setembro de 2019, nas dependências do Salão Nobre do Colégio Artur Deiss.

Artigo 3º - O evento terá como tema geral: "Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social.

Artigo 4º - O município durante a sua Conferência Municipal elegerá delegados para participação na Conferência Estadual, conforme critério definido no Regimento Interno da Conferência e baseado na resolução do CEAS do Estado de Santa Catarina.

Artigo 5º - Os delegados eleitos nas Plenárias Municipais receberão suporte financeiro do município para participarem da Conferência Estadual.

Artigo 6º - Para organização do evento poderão ser criados grupos de trabalho, denominados de comissões.

Artigo 7º - Fica delegado ao CMAS, para a adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Artigo 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí(SC), 08 de agosto de 2019.

Ivalino de Oliveira  
Presidente do CMAS

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 58/2019

Publicação Nº 2123570

DECRETO Nº 058/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 9.381,91 (Nove mil trezentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09 – Secretaria de Infra - Estrutura

Unidade Orçamentária 03 – Secretaria Municipal de Infra - Estrutura

Projeto/Atividade 2.023 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Elemento Despesa 167 – 3.3.90.00.00.00.03.0007

Valor: R\$ 9.381,91 (Nove mil trezentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 14 de agosto de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 351, DE 12 DE AGOSTO

Publicação Nº 2123899

PORTARIA Nº 351/2019, de 12 de agosto de 2019.

Designa SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE coordenador geral do programa estratégia de saúde da família

O prefeito do MUNICÍPIO DE monte castelo, no uso e gozo de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 49, incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município de Monte Castelo e com espeque ainda no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988.

RESOLVE :

Art.1º Designar a Servidora TAÍSE MARIANA FREDERICO, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, nos termos da Portaria nº 182, de 20 de fevereiro de 2017, lotada na Secretaria de Saúde, para exercer a função de Coordenador Geral do Programa Estratégia Saúde da Família, com as seguintes atribuições: Responder pela administração e gerenciamento do programa, exercendo a chefia integral sobre o todo o pessoal vinculado ao Programa Estratégia Saúde da Família no Município.

Art. 2º Esta portaria entra vigor na data sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria de nº 236/2014 de 01 de abril de 2014.

PUBLIQUE-SE.  
REGISTRE-SE.

Monte Castelo – SC, 12 de agosto de 2019.  
jean carlo medeiros de souza  
Prefeito

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

Publicação Nº 2123518

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO – PROCESSO 058/2019

Modalidade Pregão Presencial nº 039/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia, para execução de construção de 01 galpão na Localidade de Vila Taquaral, conforme aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – CMDES devidamente comprovado nos Autos do Processo Administrativo 005/2019, onde teve como requerente a Empresa CONSERVAS NONO ZONTA LTDA-ME, em conformidade com o Memorial Descritivo e nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 15/08/2019 às 09h00min horas do dia 27/08/2019.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 27/08/2019.

TIPO: Menor Preço global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitacoes.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 15 de Agosto de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### PORTARIA 485-506 /2019

Publicação Nº 2124160

Portaria	Data	Ementa
466	25/07/2019	CONTRATA VANUSIA VARGAS DE SOUZA RONSANI PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
467	25/07/2019	ALTERA A PORTARIA Nº 317/2019 DE 01/04/2019 QUE NOMEOU ERIKA REGINA SORATTO PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR ADMINISTRATIVO, PASSANDO A OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE AGENDAMENTO I E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
468	25/07/2019	ALTERA A PORTARIA Nº 031/2019 DE 02/01/2019 QUE NOMEOU CAROLINI SARTOR SERAFIM PARA OCUPAR O CARGO DIRETOR DE AGENDAMENTO I, PASSANDO A OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
469	25/07/2019	ALTERA A PORTARIA Nº 031/2019 DE 02/01/2019 QUE NOMEOU CATIA FERNANDES PEREIRA PARA OCUPAR O CARGO DE GERENTE DE SISTEMAS, PASSANDO A OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DA COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
470	25/07/2019	ALTERA A PORTARIA Nº 030/2019 DE 02/01/2019 QUE NOMEOU JULIA MALLMANN PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR ESPECIAL ASSUNTOS JURÍDICOS, PASSANDO A OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
471	25/07/2019	ALTERA A PORTARIA Nº 429/2019 DE 02/07/2019 QUE NOMEOU MARCELLA BEZ FONTANA BARBOSA PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR ADJUNTO, PASSANDO A OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
472	25/07/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE BRUNA DE SOUZA CARDOSO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
473	25/07/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE CYNTIA DE SOUZA TEIXEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
474	25/07/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE KEILA LESSA TEIXEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
475	25/07/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE SIMONE ESPINDOLA SALGADO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
476	25/07/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE VANUSA FRANÇA GOU-LART, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
477	25/07/2019	NOMEIA ROQUE FRASSON DAMASIO PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
478	25/07/2019	CONTRATA CRISLAINE MENEGHEL ESPINDULA PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
479	25/07/2019	NOMEIA MATHEUS DE SOUZA MATHIAS PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE SUPERVISOR DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
480	26/07/2019	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE CRISLAINE DE FREITAS PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
481	29/07/2019	CONTRATA CRISLAINE DE FREITAS PEREIRA PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE ORIENTADOR SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
482	29/07/2019	CONTRATA ALINE BORGES ALVES PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
483	30/07/2019	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JOELMA QUIRINO DE SOUZA MONTEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
484	30/07/2019	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE TIAGO VELHO DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE DENTISTA ESF.

**REGISTRO DE PREÇO 140/2019**

Publicação Nº 2123805

Morro da Fumaça. Pregão Presencial para Registro de Preço 140/2019. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.. Data: 28/08/2019 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.



# Morro Grande

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO CEE 10/2019

Publicação Nº 2123718

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

RESOLUÇÃO N. 10/2019/CEE

Dispõe sobre o local de votação da eleição do Conselho Tutelar do Município de Morro Grande

VOLNEI FAVARIN, Coordenador da Comissão Especial Eleitoral, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n. 01/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Morro Grande/SC e item 8.3 do Edital e,

Considerando o que foi deliberado pela Comissão Especial Eleitoral no dia 15 de maio de 2019, cuja ata encontra-se à fls. 178-179 do volume 01 do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar;

#### RESOLVE:

Art. 1º. A eleição do Conselho Tutelar do Município de Morro Grande/SC irá ocorrer no dia 06 de outubro de 2019, no horário das 08h00min às 17h00min, tendo por local a Escola de Ensino Médio Ana Machado Dal Toé, sito a Rua Artidoro Rosso, sn., Centro, Morro Grande/SC.

§1º. Serão disponibilizadas 3 (três) urnas de lona distribuídas uma em cada sala, onde o eleitor depositará nela a cédula de votação contendo a sua intenção de voto.

§2º. Ao lado da porta de cada sala de votação terá a lista de eleitores que votarão naquela sala, em ordem alfabética.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Autue-se.

Morro Grande/SC, 14 de agosto de 2019.

VOLNEI FAVARIN  
Coordenador da CEE

**RESOLUÇÃO Nº 10/2019 LOCAL DE VOTAÇÃO**

Publicação Nº 2123717

**Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Morro Grande****COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL****RESOLUÇÃO N. 10/2019/CEE**

**Dispõe sobre o local de votação da eleição do  
Conselho Tutelar do Município de Morro  
Grande**

**VOLNEI FAVARIN, Coordenador da Comissão Especial Eleitoral**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n. 01/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Morro Grande/SC e item 8.3 do Edital e,

*Considerando* o que foi deliberado pela Comissão Especial Eleitoral no dia 15 de maio de 2019, cuja ata encontra-se à fls. 178-179 do volume 01 do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** A eleição do Conselho Tutelar do Município de Morro Grande/SC irá ocorrer no dia 06 de outubro de 2019, no horário das 08h00min às 17h00min, tendo por local a Escola de Ensino Médio Ana Machado Dal Toé, sito a Rua Artidoro Rosso, sn., Centro, Morro Grande/SC.

**§1º.** Serão disponibilizadas 3 (três) urnas de lona distribuídas uma em cada sala, onde o eleitor depositará nela a cédula de votação contendo a sua intenção de voto.

**§2º.** Ao lado da porta de cada sala de votação terá a lista de eleitores que votarão naquela sala, em ordem alfabética.

Rua Irmãos Biff, 50 - Centro - Morro Grande - SC – CEP 88.925-000 – Fone 3544.0015 – juridico@morrogrande.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de Morro Grande**

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Autue-se.

Morro Grande/SC, 14 de agosto de 2019.

**VOLNEI FAVARIN**  
**Coordenador da CEE**

Rua Irmãos Biff, 50 - Centro - Morro Grande - SC – CEP 88.925-000 – **Fone 3544.0015** – [juridico@morrogrande.sc.gov.br](mailto:juridico@morrogrande.sc.gov.br)

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO RP 77/2019 PMN

Publicação Nº 2123471

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC  
ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2019 PMN

ABERTO O CERTAME AS NOVE HORAS DO DIA QUATORZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZENOVE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA A PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 530/2019, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº:77 /2019 PMN. CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS (TRATOR AGRÍCOLA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CAMINHÃO COM CAÇAMBA BASCULANTE) E MÃO DE OBRA DE OPERADOR DE MAQUINÁRIO AGRÍCOLA DE MÉDIO PORTE (RETROESCAVADEIRA), PARA AUXILIAREM NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS MAURICEIA ARAGAO FERREIRA DIAS LOCAÇÕES, JOÃO PEDRO DA ROCHA ME, JADIR VEDANA TERRAPLENAGEM LTDA, MATHEUS MENDONÇA MACHADO NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO SIMPLIFICADA, A PREGOEIRA CONSULTOU NO SITE ([HTTP://WWW.JUCESC.SC.GOV.BR/INDEX.PHP/SERVICOS/CERTIDOES/SOLICITAR-CERTIDAO-SIMPLIFICADA](http://www.jucesc.sc.gov.br/index.php/servicos/certidoes/solicitar-certidao-simplificada)) E CONSTOU QUE ELE SE ENCAIXA COMO MEI E TODAS AS EMPRESAS SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PRESENTE NO CERTAME A FUNCIONÁRIA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA - CLÁUDIA ANGIOLETTI GABRIEL. APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. SENDO DISPONIBILIZADO AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; ONDE NO ITEM 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA JADIR VEDANA TERRAPLENAGEM LTDA COM O VALOR DE R\$ 22,00. NO ITEM 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MAURICEIA ARAGAO FERREIRA DIAS LOCAÇÕES COM O VALOR DE R\$ 85,00. NO ITEM 03 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA JADIR VEDANA TERRAPLENAGEM LTDA COM O VALOR DE R\$ 80,95. NO ITEM 04 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MATHEUS MENDONÇA MACHADO COM O VALOR DE R\$ 65,50, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR OS 03 (TRÊS) ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, CONFORME EXIGIDO NO EDITAL, VOLTANDO PARA ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA JOÃO PEDRO DA ROCHA ME COM O VALOR DE R\$ 65,90. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL, FOI DISPONIBILIZADO AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE [WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR](http://WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR), NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, INGLID DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 82/2019 PMN

Publicação Nº 2123309

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 82/2019 PMN

Comunicamos na forma da lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de Preços visando a aquisição de equipamentos que compõem as lousas digitais (quadro digital, suporte de fixação, projetor multimídia, computador compacto tipo "nettop") devidamente montados e instalados, para composição/instalação de salas interativas nas Unidades de Ensino Fundamental do Município de Navegantes/SC, através da Secretaria Municipal de Educação. Entrega/envelopes: 28/08/2019 até às 13h50. Abertura/envelopes: 28/08/2019 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### AVISO DE SUSPENSÃO 88/2019 PMN

Publicação Nº 2123284

Setor de Compras e Licitações

AVISO DE SUSPENSÃO – CONCORRÊNCIA 31/2019 PMN

A Prefeitura Municipal de Navegantes torna público que está SUSPENSO por tempo indeterminado, para Alterações do edital da Tomada de Preço nº 88/2019 PMN, do objeto: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) PARA CONSTRUÇÃO DA COZINHA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª ELSIR BERNADETE GAYA MULLER, LOCALIZADA NO CENTRO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Maiores informações poderão ser sanadas pelo telefone (47) 3342-9541.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Comissão Permanente de Licitação

**DECRETO 144/2019**

Publicação Nº 2123623

DECRETO N º 144, DE 13 DE AGOSTO DE 2019

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CIDADE DE NAVEGANTES/SC .

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 60, item III,

Art. 1º Fica aprovado, nos termos deste Decreto, o Regimento Interno do Conselho da Cidade de Navegantes/SC, conforme segue:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes, 13 de agosto de 2019.

Emílio Vieira.

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CIDADE DE NAVEGANTES

## CAPITULO I

## Da Natureza e Finalidade

Art. 1º. O Conselho da Cidade de Navegantes - ConCidadeNave, órgão colegiado paritário que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, de natureza permanente, de caráter deliberativo e consultivo, instituído pela Lei Municipal 3376, de 16 de abril de 2019, será regido pelo presente Regimento Interno.

Art. 2º. O ConCidadeNave tem por finalidade formular, estudar e propor diretrizes para implementar políticas municipais de desenvolvimento urbano, com participação social para integração das políticas de planejamento, ordenamento territorial e gestão do solo urbano, de habitação, saneamento ambiental, mobilidade e transporte urbano, em consonância com os artigos nº 182 e 183 da Constituição Federal, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e com a Lei Municipal 55, de 22 de julho de 2008 (Plano Diretor).

## CAPITULO II

## Das Competências

Art. 3º. Ao ConCidadeNave compete:

I - Promover o desenvolvimento urbano municipal;

II - Integrar as políticas públicas referentes às intervenções urbanas no município;

III - Garantir a participação da comunidade de Navegantes nas decisões sobre as transformações urbanas propostas para o município;

IV - Garantir a continuidade das ações de política urbana na sucessão das administrações municipais;

V - Permitir a avaliação de questões urbanas relacionadas com a qualidade de vida da população de Navegantes;

VI - Auxiliar o Poder Executivo Municipal em todas as atividades que se relacionem com o planejamento urbano do Município;

VII - Formular as políticas de desenvolvimento urbano para o Município de Navegantes;

VIII - Garantir a aplicação das diretrizes de desenvolvimento urbano definidas no Plano Diretor de Navegantes, no acompanhamento permanente de sua implementação junto à legislação orçamentária municipal;

IX - Compatibilizar as ações municipais com as políticas setoriais do Governo Estadual e Federal;

X - Acompanhar e avaliar a execução de políticas públicas nas áreas de habitação, de saneamento ambiental, de transportes e de mobilidade urbana;

XI - Propor a realização de estudos, pesquisas, debates ou seminários relacionados com o desenvolvimento urbano de Navegantes;

XII - Opinar sobre todos os assuntos que lhe forem remetidos pela sociedade civil organizada e pelo Poder Público, relativos à política urbana e aos instrumentos previstos no Plano Diretor e no Estatuto da Cidade;

XIII - Acompanhar, fiscalizar e revisar o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial do Município de Navegantes;

XIV – Deliberar sobre demais atribuições conforme previsão no Plano Diretor.

XV - Elaborar a minuta do projeto de lei para a regulamentação do Fundo Municipal de Desenvolvimento.

Parágrafo Único - O Executivo Municipal, após estudo técnico e de viabilidade, poderá enviar ao ConCidadeNave, proposta, visando integrar os demais Conselhos existentes no Município ao ConCidadeNave, que incorporará as competências destes Conselhos, desde que não contrariem o ordenamento jurídico vigente.

### CAPITULO III

#### Da Composição do Conselho

Art. 4º. O ConCidadeNave será composto por 28 (vinte e oito) membros, nomeados por Decreto Municipal, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei Municipal 3376, de 16 de abril de 2019.

### CAPITULO IV

#### Da Organização do Conselho

Art. 5º. A Diretoria do ConCidadeNave é composta por:

- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – Plenário;
- IV – Secretaria Executiva;
- V – Comitês Técnicos.

#### Seção I

##### Da Presidência do Conselho

Art. 6º. O(a) Secretário(a) de Governo presidirá o Conselho da Cidade de Navegantes e será substituído(a), em sua ausência e impedimentos, pelo(a) Vice presidente eleito e, na ausência de ambos(as), serão substituídos(as) pelo(a) Secretário(a)-Executivo(a) do respectivo Conselho.

Art. 7º. Compete ao Presidente:

- I – Convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe o voto de desempate quando necessário;
- II – Ordenar o uso da palavra;
- III – Submeter à votação as matérias a serem discutidas pelo Plenário, assegurando a ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;
- IV – Submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do ConCidadeNave;
- V – Encaminhar ao Chefe do Poder Executivo Municipal exposições de motivos e informações sobre as matérias de competência do ConCidadeNave;
- VI – Delegar competências aos Conselheiros, quando necessário;
- VII – Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;
- VIII – Solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
- IX – Nomear e organizar o funcionamento dos Comitês Técnicos;
- X – Homologar deliberações e atos do ConCidadeNave;
- XI – Assinar e dar publicidade aos atos aprovados das reuniões do ConCidadeNave;
- XII – Decidir sobre questões de ordem, cabendo recurso ao Plenário;
- XIII – Desempenhar todas as funções inerentes ao cargo.

#### Seção II

##### Do Plenário

Art. 8º. O Plenário é o órgão consultivo e deliberativo do ConCidadeNave e a ele compete:

- I - Discutir e deliberar sobre os casos omissos e matéria inerente a este Regimento;

II – Julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à apreciação do ConCidadeNave;

III – Aprovar por, no mínimo dois terços de seus membros, o Regimento Interno e suas alterações.

Parágrafo Único – As resoluções aprovadas pelo ConCidadeNave entrarão em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Só ocorrerá instalação e deliberação do Plenário com a presença da maioria absoluta de seus membros;

Art. 10. As reuniões extraordinárias ocorrerão sempre que necessário, e convocadas pelo Presidente ou por maioria de seus membros, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, limitando-se a pauta ao assunto que justificou sua convocação.

Art. 11. As sessões Plenárias serão públicas, com duração máxima de duas horas, dividindo-se em três partes:

I – Expediente,

II – Ordem do dia,

III – Explicações gerais.

Art. 12. O Expediente com duração máxima de 30 (trinta) minutos, abrangerá:

I - Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

II - Avisos, comunicações, apresentação da correspondência e documentos recebidos de interesse do Plenário;

III - Outros assuntos de caráter geral de interesse do ConCidadeNave:

IV - Palavra livre aos Conselheiros, por até 5 (cinco) minutos, para manifestação de livre escolha, desde que se relacione com assuntos do Conselho.

Art. 13. A Ordem do Dia abrangerá discussão e votação de matéria para tal fim designada pelo Presidente, que colocará em primeiro lugar, as proposições em regime de urgência, em seguida as prioridades, e as de tramitação ordinária.

Parágrafo Único – As matérias distribuídas em uma sessão serão votadas na seguinte, salvo o requerimento de Conselheiro, aprovado pelo Plenário, que definirá a forma de inclusão na pauta da ordem do dia da mesma.

Art. 14. Relatada a matéria será colocada em discussão, facultando-se a palavra, por um tempo não superior a 5 (cinco) minutos, a cada um dos membros do Conselho, que se inscreveu.

§ 1º - O Conselheiro dentro do seu prazo regimental pode conceder apartes.

§ 2º - As proposições incluídas em pauta poderão receber emendas, por escrito ou verbalmente que serão supressivas, substitutivas ou aditivas por proposição de Conselheiro.

Art. 15. O relator terá o direito de dispor de mais 5 (cinco) minutos após o encerramento da discussão para sua conclusão.

Parágrafo Único – Antes da votação de qualquer matéria, será concedido vista ao Conselheiro que o pedir, devendo o processo ser devolvido à Secretaria Executiva, antes da sessão Plenária seguinte.

Art. 16. As dúvidas sobre a interpretação do Regimento Interno, na sua prática, constituem questão de ordem que poderá ser suscitada em qualquer fase da reunião.

§ 1º - As questões de ordem serão formuladas, no prazo de 2 (dois) minutos, com clareza e com a indicação das disposições que se pretende elucidar.

§ 2º - As decisões sobre questões de ordem serão consideradas como simples precedentes e só adquirirão força obrigatória quando incorporadas ao Regimento Interno.

Art. 17. As explicações gerais ocorrem após a ordem do dia, pelo restante da sessão, ou por 10 (dez) minutos no máximo, quando será dada a palavra aos Conselheiros que solicitarem, para versar assuntos de sua escolha, em até 3 (três) minutos cada.

Subseção I

Do Funcionamento

Art. 18. O ConCidadeNave reunir-se-á ordinariamente de 02 (dois) em 02 (dois) meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 19. Poderão ser convidados a participar de reuniões do ConCidadeNave e dos Comitês Técnicos, representantes de segmentos interessados nas matérias em análise, estudiosos, colaboradores, inclusive do poder legislativo e judiciário.



§ 1º Os membros titulares do ConCidadeNave, poderão participar com direito a voz e voto.

§ 2º Os convidados e os suplentes que não estejam representando o seu titular como membros do ConCidadeNave, somente poderão participar com direito a voz.

Art. 20. As matérias de cunho consultivo poderão ser aprovadas pelo voto da maioria simples dos presentes na reunião do ConCidadeNave.

Art. 21. As matérias de cunho deliberativo do ConCidadeNave serão aprovadas pelo voto de no mínimo dois terços dos presentes.

Parágrafo Único: não havendo quórum da maioria absoluta dos membros votantes para a votação dos assuntos em pauta, a mesma será suspensa.

### Seção III Da Secretaria Executiva

Art. 22. As atividades administrativas e técnicas do ConCidadeNave ficarão a cargo da Secretaria Executiva, que será ocupada por servidor do poder executivo municipal e subordinado diretamente ao Presidente do Conselho.

Parágrafo Único: o servidor responsável pela secretaria executiva não necessariamente deverá ser membro do conselho.

Art. 23. Compete especificamente a Secretaria Executiva:

I – Superintender todo o serviço da Secretaria Executiva do Conselho;

II – Assessorar o Presidente do ConCidadeNave em assuntos de natureza técnica e administrativa;

III – Preparar o expediente do Presidente e assisti-lo na elaboração dos despachos;

IV – Expedir as convocações para as reuniões do ConCidadeNave;

V – Organizar a pauta das reuniões;

VI – Coordenar a organização e atualização das correspondências, arquivos, documentos e cadastros das entidades representadas no ConCidadeNave;

VII – Oferecer suporte técnico-administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos dos Conselheiros, dos Comitês e do Plenário;

VIII – Assinar a correspondência e, juntamente com o Presidente, os documentos a serem expedidos;

IX – Orientar e supervisionar as atividades de relações públicas, imprensa e divulgação;

X – Propor ao Presidente, anualmente, os programas de trabalho, de acordo com as diretrizes pré-estabelecidas;

XI – Orientar e controlar as funções de administração, material, orçamento, patrimônio, arquivo, conservação e limpeza;

XII – Elaborar relatório das atividades do ConCidadeNave, anualmente ou sempre que solicitado pela Presidência;

XIII – Manter relacionamento com os órgãos de administração, visando à integração, tomada de providências, coleta de dados, informações necessárias e solução de assuntos de sua competência;

XIV – Distribuir processos para análise nos diversos Comitês;

XV – Propor medidas que visem ao aperfeiçoamento das atividades afins;

XVI – Opinar sobre as medidas que o ConCidadeNave deve tomar, objetivando a integral observância da legislação;

XVII – Exercer outras atividades delegadas pelo Presidente do ConCidadeNave.

### Seção IV Dos Comitês Técnicos

Art. 24. Poderão ser criados Comitês Técnicos, de caráter permanente ou temporário, compostos por conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, sendo um coordenador e um relator escolhidos entre seus pares, para subsidiar o debate em Plenário.

§ 1º - Os comitês técnicos serão criados por deliberação da maioria simples dos conselheiros, observando-se a proporcionalidade de forma paritária dos diferentes segmentos integrantes do ConCidadeNave;

§ 2º - Os comitês técnicos terão prazo definido para realizar o seu trabalho.

Art. 25. São atribuições dos Comitês Técnicos:

I – Preparar as discussões temáticas para apreciação e deliberação do Conselho;

II – Promover a articulação com os órgãos e entidades promotoras de estudo;

III – Apresentar relatório conclusivo ao plenário do ConCidadeNave, sobre matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado por este, acompanhado dos documentos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 26. As reuniões dos Comitês Técnicos serão convocadas pelo seu coordenador, dando ciência à Secretaria Executiva do ConCidadeNave.

§ 1º – O quórum mínimo para instalação dos trabalhos e elaboração das propostas será da metade mais um dos representantes que compõe o Comitê.

§ 2º - Serão levadas ao Plenário do ConCidadeNave todas as propostas que alcançarem a aprovação na discussão do Comitê Técnico.

§ 3º - Todos os debates e conclusões das reuniões serão registrados em ata própria, que depois de assinada, deverá ser remetida a Secretaria Executiva do ConCidadeNave.

Art. 27. Os pareceres do ConCidadeNave constarão de duas partes:

I – Análise global;

II – Parecer conclusivo, propondo aprovação ou rejeição do projeto e quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emendas.

Parágrafo Único – Os substitutivos e ou emendas à matéria em pauta só serão objeto de discussão se forem apresentadas por escrito pelo conselheiro a Secretaria Executiva.

## CAPITULO VI

### Disposições Gerais

Art. 28. As funções dos membros do ConCidadeNave não serão remuneradas, sendo seu exercício, considerado serviço de relevante interesse público.

Art. 29. O ConCidadeNave poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais conselheiros por ele designados.

Art. 30. O encaminhamento das questões de ordem não previstas neste Regimento será decidido pelo Presidente e/ou Plenário.

Art. 31. Ficam destituídos do conselho os membros que acumularem 5 (cinco) faltas alternadas ou 3 (três) faltas consecutivas no interregno de 12 meses.

Art. 32. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 13 de agosto de 2019.

Emílio Vieira.

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## DECRETO 145/2019

Publicação Nº 2123628

DECRETO 145, DE 13 DE AGOSTO DE 2019  
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o que dispõe a lei 2286 de 19/03/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por este ato, o Conselho Municipal de Cultura, cujos integrantes são os seguintes:

I Representantes da Fundação Cultural de Navegantes:

Titular: Marcos Venício Montagna

Suplente: Nivaldo José Kloppel

**II Representantes da Secretaria Municipal da Educação:**

Titular: Thiago Vanildo de Borba

Suplente: Gislene Rodrigues

**III Representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte:**

Titular: Gleydson Henrique Cassiano

Suplente: Fabiane Costa Eleutério

**IV Representantes da Secretaria de Finanças:**

Titular: Franciele Justino

Suplente: Márcio Capella

**V Representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUMAN:**

Titular: Drusko da Cunha Covcevich

Suplente: Marcos Antônio Muller Neto

**VI Representantes da Secretaria de Comunicação Social:**

Titular: Ilva Maila dos Santos Gaya

Suplente: Robert de Souza

**VII Representantes do Audiovisual residente no Município:**

Titular: José Henrique Raue

Suplente: Rubens Serafim

**VIII Representantes das Artes Visuais:**

Titular: Rosiane Serafim

Suplente: Igor de Melo Inácio

**IX Representantes das Artes Cênicas:**

Titular: Jean Carlos Knetschik

Suplente: Cidval Francisco Batista Junior

**X Representantes da Música:**

Titular: Ricardo Batista dos Santos

Suplente: Secundino Francisco da Costa Neto

**XI Representantes das Humanidades:**

Titular: Andréa Cristina da Costa Dias

Suplente: Senndy Martins

**XII Representantes do Patrimônio Imaterial:**

Titular: Isabel Cristina Ribeiro Rosa

Suplente: Heber Moraes Figueiredo

**XIII Representantes do Patrimônio Material:**

Titular: Daiana Schröpel

Suplente: Magaly Percevallis Benatti

**XIV Representantes da Arquitetura:**

Titular: Laércio Benatti

Suplente: Tânia Marli Arndt

**XV Representantes do Artesanato:**

Titular: Vera Lucia Bergold

Suplente: Alice de Oliveira

**XVI Representantes do Empresariado Municipal:**

Titular: Daniel Cipriano

Suplente: Elson Maykow Toledo dos Santos

Art. 2º O Conselho Municipal de Cultura é nomeado para um mandato de 2 (dois) anos conforme determina a Lei 2286 de 19 de março de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, o Decreto nº 26 de 13 de março de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes, 13 de agosto de 2019.

Emílio Vieira.

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**DECRETO Nº 146 DE 14 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2123658

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA CONTRA INCENDIO E PANICO DE NAVEGANTES CNPJ 17.688.751/0001-45
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETO Nº 146 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1.º, do art. 15, da Lei nº 3349 de 10/12/2018:  
DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2018, até o valor de R\$ 205.000,00 (Duzentos e cinco mil reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 6006 – Superávit Financeiro – Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indiretas e Fundos

ÓRGÃO: 10 – Fundo de Segurança Contra Incêndio e Pânico - FUMSCI

UNIDADE: 01 – Fundo de Segurança Contra Incêndio e Pânico - FUMSCI

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 181 – Policiamento

Programa: 105 – Melhoria da Segurança Pública

2.144 – Manutenção e Funcionamento do FUMSCI – Apoio Operacional e Administrativo

08 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 205.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2019.

Emílio Vieira

PREFEITO MUNICIPAL

**REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA EXERCÍCIO 2020.**

Publicação Nº 2124381

REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA EXERCÍCIO 2020.

A Prefeitura Municipal de Navegantes realizará no dia 28 de agosto de 2019 (quarta-feira) a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA , para o exercício 2020. A Audiência será a partir das 14H:30min, no Auditório do Paço Municipal.

Data: 28 de agosto de 2019.

Horário: 14H:30 min.

Local: Auditório do Paço Municipal – Prefeitura Municipal de Navegantes.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

**RESOLUÇÃO 11/2019 - CMDCAN**

Publicação Nº 2123691

**RESOLUÇÃO 11/2019**

Convoca os candidatos a conselheiro tutelar de Navegantes para a entrega das fotos, conforme determinação do TRE/SC.

Considerando o artigo 21, §1 e §2 da Lei Municipal nº3375 de 05 de abril de 2019, o Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, CONVOCA os candidatos para entrega das fotos, por determinação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

**1. Especificação da Foto:****1.1. 01 foto:**

- a. arquivo digital;
- b. preto e branco ou colorida;
- c. fundo uniforme, preferencialmente branco;
- d. formato "jpg";
- e. Dimensões em pixels: 161 (largura) x 225 (altura);
- f. Para evitar trocas, o nome do arquivo da foto será o nome completo do candidato.

1.2 Os candidatos deverão enviar as fotos conforme especificação do item 1.1, para o e-mail do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pelo endereço: cmdcanavegantes@gmail.com até o dia 19/8/2019.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Irineu Zimmermann  
Presidente COMDCAN

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**CONTRATO Nº 06-2019 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA LEGISLAÇÃO PÚBLICA - ERRATA**

Publicação Nº 2123447

ERRATA AO CONTRATO DE prestação de serviço de locação de sistemas para legislação pública, CONTRATO Nº 006/2019.

Onde se Lê:

**CLÁUSULA DÉCIMA – Do valor contratual:**

10.1- Pela locação dos sistemas e pela prestação dos serviços, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor anual de R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais) em parcelas mensais de R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais), conforme descrição e o valor de R\$ 5.200,00 ( Cinco mil e duzentos reais) para Instalação treinamento e converção de dados (cota única), os valores descritos copreende aos seguintes serviços a serem executados.

Leia-se:

**CLÁUSULA DÉCIMA – Do valor contratual:**

10.1- Pela locação dos sistemas e pela prestação dos serviços, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor anual de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) em parcelas mensais de R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais), conforme descrição e o valor de R\$ 5.200,00 ( Cinco mil e duzentos reais) para Instalação treinamento e converção de dados (cota única), os valores descritos copreende aos seguintes serviços a serem executados.

Navegantes-SC, 14 agosto de 2019.

CÂMARA DE NAVEGANTES  
JEFFERSON MACHADO MACARINI

**CONTRATO Nº 09-2019 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA DE PEDREIRO**

Publicação Nº 2123524

CONTRATO DE prestação de serviço de MÃO De OBRA DE PEDREIRO, CONTRATO Nº 009/2019.

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha nº 315, Centro, da Cidade e Comarca de Navegantes-SC, Cep. 88.370-410, inscrita no CNPJ nº 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente JEFFERSON MACHADO MACARINI, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 5.118.426-5 e do CPF/MF nº 056.122.149-95, residente e domiciliado na Rua Itajaí, nº 645, bairro São Domingos, Navegantes-SC, infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa MARCIO RICARDO DE PAULA SANTOS, Brasileiro, solteiro, Pedreiro, portador da cédula de identidade nº 6.717.455 e inscrito no CPF nº 00.869.789-94, residente e domiciliado na Rua Francisco Schimitz, Nº 598, casa 01, bairro Gravatá, denominado CONTRATADA, firmam o presente contrato de prestação de Serviço de Pedreiro, nas seguintes cláusulas e condições abaixo expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:**

O presente Contrato tem por objeto:

- 1.1 A retirada de 32,00m² de piso.
- 1.2 A colocação de 32,00m² de piso.
- 1.3 O rejuntamento de 32,00m² de piso.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Das obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:**

Caberá à CONTRATANTE:

- 2.1- Efetuar o pagamento objeto do presente Contrato, após a conclusão dos mesmos.
- 2.2- Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho.
- 2.3 - Designar um responsável para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e servindo de elo entre as partes.
- 2.4- Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, na realização dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:**

Caberá a CONTRATADA:

- 3.1- Realiza os serviços dentro das especificação contradas.
- 3.2- Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.
- 3.3- Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.
- 3.4- Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor.
- 3.5- Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação.
- 3.6- Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.
- 3.7- Dar garantia de manutenção do objeto do contrato pelo período de 12(doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – Da Manutenção**

- 4.1- A CONTRATADA, prestará sempre que necessário, a manutenção do objeto do contrato, para tanto deverá a CONTRATANTE comunicar a mesma.
- 4.2 – O prazo para prestar a manutenção será de no máximo 48(quarenta e oito) horas.

**CLÁUSULA QUINTA – Das penalidades:**

- 5.1- Pelo descumprimento de suas obrigações contratuais a CONTRATADA estará sujeita, sempre após procedimento de apuração que lhe assegure ampla defesa, as penalidades.

a) Advertência;

b) Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na manutenção do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

**CLÁUSULA SEXTA- Da rescisão:**

6.1- O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por interesse de qualquer uma das partes mediante comunicação formal

6.2- O descumprimento reiterado ou grave de obrigações contratuais ou perda das condições existentes no momento da contratação, sem que ocorra pronta solução por parte da CONTRATADA, dará ensejo a rescisão contratual sem previsão de multa.

**CLÁUSULA SÉTIMA- Do pagamento:**

7.1. Pela prestação dos serviços previstos no presente contrato, a CONTRANTE pagará a CONTRATADA, o valor total de R\$ 950,00(Novecentos e cinquenta reais)

**CLÁUSULA OITAVA – DO FÓRUM-** As partes de comum acordo elegem neste ato, como sendo o Foro da Comarca de Navegantes-SC, competente para discutir e dirimir todas questões referente a este contrato.

Por estarem assim, justos e acordados, datam e assinam o presente CONTRATO, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Navegantes-SC, 14 Agosto de 2019.

**CÂMARA DE NAVEGANTES**

**JEFFERSON M. MACARINI MARCIO R. DE PAULA SANTOS**

**CONTRATANTE CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

**VILSEMAR O. DUARTE VANILDO TELLES**



# Nova Erechim

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 67/2019 ACLARA COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI ME

Publicação Nº 2123992

PROCESSO  
Nº: 63/2019

PREGÃO PRESENCIAL SRP  
Nº: 44/2019

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 67/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC  
CNPJ: 83.021.840/0001-68  
CONTRATADA: ACLARA COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI ME  
CNPJ: 14.228.157/0001-83

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 8.425,00 (Oito mil quatrocentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA = INÍCIO: 13/08/2019 TÉRMINO: 13/08/2020

Nova Erechim, 13 de agosto de 2019.  
RAMIREZ TAPIA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 68/2019 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME

Publicação Nº 2123995

PROCESSO  
Nº: 63/2019

PREGÃO PRESENCIAL SRP  
Nº: 44/2019

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 68/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC  
CNPJ: 83.021.840/0001-68  
CONTRATADA: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME  
CNPJ: 13.772.057/0001-50

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 12.479,00 (Doze mil quatrocentos e setenta e nove reais)

VIGÊNCIA = INÍCIO: 13/08/2019 TÉRMINO: 13/08/2020

Nova Erechim, 13 de agosto de 2019.  
RAMIREZ TAPIA  
Prefeito Municipal

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DC 216-2019 - CONFERENCIA ASS SOCIAL

Publicação Nº 2123242

DECRETO Nº 216/2019 DE 13 DE AGOSTO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, Estado de Santa Catarina, em conjunto com o(a) PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar a IX Conferência Municipal de Assistência Social com o fim ampliar a participação, sobretudo de usuários e usuárias do SUAS; fazer um balanço real da implementação do SUAS no município com base em informações e experiências dos diferentes sujeitos; e traçar coletivamente o horizonte de futuro: o SUAS que construiremos até 2026.

Art. 2º A IX Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á no dia 19/08/2019 no Auditório da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba das 13h às 17h.

Art. 3º A IX Conferência Municipal de Assistência Social terá Como Tema "Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social, e subtemas:

Eixo 1 - A Assistência Social como Direito do Povo

Eixo 2 - Financiamento Público

Eixo 3 - Participação Social

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da IX Conferência Municipal, será de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 13 DE AGOSTO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

JACELINE MARIANA SEVERO

Presidente do CMAS

### DC 217-2019 CREDITO SUP.SUPERAVID DMER ALIENAÇÃO

Publicação Nº 2124465

DECRETO Nº. 217/2019 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.217/2018, de 27 novembro de 2018.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2019, no valor de R\$ 62.301,00 (Sessenta e dois mil, trezentos e um reais), no Projeto Atividade 2.027 – Aquisição de Veículos, Maquinas, Caminhões, Equipamentos e Mobiliários em Geral, na modalidade de aplicação 4.4.9.0 Aplicação Direta – criando a Fonte 03.89 - Superávit – Alienação de Bens – Outros Programas, conforme programação a seguir.

Orgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 03 Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 Transporte

Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário

Programa: 0010 TRANSPORTES E OBRAS

Projeto/Atividade: 2.027 AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQ.CAM..EQUIP.E MOB. EM GERAL

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 03.89 - Superávit – Alienação de Bens Outros Programas

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 62.301,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.217/2018 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2018, no valor de R\$ 62.301,00 (Sessenta e dois mil, trezentos e um reais).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 14 DE AGOSTO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 147-2019

Publicação Nº 2124466

### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 147/2019, de 14/08/19

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Nova Itaberaba

CONTRATADO: HC SAUDE QUALIFICACAO E CONSULTORIA EIRELI

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para: Análise da coleta de dados da Carteira Nacional do Idoso; Perfil epidemiológico da saúde do idoso com análise dos dados coletados; Apresentar propostas de intervenção para a saúde do idoso com base na análise dos dados e perfil epidemiológico descrito.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.860,00 (dois mil oitocentos e sessenta reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 113/2019, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

JOÃO ZARYCHTA

SECRETÁRIO DE SAÚDE

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 148-2019

Publicação Nº 2124467

### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 148/2019, de 14/08/19

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Nova Itaberaba

CONTRATADO: M&G LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA

OBJETO: Tem por objeto o presente Chamamento Público o Credenciamento para aquisição de próteses dentária, para distribuição gratuita aos munícipes, conforme controle na Secretaria Municipal de Saúde. Considerando as prerrogativas da política nacional de saúde através do programa Brasil Sorridente, dentre elas, atender a necessidade da população no processo de reabilitação oral através da concessão dentárias e, considerando ainda a portaria 1.432/GM de 05 de julho de 2012 que credencia o Município de Nova Itaberaba no referido programa, o Fundo Municipal de Saúde abre o processo para a possível aquisição dos itens relacionados, o Laboratório interessado em participar deve estar inscrito no cadastro nacional de estabelecimentos de saúde CNES como Laboratório Regional de Prótese dentária pelo SUS. Conforme cronograma da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)

AMPARO LEGAL Inexigibilidade nº 114/2019, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

JOÃO ZARYCHTA

SECRETÁRIO DE SAÚDE

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 149-2019

Publicação Nº 2124469

### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 149/2019, de 14/08/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: ADEMIR BEHNE

OBJETO: Serviço de mão de obra em concerto de calha e laje superior da Creche Municipal

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 115/2019, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA- 109 LICENÇA PREMIO INDENIZADA ALCIONE**

Publicação Nº 2124470

PORTARIA N.º 109/2019 DE 30 DE JULHO DE 2019.

“AUTORIZA A CONVERSÃO DE LICENÇA PREMIO EM ABONO PECUNIARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019 de 20 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: O direito de licença Prêmio adquirido pela servidora;

CONSIDERANDO: O disposto no art. 77 da Lei Complementar nº 1.228/2019, mediante rescisão de contrato do servidor, será pago proporcionalmente os meses de licença com direito adquirido;

RESOLVE:

Art 1º - CONVERTER, período proporcional de Licença Premio em abono pecuniário a servidora municipal ALCIONE SOLIVO, Agente Auxiliar de Odontólogo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 25/05/2016 a 30/07/2019, conforme parágrafo Terceiro do Art. 77 da Lei Complementar nº 1.228/2019.

Art. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 30 DE JULHO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## **PORTARIA- 110 - NOMEIA GESTOR SAÚDE**

Publicação Nº 2124471

PORTARIA N.º 110/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

“NOMEIA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei;

CONSIDERANDO: A exigência da nomeação de um Gestor como responsável pelos recursos do Fundo Municipal de Saúde.

RESOLVE:

1º - NOMEAR o Servidor Público Municipal JOÃO ZARYCHTA, Secretário Municipal de Saúde, como gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Nova Itaberaba.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario, em especial a Portaria nº 071/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE AGOSTO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**PORTARIA- 111 LICENCA PREMIO VALDEMAR PEDROSO**

Publicação Nº 2124472

PORTARIA N.º 111/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019.

CONSIDERANDO: o direito de Licença Prêmio já adquirido e o requerimento, solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor Pública Municipal VALDEMAR PEDROSO, Agente de Manutenção e Conservação, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, de acordo com a Lei Complementar nº 1.228/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 01/08/2019 a 30/08/2019. Período aquisitivo 01/02/2013 a 31/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 01 DE AGOSTO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**PORTARIA- 112 FÉRIAS GELSON LUCIAN**

Publicação Nº 2124473

PORTARIA N.º 112/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pelo servidor e o requerimento solicitando a concessão.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal GELSON LUIZ LUCIAN, ocupante do cargo de Motorista, lotado no Departamento de Urbanismo, com período aquisitivo de 16/06/2018 a 15/06/2019, e período de gozo de 01/08/2019 a 30/08/2019.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE AGOSTO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**PORTARIA- 113 FÉRIAS AIRTON SILVEIRA**

Publicação Nº 2124474

PORTARIA N.º 113/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: O direito de férias já adquirido pelo servidor e o requerimento solicitando a concessão.

CONSIDERANDO: que houve um erro do Sistema responsável pelo controle de férias;

**RESOLVE:**

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal AIRTON ANTONIO DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, com período aquisitivo de 01/02/2005 a 31/01/2006, e período de gozo de 01/08/2019 a 30/08/2019.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE AGOSTO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**PORTARIA- 114 DELEGA PODERES AO SECRETARIA E TESOUREIRO**

Publicação Nº 2124476

PORTARIA N.º 114/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2018.

“DELEGA PODERES AO TESOUREIRO E AO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei;

CONSIDERANDO: A necessidade de gestão dos recursos do Fundo Municipal de Saúde.

**RESOLVE:**

1º - DELEGAR poderes ao Tesoureiro Municipal JOSEMAR MAROCCO, portador do CPF nº 915.157.939-15 e o Gestor do Fundo Municipal de Saúde JOÃO ZARYCHTA, portador do CPF nº 899.160.169-04, pela responsabilidade de assinarem conjuntamente por toda e qualquer tipo de movimentação bancária relativa ao Fundo Municipal de Saúde inscrito no CNPJ nº 11.272.232/0001-15.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario em especial a Portaria nº 073/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE AGOSTO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**PORTARIA- 115 LIC DOENÇA FAMÍLIA APARECIDA**

Publicação Nº 2124478

PORTARIA N.º 115/2019 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019 em seu Art. 71.

CONSIDERANDO: O atestado apresentado pela servidora, comprovando que sua mãe Sra. Zinglair Da Silva, necessita de acompanhamento e assistência permanentes, devido a recuperação de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora Pública Municipal APARECIDA ILHA DA SILVA, Fisio-terapeuta, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o Artigo 71 da Lei Complementar nº 1.228/2019, pelo período de 20 (vinte) dias, compreendidos entre os dias 12/08/2019 a 31/08/2019, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de Agosto de 2019, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 14 DE AGOSTO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## CÂMARA MUNICIPAL

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2019 PROCESSO ADM Nº 7/2019

Publicação Nº 2123808

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2019

#### 1 - DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO:

Necessidade de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A FINALIDADE DE COMPRA/SERVIÇO.

#### 2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O objeto da presente dispensa de licitação é a OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÕES NAS SESSÕES DESCENTRALIZADAS NAS COMUNIDADES DO MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA, NO PERÍODO DE AGOSTO A NOVEMBRO DE 2019. de acordo com as especificações na lista abaixo:

Quantidade	Especificação	Preço unitário	Preço total
1,0	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	R\$ 1.200,00	R\$1.200,00

#### 3 - EXECUTOR:

Fornecedor	Endereço	Cidade	Estado	CNPJ / CPF
ODIR DOMINGOS ZAUZA 60135735904	VILA LINHA AMIZADE	NOVA ITABERABA	SC	30.892.154/0001-04

#### 4 - PREÇO:

A Câmara pagará pelo Objeto contratado, o valor de:

ODIR DOMINGOS ZAUZA 60135735904	R\$ 1.200,00	Um mil e duzentos reais
---------------------------------	--------------	-------------------------

#### 6 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Compatível com os preços praticados no mercado.

#### 7 – DISPOSITIVO LEGAL:

Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

#### 8 – CERTIDÕES APRESENTADAS:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, conjunta com o INSS com validade para o dia 14/01/2019.

III - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente com validade para o dia 16/09/2019.

IV - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal, do domicílio ou sede da proponente com validade para o dia 17/08/2019.

V - Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei com validade para o dia 30/08/2019.

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão negativa (CNDT) com validade para o dia 13/01/2020.

Nova Itaberaba, SC, em, 14 de agosto de 2019.

ALBERY LUIZ CAMPAGNARO

Presidente



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2019**

Publicação Nº 2123812

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 5/2019, de 14/08/19

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: ODIR DOMINGOS ZAUZA 60135735904

OBJETO: Objeto da presente Dispensa de Licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços de sonorizações nas Sessões Descentralizadas nas comunidades do Município de Nova Itaberaba, no período de Agosto a Novembro de 2019.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 7/2019, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

ALBERY LUIZ CAMPAGNARO

Presidente da Câmara

# Nova Trento

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA PROVA MEMBROS CONSELHO TUTELAR - EDITAL N° 001/2019

Publicação N° 2124477

Classificação definitiva da prova do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar de Nova Trento

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Trento, no uso das atribuições legais, conforme edital 001/2019/CMDCA, torna público a divulgação da classificação definitiva da prova do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar do Município de Nova Trento. A partir dessa etapa é dada autorização para que os candidatos aprovados iniciem suas campanhas.

#### NOTA DA PROVA OBJETIVA – CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

Inscr.	Candidato	Data nascimento	Nota	Situação
005	ROSIANI PRISCILA SABINO CASAS	19/10/1989	8,40	APROVADO(A)
007	RUDINEI SELECIO MONTIBELLER	30/03/1986	8,00	APROVADO(A)
006	RENATA DALLA BRIDA	27/05/1987	7,60	APROVADO(A)
003	PATRÍCIA REGINA TELL MARCHI	05/04/1964	7,20	APROVADO(A)
004	MICHEL CIPRIANI BOTTAMEDI	22/10/1989	7,20	APROVADO(A)
002	ROSEMERI TRIDAPALLI MONTIBELLER	29/08/1961	6,40	APROVADO(A)
001	IZABEL CRISTINA SCHORNES DE CARVALHO	12/11/1965	6,00	APROVADO(A)
008	NIOMAR MARIA ZANDONAI	01/08/1970	4,40	REPROVADO(A)
009	IZETE TOMASI COSTA	22/03/1965	--	AUSENTE

Nova Trento, 15 de Agosto de 2019.

Rafael Bertoncini Goulart

Presidente do CMDCA

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 196/2019

Publicação Nº 2123483

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial Nº 196/2019

OBJETO: Aquisição de software AUTOCAD 2D e 3D para realização de projetos de arquitetura e urbanismo e edição de arquivos DWG.

Abertura: às 08:30 horas do dia 27/08/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 14 de agosto 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 197/2019

Publicação Nº 2123484

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial Nº 197/2019

OBJETO: Aquisição de material para a pintura da parte externa e suas estruturas no Centro Educacional Antônio de Cesaro Cavalier.

Abertura: às 10:30 horas do dia 27/08/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 14 de agosto 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### RETIFICAÇÃO - EXTRATOS DE CONTRATOS 07/2019 - FMS

Publicação Nº 2123485

Contrato Nº.: 43/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA  
Contratada...: ISAURO KIRCHNER ME  
Valor ..... : R\$ 15.582,00 (quinze mil, quinhentos e oitenta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 24/07/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (09)  
Objeto ..... : - Aquisição de material de consumo, higiene e limpeza (DOMOSANITÁRIO) para utilização na rede de Atenção Básica em Saúde de Nova Veneza.

Contrato Nº.: 44/2019

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: KESSIA DA SILVA INACIO - ME

Valor ..... : R\$ 387,00 (trezentos e oitenta e sete reais)

Vigência ..... : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2019

Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (09)

Objeto ..... : aquisição de fraldas descartáveis a serem distribuídas aos idosos, acamados e pessoas com necessidades especiais que estejam sob recomendação médica.

Contrato Nº.: 45/2019

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: OSMAR DA SILVA E CIA LTDA

Valor ..... : R\$ 26.902,00 (vinte e seis mil, novecentos e dois reais)

Vigência ..... : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2019

Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (09)

Objeto ..... : aquisição de fraldas descartáveis a serem distribuídas aos idosos, acamados e pessoas com necessidades especiais que estejam sob recomendação médica.

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### LEI 593 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123858

LEI Nº 593 de 14 de Agosto de 2019.

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções consubstanciado no Contrato de Consórcio Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre este Município e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei Municipal nº 470/2013, alterada pela Lei Municipal nº 548/2017

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: [http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503\\_edicao\\_2771\\_assinada.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503_edicao_2771_assinada.pdf)).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte SC em 14 de agosto de 2019.

-----  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e AIMAR FRANCISCO PAVELECINI  
Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

## CÂMARA MUNICIPAL

### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 01/2017

Publicação Nº 2123738

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 01/2017

Contratante: Câmara Municipal de Novo Horizonte  
Contratada: Betha Sistemas Ltda

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública, bem como, a implantação, o treinamento, e serviços técnicos conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital.

Considerando o transcurso do prazo previsto para o reajuste contratual conforme prevê o § 3º da cláusula 7º. O preço mensal do Contrato 01/2017 referente ao termo aditivo nº 02, fica reajustado em 6,4113% cuja alteração teve com base no IGP-M (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, agosto de 2018 a julho de 2019, conforme tabela em anexo, ficando o valor mensal R\$ 244,70 (duzentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos).

Novo Horizonte, 12 de agosto de 2019.

Sergio Sanagiotto Presidente da Câmara de Vereadores CONTRATANTE	
------------------------------------------------------------------------	--

# Orleans

## PREFEITURA

### PROCESSO Nº 40/2019 FMS

Publicação Nº 2124085

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 40/2019 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, APARELHOS ODONTOLÓGICOS, KITS DE HIGIENE BUCAL E MATERIAL EDUCATIVO DE SAÚDE BUCAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESFS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 28/08/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 29/08/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone: (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 14 de Agosto de 2019.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretária de Saúde

### PROCESSO Nº 41/2019 FMS

Publicação Nº 2124092

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 41/2019 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019 FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ARMAÇÃO E LENTE DE ÓCULOS DE GRAU PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 28/08/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 29/08/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone: (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 14 de Agosto de 2019.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretária de Saúde

### PROCESSO Nº 94/2019 – CONTRATO Nº 62/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2123475

REVOGAÇÃO DO PROCESSO/CONTRATO

PROCESSO Nº 94/2019 – CONTRATO Nº 62/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2019

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E-SOCIAL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS E FAMOR, POR MOTIVO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO COM A MESMA.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

MOTIVO: SOLICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL BEM COMO PARECER JURIDICO EDECISÃO ADMINISTRATIVA NOS AUTOS DO PROCESSO.

Orleans - SC, 14 de Agosto de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

**PROCESSO Nº 95/2019 – CONTRATO Nº 63/2019 PREFEITURA**

Publicação Nº 2123479

REVOGAÇÃO DO PROCESSO/CONTRATO

PROCESSO Nº 95/2019 – CONTRATO Nº 63/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2019

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PORTAL DO GESTOR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

MOTIVO: SOLICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL BEM COMO PARECER JURIDICO EDECISÃO ADMINISTRATIVA NOS AUTOS DO PROCESSO.

Orleans - SC, 14 de Agosto de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2019 FMS**

Publicação Nº 2124086

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/8

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS****Processo Nº.: 35/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2019**

No dia 14 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 15/2019, Processo Licitatório nº. 35/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE DIETA ALIMENTAR. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12602	BRUTHAN COMERCIAL LTDA.	4
12869	CENTER NUTRI FLORIPA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAU	
12863	LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	5
12224	MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	2, 3
12867	RCC - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E	
12870	SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRUTHAN COMERCIAL LTDA.	02.625.813/0001-00		.. -
CENTER NUTRI FLORIPA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	27.427.309/0001-19	MONICA APARECIDA GHELERI	283.378.768-59
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	26.554.718/0001-13		.. -
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	05.912.018/0001-83	ALAN MARCELO PIERIN	078.948.799-32
RCC - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E	00.358.519/0001-46		.. -
SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI	33.154.286/0001-19	PRISCILA P. MARTINI	044.348.539-96

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
AQUISIÇÃO DE DIETA ALIMENTAR.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 2/8

Processo Nº.: 35/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2019

**Fornecedor: 12224 - MERC SOLUCOES EM SAUDE S/A**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA (0 A 3 ANOS) LATA 400GR DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE E À BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES. INGREDIENTES: XAROPE DE GLICOSE, ÓLEOS DE COCO, AÇAFRÃO E SOJA, L-ARGININA, L-ASPARTATO, L-LEUCINA, L-ACETATO DE LISINA, FOSFATO DE CÁLCIO DIBÁSICO, L-GLUTAMINA, L-PROLINA, CITRATOTRIPOTÁSSIO, L-VALINA, L-ISOLEUCINA, GLICINA, L-TREONINA, L-TIROSINA, L-FENILALANINA, L-SERINA, L-HISTIDINA, L-ALANINA, L-CISITNA, L-TRIPTOFANO, CLORETO DE SÓDIO, L-METIONINA, ASPARTATO DE MAGNÉSIO, CLORETO DE MAGNÉSIO, CITRATO DE CÁLCIO, BITARTÁRO DE COLINA, INOSITOL, CLORETO DE POTÁSSIO, VITAMINA C, SULFATO FERROSO, TAURINA, SULFATO DE ZINCO, L-CARNITINA, NIACINA, VITAMINA E, PANTOTENATO DE CÁLCIO, SULFATOS DE MANGANÊS E DE COBRE, VITAMINAS B6, B2, B1 E A, IODETO DE POTÁSSIO, CLORETO DE ROMO, ÁCIDO FÓLICO, SELENITO DE SÓDIO, MOLIBDATO DE SÓDIO, VITAMINA K, D-BIOTINA, VITAMINAS D3 E B12, EMULSIFICANTE ÉSTERES DE ÁCIDO CÍTRICO E ÁCIDOS GRAXOS COM GLICEROL. CONTÉM FENILALANINA. NÃO CONTÉM LACTOSE, GALACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN.	lt	ALFAMINO/NE	200,000	111,0000	22.200,00
3	DIETA SEMI-ELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA, À BASE DE PROTEÍNA LATA 400GR EXTENSAMENTE HIDROLISADA DE SORO DO LEITE. INGREDIENTES: XAROPE DE GLICOSE, PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DE SORO DE LEITE, TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEOS VEGETAIS (COLZA, GIRASSOL, PALMA), FOSFATO TRICALCICO, FOSFATO DIHIDROGENIO DE POTÁSSIO, CLORETO DE POTÁSSIO, CARBONATO DE CÁLCIO, ÓLEO DE PEIXE, ÓLEO DE MORTIARELLA ALPINA, CLORETO DE COLINA, VITAMINA C, CLORETO DE SÓDIO, CLORETO DE MAGNÉSIO, TAURINA, INOSITOL, SULFATO FERROSO, VITAMINA E, SULFATO DE ZINCO, L-CARNITINA, NUCLEOTÍDEOS (URIDINA, CITIDINA, ADENOSINA, INOSINA, GUANOSINA), NIACINA, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, BIOTINA, SULFATO CÚPRICO, ÁCIDO FÓLICO, SULFATO DE MANGANÊS, VITAMINA A, VITAMINA B2, VITAMINA B12, VITAMINA B1, VITAMINA D, VITAMINA B6, IODETO DE POTÁSSIO, VITAMINA K, SELENITO DE SÓDIO, EMULSIFICANTE MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS. SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN.	lt	ALFARÉ/NES	600,000	85,5000	51.300,00

**Fornecedor: 12602 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ESPESSANTE ALIMENTAR COMPOSTO DE MALTODEXTRINA LATA 300GR AMIDO DE MILHO MODIFICADO, GOMA TARA, GOMA XANTANA E GOMA GUAR, E QUE NÃO CONTENHA GLÚTEN	lt	BEM VITAL	100,000	30,3800	3.038,00

**Fornecedor: 12863 - LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	DIETA ENTERAL EM PÓ POLIMÉRICA NUTRICIONALMENTE COMPLETA LATA 800GR, NORMO CALÓRICA NORMO PROTEICA ISENTA DE LACTOSE SACAROSE E GLÚTEN.	lt	VITAFOR	500,000	33,9000	16.950,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 3/8  
 Processo Nº.: 35/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2019

**Fornecedor: 12870 - SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES (0 A 6 MESES) LATA 800GR, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS 0,8G/100ML (10% FOS E 90% GOS). CONTÉM ÁCIDOS GRAXOS POLI-INSATURADOS DE CADEIA LONGA - LCPUFAS (DHA E ARA) E NUCLEOTÍDEOS. INGREDIENTES: SORO DE LEITE, ÓLEOS VEGETAIS (ÓLEO DE PALMA, CANOLA, COCO, GIRASSOL), LACTOSE, LEITE DESNATADO EM PÓ, GALACTOOLIGOSSACARÍDEO, FRUTO-OLIGOSSACARÍDEO, XAROPE DE GLICOSE, MALTODEXTRINA, CARBONATO DE CÁLCIO, MORTIERELLA ALPINA, ÓLEO DE PEIXE, CLORETO DE POTÁSSIO, VITAMINA C, CITRATO DE POTÁSSIO, CASEINATO DE CÁLCIO, CARBONATO DE MAGNÉSIO, TAURINA, CLORETO DE COLINA, NUCLEOTÍDEOS (URIDINA, CITIDINA, ADENOSINA, INOSINA E GUANOSINA), FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO, SULFATO DE FERRO, L-TRIPTOFANO, VITAMINA E, L-CARNITINA, SULFATO DE ZINCO, INOSITOL, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, NIACINA, GLUCONATO CÚPRICO, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, VIT. B1, VIT. A, VIT. B6, ÁCIDO FÓLICO, IODATO DE POTÁSSIO, SULFATO DE MANGANÊS, VITAMINA K, SELÊNIO, VIT. D, BIOTINA, VIT. B12, EMULSIFICANTE MONO E DIGLICERÍDEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN.	lt	NESTLE	200,000	27,6000	5.520,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 4/8  
Processo Nº.: 35/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2019

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 5/8

**Processo Nº.: 35/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2019**

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 6/8  
Processo Nº.: 35/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2019

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 7/8  
Processo Nº.: 35/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2019

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 8/8

**Processo Nº.: 35/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2019**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 14 de Agosto de 2019.

\_\_\_\_\_  
**LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

**Empresas Participantes:**

BRUTHAN COMERCIAL LTDA.	CNPJ: 02.625.813/0001-00	_____
CENTER NUTRI FLORIPA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SA	CNPJ: 27.427.309/0001-19	_____
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	CNPJ: 26.554.718/0001-13	_____
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	CNPJ: 05.912.018/0001-83	_____
RCC - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E	CNPJ: 00.358.519/0001-46	_____
SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI	CNPJ: 33.154.286/0001-19	_____

# Otacílio Costa

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

### PORTARIA 26/2019

Publicação Nº 2123759

PORTARIA Nº 26/2019

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE DO SERVIDOR EFETIVO DENILSON LUIZ PADILHA, brasileiro, divorciado, nomeado pela portaria n.º 214/2003, portador do RG nº 2.825.470-8 e CPF nº 781.639.609-06, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 170.562.811-31, ocupante do cargo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, lotado na Secretaria de Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 3.266, de acordo com art. 40, § 1º, I, da CF, art. 6º da EC 41/03 – Emenda 70/2012, e art. 14 §1º, da Lei 81/2005, Provento Integral a Última Remuneração e Com Paridade, provento a ser pago R\$ 4.000,29 (quatro mil reais e vinte e nove centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 12 de agosto de 2019.  
GILBERTO CARLOS RODRIGUES  
PRESIDENTE DO IPAM

# Ouro

## PREFEITURA

### PR. 033/2019

Publicação Nº 2123305

MUNICÍPIO DE OURO / SC  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0033/2019

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 10/09/2019, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0048/2019, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0033/2019, tipo menor preço por item, com entrega parcelada. Objeto: A presente licitação pelo Sistema de Registro de Preços tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de concreto asfáltico Usinado a quente (C.A.U.Q.), para edificação de lombadas físicas e recuperação das vias públicas asfaltadas, para o exercício de 2019, conforme previsto no Anexo I do edital. Obtenção do edital: [licitacao2@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacao2@ouro.sc.gov.br); [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br). Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 14/08/2019. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº3254

Publicação Nº 2123277

DECRETO N.º 3254/2019

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado o Servidor Público Municipal Sr. RODRIGO LUIZ MARTINI, ocupante do Cargo em comissão de Agente Operacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 12 de agosto de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI  
Vice-Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO 061 A 062 E ADITIVO

Publicação Nº 2123281

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº061/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: ARQTOP ARQUITETURA LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa com profissional apto a fiscalizar a parte elétrica da escola conforme projeto 06 salas do FNDE, referente ao Processo Licitatório 0057/2018 Tomada de preço 004/2018. Valor certo e ajustado de R\$: 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 01 de agosto de 2019. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº062/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES EIRELI,

Objeto: Contratação de empresa para a confecção de uniformes escolares camisetas, calça, jaqueta e bermuda destinados aos alunos da escola municipal Benvenuto Tacca, Creche Maria José Meneses do Município de Ouro Verde. Valor certo e ajustado de R\$: 70.195,00 (setenta mil cento e noventa e cinco reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 08 de agosto de 2019. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO II DE REDUÇÃO DE VALOR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº008/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: POSTO OURO VERDE LTDA

objeto. Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel S10), gasolina comum para todas as Secretarias do Município de Ouro Verde - SC. Amparo legal lei federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 12 de agosto de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO III DE REDUÇÃO DE VALOR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº034/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: POSTO OURO VERDE LTDA

objeto. Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel S500), para todas as Secretarias do Município de Ouro Verde - SC. Amparo legal lei federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 12 de agosto de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 090**

Publicação Nº 2123278

PORTARIA N.º 090/2019

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE FAZEM PARTE DO CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Amelio Remor Junior, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

1 - Nomear os membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo:

Membro Efetivo: Roseli Terezinha Bernardi;

Membro Suplente: Manoela Benedetti Catapan.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Membro Efetivo: Edivani Santin Massoni;

Membro Suplente: Gracieli de Sá.

Secretaria Municipal de Agricultura:

Membro Efetivo: Alcione Selig;

Membro Suplente: Lea Cristina Cavalli Marques.

Secretaria Municipal de Saúde:

Membro Efetivo: Lidianne Vitoria Bolzan;

Membro Suplente: Clevis Frosi.

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão:

Membro Efetivo: Cleusa Mendes;

Membro Suplente: Osmar Faccio.

Centro de Ensino Especial:

Membro Efetivo: Salete Carmen Basso Ramos;

Membro Suplente: Angelica Guiotto.

Representante do Colégio Estadual Celestino do Nascimento:

Membro Efetivo: Sandra Dal Bem Bassotti;

Membro Suplente: Milton Luiz de Lara Santos.

Representante da Associação de Idosos de Ouro Verde:

Membro Efetivo: Dulir Rodrigues dos Santos;

Membro Suplente: Anair Pasini Lazarotto.

Representante do Clube de Mães:

Membro Efetivo: Neivete Michelin Berlezi;

Membro Suplente: Cleide Rodrigues dos Santos.

Representante Diretoria Ensino Especial:

Membro Efetivo: Pedro Alves de Quadra;

Membro Suplente: Arlindo Pasini.

Representante da Associação de Veteranos de Ouro Verde:

Membro Efetivo: Cleomar Plazdo dos Santos;

Membro Suplente: Paulo Cesar dos Santos.

Representante da APP do Colégio Municipal Benvenuto Tacca:

Membro Efetivo: Rejane Grando Conte;

Membro Suplente: Patricia Giacomini.

Representante do Fórum Violência e Exploração Infância Juvenil:

Membro Efetivo: Leonice Siqueira;

Membro Suplente: Ivonete Lazarotto Selig.

2 - O trabalho desenvolvido por este conselho não será remunerado, sendo considerado serviço Público relevante.

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a portaria 086/2018.

Ouro Verde (SC), em 06 de agosto de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOL KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº 091

Publicação Nº 2123279

PORTARIA N.º 091/2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

1 - Nomear os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Edivani Santin Massoni

Vice- Presidente: Leonice Siqueira

Primeiro Secretário: Salete Carmen Basso Ramos

Segundo Secretário: Pedro Alves de Quadra

Primeiro Tesoureiro: Sandra Dalbem Bassotti;

Segundo Tesoureiro: Neivete Michelin Berlezi.

2 - O trabalho desenvolvido por este conselho não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a portaria 087/2018.

Ouro Verde (SC), em 06 de agosto de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº 092

Publicação Nº 2123280

PORTARIA N.º 092/2019

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença Maternidade a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE APARECIDA RAMILO, por período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 21 de julho de 2019, conforme atestados médicos.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 06 de agosto de 2019.

AMELIO REMOR JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE PREFEITO MUNICIPAL

# Palhoça

## PREFEITURA

### INTIMAÇÃO Nº3091/2019 - FISCALIZAÇÃO OBRA

Publicação Nº 2123859

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PRIVADAS

AVENIDA HILZA TEREZINHA PAGANI - 280 - Pagani - Palhoça/ nºSC - CEP: 88132900 INTIMAÇÃO Nº3091/2019

Código do Imóvel Nº:	4174
Vistoria realizada em:	02/08/2019
Inscrição Imobiliária:	01.01.121.0302
Nome:	CAMPOLINA FRANCISCA DA ROSA
Logradouro:	RUA MILETINO DA ROSA
Bairro / Cidade / CEP:	PONTE DO IMARUIM

RUA MILETINO DA ROSA, sn

Complemento: S/N

PONTE DO IMARUIM - Palhoça - SC CEP: 88.130-375

Através desta, fica INTIMADO (A) a executar a limpeza do imóvel com Inscrição Imobiliária nº

01.01.121.0302, no prazo de 10 (dez) a 45 (quarente e cinco) dias, a contar da ciência desta intimação. O proprietário ou possuidor que, intimado, não executar as obras e/ou serviços necessários no prazo estipulado, ficará sujeito a pena de multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários mínimos, conforme Código de Posturas Municipal - Lei nº 19/1993, art. 43 e 44, alterado pela Lei Municipal nº 4.622 de 30 de Maio de 2018.

Observação:

Providenciar limpeza do terreno.

Art. 43 - Todo proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel localizado na zona urbana ou expansão urbana deste Município fica obrigado a mantê-lo em perfeito estado de conservação. Parágrafo Único - Por imóvel mantido em perfeito estado de conservação entende-se aquele drenado, livre de entulhos, roçado e limpo.

Art. 44 - O descumprimento da obrigação contida no artigo anterior, mediante intimação expedida pelo órgão competente do Poder Público Municipal, obriga o proprietário a proceder às obras e serviços necessários dentro de 10 (dez) a 45 (quarenta e cinco) dias, de acordo com a sua complexidade.

I - O proprietário ou possuidor que, intimado, não executar as obras e/ou serviços necessários no prazo estipulado, ficará sujeito a pena de multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários mínimos.

II - O infrator será notificado para recolher a multa no prazo de 30 dias.

III - O débito não pago nos prazos previstos nesta Lei, será inscrito em dívida ativa e cobrado administrativa ou judicialmente, acrescido de juros de mora e correção monetária.

IV - O não cumprimento ou em caso de reincidência, o valor da multa ficará acrescido em 50% (cinquenta por cento) a 100% (cem por cento) do valor original.

§1º - A intimação de que trata o caput deste artigo, sendo desconhecido ou não encontrado o proprietário ou possuidor, será feita por edital, publicado por 10 dias no prédio da Prefeitura e, havendo, em órgão de imprensa com circulação no Município. §2º - Presumir-se-á intimado o proprietário ou possuidor que se recusar a receber o documento de intimação. §3º - O órgão competente da Prefeitura realizará vistorias e inspeções para os fins previstos nesta Lei.

Art. 45 - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios situados no município.

Art. 46 - Os imóveis que possuírem aparelhagem de ar condicionado deverão ter canalizado o escoamento de água produzida para não incomodar o transeunte.

OBS: - A presente INTIMAÇÃO não autoriza o corte de árvores nem a realização de queimadas, sem a prévia autorização da Prefeitura Municipal de Palhoça.



- O lote deverá ser mantido em perfeito estado de limpeza, isento de mato alto, entulhos, lixos e águas estagnadas.

Palhoça, 14 de agosto de 2019.

TIAGO PEREIRA DOS SANTOS

Auditor Fiscal de Obras e Posturas

## **PREGÃO PRESENCIAL RP 144/2019**

Publicação N° 2123543

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL RP N°. 144/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 29 de Agosto de 2019, as 09:00 hs, para recebimento dos Propostas e habilitação, bem como a etapa dos lances a partir das 09:00hs na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP - N°. 144/2019 contratação de empresa para serviços de publicidade em jornal de circulação local do Município de Palhoça, com prioridade semanal e de distribuição gratuita para publicação de atos insitucionais conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes deste Edital, através do Sistema de Pregão Presencial. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 14 de agosto de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

## **RESULTADO LICITAÇÃO PP 126/2019**

Publicação N° 2123824

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PREGÃO PRESENCIAL N° 126/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N° 126/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de cimento para utilização em diversos serviços que são executados diariamente pela Secretaria de Serviços Públicos – SESP, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA: J.M.C JUNCKES MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA EPP com o valor de R\$24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais).

Palhoça, 14 de agosto de 2019.

## **RESULTADO PREGÃO N° 127/2019**

Publicação N° 2124310

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL n° 127/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N° 127/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de artefatos de cimento para a Secretaria de Serviços Públicos deste Município, por meio de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS ficou classificada em 1º lugar no item 01 totalizando R\$ 46.407,00 (quarenta e seis mil quatrocentos e sete reais);

SOLIDA SERVIÇOS DE MAO DE OBRAS EIRELI – ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 02 e 03 totalizando R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais);

Palhoça, 14 de agosto de 2019.

# Palma Sola

## PREFEITURA

### **DECRETO 167/2019 HOMOLOGA RESOLUÇÃO 005/2019 QUE APROVA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE CMS PARA O BIÊNIO 2019/2020**

Publicação Nº 2123688

Decreto 167/2019, de 14 de agosto de 2019

Homologa Resolução 005/2019, de 30 de julho de 2019, que dispõe sobre a Escolha da Diretoria do Conselho Municipal de Saúde CMS para o Biênio 2019/2020, do Município de Palma Sola e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 1965/2017, de 31 de Maio de 2017,

Decreta:  
Art. 1º - Fica homologada, como homologada está a Resolução CMS 005/2019 que aprova a escolha dos membros do Conselho Municipal de Saúde para o biênio 2019/2020, do Município de Palma Sola.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 30 de julho de 2019.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,  
em 14 de agosto de 2019  
Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

Resolução CMS Nº 005/2019 de 30 de 2019.  
Dispõe sobre a Escolha da Diretoria do Conselho Municipal de Saúde para o Biênio 2019/2020 do Município de Palma Sola SC.

Juce Mari Berti Appio, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, de acordo com as competências legais e regimentais conferidas pela Lei 8080/90, Lei 8.142/90, Lei Municipal 1.965/2017 de 31 de maio de 2017, combinada com o Decreto 049/2017.

Considerando o disposto no Artigo 10º do Regimento interno do CMS e na Resolução CNS 453/2012, após escolha entre os membros titulares presentes à reunião ordinária realizada no dia 30 de julho de 2019;

RESOLVE:  
Art. 1º – APROVAR, a escolha dos membros para composição da Diretoria do Conselho Municipal de Saúde do Município de Palma Sola, para o biênio 2019/2020, conforme abaixo:  
Presidente: Rafaela Três  
Vice-Presidente: Mayara Simoni Pereira  
Secretária: Carla Simone Maurer  
Vice-Secretária: Rute Mara Pachão

Art. 2º – a escolha da Diretoria, deu-se por aclamação dos indicados entre os membros titulares indicados pelas entidades e instituições presentes e aprovados à unanimidade dos conselheiros presentes.

Art. 3º – a posse da Diretoria ocorreu no mesmo dia e local, tão logo foram aprovados pelo pleno do CMS.

Art. 4º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, após homologação por meio de Decreto do Executivo Municipal.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Juce Mari Appio Berti  
Presidente do CMS  
Palma Sola/SC

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 89/2019

Publicação N° 2123935

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 89/2019. Modalidade: Pregão Presencial n° 56/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRESÉPIO NATALINO. Data da entrega dos envelopes: 28/08/2019 até as 08:30 horas. Data da abertura: 28/08/2019 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 14 de Agosto de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 90/2019

Publicação N° 2123938

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 90/2019. Modalidade: Pregão Presencial n° 57/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE FLORES, SUBSTRATO E ADUBO. Data da entrega dos envelopes: 28/08/2019 até as 14:00 horas. Data da abertura: 28/08/2019 às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 14 de Agosto de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019 - CONCRETO USINADO

Publicação Nº 2123702

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019

Objeto: Registro de preços para AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO, a fim de realizar futuros reparos nas instalações existentes desta Municipalidade, bem como em futuros empreendimentos. Entrega dos envelopes: 28 de Agosto de 2019 até às 09:15 h; Início da Sessão Pública: 09:15 h. Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 15 de Agosto de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019 - PLAYGROUND

Publicação Nº 2123707

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

Objeto: Aquisição de brinquedos do tipo Playground Infantil para Escolas Municipais . Entrega dos envelopes: 28 de Agosto de 2019 até às 14:00 h; Início da Sessão Pública: 14:15 h. Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 15 de Agosto de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019 - MEDICAMENTOS

Publicação Nº 2123710

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

Objeto: Aquisição de Medicamentos Básicos e Não básicos para compor a Farmácia Municipal Entrega dos envelopes: 29 de Agosto de 2019 até às 14:00 h; Início da Sessão Pública: 14:15 h. Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 15 de Agosto de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040 - MATERIAIS DE LABORATÓRIO

Publicação Nº 2123725

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2019

Objeto: Futura e eventual aquisição de Materiais Laboratoriais a fim de compor as atividades pertinentes ao presente. Entrega dos envelopes: 30 de Agosto de 2019 até às 09:00 h; Início da Sessão Pública: 09:15 h. Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 15 de Agosto de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019 - MAT. ODONTOLÓGICOS**

Publicação Nº 2123719

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019

Objeto: Aquisição de Materiais Odontológicos de consumo e permanentes e kits de prevenção bucal, para uso nos consultórios odontológicos da Secretaria da Saúde e também para o programa Saúde nas Escolas Entrega dos envelopes: 29 de Agosto de 2019 até às 09:00 h; Início da Sessão Pública: 09:15 h. Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 15 de Agosto de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

## Paraíso

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2019

Publicação Nº 2123268

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6  
Processo Nº.: 75/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2019

No dia 13 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, Bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, o Sr(a). VALDÍREZ FERREIRA PRESTES, inscrito no CPF sob o nº. 605.118.309-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2019, Processo Licitatório nº. 75/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA COMUTACÃO ELETRÔNICA DE ELETRODOS MÚLTIPLOS PARA ELETROCUSSÃO DE PLANTAS DANINHAS (CAPINA ELÉTRICA) NO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9920	MAR BRASIL SERVICOS E LOCACOES EIRELI	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MAR BRASIL SERVICOS E LOCACOES EIRELI	02.233.923/0001-19		

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA COMUTACÃO ELETRÔNICA DE ELETRODOS MÚLTIPLOS PARA ELETROCUSSÃO DE PLANTAS DANINHAS (CAPINA ELÉTRICA) NO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9920 - MAR BRASIL SERVICOS E LOCACOES EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE COMUTACÃO ELETRÔNICA DE ELETRODOS MÚLTIPLOS PARA ELETROCUSSÃO DE PLANTAS DANINHAS SEM REMOÇÃO DE RESÍDUOS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÍNIMO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: - ALTERNADOR 440V - INDUTOR DE PROTEÇÃO RLC - RELAY CONTROLADOR DE POTÊNCIA; - TRANSFORMADOR 400V PARA 4-12KV; - CONVERSOR AC/DC; - ELETRODOS DE APLICAÇÃO COM NO MÍNIMO 1,4M; - VELOCIDADE DE OPERAÇÃO 2KM/K; - TENSÃO DE ENTRADA 44V CA; - TENSÃO DE SAÍDA 3960V A 12400VCC; - CORRENTE DE ENTRADA 60 ACA; - CORRENTE DE SAÍDA 1,86 A 5,83 ACC; - FREQUÊNCIA 60HZ RPM 1800RPM; OBS: O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR ACOPLADO EM CAMINHÃO OU TRATOR AMBOS COM NO MÁXIMO 05 ANOS DE USO, DE NO MÍNIMO 04 CILINDROS EM LINHA E POTÊNCIA MÍNIMA DE 150CV PARA CAMINHÃO OU 75CV PARA O TRATOR, CABINE DE PROTEÇÃO SOLAR E CINTO DE SEGURANÇA, INCLUINDO OPERADOR.	ML		15.000,000	1,5000	22.500,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 2/6  
 Processo nº: 75/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

**Fornecedor: 9920 - MAR BRASIL SERVICOS E LOCACOES EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE COMUTAÇÃO ELETRÔNICA DE ELETRODOS MÚLTIPLOS PARA ELETROCUSSÃO DE PLANTAS DANINHAS COM REMOÇÃO DE RESÍDUOS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÍNIMO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: - ALTERNADOR 440V - INDUTOR DE PROTEÇÃO RLC - RELAY CONTROLADOR DE POTÊNCIA; - TRANSFORMADOR 400V PARA 4-12KV; - CONVERSOR AC/DC; - ELÉTODOS DE APLICAÇÃO COM NO MÍNIMO 1,4M; - VELOCIDADE DE OPERAÇÃO 2KM/K; - TENSÃO DE ENTRADA 44V CA; - TENSÃO DE SAÍDA 3960V À 12400VCC; - CORRENTE DE ENTRADA 60 ACA; - CORRENTE DE SAÍDA 1,86 A À 5,83 ACC; - FREQUÊNCIA 60HZ RPM 1800RPM; OBS: O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR ACOPLADO EM CAMINHÃO OU TRATOR AMBOS COM NO MÁXIMO 05 ANOS DE USO, DE NO MÍNIMO 04 CILINDROS EM LINHA E POTÊNCIA MÍNIMA DE 150CV PARA CAMINHÃO OU 75CV PARA O TRATOR, CABINE DE PROTEÇÃO SOLAR E CINTO DE SEGURANÇA, INCLUINDO OPERADOR.	M/L		15.000,000	2,8600	42.900,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6  
Processo Nº.: 75/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/6  
Processo Nº.: 75/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 75/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/6  
Processo N°. : 75/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 39/2019

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 13 de Agosto de 2019.

\_\_\_\_\_  
VALDIREZ FERREIRA PRESTES  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

#### **Empresas Participantes:**

MAR BRASIL SERVICOS E LOCACOES EIRELI

CNPJ: 02.233.923/0001-19 \_\_\_\_\_

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2019

Publicação Nº 2123270

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/7  
Processo Nº.: 76/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2019

No dia 13 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, o Sr(a) VALDÍREZ FERREIRA PRESTES, inscrito no CPF sob o nº. 605.116.309-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 40/2019, Processo Licitatório nº. 76/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, ELÉTRICA E MECÂNICA E SERVIÇOS DE ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6117	A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	4
9921	AZEVEDO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA	3, 7, 13
9922	URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	1, 2, 11, 12

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA	75.786.319/0001-93	Valdírez Ferreira Prestes	605.116.309-30
AZEVEDO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA	31.219.692/0001-97	Roberto de Oliveira	031.111.111-11
URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	20.491.945/0001-60	Roberto de Oliveira	031.111.111-11

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, ELÉTRICA E MECÂNICA E SERVIÇOS DE ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6117 - A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	SERVIÇO DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA PROJETOS DE EDIFICAÇÕES NOVAS, REFORMAS, ALTERAÇÕES DE REDE DE BAIXA TENSÃO, COMPREENDENDO: PROJETO ELÉTRICO COMPLETO, INCLUINDO PROJETO DE LÓGICA E COMUNICAÇÃO, ELABORAÇÃO DE TABELAS DE CARGA, DIMENSIONAMENTO LUMINOTÉCNICO, DIMENSIONAMENTO DOS ELTODUTOS, INTERRUPTORES, TOMADAS, DISJUNTORES, CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO E LUZES DE EMERGENCIA, DIMENSIONAMENTO DA ALIMENTAÇÃO, ACOMPANHADOS DE MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, DESCRITIVO DE BDI E ART QUITADA, BEM COMO APROVADO EM TODOS OS ÓRGÃOS COMPETENTES	M2		3.000,000	9,1300	27.390,00

Fornecedor: 9921 - AZEVEDO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	SERVIÇO DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA CIVIL PARA PROJETOS PREVENTIVOS DE INCÊNDIO, COMPREENDENDO: ROTAS DE FUGA, HIDRANTES, EXTINTORES DE INCÊNDIO E TODOS OS DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA A APROVAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS, ACOMPANHADOS DE MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, DESCRITIVO DE BDI E ART QUITADA, BEM COMO APROVADO EM TODOS OS ÓRGÃOS COMPETENTES	M2		3.000,000	8,5000	25.500,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 76/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019

**Fornecedor: 9921 - AZEVEDO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	SERVIÇO DE ENGENHARIA MECÂNICA PARA PROJETO DE ESTRUTURAS METÁLICAS DE EDIFICAÇÕES NOVAS, COMPREENDENDO: PROJETOS DE DIMENSIONAMENTO E DETALHAMENTO DA ARMAÇÃO DOS PILARES, PROJETOS DE DIMENSIONAMENTO E DETALHAMENTO DA ARMAÇÃO DA VIGAS, TRELIÇAS E PERFIS, PROJETOS DE FORMA, LOCAÇÃO DE CARGAS, PROJETO DE COBERTURA METÁLICA (BANZO SUPERIOR, BANZO INFERIOR, DIAGONAL, MONTANTE, TERÇA E DEFINIÇÃO DE TELHAS), ESTRUTURAS METÁLICAS EM GERAL SOLDADAS OU PARAFUSADAS, ACOMPANHADOS DE MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, DESCRITIVO DE BDI E ART QUITADA, BEM COMO APROVADO EM TODOS OS ÓRGÃOS COMPETENTES	M2		3.000,000	10,2500	30.750,00
13	SERVIÇO DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA CIVIL PARA PROJETOS DE REFORMA OU ADEQUAÇÕES, COMPREENDENDO: PROJETO ARQUITETÔNICO, PREVENTIVO, ELÉTRICO, ESTRUTURAL, HIDRÁULICO, SANITÁRIO, DRENAGEM PLUVIAL, LÓGICA E COMUNICAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E CLIMATIZAÇÃO, ACOMPANHADOS DE MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, DESCRITIVO DE BDI E ART QUITADA, BEM COMO APROVADO EM TODOS OS ÓRGÃOS COMPETENTES	M2		3.000,000	19,0000	57.000,00

**Fornecedor: 9922 - URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA CIVIL PARA PROJETOS DE EDIFICAÇÕES NOVAS, COMPREENDENDO: PROJETO ARQUITETÔNICO, PREVENTIVO, ELÉTRICO, ESTRUTURAL, HIDRÁULICO, SANITÁRIO, DRENAGEM PLUVIAL, LÓGICA E COMUNICAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E CLIMATIZAÇÃO, ACOMPANHADOS DE MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, DESCRITIVO DE BDI E ART QUITADA, BEM COMO APROVADO EM TODOS OS ÓRGÃOS COMPETENTES	M2		3.000,000	11,9000	35.700,00
2	SERVIÇO DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA CIVIL PARA PROJETOS DE PASSEIOS PÚBLICOS, COMPREENDENDO: PROJETO ARQUITETÔNICO, ESTRUTURAL E MOVIMENTAÇÃO DE TERRA, ACOMPANHADOS DE MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, DESCRITIVO DE BDI E ART QUITADA, BEM COMO APROVADO EM TODOS OS ÓRGÃOS COMPETENTES	M2		5.000,000	8,0000	40.000,00
11	SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM DE VIAS URBANAS, CONFORME NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DO DNIT, COMPREENDENDO: ESTUDOS GEOTÉCNICOS E HIDROLÓGICOS; ESTUDOS TOPOGRÁFICOS; PROJETO EXECUTIVO GEOMÉTRICO; PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO; PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM; PROJETOS EXECUTIVOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS DE ARTE COMPLEMENTARES; ACOMPANHADOS DE MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, DESCRITIVO DE BDI E ART QUITADA, BEM COMO APROVADO EM TODOS OS ÓRGÃOS COMPETENTES	M2		6.000,000	6,0000	36.000,00
12	SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM DE VIAS URBANAS, CONFORME NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DO DNIT, COMPREENDENDO: ESTUDOS GEOTÉCNICOS E HIDROLÓGICOS; PROJETO EXECUTIVO GEOMÉTRICO; PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO; PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM; PROJETOS EXECUTIVOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS DE ARTE COMPLEMENTARES; ACOMPANHADOS DE MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, DESCRITIVO DE BDI E ART QUITADA, BEM COMO APROVADO EM TODOS OS ÓRGÃOS COMPETENTES / O LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO SERÁ FORNECIDO PELO MUNICÍPIO	M2		6.000,000	4,0000	24.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 76/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 76/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 76/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 76/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraisópolis para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 7/7  
Processo N°. : 76/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 40/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 13 de Agosto de 2019.

---

**VALDIREZ FERREIRA PRESTES**  
**PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO****Empresas Participantes:**

A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA

CNPJ: 75.786.319/0001-93 \_\_\_\_\_

AZEVEDO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA

CNPJ: 31.219.692/0001-97 \_\_\_\_\_

URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 20.491.945/0001-60 \_\_\_\_\_

# Passo de Torres

## CÂMARA MUNICIPAL

### LEI COMPLEMENTAR Nº 045/2019

Publicação Nº 2123847

LEI COMPLEMENTAR Nº 045 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

“ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 030 DE 26 DE MAIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O cidadão ALTEMIR CATEL CARDOSO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que prevê os parágrafos 3º e 7º do artigo 38 da Lei Orgânica do Município. Faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art.1º. O artigo 2º da Lei Complementar nº 030 de 26 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. A carga horária será de 30 (trinta) horas semanais”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, 14 de Agosto de 2019

ALTEMIR CATEL CARDOSO

Presidente

# Passos Maia

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 334, 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124045

PORTARIA Nº 334, 12 de agosto de 2019.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Professor em caráter temporário, haja vista e exoneração da servidora Mariele Patricia Casagrande Ribeiro.

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2018, levado a efeito pelo Edital nº 002/2018, homologado pelo Decreto nº 011, de 1º de fevereiro de 2019;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora ELIANI CANONICA SALVADEGO para ocupar o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 12/08/2019 a 19/12/2019.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo V, da Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### PORTARIA Nº 335, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124051

PORTARIA Nº 335, de 12 de agosto de 2019.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário Monitor de Creche para suprir a demanda do CEI Branca de Neve, devido ao aumento de alunos matriculados no maternal;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2018, levado a efeito pelo Edital nº 002/2018, homologado pelo Decreto nº 011, de 1º de fevereiro de 2019;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora DIELY DE SOUZA MARINS para ocupar o cargo de Monitor de Creche, Grupo Ocupacional Técnico, Símbolo TC-18, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 12/08/2019 a 19/12/2019.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo IV, da Lei

Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 336, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124055

PORTARIA Nº 336, de 14 de agosto de 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico emitido pela Dra. Fernanda Favero – CRM 10512 – em 13 de agosto de 2019, que sugere o afastamento da servidora Josiani Marsango de suas atividades laborais por um período de 10 (dez) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora JOSIANI MARSANGO, matrícula nº 387, ocupante do Cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 13 de agosto de 2019 a 22 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 14 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 337, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124058

PORTARIA Nº 337, de 14 de agosto de 2019.

“CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnia;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor FLÁVIO ROBERTO ROSSI, matrícula nº 9685, ocupante do cargo público de Contador, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 02/06/2015 a 01/06/2016, para serem gozadas do dia 14/08/2019 a 28/08/2019.

Art. 2º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor FLÁVIO ROBERTO ROSSI, referentes ao período aquisitivo de 02/06/2015 a 01/06/2016, para serem



convertidas na competência de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 14 de agosto de 2019

.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO 0045/2019

Publicação Nº 2123595

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0045/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 0001/2019

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Leomar Roberto Listoni, justifica a inexigibilidade de Licitação para Contratação de empresa detentora de representação exclusiva de artistas, para apresentação de show "MATOGROSSO E MATHIAS" nas comemorações do Vigésimo oitavo aniversário do Município de Passos Maia – SC.

Valor: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

Contratada: Reginatto Shows e Eventos EIRELLI

Amparo Legal: Art.25, inciso III da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 14 de maio de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO N. 38\_2019**

Publicação N° 2123784

**DECRETO N° 000038/19 de 6 de Agosto de 2019**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000815/18 de 19 de Novembro de 2018.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 150.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.02 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

06.02.13.392.1301.2.017-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

150.000,00

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

150.000,00

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Agosto de 2019**

\_\_\_\_\_  
**LEOMAR ROBERTO LISTONI**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO N. 39\_2019**

Publicação Nº 2123786

**DECRETO Nº 000039/19 de 6 de Agosto de 2019**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000815/18 de 19 de Novembro de 2018.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 22.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMENTO

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMENTO

03.01.04.122.0402.2.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	22.000,00
--------------------------------------------------------------------	-----------

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMENTO

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMENTO

03.01.04.122.0402.2.004-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	6.000,00
----------------------------------------------------------------------------------------------------	----------

03.01.04.122.0402.2.004-3.3.93.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	6.000,00
------------------------------------------------------------------------------------------------	----------

03.01.04.122.0402.2.004-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
--------------------------------------------------------------------	-----------

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Agosto de 2019**

\_\_\_\_\_  
**LEOMAR ROBERTO LISTONI**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO N. 40\_2019**

Publicação Nº 2123787

**DECRETO Nº 000040/19 de 6 de Agosto de 2019**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000815/18 de 19 de Novembro de 2018.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 362.272,31 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

13.01.10.301.1001.2.032-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	47.646,21
13.01.10.301.1001.2.033-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	161.299,54
13.01.10.301.1001.2.036-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	53.387,19
13.01.10.301.1001.2.032-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	99.939,37

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro	362.272,31
----------------------	------------

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Agosto de 2019**

---

**LEOMAR ROBERTO LISTONI****Prefeito Municipal**

**Paulo Lopes****PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº. 03/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123340

RESOLUÇÃO Nº. 03/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1568 de 26 de Setembro de 2013, conforme deliberação da reunião realizada em 13 de Agosto de 2019,

Resolve:

Art. 1º. Aprovar por unanimidade O Plano de Trabalho para Cofinanciamento Estadual Socioassistencial de 2019, após decisão do Conselho para aplicação dos recursos 100% na modalidade custeio;

Art.2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes/SC, 13 de Agosto de 2019.

CAROLINE BROPP CARDOSO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**RESOLUÇÃO Nº. 04/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123356

RESOLUÇÃO Nº. 04/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1568 de 26 de Setembro de 2013, conforme deliberação da reunião realizada em 13 de Agosto de 2019,

Resolve:

Art. 1º. Aprovar por unanimidade O Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal de 2019;

Art.2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes/SC, 13 de Agosto de 2019.

CAROLINE BROPP CARDOSO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

# Penha

## PREFEITURA

### 1ª ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 - FMS

Publicação Nº 2124101



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

### 1ª ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019 - FMS**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 – FMS**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Objeto:** Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada para castração de animais de espécie canina/felina de ambos os sexos (de rua ou domiciliado) no Município de Penha/SC, conforme solicitação nº. 400/2019 do Fundo Municipal de Saúde, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

**Conforme solicitação encaminhada pelo Fundo Municipal de Saúde, através do Memorando nº 338/2019, fica alterado o presente edital conforme segue.**

#### ONDE SE LÊ:

#### ANEXO I

#### **TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL** **Especificação e Quantitativo do Objeto.**

**Objeto: Registro de Preços** para futura contratação de empresa especializada para castração de animais de espécie canina/felina de ambos os sexos (de rua ou domiciliado) no Município de Penha/SC, conforme solicitação nº. 400/2019 do Fundo Municipal de Saúde, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

**Justificativa:** A implantação do Processo de castração visa reduzir a superpopulação dos animais de rua e assim, evitar o abandono de filhotes, diminuir a população de errantes, consequentemente diminuir o risco de transmissão de doenças entre animais e entre animais e o homem, tendo grande impacto no controle de zoonoses e no bem-estar da sociedade e dos animais que nela vivem.

Item	Especificação	Unid	Quant	Previsão de Custo R\$	
				UNIT	GLOBAL
1	Orquiectomia Felina; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	450	R\$ 69,66	R\$ 31.347,00
2	Orquiectomia Canino até 15kg; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	320	R\$ 84,85	R\$ 27.152,00
3	Orquiectomia Canina acima de 15kg; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	150	R\$ 104,53	R\$ 15.679,50
4	Ovariohisterectomia Felina; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	450	R\$ 107,29	R\$ 48.280,50
5	Ovariohisterectomia Canina até 09kg; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	650	R\$ 124,50	R\$ 80.925,00
6	Ovariohisterectomia Canina de 10 até 15kg; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	300	R\$ 133,33	R\$ 39.999,00
7	Ovariohisterectomia Canina acima de 16kg; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	220	R\$ 143,66	R\$ 31.605,20
			<b>Total</b>	<b>R\$ 274.988,20</b>	

**Fornecimento:** o fornecimento deverá ser realizado pela CONTRATADA, de forma parcelada, de acordo

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina





PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

com a necessidade e nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 05 (cinco) dias após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;

**Forma de pagamento:** em até 30(trinta) dias, após fornecimento do objeto, mediante apresentação de **Nota Fiscal Eletrônica** devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento;

**Nome do Responsável pela assinatura da Ata de Registro/Contrato**

**Dados Bancários Da Empresa:**

Nome do Banco:  
Agência nº:  
Nome da Agência:  
Nome do Credor:  
Conta Corrente nº.:

Local e data

**Nome completo e Assinatura do Responsável Legal e  
Carimbo da Empresa**

**LEIA-SE:**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL  
Especificação e Quantitativo do Objeto.**

**1. Objeto: Registro de Preços** para futura contratação de empresa especializada para castração de animais de espécie canina/felina de ambos os sexos (de rua ou domiciliado) no Município de Penha/SC, conforme solicitação nº. 400/2019 do Fundo Municipal de Saúde, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

**2. Justificativa:** A implantação do Processo de castração visa reduzir a superpopulação dos animais de rua e assim, evitar o abandono de filhotes, diminuir a população de errantes, consequentemente diminuir o risco de transmissão de doenças entre animais e entre animais e o homem, tendo grande impacto no controle de zoonoses e no bem-estar da sociedade e dos animais que nela vivem.

Item	Especificação	Unid	Quant	Previsão de Custo R\$	
				UNIT	GLOBAL
1	Orquiectomia Felina; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	450	R\$ 69,66	R\$ 31.347,00
2	Orquiectomia Canino até 15kg; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	320	R\$ 84,85	R\$ 27.152,00
3	Orquiectomia Canina acima de 15kg; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	150	R\$ 104,53	R\$ 15.679,50
4	Ovariohisterectomia Felina; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	450	R\$ 107,29	R\$ 48.280,50

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

5	Ovariohisterectomia Canina até 09kg; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	650	R\$ 124,50	R\$ 80.925,00
6	Ovariohisterectomia Canina de 10 até 15kg; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	300	R\$ 133,33	R\$ 39.999,00
7	Ovariohisterectomia Canina acima de 16kg; Procedimento deverá incluir anestesia.	UN	220	R\$ 143,66	R\$ 31.605,20
			<b>Total</b>	<b>R\$ 274.988,20</b>	

### 3. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA

**3.1. Realizar os serviços na Unidade Básica de Saúde Animal da Prefeitura de Penha atualmente localizada à Rua Graciliano Correa, 769, Praia de Armação do Itapocorói, Penha – SC.**

**3.2. Atender nos dias e horários estabelecidos pela Prefeitura (seg. a sexta das 08h às 12h) tendo ainda a disponibilidade para prestar os serviços em outros horários ou dias a critério da coordenação do programa.**

**3.3. Disponibilizar profissionais experientes e capacitados (méd. veterinário/auxiliar) e em número suficiente para a realização de todas as etapas necessárias a realização das cirurgias.**

**3.4. Empregar a técnica cirúrgica Minimamente Invasiva (Técnica do Gancho) para as fêmeas. Da mesma forma, utilizar protocolos anestésicos que promovam excelente analgesia e recuperação pós operatória afim de garantir o bem estar dos animais. \*Associações exclusivas de xilazina e ketamina não serão permitidas.**

**3.5. Fornecer além de mão de obra especializada:**

- Fármacos utilizados nos protocolos anestésicos e de emergência
- Antibiótico injetável
- Fios cirúrgicos
- Campo cirúrgico (preferencialmente de plástico estéril descartável)

**3.6. Responsabilidades da Prefeitura Municipal de Penha:**

- Organizar a agenda de castrações
- Realizar a triagem dos animais
- Receber, pesar e cadastrar os animais para a cirurgia
- Realizar a retirada dos pontos no período pós operatório
- Fornecer os materiais necessários a realização das cirurgias não listados no item anterior
- Realizar a lavagem, secagem, embalagem e esterilização do instrumental cirúrgico
- Assegurar a limpeza e assepsia do centro cirúrgico

**4. Fornecimento:** o fornecimento deverá ser realizado pela CONTRATADA, de forma parcelada, de acordo com a necessidade e nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 05 (cinco) dias após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;

**5. Forma de pagamento:** em até 30(trinta) dias, após fornecimento do objeto, mediante apresentação de **Nota Fiscal Eletrônica** devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento;

**Nome do Responsável pela assinatura da Ata de Registro/Contrato**

**Dados Bancários Da Empresa:**

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
 CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

Nome do Banco:  
Agência nº:  
Nome da Agência:  
Nome do Credor:  
Conta Corrente nº.:

Local e data

**Nome completo e Assinatura do Responsável Legal e  
Carimbo da Empresa**

Sendo assim a Secretaria da Administração informa que devido a alteração não interferir nas propostas (quantidades e valores) tendo em vista a data prevista para abertura dos envelopes, não necessita de alteração.

Publique-se.

Penha/SC, 14 de agosto de 2019.

**JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA**  
Secretário de Administração

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

## ATA 063/2019 - PMP

Publicação Nº 2124100

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2019 - PMP**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019 - PMP**  
**Sistema de Registro de Preços****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL ENTRE AS PARTES, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE TODO MUNICÍPIO DE PENHA.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. **JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa **MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA**, estabelecida à AV Irineu Bornhausen nº 855, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.614.582/0001-69, representada, neste ato pelo Sr. Luiz Bunki Otsuka, CPF sob o nº 064.638.869-04, Cargo/Função Sócio Administrador, doravante denominados **"FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO"**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 032/2019-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços** para futura aquisição e instalação de materiais elétricos, para atender as demandas de iluminação pública de todo Município, conforme solicitação nº 1116/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores do item encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABRAÇADEIRA NYLON 283X4,80MM REDE MULTIPLEXADA	PÇA	HELERMANN	204,000	0,2900	59,16
2	ADAPTADOR ESTRIBO CUNHA CB 4-2 AWG	PÇA	PLP	9,000	17,2300	155,07
3	ALÇA PRE FORMADA P/ CABO CA 2 AWG (35,0MM)	PÇA	PLP	58,000	5,8400	338,72
4	ALÇA PRE FORMADA P/ CABO CA 4 AWG (25,0MM)	PÇA	PLP	4,000	2,9300	11,72
5	ALÇA PRE FORMADA P/ CABO CA 8 AWG (10,0MM)	PÇA	PLP	8,000	2,0400	16,32

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

6	ALÇA PRE FORMADA P/ CABO CA/CAA 1/0 AWG (50,0MM)	PÇA	PLP	8,000	6,5700	52,56
7	ALÇA PRE FORMADA P/ CABO COBRE 4 AWG (25,0MM)	PÇA	PLP	6,000	51,9200	311,52
8	ALÇA PRE FORMADA P/ CABO CU 2/0 AWG (70,0MM)	PÇA	PLP	6,000	10,7500	64,50
9	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA 01 ESTRIBO	UN	ROMAGNOLE	3,000	12,7600	38,28
10	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA 02 ESTRIBOS	UN	ROMAGNOLE	9,000	28,1600	253,44
11	Arruela quadrada 38x38x18mm	PC	ROMAGNOLE	1.602,000	0,5700	913,14
12	Base para rele fotoelétrico 10 A	PC	EXATROM	429,000	9,3500	4.011,15
13	Braço de iluminação Pública Curvo 2,0m 49mm GF	PÇA	OLIVO	400,000	74,6800	29.872,00
14	Braço de IP Curvo 49x1.500 MM GF c/ sapata CELESC	PÇA	OLIVO	80,000	73,4000	5.872,00
15	Braço de IP Curvo 49x3.000 MM GF c/ sapata CELESC	PÇA	OLIVO	8,000	104,0200	832,16
16	CABO ALUMINIO NU CA 2 AWG	KG	CORDEIRO	224,000	28,2600	6.330,24
17	CABO COBERTO COBRE XLPE 16MM 15KV	M	CORDEIRO	9,000	20,6400	185,76
18	CABO COBRE ISOL XLPE 35MM2 0,6/1KV PRETO	M	CORDEIRO	9,000	23,2800	209,52
19	CABO COBRE ISOLADO EXTRA-FLEX 25MM- PRETO	M	CORDEIRO	6,000	13,6400	81,84
20	CABO COBRE NU 25MM NORMATIZADO	KG	CORDEIRO	134,000	54,5700	7.312,38
21	CABO DE COBRE BITOLA 10MM² 1KV	M	CORDEIRO	1.000,000	6,3700	6.370,00
22	CABO FLEXIVEL 750V 1,5 MM - AZUL	M	CORDEIRO	276,000	0,7600	209,76
23	CABO FLEXIVEL 750V 1,5 MM - PRETO	M	CORDEIRO	276,000	0,7600	209,76
24	CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO 1X1X10+10MM MONOFÁSICO	M	CORDEIRO	350,000	3,5200	1.232,00
25	CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO	M	CORDEIRO	1.548,000	23,0300	35.650,44

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
 CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

	3X1X50+35MM					
	COLORIDO					
26	CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO	M	CORDEIRO	290,000	30,4200	8.821,80
	3X1X70+50MM					
27	CABO NU ALUMINIO CA 4 AWG	KG	CORDEIRO	4,000	33,0000	132,00
28	CABO PP 3X2,5 MM²	M	CORDEIRO	50,000	5,7200	286,00
29	CAIXA DE PASSAGEM 300X300X400 MM	PC	GOMES	10,000	77,7600	777,60
	PAREDE DE 100MM					
30	CARTUCHO METALICO KF 001 AZUL	PC	CBC	11,000	1,0600	11,66
31	CARTUCHO METALICO KF 001 VERMELHO	PC	CBC	220,000	1,1100	244,20
32	CHAVE FUSIVEL 1P C GANCHO 100A 25KV 6300A	PC	DELMAR	6,000	395,6100	2.373,66
33	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 150MM	PC	ROMAGNOLE	2,000	20,9800	41,96
34	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 160MM	PC	ROMAGNOLE	2,000	21,6600	43,32
35	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 170MM	PC	ROMAGNOLE	8,000	24,9400	199,52
36	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 180MM	PC	ROMAGNOLE	7,000	25,5800	179,06
37	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 190MM	PC	ROMAGNOLE	19,000	27,0100	513,19
38	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 200MM	PC	ROMAGNOLE	39,000	27,2800	1.063,92
39	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 210MM	PC	ROMAGNOLE	20,000	27,6600	553,20
40	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 220MM (2001)	PC	ROMAGNOLE	57,000	28,3400	1.615,38
41	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 230MM	PC	ROMAGNOLE	11,000	28,6600	315,26
42		PC	ROMAGNOLE	24,000	28,8800	693,12
43	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 250MM	PC	ROMAGNOLE	1,000	30,5900	30,59
44	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 260MM	PC	ROMAGNOLE	417,000	32,3300	13.481,61
45	CINTA P/POSTE SECAO CIRC. 290MM	PC	ROMAGNOLE	404,000	33,3200	13.461,28
46	CONECTOR AMPA. TIPO III VERMELHO (6381)	PC	WEG	800,000	2,2200	1.776,00
47	CONECTOR CUNHA (1/0 X2 AWG)	PC	INTELLI	18,000	5,2900	95,22
48	CONECTOR CUNHA (2X2 - 1/0 X4)	PC	INTELLI	76,000	4,7400	360,24
49	CONECTOR CUNHA (2X4 - 1/0 X6)	PC	INTELLI	59,000	5,1200	302,08

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

50	CONECTOR CUNHA (4/0 AWG X 4AWG) (6461)	PC	INTELLI	3,000	9,5900	28,77
51	CONECTOR CUNHA (4X4 - 2X6 AWG)	PC	INTELLI	4,000	4,9300	19,72
52	CONECTOR CUNHA 7275161 (2/0 X 6 - 3/0 X 6 AWG)	PC	INTELLI	2,000	10,3400	20,68
53	CONECTOR CUNHA 7275897 (1/0 X 1/0 AWG) (6466)	PC	INTELLI	3,000	9,5900	28,77
54	CONECTOR CUNHA AL CB (2/0 X 2/0 AW - 4/0 X 2AWG) (64	PC	INTELLI	6,000	10,0000	60,00
55	CONECTOR CUNHA CB CU 35X16 - 35X25 - 50X16	PC	INTELLI	14,000	19,4400	272,16
56	CONECTOR CUNHA CU CB 25MM 16MM	PC	INTELLI	13,000	20,4600	265,98
57	CONECTOR CUNHA CU CB 25MM 25MM	PC	INTELLI	36,000	20,4600	736,56
58	CONECTOR CUNHA CU CB 50MM 25MM (6787)	PC	INTELLI	8,000	21,6400	173,12
59	CONECTOR CUNHA P/ ATERRAMENTO 25 A 35MM	PC	INTELLI	61,000	8,3600	509,96
60	CONECTOR DE PERFURAÇÃO 10X70 - 1,5X10	PC	INTELLI	55,000	5,9400	326,70
61	CONECTOR LV CU CB 16-120MM2 CB 10-70MM2 (6774)	PC	INTELLI	9,000	22,6200	203,58
62	CONECTOR PIERCING 10 X 2,5MM	UN	INTELLI	10,000	8,6000	86,00
63	CONECTOR PIERCING 16-70 X 6-35 MM (18531)	PC	INTELLI	45,000	10,1600	457,20
64	CONECTOR PIERCING 50-120 / 50-120 (18534)	PC	INTELLI	177,000	12,9200	2.286,84
65	CONECTOR SHARK 16MM	PC	ETELEC	12,000	114,8500	1.378,20
66	CONECTOR TIPO 2 VERDE	PC	INTELLI	40,000	3,5900	143,60
67	CONECTOR TIPO 3 - VERMELHO	PC	INTELLI	147,000	2,2200	326,34
68	CONECTOR TIPO A - VIOLETA	PC	INTELLI	87,000	4,1000	356,70
69	CONECTOR TIPO B - LARANJA	PC	INTELLI	11,000	4,2300	46,53
70	CONJUNTO GRAMPO SUSPENSÃO P/ REDE MULTIPLEXADA	PC	PLP	28,000	46,6400	1.305,92
71	CONTACTORA	PC	WEG	1,000	279,5700	279,57

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

72	TRIPOLAR CW40 CRUZETA CONCRETO 90X115X2100 MM 400DAN	PC	INDAIAL	2,000	181,1700	362,34
73	CRUZETA DE AÇO TUBULAR 90X90X2000MM	PC	ROMAGNOLE	48,000	186,9300	8.972,64
74	CRUZETA DE AÇO TUBULAR 90X90X3000MM (17879)	PC	ROMAGNOLE	2,000	443,3500	886,70
75	CRUZETA POLIMERICA 90X90X2000MM 400DAN 26993	PC	PETROFISA	3,000	260,9000	782,70
76	CRUZETA POLIMERICA 90X90X2800MM	PC	PETROFISA	4,000	411,6000	1.646,40
77	DISJUNTOR TRIFASICO 20A DIM	PC	WEG	2,000	37,8300	75,66
78	ELETRODUTO PEAD 02" NORMATIZADO	M	CINFLEX	350,000	4,3600	1.526,00
79	ELO FUSIVEL 500MM - 1H	PC	DELMAR	3,000	8,0500	24,15
80	ELO FUSIVEL 500MM - 5H	PC	DELMAR	3,000	8,0200	24,06
81	ELO FUSIVEL 500MM- 6K	PC	DELMAR	1,000	8,6400	8,64
82	ESPAÇADOR REDE SEC. 5 CONDUTORES	PC	ROMAGNOLE	1,000	11,0900	11,09
83	FIO ALUMINIO MOLE 4 AWG	KG	CORDEIRO	16,000	34,3400	549,44
84	FIO COBRE NU RECOZIDO 16MM (6AWG) (5228)	KG	CORDEIRO	2,000	77,6000	155,20
85	FIO CU NU MEIO-DURO 16MM - 142KG/KM	KG	CORDEIRO	1,000	71,3600	71,36
86	FIO ISOLADO CLASSE DE TENSÃO 750V BITOLA 2,5MM²	M	CORDEIRO	2.400,000	1,0600	2.544,00
87	FITA ALTA FUSÃO 19MMX10M PROFISSIONAL	RL	3M	14,000	20,3800	285,32
88	FITA ALUMINIO PROTECAO 1X10 (REDE)	KG	PLP	8,500	47,0800	400,18
89	FITA ISOLANTE PRETA 19MMX20M	PC	3M	30,000	5,3100	159,30
90	HASTE ATERRAMENTO 13MM 2400MM	PC	INTELLI	100,000	52,0200	5.202,00
91	ISOLADOR DE ANCORAGEM POLIMERICO 25KV CELESC (1	PC	GERMER	17,000	71,7800	1.220,26
92	ISOLADOR PILAR 23,1	PC	GERMER	141,000	119,1800	16.804,38

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

	KV PORCELANA VITRIFICADA (1					
93	ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 45MM 1,3 KV	PC	GERMER	21,000	7,3400	154,14
94	KIT POSTINHO TRIFÁSICO 50A	PC	GOMES	1,000	2.273,6000	2.273,60
95	LAMPADA VAPOR METALICA 150W E-40 TUB	PC	EMPALUX	400,000	48,2000	19.280,00
96	LAMPADA VAPOR METALICO 1000W	PC	EMPALUX	30,000	141,1200	4.233,60
97	LAMPADA VAPOR SODIO 150W TUBULAR E-40	PC	EMPALUX	80,000	30,0900	2.407,20
98	LAMPADA VAPOR SODIO 250W TUBULAR E-40	PC	EMPALUX	8,000	33,9500	271,60
99	LUMINARIA DE ALTO RENDIMENTO P/LAMP. ATÉ 250W IP-66 C/ COMPARTIMENTO P/ REATOR E ACESSORIOS	PC	EMPALUX	488,000	377,3000	184.122,40
100	LUVA DE EMENDA 4AWG AL CA (6720)	PC	CONIMEL	17,000	2,8000	47,60
101	LUVA DE EMENDA CA 2AWG (6721)	PC	CONIMEL	12,000	20,3800	244,56
102	LUVA DE EMENDA CA 4/0 AWG	PC	CONIMEL	3,000	22,1700	66,51
103	LUVA EMENDA COMPACTA AL CB CA 1/0 AWG	PC	CONIMEL	3,000	8,4900	25,47
104	MANILHA SAPATILHA 5000DAN	PC	ROMAGNOLE	17,000	12,0900	205,53
105	MÃO FRANCESA PERFILADA 726MM	PC	ROMAGNOLE	53,000	24,4100	1.293,73
106	MÃO FRANCESA PERFILADA DE AÇO 0993MM	PC	ROMAGNOLE	2,000	29,8200	59,64
107	OLHAL P/ PARAFUSO 5000DAN	PC	ROMAGNOLE	115,000	11,1300	1.279,95
108	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA 16X150X75MM	PC	ROMAGNOLE	25,000	4,2300	105,75
109	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA 16X45X45MM	PC	ROMAGNOLE	122,000	2,6500	323,30
110	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA	PC	ROMAGNOLE	490,000	3,0600	1.499,40

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
 CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

111	16X70X60MM PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X125X80MM C/ PORCA	PC	ROMAGNOLE	56,000	3,3700	188,72
112	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X150MM C/ PORCA	PC	ROMAGNOLE	12,000	3,9500	47,40
113	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X200X120MM C/ PORCA	PC	ROMAGNOLE	33,000	5,0700	167,31
114	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X250X170MM C/ PORCA	PC	ROMAGNOLE	85,000	7,0000	595,00
115	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X300X220MM C/ PORCA	PC	ROMAGNOLE	101,000	9,0900	918,09
116	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X500X420MM C/ PORCA	PC	ROMAGNOLE	2,000	11,6000	23,20
117	PARA-RAIO 12KV 10KA	PC	DELMAR	6,000	255,6100	1.533,66
118	PARA-RAIO DISTRIBUIÇÃO BAIXA TENSÃO 280V	PC	DELMAR	19,000	93,7900	1.782,01
119	PINO DE FIXAÇÃO ISOLADOR PILAR 140X60MM	PC	ROMAGNOLE	141,000	7,6000	1.071,60
120	PORCA OLHAL 16,0MM (2241)	PC	ROMAGNOLE	22,000	8,9500	196,90
121	PORCA QUADRADA 16MM	PC	ROMAGNOLE	28,000	1,3300	37,24
122	POSTE CONCRETO CIRCULAR 10M/300DAN (840KG)	PC	INDAIAL	10,000	1.131,1900	11.311,90
123	POSTE CONCRETO CIRCULAR 10M/600DAN (1090KG)	PC	INDAIAL	1,000	1.616,3900	1.616,39
124	POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/1000DAN (1519KG)	PC	INDAIAL	1,000	2.838,4700	2.838,47
125	POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/300DAN	PC	INDAIAL	4,000	1.208,1000	4.832,40
126	POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/600DAN	PC	INDAIAL	2,000	1.751,2400	3.502,48
127	POSTE CONCRETO CIRCULAR 12M/300DAN	PC	INDAIAL	1,000	1.392,6700	1.392,67
128	POSTE CONCRETO	PC	INDAIAL	3,000	2.084,8100	6.254,43

:: Página 7 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

	CIRCULAR 12M/600DAN					
129	POSTE CONCRETO DUPLO T 10M/300DAN	PC	INDAIAL	15,000	850,1400	12.752,10
130	POSTE CONCRETO DUPLO T 11M/300DAN	PC	INDAIAL	6,000	1.086,4500	6.518,70
131	POSTE DE CONCRETO MODELO CIRCULAR 14/300DAN	PC	INDAIAL	10,000	1.450,4000	14.504,00
132	POSTE DE CONCRETO MODELO DUPLO T7/100DAN	PC	INDAIAL	3,000	323,4000	970,20
133	POSTE METALICO CONICO CONTINUO ENGASTADO 10M LIVRES	PC	CONIPOST	4,000	1.324,0900	5.296,36
134	POSTE POLIMERO REFORÇADO COM FIBRA DE FIRA DE VIDRO COM 12 METROS DE ALTURA.	PC	PETROFISA	10,000	3.773,0000	37.730,00
135	PROJETOR DE LED 179W, FLUXO LUMINOSO 22132LM, TEMPERATURA DA COR 5000K - IP 67 IK9 - VIDA ÚTIL 100.000HORAS	PC	CONEXLED	20,000	2.695,0000	53.900,00
136	PROJETOR PARA LAMPADAS VAPOR METALICO DE 1000W	PC	NOVVALIGHT	30,000	1.298,5000	38.955,00
137	QUADRO DE COMANDO 250X350X250MM	PC	CEMAR	1,000	343,0000	343,00
138	REATOR BAIXA PERDA INTERNO PARA LAMPADA VAPOR DE METALICO 150 W - 3 ANOS DE GARANTIA	PC	DEMAPE	451,000	49,3300	22.247,83
139	REATOR INTERNO PARA LAMPADAS VAPOR METALICO DE 1000W	PC	DEMAPE	30,000	231,2800	6.938,40
140	REATOR VAPOR DE SODIO 150W GALVANIZADO FOGO.	SER	DEMAPE	27,000	76,7300	2.071,71
141	REATOR VAPOR DE SODIO A.F.P. 250W INTERNO.	SER	DEMAPE	8,000	52,6400	421,12

:: Página 8 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
 CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

142	RELE FOTOELETRICO NF 10A	PC	EXATRON	488,000	16,1100	7.861,68
143	SAPATILHA CABO AÇO ATÉ 9,5MM (2153)	PC	ROMAGNOLE	34,000	2,2200	75,48
144	SELA PARA CRUZETA 115MM (2179)	PC	ROMAGNOLE	25,000	7,7000	192,50
145	SUPORTE TIPO L PARA CHAVE FUS E PARA-RAIOS (208	PC	ROMAGNOLE	13,000	25,5800	332,54
146	SUPORTE TRANSFORMADOR POSTE CIRCULAR 240MM	PC	ROMAGNOLE	2,000	130,9600	261,92
147	SUPORTE TRANSFORMADOR PORTE CIRCULAR 270MM	PC	ROMAGNOLE	4,000	132,0300	528,12
148	TERMINAL AL/SN COMPRESSÃO PRE-ISOL 35MM CPTA NI	PC	CONIMEL	6,000	52,4400	314,64
149	TERMINAL AL/SN COMPRESSÃO PRE-ISOL 50MM CPTA NI	PC	CONIMEL	12,000	55,6800	668,16
150	TERMINAL AL/SN COMPRESSÃO PRE-ISOL 70MM CPTA NI	PC	CONIMEL	6,000	69,9500	419,70
151	TERMINAL PRE-ISOLADO AL ESTANHO 50MM	PC	CONIMEL	8,000	56,0400	448,32
152	TORA DE MADEIRA D200X1000MM (4751)	PC	MV	52,000	42,2200	2.195,44
153	TRAFO TRIF. 15KV 30KVA 380/220V	PC	WEG	1,000	6.431,0300	6.431,03
154	TRANSFORMADOR TRIFASICO 15KV 75KVA 380/220V	PC	WEG	1,000	10.356,0500	10.356,05
155	ABRAÇADEIRA NYLON 283/4,80MM REDE MULTIPLEXADA	SER	MERCOLUX	204,000	0,1800	36,72
156	ADAPTADOR ESTRIBO CUNHA CB4-2 AWG	SER	MERCOLUX	9,000	10,3400	93,06
157	ALÇA PRÉ FORMADA P/ CABO CA2 AWG (35,0MM)	SER	MERCOLUX	58,000	3,5100	203,58
158	ALÇA PRÉ FORMADA P/ CABO CA4 AWG (25,0MM)	SER	MERCOLUX	4,000	1,7500	7,00
159	ALÇA PRÉ FORMADA P/ CABO CA8 AWG (10,0MM)	SER	MERCOLUX	8,000	1,2300	9,84
160	ALÇA PRÉ FORMADA P/	SER	MERCOLUX	8,000	3,9400	31,52

:: Página 9 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
 CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

	CABO CA/CCA 1/0AWG (50,0MM)					
161	ALÇA PRÉ FORMADA P/ CABO COBRE 4AWG (25,0MM)	SER	MERCOLUX	6,000	31,1500	186,90
162	ALÇA PRÉ FORMADA P/ CABO CU 2/0AWG (70,0MM)	SER	MERCOLUX	6,000	6,4500	38,70
163	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA 1 ESTRIBO	SER	MERCOLUX	3,000	7,6500	22,95
164	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA 2 ESTRIBOS	SER	MERCOLUX	9,000	16,9000	152,10
165	ARRUELA QUADRADA 38/X38X18MM	SER	MERCOLUX	1.602,000	0,3400	544,68
166	BASE PARA RELE FOTOELETRICO 10A	SER	MERCOLUX	429,000	5,6100	2.406,69
167	BRAÇO ILUM PUB CORVO 2,0M 049MM GF	SER	MERCOLUX	400,000	44,8100	17.924,00
168	BRAÇO IP CURVO 49X1.500MM GF C/ SAPATA CELESC	SER	MERCOLUX	80,000	44,0400	3.523,20
169	BRAÇO IP CURVO 49X3.000MM 3MM GF C/ SAPATA CELESC	SER	MERCOLUX	8,000	62,4100	499,28
170	CABO ALUMINIO NU CA 2AWG.	SER	MERCOLUX	224,000	16,9500	3.796,80
171	CABO COBERTO COBRE XLPE 16MM 15KV.	SER	MERCOLUX	9,000	12,3900	111,51
172	CABO COBRE ISOL XLPE 35MM2 0,6/AKV PRETO..	SER	MERCOLUX	9,000	13,9700	125,73
173	CABO COBRE ISOLADO EXTRA-FLEX 25MM - PRETO	SER	MERCOLUX	6,000	8,1800	49,08
174	CABO COBRE NU 25MM NORMATIZADO (KG)	SER	MERCOLUX	134,000	32,7400	4.387,16
175	CABO DE COBRE BITOLA 10MM² 1KV..	SER	MERCOLUX	1.000,000	3,8200	3.820,00
176	CABO FLEXIVEL 750V 1,5MM - AZUL	SER	MERCOLUX	276,000	0,4600	126,96
177	CABO FLEXIVEL 750V 1,5MM - PRETO..	SER	MERCOLUX	276,000	0,4600	126,96
178	CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO 1X1X10+10MM MONOFASICO..	SER	MERCOLUX	350,000	2,1100	738,50
179	CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO 3X1X50+35MM COLORIDO...	SER	MERCOLUX	1.548,000	13,8200	21.393,36

:: Página 10 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
 CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

180	CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO 3X1X70+50MM..	SER	MERCOLUX	290,000	18,2500	5.292,50
181	CABO NU ALUMINIO CA 4 AWG.	SER	MERCOLUX	4,000	19,8000	79,20
182	CABO PP 3X2,5MM²	SER	MERCOLUX	50,000	3,4300	171,50
183	CAIXA DE PASSAGEM 300X300X400MM PAREDE DE 100MM	SER	MERCOLUX	10,000	46,6600	466,60
184	CARTUCHO METALICO KF 001 AZUL..	SER	MERCOLUX	11,000	0,6400	7,04
185	CARTUCHO METALICO KF 001 VERMELHO..	SER	MERCOLUX	220,000	0,6700	147,40
186	CHAVE FUSIVEL 1P C GANCHO 100A 25KV 6300A ..	SER	MERCOLUX	6,000	237,3700	1.424,22
187	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 150MM..	SER	MERCOLUX	2,000	12,5900	25,18
188	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 160MM..	SER	MERCOLUX	2,000	12,9900	25,98
189	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 170MM..	SER	MERCOLUX	8,000	14,9600	119,68
190	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 180MM..	SER	MERCOLUX	7,000	15,3500	107,45
191	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 190MM..	SER	MERCOLUX	19,000	16,2100	307,99
192	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 200MM..	SER	MERCOLUX	39,000	16,3700	638,43
193	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 210MM..	SER	MERCOLUX	20,000	16,5900	331,80
194	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 220MM.. (2001)	SER	MERCOLUX	57,000	17,0000	969,00
195	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 230MM..	SER	MERCOLUX	11,000	17,1900	189,09
196	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 240MM..	SER	MERCOLUX	24,000	17,3300	415,92
197	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 250MM..	SER	MERCOLUX	1,000	18,3600	18,36
198	CINTA P/ POSTE CIRCULAR 260MM..	SER	MERCOLUX	417,000	19,3900	8.085,63
199	CINTA P/ POSTE SECAO CIRC. 290MM	SER	MERCOLUX	404,000	19,9900	8.075,96
200	CONECTOR AMPAC. TIPO III VERMELHO (6381)	SER	MERCOLUX	800,000	1,3300	1.064,00
201	CONECTOR CUNHA (1/0 X2 ZWG)..	SER	MERCOLUX	18,000	3,1800	57,24
202	CONECTOR CUNHA (2X2 - 1/0X4)..	SER	MERCOLUX	76,000	2,8400	215,84
203	CONECTOR CUNHA	SER	MERCOLUX	59,000	3,0700	181,13

:: Página 11 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

	(2X4 - 1/0X6)..					
204	CONECTOR CUNHA (4/0 AWG X 4 AWG) (6461)	SER	MERCOLUX	3,000	5,7500	17,25
205	CONECTOR CUNHA (4X4 - 2X6 AWG)..	SER	MERCOLUX	4,000	2,9600	11,84
206	CONECTOR CUNHA 727561 (2/0 X6 - 3/0 X6 AWG)	SER	MERCOLUX	2,000	6,2000	12,40
207	CONECTOR CUNHA 7275897 (1/0 X1/0 AWG) (6466)..	SER	MERCOLUX	3,000	5,7500	17,25
208	CONECTOR CUNHA AL CB (2/0X2/0AW - 4/0X2AWG) (64..	SER	MERCOLUX	6,000	6,0000	36,00
209	CONECTOR CUNHA CB CU 35X16 - 35X25-50X16.	SER	MERCOLUX	14,000	11,6600	163,24
210	CONECTOR CUNHA CU CB 25MM 16MM...	SER	MERCOLUX	13,000	12,2800	159,64
211	CONECTOR CUNHA CU CB 25MM 25MM...	SER	MERCOLUX	36,000	12,2800	442,08
212	CONECTOR CUNHA CU CB 50MM 25MM (6787)..	SER	MERCOLUX	8,000	12,9900	103,92
213	CONECTOR CUNHA P/ ATERRAMENTO 25 A 35MM..	SER	MERCOLUX	61,000	5,0200	306,22
214	CONECTOR DE PERFURAÇÃO 10X70-1,5X10..	SER	MERCOLUX	55,000	3,5700	196,35
215	CONECTOR LV CU CB 16-120MM2 CB 10-70MM2 (6774)..	SER	MERCOLUX	9,000	13,5700	122,13
216	CONECTOR PIERCING 10X2,5MM..	SER	MERCOLUX	10,000	5,1600	51,60
217	CONECTOR PIERCING 16-70 X 6-35 MM (18531)..	SER	MERCOLUX	45,000	6,1000	274,50
218	CONECTOR PIERCING 50-120 / 50-120 (18534)..	SER	MERCOLUX	177,000	7,7500	1.371,75
219	CONECTOR SHARK 16MM..	SER	MERCOLUX	12,000	68,9000	826,80
220	CONECTOR TIPO 2 - VERDE..	SER	MERCOLUX	40,000	2,1600	86,40
221	CONECTOR TIPO 3 - VERMELHO..	SER	MERCOLUX	147,000	1,3300	195,51
222	CONECTOR TIPO A - VIOLETA..	SER	MERCOLUX	87,000	2,4600	214,02
223	CONECTOR TIPO B - LARANJA..	SER	MERCOLUX	11,000	2,5400	27,94
224	CONJUNTO GRAMPO SUSPENSÃO P/ REDE	SER	MERCOLUX	28,000	27,9800	783,44

:: Página 12 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina





PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

	MULTIPLEXADA..					
225	CONTACTORA	SER	MERCOLUX	1,000	167,7500	167,75
	TRIPOLAR CW40..					
226	CRUZETA CONCRETO	SER	MERCOLUX	2,000	108,7000	217,40
	90X115X2100MM					
	400DAN..					
227	CRUZETA DE AÇO	SER	MERCOLUX	48,000	112,1500	5.383,20
	TUBULAR					
	90X90X2000MM..					
228	CRUZETA DE AÇO	SER	MERCOLUX	2,000	266,0100	532,02
	TUBULAR					
	90X90X3000MM (17879).					
229	CRUZETA POLIMERICA	SER	MERCOLUX	3,000	156,5400	469,62
	90X90X2000MM 400DAN					
	26993.					
230	CRUZETA POLIMERICA	SER	MERCOLUX	4,000	246,9600	987,84
	90X90X2800MM..					
231	DISJUNTOR TRIFASICO	SER	MERCOLUX	2,000	22,7000	45,40
	20A DIM..					
232	ELETRODUTO PEAD 02"	SER	MERCOLUX	350,000	2,6200	917,00
	NORMATIZADO..					
233	ELO FUSIVEL 500MM-	SER	MERCOLUX	3,000	4,8300	14,49
	1H.					
234	ELO FUSIVEL 500MM-	SER	MERCOLUX	3,000	4,8100	14,43
	5H.					
235	ELO FUSIVEL 500MM-6K.	SER	MERCOLUX	1,000	5,1800	5,18
236	ESPAÇADOR RDE SEC.	SER	MERCOLUX	1,000	6,6500	6,65
	5 CONDUTORES.					
237	FIO ALUMINIO MOLE 4	SER	MERCOLUX	16,000	20,6000	329,60
	AWG.					
238	FIO COBRE NU	SER	MERCOLUX	2,000	46,5600	93,12
	RECOZIDO 16MM					
	(6AWG) (5228).					
239	FIO CU NU MEIO-DURO	SER	MERCOLUX	1,000	42,8200	42,82
	16MM- 142KG/KM.					
240	FIO ISOLADO CLASSE	SER	MERCOLUX	2.400,000	0,6400	1.536,00
	DE TENSÃO 750V					
	BITOLA 2,5MM².					
241	FITA ALTA FUSÃO	SER	MERCOLUX	14,000	12,2300	171,22
	19MMX10M					
	PROFISSIONAL.					
242	FITA ALUMINIO	SER	MERCOLUX	8,500	28,2400	240,04
	PORTEÇÃO 1X10					
	(REDE)..					
243	FITA ISOLANTE PRETA	SER	MERCOLUX	30,000	3,1900	95,70
	19MMX20M.					
244	HASTE ATERRAMENTO	SER	MERCOLUX	100,000	31,2100	3.121,00
	13MM 2400MM.					
245	ISOLADOR DE	SER	MERCOLUX	17,000	43,0600	732,02
	ANCORAGEM					
	POLIMERO 25KV					

:: Página 13 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

246	CELESC (1. ISOLADOR PILAR 23,1 KV PORCELANA VITRIFICADA (1. ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 45MM 1,3KV.	SER	MERCOLUX	141,000	71,5100	10.082,91
247	KIT POSTINHO TRIFASICO 50A.	SER	MERCOLUX	1,000	1.364,1600	1.364,16
248	LAMPADA VAPOR METALICA 150W E-40 TUB.	SER	MERCOLUX	400,000	28,9200	11.568,00
249	LAMPADA VAPOR METALICO 1000W.	SER	MERCOLUX	30,000	84,6700	2.540,10
250	LAMPADA VAPOR SODIO 150W TUBULAR E-40.	SER	MERCOLUX	80,000	18,0500	1.444,00
251	LAMPADA VAPOR SODIO 250W TUBULAR E-40.	SER	MERCOLUX	8,000	20,3600	162,88
252	LUMINARIA DE ALTO RENDIMENTO P/ LAMP. ATÉ 250W IP-66 C/ COMPARTIMENTO P/ REATOR E ACESSORIOS.	SER	MERCOLUX	488,000	226,3800	110.473,44
253	LUMINARIA DE ALTO RENDIMENTO P/ LAMP. ATÉ 250W IP-66 C/ COMPARTIMENTO P/ REATOR E ACESSORIOS.	SER	MERCOLUX	488,000	226,3800	110.473,44
254	LUVA DE EMENDA 4AWG AL CA (6720).	SER	MERCOLUX	17,000	1,6900	28,73
255	LUVA DE EMENDA CA 2AWG (6721).	SER	MERCOLUX	12,000	12,2300	146,76
256	LUVA DE EMENDA CA 4/0 AWG.	SER	MERCOLUX	3,000	13,3000	39,90
257	LUVA EMENDA COMPACTA AL CB CA 1/0 AWG.	SER	MERCOLUX	3,000	5,1000	15,30
258	MANILHA SAPATILHA 5000DAN.	SER	MERCOLUX	17,000	7,2500	123,25
259	MÃO FRANCESA PERFILADA 726MM.	SER	MERCOLUX	53,000	14,6500	776,45
260	MÃO FRANCESA PERFILADA DE AÇO 0993MM.	SER	MERCOLUX	2,000	17,8900	35,78
261	OLHAL P/ PARAFUSO 5000DAN.	SER	MERCOLUX	115,000	6,6800	768,20
262	PARAFUSO CABEÇA ABAUADA 16X150X75MM.	SER	MERCOLUX	25,000	2,5400	63,50
263	PARAFUSO CABEÇA ABAUADA 16X45X45MM.	SER	MERCOLUX	122,000	1,5900	193,98

:: Página 14 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
 CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

264	PARAFUSO CABEÇA ABAUADA 16X70X60MM.	SER	MERCOLUX	490,000	1,8300	896,70
265	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X125X80MM C/ PORCA.	SER	MERCOLUX	56,000	2,0200	113,12
266	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X150MM / PORCA.	SER	MERCOLUX	12,000	2,3700	28,44
267	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X200X120MM C/ PORCA.	SER	MERCOLUX	33,000	3,0400	100,32
268	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X250X170MM C/PORCA	SER	MERCOLUX	85,000	4,1900	356,15
269	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X300X220MM C/PORCA	SER	MERCOLUX	101,000	5,4600	551,46
270	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X500X420MM C/ PORCA.	SER	MERCOLUX	2,000	6,9600	13,92
271	PARA-RAIO 12KV 10KA.	SER	MERCOLUX	6,000	153,3700	920,22
272	PARA-RAIO DISTRIBUIÇÃO BAIXA TENSÃO 280V.	SER	MERCOLUX	19,000	56,2700	1.069,13
273	PINO DE FIXAÇÃO ISOLADOR PILAR 140X60MM	SER	MERCOLUX	141,000	4,5700	644,37
274	PORCA OLHAL 16,0MM (2241).	SER	MERCOLUX	22,000	5,3700	118,14
275	PORCA QUADRADA 16MM.	SER	MERCOLUX	28,000	0,8000	22,40
276	POSTE CONCRETO CIRCULAR 10M/300DAN (840KG).	SER	MERCOLUX	10,000	678,7200	6.787,20
277	POSTE CONCRETO CIRCULAR 10M/600DAN (1090KG).	SER	MERCOLUX	1,000	969,8400	969,84
278	POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/1000DAN (1519KG).	SER	MERCOLUX	1,000	1.703,0800	1.703,08
279	POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/300DAN.	SER	MERCOLUX	4,000	724,8700	2.899,48
280	POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/600DAN.	SER	MERCOLUX	2,000	1.050,7500	2.101,50
281	POSTE CONCRETO	SER	MERCOLUX	1,000	835,6000	835,60

:: Página 15 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

282	CIRCULAR 12M/300DAN. POSTE CONCRETO CIRCULAR 12M/600DAN.	SER	MERCOLUX	3,000	1.250,8900	3.752,67
283	POSTE CONCRETO DUPLO T 10M/300DAN.	SER	MERCOLUX	15,000	510,0800	7.651,20
284	POSTE CONCRETO DUPLO T 11M/300DAN.	SER	MERCOLUX	6,000	651,8700	3.911,22
285	POSTE DE CONCRETO MODELO CIRCULAR 14/300DAN.	SER	MERCOLUX	10,000	870,2400	8.702,40
286	POSTE DE CONCRETO MODELO DUPLO T 7/100DAN.	SER	MERCOLUX	3,000	194,0400	582,12
287	POSTE METALICO CONICO CONTINUO ENGASTADO 10M LIVRES.	SER	MERCOLUX	4,000	794,4600	3.177,84
288	POSTE POLIMERO REFORÇADO COM FIBRA DE FIRA DE VIDRO COM 12 METROS DE ALTURA.	PC	MERCOLUX	10,000	2.263,8000	22.638,00
289	PROJETO LED 179W, FLUXO LUMINOSO 22132LM, TEMPERATURA NA COR 5000K - IP 67 IK 9 - VIDA UTIL 100.000 HORAS.	SER	MERCOLUX	20,000	1.617,0000	32.340,00
290	PROJETOR PARA LAMPADAS VAPOR METALICO DE 1000W.	SER	MERCOLUX	30,000	779,1000	23.373,00
291	QUADRO DE COMENADA 250X350X250MM.	SER	MERCOLUX	1,000	205,8000	205,80
292	REATOR BAIXA PERDA INTERNO PAA LAMPADA VAPOR DE METALICO 150W - 3 ANOS DE GARANTIA.	SER	MERCOLUX	451,000	29,6000	13.349,60
293	REATOR INTERNO PARA LAMPADAS VAPOR METALICO DE 1000W.	SER	MERCOLUX	30,000	138,7700	4.163,10
294	REATOR VAPOR DE SODIO 150W GALVANIZADO FOGO.	SER	MERCOLUX	27,000	46,0400	1.243,08

:: Página 16 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
 CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

295	REATOR VAPOR DE SODIO A.F.P. 250W INTERNO.	SER	MERCOLUX	8,000	31,5900	252,72
296	RELE FOTOELETRICO NF 10A.	SER	MERCOLUX	488,000	9,6600	4.714,08
297	SAPATILHA CABO AÇO ATÉ 9,5MM (2153).	SER	MERCOLUX	34,000	1,3300	45,22
298	SELA PARA CRUZETA 115MM (2179).	SER	MERCOLUX	25,000	4,6300	115,75
299	SUPORTE TIPO L PARA CHAVE FUS E PARA-RAIOS (208).	SER	MERCOLUX	13,000	15,3500	199,55
300	SUPORTE TRANSFORMADOR POSTE CIRCULAR 240MM.	SER	MERCOLUX	2,000	78,5800	157,16
301	SUPORTE TRANSFORMADOR POSTE CIRCULAR 270MM	SER	MERCOLUX	4,000	79,2100	316,84
302	TERMINAL AL/SN COMPRESSÃO PRE-ISOL 35MM CPTA NI.	SER	MERCOLUX	6,000	31,4700	188,82
303	TERMINAL AL/SN COMPRESSÃO PRE-ISOL 50MM CPTA NI.	SER	MERCOLUX	12,000	33,4100	400,92
304	TERMINAL AL/SN COMPRESSÃO PRE-ISOL 70MM CPTA NI.	SER	MERCOLUX	6,000	41,9700	251,82
305	TERMINAL PRE-ISOLADO AL ESTANHO 50MM.	SER	MERCOLUX	8,000	33,6200	268,96
306	TORA DE MADEIRA D200X1000MM (4751).	SER	MERCOLUX	52,000	25,3300	1.317,16
307	TRAFO TRIF. 15KV 30KVA 380/220V.	SER	MERCOLUX	1,000	3.858,6200	3.858,62
308	TRANSFORMADOR TRIFASICO 15KV 75KVA 380/220V.	SER	MERCOLUX	1,000	6.213,6300	6.213,63

**TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 1.100.686,17**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

:: Página 17 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.**

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do material/produto até o local indicado na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 5 (cinco) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta do material/produto cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

:: Página 18 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues o material/produto;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT, Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP) e Guia de Retenção (GPS) com prazo de validade vigente.

:: Página 19 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

9.2. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.3. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.4. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

:: Página 20 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS**

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

---

:: Página 21 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 12 de Agosto de 2019.

**JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA**  
Gestor da Secretaria de Administração  
Contratante

**MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA**  
Luiz Bunki Otsuka  
Contratado

**TESTEMUNHAS**

Nome Completo:  
CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

**JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA**  
Secretário de Administração

**De acordo:**

**MARCELO ALVES CRIVELATTI**  
Controle interno  
Portaria nº 739/2019

:: Página 22 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

---

:: Página 23 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019 - PMP**

Publicação Nº 2123807

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019 – PMP  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preço visando a futura contratação de empresa especializada em serviços de recuperação asfáltica, conforme solicitação nº 1195/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 29/08/2019 às 13:30h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12:00 as 18:00h.

Penha/SC, 14 de agosto de 2019.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretario da Administração

**RESOLUÇÃO Nº 016/2019 DE 07 DE AGOSTO DE 2019. DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL PELO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA.**

Publicação Nº 2123687

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PENHA/SC

Resolução Nº 016/2019 de 07 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre aprovação da aplicação dos Recursos Federais de Proteção Especial pelo Fundo Municipal da Assistência.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Penha/SC - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 12.435 de 06 de julho de 2011, pela Lei Municipal nº. 2.545 de 09 de abril de 2012, e nos termos das deliberações desse Conselho registrada na ATA 010 na data de 07 de Agosto de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar o valor de até R\$ 1,000,00, provenientes do Bloco de Proteção Especial para a compra de Material temáticos para atividades de orientação e prevenção nos Serviços sócioassistenciais do Município.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 07 de agosto de 2019.  
\_\_\_\_Olinda Rodrigues da Silva Santos\_  
Presidente CMAS/Penha

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 211/2019

Publicação Nº 2124191



Estado de Santa Catarina  
Município de Pinheiro Preto

### LICITAÇÃO Nº 069/2019

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E MATERIAL 211/2019

Termo de Contrato de "**FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E MATERIAL PARA CONserto DE MOTOR DO VEÍCULO BOXER**" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA, autorizado através do Processo n. 168/2019 Licitação n. 069/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

#### CONTRATANTE:

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
CNPJ-MF nº 10.642.703/0001-77  
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto-SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

#### CONTRATADA:

Empresa: TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA ME  
CNPJ-MF n.º. 17.070.572/0001-40  
Endereço: Rodovia SC 355, 611, Portal das Videiras  
Videira/SC – CEP: 89560-000  
Representada por: Jean Marcio Tieppo

#### INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 069/2019, modalidade Pregão Presencial.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente processo de licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAL PARA conserto do motor do Veículo Boxer, Placa QIJ3856, do Fundo Municipal de Saúde.

Quantidade	Peças	Marca	Valor unt. R\$	Valor total R\$
01	Filtro de ar	TECFIL	81,00	81,00
07	Óleo de motor sintético	CASTROL	35,10	245,70
01	Vela pré-aquecida	BOSCH	189,12	189,12
01	Motor semi-completo	ORIGINAL/PEUGEOT	35.851,56	35.851,56
04	Fluido de radiador	PARAFILU	28,00	112,00
01	Injetor de combustível	BOSCH	1.530,00	1.530,00
01	Junta do coletor de escape	SPAAL	57,00	57,00

Av. Marechal Costa e Silva, 111. Fone: (49) 35622000  
89570-000 – Pinheiro Preto – SC

1



Estado de Santa Catarina  
Município de Pinheiro Preto

01	Kit correia dentada e tensor	CONTINENTAL	493,00	493,00
04	Braçadeira do radiador	WURTH	28,13	112,52
01	Kit de embreagem	VALEU	1.402,00	1.402,00
01	Filtro de óleo	TECFIL	47,00	47,00
01	Filtro de combustível	TECFIL	88,10	88,10
<b>Total</b>				40.209,00

Quantidade	Serviços	Valor unt. R\$	Valor total R\$
01	Desmontar e montar motor e seus componentes (mão de Obra)	1.580,00	1.580,00
<b>Total</b>			1.580,00

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 41.789,00 (quarenta e um mil setecentos e oitenta e nove reais) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10- Saúde  
Subfunção: 301- Atenção Básica  
Programa: 9- Saúde com qualidade  
Ação: 2050- MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Cód. Red. 182 -3.3.90.00.00.00.00.00

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias após a emissão do documento de recebimento definitivo do objeto devidamente instalado no VEÍCULO mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o serviço deverá ser efetuado no prazo de 30 dias:

Início: 13/08/2019

Av. Marechal Costa e Silva, 111. Fone: (49) 35622000  
89570-000 – Pinheiro Preto – SC





Estado de Santa Catarina  
Município de Pinheiro Preto

- I. Término: COM O TERMO DA GARANTIA, ou seja, a data de 13/08/2021 (mínimo 02 anos).

## **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.**

### **4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

### **4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do veículo na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

Av. Marechal Costa e Silva, 111. Fone: (49) 35622000  
89570-000 – Pinheiro Preto – SC

3



Estado de Santa Catarina  
Município de Pinheiro Preto

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o art. 77 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 025/2019, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

**5.4 A proponente vencedora deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (AS PEÇAS SUBSTITUÍDAS SERÃO FOTOGRAFADAS E ARQUIVADAS NO PROCESSO)**

5.5 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento).

5.6 O gestor do contrato ficara a cargo da Secretário de Transporte e Obras, atuando como fiscal do contrato o servidor Valdir Antônio Neis.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E , por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC 13 de agosto de 2019.

Av. Marechal Costa e Silva, 111. Fone: (49) 35622000  
89570-000 – Pinheiro Preto – SC



Estado de Santa Catarina  
Município de Pinheiro Preto

CONTRATANTE  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA

TESTEMUNHAS:

1).....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

Av. Marechal Costa e Silva, 111. Fone: (49) 35622000  
89570-000 – Pinheiro Preto – SC

5

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 210/2019.**

Publicação Nº 2123446

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 210/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n.º 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Andressa Vedoratto Rayzer

CPF n.º 095.035.759-66

Endereço: Rua Ademar de Barros, nº S/N – Tangará - SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Andressa Vedoratto Rayzer, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Profissional de Apoio I", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.025,32 (Hum mil e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 12 de agosto de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

#### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público;

4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 12 de agosto de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 12 de agosto de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Andressa Vedoratto Rayzer

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome:

Nome:

CPF:

CPF

#### PORTARIA 430/2019

Publicação Nº 2123439

PORTARIA Nº 430, DE 12 DE agosto DE 2019.

NOMEIA Andressa Vedoratto Rayzer PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Profissional de apoio I.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e a aprovação no Processo Seletivo 04/2018

Considerando o Laudo Médico, que declara Andressa Vedoratto Rayzer apta para exercer a função de Profissional de Apoio I;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 12 de agosto de 2019, Andressa Vedoratto Rayzer, brasileira, inscrita no CPF sob nº 095.035.759-66, para exercer a função em caráter temporário de Profissional de Apoio I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de agosto de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 431/2019**

Publicação Nº 2123442

PORTARIA Nº 431, DE 12 de Agosto DE 2019.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Barbara Ventorin Zucco.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora Barbara Ventorin Zucco, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo (e exercendo o cargo em comissão de Diretor Comissão municipal Esportes), 05 (cinco) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 04/05/2017 a 03/05/2018, cujo gozo dar-se-á no período de 12 de agosto de 2019 a 16 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 12 de agosto de 2019.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 432/2019**

Publicação Nº 2123209

PORTARIA Nº 432, DE 12 de Agosto DE 2019.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR Mauricio Chelest.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor Mauricio Chelest, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário de Desenvolvimento Urbano, 05 (cinco) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/01/2019 a 01/01/2020, cujo gozo dar-se-á no período de 12 de agosto de 2019 a 16 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 12 de agosto de 2019.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 433/2019**

Publicação Nº 2124189

PORTARIA Nº 433, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.  
HOMOLOGA PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2019, E ADJUDICA O OBJETO AO VENCEDOR.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da CPL, RESOLVE:

Art. 1º Homologa o pregão presencial nº 069/2019, referente o Conserto do motor do veículo Boxer, e adjudica os objetos licitados à seguinte empresa e respectivo item:

I –TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº 17.070.572/0001-40, pelo seguinte item e respectivo valor: Item 01 R\$ 41.789,00 (quarenta e um mil setecentos e oitenta e nove reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 13 DE AGOSTO DE 2019.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito de Pinheiro Preto

**PORTARIA 434/2019**

Publicação Nº 2124190

PORTARIA Nº 434, DE 13 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o funcionário Valdir Antonio Neis ocupante do cargo Diretor Executivo de Planejamento e Obras, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 069/2019.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais



providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 13 DE AGOSTO DE 2019

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## **RESOLUÇÃO 003/2019 - EMENDA PIZOLLATI**

Publicação Nº 2124395

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Mar. Arthur Costa e Silva, 111 – Pinheiro Preto – SC

CEP: 89570-000 Fone/fax: 49-3562 1451

RESOLUÇÃO Nº 003/2019 Pinheiro Preto, 07 de agosto de 2019.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DA REPROGRAMAÇÃO DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 10642.703000/1140-01.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 575/91 de 28 de maio de 1991 e Lei nº 1652 de 5 de fevereiro de 2013 e cumprindo a deliberação do plenário em reunião realizada no dia 31 de agosto de 2017;

Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde devidamente nomeado cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que de acordo com § 2.º da Lei n.º 8.142/90, "O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, em caráter permanente e deliberativo, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo".

#### RESOLVE

Artº 1º . Aprovar a REPROGRAMAÇÃO DA EMENDA PARLAMENTAR nº 10642.703000/1140-01 do parlamentar João Alberto Pizzolatti Júnior conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde em reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do dia 07 de agosto de 2019. Assim, a reprogramação visa utilizar o saldo restante de R\$ 61.316,22 da emenda parlamentar para aquisição de equipamentos de bens similares e complementares (material permanente) para a Unidade de Saúde de Pinheiro Preto, conforme demandas elencadas pelas equipes de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Pinheiro Preto.

Artº 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º . Revogam-se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 07 de agosto de 2019.

Angela Domingos

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Pinheiro Preto - SC

# Piratuba

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2019

Publicação Nº 2124195

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2019

Objeto: O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referencia, cujo objeto é o fornecimento de materiais de expediente destinados às unidades administrativas do Município de Piratuba, sofreu alterações no Anexo "E", permanecendo inalterada a data de recebimento e abertura dos envelopes

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 14 de agosto de 2019.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

### EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 05/2019

Publicação Nº 2123406

PREFEITURA MUNICIPAL PIRATUBA - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 05/2019

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obras de pavimentação asfáltica CAUQ, sendo parte da Rodovia Municipal, localizada entre a Rodovia Estadual SC-390 e a Usina Hidrelétrica Machadinho sentido o Estado do Rio Grande do Sul.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08:20h do dia 20/09/2019.

Abertura: dia 20/09/2019, às 08:30h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Compras do Município, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, Piratuba, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288, ou através do e-mail [licitacao@piratuba.com.br](mailto:licitacao@piratuba.com.br).

Piratuba, SC, 09 de agosto de 2018.

CARLOS ALBERTO MALTAURO

Supervisor de Compras

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº LC0082/2019

Publicação Nº 2123845

LEI COMPLEMENTAR Nº LC0082/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

"Altera dispositivos constantes da Lei Complementar Municipal 024/2010 e da Lei Complementar Municipal 053/2014."

O Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 229 da Lei Complementar Municipal 024, de 16 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 229. Quando não existir rede de esgotamento sanitário na via pública, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica, filtro e caixa de gordura, cujo efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro) ou outra forma de tratamento mais adequado, levando-se em consideração a capacidade de absorção do solo, bem como o nível do lençol freático existente, ou ainda, nos casos em que seja atestada a incapacidade de absorção do solo, poderá ser destinada à rede coletora pluvial, desde que com prévia instalação de caixa cloradora."

Art. 2º O artigo 230 da Lei Complementar Municipal 024, de 16 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 230. O efluente deverá ser tratado através de:

I – Fossa séptica;

II – Filtro;

III – Outro processo mais compacto, desde que tecnicamente comprovada a eficiência."

Art. 3º Fica acrescido o art. 230-A à Lei Complementar Municipal 024, de 16 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 230-A. A destinação do efluente, após o tratamento de que trata o artigo anterior, deverá ser realizada através de:

I – Vala de filtração;

II – Sumidouro;

III – Caixa cloradora.

Parágrafo único – No caso de caixa cloradora, a manutenção será realizada diretamente pelo município, mediante o pagamento de taxa, a ser cobrada em conjunto com a fatura de água, nos termos a serem descritos em legislação específica.

Art. 4º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 20 da Lei Complementar Municipal 053, de 29 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Parágrafo único – A licença para funcionamento de empreendimentos ligados à atividade de ferros-velhos, transporte de cargas, lojas de material de construção, borracharias, recauchutadoras e afins, fica condicionada à observância do que estabelece a Lei Estadual nº 15.243/2010 e sua regulamentação, ou de legislação que venha a sucedê-la.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Planalto Alegre/SC, 14 de agosto de 2019.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ODIRLEI HANS

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

# Pomerode

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº070 / 2019

Publicação Nº 2123293

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 070 / 2019

Processo Administrativo n.º 042 / 2019. Pregão Presencial n.º 023 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL DESARMADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS TRABALHOS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$111.000,00 (cento e onze mil)/ Item 01. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/05/2020.

Pomerode / SC, 31 de Maio de 2019.  
ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

### PORTARIA 25.524

Publicação Nº 2124500

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina PORTARIA Nº 25.524

#### DESIGNA GESTOR DA SECRETARIA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições legais, previstas no Artigo 74, Inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º da Lei Complementar nº 11 de 28/11/1991 e o Art. 1º da Lei Complementar nº 134/07.

#### RESOLVE:

Designar a Sra. LÍGIA HOEPFNER, Secretária de Saúde, para assinar em conjunto com o Sr. GENRADO RIEMER, Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, toda movimentação bancária do Fundo Municipal de Saúde, a partir de 01 de agosto de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de agosto de 2019.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 25.567

Publicação Nº 2123269

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina PORTARIA Nº 25.567

#### PRORROGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INSTAURADO PELA PORTARIA 25.304, DE 05 DE JUNHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

#### RESOLVE:

De acordo com o artigo 29 do Decreto 2899 de 19 de dezembro de 2014, PRORROGAR o Processo Administrativo Disciplinar nº 008/2019, instaurado a fim de apurar infrações, que supostamente a servidora GIOVANA KATY HEIDORN SCHONING, teria cometido durante o

exercício das atribuições de seu cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, de que, em tese, de acordo com o Memorando nº 048/2019/SEGAF, composto por 10 laudas, tendo em vista os fatos consistentes na inobservância do dever funcional, previsto no artigo 149, incisos, I, IV, V, VI e VII e 150, IX, XVIII e XX, ambos da Lei Complementar Municipal nº 269/2014, prorrogando-se por mais 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de agosto de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

---

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**

---

### **EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 09-2017**

Publicação Nº 2123961

Extrato do 4º Termo Aditivo do Contrato Administrativo N.º 09/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: KRAFT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE ALARME, MONITORAMENTO ELETRÔNICO 24 HORAS E INSPEÇÃO TÁTICA, envolvendo fornecimento em comodato dos equipamentos, instalação e manutenção.

1.1 - Assim, em conformidade com a 9 – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DA VIGÊNCIA E REAJUSTE combinado com o inciso II do Art. 57 da lei 8666/93, as partes resolvem prorrogar mais 12 meses, o prazo de validade do Contrato e reajustar em 3,3664% conforme índice IPCA. POMERODE 17/07/2019.

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 521/2019

Publicação Nº 2123801

DECRETO Nº 521/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a exoneração de Eliani Canonica Salvadego.

CONSIDERANDO, a aprovação e classificação do Processo Seletivo n. 002/2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada temporariamente a Sra. ELISANDRA DOS SANTOS, portadora do CPF n. 087.669.479-28, para exercer o cargo de PROFESSORA, com habilitação, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE AGOSTO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 523/2019

Publicação Nº 2123804

DECRETO Nº 523/2019 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. DILCE SALETE ANDRIN CALIARI, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 02/04/2016 a 01/04/2017, para serem gozadas de 02 de setembro de 2019 a 01 de outubro de 2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE AGOSTO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 524/2019

Publicação Nº 2123806

DECRETO Nº 524/2019 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:



Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. LUCAS MORETTO, ocupante do cargo de ASSESSOR, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 03 de janeiro de 2018 a 02 de janeiro de 2019, para serem gozadas de 14 de agosto de 2019 a 28 de agosto de 2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE AGOSTO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 021/2019 - FMS

Publicação Nº 2123571

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – nº 021/2019 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: Aquisição de veículo de carga tipo pick-up 0km, para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 09h30min do dia 26/08/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10h00min do dia 26/08/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao3@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 14 de Agosto de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 007/2019 - PMPB

Publicação Nº 2123564

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO

Pregão Presencial 005/2019 - PMPB

CONTRATO Nº 007/2019 – PMPB – 1º Termo Aditivo

OBJETO: Contratação de empresa especializada para revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, incluindo o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico Financeira para os capítulos de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem pluvial, de acordo com a Lei 11.445/2007, e seu respectivo Decreto, para o Município de PORTO BELO/SC, através da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: Saneville Engenharia e Consultoria Ltda-EPP

VALIDADE DO CONTRATO: 40 dias

VIGÊNCIA: 12/08/2019 À 20/09/2019

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2019

Porto Belo, 08 de Agosto de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 039/2018 - PMPB

Publicação Nº 2123559

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL 043/2018 - PMPB

CONTRATO Nº 039/2018 – PMPB – 2º Termo Aditivo – Prazo e reajuste

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção em redes de iluminação pública, melhoria, ampliação, eficiência, geração de energia, eventos, software de gerenciamento de manutenção via web, tele atendimento de solicitações de manutenção e fornecimento de materiais do sistema de iluminação pública, no município de Porto Belo, na área de responsabilidade da agência regional da Celesc-D, obedecido o rigor técnico exigido para os trabalhos desta natureza, conforme o edital e seus anexos, parte integrante deste termo aditivo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA

Vigência: 12 meses

VALOR: R\$ 292.487,23 (Duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e três centavos)

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2019

Porto Belo, 29 de Julho de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

## **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO 038/2017 - PMPB**

Publicação N° 2123556

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO

Pregão Presencial 025/2017 - PMPB

CONTRATO N° 038/2017 – PMPB – 5º Termo Aditivo

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Limpeza Urbana, compreendendo: prestação de serviços gerais de roçadas e paisagismo, remoção de resíduos orgânicos, capinação, roçada de praças, jardins, vias públicas e outros, com utilização de máquinas roçadeiras, limpeza em geral incluindo retirada de resíduos de lixeiras de ruas, folhas, capins, resto de roçadas, limpeza de bocas de lobo, pinturas de bancos, rótulas, meio fios, pontes, postes e demais locais determinados pela Secretaria de Obras do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: Agentserv Serviços Gerais e Administração Eireli

VALOR: R\$ 1.679.648,16 (um milhão, seiscentos e setenta e nove mil e dezesseis centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

VIGÊNCIA: 01/08/2019 À 31/07/2020

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2019

Porto Belo, 31 de Julho de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

## **EXTRATO CONTRATO 046/2019 - PMPB**

Publicação N° 2123551

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE CONTRATO

Carta Convite 001/2019 – PMPB

CONTRATO N° 046/2019 – PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DA BOCA DO RIO NO BAIRRO SANTA LUZIA, COM O OBJETIVO DE RESTABELECEER O CALADO DOS BERÇOS DE SAÍDA DOS BARCOS PARA O MAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE CONVITE.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADO: SUBMAR SERVIÇOS SUBAQUATICOS LTDA

VALOR: R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

Prazo de Execução: 60 dias após ordem de serviço

DATA DA ASSINATURA: 02/08/2019

Porto Belo, 02 de Agosto de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 047/2019 - PMPB**

Publicação N° 2123552

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE CONTRATO  
Dispensa de Licitação 026/2019 – PMPB

CONTRATO N° 047/2019 – PMPB

OBJETO: prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATADA, ao Sistema:

Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

VALOR: R\$ 1.225,00 (um mil duzentos e vinte e cinco reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 05 meses

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2019

Porto Belo, 09 de Agosto de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 010/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2123261

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 155/2019 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 010/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES E LANCETAS, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 02 de setembro de 2019, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 14 de agosto de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 112/2019

Publicação Nº 2123362

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 153/2019.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 112/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 29 de agosto de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 14 de agosto de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 113/2019

Publicação Nº 2123363

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 154/2019.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 113/2019 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 30 de agosto de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 14 de agosto de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 011/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2123364

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 042/2019 – EDUCAÇÃO.

Extrato de Edital de Tomada de Preços 011/2019

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para a MONTAGEM DE PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA NO NÚCLEO

EDUCACIONAL JORNALISTA HERMÍNIO MILLIS. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 02 de setembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 14 de agosto de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

## JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2019

Publicação Nº 2123225

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Justificativa De Dispensa De Licitação

Processo Licitatório nº 152/2019

Dispensa de Licitação nº 010/2019

Caracterização da Situação: O Município necessita efetuar a locação de um Consultório Oftalmológico para fins de realização de atendimentos dessa especialidade, até que a instalação do Consultório Oftalmológico Municipal esteja devidamente concluído. Insta salientar que não há como deixar os pacientes sem atendimento até que a instalação do consultório oftalmológico seja concluída em razão da demanda de pacientes desta especialidade.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, efetuar a locação de um Consultório Oftalmológico para fins de realização de atendimentos dessa especialidade.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Clínica e Cirurgia de Olhos Dr. Seiko Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 07.182.522/0001-09 em razão que esta foi a empresa que ofertou menor valor referente a locação, dentre os orçamentos apresentados.

Do Preço: O valor a ser pago pela locação será de R\$ 300,00 (trezentos reais), por período de 05 (cinco) horas uma vez na semana, considerando 04 (quatro) locações mês, totalizando R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União

Unidade 0213 – Fundo Municipal de saúde

Atividade 2105 – Atenção Básica Saúde

Modalidade 3390-195 – Aplicações diretas

Cód. 154

Complemento 33903910 – Locação de Imóveis

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 14 de agosto de 2019.

LUIZ RICARDO FANTIN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 623/2019

## PORTARIA Nº 1.052/2019 - RH

Publicação Nº 2124257

PORTARIA Nº 1.052, de 1º de agosto de 2019.

Dispõe sobre Contratação por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 1º de agosto a 27 de setembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, BRUNA TEIXEIRA, para exercer as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, com vencimentos na Classe "02", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, em substituição à servidora Alcione Regina Kaminski que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto a Central de Regulamentação de Acesso Porto União, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**RESOLUÇÃO Nº 003/2019 - CMAS**

Publicação Nº 2123863

**RESOLUÇÃO Nº 003/2019**

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Porto União

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 02 de agosto de 2016, Ata de nº 216, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2.214, de 25 de outubro de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Porto União – CMAS, em reunião ordinária ocorrida no dia 02 de agosto de 2019, Ata nº 216 e,

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 57.638,24 (cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos), referente ao ano de 2019, para ser utilizado para investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

I- 100% para investimento.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 12 de agosto de 2019.

CINTHIA ANDIARA KEISER

Conselheira Presidente

Conselho Municipal de Assistência Social.

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 098/2019 - ALTERADO 3**

Publicação Nº 2123228

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 130/2019.

Retificação do Edital de Pregão Presencial 098/2019 – ALTERADO 3.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado passando a ser com ADJUDICAÇÃO POR MENOR PREÇO POR ITEM. A data permanece inalterada. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 14 de agosto de 2019.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### 95 2019 CALHAS

Publicação Nº 2124084

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº 95/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 09:00 Horas do dia 28.08.2019, Registro de Preços para futura e eventual aquisição de calhas, rufo e mão de obra de serviços de serralheria, para uso na manutenção de escolas, creches, postos de saúde e secretarias municipais. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 14 de agosto de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### EDITAL 001/2019 DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação N° 2123434

#### EDITAL 001/2019 DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Praia Grande, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com fulcro na lei Municipal Complementar nº 17, de 28 de dezembro de 2016, faz saber a quem interessar, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para alteração do Plano Diretor.

Na ocasião a equipe de técnicos da Prefeitura debaterá a importância do Plano Diretor na vida dos cidadãos e apresentará os problemas e potencialidades do nosso município. Venha participar do planejamento de um futuro melhor para todos!

Data: 19 de Agosto de 2019

Local: CAT – Centro de Apoio ao Turismo

Endereço: Rua das Indústrias, nº331

Horário: 18:00 Horas

Desta forma, ficam convocados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública.

Praia Grande - SC, 14 de Agosto de 2019.

Henrique Matos Maciel

Prefeito Municipal em Exercício

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N° 93/2019

Publicação N° 2123379

#### EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 93/2019

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	BRUNA BALZZAN ME
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto o Credenciamento de Empresa especializada para prestação dos serviços de Fisioterapia, especificados no Anexo "B" deste Edital, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Presidente Castello Branco, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR:	A remuneração dos serviços previstos na CLÁUSULA PRIMEIRA se dará unicamente com base na Tabela de Procedimentos e Preços Anexo "B" do edital. O Teto será estipulado de acordo com a necessidade e demanda de pacientes do Município de Presidente Castello Branco para atendimento na área de exames laboratoriais.
FISCAL DO CONTRATO:	A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor municipal Sra. Cristina Paula Forquezatto, conforme Portaria nº P/0605/2019, de 13 de agosto de 2019, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA:	A vigência do presente Contrato é até o dia 31 de dezembro de 2019.

### EXTRATO DE CONTRATO N° 94/2019

Publicação N° 2123709

#### EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 94/2019

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	DELMA ELOI BITTENCOURT DA SILVA ME
OBJETO:	O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada no ramo de Concurso Público para realização de Processo Seletivo, elaboração de edital, aplicação e correção de provas no Município de Presidente Castello Branco/SC, para os cargos de Farmacêutico(a), Técnico em Enfermagem e Dentista.
VALOR:	O preço total ajustado para a prestação dos serviços é de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Alexandra Schumann, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº 0606/2019, de 14 de agosto de 2019, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
VIGÊNCIA:	A vigência do presente Contrato é até o dia 31 de dezembro de 2019.

### EXTRATO DE CONTRATO N° 95/2019

Publicação N° 2123840

#### EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 95/2019

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	KERBERMIX – SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA

OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de materiais para execução de pavimentação em concreto armado (concreto bombeado), da rua que dá acesso ao Centro Comunitário De Linha Imigra, interior, Município De Presidente Castello Branco/SC, com área aproximada de 112,00 m².
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento do concreto é de R\$ 5.180,00 (cinco mil cento e oitenta reais), valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Lucilei Grotto, conforme Portaria nº P/0607/2019, de 14 de agosto de 2019, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA:	A vigência do presente Contrato é até o dia 31 de dezembro de 2019.

**EXTRATO DE CONTRATO N° 96/2019**

Publicação N° 2123841

**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 96/2019

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	EMPREENHEIRA DE MÃO-DE-OBRA GBR LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de materiais para execução de pavimentação em concreto armado (concreto bombeado), da rua que dá acesso ao Centro Comunitário De Linha Imigra, interior, Município De Presidente Castello Branco/SC, com área aproximada de 112,00 m².
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 2.739,35 (dois mil, setecentos e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos), valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Lucilei Grotto, conforme Portaria nº P/0607/2019, de 14 de agosto de 2019, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA:	A vigência do presente Contrato é até o dia 31 de dezembro de 2019.

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 50/2019 PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2019**

Publicação N° 2123951

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 50/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2019

**EXTRATO**

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 28 (vinte e oito) de agosto de 2019, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, destinado a microempresas e empresas de pequeno porte, e tem como objeto a escolha mais vantajosa para a aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados na Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Presidente Castello Branco/SC. O Município fornecerá por intermédio da Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal

# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 100/2019

Publicação N° 2123329

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
PREGÃO PRESENCIAL P/ NORMAL N°. 55/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 100/2019

RETIFICAÇÃO - AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA PINTURA DE PASSEIOS PÚBLICOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA. Entrega dos envelopes até o dia 26/08/2019 às 09h00min. Sessão de abertura às 09h15 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 12 de agosto de 2019  
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PUBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 53/2019 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR /PNAE

Publicação Nº 2123514

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	<b>LICITAÇÕES E CONTRATOS</b>
		Fls..... Rubrica

#### Edital de Chamada Pública N.º53/2019. Processo Administrativo N.º. 53/2019.

A Prefeitura do Município De Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor, ISAMAR DE MELO, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009, Lei federal nº 11.947/09 Decreto Federal nº 8.473 de 22 de junho de 2015, torna publico saber para conhecimento dos interessados, que está realizando Credenciamento a partir do dia 16/08/2019 ate dia 15/12/2019, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR /PNAE, COM FINALIDADE DE APRESENTAR PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR e habilitação dos fornecedores..

#### 1 - DA HABILITAÇÃO

Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as Entidades Executoras os documentos prescritos nos § 2º e § 3º, do art. 22 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009, Lei Federal nº 11.947/09, DECRETO FEDERAL N.º 8.473, de 22 de junho de 2015 e suas alterações.

1.1. Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.
- e) Documento comprobatório que produz produtos alimentícios sem agrotóxico,
- f) Cópias das certidões negativas Municipais, Estadual e federal.

1.2. Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;

- c) cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- e) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- e) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- F) Documento comprobatório que produz produtos alimentícios sem agrotóxicos;

2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no art. 24 da Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009, DECRETO FEDERAL Nº 8.473 de 22 de junho de 2015 e suas alterações.

### 3 - DOS PRODUTOS

Gêneros alimentícios a serem adquiridos para alimentação escolar:

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	30	KILOGRAMA	ABOBRINHA VERDE: IN NATURA, CASCA LISA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, ISENTA DE FUNGOS E INDÍCIOS DE GERMINAÇÃO, DEVEM ESTAR FRESCAS, ÍNTEGRAS, FIRMES, SEM TRAÇO DE DESCOLORAÇÃO OU MANCHAS, ISENTA DE AROMA, SABOR E ODOR ESTRANHOS, AUSÊNCIA DE DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS QUE AFETEM A APARÊNCIA E A QUALIDADE.	R\$6,00	R\$ 180,00
2	5	KILOGRAMA	ALHO: BULBO INTEIRO, BOA QUALIDADE, FIRME E MAINTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS DE 1KG.	R\$35,00	R\$ 175,00
3	60	KILOGRAMA	APIM, DESCASCADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM MARUPATURAS OU DEFEITOS, LIVRE DE TERRA E CORPOS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1KG COM DATA DE EMBALAGEM.	R\$5,90	R\$ 354,00
4	120	UNIDADE	ALFACE: CRESPA OU LISA, DE BOA QUALIDADE, COLORAÇÃO VERDE, FRESCOS, FOLHAS FIRMES, LIMPAS E BRILHANTES E SEPARADOS EM MAÇOS PADRONIZADOS, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÁS, ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, INSETOS, PARASITAS, LARVAS.	R\$2,40	R\$ 288,00
5	100	KILOGRAMA	BANANA BRANCA, DE 1ª QUALIDADE, IN NATURA, MAFRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	R\$3,80	R\$ 380,00
6	100	KILOGRAMA	BANANA CATURRA, DE 1ª QUALIDADE, IN NATURA, MAFRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	R\$3,80	R\$ 380,00



7	104	KILOGRAMA	BATATA DOCE, DE 1ª QUALIDADE, IN NATURA, LAVADA, FIRME E INTACTA, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (RACHADURAS, CORTES); TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES. EM QUILOGRAMA	R\$3,90	R\$ 405,60
8	45	KILOGRAMA	BETERRABA, DE 1ª QUALIDADE, IN NATURA, SEM FOLHAS, BULBOS DE TAMANHO MÉDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS E DEFEITOS, SEM CORPOS ESTRANHOS OU TERRA ADERIDA À SUPERFÍCIE EXTERNA. EM QUILOGRAMA	R\$6,00	R\$ 270,00
9	72	KILOGRAMA	BRÓCOLIS, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, COM FOLHAS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE, UNIFORME, FRESCAS E SEM MANCHAS, INTACTAS, CABEÇAS OU RAMOS FIRMES E BEM DESENVOLVIDOS, SEM EXCESSO DE FOLHAS E TALOS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS E LIVRE DE TERRA.	R\$6,80	R\$ 489,60
10	50	KILOGRAMA	CEBOLA DE CABEÇA: DE 1ª QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES.	R\$6,00	R\$ 300,00
11	80	MAÇON	CEBOLINHA: IN NATURA, 1ª DE QUALIDADE, COM FOLHAS ÍNTEGRAS, LIVRES DE FUNGOS, TRANSPORTADAS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES DE PRIMEIRO USO. DEVEM ESTAR FRESCAS, ÍNTEGRAS, SEM TRAÇO DE DESCOLORAÇÃO OU MANCHAS.	R\$2,40	R\$ 192,00
12	50	KILOGRAMA	CENOURA, DE 1ª QUALIDADE SEM RAMA, BEM DESENVOLVIDA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS OU MECÂNICAS, RACHADURA E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES.	R\$7,00	R\$ 350,00
13	90	UNIDADE	COUVE FLOR: IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, COM FOLHAS, FLORES DE COLORAÇÃO BRANCA COMPACTAS E FECHADAS, UNIFORMES, FRESCAS E SEM MANCHAS, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, LIVRE DE TERRA NAS FOLHAS EXTERNAS.	R\$4,90	R\$ 441,00
14	25	MAÇON	COUVE MANTEIGA: IN NATURA, LIMPA, TENRA E NÃO MURCHA, COM FOLHAS ÍNTEGRAS.	R\$2,40	R\$ 60,00
15	150	KILOGRAMA	FEIJÃO PRETO: SAFRA DO ANO, MAIORIA DOS GRÃOS SEM COR CARACTERÍSTICA, VARIEDADE CORRESPONDENTE DE TAMANHO E FORMATOS NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS. QUANTIDADE ACEITÁVEL DE IMPUREZAS E MATERIAIS ESTRANHOS. EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO TRANSPARENTE CONTENDO 1KG	R\$8,00	R\$ 1.200,00
16	36	KILOGRAMA	FEIJÃO VERMELHO: NOVO, EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA TRANSPARENTE DE 1KG, GRÃOS INTEIROS, LISOS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS, SUJIDADES (PEDRAS, PREGOS, ETC.) E MATÉRIA TERROSA.	R\$12,00	R\$ 432,00
17	200	KILOGRAMA	LARANJA: DE 1ª QUALIDADE, FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	R\$3,90	R\$ 780,00
18	300	UNIDADE	MILHO VERDE: ESPIGA LIMPA, SEM CASCA E SUJIDADES, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, ISENTA DE FUNGOS E INDÍCIOS DE GERMINAÇÃO, MILHO NOVO, NÃO SENDO ACEITOS ESPIGAS COM MILHO PASSADO DO PONTO DE CONSUMO.	R\$1,40	R\$ 420,00
19	80	KILOGRAMA	PEPINO SALADA, IN NATURA, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, FRESCOS, ÍNTEGROS E LIMPOS, SEM TRAÇO DE DESCOLORAÇÃO OU MANCHAS. EM QUILOGRAMA	R\$6,00	R\$ 480,00
20	190	UNIDADE	REPOLHO BRANCO IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE - ISENTO DE FUNGOS E SUJIDADE.	R\$4,00	R\$ 760,00
21	40	MAÇON	SALSINHA: IN NATURA, 1ª DE QUALIDADE, COM FOLHAS ÍNTEGRAS, LIVRES DE FUNGOS, TRANSPORTADAS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES DE PRIMEIRO USO. DEVEM ESTAR FRESCAS, ÍNTEGRAS, SEM TRAÇO DE DESCOLORAÇÃO OU MANCHAS.	R\$2,40	R\$ 96,00
22	50	KILOGRAMA	TOMATE TIPO SALADA, COM POLPA FIRME E INTACTA, COM APROXIMADAMENTE ATÉ 60% DE MATURAÇÃO, ISENTO DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, RACHADURAS E	R\$9,90	R\$ 495,00

			CORTES.		
23	30	KILOGRAMA	VAGEM OU FEIJÃO DE VAGEM: COLHIDOS AINDA MAVERDES E FRESCAS. LIVRE DE TERRA, INSETOS E FUNGOS.	R\$11,00	R\$ 330,00

- A entrega das frutas e verduras deverá ser feita todas as Segundas feiras, sendo que as entregas do Jaime Gili serão feitas no Jaime Gili, e as entrega do CEI Vó Paulina na referida unidade;
- As verduras devem ser colhidas no dia da entrega, pois sua durabilidade é maior;
- Os produtos (hortifrúti)s não devem ser murchos, machucados ou estragados, e sim em perfeito estado para consumo;
- As quantidades semanais de frutas e verduras devem ser seguidas conforme os pedidos enviados semanalmente às sextas-feiras de cada semana; e
- Os produtos (frutas e verduras) devem ser separados em pacotes de 1 kg, unidades ou em maço e com a identificação de cada unidade de entrega.

4. As amostras dos produtos deverão ser entregues até dois dias antes das entregas dos produtos, até as 13 hs, no Depósito Central de Alimentação Escolar, maiores informações na sede da Secretaria Municipal de (Educação), no mesmo endereço da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu/SC, pelos telefones (47) 33621108, no horário 08:00 as 13:00 horas. As especificações e as quantidades dos produtos estarão disponíveis nas Secretarias de Educação.

## 6 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O julgamento do processo será submetido à homologação da Comissão de Licitação, a qual o prefeito do Município adjudicará o objeto.

## 7 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

O Prefeito municipal, a qualquer tempo, em despacho fundamentado, poderá revogar o presente processo no todo ou em parte, por razões de interesse público, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem obrigação de indenizar.

## 8 - DOS RECURSOS

Dos atos praticados no curso do procedimento caberá recurso, nos termos da Lei nº 8666/93. As impugnações e recursos deverão ser formulados nos prazos e na forma disposto em lei. As impugnações contra este edital deverão ser entregues diretamente na Secretaria Municipal de Educação de Presidente Nereu (endereço indicado no preâmbulo), nos dias úteis, das 08:00 às 13:00 horas. Os recursos contra os atos de habilitação ou de julgamento deverão ser entregues no mesmo local. Não serão admitidos recursos ou impugnações por e-mail.

## 9 - DO CONTRATO

13.1 - O Contrato terá vigência da data de sua assinatura com validade em consonância com os respectivos créditos orçamentários.

13.2 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos na entrega, e demais procedimentos necessários para a execução do objeto, sujeitará a contratada à pena de multa, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

13.3 - Os preços contratuais, expressos em real, somente serão reajustados, nas bases determinadas pelo Governo Federal, segundo condições estipuladas no Contrato a ser firmado com o Município de Presidente Nereu;

## **10 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

14.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante apresentação de boletins contendo o controle de entrega, assinado pelo responsável por receber os produtos entregues no mês anterior e deverá ser apresentado até o terceiro dia útil do mês subsequente ao vencido, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Após análise e aprovação do faturamento a CONTRATADA deverá emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura, conforme solicitação, até o último dia útil do mês, solicitação esta que deverá ser atestada e aprovada pelo representante da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO designado para o acompanhamento dos procedimentos.

14.2 – A realização de pagamentos não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação e aprovação dos produtos.

## **11 - DAS PENALIDADES**

a) A contratada que descumprir as obrigações estabelecidas neste Edital ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida ampla defesa, mediante comunicado oficial:

- 1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por sua inexecução parcial;
- 2) Suspensão do contrato de prestação de serviços.
- 3) Suspensão de participação em licitações promovidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, por prazo não superior a dois anos.
- 4) Declaração de inidoneidade para participar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade.
- 5) Considerando o que for apurado em processo regular, a gravidade da infração e das consequências dela resultantes, as multas poderão ser reduzidas, relevadas ou substituídas por outras sanções que forem adequadas, observado o princípio da razoabilidade e o interesse público.

## **12 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

Para o cumprimento do objeto a CONTRATADA se obriga a:

- a) Arcar com todas as despesas necessárias para a entrega dos objetos, tais como: mão-de-obra, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação;
- b) manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de

habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **13 - DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Depósito de Merenda da Prefeitura Municipal situado à Praça Leão Dehon, n.º50, nos dias e horários a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação de Presidente Nereu.

A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

Presidente Nereu/SC, 14 de agosto de 2019.

---

Prefeito Municipal  
ISAMAR DE MELO

---

Sec. Mun. de Educação.  
Marcos Aurélio Junior Pinto

ANEXO I  
MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**“REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019, OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO Nº02/2019 DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA A REDE DE ENSINO MUNICIPAL, NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR”:**

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-28, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro, agricultor, residente na Rua em, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO**

A CREDENCIADA compromete-se a entrega de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal Presidente Nereu-SC, até o dia 31/12/2019, com finalidade de corresponder ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

A CREDENCIADA, responderá pela entrega dos produtos hora licitados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a produção e entrega ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 53/2019.

**CLAUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

- a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os produtos os quais se credenciou e a entregar, conforme calendário de entrega combinado em comum acordo entre o fornecedor e Secretaria de Educação.
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato.
- c) – Os produtos entregues deverão ser livres de uso de agrotóxicos.

**CLAUSULA QUARTA – DOS PRODUTOS E PREÇOS**

Os preços e produtos do referido credenciamento são:

**RELAÇÃO DOS ITENS.**

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
------	------------	---------	---------	-----------------------	--------------------

- A entrega das frutas e verduras deverá ser feita todas as Segundas feiras, sendo que as entregas do Jaime Gili e da Anita Knihs serão feitas no Jaime Gili, e as entrega do CEI Vó Paulina na referida unidade;
- As verduras devem ser colhidas no dia da entrega, pois sua durabilidade é maior;
- Os produtos (hortifrúti)s não devem ser murchos, machucados ou estragados, e sim em perfeito estado para consumo;
- As quantidades semanais de frutas e verduras devem ser seguidas conforme os pedidos enviados semanalmente às sextas-feiras de cada semana; e
- Os produtos (frutas e verduras) devem ser separados em pacotes de 1 kg, unidades ou em maço e com a identificação de cada unidade de entrega.

**CLÁUSULA QUINTA -VIGÊNCIA**

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 16/08/2019.

**CLÁUSULA SEXTA -FORMA DE PAGAMENTO**

Os pagamentos mediante entrega fracionada conforme combinado com a secretaria municipal de educação

**CLÁUSULA SETIMA –FISCALIZAÇÃO.**

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os produtos entregues pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo ser substituídos sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, os seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização de seus produtos quanto a não existência de uso de agrotóxicos nos lavouras e produtos entregues.

**CLAUSULA OITAVA -DAS PENALIDADES.**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

**CLÁUSULA NONA -DA MULTA.**

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia de atraso.

**CLÁUSULA DECIMA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.**

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
  - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
  - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
  - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
  - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
  - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria de Assistência Social, no valor avençado.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidos pela dotação orçamentária da Prefeitura Municipal:

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - CASOS OMISSOS.**

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE



CREDENCIAMENTO PÚBLICO N. 53/2019 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO.**

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, .

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Fornecedor

# Princesa

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14.2019 - FMS PL 28.2019-FMS, PR 12.2019-FMS - CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS II

Publicação Nº 2123256

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2019

No dia 14 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAÚDE DE PRINCESA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.430.652/0001-82, com sede administrativa localizada na Rua

Sete de Setembro, 605, bairro Centro, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Secretária Municipal de Saúde, o Sr(a). Andréia Cristina Epping de Lima, inscrito no CPF sob o nº. 086.332.699-45, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2019, Processo Licitatório nº. 28/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS nas áreas de OFTALMOLOGIA e PSIQUIATRIA, para pacientes encaminhados pela Unidade Básica de Saúde de Princesa/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens	
9620 J G OFTALMOLOGIA S/C LTDA - ME 1			
As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do processo de licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:			o com o resultado da
Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF

J G OFTALMOLOGIA S/C LTDA - ME 01.024.159/0001-09 . . .

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS nas áreas de OFTALMOLOGIA e PSIQUIATRIA, para pacientes encaminhados pela Unidade Básica de Saúde de Princesa/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9620 - J G OFTALMOLOGIA S/C LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

1 CONSULTA médica com especialista em OFTALMOLOGIA, com 1 Un JG 200,000 130,0000 26.000,00 retorno pós procedimento

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por

outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela

Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520 , de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº

8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.



11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo

assinadas.

Princesa, 14 de Agosto de 2019.

Empresas Participantes:

Andréia Cristina Epping de Lima  
Secretária Municipal de Saúde

J G OFTALMOLOGIA S/C LTDA - ME CNPJ: 01.024.159/0001-09 \_\_\_\_\_

### PORTARIA N. 142 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123827

PORTARIA Nº. 123, DE 12 DE JULHO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Princesa em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o que dispõe a Seção VII, Artigo 130 e 135, da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014 e Lei Complementar Nº 71 de 11 de Junho de 2019.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio à Servidora, Senhora NEIVA MARIA KLAUK, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa/SC, portador do CPF Nº. 614.831.929-20, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para usufruir no período de 11 de Julho de 2019 até 24 de Agosto de 2019, totalizando 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 11 de Junho de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 12 de Julho de 2019.

DIANGELE FABIELE KLEIN MARMITT

Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Princesa/SC, 15 de Julho de 2019

Gilson Loga Lisboa

### PORTARIA N. 143 DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123927

PORTARIA Nº. 143, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA A PORTARIA 135/2019 E AUTORIZA O PAGAMENTO DE ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições da Lei Complementar N. 22/2014, art. 93 e 94,

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº 135, de 29 de Julho de 2019, que autoriza o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º. Autorizar o pagamento de Adicionais de Insalubridade e Periculosidade, aos servidores municipais, no mês de julho de 2019, conforme segue:

(...)

Servidor	Cargo/função	Percentual Insalubridade
Setembrino Felisberto	Diretor de Manutenção Urbana	40%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos (ex tunc) à data de 29 de julho de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,  
em 14 de Agosto de 2019.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E  
PUBLICADA NA FORMA DA LEI  
PRINCESA/SC, 15 DE AGOSTO DE 2019  
GILSON LOGA LISBOA



# Quilombo

## PREFEITURA

### 1º T.A.ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 43-2018 PMQ (PP-103-2018 -MATERIAL CONSTRUÇÃO)

Publicação Nº 2123907

1º TERMO ADITIVO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2018.

PROCESSO Nº 103/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31/08/2019.

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o Município de Quilombo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 83.021.865/0001-61, situado na Avenida Primo Alberto Bodanese nº 791, nesta cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. SILVANO DE PARIZ, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Jacob Simon nº 71, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Quilombo - SC, portador da RG nº 2.031.348 e CPF nº 579.998.729-20, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto municipal nº 210/2009, de 20 de maio de 2009 e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 103/2018, RESOLVE: Aditar a Ata do Registro de Preços nº 43/2018, nos termos das cláusulas abaixo:

#### 1. DO OBJETO

1,1 Tem por objeto o presente termo aditivo, acrescer ao objeto da Ata de Registro de Preços nº 43/2018, a aquisição do (ITEM 34 - Cola para cal 100 ml) numa quantidade de mais 150 (cento e cinquenta) unidades, do com fundamento no Art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93 e alterações.

#### 2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, pagará à CONTRATADA, pela aquisição do produto acima descrito, objeto do presente Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 43/2018, o preço proposto que é de R\$ 2,50 (Dois reais e cinquenta centavos) por unidade, totalizando o valor de R\$ 375,00 (Trezentos e setenta e cinco reais).

#### 2. DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

2.1. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 43/2018, correrão por conta das dotações do orçamento do exercício de 2019 do Município, que serão informadas nas Adjudicações/Autorizações de Fornecimento e Empenhos.

#### 3. DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata do Registro de Preços nº 43/2018 de 31/08/2018.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Empresa (s): DANIELA M.BORTOLATTO  
Advogado/OAB-SC 55924

VANDE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

### DECISÃO ADMINISTRATIVA 024/2019

Publicação Nº 2123267

MUNICÍPIO DE QUILOMBO – ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO ADMINISTRATIVA 024/2019

Considerando as normas inerentes ao caso em tela e alicerçados no disposto pelo art. 140 do Estatuto dos Servidores Municipais (LC n. 032/2001), onde estabelece que o julgamento acatará o relatório da Comissão, salvo quando contrário às provas dos autos;  
Considerando que durante o Processo de Sindicância Administrativa a Comissão usou dos meios que julgou necessário para apurar os fatos;  
Considerando que o relatório a Comissão aponta que por meio do vídeo recebido não foi possível apurar a placa do veículo;  
Considerando que a Comissão informa que o uso do tacógrafo não possibilitou a apuração da velocidade do veículo compatível com as características do veículo apontado no vídeo, no dia 28 de fevereiro de 2019;  
Considerando que a Comissão de sindicância apurou, conforme planilha de controle de roteiro do dia 28 de fevereiro de 2019, que constam

dois motoristas fazendo o mesmo trajeto no mesmo dia;  
Considerando que a Comissão de Sindicância, por falta de provas da materialidade dos fatos ocorridos no dia 28 de fevereiro de 2019, optou por arquivar o Processo;  
Acolho o Relatório final elaborado pela Comissão de Sindicância e determino o arquivamento do Processo de Sindicância Administrativo instaurado pelo Decreto 048/2019.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito, 08 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

## DECISÃO ADMINISTRATIVA 025/2019

Publicação Nº 2123283

MUNICÍPIO DE QUILOMBO – ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO ADMINISTRATIVA 025/2019

Considerando as normas inerentes ao caso em tela e alicerçados no disposto pelo art. 140 do Estatuto dos Servidores Municipais (LC n. 032/2001), onde estabelece que o julgamento acatará o relatório da Comissão, salvo quando contrário às provas dos autos;  
Considerando a informação prestada no sistema de ouvidoria - E-ouv, informando que membros do Conselho Tutelar estavam presentes em um velório no município de Formosa do Sul, utilizando do carro público e em horário de expediente, no dia 19/06/2019;  
Considerando que durante o Processo de Sindicância Administrativa 001/2019, a Comissão usou dos meios que julgou necessário para apurar os fatos;  
Considerando que no roteiro do veículo do Conselho Tutelar, consta que houve a rota até Formosa do Sul no dia 19/06/2019;  
Considerando a oitiva do motorista Sr. Vivaldino de Oliveira, que confirmou a viagem até Formosa do Sul no dia 19/06/2019;  
Considerando que no relatório a Comissão aponta que há elementos comprobatórios e satisfatórios que comprovam que houve a prática de ato contrário ao que prevê o Estatuto do Servidor Público Municipal;  
Acolho o Relatório final elaborado pela Comissão de Sindicância instaurada por meio do Decreto nº158/2019 e determino a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito, 08 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 190/2019 DE 13 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2123289

DECRETO Nº 190/2019 – DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com os Artigos 100, 105 e 120 da Lei Complementar Municipal nº. 032 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, de 05 de dezembro de 2001, de acordo com relatório emitido pela Comissão de Sindicância 001/2019, instaurada pelo Decreto 158/2019, de 03 de julho de 2019;

Considerando a Decisão Administrativa 025/2019, de 08 de agosto de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar 002/2019, em conformidade com a decisão administrativa 025/2019 e considerando o relatório emitido pela Comissão de Sindicância, instaurada pelo Decreto 158/2019, de 03 de julho de 2019, a fim de processar e julgar fatos ocorridos no dia 19 de junho de 2019, referente ao uso de veículo público, para fins particulares em horário de expediente.

Parágrafo Único. Nomeia-se para conduzir os trabalhos a seguinte comissão:

I. Catia Regina Backes Dezordi – Presidente;

II. Luiz Carlos da Silva – Membro;

III. Sidney Campagnaro – Membro;

IV. Adriano João Boaretto – Membro;

V. Sirlei Aparecida de Vargas Pistori – Membro.

Art. 2º A presente Comissão de Processo Administrativo deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Designa a Procuradora Assistente Luciana Lima para auxiliar nos trabalhos.

Art. 4º Os serviços da comissão são considerados de caráter relevante, não sendo atribuída aos seus membros qualquer remuneração.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 13 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em \_\_\_\_/08/2019.  
Lei Municipal nº 1087/1993

Luciana Lima  
Servidora Designada

## **PORTARIA Nº 0438/2019 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2123310

PORTARIA Nº. 0438/2019 - DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

CERTIFICA O TRÂNSITO EM JULGADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELO DECRETO 023/2019, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Decreto 023/2019 que instaurou Processo Administrativo Disciplinar em face das servidoras Iracilde Catarina Bee Lovera e Vêronica Comin;

Considerando o relatório final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (fls 84 -89, PAD);

Considerando o parecer jurídico nº 004/2019 (fls 91-97, PAD);

Considerando a Decisão Administrativa 021/2019, que acolheu o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (fls. 98-104, PAD);

Considerando a notificação da decisão administrativa mediante e-mail, aos procuradores habilitados no processo administrativo, bem como a confirmação de recebimento da decisão mediante e-mail no dia 26/06/2019, conforme comprovantes anexos às fls. 106 á 108;

Considerando que o decurso do prazo para recuso se deu no dia 08 de agosto de 2019, nos termos do art. 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais combinado com o art. 15 do Código de processo Civil.

### **RESOLVE:**

Art. 1º Certifica que a Decisão Administrativa 021/2019 proferida no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelo Decreto nº 023/2019, transitou em julgado em 09 de agosto de 2019, dia subsequente ao término do prazo recursal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/08/2019  
Lei Municipal 1087/1993

Luciana Lima  
Funcionária Designada

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2486 RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 13-2019

Publicação Nº 2124115

DECRETO Nº 2486, de 14 de agosto de 2019.

CLASSIFICAÇÃO FINAL  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 013/2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI, Prefeita Municipal de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Torna-se público para o conhecimento dos interessados a Homologação da Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 013/2019, conforme ANEXO I desde Decreto, informando o Cargo, a posição na classificação, nome e número de inscrição dos candidatos, notas finais e a situação final.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registra-se e publique-se.

Rancho Queimado, 14 de agosto de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita de Rancho Queimado

#### ANEXO I

#### RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Nº 13/2019.

#### MOTORISTA I SAÚDE

Colocação	Nome do Candidato	Pontuação
01	Éder Luiz Lorscheiter	16 pontos
02	Eric Felipe Favero	10 pontos

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.066

Publicação Nº 2124143

DECRETO Nº 4.066 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulações de dotações do orçamento vigente, por excesso de arrecadação e dá providências”

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.274, de 13 de agosto de 2019:

#### DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Crédito Adicional			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.33390 00000000000000.02380545	30.000,00

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		02380545- Transf. Recursos SUS- -Incremento PAB FIXO/Emenda Individual/201925700011	30.000,00

Art. 3º – Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.119,00 (um mil e cento e dezenove reais).

Crédito Adicional			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção Administrativa da Secretaria da Cultura	07.001.0013.0122.0007.2047.33390 00000000000000.01000400	619,00
Suplementar	Desenvolvimento Artístico, Cultural, Instrumental e Artesanal.	07.001.0013.0392.0007.2045.34490 00000000000000.01000400	500,00

Art. 4º – Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção Administrativa da Secretaria da Cultura	07.001.0013.0122.0007.2047.34490 00000000000000.01000400	619,00
Anulação Dotação	Desenvolvimento Artístico, Cultural, Instrumental e Artesanal.	07.001.0013.0392.0007.2045.33390 00000000000000.01000400	500,00

Art. 5º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de agosto de 2019.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal de Rio do Campo

Lenoir Menegazzi

Resp. pela Sec.de Administração e Finanças

# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO 075/2019 - PÓ E PEDRISCO

Publicação Nº 2123846

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC. PROCESSO LICITATÓRIO N. 075/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N. 044/2019. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Registro de Preços visando a aquisição de Pó e Pedrisco. Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 27/08/2019. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para inserção no sistema: após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: <http://riodooste.atende.net>, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 14 de agosto de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

### PROCESSO 076/2019 - ÁRBITROS

Publicação Nº 2124116

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC. PROCESSO LICITATÓRIO N. 076/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N. 045/2019. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Registrar preços para Contratação dos serviços de arbitragem para o campeonato Municipal de campo 2019. Recebimento dos envelopes: até as 14h30min do dia 27/08/2019. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para inserção no sistema: após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: <http://riodooste.atende.net>, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 14 de agosto de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 211/2019-ERRATA

Publicação Nº 2124358

#### ERRATA

RESOLUÇÃO Nº 211/2019 DE 16 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO NO "7º CONGRESSO NACIONAL DE LEGISLATIVOS MUNICIPAIS" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE da Câmara de Vereadores de Rio do Oeste, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte:

#### RESOLUÇÃO:

Art. 1º A Câmara Municipal de Rio do Oeste será representada no "7º CONGRESSO NACIONAL DE LEGISLATIVOS MUNICIPAIS", realizado pela União dos Vereadores do Brasil – UVB, nos dias 20, 21, 22 e 23 de agosto de 2019, na cidade de Brasília– DF.

Art. 2º Fica assegurada à participação de Vereadores, que ficam autorizados a entender-se diretamente com os organizadores do evento sobre assuntos a ele pertinentes e de interesse do Município que representam.

Art. 3º Os participantes deverão apresentar relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no Evento.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 16 de julho de 2019.

VALÍRIO HAVERROTH

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 212/2019-ERRATA**

Publicação Nº 2124361

ERRATA  
RESOLUÇÃO Nº 212/2019 DE 16 DE JULHO DE 2019.  
AUTORIZA PARTICIPAÇÃO NO "SEMINÁRIO ESTADUAL DE VEREADORES 2019" EM TREZE TÍLIAS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE da Câmara de Vereadores de Rio do Oeste, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte:

**RESOLUÇÃO:**

Art. 1º A Câmara Municipal de Rio do Oeste será representada no "SEMINÁRIO ESTADUAL DE VEREADORES 2019" realizado pela União dos Vereadores de Santa Catarina – UVESC, nos dias 21, 22 e 23 de agosto na cidade de Treze Tílias– SC.

Art. 2º Fica assegurada à participação de Vereadores, que ficam autorizados a entender-se diretamente com os organizadores do evento sobre assuntos a ele pertinentes e de interesse do Município que representam.

Art. 3º Os participantes deverão apresentar relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no Evento.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 16 de julho de 2019.

VALÍRIO HAVERROTH  
Presidente

PUBLICADO DOM/SC:

PUBLICADO MURAL:

ASSINATURA:



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8346, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2124214

DECRETO Nº 8346, de 14 de agosto de 2019.

"ALTERA O DECRETO Nº 7000, DE 20 DE MARÇO DE 2018".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º- Acrescenta parágrafo único no Decreto nº 7000, de 20 de março de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º...

Parágrafo Único – A isenção concedida no caput deste Decreto aplica-se aos exercícios fiscais dos anos de 2017 a 2021."

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

14 de agosto de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### ELICIANE LOURENÇO DE SOUZA - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2123700

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 084/2019, firmado em 06/0/2019, com término previsto para 24/07/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELICIANE LOURENÇO DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 833.287.939-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 084/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 084/2019, iniciando-se a prorrogação em 24/07/2019 e encerrando-se em 22/10/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/07/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELICIANE LOURENÇO DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**LEI Nº 6052, DE 23 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2124192

LEI Nº 6052, de 23 de julho de 2019.

Dispõe sobre a implantação de "bueiro inteligente" como forma de prevenção às enchentes no município de Rio do Sul, e dá outras providências.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica implementado o Bueiro Inteligente como prevenção às enchentes e aos alagamentos no município de Rio do Sul.

Parágrafo único. O Bueiro Inteligente é composto pelo filtro, instalado no interior dos bueiros, sendo que o filtro age como uma peneira, permitindo a água passar, mas retendo o material sólido.

Art. 2º A implantação acontecerá obrigatoriamente quando houver a necessidade de manutenção ou construção de novo bueiro nas vias já pavimentadas.

Parágrafo único. Nas vias onde haverá novo projeto de pavimentação obrigatoriamente deverá ser incluso o bueiro inteligente no projeto.

Art. 3º O Executivo Municipal poderá firmar convênios com entidades em nível Federal, Estadual e Civil, objetivando capitalização de recursos financeiros para a implantação dos bueiros inteligentes.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

23 de julho de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

**PATRICIA PEREIRA - 6º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2123696

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2018, firmado em 07/05/2018, com término previsto para 05/04/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA PEREIRA, portador(a) do CPF nº 088.564.889-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 236/2018, iniciando-se a prorrogação em 06/04/2019 e encerrando-se em 12/07/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/04/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	PATRICIA PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**PATRICIA PEREIRA - 7º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2123699

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2018, firmado em 07/05/2018, com término previsto para 12/07/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA PEREIRA, portador(a) do CPF nº 088.564.889-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 236/2018, iniciando-se a prorrogação em 13/07/2019 e encerrando-se em 20/09/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/07/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	PATRÍCIA PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**PORTARIA Nº 1176/DGP**

Publicação Nº 2124490

PORTARIA Nº 1176/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 10/07/2019, a servidora GABRIELA BAVARESCO LANZARIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Agosto de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Prh

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 151/2019**

Publicação Nº 2124096

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 80/2007.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 08h00min do dia 29/08/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 23 de julho de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário de Administração e Fazenda

## ROSELÉA MENEGHETTI POSTAI- 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2123740

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 056/2019, firmado em 25/01/2019, com término previsto para 12/07/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELEA MENEGHETTI POSTAI, portador(a) do CPF nº 481.291.279-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 056/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 056/2019, iniciando-se a prorrogação em 13/07/2019 e encerrando-se em 20/09/2019."

### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/07/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ROSELEA MENEGHETTI POSTAI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 1251/2019**

Publicação Nº 2124210



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC  
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300  
[www.camarariodosul.sc.gov.br](http://www.camarariodosul.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 1251, DE 14 DE AGOSTO DE 2019**

Dispõe sobre a jornada de trabalho do servidor Andre Bini Tinti

**O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:**

**RESOLVE:**

Art. 1º De acordo com o art. 5º da Resolução nº 933, de 22 de janeiro de 2018, que trata da flexibilização da jornada de trabalho dos Assessores Parlamentares da Câmara Municipal de Rio do Sul, fica estabelecido para o servidor Andre Bini Tinti, lotado no gabinete do vereador Marcos Norberto Zanis, a partir de 15 de agosto de 2019, a jornada de trabalho de segunda, quinta e sexta-feira, das 13h00min às 19h00min, e de terça a quarta-feira, das 11h00min às 17h00min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2019.

ROBERTO ANDRADE  
BASTOS:02688543946

Assinado de forma digital por ROBERTO ANDRADE BASTOS:02688543946  
Dados: 2019.08.14 16:59:43 -03'00'

**ROBERTO ANDRADE BASTOS**

Diretor Geral  
(Assinado digitalmente)

THAYNA  
FIAMONCINI:0566  
6277952

Assinado de forma digital por THAYNA FIAMONCINI:05666277952  
Dados: 2019.08.14 17:01:10 -03'00'

**THAYNÁ FIAMONCINI**

Diretora Administrativa  
(Assinado digitalmente)

Portaria nº 1251/2019 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### PORTARIAS 255-275

Publicação Nº 2123906

PORTARIA Nº 255, DE 01 DE JULHO DE 2019.

CONCEDE VANTAGEM TRANSITÓRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Conceder, conforme abaixo especificado, a vantagem transitória a seguir descrita, com efeitos a partir de 01/07/2019:

Servidor(a)	Funções Originárias do Cargo	Novas Atribuições/Funções	Vantagem Concedida
Semir Manoel Chaves	Operador de Máquinas	Responderá, além das funções de seu cargo, pelo planejamento e execução das tarefas da Secretaria de Infraestrutura com vistas a recuperação de estradas, macadamização, desmoraamentos e detecção de pontos críticos.	FG-II (30%), nos termos do §2º do art.10 c/c Anexo VIII da Lei Complementar nº. 002, de 09 de dezembro de 1991 com redação dada pela Lei Complementar nº 224/2013.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Julho de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Julho de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 256, DE 05 DE JULHO DE 2019.

DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 05/07/2019, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Keila Daniele Cardoso Gomes Leão	Auxiliar em Saúde Bucal - PSF	091/2006	20	40 hs	05/07/2019

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 05 de Julho de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 05 de Julho de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 257, DE 12 DE JULHO DE 2019.  
AUTORIZA SERVIDORA A CONDUZIR VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "a" e "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Autoriza, o(a) Servidor(a) abaixo relacionado(a), a conduzir veículos da frota municipal:

NOME	CARGO	Habilitação	Categoria
Marisane Teresinha Hoffmann	Psicóloga	04958873704	"AB"

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 12 de Julho de 2019.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 12 de Julho de 2019.  
MARGARET SILVIA GRETTTER  
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 258, DE 12 DE JULHO DE 2019.  
CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE À SERVIDOR MUNICIPAL.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, a partir de 03/07/2019 a 07/07/2019, de acordo com Protocolo nº 1577/2019, Licença Paternidade ao Servidor EVERALDO FEIFERBERG – ocupante do cargo de Professor II, pelo nascimento de sua filha Helena Feiferberg, conforme Certidão de Nascimento nº 10 730001552019100074279003032439, em conformidade com o previsto no artigo 115 da Lei Complementar nº 001/1991.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 12 de Julho de 2019.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 12 de Julho de 2019.  
MARGARET SILVIA GRETTTER  
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 259, DE 12 DE JULHO DE 2019.  
CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 50 e 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, a partir desta data, auxílio natalidade ao Servidor EVERALDO FEIFERBERG – ocupante do cargo de Professor II, em virtude do nascimento de sua filha Helena Feiferberg, conforme Certidão de Nascimento nº 10730001552019100074279003032439, e, em conformidade com o previsto no artigo 244, § 2º da Lei Complementar nº 001/1991.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 12 de Julho de 2019.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 12 de Julho de 2019.  
MARGARET SILVIA GRETTTER



Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 260, DE 12 DE JULHO DE 2019.  
DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 12/07/2019, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Izabel Aparecida Lazaretti	Auxiliar de Serviços Gerais	068/2005	05	44 hs	12/07/2019

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 12 de Julho de 2019.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 12 de Julho de 2019.  
MARGARET SILVIA GRETTER  
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 261, DE 16 DE JULHO DE 2019.  
DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, por motivo de aposentadoria, com efeitos a partir de 16/07/2019, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Vilmar Marcelino Alípio Stolf	Pedreiro	307/2019	33	44 hs	16/07/2019

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 16 de Julho de 2019.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 16 de Julho de 2019.  
MARGARET SILVIA GRETTER  
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 262, DE 18 DE JULHO DE 2019.  
HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Joaquina Salvador Da Silva Andreaazza	Auxiliar de Serviços Gerais	068/2005	05	44 hs	18/07/2019	13/12/2019

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 18 de Julho de 2019.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 18 de Julho de 2019.  
MARGARET SILVIA GRETTTER  
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 263, DE 19 DE JULHO DE 2019.  
EXONERA AGENTE PÚBLICA INVESTIDA EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "a" e "g", da Lei Orgânica do Município de Rio dos Cedros;

RESOLVE

Art.1º. Exonerar, a pedido, por motivo de aposentadoria, de acordo com o artigo 44, da Lei Complementar nº 001/1991, a partir de 19/07/2019, a Sra. MARIALVA LONGO do cargo efetivo de Instrutor de Trabalhos Manuais, lotada na Secretaria de Educação, referência salarial nível 30, com 20 (vinte) horas semanais, nomeada através da Portaria nº 304/1993.

Art.2º. Em razão da exoneração da Servidora, fica declarada a vacância do cargo acima mencionado.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 19 de Julho de 2019.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 19 de Julho de 2019.  
MARGARET SILVIA GRETTTER  
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 264, DE 22 DE JULHO DE 2019.  
HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
------	------------------	------------	----------------	-----------------------------	--------------------	---------------------

Nelson Spiess	Servente de Serviços Gerais	307/2019	17	44 hs	22/07/2019	13/12/2019
---------------	-----------------------------	----------	----	-------	------------	------------

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 22 de Julho de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 22 de Julho de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 265, DE 23 DE JULHO DE 2019.

DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 23/07/2019, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Tainara De Oliveira Vieira	Assistente de Educação Infantil	164/2009	17	40 hs	23/07/2019

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 23 de Julho de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 23 de Julho de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 266, DE 24 DE JULHO DE 2019.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NA FORMA DO ART.37, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, DE AGENTE PÚBLICO(A) DE ACORDO COM O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2017/CTNEIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo de	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho semanal (horas)	Início do Contrato	Término do Contrato
Ana Paula Mauricenz	Auxiliar Administrativo	022/2002	25	40 hs	24/07/2019	13/12/2019

Parágrafo Único – A presente contratação temporária se faz na forma do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017/CTNEIP,

e demais legislações municipais de regência, em especial as Leis Municipais nº 1.577/2008 e nº 1.652/2010.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 24 de Julho de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 24 de Julho de 2019.

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 267, DE 30 DE JULHO DE 2019.

CONCEDE AUXÍLIO FUNERAL À FILHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município no seu artigo 50 e 70, inciso II, alínea "a" e "g", c/c o artigo 130, Parágrafo Único, e, artigo 246, Parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 001/1991;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, a EDSON MIGUEL BUSARELLO, auxílio funeral pelo falecimento de seu pai o Sr. Geraldino Busarello, na forma do artigo 246, da Lei Complementar nº 001/1991, e de acordo com o Registro da Certidão de Óbito Matrícula nº 1064760155201940000928800020 0964.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 30 de Julho de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 30 de Julho de 2019.

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 268, DE 31 DE JULHO DE 2019.

DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 31/07/2019, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Ana Julia Silveira Rigo-letto Souza	Assistente de Educação Infantil	164/2009	17	40 hs	31/07/2019

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 31 de Julho de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 31 de Julho de 2019.

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 269, DE 31 DE JULHO DE 2019.

DISPENSAR AGENTES PÚBLICOS(AS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas

pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 31/07/2019, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Ianka Gabriella Strey	Professor I - Educação Física	068/2005	Prop. 35	10 hs	31/07/2019

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 31 de Julho de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 31 de Julho de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 270, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, inciso II, letra "g", c/c a Seção II, artigo 103, inciso I, e Seção II, artigos 109 a 113 da Lei Complementar nº 001/91;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde aos Servidores abaixo relacionados:

Servidor(a)	Data do Afastamento	Período
Adenise Angela Sandri	26/06/2019	½ dia
Adenise Angela Sandri	25/06/2019	½ dia
Adriana Campestrini	24/06/2019	½ dia
Adriana Schoeffel	09/07/2019	01 dia
Ana Carolina Meynaczyk	17/06/2019	01 dia
Andrea Giovanella	28/06/2019	01 dia
Andrea Giovanella	01/07/2019	01 dia
Andrea Stolf Schwartz	21/06/2019	15 dias
Andréia Nascimento	26/06/2019	½ dia
Andréia Nascimento	12/07/2019	02 dias
Andréia Nascimento	01/07/2019	01 dia
Andressa Lais Carioca Dos Santos	10/07/2019	½ dia
Andressa Lais Carioca Dos Santos	02/07/2019	½ dia
Angela Pereira	17/06/2019	01 dia
Angela Pereira	03/07/2019	01 dia
Anildo Jose Paterno	01/07/2019	½ dia
Anildo Jose Paterno	25/06/2019	½ dia
Avalcir Bona	27/06/2019	½ dia
Camila Bonette	27/06/2019	½ dia
Caroline Thrun Casagrande	28/06/2019	01 dia
Caroline Viviane Formigari	14/07/2019	02 dias
Caroline Viviane Formigari	16/07/2019	01 dia
Claudia Maria Prade Jansen	15/07/2019	02 dias
Claudia Maria Prade Jansen	03/07/2019	01 dia
Daiane Ribeiro De Mello	04/07/2019	½ dia
Daiane Ribeiro De Mello	16/07/2019	½ dia
Daniela Klitzke Pinho	01/07/2019	01 dia
Daniela Klitzke Pinho	24/06/2019	02 dias

Eduardo Osti	02/07/2019	01 dia
Elaine Carlini Pereira	16/07/2019	½ dia
Fabiana Kanies Perini	08/07/2019	02 dias
Fabiana Osti De Moura	19/06/2019	½ dia
Francine Goulart Tavares Lobato	03/07/2019	½ dia
Georgia Cristine Purin	01/07/2019	½ dia
Gisele Clerice Pavan	11/07/2019	01 dia
Gisele Clerice Pavan	10/07/2019	01 dia
Gisele Clerice Pavan	18/06/2019	½ dia
Gisele Clerice Pavan	05/07/2019	½ dia
Graciela Campestrini Oribka	02/07/2019	01 dia
Graziella F. Beyer Leitempergher	17/06/2019	½ dia
Servidor(a)	Data do Afastamento	Período
Graziella F. Beyer Leitempergher	24/06/2019	½ dia
Greice Motzeleski Odorizzi	10/07/2019	02 dias
Ianka Gabriela Strey	16/07/2019	½ dia
Ianka Gabriela Strey	01/07/2019	01 dia
Isaete C. Dos Santos Menestrina	02/07/2019	02 dias
Ivanir Kniess	17/06/2019	01 dia
Ivi Cristine Nitsche	27/06/2019	½ dia
Ivi Cristine Nitsche	04/07/2019	½ dia
Ivone Borges De Lima	19/06/2019	½ dia
Ivone Borges De Lima	15/07/2019	02 dias
Jaciele Barbara Da Veiga	03/07/2019	½ dia
Jaciele Barbara Da Veiga	16/07/2019	½ dia
Jandir Cesar Giovanella	09/07/2019	½ dia
Jandira Correa	18/06/2019	½ dia
Jaqueline Elisa Hordina	18/06/2019	15 dias
Jaqueline Elmia Teske	08/07/2019	½ dia
Jaqueline Zambon	25/06/2019	½ dia
Jessica Elaine Teske	27/06/2019	½ dia
Joel Jose Grande	10/07/2019	01 dia
Joel Jose Grande	08/07/2019	½ dia
Juliane Beyer Cattoni	01/07/2019	½ dia
Juliete Menestrina	11/07/2019	02 dias
Larissa Daiane Borchardt	27/06/2019	½ dia
Leticia Meyer	01/07/2019	½ dia
Lucilene Maria Dadan	27/06/2019	½ dia
Mafalda Busarello Carlini	11/07/2019	01 dia
Mafalda Busarello Carlini	24/06/2019	½ dia
Mafalda Busarello Carlini	08/07/2019	01 dia
Marco Mauricio Krueger Trindade	16/07/2019	½ dia
Mariah Couto Teixeira	24/06/2019	07 dias
Naiara Cristina Zoboli	10/07/2019	½ dia
Naiara Cristina Zoboli	19/06/2019	01 dia
Osmari Da Rocha	15/07/2019	01 dia
Patricia Gerusa De Sousa Borges	18/06/2019	½ dia
Paula Wackernagel	08/07/2019	½ dia
Rafaela Da Silva Moretto	11/07/2019	½ dia
Rejane Susan Frare Sommer	08/07/2019	½ dia
Rogeria A. Borges De Lima Ribeiro	28/06/2019	½ dia
Roseane Maria Bertram Klemz	18/06/2019	½ dia
Roseane Maria Bertram Klemz	08/07/2019	½ dia
Sabrina Campregheer Tomaselli	08/07/2019	½ dia
Saete Regina Agostini Rodrigues	09/07/2019	½ dia
Silmara Da Silva Lorenz	24/06/2019	½ dia
Silvana Kemper	04/07/2019	10 dias
Simone Regiane Kohlbeck	19/06/2019	½ dia
Talita Raquel Lazzarin	12/07/2019	½ dia

Valdete Maria Purin Dorigatti	04/07/2019	15 dias
Valdir Bonette Cabral	25/06/2019	07 dias
Valdir Bonette Cabral	02/07/2019	15 dias
Vanderlea Agostini	09/07/2019	01 dia
Vanderlea Agostini	27/06/2019	½ dia
Servidor(a)	Data do Afastamento	Período
Vanderlea Agostini	04/07/2019	01 dia
Vandete Klug Lorenz	05/07/2019	½ dia
Vandete Klug Lorenz	15/07/2019	½ dia
Vandoir Raasch	27/06/2019	01 dia
Wanderlei Krevonis	08/07/2019	01 dia
Wanderlei Krevonis	17/06/2019	01 dia
Wilimar Butzke	15/07/2019	02 dias
Wilimar Butzke	05/07/2019	07 dias
Zenite Jesus De Bairos Da Rosa	25/06/2019	½ dia

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Agosto de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar

em 01 de Agosto de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 271, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA OS PEDIDOS DE FÉRIAS JÁ DEFERIDOS PELAS RESPECTIVAS CHEFIAS IMEDIATAS DOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar, conforme o quadro abaixo, e determinar o respectivo registro e cadastro, junto às fichas funcionais dos respectivos servidores, no Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Rio dos Cedros, as férias já deferidas pelas Chefias Imediatas.

Nome Funcionário	Período de Fruição	Período Aquisitivo
Anderson Brum	15/07/2019 a 13/08/2019	13/03/2017 a 12/03/2018
Elfi Wachholz Mett	16/07/2019 a 14/08/2019	14/01/2018 a 13/01/2019
Johnny Fernando Libardo	03/07/2019 a 01/08/2019	02/04/2017 a 01/04/2018
Jose Antônio Aguilar Vaca	28/08/2019 a 26/09/2019	17/01/2018 a 16/01/2019
Luciana Fernandes	22/07/2019 a 20/08/2019	02/07/2018 a 01/07/2019
Luiz Carlos Rodrigues	03/07/2019 a 01/08/2019	01/07/2018 a 30/06/2019
Pedro Batista	22/07/2019 a 20/08/2019	20/03/2018 a 19/03/2019
Roseli Samagaia	29/07/2019 a 27/08/2019	31/08/2017 a 30/08/2018
Talita Raquel Lazzarin	15/07/2019 a 13/08/2019	15/01/2018 a 14/01/2019
Vildimar Cristofolletti	15/07/2019 a 13/08/2019	02/03/2018 a 01/03/2019
Vilmar Jorge De Souza	03/07/2019 a 01/08/2019	27/04/2018 a 26/04/2019
Waldeir Donerio De Oliveira Gomes	15/07/2019 a 13/08/2019	01/07/2018 a 30/06/2019
Wilimar Butzke	18/07/2019 a 16/08/2019	15/01/2018 a 14/01/2019

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Agosto de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros



A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Agosto de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 272, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Camila Regina Moser	Auxiliar em Saúde Bucal - PSF	091/2006	20	40 hs	01/08/2019	13/12/2019

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Agosto de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Agosto de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 273, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

EXONERA AGENTE PÚBLICO INVESTIDO EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "a" e "g", da Lei Orgânica do Município de Rio dos Cedros;

RESOLVE

Art.1º. Exonerar, por motivo de Óbito, a partir de 01/08/2019, o Sr. GERALDINO BUSARELLO, de cargo inativo (aposentado), lotado na Secretaria de Fazenda – Fazenda Inativos.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Agosto de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Agosto de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 274, DE 06 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NA FORMA DO ART.37, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, DE AGENTE PÚBLICO(A) DE ACORDO COM O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2017/CTNEIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de

1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo de	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho semanal (horas)	Início do Contrato	Término do Contrato
Emanuella Laiza Zanella	Professor II - Educação Física	068/2005	07	20 hs	06/08/2019	13/12/2019

Parágrafo Único – A presente contratação temporária se faz na forma do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017/CTNEIP, e demais legislações municipais de regência, em especial as Leis Municipais nº 1.577/2008 e nº 1.652/2010.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 06 de Agosto de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 06 de Agosto de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 275, DE 07 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Nádia Regina Waugenkecht	Assistente de Educação Infantil	164/2009	17	40 hs	07/08/2019	13/12/2019

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 07 de Agosto de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 07 de Agosto de 2019.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DA ABERTURA CONCORRÊNCIA Nº 068/2019

Publicação Nº 2123835

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO - ESTADO DE SANTA CATARINA

CONCORRÊNCIA Nº 068/2019

AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA

A Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei nº 8.666/93, COMUNICA, que em razão de impugnações ao edital e devido à necessidade de revisão de exigências de caráter técnico no edital, FICA SUSPENSADA A ABERTURA DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA, anteriormente marcada para às 09:00 horas do dia 15 de Agosto de 2019, a qual tem por objetivo receber propostas para contratação de empresa especializada do ramo de Engenharia Elétrica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E GERAÇÃO AUTONOMA DE ENERGIA, PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO. Assim que o edital for retificado, o mesmo será republicado, reabrindo-se o prazo para acolhimento de propostas e nova data de abertura da licitação. O presente aviso será publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário dos Municípios e Jornal A Notícia, bem como no endereço virtual <http://rionegrinho.atende.net>, juntamente aos anexos do edital. Demais informações pelo fone 047 3646.3636/3646-3648. Rio Negrinho, 14 de Agosto de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE DECRETOS Nº 10/2019

Publicação Nº 2124497

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho Estado de Santa Catarina torna público que resolveu baixar os seguintes decretos:

Decreto nº 13606 de 09/07/2019. Abre Crédito Suplementar Ao Orçamento do Samae - Serviço Autônomo Municipal de Saneamento Básico  
Decreto nº 13608 de 22/07/2019. Homologa Resultado do Processo Licitatório nº 066/2019 Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados a merenda escolar nas escolas e creches do município, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, durante o período de agosto de 2019 a janeiro de 2020. Licitantes Vencedoras: Vhr Distribuidora Eireli Epp. Itens 02, 05, 13, 20, 21, 27, 28, 45, 46, 47, 57, 66, 70 e 73 no valor de R\$ 127.231,14. Comercial Mab Alimentos Eireli ME. Itens 03, 04, 10, 17, 25, 41, 59, 62, 64, 68, 74, 76 e 77 no valor de R\$ 27.190,75 Supermercado Djek E Sheron Cia Ltda. Itens 01,06,14,15,31,33,34,38 42,53,54,56,61,65,67 e 72 no valor de R\$ 133.532,77 Distribuidora de Alimentos Oliveira Ltda ME. Itens 07, 08, 18, 19, 24, 26, 39, 43, 55, 60 e 63 no valor de R\$ 46.739,85 Sebmed Produtos para a Saúde Eireli. Itens 09, 35, 36, 49, 50 e 51 no valor de R\$ 29.533,40 PHS Comércio Eireli - ME. Itens 11, 12 e 71 no valor de R\$ 14.868,63 Juarpo Comércio Atacadista Eireli EPP. Itens 29 e 30 no valor de R\$ 130.902,00 Papelaria São Bento Ltda EPP. Itens 32, 44, 48, 52 e 69 no valor de R\$ 9.259,70 OBS.: Os itens 16, 22, 23, 37, 40, 58 e 75 restaram desertos/fracassados.

Decreto nº 13611 de 22/07/2019. Abre crédito suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social.

Decreto nº 13612 de 23/07/2019. Extingue e cria função gratificada de confiança.

Decreto nº 13613 de 23/07/2019. Abre crédito suplementar ao orçamento do Município de Rio Negrinho.

Decreto nº 13614 de 30/07/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13620 de 30/07/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13621 de 30/07/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho.

Decreto nº 13622 de 30/07/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento da Fundação de Esportes

Decreto nº 13623 de 30/07/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13626 de 30/07/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13627 de 02/08/2019. Homologa Resultado do Processo Licitatório nº 045/2019 Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de limpeza para uso nas unidades da saúde e unidades educacionais, para estoque no almoxarifado da Prefeitura, para unidades da Secretaria de Assistência Social de Rio Negrinho, durante o prazo de 12 (doze) meses. Licitantes Vencedoras: Kleber de Moura Dalabona Eireli - Me. nos Itens 01, 20 e 38 no valor de R\$ 24.794,28. Barra Embalagens e Acessórios Ltda. nos Itens 03, 04, 22, 33, 36, 40, 42, 49, 52, 54, 60, 61 E 85 No Valor De R\$ 55.613,93. Verdesan Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda. itens 05, 06, 13, 19, 69 e 79 No Valor De R\$ 72.398,59. Viantex Industria E Comércio Ltda. Nos Item 08 No Valor De R\$ 4.414,06. Satellite Comercial Eireli - Epp. Nos Itens 09, 10, 14, 17, 30, 32, 58, 66 e 70 no valor de R\$ 14.858,29. Papelaria São Bento Ltda - Epp. Nos Itens 11, 12, 18, 31, 34, 37, 41, 50, 51, 64 E 77 No Valor De R\$ 43.459,91. Comercial Bora Eireli. Nos Itens 21, 25, 35, 46, 55, 62, 63, 65, 78, 80 E 82 No Valor De R\$ 230.625,64. J.P. de Lima Com. de Produtos de Limpeza Ltda. Nos Itens 15, 24, 43, 44, 48, 53, 71 E 84 No Valor De R\$ 80.127,01. Limpexcel Produtos de Limpeza Ltda - Epp. nos Itens 2, 7, 16, 26, 45, 56, 59, 67, 68, 73, 74, 75, 76 e 81 no valor de R\$ 125.140,95. Ilhapel Industria De Papel Eireli. Nos Item 57 no valor de R\$ 50.826,00. Comercial Multville Ltda Epp. no Item 83 no valor de R\$ 6.406,54. Máxima Atacadista Eireli - Me. nos Itens 28, 29, 39, 47 e 72 no valor de R\$ 4.333,39. Danna Comercial Eireli Epp. no Item 27 no valor de R\$ 1.157,75. Obs.: O Item 23 Restou Deserto/Fracassado.

Decreto nº 13628 de 02/08/2019. Homologa Resultado do Processo Licitatório nº 067/2019. Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos automotores zero km, 4 portas, na cor branca, ano e modelo 2019 ou superior para a Polícia Civil e Secretaria de Agricultura de Rio Negrinho. Licitante Vencedora: Dimas Comércio de Automóveis Ltda. Itens 01 e 02 no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

Decreto nº 13634 de 13/08/2019. Homologa Resultado do Processo Licitatório nº 044/2019. Objeto: Contratação integrada de empresa especializada para prestação de serviços de contenção dos taludes adjacentes à Rua Luiz Scholz Filho, no município de Rio Negrinho, com recursos provenientes do Processo nº 59502.000066/2017-48 do Ministério da Integração Nacional – Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do departamento de Articulação e Gestão. Licitante Vencedora: Fator 3 Engenharia e Consultoria Ltda. No valor global de R\$ 1.375.000,00 (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil reais)

Rio Negrinho, 14 de agosto de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

Os Decretos em inteiro teor estão publicados no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-decretos>

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.122/2019

Publicação Nº 2123931

### DECRETO Nº 4.122/2019

### HOMOLOGA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 E SUAS RETIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia Estado de  
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

#### DECRTEA:

**Art. 1º** Fica pelo presente Decreto HOMOLOGADO a Classificação Final do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público nº 01/2019 e suas retificações como segue:

Motorista "C"  
Alfabetizado

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1485531	24/01/1993	Evandro Carlos Picinin	089.459.759-00	1,20	1,50	2,10	1,00	5,80	10,00	7,90
2	1472189	17/11/1992	Maicon Junior Moras	072.924.479-29	1,20	1,20	1,80	1,50	5,70	9,00	7,35
Reprovado	1532991	04/05/1987	Daniel Roque Busa	066.771.089-29	0,90	0,60	1,20	1,00	3,70	10,00	6,85
Reprovado	1474585	06/07/1964	Jose Joao Borgheti	548.364.929-04	1,20	1,50	1,20	0,50	4,40	8,00	6,20
Reprovado	1464679	17/02/1997	Jean Rizzotto Kraemer	102.244.109-46	1,50	1,20	0,90	0,50	4,10	8,00	6,05
Reprovado	1463149	14/06/1985	Nelson Lemes	047.662.179-85	0,30	0,90	1,80	1,00	4,00	0,00	2,00
Reprovado	1462188	17/10/1998	Marcelinho Garlet	100.631.149-17	0,90	0,60	1,20	0,00	2,70	0,00	1,35
Reprovado	1484000	17/05/1986	Edir Alves da Silva	052.993.849-98	0,90	0,30	0,60	0,50	2,30	0,00	1,15

Motorista "D"  
Alfabetizado

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1485559	14/09/1982	Cleber Fabiano Brauner	037.936.669-05	1,50	1,50	0,90	2,00	5,90	10,00	7,95
2	1478435	29/11/1986	Andre Alexandre Mantovani	056.525.339-51	1,20	1,50	1,50	1,50	5,70	10,00	7,85
3	1550267	24/06/1994	Leonardo Busse	091.999.329-03	2,10	1,50	1,50	2,00	7,10	7,00	7,05
4	1472102	13/04/1994	Luan Junior Klauk	094.963.999-08	1,50	1,50	1,80	1,00	5,80	8,00	6,90
5	1485587	02/11/1995	Edison Vier	100.794.989-90	1,80	1,20	1,20	1,00	5,20	5,00	5,10
Reprovado	1468144	25/12/1976	Daril Weirich	868.822.959-72	1,20	0,90	1,20	1,50	4,80	10,00	7,40
Reprovado	1462692	29/07/1983	Gilmar Luiz Becker	044.474.399-56	0,60	1,20	1,50	1,00	4,30	10,00	7,15
Reprovado	1482652	02/09/1975	Jones Vanderlei Haas	942.252.739-20	0,90	1,20	0,90	0,50	3,50	10,00	6,75
Reprovado	1465443	07/03/1982	Fernando Chiesa	049.365.359-74	1,20	0,60	1,20	1,00	4,00	8,00	6,00
Reprovado	1472316	27/04/1988	Delcir Beilke	063.748.949-79	1,80	0,60	0,90	0,50	3,80	8,00	5,90
Reprovado	1467205	04/07/1979	Clair Jose Limberger	026.386.079-59	1,50	0,60	0,60	0,50	3,20	7,00	5,10

Reprovado	1477853	21/06/1980	Ademir Jose Hentges	031.374.189-17	0,30	0,90	0,60	0,00	1,80	8,00	4,90
Reprovado	1475754	22/09/1989	Luis Henrique Resner	058.836.749-41	0,30	0,60	1,20	0,50	2,60	7,00	4,80
Reprovado	1479751	22/08/1979	Alcione Jose Scariot	026.900.749-07	0,30	0,30	0,90	1,00	2,50	7,00	4,75
Reprovado	1470493	20/08/1992	Anderson Goncalves	085.881.899-09	0,90	1,50	0,90	1,00	4,30	5,00	4,65
Reprovado	1463057	04/12/1975	Damazio Navarro Da Silva.	915.471.809-00	0,60	0,90	0,00	0,50	2,00	7,00	4,50
Reprovado	1481085	21/05/1986	Josemar Pritsch	055.021.259-04	0,90	0,60	0,90	0,00	2,40	5,00	3,70
Reprovado	1466624	24/02/1992	Paulo Eduardo Schropfer	088.032.079-61	1,20	1,20	1,20	0,50	4,10	0,00	2,05
Reprovado	1479987	02/11/1992	Anderson Andres	089.725.499-67	1,50	1,20	0,30	1,00	4,00	0,00	2,00
Reprovado	1484099	19/11/1960	Antonio Marcos Roseno	050.228.658-07	0,90	0,90	0,90	1,00	3,70	0,00	1,85
Reprovado	1467813	14/03/1988	Ivandro Roberto Moras	061.398.809-47	0,90	1,20	0,60	1,00	3,70	0,00	1,85
Reprovado	1467625	10/10/1964	Nilton Jose De Oliveira	605.349.079-20	0,30	0,90	1,20	1,00	3,40	0,00	1,70
Reprovado	1463562	22/03/1967	Jairo Goncalves De Azevedo	481.724.990-00	0,90	0,60	0,60	1,00	3,10	0,00	1,55
Reprovado	1461861	04/01/1987	Joel Assis Brasil	064.482.879-06	0,90	0,30	0,90	1,00	3,10	0,00	1,55
Reprovado	1483810	20/03/1994	Edelmar Weirich	091.247.149-25	0,60	0,60	0,90	1,00	3,10	0,00	1,55
Reprovado	1477628	14/08/1970	Dari Machado De Almeida	908.012.299-87	0,60	0,00	1,80	0,50	2,90	0,00	1,45
Reprovado	1485155	12/04/1988	Maico Pedro Serafini	072.540.239-39	0,90	0,60	1,20	0,00	2,70	0,00	1,35
Reprovado	1486079	10/10/1984	Gilberto Leao	024.207.900-81	0,90	0,30	0,90	0,50	2,60	0,00	1,30
Ausente	1482782	08/09/1969	Jair Ivan Rodrigues Da Fonseca	708.029.809-10	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00	0,00
Ausente	1464112	03/12/1979	Vilmar Rucks	025.038.949-50	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00	0,00
Ausente	1484452	01/01/1987	Leandro Marmitt	052.962.569-56	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00	0,00
Ausente	1482632	25/12/1987	Rodrigo Contini	068.548.519-63	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00	0,00

Operador de Máquinas  
Alfabetizado

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
Reprovado	1464570	20/02/1982	Amilton Camargo Vergotte	930.551.611-49	1,50	0,60	0,60	0,50	3,20	10,00	6,60
Reprovado	1483691	04/07/1971	Aldoir Carteri	824.449.359-34	1,20	0,90	0,60	0,50	3,20	10,00	6,60
Reprovado	1575671	01/10/1977	Eroni Becker	020.643.819-29	0,90	1,20	0,60	0,00	2,70	10,00	6,35
Reprovado	1485381	05/11/1985	Ivandro Diehl	047.821.159-70	0,90	1,50	0,00	0,00	2,40	10,00	6,20
Reprovado	1549870	25/02/1981	Leonir Marcos Rodrigues Da Fonseca	033.598.159-39	0,60	0,60	0,60	0,00	1,80	10,00	5,90
Reprovado	1485016	09/06/1976	Rudinei Weirich	987.384.109-15	0,60	0,60	0,30	0,50	2,00	9,00	5,50
Reprovado	1536747	02/12/1992	Fabiano Rodrigues Franca	086.279.279-79	2,10	1,20	1,20	1,00	5,50	0,00	2,75
Reprovado	1483813	07/08/1971	Claudiomiro Raimundo Puhl	789.416.879-34	1,20	0,30	0,30	0,50	2,30	0,00	1,15
Ausente	1532816	03/05/1951	Valmor Giotto	065.436.429-04	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00	0,00

Técnico em Enfermagem  
Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1486149	08/03/1979	Valdenira Maria Piccinim Cichelero	023.325.569-90	1,80	0,30	2,10	1,50	5,70	5,70
Reprovado	1465362	05/03/1986	Claudete Conrado	060.655.089-50	0,60	0,60	1,20	1,50	3,90	3,90
Reprovado	1461540	03/02/1998	Fabiana Roberta Koelzer Monteiro	103.880.049-83	0,30	0,30	0,90	2,00	3,50	3,50
Reprovado	1484982	20/10/1984	Josiani Meneghini	052.728.939-64	1,20	0,00	0,60	1,00	2,80	2,80

Reprovado	1597309	14/02/1975	Lucivania Da Cunha Mello	951.644.809-72	0,30	0,30	0,60	1,00	2,20	2,20
-----------	---------	------------	--------------------------	----------------	------	------	------	------	------	------

**Art. 2º** Seguem inalteradas as demais disposições do Edital nº 01/2019 e suas retificações.

**Art. 3º** - A contratação obedecerá a ordem rigorosa da classificação contida neste documento, e com base neste far-se-á a competente convocação de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Pública Municipal.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Romelândia - SC, 14 de agosto de 2019

---

**VALDIR BUGS**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 4.123/2019**

Publicação Nº 2123941

**DECRETO Nº 4.123/2019****DISPÕE SOBRE PUBLICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DE TESTE SELETIVO Nº 01/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**VALDIR BUGS**, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica pelo presente Decreto HOMOLOGADA a Classificação FINAL do Processo Seletivo Simplificado edital nº 01/2019, conforme segue:

Professor de Artes  
Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1485477	16/09/1987	Silvania Salette De Assis De Oliveira	059.619.359-90	0,60	0,60	1,20	2,40	0,00	2,40

Professor de Educação Infantil  
Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1463059	31/03/1996	Carine Willinghoefer	105.150.239-06	1,00	1,40	3,60	6,00	1,00	7,00
2	1483671	15/05/1988	Claudia Feil	066.925.429-01	0,60	1,60	2,00	4,20	1,00	5,20
3	1480400	04/12/1990	Barbara Regina Pressotto Lolato	077.034.199-31	1,00	1,00	1,60	3,60	1,00	4,60
4	1478755	07/07/1995	Andresa Carla Bagnara	101.192.559-10	0,40	1,00	2,00	3,40	1,00	4,40
5	1481667	15/03/1988	Gladis Souza	060.612.879-41	1,00	1,20	1,20	3,40	1,00	4,40
6	1466955	26/08/1997	Idiane Fatima laoszeski	075.448.929-99	0,80	1,00	2,40	4,20	0,00	4,20
7	1480728	07/06/1979	Angela Maria Diehl	021.877.209-26	0,60	1,20	1,20	3,00	1,00	4,00
8	1476425	01/10/1985	Cristiane Foltz Prigol	050.674.289-02	0,60	1,20	1,20	3,00	1,00	4,00
9	1485167	18/01/1982	Odirlene Sandri Steffler	043.651.129-02	0,60	0,60	1,60	2,80	1,00	3,80
10	1468202	21/07/1994	Andressa Lays Rodrigues	073.951.499-71	0,60	0,60	1,60	2,80	1,00	3,80
11	1484209	30/04/1982	Marciane Pech Pessetto	057.481.589-90	1,20	0,80	1,60	3,60	0,00	3,60
12	1508746	16/09/1993	Renata De Assis Borgheti	087.859.689-51	0,80	0,60	2,00	3,40	0,00	3,40
13	1478235	17/10/1996	Daniela Meurer	100.148.209-35	0,40	1,00	2,00	3,40	0,00	3,40
14	1485085	16/10/1986	Lenir Hentz	058.325.779-81	0,60	1,00	1,60	3,20	0,00	3,20
15	1485341	25/06/1997	Bruna Manfrin	012.416.319-05	1,00	1,00	1,20	3,20	0,00	3,20



16	1484466	06/05/1968	Eva Francisca Ebert Iappe	707.814.609-30	0,40	0,80	0,80	2,00	1,00	3,00
17	1480368	06/04/1985	Franciele Hensel	042.914.799-64	0,20	1,40	0,40	2,00	1,00	3,00
18	1482412	11/01/1982	Patricia Zander	035.488.389-52	0,40	0,80	1,60	2,80	0,00	2,80
19	1464467	27/11/1994	Sarajane Canova	099.433.879-12	0,60	0,40	0,80	1,80	1,00	2,80
20	1484753	27/07/1982	Juliana Soares Benacchio	039.465.949-05	0,80	0,60	1,20	2,60	0,00	2,60
21	1477842	13/03/1989	Juliana De Souza Machado Mantovani	075.265.899-96	0,60	0,60	1,20	2,40	0,00	2,40
22	1481401	08/08/1991	Fabieli Willms	078.612.769-45	0,20	0,40	0,40	1,00	1,00	2,00
23	1481255	21/03/1978	Catia Lolato	016.716.409-00	0,20	0,00	1,60	1,80	0,00	1,80
24	1479359	01/01/1990	Sandra Rodrigues Franca	071.084.859-58	0,40	0,40	0,80	1,60	0,00	1,60
25	1480652	26/03/1993	Cleci Da Silva Martins	087.206.929-00	1,00	0,20	0,40	1,60	0,00	1,60
26	1480972	11/04/1986	Roseli Maria Rech Brauner	053.351.849-06	0,40	0,80	0,40	1,60	0,00	1,60
27	1595666	25/01/1985	Sandra Maria Weiss	322.674.078-41	0,80	0,80	0,00	1,60	0,00	1,60
28	1483701	01/12/1986	Selismara Fischer De Mattos	064.482.869-26	0,20	0,40	0,00	0,60	0,00	0,60
Ausente	1469838	06/05/1997	Bruna Dallemole	092.693.249-74	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00	0,00

Professor de Ensino Fundamental  
Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1468107	18/01/1995	Sabrina Prado Souza	033.726.190-30	1,00	1,20	2,00	4,20	0,00	4,20
2	1597415	20/10/1970	Lenira Aparecida Fidelis Pinheiro	762.917.589-20	0,20	0,40	2,80	3,40	0,00	3,40
3	1482179	12/03/1988	Celandra Machado Veni	062.093.069-18	0,60	0,60	2,00	3,20	0,00	3,20

Segundo Professor de Turma  
Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1464871	03/02/1988	Juciani Cambruzzi	063.215.669-42	0,80	1,20	2,00	4,00	1,00	5,00
2	1474230	30/04/1990	Fabiana Nunes Da Silva	077.859.909-48	0,40	1,00	1,60	3,00	1,00	4,00
3	1482871	21/04/1979	Jucara Perondi Verza	029.493.339-58	0,60	0,60	1,20	2,40	1,00	3,40
4	1485337	11/02/1963	Maria De Lourdes Klauck Lamb	000.173.809-79	0,80	0,20	1,20	2,20	1,00	3,20

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Romelândia – SC, 14 de agosto de 2019.

---

**Valdir Bugs**  
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado o presente Decreto em data supra

Milton Aimi  
Secretária de Administração e Fazenda

#### **DECRETO Nº 4.124/2019**

Publicação Nº 2124213

DECRETO Nº 4.124/2019

NOMEIA OS PREGOEIROS E A EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:  
DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeado o Pregoeiro oficial do Município de Romelândia/SC e equipe de apoio para a análise, recebimento, julgamento e acompanhamento nos Processos Licitatórios das modalidades de Pregão Eletrônico e/ou Presencial, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas complementações, para exercer a função no período de 14 de agosto a 31 de dezembro de 2019, composta pelos seguintes membros:

PREGOEIRO: VALDINEI GREGOL  
SUBSTITUTO: VALQUÍRIA GIOTTO GENZ

Equipe de apoio: Fabrício Pizzatto Simon, Edinéia Paula Meneghini Michels, Nilson Schafer, Robson L. Scholtze.

ART. 2º - O trabalho da Comissão é considerado de caráter relevante e sem remuneração.

ART. 3º - Fica estabelecido que na ausência dos membros Titulares, o Substituto assumirá as funções daquele, independente do ato.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Fica revogado o Decreto nº. 4.072/2019 de 25 de Março de 2019 e demais disposições em contrário.

Romelândia/SC, 14 de Agosto de 2019.

VALDIR BUGS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada o presente Decreto em data supra

Milton Aimi  
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 4.125/2019**

Publicação Nº 2124221

DECRETO Nº 4.125/2019

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

DECRETA:

ART. 1º - Fica nomeada sem ônus para o Município, pelo período de 14 de agosto a 31 de dezembro de 2019, a Comissão Permanente de Processamento e Julgamento de Licitações do Município de Romelândia que será composta dos seguintes membros Titulares e Suplentes:

PRESIDENTE: Valdinei Gregol

SUPLENTE: Valquíria Giotto Genz

MEMBRO: Robson Luiz Scholtze

SUPLENTE: Edinéia Paula Meneghini Michels

MEMBRO: Fabrício Pizzatto Simon

SUPLENTE: Nilson Schaffer

ART. 2º - Fica estabelecido que na ausência do membro Titular, o respectivo Suplente assumirá as funções daquele, independente do ato.

ART. 3º - Fica revogado o Decreto nº 4.077/2019 de 29 de Março de 2019, e demais disposições em contrário.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Romelândia/SC, 14 de agosto de 2019.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi

Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA 9496/2019**

Publicação Nº 2123924

PORTARIA Nº 9496/2019

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal Srº VALDIR SAUL por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, do cargo de carreira de AUXILIAR DE MECÂNICO, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 14 de agosto de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

# Saltinho

## PREFEITURA

### ERRATA PREGÃO 044/2019

Publicação Nº 2123914

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SALTINHO  
AVISO DE LICITAÇÃO

#### ERRATA

Processo N.º 053/2019 - Pregão Presencial nº 044/2019. O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 044/2019 – decorrente do PROCESSO 053/2019, visando a AQUISIÇÃO DE RETRO ESCAVADEIRA.

OBJETO DA ERRATA: ALTERAÇÃO NO OBJETO

NOVA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: 28/08/2019 NO MESMO LOCAL E HORÁRIO.

Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no site: [www.saltinho.sc.gov.br](http://www.saltinho.sc.gov.br). Saltinho - SC, 14 de agosto de 2019.. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal.

### LEILÃO 002/2019

Publicação Nº 2123454

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SALTINHO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo N.º 054/2019 – Leilão nº 002/2019

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o LEILÃO 002/2019 – decorrente do PROCESSO 054/2019, visando a ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. A sessão se dará no dia 04 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 10:00 HORAS, no Pátio Municipal. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, <https://www.saltinho.sc.gov.br> ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 14 de agosto de 2019. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal

# Salto Veloso

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO N. 003/2019

Publicação Nº 2124003

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2019.

APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, REFERENTE O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições legais, promulga e faz saber a todos que:

Considerando que, os arts. 222 e 223 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, disciplinam sobre a competência do Poder Legislativo julgar as contas do Executivo Municipal;

Considerando que, o plenário da Câmara em Sessão Ordinária realizada especificamente para votação das contas anuais de 2017, decidiu por 08 (oito) votos favoráveis a aprovação destas contas;

Considerando por derradeiro, que após esta deliberação, só cabe a mesa diretora do Poder Legislativo exarar o DECRETO LEGISLATIVO de ratificação da decisão do plenário,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam APROVADAS as contas do Município de Salto Veloso, referente o exercício de 2017, apreciadas pelo Egrégio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em decisão no Processo nº PCP-18/00115455, em 30 de outubro de 2018, recomendando a sua aprovação.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, em 13 de agosto de 2019.

Este Decreto Legislativo foi Registrado e publicado na data supra.

CLODOALDO JOSÉ VIGOLO  
Presidente

Rogério Vuelma Enilson Camilo Donadel  
Vice-Presidente Secretário

# Santa Cecilia

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 138/2019 - FMS

Publicação Nº 2123321

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 138/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

Contratada.: EMERSON L. DALAGNOL &amp; CIA. LTDA

Valor ..... : 70.200,00 (setenta mil duzentos reais)

Vigência ..... : Início: 14/08/2019 Término: 01/07/2020

Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 3/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Credenciamento de empresa especializada em serviço de laboratório para confecção e fornecimento de próteses dentárias, para o programa de saúde bucal, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 14 de Agosto de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 26/2019

Publicação Nº 2123557

#### ERRATA

Onde se lê PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019,  
leia-se PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2019  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, COM NO MÁXIMO 01 ANO DE FABRICAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019 .

Data, Horário e Local de Abertura: 23 de agosto de 2019, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 09 de agosto de 2019

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 28/2019

Publicação Nº 2123554

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina, torna público que, às 8 h, do dia 28 de agosto de 2019, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, serão abertas as propostas referentes ao Processo Licitatório nº 48/2019, Modalidade PREGÃO, sob nº 28/2019, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com obediência ao disposto na Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e no Decreto nº 3.555/00, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, e em conformidade com demais legislações.

#### I - DO OBJETO E DA ENTREGA

1.1 O objeto do presente Edital é a AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA, conforme as quantidades e nas condições descritas, para a Secretaria Municipal de Educação e Desporto

1.2 A entrega deverá ocorrer em local indicado pelo Município até 31/12/2019, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal e mediante emissão de ordem de fornecimento.

1.3 O valor do contrato será o que resultar da proposta vencedora, resultante do preço total proposto.

#### II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Podem participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas que cumprirem as regras da presente licitação.

2.2 Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e seus anexos e das condições do objeto da Licitação. Deverão ser verificados os locais de entrega, bem como todas as especificações técnicas dos produtos objeto deste Edital e, também, os preços máximos, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento desses pontos como elemento impeditivo para realização do objeto.

2.3 Não poderá participar a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública, por qualquer órgão, em qualquer dos níveis da administração pública, dentro do território nacional, conforme as regras previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

2.4 É vedada a participação de empresas em consórcio ou associação.

#### III - DOS REQUISITOS PARA A APRESENTAÇÃO E ENVELOPES

3.1 É condição para a participação na presente licitação a apresentação, em envelopes separados, das Propostas de Preço e dos Documentos



de Habilitação pelos proponentes, até as 8 h, do dia 28 de agosto de 2019, no Setor de Licitações desta Prefeitura. As propostas de preços deverão constar do Envelope nº 01 e os Documentos de Habilitação deverão constar do Envelope nº 02. Os envelopes devem estar lacrados e deverão ser identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS	ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA PREGÃO Nº 28/2019 Data e hora da abertura Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ Endereço completo do licitante	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA PREGÃO Nº 28/2019 Data e hora da abertura Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ Endereço completo do licitante

3.2 A entrega dos envelopes descritos no item 3.1 do presente instrumento, no dia e horário mencionado, significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e seus anexos e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.3 Caso a indicação acima apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes (proposta no envelope de documentação e vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo.

3.4 Em nenhuma hipótese, serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.

#### IV - DA HABILITAÇÃO

4.1 Para a habilitação das empresas faz-se necessária a apresentação, em via única, em envelope separado, não transparente e devidamente lacrado denominado ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO, dos seguintes documentos, devidamente regulares e válidos, sob pena de inabilitação:

- Certidão Negativa do FGTS;
- Certidão Negativa de Tributos Federais (Negativa Conjunta Federal e União);
- Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Observação: não serão aceitas Certidões Negativas de Ações Trabalhistas.
- Contrato Social em vigor. Observação: se a licitante já apresentou esse documento na fase de credenciamento, fica dispensada de apresentá-lo, novamente, na fase de habilitação.
- Declaração de fatos impeditivos (MODELO Anexo III);

4.2 A presente documentação, devidamente atualizada, poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração do Município, caso em que devem estar presentes os originais ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.3 Não serão aceitas fotocópias efetuadas em aparelhos de fax, bem como aquelas que se encontrarem ilegíveis, rasuras, ressalvas ou emendas.

4.4 Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

4.5 A Comissão de Licitação poderá consultar ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando a licitante dispensada de autenticá-la, no caso de cópia das mesmas.

#### V - DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 Os licitantes deverão apresentar proposta para os itens que desejarem concorrer, em via única, datilografada ou emitida por computador, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar devidamente rubricadas e a última assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante, dela devendo constar:

- Razão Social, número do CNPJ e endereço completo, conforme Modelo constante do Anexo V deste Edital;
- Descrição dos Itens almejados, de acordo com a descrição e quantidade previstas no Anexo I, deste Edital, e de acordo com os preços máximos estipulados, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores aos fixados no Anexo I.
- Cotação de preço unitário e global para cada item expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, prevalecendo o preço unitário em caso de divergência;
- Apresentação do total geral da proposta em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
- Validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega dos envelopes de proposta e documentação, estipulada no preâmbulo deste Edital. O referido prazo ficará suspenso caso haja interposição de recursos;
- Declaração de que os preços propostos compreendem todos os serviços, materiais e encargos necessários a sua completa realização;
- Declaração de que os materiais serão entregues de acordo com as normas de segurança e padrões de qualidade exigidos.

5.2 Serão desconsideradas as propostas que forem manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tal aquelas que contiverem preços unitários muito aquém, face aos concorrentes no mercado.

5.3 Também serão desconsideradas as propostas que contiverem preços excessivos face aos concorrentes no mercado.

5.4 Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas omitidas na proposta de preços ou incorretamente cotadas serão consideradas como inclusas na proposta.

5.5 Ocorrendo erro, engano ou rasura na digitação do preço do item ou do total do Item constante na Proposta, o representante da empresa deverá manifestar-se na sessão sobre o preço apresentado, podendo a CPL inabilitar o referido participante para aquele Item.

5.6 Não sendo apresentadas as declarações das letras "f" e "g", bem como indicação do prazo de validade da proposta, pressupõe-se que as condições acima são aceitas pelo proponente, suprimindo-se sua ausência.

5.7 As licitantes que estiverem na condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP e que desejarem usufruir dos direitos previstos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, juntamente com a proposta de preço, a Certidão Simplificada expedida

Junta Comercial, com a data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, para comprovação da atual condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A convocação de interessados dar-se-á por meio de publicação de aviso no Mural da Prefeitura, e no Diário Oficial dos Municípios - DOM e disponibilização gratuita do Edital, na íntegra, na sede desta Prefeitura.

6.2 A sessão pública de realização do pregão será conduzida por servidor designado como Pregoeiro, que terá a atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à licitação.

6.3 A disputa entre os interessados ocorrerá através das propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública.

6.4 A manifestação da intenção de recorrer será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes, registrarem em ata a síntese de suas razões.

6.5 Para ofertar propostas através de lances verbais, recorrer de decisão e contraditar, os interessados deverão credenciar (facultativo), junto ao Pregoeiro, os respectivos representantes legais com poderes para praticar esses atos (ANEXO II).

6.6 Caso a empresa apresente representante legal, este deverá identificar-se e trazer ao Pregoeiro um documento hábil a comprovar sua representação, que poderá ser a apresentação do Ato Constitutivo da empresa ou outro equivalente.

6.7 Para o caso de não haver menção do nome do representante no Ato Constitutivo ou equivalente, este deverá apresentar procuração, com firma reconhecida em Cartório, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este Pregão, tais como: formulação de lances, alegações em ata, interposição de recurso, renúncia de direitos etc. Poderá ser apresentado, também, em substituição à Procuração, Termo de Credenciamento, conforme Anexo II, acompanhado do Ato Constitutivo da empresa. Observação: No caso de apresentação de Procuração, esta deverá, também, estar acompanhada do Ato Constitutivo da empresa representada.

6.8 O representante legal da empresa, no ato da entrega dos envelopes, se solicitado, deverá exibir sua cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação (com foto).

6.9 O não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilita a licitante, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos à presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal da empresa.

6.10 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a documentação exigida no certame e as propostas, podendo, para tanto, ser utilizado o modelo de declaração constante no ANEXO VI. Caso os interessados não se fizerem representar na sessão pública, a Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação deverá ser encaminhada no 3º Envelope, devendo o mesmo estar assim identificado:

#### ENVELOPE Nº 03 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

PREGÃO Nº 28/2019

Data e hora da abertura

Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ

Endereço completo do licitante

6.11 A não apresentação da Declaração de que trata o item 6.10 do Edital inviabilizará a apresentação da Proposta e da Habilitação. Contudo, havendo pela empresa um credenciado presente à Sessão do Pregão, se a referida Declaração deixou de ser apresentada, o credenciado poderá, de próprio punho, fazê-la logo após a fase de Credenciamento.

#### VII - DO PROCEDIMENTO E FASES DA SESSÃO PÚBLICA

##### 7.1 PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO

7.1.1 No dia e horário estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro Oficial fará a abertura da sessão, recebendo da empresa interessada, ou de seu representante, o documento para credenciamento (ANEXO II), a Declaração prevista no ANEXO VI e os envelopes de proposta e habilitação.

7.1.2 Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

##### 7.2 SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS

7.2.1 Terminada a fase de credenciamento e entrega da Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro passará para a abertura dos envelopes das propostas, com a finalidade de verificar se as propostas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

7.2.2 Após a análise das propostas pelo Pregoeiro, os participantes, através de seus representantes, darão visto nas propostas apresentadas.

7.2.3 Em seguida, passar-se-á à oferta de lances verbais, em valores sucessivos e decrescentes para o item a ser adquirido, considerando-se o valor unitário de cada item.

7.2.4 Poderão ofertar lances as licitantes detentoras das propostas classificadas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao preço do autor da oferta mais baixa para cada item, até a proclamação do vencedor.

7.2.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas anteriormente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.6 O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço para o item e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados, não caberá retratação.

7.2.6.1 Somente serão aceitos os lances com redução de preços de, pelo menos, 1% (um por cento) do lance anterior para o item.

7.2.7 A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante.

7.2.8 Ofertados os lances verbais, o Pregoeiro solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances, a redução a termo dos últimos lances ofertados.

7.2.9 O Pregoeiro poderá fixar em até 5 (cinco) minutos o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar aos licitantes quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado.

7.2.10 Durante a etapa de lances verbais, o pregoeiro monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo.

7.2.11 Caso alguma descrição do item tenha, por qualquer motivo, que ser retirada ou alterada, poderá o Pregoeiro desconsiderá-lo, mantendo-se a licitação nas demais descrições.

### 7.3 TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

7.3.1 Encerrada a fase de lance para todos os itens, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, verificando a sua habilitação ou inabilitação.

7.3.2 Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos.

7.3.3 Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a habilitação dos licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

## VIII - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

### 8.1 Serão desclassificados:

- a) Os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos neste Edital para habilitação;
- b) As propostas que não atenderem às especificações deste Edital, em especial os itens 1.1 e 1.2, e sejam, ainda, manifestadamente inexequíveis, sejam por preços excessivos ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- c) Demais determinações constantes no Edital e na Lei 8.666/93.

8.2 Serão inabilitados os licitantes ou desclassificadas as propostas que deixarem de atender às exigências deste Edital, ressalvadas as situações previstas nos itens 8.6 e 8.7.

8.3 Os preços serão analisados conforme o Capítulo IX, deste Edital.

8.4 As propostas serão classificadas, conforme o critério do menor preço por item, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar/ofertar lance, como sendo o de menor preço unitário e total de cada item licitado e, ainda, estiver com sua documentação válida, satisfazendo os termos deste Edital e seus Anexos.

8.5 No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas, no mesmo item, o Pregoeiro Oficial efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.

8.5.1 A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas, no mesmo item, e os licitantes não quiserem ofertar lances verbais.

8.6 A não indicação dos prazos exigidos na proposta indicará que o licitante se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

8.7 O Pregoeiro Oficial, verificando a necessidade de mais informações, no que diz respeito à documentação e às propostas apresentadas, aplicará subsidiariamente o disposto no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, podendo suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligências.

8.8 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Comissão de Apoio ao Pregoeiro, todos os envelopes, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Comissão, Pregoeiro e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que será oficiado às mesmas a data para prosseguimento do certame.

8.9 Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e Anexos.

8.10 Serão desconsiderados os fatos irrelevantes que não causem prejuízo à escolha da melhor proposta para o objeto da presente licitação.

## IX - DOS PREÇOS

9.1 Os preços serão considerados pelo valor unitário e global para cada item cotado, expressos em moeda corrente nacional.

9.2 Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores aos praticados pelo mercado.

9.3 Os preços ofertados são fixos e invariáveis não podendo ultrapassar o preço máximo estipulado por este Edital no Anexo I - Relação dos Itens da Licitação e dos Preços Máximos.

## X - DOS RECURSOS

10.1 Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for(em) declarado(s) o(s) vencedor(es), momento em que, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2 O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e devolutivo exclusivamente em relação ao item questionado e deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima, cabendo ao mesmo apreciá-lo em 05 (cinco) dias úteis.

10.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, inclusive em função da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito de recurso em âmbito administrativo e, conseqüentemente, adjudicação do objeto da licitação, pelo Pregoeiro, ao vencedor.

## XI - DA ADJUDICAÇÃO

11.1 O objeto da presente licitação será adjudicado aos licitantes que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e seus anexos, forem declarados vencedores para os respectivos itens, de acordo com os critérios de julgamento e habilitação.

## XII - DO PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias úteis após entrega, empenho e liquidação das notas fiscais, em conformidade com a entrega dos itens licitados.

## XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento para 2019 desta

Prefeitura, nas seguintes dotações:

06.03.2.011 (3.3.90.00.00.00.00.00.0127 – Código Reduzido: 62) R\$

06.03.2.012 (3.3.90.00.00.00.00.00.0127 – Código Reduzido: 71) R\$

06.03.2.013 (3.3.90.00.00.00.00.00.0127 – Código Reduzido: 80) R\$

#### XIV - DO CONTRATO E RESCISÃO

14.1 Será firmado Contrato (Anexo IV) com o Licitante vencedor, que será notificado a assinar o mesmo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de homologação e adjudicação e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas condições estabelecidas neste.

14.2 Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela Licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Edital, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independente de transcrição.

14.3 A vigência do contrato a ser assinado com os Licitantes vencedores iniciará na data de assinatura do contrato e findará em 31 de dezembro de 2019 ou quando terminarem as quantidades licitadas.

14.4 Não assinado o contrato no prazo fixado pela Administração, os licitantes vencedores perderão o direito à contratação, sofrerão aplicação de multa igual a 5% (cinco por cento) do valor da proposta e ficarão, temporariamente, suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima e seus órgãos pelo período não superior a 02 (dois) anos.

14.5 Se os licitantes vencedores não assinarem o contrato no prazo estabelecido, a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelos licitantes.

14.6 O Contrato será rescindido automaticamente no caso de os Licitantes vencedores apresentarem produtos em desacordo com as normas padrões, entregar produtos ou prestar serviços com qualidades inferiores às normas estabelecidas, em desacordo com as regras deste Edital ou, ainda, não atenderem aos itens 1.1, 1.2 e 1.3 deste Edital.

#### XV - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

15.1 O cancelamento da execução será cabível, de pleno direito, independente de interpretação judicial ou extra-judicial, a firma adjudicatária que:

15.1.1 Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

15.1.2 Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima;

15.1.3 Estiver sendo processada por crime previsto no Código Penal Brasileiro ou outras Leis;

15.1.4 Possuir conduta social reprovável e/ou não respeitar as normas da Administração Municipal.

15.2 À Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e de interesse público, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

#### XVI - DAS PENALIDADES

16.1 À empresa proponente vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, será aplicada as seguintes penalidades:

16.1.1 Rescisão do contrato de fornecimento;

16.1.2 Suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima;

16.1.3 Declaração de inidoneidade.

16.2 A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer das penalidades acima mencionadas, acarretará perda da garantia com todos os seus acréscimos.

16.3 A Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima poderá, a seu critério, rescindir o contrato e/ou aplicar multa de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor do objeto da presente, até 15% (quinze por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida, bem como:

16.3.1 Prestar informações inexatas ou criar embaraços para entrega dos produtos ou prestação de serviços;

16.3.2 Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal;

16.3.3 Cometer qualquer infração às normas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

16.4 Na hipótese de o Adjudicatário não entregar os produtos desta licitação, será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto, não o eximindo das penalidades previstas.

16.5 A recusa de receber a Ordem de Fornecimento/Serviço, no prazo de validade das propostas, e a entrega fora das especificações pre-determinadas implicam sanções, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes.

16.6 Se o licitante vencedor receber a Ordem de Fornecimento/Serviço e não fornecer o objeto no prazo estabelecido, a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinarem o contrato e assumirem a entrega em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante, conforme legislação em vigor, ou poderá revogar total ou parcialmente qualquer dos Itens do item 1 deste Edital.

16.7 Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo a CONTRATADA, a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

#### XVII - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1 Qualquer pessoa poderá questionar, solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo a Prefeitura, através do Pregoeiro Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.2 Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da proposta, não cabendo à proponente direito a qualquer reclamação posterior.

#### XVIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



- 18.1 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou estiver em regime de falência, este fica desde já impedido de participar da presente licitação.
- 18.2 Não serão aceitos, sob qualquer alegação, os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA, apresentados após o horário marcado para o encerramento deste EDITAL, no local indicado na inicial desta licitação.
- 18.3 É facultada à Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação ou durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da habilitação ou da proposta.
- 18.4 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificação.
- 18.5 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.
- 18.6 Realizado o procedimento licitatório, com a observação de todas as formalidades legais, o resultado será comunicado aos licitantes na própria sessão de julgamento e, naqueles itens onde não houver interposição de recurso, será efetuada a adjudicação pelo Pregoeiro e submetidos ao Prefeito Municipal para homologação do certame.
- 18.7 A Comissão de Apoio ao Pregoeiro dirimirá as dúvidas concernentes às especificações técnicas e demais esclarecimentos acerca do objeto desta licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes.
- 18.8 Os licitantes poderão examinar e retirar o presente Edital no Setor de Licitações, estando o Pregoeiro e Equipe de Apoio disponíveis para atendimento de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, na sede da PREFEITURA, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, nesta Cidade, fone/fax: (48) 3654-3000.
- 18.9 Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos: 1) ANEXO I - Relação dos Itens com seus respectivos Preços Máximos; ANEXO II - Modelo de Termo de Credenciamento; ANEXO III - Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos; ANEXO IV - Minuta do Contrato; ANEXO V - Modelo de Proposta de Preços.
- ; e ANEXO VI - Modelo de Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação.
- 18.10 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço para qualquer correspondência.
- 18.11 No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 8 h do primeiro dia útil, após aquela data.
- 18.12 Nos pontos em que este Edital for omissos, prevalecerão os termos da Lei nº 10.520, de 18 de julho de 2002, e do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e demais legislações em vigor.
- 18.13 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro da Cidade de Braço do Norte/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente Edital será publicado em resumo no Diário Oficial dos Municípios - DOM e no "MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA".

Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima,  
Em 14 de agosto de 2019.  
SALESIO WIEMES  
Prefeito Municipal

KATHIOR JOSE MACHADO  
Pregoeiro Oficial

Assessoria Jurídica:

GISLAINE SCHLICKMANN  
OAB/SC 21.173

#### ANEXO I

Relação dos Itens com seus respectivos Preços Máximos

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Preço Unitário Máximo (em R\$)	Preço Total Máximo (em R\$)
1	06	UN	Aparelho de ar-condicionado tipo Split novo, quente e frio, com capacidade de 12.000 BTU`S, com tecnologia inverter, que utilize gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio com display digital e reinício automático, com função timer/sleep/swing, baixo nível de ruído, selo INMETRO/PROCEL "A" de consumo energético, tensão 220V, monofásica, garantia mínima de 01 ano.	3.099,00	18.594,00
TOTAL GERAL .....			R\$18.594,00		

Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima,  
Em 14 de agosto de 2019.  
SALESIO WIEMES  
Prefeito Municipal

KATHIOR JOSE MACHADO  
Pregoeiro Oficial

## ANEXO II

À  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o (a) Sr. (a.) ....., portador (a) do RG nº ..... e do CPF nº ..... , a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, na modalidade Pregão Presencial, de nº 28/2019, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa ....., bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

..... , ..... de ..... de 2019.

Diretor ou Representante Legal com Firma Reconhecida da Assinatura

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes pelo Credenciado, juntamente com documento de identidade com foto e Ato Constitutivo da Licitante, ao Pregoeiro Oficial do Município, até a data marcada para Sessão Pública do Pregão.

## ANEXO III

### DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_  
Declara, sob as penas da lei, que:

Conhecemos e aceitamos as condições do presente Edital de Licitação;

- a) Não emprega menores, nas formas previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira;
- b) Até a presente data inexistem fatos impeditivos originados da Administração Pública em qualquer das suas esferas, por descumprimento de contratos anteriores;
- c) Desta forma requer sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências afins, posteriores à data de entrega dos envelopes;
- d) Seus sócios e diretores não ocupam Cargo, Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública, no âmbito desta municipalidade.

Local: \_\_\_\_\_ data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### ASSINATURA AUTORIZADA

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Importante: Carimbar (CNPJ) – ou utilizar papel timbrado.

Obs.: Este documento deverá ser colocado no Envelope de nº 2.

Importante: Carimbar (CNPJ) ou utilizar papel timbrado.

## ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2019  
De ..... de ..... de 2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA E A EMPRESA .....  
....., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº ....., PARA FORNECIMENTO DE ....., CON-  
FORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS.

Contratante:

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.593/0001-86, com sede

administrativa na Rua 10 de Maio nº 80, Centro, CEP 88.763-000, nesta Cidade de Santa Rosa de Lima/SC, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. SALESIO WIEMES, doravante denominado de CONTRATANTE.

**Contratada:**

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº .....  
..., com sede em ....., nº ....., Bairro ....., Município de ...../ ....., CEP .....  
..., neste ato, representada pelo(a) seu(sua) ....., Sr.(a.) ....., portador(a) do CPF .....  
..., doravante denominada simplesmente de CONTRATADA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA ENTREGA**

1ª. A CONTRATADA fornecerá, para a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, ....., conforme especificações técnicas, marca, e preço abaixo descritos.

(descrição das especificações técnicas, marca, e preço).

Parágrafo Único. A CONTRATADA obriga-se a entregar os equipamentos no local indicado pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ ... (... ..).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3ª. O pagamento será efetuado, mensalmente, após comprovada a entrega do objeto, com a correspondente documentação de suporte e mediante o aceite do produto e a apresentação da fatura/cupom fiscal, devidamente empenhada e liquidada.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante a depositado em conta bancária indicada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO**

4ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, tendo vigência até 31/12/2019, após assinatura deste Contrato, ou enquanto durar o estoque da quantidade licitada, sendo possível a prorrogação do prazo de aquisição dos itens licitados, caso exista acordo e interesse entre ambas as partes, ficando dispensado o Contratante do pagamento dos produtos não adquiridos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE REAJUSTE**

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente de 2019, a saber:

06.03.2.011 (3.3.90.00.00.00.00.00.0127 – Código Reduzido: 62) R\$

06.03.2.012 (3.3.90.00.00.00.00.00.0127 – Código Reduzido: 71) R\$

06.03.2.013 (3.3.90.00.00.00.00.00.0127 – Código Reduzido: 80) R\$

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7ª. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- b) Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 28/2019, Processo Licitatório nº 48/2019;
- c) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação, contrato firmado e leis sanitárias;
- d) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por funcionários da CONTRATADA ou pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na cláusula primeira deste Contrato;
- e) Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os produtos fornecidos;
- f) Fornecer os produtos de boa qualidade e satisfatórias aos fins do CONTRATANTE e em conformidade com todas as especificações técnicas, marcas, preços e quantidades descritos na Cláusula Primeira deste Contrato;
- g) Lançar Nota Fiscal com especificações dos produtos entregues;
- h) Entregar os itens objeto deste Contrato devidamente acompanhados dos documentos fiscais, parceladamente, durante a vigência do mesmo, nas quantidades solicitadas, sempre atendendo ordem expressa do Contratante;
- i) Manter as condições de habilitação da Empresa no Processo Licitatório que deu causa a este Contrato durante toda a vigência do mesmo.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8ª. O CONTRATANTE fica obrigado a solicitar à CONTRATADA a entrega dos produtos e fica obrigado, também, a fiscalizar os produtos entregues, suas especificações técnicas, bem como o prazo de validade, para aceitação ou não e encaminhamento dos documentos hábeis ao setor competente, em caso de aceitação, para processamento do pagamento no prazo acordado neste instrumento.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.



**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO ANTECIPADA**

10. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- c) a lentidão de seu cumprimento;
- d) aplica-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo a CONTRATADA, a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o Fórum da Comarca de Braço do Norte/ SC.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Santa Rosa de Lima/SC, em ..... de ..... de 2019.

SALESIO WIEMES .....

Prefeito Municipal Função junto à Empresa Contratada

Contratante Nome da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_ KATHIOR JOSÉ MACHADO KARINI NACK STUEPP

CPF: 039.348.699-04 CPF: 037.581.919-39

VISTO JURÍDICO:

GISLAINE SCHLICKMANN

OAB/SC 21.173

ANEXO V

À  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

PROPOSTA DE PREÇOS

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

Nome do Licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ do Licitante: \_\_\_\_\_

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Preço Unitário Máximo (em R\$)	Preço Total Máximo (em R\$)
1	05	UN	Aparelho de ar-condicionado tipo Split novo, quente e frio, com capacidade de 12.000 BTU`S, com tecnologia inverter, que utilize gás refrigerante ecológico (R-410A ou R-407C), na cor branca, com controle remoto sem fio com display digital e reinício automático, com função timer/sleep/swing, baixo nível de ruído, selo INMETRO/PROCEL "A" de consumo energético, tensão 220V, monofásica, garantia mínima de 01 ano.		
TOTAL GERAL ..... R\$					

Total Geral por Extenso: ( ..... ).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

....., ..... de ..... de 2019.

Diretor ou Representante Legal

Obs.: A Proposta deverá constar do Envelope nº 1.

Importante: Carimbar (CNPJ) ou utilizar papel timbrado.

#### ANEXO VI

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ..... (razão social da empresa), CNPJ nº ....., localizada em ....., declara, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório, realizado pelo PREFEITURA MUNICIPAL de Santa Rosa de Lima – Pregão nº 28/2019.

....., ..... de ..... de 2019.

Diretor ou Representante Legal

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

Importante: Carimbar (CNPJ) ou utilizar papel timbrado.

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO Nº 052/2019 TP

Publicação Nº 2124455

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Licitação nº 052/2019 – Tomada de Preços nº 052/2019

Às 15h00min(quinze horas) do dia 30 de julho de dois mil e dezenove, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 001/2019 de 02 de Janeiro de 2019, reuniram-se com o objetivo de abrir os envelopes nº 01, contendo a documentação de habilitação da Licitação nº 052/2019, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é "execução de cobertura em estrutura metálica e telhas autoportantes, com área de 2.108,00² (40mt x 52,70mt), localizado na Rua Santa Catarina no bairro Moinhos de Vento, nº 826, neste município".

Entregou, tempestivamente, os envelopes contendo a habilitação e a proposta, a licitante abaixo relacionada:

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE
MULTIORTE INDUSTRIAL LTDA	73.912.701/0001-70	PRESENTE

1. Na sequência a Presidente da Comissão deu prosseguimento aos trabalhos.
2. Iniciou-se a análise do envelope de habilitação da empresa, conforme quadro acima.
3. Após, o envelope da documentação de habilitação circulou para a verificação do fechamento e forma de apresentação na conformidade do Edital. Verificando tudo normal, passou-se então à abertura dos mesmos, cujos documentos circularam entre os membros da Comissão de Licitação e empresa presente para verificação e rubricas.
4. A empresa MULTIORTE INDUSTRIAL LTDA apresentou todas as documentações exigidas no ato convocatório, sendo, portanto, HABILITADA.
5. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, determinou o prosseguimento da abertura do envelope de Proposta de Preços e ordenou a lavratura da presente ata que depois de lida e achada conforme, e vai assinada pelos membros da Comissão e empresa presente. A empresa presente desistiu expressamente de interpor recurso.

Santa Rosa do Sul, 30 de Julho de 2019.

Rafael Raupp Lummertz Presidente	Marcia Josane Silveira Velhos Membro
Mônica Farias da Silva Membro	Diogo Fernandes Kirchner CPF 009.782.769-06 MULTIORTE INDUSTRIAL LTDA CNPJ nº 73.912.701/0001-70

### ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TP 052/2019

Publicação Nº 2124456

#### ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Licitação nº 052/2019 – Tomada de Preços nº 052/2019

Às 15h00min (quinze horas) do dia 30 de julho de dois mil e dezenove, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 001/2019 de 02 de Janeiro de 2019, reuniu-se com o objetivo de abrir, analisar e julgar a proposta de preço ofertada pela Licitante habilitada no processo licitatório nº 052/2019 – Tomada de Preços.

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE
MULTIORTE INDUSTRIAL LTDA	73.912.701/0001-70	PRESENTE

1. Em ato contínuo, o envelope contendo a proposta de preço circulou entre os presentes, para averiguação da inviolabilidade.
3. Na sequência o Presidente da Comissão Permanente de Licitação deu prosseguimento aos trabalhos, passando a abertura do envelope, já devidamente rubricados, contendo a proposta de preço.
3. A proposta de preço circulou entre a comissão de Licitação, para análise e rubrica.
4. Analisando-se a Proposta de Preço da empresa habilitada, constatou-se que restou classificada, uma vez que cumpriu com os requisitos editalícios, resultando na seguinte ordem de classificação final da proposta de preço do licitante habilitado:

ORDEM	PROPONENTE	VALOR R\$
1º Lugar	MULTIORTE INDUSTRIAL LTDA	790.000,00

5. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão determinou o encerramento da Sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão e empresa presente. A empresa presente desistiu expressamente de interpor recurso.

Santa Rosa do Sul, 30 de Julho de 2019.

Rafael Raupp Lummertz Presidente	Marcia Josane Silveira Velhos Membro
Mônica Farias da Silva Membro	Diogo Fernandes Kirchner CPF 009.782.769-06 MULTIPORTE INDUSTRIAL LTDA CNPJ nº 73.912.701/0001-70

## ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TP 053/2019

Publicação Nº 2124454

### ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Licitação nº 053/2019 – Tomada de Preços nº 053/2019

Às 16h00min (dezesesseis horas) do dia 14 de agosto de dois mil e dezenove, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 001/2019 de 02 de Janeiro de 2019, reuniu-se com o objetivo de abrir, analisar e julgar a proposta de preço ofertada pelas Licitantes habilitadas no processo licitatório nº 053/2019 – Tomada de Preços.

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE
ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	21.083.542/0001-45	AUSENTE
ACLIVE ARQUITETURA E ENG. LTDA EPP	09.035.354/0001-46	AUSENTE

1.

Reuniu-se a comissão permanente de licitação para o Julgamento das Propostas de Preços, após a renúncia ao direito de recurso e ao prazo recursal pelas licitantes participantes do processo licitatório, a comissão de licitação decide por manter a decisão da fase de habilitação.

2. Os envelopes contendo as propostas de preço circularam entre os presentes, para averiguação da inviolabilidade.

3. Na sequência o Presidente da Comissão Permanente de Licitação deu prosseguimento aos trabalhos, passando a abertura dos envelopes, já devidamente rubricados, contendo as propostas de preço.

3. A propostas de preço circularam entre a comissão de Licitação para análise e rubrica.

4. Analisando-se as propostas de preços das empresas participantes, constatou-se que restou classificada a proposta da empresa ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP FABSUL PAVIMENTAÇÕES EIRELI. A empresa ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA restou desclassificada por apresentar proposta com preço acima do valor máximo global deste edital, conforme quadro abaixo.

ITEM 01	PROPONENTE	VALOR R\$
1º Lugar (vencedor)	ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP	285.798,07
Desclassificada	ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	295.702,17

5. Neste ato comunicamos os representantes das empresas licitantes, do prazo de 5 (cinco) dias, contados desta data, para interposição de recurso, conforme art. 109, da Lei 8.666/93. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão determinou o encerramento da Sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão.

Santa Rosa do Sul, 14 de Agosto de 2019.

Rafael Raupp Lummertz Presidente da CPL	
Mônica Farias da Silva Membro da Comissão	
Marcia Josane Silveira Velhos Membro da Comissão	

## AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 056/2019 PR

Publicação Nº 2123577

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Aviso de Licitação Deserta PL nº 056/2019-Pregão Presencial

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul comunica que processo de licitação nº 056/2019-PR, que tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento futuro e parcelado, transporte e bombeamento de Concreto Usinado, para uso das diversas secretarias do município, foi DECLARADA DESERTA, motivo: não houve nenhuma empresa participante na sessão pública marcada para o dia 13 de agosto de 2019 às 09h45min.

Santa Rosa do Sul, 13 de Agosto de 2019.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 040, DE 02 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123254

DECRETO Nº 040, DE 02 DE AGOSTO DE 2019.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1055 de 11/12/2017,

DECRETA:

Art. 2º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social:

## I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

- a) Secretaria da Assistência Social e Habitação, ROSA LAURINDA RODRIGUES, Titular, CÉLIA MARLI DA SILVA DE JESUS, Suplente;
- b) Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, DELCIDES PEREIRA, Titular, MARA ZANANDRE DA SILVA, Suplente;
- c) Secretaria de Saúde, JEAN CARLOS AMÉRICO PAULO, Titular, JANAINI CÂNDIDO SILVEIRA, Suplente;

## III - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Grupo de Idosos Amigos para Sempre, MARIA LOURENÇO CARDOSO, Titular, PAULINO DA SILVA CARDOSO, Suplente.
- b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, DENISE FERREIRA DA CUNHA, Titular, JOSÉ PORTO DE MATOS, Suplente;
- c) Servidoras da área psicologia, GERUSA CLAUDINO RODRIGUES, Titular, BRUNA FRAGA TRISTÃO, Suplente.

Art. 2º Fica revogado na integra o Decreto nº 033 de 29 de junho de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de agosto de 2019.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer  
Diretor de Administração

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO 12-2019 CAMISETA

Publicação Nº 2123785

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 12/2019

Processo Administrativo Nº 17/2019

Pregão Presencial Nº. 12/2019

2.028.3390.00 - 16338 - 64/2019 - MANUT. ATIVIDADES UNIDADE SANITÁRIA EXCLUSIVA PARA ME's E EPP's  
1 - DA LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Bortolo Nespolo, 610, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 024/2017 de 02 de janeiro de 2017, comunica aos interessados que está realizando o Processo Licitatório nº. 17/2019, na modalidade Pregão Presencial nº. 12/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes nº.01, contendo os documentos para proposta e envelope nº.02 para habilitação, para o dia 27/08/2019, às 08:00 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 27/08/2019 às 08:00 horas, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, nesta cidade de SANTIAGO DO SUL-SC.

#### 2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto Aquisição de camisas para utilização durante Campanhas da FMS - Outubro Rosa e Novembro Azul. , de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I – Lista de Itens, do presente Edital.

#### 3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.2. O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo II), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante, Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto). Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante.

3.3 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por Servidor Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

3.4. Toda empresa que apresentar proposta deverá apresentar cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) sob pena de inabilitação sendo que a ausência dos demais documentos estabelecidos no item 3.2, para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.5. Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar, fora dos envelopes nº.01 e 02, Certidão Comercial ou Registro Civil de Pessoa Jurídica emitido pela Junta Comercial de sua comarca.

#### 4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, podendo ainda ser utilizado o formulário pré-impresso anexo I do presente edital, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

ABERTURA: às 08:00 horas do dia 27/08/2019.

ENVELOPE "PROPOSTA"

4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital.

- 4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.
- 4.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.
- 4.5. O preço deverá ser cotado em moeda nacional.
- 4.6. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos fretes, e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.
- 4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.
- 4.8. Deverá ser indicada a marca, quando houver e outros elementos necessários a perfeita identificação do Objeto licitado.

## 5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

- 5.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA DE FGTS
CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
DECLARAÇÃO-INCISO V, ART.27 LEI 8666/93 E 9854/99
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
CARTÃO CNPJ

- 5.2. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.02  
DA: (EMPRESA)  
AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019.  
ABERTURA: às 08:00 horas do dia 27/08/2019.  
ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

- 5.3. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, exceto os documentos extraídos através da internet, que poderão ser consultados e verificados através dos "sites" dos quais foram expedidos.

- 5.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

## 6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Declarada a abertura da Seção pelo Pregoeiro e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, os licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO III), a referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, em seguida proceder-se-á o encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, para que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

- 6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR ITEM. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

- 6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

- 6.3. Serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

- 6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseq-entes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

- 6.5. No curso da sessão pública o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seq-encial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

- 6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e em ordem seq-encial para esses lances, será definida por meio de sorteio.



6.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8. O pregoeiro poderá:

- I - definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;
- II - estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;
- III - permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá para novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.14. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.15. Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subseq-entes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.16. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer e motivos apresentados pelo recorrente, deverá ser registrada na ata da Sessão Pública. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## 7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O(s) recurso(s) será(ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

## 8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

## 9 - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

9.1. No prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação para assinatura do contrato, o licitante deverá contratar com o Município de SANTIAGO DO SUL o objeto licitado.

9.2. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato será convocado o licitante subseq-ente na ordem de classificação para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. A prestação de serviços/entrega do objeto de que trata esta licitação deverá ser iniciada 15 dias, condicionado-se à assinatura de contrato cfe.estabelecido no presente edital e após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Nota de Compra., considerando ainda: Que a prestação de serviços será efetuada, mediante solicitação por parte do Município, atendendo as necessidades de consumo, com término previsto para o dia 60 dias, sendo que os valores contratados/empenhados referente às quantidades porventura remanescentes na data prevista para o término do fornecimento, ou mesmo antes desta data no caso de não haver mais previsão de utilização dos serviços, serão anuladas, não cabendo ao licitante vencedor qualquer indenização ou compromisso do Município de adquirir os serviços ainda não efetuados.

## 10 - DO PAGAMENTO

10.1. O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL compromete-se a efetuar o pagamento no prazo em até 07 dias após a entrega do objeto licitado/serviços prestados, pelo proponente.

10.2 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e produtos definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

10.3 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores.

## 11 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o compromisso, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações:

11.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, associação do licitante vencedor com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- d) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) dissolução da empresa;
- h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- l) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

## 12 - PENALIDADES

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

12.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

12.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

12.1.5. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

12.2. Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.4. Faz parte integrante deste Edital:

13.4.1. ANEXO I – Lista de Itens com os preços máximos admitidos por item/Modelo da proposta.

13.4.2. ANEXO II – Minuta de Carta de Credenciamento;

13.4.3. ANEXO III – Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação;

13.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

13.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.7. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, situada à Rua Angelo Toazza, de segundas à sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone Nº (49) 3345-3000 ou pelo site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 13 de Agosto de 2019.

VILSO CASAGRANDA  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PARECER JURÍDICO

O presente edital, preenche os requisitos da Legislação Vigente, em especial a Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações. Publique-se conforme determinações legais.

Este é o entendimento Salvo Melhor Juízo.

Santiago do Sul \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

ANEXO I

LISTA DE ITENS COM PREÇO MÁXIMO

## PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para atendimento ao objeto do presente edital referente à Aquisição de camisas para utilização durante Campanhas da FMS - Outubro Rosa e Novembro Azul. , modalidade de licitação Pregão Presencial Nº. 12/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: Aquisição de camisas para utilização durante Campanhas da FMS - Outubro Rosa e Novembro Azul.

\*\*\*Os valores deverão ser cotados por preços unitários\*\*\*

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	32,00	un		Camiseta manga curta em malha 100% algodão, decote em V, cor rosa, com estampa em serigrafia, com logo marca Outubro Rosa na frente do lado esquerdo, nas costas escrito "Fundo Municipal de Saúde". Tamanhos diversos.	24,80	793,60
2	32,00	un		Camiseta manga curta em malha 100% algodão, decote em V, cor rosa, com estampa em serigrafia, com logo marca Novembro Azul na frente do lado esquerdo, nas costas escrito "Fundo Municipal de Saúde". Tamanhos diversos.	24,80	793,60
Total						1.587,20

OBS: A EMPRESA DEVE FORNECER CAMISAS MODELOS PARA PROVAR.

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 dias.

PRAZO DE ENTREGA: 15 dias.

Local e Data

NOME E ASSINATURA  
REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA  
ANEXO II

## CARTA DE CREDENCIAMENTO

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

OBJETO: Aquisição de camisas para utilização durante Campanhas da FMS - Outubro Rosa e Novembro Azul.

ABERTURA: 27/08/2019 -08:00 h.

A \_\_\_\_\_ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_ credencia como seu representante o Sr. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (nome e qualificação), CPF Nº \_\_\_\_\_ e CI Nº \_\_\_\_\_ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Dados bancários: Banco, Agência e Conta corrente. (para cadastro)

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

NOME E ASSINATURA  
REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA  
ANEXO III

DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

OBJETO: Aquisição de camisas para utilização durante Campanhas da FMS - Outubro Rosa e Novembro Azul.

A \_\_\_\_\_(nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019. .

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2019

Publicação Nº 2123731

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2019

No edital acima referenciado houve alteração quanto à descrição dos documentos referente aos itens 5.3.1 e 5.3.2 da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Onde se Lê:

5.3.1 - Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado da sede da proponente, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.

5.3.2 – Atestado de Capacidade Técnica (Documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando o desempenho da empresa das atividades compatíveis com o objeto da licitação. Este documento deverá ser acervado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, caso contrário não será aceito).

Leia-se:

5.3.1 - Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou no Conselho Federal dos Técnicos - CFT do Estado da sede da proponente, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.

5.3.2 – Atestado de Capacidade Técnica (Documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando o desempenho da empresa das atividades compatíveis com o objeto da licitação. Este documento deverá ser acervado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos - CFT, caso contrário não será aceito).

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei permanece a abertura do Edital de Pregão Presencial nº 142/2019 no dia 16/08/2016 às 09h00min horas, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 08h30min horas.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2019.

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO  
Secretária de Educação

MARCIO BROSOWSKY  
Presidente da Fundação Cultural

EDEMILSON B. DE ASSIS  
Pregoeiro Municipal

### DECRETO Nº 1442/2019

Publicação Nº 2123619

DECRETO Nº 1442, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 008/2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 008, de 9 de agosto de 2019, do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante do presente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO n.º. 008/2019

São Bento do Sul, 09 de Agosto de 2019.  
Dispõe sobre a Aprovação da Programação Anual de Saúde 2020.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 e pela Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:  
Art.1º Aprovar a Programação Anual de Saúde 2020.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Presidente  
Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

## DECRETO Nº 1443/2019

Publicação Nº 2123621

DECRETO Nº 1443, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA DECRETO Nº 0519/2017 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:  
Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 0519, de 16 de outubro de 2017, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

X – Representantes dos profissionais que atuam na área de Assistência Social no município:  
Fórum Municipal dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de São Bento do Sul – FMTSUAS/SBS

Maira Duflath Pelissa – Titular  
Alex Sandro Schlepka – Suplente

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1444/2019

Publicação Nº 2123626

DECRETO Nº 1444, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 3986/18, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA



Art. 1º. Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE - do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 004 - Saneamento Geral

Atividade: 1004 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

4490510000 - Obras e Instalações (06060600) R\$ 260.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit da seguinte dotação orçamentária:

06060600–Superávit Recursos Diretamente Arrecadados p/Administração Indireta e Fundos, no valor de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO N° 1445/2019

Publicação N° 2123629

DECRETO N° 1445, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 3986/18, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE - do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 004 - Saneamento Geral

Atividade: 2066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

3390390000 - Outros serviços terceiros - PJ (02060000) R\$ 60.000,00

3390350000 - Serviços de Consultoria (02060000) R\$ 19.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, serão utilizados recursos proveniente das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 004 - Saneamento Geral

Atividade: 2066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

4490520000 - Equipamentos e Material Permanente (02060000) R\$ 60.000,00

3390320000 - Material de Distribuição Gratuita (02060000) R\$ 19.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1446/2019**

Publicação Nº 2123634

DECRETO Nº 1446, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.  
ABRE ACRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art.4º, da Lei Municipal nº 3.986/18 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

3390140000 (01000100) Diárias – Civil ..... R\$ 5.000,00

3390330000 (01000100) Passagens e Despesas com Locomoção ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

3190110000 (01000100) Vencimentos e Vantagens Fixas–Pes. Civil ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2019**

Publicação Nº 2123736

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2019**

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de internet via fibra óptica para o 23º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, sediado em São Bento do Sul -SC, conforme especificações no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 128/2019, documento esse que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

DO VALOR: R\$ 2.146,80 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.08.2019.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2019.

ASS: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município Interino.

WBT INTERNET LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 024/2019 - FMS**

Publicação Nº 2123755

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 024/2019**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 034/2018, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA ME, em 27 de julho de 2018, conforme Edital de Pregão Presencial nº 14/2018.

Considerando o objeto de Contrato de nº 034/2018, que consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema de Gestão de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações anexa ao Edital de Pregão Presencial nº 14/2018, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito.

Considerando o término do prazo de vigência do referido contrato em 31 de julho de 2019, e conforme Cláusula Sétima – Da Vigência, o mesmo pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 48 (quarenta e oito) meses de acordo com o art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, visto que os devidos serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de

prorrogação;

Considerando também que a Contratada solicita reajuste conforme documento anexo, com base no índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, que corresponde ao percentual de 7,6587% acumulado entre os meses de junho/2018 a junho/2019, conforme cálculo em anexo ao Termo Aditivo, e conforme Cláusula Sexta – Do Reajustamento do referido contrato, o serviço poderá e reajustado a cada doze (12) meses de vigência do contrato, conforme índice de inflação medido pelo IGP-M.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de agosto de 2019 e a terminar em 31 de julho de 2020.

Reajusta-se o valor mensal de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) para R\$ 13.457,34 (treze mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos), totalizando a prorrogação em R\$ 161.488,08 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oito centavos), para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de julho de 2018, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 18 de julho de 2019.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

OLOS TECNOLOGIA LTDA ME, como Contratada.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 026/2019 - FMS

Publicação N° 2124035

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO N° 026/2019

DA ESPÉCIE: Quarto termo aditivo ao contrato n° 050/2018, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA / HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, conforme já qualificados resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido Contrato:

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS E REPASSES FINANCEIROS

SUPRESSÃO DO ITEM 09 DO DOCUMENTO DESCRITIVO

Promove a supressão do item 09 do Documento Descrito - SERVIÇOS DE LAVANDERIA, no importe mensal de R\$ 1.745,89, no total de R\$ 5.237,67.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 01 de Agosto de 2019.

Ass.: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal De Saúde.

Ass.: Maria Alice Scheidt, pela Empresa Contratada.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 111/2019

Publicação N° 2123739

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 111/2019

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para Locação e Implantação do Sistema de Estacionamento Rotativo do Município de São Bento do Sul de n° 063/2018, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LAPAZA EMPREENDIMENTOS LTDA, em 27 de março de 2018, conforme Edital de Pregão Presencial n° 23/2018.

Considerando que o objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa especializada para locação e implantação de sistema composto por parquímetros multivaga, dispositivos e aplicativos de recarga de créditos de estacionamento, serviços de manutenção, fornecimento de software de gestão, capacitação técnica do pessoal do órgão de trânsito, suporte à operação e demais serviços e equipamentos necessários e monitoramento da utilização do estacionamento rotativo através de aplicativos e dispositivos eletrônico móveis, permitindo a verificação das condições de regularidade de utilização das vagas, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial n° 23/2018.

Considerando o término do prazo de vigência do referido contrato em 08 de julho de 2019, e conforme Cláusula Décima Oitava - Do Prazo, Da Vigência Contratual e Rescisão Antecipada o mesmo pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, visto que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação.

Considerando também que a Contratada solicita reajuste conforme documento anexo, com base no índice INPC acumulado nos últimos 12 meses, que corresponde ao percentual de 4,9387% acumulado entre os meses de junho/2018 à junho/2019, conforme cálculo em anexo, e de acordo com a Cláusula Décima Sexta do referido contrato, a locação dos parquímetros serão reajustados a cada doze (12) meses de vigência do contrato, conforme índice de inflação medido pelo INPC.

Diante do exposto, faz-se necessário reajustar os valores e prorrogar a vigência do referido Contrato com base na Cláusula Décima Sexta – Do Reajuste Contratual, na Cláusula Décima Oitava - Do Prazo, Da Vigência Contratual e Rescisão Antecipada do contrato e Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 09 de julho de 2019 e com término em 08 de julho de 2020.

Altera-se o valor total mensal do item 1.1 - Locação e manutenção de parquímetros com suporte à operação e com Contratação de Seguro-Operação de R\$ 42.954,83 (quarenta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos) para R\$ 45.076,24 (quarenta e cinco mil, setenta e seis reais e vinte e quatro centavos) conforme abaixo, totalizando o valor de R\$ 540.914,88 (quinhentos e quarenta mil, novecentos e quatorze reais e oitenta e oito centavos) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original.

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	VAGAS	TOTAL MÊS (R\$)
1	LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS (PAGAMENTO MENSAL)				

1.1	Locação e manutenção de parquímetros com suporte à operação e com Contratação de Seguro-Operação	vaga/mês	R\$ 64,39	700	R\$ 45.076,24
-----	--------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	-----------	-----	---------------

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 27 de março de 2018, permanecem inalteradas.  
São Bento do Sul, 05 de julho de 2019.

Ass: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.  
LAPAZA EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 121/2019

Publicação Nº 2123743

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 121/2019

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 136/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME, em 14 de julho de 2017, conforme Edital de Pregão Presencial nº 129/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 136/2017, que consiste na contratação de serviços de conexão com internet: Link IP dedicado com velocidade de 50 Mbps, incluindo locação e configuração de modems/roteadores e outros equipamentos necessários, com plena conectividade, conforme Anexo – I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 129/2017, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando o término do Contrato no dia 31 de julho de 2019 e que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual, com base na Cláusula Sétima – Da Vigência do referido Contrato, de acordo com o Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de agosto de 2019 e com término em 31 de julho de 2020.

Permanece o valor mensal de R\$ 1.094,99 (um mil e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos) totalizando o valor de R\$ 13.139,88 (treze mil cento e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) para o período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 14 de julho de 2017 e Termo Aditivo nº 139/2018 de 26 de julho de 2019, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 23 de julho de 2019.

Ass: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.  
WBT INTERNET LTDA, como Contratada.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 123/2019

Publicação Nº 2123749

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 123/2019

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 085/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SOLO TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA – EPP, em 29 de maio de 2019, conforme Edital de Pregão Presencial nº 86/2019.

Considerando o objeto do Contrato nº 085/2019, que consiste na contratação de uma empresa de engenharia devidamente habilitada para elaboração de um projeto de corte de vegetação em uma via projetada para tráfego viário, denominada CONTORNO NORTE, localizada junto ao centro do Município de São Bento do Sul, Licenciamento Ambiental junto à IMA – Instituto do Meio Ambiente, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 86/2019.

Considerando o vencimento do prazo de execução dos serviços em 27 de julho de 2019 e do prazo de vigência em 26 de agosto de 2019, e devido à complexidade de realização do inventário florestal, sendo a região de mata fechada, e que também o projeto de corte da vegetação em via projetada (Contorno Norte) após ser protocolado, passará por análise no órgão ambiental – IMA – Instituto do Meio Ambiente, se faz necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 28 de julho de 2019 com término em 25 de setembro de 2019.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 27 de agosto de 2019 com término em 24 de novembro de 2019.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de maio de 2019, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2019.

Ass: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.  
SOLO TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA - EPP, como Contratada.

**LEI Nº 4105/2019**

Publicação Nº 2123532

LEI Nº 4105, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL A RECEBER IMÓVEL EM DOAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais insculpidas na Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por meio de doação sem encargos, o terreno urbano com área de 480,63 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta metros e sessenta e três centímetros quadrados), parte ideal de um terreno maior com área de 33.273,03 m<sup>2</sup>, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul sob nº 16.066, situado à Rua Carlos Furst, de formato irregular, plano, não cercado, com as seguintes confrontações:

“Ao Norte confronta para a Rua Carlos Furst na extensão de 12,31 metros. Ao Sul confronta com TARCISIO NUNES DA SILVA (matrícula 35.219) na extensão de 5,32 metros e OSMAIR BECKER (matrícula 16.067) na extensão de 6,17 metros. A Leste confronta com LUIS CARLOS BECKER e OUTRA (matrícula 16.066) por quatro linhas com 12,05 metros, 14,50 metros, 14,52 metros e 15,14 metros. A Oeste confronta com OSMAIR BECKER (matrícula 16.067) por duas linhas 37,43 metros e 17,60 metros.”

Parágrafo Único. A área mencionada no caput deste artigo será aproveitada como via pública.

Art. 2º A doação tratada nesta Lei far-se-á por escritura pública, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a praticar os demais atos necessários à efetivação da doação prevista nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4106/2019**

Publicação Nº 2123534

LEI Nº 4106, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL A RECEBER IMÓVEL EM DOAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais insculpidas na Lei Orgânica do Município, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por meio de doação, a área de 107.892,35 m<sup>2</sup> (cento e sete mil, oitocentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados) de uma área maior de 167.313,00 m<sup>2</sup> (cento e sessenta e sete mil e trezentos e treze metros quadrados) do imóvel matriculado sob o nº 43.692, Livro nº 2, Ficha nº 1 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, localizado no Bairro Centenário, nesta cidade, de propriedade da Fundação de Ensino Tecnologia e Pesquisa – FETEP.

Parágrafo único. A área de 107.892,35m<sup>2</sup> (cento e sete mil, oitocentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados) do imóvel matriculado sob o nº 43.692, Livro nº 2, Ficha nº 1 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, insere na Zona Educacional (ZE), possui o seguinte Memorial Descritivo: Inicia-se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 664669.260 m e N= 7095514.618 m dividindo-o com o WALLY CHAPIEWSKY (matricula 03.111); Daí segue confrontando com WALLY CHAPIEWSKY (matricula 03.111) com o azimute de 180°24'32" e a distância de 41.80 m até o marco '1' (E=664668.961 m e N=7095472.823 m); Daí segue confrontando com VILSON ROSA (matricula 38.715) com o azimute de 180°24'32" e a distância de 14.00 m até o marco '2' (E=664668.862 m e N=7095458.823 m); Daí segue confrontando com JEISON BAUER (matricula 38.714) com o azimute de 180°24'32" e a distância de 12.00 m até o marco '3' (E=664668.776 m e N=7095446.823 m); Daí segue confrontando com TRAVESSA com o azimute de 180°24'32" e a distância de 10.96 m até o marco '4' (E=664668.698 m e N=7095435.863 m); Daí segue confrontando com FUNDAÇÃO DE ENSINO TECNOLOGIA E PESQUISA - FETEP (matricula 43.692) com o azimute de 90°24'33" e a distância de 19.88 m até o marco '5' (E=664688.575 m e N=7095435.721 m); Daí segue com o azimute de 178°19'21" e a distância de 116.86 m até o marco '6' (E=664691.996 m e N=7095318.914 m); Daí segue com o azimute de 182°00'53" e a distância de 30.54 m até o marco '7' (E=664690.922 m e N=7095288.394 m); Daí segue confrontando com MARTIM KOLLROSS (matricula 41.178) com o azimute de 73°15'14" e a distância de 135.20 m até o marco '8' (E=664820.387 m e N=7095327.349 m); Daí segue confrontando com IVO LINZMEYER (matricula 32.707) com o azimute de 74°02'44" e a distância de 80.17 m até o marco '9' (E=664897.469 m e N=7095349.386 m); Daí segue confrontando com TERESINHA MARIA SCHÖFFEL BERTOLI (matricula 32.706) com o azimute de 74°02'44" e a distância de 74.20 m até o marco '10' (E=664968.810 m e N=7095369.781 m); Daí segue com o azimute de 74°02'44" e a distância de 115.85 m até o marco '11' (E=665080.198 m e N=7095401.626 m); Daí segue confrontando com IVO LINZMEYER (matricula 32.705) com o azimute de 74°02'44" e a distância de 65.06 m até o marco '12' (E=665142.751 m e N=7095419.509 m); Daí segue confrontando com ERVINO RANK (matricula 12.601 com o azimute de 74°02'44" e a distância de 20.30 m até o marco '13' (E=665162.269 m e N=7095425.089 m); Daí segue confrontando com FUNDAÇÃO DE ENSINO TECNOLOGIA E PESQUISA - FETEP (matricula 43.692) com o azimute de 340°32'07" e a distância de 248.70 m até o marco '14' (E=665079.398 m e N=7095659.571 m); Daí segue confrontando com SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZADO INDUSTRIAL (matricula 29.539) com o azimute de 250°32'07" e a distância de 173.00 m até o marco '15' (E=664916.285 m e N=7095601.923 m); Daí segue confrontando com INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO



CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE (matricula 40.668) com o azimuth de 250°32'07" e a distância de 262.00 m até o marco '0=PP' (E=664669.260 m e N=7095514.618 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 107.892,35 m<sup>2</sup> (cento e sete mil oitocentos e noventa e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados).

Art. 2º A área objeto desta lei, doada ao Município, será destinada a abrigar o Jardim Botânico de São Bento do Sul.

Parágrafo Único. Compete ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul – SAMAE em parceria com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São Bento do Sul, ou outro órgão ou unidade que o substituir, a implementação e gestão do Jardim Botânico de São Bento do Sul, podendo também ser firmada parceria para a execução das atividades com Associações, Consórcio Quiriri e Instituições de Ensino e de Pesquisa.

Art. 3º A doação tratada no artigo anterior far-se-á por escritura pública e eventuais despesas decorrentes da lavratura do documento correrão por conta do donatário.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a praticar os demais atos necessários para efetivação da doação prevista nesta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4107/2019

Publicação Nº 2123535

LEI Nº 4107, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.  
AUTORIZA A DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a demolição das edificações que constam na matrícula nº 0196 do Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul, imóvel de propriedade do Município de São Bento do Sul, e que abrigava o Condomínio Empresarial Affonso Lutz, devendo, se necessário, ser procedida a baixa patrimonial.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4108/2019

Publicação Nº 2123536

LEI Nº 4108, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.  
AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM VEREADOR SILVIO IVENS GROSSL  
O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.920,86 (nove mil, novecentos e vinte reais e oitenta e seis centavos), em parcela única, para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM VEREADOR SILVIO IVENS GROSSL, CNPJ nº 20.872.330/0001-84, referente ao projeto "Espaço para brincar dos bebês" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 33.569-0, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de grama sintética e brinquedos previstos no Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 12516/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento

ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4109/2019

Publicação Nº 2123537

LEI Nº 4109, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM VEREADOR SILVIO IVENS GROSSL

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.020,22 (nove mil, vinte reais e vinte e dois centavos), em parcela única, para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM VEREADOR SILVIO IVENS GROSSL, CNPJ nº 20.872.330/0001-84, referente ao projeto "Espaço de brincar - Praia" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 33.570-3, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de brinquedos previstos no Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 12518/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4110/2019

Publicação Nº 2123538

LEI Nº 4110, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM VEREADOR SILVIO IVENS GROSSL

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 8.965,82 (oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), em parcela única, para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM VEREADOR SILVIO IVENS GROSSL, CNPJ nº 20.872.330/0001-84, referente ao projeto "Espaço para brincar - Floresta" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 33.568-1, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de brinquedos previstos no Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 12521/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal



**LEI Nº 4111/2019**

Publicação Nº 2123539

LEI Nº 4111, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS AO CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, para o CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE, CNPJ nº 79.372.108/0004-08, referente ao projeto "Acampamento Keep Calm" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 33.518-5, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada em inscrições para participação de adolescentes em acampamento, consoante Plano de Trabalho - Processo Administrativo nº 12523/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4112/2019**

Publicação Nº 2123541

LEI Nº 4112, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À JCI SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 3.468,39 (três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos), em parcela única, para a JCI SÃO BENTO DO SUL, CNPJ nº 08.201.465/0001-12, referente ao projeto "Debate nas Escolas" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 21.020-0, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na realização de debate compreendendo horas de capacitação, locação de espaço, sonorização e fornecimento de coffee break, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 12578/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4113/2019**

Publicação Nº 2123583

LEI Nº 4113, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.949,47 (nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos), em parcela única, à SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA, CNPJ nº 04.962.945/0001-45, referente ao projeto "Sacando para o futuro" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 33.661-0, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado

- CIVIA, e será aplicada na aquisição de materiais esportivos para prática de tênis de mesa, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 12625/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4114/2019

Publicação Nº 2123585

LEI Nº 4114, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, ao SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE, CNPJ nº 00.676.599/0001-88, referente ao projeto "Handebol: da inicialização ao rendimento", conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 33.258-5, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de uniformes esportivos para prática de handebol, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 12626/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4115/2019

Publicação Nº 2123588

LEI Nº 4115, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO CLUBE DE NATAÇÃO O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, ao SÃO BENTO CLUBE DE NATAÇÃO, CNPJ nº 04.946.594/0001-89, referente ao projeto "Desenvolvendo cidadãos através da natação", conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 5.170-5, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de uniformes esportivos para prática de natação, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 12627/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4116/2019**

Publicação Nº 2123594

LEI Nº 4116, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, ao SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE, CNPJ nº 00.676.599/0001-88, referente ao projeto "Handebol como ferramenta social", conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 33.259-5, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de uniformes e materiais esportivos para prática de handebol, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 12628/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4117/2019**

Publicação Nº 2123600

LEI Nº 4117, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.769,60 (nove mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), em parcela única, à SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA, CNPJ nº 04.962.945/0001-45, referente ao projeto "Ampliando horizonte através do tênis de mesa" conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 33.662-9, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de uniformes esportivos para prática de tênis de mesa, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 12629/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4118/2019**

Publicação Nº 2123607

LEI Nº 4118, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE TAEKWONDO

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 8.006,00 (oito mil e seis reais), em parcela única, à ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE TAEKWONDO, CNPJ nº 09.626.929/0001-03, referente ao projeto "Vestindo campeões", conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 24.243-8, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de uniformes esportivos para prática de taekwondo e tarifas bancárias, conforme disposto no plano de

trabalho - Processo Administrativo nº 12731/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4119/2019

Publicação Nº 2123613

LEI Nº 4119, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE TAEKWONDO

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.996,00 (nove mil, novecentos e noventa e seis reais), em parcela única, à ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE TAEKWONDO, CNPJ nº 09.626.929/0001-03, referente ao projeto "Formando campeões", conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 21.376-4, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de uniformes e materiais esportivos para prática de taekwondo e ainda tarifas bancárias, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 12732/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 4120/2019

Publicação Nº 2123615

LEI Nº 4120, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE BASQUETE

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE BASQUETE, CNPJ nº 07.196.469/0001-97, referente ao projeto "Treinando para a vida", conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA/CMDCA e Resolução nº 10/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 34.564-4, Agência 0112-0, da Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA, e será aplicada na aquisição de uniformes esportivos para prática de basquetebol, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 13351/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4121/2019**

Publicação Nº 2123616

LEI Nº 4121, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais), em parcela única, à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, CNPJ nº 83.172.478/0001-26, referente ao projeto "Tecnologia como recurso para fortalecimento do Programa de Prevenção de deficiências 'Compreender para Prevenir'", conforme Edital de Chamamento Público nº 002/2018 – CMDCA e Resolução nº 11/2019 - CMDCA.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 129.914-X, 0674-2, do Banco do Brasil, e será aplicada na aquisição de equipamentos de informática e recursos audiovisuais, conforme disposto no plano de trabalho - Processo Administrativo nº 13889/2019.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul – e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o término do termo de parceria, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**PORTARIAS Nº 8137/2019 A 8173/2019**

Publicação Nº 2123643

PORTARIA Nº 8137, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal MARITA MARIA RUMOR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 25/04/2016 a 25/07/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8138, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 004/2019 e considerando que ELIANE CRISTINA RODRIGUES encontra-se de Licença Maternidade,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ISMAEL CARVALHO DE LIMA, para atuar na EBM Prof. Carlos Doetsch, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 6 de agosto de 2019 até 5 de fevereiro de 2020 ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8139, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando



a sazonalidade nos termos do Art. 156, da Lei nº 2893/2011,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação MARINA CARGNIN AUGUSTIN, para atuar na EBM Prof. Castelo Branco, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 7 de agosto de 2019-até-6 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8140, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando que JANINE LUCILIA FARIAS encontra-se de Licença Maternidade,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação TERESINHA APARECIDA ANDRADE, para atuar na EBM Emílio Engel, na função de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 7 de agosto de 2019-até-6 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8141, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando que SANDRA MARA PREISLER foi nomeada Coordenadora Pedagógica na EBM Prof. Lucia Tschoeke, -

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação BRENDA FERNANDA SOUSA, para atuar na EBM Prof Lucia Tschoeke, na função de Professor Anos Finais – Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 8 de agosto de 2019-até-7 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 12 de agosto 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8142, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando que ANGELICA MARTINS DRANKA foi nomeada Chefe de Divisão de Registro Escolar na Secretaria Municipal de Educação,

--

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação LUCAS LOURENÇO HORTZ, para atuar na EBM Prof. Aracy Hansen, na função de Secretário de Escola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 12 de agosto de 2019-até-11 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8143, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando a sazonalidade nos termos do Art. 156, da Lei nº 2893/2011,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação MARCIO DZIEDICZ, para atuar na EBM Prof. Adélia Lutz, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 8 de agosto de 2019-até-7 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8144, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando que MARISOL HANNEMANN ITNER foi nomeada Diretora Escolar na EBM Baselisse Carvalho Ramos Virmond,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEVICZ, para atuar na EBM Prof. Adélia Lutz, na função de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 12 de agosto de 2019-até-11 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8145, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando que VITOR ALVES encontra-se de Licença Tratamento de Saúde,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação RICARDO HENRIQUE DA SILVA PINTO, para atuar no PEM Abelhinha Feliz, na função de Professor Anos Finais – Artes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 12 de agosto de 2019-até-11 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 12 de agosto 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8146, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2018 e considerando que NICOLI KRAYEVSKI FERNANDES encontra-se de Licença Tratamento de Saúde,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação RICARDO HENRIQUE DA SILVA PINTO, para atuar na EBM Prof. Adélia Lutz, na função de Professor Anos Finais – Artes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 12 de agosto de 2019-até-11 de fevereiro de 2020-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 12 de agosto 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8147, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 5159/2018

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5159, de 04 de setembro de 2018, que concedeu pensão por morte à NEUZA APARECIDA DOS SANTOS, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/01161426, através da Decisão Singular GAC/WWD – 811/2019, de 01 de julho de 2019.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8148, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 12 de agosto de 2019, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARIA HERCÍLIA DE SOUZA MEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal em Vigilância em Saúde, Grupo Ocupacional 04, Nível III, Classe I, matrícula nº 5290, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 13672/2019, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de agosto de 2019.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8149, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de SANI PEDROSO, no cargo de Auxiliar de Serviços, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 15001/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8150, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 12 de agosto de 2019, ROSELI MARTENDAL, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8151, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Revoga Portaria nº 8150/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 8150, de 12 de agosto de 2019, que nomeou ROSELI MARTENDAL, no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Saúde, por desistência espontânea em 12 de agosto de 2019.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8152, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2019 RH,

NOMEAR:

A partir de 9 de agosto de 2019, CRISLAINE JAQUELINE DOS SANTOS ANDRADE, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8153, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 8 de agosto de 2019, CRISTIAN ADRIANO GRUBER, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8154, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 9 de agosto de 2019, LUCIANA ALVES TIBES BUENO, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8155, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 7 de agosto de 2019, GISLAINE TAIS DA FONSECA, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8156, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

**Demite Servidor Temporário**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**DEMITE:**

A pedido, a partir de 7 de agosto de 2019, BRENDA FERNANDA SOUSA, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8157, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

**Demite Servidor Temporário**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**DEMITE:**

A pedido, a partir de 12 de agosto de 2019, MARCIO DZIEDICZ, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8158, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

**Exonera Servidor Público**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**EXONERA:**

A pedido, a partir de 8 de agosto de 2019, ANA PAULA TAUSCHER, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8159, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

**Exonera Servidor Público**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**EXONERA:**

A pedido, a partir de 12 de agosto de 2019, JESSICA KARLA ADRIANO, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8160, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

**Declara Vago Cargo**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso VII, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 5 de agosto de 2019, o cargo de Mecânico, ocupado pelo servidor DIRCEU ANTONIO BOBATO.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8161, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 7 de agosto de 2019, o cargo de Auxiliar de Operações, ocupado pela servidora MARIA DE LOURDES RIBEIRO TIBES SILVERIO.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8162, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 12 de agosto de 2019, o cargo de Fiscal em Vigilância em Saúde, ocupado pela servidora MARIA HERCILIA DE SOUZA MEIRA.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8163, DE 10 DE JULHO DE 2019.

Corrige Portaria nº 4569/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o relatório DAP 3473/2019 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que apontou divergência no enquadramento funcional da servidora ANA LUCIANE PAZDA WOSSGRAU,

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir a Portaria nº 4569, de 4 de junho de 2018, que concedeu aposentadoria à servidora pública ANA LUCIANE PAZDA WOSSGRAU, no tocante a classe, passando de "Classe G" para "Classe E".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 4 de junho de 2018.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8164, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Retira Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

A partir de 1º de agosto de 2019, retirar a gratificação de função nível FG - 1 concedida ao servidor MARIO DO MONTE, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8165, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

## RESOLVE:

A partir de 1º de agosto de 2019, conceder ao servidor MARIO DO MONTE, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a Gratificação de Função Nível FG - 2, na função de Agente de Serviços na Área de Manutenção Asfáltica.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8166, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Retira Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais,

## RESOLVE:

A partir de 1º de agosto de 2019, retirar a gratificação de função nível FG - 1 concedida ao servidor WELINGTON LUIS DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8167, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

## RESOLVE:

A partir de 1º de agosto de 2019, conceder ao servidor WELINGTON LUIS DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a Gratificação de Função Nível FG - 2, na função de Agente de Serviços de Tubulação Pluvial.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8168, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

## RESOLVE:

A partir de 1º de agosto de 2019, conceder ao servidor ODAIR DE PAULA MAINAROSKI, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a Gratificação de Função Nível FG - 1, na função de Agente de Área de Serviços de Manutenção em Vias Públicas.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8169, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

## RESOLVE:

A partir de 1º de agosto de 2019, conceder ao servidor RAFAEL HIRT, ocupante do cargo efetivo de Agente da Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a Gratificação de Função Nível FG - 1, na função de Agente de Área de Controle de Estacionamento Rotativo.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8170, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.  
Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

A partir de 1º de agosto de 2019, conceder ao servidor THIAGO FRANKLIN NETTO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Agente da Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a Gratificação de Função Nível FG - 1, na função de Agente de Área de Controle de Estacionamento Rotativo.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8171, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
REVOGA CEDÊNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 12 de agosto de 2019, a Portaria 5913/2019 que cedeu a servidora pública MARCIA TEREZINHA NUNES DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Motorista, para prestar serviços junto à Delegacia Especializada de Proteção à Mulher, Criança, Adolescente e Idoso de São Bento do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8172, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, a partir de 12 de agosto de 2019, a servidora pública MARCIA TEREZINHA NUNES DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Motorista, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Administração para o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8173, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 14 de agosto de 2019, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARLENE KRAUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Nível II, Classe J, matrícula nº 4620, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 13833/2019, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de agosto de 2019.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO N 026-2019 - FMS**

Publicação Nº 2124076

TERMO ADITIVO Nº 026//2019.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2018, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL E A SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA.

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, já qualificado, neste ato representado pelo Presidente do Fundo e Secretário Municipal de Saúde, Sr. Manuel Rodriguez Del Olmo, já qualificado, e, de outro lado, a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, já qualificada, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Maria Alice Scheidt, já qualificada, resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido Contrato, com a seguinte redação:

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS E REPASSES FINANCEIROS****SUPRESSÃO DO ITEM 09 DO DOCUMENTO DESCRITIVO**

Promove a supressão do item 09 do Documento Descrito – SERVIÇOS DE LAVANDERIA, no importe mensal de R\$ 1.745,89, no total de R\$ 5.237,67.

No anexo I, Ofício nº. 0107/2019 expedido pela CONTRATADA.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença das testemunhas, abaixo assinadas.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2019.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO MARIA ALICE SCHEIDT  
CPF nº 164.232.409-49 CPF nº 356.979.899-20  
Secretário Municipal de Saúde Hospital e Maternidade Sagrada Família

ALEXANDRE VINÍCIUS WEISS  
OAB/SC 9.974  
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Renato de Figueiredo Santos Leslie Lia Hermes Tschöke  
CPF nº 026.846.516-98 CPF nº 023.142.529-50

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 37 DE 14 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2124194

PORTARIA Nº 037, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

“Concede Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder à servidora publica municipal Rosilene Arnoldo, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, nesta Casa de Leis, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00129/15-0, 07 anos, 09 meses e 21 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Procedimento de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição nº 001 – RH.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2019.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER  
Presidente



# São Bernardino

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 11/2019 SAÚDE

Publicação Nº 2123204

ESTADO DE SANTA CATARINA,  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-SC, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2019 - MODALIDADE Pregão Presencial Nº 10/2019. O Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial tipo menor preço, por item, para aquisição de material e equipamento odontológico e uma balança. Estará recebendo as propostas até as 09:00 do dia 29/08/2019. A íntegra deste Edital estará disponível no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no DOM/SC e no setor de licitações, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 13/04/2019. Agostinho Luzzi - Ordenador da Despesa.

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 60/2019

Publicação Nº 2123875

ESTADO DE SANTA CATARINA,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2019  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2019.

O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de combustível óleo diesel S-10. Estará recebendo as propostas até as 14:00 hs, do dia 29/08/2019. A íntegra deste Edital estará disponível no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no menu Licitações/Pregão, no DOM/SC e junto ao setor de licitações do município, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 14/08/2019 – ADELI JOSÉ RIFFEL - Prefeito Municipal.

### CONTRATO Nº 144/2019

Publicação Nº 2123729

CONTRATO Nº 144/2019

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 111/2019, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA URBANIZAÇÃO NELSON VIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa URBANIZAÇÃO NELSON VIEIRA inscrita no CNPJ nº 27281305000175, localizada na AV ERNESTO BEUTER, 675, na Cidade de São Lourenço do Oeste - SC, empresa devidamente credenciada, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. NELSON VIEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na AV ERNESTO BEUTER, 675, na Cidade de São Lourenço do Oeste - SC, inscrito no CPF sob nº 867.039.139-15, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Realização de Termo Aditivo ao Contrato nº 111/2019, através do qual o Município de São Bernardino aqui denominado MUNICÍPIO, amplia os quantitativos do OBJETO DO PRESENTE QUE CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 111/2019 QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE UM MURO DE CONTENÇÃO DE PASSEIO EM TRECHO NA RUA VERÔNICA SCHEID COM ÁREA DE 39,18 M2, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 45/2019, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato nº 111/2019.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 1.151,30 (um mil cento e cinq-enta e um reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 14/08/2019 até o dia 31/12/2019.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 45/2019, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato nº 111/2019, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
45	0,12	M3	escavação manual de solo prof. até 1,30mt	65,00	7,80
46	0,03	M3	CAMADA DRENANTE DE BRITA Nº 1 , ESPESSURA 5 CM	125,00	3,75
47	0,12	M3	CONCRETAGEM DE SAPATOS ,FCK 25 MPA, LANÇAMENTO,ADENSAMENTO E ACABAMENTO	395,00	47,40
48	5,50	KG	armação de aço CA-50 - 8mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação (broca -25cm)	10,00	55,00
49	0,03	M3	escavação manual de solo prof. até 1,30mt	65,00	1,95
50	0,03	M3	CONCRETAGEM DE pilares ,FCK 25 MPA, LANÇAMENTO,ADENSAMENTO E ACABAMENTO	395,00	11,85
51	0,79	KG	armação de aço CA-50 - 8mm; incluso fornecimento, corte, dobra e colocação (broca -25cm)	10,00	7,90
52	0,18	M3	escavação manual de solo prof. até 1,30mt	65,00	11,70
53	0,03	M3	CAMADA DRENANTE DE BRITA Nº 1 , ESPESSURA 5 CM	125,00	3,75
54	0,18	M3	CONCRETAGEM DE VIGA BALDRAME, FCK 25 MPA, LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	395,00	71,10
55	3,25	KG	ARMAÇÃO DE BLOCO , VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM	13,00	42,25
56	5,92	KG	ARMAÇÃO DE BLOCO ,VIGA BALDRAME OU SAPATA AÇO CA-50 DE 8 MM	11,00	65,12
57	2,25	M2	FABRICAÇÃO ,MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VIGA BALDRAME ,EM MADEIRA SERRADA ,E = 25 MM, 4 UTILIAÇÕES	63,00	151,20
58	0,09	M3	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES PREMOLDADAS COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MENOR OU IGUAL A 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	405,00	60,75
63	2,61	KG	armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em uma edificação térrea ou sobrado utilizando aço Ca-60 de 5,00mm	13,00	33,93
64	5,92	KG	armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em uma edificação térrea ou sobrado utilizando aço Ca-60 de 8,00mm	11,00	65,12
65	1,60	M2	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM	95,00	152,00
66	1,09	KG	armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em uma edificação térrea ou sobrado utilizando aço Ca-60 de 5,00mm	13,00	14,17
67	3,21	KG	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM	9,50	30,50
68	0,65	M2	FABRICAÇÃO ,MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA PILAR ,EM MADEIRA SERRADA ,E = 25 MM, 4 UTILIAÇÕES	63,00	40,95
69	0,06	M3	CONCRETAGEM DE pilares ,FCK 25 MPA, LANÇAMENTO,ADENSAMENTO E ACABAMENTO	395,00	23,70
70	4,80	M2	ALVENARIA DE TIJOLOS 6 FUROS DE 10 CM. CI-AR-AR 1.2.8.	52,00	249,60
71	9,60	M2	CHAPISCO 1: 3 E 0,5 CM PAREDES INTERNAS E EXTERNAS	2,95	28,32
72	2,62	M2	LIMPEZA FINAL DA OBRA	2,00	5,240
			TOTAL		1.151,30

#### CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº

111/2019.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 45/2019, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato nº 111/2019.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. Odimar Talian Secretário da Infraestrutura, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 111/2019.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 14 de Agosto de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL      NELSON VIEIRA  
Prefeito Municipal      Fornecedor  
Município

RUDIMAR BORCIONI  
Assessor Jurídico  
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 140/2019

Publicação Nº 2123852

DECRETO Nº 140/2019 DE 14/08/2019

	DISPÕES SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei nº 1.279/2019 de 14/08/2019;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica realiza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública  
VALOR =====> 70.000,00 (setenta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção do Programa PSF  
VALOR =====> 40.000,00 (quarenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção do Programa Sorrir  
VALOR =====> 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de

30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> 70.000,00 (setenta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção do Programa PSF

VALOR =====> 40.000,00 (quarenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção do Programa Sorrir

VALOR =====> 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), no Orçamento Financeiro de 2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% ... R\$ 50.000,00

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% ... R\$ 20.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.018.000 – Manutenção do Programa PSF

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% ... R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.027.000 – Manutenção Programa Sorrir

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% ... R\$ 30.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina  
em 14 de Agosto de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT  
Resp. Sec. adm. e Fazenda

**DECRETO Nº 141/2019**

Publicação Nº 2123853

DECRETO Nº 141/2019 DE 14/08/2019

	DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei nº 1.280/2019 de 14/08/2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica realizada a transferência de Crédito Orçamentário no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, para o Fundo Municipal de Saúde, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Gabinete do Prefeito  
AÇÃO =====> Manutenção do Gabinete do Prefeito  
VALOR =====> R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes  
AÇÃO =====> Manutenção da Cultura em Geral  
VALOR =====> R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública  
AÇÃO =====> Construção de Cemitério Municipal  
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública  
AÇÃO =====> Construção de Abatedouro Municipal  
VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 2º - Fica realizada a transferência de Crédito Orçamentário no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, para o Fundo Municipal de Saúde conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Gabinete do Prefeito  
AÇÃO =====> Manutenção do Gabinete do Prefeito  
VALOR =====> R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes  
AÇÃO =====> Manutenção da Cultura em Geral  
VALOR =====> R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública  
AÇÃO =====> Construção de Cemitério Municipal  
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública  
AÇÃO =====> Construção de Abatedouro Municipal  
VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 3º - Fica realizada a transferência de Crédito Orçamentário no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), do Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, para o orçamento financeiro de 2019, do Fundo Municipal de Saúde, utilizando-se as dotações, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 02.00 – Gabinete do Prefeito  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01 – Gabinete do Prefeito  
04.000.0000.0.000.000 – Administração  
04.122.0000.0.000.000 – Administração Geral  
04.122.0002.0.000.000 – Gabinete do Prefeito  
04.122.0002.2.002.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1000 – Rec. Prop. Ordinários ..... R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes

13.000.0000.0.000.000 – Cultura

13.392.0000.0.000.000 – Difusão Cultural

13.392.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes

13.392.0007.2.011.000 – Manutenção da Cultura em Geral

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1000 – Rec. Prop. Ordinários ..... R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

14.000.0000.0.000.000 – Direitos da Cidadania

14.422.0000.0.000.000 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

14.122.0015.0.000.000 – Serviços de Utilidade Pública

14.122.0015.1.009.000 – Construção de Cemitério Municipal

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1000 – Rec. Prop. Ordinários ..... R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

17.000.0000.0.000.000 – Saneamento

17.609.0000.0.000.000 – Defesa Agropecuária

17.609.0015.0.000.000 – Serviços de Utilidade Pública

17.609.0015.1.008.000 – Construção de Abatedouro Municipal

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1000 – Rec. Prop. Ordinários ..... R\$ 20.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 14 de Agosto de 2019.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT  
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

## DECRETO Nº 142/2019

Publicação Nº 2123854

DECRETO Nº 142/2019 DE 14/08/2019

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei nº 1.280/2019 de 14/08/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO ==> Manutenção da Saúde Pública

VALOR ==> 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO ==> Manutenção do Programa Medicamento ao Cidadão

VALOR ==> 20.000,00 (vinte mil reais)



PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO ==>>>>>>> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

VALOR ==>>>>>>> 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), serão utilizados recursos de transferência orçamentária do Orçamento Geral do Município de São Bernardino – SC, conforme Decreto nº 141/2019 de 14/08/2019.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção da Saúde Pública

VALOR ==>>>>>>> 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção do Programa Medicamento ao Cidadão

VALOR ==>>>>>>> 20.000,00 (vinte mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO ==>>>>>>> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

VALOR ==>>>>>>> 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), serão utilizados recursos de transferência orçamentária do Orçamento Geral do Município de São Bernardino – SC, conforme disposto no Decreto nº 141/2019 de 14/08/2019.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no Orçamento Financeiro de 2019 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2019 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% . R\$ 150.000,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.028.000 – Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% ... R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.302.0000.0.000.000 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.302.0012.2.025.000 – Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.71.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Transferências a Consórcios Públicos – Recursos do Imposto Transferido para Saúde 15%  
..... R\$ 24.200,00

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.71.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Transferências a Consórcios Públicos – Recursos do Imposto Transferido para Saúde 15%  
..... R\$ 5.800,00



Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), serão utilizados recursos de transferência orçamentária do Orçamento Geral do Município de São Bernardino – SC, conforme dispõe o Decreto nº 141/2019 de 14/08/2019.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 14 de Agosto de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT  
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

## EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 11/2019 SAUDE

Publicação Nº 2123203

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2019  
PREGÃO No 10/2019

### 01. PREÂMBULO

1.1 - O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria n.35, n. 88/2019 e 193/2019, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º,11/2019 na Modalidade Pregão n. 10/2019, do tipo menor preço por item e Presencial, sob regime de entrega parcelada, cujo setor interessado é a Secretaria de Saúde, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, Decreto n. 254/2012 e Decreto n. 09/2018, Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.1 - JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.3 JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICAÇÃO DO ARTIGO 48 INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006, Tal medida se justifica devido ao fato que após pesquisa de mercado, foi verificado que não houveram fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

1.4 Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N– Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 29/08/2019 iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.5 – Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.6 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

### 02. OBJETO

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO PARA SEREM UTILIZADOS NOS CONSULTÓRIOS DENTÁRIOS NA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E ATENDIMENTOS DE ROTINA DESENVOLVIDOS NA UNIDADE DE SAÚDE, AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL E AQUISIÇÃO DE UMA BALANÇA PARA UTILIZAÇÃO NO CONTROLE E MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA.

### ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS DESTES EDITAL

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ABRIDOR DE BOCA ADULTO	Und	4,00	8,90	35,60
2	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL	Und	4,00	8,90	35,60
3	ACIDO FOSFÓRICO 37%	Und	10,00	16,00	160,00
4	AGULHAS GENGIVAS 30 GR C/ 100 UN	PCT	30,00	67,00	2010,00
5	ALGINATO 500GR	Und	20,00	67,80	1356,00
6	ALGODÃO ROLO DE 25 GR	Und	3.000,00	1,49	4470,00
7	ANESTESICO LOCAL C/ 50 TUBETES	CX	2,00	115,02	230,04
8	ANESTESICO LOCAL COM VASO C/100UN	CX	15,00	109,90	1648,50

9	ANESTESICO TOPICO	Und	6,00	10,23	61,38
10	BICARBONATO DE SÓDIO	Und	2,00	11,33	22,66
11	BROCA ZEKRIA	Und	3,00	45,43	136,29
12	BROCA ALTA ROTAÇÃO 1094	Und	20,00	12,00	240,00
13	BROCA ALTA ROTACAO N.1014	Und	10,00	12,00	120,00
14	BROCA ALTA ROTACAO N.1016	Und	20,00	12,00	240,00
15	BROCA BAIXA ROTAÇÃO Nº 8	Und	10,00	12,00	120,00
16	BROCA CIRURGICA JET 701	Und	10,00	12,50	125,00
17	CABO PARA ESPELHO CLÍNICO ODONTOL.	Und	10,00	9,68	96,80
18	CAIXA DE LIMA HEDSTRON 21MM	CX	4,00	55,00	220,00
19	CAVITEC	Und	8,00	21,75	174,00
20	CLOREXIDINA 0,12 % 2,2 LT	Und	2,00	61,34	122,68
21	CREME DENTAL C/ FLÚOR CONTENDO 15000PPM DE FLÚOR ATIVO, BISNAGA PLÁSTICA C/ 90G.	Und	300,00	2,50	750,00
22	DYCAL	Und	8,00	87,56	700,48
23	ENHANCE	CX	8,00	107,80	862,40
24	ESCOVA DENTAL EXTRA MACIA ADULTO	Und	400,00	1,10	440,00
25	ESCOVA DENTAL EXTRA MACIA INFANTIL	Und	200,00	0,77	154,00
26	ESCOVA TIPO ROBINSOM	Und	40,00	2,00	80,00
27	ESPELHO BUCAL Nº 5 CX C/ 12 UND	CX	10,00	69,24	692,40
28	FIO DENTAL 500 MT	Und	3,00	15,80	47,40
29	FIO DENTAL 50MT	Und	600,00	2,00	1200,00
30	FIO PARA SUTURA 4.0 ALGODÃO (C/AGULHA)	CX	3,00	40,15	120,45
31	FLUOR GEL TÓPICO	Und	10,00	25,00	250,00
32	FORMOCRESOL 10 ML	Und	2,00	5,17	10,34
33	Fotopolimerizador e clareador LED S/ FIO (1250 mW/cm²) Display digital; sem fio com radiometro,Timer 5, 10, 15 e 20s com bip sonoro no final da operação; Programação de tempo com memória automática; Comandos de programação na própria caneta; Bivolt automático; Ponteiras de fotopolimerização em fibra ótica orientada autoclavável e com giro de 360º; Desliga automaticamente após 2 minutos sem utilização; Silencioso, pois não necessita de ventilação forçada; bivolt.	Und	1,00	1.089,00	1089,00
34	GESSO PEDRA BRANCA 1 KG	Und	20,00	6,76	135,20
35	GORRO C/ 100 UNIDADES	PCT	6,00	8,00	48,00
36	IONOMERO DE VIDRO PÓ E LÍQUIDO	Und	20,00	56,76	1135,20
37	IRM LIQUIDO 15 ML	Und	6,00	65,44	392,64
38	IRM PO 38 GR	Und	6,00	104,76	628,56
39	LIQUIDO PARA FIXADOR RX	Und	5,00	15,50	77,50
40	MÁSCARA COM ELÁSTICO COM 50 UN	CX	25,00	15,40	385,00
41	Mocho em aço inoxidável, assento e encosto estofado.	Und	3,00	633,60	1900,80
42	PARAMONOFENOL CANFORADO	Und	2,00	7,26	14,52
43	PINÇA CLÍNICA P/ ALGODÃO	Und	10,00	16,17	161,70
44	PORTA AGULHA (TIPO CASTRO VIEJO)	Und	4,00	238,36	953,44
45	PORTA AGULHA DE MAYO 15 CM	Und	4,00	235,69	942,76
46	RESINA COMPOSTA (A1)	Und	2,00	82,50	165,00
47	RESINA COMPOSTA (A2)	Und	3,00	82,50	247,50
48	RESINA COMPOSTA ( A3,5) EMB. 4 GR	Und	4,00	82,50	330,00
49	RESINA COMPOSTA (A3)	Und	5,00	82,50	412,50
50	RESINA COMPOSTA A4 EMB. 4 GR	Und	2,00	82,50	165,00
51	SELANTE ODONTOLÓGICO 4ML	Und	20,00	0,00	0
52	SONDA EXPLORADORA Nº 05	Und	10,00	46,86	468,60
53	SUGADORES DESCARTAVEIS 40 UN	PCT	60,00	6,35	381,00
54	TESOURA ÍRIS	Und	8,00	23,00	184,00
55	TRICRESOL 10 ML	Und	3,00	5,92	17,76
56	VERNIZ C/ FLUOR 10 ML	Und	6,00	38,88	233,28
57	GERMIKIL 5LT	GL	30,00	49,86	1495,80

58	BALANÇA DE CONTRÔLE CORPORAL DE IMPEDÂNCIA BIOE-LÉTRICA; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: SENSOR DE CORPO INTEIRO, 7 INDICADORES DE PARÂMETROS CORPORAIS, PESO CORPORAL (ATÉ 150 KG), ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC), GORDURA CORPORAL, GORDURA VISCERAL, MÚSCULOS ESQUELÉTICOS, METABOLISMO BASAL, IDADE CORPORAL, FUNÇÃO DE AVALIAÇÃO PARA AUXILIAR A COMPREENÇÃO DOS RESULTADOS DOS QUATRO INDICADORES DE PARAMETROS CORPORAIS COMO: BAIXO, NORMAL, ALTO E MUITO ALTO.	Und	1,00	250,00	250,00
				Total	29.146,78

OS ITENS QUE ULTRAPASSAREM O VALOR MÁXIMO UNITÁRIO E OU NÃO APRESENTAR A MARCA SERÃO DESCLASSIFICADOS

### 03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.1.2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- Estrangeiras que não funcionem no País.

### 04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2019  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO  
ENVELOPE N.º 01 – Proposta  
Empresa: Nome/Razão Social:  
B) PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2019  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO  
ENVELOPE N.º 02 – Documentação  
Empresa: Nome/Razão Social:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

#### DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5 - A ausência do Credenciado, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 – a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

- Se for Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para que possa se beneficiar das disposições Lei Complementar n.123/2006

de 14/12/2006 atualizada, deverá comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, com data de emissão não superior a 90 (Noventa) dias. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será analisada segundo o regramento padrão.

## 05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

Parágrafo único — Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

## 06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

### 6.2. Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

### 6.2. Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:

- SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do>) e;

- eproc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br>)

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

### 6.3. Qualificação técnica:

a) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

b) Apresentar Autorização de Funcionamento da ANVISA compatível aos produtos cotados.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante sugestivo do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante sugestivo do Anexo V do Edital).

6.5 – Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas, e deverão ser apresentados em fotocópias original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por tabelião de notas ou por membro da Comissão de Licitações do Município, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. A Comissão de Licitação, fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-la.

6.6- Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.7 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios

sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

## 07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item, conforme o Edital.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no Anexo I a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

- Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocorrendo empate proceder -se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2o do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no § 2o do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no inciso I, II e III do Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseq-entes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de



comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

#### 08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

#### 09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 – Os materiais objeto da presente licitação deverão ser entregues na Unidade de Saúde do Município sita a Rua Verônica Scheid, S/N, Centro, São Bernardino-SC, CEP 89.982-000, conforme a necessidade e autorização da Secretaria da Saúde e que deverá ocorrer até 08(oito) dias úteis após a solicitação feita pela Secretaria.

9.2 – A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2019, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

9.3 – Os materiais odontológicos deverão ter validade de no mínimo 06 (seis) meses, após a data da devida entrega na Unidade de Saúde, caso contrário poderão ser devolvidos ou não aceitos.

#### 10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal. Ressaltando de que a partir de 1º de dezembro de 2010 será exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro

de 2019:

2.008.4490.00 - 1002 - 7/2019 - Manutenção da Saúde Pública 2.027.3390.00 - 1675 - 57/2019 - Manutenção Programa Sorrir

## 12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Fundo Municipal de Saúde - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

## 13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

## 14. OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e



l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

## 16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

## 17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.

18.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

18.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.

18.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexecutável, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.

18.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.

18.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).

18.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, Decreto 254/20125 e Decreto n. 09/2018.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49)36540137 ou 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

18.14 – Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

São Bernardino – SC 13/08/2019

Ordenador da Despesa  
Agostinho Luzzi

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica  
RUDIMAR BORCIONI  
OAB-SC 15.411  
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I  
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2019  
PREGÃO No 10/2019

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF sob n.º \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino -SC, na modalidade Pregão n.º \_\_\_\_\_, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2019  
PREGÃO No 10/2019

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º ..... do Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino -SC que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2019

PREGÃO No 10/2019

A Empresa ..... ,com sede na ..... , inscrita no CNPJ nº ..... ,vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ..... , DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

## ANEXO III

### MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2019

PREGÃO No 10/2019

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 10/2019 acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICO PARA SEREM UTILIZADOS NOS CONSULTÓRIOS DENTÁRIOS NA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E ATENDIMENTOS DE ROTINA DESENVOLVIDOS NA UNIDADE DE SAÚDE, AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL E AQUISIÇÃO DE UMA BALANÇA PARA UTILIZAÇÃO NO CONTROLE E MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	ABRIDOR DE BOCA ADULTO	Und	4,00			
2	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL	Und	4,00			
3	ACIDO FOSFÓRICO 37%	Und	10,00			
4	AGULHAS GENGIVAS 30 GR C/ 100 UN	PCT	30,00			
5	ALGINATO 500GR	Und	20,00			
6	ALGODÃO ROLO DE 25 GR	Und	3.000,00			
7	ANESTESICO LOCAL C/ 50 TUBETES	CX	2,00			
8	ANESTESICO LOCAL COM VASO C/100UN	CX	15,00			
9	ANESTESICO TOPICO	Und	6,00			
10	BICARBONATO DE SÓDIO	Und	2,00			
11	BROCA ZEKRIA	Und	3,00			
12	BROCA ALTA ROTAÇÃO 1094	Und	20,00			
13	BROCA ALTA ROTACAO N.1014	Und	10,00			
14	BROCA ALTA ROTACAO N.1016	Und	20,00			
15	BROCA BAIXA ROTAÇÃO Nº 8	Und	10,00			
16	BROCA CIRURGICA JET 701	Und	10,00			
17	CABO PARA ESPELHO CLÍNICO ODONTOL.	Und	10,00			
18	CAIXA DE LIMA HEDSTRON 21MM	CX	4,00			
19	CAVITEC	Und	8,00			
20	CLOREXIDINA 0,12 % 2,2 LT	Und	2,00			

21	CREME DENTAL C/ FLÚOR CONTENDO 15000PPM DE FLÚOR ATIVO, BISNAGA PLÁSTICA C/ 90G.	Und	300,00			
22	DYCAL	Und	8,00			
23	ENHANCE	CX	8,00			
24	ESCOVA DENTAL EXTRA MACIA ADULTO	Und	400,00			
25	ESCOVA DENTAL EXTRA MACIA INFANTIL	Und	200,00			
26	ESCOVA TIPO ROBINSON	Und	40,00			
27	ESPELHO BUCAL Nº 5 CX C/ 12 UND	CX	10,00			
28	FIO DENTAL 500 MT	Und	3,00			
29	FIO DENTAL 50MT	Und	600,00			
30	FIO PARA SUTURA 4.0 ALGODÃO (C/AGULHA)	CX	3,00			
31	FLUOR GEL TÓPICO	Und	10,00			
32	FORMOCRESOL 10 ML	Und	2,00			
33	Fotopolimerizador e clareador LED S/ FIO (1250 mW/cm²) Display digital; sem fio com radiômetro, Timer 5, 10, 15 e 20s com bip sonoro no final da operação; Programação de tempo com memória automática; Comandos de programação na própria caneta; Bivolt automático; Ponteiros de fotopolimerização em fibra ótica orientada autoclavável e com giro de 360°; Desliga automaticamente após 2 minutos sem utilização; Silencioso, pois não necessita de ventilação forçada; bivolt.	Und	1,00			
34	GESSO PEDRA BRANCA 1 KG	Und	20,00			
35	GORRO C/ 100 UNIDADES	PCT	6,00			
36	IONOMERO DE VIDRO PÓ E LÍQUIDO	Und	20,00			
37	IRM LIQUIDO 15 ML	Und	6,00			
38	IRM PO 38 GR	Und	6,00			
39	LIQUIDO PARA FIXADOR RX	Und	5,00			
40	MÁSCARA COM ELÁSTICO COM 50 UN	CX	25,00			
41	Mocho em aço inoxidável, assento e encosto estofado.	Und	3,00			
42	PARAMONOFENOL CANFORADO	Und	2,00			
43	PINÇA CLÍNICA P/ ALGODÃO	Und	10,00			
44	PORTA AGULHA (TIPO CASTRO VIEJO)	Und	4,00			
45	PORTA AGULHA DE MAYO 15 CM	Und	4,00			
46	RESINA COMPOSTA (A1)	Und	2,00			
47	RESINA COMPOSTA (A2)	Und	3,00			
48	RESINA COMPOSTA ( A3,5) EMB. 4 GR	Und	4,00			
49	RESINA COMPOSTA (A3)	Und	5,00			
50	RESINA COMPOSTA A4 EMB. 4 GR	Und	2,00			
51	SELANTE ODONTOLÓGICO 4ML	Und	20,00			
52	SONDA EXPLORADORA Nº 05	Und	10,00			
53	SUGADORES DESCARTAVEIS 40 UN	PCT	60,00			
54	TESOURA ÍRIS	Und	8,00			
55	TRICRESOL 10 ML	Und	3,00			
56	VERNIZ C/ FLUOR 10 ML	Und	6,00			
57	GERMIKIL 5LT	GL	30,00			
58	BALANÇA DE CONTRÔLE CORPORAL DE IMPEDÂNCIA BIOELÉTRICA; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: SENSOR DE CORPO INTEIRO, 7 INDICADORES DE PARÂMETROS CORPORAIS, PESO CORPORAL (ATÉ 150 KG), ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC), GORDURA CORPORAL, GORDURA VISCERAL, MÚSCULOS ESQUELÉTICOS, METABOLISMO BASAL, IDADE CORPORAL, FUNÇÃO DE AVALIAÇÃO PARA AUXILIAR A COMPREENÇÃO DOS RESULTADOS DOS QUATRO INDICADORES DE PARAMETROS CORPORAIS COMO: BAIXO, NORMAL, ALTO E MUITO ALTO.	Und	1,00			
			Total			

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_).



Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: \_\_\_\_\_  
(conforme item 9 do edital).

DATA: \_\_\_\_\_

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

#### ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2019

PREGÃO No 10/2019

..... inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) .....  
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto  
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

#### ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2019

PREGÃO No 10/2019

DEPARTAMENTO DE COMPRAS do Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino -SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa \_\_\_\_\_

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa NomeContratado, sito a EnderecoContratado, na Cidade de CidadeContratado, inscrita no sob nº CNPJContratado neste ato representado por seu Diretor Sr. NomeRespContratado, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de CidadeContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e/ou materiais, conforme abaixo identificado, destinados para manutenção de programas e ações de saúde, em decorrência do Processo Licitatório n.11/2019, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, destinados para manutenção de programas e ações desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde do Município de São Bernardino – SC, a seguir relacionados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO**

- a) Os medicamentos e/ou materiais, deverão ser entregues na Unidade Sanitária do Município, sita a Rua Verônica Scheid nº 1.012, na Cidade de São Bernardino-SC, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, e que deverá ocorrer até 05 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município.
- b) O proponente vencedor deverá ter posto de entrega devidamente habilitado, para efetuar o fornecimento destes medicamentos e/ou materiais.
- c) A Secretaria de Saúde reserva-se, do direito de retirar apenas parte dos medicamentos e/ou materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2019, a critério do FUNDO os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba a Contratada, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço total ajustado para o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, é de R\$ ValorContrato ValorContratoExtenso sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada medicamento e/ou material, é o descrito acima, valor este, que o FUNDO pagará à CONTRATADA, em até 10 (dez) dias após a entrega e será feito, através de pagamento direto pela tesouraria do Fundo e/ou crédito em conta, no banco indicado pela mesma

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS****I – Das Dotações Orçamentárias:**

As despesas relativas aos medicamentos e/ou materiais, adquiridos através deste Contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

2.008.4490.00 - 1002 - 7/2019 - Manutenção da Saúde Pública 2.027.3390.00 - 1675 - 57/2019 - Manutenção Programa Sorrir

**II – Da vigência:**

A vigência do presente Contrato é do período de DataAssinatura até 31/12/2019. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

**III - Da forma de pagamento:**

O pagamento será efetuado a vista, em moeda corrente nacional, mediante a entrega dos medicamentos e/ou produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, aqui denominado FUNDO.

**IV - Do reajustamento:**

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V – Do eventual atraso do pagamento - Na eventualidade, do Fundo não cumprir com os pagamentos assumidos, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do fundo em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do FUNDO, receber o objeto deste Contrato, nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do FUNDO:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias, para a perfeita entrega dos medicamentos e/ou materiais, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento dos medicamentos e/ou materiais, na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e acessórios, ficando isento o FUNDO, de qualquer vínculo empregatício, que a Contratada utilizar para execução deste Contrato.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao FUNDO e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.







1.1 - O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela portaria n. 35/2019, n. 88/2019 e 193/2019, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 42/2019, na Modalidade Pregão, do tipo menor preço por item e Presencial, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.2 - JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.3 – Os documentos referente o credenciamento, envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N– Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 14:00 horas do dia 29/08/2019, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas do mesmo dia e local.

1.4– Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.5 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

## 02. OBJETO

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL S-10) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

### ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS DESTA EDITAL

Os itens são exclusivos para MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, em conformidade com o Inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, somente para empresas que comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	OLEO DIESEL S-10	Lt	22.000,00	3,56	78320,00
Total					78.320,00

Os itens que ultrapassarem o valor máximo unitário e ou não apresentar a marca serão desclassificados, como também será desclassificada a proposta das empresas que não comprovar a situação MEI/ME/EPPS com documento hábil.

## 03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - A presente licitação é destinada exclusivamente à contratação de microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP e micro empreendedor individual - MEI, na forma do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.1.2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

## 04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO PRESENCIAL Nº42/2019  
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO  
ENVELOPE N.º 01 – Proposta

Empresa: Nome/Razão Social:  
B) PREGÃO PRESENCIAL Nº42/2019  
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO  
ENVELOPE N.º 02 – Documentação  
Empresa: Nome/Razão Social:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

#### DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;  
b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5 - A ausência do Credenciado, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 – a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

No ato do Credenciamento, apresentar obrigatoriamente: para Micro Empresas/Empresas de pequeno Porte ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será desclassificada.

#### 05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

Parágrafo único — Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

#### 06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.1. Habilitação Jurídica:

6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

### 6.3. Qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:
- SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do>) e;
  - eproc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br>)

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.6 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões originais emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.7 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet, poderá ser consultado de forma imediata via internet durante a sessão e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validade.

## 07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada

a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## 08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

## 09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 – Os combustíveis deverão ser entregues diariamente conforme solicitado no perímetro urbano do município de São Bernardino-SC, mediante autorização da Secretaria responsável.

9.2 – A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2019, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

## 10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal. Ressaltando de que é exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, número do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

a) Poderá sofrer reajustes o combustível (óleo diesel-S-10), quando comprovar aumento de no mínimo 5%, mediante comprovação com nota fiscal por parte do fornecedor, os períodos que o acréscimo for inferior, serão acumulados.

## 11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019:

2.037.3390.00 - 1000 - 119/2019 - Manutenção da Agricultura 2.036.3390.00 - 3000 - 188/2019 - Manutenção da Infra-Estrutura  
2.037.3390.00 - 1039 - 120/2019 - Manutenção da Agricultura

## 12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de São Bernardino - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

## 13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

## 14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de



junho de 1993 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

## 16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

## 17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.

17.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

17.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.

17.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexecutável, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.

17.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.

17.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).

17.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações

e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012 e decreto n. 09/2018.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

18.14- Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

São Bernardino – SC 14/08/2019

Prefeito Municipal  
Adeli José Riffel

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica  
RUDIMAR BORCIONI  
OAB-SC 15411  
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I  
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2019  
PREGÃO No 42/2019

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF sob n.º \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... -SC, na modalidade Pregão n.º ....., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.



\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

## ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2019

PREGÃO No 42/2019

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º ..... do município de .....-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

## ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2019

PREGÃO No 42/2019

A Empresa ..... ,com sede na ..... , inscrita no CNPJ nº ..... ,vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ..... , DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

## ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2019

PREGÃO No 42/2019

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 42/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL S-10) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	OLEO DIESEL S-10	Lt	22.000,00			
Total						

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.

DATA:

\_\_\_\_\_

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

## ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2019  
PREGÃO No 42/2019

..... inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) .....  
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto  
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2019  
PREGÃO No 42/2019

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa \_\_\_\_\_

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

\_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_  
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa NomeContratado, inscrita no CNPJ nº CNPJContratado, localizada na EnderecoContratado, na Cidade CidadeContratado, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo seu proprietário o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, casado, residente e domiciliado na EnderecoContratado, na Cidade de EnderecoContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire ObjetoContrato, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor do item " .....", do Processo Licitatório 60/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 60/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II – Da forma de execução e do valor:

Os materiais/produtos contratados, deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato ValorContratoExtenso, vinculado às Secretarias Municipais, conforme constante no 60/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e emissão de autorização de fornecimento emitido pelo Município.

III - Da forma de pagamento:  
A VISTA.

IV - Da vigência:

A vigência do presente Contrato é a partir desta data, ou seja, DataAssinatura até o dia DataVencimento, ficando sua eficácia condicionada a publicação no Mural Público Municipal. O presente Contrato poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

O valor do presente contrato poderá sofrer as variações de preços a maior e/ou a menor, mediante comprovação da variação através de nota fiscal de compra, por parte do Fornecedor, devendo-se obedecer ao índice de variação, quando a maior, não poderá ser inferior a 03% (três por cento).

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1,0 % (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Entregar o produto nas quantidades diariamente solicitadas, durante os prazos de contratação.

II - Efetuar as entregas e abastecimento no perímetro urbano do Município e de acordo com as necessidades do Município.

III - Fornecer produtos de primeira qualidade, entregues parceladamente, mediante a requisição por parte do MUNICÍPIO, onde constará o veículo, quilometragem e quantitativo.

IV - Assumir todos os custos operacionais, encargos sociais, impostos, trabalhistas, transporte, seguro, inclusive a segurança da área na hora do abastecimento.

V - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

VI - Permitir que preposto do Município inspecione o local de abastecimento, a fim de verificar a segurança para o abastecimento, equipamento utilizado para abastecimento e o que achar necessário.

VII - Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

VIII - O Fornecedor declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo.

XI - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

X - Cumprir as condições de pagamento na forma deste contrato e Processo Licitatório nº 60/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar a entrega do produto contratado.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 60/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos alocados no Orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, no Projeto Atividade 2.037.3390.00 - 1000 - 119/2019 - Manutenção da Agricultura 2.036.3390.00 - 3000 - 188/2019 - Manutenção da Infra-Estrutura 2.037.3390.00 - 1039 - 120/2019 - Manutenção da Agricultura .

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 60/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

III - O Município unilateralmente poderá modificar o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, além de promover a sua rescisão nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

IV - O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

V - Fica por desde já, designado o Sr. xxxxxxxxxxxxxx, Secretário da xxxxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL      NomeRespContratado  
Prefeito Municipal      Fornecedor  
Município

RUDIMAR BORCIONI  
Assessor Jurídico  
OAB-SC 15.411

Testemunhas: \_\_\_\_\_

**LEI Nº 1278/2019**

Publicação Nº 2123849

LEI Nº 1.278/2019 DE 14/08/2019

	INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO EVANGÉLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de São Bernardino Santa Catarina, o Dia Municipal do Evangélico, a ser comemorado anualmente no terceiro domingo do mês de Julho.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 14 de Agosto de 2019.
--	----------------------------------------------------------------------------------

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT  
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

**LEI Nº 1279/2019**

Publicação Nº 2123850

LEI Nº 1.279/2019 DE 14/08/2019

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública  
VALOR =====> 70.000,00 (setenta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção do Programa PSF  
VALOR =====> 40.000,00 (quarenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção do Programa Sorrir  
VALOR =====> 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 3º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública  
VALOR =====> 70.000,00 (setenta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção do Programa PSF  
VALOR =====> 40.000,00 (quarenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção do Programa Sorrir  
VALOR =====> 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), no Orçamento Financeiro de 2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde  
10.000.0000.0.000.000 – Saúde  
10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica  
10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida  
10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública  
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% ... R\$ 50.000,00  
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% ... R\$ 20.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde  
10.000.0000.0.000.000 – Saúde  
10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica  
10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida  
10.301.0012.2.018.000 – Manutenção do Programa PSF  
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% ... R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde  
10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica  
10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida  
10.301.0012.2.027.000 – Manutenção Programa Sorrir  
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% ... R\$ 30.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 14 de Agosto de 2019.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT  
Resp. Sec. adm. e Fazenda

## LEI Nº 1280/2019

Publicação Nº 2123851

LEI Nº 1.280/2019 DE 14/08/2019

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública  
VALOR =====> 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção do Programa Medicamento ao Cidadão  
VALOR =====> 20.000,00 (vinte mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde  
VALOR =====> 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2019 do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Gabinete do Prefeito  
AÇÃO =====> Manutenção do Gabinete do Prefeito  
VALOR =====> R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes  
AÇÃO =====> Manutenção da Cultura em Geral  
VALOR =====> R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública  
AÇÃO =====> Construção de Cemitério Municipal  
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública



AÇÃO =====> Construção de Abatedouro Municipal  
VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 3º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública  
VALOR =====> 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Manutenção do Programa Medicamento ao Cidadão  
VALOR =====> 20.000,00 (vinte mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida  
AÇÃO =====> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde  
VALOR =====> 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2019 do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Gabinete do Prefeito  
AÇÃO =====> Manutenção do Gabinete do Prefeito  
VALOR =====> R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes  
AÇÃO =====> Manutenção da Cultura em Geral  
VALOR =====> R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública  
AÇÃO =====> Construção de Cemitério Municipal  
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PROGRAMA ==> Serviços de Utilidade Pública  
AÇÃO =====> Construção de Abatedouro Municipal  
VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no Orçamento Financeiro de 2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde  
10.000.0000.0.000.000 – Saúde  
10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica  
10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida  
10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública  
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% . R\$ 150.000,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde  
10.000.0000.0.000.000 – Saúde  
10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica  
10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida  
10.301.0012.2.028.000 – Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão  
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Rec. do Imp. Transf. p/ Saúde 15% ... R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde  
10.000.0000.0.000.000 – Saúde  
10.302.0000.0.000.000 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
10.302.0012.0.000.000 – Saúde é Vida



10.302.0012.2.025.000 – Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde  
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
 3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
 3.1.71.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Transferências a Consórcios Públicos – Recursos do Imposto Transferido para Saúde 15%  
 ..... R\$ 24.200,00  
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  
 3.3.71.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 Transferências a Consórcios Públicos – Recursos do Imposto Transferido para Saúde 15%  
 ..... R\$ 5.800,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do orçamento de 2019 do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 02.00 – Gabinete do Prefeito  
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01 – Gabinete do Prefeito  
 04.000.0000.0.000.000 – Administração  
 04.122.0000.0.000.000 – Administração Geral  
 04.122.0002.0.000.000 – Gabinete do Prefeito  
 04.122.0002.2.002.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1000 – Rec. Prop. Ordinários ..... R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes  
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes  
 13.000.0000.0.000.000 – Cultura  
 13.392.0000.0.000.000 – Difusão Cultural  
 13.392.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes  
 13.392.0007.2.011.000 – Manutenção da Cultura em Geral  
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes  
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1000 – Rec. Prop. Ordinários ..... R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura  
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
 14.000.0000.0.000.000 – Direitos da Cidadania  
 14.422.0000.0.000.000 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos  
 14.122.0015.0.000.000 – Serviços de Utilidade Pública  
 14.122.0015.1.009.000 – Construção de Cemitério Municipal  
 4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital  
 4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos  
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1000 – Rec. Prop. Ordinários ..... R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura  
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
 17.000.0000.0.000.000 – Saneamento  
 17.609.0000.0.000.000 – Defesa Agropecuária  
 17.609.0015.0.000.000 – Serviços de Utilidade Pública  
 17.609.0015.1.008.000 – Construção de Abatedouro Municipal  
 4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital  
 4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos  
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1000 – Rec. Prop. Ordinários ..... R\$ 20.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 14 de Agosto de 2019.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------

ADELI JOSÉ RIFFEL  
 Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT  
 Resp. Sec. Adm. E Fazenda

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECISÃO - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

Publicação Nº 2124267

Impugnação ao Edital do Chamamento Público nº 02/2019

#### DECISÃO

O SINDICATO DOS LEILOEIROS OFICIAIS E LEILOEIROS RURAIS DE SANTA CATARINA, apresentou impugnação ao item edital de chamamento público, lançado pelo Município de São Bonifácio para o cadastramento de Leiloeiros Públicos para alienação de bens do município de São Bonifácio contra as seguintes exigências:

- a) Apresentação de Regularidade perante o INSS;
- b) Exigência de apresentação de documentos que comprovem a realização de leilões nos últimos 03 anos, uma vez que seria vedado a exigência de prazo em atestados de capacidade técnica;
- c) Não admitir o credenciamento por consórcio;
- d) Adotar a classificação por antiguidade;
- e) Ausência de data de sessão pública para a conferência dos documentos;

O parecer da assessoria jurídica do município muito bem analisou a questão, emitindo parecer pela improcedência da impugnação, razão pela qual peço vênha para transcrevê-lo e utilizá-lo como razão de decidir os termos da impugnação, senão vejamos:

"No tocante a exigência de certidão que comprova a regularidade fiscal junto ao INSS do leiloeiro credenciado não verifico nenhuma irregularidade.

Como dito na impugnação, atualmente a certidão de regularidade fiscal da União é a mesma que comprova a regularidade perante o INSS.

Assim, apresentando o leiloeiro a Certidão Negativa de Débitos da União que é conjunta com a do INSS, estará cumprindo a exigência do edital.

No tocante a exigência que comprove a realização de leilões nos últimos 03 anos, comprovando o resultado positivo de no mínimo 80%, faz-se necessário para comprovação da plena atividade do leiloeiro, que será classificado por antiguidade.

Portanto, nenhuma irregularidade está presente na exigência da comprovação da realização de leilões por parte dos leiloeiros interessados no credenciamento.

Outrossim, também não merece acolhida a insurgência contra a impossibilidade de credenciamento por consórcio.

Registro que o presente credenciamento não impede que o leiloeiro atue em escritório com outros profissionais.

Como a atividade é personalíssima, o credenciamento será feito de forma individual e não em sociedade ou consórcio.

Assim, nenhuma ofensa a norma legal a exigência de que os credenciamentos sejam feitos de forma individual.

Concernentemente ao item 14 do edital impugnado, que determina que a ordem de classificação ocorrerá por ordem de antiguidade dos credenciados, nenhum reparo merece ser feito.

Nesse tópico, é sabido que a Administração para realização de leilão conduzido por leiloeiro oficial, deve seguir as normas que regulam a referida categoria, qual seja, o Decreto Federal nº 21.981/32.

Destarte, a contratação do leiloeiro oficial tem rito diferenciado, assim previsto no Decreto nº 21.981/32:

Art. 42. Nas vendas de bens moveis ou imóveis pertencentes à União e aos Estados e municípios, os leiloeiros funcionarão por distribuição rigorosa de escala de antiguidade, a começar pelo mais antigo.

1º O leiloeiro que for designado para realizar os leilões de que trata este artigo, verificando, em face da escala, que não lhe toca a vez de efetuá-los, indicará à repartição ou autoridade que o tiver designado àquele a quem deve caber a designação, sob pena de perder, em favor do prejudicado, a comissão proveniente da venda efetuada.

Tais regras previstas no Decreto nº 21.981/32, embora anteriores à Constituição da República e à lei geral de licitações (Lei nº 8.666/93), continuam vigentes, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA DA JUNTA COMERCIAL PARA DESTITUIR CARGO DE PREPOSTO DE LEILOEIRO E

IMPOR MULTA. PREVISÃO CONTIDA NO DECRETO Nº 21.981/32 QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DE LEILOEIRO. INEXISTÊNCIA DE ALTERAÇÃO DESSA COMPETÊNCIA EM DECORRÊNCIA DA EDIÇÃO DE LEI Nº 8.934/94. APLICAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL.(...) 11. Outrossim, o acórdão recorrido concluiu, verbis: "Ao que se vê, a Lei nº 8.934/94 cuidou de disciplinar, genericamente, a matéria acerca do registro público de empresas mercantis, na qual estão inseridas as atribuições das Juntas Comerciais. Deve ser ressaltado que a revogação de que trata o artigo 67 da Lei nº 8.934/94 (da lei nº 4.726/65) é pelo fato de que a matéria relativa ao registro público das empresas mercantis e atividades afins passou a ser disciplinada pela nova lei, em nada modificando as diretrizes

estabelecidas para a atuação dos leiloeiros que continuou a ser regulamentada pelo Decreto nº 21.981/32. (...) (STJ. RESP 840535, Rel. Min. Luiz Fux, j. 15/04/08).

Da mesma forma, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em sessão realizada em 08.05.2019, mediante a Decisão nº 283/19 exarada no Processo @CON-18/00538844, assim decidiu:

"A contratação de leiloeiro oficial para promover leilão de bens da administração pública direta e indireta prestadora de serviço público, ou cujo patrimônio público tenha sido destinado a atender a objetivo de interesse público relevante, deve obedecer à escala de antiguidade prevista no art. 42, obrigatoriamente organizada pela Junta Comercial, conforme dispõe o art. 41, ambos do Decreto n. 21.981/32."

Assim, a forma de classificação prevista no item 14 do edital impugnado deve ser mantida.

Por fim, também não merece acolhida a insurgência contra a ausência de data de sessão para a análise da documentação.

Após o recebimento da documentação será publicado o edital como resultado dos credenciados, estando a documentação apta a ser analisada por qualquer interessado, não sendo necessária a designação de sessão para proceder a análise da documentação, que ficará a cargo da comissão de licitação do município".

EM FACE O EXPOSTO, INDEFIRO a impugnação apresentada contra o edital de chamamento público nº 02/2019.

Publique-se. Intime-se o impugnante.

São Bonifácio, 05 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

## TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL PÚBLICO

Publicação Nº 2123684

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO E O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida 29 de Dezembro, nº 12, CNPJ sob o nº 82.892.340/0001-39, aqui representado pelo Prefeito, Sr. Ricardo de Souza Carvalho, doravante denominado CEDENTE e o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Del Comune, nº 126, Centro, CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, aqui representado pelo Prefeito, Sr. Gian Francesco Voltolini, doravante denominado CESSIONÁRIO, resolvem por mútuo acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.483, de 03 de julho de 2019, bem como as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CEDENTE fornecerá ao CESSIONÁRIO o bem móvel abaixo descrito:

Um veículo ambulância, marca FIAT/DUCATO, Ano 2009/2010, cor branca, Chassi 93W245G34A2050526, Placa MIA 2533, Renavam 226677320.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

I - O veículo objeto desta Cessão de Uso, destina-se exclusivamente ao uso do SAMU do município de Nova Trento/SC;

II - A presente Cessão de Uso não pode, sob hipótese nenhuma, ter outra destinação, sob pena de revogação da presente cessão.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará a partir da data de sua publicação até o dia 03/09/2019, devendo o bem móvel objeto do presente termo ser devolvido imediatamente, independente de qualquer tipo de notificação.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS

Durante o prazo de vigência da cessão, todas as despesas referente a manutenção, conservação, abastecimento, licenciamento, seguro obrigatório, bem como o seguro total do veículo, correrão por conta Município Cessionário.

§ único: O Município Cessionário ficará responsável por todas as multas e danos que forem causados pelo veículo durante o período do presente termo de cessão.

### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO E DA REVERSÃO

A presente Cessão será rescindida de pleno direito, sem necessidade de comunicação prévia, acarretando a imediata reversão do veículo, ao Patrimônio do Município Cedente, nos seguintes casos:

I – se o CESSIONÁRIO der outra destinação ao veículo cedido;

II – nos demais casos previstos em Lei específica.

### CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justes e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Bonifácio – SC, aos 09 dias do mês de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_  
Município de São Bonifácio  
CEDENTE

\_\_\_\_\_  
Município de Nova Trento  
CESSIONÁRIO

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF Nº

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF Nº

# São Carlos

## PREFEITURA

### Portaria 103/2019

Publicação Nº 2123810

PORTARIA Nº 103/2019

Dispõe sobre remanejamento de Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica remanejada a Senhora FABIANA MARIA CENTA, nomeada pela Portaria 063/2019, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Turismo e Eventos para a Secretária de Administração com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo V do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 02/2018, de 26 de Março de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Agosto de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 14 de Agosto de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

### Portaria 104/2019

Publicação Nº 2123811

PORTARIA Nº 104/2019

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

"RESOLVE"

Ar. 1o - Fica exonerada, á pedido, a senhora CARLA HAMMERSCHMITT do cargo de Subdiretora de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogada em seu inteiro teor a Portaria nº 79/2018 de 05 de Julho de 2018.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 13 de Agosto de 2019.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 14 de Agosto de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 819, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2123665

DECRETO Nº 819, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 12454, na data de 09 de agosto de 2019, através do qual o servidor Marcelo Balena, solicitou exoneração do cargo de Motorista, deste município;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Marcelo Balena, do cargo efetivo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as portarias nº 2034, de 03 de outubro de 2016 no que diz respeito ao servidor e nº 630, de 01 de fevereiro de 2019;

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 369, de 22 de fevereiro de 2018 no que diz respeito a servidora;

Art. 4º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de agosto de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 820, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2123666

DECRETO Nº 820, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Admite servidor aprovado em Processo Seletivo Simplificado para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e 043 de 26 de julho de 2012;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes;

· Considerando o comprometimento do Governo Municipal através da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, em garantir o transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual;

· Considerando o pedido de exoneração do servidor Marcelo Balena ocupante do cargo de Motorista, sob protocolo nº 12454/19;

· Considerando o edital de concurso público n. 001/2016, o qual não exige, para o cargo de motorista, habilitação na categoria "D";

· Considerando que o servidor ora nomeado irá exercer atividade de motorista de transporte escolar, haja vista a exoneração do Sr. Marcelo Balena;

· Considerando que o artigo 138, II do Código de Trânsito Brasileiro exige que o motorista de condução de escolares possua Habilitação na categoria "D";

· Considerando o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, de 07 de junho de 2019, o qual exige que o motorista aprovado comprove possuir habilitação na referida categoria;

· Considerando o Edital nº 013, de 30 de julho de 2019, que publicou a classificação final do Processo Seletivo Público edital nº 001/2019;

· Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica Admitido para o Serviço Público Municipal o Senhor Juliano Roberto Gomes Soares, para exercer o cargo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão do servidor acima será até o término do ano letivo, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de agosto de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## **DECRETO Nº 821, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123667

DECRETO Nº 821, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação;
- Considerando o Edital nº017, de 27 de dezembro de 2018, que publicou a classificação final do Processo Seletivo Público edital nº 001/2018;
- Considerando o pedido de exoneração da servidora Claudia Mara Soccol Basso Balastrelli ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil PD/D-IV;
- Considerando o Décimo Segundo Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Maritania Lodi Meister, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão do servidor acima será até o término do ano letivo, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de agosto de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda



**PORTARIA Nº 798, DE 06 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2123669

PORTARIA Nº 798, DE 06 DE AGOSTO DE 2019

Concede afastamento legal a servidora pública Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

- Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;
- Considerando Art. 80 letra b, da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 06/08/2019 a 10/08/19, por motivo de falecimento de sua mãe, a Servidora Publica Municipal, Eunice Plenz da Luz, ocupante do Cargo Público de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 06 de agosto de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 799, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123670

PORTARIA Nº 799, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal em Exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Artemio Zenatti	Vigia	07/07/17 a 06/07/18	15	12/08/19 a 26/08/19

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de agosto de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 800, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123672

PORTARIA Nº 800, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza servidor a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Administração e Fazenda Paula Natana Comachio.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizado a conduzir veículos de propriedade deste município, o servidor público municipal Paulo Cesar dos Santos, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa e Relações Públicas lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda portador da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 02663067101.

Art. 2º O servidor ora autorizado a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de agosto de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 801, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123674

PORTARIA Nº 801, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza servidora a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Administração e Fazenda Paula Natana Comachio.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste município, a servidora pública municipal Odila Giroto Elger, ocupante do cargo de Assistente Financeiro, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 05986510721.

Art. 2º A servidora ora autorizada a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de agosto de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 802, DE 12 DE AGOSTO 2019.**

Publicação Nº 2123677

PORTARIA Nº 802, DE 12 DE AGOSTO 2019.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada e Lei Complementar 0017 de 21/12 /07:

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora pública municipal Judite Mocellin, ocupante do cargo público de Coordenador de Programa, a partir do dia 03 de agosto de 2019 até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 03 de agosto de 2019.

São Domingos (SC), 12 de agosto de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECISÃO – INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2123418

#### DECISÃO – INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Eu, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso das minhas atribuições e considerando o artigo 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e alterações, e diante de manifestação da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme processo nº 16896/2019, referente ao contrato que fazem o Município de São Francisco do Sul através do Fundo Municipal de Assistência Social e a empresa J. LUCCA ME, que tem por objeto a "Aquisição de 01 carrinho de carga, vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social...", referente ao lote 03, do Pregão Presencial nº 006/2019, de 13/05/2019, Determino a instauração de processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades quanto à execução, em função do possível descumprimento do contrato no que tange a falta da entrega do equipamento até a presente data, cuja solicitação inicial ocorreu em 27/06/2019, por email, sem retorno e tentativas de contatos telefônicos sem sucesso, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual deveria acontecer "...em até 05 (cinco) dias úteis, após a emissão da Ordem de Compra...", conforme previsto no Item 7 do Anexo I – Termo de Referência, do Edital, dentro do prazo de vigência de 60 (sessenta) dias, previsto na Cláusula Segunda – 2.1 do contrato, levando em consideração a data de envio da ordem de compra à empresa, que ocorreu em 27/06/2019, expirando os 05 (cinco) dias úteis em 04/07/2019 para a entrega do equipamento licitado, afim de averiguar a existência de irregularidades que possam gerar descumprimento do contrato e consequentemente prejuízos ao município e, se for o caso, sugerir penalidades a serem aplicadas à referida empresa.

A condução do processo administrativo ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, representante do contratante, responsável pela fiscalização do contrato.

A empresa deverá ser intimada a apresentar defesa, se assim quiser, informando o prazo de 05 (cinco) dias.  
São Francisco do Sul, 13 de agosto de 2019.

Maria José Costa  
Secretária Municipal de Administração e  
Gestão de Pessoas

### DECRETO Nº 3.170/2019

Publicação Nº 2123528

DECRETO Nº 3.170, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor R\$ 15.022,60 (quinze mil e vinte e dois Reais e sessenta centavos) ao orçamento da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul, do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV, do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o Inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul - FUCISFS

002 - Departamento de Cultura

2099 – Manutenção dos Eventos Culturais

3300000000000000 - Despesas Correntes

3330000000000000 – Outras Despesas Correntes

3339000000000000 - Aplicações diretas

Vínculo de Recurso - 3062000 – Iniciativa Privada ..... R\$ 15.022,60

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 15.022,60

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes da Transferência de Instituições Privadas com Vínculo de Recurso 3062000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 8 de agosto de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.  
Visto. Publique-se.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS  
DECRETO Nº 3.170, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade a reprogramação da aplicação dos recursos de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes de Instituições Privadas com Vínculo de Recurso 3062000, com abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.022,60 (quinze mil e vinte e dois Reais e sessenta centavos), para realização das despesas de acordo com o plano de aplicação do convênio firmado.

São Francisco do Sul – SC, 8 de agosto de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

## DECRETO Nº 3.171/2019

Publicação Nº 2123493

DECRETO Nº 3.171, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor R\$ 111.240,44 (cento e onze mil, duzentos e quarenta Reais e quarenta e quatro centavos) ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação, do corrente exercício, de conformidade com o Inciso IV do Art. 9º da Lei Municipal nº 2122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

10 - Secretaria Municipal de Educação  
003 - Assessoria Administrativa  
2133 – Aquisição e distribuição de Merenda Escolar  
3300000000000000 - Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
Vínculo de Recurso - 03370200 – PNAE FUNDAMENTAL ..... R\$ 29.978,52  
Vínculo de Recurso - 03370300 – PNAE CRECHE ..... R\$ 49.726,94  
Vínculo de Recurso - 03370400 – PNAE EJA ..... R\$ 9.216,00  
Vínculo de Recurso - 03370600 – PNAE PRE ..... R\$ 17.461,75  
Vínculo de Recurso - 03370700 – PNAE AEE ..... R\$ 4.857,23  
  
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 111.240,44

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes da Transferência Diretas do FNDE referentes ao programa nacional de alimentação escolar (PNAE) Convênio Estado, com as fontes de Recurso 01370200, 01370300, 01370400, 01370600 e 01370700.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 8 de agosto de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.  
Visto. Publique-se.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS  
DECRETO Nº 3.171, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade a reprogramação da aplicação dos recursos de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes da Transferência Diretas do FNDE referentes ao programa nacional de alimentação escolar (PNAE) Convênio Estado, com as fontes de Recurso 01370200, 01370300, 01370400, 01370600 e 01370700, com abertura de Crédito Suplementar no valor de 111.240,44 (cento e onze mil, duzentos e quarenta Reais e quarenta e quatro centavos), para ser utilizado no custeio de gêneros alimentícios do contrato de prestação de serviços de merenda escolar.

São Francisco do Sul – SC, 8 de agosto de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

## DECRETO Nº 3.172/2019

Publicação Nº 2123496

DECRETO Nº 3.172, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 82.238,34 (Oitenta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos), ao orçamento do corrente exercício da Secretaria Municipal de Educação, de conformidade com Art. 6º e inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

10 - Secretaria Municipal de Educação  
003 - Assessoria Administrativa  
2133 - Distribuição de Merenda Escolar  
3300000000000000 - Despesas correntes  
3330000000000000 - Outras despesas correntes  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
01370300 - Prog. Nac. de Alimentação Escolar Creche ..... R\$ 82.238,34

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 82.238,34

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias.

10 - Secretaria Municipal de Educação  
003 - Assessoria Administrativa  
2133 - Distribuição de Merenda Escolar  
3300000000000000 - Despesas correntes  
3330000000000000 - Outras despesas correntes  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
01370200 - Prog. Nac. de Alimentação Escolar - Fundamental ..... R\$ 31.739,94  
01370500 - Prog. Nac. de Alimentação Escolar – Mais Educação ..... R\$ 50.498,40

TOTAL DA ANULAÇÃO .....R\$ 82.238,34

DECRETO Nº 3.172, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 8 de agosto de 2019.  
RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de FinançasSecretário Municipal de Governo.  
Visto. Publique-se.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS  
DECRETO Nº 3.172, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade adequar o orçamento da Secretaria Municipal de Educação na Ação 2133 - Distribuição de Merenda Escolar, conforme art. 7º da Lei 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, no valor de R\$ 82.238,34 (oitenta e dois mil, duzentos e trinta e oito Reais e trinta e quatro centavos).

São Francisco do Sul – SC, 8 de agosto de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito MunicipalWILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças**DECRETO Nº 3.173/2019**

Publicação Nº 2123497

DECRETO Nº 3.173, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 47.814,00 (Quarenta e sete mil, oitocentos e quatorze reais) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso III do artigo 9º, da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação:

10 – Secretaria Municipal de Educação  
003 – Assessoria Administrativa  
2133 – Distribuição de Merenda Escolar  
3300000000000000 - Despesas correntes  
3330000000000000 - Outras despesas correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos - 01370400 PNAE EJA ..... R\$ 4.945,60  
Fonte de Recursos - 01370700 PNAE AEE ..... R\$ 8.056,00  
Fonte de Recursos - 01370600 PNAE Pré-Escolar ..... R\$ 34.812,40

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 47.814,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do provável Excesso de Arrecadação da Receita 171805310000000000 - Transferência Diretas do FNDE referentes ao programa nacional de alimentação escolar (PNAE) Convênio Estado destinado a Educação com as fontes de recurso 01370400 PNAE EJA, 01370700 PNAE AEE e 01370600 PNAE Pré-Escolar demonstrado no Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 8 de agosto de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito MunicipalWILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de FinançasSecretário Municipal de Governo.  
Visto. Publique-se.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.173, DE 8 DE AGOSTO DE 2019.

O presente Decreto tem por finalidade abertura de crédito suplementar no valor de 47.814,00 (quarenta e sete mil, oitocentos e quatorze Reais) com as fontes de recurso 01370400 PNAE EJA, 01370700 PNAE AEE e 01370600 PNAE Pré-Escolar, por conta do provável excesso de arrecadação conforme planilha de excesso de arrecadação anexo para atender contrato de fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar, pela cooperativa vencedora de Chamada Pública deste objeto.

São Francisco do Sul – SC, 8 de agosto de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

**PORTARIA Nº 15.896/2019**

Publicação Nº 2123294

PORTARIA nº 15.896, de 13 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Processo nº 15744/2019,

## RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a aposentadoria de PEDRO BAYER DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 020.510.019-87, pertencente ao quadro de servidores inativos da Prefeitura Municipal, em virtude do seu falecimento em 18 de junho de 2019, conforme a Certidão de Óbito nº 105130 01 55 2019 4 00153 037 0061558 81.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA

Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.897/2019**

Publicação Nº 2123296

PORTARIA nº 15.897, de 13 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e conforme o Processo nº 16828/2019,

## RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição do servidor público municipal IDELSON ALVES PORTO, matrícula nº 122696, inscrito no CPF sob o nº 948.587.308-59, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, referente aos seguintes períodos:

## INSS

INÍCIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
24/08/1976	10/05/1977	INSTITUTO QUIMIOTERAPICO S.A.	TC: 0 ano, 8 meses e 17 dias. TA: 0 ano, 8 meses e 17 dias.
12/01/1981	07/11/1991	PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S.A.	TC: 10 anos, 9 meses e 26 dias. TA: 10 anos, 9 meses e 26 dias.
06/07/1977	14/12/1977	DISMATAL DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS LTDA.	TC: 0 ano, 5 meses e 9 dias. TA: 0 ano, 5 meses e 9 dias.

08/03/1978	03/01/1981	HERMES MACEDO S.A.	TC: 2 anos, 9 meses e 26 dias. TA: 2 anos, 9 meses e 26 dias.
14/07/2005	09/07/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 9 anos, 11 meses e 26 dias. TA: 9 anos, 11 meses e 26 dias.
01/04/1992	31/05/1992	AUTÔNOMO	TC: 0 ano, 2 meses e 0 dia. TA: 0 ano, 2 meses e 0 dia.
01/11/1992	30/11/1992	AUTÔNOMO	TC: 0 ano, 1 mês e 0 dia. TA: 0 ano, 1 mês e 0 dia.
01/10/1999	30/11/2002	CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	TC: 3 anos, 2 meses e 0 dia. TA: 3 anos, 2 meses e 0 dia.
01/04/2003	30/06/2004	CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	TC: 1 ano, 3 meses e 0 dia. TA: 1 ano, 3 meses e 0 dia.

Tempo de Contribuição (TC) = 10749 dias, correspondendo a 29 anos, 5 meses e 14 dias.

Tempo Aproveitado (TA) = 10749 dias, correspondendo a 29 anos, 5 meses e 14 dias.

Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição - Protocolo nº 20024070.1.00089/19-0, expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, no dia 9 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal  
Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

## PORTARIA Nº 15.898/2019

Publicação Nº 2123299

PORTARIA nº 15.898, de 13 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 3.012/2018,

### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ESTABILIDADE à servidora MADALENA APARECIDA DO CARMO GAUNA, inscrita no CPF sob o nº 791.599.829-34, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Professora de Ensino Fundamental II – Disciplina de Artes, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 13 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

## PORTARIA Nº 15.899/2019

Publicação Nº 2123300

PORTARIA nº 15.899, de 14 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR SÉRGIO MASSANEIRO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 457.578.019-72, do cargo em comissão de Assessor II da Divisão de guarda, controle e distribuição de materiais dos Cemitérios, do Departamento de Cemitérios, da Diretoria de Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 14 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 14 de agosto de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.900/2019**

Publicação Nº 2123302

PORTARIA nº 15.900, de 14 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR CARLA FABIANE VOLLMANN, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 961.131.709-34, para exercer o cargo em comissão de Assessor II da Divisão de guarda, controle e distribuição de materiais dos Cemitérios, do Departamento de Cemitérios, da Diretoria de Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 14 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 14 de agosto de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 15.901/2019**

Publicação Nº 2123303

PORTARIA nº 15.901, de 14 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 4 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul, e o art. 67 da Lei nº 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR Fiscal do Contrato abaixo discriminado, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, na forma e condições seguintes:

**I - CONTRATO:**

MODALIDADE PROCESSO	EMPRESA	CNPJ	OBJETO
Tomada de Preços nº 108/2019.	A.Z CONSTRUÇÕES LTDA	73.461.170/0001-47	"Construção da Quadra Coberta Poliesportiva na rua Descanso, esquina com a Rua Concórdia, Bairro Ubatuba, neste município, conforme especificações constante no Projeto, Memorial Descritivo e Planilhas, de acordo com as exigências, quantidades e especificações constantes do Edital de Tomada de Preços 108/2019 e seus anexos."

**II - SERVIDOR INDICADO:**

FISCAL	
SERVIDOR:	Dayane Luiza D'Aroz
CARGO:	Diretor de Obras e Serviços de Engenharia
MATRÍCULA:	147486
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PORTARIA nº 15.901, de 14 de agosto de 2019.

Art. 2º Os serviços de Fiscal de Contrato são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 14 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

## PORTARIA Nº 15.902/2019

Publicação Nº 2123304

PORTARIA nº 15.902, de 14 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Norma Regulamentadora nº 5, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com a Lei Municipal nº 1.508, de 29 de abril 2013 e com o Decreto Municipal nº 1.830, de 7 de maio de 2013,

### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, como representantes da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul (SC), na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA 2019, no âmbito da Administração Pública Direta.

TITULARES	
Presidente	Mery Elisa Siqueira Jacintho Ferreira
1º Membro	Neusa Borges Correia
2º Membro	Eurides Nunes de Miranda Correa

SUPLENTE	
1º Suplente	Alon Fabiano Duarte
2º Suplente	Roberto Tavares Vieira Junior
3º Suplente	Marcos José da Silva

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 15.451, de 9 de janeiro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 14 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PP 031-2019 FUCISF**

Publicação N° 2123648

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
LICITAÇÃO N° 031/2019**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria N° 15.836 de 05 de julho de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09:00horas do dia 22 de agosto de 2019, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

**1. DA LICITAÇÃO****1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada em serviço de estrutura (SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E TENDAS) com fornecimento de equipamentos, e sua operacionalização para suporte logístico e operacional na realização das atividades programadas na VII Feira do Livro e no festival de bandas e fanfarras, eventos que acontecerão nos meses de agosto e setembro de 2019, neste Município, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I(Termo de Referência) parte integrante deste Edital.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Licitações, Praça Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.2. Data: Os envelopes deverão ser entregues (inclui-se aqueles via postal) para o Pregoeiro impreritavelmente até às 08:30horas do dia 22 de agosto de 2019.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:00 horas do dia 22 de agosto de 2019, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1601 – Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de São Francisco do Sul
Projeto Atividade	2097 – Manutenção das Atividades do adm da Fundação Cultural
Elemento de Despesa	339039 23 – Festividades e Homenagens
Vínculo do Recurso	100000 – Recursos Ordinários

**4. DOS ANEXOS**

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Declaração de não parentesco;

Anexo VII. Recibo de Retirada de Edital

Anexo VIII. Minuta do Contrato

**5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL**

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostos.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), [www.diariomunicipal.sc.gov.br/site](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site) no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

## 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br), [licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.



8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Declaração de não parentesco (anexo VI).

8.4.3. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.4. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 031/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 031/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.



10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.6. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

#### 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

#### 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.5.1. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.2. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.3. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.4. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

#### DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 SICAF;

14.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

14.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

14.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Nota explicativa: O SICAF informa a composição do quadro societário das empresas, inclusive quanto ao percentual de participação de cada sócio.

Conforme o Manual do SICAF, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, o preenchimento desses dados é exigido já no Nível I - Credenciamento, de sorte que, a princípio, o pregoeiro disporá das informações dos sócios de todas as empresas que participarem do pregão eletrônico, inclusive aquelas eventualmente não cadastradas nos demais níveis do SICAF.

De todo modo, caso tais informações não estejam disponíveis no SICAF, cabe ao pregoeiro solicitar a apresentação do contrato social da

empresa - o qual, aliás, já é documento de apresentação obrigatória na habilitação jurídica.

#### RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

#### RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias, acompanhada da respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc;
- b) b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- c) b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- d) b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.
- e) b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- f) b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;
- g) b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:
- h)  $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
- i)  $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
- j)  $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

#### RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional Competente (CREA/CAU) em nome da licitante, na qual conste responsável técnico com habilitação para a execução dos descritos nos lotes e respectivos itens, emitida pelo órgão competente.
- b) Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA/CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) onde fique comprovado que executou serviços com objeto compatível com o ora licitado
- b.1) O responsável técnico comprovará sua vinculação com a empresa mediante a constatação na Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica do CREA/CAU, onde constará a inclusão de seu nome no quadro de Responsáveis Técnicos pela empresa. Caso não conste no referido documento o nome do Responsável Técnico, a comprovação poderá ocorrer através do contrato social, contrato de prestação de serviços ou registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
- e) Alvará de localização e funcionamento da empresa.

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5. A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 16.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos

solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

#### 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

#### 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

#### 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.



## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VIII, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

- I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;
- II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;
- III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;
- V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será realizado após a apresentação das notas fiscais no setor de Contabilidade e condições estabelecidas no item 8 do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade/descrição dos serviços executados.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba

qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

RANGEL FRIOLIN

Diretor da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

Local: Município de São Francisco do Sul

#### 1 OBJETO.

Contratação de empresa especializada em serviço de estrutura (sonorização, iluminação e tendas), com fornecimento de equipamentos, e sua operacionalização para suporte logístico e operacional na realização das atividades programadas na VII Feira do Livro e no festival de bandas e fanfarras, eventos que acontecerão nos meses de agosto e setembro de 2019.

#### 2 OBJETIVO / FINALIDADE .

O presente Termo de Referência tem por finalidade descrever, equipamentos de sonorização e estruturas a serem locados para suporte logístico e operacional na realização das atividades programadas na VII Feira do Livro e no Festival de bandas e fanfarras, eventos que acontecerão nos meses de agosto e setembro de 2019 em nossa cidade.

#### 3 JUSTIFICATIVA.

Atender às demandas da Fundação Cultural de modo a viabilizar a execução das atividades previstas nas programações citadas à cima, os quais têm importância significativa para a consecução dos objetivos propostos na mesma.

#### - ESCOPO DOS SERVIÇOS E ESPECIFICAÇÕES

LOTE 1 – SISTEMA DE SOM E ILUMINAÇÃO – TOTAL: R\$ 17.640,00

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	<p>Locação de Sonorização iluminação :</p> <p>01 mesa digital ou analógica com 32 canais + stereo, com Gate Compressor e Equalizador com Bandas Paramétricas por Canal</p> <p>04 Auxiliares</p> <p>Matrix</p> <p>02 Equalizadores 1/3 de Oitava, Multi Efeitos</p> <p>Multi Grupo</p> <p>01 Processador,</p> <p>01 Cd player</p> <p>Monitoração:</p> <p>03 Monitores (01 Driver – 02 Falantes 12", com amplificação)</p> <p>* Direct Box, cabos, microfones, pedestais e acessórios para funcionamento dos sistemas conforme necessidade do local e banda.</p> <p>Back Line:</p> <p>01 Cubo para Guitarra com 02 falantes de 12"</p> <p>01 Cubo para Contra Baixo com 01 Falante de 15"</p> <p>01 Bateria com 5 peças, maquina e hit-hat e 3 estantes para pratos</p> <p>P.A Principal :</p> <p>02 Caixas mista com 15 x 10 ti</p> <p>02 Caixas Subgrave, 2x18"</p> <p>*Amplificadores conforme necessidade.</p> <p>Iluminação:</p> <p>01 Mesa controladora com 16 canais, dmx</p> <p>16 canais de dimmer,</p> <p>12 Refletores par LED foco 02 e 05</p> <p>01 Máquina de fumaça,</p> <p>Cabos e acessórios em geral .</p> <p>Haste de aterramento com cabeamento e grampo.</p> <p>2 Extintores CO2 6 Kg.</p> <p>O sistema será ligado em quadro de distribuição localizado dentro do Terminal Turístico.</p>	120 horas	R\$ 147,00	R\$ 17.640,00
	VALOR TOTAL LOTE 01			R\$ 17.640,00



**LOTE 2 – ESTRUTURAS (TENDA E PALCO) – TOTAL: R\$ 17.876,00**

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Locação de 01 (uma) tenda Pirâmide 10x10 metros de estrutura metálica com iluminação, sem coluna central e cobertura de lona com regulagem de altura. Com aterramento e elementos de fixação ao solo. 3 Extintores PQS 6 KG. 3 Luminárias de emergência 30 leds	06	R\$ 1.693,33	R\$ 10.160,00
02	PALCO 5X4m Descrição: Palco modulado montado com estrutura de praticáveis, com altura de 40cm do solo. Com aterramento e elementos de fixação ao solo. Apresentar laudo de capacidade de carga de 4KN/m².	01	R\$ 1.066,00	R\$ 1.066,00
03	Tablado de madeira tamanho 10,0 X 30,0 m, com estrutura de base em caibros e piso em compensado naval uniforme. Apresentar laudo de estabilidade global da estrutura. Apresentar laudo de capacidade de carga de 4KN/m².	300m²	R\$ 22,16	R\$ 6.650,00
TOTAL LOTE 02			R\$ 17.876,00	

**4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.**

A execução dos serviços deverá seguir as especificações do anexo I, e obedecer todas as normas técnicas vigentes no país e serem realizados dentro das boas técnicas de engenharia.

Caberá à CONTRATADA apresentar, quando solicitado, o comprovante de origem de todos os materiais a serem utilizados, os quais poderão ser rejeitados, a critério da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos necessários e será responsável pela instalação dos mesmos. Será responsável pela limpeza, aspecto e facilidade de acesso ou manuseio dos equipamentos.

Caso, após a instalação, a FISCALIZAÇÃO verifique condições incompatíveis com as normas técnicas vigentes ou exigências de projeto, caberá à CONTRATADA efetuar as correções necessárias.

A contratada deverá apresentar laudo de capacidade de carga do palco de 4KN / M², apresentar laudo de estabilidade global da estrutura metálica e apresentar laudos de incombustibilidade das barracas.

**5 - RESPONSABILIDADES TÉCNICA**

a) Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional competente (CREA/CAU) em nome da licitante, na qual conste responsável técnico com habilitação para a execução dos serviços descritos nos lotes e respectivos itens, emitida pelo órgão competente.

b) Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA/CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) onde fique comprovado que executou serviços com objeto compatível com o ora licitado e constante nos lotes e respectivos itens.

b.1) O responsável técnico comprovará sua vinculação com a empresa mediante a constatação na Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica do CREA/CAU, onde constará a inclusão de seu nome no quadro de Responsáveis Técnicos pela empresa. Caso não conste no referido documento o nome do Responsável Técnico, a comprovação poderá ocorrer através do contrato social, contrato de prestação de serviços ou registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

c) A CONTRATADA deverá apresentar Declaração de que dispõe dos equipamentos e pessoal técnico para os quais apresentou proposta, permitindo que a Prefeitura Municipal realize vistoria técnica dos equipamentos.

A CONTRATADA deverá apresentar ART ou RRT de execução dos serviços de Sonorização, prevenção de incêndio, gerador, aterramento, trio elétrico e montagem das estruturas metálicas devidamente vistas pelo CREA/CAU e quitadas.

O(s) RESPONSÁVEL(is) TÉCNICO(s) deverão comparecer nos locais pré determinados para acompanhar e supervisionar a montagem e desmontagem das estruturas e praticáveis e em conjunto com a Fiscalização as vistorias de certificação de montagem e desmontagem, e acompanhar a realização do evento para acessoramento quando necessário.

Os laudos e ART's ou RRT's correspondentes aos serviços prestados, são documentos técnicos que deverão ser apresentados pela CONTRATADA, em no máximo 48 horas do início do evento, para a vistoria do Corpo de Bombeiros Militar Municipal.

Importante salientar que a contratação da(s) empresa(s) será por lotes distintos, sendo que a(s) empresa(s) vencedora (s) não poderá (rão) subcontratar os equipamentos listados na Tabela Referencia de Locações.

**7- EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

A execução dos serviços será dividida em dois eventos: De 27/08 a 31/08/ 2019, durante a VII Feira do Livro sendo que para este evento a montagem da estrutura será executada no dia 26/08/2019 a partir das 08hrs e retirada no dia 02/09/2019 no mesmo horário e nos dias 28 e 29/09/2019 durante ao Festival de bandas e fanfarras, sendo a montagem da estrutura executada no dia 27/09/2019 a partir das 08hrs e retirada no dia 30/09/2019 no mesmo horários, sendo a vigência de 60 dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de compra.

**8 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Em duas parcelas, a primeira após a VII Feira do Livro em agosto /2019 e a segunda após o Festival de bandas e fanfarras em setembro/2019 , mediante a execução dos serviços nos respectivos eventos e após a apresentação de NF.

Rangel Alexandre Friolin  
Diretor Presidente da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul

## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ..... , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... , e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº 031/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

#### CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 031/2019

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviço de estrutura (SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E TENDAS) com fornecimento de equipamentos, e sua operacionalização para suporte logístico e operacional na realização das atividades programadas na VII Feira do Livro e no festival de bandas e fanfarras, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro(a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 031/2019

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal

da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subseq-entes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 031/2019

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 031/2019 que a Proponente .....  
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de .....  
....., Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não  
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos  
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,  
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO VI

Pregão Presencial nº 031/2019

#### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br).

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_

C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

ANEXO VII  
MINUTA DE CONTRATO  
PREGÃO Nº 031/2019

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 83.102.269/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, à Avenida Nogueira, nº 262, bairro Rocio Grande, portador do CPF sob nº 420.019.199-72 e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (profissão), portador(a) do CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada no mesmo endereço citado acima doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_\_/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO

O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada em serviço de estrutura (SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E TENDAS) com fornecimento de equipamentos, e sua operacionalização para suporte logístico e operacional na realização das atividades programadas na VII Feira do Livro e no festival de bandas e fanfarras, eventos que acontecerão nos meses de agosto e setembro de 2019, neste Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência e Proposta da Contratada, parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Perfaz o presente contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_, (\_\_\_\_\_), irrecorrível, cujo pagamento dar-se-á à CONTRATADA em no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

2.2. O pagamento do valor do Contrato ficará condicionado à apresentação do seguinte comprovante, cujas taxas deverão ser pagas pela CONTRATADA:

a) ART ou RRT do responsável técnico acompanhado do respectivo pagamento (ART ou RRT);

b) O responsável técnico comprovará sua vinculação com a empresa mediante a constatação na Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica do CREA/CAU, onde constará a inclusão de seu nome no quadro de Responsáveis Técnicos pela empresa. Caso não conste no referido documento o nome do Responsável Técnico, a comprovação poderá ocorrer através do contrato social, contrato de prestação de serviços ou registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

CLÁUSULA 3ª – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	1601 – Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de São Francisco do Sul
Projeto Atividade	2097 – Manutenção das Atividades do adm da Fundação Cultural
Elemento de Despesa	339039 23 – Festividades e Homenagens
Vínculo do Recurso	100000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA 4ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

4.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

4.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

#### CLÁUSULA 5ª - RESCISÃO CONTRATUAL

5.1 O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações.

#### CLÁUSULA 6ª - ENCARGOS

6.1 A CONTRATADA assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, bem como dos demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA 7ª – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1. O período de realização do evento é de 27/08 a 31/08 de 2019 e 28, 29/09/2019, sendo que a montagem das estruturas deverá ser realizada um dia antes da data do evento às 08hrs e a retirada um dia após o evento no mesmo horário, conforme locais e prazos estabelecidos no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

#### CLÁUSULA 8ª – VIGÊNCIA

8.1 O presente contrato passará a vigorar na data de sua assinatura pelo período de 60 (sessenta) e a execução dos serviços será de acordo com o Termo de Referência, Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2019.

#### CLÁUSULA 9ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

9.1. Cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que no prazo estabelecido, os serviços sejam entregues inteiramente concluídos e acabados, em perfeitas condições de uso e funcionamento;

9.2. Observar, na execução dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

9.3. Providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes a ART ou RRT;

9.4 A CONTRATADA deverá apresentar ART ou RRT de execução dos serviços de Sonorização, prevenção de incêndio, gerador, aterramento, trio elétrico e montagem das estruturas metálicas devidamente vistas pelo CREA/CAU e quitadas;

9.5 O RESPONSÁVEL(eis) TÉCNICO(s) deverão comparecer nos locais pré determinados para acompanhar e supervisionar a montagem e desmontagem das estruturas e praticáveis e em conjunto com a Fiscalização as vistorias de certificação de montagem e desmontagem;

9.6 Os laudos e ART's ou RRT's correspondentes aos serviços prestados, são documentos técnicos que deverão ser apresentados pela CONTRATADA, em no máximo 48 horas (27/02) do início do evento, para a vistoria do Corpo de Bombeiros Militar Municipal;

9.7. Fornecer e utilizar na execução dos serviços, equipamentos e mão-de-obra adequados e materiais novos e de primeira qualidade, para os quais apresentou proposta, permitindo que a Prefeitura Municipal realize vistoria técnica dos equipamentos;

9.8. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;

9.9. Dar integral cumprimento ao Projeto, Cronograma Físico-Financeiro, e demais Anexos, bem como sua proposta e o Edital, os quais passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição;

9.10. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;

9.11. Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás, utilizando os equipamentos de proteção individual (EPIs) obrigatórios e necessários durante a jornada de trabalho dos serviços;

9.12. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de

acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

9.13. Responsabilizar-se:

- a) por quaisquer perdas e danos causados por seus empregados, por ação ou omissão, em decorrência da execução do Contrato;
- b) por quaisquer acidentes na execução dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos e ainda, por fatos de que resultem na destruição ou danificação dos serviços, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "Termo de Recebimento do Serviços" e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
- c) pela estabilidade da arquiabancada e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações;
- d) pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;
- e) pela correção dos defeitos notificados pela fiscalização da CONTRATANTE, no prazo de 24 horas;

9.14. Refazer os serviços, sem ônus para o CONTRATANTE, caso não atendam as especificações;

9.15. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.16. Indicar representante aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do Contrato;

9.17. Garantir o acompanhamento permanente do responsável técnico durante a execução da obra, sendo que a substituição somente será admitida em situações excepcionais por profissional de qualificação idêntica ou superior, com aprovação prévia da CONTRATANTE;

9.18. Apresentar Laudo de Capacidade de carga do palco de 4KN/M<sup>2</sup>, apresentar laudo de estabilidade global da estrutura metálica e apresentar laudos de incombustibilidade das barracas;

**CLÁUSULA 10ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 A CONTRATANTE se obriga a:

- a) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

**CLÁUSULA 11ª – FISCALIZAÇÃO**

11.1 A fiscalização do contrato será exercida pela Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul, por meio de servidor designado.

11.2 A fiscalização se reserva o direito de recusar e/ou devolver os serviços que estiverem em desacordo ou que não atenderem as especificações estabelecidas no Termo de Referência e Termo de Proposta da Contratada.

11.3 A entrega dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com atribuições específicas, devidamente designado em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666-93, ao qual caberá:

- a) responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;
- b) certificar a entrega dos serviços, encaminhando cópia desta certificação à Secretaria Municipal de Finanças;
- c) pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;
- d) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- e) notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração, para ser anexada ao contrato;
- f) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da CONTRATANTE;
- g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.
- h) apresentar Laudo de capacidade de carga do palco de 4KN/M<sup>2</sup>, apresentar laudo de estabilidade global da estrutura metálica e apresentar laudos de incombustibilidade das barracas;

**Parágrafo Primeiro**

A contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com este Contrato.



**CLÁUSULA 12ª - BASE LEGAL**

12.1 Onde este Contrato for omissivo, prevalecerão as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

**CLÁUSULA 13ª - DA PUBLICAÇÃO**

13.1 A publicação do presente Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo as despesas e expensas da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA 14ª - FORO**

14.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca.

E, por estarem acordes, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

RANGEL FRIOLIN DIRETOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL IULHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL CONTRATANTE		CONTRATADA
TESTEMUNHAS:		CPF:
CPF:		

**PP 138-2019**

Publicação Nº 2123553

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL****LICITAÇÃO Nº 138/2019**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 15.836 de 05 de julho de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 27 de agosto de 2019, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

**1. DA LICITAÇÃO****1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. A presente licitação tem por objetivo a aquisição de Massa Asfáltica Quente – CBUQ, para o Departamento Municipal de Trânsito, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08h30 do dia 27 de agosto de 2019.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h do dia 27 de agosto de 2019, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das



seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1504 – Departamento Municipal de Trânsito Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito
Projeto Atividade	1005 – Sinalização e Controle Viário
Elemento de Despesa	33903024 – Material para manutenção bens imóveis
Vínculo do Recurso	3120000 – Convênio de Trânsito Prefeitura

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Declaração de não parentesco;

Anexo VII. Recibo de Retirada de Edital

Anexo VIII. Minuta do Contrato

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), ou <https://diariomunicipal.sc.gov.br> no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município,

pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Declaração de não parentesco (anexo VI).

8.4.3. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.4. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 138/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 138/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme o Termo de Referência.

10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.6. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

## 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseq-entes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexeq-íveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;

b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeq-íveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

#### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);

- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

#### 14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias, acompanhada da respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2) As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD;
- b.3) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento dos itens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- b) Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).
- b) Alvará de localização e funcionamento da empresa.

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.5. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 16.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.6. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.7. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;



V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade/descrição dos serviços executados.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

## 23. DA RESCISÃO CONTRATUAL

23.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

23.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

23.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

23.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

23.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

23.4.3. Indenizações e multas.

## 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

24.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância

aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

24.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

24.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 14 de agosto de 2019.

Jackson Portella Lima

Diretor Geral do DEMTRAN

#### ANEXO I

Pregão Presencial nº 138/2019

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

Aquisição de Massa Asfáltica Quente CBUQ, para o Departamento Municipal de Trânsito.

##### 2. FINALIDADE

Se faz necessária a aquisição de asfalto quente (CBUQ), por tonelada, para o Departamento Municipal de Trânsito de São Francisco do Sul, pois tal aquisição tem por objeto a implantação de ondulações transversais (lombadas) e Faixas de Travessia de Pedestres Elevada, nas vias do município de São Francisco do Sul.

##### 3. JUSTIFICATIVA

A aquisição de asfalto quente (CBUQ), por tonelada, para o Departamento Municipal de Trânsito de São Francisco do Sul, será utilizado para implantação de ondulações transversais (lombadas) e Faixas de Travessia de Pedestres Elevada, proporcionando segurança para os que circulam nas vias públicas do nosso município.

##### 4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

###### LOTE ÚNICO

Item	Descrição	Quantidade	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	Massa Asfáltica Quente CBUQ, com transporte incluso, para ser utilizado nas implantações de travessias elevadas para pedestres e ondulações transversais.	250	Toneladas	R\$444,52	R\$111.130,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE ÚNICO: 111.130,00 (cento e onze mil, cento e trinta reais).

##### 5. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do fornecimento do material será exercida pelo servidor a ser designado.

A fiscalização se reserva ao direito de recusar o material entregue, caso este não atenda as condições mínimas de temperatura e qualidade para ser aplicado nas faixas de travessia para pedestres ou ondulações transversais.

##### 6. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

O material que está sendo cotado ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA de entregar nos locais, a serem definidos pelo DEMTRAN, a forma de entrega será gradativamente a partir da solicitação do Departamento Municipal de Trânsito de São Francisco do Sul.

A empresa ganhadora terá que entregar o material em condições favoráveis para aplicação com temperatura mínima de 150º Celsius. Este material deverá estar de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência.

##### 7. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por empenho mensalmente, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal. As notas deverão ser entregues no Departamento Municipal de Trânsito de São Francisco do Sul, situado na Pç. Getúlio Vargas, 01 – Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP: 89.240-000.

##### 8. GARANTIA

A empresa CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia para troca/substituição do material num prazo de 60 dias em caso de defeito de fabricação.

#### 9. PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

A vigência e a execução serão para o período de 07 meses.

Jackson Portella Lima  
Diretor Geral do DEMTRAN  
Diretor Geral do DEMTRAN

#### ANEXO II

##### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ..... , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... , e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por \_\_\_\_\_.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por extenso

##### CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

#### ANEXO III

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 138/2019

Pelo presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa \_\_\_\_\_ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2019, cujo objeto é a aquisição de Massa Asfáltica Quente – CBUQ, para o Departamento Municipal de Trânsito, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO IV

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial

## Edital de Pregão Presencial nº 138/2019

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 138/2019

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 138/2019 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO VI

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2019

## DECLARAÇÃO

(nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

## ANEXO VII

## Pregão Presencial nº 138/2019

## RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br).

A não remessa do recibo exige o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_

C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 138/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx nº /2019, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Massa Asfáltica Quente – CBUQ, para o Departamento Municipal de Trânsito, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

#### 1.2. Discriminação do objeto:

#### LOTE ÚNICO

Item	Descrição	Quantidade	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	Massa Asfáltica Quente CBUQ, com transporte incluso, para ser utilizado nas implantações de travessias elevadas para pedestres e ondulações transversais.	250	Toneladas		

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... ( ..... ).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros

necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	1504 – Departamento Municipal de Trânsito Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito
Projeto Atividade	1005 – Sinalização e Controle Viário
Elemento de Despesa	33903024 – Material para manutenção bens imóveis
Vínculo do Recurso	3120000 – Convênio de Trânsito Prefeitura

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os produtos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

#### 8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

### 9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

### 9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- h) Fornecer certificado de garantia para troca/substituição do material de no mínimo 60 (sessenta) dias em caso de defeito de fabricação.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.



**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de ..... de 20 .....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## Publicação Nº 2123494

## Período: Julho /2019 Até: 31/07/2019

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## DECRETO Nº 3.173/2019 - ANEXO

Publicação Nº 2123517

## MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Execução Orçamentária

Excesso de Arrecadação Por Vínculo

Vínculo: 01370400 LOA: 2019 Período: Janeiro até Dezembro

Vínculo de Recurso: 1370400 - Prog. nac. de aliment escolar pnae eja

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Arrecadado 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.800,00	540,00	540,00	540,00	6.420,00
Percentual 2016	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	74,77%	8,41%	8,41%	8,41%	100,00%
Arrecadado 2017	0,00	0,00	710,40	710,40	710,40	710,40	710,40	710,40	710,40	710,40	710,40	710,40	7.104,00
Percentual 2017	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	100,00%
Arrecadado 2018	0,00	0,00	921,60	921,60	921,60	921,60	921,60	921,60	921,60	921,60	921,60	921,60	9.216,00
Percentual 2018	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	100,00%
Média dos últimos 3 anos	0,00	0,00	544,00	544,00	544,00	544,00	544,00	544,00	2.144,00	724,00	724,00	724,00	7.580,00
Percentual da Média	0,00%	0,00%	7,18%	7,18%	7,18%	7,18%	7,18%	7,18%	28,28%	9,55%	9,55%	9,55%	100,00%
<b>2019</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>	<b>Maio</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>	<b>Dezembro</b>	<b>Total</b>
Meta	0,00	0,00	279,84	279,84	279,84	279,84	279,84	279,84	279,84	279,84	279,84	279,84	2.798,40
Arrecadado	0,00	774,40	774,40	774,40	774,40	774,40	774,40	774,40	774,40	774,40	774,40	0,00	7.744,00
Excesso / Déficit	0,00	774,40	494,56	494,56	494,56	494,56	494,56	494,56	494,56	494,56	494,56	(279,84)	4.945,60
Sup. por Excesso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sup. por Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo	0,00	774,40	494,56	494,56	494,56	494,56	494,56	494,56	494,56	494,56	494,56	(279,84)	4.945,60

IPW Sistemas Ltda

Atende.Net - WEO v2013.01

WILSON FELICIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

JOELMA DE FATIMA FERNANDES

CONTADORA

CRC/SC 033140/O-3

## DECRETO Nº 3.173/2019 - ANEXO

Publicação Nº 2123522

## MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Execução Orçamentária

Excesso de Arrecadação Por Vínculo

Vínculo: 01370600 LOA: 2019 Período: Janeiro até Dezembro

Vínculo de Recurso: 1370600 - Prog. nac. de aliment escolar - Pré-Escolar													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembr	Dezembro	Total
Arrecadado 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.850,00	10.340,00	10.340,00	10.340,00	99.870,00
Percentual 2016	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	68,94%	10,35%	10,35%	10,35%	100,00%
Arrecadado 2017	0,00	0,00	11.952,80	11.952,80	11.952,80	11.952,80	11.952,80	11.952,80	11.952,80	11.952,80	11.952,80	11.952,80	119.528,00
Percentual 2017	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	100,00%
Arrecadado 2018	0,00	0,00	12.960,00	12.960,00	12.960,00	12.960,00	12.960,00	12.960,00	12.960,00	12.960,00	12.960,00	12.960,00	129.600,00
Percentual 2018	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	100,00%
Média dos últimos 3 anos	0,00	0,00	8.304,27	8.304,27	8.304,27	8.304,27	8.304,27	8.304,27	31.254,27	11.750,93	11.750,93	11.750,93	116.332,67
Percentual da Média	0,00%	0,00%	7,14%	7,14%	7,14%	7,14%	7,14%	7,14%	26,87%	10,10%	10,10%	10,10%	100,00%
2019	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembr	Dezembro	Total
Meta	0,00	0,00	8.751,36	8.751,36	8.751,36	8.751,36	8.751,36	8.751,36	8.751,36	8.751,36	8.751,36	8.751,36	87.513,60
Arrecadado	0,00	12.232,60	12.232,60	12.232,60	12.232,60	12.232,60	12.232,60	12.232,60	12.232,60	12.232,60	12.232,60	0,00	122.326,00
Excesso / Déficit	0,00	12.232,60	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	(8.751,36)	34.812,40
Sup. por Excesso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sup. por Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo	0,00	12.232,60	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	3.481,24	(8.751,36)	34.812,40

WILSON FELICIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

JOELMA DE FATIMA FERNANDES  
CONTADORA  
CRC/SC 033140/O-3



## DECRETO Nº 3.173/2019 - ANEXO

Publicação Nº 2123520

## MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

## Execução Orçamentária

## Excesso de Arrecadação Por Vínculo

Vínculo: 01370700 LOA: 2019 Período: Janeiro até Dezembro

Vínculo de Recurso: 1370700 - Prog. nac. de aliment escolar pnae aee													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembr	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Arrecadado 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.620,00	530,00	530,00	530,00	5.210,00
Percentual 2016	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	69,48%	10,17%	10,17%	10,17%	100,00%
Arrecadado 2017	0,00	0,00	498,20	498,20	498,20	498,20	498,20	498,20	498,20	498,20	498,20	498,20	4.982,00
Percentual 2017	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	100,00%
Arrecadado 2018	0,00	0,00	636,00	636,00	508,80	593,60	593,60	593,60	593,60	593,60	593,60	593,60	5.936,00
Percentual 2018	0,00%	0,00%	10,71%	10,71%	8,57%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	100,00%
Média dos últimos 3 anos	0,00	0,00	378,07	378,07	335,67	363,93	363,93	363,93	1.570,60	540,60	540,60	540,60	5.376,00
Percentual da Média	0,00%	0,00%	7,03%	7,03%	6,24%	6,77%	6,77%	6,77%	29,22%	10,06%	10,06%	10,06%	100,00%
2019	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembr	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Meta	0,00	0,00	136,29	136,29	109,03	127,20	127,20	127,20	127,20	127,20	127,20	127,19	1.272,00
Arrecadado	0,00	932,80	932,80	932,80	932,80	932,80	932,80	932,80	932,80	932,80	932,80	0,00	9.328,00
Excesso / Déficit	0,00	932,80	796,51	796,51	823,77	805,60	805,60	805,60	805,60	805,60	805,60	(127,19)	8.056,00
Sup. por Excesso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sup. por Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo	0,00	932,80	796,51	796,51	823,77	805,60	805,60	805,60	805,60	805,60	805,60	(127,19)	8.056,00

WILSON FELICIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

JOELMA DE FATIMA FERNANDES  
CONTADORA  
CRC/SC 033140/O-3

**RESOLUÇÃO N° 012**

Publicação N° 2123802

**CMDI** Conselho Municipal  
dos Direitos do Idoso  
de São Francisco do Sul**RESOLUÇÃO N° 012, de 13 de agosto de 2019.**

*Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do 3º Concurso de Desenhos do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – SC:*

*O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI de acordo com as suas atribuições legais, com o disposto na Lei Municipal nº 1793 de 25 de fevereiro de 2016:*

**Considerando**, a deliberação em reunião ordinária do CMDI, realizada no dia 13 de agosto do corrente, com registro na ATA nº 009/2019;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar, o Regulamento do 3º Concurso de Desenhos do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

**REGULAMENTO PARA O 3º CONCURSO DE DESENHO – CMDI 2019****1. DO TEMA**

1.1. O 3º Concurso de Desenho – CMDI 2019 é uma promoção do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e terá como tema: **“Direitos da Pessoa Idosa”**;

**2. DO OBJETIVO**

2.1. Estimular os estudantes das escolas de São Francisco do Sul, a expressar suas vivências e conhecimentos adquiridos sobre o tema, através da elaboração de desenho;

**3. DA INSCRIÇÃO**

3.1. Podem participar do Concurso de Desenho, os (as) alunos (as) do **5º ano do Ensino Fundamental regularmente matriculados (as) nas escolas de nosso município**;

3.2. A entrega dos desenhos deverá ser realizada pelas escolas diretamente na Secretaria Executiva do CMDI, anexa a Secretaria Municipal de Assistência Social, 15 de agosto até o dia 15 de setembro de 2019, das 08:00 às 14:00 horas;

Rua: Coronel Oliveira, 274 - Centro – São Francisco do Sul – SC - CEP: 89.240-000

Telefone: (47) 3444-5690

E-mail: [conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br)



3.3. O desenho deverá ser apresentando numa só face do papel, em folha de ofício A4, em uma única via;

3.4. Junto ao desenho deverá ser anexada a ficha de inscrição;

3.5. É vedada a participação dos membros da Comissão Provisória para Organização e Avaliação do 3º Concurso de Desenhos do CMDI, caso venha ocorrer inscrições de parentes diretos até terceiro grau de afinidade de Conselheiros e funcionários envolvidos diretamente com a organização e execução do concurso;

#### 4. DO JULGAMENTO

4.1. O **desenho deverá ser inédito** e elaborado pelos(as) alunos(as), especialmente para este concurso;

4.2. O julgamento dos desenhos será realizado pela Comissão Provisória para Organização e Avaliação do Concurso, formada por membros do CMDI que levará em conta o conteúdo de acordo com os critérios: criatividade e **adequação ao tema do concurso**, sendo sua decisão soberana e irrecorrível;

#### 5. DA PREMIAÇÃO

5.1. Serão premiados o 1º, 2º e 3º lugar;

5.2. A solenidade de premiação ocorrerá na Semana Municipal do Idoso, que será realizada no mês de outubro do corrente, em data e local a serem definidos e posteriormente divulgados;

#### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O CMDI não devolverá os desenhos inscritos neste concurso;

6.2. Os participantes deste concurso declaram ser de sua autoria o desenho, ao mesmo tempo em que cedem ao CMDI, sem quaisquer ônus, os direitos de utilização, publicação, reprodução por qualquer meio ou técnica, para fins de divulgação em publicações, materiais e eventos da instituição, desde que citada à autoria;

6.3. Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão Provisória para Organização e Avaliação deste Concurso.

---

Rua: Coronel Oliveira, 274 - Centro – São Francisco do Sul – SC - CEP: 89.240-000

Telefone: (47) 3444-5690

E-mail: [conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br)





---

**Art. 2º** - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

---

**Edison Souza Sales**

Presidente do CMDI

Resolução nº 008 de 24 de julho de 2019

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Edição DOM nº \_\_\_\_\_

---

Rua: Coronel Oliveira, 274 - Centro – São Francisco do Sul – SC - CEP: 89.240-000

Telefone: (47) 3444-5690

E-mail: [conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br)

# São João Batista

## PREFEITURA

### JUSTIFICATIVA ED. NOTÍCIAS DO DIA

Publicação Nº 2123529

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA  
Departamento de Apoio Administrativo  
CNPJ: 08.361.788/0001-73  
PCA. DEP. WALTER VICENTE GOMES 89  
C.E.P.: 88240-000 – São João Batista  
E-mail dirstaude@sjbatista.sc.gov.br Fone: (48) 3380-7500

São João Batista dia 14 de agosto de 2019

### JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:  
CNPJ: 00.481.841/0001-68  
EDITORA NOTÍCIAS DO DIA

VALOR
1.922,00

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DA DÍVIDA NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.922,00 À EMPRESA EDITORA NOTÍCIAS DO DIA, REFERENTE AO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA-SC, CONFORME PROCESSO Nº0020.0003160/2019.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento, sendo que a mesma solicita regularização da nota acima citada, para dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo prestados ao Fundo Municipal de Saúde de São João Batista.

Desde já agradecemos sua compreensão,

KARIN CRISTINE GELLER LEOPOLDO  
Secretária Municipal de Saúde

### JUSTIFICATIVA INFRAESTRUTURA

Publicação Nº 2123947

São João Batista, 14 de agosto de 2019.

### JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 00.481.841/0001-68  
EDITORA NOTICIAS DO DIA LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
4220	R\$ 242,00
4219	R\$ 242,00
4218	R\$ 242,00

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 726,00 DA EMPRESA EDITORA NOTICIAS DO DIA LTDA, REFERENTE A PUBLICAÇÕES LEGAIS.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Infraestrutura, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

TAYNAM JOSE DA CUNHA  
Secretária Municipal de Infraestrutura

**JUSTIFICATIVA VIDAS INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

Publicação N° 2124334

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA  
Departamento de Apoio Administrativo  
CNPJ: 08.361.788/0001-73  
PCA. DEP. WALTER VICENTE GOMES 89  
C.E.P.: 88240-000 – São João Batista  
E-mail dirsaude@sjbatista.sc.gov.br Fone: (48) 3380-7500

São João Batista dia 14 de agosto de 2019

**JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 13.617.301/0001-00

VIDAS INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

VALOR
R\$ 97.155,93

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO REPASSE FINANCEIRO DESTINADO AO VIDAS INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO VALOR DE R\$ 97.155,93 REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ESPECIALIDADES MÉDICAS E EXAMES CONFORME SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO N° 006/HMMJL/2017. REF. PERÍODO DE AGOSTO/2019.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento considerando que a transferência de recursos financeiros à Vidas Instituto de Assistência à Saúde é de importância para dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo prestados a saúde das muncípes.

Desde já agradecemos sua compreensão,

KARIN CRISTINE GELLER LEOPOLDO  
Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA N° 413/2019**

Publicação N° 2124244

PORTARIA N° 413/2019

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 23/07/2019 à 22/01/2020, o contrato do (a) servidor (a) MARCOS ANTONIO DA COSTA, admitido (a) para a função de Agente Operacional - SISAM, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 14 de agosto de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

**PROCESSO LICITATÓRIO 097/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2123243

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 097/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 097/PMSJB/2019 - Pregão Presencial 083/PMSJB/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFEUS DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 09/09/2019. Abertura dos envelopes: 09h do dia 09/09/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 14 de agosto de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/FUNREBOM/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/FUNREBOM/2019**

Publicação Nº 2123212

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/FUNREBOM/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/FUNREBOM/2019

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOÃO BATISTA, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 440, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto Processo Licitatório 009/FUNREBOM/2019 - Pregão Presencial 009/FUNREBOM/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE ADESIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 04/09/2019. Abertura dos envelopes: 9h do dia 04/09/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal: 206 ou através do site: www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 14 de agosto de 2019. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/FMAS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/FMAS/2019**

Publicação Nº 2123373

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/FMAS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/FMAS/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito sob o CNPJ 11.588.933/0001-68, neste ato representado pelo Pregoeiro Municipal, Augusto Correia Junior, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/FMAS/2019 PREGÃO PRESENCIAL nº 002/FMAS/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 13h45min do dia 04/09/2019. Abertura dos envelopes: 14h do dia 04/09/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal: 206, site www.sjbatista.sc.gov.br ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, em dias úteis. São João Batista, 14 de agosto de 2019. Augusto Correia Junior– Pregoeiro Municipal

**DECRETO Nº 3687/2019**

Publicação Nº 2123436

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3687/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE****08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.0011 - Aplicações Diretas

Valor - 50.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Excesso de arrecadação.

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 31 de Julho de 2019**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 31/07/2019

\_\_\_\_\_  
**Assessoria de Comunicação**

**DECRETO Nº 3690/2019**

Publicação Nº 2123438

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3690/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 255.805,31 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE****08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE**

10.302.0004.2.038 - Manutenção do Hospital

3.3.50.00.00.00.00.0302 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu

Valor - 255.805,31

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Superavit Financeiro do exercício anterior.

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 5 de Agosto de 2019**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 05/08/2019

\_\_\_\_\_  
**Assessoria de Comunicação**

**DECRETO Nº 3691/2019**

Publicação Nº 2123441

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3691/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 400.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.043 - Manut do Fundo Municipal de Saúde - MAC

3.3.90.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 400.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.043 - Manut do Fundo Municipal de Saúde - MAC

3.3.50.00.00.00.00.0009 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu

Valor - 400.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 8 de Agosto de 2019****DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 08/08/2019

---

**Assessoria de Comunicação**



**DECRETO Nº 3692/2019**

Publicação Nº 2124335

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3692/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 1.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

17.512.0004.2.041 - Funcionamento e Manutenção do SISAM

4.4.90.00.00.00.00.0018 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

17.512.0004.2.041 - Funcionamento e Manutenção do SISAM

3.3.90.00.00.00.00.0018 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 9 de Agosto de 2019**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 09/08/2019

Assessoria de Comunicação

**DECRETO Nº 3693/2019**

Publicação Nº 2124337

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3693/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 354.050,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 25.000,00

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 50,00

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO****03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.004 - Modernização Administrativa

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 50.000,00

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO****04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 80.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 190.000,00

**14 - ENCARGOS GERAIS****14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 25.050,00

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO****03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.004 - Modernização Administrativa

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 50.000,00

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO****04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 80.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 180.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**14 - ENCARGOS GERAIS**

**14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 12 de Agosto de 2019**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 12/08/2019

---

**Assessoria de Comunicação**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

## **DECRETO Nº 3693/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

### **D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 354.050,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

#### **02 - GABINETE DO PREFEITO**

##### **02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 25.000,00

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 50,00

#### **03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

##### **03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.004 - Modernização Administrativa

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 50.000,00

#### **04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

##### **04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 80.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 190.000,00

#### **14 - ENCARGOS GERAIS**

##### **14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

#### **02 - GABINETE DO PREFEITO**

##### **02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 25.050,00

#### **03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

##### **03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.004 - Modernização Administrativa

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 50.000,00

#### **04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

##### **04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 80.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 180.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**14 - ENCARGOS GERAIS**

**14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 12 de Agosto de 2019**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 12/08/2019

---

**Assessoria de Comunicação**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

## **DECRETO Nº 3693/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica suplementado no valor de R\$ 354.050,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

#### **02 - GABINETE DO PREFEITO**

##### **02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 25.000,00

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 50,00

#### **03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

##### **03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.004 - Modernização Administrativa

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 50.000,00

#### **04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

##### **04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 80.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 190.000,00

#### **14 - ENCARGOS GERAIS**

##### **14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.000,00

**Art. 2º** - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

#### **02 - GABINETE DO PREFEITO**

##### **02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 25.050,00

#### **03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

##### **03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.004 - Modernização Administrativa

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 50.000,00

#### **04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

##### **04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 80.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 180.000,00

12.365.0002.2.013 - Manutenção da Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**14 - ENCARGOS GERAIS**

**14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 12 de Agosto de 2019**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 12/08/2019

---

**Assessoria de Comunicação**



**DECRETO Nº 3694/2019**

Publicação Nº 2123443

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3694/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 15.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 15.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 15.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 12 de Agosto de 2019****DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 12/08/2019

---

**Assessoria de Comunicação**

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 108/2019 E DO CONTRATO 42/2019

Publicação N° 2124498

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 108/2019 E DO CONTRATO 42/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Informática Itapiranga Ltda EPP

ORIGEM: Concorrência 01/2019

OBJETO: "Concessão de direito real de uso, imóvel para instalação de torre de transmissão de sinal de internet e de telefonia, nos termos da lei municipal n. 1.777/2018".

VALOR:

PRAZO: 15.08.2019 até 15.08.2024

São João do Oeste – 15 de agosto de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### SUSPENSÃO TP 11.19 - GRAMADO SINTÉTICO

Publicação N° 2123977

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 117/2019

TOMADA DE PREÇOS N° 011/2019

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que está SUSPENDENDO a licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, para a Contratação de empresa para execução das obras de execução do campo de gramado sintético, situado junto ao parque Poliesportivo de São João do Oeste, conforme projeto em anexo. Recursos próprios do município de São João do Oeste, para averiguação e ajustar inconsistências no descritivo dos itens bem como inconsistências averiguadas no edital. Sendo que posteriormente será republicado o processo licitatório com nova data de abertura.

Maiores informações, junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, no e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 14 de agosto de 2.019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 338/2019

Publicação Nº 2123618

DECRETO Nº 338/2019

“INSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO Nº 01/2019 E PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 - EMPREGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Nº 01/2019 e Processo Seletivo Nº 01/2019 - Emprego Público da Prefeitura Municipal de São Joaquim-SC.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior deste Decreto, fica assim composta:

Presidente: FABIANO PADILHA;

Secretária: DALIANE DE SOUZA ANTUNES UMEMIYA;

1º Membro: HILDA MARA NUNES;

2º Membro: CLEO RODRIGO NEZI;

3º Membro: JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS

Diretora do Departamento Pessoal: DANIELE HUGEN RODRIGUES.

Parágrafo Único - A Comissão poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º - À Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Nº 01/2019 e Processo Seletivo Nº 01/2019 do Emprego Público compete promover a realização das provas escritas e de títulos, emitir julgamento mediante a atribuição de notas e deliberar sobre os casos omissos.

Parágrafo Único – Em sendo contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, caberá à Comissão Coordenadora, a fiscalização da aplicação das provas escritas e de títulos.

Art. 4º - As decisões da Comissão Coordenadora do Concurso Nº 01/2019 e Processo Seletivo Nº 01/2019, serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora Concurso Nº 01/2019 e Processo Seletivo Nº 01/2019 - Emprego Público acima mencionado presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete ao Secretário da Comissão Municipal Coordenadora Concurso Nº 01/2019 e Processo Seletivo Nº 01/2019 – Emprego Público citado anteriormente:

I - Lavrar as atas dos trabalhos da comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II - Coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III - Propor ao presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da comissão;

IV - Elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de agosto de 2019.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 339/2019**

Publicação Nº 2124059

DECRETO Nº 339/2019

"QUE NOMEIA SERVIDOR POR FORÇA DO  
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 02/2015"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor CRISTIANO CASSÃO NORONHA, para ocupar o Cargo Efetivo de Motorista, na Secretaria Municipal de Assistência Social, com 40 horas semanais, classificado em 5º lugar no Concurso Público Nº 02/2015, realizado em data de 17/01/2016, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de agosto de 2019.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 340/2019**

Publicação Nº 2124069

DECRETO Nº 340/2019

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2018, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.602/2018, DE 13/12/2018"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.03 – SECRETARIA DA FAZENDA

(93) 3.3.90.00.00.00.00.2.006-5100 Recursos Ordinários ..... 250.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 250.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro verificado em 31/12/2018 na fonte de Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Agosto de 2019.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 543/2019**

Publicação Nº 2123592

PORTARIA Nº 543/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam CANCELADOS os efeitos da Portaria Nº 531/2019, de 06/08/2019, na parte onde se refere a Licença para tratamento de saúde de seu Pai da servidora ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante da Função de Diretora Escolar, pois o mesmo faleceu.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 12 de agosto de 2019.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 544/2019**

Publicação Nº 2123599

PORTARIANº 544/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – LUCILENE TEREZINHA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 08/08/2019. – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 08/08/2019. – GRAZIELA MENDONÇA GOULART, ocupante do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 01 (um) dia, no dia 08/08/2019. – ANA MARIZA NUNES, ocupante do cargo comissionado de Diretora Escolar, por 01 (um) dia, no dia 08/08/2019. – JOSIANE ZANELLA FERNANDES, ocupante do cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 08/08/2019. – VALERIA DA SILVA BATISTA, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 09/08/2019. – JULIANO CESAR ANTUNES NUNES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 09/08/2019. – EVA REGINA ALANO PADILHA, ocupante do cargo de Professora – 50 horas, por 01 (um) dia, no dia 09/08/2019. – ZENIR BORGES DE ANDRADE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 09/08/2019. – ADRIELI COSTA MARTINS, ocupante da função de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 09/08/2019. – DAIANI ROSA PADILHA, ocupante do cargo de Fiscal de Cadastro Imobiliário, por 01 (um) dia, no dia 09/08/2019. – ANA PAULA VIEIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 09/08/2019. – SILVANA SANTOS ROSA, ocupante do cargo de Auxiliar Odontológico, por 03 (três) dias, a contar do dia 12/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de agosto de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 545/2019**

Publicação Nº 2124024

PORTARIANº 545/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – VALDECI DO ROSARIO SEIFERT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 06/08/2019. – AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 10 (dez) dias, a contar do dia 07/08/2019. – DIEGO XAVIER, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, por 10 (dez) dias, a contar do dia 07/08/2019. – DONIZETE DA ROSA GOULART, ocupante do cargo de Calceteiro, por 12 (doze) dias, a contar do dia 08/08/2019. – KARLINE LEITE IZIDORO, ocupante da função de Professora – 30 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 08/08/2019. – YASMIN SILVA RODRIGUES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 09/08/2019. – TATIANE FLORES, ocupante da função de Nutricionista, por 01 (um) dia, no dia 09/08/2019. – LUCIA DE FATIMA FURTADO DOS SANTOS MARTINS, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 12/08/2019. – FRANCIELE APARECIDA CESCONETTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 12/08/2019. – JOELMA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, a contar do dia 12/08/2019 e o retorno de acordo com o INSS. – TATIANE SOUZA CARDOSO, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, por 1/2 (meio) dia, período matutino, no dia 12/08/2019. – POLIANA WOLFF, ocupante da função de Médica, por 01 (um) dia, no dia 12/08/2019. – CLAUDIA GOSS, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 12/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de agosto de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 546/2019**

Publicação Nº 2124036

PORTARIANº 546/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – CRIZIANE VENZON, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, por 01 (um) dia, no dia 12/08/2019. – KATIANE FERNANDES, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 12/08/2019. – BENTA DE FATIMA FURTADO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 12/08/2019. – ENEVALDO PINTO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Pintor, por 07 (sete) dias, a contar do dia 12/08/2019. – ANGELITA DEUCHER GOULART, ocupante da função de Professora, por 10 (dez) dias, a contar do dia 12/08/2019. – ALINE DA SILVA RODRIGUES, ocupante da função de Professora – 40 horas, por ½ (meio) dia, no dia 12/08/2019. – LUZIA DE FATIMA MACEDO SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 12/08/2019. – ARIANE CORDOVA MENDES, ocupante da função de Enfermeira, por ½ (meio) dia, no dia 12/08/2019. – MARLUS DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 12/08/2019. – TEREZINHA RIBEIRO DE JESUS, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, a contar do dia 13/08/2019 e o retorno de acordo com o INSS. – TAINA RODRIGUES LIMA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 13/08/2019. – ADRIANA DA ROSA QUIRINO PADILHA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 13/08/2019. – JOZE CARLA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 14/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de agosto de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### AVISO DE REVOGAÇÃO

Publicação Nº 2123967

#### AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5199/19  
PROCESSO DE COMPRAS Nº 316/19

MODALIDADE: CONVITE Nº 001/19

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS E ESTUDOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRA DE DRENAGEM COM CANALIZAÇÃO DO RIO ROÇADO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

O Município de São José informa a todos os interessados que está REVOGANDO o Processo Administrativo nº 5199/19, Compras nº 316/19 – Convite nº 001/19, em razão de o certame ter fracassado.

São José (SC), 13 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### AVISO DE REVOGAÇÃO

Publicação Nº 2123970

#### AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.441/19

PROCESSO DE COMPRAS Nº 255/19

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/19

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE 10 (DEZ) VEÍCULOS AUTOMOTORES, ZERO QUILOMETRO PARA USO DA GUARDA MUNICIPAL E DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO JOSÉ/SC.

O Município de São José informa a todos os interessados que está REVOGANDO o Processo Administrativo nº 4.441/19, Compras nº 255/19 – Pregão Eletrônico nº 068/19, por razão de o certame ter restado fracassado.

São José (SC), 13 de agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### CONTRATO/CT: Nº 115/2019

Publicação Nº 2124407

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 115/2019 – DL 201/2019 – Processo 329/2019 – Proc. Adm. 5664/2019 - Contratado: AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, COMPREENDENDO A COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E MATERIAIS. Valor do Contrato: R\$ 7.521.644,34 (sete milhões, quinhentos e vinte e um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos). Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias ou até reinício dos serviços objeto do Contrato de Concessão nº 001/2004, contados da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 30 de julho de 2019.



**DECRETO Nº 12031/2019**

Publicação Nº 2124404

DECRETO Nº 12031/2019  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Concede ao servidor EDISON DOS SANTOS, matrícula 17090-9, a função gratificada de Assessor II – nível FG-A2.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos no dia 1º de agosto de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de julho de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/ PMSJ /SUSP / 2019**

Publicação Nº 2124451

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/ PMSJ /SUSP / 2019 – ABRE INSCRIÇÕES PARA COMÉRCIO AMBULANTE DE FLORES, VELAS, ÁGUA E REFRIGERANTES NAS ÁREAS DESIGNADAS PELA SUSP EM FRENTE AOS CEMITÉRIOS NOSSA SENHORA DA DORES – BARREIROS, SÃO JOÃO BATISTA – FORQUILHAS, SÃO JOSÉ – CENTRO HISTÓRICO, COLÔNIA SANTANA – COLÔNIA SANTANA ENTRE OS DIAS 25 DE OUTUBRO DE 2019 A 02 DE NOVEMBRO DE 2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, através da SECRETARIA DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS, Av. Acioni Souza Filho, nº 403, Centro, São José – SC, 88.103-790, de acordo com o Artigo 62 da Lei Orgânica do Município de São José, Lei nº 8.666/1993 e legislação vigente faz saber que estará recebendo inscrições para o comércio ambulante, na modalidade que consta do OBJETO deste edital de credenciamento, para o período de finados de 2019 para as PESSOAS FÍSICAS e MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

**01 - OBJETO**

PONTO FIXO DE FLORES E VELAS: Pontos para venda de FLORES NATURAIS e FLORES ARTIFICIAIS.

PONTO FIXO ÁGUA E REFRIGERANTES: Pontos para venda ÁGUA e REFRIGERANTES.

**02 - CONDIÇÕES GERAIS**

- O número de vagas e as atividades encontram-se especificados no ANEXO II, parte integrante deste edital;
- É vedada a inscrição de mais de um membro do mesmo núcleo familiar do Requerente e do mesmo Microempreendedor individual, sob pena de desclassificação em qualquer fase do processo, neste Edital;
- Os requerentes deverão indicar o objeto e o local de interesse na hora da inscrição;
- A inscrição e o Alvará de Licença são pessoais e intransferíveis, sendo PROIBIDA a VENDA ou o ALUGUEL DO PONTO;
- Todo vendedor ambulante licenciado, deverá portar durante todo o período de trabalho:

- a) Alvará de Licença;
- b) Documento de Arrecadação Municipal quitado emitido pela Secretaria de Receita;
- c) Documento de Identificação Pessoal, com foto;

**03 - DO PERÍODO DA LICENÇA**

- Este Edital de Credenciamento tem validade para o período de Finados de 2019;
- O prazo de duração dos Alvarás de Licença emitidos para os proponentes classificados será de 25 de outubro a 02 de novembro de 2019 nas áreas delimitadas pela SUSP, em locais próximos aos cemitérios em CEMITÉRIOS NOSSA SENHORA DAS DORES – BARREIROS, SÃO JOÃO BATISTA – FORQUILHAS, SÃO JOSÉ – CENTRO HISTÓRICO, COLÔNIA SANTANA – COLÔNIA SANTANA;

**04 - DA INSCRIÇÃO, DA DOCUMENTAÇÃO e DO PAGAMENTO:****4.1- DA INSCRIÇÃO**

- a) Os interessados deverão ingressar com PROCESSO a ser protocolado no período de 24 de setembro a 11 de outubro de 2019, das 8h às 19h, no CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, Av. Acioni Souza Filho, nº 403, Centro, São José – SC, 88.103-790, munido de toda a documentação exigida;
- b) A protocolização do processo de inscrição não será cobrada taxa de inscrição.

**4.2 - DO PAGAMENTO**

Caso selecionado o inscrito deverá recolher a taxa no valor de 1 URM ( R\$ 190,52), no prazo de 5 dias, após a data do sorteio.

#### 4.3 - DA DOCUMENTAÇÃO

- c) Cópia do CPF e RG em nome do requerente, se PESSOA FÍSICA;
- d) Cópia do CCMEI - Certificado da Condição de EmpREENDEDOR da Atividade escolhida, se MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL;
- e) Cópia do COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: cópia do talão atual de água, telefone fixo ou luz com validade máxima de três meses ou cópia do contrato de locação autenticado em cartório. A cópia do comprovante de residência deve conter carimbo do CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO CONFERIDO COM O ORIGINAL ou ser autenticada em cartório. Quando o comprovante estiver em nome de terceiro, o mesmo deverá ser acompanhado de declaração de residência reconhecida em cartório. Quando o comprovante estiver em nome do cônjuge, o mesmo deverá ser acompanhado de Certidão de Casamento ou declaração reconhecida em cartório que comprove o vínculo;
- f) Os microempreendedores individuais deverão apresentar comprovante de endereço comercial, podendo ser conta de água ou de luz, em nome da empresa ou do proprietário da mesma se ela funcionar na própria residência;

#### 5- CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Estarão classificados os proponentes inscritos que obtiverem êxito no sorteio a ser realizado no dia 15 de outubro de 2019, às 9h, na sede da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, devendo os inscritos estarem presentes na data do sorteio – SUSP situada Av. Acioni Souza Filho, nº 403, Centro, São José – SC, 88.103-790, de acordo com a atividade por eles escolhida, dentro do número de vagas oferecidas no ANEXO II deste Edital.

#### 6- DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A listagem dos requerentes habilitados após a realização do sorteio será divulgada no site da Prefeitura Municipal de São José, no endereço [www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br), na data de 16 de outubro de 2019, com cópia para consulta na Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos – SUSP e no CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO.

#### 7- DAS OBRIGAÇÕES DOS REQUERENTES

- a) É obrigação do autorizado manter organizado e limpo toda a área por ele utilizada para comercialização de seus produtos, bem como, ao final da autorização, entregar a área livre em ordem e nas mesmas condições que recebeu.

#### 8- DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) As áreas a serem ocupadas pelos pontos, conforme cada atividade estar descritas no Anexo II parte integrante deste edital;
- b) Este Edital de Credenciamento está à disposição no site [www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br), encontrando-se fixado na sede da SUSP e no CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO.
- c) O prazo da autorização será para os dias 25 de outubro de 2019 a 02 de novembro de 2019.

São José/SC, 12 de agosto de 2019.

Matson Luis Cé  
Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos

#### A N E X O –I Termo de Referência

1- OBJETIVO. O presente termo de Referência tem por objeto o credenciamento dos vendedores ambulantes, para venderem os produtos descritos no objeto item 01 no feriado de Finados.

2- JUSTIFICATIVA DO CREDENCIAMENTO. Para o adequado funcionamento das atividades relacionadas aos Cemitérios pertencente à Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, necessita-se uma melhor organização e delimitação do espaço a ser utilizado para a comercialização dos produtos descritos no objeto item 01.

3- DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO. Pontos para venda de FLORES NATURAIS e FLORES ARTIFICIAIS com ou sem vasos, vasos avulsos artesanais ou industrializados e velas em pacotes ou avulsas. Pontos para venda de REFRIGERANTES E ÁGUA será permitida apenas a venda em embalagens plásticas. Sendo, portanto, proibido a venda em vidros e latas.

#### 4- DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

4.1 São de responsabilidade da contratada o envio de toda a documentação exigida no item 4.3; e o pagamento em caso de contemplação, conforme elencado no item 4.2.

4.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados;

4.3 Manter seu espaço limpo e após, findar suas atividades entregá-lo também limpo.

#### 6 - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.1O contrato terá vigência de 9 (nove) dias.

## A N E X O -II

DISCRIMINAÇÃO DO PONTO	QUANTIDADE (VAGAS)	LOCAL
ÁGUA E REFRIGERANTES	10 (dez)	Cemitérios Nossa Senhora das Dores – Barreiros 03 (três), São João Batista 03 (três), São José – Centro Histórico 02(dois) , Colônia Santana – Colônia Santana 02(dois)
PONTO FIXO DE FLORES EVELAS	10 (dez)	Cemitérios Nossa Senhora das Dores – Barreiros 03 (três), São João Batista 03 (três), São José – Centro Histórico 02(dois), Colônia Santana – Colônia Santana 02 (dois)

**PORTARIA SMI/PMSJ N° 030/2019**

Publicação N° 2124409

PORTARIA SMI/PMSJ n° 030, de 30 de julho de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei n° 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. n° 65, da Lei Ordinária n° 2.248, de 20 de março de 1991,

## RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Pedro Paulo Machado, matrícula 428246-9, para efetuar a fiscalização do Contrato 115/2019 decorrente da Dispensa de Licitação 201/2019, nos termos do art. 67 da Lei n° 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Luiz José Ferreira, matrícula 428237-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior  
Secretário Municipal de Infraestrutura Cientes,

Pedro Paulo Machado Luiz José Ferreira  
Fiscal do Contrato Fiscal Suplente

**RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 062/2019**

Publicação N° 2124108

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 062/2019 - Processo n° 234/2019 – Proc. Adm. 3789/2019. Fornecedores: RIGEL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME; TECNOLAR LTDA – ME; AGUAMED COM. DE EQUIP. HOSP. E ODONT. LTDA – ME; AGNUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI e LEM COMERCIAL. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES COMPREENDENDO EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM E OUTROS DESTINADOS A ATENÇÃO ESPECIALIZADA VINCULADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 38.012,94 – trinta e oito mil, doze reais e noventa e quatro centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 549, DE 08 AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124453

RESOLUÇÃO Nº 549, DE 08 AGOSTO DE 2019.

ALTERA O ART. 1º DA RESOLUÇÃO Nº 497, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a", considerando a Resolução nº 467, de 14 de junho de 2016 e a Resolução nº 497, de 20 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº. 497, de 20 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica composta a comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, em conformidade com a Resolução n.º 467, de 14 de junho de 2016, com os seguintes servidores:

- a) Éder Felipe da Silva;
- b) Lucas Peter Keunecke;
- c) Marcelo Alessandro Macagnan".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, SC, 08 de agosto 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER  
Presidente

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 495/2019

Publicação Nº 2123744

PORTARIA Nº 495/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal Débora Pagno, ocupante do cargo efetivo de Contador Geral, Grupo ANS, Nível 15, matrícula nº 3010, referente ao período aquisitivo de 02/05/2016 a 01/05/2017, para serem gozadas no período de 12 a 21 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

VERA REGINA CERIOLI COSTA,  
Secretária Municipal da Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

### PORTARIA Nº 496/2019

Publicação Nº 2123746

PORTARIA Nº 496/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público municipal, Marcos Fernando Osachuki, ocupante do cargo efetivo de Veterinário, Grupo ANS, Nível 04, matrícula nº 1229, referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 a 31/03/2018, para serem gozadas no período de 12 a 21 de agosto 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 497/2019**

Publicação Nº 2123747

## PORTARIA Nº 497/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor público municipal Djonathan Cris Andrighi, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, Grupo TSG, Nível 10, matrícula nº 3764, referente ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 31/07/2019, para serem gozadas no período de 12 a 31 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 498/2019**

Publicação Nº 2123748

## PORTARIA Nº 498/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993, combinado com o Artigo 1º da Lei Complementar nº 066/2017, de 26 de setembro de 2017;

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público municipal José de Conto, ocupante do cargo eletivo de Vice Prefeito, matrícula nº 2745 referente ao período aquisitivo de 01/01/2018 a 31/12/2018 para serem gozadas no período de 14 a 23 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 14 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 499/2019**

Publicação Nº 2123750

## PORTARIA Nº 499/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor público municipal Elandir João Zanardi, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração, matrícula nº 3184, referente ao período aquisitivo de 04/05/2016 a 03/05/2017, para serem gozadas no período de 16 a 30 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 500/2019**

Publicação Nº 2123751

PORTARIA Nº 500/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal Karoline Lazarotto, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, matrícula nº 3404, referente ao período aquisitivo de 05/09/2017 a 04/09/2018, para serem gozadas no período de 19 de agosto a 02 de setembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 19 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 501/2019**

Publicação Nº 2123752

PORTARIA Nº 501/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal Maiara Regina de Mello, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, matrícula nº 3402, referente ao período aquisitivo de 22/08/2017 a 21/08/2018, para serem gozadas no período de 19 de agosto a 02 de setembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 19 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.



Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 502/2019**

Publicação Nº 2123754

PORTARIA Nº 502/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal Silene Terezinha Beckenkamp Lunkes, ocupante do cargo efetivo de Agente Social, matrícula nº 338, referente ao período aquisitivo de 09/03/2018 a 08/03/2019, para serem gozadas no período de 19 a 28 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 19 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 503/2019**

Publicação Nº 2123756

PORTARIA Nº 503/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, combinado com o Art. 7º, da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 09 de agosto de 2019, a servidora pública municipal Deisi Gralow, admitida através da Portaria nº 418/2019, de 01 de julho de 2019, ocupante do cargo temporário de Professor, matrícula nº 3928.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 504/2019**

Publicação Nº 2123757

PORTARIA Nº 504/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso III, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e item 11.6 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Deisi Gralow, para exercer o cargo de Professor não Habilitado, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área I da Educação Infantil, para ter exercício junto a Creche Municipal Pingo de Gente, no período de 12 de agosto a 20 de dezembro de 2019, decorrência de abertura de nova vaga para o ano letivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 505/2019**

Publicação Nº 2123758

PORTARIA Nº 505/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o contrato temporário da servidora pública municipal Marines Graff Mossmann, admitida para exercer o cargo de Professor Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol - CEMEG, no período de 12 a 26 de agosto de 2019, em substituição a professora titular da vaga, Soeli Justen dos Santos, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 506/2019**

Publicação Nº 2123761

PORTARIA Nº 506/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o contrato temporário da servidora pública municipal Cintiane Cristina Trentin M-Iler, admitida para exercer o cargo de Professor Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol - CEMEG, no período de 12 a 26 de agosto de 2019, em substituição a professora titular da vaga, Soeli Justen dos Santos, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 507/2019**

Publicação Nº 2123760

PORTARIA Nº 507/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso III, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Beatriz de Mello Martini, para exercer o cargo de Professor Habilitado, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área I da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste Município, no período de 09 de agosto a 20 de dezembro de 2019, em decorrência de abertura de nova vaga para o ano letivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 508/2019**

Publicação Nº 2123762

PORTARIA Nº 508/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso III, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Edione Girardi, para exercer o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área I da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste Município, no período de 12 de agosto a 20 de dezembro de 2019, em decorrência de abertura de nova vaga para o ano letivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 509/2019**

Publicação Nº 2123764

PORTARIA Nº 509/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor público municipal Gilberto Toigo, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, matrícula nº 1231 referente ao período aquisitivo de 08/10/2017 a 07/10/2018 para serem gozadas no período de 12 a 26 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 09 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 510/2019**

Publicação Nº 2123765

PORTARIA Nº 510/2019.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 21 de junho de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Constituir a Comissão Julgadora Municipal, responsável pelo acompanhamento da 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, constituída pelos seguintes membros:

Membro: Maribel Terezinha Caron  
Membro: Joeldes Kuhn Taube  
Membro: Mauro Weber  
Membro: Liange Caroline Gattermann

Art. 2º. Ficam estabelecidos como objetivos da Comissão Julgadora Municipal:

a) Avaliar e selecionar os textos recebidos das Comissões Julgadoras Escolares das escolas das redes de ensino municipal, estadual e federal localizadas no município de São José do Cedro, estado de Santa Catarina;

b) Todos os textos digitados no sítio eletrônico <[www.escrevendoofuturo.org.br](http://www.escrevendoofuturo.org.br)>, referentes às escolas participantes localizadas no município de São José do Cedro, deverão ser avaliados pela Comissão Julgadora Municipal.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro – SC, 09 de agosto em de 2019.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 511/2019**

Publicação Nº 2123766

PORTARIA Nº 511/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições do § 1º e § 3º, do Art. 10, da Lei Complementar nº 005, de 29 de agosto de 2003 e § 3º, do Art. 10, da Lei Complementar nº 010/2006, de 23 de maio de 2006;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal, Marina Ongaratto, ocupante do cargo temporário de Professor não Habilitado, matrícula nº 3831, na área II do Ensino Fundamental, PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO, por ser portadora do Certificado de Conclusão do Curso de Graduação de Letras com habilitação em Português/Inglês, passando para o cargo temporário de Professor habilitado Nível 2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2019.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 09 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 512/2019**

Publicação Nº 2123767

PORTARIA Nº 512/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, Art. 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Judite Lorenzon Deicke, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível 03, Classe QE\*, matrícula nº 207, o 10º (décimo) triênio, referente ao período de 06/07/2016 a 05/07/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 33% (trinta e três por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 12 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 513/2019**

Publicação Nº 2123769

PORTARIA Nº 513/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, Art. 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Ana Paula Pecin, ocupante do cargo efetivo de Monitor de Creche, Nível 02, matrícula nº 2863, o 02º (segundo) triênio, referente ao período de 09/07/2016 a 08/07/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 06% (seis por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 12 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### ATA 02/2019 - COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DO VII SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL

Publicação Nº 2124250

#### COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DO VII SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL

ATA Nº 02/2019

Ao quatorze dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às 14 horas, reuniram-se na sede do Instituto Cultural de São Lourenço, todos os membros da Comissão Central Organizadora do 7º São Lourenço Rock Festival, designada pela Portaria nº 024, de 28 de maio 2019, para tratar da análise dos recursos interpostos perante a publicação da classificação, ensejando a reavaliação da documentação apresentada pelos grupos/bandas que manifestaram interesse em participar do evento.

O Presidente da Comissão, Lourenço Rômulo Innocêncio Neto, após dar as boas vindas aos demais membros, expôs o conteúdo dos dois recursos protocolados via e-mail da instituição, conforme segue:

Nome	Proponente	Solicitação
Sagrav	Protásio Vargas Neto	Revisão da pontuação, considerando o número de apresentações dentro do período de 01/01/2018 até a data de inscrição; Revisão da Pontuação para o item Gravação de Clipe.
Coletivo Estoril	Dom de Oliveira	Solicitação de deferimento da inscrição, considerando que o Regulamento não deixava claro como proceder quanto à obtenção do número de SNIIC.

Considerando o alvidrado pelos requerentes, após a reanálise das inscrições dos mesmos, decidiu a CCO pelo provimento do recurso interposto pelo proponente Protásio Vargas Neto (Sagrav), e pelo indeferimento da interposição efetuada pelo proponente Dom de Oliveira (Coletivo Estoril), quanto a não apresentação do número de SNIIC.

Reanalizada a documentação da banda Sagrav, a Comissão Central Organizadora verificou que a mesma atingiu 28 (vinte e oito) pontos, conforme quadro a seguir:

Sagrav / Chapecó – SC	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	02
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	10
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	04
Gravação de EP ("Extended Play").	06
Gravação de Clipe.	04
Gravação de Single.	01
TOTAL DE PONTOS	28

No tocante ao recurso interposto pela banda Coletivo Estoril, julgou a Comissão Central Organizadora que o mesmo não merece deferimento, tendo em vista que a indicação do SNIIC se trata de informação obrigatória exigida no item 3.4, alínea "e", do Regulamento, e, conforme previsão no item 3.5 do mesmo, o preenchimento incorreto das informações de que trata o item 3.4 poderia ocasionar a eliminação do proponente.

A título de esclarecimento, a ausência de maiores orientações quanto à obtenção do número do SNIIC não cabe diretamente ao processo de inscrição previsto pelo Regulamento, já que este dá-se em plataforma federal (plataforma Mapas da Cultura: <http://mapas.cultura.gov.br>), cabendo ao proponente realizá-lo e indicar o referido número no campo apontado no ato de inscrição.

Desta forma, a CCO torna pública a nova tabela classificatória e reabre o prazo de dois dias úteis, conforme item 6.2 do regulamento, a contar do ato de publicação, para confirmação das atrações selecionadas, conforme os quadros que seguem:

#### PERFORMANCE DE MÚSICA ELETRÔNICA:

Nome	Proponente	Cidade	Pontuação
Dj Selle	Ederson Servelin	São Lourenço do Oeste - SC	02

BANDAS SELECIONADAS (considerando que o Regulamento previa até 04 (quatro) apresentações lourencianas, e que houve 03 (três) bandas inscritas e aptas à participação com sede em São Lourenço do Oeste/SC):



Nome	Proponente	Cidade	Pontuação
Dezert Sons	Josias Andriel Graboski	Passo Fundo - RS	41
Dinamark Blues Band	Lauro Jean St-rmer	São Miguel do Oeste - SC	29
Sagrav	Protásio Vargas Neto	Chapecó - SC	28
Estação 77	Junior Patrik Alves	Chapecó - SC	27
Carlota Joaquina	Djonatan V. Fronza	Chapecó - SC	20
Cera Quante	Danimar Guerra	São Lourenço do Oeste - SC	11
#Sentapúa!	Jair L. da Rosa Junior	São Lourenço do Oeste - SC	10
Alguns Beras	Marcel Eduardo Fill	São Lourenço do Oeste - SC	08

Em caso de não confirmação de algumas das participações, serão convocadas as bandas constantes na ordem descrita na tabela abaixo, respeitada a pontuação:

Nome	Proponente	Cidade	Pontuação
Rey Cabron	Willian Maziero	São José do Cedro - SC	18
Cartola do Corvo	Cristian Herchovicz	Francisco Beltrão - PR	14
Material bÉlico	Guilherme S. Silverio	Pato Branco - PR	10
Allost	Luciano Alfredo Bravo	São Miguel do Oeste - SC	08
Sociedade dos Coveiros	Geon Willian Jasinski	Dois Vizinhos - PR	07
Bife de Fígado	Carlos W. C.dos Santos	Chapecó - SC	05
Elemento O'culto	Marcos V.de Almeida	São Francisco do Sul - SC	02
Rooster Head	Bruno Deotti	Campo Erê - SC	02

Considera-se importante novamente ressaltar que os horários de apresentação de cada atração serão definidos pela Comissão, após a confirmação dos selecionados.

Sem mais, eu, Fabio Luiz Figueira Santos, lavrei a seguinte ata que segue assinadas por todos os membros.

Lourenço Rômulo Innocência Neto  
Presidente da CCO

Fábio Luiz Figueira Santos  
Secretário

Everton Luiz Lovera  
Membro

Rafael Silvestre de Vargas  
Membro

Roveli Bichels  
Membro

Rennã Higor Fedrigo  
Presidente do ICSL

## DECRETO Nº 6.341, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2123298

DECRETO Nº 6.341, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Permite o uso gratuito de espaço pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 6.195, de 08 de fevereiro de 2019,

CONSIDERANDO que se trata de evento beneficente, denominado "Macãorronda", com a finalidade de adquirir recursos financeiros para o custeio das atividades da Associação Protetora dos Animais de São Lourenço do Oeste (Fênix), declarada de utilidade pública pela Lei nº 2.223, de 19 de junho de 2015, bem como avaliando que se trata de entidade sem fins lucrativos, conforme definido em seu Estatuto, mantida através de parcerias, convênios e doações espontâneas de qualquer modalidade, constituída por sócios voluntários, que, portanto, colaboram nas atividades realizadas sem receber gratificação financeira, enquadrando-se no art. 13, da Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso gratuito do restaurante, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, de São Lourenço do Oeste/SC, em virtude da realização de jantar beneficente, denominado "III Macãorronda", a ser promovido em 04 de

outubro de 2019, pela Associação Protetora dos Animais de São Lourenço do Oeste - Fênix, inscrita no CNPJ sob o nº 21.433.751/0001-71. Parágrafo único. Pela utilização a que se refere o caput, a permissionária deverá efetuar o recolhimento do montante fixado em 2,33UFR-Ms - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente a quantia de R\$ 275,71 (duzentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos), conforme disposto no art. 1º, e anexo único, do Decreto nº 6.195, de 08 de fevereiro de 2019 e alterações posteriores, de modo a custear as despesas decorrentes da manutenção do local.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.342, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2123869

DECRETO Nº 6.342, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 15.999,72 (quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.054 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0067	37	Aplicações Diretas	R\$ 15.999,72

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lenir Fátima Cruzetta

Analista Administrativo

Matrícula nº 3062/02

## DECRETO Nº 6.343, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2123871

DECRETO Nº 6.343, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.181.4503.2.008 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	184	Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o

que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 2.484, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123333

LEI Nº 2.484, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a realização de Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

Art. 2º O Termo de Cessão de Uso a ser firmado terá por objetivo a cessão pelo Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste/SC do uso do seguinte bem de sua propriedade: 01 (um) veículo de passeio, marca Chevrolet, modelo Ônix 10mt Joy, cor vermelha, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação e modelo 2019, chassi nº 9BGKL48U0KB230309, renavan nº 1192993818, placa QJQ9814, com registro patrimonial nº 023155 e valor de aquisição de R\$ 47.940,00 (quarenta e sete mil, novecentos e quarenta reais).

Art. 3º A manutenção, guarda e fornecimento de combustível, bem como a contratação de motorista devidamente habilitado para a condução do veículo identificado no artigo 2º, será de exclusiva responsabilidade do cessionário, que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização do mesmo.

Art. 4º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso a ser firmado dar-se-á por 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários para o atendimento da respectiva cessão e desde que haja interesse das partes.

Art. 5º O respectivo Termo de Cessão de Uso a ser firmado regulará o uso do bem de que trata a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 2.485, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123337

LEI Nº 2.485, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Atlética Lageado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro, no exercício de 2019, para a Associação Atlética Lageado, inscrita no CNPJ sob nº 00.776.490/0001-12: no valor de 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para fins de regularizar e ampliar a cancha de bocha da comunidade de Linha Lageado Grande.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.486, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123351

LEI Nº 2.486, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Altera a Lei 1.293, de 27 de março de 2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 1.293, de 27 de março de 2001, que “dispõe sobre a faixa de utilidade pública para estradas rurais municipais e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º Fica estabelecida a faixa de utilidade pública para as estradas rurais municipais, que será de 15 (quinze) metros do eixo da estrada, em ambas as margens.

..... ”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.487, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123382

LEI Nº 2.487, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Altera a Lei 1.807, de 27 de maio de 2009, cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 1.807, de 27 de maio de 2009, que “dispõe sobre a nova Lei do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, revoga a Lei Municipal nº 1.522, de 07 de Junho de 2005 e dá outras providências”, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico -CMDE, órgão deliberativo e consultivo do Poder Executivo Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Relações Institucionais, que tem por objetivo promover, de maneira efetiva, o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade lourenciana, além de acompanhar e fiscalizar o cumprimento da política municipal de desenvolvimento econômico.

“Parágrafo único. No desenvolvimento de suas atividades, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico poderá utilizar-se de programa de desenvolvimento local, com o intuito de implementar as estratégias e contribuir com a economia do Município”. (NR)

“Art. 2º .....

V - propor diretrizes para o estabelecimento da política de desenvolvimento econômico municipal, incluindo os setores de indústria, prestação de serviços, agronegócio, comércio e turismo, mediante a concessão de incentivos voltados à atração de novos investimentos, além da expansão, modernização e consolidação dos empreendimentos já existentes;

X - fiscalizar o devido cumprimento da lei municipal que trata da política de desenvolvimento econômico do Município.

..... ”. (NR)

“Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico será composto de 15 membros, denominados Conselheiros, assim distribuídos:

I - .....

II - revogado;

(...)

§ 1º São membros natos do Conselho, ocupantes das vagas destinadas ao Poder Executivo Municipal, o Vice-Prefeito Municipal, o Secretário Municipal Relações Institucionais, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, e o Secretário Municipal da Agricultura.

..... ”. (NR)

Art. 2º A Lei nº 1.807, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar acrescida dos seguintes capítulos:

I - Capítulo I: “Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE”, que antecede o artigo 1º;

II - Capítulo II: “Do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - FMDE”, que sucede o artigo 16.

Art. 3º A Lei nº 1.807, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 4-A. Durante o andamento dos trabalhos, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico poderá criar Câmaras Técnicas,

formadas pelos Conselheiros e/ou pessoas voluntárias com conhecimento no assunto em análise, a fim de proporem estratégias e projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico local". (NR)

"Art. 16-A. Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - FMDE, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento econômico, no âmbito do Município de São Lourenço do Oeste.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, mecanismo captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo diretrizes e deliberações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e das prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, tem na Secretaria Municipal de Relações Institucionais sua estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas, na forma da Lei." (NR)

#### "Seção I Da constituição do FMDE" (NR)

"Art. 16-B. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, instituído por esta Lei, é constituído pelos recursos depositados em conta especial a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, a saber:

I - dotações consignadas anualmente na legislação orçamentária municipal;

II - recursos provenientes do Município através de dotações orçamentárias e créditos adicionais;

III - transferências oriundas do Orçamento Geral da União, do Governo do Estado de Santa Catarina e através de seus órgãos de administração direta ou indireta, ligados ou não ao desenvolvimento econômico;

IV - contribuições, doações, subvenções, auxílios, transferências e legados de órgãos e entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais, bem como de pessoa física ou jurídica de qualquer natureza;

V - recursos oriundos de convênios, acordos e contratos celebrados com instituições públicas e privadas;

VI - a remuneração oriunda de aplicações financeiras e ações de qualquer natureza decorrentes do desenvolvimento econômico no Município;

VII - as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias, oriundas de financiamentos ou empréstimos das atividades econômicas vinculadas ao desenvolvimento econômico, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo tiver direito a receber por força de Lei, convênios ou contratos pertinentes;

VIII - outras taxas ou recursos de qualquer origem que forem vinculados ou transferidos;

IX - resultado operacional próprio". (NR)

"Art. 16-C. Constituem ativos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico:

I - disponibilidade monetária em instituição financeira oficial oriundas das receitas específicas;

II - direitos que porventura vier a constituir." (NR)

"Art. 16-D. Constituem passivos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, as obrigações de qualquer natureza que porventura os gestores venham a assumir para a manutenção e o funcionamento do FMDE." (NR)

"Art. 16-E. O Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico evidenciará as políticas de programa de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios que regem a Administração Pública.

§ 1º O Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico integrará o Orçamento Geral do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º O Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico observará na sua elaboração e na sua execução os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente." (NR)

"Art. 16-F. A contabilidade do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente." (NR)

"Art. 16-G. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente de informar, inclusive de apropriar e apurar seu objetivo, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos." (NR)

#### "Seção II Da destinação dos recursos do FMDE" (NR)

"Art. 16 - H. A despesa do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico se constituirá de:

I - pagamento pela prestação de serviços ou execução de programas, obras ou projetos específicos do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico;

II - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

III - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico;

IV - atendimento de despesas diversas, manutenção e desenvolvimento das políticas de desenvolvimento econômico do Município;

V - divulgação do desenvolvimento econômico do Município e publicidade legal;

VI - apoio a realização de eventos que promovam o desenvolvimento socioeconômico, do Município;

VII - demais despesas necessárias ao funcionamento do Conselho." (NR)

"Art.16-I. A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei." (NR)

#### "Seção III Dos Gestores do FMDE"

“Art. 16-J. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, mecanismo captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo diretrizes e deliberações do Conselho, tem na Secretaria Municipal de Relações Institucionais sua estrutura de execução e controles contábeis.”

“Art. 16-K. O gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - FMDE é o Presidente do Conselho, em conjunto com o chefe do Poder Executivo Municipal ou quem este designar mediante ato legal.

Parágrafo único. Os gestores do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico são autorizados a realizar movimentações dos recursos das contas bancárias do FMDE.” (NR)

“Art. 16-L. São atribuições dos Gestores do Fundo:

I - registrar contabilmente os recursos orçamentários próprios do Município transferidos ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, bem como os recursos recebidos por transferência pelo estado ou pela União, através de seus órgãos de administração direta ou indireta, para a área de turismo;

II - registrar os recursos captados pelo Município mediante convênio ou doações ao Fundo;

III - manter o controle escritural de todas as contas bancárias e das aplicações financeiras, de acordo com a lei;

IV - liberar os recursos a serem aplicados nos projetos de desenvolvimento econômico do Município, de conformidade com o orçamento, para atendimento do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e Resoluções do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, sem prejuízo das determinações do Poder Executivo, no interesse do desenvolvimento econômico no Município;

V - administrar os recursos específicos para os programas e serviços relacionados ao turismo, segundo as resoluções do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VI - exercer outras atividades não especificadas, necessárias para a manutenção do Fundo Municipal Desenvolvimento Econômico no Município de São Lourenço do Oeste-SC.” (NR)

Art. 4º Fica revogado o inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 1.807, de 27 de maio de 2009.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1.015, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123210

PORTARIA Nº 1.015, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal SILVANA FURLANETTO, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3299/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 de setembro a 01 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

## **PORTARIA Nº 1.016, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123205

PORTARIA Nº 1.016, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 51, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 20 de agosto de 2019, o servidor público municipal ANACLETO KRONBAUER JUNIOR, ocupante do



cargo em comissão de Diretor de Planejamento Institucional, matrícula nº 3436/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

### **PORTARIA Nº 1.017, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123563

PORTARIA Nº 1.017, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.747 de 03 de outubro de 2017 e Decreto nº 6.307 de 03 de Julho de 2019,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Nomear, a Senhora PAULA DANIELLI DA SILVA SOUZA, aprovada no Concurso Público nº 001/2017, para ocupar o cargo de MÉDICO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no PSF de São Roque, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde. Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 23 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de Agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

### **PORTARIA Nº 1.018 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123713

PORTARIA Nº 1.018 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal e com base art. 23 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR, a servidora pública municipal VILMA MARIA PERTILLE, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3001/56, para exercer suas atribuições junto à Secretaria Municipal de Saúde – ESF do bairro Cruzeiro, por tempo indeterminado.

Art.2º Fica revogada a portaria nº985 de 02 de agosto de 2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.



**PORTARIA Nº 1.019 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123721

PORTARIA Nº 1.019 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal e com base art. 23 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR, a servidora pública municipal EVA DE FATIMA VERGUTZ, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3001/56, 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atribuições junto à Secretaria Municipal de Saúde – ESF do distrito de Frederico Wastner, por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

**PORTARIA Nº 1.020 , DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123892

PORTARIA Nº 1.020 , DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e alteração pela Lei Complementar nº 240 de 02 de Julho de 2019,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal ANALICE CECCO DA ROSA, ocupante de cargo de Professor Habilitado – ACT, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 3524/01, no período de 12 de agosto de 2019 a 07 de fevereiro de 2020, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de Agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO 46-2019

Publicação Nº 2124486

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 46/2019  
Modalidade: Pregão Presencial  
Registro de Preço

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE ESTEIRAS E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PARA O PROGRAMA DE INCENTIVO A PRODUÇÃO RURAL DO MUNICIPIO, PARA ENTREGA NO PERÍODO DE 12 MESES, com entrega de forma parcelada, a empresa LIDER TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.344.235/0001-09, no valor total de R\$ 61.125,00. São Miguel da Boa Vista/SC, em 14 de agosto de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO EDITAL 47-2019

Publicação Nº 2124488

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2019  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, o presente tem por finalidade AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO, DE CONSTRUÇÃO E TELEFONIA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 28/08/2019. Maiores informações, bem como cópia do edital na integra encontram-se disponíveis no site do município, bem como poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiaria da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 14 de agosto de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 2123460

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: Execução de atividades constantes do Plano de Trabalho aprovado nos autos do Chamamento Público nº 02/2019, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco para a cessão de uma sala de 33m<sup>2</sup>, no pavimento térreo do prédio do Centro Cultural Municipal "Olímpio Dal Magro", para o desenvolvimento de atividades culturais.

VALOR: R\$ 0,01

VIGÊNCIA: 26/07/2020

ACORDO DE COOPERAÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A UMIPLART – UNIÃO MIGUELOESTINA DE ARTESÃOS E ARTISTAS PLÁSTICOS

ASSINA pelo MUNICÍPIO: ALENCAR BARBIERI

ASSINA pela ENTIDADE: CLEUSA ANA FONTANA PUHLE

São Miguel do Oeste/SC, 14 de agosto de 2019.

### CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO- EDITAL Nº 007/2019

Publicação Nº 2124410

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste/SC

Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Classificação Processo Seletivo Simplificado- Edital nº 007/2019

#### Professor Habilitado

Nome do candidato	Pontuação
Ana Júlia Joaquim	1,5

#### Professor Não Habilitado

Nome do candidato	Pontuação
Maritânia Marconi Lolato	2,0
Janieli Prudente	Desclassificada

Jaqueline Gaboardi

Comissão de análise documental do Processo Seletivo

Marialice Brassiani

Comissão de análise documental do Processo Seletivo

Janaíne Graziela dos Santos Tiepo

Comissão de análise documental do Processo Seletivo

São Miguel do Oeste, 14/08/2019

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 1/2019

Publicação Nº 2123723

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL ADMINISTRATIVO

Contrato Administrativo Nº.: 1/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: AMEOSC- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

Valor ..... :

Vigência ..... : Início: 15/07/2019 Término: 31/12/2019

Objeto ..... : contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Concurso Público que acontecerá no dia 15 (quinze) de setembro de 2019, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente.

São Miguel do Oeste, 14 de agosto de 2019.

## **CONTRATO ADMINISTRATIVO 2/2019**

Publicação Nº 2123726

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL ADMINISTRATIVO

Contrato Administrativo Nº.: 2/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: AMEOSC- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

Valor ..... : R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais)

Vigência ..... : Início: 15/07/2019 Término: 31/12/2019

Objeto ..... : contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Seletivo que acontecerá no dia 22 (vinte e dois) de setembro de 2019, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente.

São Miguel do Oeste, 14 de agosto de 2019.

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 01/2019**

Publicação Nº 2124390

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
Comissão de Sindicância Administrativa Portaria nº 0766/2019  
Rua Marcílio Dias, 1199, centro, São Miguel do Oeste - SC  
(49) 3631 2000

### **EDITAL DE INTIMAÇÃO 01/2019**

A presidente da Comissão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº 0766/2019, de 02 de maio de 2019, expedida pela Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência Sra. Leila Fátima dos Santos, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 164 da Lei Complementar 09/2012 de 02 de abril de 2012, combinado com o art. 256 do Código de Processo Civil, INTIMA, pelo presente edital, por se encontrar em local incerto e não sabido, a Sra. Luciane Schmeier Marion, CPF 023.729.629-22, a comparecer perante esta comissão, que se encontra instalada no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Marcílio Dias, nº 1199, centro, São Miguel do Oeste – SC, às 09 horas do dia 19 de agosto de 2019, a fim de prestar depoimento sobre atos e fatos constantes do processo de sindicância administrativa Portaria 0766/2019.

MARINILSE OLIVEIRA DA SILVA  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 111/2019**

Publicação Nº 2123641

PORTARIA 0111/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS REMANESCENTES A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e demais legislações;

RESOLVE CONCEDER FÉRIAS ANUAIS REMANESCENTES:

Art. 1º Fica concedido férias anuais remanescentes à Servidora da Câmara Municipal, Senhora ANGELA FAVERO, brasileira, ocupante do cargo de Recepcionista, a partir de 02 de setembro a 19 de setembro de 2019, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Registre-se, publique-se e comunique-se.

Gabinete do Presidente do Câmara de São Miguel do Oeste, SC,  
Em 13 de agosto de 2019.  
Vereador Everaldo Di Berti  
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria, foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó  
Secretário Executivo

**PORTARIA 112/2019**

Publicação Nº 2123645

PORTARIA 0112/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Servidor GENUIR ANTÔNIO PERIN, a percepção de 1/3 (um terço) de diária em razão de deslocamento à cidade de Chapecó - SC, com o objetivo de levar a Vereadora Silvia Teresinha Kuhn ao aeroporto daquela cidade, tendo como dia de partida o dia 13 de agosto de 2019, às 13h30min, com retorno previsto no dia 13 de agosto de 2019, às 18h30min, tendo como meio de transporte veículo do Poder Legislativo.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais), perfazendo o total de R\$ 58,33 (cinquenta e oito reais e trinta e três centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,  
Em 13 de agosto de 2019.  
Vereador Everaldo Di Berti  
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria, foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó  
Secretário Executivo

**PORTARIA 113/2019**

Publicação N° 2123647

## PORTARIA 0113/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Servidor GENUIR ANTÔNIO PERIN, a percepção de 1/3 (um terço) de diária em razão de deslocamento à cidade de Chapecó - SC, com o objetivo de buscar a Vereadora Silvia Teresinha Kuhn no aeroporto daquela cidade, tendo como dia de partida o dia 16 de agosto de 2019, às 12h, com retorno previsto no dia 16 de agosto de 2019, às 18h30min, tendo como meio de transporte veículo do Poder Legislativo.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais), perfazendo o total de R\$ 58,33 (cinquenta e oito reais e trinta e três centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,  
Em 13 de agosto de 2019.  
Vereador Everaldo Di Berti  
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,  
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó  
Secretário Executivo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 254/2019

Publicação Nº 2123617

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 254/2019

Concede férias ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, férias por 07 dias que gozará a partir de 19/08/2019 a 25/08/2019, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de agosto de 2019.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.



# Saudades

## PREFEITURA

### DECRETO N. 54, DE 03 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2123694

DECRETO N. 54, DE 03 DE JULHO DE 2019.

“REGULAMENTA O TRÁFEGO DE MOTOS NA 15ª TRILHA VALE DA HOSPITALIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, prefeito municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto no artigo 44, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o Grupo Enrola Espia de Saudades – Vale da Hospitalidade estará realizando no dia 21.09.2019, entre as 13h:30min às 19h:00min a 15ª Trilha Vale da Hospitalidade;

CONSIDERANDO que a entidade traçou um mapa delimitando o roteiro da trilha;

CONSIDERANDO que os integrantes do Grupo Enrola Espia de Saudades – Vale da Hospitalidade transitarão de forma organizada, devidamente identificados e equipados;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o tráfego de motos dos integrantes do grupo Moto Clube Saudades – Vale da Hospitalidade e demais participantes no evento da 15ª Trilha Vale da Hospitalidade, no dia 21.09.2019, entre as 08h:00min às 19h:00min, desde que estejam devidamente identificados e equipados, no seguinte roteiro: saindo do Módulo Esportivo, passando por Linha Bonito (Flamengo), Linha Santo Afonso, Linha Alto Solteiro, Linha Taipas, Linha Fátima, Linha Maipuzinho, Linha Santo Antônio, Linha São Carlos, Linha Tigres, Coxilha, Linha Julião com retorno até o Módulo Esportivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades/SC, 03 de Julho de 2019.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na forma da Lei em data supra.

OSMAR PRESTES  
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

# Schroeder

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019-ESF/SMS/PMS

Publicação Nº 2124495

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2019-ESF/SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LARISSA SAYURI SETOGUCHI, inscrita no CPF sob nº. 076.844.629-54., aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2019-ESF/SMS/PMS, para o cargo de ENFERMEIRA ESF, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 11.2 e 11.3 do edital.

Schroeder, 13 de agosto de 2019.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019-SEMEC/PMS

Publicação Nº 2124496

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MERCIA MARQUES DE MESQUITA REINEHR, inscrita no CPF sob nº. 516.285.972-91, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 16 de agosto de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 14 de agosto de 2019.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Eberton Vargas Trentin  
Secretário de Educação e Cultura

**DECRETO Nº 4.825/2019, DE 09 DE AGOSTO 2019.**

Publicação Nº 2124489

**DECRETO Nº 4.825/2019, DE 09 DE AGOSTO 2019.**

**OSVALDO JURCK**, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

<b>Nome</b>	<b>Nível Anterior</b>	<b>Nível Atual</b>
Daniela Samuleski	29	30
Débora Patricia Grando Borges	53	54
Elmer Sandro Quadros	47	48
Eloir José Wendt	26	27
Francisco Machado Dos Reis	37	38
Iria Schons	15	16
José Luiz Pinheiro da Silva	37	38
Karine Viergutz Marques	28	29
Marcelo de Oliveira	26	27
Maria Aparecida Fanderruf da Silva	13	14
Maria Aparecida Schmidt Miodutzki	28	29
Maria Dalzita Alves	16	17
Moises Junior Formagini	13	14
Raquel Fuckter	58	59
Valderi Rocha Camargo	41	42

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

<b>Nome</b>	<b>Nível Anterior</b>	<b>Nível Atual</b>
Alexandra Luchini	C-7-VI	C-8-VI
Arlene da Silva Ropelato	C-3-II	C-4-II
Dalila Isabel Ronchi Konell	C-13-VII	C-14-VII
Edaisse sasse	C-7-V	C-8-V

Elaine Cristina Raimundi  
Lilian Klaumann

C-2-II  
B-1

C-3-II  
B-2

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 09 de agosto de 2019.

**OSVALDO JURCK**  
Prefeito Municipal

Publicada por:

**TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY**  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.993/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124491

PORTARIA Nº 7.993/2019, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR, a partir desta data, o pedido de demissão da servidora Sra. Maria Angelica Fracasso Vieira, no cargo de Auxiliar de Sala.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 14 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN  
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA DE LICITAÇÃO N.068/19**

Publicação Nº 2123940

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**CNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 68/2019 - DL****Processo Nr.: 70/2019  
Data: 13/08/2019**

Folha: 1/2

Fornecedor: RANCHO BOM SUPERMERCADOS LTDA  
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO  
Cidade: SCHROEDER - SC  
CNPJ: 08.597.765/0001-62

Código: 260

Inscrição Estadual: 255.329.075

**Objeto da Compra:** MATERIAL PARA HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA E GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	4,00	UN	BOLACHA CREAM CRACKER (TIPO CLUB SOCIAL)
2	1,00	UN	FACA GRANDE
3	10,00	UN	CAFÉ EM PÓ 500 GRAMAS
4	3,00	UN	LEITE EM PO LATA 400 GR
5	6,00	UN	LEITE INTEGRAL (CAIXA TETRA PARK)
6	1,00	UN	DETERGENTE DE LOUÇA 500 ML NEUTRO
7	1,00	UN	DIFUSOR DE AMBIENTES
8	2,00	UN	CAIXA DE PALITOS DE DENTE TIPO BAMBU OU COM MENTA.

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

PARA REALIZAR HIGIENIZAÇÃO, GUARNECER A COPA & COZINHA E OFERECER ÁGUA MINERAL, CAFEZINHO E ITENS INERENTES É NECESSÁRIO A AQUISIÇÃO DESSES PRODUTOS PELO MELHOR PREÇO, E A EMPRESA QUE OFERTOU A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA FOI A "RANCHO BOM SUPERMERCADOS LTDA"

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

O CRITÉRIO DE JULGAMENTO FOI O DO MENOR PREÇO GLOBAL, RESTANDO VENCEDORA A EMPRESA RANCHO BOM SUPERMERCADOS.

Schroeder, 13 de Agosto de 2019

-----  
MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 68/2019 - DL****Processo Nr.: 70/2019  
Data: 13/08/2019**

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

-----  
SÉRGIO ROHDEN  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Valor da Despesa:**

220,23 (duzentos e vinte reais e vinte e três centavos)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

# Seara

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019

Publicação Nº 2124186

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2019 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 067/2019 – REGISTRO DE PREÇO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 051/2019  
Pregão Presencial nº 067/2019  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda - ME, CNPJ nº 11.499.653/0001-83, estabelecida na rua Silvino Ciarini, nº 530, sala A, bairro Industriários, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Kleber Luiz Libano, brasileiro, casado, empresário, RG nº 14/R. 2.699.456-9, CPF nº 848.629.399-53, residente e domiciliado na rua Silvino Ciarini, nº 530, bairro Industriários, Concórdia, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 067/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de troféus e medalhas personalizadas, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 14.573,40 (quatorze mil, quinhentos e setenta e três reais e quarenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/08/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/08/2020.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 067/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 14/08/2019.

Edemilson Canale Kleber Luiz Libano  
Prefeito Municipal Objetiva Comércio de Equip. Ltda - ME  
Município de Seara Contratada

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019

Publicação Nº 2124185

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2019 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 067/2019 – REGISTRO DE PREÇO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 051/2019  
Pregão Presencial nº 067/2019  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Monumental Indústria e Comércio de Troféus Ltda - ME, CNPJ nº 02.313.167/0001-38, estabelecida na rua 14 de Agosto, nº 560-E bairro Maria Goretti, Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. Nelson de Lara Ramos, brasileiro, casado, RG nº 400.430 SSP/SC, CPF nº 297.061.069-87, residente e domiciliado na rua Guaporé, 3132-D, Bairro Paraíso, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 067/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de troféus e medalhas personalizadas, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:



.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 5.020,00 (cinco mil e vinte reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/08/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/08/2020.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 067/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 14/08/2019.

Edemilson Canale Nelson de Lara Ramos

Prefeito Municipal Monumental Ind. e Com. de Troféus

Município de Seara Contratada

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019

Publicação Nº 2124182

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2019 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 067/2019 – REGISTRO DE PREÇO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 051/2019  
Pregão Presencial nº 067/2019  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Grego Fabricação e Comércio de Artigos e Acessórios Esportivos Eirelli Me, CNPJ nº 23.414.326/0001-60, estabelecida na rua Minas Gerais, nº. 731-E, bairro Presidente Médici, Chapecó, SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Sostenes Wenceslau Dos Santos, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 3257523, CPF nº. 021.234.639-30, residente e domiciliado na rua Minas Gerais, nº. 731-E, bairro Maria Goretti, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 067/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de troféus e medalhas personalizadas, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 24.866,18 (vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/08/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/08/2020.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 067/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 14/08/2019.

Edemilson Canale Sostenes Wenceslau Dos Santos  
Município de Seara Grego Fabricação e Comércio de  
Contratante Artigos e Acessórios Esportivos Eirelli  
Contratada

## DECRETO Nº 1692

Publicação Nº 2123622

DECRETO Nº 1692, de 14 de agosto de 2019

Formaliza Termo de Credenciamento nº 022/2019 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 022/2019, Processo de Licitação nº 181/2019, Modalidade de Inexigibilidade nº 024/2019, de 12 de agosto de 2019,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 12 de agosto de 2019, fica CREDENCIADO o Sr. Mercio Antonio Lorscheiter para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 181/2019, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 024/2019, datado em 12 de agosto de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 14 de agosto de 2019  
EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 14 de agosto de 2019

Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária da Administração

## DECRETO Nº 1693

Publicação Nº 2123624

DECRETO Nº 1693, de 14 de agosto de 2019.

Formaliza Termo de Credenciamento nº 004/2019-FMS para Serviços Especializados na Área de Saúde Pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da alínea "j" da cláusula décima segunda do Termo de Credenciamento nº 004/2019-FMS, de 12 de agosto de 2019, Processo de Licitação nº 019/2019-FMS, Inexigibilidade de Licitação nº 004/2019-FMS, de 12 de agosto de 2019.

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 12 de agosto de 2019, fica CREDENCIADA a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Roque de Seara para prestar serviços de consultas, procedimentos, exames e cirurgias para os habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, conforme especificados no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público nº 002/2017-FMS, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 019/2019-FMS, Inexigibilidade de Licitação nº 004/2019-FMS, datado em 12 de agosto de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 14 de agosto de 2019  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 14 de agosto de 2019

Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária da Administração

## DISPENSA Nº 058/2019

Publicação Nº 2123659

Processo Licitatório nº 184/2019 - Dispensa de Licitação nº 058/2019.

Objeto: Locação de sala comercial.

Justificativa: O município loca imóvel, o qual será destinado aos ensaios diários dos professores, relativos às atividades da Casa da Cultura. Justificamos a realização da dispensa de licitação, por ser um imóvel com instalações e localização próxima à Casa da Cultura.

Fornecedor: Camara de Dirigentes Lojistas de Seara

Valor Mensal: R\$ 600,00

Fundamento Legal: lei nº. 8.666/93, art 24, X

Seara, SC, 13 de agosto de 2019.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2123735

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Extrato dos Contratos e Convênios do mês de Julho de 2019.

Contrato nº 147/2019 - Dispensa de Licitação nº 048/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado a Sra. Maria Regina Thomaz, CPF Nº 523.004.630-91 – Contratada. OBJETO: Prestação de serviços para estudo de viabilidade técnica do transporte coletivo urbano. VALOR: R\$ 17.216,00. PRAZO: 04 (quatro) meses. DATA DO CONTRATO: 09/07/2019.

Contrato nº 148/2019 - Pregão Presencial nº 056/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Indústria de Móveis e Artefatos MA Ltda, CNPJ nº 73.638.009/0001-04 – Contratada. OBJETO: Aquisição de mobiliário para atender as demandas da Secretaria da Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário e do Centro de Saúde Dr. Jorge A. Lorenzoni. VALOR: R\$ 13.904,00. PRAZO: 15 (quinze) dias. DATA DO CONTRATO: 10/07/2019.

Contrato nº 149/2019 - Pregão Presencial nº 056/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa H. T. Móveis Ltda, CNPJ nº 79.919.510/0001-17 – Contratada. OBJETO: Aquisição de mobiliário para atender as demandas da Secretaria da Educação. VALOR: R\$ 575,00. PRAZO: 15 (quinze) dias. DATA DO CONTRATO: 10/07/2019.

Contrato nº 150/2019 - Dispensa de Licitação nº 05/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Sul Invest Imobiliária Ltda, CNPJ nº 07.848.429/0001-82 - Contratado. OBJETO: Reajuste do valor contratado em 3,3148%, conforme a variação do INPC-IBGE do período de julho/2018 a junho/2019. VALOR: R\$ 4.029,30. DATA DO CONTRATO: 10/07/2019.

Contrato nº 151/2019 – Dispensa de Licitação nº 049/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Sergio Augusto Basse - ME, CNPJ nº. 02.630.482/0001-99 – Contratada. OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra e fornecimento de peças para manutenção do motor do rolo compactador Dynapac CA15 - frota 35. VALOR: R\$ 11.208,00. PRAZO: 05 (cinco) dias. DATA DO CONTRATO: 11/07/2019.

Contrato nº 152/2019 - Pregão Presencial nº 049/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Betha Sistemas Ltda, CNPJ nº 00.456.865/0001-67- Contratada. OBJETO: Reajuste do valor em 6,51%, conforme a variação do IGP-M dos últimos doze meses. DATA DO CONTRATO: 11/07/2019.

Contrato nº 153/2019 - Tomada de Preços nº 004 /2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Auto Posto Mattiello Ltda, CNPJ nº 08.456.909/0001-60 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do contrato nº 109/2019 em mais 60 (sessenta) dias, a contar do dia 16/07/2019. DATA DO CONTRATO: 15/07/2019.

Contrato nº 154/2019 - Pregão Presencial nº 066/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Gente Seguradora Ltda, CNPJ nº. 90.180.605/0001-02. OBJETO: Seleção de fornecedores e propostas para contratação de apólices de seguro para veículos da frota do Município. PRAZO: 30 (trinta) dias. VALOR: R\$ 19.790,00. DATA DO CONTRATO: 17/07/2019.x

Contrato nº 155/2019 - Tomada de Preços nº 007/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Santasul Pavimentação e Obras Ltda, CNPJ nº. 23.227.162/0001-62. OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, para pavimentação/reperfilamento asfáltico com CAUQ em 9.518,93 m² da rua Antônio Zolet e parte da rua Fernando Benatti, localizada no bairro São João e bairro São Daniel. PRAZO: 02 (dois) meses. VALOR: R\$ 532.971,55. DATA DO CONTRATO: 17/07/2019.

Contrato nº 156/2019 - Dispensa de Licitação nº 050/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Hotel e Restaurante Guido Ltda, CNPJ nº 08.915.865/0001-90. OBJETO: Aquisição de refeições (café da manhã); almoço e janta (com suco incluso) para os atletas e equipe técnica que irão representar o município de Seara nos Jogos abertos de Santa Catarina. PRAZO: 21 de julho a 27 de julho de 2019. VALOR: R\$ 6.600,00. DATA DO CONTRATO: 18/07/2019.

Contrato nº 157/2019 – Dispensa de Licitação nº 051/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Julio Antonio Canal 06696934995 - Contratada. OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra e fornecimento de peças para manutenção ao veículo KIA UK2500, placas AUO-0559 – frota 140. PRAZO: 10 (dez) dias. VALOR: R\$ 6.600,00. DATA DO CONTRATO: 22/07/2019.

Contrato nº 158/2019 - Dispensa de Licitação nº 052/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Genuir Franco de Lima 02064580964, CNPJ nº. 13.828.551/0001-90 - Contratada. OBJETO: Fornecimento de serviços de mão de obra para roçada mecanizada no leito das rodovias, limpeza de sarjetas e recolhimento de entulhos, em uma extensão de 9 km. PRAZO: 20 (vinte) dias. VALOR: R\$ 6.920,00. DATA DO CONTRATO: 22/07/2019.

Contrato nº 159/2019 - Tomada de Preços nº 008/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa ECGT Construções Eireli EPP, CNPJ nº 06.907.152/0001-59 - Contratada. OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, para execução da obra de ampliação de uma central de materiais (almoxarifado) em estrutura pré-fabricada de concreto armado e cobertura com telhas de fibrocimento, possuindo área total de 435,24m², sendo área existente de 165,71m² e área a construir de 269,56m². PRAZO: 60 (sessenta) dias. VALOR: R\$ 90.765,68. DATA DO CONTRATO: 29/07/2019.

Contrato nº 160/2019 - Dispensa de Licitação nº 053/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Neivaldo Zampronio e Cia Ltda - ME, CNPJ n.º 10.926.473/0001-78 - Contratada. OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra e fornecimento de materiais (postes) para execução de obra na rede de distribuição da rua Idalvino Mattiello e Padre Anchieta. PRAZO: 60 (sessenta) dias. VALOR: R\$ 5.700,00. DATA DO CONTRATO: 29/07/2019.

Contrato nº 161/2019 - Dispensa de Licitação nº 054/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Reino Bambini Serviços Culturais Ltda, CNPJ nº 30.840.915/0001-76 - Contratada. OBJETO: Contratação de oficinas pedagógicas com atividades maker voltados ao tema agro e palestra aos pais. PRAZO: 30/09/2019. VALOR: R\$ 5.685,00. DATA DO CONTRATO: 29/07/2019.

Contrato nº 162/2019 - Dispensa de Licitação nº 055/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Disbraplaç Ltda - EPP, CNPJ nº. 05.168.674/0001-13 - Contratada. OBJETO: Aquisição de 20 (vinte) bancos para praças e jardins, em estrutura metálica, em tubo quadrado com dimensões de 70x70mm, espessura 1,50m e altura 1,20. PRAZO: 30 (trinta) dias. VALOR: R\$ 16.300,00. DATA DO CONTRATO: 29/07/2019.

Contrato nº 163/2019 - Dispensa de Licitação nº 056/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Disbraplaç Ltda - EPP, CNPJ nº. 05.168.674/0001-13 - Contratada. OBJETO: Aquisição de 07 (sete) carrinhos para coleta de lixo, com caçamba em polietileno basculante e removível, com capacidade para 100 litros, estrutura metálica galvanizada, resistente ao sol e chuva, pneus com câmara e rodas com rolamento. PRAZO: 20 (vinte) dias. VALOR: R\$ 6.650,00. DATA DO CONTRATO: 29/07/2019.

Contrato nº 164/2019 - Pregão Presencial nº. 070/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa José F Nardino, CNPJ nº 00.194.389/0001-53 - Contratada. OBJETO: Aquisição de bicos injetores destinados a manutenção da escavadeira hidráulica marca JCB frota nº 108 pertencente à Secretaria Municipal do Interior. PRAZO: 05 (cinco) dias. VALOR: R\$ 9.020,00. DATA DO CONTRATO: 29/07/2019.

Contrato nº 165/2019 – Tomada de Preços nº 011/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa P&F Pavimentação e Saneamento Eireli, CNPJ n.º 19.340.377/0001-18 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato nº 147/2018 em mais 60 (sessenta) dias, a contar do dia 02/08/2019. DATA DO CONTRATO: 31/07/2019.

Contrato nº 166/2019 - Pregão Presencial nº. 050/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa JN Dalchasso Ltda - ME, CNPJ nº. 09.340.877/0001-04 - Contratada. OBJETO: Conforme comunicação da Secretaria Municipal da Educação de que houve alteração das medidas do item 01, haverá acréscimo no valor do contrato em R\$ 780,00. DATA DO CONTRATO: 31/07/2019.

#### FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

Contrato nº 013/2019-FMS - Dispensa de Licitação nº 002/2019-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e de outro lado a empresa Jose Jair de Souza 42246911915, CNPJ nº 31.204.091/0001-00 - Contratado. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº 005/2019-FMS em mais 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 04/07/2019. DATA DO CONTRATO: 02/07/2019.

Contrato nº 014/2019-FMS - Dispensa de Licitação nº 004/2019-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e de outro lado a empresa JC Viott Transportes Ltda, CNPJ nº 02.071.540/0001-91 - Contratado. OBJETO: Fornecimento de serviços de coleta, transporte e entrega de caixas térmicas contendo material biológico para análise imediata em laboratório de apoio LACEM, nas cidades de Joaçaba de Florianópolis. PRAZO: 31/12/2019. VALOR: R\$ 3.600,00. DATA DO CONTRATO: 05/07/2019.

Seara, SC, 07 de agosto de 2019.

Taís Cristina Dreon  
Departamento de Licitações

## ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2019

Publicação Nº 2124247

Página: 1/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo: 145/2019</b>      <b>Licitação: 67/2019 - PR</b>      <b>Data da Homologação: 14/08/2019</b>  <b>Fornecedor: 12804 - GREGO FABRICACAO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSORIO</b></p>									
<b>Lote - 3</b>									
7	333401937	TROFÉU COM ALTURA DE 31 CM, COM BASE OCTOGONAL COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, CONE COM DETALHES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA ABERTA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 18,8 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. TAÇA DISPONÍVEL TAMBÉM NA COR DOURADA	VITORIA	UN	30,000	0,0000	38,2667	1.148,00	Venceu
8	333401938	TROFÉU COM ALTURA DE 27 CM, COM BASE OCTOGONAL COM 10,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, CONE COM DETALHES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA ABERTA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 16 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. TAÇA DISPONÍVEL TAMBÉM NA COR DOURADA	VITORIA	UN	30,000	0,0000	32,0190	960,57	Venceu
9	333401939	TROFÉU COM ALTURA DE 22 CM, COM BASE OCTOGONAL COM 8,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, CONE COM DETALHES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA ABERTA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 13 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. TAÇA DISPONÍVEL TAMBÉM NA COR DOURADA	VITORIA	UN	30,000	0,0000	26,5524	796,57	Venceu
10	333401940	TROFÉU COM ALTURA DE 18 CM, COM BASE OCTOGONAL COM 7,8 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, CONE COM DETALHES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 10,5 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO	VITORIA	UN	30,000	0,0000	22,6476	679,43	Venceu

Página: 2/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 145/2019      Licitação: 67/2019 - PR      Data da Homologação: 14/08/2019									
Fornecedor: 12804 - GREGO FABRICACAO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSORIO									
Lote - 3									
11	333401941	TROFÉU COM ALTURA DE 15 CM, COM BASE OCTOGONAL COM 7,3 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE COM DETALHES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA ABERTA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 9 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. TAÇA DISPONÍVEL TAMBÉM NA COR DOURADA.	VITORIA	UN	30,000	0,0000	17,1810	515,43	Venceu
					<b>Total do Lote do Fornecedor -----&gt;</b>		150,000	4.100,00	
Lote - 4									
12	333401945	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM UM RAMO DE FOLHAS DE LOURO DO LADO ESQUERDO, METALIZADA NA COR DOURADA, COM O TAMANHO DE 100MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO DE 60MM DE DIÂMETRO, PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO. POSSUI ESPESSURA MÁXIMA DE 3,2 MM. PESO APROXIMADO DE 97 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE ATÉ 27MM DE LARGURA. A MEDALHA PODE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES: AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. TAMBÉM PODE VIR ACOMPANHADA COM FITA DE GORGURÃO, NAS CORES: (VERMELHO + BRANCO + AZUL), (AMARELO + BRANCO + VERDE) E AZUL. AMBOS MODELOS DE FITA COM 2,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO.	VITORIA	UN	600,000	0,0000	6,9400	4.164,00	Venceu

Página: 3/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Dsecto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo:</b> 145/2019      <b>Licitação:</b> 67/2019 - PR      <b>Data da Homologação:</b> 14/08/2019</p> <p><b>Fornecedor:</b> 12804 - GREGO FABRICACAO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSORIO</p>									
<b>Lote - 4</b>									
13	333401946	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM UM RAMO DE FOLHAS DE LOURO DO LADO ESQUERDO, METALIZADA NA COR PRATA, COM O TAMANHO DE 100MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO DE 60MM DE DIÂMETRO, PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO. POSSUI ESPESSURA MÁXIMA DE 3,2 MM. PESO APROXIMADO DE 97 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE ATÉ 27MM DE LARGURA. A MEDALHA PODE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES: AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. TAMBÉM PODE VIR ACOMPANHADA COM FITA DE GORGURÃO, NAS CORES: (VERMELHO + BRANCO + AZUL), (AMARELO + BRANCO + VERDE) E AZUL. AMBOS MODELOS DE FITA COM 2,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO.	VITORIA	UN	600,000	0,0000	6,9500	4.170,00	Venceu
14	333401947	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM UM RAMO DE FOLHAS DE LOURO DO LADO ESQUERDO, METALIZADA NA COR BRONZE, COM O TAMANHO DE 100MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO DE 60MM DE DIÂMETRO, PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO. POSSUI ESPESSURA MÁXIMA DE 3,2 MM. PESO APROXIMADO DE 97 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE ATÉ 27MM DE LARGURA. A MEDALHA PODE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES: AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. TAMBÉM PODE VIR ACOMPANHADA COM FITA DE GORGURÃO, NAS CORES: (VERMELHO + BRANCO + AZUL), (AMARELO + BRANCO + VERDE) E AZUL. AMBOS MODELOS DE FITA COM 2,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO.	VITORIA	UN	600,000	0,0000	6,9300	4.158,00	Venceu
					<b>Total do Lote do Fornecedor -----&gt;</b>		<b>1.800,000</b>	<b>12.492,00</b>	



Página: 4/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 145/2019      Licitação: 67/2019 - PR      Data da Homologação: 14/08/2019</b> <b>Fornecedor: 12804 - GREGO FABRICACAO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSORIO</b>									
<b>Lote - 6</b>									
18	333401934	TROFÉU COM 68 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERDE ACETINADO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA E OUTRO SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERDE ACETINADO. TAÇA EM METAL ABERTA METALIZADA NA COR PRATA COM FRISOS NA PARTE INFERIOR COM 42 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO	VITORIA	UN	6,000	0,0000	537,6900	3.226,14	Venceu
19	333401935	TROFÉU COM 56 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERDE ACETINADO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA E OUTRO SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERDE ACETINADO. TAÇA EM METAL ABERTA METALIZADA NA COR PRATA COM FRISOS NA PARTE INFERIOR COM 39 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	6,000	0,0000	434,6500	2.607,90	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 145/2019      Licitação: 67/2019 - PR      Data da Homologação: 14/08/2019									
Fornecedor: 12804 - GREGO FABRICACAO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSORIO									
Lote - 6									
20	333401936	TROFÉU COM 44 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERDE, ACETINADA, SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA E OUTRO SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERDE ACETINADA, TAÇA ABERTA EM METAL COM FRISOS NA PARTE INFERIOR METALIZADA NA COR PRATA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	6,000	0,0000	406,6900	2.440,14	Venceu
Total do Lote do Fornecedor ----->							18,000	8.274,18	
Total do Fornecedor ----->							1.968,000	24.866,18	

Seara, 14 de Agosto de 2019.

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo:</b> 145/2019      <b>Licitação:</b> 67/2019 - PR      <b>Data da Homologação:</b> 14/08/2019</p> <p><b>Fornecedor:</b> 9056 - MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA</p>									
<b>Lote - 5</b>									
15	333401948	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM DESENHO DE UMA COROA DE FOLHAS DE LOURO EM ALTO-RELEVO, METALIZADA NA COR DOURADA, COM O TAMANHO DE 75MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO DE 50MM DE DIÂMETRO, PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO. POSSUI ESPESURA MÁXIMA DE 1,9MM. PESO APROXIMADO DE 36 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE ATÉ 27MM DE LARGURA. A MEDALHA PODE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES: AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. TAMBÉM PODE VIR ACOMPANHADA COM FITA DE GORGURÃO, NAS CORES: (VERMELHO + BRANCO + AZUL), (AMARELO + BRANCO + VERDE) E AZUL. AMBOS MODELOS DE FITA COM 2,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO.	TROFEU SUL	UN	500,000	0,0000	3,3400	1.670,00	Venceu
16	333401949	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM DESENHO DE UMA COROA DE FOLHAS DE LOURO EM ALTO-RELEVO, METALIZADA NA COR PRATA, COM O TAMANHO DE 75MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO DE 50MM DE DIÂMETRO, PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO. POSSUI ESPESURA MÁXIMA DE 1,9MM. PESO APROXIMADO DE 36 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE ATÉ 27MM DE LARGURA. A MEDALHA PODE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES: AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. TAMBÉM PODE VIR ACOMPANHADA COM FITA DE GORGURÃO, NAS CORES: (VERMELHO + BRANCO + AZUL), (AMARELO + BRANCO + VERDE) E AZUL. AMBOS MODELOS DE FITA COM 2,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO. ADESIVO E FITA NÃO ACOMPANHAM A MEDALHA, VENDIDOS SEPARADAMENTE	TROFEU SUL	UN	500,000	0,0000	3,3500	1.675,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 145/2019      Licitação: 672019 - PR      Data da Homologação: 14/08/2019  
Fornecedor: 9056 - MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA

Lote - 5

17	333401950	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM DESENHO DE UMA COROA DE FOLHAS DE LOURO EM ALTO-RELEVO, METALIZADA NA COR BRONZE, COM O TAMANHO DE 75MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO DE 50MM DE DIÂMETRO, PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO. POSSUI ESPESURA MÁXIMA DE 1,9 MM. PESO APROXIMADO DE 36 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE ATÉ 27MM DE LARGURA. A MEDALHA PODE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM, NAS CORES: AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE. TAMBÉM PODE VIR ACOMPANHADA COM FITA DE GORGURÃO, NAS CORES: (VERMELHO + BRANCO + AZUL), (AMARELO + BRANCO + VERDE) E AZUL. AMBOS MODELOS DE FITA COM 2,5 CENTÍMETROS DE LARGURA POR 80 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO.	TROFEU SUL	UN	500,000	0,0000	3,3500	1,675,00	Venceu
----	-----------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	----	---------	--------	--------	----------	--------

Total do Lote do Fornecedor ----->	1,500,000	5,020,00
Total do Fornecedor ----->	1,500,000	5,020,00

Seara, 14 de Agosto de 2019:

Página: 1/3

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo:</b> 145/2019      <b>Licitação:</b> 67/2019 - PR      <b>Data da Homologação:</b> 14/08/2019</p> <p><b>Fornecedor:</b> 10574 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME</p>									
<b>Lote - 1</b>									
1	333401921	TROFÉU COM 128 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, TAÇA EM POLÍMERO E ESTATUETA HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA METALIZADA NA COR DOURADA, QUATRO COLUNAS EM CANOS COM FRISOS NA COR DOURADA COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA, UMA BASE DE MADEIRA OCTOGONAL NA COR PRETA ADORNADAS COM QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE ÁGUAS METALIZADAS NA COR DOURADA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRETA, TAÇA FECHADA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA COM 44 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO	INDUSTRIA VITOF	UN	5,000	0,0000	324.6000	1.623,00	Venceu
2	333401919	TROFÉU COM 119 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, TAÇA EM POLÍMERO E ESTATUETA HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA METALIZADA NA COR DOURADA, QUATRO COLUNAS EM CANOS COM FRISOS NA COR DOURADA COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA, UMA BASE DE MADEIRA OCTOGONAL NA COR PRETA ADORNADAS COM QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE ÁGUAS METALIZADAS NA COR DOURADA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRETA, TAÇA FECHADA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA COM 44 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO	INDUSTRIA VITOF	UN	5,000	0,0000	304.6800	1.523,40	Venceu

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 145/2019 Fornecedor: 10574 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME			Licitação: 67/2019 - PR Data da Homologação: 14/08/2019						
Lote - 1									
3	333401920	TROFÉU COM 109 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5 DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, TAÇA EM POLÍMERO E ESTATUETA HONRA AO MERITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA METALIZADA NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS EM CANOS COM FRISOS NA COR DOURADA COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA. UMA BASE DE MADEIRA OCTOGONAL NA COR PRETA ADORNADAS COM QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE AGUAS METALIZADAS NA COR DOURADA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA FECHADA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA COM 44 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	INDUSTRIA VITOF	UN	5,000	0,0000	294,6000	1,473,00	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->		15,000	4,619,40	
Lote - 2									
4	333401925	TROFÉU COM 49 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 17,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISO E ALÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 31 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS E PINTURA INTERNA DOURADA. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	INDUSTRIA VITOF	UN	45,000	0,0000	79,5800	3,581,10	Venceu
5	333401932	TROFÉU COM 47 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISO E ALÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 31 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS E PINTURA INTERNA DOURADA. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	INDUSTRIA VITOF	UN	45,000	0,0000	75,6800	3,405,60	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 145/2019      Licitação: 67/2019 - PR      Data da Homologação: 14/08/2019									
Fornecedor: 10574 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME									
Lote - 2									
6	333401933	TROFÉU COM 39 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISO E ALÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 27 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS E PINTURA INTERNA DOURADA. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	INDUSTRIA VITOF	UN	45.000	0.0000	65.9400	2.967,30	Venceu
Total do Lote do Fornecedor ----->							135,000	9.954,00	
Total do Fornecedor ----->							150,000	14.573,40	

Seara, 14 de Agosto de 2019:



# Serra Alta

## PREFEITURA

### ATA LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019-FUNDO DE SAÚDE

Publicação Nº 2123582

ATA DA LICITAÇÃO DESERTA  
REFERENTE AO EDITAL Nº 004/2019 - PREGÃO PRESENCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de 2019, às nove horas, reuniu-se a Comissão do Pregão designada pelo Decreto Municipal 234 de 25/06/2018, formada por EDERSON CEREZOLLI (Pregoeiro) e equipe de apoio formada por CLAIR FÁTIMA ANDREIS, CESAR SPEROTO E DANIELA ZANELLA DONIDA, na sala de reuniões da Secretaria de Administração, para análise e julgamento de propostas e habilitação referente ao Processo de Licitação nº 004/2019-FMS PREGÃO PRESENCIAL, tendo como objeto A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PROFISSIONAIS NA ESPECIALIDADE DE CLÍNICO GERAL, PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL, COM CARGA HORÁRIA DE 30(TRINTA) HORAS SEMANAIS E CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL. No horário preestabelecido, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio iniciaram os procedimentos de credenciamento dos representantes das empresas ou pessoas físicas interessadas em participar deste certame. No entanto, até a hora previamente designada para o início da sessão novamente NÃO HOUVE COMPARECIMENTO de qualquer empresa ou pessoa física, diante desse fato o Pregoeiro declarou DESERTO O PREGÃO EM EPÍGRAFE. Após este ato o Pregoeiro deu por encerrado os trabalhos da reunião, nada mais havendo a tratar foi finalizada a presente sessão que vai assinada pelo Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio presente.

EDERSON CEREZOLLI  
Pregoeiro

Membros da Equipe de Apoio

CLAIR FÁTIMA ANDREIS CÉSAR SPEROTO DANIELA ZANELLA DONIDA

### PARECER 008/2019

Publicação Nº 2123335

PARECER Nº 008/2019, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Art. 1º - Os membros da Comissão Permanente de Auxílio Financeiro Estudantil, nomeados por meio do Decreto nº 353/2018, de 05 de setembro de 2018, formada pelos membros Cristiane Francio; Luciano Dos Santos; Regina Celina Vanzetto Lindemann; Arlete Maristela Trevisan; Itamar Oldiges, com a finalidade de verificar e avaliar as inscrições dos acadêmicos para posteriormente efetuar o repasse do auxílio, reuniram-se na data de 13 de agosto de 2019, às 07h45min., nas dependências do Centro Municipal De Educação de Serra Alta, para os fins aqui descritos, atribuindo e concluindo o valor a ser repassado a cada acadêmico de acordo com a Lei Municipal 1.102/2018 e Decreto 242/2018, o município repassara o auxílio financeiro ao acadêmico contemplado pelo período de 10 (dez) meses por ano, sendo o respectivo valor depositado até o dia 15 (quinze) de todo mês.

Assim, segue a relação dos nomes dos acadêmicos beneficiados referente ao mês de julho de 2019.

Parágrafo Primeiro: Relação dos acadêmicos beneficiados com o auxílio financeiro.

ALUNO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	LOCAL	VALOR
Rudinara Elisa Marini	HORUS	Pinhalzinho	80,00
Milena Carolina Cerutti	UNO	Chapecó	150,00
Eduardo Hilgert	Colégio La Salle Agro	Xanxerê	150,00
Andrieli Paul	UNOESC	Chapecó	150,00
Rayleen C. Lazzaretti	UNOESC	Pinhalzinho	80,00
Mateus Luís Ficagna	UCEFF	Chapecó	150,00
Andressa Elisa Bertoldi	UNOESC	Joaçaba	150,00
Jéssica Balbinot de Abreu	UFSC	Curitibanos	150,00
Vinicius W. Balbinot de Abreu	IFC Campus	Concordia	150,00
Fernando Luis Strapazzon	UFFS	Chapecó	150,00
Marcelo Parizotto	UNOESC	Chapecó	150,00
Christian Bressan	UNOESC	Maravilha	80,00
Crislaine Cinelli	HORUS	Pinhalzinho	80,00
Municke Maria Orth	UNISUL	Florianópolis	150,00
Gabrieli Junges	Universidade Objetivo	Curitiba	150,00
Gislaine C. J. Pauletto	HORUS	Pinhalzinho	80,00

Cleidiane Tomazelli	HORUS	Pinhalzinho	80,00
Mateus Carlos Vicenzi	Colégio La Salle Agro	Xanxere	150,00
Willian Sander Veiverberg	UNO	Chapecó	150,00
Paola Eloisa Muller	UNOESC	Pinhalzinho	80,00
Carla Cerezolli	HORUS	Pinhalzinho	80,00
Fernanda Luisa Strapazzon	UFSC	Araranguá	150,00
Rafaeli Fabiane G. Marin	Instituto Federal Catarinense	Concórdia	150,00
Ester Rodrigues Da Silva	UNO	Chapeco	150,00
André Luiz Muller	Casa Familiar Rural	Modelo	30,00
Laura Cerizolli	UNOESC	Pinhalzinho	50,00
Rafaela da Silva	UNO	Chapeco	150,00
Lucas Silveira	Casa Familiar Rural	Modelo	30,00
Gean Carlos Silveira	Casa Familiar Rural	Modelo	30,00
Taís Cristina Roncato	CEDUP	Campo Erê	50,00
Vítor Finger	UFS	Chapecó	150,00
Eduardo Luis Onghero	CEDUP	Campo Erê	50,00
Alexandre Parisotto	Colégio La Salle Agro	Xanxerê	150,00
Francieli Fernanda Art	HORUS	Pinhalzinho	80,00
Luciano Zampieron	UNOESC	Pinhalzinho	50,00
Nádia Zampieron	UNOESC	Pinhalzinho	50,00
Lucas Bernardi	HORUS	Pinhalzinho	80,00
Amireli Dall'Agnol	UNOESC	Pinhalzinho	80,00
Diana Devens	UNOESC	Pinhalzinho	80,00
Dieison Cecato	UNOESC	Maravilha	80,00
Renan Girelli	UNOESC	Maravilha	80,00
Anderson Ranzolin	HORUS	Pinhalzinho	80,00
Elisandra Senhor	UNOESC	Pinhalzinho	80,00
Felipe Ficagna	HORUS	Pinhalzinho	80,00
Claúdia Mara Martinelli	HORUS	Pinhalzinho	80,00
Guilherme L. de Souza	HORUS	Pinhalzinho	80,00
Renê Acácio Magrin	UNOESC	Maravilha	80,00
Glauber Galina	UNOESC	Maravilha	80,00
Igor Matheus Bottega	UNO	Chapecó	150,00
Bruna de Carli	UCEFF	Chapecó	150,00
Élvis Paulo Martello	UNOESC	Chapecó	150,00
Liberton Paul	UNO	Chapecó	150,00

Art. 2º - Estando todos os membros da comissão de acordo, passam a assinar o presente parecer, e encaminham para conhecimento do Prefeito Municipal, Darci Cerizolli, para as providências cabíveis, na forma da lei, surtindo seus efeitos legais.

Serra Alta/SC, 13 de agosto de 2019.

CRISTIANE FRANCO LUCIANO DOS SANTOS  
Membro Membro

REGINA C. V. LINDEMANN ARLETE M. TREVISAN  
Membro Membro

ITAMAR OLDIGES  
Membro

# Sombrio

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO PR 007-2019 SAMAE - S.R.P**

Publicação Nº 2124138

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2019/SAMAE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019/SAMAE  
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços para futuro e eventual fornecimento de produto químico (cloro - gás) destinado ao tratamento de água, em atendimento às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, conforme quantitativos e condições constantes do Anexo I - Termo de Referência e demais anexos que independentemente de transcrição fazem parte integrante do edital.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Entrega e Abertura dos Envelopes: Os envelopes deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 27 de agosto de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h30min do dia 27 de agosto de 2019.

O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal, sito à Av. Nereu Ramos, 31, Centro de Sombrio/SC, no horário de atendimento das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-5225.

Sombrio/SC, 14 de agosto de 2019.

Ana Paula Medeiros Floriano

Diretora do SAMAE

### **PUBLICAÇÃO TP 83-2019**

Publicação Nº 2123797

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SOMBRIO – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019 – TP - Objeto: A presente licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para futura execução da primeira etapa da cobertura sobre o calçadão da Av. Nereu Ramos, no Centro do município de Sombrio/SC. Conforme detalhamento do objeto constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico anexo ao edital. Base Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.406, de 10 janeiro de 2002 e alterações posteriores, e demais legislações complementares. Entrega dos envelopes: Os envelopes deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 30 de agosto de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 02 de setembro de 2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, nº 186, Centro, Sombrio/SC, no horário das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo e-mail: [licita.sombrio@gmail.com](mailto:licita.sombrio@gmail.com) ou pelo Fone (48) 3533-5225. Sombrio/SC, 14 de agosto de 2019. Zênio Cardoso - Prefeito Municipal

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE 003/2019

Publicação Nº 2123822

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA

PROCESSO LICITATÓRIO ADMINISTRATIVO Nº 079/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE BANDA DE MÚSICA PARA ANIMAÇÃO DA FESTA DO 28º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL/SC NO DIA 26/09/2019 – BANDA PORTAL DA SERRA

Fundamento Legal: Ainda consta que no Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93, para os fins desta lei, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Contratado (s): ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE (BANDA PORTAL DA SERRA).

CNPJ: 07.453.253/0001-60

Valor Total do Contrato: R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS).

SUL BRASIL, SC, 15 de agosto de 2019.

EDER IVAN MARMITT - Prefeito Municipal

### INEXIGIBILIDADE 004/2019

Publicação Nº 2123823

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA

PROCESSO LICITATÓRIO ADMINISTRATIVO Nº 080/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE BANDA DE MÚSICA PARA ANIMAÇÃO DA FESTA DOS IDOSOS ALUSIVA AO 28º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL/SC - BANDA TRIO DA TERRA

Fundamento Legal: Ainda consta que no Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93, para os fins desta lei, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Contratado (s): ODAIR EVANDRO GERARDT 02400827966

CNPJ: 11.769.807/0001-00

Valor Total do Contrato: R\$ 2.800,00 (DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS).

SUL BRASIL, SC, 15 de agosto de 2019.

EDER IVAN MARMITT - Prefeito Municipal

**PORTARIA 077/2019**

Publicação Nº 2123711

PORTARIA Nº 077, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido PONTO FACULTATIVO, em todas as repartições públicas do Município, no dia 16 de agosto (sexta-feira), em função do feriado religioso do Padroeiro São Roque

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sul Brasil, 14 de agosto de 2019.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

# Tangará

## PREFEITURA

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2019

Publicação Nº 2123477

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2019

Aos quatorze dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezenove, às dez horas, reuniram-se os membros da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 235/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 61/2019, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA GESTÃO DE CONVÊNIOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL, CAPTAÇÃO NA INICIATIVA PRIVADA (EMPRESAS) E OUTRAS FONTES, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A REALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, BEM COMO ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE INSERÇÃO DO MUNICÍPIO EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Participam deste certame as seguintes empresas:

1) ISLUNA – GESTÃO EMPRESARIAL PÚBLICA E PRIVADA LTDA - ME, representada neste ato por Melissa Lôndero Rupp;

2) INDIANARA CRISTINA BIGATON - ME, representada neste ato por Indianara Cristina Bigaton;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame. Após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que empresas participantes encontravam-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa INDIANARA CRISTINA BIGATON - ME com o valor total de R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais). Após aberto o envelope da documentação da empresa vencedora, constatou-se que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado o certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 14/08/2019. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 14 de Agosto de 2019.

Cristiane Piccinin

Pregoeira

Daiane N. A. dos Santos Paula A. Taffarel Motter

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

ISLUNA – GESTÃO EMPRESARIAL PÚBLICA E PRIVADA LTDA – ME

INDIANARA CRISTINA BIGATON - ME

### PORTARIA Nº. 386, DE 31 DE JULHO DE 2019. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 2124070

PORTARIA Nº. 386, DE 31 DE JULHO DE 2019.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso XVII, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para revisão programada no veículo RENAULT LOGAN EXPRESSION 1.0, ANO 2018/2019 de placa QJH-5919, pertencente à Secretaria de Saúde, Assistência Social e Habitação do Município de Tangará/SC, no valor de R\$ 640,00 (seiscientos e quarenta reais), da empresa DE MARCO RENAULT, CNPJ nº 84.584.556/0006-77, conforme determina o inciso XVII, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 31 DE JULHO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 416, DE 09 DE AGOSTO DE 2019. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 2124072

PORTARIA Nº. 416, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

**"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para a aquisição de 04 (quatro) pneus, tamanho 225/60 R17, para a viatura JEEP/COMPASS da Polícia Militar de Tangará/SC, no valor de R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais) da empresa RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, CNPJ nº 10.760.365/0001-78, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 09 DE AGOSTO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 417, DE 09 DE AGOSTO DE 2019. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 2124074

PORTARIA Nº. 417, DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

**"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para contratação de empresa prestadora de serviço de transporte escolar, para o desempenho das atividades da Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer do Município de Tangará, no valor de R\$ 4,35 (Quatro reais e trinta e cinco centavos) por quilômetro, da empresa SERGIO ALBERTO MANICA 46120009949, CNPJ nº 15.041.898/0001-13, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 09 DE AGOSTO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PR 065/2019**

Publicação Nº 2123722

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

**Aviso de Licitação**

Processo Licitatório n. 124/2019 Pregão Presencial n. 065/2019

Objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS PARA USO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA PSICOLOGIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 10h00min do dia 27/08/2019. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 14 de Agosto de 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 011/2019**

Publicação Nº 2124314

PORTARIA Nº 011, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILVÂNIO PONTEL, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, incisos II, VII da Lei Orgânica do Município e o art. 21, III, "e", do Regimento Interno;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declara dispensável a Licitação para Contratação de Empresa Especializada na Confecção de Placas, para aquisição de 01 (uma) Placa de Fachada para identificar a Câmara Municipal de Vereadores de Tangará - SC, no valor total de R\$ 4.350,00 (quatro mil, trezentos e cinquenta reais), pela empresa J2 COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.018.483/0001-09 e Inscrição Estadual nº 255.504.624.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará - SC, 14 de agosto de 2019.

GILVÂNIO PONTEL  
PRESIDENTE

# Tijucas

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/PMT/2018 CESSÃO DE USO

Publicação Nº 2123208

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/pmt/2018  
TERMO DE CESSÃO DE USO

#### I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CESSIONÁRIO: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Coronel B-chelle, nº 01, Centro, Tijucas, Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.577.636/0001-65, através do DITRAN - Diretoria Municipal de Trânsito e Transporte, neste ato representado pelo Prefeito do Município, ELOI MARIANO ROCHA, brasileiro, divorciado, professor, portador da cédula de identidade RG nº 449.147 (SSP/SC), inscrito no CPF/MF sob nº 216.076.059-53, residente e domiciliado na Travessa Pedro L. de Amorim, nº 20, Bairro da Praça, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina e pelo Diretor do DITRAN, RENATO MOACIR BENTO, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG nº 2.304.393 (SSP/SC), inscrito no CPF/MF sob nº 660.595.009-78, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro, nº 860, Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

CEDENTE: ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, com interveniência da POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DA COMARCA DE TIJUCAS, situada à Rua São Sebastião, nº 32, Bairro da Praça, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Delegado de Polícia, Dr. PAULO ALEXANDRE SCHROEDER FREYESLEBEN E SILVA, brasileiro, solteiro, servidor público estadual, portador da cédula de identidade RG nº 2610369/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 027.939.159-55

#### II – DO PROCEDIMENTO

Cláusula 1ª As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente termo de Cessão de Uso, contrato nº 062/PMT/2018, firmado em 26 de junho de 2018, tendo como objeto a cessão de uso de um veículo automóvel, marca HYUNDAI, modelo HB20 1.0 M, tipo de combustível álcool-gasolina, ano de fabricação 2015, modelo 2016, cor prata, placa PWZ-6303, RENAVAM 1070208547, resolvem nos termos previsto na cláusula 5ª do referido contrato e de acordo com o que dispõe o inciso II do caput do artigo 57, da Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993, efetuar a prorrogação do prazo de vigência do contrato, para tanto, firmam o presente termo aditivo, que passa a fazer parte do contrato inicial, na forma e nas condições seguintes.

#### III – DAS ALTERAÇÕES

Cláusula 2ª (DA PRORROGAÇÃO – CLAUSULA 4ª) – Este termo aditivo visa alterar o prazo de vigência do termo de cessão de uso previsto na cláusula 4ª, que consta do Contrato Administrativo nº 062/PMT/2018, ficando prorrogado por mais um período de 1 (um) ano, vencendo em 25 de junho de 2020.

#### IV – DA RATIFICAÇÃO

Cláusula 3ª Permanecem inalteradas todas as demais disposições estabelecidas nas cláusulas do contrato original, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante.

#### V – DA PUBLICAÇÃO

Cláusula 4ª A publicação resumida deste instrumento, na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo MUNICÍPIO DE TIJUCAS ou pelo ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, com interveniência da POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DA COMARCA DE TIJUCAS até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/1993.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Tijucas (SC), 24 de junho de 2019.

Elói Mariano Rocha  
Prefeito Municipal

Renato Moacir Bento  
Diretor do DITRAN

Dr. Paulo Alexandre Schroeder Freyesleben e Silva  
Delegado de Polícia Civil da Comarca de Tijucas

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Nome: Jéssica de Souza e Silva  
CPF/MF nº 095.349.129-30

2) \_\_\_\_\_  
Nome: Claudete Saramento  
CPF/MF nº 018.925.889-60

**AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/SAMAE/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/SAMAE/2019**

Publicação Nº 2123263

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS  
SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/SAMAE/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/SAMAE/2019

Objeto: Aquisição de conjunto motobomba para recalque de água bruta do rio Tijucas para a ETA - Estação de Tratamento de Água Itinga do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por Item;

Data de Abertura: 28 de agosto de 2019, às 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

Jilson José de Oliveira – PRESIDENTE DO SAMAE

**EXTRATO ABERTURA DA NOVA DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119.PMT.2019 TOMADA DE PREÇO Nº 019.PMT.2019**

Publicação Nº 2123550

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/PMT/2019  
TOMADA DE PREÇO Nº 019/PMT/2019

**ABERTURA DA NOVA DOCUMENTAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que fora concluído a abertura da Nova Documentação do Processo Licitatório nº 119/PMT/2019 Tomada de Preço nº 019/PMT/19, para a Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento e Instalação de Ponto de Ônibus a serem instalados em Pontos de Parada de Ônibus localizados no Centro e Bairros do Município de Tijucas, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos. Verificou-se que protocolou os envelopes da Documentação e Proposta as empresas CONSTRUMAQ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, IVORLEI ALVES DE ASSIS 05779872910,. DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA. O participante credenciado manifestou-se, conforme segue: O representante legal da empresa CONSTRUMAQ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, Sr. JAIME FLAVIO DA SILVA CESARI, com relação a empresa IVORLEI ALVES DE ASSIS, não apresentou a CND e-proc, Atestado de Capacidade Técnica CREA, Não apresentou CRC, não apresentou os índices contábeis, não apresentou o balanço registrado na Junta, apresentou a garantia da proposta inferior a 1%, conforme item 11 do edital, o acervo da empresa e do profissional não atende o edital. Com referência a empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, o acervo da empresa e do profissional não atende o edital. O representante legal da empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA com relação a empresa CONSTRUMAQ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, questionou quanto ao balanço e faturamento para ter o benefício de micro empresa. Será encaminhada para análise contábil e técnica os documentos apresentados pelas empresas participantes para os devidos pareceres. A Presidente da Comissão Permanente de licitação, por cautela, designa para as 09h00 (nove horas) do dia 15 de agosto de 2019, o julgamento da documentação. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/FMS/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/FMS/2019**

Publicação Nº 2123728

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 036/FMS/2019 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/FMS/2019

Objeto: Aquisição de computadores para atender as necessidades da secretaria, do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC. Empresa Vencedora do Processo: PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP foi vencedora do item: 01 no valor de R\$ 155.050,00 (Cento e cinq-enta e cinco mil, e cinq-enta reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137.PMT.2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 079.PMT/2019**

Publicação Nº 2123562

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 137/PMT/2019 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 079/PMT/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Lanches e Refrigerantes para distribuição aos alunos das Escolas, para os desfiles alusivos a "Semana da Pátria" da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas - SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA EPP, foi vencedora do item: 02, no valor de R\$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: LDM COMERCIO DE MERCADORIAS ALIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 45/2019**

Publicação Nº 2124507

PORTARIA Nº 045/2019/CMT, DE 13 DE AGOSTO DE 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data ao servidor LUCAS RÉGIS, comissionado, matrícula nº 224, do cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, 20 (vinte) dias de férias, a serem gozadas em 25/06/2019 a 14/07/2019, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATALIO SILVINO  
Presidente

**RESOLUÇÃO 19/2019**

Publicação Nº 2123246

RESOLUÇÃO Nº 019/2019

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 001, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

Origem: Projeto de Resolução nº 025/2019  
Autoria: Mesa Diretora

O Presidente da Câmara Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, de acordo com a Lei Orgânica, que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam formadas, de acordo com os parágrafos seguintes, as comissões Permanentes da Câmara Municipal de Tijucas para o ano de 2019.

§ 1º A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) será constituída pelos seguintes membros:

- I – Membro: Rudnei de Amorim
- II – Membro: Elizabete Mianes da Silva
- III – Membro: Fernando Fagundes

§ 2º A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira (CFOFF) será constituída pelos seguintes membros:

- I – Membro: Maria Edésia Silva Vargas
- II – Membro: Elizabete Mianes da Silva
- III – Membro: Écio Hélio de Melo

§ 3º A Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Obras, Serviços Públicos, Indústria e Comércio (CEDH), será constituída pelos seguintes membros:

I – Membro: Elizabete Mianes da Silva

II – Membro: Écio Hélio de Melo

III – Membro: Esaú Bayer

§ 4º A Comissão de Agricultura e Meio Ambiente (CAMA), será constituída pelos seguintes membros:

I – Membro: Odirlei Resini

II – Membro: Écio Hélio de Melo

III – Membro: Fabiano Morfelle

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas, 08 de agosto de 2019, 159º aniversário de Instalação do Município.

VILSON NATALIO SILVINO

Presidente

# Timbó

## PREFEITURA

### AUTO DE INFRAÇÃO

Publicação Nº 2123530

#### AUTO DE INFRAÇÃO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR: LUIZ DE AGUIDA  
CNPJ: 801.468.569-53

2 - IDENTIFICAÇÃO DA(S) INFRAÇÃO(ões):

No dia 26 de abril de 2019 foi realizada vistoria para apurar denúncia de obstrução do passeio público com colocação de vigas de concreto e demais entulhos. Diante da constatação da obstrução foi lavrada notificação ao Proprietário para que promovesse a liberação do passeio público de forma imediata.

3 - IDENTIFICAÇÃO DAS TESTEMUNHAS: Thomaz Henrique Nogueira Campregher.

4 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL INFRINGIDA. Lei Complementar 364/08, artigo 29.

5 - PENALIDADES E/OU MEDIDAS ADMINISTRATIVAS A SEREM APLICADAS:  
Determina-se a aplicação de penalidade de multa conforme artigo 36 da LC 364/08

6 - VALOR DA MULTA:

A infração ao dispositivo legal suso transcrito acarreta a prática da infração suso transcrita enseja na seguinte multa e valor:  
Art. 36 multa de 20UFM totalizando R\$ 81,28 (oitenta e um reais e vinte e oito centavos).

7 - DO PRAZO PARA DEFESA E/OU PAGAMENTO DA(S) PENALIDADE(S) DE MULTA:

Nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 364 de 2008, vossa senhoria dispõe do prazo de até 15 dias úteis para, querendo, oferecer defesa escrita contra a penalidade aplicada, acompanhada de todas as provas de fato e de direito necessárias a sua defesa.

Nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 364 de 17 de dezembro de 2008, vossa senhoria dispõe do prazo de até 30 dias após decorrido prazo de defesa sem manifestação ou no caso do indeferimento da mesma para efetivar o recolhimento dos valores atinentes as multas mencionadas no item 6.

Timbó, 14 de agosto de 2019.

Thomaz Henrique Nogueira Campregher  
Fiscal de Posturas

### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 18 2019 FCT - PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2123828

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 18/2019 FCT

A Fundação Cultural de Timbó torna público para conhecimento dos interessados, que está procedendo ao CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS E ALIMENTAÇÃO COM INTUITO DE FORMAR A PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO JUNTO AO EVENTO 3ª CAMINHADA AO MORRO AZUL, QUE ACONTECERÁ NO DIA 1º DE SETEMBRO, DISPONIBILIZANDO TODA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO, MÃO DE OBRA, UTENSÍLIOS E DEMAIS OBJETOS NECESSÁRIOS PARA A COMERCIALIZAÇÃO, nos termos das condições estabelecidas no instrumento convocatório. ENTREGA DE ENVELOPE: até dia 23/08/2019. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no endereço eletrônico [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes), ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br), e telefone (47) 3380-7000.

Timbó, 14/08/2019  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó

### AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 13 2019 SAMAE - OBRA DE IMPLANTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDE ADUTORA

Publicação Nº 2124048

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2019 SAMAE

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução da obra de implantação e substituição de rede adutora e de distribuição de água, com fornecimento de material e mão de obra, conforme memorial descritivo, cronograma físico financeiro, quantitativo e orçamento estimativo e projetos. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 02 de setembro de 2019. ABERTURA: dia 02 de setembro de 2019 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br), e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 14/08/2019  
WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto

**AVISO PREGAO PRESENCIAL SRP 12-2019 SAMAE**

Publicação Nº 2123778

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 12/2019 SAMAE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA), MINI RETRO E CAMINHÃO (CAMINHÃO CAÇAMBA) COM OPERADOR/MOTORISTA, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CUSTOS DE COMBUSTÍVEIS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 27 de agosto de 2019. ABERTURA: dia 27 de agosto de 2019 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br), e telefone (47) 3382-3655.

Timbó (SC), 14/08/2019  
WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DO VIGÉSIMO OITAVO TERMO ADITIVO-ACRÉSCIMO AO OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28.2015 PMT**

Publicação Nº 2124054

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO VIGÉSIMO OITAVO TERMO ADITIVO/ACRÉSCIMO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº. 90.180.605/0001-02, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 22/08/2019.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 14 de agosto de 2019.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

**DECISÃO IMPUGNAÇÃO - 45.2019 PMT**

Publicação Nº 2123939

Timbó/SC, 12 de agosto de 2019.

A  
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.  
Ilmo. Sr. Adilson Mesch

**DESPACHO**

Processo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA E COMPLEMENTOS DA PISTA DE ATLETISMO DO COMPLEXO ESPORTIVO DA CIDADE DE TIMBÓ EM CONFORMIDADE COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

Assunto: Impugnação – Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia – nº 45/2019 PMT.

Encaminho, para Vossa análise, Impugnação ao Edital de Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia – nº 45/2019 PMT cuja sessão pública e abertura de envelopes se dariam em 19/08/2019 às 09h.00min.

Sem mais para o momento.

Lourdes Moser  
Presidente da Comissão de licitações

DECISÃO



**EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – Nº 45/2019 PMT.**

Processo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA E COMPLEMENTOS DA PISTA DE ATLETISMO DO COMPLEXO ESPORTIVO DA CIDADE DE TIMBÓ EM CONFORMIDADE COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

**I. Dos Fatos:**

1. O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, lançou licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – Nº 45/2019 PMT, com a finalidade de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA E COMPLEMENTOS DA PISTA DE ATLETISMO DO COMPLEXO ESPORTIVO DA CIDADE DE TIMBÓ EM CONFORMIDADE COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

2. O edital foi publicado em 01/08/2019, tendo por data de abertura 19/08/2019 às 9h05min.

3. Em 12/08/2019, a empresa ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, apresentou impugnação, alegando em suma, irregularidade na planilha orçamentária do município em relação ao projeto licitado, especialmente com relação aos itens 2.1.1, canaleta de concreto armado (65x70cm) FCK 25MPA, onde falta valoração aos estribos, bem como quantitativo de fôrmas; no item 2.1.2 A grelha de ferro fundido para canaleta de largura 40cm fornecimento e assentamento, a qual foi orçada no tamanho da canaleta ignorando a necessidade da grelha ser maior que o vão; e no item 3.1.1, vigas em concreto armado (15x65 cm) – FCK 25MPA, que também possuem diferença nos quantitativos de valores de aço 10 mm, e na quantidade de fôrmas necessárias. Vícios estes que, no cálculo do impugnante remontariam a quantia de R\$ 94.898,15, motivo pelo qual requer a retificação da planilha orçamentária.

4. Os autos do processo foram encaminhados ao corpo técnico do município para avaliação e, em caso de necessária retificação, a reanálise do projeto como todo de modo a garantir sua execução em prazo hábil para os Jogos Abertos de Santa Catarina que ocorrerão esse ano em Timbó.

5. Após análise técnica dos engenheiros responsáveis pelo projeto, fora emitido parecer conclusivo acatando os termos constantes da impugnação, reconhecendo erro na planilha orçamentária, bem como, adequando o prazo de execução do projeto de modo a garantir tecnicamente e financeiramente sua execução de forma hábil em 30 dias.

**II. Da tempestividade:**

6. Como observado, a impugnação é tempestiva, atendendo ao preconizado no item 4.1 do presente edital, que determina que em até 05(cinco) dias úteis antes do início da Sessão Pública e de abertura dos envelopes de propostas os interessados poderão solicitar por escrito esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, eis que protocolada em 12/08/2019.

**III. Do Mérito:**

7. Vistos e examinados os autos do presente processo, e consubstanciado nas razões expostas no parecer técnico que acompanha essa decisão, constata-se que houve equívoco na planilha orçamentária atinente a quantitativos a serem pagos para a realização do projeto, fato que impõe sua correção e consequente modificação dos termos constante do edital.

8. Não obstante, além da correção dos valores atinentes aos equívocos formais de quantitativos informados na planilha orçamentária, considerando a necessidade de conclusão das obras para realização dos Jogos Abertos, também foram revisados os quantitativos necessários a viabilizar de forma tecnicamente segura a execução da obra em tempo razoável, motivo pelo qual justo o deferimento do pedido formulado na impugnação e necessária a retificação do edital e seus anexos de modo a contemplar os quantitativos adequados e o valor final da obra que passa a ser de R\$ 1.362.436,52 e o cronograma físico financeiro, que estabelece o prazo máximo de execução em 30 dias.

9. Sendo necessária a retificação, indispensável a republicação do edital, escoimados dos vícios, nos termos do §4º do art. 21 da Lei 8.666/93 onde:

“§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inq-estionalmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.”

**IV. Da Conclusão:**

10. Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da eficiência, legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se DEFERIMENTO da presente Impugnação nos termos supra relacionados, retificando-se a planilha orçamentária e cronograma físico financeiro, bem como o instrumento convocatório e demais anexos de modo a contemplar como valor máximo para o certame a quantia de R\$ 1.362.436,52, bem como o prazo máximo de execução de 30 dias.

11. Dê ciência à Impugnante e publicidade a presente decisão, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Timbó, 13 de Agosto de 2019.

Adilson Mesch  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 40 2019 PMT - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS**

Publicação Nº 2123780

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: SUPRIMOVEIS EIRELI – EPP, FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA, FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME, RICHESSE MOVEIS EIRELI, CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA, JHONATAN BAGATOLI – ME, MAW COMERCIO DE MOVEIS EQUIPAMENTOS LTDA ME, VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME, J&N COMERCIO DE MOVEIS LTDA, SLA COMERCIAL LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 271.358,50 (duzentos e setenta e um mil trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 13/08/2020

Timbó, 14/08/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**EXTRATO CONTRATO 107.2019 PMT**

Publicação Nº 2123782

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 107/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFO.

OBJETO: Serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) ANEXO(s) deste Instrumento contratual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida.

VALOR: R\$ 1.570.998,76 (um milhão, quinhentos e setenta mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 93.2017 - SAMAE**

Publicação Nº 2123948

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 93/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: Sovrana Engenharia e Construções Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 10/08/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/08/2019.

WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente do SAMAE

**TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 16-2017 FMS**

Publicação Nº 2123783

**TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 16/2017 FMS**

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, PRIVADAS OU PÚBLICAS, LUCRATIVAS OU NÃO, PARA A EXECUÇÃO/FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS DE ACOlhIMENTO/ATENDIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS (DE 60 ANOS OU MAIS) QUE POSSAM OU NÃO PORTAR DEFICIÊNCIA DE ORDEM PSICOLÓGICA OU FÍSICA, QUE SE ENCONTRAM EM RISCO SOCIAL OU AMEAÇA À INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E SOCIAL, COM COMPROMETIDA OU NULA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR, COMUNITÁRIO E SOCIAL E NECESSITAM DE CUIDADOS, DE AMBOS OS SEXOS.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, através do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ n.º 11.422.955/0001-53, representado pelo Secretário de Saúde e Assistência Social, Sr. ALFREDO JOÃO BERRI, e localizado na Rua Aracaju, n.º 60, Centro, Timbó/SC, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei n.º 8.666/1993 e alterações, considerando que:

- o Município de Timbó através da Secretaria de Saúde e Assistência Social, promoveu credenciamento de empresas para a execução/fornecimento dos serviços sócio assistenciais de acolhimento/atendimento de longa permanência de pessoas idosas (de 60 anos ou mais) que possam ou não portar deficiência de ordem psicológica ou física, que se encontram em risco social ou ameaça à integridade física, moral e social, com comprometida ou nula existência de vínculo familiar, comunitário e social e necessitam de cuidados, de ambos os sexos, Edital de Credenciamento nº 16/2017 FMS;

- estes serviços são necessários e imprescindíveis à manutenção das atividades e atribuições da Secretaria de Saúde e Assistência Social;

- serão mantidos todos os termos e condições do Edital de Credenciamento nº. 16/2017 FMS, inclusive no que se refere aos pagamentos, objeto, finalidades, responsabilidades, obrigações e demais condições, ocorrendo apenas a prorrogação do prazo e reajuste de preço dos itens 1, 2 e 3, pertinentes a prorrogação do prazo para credenciamento de empresas interessadas até a data de 04/09/2020, não acarretando assim nenhum prejuízo aos cofres da administração municipal;

- a prorrogação de prazo encontra amparo no item 1.4 do Edital de Credenciamento nº. 16/2017 FMS (O período de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da data de publicação do extrato em órgão oficial, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos);

- referido reajuste encontra previsão expressa no item 9.6.2 do Edital de Credenciamento nº. 16/2017 FMS (Os valores serão reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo IPCA ou por outro que venha a substituí-lo. A data base para concessão de reajuste é a data de assinatura do Termo de Credenciamento);

- a administração municipal sempre busca zelar e prezar pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos pagamentos, custos e atendimento a população.

RESOLVE promover o Termo Prorrogação e Reajuste ao o Edital de Credenciamento nº 16/2017 FMS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLAUSULA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO E REAJUSTE**

1. O prazo para credenciamento de pessoas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para a execução/fornecimento dos serviços sócio assistenciais de acolhimento/atendimento de longa permanência de pessoas idosas (de 60 anos ou mais) que possam ou não portar deficiência de ordem psicológica ou física, que se encontram em risco social ou ameaça à integridade física, moral e social, com comprometida ou nula existência de vínculo familiar, comunitário e social e necessitam de cuidados, de ambos os sexos, fica prorrogado até a data de 04/09/2020.

2. O valor do objeto relacionado nos itens 01, 02 e 03 do presente termo ficam reajustados nos moldes estabelecidos no Edital de Credenciamento nº. 16/2017 FMS, sendo usado como índice o IPCA relativo, em consonância do solicitado no Memorando anexo, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL	PERCENTUAL DE RAJUSTE	VALOR REAJUSTADO
01	Acolhimento de Idoso com grau de dependência I	R\$ 2.721,83	2,82%	R\$ 2.798,63
02	Acolhimento de Idoso com grau de dependência II	R\$ 3.224,60	2,82%	R\$ 3.356,47
03	Acolhimento de Idoso com grau de dependência III	R\$ 3.981,73	2,82%	R\$ 4.144,56

**RATIFICAÇÃO**

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Edital de Credenciamento nº. 16/2017 FMS, e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Timbó/SC, 12 de agosto de 2019.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2123790

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a aprovação das Contas do exercício de 2017 da Prefeitura Municipal de Timbó.

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Exercício de 2017, da Prefeitura Municipal de Timbó, Processo PCP -18/00109641, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, em 14 de agosto de 2019.

Guilherme Voigt Júnior

Presidente da Mesa Diretora

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 44/2019**

Publicação Nº 2123796

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Processo: 57/2019

Parecer: 41/2019

Matéria: PLO 44/2019

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Martinho de Souza Filho

Conclusão: Favorável

Data: 14/08/2019

Ementa do Projeto: Altera a composição do Conselho Municipal de Trânsito de que trata o parágrafo único do art. 12 da Lei nº 2.151, de 21 de dezembro de 2001.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de iniciativa do Poder Executivo que altera a composição do Conselho Municipal de Trânsito de que trata o parágrafo único do art. 12 da Lei nº 2.151, de 21 de dezembro de 2001.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 1º de agosto corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 6 de agosto, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. Acompanha o projeto: cópias da Lei nº 2.151, de 21 de dezembro de 2001, que instituiu o Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN (fls. 7-11); ata da 4ª assembleia ordinária do Conselho Municipal da Cidade de 2019, na qual se discutiu a redução do número de entidades que compõem o Conselho Municipal de Trânsito (fls. 12-16).

No dia 7 de agosto os autos do projeto foram enviados à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica. No dia 14 de agosto os mesmos foram devolvidos pela Assessoria Jurídica, que não apontou erros quanto à forma e conteúdo da proposição, se manifestando pela sua tramitação regimental.

No mesmo dia, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Dispõe ainda a Lei Orgânica Municipal, em art. 15, XX, ser competência da Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito sobre a criação de estruturas e atribuições das Secretarias e ou Diretorias da administração Pública.

No que tange à competência para a deflagrar o processo legislativo determina a lei orgânica municipal em seu art. 30, §1º, II, alínea 'c', ser competência privativa do Prefeito Municipal a iniciativa nos projetos de lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição dos órgãos da administração pública municipal. Do mesmo modo, assim também dispõe o art. 50, VII da Lei Orgânica Municipal, razão pela qual infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Poder Executivo para a proposição em análise. Nesse sentido, utiliza-se, para fins de argumentação técnica, a orientação técnica da Assessoria desta Casa (fls.19-21).

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, a proposição visa alterar a composição do Conselho Municipal de Trânsito para tornar mais eficaz e célere a análise e deliberação dos assuntos pelo conselho, conforme devidamente exposto na exposição de motivos que acompanha o projeto.

Do ponto de vista legal, cuja competência para análise é prerrogativa desta Comissão, o projeto em questão está de acordo com os preceitos

elencados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, razão pela qual não existem óbices à sua tramitação nesta Casa, cabendo à comissão de mérito analisar a pertinência da proposta, bem como se o interesse público será atendido com as alterações ora pretendidas.

III – CONCLUSÃO  
VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Ordinária nº 44/2019.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2019.

Rubens Borchardt

Presidente

Martinho de Souza Filho

Relator

Haroldo Fiebes

Membro

# Três Barras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.819 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2123653

DECRETO Nº 4.819 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 005/2019 E 006/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, o princípio de autotutela administrativa, fundamentado no poder/dever de zelar pela legalidade e conduta de seus atos, podendo revogá-los a qualquer tempo;

CONSIDERANDO, a Recomendação expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina da Comarca de Canoinhas/SC, expedida no Inquérito Civil n. 06.2019.00003373-2, que recomendou ao Município o cancelamento dos concursos públicos para preenchimento de vagas de emprego público - Edital nº 005 e 006/2019, em razão do curto prazo de inscrição dos candidatos e forma de inscrição;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anulados os concursos públicos para preenchimentos de vagas estabelecidos nos Editais de nº 005/2019 e 006/2019.

Art. 2º. Fica autorizada a devolução dos valores cobrados pela inscrição, devendo o candidato(a) realizar o requerimento de ressarcimento dos valores à Comissão do Concurso, cujo poderá ser protocolado diretamente na Secretaria de Saúde ou através do e-mail: saúde@tres-barras.sc.gov.br.

§1º. Fica estabelecido o prazo máximo de 5(cinco) anos para requerer a devolução do valor da inscrição, que ocorrerá sem a incidência de correção monetária e juros.

§2º. No caso de instauração de novo concurso para o mesmo cargo, havendo interesse do candidato(a) em concorrer, poderá realizar sua inscrição requerendo a compensação do valor da taxa de inscrição, com a apresentação do comprovante do valor recolhido a este título em razão dos editais aqui anulados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras – SC, em 13 de agosto de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
PREFEITO MUNICIPAL

ANDERSON STOCLOSKI  
ADVOGADO

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N. 660/2019**

Publicação Nº 2123685

PORTARIA Nº 0660/2019 FABIANO JOSÉ MENDES  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

TRÊS BARRAS – SC. CONCEDE ao servidor, JOEL ANTONIO VOIGT., ocupante do cargo de Gestor Legislativo e Contábil, Matrícula n. 60.2 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, férias parciais referente período de aquisição de 2018/2019, de acordo com o requerimento protocolado sob o n. 468/2019, sendo 7 (sete) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, com período de gozo a contar de 26 de Agosto de 2019. Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 14 de Agosto de 2019. A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 15 de Agosto de 2019. Joel Antonio Voigt  
Gestor Legislativo e Contábil Fabiano José Mendes (PSD)

**PORTARIA N. 661/2019**

Publicação Nº 2123686

PORTARIA Nº 0661/2019 FABIANO JOSÉ MENDES PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES TRÊS BARRAS - SC CONCEDE ao servidor, JOEL DA CRUZ, ocupante do cargo de GERENTE DE PATRIMÔNIO E INFORMÁTICA, Matrícula n. 3026-0 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, férias parciais referente período de aquisição de 2018/2019, de acordo com o requerimento protocolado sob o n. 480/2019, sendo 5 (CINCO) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, com período de gozo a contar de 26 de Agosto de 2019. Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 14 de Agosto de 2019. A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 15 de Agosto de 2019. Joel Antonio Voigt Gestor Legislativo e Contábil Fabiano José Mendes (PSD)



# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITACAO Nº 07/2019

Publicação Nº 2123730

ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 07/2019 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção da "Academia da Saúde" na Rua Oscar Von Hohenbruck, nº 123, no Município de Treze Tílias/SC, através de recursos provenientes do Ministério de Saúde, conforme projeto, memorial descritivo e demais disposições constantes no Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 30/08/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, na Praça Ministro Andreas Thaler nº 25, Centro, Treze Tílias, SC, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site [www.trezetiliassc.gov.br](http://www.trezetiliassc.gov.br). Maiores informações no telefone (49) 35370166.

ALCIR DE RÓS  
Gestor do Fundo

### EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 04/2019 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2346/2017

Publicação Nº 2123352

EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 04/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 20/2018

EDITAL Nº 001/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2.346/2017 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.346/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

- T.M.N.S MÉDICO – 20H  
SHEILA RUTH VOLTOLINI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- Conforme o Item 15.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (Retificação anexa ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 15.6 (Retificação anexa ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, item 3.1.1;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Exames médicos conforme item 3.3, letra “J” do Edital;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 2.2 do Edital 001/2017 de 01 de novembro de 2017, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados (item 3.3, letra J). Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

07 de agosto de 2019.

MAURO DRESCH

PREFEITO MUNICIPAL

## LEI COMPLEMENTAR 118

Publicação Nº 2124494

LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2019

De 14 de agosto de 2019

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 100/2017 QUE TRATA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS/SC Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o cargo de Secretário Executivo, sendo que o parágrafo único do art. 7º da Lei Complementar nº. 100/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. O Gabinete do Prefeito apresenta a seguinte estrutura interna e respectivas atribuições conforme Anexo I da presente Lei:

I - Assessor Jurídico I

II - Assessor Jurídico II

III - Chefe de Gabinete do Prefeito

IV - Gerente de Imprensa e Cerimonial (I)

V - Assessor de Comunicação e Expediente (I).

VI – Secretário Executivo

Art. 2º. Fica extinto o cargo de Gerente de Suporte à Educação (I), sendo que o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar nº. 100/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Educação apresenta a seguinte estrutura interna e respectivas atribuições conforme Anexo III da presente Lei:

I – Diretor Geral de Unidade Escolar

II – Diretor de Ensino

III – Assessor de Administração Escolar (I)

Art. 3º. Por conta das alterações propostas, o Anexo I da Lei 100/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO I - COMPOSIÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO****Cargo:** Assessor Jurídico I**Vagas:** 01**Atribuições:**

- exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento do Prefeito e dos Secretários Municipais;
- orientar o prefeito municipal sobre as situações, políticas e administrativas submetidas à sua apreciação;
- sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico que visem a proteger o patrimônio dos órgãos da Administração centralizada e descentralizada;
- orientar previamente sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Municipal;
- orientar e assessorar na apuração de denúncias contra órgãos da Administração Pública Municipal e contra servidores municipais e sugerir as medidas legais;
- sugerir ao Prefeito providências de ordem jurídica que lhe pareçam adequadas ao interesse reclamadas pelo interesse público e pela boa aplicação das lei vigentes;
- sugerir ao Prefeito e às demais autoridades municipais as medidas que julgar necessárias à uniformização da legislação administrativa;
- opinar quanto à legalidade dos atos da administração pública direta e indireta, propondo, quando for o caso, a anulação dos mesmos;
- orientar na elaboração de informações nos mandados de segurança e habeas data impetrados contra o município;
- proferir pareceres nos processos licitatórios, de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo Prefeito Municipal;
- na ausência de procuradoria instituída, atuar em juízo, quando necessário, mediante instrumento procuratório outorgado pelo Chefe do Poder Executivo, com poderes específicos e sem poderes especiais;
- conduzir veículos automotores quando necessário.

**Cargo:** Assessor Jurídico II**Vagas:** 01

**Atribuições:**

- exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento do Prefeito e dos Secretários Municipais;
- orientar o prefeito municipal sobre as situações, políticas e administrativas submetidas à sua apreciação;
- sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico que visem a proteger o patrimônio dos órgãos da Administração centralizada e descentralizada;
- orientar previamente sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Municipal;
- orientar e assessorar na apuração de denúncias contra órgãos da Administração Pública Municipal e contra servidores municipais e sugerir as medidas legais;
- sugerir ao Prefeito providências de ordem jurídica que lhe pareçam adequadas ao interesse reclamadas pelo interesse público e pela boa aplicação das leis vigentes;
- sugerir ao Prefeito e às demais autoridades municipais as medidas que julgar necessárias à uniformização da legislação administrativa;
- opinar quanto à legalidade dos atos da administração pública direta e indireta, propondo, quando for o caso, a anulação dos mesmos, ou, quando necessário;
- orientar na elaboração de informações nos mandados de segurança e habeas data impetrados contra o município;
- proferir pareceres nos processos licitatórios, de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo Prefeito Municipal;
- conduzir veículos automotores quando necessário.

**Cargo:** Chefe de Gabinete do Prefeito**Vagas:** 01**Atribuições:**

- assistir ao Prefeito Municipal;
- assessorar a demanda de atendimento do Gabinete do Prefeito Municipal;
- assessorar o levantamento de informações em sua área de atuação, para conhecimento e permanente avaliação do Prefeito;
- promover a transmissão e o controle das instruções emanadas do Prefeito Municipal;
- efetuar o levantamento de informações em sua área de atuação, para conhecimento e permanente avaliação do Prefeito;
- coordenar as atividades de representação dos interesses da administração municipal;
- administrar os meios de transporte do Gabinete do Prefeito;
- gerir as atividades de integração política e administrativa;
- estreitar o relacionamento com outros Municípios, com autoridades das demais esferas de governo e com entidades representativas da sociedade civil;
- conduzir veículos automotores quando necessário;
- desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo superior hierárquico.

**Cargo:** Gerente de Imprensa e Cerimonial (I)**Vagas:** 01**Atribuições:**

- planejar, coordenar, organizar, controlar, executar e normatizar as atividades inerentes aos programas e ações de imprensa do Município;
- planejar, coordenar, organizar, controlar, executar e normatizar as atividades inerentes aos programas e ações de imagens dos programas, projetos, obras e atividades desenvolvidas pelo Município;
- dirigir, coordenar a criação de campanhas publicitárias;
- criar, revisar os anúncios para revistas e jornais, outdoors, placas de inauguração e divulgação, logomarcas, flyers, informativos;
- confeccionar materiais de apoio, artes gráficas para o site da Prefeitura Municipal;
- Coordenar, controlar e providenciar o encaminhamento e aprovação de materiais de agentes de publicidade externa;
- planejar, coordenar, organizar, controlar, executar e normatizar as atividades inerentes aos programas e ações de redação e divulgação dos programas, projetos, obras e atividades desenvolvidas pelo Município;
- desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos;
- conduzir veículos automotores quando necessário;
- desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

**Assessor Geral de Comunicação e Expediente (I)****Vagas:** 01

**Atribuições:**

- gerenciar a unidade a que esteja vinculada quanto à realização das rotinas administrativas, supervisionando a elaboração de expedientes administrativos dos servidores sob sua chefia;
- manter arquivos e papéis que, em caráter particular, bem como os relativos a assuntos pessoais ou políticos, ou que, por sua natureza, devam ser guardados de modo reservado;
- atender, pessoalmente o dirigente da unidade que esteja vinculada, providenciando o necessário para lhe dar as devidas condições de trabalho;
- acompanhar a execução das atividades inerentes aos programas e ações de imprensa do Município;
- controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão;
- atender com presteza as solicitações formuladas pelo titular do órgão, no que diz respeito ao fluxo de serviços;
- conduzir veículos automotores quando necessário;
- desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

**Secretário Executivo**

Vagas: 01

**Atribuições:**

- controlar e acompanhar a agenda e os compromissos do chefe do poder executivo;
- realizar planejamentos de viagens;
- realizar o despacho e conferência de documentos;
- realizar a organização de arquivos;
- realizar atendimento telefônico, recepção do público e encaminhamento para atendimento;
- auxílio departamental;
- auxílio no planejamento e organização de festas e eventos;
- acompanhamento e preparação de reuniões;
- domínio em informática (excel, powerpoint, internet, outlook, etc);
- receber correspondências (eletrônicas e físicas) e dar o devido encaminhamento;
- elaborar textos profissionais especializados e outros documentos oficiais;
- executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
- conduzir veículos automotores quando necessário;
- desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

Art. 4º. Por conta das alterações propostas, o Anexo III da Lei 100/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO III - COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****Cargo: Diretor Geral de Unidade Escolar**

Vagas: 03

**Atribuições:**

- dirigir Escolas Municipais;
- representar a escola na comunidade;
- responsabilizar-se pelo funcionamento da escola a partir das diretrizes estabelecidas pelo Sistema Municipal de Educação e a Administração Municipal;
- coordenar a implantação do Conselho Escolar, respeitando todos os segmentos da comunidade escolar;
- presidir reuniões escolares;
- coordenar, em consonância com a Secretaria de Educação e o Conselho Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Escola;
- assegurar o cumprimento do currículo e do calendário escolar;
- organizar o quadro de recursos humanos da escola com as devidas atribuições de acordo com os cargos providos, supervisionando o cumprimento do trabalho de cada docente e funcionário da escola;
- administrar os materiais inerentes ao funcionamento da escola;
- fiscalizar, juntamente com o conselho fiscal da APP, e divulgar à comunidade escolar a movimentação financeira da escola;
- apresentar, quando solicitado, à Secretaria de Municipal de Educação e comunidade escolar, a avaliação interna e externa da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino, bem como discutir e analisar sugestões de melhoria, a fim de;
- manter o tombamento dos bens públicos da escola atualizado, zelar pela sua conservação;
- assessorar e acompanhar as atividades dos Conselhos Municipais da área da educação;
- oportunizar discussões e estudos de temas que envolvam o cumprimento das normas educacionais; articular com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- oportunizar, em conjunto com a SME, cursos de formação pedagógica para os docentes e funcionários da escola;
- certificar conclusão do Ensino fundamental;
- conduzir veículos automotores quando necessário;
- realizar demais atividades inerentes ao cargo, nos termos das legislações em vigência;
- desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

**Cargo: Diretor de Ensino**

Vagas: 01

## Atribuições:

- colaborar e acompanhar o andamento dos trabalhos na Secretaria de Educação;
- coordenar a elaboração, implantação e análise da criação dos projetos técnico-pedagógicos encaminhados à Secretaria Municipal de Educação;
- coordenar a prestação de assistência técnico-pedagógica, de forma direta às supervisões;
- coordenar a editoração das publicações de interesse da educação;
- orientar e acompanhar a execução dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de estudos, encontros e intercâmbio com outras instituições, objetivando o aprimoramento das habilidades técnicas e profissionais;
- desenvolver trabalhos solicitados pela Secretaria de Educação, dentro de suas atribuições;
- conduzir veículos automotores quando necessário;
- desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

## Assessor de Administração Escolar (I)

Vagas: 01

## Atribuições:

- prestar assessoramento às Diretorias das Unidades Escolares e À Secretaria de Educação;
- realizar a distribuição de materiais, correspondências, e demais suprimentos necessários ao bom andamento das unidades educacionais;
- prestar assessoramento da Secretária de Educação, quando houver necessidade de realização de atividades na Secretaria;
- manter o cadastro de alunos usuários de transporte escolar em dia, solicitar e fornecer documentos necessários para o uso do referido serviço;
- informar oficialmente a Secretaria Municipal de Educação, sobre dificuldades apresentadas quanto ao gerenciamento das Unidades de Educação;
- auxiliar nos trabalhos de administração escolar;
- conduzir veículos automotores quando necessário;
- desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

Art. 5º. Por conta das alterações promovidas de acordo com os artigos anteriores, fica alterada a Tabela constante no anexo XI da Lei Complementar nº. 100/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

ÓRGÃO	CARGO	SÍMBOLO	Nº de cargos	Vencimento mensal
GABINETE DO PREFEITO	Assessor jurídico i	CC1	01	R\$ 9.759,12
	Assessor jurídico ii	CC4	01	R\$ 5.477,72
	Chefe de gabinete do prefeito	CC2	01	R\$ 6.553,46
	gerente de imprensa e cerimonial (i)	CC7	01	R\$ 3.647,86
	assessor de comunicação e expediente (i)	CC9	01	R\$ 2.331,94
	Secretário executivo	CC7	01	R\$ 3.647,86
Secretaria de Administração e Finanças	coordenador de receitas e orçamento	CC5	01	R\$ 4.869,63
	diretor de gestão de receitas	CC6	01	R\$ 4.217,16
	diretor de licitações e contratos	CC6	01	R\$ 4.217,16
	diretor de compras e almoxarifado	CC6	01	R\$ 4.217,16
	diretor de planejamento urbano	CC6	01	R\$ 4.217,16
	diretor organizacional e de gestão de pessoas	CC6	01	R\$ 4.217,16
	gerente de planejamento urbano (i)	CC8	01	R\$ 3.078,55
	assessor de tributação (i)	CC9	01	R\$ 2.331,94
	assessor de administração e finanças (ii)	CC10	01	R\$ 1.601,25
Secretaria de Educação	diretor geral de unidade escolar	CC4	03	R\$ 5.477,72
	diretor de ensino	CC6	01	R\$ 4.217,16
	assessor de administração escolar (i)	CC9	01	R\$ 2.331,94

Secretaria de Saúde	diretor geral de assistência e promoção da saúde	CC4	01	R\$ 5.477,72
	diretor de suporte à gestão financeira na saúde	CC6	01	R\$ 4.217,16
	diretor de encaminhamento e transporte	CC6	01	R\$ 4.217,16
	diretor de atenção integral à saúde	CC6	01	R\$ 4.217,16
	Gerente de saúde (ii)	CC8	01	R\$ 3.078,55
Secretaria de Assistência Social	gerente de habitação (i)	CC7	01	R\$ 3.647,86
	gerente do procon – defesa e cidadania (ii)	CC8	01	R\$ 3.078,55
	gerente de encaminhamento e transporte (ii)	CC8	01	R\$ 3.078,55
Secretaria de Planejamento e Obras	diretor geral de planejamento e obras	CC4	01	R\$ 5.477,72
	Diretor de serviços urbanos	CC6	01	R\$ 4.217,16
	gerente de planejamento e obras (i)	CC7	01	R\$ 3.647,86
	assessor de obras e maquinário (i)	CC9	01	R\$ 2.331,94
Secretaria de Turismo, Comércio e Indústria	Gerente de assuntos comerciais, industriais e empreendedorismo (ii)	CC8	01	R\$ 3.078,55
Secretaria de Cultura e Esportes	diretor geral de esportes	CC4	01	R\$ 5.477,72
	Gerente de esportes (i)	CC7	01	R\$ 3.647,86
	gerente de cultura (i)	CC7	01	R\$ 3.647,86
	gerente de esportes (ii)	CC8	01	R\$ 3.078,55
	assessor de cultura (i)	CC9	02	R\$ 2.331,94
Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Gestão de Trânsito	diretor de trânsito	CC6	01	R\$ 4.217,16
	Diretor de desenvolvimento rural	CC6	01	R\$ 4.217,16
	gerente de meio ambiente e defesa civil (i)	CC7	01	R\$ 3.647,86
	gerente de desenvolvimento rural e meio ambiente (ii)	CC8	01	R\$ 3.078,55

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente lei serão suportadas por dotação orçamentária própria.

Art. 7º. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições e contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
em 14 de agosto de 2019.  
MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### PORTARIA 278/19

Publicação Nº 2124464

PORTARIA 278/19 DE 13 DE AGOSTO DE 2019.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável, a servidora pública municipal Sra. IRACEMA PASSIG, ocupante do cargo de emprego público de Agente Comunitário de Saúde, a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 12 de agosto de 2019, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de agosto de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALÉSIO JUNG

Secretário da Saúde

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019

Publicação Nº 2124445

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.<sup>a</sup> Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019, tipo de licitação MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO GLOBAL, objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, NAS MODALIDADES LOCAL (VC1) E SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (VC2 E VC3) COM A DISPONIBILIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES MÓVEIS (APARELHOS) EM REGIME DE COMODATO, ALÉM DE SERVIÇOS DE MENSAGEM DE TEXTO E PACOTE DE DADOS PARA ACESSO A INTERNET TECNOLOGIA 3G PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, OBRAS, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO, CULTURA, ASSISTENCIA SOCIAL, CORPO DE BOMBEIROS, CONSELHO TUTELAR, SAÚDE E DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 15h, do dia 27 de Agosto de 2019, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br). Informações no telefone 47 3544 0271 – Pregoeiro.

Trombudo Central, 15 de Agosto de 2019.

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO CONTRATO Nº 04-2019**

Publicação Nº 2123312

CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL - SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2019

Contrato que entre si celebram a CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL e a empresa BARCELOS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA (PR CONNECT). Objeto: Fornecimento do serviço de internet banda larga IP fixo com velocidade de download de 50 MB e upload de 25 MB, disponibilizada por meio de tecnologia de fibra ótica, conexão vinte e quatro horas sem limite de tráfego, provedor incluso e equipamentos em regime de comodato. Valor global da contratação: R\$ R\$ 959,52 (novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos). Forma de pagamento: mensal. Validade: 06/08/2019 à 31/12/2019.

Trombudo Central, 06 de agosto de 2019.

LAURI FLORIANO

Presidente da Câmara

# Tunápolis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 5134/2019

Publicação Nº 2123207

PORTARIA Nº. 5.134/2019  
Em 14 de Agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações posteriores;

- 1) Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 2) Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA do (a) professor (a) DAYANE BIEGER, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NÃO HABILITADA (ACT) lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, PARA 10 (dez) horas semanais a partir de 14 de Agosto de 2019 até enquanto perdurar a Licença da Professora de Alemão Clari Wehrmann, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) Lei 027/2011, Art. 60 alterado pela Lei 033/2012 sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 14 de Agosto de 2019.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER  
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data.  
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico de Controladoria Interna

# União do Oeste

## PREFEITURA

### 3º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2019

Publicação N° 2123276

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

3º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2019.

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 04/2019, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2019, que registrou os preços apresentados pela empresa JOSMAR AUTO POSTO LTDA, com fundamento no item 11.2 do edital supra citado, item 3.5 da Ata de Registro de Preços N.º 04/2019 e artigo 14 do Decreto Municipal n.º 206/2007, conforme segue:

Considerando que o combustível tipo gasolina comum e óleo diesel comum sofreram diminuição de preço junto as refinarias e distribuidoras do combustível, o Município realiza nesse momento aditivo de supressão de valor, a fim de que o valor seja revisto e justo para ambas as partes;

Cláusula Primeira. Fica alterado, por acordo entre as partes e a partir da data deste aditivo, o valor unitário dos itens 02 e 03, registrados na Ata de Registro de Preços n.º 04/2019, resultante do Processo Licitatório na modalidade de Pregão para Registro de Preços n.º 02/2019, passando a valer o seguinte valor:

Item	Descrição	Un. Medida	Marca	Preço Unt.
02	OLEO DIESEL Comum	Lt	IPIRANGA	3,59
03	Gasolina Comum	Lt	IPIRANGA	4,53

Cláusula Segunda. A alteração objetiva manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, como permitido pelo artigo 65, inciso II, letra 'd', da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 14 de agosto de 2019.

CELSO MATIELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

VANESSA BATISTELLO  
JOSMAR AUTO POSTO LTDA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_ 02. \_\_\_\_\_  
Andressa G. Donzelli Giane Smaniotto  
CPF 090.534.369-79 CPF 060.416.089-55  
Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

### DECRETO N. 4191/2019

Publicação N° 2123732

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.191, De 14 de agosto de 2019.  
Dispõe sobre nomeação de Servidor(a) Municipal aprovado(a) em concurso público.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal N.º 90 de 27 de agosto de 2015 e alterações posteriores – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais e, de acordo com o resultado da classificação final do Concurso Público N.º 03/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado(a) Servidor(a) Público(a) Municipal do Município de União do Oeste, a Senhor JOEL FERNANDO CAPELETO, para o Cargo de Assistente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, carga horária de 40 horas semanais e vencimento base constante no nível 37, do quadro de cargos e vagas do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de agosto de 2019.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

## OFICIO 143 2019 - CONVOCAÇÃO

Publicação N° 2123794

OF. N.º 143/2019 União do Oeste, 12 de agosto de 2019.

Do: Município de União do Oeste – SC

Para: JOEL FERNANDO CAPELETO

Assunto: CONVOCAÇÃO

Em conformidade com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e mediante expedição do Decreto de Nomeação N.º 4.191, de 14 de agosto de 2019, fica Vossa Senhoria CONVOCADO, no prazo de 30 dias contados de 14/08/2019, prorrogável por mais trinta dias, a requerimento do interessado, para tomar posse do Cargo de Assistente Administrativo do Município de União do Oeste – SC, munido da documentação exigida, conforme relação a seguir:

Relação de documentos exigidos:

- a) Documento de Identidade;
- b) Título de Eleitor;
- c) Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, pela internet, no site <http://www.tse.gov.br>. A validade da Certidão de que trata este item fica condicionada à verificação de autenticidade, no endereço eletrônico do órgão emitente.
- d) Certificado de Reservista, ou de Dispensa do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.
- e) Cadastro de Pessoa Física – CPF, expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Caso não tenha o cartão próprio do CPF poderá apresentar o comprovante de inscrição que pode ser obtido na internet, no site <http://www.receita.fazenda.gov.br>. O Número do CPF que consta em outros documentos, não se presta para atender esta solicitação.
- f) Certidão de nascimento ou casamento.
- g) comprovante de habilitação para o exercício do cargo.
- h) atestado de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- i) alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro da Comarca do domicílio do candidato;
- j) declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, órgão ao qual pertence e a carga horária;
- l) declaração de bens;
- m) comprovante de inscrição no PIS ou PASEP e qualificação cadastral;
- n) comprovante de endereço;
- o) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- p) Comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos (Certidão de crimes eleitorais), emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, pela internet, no site <http://www.tse.gov.br>. A validade da Certidão de que trata este item fica condicionada à verificação de autenticidade, no endereço eletrônico do órgão emitente.
- q) uma foto 3x4 recente;
- r) Declaração de conta corrente para recebimento da remuneração.

s) Comprovantes de dependentes.

t) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

Atenciosamente;

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Recebido em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

JOEL FERNANDO CAPELETO

# Urubici

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2416/2019

Publicação Nº 2123772

DECRETO Nº 2416/2019  
DECRETA PONTO FACULTATIVO

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

**DECRETAR:**

Art. 1º - Ponto Facultativo do expediente administrativo nas repartições Municipais, em período integral, no dia 16 de Agosto de 2019, em virtude do Feriado de Assunção de Nossa Senhora, exceto na Secretaria de Transportes e Obras, que funcionará em todos os seus setores.

Art. 2º - O horário de atendimento da administração municipal no dia 14 de agosto de 2019 será das 09h00min às 15h00min.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 2414/2019.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 13 de Agosto de 2019.  
Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ATAS 031/2019 A 039/2019

Publicação Nº 2123542

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI  
Processo Administrativo nº 043/2019  
Pregão Presencial nº 019/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene para rede municipal de ensino, conforme anexo 01 do Edital, para Ata de Registro de Preço. Extrato ata registro de preços nº 031/2019- Fornecedor: J.J.J. Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 00.313.537/0001-01. Valor estimado: R\$ 17.260,00. (dezessete mil duzentos e sessenta reais). Extrato ata registro de preços nº 032/2019- Fornecedor: Alfredo Comercio Varejista Ltda ME. CNPJ: 21.593.746/0001-26. Valor estimado: R\$ 25.570,10, (vinte e cinco mil quinhentos e setenta reais e dez centavos). Extrato ata registro de preços nº 033/2019- Fornecedor: Cleiton De Souza Comercial ME. CNPJ: 18.531.205/0001-69. Valor estimado: R\$ 24.654,70 (vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos). Extrato ata registro de preços nº 034/2019- Fornecedor: Aline Raitz ME. CNPJ: 23.970.820/0001-01. Valor estimado: R\$ 61.887,50 (sessenta e um mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Extrato ata registro de preços nº 035/2019- Fornecedor: Junckes Distribuidora Ltda. CNPJ: 25.267.561/0001-82. Valor estimado: R\$ 8.653,50 (oito mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos). Extrato ata registro de preços nº 036/2019- Fornecedor: LH Comercio Atacadista de Produtos Eireli CNPJ: 28.875.319/0001-80. Valor estimado: R\$ 172.882,70 (cento e setenta e dois mil oitocentos e oitenta e dois reais e setenta centavos). Extrato ata registro de preços nº 037/2019- Fornecedor: Paraná Foods Comercio Eireli EPP. CNPJ: 24.170.620/0001-37. Valor estimado: R\$ 15.126,00 (quinze mil centos e vinte e seis reais). Extrato ata registro de preços nº 038/2019- Fornecedor: Maycon Will Eireli EPP. CNPJ: 18.712.730/0001-80. Valor estimado: R\$ 8.886,00 (oito mil oitocentos e oitenta e seis reais). Extrato ata registro de preços nº 039/2019- Fornecedor: BR Comércio de Carnes Ltda ME. CNPJ: 28.665.822/0001-00. Valor estimado: R\$ 43.230,00 (quarenta e três mil duzentos e trinta reais). Cumpridas as formalidades, publique-se para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli-Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 526/2019

Publicação Nº 2123773

PORTARIA Nº 526/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear membros para compor a Comissão de Avaliação do PROCESSO SELETIVO nº 001/2019/SMAS, sendo eles:

- Mariana Aguiar Jabur Rossi dos Santos – matrícula 3762
- Ariana Silva – matrícula 3633
- Tasiane Menin Pickler – matrícula 3647

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.



Prefeitura Municipal de Urubici, em 13 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 527/2019**

Publicação Nº 2123774

PORTARIA Nº 527/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2018

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor Gabriel de Contro Trapp, para exercer o Cargo de Auditor de Tributos, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos do anexo I, grupo I – Atividades de Nível Superior - ANS, para exercer as funções inerentes tudo de acordo com a Lei nº 770/2002, com vencimentos inerentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 13 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 528/2019**

Publicação Nº 2123776

PORTARIA Nº 528/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 499/2019, que admitiu em Caráter Temporário o Senhor Alisson de Souza Pickler, para exercer o cargo de Professor de Educação Física II, na Escola Nucleada Rio Vacarianos, com carga horária de 20 horas semanais, até 30/10/2019, em substituição ao Servidor Efetivo Jackson Martins Borges, que encontra-se em Licença Médica para tratamento de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 14 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 529/2019**

Publicação Nº 2123777

PORTARIA Nº 529/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 412/2019, que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Patricia Salvador Warmling, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche no CEI Amélia Matos da Luz, com carga horária de 40 horas semanais, até 30/09/2019, em substituição a Servidora Efetiva Cleide Mara Ribeiro, que encontra-se em Licença Médica para tratamento de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 14 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

# Urussanga

## PREFEITURA

### DECRETO GP/Nº 66/2019

Publicação Nº 2124428

DECRETO GP/Nº 66, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

Cessa os efeitos do Decreto GP/Nº 68/2018, que cedeu o servidor José Otávio Feltrin para atuar no Hospital Nossa Senhora da Conceição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o Decreto GP/Nº 68, de 6 de abril de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Cessar os efeitos do Decreto que cedeu ao Hospital Nossa Senhora da Conceição, o servidor JOSÉ OTÁVIO FELTRIN, ocupante do emprego de Enfermeiro do Trabalho, para prestar serviços na administração da referida instituição, a partir de 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

MARIANA BONETTI

Assistente Administrativo

### PORTARIA GP/Nº 285/2019

Publicação Nº 2124434

PORTARIA GP/Nº 285, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE A EXONERAÇÃO COMPULSÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAIS EFETIVO, APOSENTADO PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por aposentadoria, ROSANE ZATTA, portadora da cédula de identidade nº 1.748.029-9, inscrita no CPF sob o nº 569.739.699-68, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 262, a partir de 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento Pessoal para que adote todas as providências para a efetivação do presente ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

### PORTARIA GP/Nº 286/2019

Publicação Nº 2124435

PORTARIA GP/Nº 286, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE A EXONERAÇÃO COMPULSÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAIS EFETIVO, APOSENTADO PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar por aposentadoria, CARMEM MARIA SORATTO, portadora da cédula de identidade nº 1.036.375, inscrita no CPF sob o nº 383.810.529-04, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 38, a partir de 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento Pessoal para que adote todas as providências para a efetivação do presente ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

**PORTARIA GP/Nº 287/2019**

Publicação Nº 2124426

PORTARIA GP/Nº 287, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE A EXONERAÇÃO COMPULSÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAIS EFETIVO, APOSENTADO PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar por aposentadoria, CECÍLIA MEURA MANARIN, portadora da cédula de identidade nº 1.327.765, inscrita no CPF sob o nº 552.269.499-87, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 233, a partir de 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento Pessoal para que adote todas as providências para a efetivação do presente ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

**PORTARIA GP/Nº 288/2019**

Publicação Nº 2124427

PORTARIA GP/Nº 287, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE A EXONERAÇÃO COMPULSÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAIS EFETIVO, APOSENTADO PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar por aposentadoria, INÁCIO GRINGS, portador da cédula de identidade nº 3.706.233, inscrito no CPF sob o nº 207.331.270-53, servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, com carga horária de 40 horas/semanais, inscrito no quadro de pessoal sob a matrícula nº 403, a partir de 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento Pessoal para que adote todas as providências para a efetivação do presente ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

## **PORTARIA GP/Nº 289/2019**

Publicação Nº 2124429

PORTARIA GP/Nº 289, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE A EXONERAÇÃO COMPULSÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAIS EFETIVO, APOSENTADO PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por aposentadoria, JUVENIA DE NEZ SANTANA, portadora da cédula de identidade nº 539.120, inscrita no CPF sob o nº 415.587.829-15, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com carga horária de 40 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 250, a partir de 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento Pessoal para que adote todas as providências para a efetivação do presente ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

## **PORTARIA GP/Nº 290/2019**

Publicação Nº 2124430

PORTARIA GP/Nº 290, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE A EXONERAÇÃO COMPULSÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAIS EFETIVO, APOSENTADO PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por aposentadoria, JUSSARA MAZZUCCHETTI, portadora da cédula de identidade nº 1.529.422, inscrita no CPF sob o nº 600.015.939-00, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com carga horária de 20 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 114, a partir de 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento Pessoal para que adote todas as providências para a efetivação do presente ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

**PORTARIA GP/Nº 291/2019**

Publicação Nº 2124431

PORTARIA GP/Nº 291, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE A EXONERAÇÃO COMPULSÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAIS EFETIVO, APOSENTADO PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por aposentadoria, JUSSARA MAZZUCCHETTI, portadora da cédula de identidade nº 1.529.422, inscrita no CPF sob o nº 600.015.939-00, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com carga horária de 20 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 114, a partir de 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento Pessoal para que adote todas as providências para a efetivação do presente ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

**PORTARIA GP/Nº 292/2019**

Publicação Nº 2124432

PORTARIA GP/Nº 292, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE A EXONERAÇÃO COMPULSÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAIS EFETIVO, APOSENTADO PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por aposentadoria, VELANIA MARIA DE BONA SARTOR TEIXEIRA, portadora da cédula de identidade nº 1.526.097, inscrita no CPF sob o nº 556.368.969-72, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com carga horária de 40 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 483, a partir de 13 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento Pessoal para que adote todas as providências para a efetivação do presente ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

**PORTARIA GP/Nº 293/2019**

Publicação Nº 2124433

PORTARIA GP/Nº 293, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

PROMOVE A EXONERAÇÃO COMPULSÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAIS EFETIVO, APOSENTADO PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar por aposentadoria, ANTONIO LUIZ CONGER, portador da cédula de identidade nº 853.528, inscrito no CPF sob o nº 375.622.829-00, servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 25, a partir de 14 de agosto de 2019.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento Pessoal para que adote todas as providências para a efetivação do presente ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

**PORTARIA GP/Nº 294/2019**

Publicação Nº 2124442

PORTARIA GP/Nº 294, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida ao servidor JOSÉ OTÁVIO FELTRIN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar nº 7, de 24 de novembro de 2004 e com base no Decreto GP/Nº 211, de 18 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida ao servidor JOSÉ OTÁVIO FELTRIN, referente ao período aquisitivo de 01/06/1989 à 31/05/1994; 01/06/1994 à 31/05/1999 e 01/06/1999 à 31/05/2004, sendo ele:

- a) 14 de agosto de 2019 à 13 de novembro de 2019;
- b) 14 de novembro de 2019 à 13 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

**PORTARIA GP/Nº 295/2019**

Publicação Nº 2124441

PORTARIA GP/Nº 295, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora SONIA MARIA CAMBRUZZI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar nº 7, de 24 de novembro de 2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora SONIA MARIA CAMBRUZZI, referente ao período aquisitivo de 02/02/1995 à 01/02/2000 e 02/02/2000 à 01/02/2005, sendo ele:

- a) 14 de agosto de 2019 à 13 de novembro de 2019.
- b) 14 de novembro de 2019 à 13 de janeiro de 2020.
- c) o demais período será agendado posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

## **PORTARIA GP/Nº 296/2019**

Publicação Nº 2124440

PORTARIA GP/Nº 296, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora MARIA APARECIDA JOÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar nº 7, de 24 de novembro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora MARIA APARECIDA JOÃO, referente ao período aquisitivo de 01/10/2005 à 30/09/2010 e 01/10/2010 à 30/09/2015, sendo ele:

- a) 14 de agosto de 2019 à 13 de novembro de 2019.
- b) 14 de novembro de 2019 à 13 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Fica revogado o art. 3º da Portaria GP/Nº 141, de 2 de maio de 2019.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

## **PORTARIA GP/Nº 297/2019**

Publicação Nº 2124439

PORTARIA GP/Nº 297, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora SUZANA CONCEIÇÃO DARELA SOUZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar nº 7, de 24 de novembro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora SUZANA CONCEIÇÃO DARELA SOUZA, referente ao período aquisitivo de 01/03/1998 à 28/02/2003 e 01/03/2003 à 28/02/2008, sendo ele:

- a) 14 de agosto de 2019 à 13 de novembro de 2019.
- b) 14 de novembro de 2019 à 13 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo



**PORTARIA GP/N° 298/2019**

Publicação N° 2124437

PORTARIA GP/N° 298, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora MARILU BORGES ZUCHINALLI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar n° 7, de 24 de novembro de 2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora MARILU BORGES ZUCHINALLI, referente ao período aquisitivo de 02/01/2000 à 01/01/2005 e 02/01/2005 à 01/01/2010, sendo ele:

- a) 15 de agosto de 2019 à 14 de novembro de 2019.
- b) 15 de novembro de 2019 à 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/N° 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

**PORTARIA GP/N° 299/2019**

Publicação N° 2124436

PORTARIA GP/N° 299, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora ROSALBA MARCON ZUCHINALLI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar n° 7, de 24 de novembro de 2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora ROSALBA MARCON ZUCHINALLI, referente ao período aquisitivo de 01/03/1991 à 29/02/1996 e 01/03/1996 à 28/02/2001, sendo ele:

- a) 15 de agosto de 2019 à 14 de novembro de 2019.
- b) 15 de novembro de 2019 à 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de agosto de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/N° 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

**CÂMARA MUNICIPAL****MOÇÃO Nº 06/2019**

Publicação Nº 2124380

**MOÇÃO**

A Câmara Municipal de Urussanga, por meio de proposição subscrita pelo Vereador Elson Roberto Ramos, consignou em seus anais o envio às Senhoras Bruna de Fátima Goulart Miot, Sabrina Keli Zanin Cancellier, Simone Nogueira Feltrin e Daniela Piacentini Visintim, de MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS, com o seguinte teor:

"A CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, APROVANDO PROPOSIÇÃO SUBSCRITA PELO VEREADOR ELSON ROBERTO RAMOS, MANIFESTA CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS ÀS SENHORAS BRUNA DE FÁTIMA GOULART MIOT, SABRINA KELI ZANIN CANCELLIER, SIMONE NOGUEIRA FELTRIN E DANIELA PIACENTINI VISINTIM, PROFESSORAS DA ESCOLA ESTADUAL BARÃO DO RIO BRANCO, PELO RECEBIMENTO DO PRÊMIO ELPÍDIO BARBOSA (MENÇÃO HONROSA), EM RAZÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO 'BARÃO SUSTENTÁVEL', PRÊMIO ESSE CONCEDIDO PELA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CRICIÚMA, EM RECONHECIMENTO ÀS BOAS PRÁTICAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO."

Urussanga, 13 de agosto de 2019.

Vereador Gilson Casagrande

Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio

Vice-Presidente

Vereador José Carlos José

Primeiro Secretário

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Segunda Secretária

Vereador Braz Ciseski

Vereador Elson Roberto Ramos

Vereador Jair Nandi

Vereadora Magaly Albino

Vereador Odivaldo Bonetti

**RESOLUÇÃO Nº 5, DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2124294

Resolução nº 5, de 13 de agosto de 2019.

Aprova proposta orçamentária da Câmara Municipal de Urussanga para o exercício de 2020.

Art. 1º Fica aprovada a proposta orçamentária da Câmara Municipal de Urussanga para o exercício de 2020, estimada a receita em R\$ 3.261.500,00 (três milhões, duzentos e sessenta e um mil e quinhentos reais), e fixada a despesa em igual valor, assim distribuída:

Órgão: 01 CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA R\$ 3.261.500,00

Unidade: 01 CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA R\$ 3.261.500,00

Projeto/Atividade: 1.001 EQUIPAR, REEQUIPAR E AMPLIAR A CÂMARA

1 4.4.90.00.00.00.00 /Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Total do Projeto/Atividade R\$ 400.000,00

Projeto/Atividade: 2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

2 3.1.90.00.00.00.00 /Aplicações Diretas R\$ 2.361.500,00

3 3.3.90.00.00.00.00 /Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Total Projeto/Atividade: R\$ 2.861.500,00

Total da Unidade: R\$ 3.261.500,00

Total do Órgão: R\$ 3.261.500,00

Total Entidade: R\$ 3.261.500,00

Total Geral: R\$ 3.261.500,00

Art. 2º Esta Resolução, após inclusão na proposta orçamentária do Município de Urussanga, entrará em vigor em 1º de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de Urussanga, 13 de agosto de 2019.

Vereador Gilson Casagrande

Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio

Vice-Presidente

Vereador José Carlos José

Primeiro Secretário

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Segunda Secretária

Registrado e publicado a presente Resolução no mural da Câmara Municipal e no site [www.camaraurussanga.sc.gov.br](http://www.camaraurussanga.sc.gov.br), em 13 de agosto de 2019.

Vereador José Carlos José

Primeiro Secretário

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 17/2019

Publicação Nº 2123833

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 84/2019  
Dispensa de Licitação nº. 17/2019

Processo de Dispensa de Licitação para a contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de material necessário (material próprio para divisória) para a construção de uma sala de aula de 29,5 metros na Centro de Educação Infantil Maria Ramos Will, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos informa que o presente processo de Dispensa de Licitação é referente a contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de material necessário (material próprio para divisória) para a construção de uma sala de aula de 29,5 metros na Centro de Educação Infantil Maria Ramos Will, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93.

#### JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

O Município de Vidal Ramos necessita a contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de material necessário (material próprio para divisória) para a construção de uma sala de aula de 29,5 metros na C.E.I. Maria Ramos Will.

Tendo em vista o elevado número de crianças por turma e, sabendo que nesta época do ano, há uma maior procura de vagas na creche, devida o aumento das atividades agrícolas, faz-se necessário a construção de um novo espaço (sala), destinado ao atendimento de uma nova turma de creche, no Centro de Educação Infantil Maria Ramos Will, localizado na Rua Santo Tabarelli, a fim de proporcionar as crianças um espaço mais adequado para a realização das atividades escolares bem como garantir o que diz a resolução 002/12 do Conselho Municipal de Educação, em seu artigo 11º que versa sobre o número de crianças por turma na Educação Infantil.

#### DO PREÇO

O valor será de R\$ 3.407,25 (três mil e quatrocentos e sete reais e vinte e cinco centavos)

#### FUNDAMENTO LEGAL

O presente procedimento está cristalizado nas recomendações prescritas com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores.

#### DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA BOING LTDA, estabelecida na RODOVIA SC 110, Centro, Vidal Ramos - SC, inscrita no CNPJ sob o número 79.410.288/0001-22.

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exmo. Sr. Secretária Municipal de Educação, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 14 de agosto de 2019  
Eduardo Thechrin  
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 84/2019  
Dispensa de Licitação nº. 17/2019

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de material necessário (material próprio para divisória) para a construção de uma sala de aula de 29,5 metros na Centro de Educação Infantil Maria Ramos Will, valor será de R\$ 3.407,25 (três mil e quatrocentos e sete reais e vinte e cinco centavos)

CREDOR: MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA BOING LTDA, estabelecida na RODOVIA SC 110, Centro, Vidal Ramos - SC, inscrita no CNPJ sob o número 79.410.288/0001-22.

VIDAL RAMOS, 14 DE AGOSTO DE 2019.  
Eduardo Thechrin  
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 84/2019  
Dispensa de Licitação nº. 17/2019

**RATIFICAÇÃO**

ODILMAR DE SOUZA, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei federal nº 8.666/93 com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

RATIFICA a DISPENSA de licitação para a contratação direta da Empresa MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA BOING LTDA, estabelecida na RODOVIA SC 110, Centro, Vidal Ramos - SC, inscrita no CNPJ sob o número 79.410.288/0001-22, com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o pagamento da despesa, no Valor de R\$ 3.407,25 (três mil e quatrocentos e sete reais e vinte e cinco centavos) em favor da empresa MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA BOING LTDA de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 14 de agosto de 2019.

ODILMAR DE SOUZA

Prefeito Municipal

**RESPOSTA IMPUGNAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 80/2019**

Publicação Nº 2124206

IMPUGNANTE: POSTO VIDALENSE EIRELI

IMPUGNADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 80/2019

NATUREZA: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019

OBJETO: ARBITRAGEM

O Impugnado, através do competente Setor de Licitação e Compras, proveu a Abertura do Edital pela Modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 48/2019, O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, (ÓLEO DIESEL COMUM, GASOLINA COMUM E ÓLEO S10) PARA UTILIZAÇÃO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, FUNDERURAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS. QUANTIDADE APURADA POR ESTIMATIVA COM PREVISÃO DE ENTREGA FRAGMENTADA DE ACORDO COM O CONSUMO, MEDIANTE REQUISIÇÃO PRÉVIA.

A Impugnante, no dia 12 de agosto de 2019, às 17:56, através de e-mail, apresentou pedido de impugnação do Edital nos seguintes itens:

2.1. – A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada no tanque de combustível de propriedade do proponente, devidamente instalado na Garagem do DMER, à Rua Santa Cruz, centro deste Município, no prazo máximo de 48 horas após a solicitação formal da contratante de forma fragmentada.

3.1.4 A Licitante vencedora deverá disponibilizar em regime de sessão de uso, sem ônus para o Município:

3.1.5 - Tanque próprio para estocagem do objeto, com capacidade para no mínimo 10.000 mil litros do óleo diesel comum, 5.000 mil litros para gasolina e 15.000 mil litros para o Óleo tipo - S10;

3.1.6 - Bomba e equipamento para abastecimento com medidor aferido pelo INMETRO;

Alega que não resta dúvida que o ato de convocação em comento consigna cláusula manifestante e comprometedora ou restritiva do caráter competitivo, que a exigência de instalação de equipamentos próprios na sede do licitante inviabiliza a participação dos demais concorrentes e praticamente direciona a licitação para o atual fornecedor, por causa dos custos de instalação.

**DA INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

O prazo para impugnação é de até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública

Conforme o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, "A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/1993, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta". Para facilitar o entendimento, exemplifica a seguinte situação:

"O dia 25 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 24; o segundo, o dia 23. Portanto, até o dia 22, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos." (...) FERNANDES, J.U. Jacoby. Sistema de registro de preços e pregão eletrônico presencial e eletrônico. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 539.

De acordo com a disciplina do art. 12 do Decreto nº 3.555/00, que regulamenta a forma presencial do pregão no âmbito da Administração Pública federal, "até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão". Nota-se ser idêntico o prazo para solicitar esclarecimentos e impugnar o edital, bem como não haver distinção de prazos em função do status de quem exerce essas manifestações.

A Impugnante, no dia 12 de agosto de 2019, às 17:56 horas, via e-mail, apresentou pedido de impugnação do Edital, ou seja, após o horário de expediente da Prefeitura, que se encerra às 17:00 horas. Portanto o prazo para apresentação da Impugnação seria até o dia 12 de agosto de 2019, até as 17:00 horas.

Desta forma, por ter sido encaminhado fora do prazo decadencial, resta patente a intempestividade da presente impugnação.

DO PARECER:

Desta feita, decido pela INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO, e mantenho dia 15 de agosto de 2019, às 09:00 horas, para a realização do Pregão Presencial Registro de Preços nº. 60/2019.

Vidal Ramos, 14 de agosto de 2019.

EDUARDO THECHRIN  
Pregoeiro

# Videira

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 254/19

Publicação Nº 2123235

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 254/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. LUCAS CORREA FIORENTIN	AGENTE SOCIAL
2. SONIA CORDEIRO	AGENTE SOCIAL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 08 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 255/19

Publicação Nº 2123236

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 255/19

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para os quais foram nomeados em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. JOSE AUGUSTO GUERREIRO PEREIRA	PSICÓLOGO	16.846/19, DE 01/08/2019
2. ALBERTINA ABATI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16.850/19, DE 02/08/2019
3. ROZINEI BRUCH NUNES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16.851/19, DE 02/08/2019
4. ELIANA REIS ANGST	FISCAL DE OBRAS	16.852/19, DE 02/08/2019
5. KARINNA DALLAGO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16.856/19, DE 05/08/2019
6. MARIA FRANCIELI DE ANDRADE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16.857/19, DE 05/08/2019

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:



- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

n) Exame toxicológico – de acordo com as exigências da Portaria nº 945/2017, do Ministério do Trabalho. (Para os cargos de Motorista e Operadores de Máquinas)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 08 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 256/19

Publicação Nº 2123239

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 256/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. JANAINE ZUBKO	AGENTE SOCIAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI,

da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;  
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;  
n) Declaração de bens;  
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;  
p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 09 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 257/19

Publicação N° 2123241

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 257/19  
PROCESSO SELETIVO N° 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. PIA MARIA DE CARVALHO NETA	AGENTE SOCIAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 258/19

Publicação N° 2123244

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 258/19  
PROCESSO SELETIVO N° 006/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 006/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. EMANUELLE RODRIGUES ANTES	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;

- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 259/19

Publicação Nº 2123245

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 259/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018 - FME

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2018 - FME:

CONVOCADOS	CARGO
1. DEISIANE FERREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 260/19**

Publicação Nº 2123247

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 260/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. CARMELITA SCUSSIATO VANZ	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 261/19**

Publicação Nº 2123248

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 261/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 002/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. FABIANE FRENZEL	PRODESSOR –ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL
2. DANIELE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	PRODESSOR –ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL
3. MARCIA FATTORI CERONI	PRODESSOR –ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL
4. ELIANE FAGHERAZZI	PRODESSOR –ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL
5. ARIANE RITTI POMMERENINH	PRODESSOR –ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 262/19

Publicação Nº 2123249

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 262/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 003/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. PABLO JUNIOR NAVA	PROFESSOR - ÁREA DE ATUAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

## PORTARIA Nº 0994/19

Publicação Nº 2123411

PORTARIA nº 0994/19

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nº 20022080.1.00041/19-1, nos assentos funcionais do servidor VANDERLEI MAGALDI, detentor da matrícula funcional nº 8343, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 19804 /2019,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor VANDERLEI MAGALDI, Auxiliar Operacional, detentor da matrícula funcional nº 8343, do período de 10 (dez) anos, 0 (zero) meses e 19 (dezenove) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição

expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 20022080.1.00041/19-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de agosto de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0995/19**

Publicação Nº 2123409

PORTARIA nº 0995/19

Nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19023/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 276, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, FRANCIELI DAYANA BINDER, LUCIANE MARIA DOS SANTOS GEMO e ANDRE KUBIAK, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19023/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de agosto de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0996/19**

Publicação Nº 2123971

PORTARIA nº 0996/19

Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20114/2019,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Complexo Poliesportivo Sérgio Marafon, pela Associação Recreativa, Cultural e Desportiva Vitória, no dia 17 de agosto de 2019, para a realização da final do primeiro turno do Campeonato da Liga Catarinense Adulto de Futsal.

Art. 2º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;



- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Será de responsabilidade exclusiva do requerente, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§1º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Complexo Poliesportivo Sérgio Marafon quando da devolução do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de agosto de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2019 - PMV**

Publicação Nº 2123925

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2019 – PMV  
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 89/2019 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FASE ESTADUAL DA OLÍMPIADA ESTUDANTIL CATARINENSE - OLESC, QUE ACONTECERÁ DE 12 A 21 DE SETEMBRO DE 2019, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 14:00:00h do dia 29/08/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 14:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 14 de agosto 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO PR 04/2019 CMV**

Publicação Nº 2124417

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019 – CMV

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 04/2019 - CMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E ELÉTRICO E POSTERIOR FISCALIZAÇÃO DA REFORMA NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA. : a partir das 14:00 horas do dia 29 de Agosto de 2019, no Plenário da Câmara de Vereadores de Videira, na Avenida Manoel Roque, nº 99, 2º andar, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:00 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.camaravideira.sc.gov.br](http://www.camaravideira.sc.gov.br) ou na Câmara Municipal de Vereadores, na Avenida Manoel Roque, nº 99, Videira/SC, no horário das 13:00 às 19:00h. 6. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566 - 0500. Videira/SC, 14 de agosto de 2019. NÉDIO MARTINS - Presidente

**VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA****RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 01/2019-VISAN**

Publicação Nº 2123683

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 01/2019 - VISAN

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação e julgamento da proposta do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS DE: MANUTENÇÃO DE REDES DE ADUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, PEÇAS ACESSÓRIAS, RAMAIS, CAVALETES E HIDRÔMETROS, COM OPERAÇÃO DE REGISTROS DE MANOBRA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO E COM A UTILIZAÇÃO DE ORDEM DE SERVIÇO ELETRÔNICA ONLINE; AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO; EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE PERDAS; E OPERAÇÃO DO SISTEMA COMERCIAL ATRAVÉS DO SOFTWARE DISPONIBILIZADO PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES: [WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR](http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR), restando HABILITADA a empresa Atlantis Saneamento Ltda. Diante da desistência expressa do prazo recursal do julgamento da habilitação da empresa participante, passou-se para a abertura e análise da proposta, restando VENCEDORA do certame a empresa Atlantis Saneamento Ltda VENCEDORA do certame por apresentar o valor de R\$ 6.214.407,30 (seis milhões, duzentos e quatorze mil, quatrocentos e sete reais e trinta centavos). O representante legal da empresa participante declarou a desistência do prazo recursal.

Videira, 14 de agosto de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 005/2019 FMS

Publicação Nº 2122961

Processo de Licitação 005/2019 FMS  
Modalidade: Inexigibilidade 001/2019 FMS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES  
Modalidade: Inexigibilidade

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Edital para credenciamento de prestadores de serviços da área da saúde de acordo com o Edital. O prazo de vigência das inscrições será no período de 16/08/2019 a 16/08/2020 no horário das 8h às 12h e das 13:30h às 17:30h, na Secretaria de Administração, Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 15 de agosto de 2019.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 050/2019

Publicação Nº 2123813

DECRETO N.º 050/2019

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Complementar 049, de 23 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Senhores JEOVANA WINTER, LUIS CARLOS BOING, JAIR WIPPEL, JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS e CAROLINE APARECIDA MAZOTI WACHHOLZ, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a preparação, execução e julgamento do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas temporárias dos cargos existentes no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo ora constituída poderá baixar instruções especiais sobre o Processo Seletivo nº 003/2019 e, as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicado e Registrado na data BENTO FRANCISCO SILVY  
Vitor Meireles/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Prefeito Municipal

### EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2019

Publicação Nº 2124217

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº. 03/2019

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, o Senhor Bento Francisco Silvy, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado destinado a contratação temporária de servidores para o Poder Executivo, regido pelas disposições deste Edital e legislação vigente, especialmente o artigo 37 da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 49/2009, cujas inscrições estarão abertas no período compreendido entre 19/08/2019 a 23/08/2019 na sede da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, setor de Recursos Humanos.

#### 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo simplificado para contratação imediata, será regido por este Edital e coordenado pela comissão instituída pelo Decreto nº. 050/2019, de 14 de agosto de 2019.

1.2 - A seleção de que se trata este Edital será realizada mediante análise curricular caráter classificatório e eliminatório.

1.3 - Serão aceitos apenas os documentos entregues pessoalmente ou através de procurador com assinatura reconhecida em cartório.

1.4 - O candidato poderá obter informações referentes ao processo seletivo simplificado junto ao setor de Recursos Humanos, na Prefeitura de Vitor Meireles/SC, situada na Rua Santa Catarina, nº. 2266, centro.

## 2- DAS VAGAS/CARGA HORÁRIA/VENCIMENTOS

2.1 - A vaga destina-se ao preenchimento temporário do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ou Servente/Merendeira, de acordo com a necessidade (funções constante no anexo III) para substituição de servidores efetivos licenciados ou vagas emergenciais até elaboração de concurso público, e será preenchida pelos candidatos classificados neste edital e de acordo com a ordem de classificação dele resultante.

2.2 - A carga horária é até 40 horas semanais.

2.3 - O vencimento é de R\$ 1.039,06 (um mil e trinta e nove reais e seis centavos), acrescido de auxílio alimentação no valor de R\$ 11,74 (onze reais e setenta e quatro centavos), por dia trabalhado, considerando carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com redução do valor proporcionalmente à carga horária contratada.

## 3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

3.2 - Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

3.3 - Ter idade mínima de dezoito anos completos;

3.4 - Possuir aptidão física e mental para o exercício das suas atribuições;

3.5 - Não exercer cargo, emprego ou função pública na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3.6 - Ser alfabetizado e experiência compatíveis com a atividade a ser desempenhada.

3.7 - Atender aos requisitos para a vaga a qual concorre e cumprir todas as determinações deste Edital.

## 4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 - A inscrição deverá ser efetuada por meio de entrega da ficha de inscrição (ANEXO I), currículo (ANEXO II) e demais documentos, no período de 19 a 23 de agosto de 2019, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, pessoalmente ou por procurador, no setor de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, situada na Rua Santa Catarina, nº. 2266, centro;

4.2 - Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição;

4.3 - As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão do Processo Seletivo o direito de excluir do processo seletivo simplificado as fichas de inscrições e currículos, que estiverem preenchidos de forma incompleta, incorreta e ilegível e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

4.4 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

## 5 - ANÁLISE CURRICULAR - CLASSIFICATÓRIA E ELIMINATÓRIA

5.1 - A seleção será procedida da contagem de pontos e serão apurados conforme descrito nos quadros de critérios abaixo:

CRITÉRIOS AVALIADOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Tempo de experiência na área	1,0 ponto por mês	90
VALOR MÁXIMO DE PONTOS		90

5.2 - Será considerado como tempo de experiência os serviços correlacionados com as funções típicas do cargo a ser preenchido, conforme descrição do anexo III.

5.3 - Documentos Comprobatórios Para Tempo de Serviço:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS): fotocópias que incluam as páginas com os dados de identificação do trabalhador – folha de rosto e de qualificação civil – e com o registro do contrato de trabalho com todos os campos preenchidos, inclusive o da rescisão, se for o caso, e assinaturas;

b) Declaração Funcional ou Portaria que expresse claramente a função exercida pelo candidato e indique o período de trabalho, em caso de ter prestado serviço em órgão público.

5.4 - As seleções dos currículos serão realizadas pela Comissão de Processo Seletivo designada por Decreto Interno.

5.5 - A classificação será feita em ordem decrescente da pontuação final obtida individualmente, considerando todos os candidatos aprovados.

5.6 - Havendo empate na análise curricular o critério para desempate será:

1º - O candidato de maior idade;

2º - O candidato com maior número de filho;

3º - Sorteio público.

## 6 - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS/CONVOCAÇÃO

6.1 - Todos os atos do processo seletivo serão devidamente divulgados no site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), e no mural público da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC.

6.2 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as etapas do processo seletivo simplificado nos canais de comunicação supracitados.

6.3 - A convocação para contratação obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos.

6.4 - O candidato que não comparecer no prazo de 01 (um) dia útil, após convocação de que trata o item anterior, será considerado desistente.

## 7 - DOS RECURSOS

7.1 - Recursos a fatos extraordinários deverão ser dirigidos à Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, e sua admissão será analisada pela Comissão de Processo Seletivo designada.

7.2 - As razões serão formuladas e devidamente fundamentadas pelo candidato interessado, devendo constar o nome do candidato, número da inscrição, endereço para correspondência e telefone.

7.3 - O prazo para interposição de recursos, quanto à homologação de inscritos e classificação final, será de 01 (um) dia útil após publicação dos respectivos editais, no site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br).

7.4 - Admitido o recurso, caberá a Assessoria Jurídica manifestar-se pela reforma ou manutenção do ato ocorrido, cuja decisão será comunicada por telefone ou endereço informado pelo candidato no currículo.

#### 8. DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E O REGIME JURÍDICO DE CONTRATAÇÃO

8.1 – Os contratos serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

8.2 – O Regime Jurídico de contratação será por tempo determinado.

#### 9. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

9.1 – Para efeito de contratação, os candidatos deverão comparecer munidos dos seguintes documentos, em original e 01 (uma) fotocópia:

- a) Cédula de identidade;
- b) C.P.F.;
- c) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- d) Carteira de Trabalho e Cartão PIS/PASEP;
- e) Número de conta corrente no Banco do Brasil;
- f) Certidão de casamento ou nascimento;
- g) Certidão de nascimento de filho(s), se menor de idade;
- h) Atestado de saúde ocupacional;
- i) Certificado de reservista, se do sexo masculino;
- j) Declaração de não acúmulo de cargo público;
- l) Declaração de bens.

9.2 - São condições para a contratação:

- a) Ter sido aprovado/classificado no processo seletivo simplificado;
- b) Apresentar documentação completa, devidamente relacionada no item 9.1 deste edital.

#### 10- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o processo seletivo simplificado contido neste Edital.

10.2 - A participação do candidato no processo seletivo gera apenas a expectativa de contratação aos candidatos classificados.

10.3 - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, e se necessário, encaminhados a Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal.

10.4 - Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de retificação divulgada no Diário Oficial, site da Prefeitura e mural público da Prefeitura de Vitor Meireles/SC.

10.5 – O prazo de vigência do presente edital será de um ano, a contar da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

10.6 – Os contratos decorrentes desse Processo Seletivo terão vigência somente pelo período em que o servidor efetivo estiver licenciado ou até o término das tratativas referentes a concurso público para a vaga.

Vitor Meireles/SC, 14 de agosto 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

Edital PROCESSO SELETIVO Nº 03/2019

FICHA DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES	N.º DE INSCRIÇÃO
FICHA DE INSCRIÇÃO AO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019	
Nome do Candidato:	
Cargo Pretendido: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E/OU SERVENTE/MERENDEIRA	
DADOS CADASTRAIS	
Nome do Pai:	
Nome da Mãe:	
Data do Nascimento:	
Naturalidade:	Estado:

N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:	
Endereço Residencial:			N.º:
Bairro:	Cidade:		Estado:
CPF:		Fone:	
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:	
Portador de Deficiência: Sim ( ) Não ( )		Tipo:	
E-mail:			

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta Ficha de Inscrição, bem como, pela veracidade da cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Nº 03/2019 e todas as disposições nele contidas.

Vitor Meireles/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do (a) Candidato (a)	
---------------------------------	--

**ANEXO II**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 03/2019**

**MODELO DE CURRÍCULO**

**I - DADOS PESSOAIS**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 -mail: \_\_\_\_\_  
 Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado civil \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) F ( ) M  
 Naturalidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 Profissão: \_\_\_\_\_

Telefone: (47) \_\_\_\_\_ E-

**II - FORMAÇÃO**

**CAPACIDADE TÉCNICA E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Instituição onde trabalhou: \_\_\_\_\_  
 Cargos ocupados ou funções exercidas: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
 Atividades desenvolvidas: \_\_\_\_\_

Instituição onde trabalhou: \_\_\_\_\_  
 Cargos ocupados ou funções exercidas: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
 Atividades desenvolvidas: \_\_\_\_\_

Instituição onde trabalhou: \_\_\_\_\_  
 Cargos ocupados ou funções exercidas: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
 Atividades desenvolvidas: \_\_\_\_\_

Instituição onde trabalhou: \_\_\_\_\_  
 Cargos ocupados ou funções exercidas: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
 Atividades desenvolvidas: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência profissional na função/cargo a que concorre: \_\_\_\_\_

**ANEXAR OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TODOS OS ELEMENTOS DECLARADOS.**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO III

## PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº. 03/2019

## ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Cargo	Atribuições do cargo
Auxiliar de Serviços Gerais	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos braçais e outras atividades correlatas, inclusive atividades administrativas.
Servente/Merendeira	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de cozinha, limpeza e outras atividades correlatas.

## ANEXO IV

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO  
(sujeito a alterações)

EVENTO	DATA
Divulgação do edital	15/08/2019
Recursos relativos ao Edital	16/08/2019
Inscrições	19 até 23/08/2019
Divulgação da lista de inscritos e classificação	26/08/2019
Recurso das inscrições e da classificação	27/08/2019
Divulgação da lista final de inscritos e classificação (homologação)	28/08/2019

**PORTARIA Nº 210/2019**

Publicação Nº 2124276

PORTARIANº 210/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

## EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: GIOVANA APARECIDA LAURINDO

Cargo: PROFESSOR NIVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 113/2019, de 03 de maio de 2019, com carga horária de 7 (sete) horas semanais, exonerada a partir de 13 de agosto de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE AGOSTO DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 215/2019**

Publicação Nº 2123274

PORTARIANº. 215/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: BELMIRO FRAZÃO

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, 8 (oito) dias de férias, pelo período de 14/08/2019 a 21/08/2019, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de agosto de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE AGOSTO DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.



# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO 11º TERMO ADITIVO A ATA RP Nº 0135/2018

Publicação Nº 2123253

Extrato 11º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0135/2018

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Siviero Diesel Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Óleo Diesel S-500 e Óleo Diesel S-10, com fornecimento em comodato de um tanque de duas repartições com duas bombas separadas para armazenamento dos combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos das Secretarias do Município de Xanxerê.

Este Termo Aditivo tem por objeto reajustar o valor unitário dos itens conforme relacionados em tabela abaixo, tendo em vista a baixa no valor de acordo com Requerimento da Detentora da Ata:

ITEM	PRODUTO	UNID.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	ÓLEO DIESEL S-500	Litro	R\$ 3,13	R\$ 3,12
02	ÓLEO DIESEL S-10	Litro	R\$ 3,17	R\$ 3,23

Xanxerê-SC, em 12 de agosto de 2019. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 497/2019

Publicação Nº 2123525

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 497/2019.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 23.09.2019 a 22.10.2019 ao Servidor Público Municipal Sr. JOÃO ANTONIO DUARTE DE BORBA, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 1.270.843 e CPF nº 460.268.009-72, nomeado conforme Decreto nº AM 141/2002 e atualmente ocupando o Cargo Comissionado de COORDENADOR DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL, conforme Decreto nº 162/2019 com 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito Municipal.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:  
13.05.2018 a 12.05.2019 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 14 de Agosto de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº143/2019

Publicação Nº 2123226

PORTARIA Nº 143, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Admite servidor(a) em Caráter Temporário (ACT) dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que conferidas pelo Art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, objetivando atender necessidade temporária, de excepcional interesse público em razão do iminente afastamento de servidor titular da vaga, conforme permissivo contido na Lei Municipal nº 782/2002 e, considerando o resultado do Processo Seletivo nº 001/2019 e demais disposições contidas no instrumento contratual específico;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário ALEXSANDER TOMÉ, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 3.647.150, inscrito(a) no CPF sob o nº 063.691.349-02, para desempenhar as funções do cargo de Engenheiro(a) Civil, vinculado(a) à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, com jornada de trabalho de 20(vinte) horas semanais, percebendo o vencimento correspondente de acordo com o grupo, cargo e o nível de ingresso, obedecendo o previsto na Lei Municipal nº 1.687/2019.

Parágrafo único. Os(as) Servidores(as) Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) ficam vinculados ao regime jurídico estabelecido na Lei Complementar nº 002/2000 e filiados ao Regime Geral de Previdência Social(RGPS), como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social(INSS).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 12 de Agosto de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### PORTARIA Nº144/2019

Publicação Nº 2123229

PORTARIA Nº144, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de licença para tratamento de saúde a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no Art. 105 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 02/2000, atualizada e, considerando a prorrogação de benefício previdenciário;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde concedida a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal, Sr(a). IVANIR TERESINHA GROLI DELLAZZARI, ocupante do cargo de Agente de Atividades Gerais do Quadro de Pessoal de provimento efetivo do Município de Xavantina, a contar desta data e, porquanto perdurar o Benefício Previdenciário nº 6280467361.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 12 de Agosto de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

### **4411. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO, COM ENCARGOS, DE IMÓVEIS LOCALIZADOS JUNTOS AO DISTRITO INDUSTRIAL E OUTROS LOCAIS DO MUNICÍPIO ÀS EMPRESAS CONTEMPLADAS EM EDITAL ESPECÍFICO**

Publicação Nº 2123980

Lei nº 4.411/2019, de 14 de agosto de 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO, COM ENCARGOS, DE IMÓVEIS LOCALIZADOS JUNTOS AO DISTRITO INDUSTRIAL E OUTROS LOCAIS DO MUNICÍPIO ÀS EMPRESAS CONTEMPLADAS EM EDITAL ESPECÍFICO, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.534/93, PARA O FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL."

LIRIO DAGORT, Prefeito do Município de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º. Fica o Município de Xaxim autorizado a doar, com encargos, as áreas de terras abaixo descritas, localizadas no Distrito Industrial e outros locais do Município, para as empresas contempladas no edital específico de concorrência pública:

I – Identificação do imóvel: Lote urbano nº 02-B, da quadra nº 411, localizado no lado par da Rua nº 05, distante, pelo lado direito, 55,54 metros da Rua nº 06, Loteamento do Distrito Industrial Sérgio Davi, Xaxim-SC, com a área superficial de um mil cinquenta e quatro metros e cinquenta e três décimos quadrados (1.054,53m<sup>2</sup>), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 22,06 metros, com parte da quadra nº 395, de I.P.E Indústria de Plásticos Ecológicos Ltda (matrícula nº 17.486); ao sul, em 22,00 metros, com a Rua nº 05; a leste, em 48,72 metros, com o lote urbano 03, da quadra 411 (matrícula nº 21.483); e a oeste, em 46,97 metros, com o lote urbano nº 02-A (matrícula nº 23.482). Com Registro no Cartório de Registro de imóveis sob a matrícula nº 23.483.

II - Terreno urbano, localizado no lado par da Rua Frei Joel Lorenzetti, distante, pelo lado esquerdo, 140,00 metros da Rua nº 05, Loteamento do Distrito Industrial Sérgio Davi, Xaxim-SC, com a área superficial de cinco mil, duzentos e setenta e dois metros e setenta e dois décimos quadrados (5.272,72m<sup>2</sup>), constituído pelo lote urbano nº 06, com a área de 2.377,60m<sup>2</sup>, e pelo lote urbano nº 07, com a área de 2.895,12m<sup>2</sup>, ambos da quadra nº 527, com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 79,25 metros, com o lote urbano nº 05, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.497); ao sul, em 79,25 metros, com parte do lote rural nº 46, de Leandro Matiello (matrícula nº 14.402); a leste, em 66,48 metros, com a Rua Frei Joel Lorenzetti; e a oeste, em 66,58 metros, com parte do lote rural nº 46, de Marte Madeiras Ltda (matrícula nº 17.598). Com Registro no Cartório de Registro de imóveis sob a matrícula nº 28.803.

III - Lote urbano nº 13, da quadra nº 828, localizado no lado par da Rua Rosalino da Campo, distante, pelo lado direito, 58,54 metros, da Rua Ângela da Campo, Loteamento Industrial da Campo, Vila Diadema, Xaxim-SC, com a área superficial de quatro mil duzentos e sessenta e quatro metros quadrados (4.264,00m<sup>2</sup>), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 65,00 metros, com o lote nº 12; ao sul, em 45,00 metros, com o lote nº 14, e em 20,00 metros, com parte do lote nº 15; a leste, em 65,60 metros, com a Rua Rosalino da Campo; e a oeste, em 65,60 metros, com parte do lote nº 11 (área verde). Com Registro no Cartório de Registro de imóveis sob a matrícula nº 26.850

IV - Lote urbano nº 14, da quadra nº 828, localizado no lado ímpar da Rua Ângela da Campo, esquina com o lado par da Rua Rosalino da Campo, Loteamento Industrial da Campo, Vila Diadema, Xaxim-SC, com a área superficial de dois mil setecentos e trinta e cinco metros e quarenta e seis décimos quadrados (2.735,46m<sup>2</sup>), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 45,00 metros, com parte do lote nº 13; ao sul, em 45,22 metros, com a Rua Ângela da Campo; a leste, em 58,54 metros, com a Rua Rosalino da Campo; e a oeste, 63,03 metros, com o lote nº 15. Com Registro no Cartório de Registro de imóveis sob a matrícula nº 26.851

V - Lote urbano nº 15, da quadra nº 828, localizado no lado ímpar da Rua Ângela da Campo, distante, pelo lado esquerdo, 45,22 metros, da Rua Rosalino da Campo, Loteamento Industrial da Campo, Vila Diadema, Xaxim-SC, com a área superficial de dois mil seiscentos e um metro e quinze décimos quadrados (2.601,15m<sup>2</sup>), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 20,00 metros, com o lote nº 11 (área verde), e em 20,00 metros, com parte do lote nº 13; ao sul, em 40,20 metros, com a Rua Ângela da Campo, a leste, em 63,03 metros, com o lote nº 14; e a oeste, em 67,02 metros, com o lote nº 16. Com Registro no Cartório de Registro de imóveis sob a matrícula nº 26.852.

VI - Lote urbano nº 16, da quadra nº 828, localizado no lado ímpar da Rua Ângela da Campo, distante, pelo lado esquerdo, 85,42 metros, da Rua Rosalino da Campo, Loteamento Industrial da Campo, Vila Diadema, Xaxim-SC, com a área superficial de dois mil setecentos e sessenta metros e sessenta e seis décimos quadrados (2.760,66m<sup>2</sup>), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 40,00 metros, com o lote nº 11 (área verde); ao sul, em 40,20 metros, com a Rua Ângela da Campo; a leste, em 67,02 metros, com o lote nº 15; e a oeste, em 71,01 metros, com o lote nº 17. Com Registro no Cartório de Registro de imóveis sob a matrícula nº 26.853.

Art. 2º. Constará na escritura pública do referido imóvel, cláusula de reversão em favor do Município, se:

I – no prazo de 10 (anos) anos, a beneficiada não implementar as obrigações assumidas na proposta;

II – se no mesmo prazo ocorrer à mudança de finalidade dos imóveis ora doados, sem o consentimento expresso do Poder Público;

III – caso a beneficiada venha desrespeitar as disposições do edital de licitação ou da proposta declarada vencedora.

Parágrafo único. Na hipótese de reversão, o imóvel voltará a incorporar o patrimônio público municipal, juntamente com o que for acrescido por acessão, ou de qualquer outra forma, não cabendo nenhuma espécie de indenização.

Art. 3º. Em caso de financiamento para a implantação ou ampliação da empresa nele instalada, o imóvel poderá ser dado em garantia hipotecária, ficando gravado em 2º grau para o Município.

Art. 4º. Caso a licitante vencedora tenha interesse em permutar o imóvel objeto do processo licitatório, esta poderá ocorrer mediante requerimento e aprovação do conselho de desenvolvimento econômico, desde que precedida de prévia avaliação mercadológica, não podendo o futuro imóvel ter valor inferior àquele que será objeto da permuta, além da concordância do terceiro.

Art. 5º. Caso a beneficiada venha a ultrapassar as metas fixadas na proposta vencedora, em 100% (cem por cento), dobrando a perspectiva, após o transcurso mínimo da metade do prazo estabelecido no inciso "I" do art. 2º, poderá a Administração Municipal revogar o ônus estabelecido nesta Lei e conceder o domínio pleno do imóvel, sem mais qualquer outra restrição.

Art. 6º. As doações com encargo autorizadas por esta Lei à empresa contemplada serão realizadas em conformidade com o que determina

a Lei 1.534/93 e o art. 17, I, da lei 8.666/93, e sempre precedidas de avaliação.

Art. 7º. Todas as providências necessárias à execução da presente Lei deverão ser adotadas junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas e Protestos desta Comarca, cujas despesas correrão por conta, única e exclusivamente, da adquirente.

Art. 8º. Fica autorizada a baixa dos imóveis descritos supra do patrimônio público, assim que cumpridas as exigências.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Xaxim, 14 de agosto de 2019.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Rodrigo Carlos Covatti

Procurador-Geral do Município.

## **AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 089/2019 - PREGÃO Nº 049/2019**

Publicação Nº 2123252

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 089/2019

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 049/2019

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de confecção, montagem e instalação de móveis planejados para atender as necessidades das Escolas Básicas Municipais - EBM e os Centros de Educação Infantil Municipais - CEIM, do Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 27 de agosto de 2019.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 27 de agosto de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0\*\*49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim (SC), 14 de agosto de 2019. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

## **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0059/2019**

Publicação Nº 2123339

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0059/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CONTRATADO: JOSE ARNILDO FLACH

Objeto: Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa localizada na Av. Giacomo Lunardi, nº 731, no Bairro Alvorada, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 16.410, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim/SC.

Valor: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência: 12 de agosto de 2019 a 12 de janeiro de 2020.

Fundamentação Legal: Lei Municipal nº 3.889/2013

Xaxim-SC, 12 de agosto de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

# Associações

## AMAUC

### EDITAL Nº03/2019 - ASSEMBLEIA 29 DE AGOSTO

Publicação Nº 2123993

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2019

O Presidente da AMAUC, Senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO – Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e através deste edital, convoca os Prefeitos, Prefeitas e Presidentes de Câmaras de Vereadores, para a Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, que se realizará no dia 29 de agosto de 2019, das 8h30 às 11h30, tendo como local a Sala de Reuniões da AMAUC, sito a Rua Marechal Deodoro, 772 - 12º andar - Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia, com a seguinte ordem do dia:

#### ORDEM DO DIA

8 horas	• Recepção com café da manhã
8h30	• Abertura e Leitura da ata da assembleia de 14 de junho
8h45	• Participação do Coordenador do IBGE - Concórdia: Censo 2020
9 horas	• PROJETO RECUPERAR Gabriel Arthur Loeft – Coordenador da Central de Atendimento a Municípios - CAM: Operacionalização do convênio firmado entre o Consórcio Lambari com o Governo do Estado
11 horas	• Assuntos Gerais: 1 - Programa de capacitação da equipe de engenharia, arquitetura e topografia da AMAUC - novos sistemas operacionais 2 – Outros de interesse
11h30	• Encerramento

Concórdia - SC, 14 de agosto de 2019.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente da AMAUC

## AMMOC

### ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 004 2019 - PROCESSO LICIT 007 2019

Publicação Nº 2123250

Pregão Presencial nº. 4/2019 AMMOC

Processo Licitatório nº. 7/2019 AMMOC

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO MEIO OESTE CATARINENSE

Credenciamento, Análise de Propostas, Lances Verbais, Habilitação e Adjudicação. Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, a partir das nove horas, na sala de licitações, da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense, fizeram-se presentes o Pregoeiro e a respectiva Equipe de Apoio, nomeados pela Resolução nº 002/2019 de 03 de abril de 2019, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão Presencial n. 4/2019, para a realização deste certame, cujo objeto é Contratação de Operadora de Plano de Assistência à saúde, na modalidade pré pagamento registrado na ANS, de abrangência nacional, regime ambulatorial, hospitalar e obstetrícia em acomodação quarto individual (apartamento standard) com banheiro privativo e direito a um acompanhante, incluindo a alimentação conforme dieta geral do hospital, com cobertura para o tratamento das doenças definidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID-10), limitada pelos procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigente à época do evento, para os servidores da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense e seus dependentes. O Pregoeiro deu como aberta a Sessão Pública de realização do Pregão Presencial para a realização deste certame procedendo-se inicialmente o período de identificação/ credenciamento da empresa licitante e seu respectivo representante legal. A licitante que apresentou os devidos elementos necessários à participação no certame foi: UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, inscrito no CNPJ nº 01.356.020/0001-62, credenciou o Sr. Ricardo Simon, portador do CPF 048.773.049-67. Após análise dos documentos apresentados para o credenciamento foi considerado o proponente acima habilitado. Encerrada esta primeira fase, o Pregoeiro iniciou a abertura do envelope contendo a Proposta Comercial Escrita da empresa habilitada passando a anotar em planilha anexa a proposta inicial do proponente ao objeto licitado. Após a avaliação das propostas quanto ao atendimento do objeto cotado e a análise dos requisitos exigidos no Edital, tendo sido, portanto, declarada vencedora chegando ao resultado constante na planilha anexa, nas quais consta a empresa vencedora com seu respectivo produto, quantidade, valor unitário e total. A seguir, foi aberto o envelope de documentos de habilitação da referida empresa, supracitada, que após analisados, foram considerados aceitos por atenderem às exigências editalícias. Depois de rubricada a proposta e os documentos pelo licitante, o Pregoeiro iniciou a fase recursal oportunizando a manifestação de todos os licitantes. Diante da não apresentação de recursos por parte dos licitantes o Pregoeiro adjudicou a empresa ao item que a mesma foi vencedora como consta em planilhas anexas. Nada mais havendo, foi lavrada esta Ata que lida e aprovada, vai assinada pelo Pregoeiro, pelos funcionários da equipe de apoio e pelos demais abaixo subscritos. Joaçaba-SC, 06 de agosto de 2019.

Faixas etárias	Titulares *	Dependentes*	Preço por faixa titular/dependentes	Preço total por faixa (R\$)				
0 - 18 anos	0	9	R\$ 161,59	R\$1.454,31				
19 - 23 anos	1	1	R\$ 201,98	R\$ 403,96				
24 - 28 anos	1	0	R\$ 255,31	R\$255,31				
29 - 33 anos	5	1	R\$ 302,16	R\$ 1.812,96				
34 - 38 anos	1	1	R\$ 355,49	R\$ 710,98				
39 - 43 anos	2	1	R\$ 403,49	R\$1.210,47				
44 - 48 anos	2	0	R\$456,83	R\$ 913,66				
49 - 53 anos	1	0	R\$ 518,87	R\$ 518,87				
54 - 58 anos	1	0	R\$ 662,02	R\$ 662,02				
59 ou mais anos	3	1	R\$ 943,44	R\$ 3.773,76				
Total de vidas	17	14		R\$ 11.716,30				
							R\$ 190,00	
Limite de participação:			R\$ 190,00					
Inscrição:			R\$ 20,00					

MEMBROS DA COMISSÃO

PREGOEIRO: ELCIO MELERE \_\_\_\_\_

MEMBRO: \_\_\_\_\_

MEMBRO: \_\_\_\_\_

PARTICIPANTES:

UNIMED JOAÇABA: \_\_\_\_\_

**TERMO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019**

Publicação Nº 2123255

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** Contratação de Operadora de Plano de Assistência à saúde, na modalidade pré pagamento registrado na ANS, de abrangência nacional, regime ambulatorial, hospitalar e obstetrícia em acomodação quarto individual (apartamento standard) com banheiro privativo e direito a um acompanhante, incluindo a alimentação conforme dieta geral do hospital, com cobertura para o tratamento das doenças definidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID-10), limitada pelos procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigente à época do evento, para os servidores da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense e seus dependentes.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO**

O Presidente da AMMOC, GIANFRANCO VOLPATO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei 8.666/93 e alterações posteriores a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

Fornecedor e itens declarados vencedores:

UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO – CNPJ 01.356.00/0001-62



Item	Descrição	TOTAL
1	Contratação de Operadora de Plano de Assistência à saúde, na modalidade pré pagamento registrado na ANS, de abrangência nacional, regime ambulatorial, hospitalar e obstetrícia em acomodação quarto individual (apartamento standard) com banheiro privativo e direito a um acompanhante, incluindo a alimentação conforme dieta geral do hospital, com cobertura para o tratamento das doenças definidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID-10), limitada pelos procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigente à época do evento, para os servidores da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense e seus dependentes.	Valor Global Max. R\$ 11.716,30

Valor Global Max. R\$ 11.716,30

(Onze mil, setecentos e dezesseis reais e trinta centavos).

Joaçaba, 12 de agosto de 2019  
GIANFRANCO VOLPATO  
PRESIDENTE

## AMREC

### PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO \_2019

Publicação Nº 2123370

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC  
CIM – AMREC

#### PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Julho de 2019.

#### P R E Â M B U L O

Os municípios da região da AMREC, por meio de seus respectivos Chefes do Poder Executivo, reunidos no auditório da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, na cidade de Criciúma, em 03 de julho de 2019, resolvem formalizar este Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir Consórcio Público Multifinalitário, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, no intuito de otimizar os recursos públicos disponíveis e reforçar o papel dos municípios na consecução de direitos fundamentais de todos os cidadãos assegurados constitucionalmente.

Desta forma;

CONSIDERANDO a necessidade de organização dos Municípios por meio de Consórcio Público, a fim de se implantar um modelo de gestão regional que possibilite a maximização das políticas de governo, por meio de planejamento e execução conjunta, de estudos, programas, projetos e ações demandadas pela região;

CONSIDERANDO a necessidade de gestão associada de serviços públicos, visando a melhoria da infraestrutura, da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social dos municípios consorciados, mediante a implementação de políticas públicas de interesse comum;

CONSIDERANDO que objetivos comuns podem ser desenvolvidos conjuntamente por um custo bem mais baixo que com a sua execução em pequenas unidades;

CONSIDERANDO a necessidade da região da AMREC dispor de um organismo institucional capaz de atuar de forma multifinalitária, no compartilhamento de ações que visem a gestão associada e a prestação de serviços públicos consorciados com ênfase na racionalização de recursos, visando o fortalecimento, a transparência e a eficiência na administração pública municipal, através de ações integradas de interesse público, na implementação de políticas públicas e no exercício de competências delegadas pelos entes consorciados;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do marco legal de constituição do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC - CIM-AMREC, a fim de melhor atender as necessidades dos municípios consorciados e da região;

Os Municípios ora signatários, representados neste ato pelos respectivos Chefes do Poder Executivo,

#### R E S O L V E M

Celebrar o presente protocolo de intenções de criação e implantação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC – CIM-AMREC, a ser ratificado por Lei pelos Poderes Legislativos dos entes signatários, que será regido pelas disposições contidas na Lei



Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e complementarmente pela legislação aplicável aos consórcios públicos, adotando o regime de total sintonia e plena cooperação com a Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC.

Para tanto, os Chefes do Poder Executivo, legítimos representantes de cada um dos entes federativos acima mencionados, subscrevem o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, conforme cláusulas a seguir:

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS E DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Subscrevem o presente Protocolo de Intenções:

I – O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 17.243.084/0001-97, com sede administrativa na Avenida Leoberto Leal, 1080, Bairro Centro, Balneário Rincão/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Jairo Celoy Custódio;

II – O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.778.056/0001-88, com sede administrativa na Av. Polidoro Santiago, 519, Bairro Centro, Cocal do Sul/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Ademir Magagnin;

III - O MUNICÍPIO DE CRICIÚMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 82.916.818/0001-13, com sede administrativa na Rua Domênico Sônego, nº 542 – Paço Municipal Marcos Rovaris, Santa Bárbara, Criciúma/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Clésio Salvaro;

IV - O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 81.531.162/0001-58, com sede administrativa na Avenida 25 de julho, nº 3400, Centro, Forquilha/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Dimas Kammer;

V - O MUNICÍPIO DE IÇARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 82.916.800/0001-11, com sede administrativa na Praça Presidente João Goulart, nº 120, Centro, Içara/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Murialdo Canto Gastaldon;

VI – O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.558.909/0001-24, com sede administrativa na Valter Veterli, 239, Bairro Centro, Lauro Muller/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Valdir Fontanella;

VII – O MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.000.323/0001-02, com sede administrativa na Rua 20 de maio nº 100, Bairro Centro, Morro da Fumaça/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Agenor Coral;

VIII - O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 82.916.826/0001-60, com sede administrativa na Travessa Oswaldo Búrigo, nº 44, Centro, CEP 88.865-000, Nova Veneza/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Rogério José Frigo;

IX – O MUNICÍPIO DE ORLEANS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa na Rua 15 de novembro nº 12, Bairro Centro, Orleans/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Jorge Luiz Koch;

X – O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.270.454/0001-34, com sede administrativa na Av. Presidente Dutra nº 01 Bairro Centro, Siderópolis/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Hélio Roberto Cesa;

XI – O MUNICÍPIO DE TREVISÓ pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.461.159/0001-67, com sede administrativa na Av. Professor José Forest Abatti nº 258 Bairro Centro, Trevisó/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Jaimir Comin;

XII – O MUNICÍPIO DE URUSSANGA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.930.181/0001-10, com sede administrativa na Praça da Bandeira, 12, Bairro Centro, Urussanga/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Luis Gustavo Cancellier.

§ 1º - Todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do caput desta cláusula poderão consorciar-se mediante ratificação, nos termos da Cláusula Segunda.

§ 2º - Os municípios não subscritores deste Protocolo de Intenções, membros de Associações de Municípios confrontantes com a área geográfica da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, devidamente reconhecida junto à Federação Catarinense de Municípios – FECAM, poderão, a qualquer tempo, ingressar no consórcio, o que se fará através de pedido formal em observância aos estatutos sociais do Consórcio e aprovação da Assembleia Geral, sendo desnecessária a modificação do presente Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 2 (dois) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

§ 1º Somente será considerado consorciado o Ente da Federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por Lei.

§ 2º Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação após pedido formal de ingresso ao consórcio, tendo sido aprovado em Assembleia.

## CAPÍTULO II

### DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC, com denominação de fantasia e doravante chamado CIM-AMREC, constitui-se sob a forma de associação pública de direito público, integrando a administração indireta de todos os entes consorciados, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo único. O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções.

## CAPÍTULO III

### DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

CLAUSULA QUARTA - O CIM-AMREC terá sede na Avenida Santos Dumont, nº 855, bairro São Luiz, CEP 88803-200, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Assembleia Geral poderá deliberar pela mudança da sede, desde que venha a se estabelecer dentro da área de atuação do consórcio

CLAÚSULA QUINTA - A área de atuação do consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

CLAÚSULA SEXTA - O CIM-AMREC terá duração indeterminada.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS DIREITOS E DEVERES

CLÁUSULA SÉTIMA - Constituem direitos dos consorciados:

- I - participar ativamente das sessões da Assembleia Geral e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados, através de proposições, debates e deliberações através do voto, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;
- II - exigir dos demais consorciados e do próprio CIM-AMREC o pleno cumprimento das regras estipuladas no Contrato de Consórcio, no seu Estatuto, Contratos de Programa e Contratos de Rateio, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;
- III - operar compensação de pagamentos de salários a servidor cedido ao CIM-AMREC, quando for o caso, com as obrigações previstas no Contrato de Rateio;
- IV - votar e ser votado para os cargos da Presidência, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- V - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do CIM-AMREC.

CLÁUSULA OITAVA - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio ou no Estatuto.

CLÁUSULA NONA - Constituem deveres dos consorciados:

- I - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;
- II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações para com o CIM-AMREC, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;
- III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIM-AMREC, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados ecolaboradores;
- IV - participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do CIM-AMREC, através de proposições, debates e deliberações através do voto, sempre que convocados;
- V - cumprir com suas obrigações operacionais e financeiras assumidas com o CIM-AMREC, sob pena de suspensão e posterior exclusão na forma do Contrato de Consórcio;
- VI - ceder, se necessário, servidores para o CIM-AMREC na forma do Contrato de Consórcio;
- VII - incluir, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do CIM-AMREC, devam ser assumidas por meio de Contrato de Rateio e Contrato de Programa, conforme for o caso;
- VIII - compartilhar recursos e pessoal para a execução de serviços, programas, projetos, atividades e ações no âmbito do CIM-AMREC, nos termos de Contrato de Programa.

#### CAPÍTULO V

##### DOS CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - O CIM-AMREC poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar de assuntos relacionados com seu objetivo e suas finalidades previstas na Cláusula 11ª deste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

- I - firmar protocolo de intenções;
- II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;
- III - prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;
- IV - outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral.

#### CAPÍTULO VI

##### DO OBJETIVO GERAL E DAS FINALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- O CIM-AMREC tem por objetivos a união dos municípios para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal integradas, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

§ 1º São finalidades do CIM-AMREC:

- I - proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, notadamente: seleção e gestão de pessoal, educação, saúde, esportes, cultura, trabalho e ação social, habitação, indústria, comércio, turismo, abastecimento, saneamento básico, mobilidade urbana, transporte, comunicação e segurança;
- II - realizar licitação compartilhada cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados;
- III - realizar ações compartilhadas ou cooperadas de defesa civil seja de capacitação de técnicos, elaboração de planos de ação de prevenção e ou de resposta a desastres;
- IV - realizar ações compartilhadas de exploração de minerais para fins de execução e recuperação de obras e serviços públicos;
- V - disponibilizar assessoria técnica na área de engenharia de minas e geologia, visando o desenvolvimento de atividades de mineração como forma de suprimir as necessidades de matérias-primas para a realização de obras civis, como a construção de pontes, construções e manutenções de estradas entre outros, assim como promover melhorias nas condições de bem estar econômico e social e à segurança da população dos municípios;

- VI - elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública;
- VII - proporcionar infraestrutura e desenvolvimento da região, buscando a realização de serviços regionalizados nas mais diversas áreas de atuação;
- VIII - auxiliar e orientar na formação de cursos e treinamentos aos servidores municipais;
- IX - integração em níveis executivos das diversas ações relacionadas com o meio ambiente e desenvolvimento de ações conjuntas de vigilância sanitária, epidemiológica e infraestrutura;
- X - promoção de estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia, arquitetura, topografia e correlatos;
- XI - promoção de estudos e serviços de assessoria administrativa, jurídica e contábil;
- XII - aquisição e administração de bens e serviços para compartilhamento;
- XIII - criar mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços prestados pelos entes consorciados ou pelo Consórcio à população;
- XIV - proporcionar definição de políticas regionalizadas de incentivos fiscais;
- XV - prestação de serviços públicos em regime de gestão associada;
- XVI - gerenciar, planejar, regular, fiscalizar e executar serviços de transporte escolar e coletivo, de construção, conservação e manutenção de vias públicas municipais e de obras públicas;
- XVII - a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, execução de obras, realização de concurso público, e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;
- XVIII - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;
- XIX - a produção de informações ou de estudos técnicos;
- XX - a instituição e o funcionamento de escolas de governo ou de estabelecimentos congêneres;
- XX - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;
- XXI - o exercício de funções no sistema de gerenciamento de recursos hídricos que lhe tenham sido delegadas ou autorizadas;
- XXII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;
- XXIII - a gestão e a proteção de patrimônio urbanístico, paisagístico ou turístico comum;
- XXIV - o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;
- XXV - as ações e políticas de desenvolvimento urbano, sócio-econômico local e regional;
- XXVI - o exercício de competências pertencentes aos Municípios consorciados, nos termos de autorização ou delegação;
- XXVII - o estabelecimento de relações cooperativas com outros consórcios através do Colegiado de Consórcios Públicos da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e de outros fóruns do gênero que por ventura venham surgir;
- XXVIII - delegação do poder de polícia administrativa dos Municípios, dentro das áreas específicas da administração pública, mediante determinação expressa do Chefe do Executivo do ente consorciado, que especificará as atribuições, as condições e o prazo da delegação mediante Decreto;
- XXIX - prestar aos municípios consorciados serviços de planejamento, infraestrutura, construção e conservação do sistema viário urbano e rural, no âmbito territorial dos Municípios que o compõem;
- XXX - desenvolver serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados, de acordo com programas de trabalho aprovados em Conselho de Prefeitos;
- XXXI - estruturação em âmbito regional de equipamentos, máquinas e instalações para pavimentação asfáltica - usinas de asfalto, usina de pré-misturado a frio, britador para fornecimento de brita, equipe de execução com pessoal treinado, caminhões, máquinas, rolos compressores etc.;
- XXXII - a prestação direta ou indireta e integrada de serviços e obras de pavimentação de vias urbanas, por diferentes processos – pavimentação asfáltica, elementos pré-moldados de concreto ou outros, serviços de tapa-buracos da pavimentação, recapeamento de vias, execução meio-fio e sarjeta, seixos rolados, britas e etc.; redes de drenagem (galerias pluviais) e outras; contenção de erosão e de assoreamento dos recursos hídricos em áreas urbanas e rurais; perenização de vias de escoamento da produção agrícola e otimizar a malha viária dos Municípios integrantes do Consórcio;
- XXXIII - apoiar as estruturas municipais de manutenção de pavimentação com capacidade de treinamento, controle de qualidade, manutenção de máquinas e veículos etc.;
- XXXIV - viabilizar os serviços de inspeção animal de acordo com os princípios e definições da sanidade agropecuária, nos municípios consorciados, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, incluindo, mas não se limitando a:
  - a) assegurar a prestação de serviços de inspeção animal e vegetal, para a população e empresas em território dos municípios consorciados e que aderirem ao SUASA, assegurando um sistema eficiente e eficaz;
  - b) gerenciar os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, prestando serviço de acordo com os parâmetros aceitos pela Secretaria de Estado da Agricultura e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA princípios, diretrizes e normas que regulam o SUASA;
  - c) criar instrumento de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, com a respectiva inspeção e classificação de produtos destas origens, bem como de seus subprodutos e resíduos de valor econômico, mantendo controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados às empresas cadastradas e aos municípios consorciados;
  - d) fiscalizar os insumos e os serviços usados nas atividades agropecuárias;
  - e) realizar estudos de caráter permanente sobre as condições sanitárias, animal e vegetal, da região oferecendo alternativas de ações que melhorem tais condições;
  - f) viabilizar ações conjuntas na área da produção, compra e venda de materiais e outros insumos;
  - g) adequar o controle oficial em toda a cadeia produtiva animal e vegetal;
  - h) incentivar e apoiar a estruturação dos serviços de sanidade animal e vegetal nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento de inspeção e de auxílio a diagnóstico para a correta aplicação das normas do SUASA;
  - i) nos assuntos atinentes às finalidades do Consórcio e/ou de interesse comum, representar os municípios que o integram, perante quaisquer autoridades ou instituições;
  - j) prestar assessoria e treinamento aos técnicos dos municípios consorciados, na implantação de programas e medidas destinadas à inspeção e controles oficiais do SUASA;

- k) estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;
- l) viabilizar a existência de infraestrutura de serviços de inspeção de produtos de origem animal e vegetal na área territorial do consórcio;
- m) notificar às autoridades competentes, dos eventos relativos à sanidade agropecuária;
- n) fomentar o fortalecimento das agroindústrias existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;
- o) implantar, contratar ou conveniar serviços de laboratório.

XXXV - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de governo e quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, incluindo, mas não se limitando a:

- a) assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar aos cidadãos dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS, de maneira eficiente e eficaz;
- b) fomentar o estabelecimento de novas especialidades de saúde nos municípios consorciados e a manutenção das existentes;
- c) estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
- d) criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;
- e) planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;
- f) desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CIM-AMREC;
- g) realizar ações conjuntas de vigilância em saúde, em especial a vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador;
- h) elaborar estudos acerca as condições epidemiológicas da região, oferecendo alternativas de ações conjuntas e de monitoramento;
- i) realizar compras compartilhadas de materiais, medicamentos e outros insumos da área da saúde;
- j) incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e a utilização adequada dos serviços oferecidos por meio do consórcio;
- k) prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

l) estabelecer relações de parceria com outros consórcios públicos de saúde que, por sua localização no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas.

XXXVI - outras atividades correlatas.

§ 2º Para cumprir as suas finalidades o CIM-AMREC poderá:

- I - adquirir ou receber em doação ou cessão de uso bens e direitos relevantes ao exercício de suas atribuições;
- II - firmar convênios, contratos, acordos, e receber doações, auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;
- III - prestar a seus consorciados os serviços previstos neste artigo, de maneira direta ou mediante terceirização;
- IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados das quais decorrerão contratos firmados por cada um deles;
- V - efetuar licitação pública para contratação de serviços e bens a serem empregados na prestação de serviços aos municípios consorciados;
- VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93;
- VII - prestar serviços a instituições privadas, mediante cobrança de preços públicos, desde que, comprovadamente, a prestação de tais serviços não afete a execução das atividades precípuas do consórcio.

## CAPÍTULO VII

### DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os Municípios autorizam a gestão associada de serviços públicos nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal nº 11.107/2005, abrangendo o território daqueles que efetivamente se consorciarem.

Parágrafo único. Para a consecução da gestão associada, os Municípios delegam ao consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento dos objetivos e finalidades do consórcio, previstas na Cláusula 11ª.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Para o cumprimento de suas finalidades deverá o CIM-AMREC realizar, obrigatoriamente, licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade permitidos por essas normas.

§ 1º Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Presidente.

§ 3º Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

§ 5º O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O CIM-AMREC poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes as suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I - elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II - submeter a análise e aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo único. As tarifas previstas neste artigo poderão ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O consórcio fica autorizado a ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação



consorciados, dispensada a licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O patrimônio do consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único. Os bens do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO VIII

### DO CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- Ao CIM-AMREC é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º O consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as autarquias, fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não prejudica que nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV - os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados as previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI - as penalidades e sua forma de aplicação;

VII - os casos de extinção;

VIII - os bens reversíveis;

IX - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI - a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII - demais cláusulas previstas na Lei nº 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

§ 9º O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II - extinção do consórcio.

§ 10. Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11. No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

## CAPÍTULO IX

### DO CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O CIM-AMREC, elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único. São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I - a qualificação do consórcio e do ente consorciado;

II - o objeto e a finalidade do rateio;

- III - a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;
- IV - a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;
- V - as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;
- VI - a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;
- VII - a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;
- VIII - o direito e obrigações das partes;
- IX - a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;
- X - o direito do consórcio e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;
- XI - demais condições previstas na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto nº 6.017/2007.

#### CAPÍTULO X

##### DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O consórcio poderá ser contratado por ente consorciado ou por entidade que integre a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Parágrafo único. Preferencialmente, deverá ser celebrado contrato de prestação de serviços sempre que o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

#### CAPÍTULO XI

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O CIM-AMREC será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por Lei, deste Protocolo de Intenções, pelo Estatuto do Consórcio e Regimento Interno.

Parágrafo único. O CIM-AMREC regulamentará em Regimento Interno, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio.

#### CAPÍTULO XII

##### DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- O CIM-AMREC é constituído pelos seguintes órgãos:

I - Nível de Gerência;

- a) Assembleia Geral;
- b) Presidência;
- c) Conselho de Administração;
- d) Conselho Fiscal.

II - Nível de Gerência:

- a) Diretoria Executiva;

III - Nível de Execução Programática:

- a) Departamentos Setoriais e Gerências.

#### CAPÍTULO XIII

##### DA ASSEMBLEIA GERAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A Assembleia Geral é a instância deliberativa máxima do CIM-AMREC, sendo constituída, exclusivamente, pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes consorciados, sendo que os respectivos suplentes serão, obrigatoriamente, seus substitutos legais, nos termos das respectivas Leis Orgânicas.

§ 1º Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral como ouvintes.

§ 2º Ninguém poderá representar dois entes consorciados na mesma Assembleia Geral.

§ 3º Cada ente consorciado possuirá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, votando os suplentes apenas na ausência ou impedimento do respectivo titular:

I - o voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidades a ente consorciado e na aprovação de moção decensura;

II - o Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar, não tendo direito a voto nas deliberações referentes à prestação de contas e outros atos de sua responsabilidade.

§ 4º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, três vezes por ano, cujas datas poderão ser definidas no Estatuto do Consórcio, para examinar e deliberar sobre matérias de sua competência e, extraordinariamente, quando convocada, sempre que possível coincidindo com as Assembleias da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, na forma deste instrumento e do Estatuto.

§ 5º A forma de convocação das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias será definida no Estatuto.

§ 6º Compete à Assembleia Geral:

- I - eleger e destituir o Presidente, o Vice-Presidente, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- II - aprovar o Estatuto do Consórcio e suas alterações;
- III - deliberar sobre a suspensão e exclusão de ente consorciado;
- IV - deliberar sobre o ingresso no Consórcio de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;
- V - homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 2 (dois) anos de sua subscrição;
- VI - aprovar:

- a) Plano Plurianual de Investimentos, até o final da segunda quinzena de julho do exercício em que se iniciar o mandato dos representantes legais dos entes consorciados;
  - b) Diretrizes Orçamentárias do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de setembro do exercício em curso;
  - c) Orçamento Anual do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de outubro do exercício em curso, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contrato de Rateio;
  - d) a fixação do valor e a forma de rateio entre os entes das despesas para o exercício seguinte, tomando por base a referida peça orçamentária, bem como a revisão e o reajuste de valores devidos ao Consórcio pelos consorciados;
  - e) a realização de operações de crédito, de conformidade com os limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal;
  - f) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos;
  - g) a aquisição, exceto de material de expediente, alienação e oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, tenham-lhe sido outorgados os direitos de exploração;
  - h) as contas referentes ao exercício anterior até a segunda quinzena de março do exercício subsequente.
- VII - deliberar sobre mudança de sede;
- VIII - deliberar sobre a extinção do CIM-AMREC;
- IX - deliberar sobre as decisões do Conselho Fiscal;
- X - deliberar sobre a necessidade de contratação e ampliação do quadro de pessoal, e preenchimento das vagas existentes;
- XI - nomear e exonerar os membros da Diretoria Executiva;
- XII - aprovar o Plano de Carreira dos funcionários do Consórcio;
- XIII - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;
- XIV - apreciar e sugerir medidas sobre:
- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
  - b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.
- XV - deliberar, em caráter excepcional, sobre as matérias relevantes ou urgentes que lhe sejam declinadas pelo Conselho de Administração;
- XVI - aprovar cessão de servidores e empregados públicos por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;
- XVII - deliberar e dispor em última instância sobre os casos omissos tidos por relevantes.

§ 7º As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam outras reconhecidas pelo Estatuto do Consórcio.

§ 8º A Assembleia Geral extraordinária será presidida e convocada pelo Presidente do CIM-AMREC ou seu substituto legal, através de comunicação inequívoca que garanta a ciência de todos os seus membros quanto ao dia, hora, local e pauta do dia, respeitado o prazo mínimo de 04 (quatro) dias úteis entre a convocação e a data da reunião.

§ 9º A Assembleia Geral extraordinária também poderá ser convocada por um quinto de seus membros, quando o Presidente do CIM-AMREC ou seu substituto legal não atender no prazo de 10 (dez) dias a pedido fundamentado de ente consorciado para convocação extraordinária.

§ 10. A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros do CIM-AMREC em dia com suas obrigações operacionais e financeiras e em segunda e última convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com a presença de qualquer número de consorciados adimplentes, deliberando por maioria simples de votos, ressalvadas as matérias que exigirem maioria qualificada ou absoluta nos termos deste instrumento e de disposições do Estatuto do Consórcio.

§ 11. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos na última Assembleia ordinária do ano em curso, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras:

- I - o Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal ou por aclamação, para mandato de um ano, com início no primeiro dia útil do exercício financeiro subsequente, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante reeleição;
- II - será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados;
- III - caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á, após quinze minutos de intervalo, segundo turno de eleição, sendo considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos;
- IV - não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente e do Vice-Presidente em exercício.

§ 12. O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembleia Geral.

§ 13. Em Assembleia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do Consórcio, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Consorciados:

- I - apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta;
- II - a votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente que se pretenda destituir. Admitir-se-á o voto secreto somente se a Assembleia Geral, por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta, assim decidir, caso contrário a votação será pública e nominal.
- III - será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros em Assembleia Geral, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras, presente a maioria absoluta dos entes consorciados;
- IV - caso aprovada a moção de censura em desfavor do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato;
- V - na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias;
- VI - rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes, em relação ao mesmo fato.

§ 14. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos dentre os Chefes dos Poderes Executivos dos entes consorciados.

§ 15. Na última Assembleia Geral ordinária do ano em curso, reunir-se-ão os entes consorciados para eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados:

- I - nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos três membros que integrarão os respectivos



**Conselhos;**

II - a eleição realizar-se-á mediante voto público e nominal ou por aclamação, sendo que cada ente consorciado somente poderá votar em um candidato;

III - consideram-se eleitos para cada Conselho os três candidatos com maior número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maioria;

§ 16. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal serão eleitos para mandato de um ano, com início no primeiro dia útil do exercício financeiro subsequente, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante reeleição.

§ 17. Os membros dos Conselho de Administração e Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura apresentada com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Consorciados, aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 de entes consorciados, observado, no que couber, o disposto neste instrumento quanto à moção de censura em face do Presidente.

§ 18. A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática da condição de membro da Assembleia Geral, quando houver substituição automática por quem lhe suceder no mandato do ente consorciado.

§ 19. Para as deliberações constantes dos incisos III, IV, VI, VII, VIII, XI do § 6º desta Cláusula, é necessário o voto da maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do CIM-AMREC, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras, em Assembleia Geral extraordinária convocada especificamente para tais fins.

§ 20. O Estatuto preverá as formalidades para a alteração de seus dispositivos, cuja aprovação dar-se-á por maioria absoluta dos membros consorciados e entrará em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

§ 21. A Assembleia Geral ordinária quadrimestral será presidida e convocada pelo Presidente do CIM-AMREC ou seu substituto legal através de comunicação que garanta a ciência de todos os seus membros quanto ao dia, hora, local e pauta do dia, respeitado o prazo mínimo de 07 (sete) dias entre a convocação e a data da reunião.

§ 22. O ente consorciado que não estiver em dia com suas obrigações operacionais e financeiras não poderá votar e nem ser votado.

§ 23. Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral;

II - de forma resumida, quando possível, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

IV - no caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 24. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo, cuja decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

§ 25. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembleia Geral.

§ 26. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

§ 27. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata e demais documentos, salvo os considerados de caráter sigiloso, serão fornecidos para qualquer do povo.

**CAPÍTULO XIV****DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – A Presidência do CIM-AMREC é composta pelos cargos de Presidente e Vice-Presidente eleitos dentre os Chefes do Poder Executivo pela Assembleia Geral.**

§ 1º Compete ao Presidente do CIM-AMREC, sem prejuízo do que prever o Estatuto do Consórcio:

I - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

II - autorizar o Consórcio a ingressar em juízo;

III - convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

IV - representar judicial e extrajudicialmente o CIM-AMREC, cabendo ao Vice-Presidente, substituí-lo em seus impedimentos;

V - movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e recursos do CIM-AMREC;

VI - dar posse aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

VII - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

VIII - convocar reuniões com a Diretoria Executiva;

IX - homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo Consórcio;

X - expedir resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Administração para dar força normativa às decisões estabelecidas nesses colegiados;

XI - expedir portarias para dar força normativa às decisões monocráticas de competência do Presidente do CIM-AMREC;

XII - delegar atribuições e designar tarefas para os órgãos de gerência e de execução;

XIII - julgar, em primeira instância, recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a funcionários do Consórcio.

XIV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo Estatuto a outro órgão do Consórcio.

§ 2º Em assuntos de interesse comum ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, o Estatuto poderá autorizar o Presidente a representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, defender as causas municipalistas e/ou regionais, dentre outros assuntos.

§ 3º Com exceção da competência prevista nos incisos II, III, IV, V, IX, X, XI, XIII, alíneas "a" e "b", todas as demais poderão ser delegadas

ao Diretor Executivo.

§ 4º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá praticar atos ad referendum do Presidente.

§ 5º Compete ao Vice-Presidente do CIM-AMREC:

I - substituir e representar o Presidente em todas suas ausências e impedimentos;

II - assessorar o Presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas;

III - assumir interinamente a Presidência do CIM-AMREC, no caso de vacância, quando esta ocorrer na segunda metade do mandato, exercendo-a até seu término;

IV - convocar Assembleia Extraordinária em 15 (quinze) dias para eleição de novo Presidente do CIM-AMREC, no caso da vacância ocorrer na primeira metade do mandato, quando o eleito presidirá o Consórcio até fim do mandato original, podendo, se reeleito, ser conduzido ao mandato seguinte.

§ 6º Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias.

§ 7º Enquanto não realizada a eleição a Presidência e Vice-Presidência serão exercidas pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.

## CAPÍTULO XV

### DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - O Conselho de Administração é o órgão de administração do Consórcio, constituído pelo Presidente e Vice-Presidente do CIM-AMREC, e por outros três Conselheiros eleitos pela Assembleia Geral, e suas deliberações serão executadas pela Presidência e pela Diretoria Executiva.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração serão eleitos dentre os Chefes dos Poderes Executivos.

§ 2º A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do mandato de membro do Conselho de Administração, hipótese em que assumirá a função aquele que assumir a Chefia do Poder Executivo, exceto o Presidente.

§ 3º Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar para posterior deliberação da Assembleia Geral:

a) Plano Plurianual de Investimentos, até o final da segunda quinzena de junho do exercício em que se iniciar o mandato dos representantes legais dos entes consorciados;

b) Diretrizes Orçamentárias do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de agosto do exercício em curso;

c) Orçamento Anual do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de setembro do exercício em curso, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contrato de Rateio;

II - planejar todas as ações de natureza administrativa do CIM-AMREC, fiscalizando a Diretoria Executiva na sua execução;

III - elaborar e propor a Assembleia Geral alterações no quadro de pessoal do CIM-AMREC;

IV - aprovar o reajuste de salário dos funcionários;

V - propor o Plano de Carreira dos funcionários do Consórcio;

VI - aprovar previamente a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento e no Estatuto;

VII - elaborar o Estatuto do CIM-AMREC, com auxílio da Diretoria Executiva, submetendo tal proposição à aprovação da Assembleia Geral;

VIII - requisitar a cedência de servidores dos entes consorciados;

IX - propor à Assembleia Geral a alteração deste instrumento e do Estatuto do Consórcio;

X - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o CIM-AMREC venha a receber;

XI - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIM-AMREC;

XII - propor a nomeação e a exoneração dos membros da Diretoria Executiva;

XIII - autorizar o Diretor Executivo a contratar estagiários;

XIV - aprovar a celebração dos instrumentos de gestão previstos na Cláusula Sétima deste instrumento;

XV - deliberar sobre outras matérias de natureza administrativa do CIM-AMREC não atribuídas à competência da Assembleia Geral e não elencadas neste artigo.

§ 4º Em caso de vacância dos cargos do Conselho de Administração, será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias.

§ 5º Enquanto não realizada a eleição os cargos serão exercidos pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.

## CAPÍTULO XVI

### DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizatório do Consórcio, responsável por exercer, além do disposto no Estatuto, o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do CIM-AMREC, manifestando-se na forma de parecer, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 1º O Conselho Fiscal é composto por três membros, escolhidos pela Assembleia Geral dentre os Chefes dos Poderes Executivos.

§ 2º O previsto nesta cláusula não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

§ 3º A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do mandato de membro do Conselho Fiscal, hipótese em que assumirá a função aquele que assumir a Chefia do Poder Executivo.

§ 4º O Estatuto deliberará sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

§ 5º Sem prejuízo do previsto no Estatuto do Consórcio, incumbe ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente a contabilidade do CIM-AMREC;

II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias ou, na omissão deste, diretamente à Assembleia Geral;

III - emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Executivo;

IV - eleger entre seus pares o Presidente do Conselho Fiscal;

V - julgar, em segunda instância, recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a funcionários do Consórcio.

§ 6º O Conselho Fiscal por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

§ 7º As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

§ 8º Em caso de vacância dos cargos do Conselho Fiscal, será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias.

§ 9º Enquanto não realizada a eleição os cargos serão exercidos pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.

#### CAPÍTULO XVII

##### DA DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - A Diretoria Executiva é o órgão executivo do CIM-AMREC.

§ 1º A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Executivo.

§ 2º Compete ao Diretor Executivo:

I - receber e expedir documentos e correspondências do Consórcio, mantendo em ordem toda a documentação administrativa e financeira do CIM-AMREC, bem assim zelando e responsabilizando-se pelo seu controle, organização e arquivo;

II - realizar programação dos compromissos financeiros a pagar e a receber do CIM-AMREC;

III - executar a gestão administrativa e financeira do CIM-AMREC dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

IV - elaborar Plano Plurianual de Investimentos, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;

V - elaborar a Prestação de Contas mensal, o Relatório de Atividades e os Balanços Anuais a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do CIM-AMREC;

VI - elaborar a prestação de contas de projetos, convênios, contratos e congêneres dos auxílios e subvenções concedidos e/ou recebidos pelo Consórcio;

VII - controlar o fluxo de caixa;

VIII - elaborar e analisar projetos sob a ótica da viabilidade econômica, financeira e dos impactos, a fim de subsidiar processo decisório;

IX - acompanhar e avaliar projetos;

X - avaliar a execução e os resultados alcançados pelos programas e ações implementados;

XI - elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos/convênios para os órgãos superiores;

XII - movimentar em conjunto com o Presidente do CIM-AMREC ou com quem este delegar as contas bancárias e os recursos financeiros do Consórcio;

XIII - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelos órgãos colegiados do Consórcio, Presidência e Tribunal de Contas do Estado;

XIV - realizar as atividades de relações públicas do CIM-AMREC, constituindo o elo de ligação do Consórcio com a sociedade civil e os meios de comunicação, segundo diretrizes e supervisão do Presidente;

XV - contratar, punir, dispensar ou exonerar empregados, bem como praticar todos os atos relativos a gestão dos recursos humanos, após autorização do Conselho de Administração;

XVI - contratar, após prévia aprovação do Conselho de Administração, pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento e no Estatuto;

XVII - apresentar os assuntos relacionados à Estrutura Administrativa e Recursos Humanos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

XVIII - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

XIX - instaurar sindicâncias e processos disciplinares nos termos do Estatuto;

XX - constituir comissão de licitações do Consórcio nos termos do Estatuto;

XXI - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

XXII - participar, sem direito a voto, das reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, e coordenar a lavratura das atas em livros próprios, os quais deverão conter o registro cronológico de todas as reuniões realizadas, com indicação da data, local e hora, pauta, nome e cargo dos presentes, e todas as deliberações adotadas em cada reunião;

XXIII - elaborar os processos de licitação para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;

XXIV - propor melhorias nas rotinas administrativas do Consórcio ao Conselho de Administração, visando à contínua redução de custos, aumento da eficácia das ações consorciais no atingimento de suas metas e objetivos e ao emprego racional dos recursos disponíveis;

XXV - requisitar à Presidência seu substituto em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do CIM-AMREC;

XXVI - propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao CIM-AMREC;

XXVII - expedir certidões, declarações, passar recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matérias administrativas do CIM-AMREC;

XXVIII - responder pela execução das compras e de fornecimentos, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral;

XXIX - autenticar o livro de atas das reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

§ 3º O emprego público de Diretor Executivo deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência na área da Administração Pública, com formação mínima de nível médio, e seu provimento se dará por livre nomeação e exoneração observado o disposto neste Protocolo.

§ 4º Outras atribuições, direitos, e deveres da Diretoria Executiva poderão ser definidos no Estatuto do Consórcio.

#### CAPÍTULO XVIII

**DOS DEPARTAMENTOS SETORIAIS E GERÊNCIAS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA** - Os departamentos setoriais e gerências exercem as funções de execução e apoio administrativo aos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional do CIM-AMREC e consistem em:

I - Nível de Diretoria:

- a) Departamento de Contabilidade e Recursos Humanos;
- b) Departamento de Compras e Licitações, Almoxarifado e Patrimônio, e Serviços de Informática.

II - Nível de Gerência:

- a) Gerência de Engenharia e Infraestrutura;
- b) Gerência de Produção Médica e Promoção à Saúde;
- c) Gerência de Inspeção Sanitária, Sanidade Agropecuária e Segurança Alimentar.

§ 1º Para o desempenho das atribuições dos Departamentos Setoriais e das Gerências, fica a Assembleia Geral autorizada a determinar o provimento dos empregos públicos elencados no Anexo I.

§ 2º A descrição das atribuições dos Departamentos e das Gerências deverá constar do Estatuto do Consórcio.

**CAPÍTULO XIX****DO REGIME JURÍDICO FUNCIONAL**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA** - O CIM-AMREC terá como regime jurídico funcional o celetista, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, e submeter-se-á ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º Os empregos públicos do CIM-AMREC serão providos mediante contratação celebrada após concurso público de provas ou de provas e títulos, e os cargos de confiança mediante livre nomeação e exoneração.

§ 2º O Estatuto disporá sobre os procedimentos relacionados ao concurso público.

§ 3º O exercício das funções de competência da Diretoria Executiva se dará na forma da Cláusula Trigésima Primeira deste instrumento, ficando a cargo do Conselho de Administração, com autorização da Assembleia Geral, a nomeação para os Empregos Públicos em Comissão.

§ 4º Aos empregados públicos e aos ocupantes de cargos de confiança aplicam-se as vedações e exceções previstas na Constituição Federal relativas ao acúmulo de empregos e cargos públicos.

§ 5º Os empregados públicos não podem ser cedidos, inclusive para Entes consorciados.

§ 6º A dispensa de empregados públicos dependerá de motivação prévia e dar-se-á nos termos do Estatuto do Consórcio.

§ 7º O Estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação, jornada de trabalho e denominação dos cargos.

§ 8º A participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral não será remunerada, vedado o recebimento de qualquer espécie remuneratória ou mesmo de indenização, sendo considerado trabalho público relevante, inclusive na função de Presidente do Consórcio.

§ 9º Os empregados incumbidos da gestão do Consórcio não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei, disposições do seu Estatuto e deste Protocolo de Intenções.

§ 10. A execução das funções de competência dos Departamentos Setoriais instituídos neste instrumento, poderá ocorrer por meio de cessão de servidores ou empregados públicos pelos Municípios consorciados ou os com ele conveniados.

§ 11. O Estatuto preverá as formas de concessão de vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

§ 12. O Conselho de Administração poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos, conforme previsão no Estatuto.

§ 13. Para os servidores ou empregados públicos cedidos ao Consórcio pelos Municípios consorciados, ou os com eles conveniados, na forma e condições da legislação de cada um, bem como da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e deste instrumento, será observado:

I - os servidores ou empregados públicos recebidos em cessão manterão a percepção de remuneração do ente cedente, permanecendo no seu regime jurídico e previdenciário originário;

II - o Conselho de Administração, levando em conta o valor da remuneração recebida no município de origem, poderá autorizar, para fins de adequação ao salário do emprego a ser ocupado no Consórcio, o pagamento de gratificação aos servidores cedidos pelos entes da Federação que o compõem; e gratificação para ressarcimento de despesas, limitada a média mensal de gastos com alimentação e estadia ou deslocamento, devidamente comprovadas através de documento idôneo;

III - o pagamento de adicionais ou gratificações, não configura vínculo novo do servidor ou empregado público cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária;

IV - o ente da Federação consorciado que assumiu o ônus da cessão do servidor poderá contabilizar os pagamentos de remuneração como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio.

§ 14. O Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, poderá efetuar a contratação de estagiários nos termos da lei.

§ 15. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração.

**CAPÍTULO XX****DO QUADRO DE PESSOAL**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** - O quadro de pessoal do CIM-AMREC e a respectiva remuneração e carga horária encontram-se previstos no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

§ 1º Os empregos públicos do Consórcio serão contratados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os empregos em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º No prazo de 5 (cinco) anos constados da nomeação da subscrição dos contratos de rateio por todos os municípios integrantes do Consórcios, deverá ser realizado concurso público para preenchimento das vagas de seu quadro de pessoal, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária.

§ 3º As atribuições dos empregos públicos são as definidas no Anexo II deste Protocolo de Intenções.



§ 4º Observado o orçamento anual do Consórcio, a remuneração dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, sempre no mês de abril, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, cabendo à Assembleia Geral a aprovação da referida revisão geral anual.

§ 5º Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 6º Incide a revisão geral anual prevista no parágrafo 4º deste artigo na gratificação estabelecida no § 12, Cláusula 29ª, do presente Protocolo de Intenções, bem como, de forma uniforme, em todas as referências constantes da Tabela de Unidades de Remuneração constante no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

§ 7º Nenhum empregado público, mesmo que ingresso por concurso público, adquirirá o direito de estabilidade no serviço público (art. 41 da CRFB), de modo que, caso extinto o respectivo emprego público, haverá a imediata e completa demissão e desvinculação do empregado com o Consórcio ou qualquer Ente componente do mesmo.

§ 8º Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente, mediante parecer jurídico e análise da Diretoria Executiva.

§ 9º Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas de até igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 10. O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito diretamente pelo CIM-AMREC através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas.

§ 11. A carga horária de estágio ficará estabelecida em 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – 1 (um) salário mínimo mensal, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

II – 67% (sessenta e sete) por cento do salário mínimo mensal, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

III – 35 (trinta e cinco) por cento do salário mínimo mensal, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

§ 12. Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte para uso de transporte público e coletivo de passageiros, para deslocamento ao local de estágio, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais;

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 13. O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

§ 14. O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 15. As atribuições dos empregos públicos é a definida no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 16. As atribuições dos empregos públicos, sempre que necessário e de interesse do consórcio, poderão ser alteradas ou adequadas, após aprovação pela Assembleia Geral.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA** - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, da Constituição Federal, através de processo seletivo simplificado de provas ou títulos, mediante disponibilidade orçamentária, nas seguintes situações:

IV - até que se realize concurso público previsto no § 2º, da Cláusula 30ª, deste Protocolo de Intenções;

V - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar;

VI - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

VII - para atender demandas de serviço temporários e por tempo determinado, com programas, convênios e serviços excepcionais;

VIII - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

IX - realização de levantamentos declarados urgentes e inadiáveis;

X - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta.

§ 1º Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º As contratações temporárias terão prazo de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsão no Edital do processo seletivo simplificado.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA** - Além do salário e das demais vantagens previstas na legislação e neste Protocolo de Intenções, serão pagos, quando devidos, aos empregados públicos do consórcio os seguintes adicionais:

I - décimo terceiro salário;

II – férias e adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário, quando previamente autorizado;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno;

VI - auxílio alimentação.

§ 1º Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, sendo que o Estatuto preverá os valores e as formas de concessão das vantagens concedidas aos empregados públicos, bem como as questões relacionadas ao pagamento de diária e outras formas de indenização.

§ 2º Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público.

§ 3º Será concedido adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de hospedagem, alimentação e locomoção urbana, sendo que na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de até 5 (cinco) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 4º Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

## CAPÍTULO XXI DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - O consórcio obedecerá, relativamente à execução das receitas e das despesas, ao disposto na Constituição da República, às normas gerais de direito financeiro e ao disposto neste Protocolo de Intenções, devendo programar suas atividades financeiras por meio de orçamento anual, aprovado em Assembleia Geral e expedido por meio de resolução, abrangendo:

I - orçamento anual, fixando as despesas e estimando as receitas, efetivas e potenciais;

II - as diretrizes orçamentárias, política patrimonial e financeira e os programas de investimento do consórcio;

III - as orientações a serem repassadas aos municípios consorciados para fazer constar em seus respectivos orçamentos a transferência de recursos financeiros mediante contrato de rateio e contrato de prestação de serviços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Constituem patrimônio do consórcio os bens materiais e imateriais.

§ 1º Os bens materiais do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e inalienáveis, salvo, neste último caso, os bens objeto de desafetação.

§ 2º Os bens imateriais do consórcio são protegidos por lei, mediante registro nos órgãos competentes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - Constituem recursos financeiros do consórcio:

I - a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos serviços prestados aos consorciados, de acordo com os contratos de prestação de serviços;

III - a receita da cobrança de preços públicos pela prestação de serviços a terceiros;

IV - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

V - os saldos do exercício;

VI - as doações e legados;

VII - o produto de alienação de seus bens livres;

VIII - o produto de operações de crédito;

IX - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

X - os créditos e ações;

XI - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XII - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste Protocolo de Intenções;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 3º Os agentes públicos incumbidos da gestão do Consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§ 5º Todas as demonstrações financeiras serão publicadas, conforme disposto na Cláusula 47.

§ 6º Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 7º Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - A contabilidade do Consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Parágrafo único. Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

## CAPÍTULO XXII DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelos consórcios e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada no contrato de rateio.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do consórcio os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e no contrato de rateio.

#### CAPÍTULO XXIII DA RETIRADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, ratificado por lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - A retirada do membro não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

#### CAPÍTULO XXIV DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - Serão excluídos do consórcio os entes consorciados que:

I - tenham deixado de incluir em suas leis orçamentárias as dotações devidas ao consórcio assumidas em contrato de rateio.

II - incorram em situação de inadimplência com suas obrigações assumidas em contrato de rateio ou em contrato de prestação de serviços.

III - deixem de ratificar as possíveis alterações ao Contrato de Consórcio Público aprovadas em Assembleia Geral.

§ 1º A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão pelo prazo de sessenta dias, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

#### CAPÍTULO XXV DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - A alteração e a extinção de Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao consórcio.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, os servidores públicos cedidos ao consórcio público retornarão aos seus órgãos de origem.

§ 4º A destinação do patrimônio do consórcio, em caso de extinção, será decidida em Assembleia Geral.

§ 5º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

§ 6º A alteração do contrato de Consórcio Público observará o mesmo procedimento previsto no caput.

#### CAPÍTULO XXVI DOS ATOS NORMATIVOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - Serão expedidas por meio de Resolução do Presidente, sem prejuízo das demais atribuições previstas no Protocolo de Intenções:

I - as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Executivo e do Conselho Fiscal;

II - as normas específicas de regulamentação do consórcio em que se tenha delegado a competência ao Presidente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - As decisões de competência do Diretor Executivo serão expedidas por meio de Portaria.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - É condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do consórcio a respectiva publicação no órgão oficial de publicação.

#### CAPÍTULO XXVII DAS PUBLICAÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - O órgão oficial de publicações dos atos expedidos pelos órgãos do CIM-AMREC, será o Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, expedido e mantido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA/FECAM.

#### CAPÍTULO XXVIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - As funções do Diretor Executivo do Consórcio poderão, a critério da Diretoria, serem exercidas, temporariamente, de forma cumulativa, pelo Diretor Executivo da AMREC, desde que atendidos os critérios para investidura, observando-se o disposto na Cláusula 27 e na descrição do emprego constante no Anexo I deste Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de execução do orçamento e prestação de contas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu



Criciúma, 03 de julho de 2019.

Vanderlei Alexandre	Giovanni Dagostin Marchi
CPF 705.686.189-04	Adv. OAB-SC 13.844
Diretor Executivo da AMREC	CPF 998.824.349-91

# ANEXO I EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego	Vagas	Provedimento	Remuneração	Carga Horária	Requisito
Diretor Executivo	1	Livre nomeação e exoneração/ou cedência	R\$ 8.000,00	40h	Ensino superior
Assessor Jurídico	1	Livre nomeação e exoneração/ou cedência/Licitação	R\$ 2.500,00	20h	Ensino superior e habilitação junto ao órgão de classe
Diretor de Departamento	2	Livre nomeação e exoneração/ou cedência	R\$ 6.000,00	40h	Conforme previsão do Estatuto do Consórcio.
Gerente	3	Livre nomeação e exoneração/ou cedência	R\$ 7.000,00	40h	Conforme previsão do Estatuto do Consórcio.
Contador	2	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária/Licitação	R\$ 4.500,00	40h	Ensino superior e habilitação junto ao órgão de classe
Engenheiro Civil	1	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária/Licitação	R\$ 4.500,00	20h	Ensino superior e habilitação junto ao órgão de classe
Controlador Interno	1	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária	R\$ 3.500,00	40h	Curso de nível superior, na área de Ciências Contábeis, Administração, Economia, Direito
Médico Veterinário	1	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária/Licitação	R\$ 4.500,00	20h	Ensino superior e habilitação junto ao órgão de classe
Farmacêutico	4	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária	R\$ 4.400,00	40h	Ensino superior e habilitação junto ao órgão de classe
Assistente de Logística	6	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária	R\$ 1.700,00	40h	Ensino médio
Auxiliar Administrativo	5	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária	R\$ 1.700,00	40h	Ensino médio

## ANEXO II Atribuições dos empregos públicos

Diretor Executivo: promover a execução das atividades e a gestão do consórcio, realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, elaborar as normas orçamentárias e realizar o planejamento das atividades do consórcio a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral; responsabilizar-se pela prestação de contas e pelo relatório de atividades a serem submetidos ao Presidente do consórcio, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral; elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao consórcio para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente; movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do consórcio; executar a gestão administrativa e financeira do consórcio dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública; designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do consórcio; providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho Executivo e Conselho Fiscal; providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal; autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços; propor ao Conselho Executivo a requisição de servidores públicos para servir ao consórcio.

Assessor Jurídico: elaborar projetos de documentos normativos do consórcio, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do consórcio.

Diretor de Departamento: Coordenar os trabalhos do respectivo Departamento no desempenho de suas atividades.

Gerente: Gerenciar o desenvolvimento dos programas a que estão responsáveis.

Contador: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio, elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais e financeiros; executar outras tarefas afins.

Engenheiro civil: Atividades de nível superior, de grande complexidade, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos, sistemas de transportes, abastecimento de água e de saneamento, canais, barragens, drenagem e irrigação, pontes e demais atividades afins e correlatas. Atividades que exigem o domínio de softwares específicos da área.

Controlador Interno: Realizar a fiscalização e auditoria dos atos do consórcio, elaborar relatórios de controle interno, prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão do consórcio, instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis aos consórcios, e demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna.

Médico veterinário: Prestar serviços de inspeção e fiscalização sanitária, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA. Promover ações relacionadas à prevenção, erradicação e combate às doenças bem como acompanhamento técnico na área agrícola. Executar os objetivos do CIM-AMREC relativos aos serviços de inspeção e fiscalização sanitária.

Farmacêutico: Responsável pelos serviços de coordenação e gerência em farmácia, dispensação de medicamentos e correlatos, de acordo com as normas de assistência e atenção farmacêutica

Assistente de Logística: Auxiliar os Gerentes do consórcio e o Diretor Executivo em suas atribuições, responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio, participar nos processos de licitação, auxiliar no controle de documentos de pessoal do consórcio, executar atividades administrativas diversas.

Auxiliar Administrativo: Executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, contabilidade, serviços de saúde, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos.

---

## FECAM

---

### **ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL.**

Publicação Nº 2123969

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS  
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 068/2019  
EDITAL DE SELEÇÃO AMPLA n. 01/2019

#### **ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES**

O presidente da Comissão de Seleção Ampla da FECAM, instituída para conduzir o Processo de Contratação n. 068/2018, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL, considerando a publicação no Diário Oficial dos Municípios, na data de 14 de agosto de 2019, edição n. 2902, p. 1356 – 1386, da classificação e pontuação discriminada das propostas das empresas participantes, informa a abertura do prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da publicação deste no Diário Oficial dos Municípios, para eventuais impugnações por parte das empresas participantes.

As eventuais impugnações, no prazo acima fixado, deverão ser elaboradas por escrito e protocoladas junto à recepção da sede da FECAM, situada na Rua General Liberato Bittencourt, 1.885, sala 1310, Bairro Canto, Florianópolis, SC.

Florianópolis, SC, 14 de agosto de 2019.  
Alison Fiuza da Silva  
Presidente Comissão de Seleção Ampla

# Consórcios

## CIMCATARINA

### AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0029/2019 - MATERIAIS ELÉTRICOS E CORRELATOS

Publicação Nº 2124413

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0029/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0038/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Elétricos e Correlatos, para uso do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de setembro de 2019 à 31 de agosto de 2020.

JULGAMENTO: Menor Preço por ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 15/08/2019 até às 09:00 horas do dia 27/08/2019. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 27/08/2019. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 27/08/2019. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3256 3400.Site: [www.cim-catarina.sc.gov.br](http://www.cim-catarina.sc.gov.br).

Florianópolis (SC), 14 de agosto de 2019.

Elói Rönnau – Diretor Executivo do CIMCATARINA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA NºATC0025\_2019**

Publicação Nº 2123237

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 0025/2019 - CIMCATARINA  
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0019/2019 - CIMCATARINA  
REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA Nº ATC0025/2019

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT,1885, 13º ANDAR-SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS-SC, CEP: 88.070-800, neste ato representado por seu DIRETOR EXECUTIVO, Sr. ELÓI RONNAU, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT,1885, 13º ANDAR - SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, FLORIANÓPOLIS-SC CEP: 88.070-800 inscrito no CNPJ sob nº. 12.075.748/0001-32, neste ato representado pelo DIRETOR EXECUTIVO Sr. ELÓI RONNAU; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA EGIDIO JOÃO GUERRA,1533 - CENTRO , ABELARDO LUZ -SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.738.894/0001-38, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sr. ROSANE FÁTIMA CORONETTI DOMANSKI GUSSO ; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PARANA,200 - CENTRO, IRINEÓPOLIS -SC CEP: 89440000 inscrito no CNPJ sob nº. 13.843.252/0001-24, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIANO POZZI PEREIRA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA AGRIPINO VARGAS,303 , SAIDA ARACA - PARQUE EXPOSICOES , ABELARDO LUZ -SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.532.003/0001-20, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. SANDRA MARA DE SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO PEREIRA D'AVILA,91 - CENTRO, ÁGUAS MORNAS-SC CEP: 88150-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.714.485/0001-39, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. REGINA MARIA MARTINS GARCIA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,333 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.595.042/0001-24, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA SANTA CATARINA,250 - CENTRO, FAXINAL DOS GUEDES-SC CEP: 89694-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.496.698/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GILBERTO ANGELO LAZZARI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R NEREU RAMOS ,277, ANEXO POSTO DE SAÚDE - CENTRO, HERVAL D'OESTE-SC CEP: 89.610-000 inscrito no CNPJ sob nº. 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. MARISA LANGER; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA 22 DE JULHO,1070 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 89440000 inscrito no CNPJ sob nº. 06.089.125/0001-16, neste ato representado pelo GESTOR Sr. GISELI KEMPINSKI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PC LEONARDO SELL ,40 - CENTRO, RANCHO QUEIMADO -SC CEP: 88.470-000 inscrito no CNPJ sob nº. 09.522.642/0001-25, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. MARIA APARECIDA DA SILVA MELO ABREU; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R 1590 ,430 - CENTRO , ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.485.410/0001-96, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA; HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PARANA ,168 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 88440000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.145.375/0001-77, neste ato representado pelo GESTOR Sr. DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK; HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RIO DE JANEIRO,22 - CENTRO, TANGARÁ-SC CEP: 89642-000 inscrito no CNPJ sob nº. 80.640.782/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR BAU DA SILVA; MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO SANTIN,30 - CENTRO, ABDON BATISTA-SC CEP: 89636-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.511.052/0001-10, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUCIMAR ANTÔNIO SARMÓRIA; MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. PADRE JOÃO SMEDT,1605 - CENTRO, ABELARDO LUZ-SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.886/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. WILAMIR DOMINGOS CAVASSINI; MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA JOÃO MACAGNAN,322 - CENTRO, ÁGUA DOCE-SC CEP: 89654-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI; MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. JOSÉ ADÃO LEHMKUHL,62 - CENTRO, ÁGUAS MORNAS-SC CEP: 88.150-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.266/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OMERIO PRIM; MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO COMÉRCIO,1015 - CENTRO, ALTO BELA VISTA-SC CEP: 89.730-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITA MUNICIPAL Sr. CATIA TESSMANN REICHERT; MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. PAULINO GRANZOTTO,20 - CENTRO, ANITA GARIBALDI-SC CEP: 88.590-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.335/0001-85, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOÃO CIDINEI DA SILVA; MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA ANCHIETA,10 - CENTRO, ANTÔNIO CARLOS-SC CEP: 88.180-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.290/0001-90, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GERALDO PAULI; MUNICÍPIO DE CAÇADOR pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA SANTA CATARINA,195 - CENTRO, CAÇADOR-SC CEP: 89500-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SAULO SPEROTTO; MUNICÍPIO DE CATANDUVAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. FELIPE SCHIMIT,1435 - CENTRO, CATANDUVAS-SC CEP: 89.670-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.414/0001-45, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS; MUNICÍPIO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CORONEL VIDAL RAMOS,860 - CENTRO, CURITIBANOS-SC CEP: 89520-000 inscrito no CNPJ sob



nº. 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOSÉ ANTONIO GUIDI; MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,204 - CENTRO, ERVAL VELHO-SC CEP: 89613.000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.422/0001-91, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR; MUNICÍPIO DE FRAIBURGO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA RIO DAS ANTAS,185 - CENTRO, FRAIBURGO-SC CEP: 89580-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.947.979/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLAUDETE GHELLER MATHIAS; MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ADOLFO SOLETTI,750 - CENTRO, FREI ROGÉRIO-SC CEP: 89530-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO; MUNICÍPIO DE IBIAM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na TRAVESSA LEONIZA CARVALHO AGOSTINI,20 - CENTRO, IBIAM-SC CEP: 89652-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IVANIR ZANIN; MUNICÍPIO DE IRANI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ELIRIO DE GREGORI,67 - CENTRO, IRANI-SC CEP: 89680-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.455/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES; MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PARANÁ,200 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 89.440-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.558/0001-05, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIANO POZZI PEREIRA; MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 1590,430 - BALNEÁRIO ITAPOÁ, ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 81.140.303/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARLON ROBERTO NEUBER; MUNICÍPIO DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. XV DE NOVEMBRO,378 - CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DIOCLELIO RAGNINI; MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 31 DE MARÇO,1050 - CENTRO, LACERDÓPOLIS-SC CEP: 89660-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SÉRGIO LUIZ CALEGARI; MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ARTHUR BARTH,300 - CENTRO, LEBON RÉGIS-SC CEP: 89.515-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.310/0001-88, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DOUGLAS FERNANDO DE MELLO; MUNICÍPIO DE LUZERNA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA 16 DE FEVEREIRO,151 - CENTRO, LUZERNA-SC CEP: 89609-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.428/0001-72, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOISES DIERSMANN; MUNICÍPIO DE MATOS COSTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA MANOEL LOURENÇO DE ARAÚJO,137 - CENTRO, MATOS COSTA-SC CEP: 89420-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.566/0001-51, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAUL RIBAS NETO; MUNICÍPIO DE MONTE CARLO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RODOVIA SC 456, ESQ. COM RUA VILMA GOMES,KM 15 - CENTRO, MONTE CARLO-SC CEP: 89618-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SONIA SALETE VEDOVATTO; MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA SANTO INÁCIO,126 - CENTRO, NOVA TRENTO-SC CEP: 88.270-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo CHEFE DE GABINETE Sr. VARLEY ORLANDO DALBOSCO; MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PADRE JOÃO BOTERO,485 - CENTRO, PASSOS MAIA-SC CEP: 89.687-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEOMAR ROBERTO LISTONI; MUNICÍPIO DE PAULO LOPES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. SANTA CATARINA,196 - CENTRO, PAULO LOPES-SC CEP: 88.490-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.365/0001-32, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR CARLOS RODRIGUES; MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA MARECHAL ARTHUR COSTA E SILVA,111 - CENTRO, PINHEIRO PRETO-SC CEP: 89570-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.148/0001-69, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. PEDRO RABUSKE; MUNICÍPIO DE PIRATUBA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. GOVERNADOR JORGE LACERDA,133 - CENTRO, PIRATUBA-SC CEP: 89.667-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.815.481/0001-58, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OLMIR PAULINHO BENJAMINI; MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO DA SILVA CALOMENO,243 - CENTRO, PONTE ALTA DO NORTE-SC CEP: 89535-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.991.287/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA; MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. MADRE MARIA THEODORA,264 - CENTRO, PONTE SERRADA- SC CEP: 89.683-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.236/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL; MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. LEONARDO SELL,40 - CENTRO, RANCHO QUEIMADO-SC CEP: 88.470-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.357/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLECI APARECIDA VERONEZI; MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO COMÉRCIO,780 - CENTRO, RIO DAS ANTAS-SC CEP: 89550-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.294/0001-23, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RONALDO DOMINGOS LOSS; MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. RICHARD SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE,200 - CENTRO, RIO NEGRINHO-SC CEP: 89295-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.756/0001-79, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIO CESAR RONCONI; MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOÃO GOETHEN SOBRINHO,555 - CENTRO, SANTA CECÍLIA-SC CEP: 89.540-000 inscrito no CNPJ sob nº. 85.997.237/0001-41, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA; MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. BRUNO PIECZARKA,154 - CENTRO, SANTA TEREZINHA-SC CEP: 89.199-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.951.323/0001-77, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALQUIRIA SCHWARZ; MUNICÍPIO DE TANGARÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA IRMÃOS PICOLLI,267 - CENTRO, TANGARÁ-SC CEP: 89642-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.999/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR BAÚ DA SILVA; MUNICÍPIO DE VARGÊÃO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. 7 DE SETEMBRO,477 - CENTRO, VARGÊÃO-SC CEP: 89.690-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.928/0001-64, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VOLMIR FELIPE; MUNICÍPIO DE VARGEM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA BENJAMIN MARGOTTI,214 - CENTRO, VARGEM-SC CEP: 89638-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.995.130/0001-18, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER; MUNICÍPIO DE VIDEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede

administrativa na AVENIDA MANOEL ROQUE,188 - ALVORADA, VIDEIRA-SC CEP: 89560-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DORIVAL CARLOS BORGHA; MUNICÍPIO DE XANXERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOSÉ DE MIRANDA RAMOS,455 - CENTRO, XANXERÊ-SC CEP: 89.820-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AVELINO MENEGOLLA; MUNICÍPIO DE XAXIM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RUI BARBOSA,347 - CENTRO, XAXIM-SC CEP: 89825-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.854.670/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LIRIO DAGORT doravante denominado ÓRGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ALFA TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇO DE TECNOLOGIA EM REDE LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA SUCUPIRA , MÓDULO 20, LOJA 02 - RIACHO FUNDO, BRASÍLIA-DF CEP: 71.825-300, inscrita no CNPJ sob o nº 31.837.899/0001-25, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. José Orlando Monteiro da Silva; BR IMPORTAÇÃO EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA ALBINO ROTA, Nº 80 - NOSSA SENHORA DA SALETE, CONCÓRDIA-SC CEP: 89.700-310, inscrita no CNPJ sob o nº 29.205.731/0001-55, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. André Luiz Pasinato Ravanelli; CLAUDIO REMI SANTIAGO 30085926000 pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA VICTOR HUGO RAYMUNDO, Nº 1337, SALA 1 - MEDIANEIRA, TAQUARA-RS CEP: 95.605-264, inscrita no CNPJ sob o nº 33.247.850/0001-48, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Claudio Remi Santiago; CONTROLE NET TECNOLOGIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA DAS CARINAS, Nº 660 - INDIANÓPOLIS, SÃO PAULO-SP CEP: 04.086-011, inscrita no CNPJ sob o nº 03.247.280/0001-25, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Mario Sergio Esteves; FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA MANOEL RIBAS, Nº 791, SALA 01 - CENTRO, UNIÃO DA VITÓRIA-PR CEP: 84.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.047.599/0001-32, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Odirlei Dozorski; GIANELLO INFORMÁTICA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA CORONEL ALBERTO SCHIMIDT, Nº 86, SALA - CENTRO, VIDEIRA-SC CEP: 89.560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.786.328/0001-07, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Alexson Gianello; GIGA1.COM EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA ANITA GARIBALDI, Nº 452 - SANTO ANTONIO, FRAIBURGO-SC CEP: 89.580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.374.872/0001-08, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Amarildo Antonio Kuster; INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA ALCINO GUANABARA, Nº 1570, CASA 01 - VILA HAUER, CURITIBA-PR CEP: 81.630-190, inscrita no CNPJ sob o nº 07.055.987/0001-90, neste ato representada Pela sua Sócia Administradora, Sr. Bruna Carvalho; KHARISMA COMERCIAL LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RODOVIA RAPOSO TAVARES, KM 22,5, SALA 413 BLOCO C SHOPPING THE SQUARE - LAGEADINHO, COTIA-SP CEP: 06.709-015, inscrita no CNPJ sob o nº 17.475.850/0001-49, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Leonardo Mascarenhas Britto; R.S VAREJO EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA MANOEL LINO DE JESUS, Nº 687 - SÃO LUIZ, LAGES-SC CEP: 88.512-330, inscrita no CNPJ sob o nº 31.322.368/0001-08, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Robson Pitz Silverio; TECHNO SOLUÇÕES EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA ABRAMO EBERLE, Nº 136, SALA 01 - CENTRO, CONCÓRDIA-SC CEP: 89.700-204, inscrita no CNPJ sob o nº 27.499.665/0001-48, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Jean Carlo Perin Zucchi, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº. 11 de 01 de março de 2017, Resolução nº. 14 de 07 de julho de 2014, Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores nos casos omissos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de REDE DE DADOS, SERVIDORES E CORRELATOS, para uso dos órgãos e entidades dos entes da federação consorciados, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO CADASTRO DE RESERVA/ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 – Os itens que compõem o Cadastro de Reserva, estimados pelo Órgão gerenciador quando verificada a vantagem serão utilizados por qualquer Órgão participante do certame licitatório, mediante anuência do Órgão gerenciador.

2.1.1- O procedimento de Cadastro de Reserva de Itens será operacionalizado pelo CIMCATARINA.

2.1.2 - As quantidades previstas para os itens no Cadastro de Reserva serão remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os Órgãos participantes.

2.2 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.3 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento entre os Órgãos participantes e/ou Cadastro de Reserva.

2.3.1 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens.

2.3.2 – O Fornecedor deverá aceitar o remanejamento dos quantitativos dos itens.

2.4 – Nos casos de remanejamento entre os Órgãos Participantes ou entre o Cadastro de Reserva de Itens, fica o Fornecedor ciente da área territorial de atuação do consórcio CIMCATARINA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas



condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CIMCATARINA(L-CIM), "on line", disponibilizado pelo CIMCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIM);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores; 8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. 8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
  - d) tiver presentes razões de interesse público;
  - e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA ou qualquer um dos Municípios Consorciados, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
  - g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- 9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- a) por razão de interesse público; ou
  - b) a pedido do fornecedor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.
- 10.2 – O Órgão Participante quando da contratação / empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 0025/2019 - CIMCATARINA, Pregão, na Forma Eletrônica nº 0019/2019 - CIMCATARINA, Registro de Preços, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, Órgão Gerenciador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

- 12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 14/08/2019 à 31/05/2020.
- 12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.
- 12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador CIMCATARINA) ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.
- 13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.
- 13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA) e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS DOM

- 14.1 – Tabela de itens e preços registrados:

Item	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Qtde	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	UNIDADE	COMPUTADOR SERVIDOR CORPORATIVO (FORMATO: MONTÁVEL EM RACK; NÚCLEOS FÍSICOS DE PROCESSAMENTO: 20; MEMÓRIA RAM: 64GB; INTERFACES DE REDE: 04; DISCOS: 04) (CIM10347)	Dell PowerEdge R540 (Partnumbers : [210-AMMQ], [384-BBTH], [461-AADZ], [321-BCWW], [405-AAOM], [340-BSIE], [343-BBFO], [338-BLUS], [374-BBPP], [330-BBHQ], [555-BBNG], [370-ADNU], [370-AAIP], 2x [370-ADNE], [405-AAOE], 4x [400-ASHX], [634-BILL], 2x [634-BIL	16	49.500,0000	792.000,00
2	UNIDADE	COMPUTADOR SERVIDOR PARA VIRTUALIZAÇÃO (08 NÚCLEOS INDEPENDENTES DE PROCESSAMENTO; 64GB DE MEMÓRIA RAM; ARMAZENAMENTO: 40TB (HD), 01TB (SSD M.2); PORTAS DE VÍDEO: HDMI E DVI) (CIM10485)	COMPUTADOR MONTADO COM OS SEGUINTE COMPONENTES: PROCESSADOR: Intel Core i9-9900K; PLACA MÃE: Gigabyte Z390 M GAMING; PLACA DE REDE: Intel I340-T4; MEMÓRIA RAM: Ballistix (64GB); ARMAZENAMENTO: 04 discos Seagate IronWolf ST10000VN0004 e 02 discos Samsung	9	22.300,0000	200.700,00

3	UNIDADE	COMPUTADOR SERVIDOR DE ARQUIVOS (06 NÚCLEOS INDEPENDENTES DE PROCESSAMENTO; 16GB DE MEMÓRIA RAM; ARMAZENAMENTO: 10TB (HD), 1920GB (SSD), 500GB (SSD M.2); PORTAS DE VÍDEO: HDMI E DVI) (CIM10587)	COMPUTADOR MONTADO COM OS SEGUINTE COMPONENTES: PROCESSADOR: Intel Core i5-8400; PLACA MÃE: Gigabyte Z390 M GAMING; PLACA DE REDE: 02 placas Intel Gigabit CT Desktop Adapter EXPI9301CT (Intel 82574L); MEMÓRIA RAM: Ballistix (16GB); ARMAZENAMENTO: Samsung	5	14.150,0000	70.750,00
4	UNIDADE	COMPUTADOR SERVIDOR DE ARQUIVOS (06 NÚCLEOS INDEPENDENTES DE PROCESSAMENTO; 16GB DE MEMÓRIA RAM; ARMAZENAMENTO: 10TB (HD), 1460GB (SSD); PORTAS DE VÍDEO: HDMI E DVI) (CIM10575)	COMPUTADOR MONTADO COM OS SEGUINTE COMPONENTES: PROCESSADOR: Intel Core i5-8400; PLACA MÃE: Gigabyte Z390 M GAMING; PLACA DE REDE: 02 placas Intel Gigabit CT Desktop Adapter EXPI9301CT (Intel 82574L); MEMÓRIA RAM: Ballistix (16GB); ARMAZENAMENTO: Seagate	5	11.000,0000	55.000,00

5	UNIDADE	COMPUTADOR SERVIDOR DE ARQUIVOS (06 NÚCLEOS INDEPENDENTES DE PROCESSAMENTO; 8GB DE MEMÓRIA RAM; ARMAZENAMENTO: 20TB (HD), 500GB (SSD); PORTAS DE VÍDEO: HDMI E DVI) (CIM10576)	COMPUTADOR MONTADO COM OS SEGUINTE COMPONENTES: PROCESSADOR: Intel Core i5-8400; PLACA MÃE: Gigabyte Z390 M GAMING; PLACA DE REDE: Intel Gigabit CT Desktop Adapter EXPI9301CT (Intel 82574L); MEMÓRIA RAM: Ballistix (08GB); ARMAZENAMENTO: Seagate Barracuda	4	8.415,0000	33.660,00
6	UNIDADE	NETWORK ATTACHED STORAGE (NAS; 08 BAIAS; FORMATO: MONTÁVEL EM RACK; ARMAZENAMENTO: 32TB (HD), 480GB (SSD)) (CIM10511)	QNAP TS-873U-RP (02 discos Seagate Nytro XF1230-1A0240, 04 discos Seagate IronWolf ST8000VN00	3	45.350,0000	136.050,00
7	UNIDADE	NETWORK ATTACHED STORAGE (NAS; 08 BAIAS; FORMATO: MONTÁVEL EM RACK; ARMAZENAMENTO: 16TB (HD), 480GB (SSD)) (CIM10510)	QNAP TS-873U-RP (02 discos Seagate Nytro XF1230-1A0240, 02 discos Seagate IronWolf ST8000VN00	3	41.850,0000	125.550,00
8	UNIDADE	NETWORK ATTACHED STORAGE (NAS; 08 BAIAS; FORMATO: MONTÁVEL EM RACK; SEM DISCOS) (CIM10509)	QNAP TS-873U-RP	3	31.000,0000	93.000,00
9	UNIDADE	NETWORK ATTACHED STORAGE (NAS; 04 BAIAS; FORMATO: TORRE; SEM DISCOS) (CIM10508)	WD My Cloud PR4100	2	5.095,5000	10.191,00
10	UNIDADE	CABO DE REDE (CATEGORIA: 5E; U/UTP; 305 METROS; AZUL) (CIM10345)	Megatron CAT5e (305m, Azul)	504	329,9300	166.284,72
11	UNIDADE	CABO DE REDE (CATEGORIA: 6; U/UTP; 305 METROS; AZUL) (CIM10346)	Soho Plus CAT6 (305m, Azul)	509	578,0000	294.202,00
12	UNIDADE	SWITCH (48 PORTAS; GIGABIT ETHERNET; MONTÁVEL EM RACK) (CIM10320)	TP-Link TL-SG1048	108	1.299,9000	140.389,20
13	UNIDADE	SWITCH GERENCIÁVEL (48 PORTAS; GIGABIT ETHERNET; MONTÁVEL EM RACK; GERENCIAMENTO L2+) (CIM10329)	TP-Link T2600G-52TS (TL-SG3452)	98	2.050,0000	200.900,00
14	UNIDADE	SWITCH GERENCIÁVEL (24 PORTAS; GIGABIT ETHERNET; MONTÁVEL EM RACK; GERENCIAMENTO L2+) (CIM10330)	TP-Link T2600G-28TS (TL-SG3424)	80	1.030,0000	82.400,00

15	UNIDADE	SWITCH GERENCIÁVEL (24 PORTAS; GIGABIT ETHERNET; MONTÁVEL EM RACK; GERENCIAMENTO L2+; POE+) (CIM10331)	TP-Link T2600G-28MPS V1	37	2.465,0000	91.205,00
16	UNIDADE	SWITCH GERENCIÁVEL EMPILHÁVEL (48 PORTAS POE+; GIGABIT ETHERNET; MONTÁVEL EM RACK; GERENCIAMENTO L3) (CIM10631)	Dell Networking N1548P	8	8.536,0000	68.288,00
17	UNIDADE	SWITCH (24 PORTAS; GIGABIT ETHERNET; MONTÁVEL EM RACK) (CIM10321)	TP-Link TL-SG1024D	141	545,0000	76.845,00
18	UNIDADE	SWITCH (08 PORTAS; GIGABIT ETHERNET; POE) (CIM10324)	TP-Link TL-SG1008PE	66	559,0000	36.894,00
19	UNIDADE	SWITCH (48 PORTAS; FAST ETHERNET; MONTÁVEL EM RACK) (CIM10325)	TP-Link TL-SF1048	41	509,5000	20.889,50
20	UNIDADE	SWITCH (08 PORTAS; GIGABIT ETHERNET; POE) (CIM10323)	TP-Link TL-SG1008P	80	297,8800	23.830,40
21	UNIDADE	SWITCH (16 PORTAS; GIGABIT ETHERNET) (CIM10322)	TP-Link TL-SG1016D	82	334,0000	27.388,00
22	UNIDADE	SWITCH (24 PORTAS; FAST ETHERNET; MONTÁVEL EM RACK) (CIM10326)	TP-Link TL-SF1024D	66	235,0000	15.510,00
23	UNIDADE	SWITCH GERENCIÁVEL (48 PORTAS; GIGABIT ETHERNET; MONTÁVEL EM RACK; GERENCIAMENTO L2; SFP) (CIM10698)	HPE OfficeConnect 1820 48G Switch (J9981A)	5	2.190,5000	10.952,50
24	UNIDADE	SWITCH (08 PORTAS; FAST ETHERNET) (CIM10328)	TP-Link TL-SF1008D	189	48,4900	9.164,61
25	UNIDADE	SWITCH (16 PORTAS; FAST ETHERNET) (CIM10327)	TP-Link TL-SF1016D	62	129,9000	8.053,80
26	UNIDADE	ROTEADOR WIRELESS (05 ANTENAS; DUAL-BAND) (CIM10332)	TP-Link Archer C60	244	238,0000	58.072,00
27	UNIDADE	ROTEADOR WIRELESS (03 ANTENAS; DUAL-BAND; PORTAS USB; MU-MIMO) (CIM10334)	TP-Link Archer C2300	63	770,0000	48.510,00
28	UNIDADE	ROTEADOR WIRELESS (03 ANTENAS; DUAL-BAND; PORTA USB) (CIM10333)	TP-Link Archer C7	99	475,0000	47.025,00
29	UNIDADE	ROTEADOR WIRELESS MESH (02 ANTENAS; DUAL-BAND; MU-MIMO) (CIM10340)	Intelbras Twibi Fast	95	290,0000	27.550,00
30	UNIDADE	ROTEADOR WIRELESS (04 ANTENAS; DUAL-BAND; PORTA USB) (CIM10337)	D-Link DIR-825	94	273,5000	25.709,00
31	UNIDADE	ROTEADOR WIRELESS (03 ANTENAS) (CIM10335)	TP-Link TL-WR940N	219	115,0000	25.185,00
32	UNIDADE	ROTEADOR WIRELESS (03 ANTENAS; DUAL-BAND) (CIM10338)	D-Link DIR-825	134	273,5000	36.649,00
33	UNIDADE	ROTEADOR WIRELESS (02 ANTENAS; CHECK-IN FACEBOOK) (CIM10339)	Intelbras Hotspot 300	94	223,4900	21.008,06
34	UNIDADE	ROTEADOR WIRELESS (02 ANTENAS) (CIM10336)	TP-Link TL-WR840N	182	81,9900	14.922,18
35	UNIDADE	REPETIDOR DE SINAL SEM FIO (WIRELESS) (CIM10313)	TP-Link TL-WA850RE	161	92,8800	14.953,68
36	UNIDADE	REPETIDOR DE SINAL SEM FIO (WIRELESS) (CIM10315)	D-Link DAP-1320	117	96,0000	11.232,00
37	UNIDADE	REPETIDOR DE SINAL SEM FIO (WIRELESS) (CIM10316)	Multilaser RE056	64	87,0000	5.568,00
38	UNIDADE	PONTO DE ACESSO WIRELESS (03 ANTENAS; DUAL-BAND; POE+) (CIM10341)	Ubiquiti Unifi UAP-AC-PRO	113	849,0000	95.937,00
39	UNIDADE	PONTO DE ACESSO WIRELESS (01 ANTENA; DUAL-BAND; POE) (CIM10342)	Ubiquiti Unifi UAP-AC-LR	115	644,0000	74.060,00
40	UNIDADE	PONTO DE ACESSO WIRELESS (02 ANTENAS; DUAL-BAND; POE) (CIM10343)	Ubiquiti Unifi UAP-AC-LITE	112	559,0000	62.608,00
41	UNIDADE	PONTO DE ACESSO SEM FIO (WIRELESS; POE; DUAL-BAND) (CIM10314)	TP-Link EAP225	117	399,9500	46.794,15
42	UNIDADE	PONTO DE ACESSO SEM FIO (WIRELESS; POE; CPE EXTERNO) (CIM10317)	TP-Link CPE510	112	283,0000	31.696,00
43	UNIDADE	PONTO DE ACESSO SEM FIO (WIRELESS; POE) (CIM10319)	TP-Link EAP115	105	200,0000	21.000,00
44	UNIDADE	PONTO DE ACESSO SEM FIO (WIRELESS; POE; CPE EXTERNO) (CIM10318)	TP-Link CPE210	82	228,8000	18.761,60
45	UNIDADE	RACK DE PISO (ALTURA: 44U; PROFUNDIDADE: 1070MM; FECHADO) (CIM10606)	Fibersul (Rack de Piso, 44Ux1070mm)	12	2.190,0000	26.280,00

46	UNIDADE	RACK DE PISO (ALTURA: 36U; PROFUNDIDADE: 1070MM; FECHADO) (CIM10610)	Fibersul (Rack de Piso, 36Ux1070mm )	12	1.480,0000	17.760,00
47	UNIDADE	RACK DE PISO (ALTURA: 40U; PROFUNDIDADE: 1070MM; FECHADO) (CIM10608)	Fibersul (Rack de Piso, 40Ux1070mm )	10	1.630,0000	16.300,00
48	UNIDADE	RACK DE PISO (ALTURA: 40U; PROFUNDIDADE: 570MM; FECHADO) (CIM10609)	Fibersul (Rack de Piso, 40Ux570mm )	10	1.320,0000	13.200,00
49	UNIDADE	RACK DE PISO (ALTURA: 44U; PROFUNDIDADE: 570MM; FECHADO) (CIM10607)	Fibersul (Rack de Piso, 44Ux570mm )	12	1.240,0000	14.880,00
50	UNIDADE	RACK DE PISO (ALTURA: 36U; PROFUNDIDADE: 570MM; FECHADO) (CIM10611)	Fibersul (Rack de Piso, 36Ux570mm )	11	1.110,0000	12.210,00
51	UNIDADE	RACK DE PAREDE (ALTURA: 12U; PROFUNDIDADE: 570MM) (CIM10474)	Fibersul (Rack de Parede, 12Ux570mm )	138	421,0000	58.098,00
52	UNIDADE	RACK DE PAREDE (ALTURA: 16U; PROFUNDIDADE: 570MM) (CIM10473)	Fibersul (Rack de Parede, 16Ux570mm )	54	490,0000	26.460,00
53	UNIDADE	RACK DE PAREDE (ALTURA: 8U; PROFUNDIDADE: 570MM) (CIM10475)	Fibersul (Rack de Parede, 08Ux570mm )	63	333,0000	20.979,00
54	UNIDADE	BANDEJA PARA RACK (PONTOS DE FIXAÇÃO: 4; PROFUNDIDADE: 1000MM; VENTILADA) (CIM10612)	CWB (Bandeja Fixa, 1000mm)	50	186,0000	9.300,00
55	UNIDADE	BANDEJA PARA RACK (PONTOS DE FIXAÇÃO: 4; PROFUNDIDADE: 900MM; VENTILADA) (CIM10613)	Mekanika ACS0054	50	116,9900	5.849,50
56	UNIDADE	BANDEJA PARA RACK (PONTOS DE FIXAÇÃO: 4; PROFUNDIDADE: 800MM; VENTILADA) (CIM10614)	Mekanika ACS0051	50	101,9900	5.099,50
57	UNIDADE	BANDEJA PARA RACK (PONTOS DE FIXAÇÃO: 4; PROFUNDIDADE: 700MM; VENTILADA) (CIM10615)	Mekanika ACS0047	56	88,0000	4.928,00
58	UNIDADE	BANDEJA PARA RACK (PONTOS DE FIXAÇÃO: 4; PROFUNDIDADE: 600MM; VENTILADA) (CIM10616)	Mekanika ACS0044	50	75,0000	3.750,00
59	UNIDADE	BANDEJA PARA RACK (PONTOS DE FIXAÇÃO: 4; PROFUNDIDADE: 500MM; VENTILADA) (CIM10617)	Mekanika ACS0042	50	71,0000	3.550,00
60	UNIDADE	BANDEJA PARA RACK (PONTOS DE FIXAÇÃO: 4; PROFUNDIDADE: 400MM; VENTILADA) (CIM10618)	Mekanika ACS0039	56	57,9900	3.247,44
61	UNIDADE	PATCH PANEL (CATEGORIA: 6; PORTAS: 24) (CIM10620)	Link+ LK- PP24C6	65	340,0000	22.100,00
62	UNIDADE	PATCH PANEL (CATEGORIA: 5E; PORTAS: 24) (CIM10619)	Link+ LK- PP24C5E	15	190,0000	2.850,00
63	UNIDADE	GUIA ORGANIZADOR DE CABOS (ALTURA: 1U; FECHADO; HORIZONTAL; ALTA DENSIDADE) (CIM10481)	Fibersul (1U, Alta Densidade)	167	70,0000	11.690,00
64	UNIDADE	KIT PORCA GAIOLA (COMPRIMENTO: 12MM; FENDA TIPO PHILIPS) (CIM10627)	CWB Kit0015	6.000	0,6900	4.140,00
65	UNIDADE	RÉGUA DE TOMADAS PARA RACK (POSIÇÕES: 12 TOMADAS; ALTURA: 1U) (CIM10623)	Fibersul (12 tomadas)	60	89,0000	5.340,00
66	UNIDADE	RÉGUA DE TOMADAS PARA RACK (POSIÇÕES: 08 TOMADAS; ALTURA: 1U) (CIM10624)	Mekanika ACS0060 (03 metros)	60	78,0000	4.680,00
67	UNIDADE	FRENTE FALSA (ALTURA: 2U) (CIM10622)	CWB FRFAL0006	150	14,2500	2.137,50



68	UNIDADE	FRENTE FALSA (ALTURA: 1U) (CIM10621)	CWB FRFAL0003	150	11,3000	1.695,00
69	UNIDADE	CONECTOR RJ45 (CATEGORIA: 5E; U/UTP; MACHO) (CIM10476)	Fortrek	22.880	0,2000	4.576,00
70	UNIDADE	CONECTOR RJ45 FÊMEA (CATEGORIA: 5E; U/UTP; KEYSTONE) (CIM10638)	Maxi Telecom Cat5E	1.420	13,5000	19.170,00
71	UNIDADE	CONECTOR RJ45 FÊMEA (CATEGORIA: 6; U/UTP; KEYSTONE) (CIM10639)	Maxi Telecom Cat6	1.000	25,5000	25.500,00
72	UNIDADE	PATCH CORD (CATEGORIA: 5E; U/UTP; 1,5 METROS; COR: AZUL) (CIM10472)	Furukawa Multilan CAT5e 1,5m	1.705	12,6900	21.636,45
73	UNIDADE	PATCH CORD (CATEGORIA: 5E; U/UTP; 2,5 METROS; COR: AZUL) (CIM10471)	Furukawa Multilan CAT5e 2,5m	1.579	22,9000	36.159,10
74	UNIDADE	PATCH CORD (CATEGORIA: 6; U/UTP; 1,5 METROS; COR: AZUL) (CIM10625)	RPL Network Gigalan (CAT 6, 1,5 metros)	350	22,0000	7.700,00
75	UNIDADE	PATCH CORD (CATEGORIA: 6; U/UTP; 2,5 METROS; COR: AZUL) (CIM10626)	RPL Network Gigalan (CAT 6, 2,5 metros)	600	25,8700	15.522,00
76	UNIDADE	ANILHA NUMÉRICA (CONJUNTO COM 100 PEÇAS) (CIM10477)	Pirotelecom Anilhas Rede 100	176	34,0000	5.984,00
77	UNIDADE	ADAPTADOR WIRELESS USB (COM ANTENA EXTERNA DESTACÁVEL) (CIM10348)	TP-Link TL-WN722N	205	62,6500	12.843,25
78	UNIDADE	ADAPTADOR WIRELESS USB (COM ANTENA INTERNA) (CIM10349)	TP-Link TL-WN823N	140	48,7000	6.818,00
79	UNIDADE	CONVERSOR DE FIBRA ÓPTICA (FIBRA DE MODO ÚNICO) (CIM10484)	TP-Link MC210CS	68	249,9000	16.993,20
80	UNIDADE	KIT ADAPTADOR ETHERNET PARA USO VIA REDE ELÉTRICA (CIM10344)	TP-Link TL-PA4010 KIT	87	219,0000	19.053,00
81	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 01TB) (CIM10312)	Seagate IronWolf ST1000VN002	86	379,9000	32.671,40
82	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 02TB) (CIM10304)	Seagate IronWolf ST2000VN004	43	467,9900	20.123,57
83	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 02TB) (CIM10307)	Seagate Exos Enterprise ST2000NM008	18	1.060,0000	19.080,00
84	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 03TB) (CIM10302)	Seagate IronWolf ST3000VN007	25	580,0000	14.500,00
85	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 03TB) (CIM10310)	Western Digital WD Red WD30EFRX	14	835,0000	11.690,00
86	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 04TB) (CIM10311)	Seagate IronWolf ST4000VN008	18	800,0000	14.400,00
87	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 06TB) (CIM10303)	Seagate IronWolf ST6000VN0033	20	1.079,4800	21.589,60
88	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 06TB) (CIM10309)	Western Digital WD Red WD60EFRX	18	1.254,0000	22.572,00
89	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 08TB) (CIM10301)	Seagate IronWolf ST8000VN0022	23	1.394,0000	32.062,00

90	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 08TB) (CIM10306)	Seagate IronWolf Pro ST8000NE0004	13	2.175,0000	28.275,00
91	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 08TB) (CIM10308)	Western Digital WD Red WD80EFAX	13	1.646,5000	21.404,50
92	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 10TB) (CIM10300)	Seagate IronWolf ST10000VN0004	31	1.938,9900	60.108,69
93	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA NAS (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 10TB) (CIM10305)	Seagate IronWolf Pro ST10000NE0004	21	2.000,0000	42.000,00
94	UNIDADE	DISCO DE ESTADO SÓLIDO (SSD; FATOR DE FORMA: 2,5"; ARMAZENAMENTO: 1920GB; MTBF: 2.000.000) (CIM10515)	Seagate Nytro Enterprise XA1920LE10063	2	4.299,9500	8.599,90
95	UNIDADE	DISCO DE ESTADO SÓLIDO (SSD; FATOR DE FORMA: 2,5"; ARMAZENAMENTO: 240GB; MTBF: 2.000.000) (CIM10512)	Seagate Nytro Enterprise XA240LE10003	6	900,0000	5.400,00
96	UNIDADE	DISCO DE ESTADO SÓLIDO (SSD; FATOR DE FORMA: 2,5"; ARMAZENAMENTO: 480GB; MTBF: 2.000.000) (CIM10513)	Seagate Nytro Enterprise XA480LE10063	3	1.285,0000	3.855,00
97	UNIDADE	DISCO DE ESTADO SÓLIDO (SSD; FATOR DE FORMA: 2,5"; ARMAZENAMENTO: 960GB; MTBF: 2.000.000) (CIM10514)	Seagate Nytro Enterprise XA960LE10063	2	2.380,0000	4.760,00
98	UNIDADE	MÓDULO DE MEMÓRIA RAM PARA SERVIDOR (CAPACIDADE: 08 GB; DDR3-1333; SUPORTA DELL POWEREDGE T620) (CIM10632)	Dell SNPP9RN2C/8G	6	455,0000	2.730,00
99	UNIDADE	FITA DUPLA FACE AUTO ADERENTE (COMPRIMENTO: 3 METROS; LARGURA: 20MM; TRANSNOMINAÇÃO: VELCRO; COR: AZUL) (CIM10629)	TKL Dupla Face (Azul)	84	17,9000	1.503,60
100	UNIDADE	FITA DUPLA FACE AUTO ADERENTE (COMPRIMENTO: 3 METROS; LARGURA: 20MM; TRANSNOMINAÇÃO: VELCRO; COR: PRETO) (CIM10628)	Exbom Velcro (Preto)	104	23,8000	2.475,20
Total Global:						4.335.617,80

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Fornecedor	Itens	Valor Total (R\$)
ALFA TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇO DE TECNOLOGIA EM REDE LTDA	55; 56; 57; 58; 59; 60; 66; 72; 73; 99	90.403,59
BR IMPORTAÇÃO EIRELI	13; 86; 93	257.300,00
CLAUDIO REMI SANTIAGO 30085926000	78; 81; 82; 84; 87; 88; 91	139.679,07
CONTROLE NET TECNOLOGIA LTDA	8	93.000,00
FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME	6; 7; 12; 15; 19; 27; 28; 29; 40; 79; 98	719.499,90
GIANELLO INFORMÁTICA LTDA ME	54; 64; 67; 68; 69; 70; 71; 74; 75; 76; 100	98.199,70
GIGA1.COM EIRELI	11; 45; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 61; 62; 63; 65	542.349,00
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME	14; 18; 21; 22; 25; 26; 38; 39; 42; 43; 44; 80	488.825,40
KHARISMA COMERCIAL LTDA	10	166.284,72
R.S VAREJO EIRELI	9; 16; 17; 20; 23; 24; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 41; 77; 83; 85; 89; 90; 92; 94; 95; 96; 97	587.966,42
TECHNO SOLUÇÕES EIRELI	1; 2; 3; 4; 5	1.152.110,00
Total Global:		4.335.617,80

**CISNORDESTE****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2019. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2019**

Publicação Nº 2124208

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2019

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC.

Contratada: CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A (CNPJ: 01.554.285/0001-75) para a mídia TOKEN e SOLUÇÃO CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA (CNPJ: 20.181.735/0001-76) para mídia CARTÃO.

Objeto: Renovação dos Certificados Digitais E-CPF tipo A3 da Diretora Executiva (cartão) e da Gerente Financeiro do CISNORDESTE/SC (token), aquisição somente do certificado tipo A3 para o novo Coordenador Administrativo/Financeiro utilizando a mesma mídia da antiga coordenadora (cartão), todos com validade de 36 meses, além de um E-CPF tipo A1(Cartão) com validade de 12 meses para a pessoa que substituirá a Controladora Interna no período de afastamento por licença maternidade.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 24, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$705,00 (setecentos e cinco reais).

Joinville, 14 de agosto de 2019.

Julio César Ronconi

Prefeito Municipal de Rio Negrinho

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

**LAMBARI****EDITAL Nº03/2019 - ASSEMBLEIA 29 DE AGOSTO**

Publicação Nº 2124000

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2019

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI, senhor VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito do Município de Ipumirim, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 29, I, do Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios que integram o CONSELHO DE PREFEITOS DO CONSORCIO LAMBARI, para a Assembleia Geral Ordinária que realizar-se-á no dia 29 de agosto de 2019:

Horário: das 8h30 às 11h30

Local: Sala de reuniões da AMAUC

ORDEM DO DIA

8h 8h30	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recepção com café da manhã</li><li>• Abertura da Assembleia Geral Ordinária</li><li>• Leitura da Ata da Assembleia do dia 14 de junho/2019</li></ul>
9 horas	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROJETO RECUPERAR</li><li>• Gabriel Arthur Loeft – Coordenador da Central de Atendimento a Municípios – CAM: Operacionalização do convênio firmado entre o Consórcio Lambari com o Governo do Estado</li></ul>
11 horas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Minuta de alteração do Protocolo de Intenções – readequações necessárias</li></ul>
11h15	<ul style="list-style-type: none"><li>• Assuntos Gerais</li></ul>
11h30	<ul style="list-style-type: none"><li>• Encerramento</li></ul>

Concórdia – SC, 14 de agosto de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Presidente do Consórcio Lambari

**CONDER****ATA DA 1ª AVALIAÇÃO - LUBRIFICANTES ÓLEOS, GRAXAS, FLUÍDOS E CORRELATOS**

Publicação Nº 2124032

1ª ATA DA AVALIAÇÃO DA COMISSÃO  
 EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 003/2019  
 CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

A Comissão Técnica de Pré-qualificação de AQUISIÇÕES DE LUBRIFICANTES (ÓLEOS, GRAXAS, FLUÍDOS E CORRELATOS, constituída pela Resolução 08/2019, reuniu-se nas dependências da AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, para avaliação dos itens submetidos ao Edital de Chamada Pública 003/2019 até a presente data. Os componentes da Comissão LEANDRO ZILIO e RAFAEL ANDREOLLA iniciaram os trabalhos às 08h e finalizaram 15h. Foram recebidas até a presente data os envelopes com os respectivos documentos de apresentação dos produtos da empresa MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, AGROVETERINÁRIA PRINCESA EIRELI e DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELLI. Os itens foram avaliados de acordo com prospecto/ficha técnica e demais documentos apresentados pelas empresas, sendo que os mesmos foram comparados ao que está previsto no edital.

Abaixo relação aos itens reprovados onde foram observadas as seguintes divergências:

Item 01 - apresentado pela empresa MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA – Marca: REPSOL: reprovado por não atender as especificações.

Item 02 - apresentado pela empresa MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA – Marca: REPSOL: reprovado por não atender as especificações.

Item 13 - apresentado pela empresa MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA – Marca: REPSOL: reprovado por não atender as especificações.

Item 27 - apresentado pela empresa MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA – Marca: Lubrax : reprovado por não atender as especificações (sintético).

Item 15 - apresentado pela empresa AGROVETERINÁRIA PRINCESA EIRELI EPP – Marca: Lubrax Essencial SM: reprovado por não atender as especificações (API SN).

Item 18 - apresentado pela empresa AGROVETERINÁRIA PRINCESA EIRELI EPP – Marca: Lubrax Essencial SL: reprovado por não atender as especificações (sintético).

Item 24 - apresentado pela empresa AGROVETERINÁRIA PRINCESA EIRELI EPP – Marca: Petronas (Hydraulic Series): reprovado por não atender as especificações (ISO VG ).

Item 02 - apresentado pela empresa AGROVETERINÁRIA PRINCESA EIRELI EPP – Marca: Lubrax (Hydra XP 68): reprovado por não atender as especificações (norma DIN parte 3 HVLP).

Abaixo Tabela com descritivos dos itens constante no referido edital dessa chamada pública e sua aprovação/pré-qualificação.

ITEM	UN	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FORMA DE APRESENTAÇÃO	APROVADOS
1	UND	ÓLEO HIDRÁULICO ATF. ESPECIFICAÇÕES: FLUIDO PARA TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, DIREÇÕES HIDRÁULICAS E CAIXAS DE TRANSMISSÃO. ATF SUFIXO A. COMPOSIÇÃO: ÓLEO BÁSICOS MINERAIS, ADITIVOS ANTICORROSÃO, ANTI-DESGASTE, ANTI-OXIDAÇÃO, ANTIESPUMA, ABAIXADOR DE PONTO DE FLUIDEZ E CORANTE. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20LTS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: PackBlend – Maxi ATF TASA  Marca: Lubrax (ATF)
2	UND	ÓLEO HIDRÁULICO AW 68. ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS, ATENDENDO A NORMA DIN 51524, PARTE 2 HLP, PARTE 3 HVLP, COM PROTEÇÃO ANTIDESGASTE, BAIXO PONTO DE FLUIDEZ, ANTICORROSÃO E ANTIFERRUGEM, ANTIESPUMA. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20LTS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: PackBlend -Hercon AW SERIES Industrial Mineral
3	UND	ÓLEO PARA MOTOR DIESEL SAE 15W-40. API CI 4. RECOMENDADO PARA USO EM MOTORES DIESEL DE CAMINHÕES, ÔNIBUS E TRATORES, EM SERVIÇOS DIÁRIOS, URBANOS OU FORA-DE-ESTRADA. COMPOSIÇÃO: ÓLEO DERIVADO DE PETRÓLEO, ADITIVOS ANTICORROSIVOS, ANTIDESGASTE, ANTIOXIDANTE. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20LTS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: REPSOL  Marca: PackBlend Maxi Turbo CI-4  Marca: Lubrax (Top Turbo)
4	UND	ÓLEO PARA MOTOR DIESEL SAE 15W-40. API CJ 4. RECOMENDADO PARA USO EM MOTORES DIESEL DE CAMINHÕES, ÔNIBUS E TRATORES, EM SERVIÇOS DIÁRIOS, URBANOS OU FORA-DE-ESTRADA. COMPOSIÇÃO: ÓLEO DERIVADO DE PETRÓLEO, ADITIVOS ANTICORROSIVOS, ANTIDESGASTE, ANTIOXIDANTE. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20LTS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: LUBRAX (Advento)  Marca: PackBlend Maxi Turbo Top Plus

5	UND	ÓLEO PARA MOTOR GASOLINA 15W40, API SL, RECOMENDADO PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL ANO 2004 OU MAIS ANTIGOS. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM DE 1 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	<p>Marca: VORAX Premium SL – SS</p> <p>Marca: PakBlend – Vorax Premium SS</p> <p>Marca: REPSOL</p> <p>Marca: Lubrax (Essencial SL)</p>
6	UND	ÓLEO PARA MOTORES A GASOLINA 15W40, API SN, RECOMENDADO PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ALCOOL PARA VEÍCULOS ATUAIS. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM DE 1 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	<p>Marca: REPSOL</p> <p>Marca: PackBlend Vorax Premium SN</p> <p>Marca: Lubrax (Tecno)</p>
7	UND	ÓLEO PARA MOTORES A GASOLINA 5W30, API SN, RECOMENDADO PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ALCOOL PARA VEÍCULOS ATUAIS. ESPECIFICAÇÕES: 100% SINTÉTICO, DOTADOS DE MÚLTIPLAS VÁLVULAS, TURBINAS E ELEVADO DESEMPENHO. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM DE 01 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	<p>Marca: REPSOL</p> <p>Marca: PackBlend Vorax Synthetic DX1</p> <p>Marca: Lubrax (Valora)</p>
8	UND	ÓLEO PARA MOTORES A DIESEL 5W30, API SN, RECOMENDADO PARA MOTORES A DIESEL PARA VEÍCULOS ATUAIS. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM DE 01 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	<p>Marca: Lubrax – Extremo HD</p> <p>Marca: REPSOL</p> <p>Marca: PackBlend VORAX SYNTHETIC DX2</p>
9	UND	ÓLEO PARA MOTORES A DIESEL 5W30, API SN, RECOMENDADO PARA MOTORES A DIESEL PARA VEÍCULOS ATUAIS. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO DE 20 LITROS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	<p>Marca: Lubrax – Extremo HD</p> <p>Marca: REPSOL</p> <p>Marca: PackBlend VORAX SYNTHETIC DX2</p>
10	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA TRANSMISSÃO SAE 90, API GL5. RECOMENDADO PARA CAIXA DE TRANSMISSÃO, DIFERENCIAL E ENGENHAGENS. COMPOSIÇÃO: ÓLEO MINERAL DERIVADO DE PETRÓLEO E ADITIVOS. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20LTS	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	<p>Marca: PackBlend (Maxi Gear GL – 5)</p> <p>Marca: Lubrax GL-5</p>
11	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS, API TC JASO FC. RECOMENDADO PARA MOTORES A GASOLINA. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM DE 500ML.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	<p>Marca: Lubrax (Essencial 2T FC)</p>
12	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE 4T 20W50 (MOTOCICLETAS) DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM DE 01 LT.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	<p>Marca: REPSOL</p> <p>Marca: Lubrax (Essencial 4T)</p>
13	UND	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 46 DIN 51524 PARTE 02 HLP, PARTE 3 HVL. COM PROTEÇÃO ANTIDESGASTE, BAIXO PONTO DE FLUIDEZ, ANTICORROSÃO E ANTIFERRUGEM, ANTIESPUMA. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20 LTS	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	<p>Marca: PackBlend Hercon AW Series</p>
14	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE 10W30, API GL-4, RECOMENDADO PARA SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E HIDRÁULICOS. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20LTS	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	<p>Marca: PackBlend Maxi Tractor HTF II 10W30</p> <p>Marca: Lubrax (Unitractor)</p> <p>Marca: Petronas (Arbor MTF 10W-30)</p>

15	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE 10W30, API SN. RECOMENDADO PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL PARA VEÍCULOS ATUAIS. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM 01 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: REPSOL Marca: PackBlend Maxi Turbo TOP PLUS
16	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE 10W40, API CF. RECOMENDADO PARA MOTORES A DIESEL. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO DE 20 LITROS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: REPSOL (Diesel Turbo UHPD Urban 10W40) Marca: PackBlend Maxi Turbo Top Plus Marca: Petronas (Urania K)
17	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE 10W40, API SN. RECOMENDADO PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM DE 01 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: REPSOL (ELITE NEO BXT 10W40) Marca: Lubrax (Tecno) Marca: PackBlend Maxi Turbo Top Plus
18	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO 20W50, API SL. RECOMENDADO PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM 01 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: PackBlend Vorax Premium
19	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO 25W60, API SL. RECOMENDADO PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM 01 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: REPSOL (High Mileage 25W60)
20	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 40, API CF. RECOMENDADO PARA MOTORES A DIESEL. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO DE 20 LITROS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Lubrax (Turbo ME)
21	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 80, API GL4. RECOMENDADO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS E DE TRANSMISSÃO DE TRATORES. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO DE 20 LITROS	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Lubrax (TRM 4) Marca: PackBlend (Maxi Gear GL-4)
22	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 80, API GL5. RECOMENDADO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS E DE TRANSMISSÃO DE TRATORES. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO DE 20 LITROS	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: PackBlend (Maxi Gear GL – 5) Marca: Lubrax
23	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 140. RECOMENDADO PARA TRAÇÕES, DIFERENCIAIS E CAIXAS DE REDUÇÃO. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20LTS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: PackBlend (Maxi Gear GL – 5) Marca: Lubrax GL5
24	UND	ÓLEO HIDRÁULICO 150, ISO VG 150. RECOMENDADO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS. ATENDENDO A NORMA DIN 51524. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20LTS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: PackBlend – HERCON AW SERIES Marca: Lubrax (HYDRA XP)



25	UND	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 100. RECOMENDADO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS. ATENDENDO A NORMA DIN 51524. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20LTS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: PackBlend – HERCON AW SERIES Marca: Lubrax (HYDRA XP) Marca: Petronas (Hydraulic Series)
26	UND	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 32. RECOMENDADO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS. ATENDENDO A NORMA DIN 51524. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO 20LTS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: PackBlend – HERCON AW SERIES Marca: Lubrax (HYDRA XP) Marca: Petronas (Hydraulic Series)
27	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO 75W90, API GL5. RECOMENDADO PARA TRANSMISSÃO E EIXO DIFERENCIAL. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO DE 20 LITROS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: REPSOL (Cartago Traccion Integral 75W90)
28	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 10W TO-4. PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO DE 20 LITROS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Lubrax (Grans TAC 4) Marca: PackBlend – Maxi Tractor TO-4 Series Marca: Petronas (Tutela TRC)
29	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 30W TO-4. PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO DE 20 LITROS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Lubrax (Grans TAC 4) Marca: PackBlend Maxi Tractor TO-4 Series Marca: Petronas (Tutela TRC)
30	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 50W TO-4. PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). GALÃO DE 20 LITROS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Lubrax (Grans TAC 4) Marca: PackBlend Maxi Tractor TO-4 Series Marca: Petronas (Tutela TRC)
31	UND	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO 5W40, API SM, RECOMENDADO PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. DEVENDO POSSUIR CERTIFICADOS DE GESTÃO ISO 9001:2000 (QUALIDADE) E ISO 14001:2004 (AMBIENTAL). EMBALAGEM DE 01 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: VORAX (Synthetic SM 5W40) Marca: REPSOL (Elite Competición 5W40) Marca: Lubrax (Supera)
32	UND	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO NLGI 1. COMPOSTA COM GRAFITE. PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIES. EMBALAGEM DE 20 KG.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: UNI (Unigrax GRF)
33	UND	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO NLGI 1. COMPOSTA COM GRAFITE. PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIES. EMBALAGEM DE 170KG.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: UNI (Unigrax GRF)
34	UND	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE NLGI 2, PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO – VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - EMBALAGEM DE 20 KG.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Lubrax (Autolith 2)

35	UND	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE NLGI 2, PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO. EMBALAGEM DE 170 KG.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Uni (Unlit MP GRF-2 Plus) Marca: Lubrax (Autolith 2)
36	UND	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE NLGI 2 - ADITIVO MOS2, PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220- EMBALAGEM DE 20 KG.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Lubrax (Autolith 2)
37	UND	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE NLGI 2 - PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO. EMBALAGEM DE 170 KG.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	
38	UND	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍTIO. EMBALAGEM 20KG.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Petronas (Tutela JOTA MP/EP)
39	UND	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍTIO. EMBALAGEM DE 170KG.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Petronas (Tutela JOTA MP/EP)
40	UND	ADITIVO LIQUIDO ARREFECIMENTO ANTIFERVURA, CONCENTRADO. EMBALAGEM DE 01 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Controil Marca: Power Bril Marca: Lubrax
41	UND	ADITIVO LIQUIDO ARREFECIMENTO ANTIFERVURA, CONCENTRADO. EMBALAGEM DE 20 LITROS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Lubrax (Fluido para Radiadores) Marca: Power Bril Marca: Lubrax
42	UND	FLUIDO DE FREIO DOT 4. EMBALAGEM DE 500ML.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: HiTech Marca: Power Bril Marca: Lubrax
43	UND	ARLA 32 – BALDE DE 20 LITROS.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Serquímica (ARLA 32) Marca: EcoBrilho Marca: Cedro Química (ARLA 32)
44	UND	FLUIDO DE FREIO DOT 5. EMBALAGEM DE 500ML	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Hi Tech
45	UND	ÓLEO MINERAL PARA SISTEMA DE FREIOS, DE EMBREAGENS, DE TRATORES E MÁQUINAS DE TERRAPLANAGEM, EMBALAGEM DE 1 LITRO.	PROSPECTO/FICHA TÉCNICA	Marca: Petronas (Tutela LHM)

São Miguel do Oeste/SC, 02 de agosto de 2019.

Comissão técnica de pré-qualificação de Lubrificantes (óleo, graxas fluidos e correlatos)

ELENILTO DALPIAZ (Não compareceu)

LEANDRO ZILIO

RAFAEL ANDREOLA

**ATA DA 1ª AVALIAÇÃO 12.08.2019 - EDITAL DE CHAM PÚBLICA Nº 02 2019 - MATERIAL AMBULATORIAL**

Publicação Nº 2124025

**1ª ATA DA AVALIAÇÃO DA COMISSÃO****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 002/2019****CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

A Comissão Técnica de Pré-qualificação de Materiais Ambulatoriais constituída pela Resolução 009/2019, reuniu-se nas dependências da AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, para avaliação dos itens submetidos ao Edital de Chamada Pública 02/2019 até a presente data. As componentes da Comissão CARLA CRISTINA KUNTRATH, KARINA SCHOPF, ÚRSSULA RITZEL E CINARA SAGGIORATTO iniciaram os trabalhos às 13H30min. Foram recebidas até a presente data os produtos das empresas FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA e ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITALARES.

**Itens Reprovados:**

ITEM 68 – APRESENTADO PELA EMPRESA ALTERMED REPROVADO POR SER DE QUALIDADE INFERIOR AO SOLICITADO PELA COMISSÃO TÉCNICA | MARCA: RAVA

ITEM 69 - APRESENTADO PELA EMPRESA ALTERMED REPROVADO POR SER DE QUALIDADE INFERIOR AO SOLICITADO PELA COMISSÃO TÉCNICA | MARCA: RAVA

ITEM 70 - APRESENTADO PELA EMPRESA ALTERMED REPROVADO POR SER DE QUALIDADE INFERIOR AO SOLICITADO PELA COMISSÃO TÉCNICA | MARCA: RAVA

ITEM 71 - APRESENTADO PELA EMPRESA ALTERMED REPROVADO POR SER DE QUALIDADE INFERIOR AO SOLICITADO PELA COMISSÃO TÉCNICA | MARCA: RAVA

ITEM 23 – APRESENTADO PELA EMPRESA ALTERMED REPROVADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO | MARCA: DUNE

ITEM 30 – APRESENTADO PELA EMPRESA ALTERMED REPROVADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO | MARCA: MEDPEJ

ITEM 64 – APRESENTADO PELA EMPRESA ALTERMED REPROVADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO (PICOTE) | MARCA: POLARFIX

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	FORMA DE APRESENTAÇÃO	
1	CX	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 13X4.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
2	CX	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 20X5.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
3	CX	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X6.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
4	CX	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X7.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.

5	CX	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	
6	CX	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X7.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
7	CX	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
8	CX	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	
9	CX	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
11	RL	ALGODÃO HIDRÓFILO, ROLO 500 GRAMAS. COMPOSIÇÃO: COM FIBRAS 100% ALGODÃO EXTRA ABSORVENTE, MACIO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. ALTURA DA EMBALAGEM: 12CM, LARGURA: 16CM, PROFUNDIDADE: 24CM. USO HOSPITALAR EM CURATIVOS, ASSEPSIAS OU COMO ABSORVENTE DE SANGUE E SECREÇÕES LÍQUIDAS.	AMOSTRA	
12	UND	ASPIRADOR DE SECREÇÃO PORTÁTIL PARA ASPIRAÇÃO NASAL E ORAL E ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DOS LÍQUIDOS CORPORAIS(MUCO, CATARRO E SANGUE) EM ADULTOS E CRIANÇAS, VÁCUO AJUSTÁVEL CONTINUAMENTE, INDICADOR DE VÁCUO, GARRAFA DE POLICARBONATO DE 1L U 2L, INQUEBRÁVEL E AUTOCLAVÁVEL ATÉ 120°C COM VÁLVULA DE SEGURANÇA FLUTUANTE COM FILTRO ANTIBACTERIAL, POTÊNCIA 184W, VÁCUO MÁXIMO 583MM/HG – 0,75 BAR, MÁXIMO FLUXO 15LT/MIN, DIMENSÕES 25X19X16,5CM, PESO 2,2KG, ACESSÓRIOS STANDART: 1 GARRAFA COM VÁLVULA ANTI-TRANSBORDO, FILTRO ANTIBACTERIAL HIDROFÓBICO, CONJUNTO DE TUBO DE SILICONE 6X10MM, CONECTOR CÔNICO PARA AS SONDAS, MANUAL DE INSTRUÇÕES.	PROSPECTO	Marca: Nevoni
13	UND	APARELHO DE INALAÇÃO ULTRASSÔNICO PORTÁTIL SUPER COMPACTO, FLUXO DE NÉVOA REGULÁVEL, PERMITE INALAÇÃO COM MÁSCARA DIRETAMENTE NO TRANSDUTOR, ACOMPANHA CONJUNTO COMPLETO PARA INALAÇÃO ADULTO E INFANTIL, VOLTAGEM 100-240VAC, FREQUÊNCIA 50-60HZ, FREQUENCIA DE ULTRASSOM 1.7MHZ, TAXA DE NEBULIZAÇÃO AJUSTÁVEL EM 0.35 E 0.8ML/MIN, ROTAÇÃO 1750RPM, 40 A 80 LIBRAS, GARANTIA DO FABRICANTE POR 12 MESES.	PROSPECTO	Marca: G- Tech

14	PCT	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06CM DE LARGURA POR NO MÍNIMO 3,4METROS (1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO), COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	AMOSTRA	
15	PCT	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 8 CM DE LARGURA POR NO MÍNIMO 3,4METROS (1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO), COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	AMOSTRA	
16	PCT	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR NO MÍNIMO 3,4METROS (1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO), COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	AMOSTRA	
17	PCT	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 12 CM DE LARGURA POR NO MÍNIMO 3,4METROS (1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO), COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	AMOSTRA	
18	PCT	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR NO MÍNIMO 3,4METROS (1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO), COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	AMOSTRA	
19	PCT	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR NO MÍNIMO 3,4METROS (1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO), COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	AMOSTRA	

20	PCT	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 25CM DE LARGURA POR NO MÍNIMO 3,4METROS (1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO), COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM². CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	AMOSTRA	
21	PCT	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 30CM DE LARGURA POR NO MÍNIMO 3,4METROS (1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO), COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM². CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	AMOSTRA	
22	RL	ATADURA DE RYON, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO 7,5CM X 5M, CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS 100% RAYON, LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTAS E MANCHAS, ATÓXICA E APIROGÊNICO. INDICADO PARA CURATIVOS OU ONDE NECESSITE DE ALTA ABSORÇÃO E BAIXA ADERÊNCIA TECIDUAL COMO NO CASO DE CURATIVOS PARA QUEIMADURAS	AMOSTRA	
23	UND	CADEIRA DE RODAS ESTRUTURA DOBRÁVEL EM DUPLO X FACILITA O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI. ESTOFAMENTO EM COURVIM OTIMIZANDO A LIMPEZA. RODAS TRASEIRAS DE 24", INJETADAS EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS. RODAS DIANTEIRAS DE 8" MACIÇAS. FREIOS BILATERAIS, QUE PERMITEM AO USUÁRIO CONTROLAR A CADEIRA E EVITAR ACIDENTES. PROTETORES DE ROUPA. APOIOS DE PERNAS ARTICULÁVEIS, ELEVÁVEIS E REGULÁVEIS EM ALTURA. APOIOS DE BRAÇO ESCAMOTEÁVEIS. COM ALMOFADA SOBRE O ASSENTO DE 4CM DE ESPESSURA DE ALTA DENSIDADE, POSSUI CAPACIDADE PARA INDIVÍDUOS DE 150 KG. LARGURA TOTAL ABERTA 84CM, PROFUNDIDADE DO ASSENTO 50CM, LARGURA DO ACENTO E ENCOSTO APROX. 66CM.	PROSPECTO	
24	UND	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS EM TAMANHO NOMINAL 91X91, 4 DOBRAS, 8 CAMADAS, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, 100% ALGODÃO, TECIDO NEUTRO, MACIO, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, ALVEJADO E PURIFICADO, APRESENTADO-SE ISENTO DE IMPUREZAR, SUBSTÂNCIAS GORDURAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO. PESO MÍNIMO 1890 GRAMAS POR UNIDADE.	AMOSTRA	
25	UND	COMPRESSA CIRURGICA 23X25CM 100% ALGODÃO PACOTE COM 50 UNIDADES (CAMPO OPERATÓRIO) NÃO ESTÉRIL CONFECCIONADA COM TECIDO 100% ALGODÃO EM TECIDO QUADRUPLO COM OU SEM FIO RADIOPACO EM SUA EXTREMIDADE COM CADARÇO DUPLO EM FORMA DE ALÇA QUE NÃO SOLTE FIAPO	AMOSTRA	
26	UND	CURATIVO CIRÚRGICO ESTÉRIL/CHUMAÇO, 10X15, 100% ALGODÃO, ESTERILIZADO POR E.T.O, PRONTO USO, SUPER ABSORVENTE.	AMOSTRA	
27	PCT	COMPRESSA CAMPO ALVA, 04 CAMADAS, COM CADARÇO, 45CMX50CM, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PACOTE COM 50 UNIDADES	AMOSTRA	
28	PCT	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 21 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FARBICAÇÃO).	AMOSTRA	



29	UND	DETECTOR FETAL (DOPPLER FETAL) DIGITAL PORTÁTIL, TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE COMPACTO, LEVE E DE FÁCIL OPERAÇÃO. ALTO-FALANTE DE ALTA PERFORMANCE DESIGN ERGONÔMICO E COMPARTIMENTO PARA TRANSDUTOR ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO, GRAVADOR OU COMPUTADOR BOTÃO LIGA-DESLIGA, CONTROLE DE VOLUME E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO TELA DE LCD ILUMINADO (BACKLIGHT). 2 MODOS DE VISUALIZAÇÃO DA FCF – FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL: NUMÉRICA E GRÁFICA (CURVA FCF). ALARMES VISUAIS/SONOROS AJUSTÁVEIS E PROGRAMÁVEIS. INDICADOR DE BATERIA. FUNCIONAMENTO COM PILHAS ALCALINAS AA (ACOMPANHA O PRODUTO). GARANTIA 1 ANO.	PROSPECTO	Marca: MD Digital FD-200C
30	UND	DETECTOR FETAL DE MESA ANALÓGICO, COM DISPLAY NUMÉRICO DIGITAL, GABINETE CONFECCIONADO EM PS/2 POLIESTIRENO DE AUTO IMPACTO, AUTO BRILHO E ANTIOXIDANTE. FAIXA DE MEDIDA DO BCF DE 50 A 240 BATIDAS POR MINUTO. BOTÃO LIGA OU DESLIGA COM REGULAGEM DE INTENSIDADE DO VOLUME. BOTÃO COM REGULAGEM DE TONALIDADE DE GRAVE E AGUDO. FILTRO MINIMIZADOR DE INTERFERÊNCIAS DURANTE A UTILIZAÇÃO. AUSCULTA DE BATIMENTOS CARDÍACO FETAL A PARTIR DA 10ª SEMANA. ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA COLETIVA. SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO OU GRAVADOR DE SOM. CICLAGEM DE 6.000 A 60.000. FREQUÊNCIA DE 2,0 A 2,25 MHZ. ALOJAMENTO PARA TRANSDUTOR FIXADO NA LATERAL DO GABINETE. LED INDICADOR DE EQUIPAMENTO LIGADO E PRONTO PARA USO IMEDIATO. ALIMENTAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DA REDE ELÉTRICA EM 110 OU 220 V 50/60 HZ. ACOMPANHA FRASCO DE GEL PARA CONTATO, FONE DE OUVIDO BIAURICULAR PARA AUSCULTA INDIVIDUAL. POSSUI 3 MODOS DE FUNCIONAMENTO: MODO UM: PERMITE AO USUÁRIO VISUALIZAR OS BATIMENTOS EM TEMPO REAL, MODO DOIS: CALCULA UMA MÉDIA DOS BATIMENTOS CARDÍACOS, MODO TRÊS: PERMITE A SELEÇÃO DE UM INTERVALO MANUALMENTE PARA MEDIR OS BATIMENTOS CARDÍACOS. DIMENSÕES APROXIMADAS: (L. P. A.) 200 X 210 X 95 MM	PROSPECTO	
31	UND	EQUIPO MACROGOTAS FLEXÍVEL-COMPOSTO DE LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO; CÂMARA FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO GOTEJAMENTO; DISPOSITIVO PARA ENTRADA DE AR; CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE E CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	AMOSTRA	
32	UND	EQUIPO MICROGOTAS, PONTA PERFURANTE COM TAMPAS PROTETORA, CÂMARA FLEXÍVEL, GOTEJADORA EM MICROGOTAS, DISPOSITIVO PARA ENTRADA DE AR; TUBO EM PVC DE 1,50CM, PINÇA ROLETE PARA CONTROLE DE VOLUME, CONEXÃO LUER. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	AMOSTRA	
33	UND	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL; TUBO FLEXÍVEL AZUL EM PVC COM NO MÍNIMO 120 CM; PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO. COM CONECTOR ESCALONADO (TIPO GRADUADO). PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, ATÓXICO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	AMOSTRA	
34	RL	ESPARADRAPO 10CM X 4,5M - TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA	AMOSTRA	
35	RL	ESPARADRAPO 2,5CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	AMOSTRA	
36	UND	ESPÉCULOS ESTERILIZADO GRANDE PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	AMOSTRA	
37	UND	ESPÉCULOS ESTERILIZADO MÉDIO PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	AMOSTRA	



38	UND	ESPÉCULOS ESTERILIZADO PEQUENO PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	AMOSTRA	
39	UND	FOCO GINECOLÓGICO ESPELHO MÓVEL FIXADO NO TAMPO SUPERIOR DO FOCO, LÂMPADA HALÓGENA 20WATTS (VIDA LONGA) LUZ FRIA, HASTE FLEXÍVEL (100 E 160CM) ALTURA VARIÁVEL BASE COM 4 RODÍZIOS, CORPO EM METAL ESMALTADO, PINTURA EPOXI DE ALTA RESISTÊNCIA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA SELECIONÁVEL 110 OU 220volt – 50/60HZ, PESO NÃO SUPERIOR HÁ 0,5KG.	PROSPECTO	Marca: Vagalumy (Foco Refletor FV-02)
40	UND	FITA ADESIVA HIPOALÉRGICA, COMPOSTA POR UM DORSO ELÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE MICRO PERFURADO. ADESIVO ACRÍLICO RADIOTRANSARENTE, 25MMX10M, COM CAPA PROTETORA	AMOSTRA	
41	UND	FITA ADESIVA HIPOALÉRGICA, COMPOSTA POR UM DORSO ELÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE MICRO PERFURADO. ADESIVO ACRÍLICO RADIOTRANSARENTE, 12,5MMX10M, COM CAPA PROTETORA	AMOSTRA	
42	UND	FITA ADESIVA HIPOALÉRGICA, COMPOSTA POR UM DORSO ELÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE MICRO PERFURADO. ADESIVO ACRÍLICO RADIOTRANSARENTE, 50MMX10M, COM CAPA PROTETORA	AMOSTRA	
43	UND	FITA ADESIVA HIPOALÉRGICA, COMPOSTA POR UM DORSO ELÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE MICRO PERFURADO. ADESIVO ACRÍLICO RADIOTRANSARENTE, 100MMX4,5M, COM CAPA PROTETORA	AMOSTRA	
44	RL	FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA À BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO 2,5CMX10M. PRODUTO COM CAPA PROTETORA COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	
45	RL	FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA À BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO 5CMX10M. PRODUTO COM CAPA PROTETORA COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	
46	RL	FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA À BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO 1,2CMX10M. PRODUTO COM CAPA PROTETORA COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	
47	RL	FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA À BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO 10CMX4,5M. PRODUTO COM CAPA PROTETORA COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	
48	PCT	GAZE EM COMPRESSA - GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10 X 10CM E 20 X 40 CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	
49	PCT	GAZE EM COMPRESSA - GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5 X 7,5CM E 15 X 30 CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	AMOSTRA	
50	UND	LANTERNA PUPILAR DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED DE 2,2V. CONFECCIONADA EM METAL LEVE DE ALTA. QUALIDADE. ILUMINAÇÃO BRILHANTE E BRANCA PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO. ACIONAMENTO ATRAVÉS DO BOTÃO LIGA/DESLIGA. POSSUI CONVENIENTE CLIPE DE BOLSO. ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS AAA (INCLUSAS)	AMOSTRA	Marca: Missouri (Mikatos)
51	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM 6.5, ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVIVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	AMOSTRA	

52	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM 7.0, ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	AMOSTRA	
53	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM 7,5, ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	AMOSTRA	
54	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8.0 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280 MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	AMOSTRA	
55	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8.5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280 MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	AMOSTRA	
56	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PP DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIOABSORVÍVEL, ATÓXICO, NÃO ESTÉRIL, RESISTENTE A TRAÇÃO, DESCARTÁVEL, USO ÚNICO, LEVEMENTE ENTALCADA, SELO DE CONFORMIDADE, EMBALADA EM CAIXAS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	
57	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIOABSORVÍVEL, ATÓXICO, NÃO ESTÉRIL, RESISTENTE A TRAÇÃO, DESCARTÁVEL, USO ÚNICO, LEVEMENTE ENTALCADA, SELO DE CONFORMIDADE, EMBALADA EM CAIXAS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	
58	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIOABSORVÍVEL, ATÓXICO, NÃO ESTÉRIL, RESISTENTE A TRAÇÃO, DESCARTÁVEL, USO ÚNICO, LEVEMENTE ENTALCADA, SELO DE CONFORMIDADE, EMBALADA EM CAIXAS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CAIXA COM 100 UNIDADES	AMOSTRA	
59	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO G DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIOABSORVÍVEL, ATÓXICO, NÃO ESTÉRIL, RESISTENTE A TRAÇÃO, DESCARTÁVEL, USO ÚNICO, LEVEMENTE ENTALCADA, SELO DE CONFORMIDADE, EMBALADA EM CAIXAS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CAIXA COM 100 UNIDADES. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS G.	AMOSTRA	
60	CX	LUVA DE VINIL SEM PÓ – TAMANHO P CAIXA COM 100UNIDADES CONFECCIONADA EM VINIL SEM TALCO SEM AMIDO ALTA DURABILIDADE ANTIALERGICA – COM REGISTRO NA ANVISA	AMOSTRA	
61	CX	LUVA DE VINIL SEM PÓ – TAMANHO M CAIXA COM 100UNIDADES CONFECCIONADA EM VINIL SEM TALCO SEM AMIDO ALTA DURABILIDADE ANTIALERGICA – COM REGISTRO NA ANVISA	AMOSTRA	
62	CX	LUVA DE VINIL SEM PÓ – TAMANHO G CAIXA COM 100 UNIDADES CONFECCIONADA EM VINIL SEM TALCO SEM AMIDO ALTA DURABILIDADE ANTIALERGICA – COM REGISTRO NA ANVISA	AMOSTRA	
63	PCT	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL PARA TOQUE TRANSPARENTE E ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFECCIONADA COM 100% DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, PACOTE COM 100 UNIDADES	AMOSTRA	Marca: Luplast
64	ROLO	LENÇOL DE PAPEL COM PICOTE TAMANHO 50MX70CM, PAPEL BRANCO, CAIXA CONTENDO 6 ROLOS	AMOSTRA	
65	UND	MICROASPIRADOR PORTÁTIL DE 1 LITRO, MOTOR 1/30HP, VOLTAGEM 110 E 220 VOLTS AUTOMÁTICO, 3 ROLAMENTOS SELADOS, VÁCUO MÁXIMO DE 22 POLEGADAS DE HG, VÁLVULA DE SEGURANÇA CONTRA TRANSBORDAMENTO DE FRASCO, VAZÃO LIVRE 15L./MIN.	PROSPECTO	Marca: Macrosul (DV-350MD)

66	UND	OTOSCÓPIO COM ILUMINAÇÃO POR LED – MINI 3000 PRETO. ILUMINAÇÃO ATRAVÉS DAS LÂMPADAS DE LED. LÂMPADA TIPO LED, PARA TRANSMISSÃO DE LUZ FRIA, GARANTINDO UM CAMPO DE TRABALHO SEM REFLEXO, TEMPERATURA DE 5.500K (GRAUS KELVIN) E VIDA ÚTIL ESTIMADA DE 10.000 HORAS. DESENVOLVIDO PARA EXAMES DAS PARTES INTERNAS DO OUVIDO, POSSUI LÂMPADA LED PARA ILUMINAR ATRAVÉS DE FEIXE DE LUZ CONCENTRADO E UMALENTE DE AUMENTO DE 2,5X PROPORCIONANDO UMA ANÁLISE COM EXCELENTE NITIDEZ. POSSIBILITA AO PROFISSIONAL A AMPLITUDE E ILUMINAÇÃO SUFICIENTES PARA UM DIAGNÓSTICO PRECISO. É CONSTITUÍDO DE PEÇAS MÓVEIS COM SISTEMA DE ROSCA (CABO E CABEÇOTE), É DE FÁCIL LIMPEZA E MANUTENÇÃO.	PROSPECTO	Marca: MD Healthcare   Macrosul (Omni 3000)
67	UND	OFTALMOSCÓPIO - ILUMINAÇÃO BRANCA E DE ALTO BRILHO, COM EXCELENTE NITIDEZ DA IMAGEM; LEVE, COMPACTO E ERGONÔMICO, OFERECE ALTA PERFORMANCE E MAIOR RESISTÊNCIA; FÁCIL SUBSTITUIÇÃO DA LÂMPADA LED; CABO EM METAL COM REVESTIMENTO TERMOPLÁSTICO REFORÇADO; POSSUI CONVENIENTE CLIP QUE PROPORCIONA DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO SER FIXADO NO BOLSO; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE 2 PILHAS ALCALINAS TIPO AA; CABO COMPATÍVEL COM TODAS AS CABEÇAS; NÃO CONTÉM LÁTEX; ACOMPANHA ESTOJO LUXO. 19 LENTES DE -20 A +20 DIOPTRIAS COM MARCADOR ILUMINADO; ÓPTICA SELADA À PROVA DE POEIRAS; BORRACHA DE PROTEÇÃO EVITA RISCAR ALENTE DOS ÓCULOS; LÂMPADA 2.5V DE LED, PROPORCIONA LUZ MAIS BRANCA E BRILHANTE, PROJETANDO A VERDADEIRA COR DO TECIDO; CABEÇA EM ABS, RESISTENTE À IMPACTOS.	PROSPECTO	Marca: MD Omni 3000 - Macrosul
68	PCT	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO INFECTANTE; COR BRANCO-LEITOSO; CAPACIDADE NOMINAL PARA 100 LITROS (30 KG); DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS DE 75 CM DE LARGURA X 105 CM DE ALTURA; CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; APRESENTAR SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO; CONSTAR, EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE, A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR SEU CNPJ, CAPACIDADE NOMINAL EM LITROS E QUILOGRAMAS EQUIVALENTE E O "SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE", COM A INSCRIÇÃO "INFECTANTE". EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES	AMOSTRA	
69	PCT	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO INFECTANTE; COR BRANCO-LEITOSO; CAPACIDADE NOMINAL PARA 15 LITROS (4,5 KG); DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS DE 39 CM DE LARGURA X 58 CM DE ALTURA; CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; APRESENTAR SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO; CONSTAR, EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE, A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR SEU CNPJ, CAPACIDADE NOMINAL EM LITROS E QUILOGRAMAS EQUIVALENTE E O "SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE", COM A INSCRIÇÃO "INFECTANTE". EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	
70	PCT	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO INFECTANTE; COR BRANCO-LEITOSO; CAPACIDADE NOMINAL PARA 30 LITROS (9,0KG); DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS DE 59 CM DE LARGURA X 62 CM DE ALTURA; CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; APRESENTAR SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO; CONSTAR, EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE, A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR SEU CNPJ, CAPACIDADE NOMINAL EM LITROS E QUILOGRAMAS EQUIVALENTE E O "SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE", COM A INSCRIÇÃO "INFECTANTE". EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	

71	PCT	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO INFECTANTE; COR BRANCO-LEITOSO; CAPACIDADE NOMINAL PARA 50 LITROS (15KG); DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS DE 63 CM DE LARGURA X 80 CM DE ALTURA; CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; APRESENTAR SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO; CONSTAR, EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE, A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR SEU CNPJ, CAPACIDADE NOMINAL EM LITROS E QUILOGRAMAS EQUIVALENTE E O "SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE", COM A INSCRIÇÃO "INFECTANTE". EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES.	AMOSTRA	
72	UND	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 2 EM 2 UNIDADE, COM AGULHA DE 12,7X0,3 MM DE CALIBRE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	
73	UND	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, SEM ESPAÇO MORTO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 2 EM 2 UNIDADE, COM AGULHA DE 8MM X 0,3MM DE CALIBRE.	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
74	UND	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, SEM ESPAÇO MORTO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 2 EM 2 UNIDADE, COM AGULHA DE 6MM X 0,25MM DE CALIBRE.	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
75	UND	SERINGA DESCARTÁVEL DE 0,5 ML, COM AGULHA FIXA 8,0X0,33 MM. GRADUADA EM 50 UNIDADES, ESCALA DE UMA EM UMA UNIDADE. A SERINGA NÃO DEVERÁ TER ESPAÇO MORTO E DEVERÁ TER ÊMBOLO DE CORTE RETO GARANTINDO A PRECISÃO NA DOSAGEM. EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. IDEAL PARA CRIANÇA, ADOLESCENTE E ADULTO MAGRO (IMC ATÉ 25). COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
76	UND	SERINGA 20ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOCK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
77	UND	SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER SLIP E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
78	UND	SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOCK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.

79	UND	SERINGA 3ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER SLIP E FLANGE, ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
80	UND	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
81	UND	SERINGA 5ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER SLIP E FLANGE, ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
82	UND	SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
83	UND	SERINGA 10ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER SLIP E FLANGE, ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO)	AMOSTRA	Marca: SR Productos para La Salud S.A.
84	CX	TIRA REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA, CAIXA COM 50 FITAS, DESCODIFICADA, NÃO UTILIZA CHIP, COM PRINCÍPIO DE MEDIÇÃO POR FOTOMETRIA OU AMPEROMETRIA, QUE REALIZE O TESTE EM AMOSTRAS CAPILAR, VENOSA, ARTERIAL E NEONATAL, COM VOLUME MÁXIMO DE AMOSTRA DE ATÉ 02 MICROLITROS. REAÇÃO QUÍMICA MEDIDA PELA ENZIMA GLICOSE DESIDROGENASE, QUE NÃO SOFRA INTERFERÊNCIA COM AS VARIAÇÕES DE PO2 AMOSTRA (OXIGENOTERAPIA). OBS: OS GLICOSÍMETROS DEVEM SER FORNECIDOS ATRAVÉS DE COMODATO E SEREM COMPATÍVEIS COM A TIRA REAGENTE, SENDO QUE A CADA 15 CAIXAS ADQUIRIDAS DEVE SER DISPONIBILIZADO 1 GLICOSÍMETRO. OBS:	AMOSTRA	Marca: Accu-Chek Active



85	UND	FRALDA DESCARTÁVEL, POR UNIDADE, TAMANHO P PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 4 FITAS ADESIVAS (2 DE CADA LADO) LARGAS E REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO AJUSTE E PROTEÇÃO. CAMADA INTERNA COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE E ALOE VERA. CAMADA EXTERNA COM TOQUE SUAVE APARÊNCIA DE TECIDO E INDICADOR DE UMIDADE. INDICADA PARA CASOS DE INCONTINÊNCIA INTENSA A SEVERA. O RÓTULO DEVERÁ CONTER INDICAÇÃO DE INTENSIDADE DE INCONTINÊNCIA, LOTE, DATA DE VALIDADE, MARCA DO PRODUTO, NOME DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR OU FRACIONADOR, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. (OBS: PACOTE COM NO MÍNIMO 10 E NO MÁXIMO 30)	AMOSTRA	Marca: Tena "Confort"
86	UND	FRALDA DESCARTÁVEL, POR UNIDADE, TAMANHO M PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 4 FITAS ADESIVAS (2 DE CADA LADO) LARGAS E REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO AJUSTE E PROTEÇÃO. CAMADA INTERNA COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE E ALOE VERA. CAMADA EXTERNA COM TOQUE SUAVE APARÊNCIA DE TECIDO E INDICADOR DE UMIDADE. INDICADA PARA CASOS DE INCONTINÊNCIA INTENSA A SEVERA. O RÓTULO DEVERÁ CONTER INDICAÇÃO DE INTENSIDADE DE INCONTINÊNCIA, LOTE, DATA DE VALIDADE, MARCA DO PRODUTO, NOME DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR OU FRACIONADOR, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (OBS: PACOTE COM NO MÍNIMO 8 E NO MÁXIMO 30)	AMOSTRA	Marca: Tena "Confort"
87	UND	FRALDA DESCARTÁVEL, POR UNIDADE, TAMANHO G PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 4 FITAS ADESIVAS (2 DE CADA LADO) LARGAS E REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO AJUSTE E PROTEÇÃO. CAMADA INTERNA COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE E ALOE VERA. CAMADA EXTERNA COM TOQUE SUAVE APARÊNCIA DE TECIDO E INDICADOR DE UMIDADE. INDICADA PARA CASOS DE INCONTINÊNCIA INTENSA A SEVERA. O RÓTULO DEVERÁ CONTER INDICAÇÃO DE INTENSIDADE DE INCONTINÊNCIA, LOTE, DATA DE VALIDADE, MARCA DO PRODUTO, NOME DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR OU FRACIONADOR, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. (OBS: PACOTE COM NO MÍNIMO 7 E NO MÁXIMO 30).	AMOSTRA	Marca: Tena "Confort"
88	UND	FRALDA DESCARTÁVEL, POR UNIDADE, TAMANHO EG PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 4 FITAS ADESIVAS (2 DE CADA LADO) LARGAS E REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO AJUSTE E PROTEÇÃO. CAMADA INTERNA COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE E ALOE VERA. CAMADA EXTERNA COM TOQUE SUAVE APARÊNCIA DE TECIDO E INDICADOR DE UMIDADE. INDICADA PARA CASOS DE INCONTINÊNCIA INTENSA A SEVERA. O RÓTULO DEVERÁ CONTER INDICAÇÃO DE INTENSIDADE DE INCONTINÊNCIA, LOTE, DATA DE VALIDADE, MARCA DO PRODUTO, NOME DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR OU FRACIONADOR, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. (OBS: PACOTE COM NO MÍNIMO 7 E NO MÁXIMO 30).	AMOSTRA	Marca: Tena "Confort"
89	UND	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO RECÉM-NASCIDO (PESO ENTRE 2 A 5KG), COMPOSTA POR FILME DE POLIETILENO QUE EVITA VAZAMENTO DE LÍQUIDO PARA FORA DA FRALDA, POLPA DE CELULOSE ASSOCIADO ÀS PARTÍCULAS DO POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, COBERTURA FILTRANTE SUAVE DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS LATERAIS PROTETORAS ANTIVAZAMENTO, FIOS DE ELÁSTICO, ABAS DE AJUSTE FLEXÍVEIS, FAIXA DE AJUSTE FRONTAL E FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS. CAMADA EXTERNA COM TOQUE SUAVE E APARÊNCIA DE TECIDO. MATERIAL DA FRALDA DEVE SER UNIFORME, LIVRE DE EMPELOTAMENTOS OU QUALQUER OUTRO DEFEITO PREJUDICIAL AO SEU USO, CAMADA INTERNA MACIA E SUAVE AO TOQUE. PROTEÇÃO MÍNIMA DE 8 HORAS. DEVENDO CONSTAR LOTE, DATA DE VALIDADE, MARCA DO PRODUTO, NOME DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR OU FRACIONADOR, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. (OBS: PACOTE COM NO MÍNIMO 10 E NO MÁXIMO 30).	AMOSTRA	

90	UND	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO P, COMPOSTA POR FILME DE POLIETILENO QUE EVITA VAZAMENTO DE LÍQUIDO PARA FORA DA FRALDA, POLPA DE CELULOSE ASSOCIADO ÀS PARTÍCULAS DO POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, COBERTURA FILTRANTE SUAVE DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS LATERAIS PROTETORAS ANTIVAZAMENTO, FIOS DE ELÁSTICO, ABAS DE AJUSTE FLEXÍVEIS, FAIXA DE AJUSTE FRONTAL E FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS. CAMADA EXTERNA COM TOQUE SUAVE E APARÊNCIA DE TECIDO. MATERIAL DA FRALDA DEVE SER UNIFORME, LIVRE DE EMPELOTAMENTOS OU QUALQUER OUTRO DEFEITO PREJUDICIAL AO SEU USO, CAMADA INTERNA MACIA E SUAVE AO TOQUE. PROTEÇÃO MÍNIMA DE 8 HORAS. DEVENDO CONSTAR LOTE, DATA DE VALIDADE, MARCA DO PRODUTO, NOME DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR OU FRACIONADOR, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. (OBS: PACOTE COM NO MÍNIMO 10 E NO MÁXIMO 30).	AMOSTRA	Marca: BabyPiss
91	UND	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO M, COMPOSTA POR FILME DE POLIETILENO QUE EVITA VAZAMENTO DE LÍQUIDO PARA FORA DA FRALDA, POLPA DE CELULOSE ASSOCIADO ÀS PARTÍCULAS DO POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, COBERTURA FILTRANTE SUAVE DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS LATERAIS PROTETORAS ANTIVAZAMENTO, FIOS DE ELÁSTICO, ABAS DE AJUSTE FLEXÍVEIS, FAIXA DE AJUSTE FRONTAL E FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS. CAMADA EXTERNA COM TOQUE SUAVE E APARÊNCIA DE TECIDO. MATERIAL DA FRALDA DEVE SER UNIFORME, LIVRE DE EMPELOTAMENTOS OU QUALQUER OUTRO DEFEITO PREJUDICIAL AO SEU USO, CAMADA INTERNA MACIA E SUAVE AO TOQUE. PROTEÇÃO MÍNIMA DE 8 HORAS. DEVENDO CONSTAR LOTE, DATA DE VALIDADE, MARCA DO PRODUTO, NOME DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR OU FRACIONADOR, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. (OBS: PACOTE COM NO MÍNIMO 10 E NO MÁXIMO 30).	AMOSTRA	Marca: BabyPiss
92	UND	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO G, COMPOSTA POR FILME DE POLIETILENO QUE EVITA VAZAMENTO DE LÍQUIDO PARA FORA DA FRALDA, POLPA DE CELULOSE ASSOCIADO ÀS PARTÍCULAS DO POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, COBERTURA FILTRANTE SUAVE DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS LATERAIS PROTETORAS ANTIVAZAMENTO, FIOS DE ELÁSTICO, ABAS DE AJUSTE FLEXÍVEIS, FAIXA DE AJUSTE FRONTAL E FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS. CAMADA EXTERNA COM TOQUE SUAVE E APARÊNCIA DE TECIDO. MATERIAL DA FRALDA DEVE SER UNIFORME, LIVRE DE EMPELOTAMENTOS OU QUALQUER OUTRO DEFEITO PREJUDICIAL AO SEU USO, CAMADA INTERNA MACIA E SUAVE AO TOQUE. PROTEÇÃO MÍNIMA DE 8 HORAS. DEVENDO CONSTAR LOTE, DATA DE VALIDADE, MARCA DO PRODUTO, NOME DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR OU FRACIONADOR, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. (OBS: PACOTE COM NO MÍNIMO 10 E NO MÁXIMO 30).	AMOSTRA	Marca: BabyPiss
93	UND	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO EG, COMPOSTA POR FILME DE POLIETILENO QUE EVITA VAZAMENTO DE LÍQUIDO PARA FORA DA FRALDA, POLPA DE CELULOSE ASSOCIADO ÀS PARTÍCULAS DO POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, COBERTURA FILTRANTE SUAVE DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS LATERAIS PROTETORAS ANTIVAZAMENTO, FIOS DE ELÁSTICO, ABAS DE AJUSTE FLEXÍVEIS, FAIXA DE AJUSTE FRONTAL E FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS. CAMADA EXTERNA COM TOQUE SUAVE E APARÊNCIA DE TECIDO. MATERIAL DA FRALDA DEVE SER UNIFORME, LIVRE DE EMPELOTAMENTOS OU QUALQUER OUTRO DEFEITO PREJUDICIAL AO SEU USO, CAMADA INTERNA MACIA E SUAVE AO TOQUE. PROTEÇÃO MÍNIMA DE 8 HORAS. DEVENDO CONSTAR LOTE, DATA DE VALIDADE, MARCA DO PRODUTO, NOME DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR OU FRACIONADOR, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. (OBS: PACOTE COM NO MÍNIMO 10 E NO MÁXIMO 30).	AMOSTRA	Marca: BabyPiss



94	UND	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO XXG, COMPOSTA POR FILME DE POLIETILENO QUE EVITA VAZAMENTO DE LÍQUIDO PARA FORA DA FRALDA, POLPA DE CELULOSE ASSOCIADO ÀS PARTÍCULAS DO POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, COBERTURA FILTRANTE SUAVE DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS LATERAIS PROTETORAS ANTIVAZAMENTO, FIOS DE ELÁSTICO, ABAS DE AJUSTE FLEXÍVEIS, FAIXA DE AJUSTE FRONTAL E FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS. CAMADA EXTERNA COM TOQUE SUAVE E APARÊNCIA DE TECIDO. MATERIAL DA FRALDA DEVE SER UNIFORME, LIVRE DE EMPELOTAMENTOS OU QUALQUER OUTRO DEFEITO PREJUDICIAL AO SEU USO, CAMADA INTERNA MACIA E SUAVE AO TOQUE. PROTEÇÃO MÍNIMA DE 8 HORAS. DEVENDO CONSTAR LOTE, DATA DE VALIDADE, MARCA DO PRODUTO, NOME DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR OU FRACIONADOR, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. (OBS: PACOTE COM NO MÍNIMO 10 E NO MÁXIMO 30).	AMOSTRA	Marca: BabyPiss
----	-----	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------	-----------------

São Miguel do Oeste/SC, 12 de agosto de 2019.

Comissão técnica de pré-qualificação de Materiais Ambulatoriais e Fraldas.

CARLA CRISTINA KUNTRATH

CINARA SAGGIORATTO

KARINA SCHOPF

ÚRSSULA RITZEL

## ATA DA 1ª AVALIAÇÃO 19.07.2019 - EDITAL DE CHAM PÚBL Nº 01.2019 - LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES

Publicação Nº 2124017

### 1ª ATA DA AVALIAÇÃO DA COMISSÃO

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2019

#### CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Aos 19 (dezenove) dias do mês de julho do ano de 2019, a Comissão Técnica de Pré-qualificação de Leites e Suplementos Alimentares, constituída pela Resolução 010/2019, reuniu-se nas dependências da AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, para avaliação dos itens submetidos ao Edital de Chamada Pública 001/2019 até a presente data. As componentes da Comissão AMANDA CADONÁ, RÚBIAN LUCION e SOFIE BOHRZ, iniciaram os trabalhos às 8h00min. Foram recebidas até a presente data os produtos das empresas Merco Soluções em Saúde e LFP Comércio de Produtos para a Saúde Eireli. Os itens foram avaliados de acordo com a embalagem e descrição disponibilizada pelas empresas, comparadas ao que está previsto no Edital. Foram analisadas as composições e qualidades nutricionais dos produtos apresentados. No item 01 o produto Ensure da marca Abbott não foi pré-qualificado devido a divergência na distribuição de macronutrientes e osmolalidade, no item 07 o produto Pediasure da marca Abbott não foi pré-qualificado devido a divergência na distribuição de macronutrientes, ambos apresentados pela empresa LFP Comércio de Produtos para Saúde EIREI, no item 19 o produto Fiber Mais Flora da marca Nestlé não foi pré-qualificado devido a forma de apresentação e temperatura limite para adição, apresentado pela empresa Merco Soluções.

ANEXO 1- Tabela com descritivos dos itens e sua respectiva pré-qualificação, bem como estão grifados os itens a serem excluídos.

ITEM	UND	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MINIMOS	Marca registrada	Modelo registrado	Data registrada / validade
01	UND	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL NORMOCALÓRICA NA DILUIÇÃO PADRÃO 1.0KCAL/ML. DISTRIBUIÇÃO DOS MACRONUTRIENTES: CARBOIDRATOS DE 50 a 55%, PROTEÍNA 15% E LIPÍDEOS 30 a 35%. FONTE DAS PROTEÍNAS NO MÍNIMO 80% DE ORIGEM ANIMAL. LIPÍDEOS 100% DE ORIGEM VEGETAL. CONTENDO SACAROSE. ISENTO DE GLUTEN E LACTOSE. OSMOLALIDADE ATÉ 400MOSM/KG. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO COM TAMPÁ PROTETORA, COM COLHER DOSADORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.	Nestlé	Nutren 1.0	19/07/2019 02/12/2020

02	UND	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, HIPERPROTEICO (MÍNIMO 34,5%), RICO EM VITAMINAS E MINERAIS, PODENDO SER UTILIZADO EM PREPARAÇÕES SALGADAS E DOCE. FONTE DE CARBOIDRATOS 100% MALTODEXTRINA. POSSUIR FIBRAS (FOS E INULINA), SEM SABOR, SEM GLÚTEN, OSMOLALIDADE ATÉ 450 MOSM/KG DE ÁGUA, EMBALAGEM LATA COM NO MÍNIMO 370G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.	Nestlé	Nutren Senior	19/07/2019 01/11/2020
03	UND	COMPLEMENTO NUTRICIONAL ADICIONADO DE VITAMINAS E MINERAIS, COM ADIÇÃO DE DE PREBIÓTICOS. FONTE DE FIBRA COM NO MÍNIMO 1,7G POR PORÇÃO, COMPOSIÇÃO DAS FIBRAS FOS E INULINA. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. NOS SABORES: MORANGO, BANANA E BAUNILHA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA. COM NO MÍNIMO 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.	Nestlé Abbott	Nutren Active Ensure	19/07/2019 01/05/2020 19/07/2019 10/2020
04	UND	DIETA EM PÓ A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, RICA EM ISOFLAVONAS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA NUTRIÇÃO ORAL/ENTERAL, NORMOCALÓRICA, CARBOIDRATO DE 50 a 55%, PROTEÍNA 15%, LIPÍDEOS DE 30 a 35%, NA DILUIÇÃO PADRÃO. HIPOSSÓDICA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 800GR. SABOR: BAUNILHA. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
05	UND	NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA, ENTERAL/ORAL, COMPLETA E BALANCEADA, NORMOCALÓRICA, CARBOIDRATOS DE 45 a 50%, HIPERPROTEICA, MÍNIMO 20%, NORMOLIPÍDICA 30 a 35%. COM NO MÍNIMO 12G/L DE FIBRA. OSMOLALIDADE ATÉ 500MOSM/KG. INDICADO PARA ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADE DE CONTROLE GLICÊMICO. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, COM NO MÍNIMO 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.	Abbott	Glucerna	19/07/2019 09/2021
06	UND	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA USO ORAL OU ENTERAL. NORMOCALÓRICO, NORMOPROTEICO. 1,0KCAL/ML. DISTRIBUIÇÃO ENERGÉTICA: PROTEÍNA 12% SENDO NO MÍNIMO 80% DE ORIGEM ANIMAL. CARBOIDRATO 50 a 55%. LIPÍDEOS 30 a 35%, CONTENDO TCM, 100% OLEOS VEGETAIS. OSMOLALIDADE ATÉ 400 MOSM/KG DE ÁGUA. INDICADO PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA. CONTENDO NO MÍNIMO 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.	Abbott Nestlé	PediaSure Nutren Júnior	19/07/2019 31/10/2020 19/07/2019 16/01/2021
07	UND	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA CRIANÇA DE 4 A 10 ANOS. CARBOIDRATOS 55 A 62%, PROTEÍNA 12%, LIPÍDEOS 25 a 30%. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 350 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.	Nestlé	Nutren Kids	19/07/2019 01/10/2019
08	UND	ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS, COM FÓRMULA DE AMINOÁCIDOS ELEMENTAR, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, EM PÓ. ISENTA DE PROTEÍNA LACTEA, LACTOSE, SACAROSE, GALACTOSE, FRUTOSE E GLÚTEN. NORMOCALÓRICA 1.0KCAL/ML NA DILUIÇÃO PADRÃO. APRESENTAÇÃO LATA DE 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
09	UND	FÓRMULA INFANTIL DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES, PROTEÍNA 100% AMINOÁCIDOS LIVRES, LIPÍDEOS 100% ORIGEM VEGETAL, COM DHA, ARA E TCM. SEM LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.	Nestlé	Alfamino	19/07/2019 07/2020

10	UND	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES A BASE DE 100% PROTEÍNA DE SORO DE LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADO. ISENTA DE LACTOSE. DHA E ARA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.	Nestlé	Alfaré	19/07/2019 31/12/2020
11	UND	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 36 MESES ISENTA DE LACTOSE, A BASE DE PROTEÍNA LÁCTEA E CARBOIDRATO: MALTODEXTRINA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
12	UND	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. CARBOIDRATO 100% MALTODEXTRINA. ISENTA DE LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
13	LT	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES, COM DHA, ARA E PREBIÓTICOS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 800G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
14	LT	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES A PARTIR DE 6 MESES A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. CARBOIDRATO 100% MALTODEXTRINA. ISENTA DE LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 800G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
15	LT	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES, COM DHA, ARA E PREBIÓTICOS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 800G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
16	LT	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA NASCIDOS PRÉ-TERMO E/OU BAIXO PESO, COM ARA E DHA E PREDOMÍNIO DA PROTEÍNA SORO DO LEITE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
17	UND	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 12 MESES. ADICIONADO DE FERRO, ZINCO E VITAMINAS A, C e D. APRESENTAÇÃO SACHÊ OU LATA DE 800GR. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
18	LT	ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS. NÃO ALTERA COR, SABOR E CHEIRO DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS. INDICADO PARA ESPESSAR E GELIFICAR ALIMENTOS E PREPARAÇÕES CULINÁRIAS. COMPOSIÇÃO: MALTODEXTRINA, GOMA XANTANA E GELIFICANTE CLORETO DE POTÁSSIO. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO 125G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.	Nestlé Natbio	Resource ThickenUp Clear  Clear Thickness	19/07/2019 07/2020  19/07/2019 10/2020
19	UND	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS. MÍNIMO 4G DE FIBRA EM 5G DE PRODUTO. COMPOSIÇÃO GOMA GUAR PARCIALMENTE HIDROLISADA E INULINA. NÃO ALTERA O SABOR E A TEXTURA DOS ALIMENTOS. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, CONTENDO ATÉ 260G.			
20	UND	MÓDULO DE LIPÍDEOS A BASE DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS. 100% LIPÍDEOS. ALIMENTO PARA NUTRIÇÃO ORAL E/ OU ENTERAL. ISENTA DE SABOR. FRASCO COM 250ML.	Vitafor	MCT com AGE	19/07/2019 03/2021
21	UND	MÓDULO ENERGÉTICO A BASE DE MALTODEXTRINA. ISENTA DE SACAROSE. CARBOIDRATO: 100% MALTODEXTRINA. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	Vitafor	Carbofor	19/07/2019 04/2021

22	LT	ALIMENTO EM PÓ A BASE DE SOJA SEM LACTOSE INDICADO PARA ADOLESCENTES, ADULTOS OU IDOSOS COM INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU DERIVADOS DO LEITE DE VACA. COMPOSIÇÃO PARA: EXTRATO DE SOJA EM PÓ DESINGORDURA E/OU PROTEÍNA DE SOJA ISOLADA, OLEOS VEGETAIS, COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS, ISENTOS DE GLUTEN E LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, LATA CONTENDO NO MÍNIMO 300GR.			
23	LT	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES QUE APRESENTAM REGURGITAÇÃO. 100% PROTEÍNAS LÁCTEAS. ENRIQUECIDA COM FERRO E VITAMINAS. CARBOIDRATOS: 76% LACTOSE, 24% DE AMIDO (5% MILHO E 95% BATATA) PRÉ-GELATINIZADO COMO ESPESSANTE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, LATA CONTENDO NO MÍNIMO 800GR. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
24	LT	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES. APRESENTAÇÃO: LATA COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 800 GR. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
25	LT	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 06 MESES. APRESENTAÇÃO: LATA COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 800 GR. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
26	LT	FORMULA INFANTIL NUTRICIONALMENTE COMPLETA, INDICADA PARA ALIMENTAÇÃO ORAL E ENTERAL DE CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES. DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTÉ-RÁPICA ESPECÍFICA. HIPERCALÓRICA E HIPERLIPÍDICA. COM DHA, ARA E PREBIÓTICOS. LATA COM 400G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
27	LT	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA DE SOJA. FONTE DE FERRO, ZINCO, CÁLCIO E VITAMINAS. ISENTOS DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, LACTOSE E GLÚTEN. RECOMENDADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 12 MESES. LATA COM 800G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.			
28	LT	MÓDULO DE PROTEÍNA INDICADO PARA DIETA ORAL E/OU ENTERAL, FONTE DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO, OBTIDA COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DE LEITE. MÍNIMO 92% DE PROTEÍNA POR PORÇÃO. SABOR NEUTRO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. LATA COM NO MÍNIMO 240G. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO APÓS A COMPRA.	Vitafor	Whey Protein Isolate	19/07/2019 10/2020

As amostras apresentadas pelas empresas serão doadas ao Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, no município de São Miguel do Oeste/SC.

São Miguel do Oeste/SC, 19 de julho de 2019.

Comissão técnica de pré-qualificação de leites e suplementos alimentares.

AMANDA CADONÁ

RÚBIAN LUCION

SOFIE BOHRZ